VERDE

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIX - SUPLEMENTO AO Nº 15 QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1994 BRASÍLIA-DF

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTE ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 1a. Reunião (INSTALAÇÃO), realizada em 20 de outubro de 1993.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Élcio Álvares, Iran Saraiva, Jarbas Passarinho, Luiz Alberto, Garibaldi Alves Filho, Pedro Teixeira, Francisco Rollemberg, Eduardo Suplicy, Magno Bacelar, Wilson Martins, Gilberto Miranda, Jutahy Magalhães, Esperidião Amin, Deputados Aloízio Mercadante, Sérgio Miranda, Benito Gama, Fernando Freire, José Genoíno, Tilden Santiago, Jandira Feghali, Luiz Máximo, Zaire Rezende, Sigmaringa Seixa, Maurício Najar, Luiz Girão, Odacir Klein, Ernesto Gadelha, Aldo Rebelo, Maria Luiza Fontenelle, Roberto Rollemberg, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Roberto Jefferson e Leomar Quintanilha reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Deputado Inocêncio de Oliveira e, declara instalada a Comissão. Em Seguida, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Usam da palavra para questão de ordem os Senhores Deputado Paulo Ramos, Senador Esperidião Amin, Deputados Roberto Rollemberg, Luiz Salomão e José Genoíno. Distribuída as cédulas, a Presidência procede a chamada nominal dos Senhores Membros. Antes da verificação do resultado, o Senhor Presidente indefere a questão de ordem do PDT. Convida, a seguir, os Senhores Senador Élcio Álvares e Deputado Aloízio Mercadante para funcionarem como escrutinadores. Realizada a eleição, verifica-se o seguinte resultado: Para Presidente, Senador Jarbas Passarinho, com 21 (vinte e um) votos e Senador Nelson Carneiro, 1 (um) voto; para Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, com 22 (vinte e dois) votos. São declarados eleitos, Presidente e Vice Presidente respectivamente, os Senhores Senador Jarbas Passarinho e Deputado Odacir Klein. Assumindo a Presidência o Senhor Senador Jarbas Passarinho, agradece a honra com que foi distinguido e designa o Senhor Deputado Roberto Magalhães para relatar a matéria. Usam da palavra os Senhores Deputados José Genoíno, Maria Luiza Fontenele, Inocêncio de Oliveira, Benito Gama, Moroni Torgan, Vivaldo Barbosa, Senadores Eduardo Suplicy, Élcio Álvares e José Paulo Bisol. Com a palavra o Senhor Relator procede leitura de Requerimento do Senhor Deputado Luiz Salomão no qual requer, seja convocado para depor o Senhor José Carlos Alves dos Santos. Usam da palavra para discutir os Senhores Senadores Pedro Simon, Élcio Álvares, José Paulo Bisol, Eduardo Suplicy, Deputados Roberto Rollemberg, Roberto Jefferson, Maurício Najar, Benito Gama, Vivaldo Barbosa, Moroni Torgan, Aloízio Mercadante, Luiz Salomão e Luiz Máximo Finalizando o Senhor Presidente defere o requerimento, convocando reunião a realizar-se as dezesseis horas, quando na oportunidade será tomado o depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Nada mais havendo a tratar,

encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 1ª. (INSTALAÇÃO) REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN; DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Tendo em vista a criação, através do Requerimento nº 151, de 1993-CN, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades dos Parlamentares, membros do Governo e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa os senhores:

TITULARES
SENADORES
PMDB
Nelson Carneiro
Iram Saraiva
Garibaldi Alves Filho
Gilberto Miranda
PFL
Elcio Alvares
Francisco Rollembeg
PPR
Jarbas Passarinho
PSDB
Jutahy Magalhães
PRN
Aureo Mello
PP
Pedro Teixeira
PTB
Luiz Alberto
DEPUTADOS
PMDB
Roberto Rollemberg
Odacir Klein
PFL
Roberto Magalhães
Benito Gama
PPR
Fernando Freire
Pedro Pavão
PSDB
Sigmaringa Seixas
PDT
Luiz Salomão
PP
Wagner do Nascimento
PTB
Roberto Jefferson
PT
Aloizio Mercadante
SUPLENTES
SENADORES
PMDB
Wilson Martins
Pedro Simon
Divaldo Suruagy
Eduardo Suplicy
PFL
Carlos Patrocínio
Guilherme Palmeira
PPR
José Paulo Bisol
PSDB
José Richa
PRN
Ney Maranhão
PDT
Magno Bacelar
Lavoisier Maia
DEPUTADOS
PMDB
Lázaro Barbosa
Laire Rosado
PFL
Maurício Najar
Vicente Fialho

PPR
Fernando Carrion
Leomar Quintanilha
PSDB
Luiz Máximo
PT
Sérgio Miranda
PP
Costa Ferreira
PTB
Nelson Trad
PDT
Luiz Girão

Nos termos regimentais, o prazo da Comissão se encerrará no dia 3 de dezembro de 1993.

Convido os Srs. Membros da Comissão para elegerem o Presidente e o Vice-Presidente deste órgão técnico. Para Presidente, conforme todos sabem, foi indicado, por unanimidade, o ilustre Senador Jarbas Passarinho e, para Vice-Presidente, o ilustre Deputado Odacir Klein.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Tem V.Exª a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, esta Casa sempre compõe a Presidência e a Vice-Presidência em função da proporcionalidade partidária; e fica a impressão de que, com todo respeito que temos pelos membros indicados, o PMDB fez a indicação do Presidente, embora este não pertença aos quadros do Partido. Mas o PMDB fez a indicação do Presidente e, pela proporcionalidade partidária e pelo regimento da Câmara, caberia ao PDT a indicação do Vice-Presidente. Gostaria que V.Exª analisasse esse aspecto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para contraditar a questão de ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, para contraditar, quero fazer uma colocação preliminar.

Esta CPI não pode ser encarada pela letra fria e facciosa da sigla partidária. O meu Partido, mais uma vez, demonstrou esta disposição. Demonstrou inclusive na composição da única vaga, desdobrada em titular e suplente, de que dispomos no Senado. Mas, se for para se levar pelo lado exclusivo da proporcionalidade, o PPR pode, portanto, como terceiro Partido, indicar o Deputado Odacir Klein.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Pedi a palavra, pelo PMDB, para esclarecer o seguinte: esta não é uma Comissão como as outras. Esta é uma Comissão da instituição preocupada com o problema da instituição, e embora tivesse pessoalmente discordado dessa decisão, da escolha do Presidente, da forma que foi feita, a verdade é que houve um consenso no entendimento para a indicação. Principalmente porque não se trata de uma regra normal de comissões normais. Esta é uma Comissão que trata do problema da instituição. Portanto, não haveria predominância partidária.

Entretanto, o PMDB, sendo majoritário, indicou o Deputado Odacir Klein e entende solucionado e satisfeito o problema do ponto de vista político e da especificação desta Comissão, que tem uma característica totalmente diferente e que não deve ser obrigada às regras políticas anteriormente adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Esta Presidência vai responder a questão de ordem, única e exclusivamente do ponto de vista regimental.

Tendo o PMDB, como maior partido, indicado o Presidente Jarbas Passarinho, o Partido da Frente Liberal, como o segundo maior, indicou o Relator, o terceiro partido, o PPR, indicou o Deputado Odacir Klein. Ficou totalmente resolvido o problema. Regimentalmente, não tem como não aceitar.

Indefiro, portanto, a questão de ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Líder do PDT.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, V. Exª já decidiu a questão de ordem levantada pelo Deputado Paulo Ramos, mas gostaríamos de registrar que essa decisão está apoiada numa ordem do tamanho de bancada aferida hoje, quando, na verdade, esse referencial não deveria ser o de hoje mas, sim, pelo Regimento da Câmara, o de março, no início da Sessão Legislativa.

De modo, Sr. Presidente, que deixo à consideração de V. Exª o reexame da decisão, tendo em vista a norma regimental.

Agora, valho-me da preliminar levantada pelo nobre Senador Esperidião Amin, quanto ao caráter especial desta Comissão, que tem como objetivo fazer um

exame das entranhas do Congresso Nacional. Esse exame, segundo a observação do Senador, não pode cingir-se estritamente às regras regimentais. Estou de acordo com essa tese, mas creio que, em função disso, as questões de ordem devem ser decididas com base em argumentos políticos e regimentais.

Invoco um argumento de ordem política para propor a ampliação das dimensões da Comissão, no sentido de incluir o PSB e o PC do B, na representação, como titulares da Comissão, a fim de que todo espectro político possa estar representado.

É inadmissível que esses dois partidos, que têm tido uma atuação permanente e ativa nos trabalhos do Congresso Nacional, estejam marginalizados, por regras estritamente regimentais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra para responder.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Para responder, concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, fico muito grato ao nobre Deputado Luiz Salomão pelo reconhecimento do caráter da minha primeira colocação.

Quanto a sua observação, faço o seguinte apelo: só se for feito um outro requerimento, porque o que institui esta CPI prevê a participação de 11, em cada Casa, e pela proporcionalidade partidária.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, para um questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Exª é da maior importância para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai apreciar matérias que envolvem parlamentares ou membros do Poder Executivo e relações do Poder Legislativo com segmentos da iniciativa privada. Considerando, além do mais, que era importante haver melhores condições de trabalho, formulo a V. Exª uma questão de ordem: para a presença no recinto desta Comissão, além dos parlamentares e imprensa credenciada, seria necessário que V. Exª estabelecesse um critério rigoroso no sentido de que as pessoas fossem transparentemente identificadas. A prioridade para o funcionamento da Comissão - está praticamente impossível trabalhar - deve ser dada aos Congressistas; em segundo lugar, à imprensa, que irá acompanhar os trabalhos; em terceiro, aos membros visitantes, que devem ser identificados pela Direção da Comissão, pela Direção da Casa, para que as informações e debates possam contribuir para as investigações prosseguirem.

Trata-se de medida cautelar importante que deverá ser adotada, porque V. Exª, sobre esta matéria, tem adodotado posições claras, rápidas, na condução e instalação desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A colocação de V. Exª é procedente. No entanto V. Exª deve fazê-la quando da eleição da Mesa Diretora deste órgão Técnico, sobretudo ao Presidente a ser eleito. Essa questão de ordem é fundamental, importantíssima; não a aceito de pronto, porque quem deve fazê-lo é o novo Presidente, que deverá ser eleito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Líder Aldo Rebelo, pela ordem.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, minha questão de ordem é no sentido de que V. Exª possa esclarecer aos Deputados e Senadores presentes - não diz respeito ao Projeto de Resolução, nem mesmo ao requerimento a que se referiu aqui o Senador Esperidião Amin - sobre o estabelecimento do número de membros de uma CPI.

Essa composição pode ser submetida à flexibilidade - V. Exª inclusive é testemunha do nosso pedido - uma vez que, em função de a CPI ter sido constituída para investigar possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Congresso Nacional, seria fundamental a participação de todos os partidos regimentalmente com assento no Congresso Nacional.

O registro que faço é que o PC do B, regimentalmente com assento na Câmara dos Deputados, ficou excluído do processo de investigação que se abre com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Com muita atenção, ouvi a questão de ordem arrolada pelo nobre Líder Aldo Rebelo. V. Exª tem razão, pois o art. 21, Parágrafo Único, do Regimento Comum, diz o seguinte:

> "As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito terão número de membros fixado no ato de sua criação, devendo ser igual a participação de Deputados e Senadores, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária".

Portanto, a Presidência analisará o assunto e encaminhará a quem de direito - que é o Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, porque se trata de uma comissão mista -, que dará uma resposta a V. Exª.

Matéria vencida, a Presidência determina neste instante...

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos, para uma questão de ordem.

O SR. PAULO RAMOS - O Deputado Luiz Salomão encaminhou a V. Exª um exemplar do Regimento em que fundamenta o pleito do Partido em relação à composição da Mesa para os trabalhos da CPI. Gostaria que fosse dada uma atenção especial na medida em que, independente de questões políticas, o Regimento é que conforma, é que estabelece as normas e também resolve os conflitos de interesse.

O PDT reivindica a Vice-Presidência na medida em que, no início da legislatura, conforme prega o Regimento, era a terceira Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - A Presidência, tendo em vista que essa questão de ordem já foi definida quando o PPR indicou o nobre Deputado Odacir Klein, indefere a questão de ordem de V. Exª.

O SR. PAULO RAMOS - Vou recorrer, Sr. Presidente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Recorra.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO RAMOS - Estou concluindo, Deputado Benito Gama. Quero registrar que, lamentavelmente, V. Exª inicia presidindo esta CPI, uma CPI importante, já descumprindo o Regimento.

Que fique registrado o recurso e a decisão de V. Exª, à rivelia do Regimento.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem. Vou ler para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Pois não.

O SR. BENITO GAMA - O PDT deve lançar o candidato e disputar a eleição de Vice-Presidente.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. - PAULO RAMOS - Não admito é composição política.

O SR. - BENITO GAMA - Não, não é composição.

Sr. Presidente, era esta a colocação que eu queria fazer: nada impede que o PDT lance um candidato à Vice-Presidência, desde que escreva na Mesa, agora, o nome do seu parlamentar candidato à Vice-Presidente para disputar com o outro candidato, Odacir Klein.

Com isso, resolve-se a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Está resolvida a questão de ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Pois não. Tem a palavra o nobre Líder do PDT, Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, quero observar que estamos fugindo das práticas políticas mais saudáveis do funcionamento do Congresso Nacional.

Houve uma indicação descabida, por parte do PPR, quando indicou o Deputado Odacir Klein.

Gostaríamos, primeiro, de descaracterizar qualquer restrição ao Deputado Odacir Klein, que merece da nossa parte o maior respeito, a maior consideração, o maior apreço.

Quero dizer - e V. Exª sabe disso - que, na disputa pela Presidência da Câmara, votei no Deputado Odacir Klein e não em V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - É verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, o que foi aqui argumentado está baseado estritamente no Regimento, que dá ao Partido Democrático Trabalhista uma prerrogativa da qual os seus membros não podem abrir mão. Foi esse o sentido da questão de ordem levantada.

V. Exª decidiu a matéria fugindo das normas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Vou responder posteriormente a V. Exª o porquê.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse fato levou o Deputado Paulo Ramos a registrar o seu protesto e o seu recurso.

O Senador Pedro Simon, que fez a mim uma ponderação, quando ingressei no recinto, em relação à personalidade do Deputado Odacir Klein, agora está tentando radicalizar, está tentando tornar a questão uma disputa que me parece inteiramente nociva ao clima que queremos estabelecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, para redargüir.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Está assegurada a S. Exª a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu havia apelado a V. Exª, que tinha ficado de fazer uma verificação junto à Secretaria da Mesa.

Proponho que V. Exª o faça, no devido tempo, e depois traga a consulta que fiz a V. Exª para a consideração do Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Para contraditar, o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, se a palavra me é facultada, quero fazer, anexo ao conjunto dos argumentos do Deputado Luiz Salomão - gostaria que S. Exª considerasse meus argumentos como eu tenho considerado os seus - o seguinte registro: o PPR resulta de uma fusão de dois partidos - o PDS e o PDC.

Creio que isoladamente o PDS já tinha Bancada, na Câmara, maior do que a do PDT, em qualquer dos meses de referência que a Mesa queira utilizar. E certamente PDS e PDC, que integram, por fusão - nenhuma outra fusão foi realizada na história política recente do País -, o PPR, têm tanto na Câmara quanto no Senado Bancada maior do que a do PDT.

Gostaria que esses números fossem cotejados - são, pelo menos, dados objetivos. A parte política, não regimental, eu já a havia respondido. Mas regimentalmente, em qualquer cálculo, o PPR, PDS mais PDC, tem mais Bancada do que o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Ilustre Senador Pedro Simon, V. Exª pode utilizar a palavra.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, estranho esta manifestação que está ocorrendo aqui.

A Bancada do PMDB, com muita clareza, com muita tranqüilidade - e não escondeu, até por que tem Membros seus envolvidos -, abriu mão da Presidência e abriu mão em favor de um nome que tem integridade, que tem caráter, que tem respeito, que tem a compreensão de todos, que é o Sr. Jarbas Passarinho. Um homem que todo mundo sabe da sua isenção.

Acontece que, lá pelas tantas, tem gente que disse ao PMDB o seguinte: "Mas, vem cá, o PMDB não podia ter aberto mão da Presidência, porque se o PMDB abrir mão da Presidência, ele está dando a entender que está preocupado; está dando a entender que ele tem gente envolvida".

Não, nós não estamos preocupados. O PMDB vem de coração, aberto aqui. Vem para debater, vem para decidir, vem para buscar verdades, estejam elas onde estiverem.

Então, lembraram o nome do PMDB para Vice-Presidente. Um nome da integridade e da seriedade do Odacir Klein.

Nunca passou pela cabeça do PMDB que alguém levantaria alguma dúvida com relação a isso.

E vamos iniciar esse trabalho na base do "é meu ou é teu", o vice é meu e o vice é teu! O vice não interessa ao PMDB, porque, se interessasse, tínhamos a presidência!

Daqui a pouco, parece que o PMDB está brigando por um cargo. O PMDB, se quisesse, teria a presidência. Abriu mão espontaneamente para somar.

Vieram a nós e disseram: "Não fica bem para o PMDB não participar da direção dos trabalhos, porque parece que ele está fugindo".

Então, nós não estamos fugindo, não temos nada a temer e estamos indicando Odacir Klein.

Agora, o PDT quer, não tem problema. Vamos cumprir o Regimento.

O que diz o Regimento? É o maior partido que indica o primeiro cargo, é o segundo partido que indica o segundo cargo, é o terceiro partido que indica o terceiro cargo.

O PMDB indicou o Sr. Jarbas Passarinho, o Partido da Frente Liberal indicou o Relator e há uma disputa pelo terceiro cargo. O PDT o indica.

Agora, vamos votar. O Regimento diz que se vota, vamos votar. Vota-se em quem quiser! Proponho que se vote imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - A Presidência vai encerrar este assunto da seguinte forma:

Acho que a contradita do ilustre Senador Esperidião Amin foi importantíssima.

O antigo PDS, não me lembro se tinha mais ou menos. Não me lembro, não vou dizer aqui de pronto.

O PDS não existe mais, o PDC não mais existe. E foi o PPR o fruto da fusão desses partidos. Tem que se levar em consideração o quadro de hoje, da fusão dos partidos.

Além do mais, existe uma decisão: na promulgação da Lei Eleitoral, o número de parlamentares seria fixado naquela data também. É um novo dado que se acrescenta.

Portanto, mantenho a minha decisão e aceito levar o assunto à consideração.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Pois não. V. Exª tem a palavra, nobre Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - O ato do Congresso Nacional que criou a CPI diz o seguinte: "Investigar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e representantes de empresas", etc.

Pergunto a V. Exª, numa questão de ordem: "membros do Governo"; estão implícitos Governos Federal, Estadual e Municipal. Todos?

Essa é a questão de ordem que eu gostaria que V. Exª respondesse à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Essa questão de ordem eu creio que se destina, realmente, ao Presidente da Mesa, que vai instalar a CPI, e também à própria.

Entendo que quando ele fala em "membros" é justamente porque se trata de um ato do Congresso.

Se o nobre Senador Humberto Lucena estivesse presente, seria ele que estaria aqui, em meu lugar, porque a CPI é Mista. Como ele não está, encontra-se o Presidente da Câmara.

Entendo, como V. Exª, que se trata de membros do Governo em todas as ordens. Mas fica esta questão para ser também decidida pelo Presidente, que vai dirigir este órgão técnico tão importante para a nossa instituição.

Vamos iniciar a votação. (Pausa)

Votos para Presidente e para Vice-Presidente.

Convido os Srs. Senadores e Srs. Deputados a exercitarem o direito de voto.

O Senador Nelson Carneiro ainda não chegou, mas está se deslocando do Rio de Janeiro.

O SR. ELCIO ALVARES (Sem microfone) - Sr. Presidente, uma sugestão: para facilitar, é melhor V. Exª chamar as Bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio de Oliveira) - Pois não.

Cada um dos Srs. Parlamentares vota para Presidente e Vice-Presidente, simultaneamente.

PFL

Elcio Alvares (Pausa)

Francisco Rollemberg (Pausa)

PPR

Jarbas Passarinho. (Pausa)

PSDB

Jutahy Magalhães. (Pausa)

PRN

Aureo Mello. (Pausa)

O suplente do Senador Pedro Teixeira, do PP, é... Não tem suplente. Quem é o suplente?

PTB:

Luiz Alberto. (Pausa)

Senador Nelson Carneiro. (Pausa)

Ausente.

Senador Pedro Teixeira. Por motivo superior, também teve de se ausentar.

Deputados:

PMDB:

Roberto Rollemberg. A Presidência convida V. Exª a exercitar o seu direito de voto. (Pausa)

Odacir Klein. (Pausa)

PFL:

Roberto Magalhães. (Pausa)

Benito Gama. (Pausa)

PPR:

Fernando Freire. (Pausa)

Pedro Pavão. (Pausa)

PSDB:

Sigmaringa Seixas. (Pausa)

PDT:

Luiz Salomão, o nobre Líder. (Pausa)

PP:

Costa Ferreira. (Pausa)

PTB:

Roberto Jefferson. (Pausa)

Ausente.

PT:

Aloizio Mercadante. (Pausa)

Vamos chamar os suplentes.

Tendo em vista o Senador Nelson Carneiro não ter chegado ainda, convidamos o suplente, Senador Wilson Martins.

O suplente do nobre Senador Pedro Teixeira é o ilustre Senador Magno Bacelar. (Pausa)

Ausente.

Lavoisier Maia. (Pausa)

Suplente do PTB. Estando ausente o Deputado Roberto Jefferson, seu suplente é o Deputado Nelson Trad.

Antes de verificarmos o resultado, para não deixar nenhuma questão de ordem pendente, a Presidência vai resolver imediatamente a questão de ordem do PDT.

O art. 21 do Regimento Comum, em seu parágrafo único, diz:

"As Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito terão o número de membros fixado no ato da sua criação, devendo ser igual a participação de Deputados e Senadores, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária."

O do Senado diz o seguinte:

"No início de cada legislatura, os Líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes."

Note-se: nas comissões permanentes.

O da Câmara também diz:

"§ 1º - A substituição de membro da Comissão que se desligar do partido, ao qual pertence o lugar na Comissão, não alterará, até o encerramento da Sessão Legislativa respectiva, a proporcionalidade anteriormente estabelecida."

Isto vale para a Comissão Permanente da Sessão Legislativa.

Da Câmara:

Art. 25 - O número de membros efetivos das Comissões Permanentes será estabelecido por ato da Mesa, ouvido o Colégio de Líderes, no início dos trabalhos da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, prevalecendo o quantitativo anterior enquanto não modificado."

Então, temporário é o ato de criação. Para comissão temporária, não existe nenhum critério de fixação, a não ser o do momento.

Assim sendo, a Presidência indefere a questão de ordem do PDT.

A Presidência convida o Senador Elcio Alvares e o Deputado Aloizio Mercadante para servirem de escrutinadores. (Pausa)

Vou proclamar o resultado:

Para Presidente, com 21 votos, foi eleito o Senador Jarbas Passarinho.

O Senador Nelson Carneiro, recebeu 01 voto, voto este dado pelo próprio Senador Jarbas Passarinho. (Palmas)

Para Vice-Presidente foi eleito, por unanimidade, com 22 votos, o Deputado Odacir Klein. (Palmas)

Convido o ilustre Senador Jarbas Passarinho para assumir os trabalhos da Mesa e o nobre Deputado Odacir Klein para assumir a Vice-Presidência. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, agradeço esta demonstração de confiança que, ao mesmo tempo, talvez signifique o maior desafio da minha vida pública. Ao PMDB, pela unanimidade da sua Bancada, devo um agradecimento, no momento em que recebi do Senador Humberto Lucena o convite para que aceitasse essa indicação, que, felizmente, foi também objeto de aceitação geral.

Devemos passar, agora, à indicação do Relator.

A experiência da Casa, de todos nós, leva a saber que, uma vez eleito o Presidente e o Vice-Presidente, o Relator é designado. Desde logo, eu gostaria de caracterizar essa posição, pedindo que, paralelamente à designação do Deputado Roberto Magalhães, que é uma das figuras íntegras desta Casa, das duas Casas, a sua designação não fosse meramente um ato de arbítrio do Presidente, mas uma aclamação, se posso pedir aos senhores eleitores (Palmas.)

Peço ao nobre Relator que tome assento à mesa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela voz, creio que é a do Deputado José Genoíno, mas não o lobriguei ainda.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Estou aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo a V. Exª é com base no art. 160 do Regimento do Senado Federal, que orienta os trabalhos das Comissões. Diz o art. 160:

"Art. 160 - As reuniões serão públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a comissão."

A Presidência da Comissão de Orçamento, juntamente com o Presidente da Câmara, Deputado Inocêncio Oliveira, já tinha tomado uma deliberação sobre a feitura do Orçamento deste ano de ter um rigor na circulação de pessoas na Comissão de Orçamento que não sejam parlamentares ou assessores do Poder Legislativo ou a imprensa.

Considerando, Sr. Presidente, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma especificidade, conforme o requerimento, e vai apreciar matéria que envolve Congresso e Executivo, e a relação do Congresso, o que é público e notório, com algumas empreiteiras, solicito a V. Exª, sem nenhum prejulgamento, que ordene, como

Presidente desta Comissão, o seguinte critério: que haja transparência na presença, na Comissão, de Congressistas, ex-Congressistas, imprensa e representantes, assessores do Poder Legislativo e do Poder Executivo, integrantes do Ministério Público e Tribunal de Contas da União e demais presentes, no sentido de que a presença dessas representações se dê de maneira pública, ostensiva, para que não exista nenhuma dúvida de que os trabalhos desta CPI poderão ser acompanhados por representantes de entidades privadas que podem ser objeto de investigação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não estou cerceando, Sr. Presidente, o direito da sessão pública: estou apenas resguardando esta Casa e V. Exª com as precauções necessárias, para que não haja nenhuma dúvida sobre os trabalhos desta CPI: e até por uma questão prática de funcionamento da Comissão, em função das instalações de que dispomos e pelo tamanho desta Comissão, deveria se dar prioridade para os Congressistas e, em segundo lugar, para a imprensa. Muito obrigado. Era essa a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª, mas V. Exª se remeteu ao art. 160 do Regimento do Senado. O artigo diz:

"O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente..."

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É o art. 110, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª citou o 160. Parece que houve um lapso verbal de V. Exª ou os meus ouvidos já não são tão bons.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Então, peço desculpas. Trata-se do art. 110.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aceito a questão de ordem e, desde logo, vamos estabelecer que a questão de ordem é levantada em qualquer momento da reunião e por cinco minutos. Haverá quem a levante e um que a contradite. Do contrário, vamos nos perder naquilo que é objetivo nosso, que é celeridade na apreciação dos fatos.

Vou propor, neste instante, que se ouça a palavra do nosso Presidente e o da Câmara. E, depois, imediatamente, gostaria que passássemos para uma reunião de caráter interno de trabalho para tomarmos decisões, inclusive esta, eu não quero tomá-la sozinho, quero tomá-la em conjunto com os membros, com o Plenário da Comissão.

A SRª MARIA LUÍZA FONTENELE - Sr. Presidente, gostaria de só complementar, não contraditar, mas complementar no sentido de que também tivesse acesso ao funcionamento da CPI o Fórum Nacional pela Ética na Política, que inclui CNBB, OAB e outros setores da sociedade civil organizada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputada, tomaremos essa decisão exatamente no termos da questão levantada.

O art. 110 diz:

"Art. 110 - As reuniões serão públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a comissão" - e não o Presidente da Comissão.

Ouço, com muita honra, o Presidente Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Exmº Sr. Presidente desta CPI, Senador Jarbas Passarinho; Sr. Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein; Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães; Srs. membros da CPI; Srs. Senadores e Deputados; minhas senhoras e meus senhores:

Tenho, hoje, uma dupla responsabilidade: falar aqui em meu nome e no do nobre Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

Desde a primeira hora que esses fatos foram divulgados pela imprensa - isto, ontem - o nobre Senador Humberto Lucena e eu tomamos medidas importantes para que pudéssemos investigar em profundidade este assunto e para mostrar à Nação a transparência e a lisura dos atos do Poder Legislativo.

Gostaria, neste instante, de dizer que não vamos querer prejulgar; no entanto, gostaríamos - e temos certeza - que os fatos serão investigados, os inocentes serão inocentados e os culpados serão punidos de acordo com suas responsabilidades nos fatos.

Gostaria de dizer que, desde sexta-feira, o nobre Senador Humberto Lucena e eu mantivemos várias reuniões, inclusive, sobre a possibilidade de criação imediata de uma CPI Mista, porque, hoje, se faz de uma maneira mais transparente para mostrar à Nação que o Poder Legislativo no Brasil está à altura do momento político que vivemos. Somos uma Casa que votou o **impeachment** do Presidente da República, uma Casa que pode investigar a si mesma. Essa Casa tem a credibilidade necessária para investigar-se e investigar os seus membros.

O que está em jogo, neste instante, não é o nome de um parlamentar, de um partido político, de membros da Casa: o que está em jogo neste instante é o nome da própria instituição como poder livre, soberana e independente.

Gostaríamos de dizer que não aceitamos prejulgamentos, mas também não aceitamos que se acuse o Poder Legislativo como um todo nos momentos mais difíceis deste País. Quando tudo faltar, haverá sempre uma voz na tribuna em defesa dos mais pobres, os mais oprimidos e dos mais necessitados, e essa voz será a do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo, no mundo inteiro, é o pilar base da democracia. Não existe democracia forte com o Poder Legislativo fraco. Essa decisão, hoje, engrandece e fortalece o Poder Legislativo. Essa decisão, hoje, mostra a transparência do Poder,

mostra que o Poder tem os seus defeitos, mas as qualidades sobrepujam por larga margem os seus possíveis defeitos.

Portanto, com a confiança máxima nesta Comissão, sobretudo, numa Comissão que tem membros tão qualificados, uma direção escolhida com tanto esmero, gostaria de dizer, em meu nome e do Senador Humberto Lucena, que daremos o apoio total, absoluto, transparente, para que os trabalhos se desenvolvam rapidamente e para que possamos oferecer à Nação um resultado correto, sério, como devem ser todos os trabalhos da nossa Casa, do nosso Poder.

Com a confiança máxima no Poder Legislativo do Brasil, com a certeza de que é um dos pilares básicos da nossa democracia e que a estabilidade política deste País depende deste Poder, vamos fazer o inverso de outros países, que chegaram à estabilidade política através da estabilidade econômica e social; nós vamos fazer o inverso: vamos atingir a estabilidade econômica e social através da estabilidade política. A condição básica é o fortalecimento do Poder Legislativo no nosso País, e atos dessa natureza fortalecem o nosso Poder.

Com a certeza do cumprimento rígido do dever, nesta hora, em meu nome e no do Senador Humberto Lucena, prestamos nossas homenagens ao Senador Jarbas Passarinho, ao Deputado Odacir Klein, ao Deputado Roberto Magalhães e a todos os demais integrantes da CPI. Estamos certos de que buscaremos a verdade, porque com a verdade chegaremos em todos os lugares do mundo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Membros da Comissão, acho que posso tomar a iniciativa que estou tomando, da qual devo dar conhecimento à Comissão.

Estou me dirigindo ao Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa, nestes termos:

> "Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através de Requerimento nº 151, de 1993, Congresso Nacional, destinada a apurar fatos ocorridos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades de parlamentares, membros do Governo e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União, solicito a V. Exª que o Sr. José Carlos Alves dos Santos, denunciante, seja transferido do Centro de Treinamento e Reeducação - CIR - para as dependências do Departamento de Polícia Federal e posto sob custódia 24 horas."
>
> Posso assinar? (Pausa)
>
> Dato e assino.

Ao Presidente José Inocêncio, nas palavras que me dirigiu, ainda há pouco, proporciona-me um breve comentário. É que, ainda ontem, nós éramos ouvidos por jornalistas que nos perguntavam se nesta Comissão temos autoridade para julgar os nossos Colegas - não se referiam a outros, mas aos colegas: senador e deputado julgando senador e deputado.

Ponderei que a pergunta era indelicada, era impolida, mas nem assim considerava que não devesse ser respondida. E acho que esse é um ponto que vamos demonstrar na prática. Esta Comissão começa a se estabelecer sob a expectativa mais generalizada, nos últimos tempos, da opinião pública brasileira.

A minha posição pessoal, depois de verificar, pela democracia representativa, que o povo vota no seu representante e manda para o Congresso, porque não há mais condições de fazer democracia direta do sistema grego, essa democracia representativa está ameaçada, na medida em que o Parlamento brasileiro, que é o mais transparente dos Três Poderes, passa a ser objeto continuado de supostos escândalos ou pelo menos de algumas inconseqüências verbais, sem dúvida, ou até mesmo de gestos.

De modo que, quando chega o momento em que isto se agrava, da forma pela qual se agravou, em que a palavra de um criminoso, porque já é confesso como tal, proporciona que tenhamos aqui uma CPI para investigação, é porque nós nos tornamos frágeis a ponto de permitir isso. E acredito, como disse ao Presidente da Câmara, que não vamos jogar aqui apenas o destino de pessoas: vamos provavelmente jogar, sem exagero, na possibilidade de ser verdade, o destino da democracia representativa no Brasil.

Por isso, presto as minhas homenagens a todos os vinte e dois integrantes desta Comissão e saliento que, para a celeridade do trabalho, deveríamos partir já, agora, para uma primeira reunião de trabalho, porque, dependendo dessa reunião, tomaremos algumas providências junto ao Procurador-Geral da República.

Por isso, presto as minhas homenagens a todos os vinte e dois integrantes desta Comissão e saliento que, para a celeridade do trabalho, nós deveríamos partir, já agora, para uma primeira reunião de trabalho, porque, dependendo dessa reunião, tomaremos algumas providências junto ao Procurador-Geral da República. Provavelmente, se assim for aceito pela Comissão, faremos o primeiro inquérito hoje. Para isso, precisaríamos solicitar a todos aqueles que não pertencem à Comissão, exceto, naturalmente, os Congressistas, que têm acesso a qualquer parte do Congresso, que nos deixem livres para tratarmos do nosso problema, em caráter reservado, dentro da Comissão. Depois, daremos publicidade a tudo que a Comissão tiver decidido.

Esta é a proposta que faço à Comissão. Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Não havendo quem se oponha à proposta, a mesma está aprovada.

Peço agora à Segurança da Casa que, com a delicadeza de sempre, esvazie a sala. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra, sem prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito silêncio.

Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a proposição é a seguinte: temos sessões secretas, por decisão da Comissão, e sessões públicas. Não estou propondo abolir as sessões públicas. As sessões são públicas. A solicitação que faço a V. Exª é para que as sessões públicas sejam instruídas no seguinte sentido: presença de Parlamentares e ex-Parlamentares; da imprensa credenciada pelo Comitê de Imprensa da Câmara e do Senado Federal; dos Assessores credenciados do Poder Legislativo e representantes do Poder Executivo, Assessores do Poder Executivo que trabalham no Congresso; de quem a Comissão solicitar para acompanhar. O cidadão visitante seria identificado, sobre a sua representação individual ou a sua representação coletiva.

Vou deixar claro, agora sem usar a palavra tão polida: sabemos, Sr. Presidente, que no Congresso existe o **lobby** e este deveria, a meu ver, ser legalizado. A minha solicitação é no sentido de que a Comissão tenha controle sobre a presença dessas pessoas, dos lobistas, nos trabalhos da CPI.

A minha sugestão visaria a instruir os responsáveis pela sala e pelos documentos, porque é uma preocupação. Como há laço muito estreito entre alguns **lobbies** e o Orçamento, eu gostaria que V. Exª tomasse providências, fazendo o distanciamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso interpretar a sugestão de V. Exª no sentido de ordenar os trabalhos das sessões públicas com presenças que não sejam totalmente livres e sim, de algum modo, credenciadas, recomendadas ou aquelas que têm autorização normal para participar de qualquer reunião.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A isso acrescentou a Deputada que gostaria que também fosse credenciado o organismo, o fórum de mulheres.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, se formos credenciar o Movimento pela Ética na Política, a OAB, teremos que credenciar o CREA, o CREMEB. Acho que ficaria a juízo da Presidência credenciar as entidades em cada sessão. Se formos distinguir agora a OAB, a CNBB e outros, não vejo por que não credenciarmos qualquer sindicato estadual ou municipal; o CREMEB, o CREA, o Sindicato dos Economistas, do qual faço parte; as associações de moradores...

Então, acho que V. Exª poderia ser o juiz dessa decisão.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, querendo colaborar, acho que a intenção manifestada pelo Deputado José Genoíno é no sentido de que entrasse na Comissão quem quisesse, ou seja, não precisaria ser credenciado. Mas deveria haver apenas uma lista de presença, para que essas pessoas tivessem acesso a esta Casa, de tal maneira que a Comissão soubesse quem está acompanhando os seus trabalhos, apenas isso. Acho que não se podem gerar empecilhos à participação de qualquer entidade; acho que, inclusive, tem-se que abrir para que as entidades possam acompanhar claramente os trabalhos da Comissão. Entendi até que foi esse o sentido da questão de ordem do Deputado José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não tomei como uma questão de ordem; tomei como uma sugestão para os trabalhos internos da Comissão e os externos.

O Deputado José Genoíno não propõe que a sessão pública não seja pública; ele propõe apenas que ela seja pública, mas com o reconhecimento de participantes e que a Mesa, neste caso, pudesse disso tomar conhecimento para credenciar.

Vou ouvir mais dois ilustres colegas, o Senador Elcio Alvares, que pediu a palavra antes e o Deputado Vivaldo, meu ilustre líder, no passado.

A decisão que achei mais fácil tomar era essa.

O SR. ELCIO ALVARES - Eu não queria ser intérprete da questão de ordem do Deputado José Genoíno, mas ele tem experiência e quis fotografar uma situação semelhante, que já vivemos em oportunidades anteriores. Tivemos a CPI da Previdência, que - lembro-me - foi o primeiro evento que mobilizou a opinião pública; logo em seguida, tivemos a CPI do Presidente Fernando Collor; ato contínuo, a Comissão especial que processou o Presidente Fernando Collor.

Percebe-se logo que esta sala é pequena - a colocação deveria ser feita aí. É evidente que hoje o Congresso está investigando o próprio Congresso e quanto mais transparência houver, melhor. Mas o acesso à imprensa tem sido facilitado ao extremo, como o foi no caso das comissões anteriores. Entretanto, se admitirmos todas as entidades, não tenham dúvida de que não teremos condições de trabalho nesta sala. Nesse caso, teríamos que começar a examinar um outro local. Penso, sem restrição a quem quer que seja, que poderíamos credenciar as pessoas que vão comparecer às reuniões, e não seriam muitas, porque verificamos, com a experiência da Comissão Especial que processou o Presidente Fernando Collor, que o ingresso da imprensa é absoluto. A imprensa é realmente o pulmão da opinião pública. E teríamos, paralelamente à presença dos Senadores e Deputados, inevitável, e de ex-

parlamentares, a presença daqueles que seriam credenciados pela própria Presidência. Se começarmos a abrir o leque - e vai haver curiosidade, isso é importante assinalar -, daqui a pouco teremos esta sala e seus corredores inteiramente tomados; a condição de trabalho não será sustentada; já tivemos a experiência de um calor insuportável na instalação.

Então, ou liberamos, e teremos que pensar num local maior, ou não liberamos no geral, ficando a imprensa com acesso ao local, assim como as entidades que V. Exª ou a Mesa entenderem como necessárias ao nosso trabalho. É importante assinalar que à medida que os trabalhos desta Comissão tiverem andamento, haverá um interesse maior a nível de opinião pública e, conseqüentemente, as pessoas que estão transitando no Congresso - já tivemos essa experiência - vão dizer: "Vamos dar um pulinho até a CPI do Orçamento", o que tornará insustentável nossa condição de trabalho. Teremos que começar a raciocinar por aí: ou liberamos geral, e aí terá que ser um local maior, ou mantemos esta sala, que já tem uma tradição histórica dentro da vida do Congresso brasileiro, e aí não poderemos fazer cortesia a associação de moradores - como muito bem V. Exª falou - e aí será uma coisa imensa, porque todo mundo requer.

Tive ocasião de constatar - tenho impressão que também o Deputado Benito Gama, também - o volume de pedidos de credenciais de entidades. É uma coisa assombrosa!

Então, vamos começar raciocinando em razão do local.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, o Senador Elcio Alvares *contraditou a minha questão de ordem.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou perturbado pela seqüência dos braços levantados, porque daqui a pouco parecerá Mussolini.

Mas quero que tomemos logo uma decisão sobre isso, porque se tomarmos uma hora para decidir, como é que chegaremos em 45 dias ao fim desta Comissão?

Ouço o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, eu não teria muito a acrescentar, a não ser uma preocupação que me restou do esclarecimento dado pelo Deputado José Genoíno, que haveria um credenciamento, isto é, uma decisão de entrar ou não entrar aqui, pela Mesa. Realmente eu não gostaria de ver esse encaminhamento, pois a reunião é pública e aberta e se esta Comissão chamar a atenção do País - e acorrerem muitas pessoas de comportamento, evidente, civilizado, que vêm aqui para acompanhar de maneira correta os acontecimentos -, deveremos cogitar de um outro local para o funcionamento da Comissão, porque pior seria para os trabalhos desta Comissão, cercear o ingresso de cidadãos de bem que queiram vir aqui. A idéia da identificação é correta, mas o cerceamento, realmente, seria um bom encaminhamento.

Há, por exemplo, a sugestão de vários companheiros de que o plenário do Senado seria o ambiente mais adequado para o funcionamento de Comissão desta natureza.

Assim, Sr. Presidente, deixamos a sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, penso que esta CPI tem que começar pela consciência da natureza da sua atividade: é uma investigação. É claro que o Regimento fala que os atos têm que ser públicos. Mas as audiências é que são públicas. Como faremos uma investigação se estabelecermos planos, estratégias de conduta, de público? O criminoso tem tudo para se defender! Temos que ser, no mínimo, tão inteligentes como o criminoso, porque não vamos investigar um delito de morte! Vamos investigar um delito de inteligência. Então, nesta Comissão, vamos precisar de muitas reuniões reservadas. Tenho certeza disso.

Até já vou levantar uma questão importante: como são diversas as pessoas indiciadas **in generi**, acredito que cada uma delas terá que ser ouvida em segredo de justiça, para que possamos comparar os depoimentos. O que nos interessa? Descobrir a verdade? Desvendar a verdade? E junto com a verdade queremos o máximo de transparência, mas o máximo de transparência **a posteriori**. Temos que ter estratégias de trabalho, inteligência, esperteza, para chegarmos à descoberta do delito. Então, é muito bonito fazer o papel: "Sou democrata e quero tudo transparente!" Mas, investigação transparente não investiga nada! Tomem nota disso. A investigação tem que ser esperta, *no mínimo tão esperta como o criminoso investigado. Esta é que é a verdade.* Então, vamos ser realistas, vamos precisar de muitas sessões secretas. Temos que ouvir os indiciados à parte e com muito cuidado até com os auxiliares. Até com o número de auxiliares que vão ficar aqui dentro vamos ter que ter cuidado, para depois poder perguntar para o outro "por que você disse isso?", para ver se os dois estão dizendo a mesma coisa. É uma coisa simples de se compreender.

Então, nobre Presidente, creio que devemos, desde logo, fazer esta reserva: transparência sim, mas não a ponto de inutilizar uma investigação que é definitiva para o destino da democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois de ter ouvido os ilustres colegas que opinaram sobre isso, volto à questão.

O nosso colega Deputado Genoíno, no meu entender, quis fazer com que as reuniões públicas não fossem totalmente abertas a qualquer um, ou pelo menos que soubéssemos credenciar quem entraria aqui. O ambiente é pequeno para isso, não há

dúvida. Qualquer tipo de discriminação geraria protestos. Então, quanto às questões de necessidade de reserva, o Regimento nos abriga, porque diz que "as reuniões serão públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a comissão". Então, toda audiência, todo momento em que formos fazer esse tipo de trabalho que requer evidentemente que até outro indiciado ou indicado - chamaria de indiciado - não tome conhecimento do que foi dito aqui, vamos tomar em segredo. Acho que isso não haveria problema.

Passo a solicitar apenas que a Mesa possa, numa próxima reunião de trabalho, sugerir a respeito da proposta do Deputado Vivaldo Barbosa, de transferir desta sala para outra, no caso, o plenário do Senado, que traria algumas complicações, porque temos hoje quatro organismos funcionando. Temos a Câmara, o Senado, o Congresso e a Revisão, e com isso a disponibilidade do plenário do Senado pode ser difícil para atender a essa sugestão.

A outra, como vi os senhores fazerem na chamada CPI do PC Farias, era colocar nas sessões públicas um telão no auditório. E quem quisesse, assistiria no auditório. Aí, sim, isso se compatibilizaria com a proposta do Deputado Genoíno, e aqui nós ficaríamos com o grupo que tivesse acesso credenciado a esta sala, mas todos teriam conhecimento do que estava se passando aqui.

O SR. ELCIO ALVARES - O depoimento do depoente, Presidente, é uma avalanche imensa, porque isso vai num crescendo; o José Carlos, por exemplo, se for ouvido aqui, é um ponto de inquietação. Então, eu acredito que se deveria ter muito cuidado no controle da presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, proponho também que este Plenário examine a decisão que em princípio tomei. Sabemos que o PPR teve outra vez a honra de indicar o Senador José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro, como seu suplente nesta Comissão.

Eu soube que o PCdoB, que me procurou, também estaria, por uma decisão do PT, com uma suplência na Casa. De maneira que com isso acredito que vamos eliminando esta questão de proporcionalidade de não permitir que todos os partidos tenham acesso à Comissão.

Independentemente disso, creio que a Comissão pode funcionar com a presença de qualquer partido ou representado de maneira informal. Os votos são privilégio dos titulares ou dos suplentes quando a estes substituam, mas a voz pode ser livre, desde que tenhamos uma disciplina nas questões de ordem que vão ser levantadas.

Eu preferiria, por exemplo, que na hora em que uma questão de ordem for levantada, um Partido que tenha assistência aqui, que fosse feita pelo representante do Partido. Não posso cercear, mas seria mais econômico de nossa parte que não proporcionássemos tantas questões de ordem de pessoas que não pertencem à Comissão e que podem, no fim, fazer exatamente o contrário do que desejam, retardar as decisões que temos de tomar.

Peço ao Relator que leia o requerimento do Deputado Luiz Salomão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Requerimento de intimação:

"REQUERIMENTO Nº , DE 1993

Requerimento de intimação do Sr. José Carlos A. dos Santos para prestar depoimento imediatamente.

Sr. Presidente:

Requeiro, com amparo no art. 151 do Regimento Comum, art. 148, § 2º, do Regimento do Senado, e inciso II do art. 36 do Regimento da Câmara dos Deputados, seja intimado o Sr. José Carlos Alves dos Santos, autor das denúncias que serão apuradas por esta Comissão, para vir depor ainda hoje, em horário designado por V. Exª, a respeito de todas as declarações veiculadas na imprensa.

Esclareço, por oportuno, que o presente requerimento se justifica pelo fato de que o depoimento do referido cidadão é essencial para o início das investigações e, dada a exigüidade do tempo que esta Comissão terá para realizar seus trabalhos, deve ser colhido imediatamente.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 1993.

Dep. LUIZ SALOMÃO"

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo esclarecer que, em conversa preliminar com o Deputado Roberto Magalhães - ambos éramos, em ser, Presidente e Relator, só hoje é que somos - eu havia perguntado a S. Exª se não seria mais interessante começarmos, já hoje, convocando ou convidando - esse termo temos que ter cuidado em saber como dizer - o Deputado João Alves, porque fiquei impressionado com, num debate, em discurso do Senador Pedro Simon no Senado, a um aparte dado ao Senador Elcio Alvares, mostrando que na revista **Veja**, onde se contém essa entrevista, o único ponto consistente, segundo S. Exª, era exatamente quando o denunciante dizia que ao Deputado João Alves é que cabia entregar a mala do dinheiro, e que isso já lhe havia sido confessado. Mas ponderou hoje a mim o Deputado Roberto Magalhães, Relator, que ele preferiria que fosse iniciada a primeira investigação exatamente pelo denunciante José Carlos. Como até ao meio-dia nós devíamos dar

entrada naquele documento que eu antecipei - tomei a liberdade de fazer logo ao Ministro da Justiça -, já deve estar na mão do Ministro Maurício Corrêa essa trasladação do preso para a custódia da Polícia Federal, que já deverá estar feita à tarde.

E a sugestão que eu faria, em complementação ao requerimento do Deputado Luiz Salomão, é que marcássemos uma hora para ouvi-lo já hoje, porque o seu depoimento seria... Imagina, como disse o nosso Relator, se ele chega e nega toda a entrevista. Começaria por aí.

Também gostaria de ser autorizado, na Mesa, a fazer solicitação formal, portanto escrita, ao Procurador-Geral da República, para que nos proporcione a presença de dois Procuradores-Gerais para o acompanhamento do trabalho. Creio que não há objeção contra isso, até porque já há precedente feito em CPI anterior.

Senador Pedro Simon, era bom ligar o microfone, porque está sendo gravado.

O SR. PEDRO SIMON - Acho que a proposição de V. Exª é da maior importância. Só que eu acrescentaria que é importante que seja uma deliberação do Plenário, e que o Plenário concorde que V. Exª envie um ofício, em nome do Plenário, para o Procurador-Geral designar, eu diria três Procuradores, para acompanharem todos os trabalhos desta Casa. Eu solicitaria, também, que se pedisse ao Tribunal de Contas da União, para que também o Tribunal de Contas da União enviasse três da sua equipe para fazer o acompanhamento dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª, mas a única discordância nossa seria de aritmética, porque pedi dois e V. Exª quer três. Fora disso, quando eu proponho e o Plenário se mantém silente, eu estou aprovado pelo Plenário, suponho.

Ouço o Deputado Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, hoje os jornais trazem: "CPI sobre corrupção no Orçamento começa devassa contra Parlamentares". Este é o espírito que está na rua e na imprensa. Quando vejo o requerimento do Deputado Luiz Salomão, e depois o entendimento de V. Exª com o Relator, transferindo a audiência do Deputado João Alves para depois de ouvir o depoente José Carlos Alves dos Santos, acho isso da maior importância. Porque nessas primeiras reuniões vamos estabelecer os critérios: a CPI é contra os Parlamentares ou é contra a corrupção que envolve alguns Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Envolve supostamente.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Supostamente. No momento em que ouvirmos um Deputado, em primeiro lugar, estamos praticamente confirmando uma linha contra os Parlamentares. Creio que o requerimento do Deputado Luiz Salomão é absolutamente correto, a decisão de V. Exª também é absolutamente correta. Mas, antes de ouvir qualquer Deputado, eu gostaria ainda que esta CPI, que foi requerida com base em declarações do cidadão José Carlos Alves dos Santos à revista **Veja**, onde se acusa um Deputado, creio que poderíamos acrescentar que se não fosse escandaloso do ponto de vista político ou publicitário, que também, já que a **Veja** foi um elemento que instruiu o pedido da CPI - então, temos um denunciante, o Sr. José Carlos Alves dos Santos, temos o veículo de denúncia, a **Veja** - portanto, acho absolutamente necessário que se ouça o Sr. José Carlos Alves dos Santos, o denunciante; o veículo de denúncia, que é a **Veja**, através do seu diretor ou do seu repórter; e, em terceiro lugar, iniciaríamos a ouvida de Deputados.

O que não pode, absolutamente, é que esta CPI, e V. Exª já decidiu muito bem, comece por acusados; tem que começar pelos denunciantes. Então, o denunciante é José Carlos Alves dos Santos, o veículo de denúncia mais notado e que instruiu a CPI é a **Veja**, e em seguida, depois desses dois depoimentos, a Comissão designaria ou resolveria a quem ouvir. Mas acredito que quanto ao diretor da **Veja**, que é o veículo da denúncia, embora guardando o sentido de informação que a imprensa possa ter, existe uma relativa responsabilidade ou grande responsabilidade. Eu queria acrescentar que, além do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que tem que ser realmente o primeiro, porque é o denunciante, o veículo da denúncia, que é a **Veja**.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É sobre a mesma proposta?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim, mas para aduzir um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não for sobre a mesma, eu lhe concederei a palavra logo em seguida. Gostaria de prosseguir o ponto de vista...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - É sobre a mesma proposta, porque há um requerimento de oitiva da testemunha José Carlos Alves dos Santos hoje, e, ao lado disso, há uma diligência requerida no sentido de se ouvir também o jornalista da revista **Veja**.

Estou de acordo com a oitiva do Dr. José Carlos e gostaria de aduzir um pedido a V. Exª para nosso esclarecimento no momento de inquiri-lo.

Primeiro: se V. Exª podia oficiar ao Secretário de Segurança do Distrito Federal, para que tivéssemos a cópia dos cinco primeiros depoimentos do Sr. José Carlos nos cinco inquéritos onde ele está arrolado. Era importante para que nós pudéssemos, ao lado da matéria da revista **Veja**, ter também o cotejo das suas afirmações e dos seus depoimentos junto à Polícia. Porque eu acho que num dos depoimentos - porque é tanta informação de jornal a essas alturas, que não me recordo - ele já começou a demonstrar essa vontade de colocar alguma coisa em relação à

Comissão de Orçamento num dos depoimentos prestados à Polícia Civil. Depois a **Veja** faz a oitiva dele num depoimento entre apreensão de dinheiro em banco. Então, eu pediria a V. Exª a cópia desses depoimentos. Era importante que tivéssemos em mãos na hora de ouvi-lo.

Segundo. Sr. Presidente: a cópia do laudo da materialidade da corrupção. É a primeira vez de um caso de corrupção que se tem materialidade, que é o dinheiro. O mais difícil vínculo da prova da corrupção é o dinheiro, e há a materialidade. Tem a notícia do fato criminoso e há a materialidade do fato, que é o dinheiro. Então, eu pediria a cópia do laudo da Polícia, que sustenta a existência de 1 milhão e 400 mil ou 1 milhão e 300 mil dólares. Era importante para nós.

Sr. Presidente, e a data da descoberta desse cofre. Há quanto tempo ele tinha o cofre em banco? Por que estou lhe fazendo essas perguntas? Porque vamos caminhar em dois tipos penais. Ou vamos caminhar na legislação da corrupção do funcionário público, legislação de 92, dependendo de quando tenha acontecido o fato, que é uma legislação muito mais dura e vai nos nortear para um questionamento em função do texto da nova lei penal, no que toca a compulsão e peculato do funcionário público, ou vamos nos voltar para um texto mais brando da lei, porque a lei penal não retroage prejudicando. Temos que saber o nosso posicionamento técnico. Sr. Presidente, independentemente das colocações políticas, e quero saber se vamos caminhar à letra do Código Penal de 1940.

Então, são informações, para nós aqui, hoje, ao ouvirmos o Sr. José Carlos, de fundamental importância, para nos dar o norte técnico, ao lado do resguardo político e do zelo que a Comissão está tendo e que é muito louvável.

Pediria a V. Exª, pelo lado técnico, que tivéssemos em mãos esses documentos, porque gostaria de aprofundar o meu questionamento ao Dr. José Carlos.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de conceder a palavra ao Relator, consultaria aos Deputados Roberto Rollemberg e Roberto Jefferson se não seria interessante ouvir e trazer não apenas o jornalista da **Veja**, mas, também, o da **Isto É**, que também publicou, embora com um tipo de entrevista menor. São duas revistas e, conseqüentemente, dois depoimentos dados pelo mesmo denunciante.

O SR. ELCIO ALVARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Darei a palavra a V. Exª, Senador, porém, quero ouvir como repercute a minha idéia em relação ao proponente.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Acredito que essa extensão de V. Exª está dentro do espírito de esclarecimento preliminar das denúncias.

Estou de pleno acordo, porque, afinal de contas, veículo de denúncia também tem responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

Tem a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, o Senador José Paulo Bisol teve um início de fala que considerei importante, que é o sentido exatamente da investigação.

Quero cumprimentar o Deputado Roberto Jefferson que, com a experiência de advogado criminalista, colocou muito bem o problema.

De saída, colocaria uma pequena oposição quanto à convocação do editor da revista **Veja**. Há o repórter que tomou a matéria, que seria talvez a pessoa mais indicada dentro do contexto. Mas acredito que, nessa fase preliminar, há o seguinte problema, que coloco com a maior tranqüilidade: temos o elemento que deu início ao processo, o Sr. José Carlos dos Santos; dentro da matéria, há o envolvimento direto de um colega nosso, que é o Deputado João Alves. O Deputado Roberto Jefferson falou bem: as peças que já foram produzidas no âmbito do inquérito policial seriam peças de subsídio, muito valiosas para a formação da nossa convicção e até para nos dirigir dentro do interrogatório, que seria feito, do Sr. José Carlos dos Santos.

Mas não sei, Sr. Presidente: quero arriscar: se José Carlos declara de modo categórico - li e reli a matéria publicada na **Veja**, que me parece a matéria de maior importância dentro do âmbito da discussão nossa -, ele fala, levanta dúvidas, e como levanta dúvidas! Em horas tantas, quando ele é indagado: "E o senhor tem provas disso?", ele repete duas negativas: "Não, não, quem sabe disso é o Deputado João Alves", etc. etc.

Então, acredito que, dentro de uma sistemática de investigação, que deve começar a presidir os nossos trabalhos e também a formação de uma relativa materialidade - que o Deputado Roberto Jefferson falou muito bem, temos que formar a prova dentro de um conceito técnico -, parece-me que o segundo depoimento, ouvido o José Carlos, seria o depoimento do Deputado João Alves.

O confronto dessas duas peças serviria para o surgimento, logo de saída, de uma figura muito comum na oitiva do processo penal, que seria a acareação, porque, aí, teríamos um elemento mais concreto.

Sr. Presidente, hoje, uma matéria me chamou muito a atenção, e convoco a atenção dos Srs. Senadores e Deputados - entreguei, inclusive, a cópia dessa matéria ao Senador Pedro Simon - há uma página inteira do **Jornal de Brasília** de hoje - perdoem-me essa digressão, mas a considero da mais alta importância - em que o delegado que está presidindo o processo contra José Carlos dos Santos levanta, de maneira afirmativa, a tese de que ele está ligado ao narcotráfico, e faz reflexões que considerei muito importantes - temos que ouvi-lo - de que toda essa montagem que foi

feita - ele está investigando nesse sentido - sugere a hipótese, inclusive, de que a possível morte da mulher dele é atribuída ao narcotráfico.

Por que estou dizendo isto? O Deputado Roberto Jefferson falou com a grande experiência que tem. Não sou advogado criminalista, mas já participei de alguns processos criminais. Há evidente o intuito, Sr. Presidente, - e não vamos nos escusar disso, porque temos um fato concreto, que é a Comissão do Orçamento, e não podemos perder isso de vista - do advogado que instruiu o José Carlos para levantar isso, que os dólares de corrupção não são os mesmos dólares de narcotráfico, para efeito da investigação policial. Isso é claro, iniludível. E por que José Carlos tinha medo de ser morto?

Algum Deputado, algum Senador envolvido iria matá-lo? Não, negativo.

Então, Sr. Presidente, neste momento, a sugestão que faço, com o maior empenho de esclarecimento, é de que temos que ouvir o José Carlos. Ele é a peça inicial.

Depois de ouvido o José Carlos, e aí já teríamos essas peças nas mãos, o que seria importante, teríamos de convocar o Deputado João Alves para prestar um depoimento, falando sobre esse depoimento inicial dele, que produziu esse escândalo todo no País. E, a partir daí, se houver ponto contraditório...

O caso da Revista **Veja**, não sou contra. Pode ser convocado, mas aí não seria o editor. Vou mais além: para efeito da prova, o importante é o repórter que tomou o depoimento. Eu não me lembro do nome dele. Parece que é Policarpo Júnior, se não me engano.

Sr. Presidente, dentro da linha de raciocínio do Deputado Roberto Jefferson, nós deveríamos ouvir, primeiramente, o José Carlos e, em segundo lugar, o Deputado João Alves; se houvesse divergência flagrante, nós partiríamos para a acareação e, a partir desse instante, já com os elementos que pudessem ser fornecidos pelo delegado processante do inquérito policial, nós teríamos os primeiros passos desta Comissão.

Essa a colocação que faço, sem embargo da convocação do representante da revista **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São vários os braços levantados. Se for o caso de tratar da matéria, a mesma, para mim, no momento, significa o seguinte: de acordo com a proposta feita pelo Deputado Roberto Rollemberg, deveremos, depois de ouvirmos o José Carlos, ouvir editores ou então o repórter que assinou a matéria; enfim, o responsável pelas duas matérias da **Veja**. Contra isso parece que se opõe o ponto de vista do Senador.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - *Eu queria fazer uma proposta.*

O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu queria primeiro ouvir isso e encerrar para passarmos...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª foi o primeiro a pedir a palavra?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, Deputado Maurício Najar. Eu queria fazer uma proposta que me parece conciliatória. Eu noto que já estamos, nesta primeira reunião, traçando um roteiro muito vasto, muito amplo no setor de investigações. Acho que deveríamos ouvir apenas José Carlos Santos. Se ele viesse a negar, aí haveria necessidade de ouvir jornalistas e até quem o deteve, para comprovar que aquela primeira versão era real.

Segundo, depois do depoimento do José Carlos Santos é que esta Comissão teria condições de dar mais um passo no seu roteiro, independentemente do que propõe o Deputado Roberto Jefferson, que diz respeito ao problema da materialidade e que seria uma maneira de instruir a todos nós sobre como nos conduzirmos durante o depoimento do José Carlos Santos.

Para sintetizar, ouviremos o José Carlos Santos e logo em seguida a reunião deliberará quanto ao próximo passo do roteiro.

Essa a proposta que deixo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de conceder a palavra, eu proponho o seguinte: parece tranqüilo para todos nós que a primeira audiência seja feita com o denunciante, José Carlos. Então, para ganhar tempo e para fazê-la hoje, que é o que quero propor, já tomaríamos esta primeira decisão: ouvi-lo. A partir da audiência dele, nós tomaríamos todas as decisões seguintes.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não houver objeção, combinaríamos, talvez, para as 4 horas da tarde. V. Exªs aceitam? Às 16hs de hoje, traremos aqui o Sr. José Carlos não sei das quantas.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há tempo hábil. Ele está preso e à nossa disposição.

O SR. ELCIO ALVARES - Pela ordem. Sr. Presidente. Acho importantíssimo, no requerimento do Deputado Roberto Jefferson - vai haver tempo para isso, houve nas outras CPIs -, solicitar imediatamente ao delegado processante as peças dos depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esse era o ponto que eu ia tratar em seguida. Pelo que entendi do que disse o nosso nobre colega da Câmara,

Deputado Roberto Jefferson, para essa audiência já seria interessante dispor desse material.

A pergunta que eu faria a V. Exªs, talvez pela minha origem, é se eu posso dirigir-me ao Secretário de Segurança ou se eu o faço via Governador.

Vou dar-lhe a palavra depois de ouvir o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, eu não quero comparar as duas Comissões, mas sempre que nós precisávamos, até ao delegado, na época da CPI do PC, nós íamos. Acho que V. Exª poderia designar um ou dois Parlamentares para entrar em contato com o Secretário e até com o delegado que ouviu o depoimento.

O SR. PAULO BISOL - Tem que ser. Pela agilidade e rapidez.

O SR. BENITO GAMA - Pela agilidade e rapidez: inclusive, não desprezando a formalidade do ato. O Presidente designaria duas pessoas, dois membros credenciados que poderiam requisitar do delegado. E isso seria aprovado aqui, na Comissão. Isso porque, Presidente, nós tivemos, na época, um problema com relação a atas. Acho que essas convocações, no caso, por exemplo de hoje para as 16h, formalmente, porque foi um requerimento verbal, votado, para constar na ata que teve uma votação, por unanimidade etc e tal. Essa é uma questão aparentemente simples, mas não é. Porque, no futuro, a questão das atas realmente pode complicar um pouco o processo, exatamente em juízo.

Então, acho que essas questões de requisitar documentos e fitas etc., acho que V. Exª poderia transferir para membros da Comissão, desde que aprovado pela maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acha V. Exª que, nesse caso, é mais prudente, ao invés de ouvir às 16h, ouvir às 17h para dar tempo de obter esses dados?

O SR. BENITO GAMA - Acho que 17h é uma hora razoável, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, a primeira decisão que tomaríamos aqui...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A CPI pode requisitar, informações e convocar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Diretamente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL -...qualquer autoridade sem mediações de Governadores, de Presidente da República, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deriva de uma deformação de natureza militar.

O Senador Eduardo Suplicy pediu a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES - Presidente, quanto ao horário de 16h pelo contato telefônico seria suficiente, porque o depoimento de José Carlos vai ser bastante longo, não tenho dúvida disso. Começaríamos às 16h. E, praticamente, de forma paralela, alguém da Comissão seria incumbido de manter contato por determinação da Mesa com o delegado processante para tomarmos as providências e depois seguir um ofício que iria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª satisfará também a imprensa, porque a partir das 16h, sendo 17h, ficará mais tarde para o fechamento. Não tinha pensado nisso.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas acho que o problema do José Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Também não.

O SR. ELCIO ALVARES - Acho o seguinte, Presidente: esse depoimento é um depoimento imprevisível. Se ele tiver a disposição de contar fatos, vamos varar a madrugada dentro desta sala.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou tocar a campainha; e sempre V. Exªs me desculparão quando o assunto começar a ser repetitivo.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria, Sr. Presidente, de propor a V. Exª que requeira junto ao Supremo Tribunal Federal que seja encaminhada cópia, de aproximadamente mil páginas, do processo iniciado por requerimento deste Senador e do Deputado José Genoíno Neto, em outubro de 1991, ao Procurador-Geral Aristides Junqueira Alvarenga, quando solicitamos para averiguar o procedimento de intermediação por parte do Sr. Normando Leite Cavalcante, titular da empresa Serviços de Assessoria Ltda. - SEBAL -, e relacionados a fatos envolvendo o Deputado Federal João Alves, ex-Relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Esse inquérito, presidido pelo Delegado Magnaldo Costa, chegou a conclusões sobre como era feita a intermediação de verbas. Acredito, Sr. Presidente, em especial, pelo menos, o Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a atenção, por obséquio.

O SR. EDUARDO SUPLICY -...Deputado Roberto Magalhães deveria ter a possibilidade de ler esses documentos, se possível, antes - obviamente, seria bom que toda a Comissão lesse - mas, se possível, antes da vinda do Deputado João Alves, porque aqui há uma riqueza muito grande de informações. Essa é a primeira solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está defenda.

V. Exª me desculpe as interrupções que às vezes a Mesa faz e que não podem ser caracterizadas como qualquer tipo de desatenção a V. Exª; é porque somos solicitados aqui de várias maneiras.

Quanto a essa primeira parte deferida, o Relator dela tomará conhecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator pediu a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como estamos na expectativa de ter, à tarde, a primeira inquirição, que é a do denunciante José Carlos Santos, gostaria de levantar uma preliminar que entendo deva ser resolvida antes dessa inquirição.

É o seguinte, Sr. Presidente: O ato que criou esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito declara que esta Comissão deverá apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos referentes às atividades dos parlamentares, membros do Governo, e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União. Então, Sr. Presidente, aqui não é contemplada nenhuma autoridade estadual, e sabemos que há referências a dois governadores.

Tenho a impressão de que o ato não foi omisso e que a não referência aos governadores é o reconhecimento de que por crimes políticos os governadores respondem perante a Assembléia Legislativa e nos comuns respondem perante o Supremo Tribunal Federal. Então, os comuns poderíamos investigar, os políticos não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Peço a palavra para um esclarecimento, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A leitura do requerimento para a formação da CPI foi feita como acréscimo às informações que V. Exª parece ter. Ele tem um adendo no final que contempla todas as hipóteses que digam respeito a problemas de corrupção na Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado, mas o que eu gostaria é que isso fosse resolvido aqui na Comissão, para que pudéssemos ter a segurança de argüir ou não o denunciante com referência aos governadores, senão não teremos por quê.

Então, pediria ao Presidente que submetesse à apreciação e decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que, inadequadamente, essa questão foi levantada como questão de ordem ainda ao Presidente da Câmara quando estava tratando apenas de instalação da Comissão. Lembro-me, se minha memória não me trai, que foi levantada uma questão de ordem pelo Deputado Bento Gama e dada a resposta, com provimento, pelo Presidente da Câmara a que qualquer autoridade governamental federal, estadual ou municipal seria objeto das audiências aqui.

O SR. MORONI TORGAN - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Moroni me desculpe, mas vou dar a palavra pela ordem ao Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOISIO MERCADANTE - Trata-se apenas de uma questão preliminar que me preocupa bastante, já que hoje nós traremos esse preso para cá. Quem responsabilizaremos pela segurança dele? É importante que se tenha isso em mente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Responderei a sua pergunta em um momento. No documento que firmei dirigido ao Ministro da Justiça - e que li - essa segurança cabe à Polícia Federal. No entanto, como temos segurança interna, vamos discutir esse assunto. Quando eu vinha aqui como Ministro de Estado, não deixava a minha segurança entrar aqui, pois achava que era um desprestígio para as Casas, mas teremos nós a decisão a tomar. Ele pode vir até a porta do edifício e ser entregue a nossa segurança, se os senhores aceitarem isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Acho importante, porque qualquer coisa que acontecer a esse preso torna extremamente suspeito o próprio Congresso. Então, temos que tomar as nossas precauções.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então eu insistiria que a Polícia Federal o acompanhasse até a sala.

O SR. MORONI TORGAN - Junto com a nossa segurança. Vamos colocar dupla segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa observação que ele fez foi ao contrário do que desejo, porque, se estamos aqui sob suspeitas indevidas, como por exemplo, se temos ou não condições de julgar nossos companheiros, imagine amanhã se este homem chega aqui e há uma "queima de arquivo" dentro do Congresso, ele tendo a segurança apenas do Congresso.

O SR. MORONI TORGAN - Deixe-me reformular a minha colocação: acho que temos que delinear isso. Acho que a segurança do Congresso é plenamente capaz de ter a responsabilidade da segurança dele aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a atenção do Plenário, pois o Deputado Luiz pediu a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dentro da preocupação manifestada pelo Deputado Moroni Torgan, quero ressaltar que a Comissão tem poderes, sim, para requisitar a presença do preso. No entanto, essa requisição, Sr. Presidente, tem que ser

dirigida à autoridade competente para atender à requisição. No caso, a pessoa foi presa em flagrante e se encontra à disposição da Justiça. Então, entendo, salvo melhor juízo. que essa requisição deverá ser feita ao juiz sob cuja custódia ele se encontra, exatamente para ter a questão da responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está feita a colocação. Ainda há pouco, com a experiência do Deputado Benito Gama, ele citou que...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não havia réu preso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora ele está preso, à disposição da Justiça. Então a pergunta é: teríamos que passar obrigatoriamente por esse esquema ou posso pedir à Polícia Federal que um preso sob sua custódia seja trazido aqui por ela para uma oitiva?

O SR. LUIZ MÁXIMO - A Polícia Federal pede anuência à Justiça.

O SR. MORONI TORGAN - A colocação parece-me correta, Sr. Presidente, mas parece-me que o próprio Secretário de Segurança, ou o Diretor da Polícia Federal vai tomar essa atitude em relação ao Judiciário. Ele comunica imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Era bom não ferir melindres de ninguém.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, a CPI tem poder de Justiça; o nosso poder de Justiça também existe na Constituição.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente. apenas para uma colaboração à questão anterior levantada por V. Exª, coadjuvada pelo Senador Pedro Simon, de que a solicitação dos procuradores e auditores do Tribunal de Contas fosse feita não para acompanhar, mas para prestar assessoramento técnico aos trabalhos da Comissão. A questão poderia...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estava entendendo esse acompanhamento assim, mas V. Exª precisa melhor. O meu desejo é que realmente participe nos auxiliando.

Agora, se não tomarmos decisões rápidas, não vamos ter tempo de fazer todos os contatos, inclusive com esse problema levantado corretamente pelo Deputado Luiz Máximo.

Nossa reunião de trabalho, eu a concluiria agora; passaríamos a essas providências para, às 16h, termos aqui a oportunidade de ouvir o primeiro depoente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h25min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 2ª. Reunião, realizada em 20 de outubro de 1993.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezesseis horas, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Jarbas Passarinho (Presidente), Élcio Álvares, Iran Saraiva, Luiz Alberto, Garibaldi Alves Filho, Pedro Teixeira, Francisco Rollemberg, Eduardo Suplicy, Magno Bacelar, Wilson Martins, Gilberto Miranda, Jutahy Magalhães, Esperidião Amin, Deputados Aloízio Mercadante, Sérgio Miranda, Benito Gama, Fernando Freire, José Genoíno, Tilden Santiago, Jandira Feghali, Luiz Máximo, Zaire Rezende, Sigmaringa Seixa, Maurício Najar, Luiz Girão, Odacir Klein, Ernesto Gadelha, Aldo Rebelo, Maria Luiza Fontenelle, Roberto Rollemberg, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Roberto Jefferson, Costa Ferreira, José Luiz Maia, Paulo Ramos, Regina Gordilho, Ricardo Fiuza e Leomar Quintanilha reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de

recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade a oitiva do Senhor José Carlos Alves dos Santos, que se dará por volta das dezoito horas. A seguir, a Presidência submete ao Plenário, em votação nominal, se prossegue com a reunião interna ou se retorna às dezoito horas com a oitiva do Senhor José Carlos Alves dos Santos. Em votação, é aprovado, por onze votos favoráveis, o prosseguimento da presente reunião. Usam da palavra os Senhores Senador Eduardo Suplicy, Deputados Roberto Magalhães, José Luiz Maia, Luiz Salomão e Senador Pedro Simon. Com a palavra, o Senhor Senador Epitácio Cafeteira requer que a Comissão tenha acesso às emendas apresentadas, esse ano, ao Orçamento da União, devidamente processadas pelo PRODASEN. Com a palavra, o Senhor Deputado Aloizio Mercadante requer que seja solicitado ao PRODASEN todo o processo orçamentário, desde a primeira peça dos Ministérios, do DOU, relatórios parciais, relatórios gerais, Orçamento publicado e Orçamento executado. Usam da palavra os Senhores Senador Garibaldi Alves Filho, Deputado Maurício Najar, Senadores José Paulo Bisol e Elcio Alvares. Com a palavra o Senhor Presidente propõe, que o requerimento do Senhor Deputado Aloizio Mercadante, seja apreciado ao final dos trabalhos. Usam da palavra os Senhores Deputado Pedro Pavão e Senador Raimundo Lira. A Presidência suspende os trabalhos por trinta minutos. Reaberto os trabalhos a Presidência presta alguns esclarecimentos preliminares, informando que o depoente já encontra-se a caminho. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Eduardo Suplicy, Deputado Pedro Pavão, Senador Elcio Alvares e Deputado Maurício Najar. Presente o Senhor José Carlos Alves dos Santos, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que proceda a leitura do termo de compromisso. Após o juramento de praxe o Senhor Relator faz as indagações iniciais. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Luiz Salomão, Wilson Müller e Aloizio Mercadante. Com a palavra o Senhor José Carlos inicia seu depoimento tecendo considerações sobre sua entrevista publicada na revista "Veja". A seguir passa-se a fase interpelatória quando usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Deputado Roberto Magalhães, Senador Eduardo Suplicy, Deputados Vivaldo Barbosa, Aloízio Mercadante, Luiz Salomão, Senadores Garibaldi Alves Filho, Luiz Alberto, Deputados Roberto Jefferson, Sigmaringa Seixas, Senador Pedro Teixeira, Deputado Pedro Pavão, Senadores Gilberto Miranda, Ney Maranhão, Deputados Fernando Freire, Benito Gama, Senadores Pedro Simon e Francisco Rollemberg. A Presidência suspende a reunião por vinte minutos. Reaberto os trabalhos e dando prosseguimento à fase interpelatória, o Senhor Presidente passa a chamar a lista dos suplentes e não membros da Comissão. Usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Deputado Sérgio Miranda, Senador José Paulo Bisol, Deputado Fernando Carrion, Senador Eduardo Suplicy, Deputados Costa Ferreira, Ricardo Fiuza, José Luiz Maia, Paulo Ramos, Aldo Rebelo Ernesto Gradella, Regina Gordilho, José Genoino e Roberto Magalhães. Com a palavra o Senhor Senador Elcio Alvares sugere que o próximo depoimento seja do Senhor Deputado João Alves. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião interna a realizar-se hoje, as onze horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, EX-DIRETOR DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião.

Srs. Congressistas, deveríamos começar agora, às 16 horas. Estou fazendo o máximo que posso, falando o mais alto que posso. Mas peço silêncio para poder ser ouvido. Hoje, portanto, às 16 horas, estava marcado para ouvirmos aqui o depoimento do Sr. José Carlos.

Acontece que passamos o telex na hora do almoço, em seguida à nossa reunião de trabalho aqui, ou seja, às 13 horas e 24 minutos, e há 5 minutos recebi a informação do delegado da Polícia Federal que está encarregado de trazer o preso de que só naquele instante o estava recebendo, vindo da Papuda, segundo a expressão do delegado, com uma parafernália de segurança que incluía inclusive helicóptero. Então, ele achava que precisaria de 2 horas. Aliás, primeiro ponderava se podíamos passar para amanhã o depoimento, e pedi que não; solicitei que ele fizesse chegar ainda hoje. Ele admitiu que dentro de 2 horas, no máximo, poderá então ter feito o estudo do trajeto em segurança dessa pessoa, para ela poder aqui fazer o seu depoimento, o que seria, no máximo, às 18 horas.

É um fato inultrapassável, não há nem como modificá-lo e, portanto, o depoimento deve ser iniciado provavelmente às 18 horas.

Como há aqui requerimentos, poderíamos tirar partido disso e continuar a nossa reunião, se os Srs. Congressistas concordam, para discutir essas questões internas da direção da CPI. Para isso eu pediria...

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Já era previsível, e com o passar dos minutos vamos ter a configuração daquele quadro que foi dito na reunião anterior: realmente este recinto vai ficar pequeno para o depoimento que vai ser prestado às 6 horas da tarde. Estamos verificando que está praticamente tomada a sala e à medida que luzes de refletores, que a respiração humana, tudo isso.

Penso que com essas duas horas que temos - não sei como seria assim de repente - poderíamos nos acudir de um local maior, porque os próprios integrantes da Comissão, os Deputados e Senadores presentes, estão mal-acomodados. Há uma expectativa muito grande em torno desse depoimento. Já que há um **handicap** de duas horas, vamos ver se nesse período de tempo imaginamos alguma coisa que permita à Mesa, com a maior tranqüilidade também, ter o comando da sessão, e a todos os presentes aqui acomodar-se numa posição mais ou menos razoável. Vários integrantes da Comissão estão mal sentados - há alguns em pé! - e sem microfone também, outro aspecto sério...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acredito que isso se deu quando V. Exª também fazia membro brilhante da Comissão anterior.

O SR. ELCIO ALVARES - Exatamente. Mas houve um detalhe para que chamei a atenção de manhã. Pode parecer uma medida muito dura, mas só houve acesso aos membros da Comissão, aos jornalistas e às pessoas credenciadas pela Mesa. Evidentemente, estamos pressentindo, o número de pessoas aqui presentes já extrapola em muito, porque, na verdade, há curiosidade dos Parlamentares também - estamos sentindo que há um grande número de Deputados e Senadores. Na outra Comissão não houve essa curiosidade.

Teríamos que começar a pensar nisso, porque vai ficar muito difícil. A medida que houver divulgação desta Comissão e aumentar o interesse em torno dos depoimentos, vai-se repetir o problema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo, Senador. Em todo planejamento nada acontece exatamente como se planejou e há, evidentemente, a necessidade de se fazer o que, em tática, chamamos de conduta do combate.

O problema é que temos grande dificuldade de fazer modificações súbitas de local. Temos quatro órgãos funcionando: Câmara, Senado, Congresso e Revisão.

Bom, podemos, no momento, saber que o plenário do Senado está livre. Mas estava convocada para as 15 horas uma sessão do Congresso, na Câmara.

O SR. ELCIO ALVARES - O Senado seria ideal, pelos microfones, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso entrar em entendimento com o Presidente do Senado e pedir que a sessão das 18 horas seja feita lá. Se não houvesse inconveniente, poderíamos, mesmo com o calor - de que não há dúvida nenhuma -, discutir algumas coisas, desde logo, aqui, que são inclusive da cozinha interna da Comissão. Por exemplo, a questão das inscrições que encontrei aqui e que o Deputado Odacir Klein poderia expor. Requerimentos, se o requerente tem ou não a prioridade para começar. Seria bom que definíssemos isso agora, senão, quando chegarmos às 18 horas, vamos ter as mesmas questões. E uma explicação pessoal do Senador Bisol sobre a sessão ser pública ou ser secreta ou reservada. Já ao meio-dia tínhamos modificado aquela interpretação que tinha sido dada à intervenção do Senador José Paulo Bisol, quando S. Exª declarou que em alguns casos era necessário ouvir em segredo de justiça. Foi a expressão que S. Exª usou. E nós achamos que a partir de cá, especialmente pelas características específicas desta Comissão, só deveremos partir para a sessão reservada ou secreta em último caso e mediante requerimento do Plenário.

O SR. ELCIO ALVARES - Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não tivermos espaço para todos, vamos ver aonde vamos. Fora disso, teremos o auditório Petrônio Portella, que

daria margem. Vou propor se continuaremos agora para discutir as questões ou não. Os que querem que continuemos no momento, para discutir as questões internas, por favor, levantem o braço. Os Srs. membros da Comissão.

Senador Nelson Carneiro, sim ou não?

O SR. NELSON CARNEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Iram Saraiva, sim ou não?

O SR. IRAM SARAIVA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um "não."

Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um "sim".

Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Dois.

Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Três.

Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Quatro.

Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Cinco.

Senador Aureo Mello? (Pausa)

Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim." Seis.

Senador Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO - Sim.

Deputado Roberto Rollemberg?

Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN - Sim.

Deputado Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Nove.

Deputado Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Sim". Dez. Maioria. Não prossigo a leitura.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, quero esclarecer que quando V. Exª me indagava, pensei que V. Exª indagava se queria fazer alguma interrogação. Não queria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma recomendação à Secretaria. Onde o Senador Nelson Carneiro disse "não", leia-se "sim". Está resolvido o assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Eduardo Suplicy pediu a palavra. Estou ávido de ouvir V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, no intuito de colaborar com esta CPI e inclusive para que o Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, tenha o melhor número de informações possível, até mesmo antes do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, encaminho a V. Exª os documentos anexos, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira, que demonstram a destinação de recursos a entidades privadas, utilizando-se de rubricas orçamentárias genéricas do Ministério da Ação Social.

Ressalto que esses procedimentos foram relatados por José Carlos Alves dos Santos como parte de um dos esquemas irregulares de destinação de verbas públicas a entidades que teriam mantido acordos com Parlamentares que se beneficiaram de parte das verbas recebidas.

Sr. Presidente, na revista **Veja** desta semana há um trecho do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos em que ele responde a pergunta do jornalista Policarpo Júnior. "Era sempre cobrado um pedágio na apresentação de emendas?" E ele responde:

> Foram dois processos distintos de pegar dinheiro. Um eram as subvenções sociais, verbas destinadas a pequenas obras, como a construção de galpões, por exemplo. Mas não é aquela quotinha que cada Deputado tem, não! Cada parlamentar tem direito a destinar cerca de 15 mil dólares a uma entidade filantrópica. Eles bolaram um dotação orçamentária global. O Ministério recebia um dinheiro não carimbado. Depois, o Sr. Alves mandava uma relação das entidades que queria ver beneficiadas para o Ministério e este pagava. Alguns Parlamentares sugeriam os nomes, que, normalmente, era o dos Ministérios da Ação Social e o da Educação. Eu nunca vi, mas presumo que essas entidades devolviam parte do dinheiro.

Ora, Sr. Presidente e Sr. Relator, graças ao acesso que hoje o Congresso Nacional tem ao Sistema Integrado de Administração Financeira da União e analisando esta observação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, a minha assessoria no gabinete examinou exatamente o item nº 23.000, 23.101 do Orçamento, do Ministério da Ação Social, referente à coordenação e manutenção de ação social - 15.081.048.742.100.001 - e ali encontrou a verba de 131 bilhões e 571 milhões e 136 mil cruzeiros.

Ao detalhar isso, Sr. Presidente, justamente graças ao acesso ao SIAF, nós pudemos verificar diversas entidades que, no período de abril, maio e junho de 1992, receberam verbas liberadas pelo Ministério da Ação Social. Lembro a V. Exªs que, como o Orçamento de 1992 só foi publicado em abril, nos meses seguintes constituíram verbas prioritariamente liberadas.

Exemplos: Faculdade de Direito de Nova Iguaçu e o Colégio de Aplicação de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro - 810 milhões; Educação Infantil Ranchinho Alegre e Instituto de Tecnologia e Educação Castro Alves - 550 milhões; Academia Cearense de Letras, Instituto Ceará e Fundação Amadeu Filomeno - 350 milhões; Sociedade Cultural Recreativa de Assistência à Lagoa dos Gatos, Pernambuco - 100 milhões; Fundação Serviço Social Pedro II e Fundação do Bem-Estar do Trabalhador Rural, de Coreaú, Ceará: Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido - 150 milhões: Centro Social Dr. Pio Guerra, Pernambuco, e Mosteiro de São Bento, Olinda - 200 e 100 milhões, respectivamente; Fundação Dolores Lustosa, Ceará; Assistência à Caridade, em Lagarto, Sergipe, Centro Social... - 300 milhões; Academia Cearense de Letras, Ceará. Instituto do Ceará, Fundação Amadeu Filomeno - 350 milhões; Associação Educacional Caxiense. Rio de Janeiro, Faculdade Augusto Mota de Ensino Superior. Nova Iguaçu, Instituto Técnico Educacional, Distrito Federal, num total de 5 bilhões e 300 milhões de cruzeiros.

Enfim, são documentos que poderão auxiliar, Sr. Presidente e Sr. Relator, no exame das questões mencionadas na entrevista do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Como há esse intervalo, talvez com esses documentos o Sr. Relator tenha mais elementos para a indagação, bem como todos os demais membros da CPI.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto ao Relator se deseja se manifestar a respeito do assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou de pleno acordo em receber esses documentos como quaisquer outros que possam servir de subsídio ao esclarecimento da matéria objeto desta CPI. Sugiro, inclusive, que, se possível, nós tenhamos, sobre a mesa, exemplares dos últimos Orçamentos da União, pois pode ser que o Sr. José Carlos Alves dos Santos tenha condições de apontar verbas e dotações que ele considere que foram frutos de emendas irregularmente aprovadas e até mesmo nos informar o destino desses recursos. De modo que eu estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto ao nobre Deputado se é referente ao assunto, porque a Presidência entende que , com relação à matéria, não temos o que votar, já que o nobre Senador Eduardo Suplicy está encaminhando à Mesa para que faça parte dos autos da CPI. Assim, embora a Presidência entende que não há o que discutir e votar, ouvirá o nobre Deputado a respeito da questão.

O SR JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer e acrescentar aos autos que a entidade que encabeça a lista, que é a Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, é de propriedade do Deputado Fábio Raunheitti, que está sendo apontado como um dos envolvidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Mesa recebe a documentação, porque não há nenhum documento a respeito do qual se deva deliberar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, na sessão matinal, o Deputado Roberto Jefferson propôs que nós tivéssemos acesso aos depoimentos prestados pelo acusado, José Carlos Alves dos Santos, nos cinco inquéritos que correm envolvendo essa pessoa.

Liguei um pouco mais cedo para a Secretaria da Comissão e fui informado de que ainda não eram disponíveis essas informações, essenciais para inquirição que pretendemos fazer a essa testemunha. Consulto a Mesa se, porventura, apesar do Sr. José Carlos Alves dos Santos não poder ter vindo, já chegaram os depoimentos que prestou em cinco inquéritos conduzidos pela polícia do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado, nós vamos consultar a assessoria da Comissão para prestar a informação a V. Exª. Mas, para não prejudicar o andamento dos trabalhos, enquanto nós fazemos a consulta, eu darei a palavra a outros Parlamentares que desejam se referir ao assunto. Se algum Parlamentar desejar encaminhar requerimentos ou fazer alguma manifestação relativa ao andamento dos trabalhos da CPI, está com a palavra.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, ao iniciarmos os trabalhos, eu gostaria de fazer a exposição do seguinte: estamos aqui num trabalho da maior importância, da maior responsabilidade, o mesmo Congresso que fez o **impeachment**, para buscar, aqui, equacionar uma questão que nós conhecemos, que é antiga, em cima do depoimento que vamos começar a averiguar agora.

Eu gostaria de dizer, com muita singeleza, Sr. Presidente, que, conversando com o Presidente Itamar Franco, Sua Excelência solicitou que eu comunicasse a esta Casa que o Poder Executivo está inteiramente à disposição dos membros da Casa, do Presidente e do Relator da Comissão para tudo o que for necessário. E tem mais, Sr. Presidente: seria o caso de o Presidente e o Relator permitirem, ou até consultar, se, à margem do requerimento que fizemos hoje pela manhã, de virem representantes do Tribunal de Contas e da Procuradoria-Geral da República, pudessem vir representantes da Fazenda, do Governo do Distrito Federal, para responder na hora, para acompanhar, para verificar os fatos que foram levantados e, se for o caso, oferecer esclarecimentos e tomar conhecimento de coisas que ainda existem, para alterar e modificar o mais breve possível lá no Executivo. É neste sentido a proposta que o Presidente da República coloca todos os setores e tudo o que for necessário à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto o Relator se deseja se manifestar a respeito de eventual participação de assessoria do Poder Executivo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, quanto à requisição de três Procuradores da República, já houve uma decisão que só falta ser implementada. Com referência ao Tribunal de Contas, parece-me que houve esse tipo de assessoramento quando da CPI que resultou no **impeachment**. Creio que nós devamos acompanhar todos os passos que deram certo antes. Então, também estou de acordo. Penso, inclusive, que a presença da Fazenda vai ser essencial, porque, sem ela, nós não teremos declarações de bens, uma série de documentos necessários para o exame da variação patrimonial de possíveis indiciados.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tenho uma lista de inscrição aqui. Os Deputados e os Senadores estão levantando o dedo, porém, antes estão inscritos o Senador Epitacio Cafeteira, em seguida o Deputado Aloízio Mercadante e logo após o nobre colega.

Antes, eu gostaria de informar ao Deputado Luiz Salomão que as cópias dos depoimentos foram solicitadas, mas ainda não chegaram. A direção da CPI vai continuar insistindo no sentido de que as tenhamos até o início do depoimento do Sr. José Carlos.

Concedo a palavra ao Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, estou vindo agora de uma reunião do meu Partido, realizada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

A notícia de que o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Raimundo Lira, teria tomado a decisão de anular e arquivar todas as emendas de Deputados e Senadores apresentadas para este ano foi rechaçada. Já na imprensa há dúvida para saber se isso não é uma queima de documentos que podem comprometer alguns parlamentares. Portanto, penso que esta Comissão deve requisitar, imediatamente, fotocópia de todas as emendas apresentadas, para que possam servir de subsídio, quer para inocentar, quer para até mesmo agravar qualquer condição de parlamentar que esteja sendo investigado, ou até que não esteja sendo investigado.

Por isso, Sr. Presidente, em nome do meu Partido, quero fazer este requerimento à Comissão, para que solicite ao Presidente da Comissão, fotocópias de todas as emendas apresentadas. Se a decisão da Comissão, amanhã, for a de torná-las nulas, elas não podem deixar de fazer parte de um arquivo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que queira examinar irregularidades na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O requerimento do nobre Senador Epitacio Cafeteira, sem dúvida alguma, tem que ser objeto de discussão e deliberação. A Mesa não pode de pleno decidir a respeito da matéria, pelo que, inicialmente solicito ao Relator a sua manifestação e, posteriormente, por uma questão de economia processual, ouviríamos um integrante da CPI que defenda a posição do Deputado, se desejar, e um que tenha posição contrária, para submetermos à votação.

Inicialmente, concedo a palavra ao Relator para a sua manifestação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, por um mero acaso, eu estava ontem na Câmara, conversando com o Líder do PFL, Deputado Luís Eduardo Magalhães, quando chegou o Senador Raimundo Lira e disse que ia propor que se fizesse uma redução nas emendas, de cinquenta para vinte e cinco. Logo, cada Deputado iria selecionar, de suas cinqüenta, as vinte e cinco que subsistiriam e as outras seriam alijadas, ficariam sem efeito. Também propunha S. Exª que as emendas de partidos fossem todas tornadas sem efeito.

Bem, S. Exª comunicou que ia propor, o assunto não me dizia respeito, e no dia de hoje não tomei conhecimento e nem procurei me informar. Agora tomo conhecimento, pelo Senador Epitacio Cafeteira, que se está buscando anular todas elas, o que já é muito mais drástico, já não é a proposta que eu ouvia ontem.

Penso, Sr. Presidente, que nós Deputados e Senadores fomos chamados a apresentar emendas, num total de cinqüenta, sendo três coletivas, sem prejuízo das emendas de partido. Tivemos um trabalho muito grande, assumimos compromissos com as nossas bases, com os nossos Municípios mais importantes, apresentando propostas sérias de obras públicas. De modo que considero que não é mais hora para nem a Comissão nem ninguém tornar sem efeito o que é um ato formal de 502 Parlamentares na Câmara e de 81 no Senado.

Penso que, se as emendas estão sobrando, no sentido de que há muito trabalho material, o problema é da Comissão Mista de planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A Comissão de Orçamento que se aparelhe para examiná-las e sobre todas elas dar parecer. Sou contrário não apenas pelo fato de que possa ser uma queima de arquivo e que isso possa impedir o trabalho dessa Comissão, mas também porque somos adultos, portanto, temos responsabilidades. Não podemos amanhã chegar em nossos Estados dizendo que aquelas emendas que fizemos não valem mais. Por isso, sou contrário. A meu ver, o que está proposto está proposto.

Vejam bem que a minha proposta prejudica as cópias. Ela é no sentido de que não haja anulação de emenda alguma e, conseqüentemente, não havendo, elas serão publicadas, sem necessidade de qualquer fotocópia.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra para complementar o Senador Epitacio Cafeteira. Pediu a palavra para falar a respeito do assunto o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Eu estava inscrito, Sr. Presidente.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, não depende evidentemente desta CPI, ou do nobre Relator, o fato de as emendas serem arquivadas, tornadas nulas ou não. Por conseguinte, o pedido da fotocópia é para depois. Se a Comissão resolver arquivar, então a CPI terá uma fotocópia. A imprensa já está levantando dúvidas sobre este fato. Como estamos pensando muito mais no Poder Legislativo do que em qualquer um, seria importante que essas emendas não desaparecessem. Vamos supor que, amanhã, a Comissão resolva anulá-las. A questão não é o que o eleitorado vai dizer, mas saber se há ou não transparência nessas emendas. Essa é a colocação que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Senador Epitacio Cafeteira propõe que esta Comissão requisite cópias de todas as emendas apresentadas por parlamentares. Esta Presidência entende que a esta Comissão não incumbe deliberar a respeito da questão referente à apresentação de emendas, e o nobre Relator deseja, inclusive, complementar a sua posição a respeito da matéria. Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não podemos decidir, mas podemos influir. Entendo, inclusive, que a Comissão de Orçamento não tem poderes para isso: não pode anular emenda de ninguém. Não é Judiciário, não é Tribunal de Contas. Mais um elemento cabal para se extinguir essa famigerada Comissão de Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra para aditar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Deputado Aloizio Mercadante estava inscrito anteriormente. Passo a palavra a S.Exª e, posteriormente, ao Senador Garibaldi Alves Filho que já estava inscrito.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Eu queria aproveitar a intervenção do Senador Epitacio Cafeteira para recomendar providências e encaminhamentos mais abrangentes no que se refere ao processo orçamentário, ou seja, esta CPI não pode trabalhar exclusivamente a partir dos depoimentos, ainda que esses sejam fundamentais para avançar o processo de apuração e investigação. Esta CPI deveria também debruçar-se, desde agora, sobre todo o processo de tramitação do Orçamento. Por isso, a CPI deveria solicitar, em primeiro lugar, as peças originais que vêm do Ministério para o Departamento de Orçamento da União (DOU). A peça que sai do Executivo, do Departamento Geral de Orçamento - DOU - tem modificações, inclusive, retiradas e aditadas dentro do próprio Poder Executivo, onde o Sr. José Carlos Alves dos Santos, por exemplo, trabalhou durante um certo período, nos últimos três anos. No entanto, quais foram as modificações feitas dentro do próprio Executivo no processo de elaboração orçamentária sem, às vezes, conhecimento sequer dos Ministérios?

Em segundo lugar, eu solicitaria a documentação de todas as emendas apresentadas por parlamentares nos últimos três anos. Que esta Comissão tenha disponível as emendas, para que possamos analisá-las, se necessário, para um setor. Que todas as emendas estejam arquivadas na Casa.

Em terceiro lugar, eu pediria, também, todos os relatórios parciais aprovados na Comissão de Orçamento dos últimos três anos e todos os relatórios do Relator-geral da Comissão nos últimos três anos bem como o Orçamento publicado, porque há discrepância inclusive sobre ele; às vezes, sobre o parecer do Relator-Geral. O Orçamento publicado poderá ser cotejado por esta Comissão.

Finalmente, eu pediria também a cópia do disquete da execução orçamentária para esses três anos. No meu entender, com esse material e todas as emendas apresentadas para este ano, nomeadas pelo Senador Epitacio Cafeteira. De posse desse material, esta CPI poderá, depois, em reunião oportuna, definir a sua estratégia de apuração das provas materiais, investigar o processo orçamentário para valer. Sem esse material, não teremos a transparência daquilo que é objeto maior desta CPI poderá, depois, numa sessão oportuna, definir a sua estratégia de apuração das provas materiais e investigar com seriedade o processo orçamentário. Sem esse material, não teremos a transparência daquilo que é o objeto maior desta CPI, que é investigar o processo orçamentário.

Sr. Presidente, para concluir, na mesma direção, gostaria de requerer que dois auditores, dos três solicitados para o Tribunal de Contas da União, fossem profissionais de experiência no processo orçamentário, que fossem profissionais

auditores vinculados à tramitação orçamentária, à matéria orçamentária. Gostaria de solicitar também que um desses auditores fosse o Inspetor-Geral do Controle Externo, que é, hoje, o Sr. Francisco Carlos Ribeiro de Almeida, o qual trabalhou, nesta Casa, assessorando a CPI do caso do Sr. Fernando Collor e do Sr. Paulo César Farias. Gostaria que esses três profissionais fossem colocados, imediatamente, à disponibilidade da Comissão.

Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria que solicitássemos também os profissionais do Setor de Orçamento desta Casa. Teríamos que escolher alguns deles - como é o caso do Sr. Homero, do Sr. Ingo, do próprio Sr. Aurélio e do Sr. Roberval, que foi afastado quando havia sido nomeado na gestão anterior - para ficarem disponíveis para trabalhar junto à CPI. Com isso, poderemos começar, a partir deste momento, a investigar, a dissecar e a apurar o processo de tramitação do orçamento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Temos duas proposições: uma do nobre Senador Epitacio Cafeteira; e a outra, que é mais ampla e abrangente, do nobre Deputado Aloizio Mercadante. No meu entendimento, ambas as proposições são fundamentais para os desdobramentos dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Precisamos decidir, primeiramente, a respeito do requerimento do Senador Epitacio Cafeteira e, posteriormente, a respeito do requerimento do nobre Deputado Aloizio Mercadante.

Há algum tempo, o Deputado Pedro Pavão está inscrito. No entanto, a Presidência apenas deseja deliberar a respeito do requerimento do Deputado Epitacio Cafeteira, ou melhor, do Senador Epitacio Cafeteira. O nobre Senador Epitacio Cafeteira foi meu Colega durante oito anos na Câmara dos Deputados, o que faz com que, afetivamente, a Presidência esteja cometendo a gafe de chamá-lo de Deputado.

Mas, como o Deputado Pedro Pavão irá se manifestar sobre um outro assunto e o Senador Garibaldi Alves Filho está inscrito para falar sobre o assunto agora tratado por nós, passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves, para que, posteriormente, possamos decidir a respeito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, a minha intervenção perdeu o sentido, porque eu ia ponderar, justamente, que esta Comissão entrasse em entendimento com o Senador Raimundo Lira, no sentido de haver uma troca de informações para se saber quais os critérios que determinaram a adoção dessa providência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Luís Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, gostaria de informar ao Senador Epitacio Cafeteira que, ao me dirigir para esta sala, saindo do Plenário da Câmara dos Deputados, encontrei o Presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Raimundo Lira, a quem interpelei, cordialmente, sobre essa questão.

Eu havia recebido a informação de que S. Exª havia decidido cancelar, por proposta deste Deputado que vos fala. S. Exª. esclareceu que não é exatamente isso. A sua idéia era a de se fazer uma suspensão geral da tramitação das emendas. Há uma outra proposta para reduzir o número de emendas de 50 para 25. O Relator Roberto Magalhães já observou que a Comissão não tem competência para fazer isso.

Penso também que não adianta tirarmos xérox de todos os documentos, para nos vermos envoltos em uma "montanha de papéis". Muitas das informações - sobretudo, as que foram referidas pelo Deputado Aloizio Mercadante - estão armazenadas em meio magnético e podem ser requisitadas adequadamente, ou seja, em tempos adequados.

De modo que proponho que seja sobrestada a votação da sugestão do Senador Epitacio Cafeteira até que se faça um contato com o Senador Raimundo Lira. Qualquer que seja a deliberação adotada pelo Presidente da Comissão de Orçamento, ela deverá ser feita no sentido de preservar a documentação referente às emendas, porque, evidentemente, S. Exª não pode destruir esse material. S. Exª é um homem de bom senso e não tomaria essa atitude. Penso que não deveríamos copiar toda essa documentação, pois, mais tarde, tal atitude pode se revelar inútil.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, só quero acrescentar o seguinte: qualquer Parlamentar pode, através de requerimento, trocar uma emenda por outra. Qualquer Parlamentar pode substituir sua emenda.

Quero, para transparência dessa apuração, o seguinte: hoje, quais as emendas, como estão, sem nenhuma substituição. Porque, se houver alguma coisa errada, alguma coisa grave, ela não poderá ser substituída. Essa é a minha colocação. Entendo que devemos uma satisfação ao público. E a imprensa está aqui a cobrar isso de nós. Ela está aqui como testemunha do povo aqui presente.

De sorte que, entendo que devemos fotocopiar as emendas como estão, antes que haja qualquer substituição. Porque, como pode-se fazer substituição, diante da criação desta CPI, quem apresentou emenda sujeita a um crivo que poderá condená-lo, com toda a certeza, se houver a possibilidade de uma substituição, o parlamentar irá fazê-la.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sobre o assunto, está pedindo a palavra o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, no período da manhã, eu já havia levantado essa problemática que vou reiterar agora.

Há uma certa ansiedade desta Comissão em já fixar, definitivamente, um amplo roteiro investigatório. Entretanto, não só por força da Constituição, que manda e determina que haja em todas as comissões parlamentares de inquérito um fato determinado, mas, principalmente, porque toda a vertente, todo o norte desta investigação decorre da entrevista publicada na revista **Veja** e da denúncia desse cidadão, José Carlos Alves dos Santos, entendo, Sr. Presidente, que devíamos primeiro ouvi-lo.

Daí, elencaríamos à Comissão as provas e diligências necessárias para que tenhamos um roteiro mais seguro de investigação, ao invés de ficarmos ampliando demasiadamente, porque estamos vendo que já chegamos no orçamento deste ano e há proposta de orçamentos anteriores.

Concordo com essas medidas, após a oitiva desse denunciante, que irá nos esclarecer sobre que pontos, que condições e por onde devemos prosseguir com as diligências para a investigação chegar a um caminho rápido e justo.

É a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Deputado Aloizio Mercadante pede a palavra para falar sobre o assunto. E a Presidência, após isso...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, peço a palavra para um questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, desejo lembrar que essa questão levantada agora foi resolvida hoje pela manhã. Não podemos ir e voltar, ir e voltar, isso já está decidido, ou seja, o programa será feito após a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Perfeito.

Pela manhã, efetivamente, foi decidido que, ao nível de depoimentos, após a oitiva do Sr. José Carlos, é que a CPI decidiria sobre os próximos passos e os próximos depoimentos.

Estamos numa reunião preliminar, decidindo a respeito de requerimentos que foram apresentados agora aqui e que podem ser decididos.

Concederei a palavra, primeiramente, ao Deputado Aloizio Mercadante para falar a respeito da matéria e, posteriormente, ouviremos o Deputado Pedro Pavão.

Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, quero reafirmar a minha proposta. Em primeiro lugar, deliberamos pela manhã, como bem disse o Senador José Paulo Bisol, que o primeiro passo da Comissão seria ouvir o depoimento do Sr. José Carlos; em seguida, deliberamos que, dado o atraso da presença dele ao depoimento, deveríamos discutir procedimentos complementares da Comissão.

O conjunto de informações que estou solicitando não definem, **a priori**, qual o roteiro da investigação, mas simplesmente permite a esta Comissão construir as bases para, qualquer que venha a ser o roteiro, ter elementos suficientes para poder apurar. Essas providências todas deveriam ser tomadas pelo PRODASEN. Isso tudo está informatizado. O que queremos, a partir de agora, é que esse conjunto de informações estejam reservadas, preparadas e disponíveis, para que esta Comissão possa trabalhar.

Inclusive, a preocupação do Deputado Alfredo Salomão é absolutamente despropositada; todo esse material está informatizado. O que queremos é que estas informações estejam alocadas no PRODASEN, imediatamente, e que a partir do depoimento do José Carlos, esteja lá uma equipe de técnicos para que, com os auditores do Tribunal de Contas e os auditores da Casa, possamos apurar e investigar qualquer momento do processo em tramitação do Orçamento nos últimos tres anos.

Eu mantenho meu encaminhamento de requerimento, para que seja feita esta solicitação ao PRODASEN, requeridos esses técnicos do Tribunal de Contas e da Casa para que fiquem à disposição da Comissão a partir de agora, a fim de que possamos imediatamente, com base no depoimento e na definição do roteiro de investigação, investigar as matérias relevantes que a CPI julgar oportunas após o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência vai submeter à deliberação o requerimento do Senador Epitácio Cafeteira no sentido de que tenhamos acesso a estas emendas, se estiverem já devidamente processadas, através do PRODASEN, e vai fazer a chamada dos integrantes da Comissão, para que os que aprovem digam sim, e os que não aprovem digam não.

O requerimento do Senador Epitácio Cafeteira é no sentido de que tenhamos acesso, ainda hoje, às emendas apresentadas, no presente ano, ao Orçamento da União.

Informa o Deputado Aloizio Mercadante que as emendas estão processadas. Em conseqüência disso há condições do fornecimento.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, é requerer ao PRODASEN e acabou!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, minha proposta é requerer ao PRODASEN todos aqueles passos - e posso detalhar - do processo orçamentário, desde a primeira peça dos Ministérios, do DOU, relatórios parciais, relatórios gerais, Orçamento publicado e Orçamento executado. Que tudo isso esteja

informatizado e à disposição do PRODASEN, incluindo as emendas apresentadas este ano. Essa é a proposta. Aquilo que não estiver informatizado ainda será colocado na fotocópia, mas que todo esse material esteja, a partir de hoje, à disposição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - São requerimentos diferentes: um é o requerimento do Senador Epitacio Cafeteira, o outro é o requerimento mais amplo, do Deputado Aloizio Mercadante. Nós temos que submetê-lo à apreciação, porque se trata de requerimento apresentado por um membro da Comissão; pode ser rejeitado. Eu até pediria que o Senador Epitacio Cafeteira voltasse a confirmar o seu requerimento, no sentido de que hoje requeiramos as cópias das emendas apresentadas.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Todas as emendas este ano. Essa foi a colocação que fiz, tentado salvaguardar o bom nome e o desejo do Congresso Nacional, que está hoje entregue a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A assessoria da Mesa traz a informação de que todas as emendas já estão digitadas e já estão no PRODASEN.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - É natural, foi falado há pouco, que cada um queira colaborar de uma forma ou de outra. Mas tem que haver uma norma processual. Ficou estabelecido hoje de manhã - e o Senador José Paulo Bisol já reiterou - que iríamos ouvir o Sr. José Carlos dos Santos e, logo em seguida, iríamos montar toda a estratégia do comportamento processual. Nada impede que esses requerimentos sejam encaminhados à Mesa para serem apreciados. Sr. Relator, e, depois de ouvido o Sr. José Carlos, seja deflagrado o processo. Se começarmos neste processo de requisitar emendas, vamos ficar com volume de papel aqui, e não vamos ter uma norma procedimental.

Então, Sr. Presidente, com maior respeito, com a devida vênia aos colegas que estão sugerindo, vamos aguardar o depoimento do Sr. José Carlos. Acabe a hora que acabar, façamos uma reunião de trabalho e, a partir daí, os requerimentos que forem julgados importantes e pertinentes pela Mesa, serão submetidos à apreciação do Plenário. Sob pena de tumultuarmos o trabalho, temos aqui uma imensa pletora de papéis e sem solução, como aconteceu em alguns casos, como na Comissão do Sr. Paulo César Farias, em que recebemos um volume de papel tão grande que, no final, tivemos de fazer uma amostragem. Acho que esses documentos referentes à Comissão de Orçamento, desde que se encontrem no Prodasen, já são documentos íntegros. A qualquer hora que a Comissão quiser, poderá requisitá-los, e eles chegarão aqui.

Agora, quanto ao problema do Senador Raimundo Lira, parece-me, a esta altura - e foi muito bem observado pelo Deputado Roberto Magalhães -, que eles não têm poder para tornar sem efeito as emendas já apresentadas. Entendo que também seria um erro vincular toda a atividade da Casa à Comissão que está processando agora esta CPI. Então, Sr. Presidente, vamos dar ordem, inclusive aguardando pacientemente - e estou sabendo que está havendo alguns problemas aí - a vinda do Sr. José Carlos dos Santos e, a partir daí, vamos deflagrar o processo, sob pena de esta CPI não ter um início dos mais saudáveis.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência vai consultar o Relator, porque, obviamente, para que votemos requerimentos, o Relator precisa ter condições de recebê-los, apreciá-los e manifestar-se a respeito do assunto, para que possamos discuti-lo. O Senador Epitacio Cafeteira apresentou requerimento. A Presidência ouviu o Relator, submeteu o requerimento à discussão, e os Senadores José Paulo Bisol e Elcio Alvares levantam algo que me parece correto, porque, na sessão da manhã, houve decisão no sentido de que todos os procedimentos a serem efetuados posteriormente ao depoimento fossem aprovados após o depoimento. Eu gostaria de ouvir o Relator a respeito do assunto e saber se S. Exª entende que devemos continuar discutindo requerimentos aqui - para dar a sua opinião e posterior deliberação -, ou se faríamos aquilo que foi decidido e daríamos aqui apenas a oportunidade para que o Senador Raimundo Lira prestasse seus esclarecimentos, porque é um Parlamentar e voluntariamente veio a esta reunião. Entendo fundamental que S.Exª se manifeste a respeito do assunto.

Inicialmente, eu gostaria de consultar o Relator sobre seu posicionamento quanto à continuação das discussões de requerimentos agora, porque, se entendermos que a decisão é a de que discutamos qualquer requerimento após o depoimento do Sr. José Carlos, a Presidência não terá como não encerrar esta reunião para reiniciá-la na hora do depoimento do Sr. José Carlos.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, ficou decidido hoje de manhã que seria ouvido o Sr. José Carlos Alves dos Santos e que só depois faríamos o calendário dos nossos trabalhos.

Agora, estamos a braços com várias questões. A primeira delas é a de se requisitarem cópias das emendas que estão na Comissão de Orçamento. Aqui já veio um funcionário do Prodasen informar que todas as emendas estão digitadas no Prodasen. Então, não há nenhuma necessidade de fotocópias.

Quanto ao requerimento do Deputado Aloizio Mercadante, ele tem toda pertinência, mas não é o caso de ser decidido agora. Proponho que o mesmo fique sobre a mesa e, tão logo se encerre o depoimento, ele será apreciado, porque, inclusive, o

requerimento de S.Exª já está em parte atendido. O Presidente da Comissão já requereu ao Prodasen esse material, mas só o referente a dois anos e não com a abrangência que S.Exª está propondo. Assim, tão logo o depoimento se encerre, decidiremos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou totalmente de acordo que depois do depoimento decidamos. Só queria fazer outra sugestão na mesma direção, qual seja, que a Comissão solicitasse - consultei o responsável pelo Prodasen - a colocação de um terminal do SIAF, se possível antes do depoimento do Sr. José Carlos, porque, para qualquer informação, poderíamos operar o terminal caso fosse necessário. De qualquer forma, ficariam à disposição, durante todo o trabalho da CPI, um profissional e um terminal do SIAF para verificarmos, no Orçamento, qualquer rubrica que seja necessária.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência tomará providências nesse sentido.

Para não cassar a palavra, concedo-a ao Deputado Pedro Pavão, que vinha solicitando-a. Em seguida, ouviremos o esclarecimento do Senador Raimundo Lira e a Presidência encerrará esta reunião diante daquilo que foi decidido pela manhã.

Concedo a palavra o Sr. Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, demais Congressistas, tenho uma preocupação que não deve ser minha apenas, mas - acredito - de todos nós que pertencemos a essas duas Casas.

Criou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em cima de uma denúncia feita à imprensa por alguém que já tem cinco processos, por alguém que vem sendo acuado pela Polícia Federal, pela Polícia Civil, pela Polícia Militar. Em função da situação em que se encontra esse cidadão, eu gostaria de deixar à Mesa a responsabilidade de providenciar um atestado de sanidade mental, porque é muito lógico e muito justo. Se não pedirmos isso agora, outros irão pedir numa seqüência natural.

Imaginemos que, após a vinda desse cidadão aqui, ele possa inclusive desmentir tudo o que disse e possa até dizer que não disse, porque, na sua entrevista na **Veja**, em alguns pontos, ele disse não ter provas e, em outros momentos, ele disse ter provas. A sua vinda a esta Casa é de uma responsabilidade muito grande; estamos num momento difícil, acuados por esse cidadão - logicamente, ele acuado de um lado e acuando-nos de outro - e a CPI terá que provar a nossa sociedade. A mídia está aí, a imprensa está aí, toda ela voltada naturalmente àquilo que vai acontecer aqui.

Deixo a solicitação à Mesa para que quem de direto providencie um atestado de sanidade mental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O requerimento do Deputado Pedro Pavão será objeto de deliberação na devida oportunidade.

Antes de encerrar, para esclarecimento a respeito da questão da Comissão de Orçamento e das emendas, concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Gostaria de fornecer aos senhores as seguintes informações: o Senador Pedro Simon, Líder do Governo, num pronunciamento no Senado, fez considerações pedindo a extinção da Comissão de Orçamento.

Ontem, em reunião de mais de 20 Líderes, da qual participei no Espaço Cultural da Câmara, foi proposto também que a Comissão de Orçamento suspendesse os seus trabalhos enquanto a CPI estivesse funcionando. Na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, aparteei o Senador Pedro Simon em sessão do Senado, defendendo a continuação do trabalho normal da Comissão - o Senador Pedro Simon está aqui. Também lá na Comissão de Orçamento, defendi a continuidade do funcionamento.

Mas vários Líderes me procuraram para que alguma decisão fosse tomada em relação às 29.200 emendas que existem, sobre algumas das quais foram colocadas suspensões.

Reuni-me hoje com o Relator-Geral e decidimos fazer uma proposta ao Presidente do Congresso Nacional, que é quem tem autoridade de submeter ao Plenário do Congresso Nacional - inclusive até o adiamento para o prazo das emendas, quando precisei aumentar em cinco dias, por várias solicitações, tive que requerer ao Presidente do Congresso Nacional para ser aprovado pelo Plenário. O Presidente da Comissão, portanto, não tem nenhuma autoridade para modificar qualquer procedimento da Comissão de Orçamento, porque já está tudo previsto na resolução aprovada pelo Congresso Nacional.

Íamos fazer - estamos inclusive reunidos na Comissão de Orçamento discutindo esse assunto - uma proposta no sentido de que essas 29.280 emendas, que já foram digitadas e que vão ser publicadas nas próximas horas, nos próximos dias, num avulso, com a inteireza de emendas de cada um dos Srs. Parlamentares, inclusive com a fotografia de cada emenda, sejam analisadas por todos os Parlamentares, num prazo a ser estabelecido pela Comissão, para que examinem aquelas que sejam rigorosamente suas e verifiquem se as assinaturas são corretas.

Tenho dito que não há a menor possibilidade, hoje, com todos esses controles, de prosperar, de ser analisada, de ser discutida uma emenda que não seja verdadeira, que não seja de um Parlamentar.

Essas são as decisões. Porque estava acontecendo todos esses fatos políticos, esta CPI instalou-se. Então, iríamos suspender a análise das emendas. Por quê? Para que essas emendas sejam analisadas agora, é necessário que o Presidente faça a nomeação de 35 relatores imparciais e 7 relatores setoriais. Fomos aconselhados por praticamente quase todos os Líderes a não fazer essa nomeação agora, nas próximas horas ou nos próximos dias, por uma questão de cautela, atendendo à média da sugestão dos Líderes.

Se o Líder do Governo pediu a extinção, se outro pediu a suspensão, estamos fazendo a média, apenas uma cautela na nomeação dos relatores para que essas emendas não sejam analisadas imediatamente.

Mas os procedimentos legais estão todos sendo feitos. As emendas foram digitadas, conferidas, vão ser publicadas no avulso para conhecimento de todos os Srs. Parlamentares. Portanto, a sugestão, inclusive do Presidente e do Relator, para fazer uma pausa na análise dessas emendas, não foi aceita pelos representantes dos Líderes que estão reunidos agora na Comissão de Orçamento.

Portanto, acredito que, com esse esclarecimento, os Srs. Parlamentares ficarão totalmente esclarecidos de que, na realidade, essa questão de queima de emendas, efetivamente, não existe e não tem a menor possibilidade de existir.

Eram esses os esclarecimentos, Sr. Presidente, e estou aqui por mais alguns minutos para esclarecer alguma questão que, porventura, seja necessária.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Feitos os esclarecimentos pelo Senador Raimundo Lira, a Mesa, ao invés de encerrar esta reunião, vai suspendê-la por meia hora, reabrindo-a após esse prazo, porque temos a informação de que o depoente de hoje já está vindo para o local do depoimento, que se dará nesta sala, onde permanecerão Deputados, Senadores, Imprensa e Advogados. Na Sala 03, haverá imagem e áudio. Na Sala 04, haverá áudio para as demais pessoas interessadas.

Aqui, durante o depoimento na reunião que será reaberta daqui a meia hora, permanecerão Deputados, Senadores, Imprensa e Advogados.

Está suspensa a reunião por meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito aos presentes que tomem assento onde, evidentemente, deve existir. Há uma proposta de que os Titulares tenham as bancadas iniciais, os Suplentes as conseqüentes e todos aqueles que não pertençam à Comissão, então, nas bancadas restantes. É uma sugestão feita e um pedido para que seja atendido. Não quero classificar Senador e Deputado de primeira e de segunda categoria, mas uns chamam-se Titulares e outros Suplentes: é o Regimento que manda.

Em segundo lugar: desejo que, aqui na sala, seja cumprido o que foi determinado ainda há pouco pelo Vice-Presidente Odacir Klein. Nesta sala ficam os Congressistas, a imprensa credenciada, os advogados que são representantes de seus clientes e os assessores que são credenciados, junto à mesa.

Como foi dito pelo Vice-Presidente ainda há pouco, temos, para acompanhamento pelo público, uma sala próxima onde está vendo-se tudo, através de imagem e som; numa outra sala, há apenas o som; mas todos os gabinetes estão funcionando e recebendo, pelo PRODASEN, o que estamos fazendo aqui. Há abertura total, portanto.

Temos a informação de que, nesse momento, conseguimos resolver as dificuldades para poder trazer o preso até aqui. As dificuldades se resumiram no seguinte: como ele está sendo objeto de processos em várias varas, foi preciso fazermos um périplo, no qual está me ajudando o Deputado Moroni Torgan - VI Vara, VIII Vara e daí para uma federal, cuja qual não guardei o nome. Somente com a autorização desses juízes é que podemos ter a vinda do preso para cá. Ele já está chegando aqui.

Vamos, em seguida, iniciar a reunião de audiência com uma informação a respeito do que se poderá passar depois. O Senador Elcio Alvares fez uma observação ainda há pouco sobre ficar um pouco desconfortável. Noto que V. Exª atrai muito a imprensa, que fica junto à costa de V. Exª. Acontece que, se saíssemos daqui para o Plenário do Senado, como foi uma sugestão do nobre Líder Deputado Vivaldo Barbosa, íamos passar por um constrangimento que outros ilustres Congressistas me trouxeram: como vamos ouvir um homem dessa natureza falando da Tribuna do Senado ou da Mesa do Senado? Podíamos ir a um auditório. O auditório maior, que pode dar, portanto, assento a todos, é o Petrônio Portella; mas só há um microfone, para, normalmente, o conferencista, e três na mesa de direção e, mesmo que colocássemos três ou quatro microfones, não daríamos a oportunidade que temos, onde cada um pode falar, como nas comissões. Sobre essa matéria, nós, da Mesa, decidiremos ainda para trocarmos idéias com os Senhores depois, na próxima oportunidade, que será marcada a partir de hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, sobre a ordem dos assentos e das cadeiras, eu gostaria de fazer uma observação: se fôssemos agora trocar, haveria alguns inconvenientes. Mas, em especial, Sr. Presidente, embora sendo Suplente, requeiro a condição de Requerente da Comissão, para poder ter assento onde estou. Também gostaria de falar uma palavra em defesa de Parlamentares que, não sendo Suplentes e nem Titulares, foram citados na matéria e que, por acaso, estão também

presentes e até na primeira fila. Penso que, em especial esses Parlamentares, deveriam continuar onde estão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quanto à primeira parte da observação feita por V. Exª, está resolvida. Fiz uma sugestão, se ela não é aceita, é questão de foro íntimo de cada um. V. Exª, portanto, tem a sua cadeira e espero, apenas, que não seja cativa na primeira parte.

Agora, relativamente ao segundo caso, se V.Exª se refere ao Deputado Ricardo Fiúza, S. Exª está aqui na condição de Deputado. Já ouviu o Relator, já conversou comigo.

V.Exª está pedindo que ele permaneça também?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Também, onde está; não há por que S. Exª deixar de estar na primeira fila, já que aqui está e aqui chegou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade; mas também não terá cadeira cativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos começar a reunião.

Gostaria que a Mesa me auxiliasse em relação à segurança, para fazer entrar no recinto o depoente.

Ele garantiu-me que ele estaria aqui!

Ele vai sentar aqui, ao lado do Deputado Odacir Klein.

Podem amainar um pouco a expectativa, porque, ao contrário do que me foi dito, o depoente está em trânsito, mas em curto espaço de tempo estará aqui, até porque para isso foi objeto de... evitar que pudesse fazer uma entrada... que pudesse nem chegar aqui.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª permitiria que eu anexasse à documentação do Senador Eduardo Suplicy uma certidão do Cartório do 3º Ofício de Nova Iguaçu, que comprova a propriedade da Faculdade de Direito, de propriedade do Deputado Fábio Raunheitti? Se o nobre Relator acolher...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de ouvir o Relator, porque em matéria de direito eu apenas tenho oiças.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, está surgindo um contencioso inteiramente estranho a esta Comissão; mas, como já declarei que receberia qualquer subsídio que aqui fosse apresentado, não quero amanhã ser acusado de estar usando... Por isso concordo; mas penso que não é aqui que se resolve esse contencioso.

O SR. PEDRO PAVÃO - Era apenas para que fosse juntado com a documentação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu já disse que estou de acordo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª tem toda a liberdade de inscrever-se. Peço à Secretaria da Mesa que colha a assinatura do Deputado Pedro Pavão. Só não concordei que fosse feita a inscrição no intervalo, porque poderíamos ter dúvida se teríamos ou não precedência, no intervalo, sobre a reunião iniciada.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, antes que comece o depoimento, evidentemente não há ninguém indiciado, não há nenhum acusado; mas V.Exª disse há pouco que seria dado acesso aos advogados que fossem evidentemente convocados profissionalmente; não dentro do aspecto profissional... Onde iríamos colocar os advogados, se viessem?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A sugestão que me foi dada por quem tem larga experiência de uma CPI tão volumosa como esta, que é o nobre Deputado Benito Gama, é que o advogado do depoente se sentasse atrás dele, sem, entretanto, direito à palavra.

O SR. ELCIO ALVARES - Perfeito. Estou olhando o local ali, para garantir que haja espaço, se ele realmente vier acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos manter o local reservado. Vamos providenciar a cadeira.

O SR. ELCIO ALVARES - Outra prática que foi adotada - até ficaria mais fácil para a Mesa -, que seria a colocação à direita desse lugar onde estou, que foi ocupado pelos advogados que participaram da CPI do Sr. PC Farias e pelo advogados que participaram da Comissão Especial; porque a questão do contato não existe, mas a presença é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A presença está garantida; a diferença seria se estaria em bancada ou não. O Senador Jutahy Magalhães já está retirando-se, porque não há lugar para sentar. A rigor, seríamos quarenta e quatro, no máximo: onze Senadores e onze Deputados como membros titulares e onze Senadores e onze Deputados como suplentes. Há muito mais. A imprensa credenciada é muito maior do que imaginávamos. Então, não há espaço. Acredito que seria mais fácil deixá-lo aqui atrás; para isso seria preciso uma cadeira. Onde está sentado o Senador Gilberto

Miranda. S. Exª, gentilmente cederá lugar ao depoente. Atrás dele, então, ficará uma cadeira, para que haja assento para o advogado.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para reiterar o apelo que já fiz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós estamos em reunião. Peço a atenção, por obséquio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, apenas para reiterar o apelo que já fiz à Mesa de verificar se chegaram os depoimentos que foram oportunamente solicitados pelo Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu também estaria preocupado com isso. Deputado Luiz Salomão. A informação que me dá o Deputado Klein é que a informação para a Mesa ainda não teria chegado: o que pode ser, se não prejudicial. criador de um pequeno obstáculo para as perguntas que devem ser feitas.

Pergunto a V. Exª, tentando administrar que esse documento ainda chegue durante o depoimento, se ainda será hábil?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Creio que sim, se for um volume não manipulável.

Eu gostaria de saber, também, se foi o Deputado Moroni Torgan que ficou incumbido de obter esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Acho que não foi ele. Ele foi atrás desse périplo de Varas. Entrou por várias varas agora. estaduais e federais.

Há uma modificação na Comissão: O Partido Progressista substitui a indicação anterior. o Deputado Wagner do Nascimento pelo Deputado Mario Chermont. Que a Mesa tome conhecimento do fato.

Deputado José Genoíno. V.Exª tem uma questão de ordem a levantar?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ainda não. Sr. Presidente, V. Exª está conduzindo muito bem. Ainda não tem questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A partir do momento em que começarmos a fazer audiências, não vou me permitir jovialidades. especialmente com V.Exª, que sempre me recebe muito bem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente. Eu compreendo isso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente. apenas uma informação. Há, sobre sua mesa, uma lista de inscrições para inquirir a testemunha. Indago a V.Exª se está valendo essa inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A lista é iniciada pelo Vice-Presidente. Odacir Klein, e já recebemos mais uma inscrição do Deputado Pedro Pavão. Portanto. é válida.

Também temos uma outra alteração, da qual a Mesa toma conhecimento: o Senador Aureo Mello, que está no exercício da liderança do PRN, diz ter solicitado a sua inversão de posição com o Senador Ney Maranhão. O Senador Ney Maranhão passa a titular e o signatário, que é o Senador Aureo Mello, passa a suplente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, os regimentos internos de ambas as Casas do Congresso Nacional, normalmente, conferem ao requerente de proposições a possibilidade de ser o primeiro a indagar. Como, ao chegar aqui, fui o primeiro a assinar a lista de inscrições que havia, e a lista original foi modificada, eu gostaria de solicitar à Mesa que respeitasse a tradição regimental de conferir ao requerente a precedência de perguntar; obviamente. sem contar a condição do Relator e a dos membros da Mesa que, a qualquer momento, poderão fazer as perguntas que quiserem em qualquer ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Segundo o requerimento de V. Exª - da prerrogativa que lhe é devida. aliás, antes de mim. já havia sido deferido pelo Vice-Presidente. Odacir Klein. V. Exª terá a garantia da palavra como autor do requerimento: não apenas a garantia. mas a precedência.

Há uma observação da Mesa para a qual eu gostaria da atenção de todos os ilustres Colegas. É preciso que ao pedir a palavra, o deputado ou senador, se identifique para fins de gravação e de reprodução taquigráfica. Tudo o que for dito aqui se constituirá em um processo e é preciso, portanto, que cada um de nós se identifique na hora de falar.

Pela ordem. tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente. pode parecer uma questão acadêmica. mas eu gostaria de fazer uma indagação à Mesa. tendo em vista esse período de suspensão em que se aguarda a vinda do José Carlos dos Santos: sob que condições o Sr. José Carlos vai prestar seu depoimento hoje aqui?

Aparentemente, minha inuagação pode ser academica, mas se o Sr. José Carlos prestar seu depoimento como testemunha. terá que fazê-lo com o compromisso de dizer a verdade: se ele prestar o depoimento como declarante. como denunciante ou como acusado. está liberado de dizer a verdade.

Então. por mais irrelevante ou acadêmica que possa parecer essa questão de ordem. na verdade. ela tem a sua razão de ser porque é o primeiro depoimento que

será feito, e até para efeito jurídico é necessário que se saiba sob que condições o Sr. José Carlos vai prestar essa declaração: se como testemunha, declarante, denunciado, acusado, enfim, qual é a condição sob a qual ele vai prestar essa declaração?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Luiz Salomão quer contraditar. Só não foi feito pela ordem, foi talvez uma questão de ordem. Se for pela ordem, decido eu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, só para me identificar, como solicitou V. Exª, Deputado Maurício Najar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, o requerimento que apresentei na sessão matinal era para que o Sr. José Carlos Alves dos Santos fizesse o seu depoimento na condição de testemunha: de modo que ele prestasse um compromisso com a verdade. Obviamente, não vejo razão para outro tipo de qualificação do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dizia ainda há pouco que já tínhamos tomado a decisão para dar a resposta ao Deputado. Ele vai falar como depoente, conseqüentemente, prestando juramento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tomamos a iniciativa, junto à Polícia Federal, para que o Sr. José Carlos entre aqui sem algemas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, ele prestará depoimento como testemunha, prestará compromisso de dizer a verdade. É isso que gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tanto quanto já aprendi na minha vida, nobre Deputado - e V. Exª é mestre, estou percebendo pela forma pela qual se expressa - ele pode passar amanhã de testemunha a indiciado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, mas é só para efeito de saber do compromisso que levantei essa questão, aproveitando esse período em que se aguarda a presença do Sr. José Carlos; porque, do contrário, não teria nem levantado essa questão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Qual é o tempo que cada parlamentar, cada Senador terá para inquirir o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Benito Gama está na Casa?

Qual foi o procedimento que V. Exª adotou na CPI do famoso PC?

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, primeiro, os titulares inscritos; se houver tempo, os suplentes; se sobrar mais tempo, os não membros; para cada interpelante, dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não ouvi direito.

O SR. BENITO GAMA - Eram três listas de inscrições: Titular, Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Titular tem quanto tempo?

O SR. BENITO GAMA - Titular, Suplentes e não membros. Cada parlamentar tinha dez minutos para fazer suas perguntas.

Os dez minutos eram destinados ao titular, ao suplente e ao não membro, desde que houvesse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Vamos pedir que sejam realmente dez minutos.

Aos saudosistas das reuniões estudantis, peço que se contenham.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente, Odacir Klein, para a leitura de artigo do Código de Processo Penal.

O SR. ODACIR KLEIN - O art. 203 do Código de Processo Penal contém o seguinte:

> "A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado."

Em seguida, o depoente fica de pé. Será feita a sua qualificação.

Seu nome?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua idade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - 52 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu estado civil?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua residência?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - SHIN QI 07, Conj. 12, casa 15.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua profissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Economista e funcionário aposentado do Senado.

O SR. ODACIR KLEIN - O lugar onde a exerce está prejudicado, porque está aposentado do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora o depoente prestará o seu termo de compromisso e solicito que fiquemos todos de pé.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Juro dizer a verdade e somente a verdade do que sei de tudo que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma vez qualificado o depoente e feito o juramento de que ele dirá a verdade e somente a verdade, sabemos todos nós que, a partir de um juramento desse descumprido, há um crime correlato que é o crime de perjúrio.

Tem a palavra o Relator, o nobre Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. José Carlos Alves dos Santos, pergunto-a V.Sª: o senhor confirma os termos da entrevista concedida à revista **Veja**, edição de 20 de outubro de 1993?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Li muito rapidamente o texto da entrevista, mas, na sua linha geral, confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Confirma inclusive as denúncias feitas contra Deputados, Senadores, Ministros e Governadores?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmo aquilo que está no texto que me lembro de ter lido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª na entrevista que deu àquela revista, **Veja**, deu a entender que tudo que sabia em matéria de irregularidades na Comissão de Orçamento era proveniente das conversas e comentários do Deputado João Alves. Confirma tal hipótese?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Boa parte das coisas são por informação do Deputado João Alves; outras coisas sei, algumas coisas eu presenciei. Acho que tem que ser levado em consideração que aquela entrevista foi muito rápida e muito atabalhoada; não foi preparada, foi muito desorganizada, pegaram-me de repente. Então, aquilo que está ali é a verdade, mas já li muito rapidamente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, pediria a V.Exª que lesse a testemunha a entrevista concedida, para que ele pudesse então, ponto por ponto, ir confirmando se leu, se não leu, se disse ou não disse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, tenho grande admiração por V.Exª, mas não me submeta a essa penitência.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - É consensual, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sei. Se V.Exª me permite, só estou conversando com o Relator. Se o depoente tiver falha de memória, tiver amnésia em relação àquilo que ele disse, o Relator dispõe da revista e, no momento, poderá fazer a pergunta relembrando ao depoente aquilo que ele terá dito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. José Carlos Alves dos Santos, V.Sª tem meios de provar todas ou algumas das acusações feitas na entrevista?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Algumas das coisas que falei são fatos relatados a mim pelo Deputado João Alves; de outras coisas eu sei; de outras coisas existem documentos e existem provas que podem ser levantadas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª teria condições de nos esclarecer sobre algumas dessas provas: qual a sua natureza e onde poderíamos buscá-las?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Existem documentos; existem, no processo administrativo e Ministérios, etc., documentos que podem comprovar todos os procedimentos a que me referi.

Através de meu testemunho, informações paralelas podem ser levantadas por esta Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª tem conhecimento de que no ano de 1991 a quase totalidade das verbas do Ministério da Ação Social, verbas de saneamento, foram destinadas a projetos executados por três empreiteiras nacionais?

Em caso afirmativo, quais os nomes dessas empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O senhor poderia repetir, por obséquio?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Relembro-lhe de que V.Sª declarou na entrevista concedida à revista **Veja** que na gestão da Ministra Margarida Procópio havia acaloradas discussões entre ela e membros da Comissão de Orçamento tendo em vista a aprovação de emendas, liberação de verbas e...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não foi nesse sentido que falei. Não falei...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aguarde o final da pergunta do Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Indago se V. Sª tem conhecimento desse fato de que havia três empreiteiras nacionais que praticamente obtinham a liberação de pelo menos 90% das verbas de saneamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Sobre empreiteiras que obtinham verbas de saneamento eu não tive conhecimento. O que tive conhecimento e falei em relação à Ministra Margarida é que ela sabia e tinha conhecimento e, por informação do Deputado João Alves, participava - e existem informações documentais adicionais que podem mostrar isso: que ela participava do esquema de liberação das subvenções sociais; não as subvenções sociais das quotas de Parlamentares, das quotas normais de Parlamentares, mas das subvenções sociais, dotações globais de subvenções sociais.

O Senador Eduardo Suplicy encaminhou à Mesa, na sessão de hoje, algumas xerox que não provam, mas, segundo ele, induzem a uma possível irregularidade na liberação de verbas de subvenções, no exercício de 1992, no mesmo Ministério da Ação Social. V. Sª confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Em 1992?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Irregularidade em que sentido?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A irregularidade estaria no fato de que essas subvenções teriam sido fruto de emendas feitas ao projeto de orçamento com o intuito deliberado de serem amanhã pagas a entidades fantasmas, a entidades que não cumpririam os fins da verba orçamentária.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho conhecimento sobre entidade fantasma, sobre essas coisas, não. Mas que havia acertos para a liberação de recursos para entidades privadas, mas não consignadas no orçamento dentro de dotações globais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª sabe quais os Ministérios que, porventura, eram os que mais estavam ligados a esse tipo de prática? Não digo de subvenções, mas de todo o tipo de prática que fosse decorrente de emendas, de liberações de verbas para beneficiar empreiteiras ou terceiros?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Conheço o processo de liberação das subvenções sociais que estavam normalmente ligadas ao Ministério da Ação Social, e um período no MEC, e um período um pouco anterior na SEPLAN, se não me engano, no Ministério do Planejamento, no Governo passado, no Governo anterior.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - MEC, SEPLAN e Planejamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Se não me falha a memória.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas SEPLAN é Planejamento!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Planejamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - MEC e Planejamento. Qual era o seu relacionamento com o Deputado João Alves ao tempo em que V. Sª trabalhou na Comissão Mista de Orçamento? Estritamente funcional ou embasada em amizade pessoal?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que profissional. Depois, ele me considerava como amigo; eu, na realidade, era um funcionário da Casa que tinha que fazer as coisas quando ele foi presidente, relator, etc.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor viajou alguma vez com o Deputado João Alves para outra parte do País ou para o estrangeiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com o Deputado João Alves? Não. Com o Deputado João Alves, não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com outro Deputado talvez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aliás, minto! Uma vez, na Bahia, mas por minha conta, estive na casa dele. Mas não viajei com ele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor também privava da amizade de outros Parlamentares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Convivi com centenas de Deputados e Senadores nesta Casa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas independentemente de qualquer interesse ou acerto relacionado com a Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Convivi. Minha área era a Comissão de Orçamento. Normalmente era aqui. Participei, ajudei muitos outros Parlamentares em outros assuntos, em assuntos constitucionais, em Constituição, em matéria jurídica, algumas coisas diretamente relacionadas com o Orçamento ou com outras matérias correlacionadas ou afins.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor teria condições de dizer quais as empreiteiras que usualmente assediavam a Comissão Mista de Orçamento com respaldo de membros daquela Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Praticamente todas elas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª não tem condições de nominá-las?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - As grandes empreiteiras estavam todas lá e muitas das pequenas empreiteiras. Isso é público e notório.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª teria mais alguma coisa a declarar no sentido de esclarecer a sua entrevista à revista **Veja**, seja para retificar, seja para confirmar, seja para aditar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, é o que falei para V. Exª. Aquela entrevista foi concedida num momento muito difícil, atabalhoado, sem preparo, sem combinação prévia, sem nada. Pelo que li na revista - volto a dizer a V.Exª, li também muito rapidamente, não fiquei com o texto para que pudesse consultar de novo, reler, nem nada -, pareceu-me, não quero afirmar as coisas peremptoriamente, sem ter absoluta certeza, mas pareceu-me que o que está ali que falei é correto. Talvez eu tenha invertido alguma posição, mas, como diz V. Exª, em linhas gerais, é tudo verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um instante só.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Diante da insegurança que revela o depoente no tocante à matéria da revista **Veja** - ele mesmo confessa que foi uma entrevista aligeirada, que pode não se lembrar de alguma coisa -, eu encamparia a proposta do Deputado Roberto Jefferson, não de que fosse lida em voz alta, a não ser que V. Exª queira, mas que, pelo menos, ele fizesse a leitura da entrevista, porque senão eu tenho receio de que esse depoimento finde inócuo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, nobre Relator, sem prejuízo da proposta do Deputado Roberto Magalhães, que me parece sensata - não chega a ser regimental mas é de praxe do funcionamento das comissões - , eu gostaria de sugerir à Mesa que o depoente tenha oportunidade de fazer uma exposição. Compreendo que o início dos trabalhos tenha sido de forma diferente, visto que o Relator, desprovido de qualquer documento ou peça processual, tenha começado a fazer indagações para que ele confirmasse ou não o teor da entrevista.

Todavia, além da leitura da entrevista, para que o depoente refresque a memória e confirme os seus termos de uma peça que é fundamental para a abertura dos nossos trabalhos, creio que a ele deva ser dada a oportunidade de fazer uma exposição tão sistematizada quanto possível sobre o funcionamento do citado esquema, em que Deputados e Senadores conseguiam aprovar emendas fora do trâmite normal e depois obter recursos para beneficiar A, B ou C.

A meu ver, esse é o núcleo da questão que nos interessa na reunião de hoje, que tem o intuito de propiciar a diretriz do nosso trabalho futuro. Era essa a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª fala pela ordem e não por uma questão de ordem. E eu recebo como tal. Como V. Exª já salientou, uma coisa é a praxe e outra a obrigatoriedade regimental. Fui eu quem tomou a iniciativa de dar a palavra inicialmente ao Relator, até porque, nesta oportunidade, nós já teríamos condições de concluir a respeito de precisão de resposta ou não. Não me cabe, evidentemente, fazer aqui uma intervenção paralela do Relator. Mas entendo que, a partir do momento em que essas respostas estão sendo dadas e sempre, pelo que disse o nobre Relator, de maneira a chamar em seu socorro, dele depoente, o pouco conhecimento que teria da leitura rápida feita de uma entrevista rápida ou atabalhoada, como ele disse, a mim me parece que a colocação do Deputado Roberto Jefferson estaria correta, menos no pedido para que eu leia a entrevista.

Portanto, tomo a decisão de fazer, em primeiro lugar, uma pausa para que o depoente, que é devidamente qualificado, leia a matéria de que o Relator dispõe no momento, após o que prosseguiremos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certamente. A partir do momento em que for dada a leitura, se ele achar que deve ser feito algum tipo de reparo ou, ao contrário, acrescer mais respostas, ouvirei primeiro isso. Depois, ele terá um prazo para fazer a exposição antes do começo das interpelações gerais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, solicito que cada um declinasse o nome para o serviço de som.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não é questão de ordem. Eu estou encaminhando uma sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não estou brigando nem discutindo com V. Exª. Estou pedindo apenas que o nome seja dado para o serviço de som.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Deputado Roberto Jefferson, Sr. Presidente, para uma sugestão.

Eu gostaria de sugerir a V. Exª e ao nosso Relator uma ordem seqüencial de repetir as perguntas que são o objeto dessa investigação. Durante a audiência de hoje, nós ouvimos, inclusive, sugestões para a convocação do repórter que fez a matéria. Entendo que, em respeito à matéria, à própria revista e ao trabalho elaborado, podíamos repetir, Sr. Presidente, todas essas perguntas, até para cotejo do que foi dito naquele momento com o que vai ser repetido agora.

É uma sugestão que faço e deixo à deliberação de V.Exª e do Exmº Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, como V.Exª imagina que seria a repetição? Cada pergunta seria repetida? Todo o questionário seria repetido?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - V.Exª poderia fazer todas as perguntas que a revista fez. E teríamos a oportunidade até de cotejar as respostas com aquelas que já foram dadas. É importante, Sr. Presidente.

O SR. WILSON MULLER - Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V.Exª a palavra pela ordem.

O SR. WILSON MULLER - Independentemente da decisão que V.Exª vá tomar em relação à pergunta que o nobre Deputado Roberto Jefferson fez, submeto à apreciação de V. Exª e da Mesa a possibilidade não de requisitar a presença do jornalista, mas, sim, de requisitar a fita da revista **VEJA**, que com certeza existe.

É a sugestão que faço a V. Exª e à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Wilson Muller, decidimos hoje que esse seria um procedimento subseqüente ao depoimento de hoje.

Acolho e guardo a informação de V. Exª.

O SR. WILSON MULLER - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com relação ao nobre Deputado Roberto Jefferson, deixo o problema a critério do Relator, porque, quando

fui Relator em várias Comissões, entendia que tinha o direito de fazer as perguntas que quisesse, e depois cada membro da Comissão faria as perguntas que quisesse.

Entendo que, de algum modo, seria forçar um pouco o Relator.

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, retiro essa sugestão, porque vejo que a testemunha já está lendo a revista.

Quero indagar, então, por parte, se confirma. A testemunha está lendo a revista...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, estamos dando tempo para que leia a revista. Acredito que S. Sª não se perturba por estar lendo enquanto estamos resolvendo questões de ordem.

O SR. WILSON MULLER - Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só queria dizer o seguinte: parece-me que está havendo certa ansiedade do Plenário. E todos que aqui estão, os titulares, os suplentes e os que não são membros desta CPI, poderão perguntar tudo o que quiserem. Portanto, penso que essa é uma fase preliminar e não devemos atropelar o Relator e o próprio depoente.

A única sugestão que vejo, tendo em vista a experiência da CPI anterior, que mereceria destaque, é que, na primeira intervenção, S. Sª exponha tudo o que quiser, no tempo que quiser, toda a história que viveu nesta Casa na elaboração do Orçamento. Em vez de tentarmos breves perguntas, como se fez com o PC, com o Cláudio Vieira, com o Pedro Collor, que o depoente venha e diga tudo o que quer dizer sobre esse processo. Quando concluir, o Relator fará suas perguntas para aprofundar, também todo o Plenário irá perguntando. Assim, sairemos daqui com todas as informações disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, embora vencida a matéria, quero marcar minha posição.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Roberto Jefferson, mas jamais aceitaria fazer ao depoente as perguntas que a **VEJA** lhe fez. Como Relator, tenho a prerrogativa de fazer as perguntas que eu entenda que deva fazer e nunca ficar como ventríloquo, repetindo perguntas da revista **VEJA**, que também merece o meu total apreço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda diria mais, nobre Deputado: não ficou apenas na revista **VEJA**...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas estou dando uma informação, porque estou sentindo que aqui estamos nos definindo apenas por uma revista. Duas revistas publicaram. Agora, parece-me que a mais completa foi essa que o depoente está lendo.

Pergunto ao depoente se já conseguiu ler.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, não me referi à revista. O Relator ouviu, não é?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, não. Estou marcando a posição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, para que estamos reunidos aqui? Para iniciar uma investigação, para obter esclarecimentos.

Todos nós sabemos que algumas pessoas verbalizam com facilidade; outras, com dificuldade. Qualquer um de nós pode notar que a testemunha tem certa dificuldade na verbalização. O que temos de fazer é tranquilizar a testemunha, para que ela possa falar. O depoente está sob pressão, o ambiente é pesado, e o nosso interesse é o de que esta testemunha fale e responda depois pelo que ela informar: todavia, precisamos das informações desta testemunha. A meu ver, devemos evitar qualquer interpretação, ou seja, se vacilou ou não. É óbvio que a testemunha está sob pressão. Duvido que alguém não esteja testemunhando com os próprios olhos isto. O ambiente está pesado, está difícil.

Eu inquiri milhares de pessoas na minha vida. O que temos que fazer é tentar tranquilizar o depoente, formular as perguntas adequadas sobre o que ele disse, se foi ou não a Revista **Veja**. Acontece que foi a Revista **Veja** quem desencadeou isso aqui. Esse depoimento não deveria estar sendo lido. Ele não tem condições psicológicas de ler bem. Faço esta afirmação. Deveríamos ler isto em voz alta para o José Carlos Alves dos Santos. Se a Mesa não quiser ler, eu o farei em voz alta, e o depoente responderá se confirma, até onde e o que é que não confirma. Em seguida, faremos as perguntas que entendermos corretas sobre os detalhes. Isso é fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me permitirá uma observação? Ainda há pouco, por exemplo, senti-me na obrigação de fazer alguma coisa que não fiz. Veja V. Exª que o Relator tratou o depoente de "Vossa Senhoria", e o depoente o tratou por "o senhor". Pensei em lhe dizer que o pronome de tratamento

usado para Deputado e Senador é "Vossa Excelência". Evitei fazer isso, para não parecer que eu também estivesse fazendo pressões. Creio que, a partir do momento em que o depoente acabar de ler, ele terá condições de dizer se leu, se apreendeu ou não o que leu. A partir daí, poderá fazer a exposição a que V. Exª se referiu.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Entendo que o Sr. José Carlos terá dificuldade de assimilar o que está lendo, pelo estado psicológico. Mas se ele já o fez, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o depoente tiver dificuldade de assimilação, suponho que, ao longo dos nossos debates, essas dificuldades serão esclarecidas.

Pergunto se o Dr. José Carlos já leu a entrevista, se se considera em condições de responder sobre esse texto e se prefere fazer uma exposição preliminar sobre ele. É sua a iniciativa, não estou impondo nada. Estou perguntando se prefere fazer um comentário sobre o que disse e daquilo que lhe aprouver dizer; apenas não serei tão tranqüilo e tão generoso, como o Deputado Aloizio Mercadante, de dizer "pelo tempo que quiser e pelo tempo que cada um desejar". Se puder fazê-lo um pouco sucintamente, melhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sr. Presidente, o que está aqui na revista foi o que eu falei: é verdade. A ressalva que tenho aqui é a de que não houve propriamente uma entrevista, com todas as perguntas sistematizadas. As palavras que estão colocadas na minha boca são verdadeiras, talvez com algumas incorreções de entendimento ou que eu tenha me expressado mal. Como disse ao senhor, falei atabalhoadamente; o ambiente era desagradável, uma porção de coisas acontecendo comigo. Mas isso que está aqui é, realmente, verdade. Não houve uma entrevista sistematizada, pelo contrário. Eu comecei a falar, as coisas iam saindo. Às vezes, na minha exposição, vou lá, volto cá, não sou muito ordenado, também, para falar. Mas aos poucos vai-se chegando lá, vamos dizer assim.

Há algumas ressalvas que anotei aqui agora. Eu teria dito - aliás está entre parênteses, então não foi minha afirmação, foi da revista **Veja** - que o Deputado João Alves foi Presidente da Comissão entre 1988 e 1989. Não. No ano de 1988, para o Orçamento de 1989, ele foi Relator-Geral; essa não foi minha afirmação, é o que está entre parênteses na revista Veja.

Logo a seguir, quando fala no Deputado Cid Carvalho, no Deputado Genebaldo Correia, que eu disse que nunca os vi acertando isso. Na realidade, eu provavelmente tenha dito isso, mas o sentido era este: eu assisti a várias reuniões; de algumas, eu vi alguns acertos; outros acertos foram-me confirmados por ele, pelo Deputado João Alves, ou pelo Deputado Cid ou pelo Deputado Genebaldo Correia. E as conseqüências, a instrumentalização desses acertos me foi passada algumas vezes.

Mais adiante, diz que falo que foram dois processos distintos de pegar dinheiro: um eram as subvenções sociais, e vem entre parênteses, então não foi minha afirmação, deve ser afirmação da própria revista, e verba destinada a pequenas obras, como a construção de galpões. Eu não disse isso.

Já falei aqui inicialmente que essa questão das subvenções sociais não diz respeito às cotas individuais dos parlamentares, mas sim dotações a título global que, pela natureza da despesa, eram classificadas como subvenções sociais e colocadas, já previamente acertadas, entre o Legislativo, entre a Comissão de Orçamento, entre esses representantes da Comissão de Orçamento e o Poder Executivo, o Ministro das respectivas áreas, para que elas fossem distribuídas conforme as relações apresentadas pela Comissão de Orçamento.

Essas dotações globais eram dotações genéricas. Tendo acesso ao orçamento, poderemos depois identificar algumas delas. Eram poucas, uma ou duas em cada Ministério, e os Ministérios eram esses que estavam aí, e elas se repetiam com nuances ou com palavras do seu descritor - questões de diferenças, mas as classificações bem próximas, bem parecidas e sempre com esse objetivo. E, no acerto de mecanismo de liberação desses recursos, iam relações do Congresso, coordenados pelo Deputado João Alves para esses Ministérios, assinadas por ele, inicialmente.

Posteriormente, com a saída do Deputado João Alves, por causa dos problemas que acarretaram sua saída da relatoria, no último ano em que ele estava como Relator, deixou-se de fazer essas relações, mas ele continuava coordenando o processo. Eram encaminhadas ao Ministro da Ação Social, acertadas com ele, que deveriam ser liberadas. O Ministro dava um despacho formal. Nesse ponto, inclusive, o Ministro me perguntou, e eu o orientei, as formalidades legais estavam todas estabelecidas. Mas, fazendo-se uma perícia nessas entidades, é impossível que não se verifique na sua contabilidade o que retornava para o esquema.

Mais adiante, a revista diz que eu fazia listas no computador. Eu não me lembro de ter dito isso, porque eu não fazia essas listas: a datilografia, o preparo dessas coisas todas era feito no próprio gabinete do Deputado João Alves. Algumas vezes ele me entregava essa lista, já no período posterior, para ser encaminhada ao Ministério. Outras vezes, ele pedia que eu conferisse se as entidades eram registradas, para ver se legalmente podiam receber, e coisas desse tipo. Mas, a elaboração sempre foi feita no próprio gabinete do Deputado João Alves.

Bom, mais adiante, aqui está uma pergunta da **Veja**: "as pessoas que o senhor citou freqüentavam muito a Comissão e a casa do Deputado João Alves?". Volto a ressaltar que não me lembro de perguntas formais no processo. Andei falando, evidentemente eles fizeram algumas perguntas, mas não me parece que tenha sido todo

esse detalhamento. Provavelmente, eles inseriram perguntas em função das coisas que falei. Eu disse que freqüentavam, são todas as pessoas do núcleo da Comissão do Orçamento, Líderes do Congresso, ou o pessoal das Mesas da Câmara, do Senado, Líderes dos Partidos, etc. Não é que eles freqüentassem só a casa do Deputado João Alves: houve reuniões na casa do Deputado João Alves, na casa do Deputado Genebaldo, na casa do Deputado Cid, que eu me lembre, na própria Comissão, no próprio Congresso. Nem todos esses parlamentares citados posso dizer que vi na casa do Deputado João Alves; alguns deles, com absoluta certeza; outros, não posso garantir, porque todos esses que estão falados aqui anteriormente não posso garantir que eles freqüentassem a casa do Deputado João Alves ou que eu os tenha visto pessoalmente na casa do Deputado João Alves.

As observações em relação ao texto são essas. Então, tirando essas pequenas ressalvas, que não invalidam o que está dito aqui, mais algum esclarecimento adicional do processo da reportagem, confirmo o que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto se, no momento, as suas declarações se restringiram apenas à matéria da revista **Veja**.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES SANTOS - Não. Se o senhor quiser, posso começar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É disso que eu gostaria. O senhor se sinta inteiramente à vontade aqui. A Comissão considera de plena importância o seu depoimento. Portanto, se o senhor se considera em condições emocionais de prosseguir, a palavra é sua.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES SANTOS - Na realidade - foi como eu disse para a revista **Veja** -, eu comecei falando e pedi que me perdoassem se eu for um pouco atabalhoado. Volto a dizer, que, às vezes, prossigo e, depois, volto atrás. As coisas, às vezes, não estão na memória. Eu gostaria, inclusive, que as próprias perguntas me ajudassem a "puxar pela memória", a esclarecer as coisas, a ver documentos e a identificar os caminhos para se esclarecer tudo.

Na realidade, as primeiras vezes que tomei contato com esse assunto foi com o Deputado João Alves; se não me engano, isso ocorreu em 1988 ou 1989 - na realidade, foi para o Orçamento de 1989. Aliás, não foi nem para o Orçamento de 1989. O Deputado João Alves, naquele período, queria que se colocassem as emendas. Se não me engano, o Deputado Fábio Raunheitti foi o Relator do Ministério da Ação Social, por indicação do Deputado João Alves nos acertos de indicação das diversas relatorias. Ele considerava que o Ministério da Ação Social era um Ministério fundamental ou importante politicamente para alocação de recursos pelo Congresso.

Na realidade, quem fez aquele parecer foi o próprio Deputado João Alves. O Deputado Fábio Raunheitti só teve acesso ao relatório naquele momento. Ali, o Deputado João Alves aprovou todas as emendas - foram centenas ou milhares de emendas aprovadas naquele relatório - e recomendou que algumas coisas fossem feitas, a exemplo ou à semelhança do que já havia sido feito em orçamentos anteriores, que já não eram nem da época da vigência da nova Constituição. Eram títulos semelhantes a dotações que já vinham de orçamentos anteriores. Não sei dizer qual o primeiro orçamento em que entraram essas dotações, mas, com certeza, elas já vinham de orçamentos anteriores; ele deu o terço aproximado, para que classificássemos e colocássemos a forma técnica - vamos dizer assim -, em função dos dispositivos legais, a forma orçamentária e coisas como essas.

Posteriormente, na época da elaboração do orçamento, eram dotações globais, subvenções sociais e mais uma porção de emendas. Algumas dentre elas eram de Parlamentares, de Governadores e de empreiteiras que freqüentavam a casa dele - digo isso, porque vi alguns lá. Dificilmente, eu assistia a essas reuniões, mas, sempre que alguém saía, ele fazia algum comentário ou me mandava as relações ticadas e por ele publicadas, para que fossem preparadas as emendas. Normalmente, as relações eram no sentido de aprovar emendas já apresentadas ou emendas de Relator que ele apresentaria.

Posteriormente, no decorrer do exercício de 1989, no primeiro orçamento feito depois da Constituinte - no decorrer do ano da execução orçamentária -, ele me chamou para ver essas relações que iriam para lá. Naquela época, já percebíamos que havia acerto em torno dessas coisas. Não sei precisar com quem e como exatamente eram feitos esses acertos naquele momento. Soube, já na execução, que esses acertos eram feitos, principalmente, com o Deputado Cid Carvalho, que era o Presidente da Comissão, e com o Deputado Genebaldo Correia - os dois com toda certeza -, que, com ele, acertavam partes que deveriam ser colocadas nessas relações.

Nas primeiras relações que eu vi e, mais tarde, em todas as outras, o processo se repetiu. Algumas entidades, com valores significativos - depois, eu soube disso, ele me falou -, eram entidades que, ao receber, devolviam-lhe parte dos recursos com os quais ele fazia a distribuição.

Além das entidades desse tipo - quando falo em entidades, estou me referindo a entidades privadas - ele tinha muito cuidado com isso e me pedia que eu consultasse e conferisse as relações, que olhasse os códigos do PRODASEN, os códigos de subvenções, que olhasse todo o processo que sempre havia e que olhasse se elas estavam legalmente inscritas e se não havia nada de errado. Quando faço menção a entidades, refiro-me também às prefeituras. Isso na parte de subvenções sociais.

O processo permaneceu no ano em que ele foi Relator; no outro ano, quando o Relator era o Senador Almir Gabriel - nunca fiz nenhuma referência ao

Senador Almir Gabriel sobre isso e nunca vi nenhuma referência a ele e nenhuma ingerência dele nesse esquema; a bem da verdade, é preciso que se diga isso -, permaneceram essas dotações globais, cujas natureza ou despesa eram classificadas também como subvenções sociais. Sei que ele aprovou isso. Não sei se o fez por pressão ou por acerto; não sei se ele tinha conhecimento específico do que se tratava. Não tenho condições de afirmar isso. Não tenho certeza disso e não sei como foi feita a aprovação por parte do Senador Almir Gabriel. Nunca o vi participando pessoalmente disso.

Mas a verdade é que permaneceram dotações globais desse tipo, e que, no exercício seguinte, o Deputado João Alves continuou mandando essas relações para os seus respectivos Ministérios. Não posso dizer aqui em que ano cada dotação estava e em qual Ministério, mas, do Orçamento de 1989 até este momento, essas dotações apareceram. Os senhores poderão verificar que elas permanecem sempre com, mais ou menos, os mesmos nomes e com as mesmas classificações, apenas com pequenas nuanças de um ano para o outro. Volto a dizer aqui que, se não me engano, essas dotações começaram na SEPLAN, no Ministério do Planejamento; depois, foram para o Ministério da Ação Social - não me lembro se passaram pelo Ministério do Interior, mas, se se olhar no orçamento, descobre-se isso - e passaram um período no MEC.

Nessas relações, além de dotações globais, ou melhor, de dotações significativas, de dotações maiores para algumas entidades privadas - normalmente, universidades e escolas particulares - e para algumas prefeituras, havia também incluído entidades, que diz o Deputado João Alves - e alguns desses papéis eu vi, de alguns fui até portador - de parlamentares a quem ele oferecia cotas ou parcelas dessas dotações maiores. Não me lembro se ele dava dinheiro só ou se ele dava dinheiro e a cota para os parlamentares indicarem suas prefeituras ou suas entidades privadas. De qualquer maneira, dessas subvenções sociais, dessas dotações classificadas como subvenções sociais, que estou aqui generalizando como subvenções sociais, com certeza, uma parcela retornava sob a forma de dinheiro, e sempre em dólar - pelo menos que eu tenha conhecimento; outras parcelas eram distribuídas para alguns parlamentares indicarem suas entidades que pudessem receber, digamos assim, habilitadas legalmente a receber.

Esse foi, em grandes linhas, o esquema que perdurou, que, com a saída do Deputado João Alves, continuou como antes, um pouco diferente, mas, basicamente, a mesma coisa.

O outro esquema, que eu saiba, eram relações de obras que deveriam ser aprovadas, em que ele aprovava e dizia que receberia parcelas de recursos dela posteriormente. Nisso ele mandava relações ou emendas já apresentadas, ou fazia relações; ou de relações recebidas ele ticava e mandava a gente operacionalizar as emendas, operacionalizar a aprovação das emendas.

Basicamente, o processo que sei é esse. Agora, detalhes, essas coisas, acho que num processo de questionamento, de perguntas, alguma coisa assim, talvez as coisas sejam melhor esclarecidas. As dúvidas que os Parlamentares tiverem, vou procurar esclarecer na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator, para a sua consideração final.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. José Carlos, quando perguntei quais as empreiteiras que mais freqüentavam ou assediavam a Comissão de Orçamento, a sua resposta foi de que todas elas estavam lá. Insisti, mas não houve de sua parte nenhuma indicação nominal de empreiteira.

Então, quero reler aqui um trecho da sua entrevista, que não foi ressalvado, após a sua leitura, ...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Eu confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ... e que diz o seguinte:

> "João Alves tinha reuniões com empreiteiros, governadores, um monte de gente. Tinha brigas homéricas com a Margarida (Procópio, ex-Ministra da Ação Social), porque ela era conhecida de infância e era gananciosa. Ela queria ficar com uma parte. Alves tinha reuniões na casa dele. A Andrade Gutierrez andou muito por lá. A Odebrecht, a OAS e a Queiroz Galvão. Além de governadores."

V. Sª confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmo. O repórter me fez a mesma pergunta: quais as empreiteiras, etc. Eu disse exatamente isso que eu disse para o senhor, que, de uma maneira geral, todas as grandes empreiteiras estavam lá e algumas das pequenas, gente até que eu não conhecia, mas sabia que era de empreiteira - diziam mesmo: é empreiteira, tem firma, essas coisas. Ele me perguntou e foi nominando algumas empreiteiras e fui falando que essas empreiteiras passavam por lá e freqüentavam - aliás, não estou falando nada de mais, porque é público e notório que elas sempre freqüentaram a Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Num outro trecho da sua entrevista, está dito o seguinte:

> "Todo o dinheiro que recebi veio do João Alves. Ele me chamava à casa dele, na 112 Sul - aliás, acho que é 111, houve um equívoco - e me dava o dinheiro. Era uma mala de dólares. Cheguei a receber boladas de 200.000 dólares, 300.000 dólares de uma só vez."

Confirma que todos os dólares que foram encontrados em seu poder vieram do João Alves e não de outra fonte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmo, Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E alguma vez V. Sª distribuiu esse dinheiro para algum Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, dou-me por satisfeito e reservo-me para, no final, fazer considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Como Vice-Presidente, substituto eventual do Presidente, procurarei, nesta CPI, participar o mínimo possível das inquirições para permitir aos integrantes que o façam. Reserva-me-ei, também, como integrante da Mesa, a oportunidade de fazê-lo, se entender conveniente durante a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prosseguindo, temos a lista de inscrição e o primeiro inscrito é o Deputado Aloizio Mercadante do PT, membros titulares.

Antes, pela precedência que tem por autor do requerimento, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Enquanto o Senador toma o seu lugar, V. Exª deu a palavra a ele na condição de autor do requerimento. Também fui autor de requerimento, que foi junto ao requerimento dele e, não agora, mas gostaria de, havendo oportunidade, também, se sentir interesse, reivindicar esta condição de V.Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passinho) - No momento que defiro por uma questão até regimental, quem faz o projeto tem o direito de apresentá-lo em primeiro lugar, quem faz o requerimento também. V. Exª sendo parte efetiva da mesma providência, da mesma iniciativa, tem o mesmo direito.

Ouço o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Gostaria de trazer logo a debate um ponto que acho da mais alta importância em virtude da experiência que tivemos nas outras Comissões, sem que represente qualquer cerceamento ao direito do Deputado e do Senador. Seria interessante estabelecer o sistema de pergunta e resposta objetiva, porque se existir aquele famoso discurso inicial vamos consumir os dez minutos de explicação da pergunta e não vamos ter objetividade. Então, encaminho à Mesa, com o maior respeito, que as perguntas sejam feitas de maneira objetiva, conforme foi das vezes anteriores.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os aplausos parece que respondem ao que V. Exª acaba de colocar. Entretanto, serei, Senador Elcio Alvares, suficientemente antipático para lembrar o velho Presidente Antônio Carlos: "O tempo nosso amigo ou o tempo nosso inimigo". Quem passar dos dez minutos, naturalmente, se perder o tempo nos dez minutos, fazendo discursos paralelos vai perder a oportunidade de continuar a conversar, exceto se entrar na fila depois.

Vamos ouvir o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. José Carlos dos Santos. Numa pesquisa junto ao SIAFI, dentro do programa de trabalho de assistência financeira, há entidades sociais, no órgão do Ministério da Ação Social, foram encontradas, por exemplo, as seguintes instituições que receberam entre 50 e 100 mil dólares no ano de 1992. V.Sª tem em mãos a cópia dos indicadores do SIAFI.

Por exemplo, Instituto de Desenvolvimento Político-Social Eva Cândida - de Roraima -, Centro Social Dr. Pil Guerra - Pernambuco, Fundação Dolores Gustosa - Ceará, Fundação Maria Mimosa - Ceará, Faculdade de Direito de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro e outras. Esse programa de trabalho, assistência financeira e entidades sociais, é o tipo de rubrica orçamentária genérica à qual o Sr. faz referência em sua entrevista à Revista VEJA?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pode repetir os nomes, por favor?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Os nomes tais como estão.. pode virar as páginas e verá os nomes que citei, Instituto de Desenvolvimento Político-Social Eva Cândida, Centro Social Dr. Pil Guerra, Fundação Dolores Gustosa, estão em suas mãos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Alguns nomes eu me lembro, agora nem todos...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas é o tipo...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Existem outros programas de trabalho neste e em outros ministérios que eram alvo do mesmo tipo de ação descrita na entrevista, por parte de parlamentares e ministros?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É exatamente isso que o Sr. coloca aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É o que o Sr. havia se referido na Revista Veja? Só para confirmar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente, são dotações desse tipo ou assemelhadas que com poucas modificações ou poucas nuances se vem repetindo pelo menos de 89 para cá, e parece que foram tiradas de orçamentos anteriores, em ministérios diferentes mas as dotações programáticas são praticamente essas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sª pode relacionar quem esteja ligado a estas entidades ou a outras que receberam recursos orçamentários e mantinham acordos para pagamentos de propinas sobre as liberações efetuadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza, as do Deputado Fábio Raunheitti e as do Deputado Féres Nader. No início, pelo menos. Depois, as outras não sei quem são os donos, realmente não sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quais Ministros V.Sª tem conhecimento de que estariam envolvidos no esquema de liberações de recursos públicos através do pagamento de propinas e como agiam esses Ministros?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre o processo eu já falei: as dotações eram liberadas mediante relação encaminhada pelo Congresso. Eles, evidentemente, autorizavam, sabiam que as dotações se referiam à distribuição para entidades conforme acordo de inclusão dessas dotações no Orçamento. Essas dotações eram 'incluídas, depois de acertado, com o Poder Executivo, com os respectivos Ministros, onde elas iam entrar, e que o Congresso mandaria as relações posteriormente, quer dizer, essas dotações não eram para os Ministros distribuírem. Quanto à questão do Ministro Aníbal Teixeira na época da SEPLAN, não posso garantir como era o funcionamento ali, porque não conheço, foi a primeira vez que vi. Provavelmente, ele sabia desse tipo de acerto, senão ele não liberaria. As dotações seriam liberadas por ele, porque é atribuição dos Ministros liberar os recursos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quem elaborava e assinava as listas contendo os nomes das entidades que seriam beneficiadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O próprio Deputado João Alves.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em sua entrevista à revista **Veja**, V.Sª citou o 'nome' de Parlamentares que, coincidentemente, ocupavam importantes relatorias parciais' em 1991. Por exemplo: o Deputado José Luiz Maia, na Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR; o Deputado Cid Carvalho, no Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; o Deputado José Geraldo, no Ministério da Ação Social; o Deputado Sérgio Guerra, no DNER. V.Sª tem conhecimento de como eram feitos os acordos para a escolha dos Relatores parciais nas unidades orçamentárias mais importantes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não; eram acertadas; era preciso ficarem pessoas de confiança para que pudessem acertar a distribuição dos recursos etc. Mas, como era esse acerto, eu realmente nunca vi. Eu sabia que se discutia, se questionava. Ouvi algumas discussões, eu ouvi alguns Parlamentares insistindo que deveriam ser relatores disso ou daquilo, que aquilo era importante, coisas desse tipo, porque os Ministérios importantes deveriam ficar na mão de pessoas de confiança.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sª teria conhecimento de quais os tipos de arranjos ou combinações existiriam entre eles e as empreiteiras que detinham interesse em determinadas emendas? Qual era o acordo entre eles, os relatores parciais e o Relator Geral?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, no caso, lamentavelmente não sei; nunca presenciei um acordo desse, um acerto desse. O que eu sabia era que algumas relações vinham e que tínhamos que acompanhar para ver se as emendas eram feitas; era recomendado que se verificasse se aquelas emendas foram feitas mesmo, se foram operacionalizadas direito, aquelas coisas. Mas acordos nesse sentido eu nunca presenciei. Volto a dizer a V.Exª que já estive em reuniões em que me faziam sair da sala. Dependendo da casa onde fosse, eu ia para a cozinha ou para outra sala; ou saía da sala quando era aqui no Congresso. Às vezes me chamavam para verificar se determinada emenda ou determinado assunto poderia ser colocado em tal lugar ou de tal forma, coisa desse tipo. Mas o acerto, essas coisas eu nunca presenciei. O Deputado João Alves é que, algumas vezes, pela sua própria personalidade, pelo jeito dele, falava: "foi boa a reunião; esse aqui vai participar do esquema", coisas desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sª tem uma filha médica - segundo diz a imprensa - de 24 anos, que, avalio, prestou um serviço à Nação quando aconselhou V.Sª a dizer toda a verdade. Eu gostaria de cumprimentar a filha de V.Sª, por tê-lo estimulado na sua coragem de dizer tudo o que V.Sª sabe.

O Ministro Hargreaves era um assessor de confiança do Deputado Ricardo Fiúza. Dr. José Carlos, o senhor alguma vez participou de reuniões com o Ministro, ou então antes, o assessor Hargreaves, o Deputado Ricardo Fiúza, em que teriam sido solicitadas inclusões de emendas ao orçamento ou à liberação de determinados recursos? Essas reuniões ocorriam normalmente em que lugares? Quais os Parlamentares que freqüentavam a sua residência? O senhor privava da intimidade de quais Parlamentares? Eu gostaria de dizer ao senhor que há uma cópia com as minhas perguntas em suas mãos. Essa pergunta é a terceira. É para facilitar que o senhor responda às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, quantas perguntas vão ser questionadas?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Essa é a penúltima.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, porque ouvi a terceira ...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É o terceiro tema.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Ministro Hargreaves, que eu saiba, o Deputado João Alves dizia que era muito amigo dele, era a pessoa de confiança dele e que também recebia dinheiro dele, no sentido de orientá-lo, de ajudá-

lo, de dar o suporte aqui no Congresso para ele. Não foi quando ele era Ministro, quando já depois de Ministro...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ou como assessor do Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, como assessor da Liderança do PFL, nem sei se só na liderança do Deputado Fiúza ou não. Certo? Digo que o Deputado João Alves, naquela época não conhecia nem o Deputado Fiúza ainda. O Deputado João Alves dizia que o Hargreaves era pessoa de confiança dele, fazia os acertos lá no Congresso, ajudava politicamente dentro do Congresso e coisas desse tipo e que conheceria o esquema. Mas eu volto a dizer ao senhor isso é informação do Deputado João Alves. Realmente encontrei algumas com o Hargreaves no gabinete do Deputado João Alves. Chegávamos lá e falava, mas nunca vi assim especificamente falando nisso. Dava-se a entender que sabia que Hargreaves ajudava, e Hargreaves falava que ele ia ser relator, que ia forçar e ajudar coisas desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Ministro Hargreaves, seja enquanto Ministro ou como assessor da Liderança do PFL, tinha conhecimento da prática do Deputado João Alves, inclusive de beneficiar-se de sua condição que, de alguma forma, resultou em propinas ou em pagamentos a quaisquer pessoas em função de decisões tomadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves me dizia que sim, mas só tenho a palavra do Deputado João Alves. Houve época, inclusive, que o Hargreaves não estava no Congresso, estava fora do Congresso. Acho que tinha um conhecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Espero que o senhor não se incomode e não se intimide com a presença da pessoa citada do Deputado Ricardo Fiúza, mas até em benefício de esclarecimentos sobre a pessoa do Deputado Ricardo Fiúza, pergunto se V. Sª tem conhecimento de que o Deputado Ricardo Fiúza conhecia esse esquema e se, porventura, participou em alguma forma de benefícios que V. Sª consideraria indevidos em função da posição que tinha, seja como Deputado Federal, seja como Relator do Orçamento ou, posteriormente, como Ministro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conhecia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor disse...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conhecia, participou.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Conhecia em que níveis?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conhecia como Líder. Era isso que o Deputado João Alves falava. E, posteriormente, de próprio moto quando participou como Relator e como Ministro da Ação Social.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Orçamento para 1992 foi aprovado na sessão do Congresso dia 19 de dezembro de 1991, sendo publicado e sancionado apenas em 17 de abril de 1992. Acho que o senhor lembra bem desses fatos. Quais os motivos de tão longo tempo entre a aprovação e a publicação da Lei de Meios? É o item 4 agora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É que no item 3 há uma séries de perguntas que ...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois não, mas já estava no quarto, mas ele tem esclarecimentos sobre o terceiro...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Essas reuniões ocorriam normalmente em que lugares? Acho que já disse isso. Normalmente no gabinete do Deputado João Alves, casa do Deputado João Alves, na Comissão de Orçamento já havia reuniões, e no decorrer - não estou falando numa ordem cronológica - ...nesse período na casa do Deputado Cid Carvalho, na casa do Deputado Genebaldo Correia, tanto em sua casa no Lago como em seu apartamento no prédio ao lado do Deputado Carlos Fiúza, na casa do Deputado João Alves.

Freqüentar a minha residência, na realidade foram poucos os Parlamentares. Houve uma festa que ficou muito famosa e está dito na **Veja** a verdade como ela foi feita, no aniversário do Deputado João Alves, que ia ser feito por um médico que, acho, mora na prumada dele, ou alguma coisa desse tipo, e me parece que morreu um médico, se não me engano, um médico da Câmara. Ele não pode fazer a festa, e a filha dele me pediu que fizesse lá em casa porque a minha casa era maior, etc. Eles pagavam as despesas, fizeram as despesas. Como foi lá em casa, a festa tomou um vulto maior, outras pessoas vieram ajudar a fazer a festa, convidar, de modo que tomou um vulto muito maior do que se esperava.

Nesse dia, inúmeros Parlamentares, Governadores e Ministros estiveram lá em casa, mas realmente se tratava de uma reunião social. Além disso, estiveram lá em casa o Deputado Genebaldo Correia, o Deputado Cid Carvalho, o Deputado José Geraldo, o Deputado Sérgio Guerra. Que eu me lembre, foram esses. Lá em casa, normalmente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o senhor se lembrar, oportunamente, em qualquer momento do seu depoimento diga.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Finalmente, Sr. Presidente, o último tema, e vou fazer todas as perguntas sobre o tema brevemente.

O orçamento para 1992 foi aprovado na sessão do Congresso de 19 de abril de 1991, sendo publicado e sancionado apenas em 17 de abril de 1992.

Quais os motivos de tão longo tempo entre a aprovação e a publicação da Lei dos Meios?

O senhor pode dizer o que ocorreu no PRODASEN após 19 de dezembro de 1991.

Ocorreram alterações após o orçamento chegar ao DOU para fechamento e seu envio para sanção? Em caso afirmativo, qual o teor dessas alterações? Quem as autorizou?

Queria até mencionar que, inclusive, Ministros das áreas militares vieram aqui e reclamaram junto ao Presidente Mauro Benevides, dizendo: "mas tinha sido aprovado uma coisa e, de repente, apareceu outra. O que aconteceu?".

Então, eu pediria, pois se trata de uma questão muito importante. O Relator, Deputado Ricardo Fiúza, sabe que perguntei sobre as diversas fases. Houve um esclarecimento que considerei inadequado, e daí a razão pela qual acredito que V. Sa. e outras pessoas aqui presentes poderão esclarecer em profundidade sobre o que aconteceu com o Orçamento de 1992.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, isso tudo partiu - o senhor me desculpe, Senador, mas eu acho que vou ter que usar uma expressão desagradável para o Congresso - de muita hipocrisia do Congresso.

O Congresso votou uma lei com o Presidente do Congresso dizendo: "Sobre a mesa, redação final do Projeto de Lei Orçamentário..." - e, não existia essa redação final. E ali todo mundo sabia disso. Todas as lideranças sabiam. Ninguém pode dizer que não sabia. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive V. Exª, e todas as lideranças sabiam. Havia sido votada de madrugada uma redação final, que eu pessoalmente não acompanhei, pois estava no PRODASEN elaborando emenda, relatório. Era um processamento absolutamente tumultuado, que aquilo que foi votado naquele momento, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, naquela madrugada, vamos dizer assim...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Às cinco da manhã, por aí.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente.

Não era um relatório definitivo. Era um relatório que havia saído, não sei se naquele dia ou na véspera, 48 horas antes, sei lá.

Era uma relatório evidentemente preliminar da fase em que estava o processamento de dados naquele momento.

A Comissão deu aquilo como aprovado, com uma série de destaques que seriam ... naquele processo está dito e acho que naquele documento que o Ministro Fiúza fez, explicando as coisas, e foi aquilo realmente que aconteceu. Acho que realmente isso foi a verdade. Não havia processamento de dados, ainda não tinham sido preparadas as coisas e se precisava fechar a Sessão Legislativa, aí se falou: está sobre a mesa a redação final? Não estava sobre a mesa a redação final, óbvio. Se não me engano, até o Deputado Genoíno falou que tinha lá um metro de papel etc, mas eram relatórios do PRODASEN, absolutamente atordoados, (?) que não eram redação final. Redação final, pelo processo legislativo, é à semelhança do autógrafo dado pelo Presidente da República. Evidentemente, que era um relatório de emendas que precisavam ser aprovadas naquele momento, ainda sem nenhuma conferência, sem nenhuma certeza de que estavam tecnicamente feitas de acordo com o que estava no computador.

A partir daí, a Comissão - não assisti à sessão, mas vi a Ata dela depois, tive informações, contaram-me, aquele negócio todo - parece que deu uma autorização para que fossem acertados os destaques e foram feitos os acertos que faltavam fazer naquele parecer, nas emendas aprovadas etc. Então, a partir daquele dia da aprovação, o que foi feito no PRODASEN, na realidade, foi se aprovar emendas. Houve centenas de Deputados que passaram pelo PRODASEN - e não entro aí no mérito, porque acho que aí o processo até foi transparente. O Ministro Fiúza, nesse aspecto, não teve culpa, ele realmente chamou todo mundo lá e levava suas relações, cada relação, que ia conversando com ele. Foi como se fosse uma subcomissão informal criada ali por Parlamentares mais próximos a ele, era ticada e mandada para a gente para acertar, para preparar as emendas, aprovar, incluir etc, ver a forma de colocar, de onde saíam os recursos, em que tipo de dotação se enquadravam etc. O processo de discussão dessas emendas, quer dizer, de aprovação de negociação dessas emendas foi, evidentemente, prolongado pra burro, o processamento de dados foi muito longo; era um processamento de dados difícil ainda, o Congresso ainda engatinhava sob esse aspecto. Na realidade, considero que o tempo foi decorrência dos acertos políticos. Diziam o que se aprovava e o que não se aprovava, o tempo de processamento, de consolidação de todas essas emendas, de onde saíam etc, fechamento, essas coisas, que na realidade o PRODASEN nem estava preparado para fazer. Na realidade, o que houve ali não é que foram inseridas emendas, como foi algumas vezes argumentado. Acho que nisso o senhor está realmente errado. O que houve é que foi dada uma autorização naquele sentido. Não havia orçamento aprovado, não havia redação final aprovada, não havia um texto que se pudesse dizer: este aqui é um documento aprovado pelo Congresso Nacional. Isso, nem na Comissão, naquela madrugada, nem no plenário do Congresso. Acho que todo mundo sabia disso no Congresso. E, se foram aprovadas as emendas, posteriormente, depois de aprovadas, e numa negociação em que centenas de Deputados, normalmente, passavam pelo PRODASEN ou pela casa do Deputado Fiúza... deputados, parlamentares, governadores, empreiteiras, todo mundo interessado na matéria orçamentária passava, acertava. Eram, então, ticadas, ou pelo Deputado Fiúza ou por um daqueles relatores que passavam ali. Relatores que digo é como se fosse comissão de relatores adjuntos, ou coisa nesse sentido, que ajudavam o Deputado

Fiúza. O Deputado Tinoco estava no PRODASEN supervisionando diretamente, em nome do Deputado Fiúza, principalmente ele e o Deputado Sérgio Guerra. Essas emendas, que deveriam ser aprovadas, que a gente deveria inserir como aprovadas, considerar como aprovadas... na realidade, o termo foi este: foi em função da negociação política, sobre quais emendas deveriam ser aprovadas ou não, e o termo de processamento de dados, mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E, uma vez entregue ao DOU, houve lá, também, modificação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não houve modificação. Houve alguns acertos técnicos de classificação que o pessoal do DOU, examinando, considerava que não estavam adequadamente classificados. Então, foram feitas alterações de ordem eminentemente técnicas, só, e uma errata que saiu. Algumas coisas estavam erradas. Tinha estradas de rodagem federal no Ministério da Ação Social, se não me engano, ou Integração Regional - não me lembro qual era o Ministério - que estavam classificadas tecnicamente erradas. Pediu-se até por ofício do Senador Mauro Benevides. Foi dito ao Senador Mauro Benevides que estavam classificadas erradas, isso já depois de publicado o autógrafo, se não me engano, ou publicada a redação final formalmente, se não me engano; o autógrafo já feito, acho que o autógrafo já tinha ido para o Presidente da República - quando ainda se descobriram algumas imperfeições, algumas incorreções de caráter técnico, de classificação. Foi feito um pedido - o DOU que elaborou o ofício para o Senador Mauro Benevides - em que se pediu a retificação do autógrafo.

Mas não houve, já no DOU, nenhuma modificação de caráter político ou de conteúdo, vamos dizer assim, na matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY - As emendas eram de parlamentares ou propriamente do acerto de empreiteiras?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Senador, peço que seja a última ou a derradeira pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Quais emendas?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Fiz um levantamento e, segundo o SIAF, houve 759 emendas acrescidas.

Sr. Presidente, só para um esclarecimento final. O entendimento que eu tinha, tendo sido testemunha e participante da reunião que foi até às cinco horas da manhã, foi que quaisquer acréscimos que deveriam ser eventualmente feitos deveriam ser entregues até às dezesseis horas ao Relator e só aquelas poderiam ser. Acontece que não houve a possibilidade, até física - isso eu reconheço - de os parlamentares, de o Deputado Relator fazer aquilo. Então, houve uma aprovação, na sessão da noite, como ele descreveu, do que era o conjunto de emendas que ainda estavam para ser arrumadas.

E o fato concreto é que, por dois ou três meses, ainda continuou a se elaborar o orçamento, após aprovação e sem redação final. Isso é algo que agora vem à luz completamente, graças a esse depoimento.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considerei que as perguntas eram tão importantes que não usei do que havíamos combinado, chamar a atenção do Senador Eduardo Suplicy, quando ultrapassou os dez minutos e chegou ao dobro do seu tempo.

Gostaria apenas de fazer uma observação ao depoente, Dr. José Carlos: não deve se sentir aqui constrangido pela presença do Deputado Ricardo Fiúza ou pela presença de quem quer que seja. O seu juramento de dizer a verdade não esbarra em conveniências de ordem pessoal. A única restrição que faria em seu benefício é a de evitar adjetivos, ou substantivos, como esse usado ainda há pouco, que abranjam uma generalização perigosa. Refiro-me a quando o senhor falou em hipocrisia do Congresso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pedi desculpas, Senador. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor poderá falar na hipocrisia do Congresso sem dizer que ele é hipócrita. Basta que o senhor diga o que disse ainda há pouco, provando que os líderes sabiam o que acontecia. O resto, a nossa inteligência saberá distinguir. Peço, em seu benefício, que evite isso, porque, como Presidente desta Comissão, represento a necessidade de resguardar a dignidade do Congresso, até que ele não possa ser mais resguardado, infelizmente.

O SR. JOSE GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É só para registrar. Deputado José Genoíno. A foto em que exponho um metro de orçamento existe em todos os jornais, chamando a atenção do Congresso para aquela votação com um metro de orçamento na tribuna do Congresso Nacional. Essa foto está em todos os jornais da época.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agrada-me que o Dr. José Carlos tenha reconhecido que avançou nessa agressão e não se deve tomar por generalizada e tenha se desculpado. Em consequência, determino à Taquigrafia que retire a expressão.

Ouço o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Só para dizer que, evidentemente, não posso considerar que todos parlamentares da Casa são hipócritas. Foi um desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi um momento seu de sentir. Outra coisa que lhe diria é que não se sinta também compelido à restrição de sua palavra pelo aparato de segurança que o senhor está tendo. O aparato de segurança é em seu benefício, em benefício da sua segurança de vida.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Müller.

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, naturalmente compreendo a intenção de V. Exª, mas faço também uma referência para a sua reflexão. Entendo, data vênia, que nenhum termo possa ser retirado vindo de testemunhas. Não é, parece-me, uma sessão normal, é um testemunho, Sr. Presidente. Coloco isso à apreciação de V. Exª. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (*Jarbas Passarinho*) - Respondo a V. Exª com a prática que tenho, infelizmente muito pequena, de três mandatos nesta Casa. Quando se trata de uma advertência feita - que fiz várias vezes, como Presidente do Senado, a Deputados ou Senadores -, quando eles retiram uma expressão, ela deve ser retirada pela Mesa. Foi o que aconteceu.

Ouço o nobre Deputado Vivaldo, Deputado, Senador que seja, ou Governador, mas peço a V. Exª que, com todos esses elogios, tique em 10 minutos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, vou tentar colaborar, já que V. Exª disse que o co-autor do requerimento excedeu o tempo. Vou tentar ficar aquém para colaborar com V. Exª.

O depoente mencionou nas entrevistas à imprensa, e aqui reiterou, a existência de um esquema. Reiterou a palavra "esquema". Gostaria que o depoente nos esclarecesse em que consistia o esquema de que, ao que tudo realmente foi reafirmado, o depoente fazia parte?

Segundo compreendi, e acho que compreendi apenas parte do esquema, ele se destinava a organizar e aprovar emendas determinadas. Essas emendas eram diretamente vinculadas a alguma obra ou interesse específico de firmas empreiteiras, ou essas emendas eram vinculadas a entidades privadas ou a prefeituras, na sua expressão, sem obra definida, sem empreiteira definida, e parte do valor dessas emendas, depois de liberado, retornava ao esquema. E do esquema também, certamente, participavam integrantes do Ministério, ou de Ministérios aos quais eram destinadas as dotações orçamentárias aprovadas pelas emendas. Esse realmente era o esquema? O que você poderia elaborar, avançar e detalhar para nós, inclusive dizendo qual a sua participação nesse esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Antes de responder a V. Exª, só ainda voltando a uma referência a minha filha, só quero dizer que ela não sabia nada disso. Ela apenas pediu-me: "Pai, fale tudo o que o senhor souber. Ela não sabia de quê, sobre quê eu falaria."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou pedir ao depoente que repita o que disse em voz mais alta, no microfone. Por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Antes da resposta ao Deputado, só quis dizer, na referência a minha filha, que ela não sabia de nada disso. Ela apenas me pediu: "Pai..." De tudo o que foi falado de mim, de tudo que sei que fizeram de mim, as coisas que assacaram contra mim, que falasse. "Pai, fale tudo o que o senhor souber sobre qualquer coisa." E eu disse a ela que ia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então prossiga a resposta, por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Bom, parece que o senhor não entendeu, Deputado. O que eu disse, muito claramente... Havia um esquema sobre as dotações classificadas como subvenções sociais. O Senador Suplicy identificou aqui a semelhança deles, um exemplo deles aqui. Dotações globais que eram colocadas no orçamento, por emendas do Congresso, para que os recursos fossem liberados nos Ministérios mediante indicação da Comissão, desses Parlamentares que citei na Comissão Mista, evidentemente isso acertado com os Ministros. Não sei se todos os Ministros saberiam que haveria retorno desse dinheiro para os Parlamentares, ou se eram só entidades encaminhadas para eles. Alguns, diz o Deputado João Alves, sabiam.

Com certeza, havia esse esquema dessas subvenções sociais, dessas dotações classificadas como subvenções sociais de caráter geral. Isso... Havia entidades, volto a dizer, e prefeituras que entravam e devolviam o dinheiro, devolviam parcelas dos recursos recebidos para o Deputado João Alves fazer a distribuição. Havia outras entidades que eram incluídas nessas relações por indicação de alguns Parlamentares, normalmente Líderes, representantes de Mesa da Câmara e do Senado, etc.

Sobre as empreiteiras, o que sei - e isso é público e notório, não estou falando nada de novo aqui, pois todos no Congresso sabem e quem lida com o Orçamento também sabe ou, pelo menos, suspeita - é que emendas relativas a obras do interesse das empreiteiras eram aprovadas - não sei dizer quais faziam isso porque o Deputado João Alves não explicitou -, conforme relações encaminhadas por elas, e representariam um pagamento ao Deputado João Alves, cujo destino seria o mesmo do pagamento que ele recebia das subvenções sociais, ou seja, rateado por alguns membros da Comissão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Havia, então, um esquema na Comissão e uma ponta do esquema no Ministério onde a verba era liberada, de acordo com as destinações acertadas anteriormente. Era assim que funcionava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu não posso garantir ao Senhor que nunca vi um Ministro participando disso. O que sei é que eram acertadas - o próprio processo leva a isso - as inclusões dessas dotações previamente com os Ministros da Pasta respectiva, tanto é que essas dotações andavam num Ministério e depois passavam para outros Ministérios; coisas desse tipo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Senhor pode dizer quais os Ministérios?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei quais os Ministérios que participaram. Começava no Ministério do Planejamento, houve época em que foi no MEC e no Ministério da Ação Social; não me lembro se participou também o Ministério do Interior Mas isso é simples, qualquer técnico verifica, nos últimos orçamentos, esse tipo de dotação e quais os Ministérios envolvidos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Parece-me que o Senhor está revelando-nos que qualquer técnico, sobretudo um especialista e o Senhor, que viveu nos ambientes, se pegar os orçamentos...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O técnico de orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, não será preferível respeitar a intimidade?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe-me, Sr. Presidente. O depoente poderia, examinando um orçamento ou cada orçamento dos últimos cinco anos, identificar cada uma dessa emendas, cada uma dessas verbas, o seu beneficiário, a maneira que se envolveu o destinatário de cada verba?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estou falando do esquema montado em cima das subvenções sociais, em que as dotações são quatro ou cinco, três, duas ou uma por ano, em cada orçamento. Isso é muito fácil. Foi um desses Ministérios. São dotações do tipo assistência em entidades comunitárias e coisas semelhantes, com os descritores muito próximos e classificados, pela natureza de despesa, como subvenções sociais. Agora, as dotações de empreiteiras e coisas desse tipo são relações enormes e é muito difícil verificar. É mais fácil verificar quem executou a obra e qual foi o Parlamentar que a solicitou. É possível até que eu tenha, no meio de papéis, algo relacionado a isso, que os Anais da Comissão, do PRODASEN tenham papéis, mediante os quais, puxando pela memória, possamos identificar alguma coisa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, diante dessas informações, eu chamaria a atenção do Sr. Presidente e do Sr. Relator de que o depoente poderá revelar, de maneira específica, ao examinar os orçamentos dos últimos cinco anos, que é o objeto desta Comissão, e identificar aquelas emendas, de maneira específica e concreta, que podem ser classificadas como participantes do esquema geral.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre as subvenções sociais, com certeza.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. O depoente está revelando que, se ele examinar, de maneira específica, cada orçamento dos últimos cinco anos, poderá colaborar com a Comissão, indicando quais as emendas que, possivelmente, participaram do chamado esquema, quais os beneficiários e quais os interessados. De maneira que indico à Presidência e ao Relator uma forma de o depoente, até mesmo na sua prisão, poder fazer essa identificação ou, de alguma maneira, ele ter acesso a esses papéis para que possa listar e até fazer um depoimento por escrito à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Creio que é uma grande colaboração para o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Permita que eu expresse a V.Exª: em primeiro lugar seria uma questão de ordem, realmente é uma declaração inadiável. O Depoente está-se referindo ao Deputado Cid Carvalho; a que deputado Cid V.Exª se referiu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado Cid Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Cid Sabóia de Carvalho está preocupadíssimo com a sua homonímia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não é o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Cid Sabóia de Carvalho está pedindo que seja claro que a referência dele é ao Deputado, e não ao Senador, em honra do Ceará.

Agora, ao mesmo tempo, peço a V.Exª que, V.Exª ameaça se dentro de dois minutos não concluir repetir o prazo do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, vou concluir já. Deixada a proposta que será oportunamente encaminhada de maneira adequada pela Mesa, o Depoente pode me esclarecer quando começou a funcionar o esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu já falei; eu me lembro das primeiras inclusões dessas dotações de subvenções sociais no Orçamento de 1989, quando o Deputado João Alves foi Relator. É possível, ou mais que possível, talvez provável, que dotações desse tipo já viessem de orçamentos anteriores. É questão só de se verificar se havia essas dotações, se o Ministério as liberava.

Quanto ao Orçamento para 1989, quando o Deputado João Alves foi o Relator-Geral, foram incluídas dotações desse tipo. De lá para cá sempre foram incluídas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu compreendo então que o Depoente tem conhecimento direto de 1988 e 1989 para cá.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, o Orçamento do ano de 1989, elaborado em 1988, ou princípios de 1989.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Num esforço de memória, V.Sa. poderia colaborar com esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para indicar quais os relatores, sub-relatores. pessoas, integrantes parlamentares, integrantes da Comissão que participaram desse esquema? Que extensão tinha esse esquema? São as pessoas que o Depoente até aqui já nomeou, nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ou na imprensa, ou qual era a real abrangência, qual a extensão desse esquema, se o Depoente puder colaborar com esta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poderia ser a última pergunta?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse esquema de subvenções sociais, com certeza, sabia dele os Deputados João Alves, Fábio Raunheitti e Féres Nader, que tinham entidades que entravam no esquema, os Deputados Cid Carvalho e Genebaldo Correia - esses eu tenho absoluta certeza; isso na época da elaboração do orçamento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe. O Depoente está-se referindo apenas às verbas, dotações sociais?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, subvenções sociais.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E de maneira mais abrangente, outras dotações, outras verbas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, aí não sei dizer. Realmente não sei dizer quais são. Sei que vários parlamentares que foram ao Relator, naquele ano, participavam amiúde do núcleo, vamos dizer assim, de decisões da Comissão: tinham acesso, possivelmente, a essas dotações - subvenções sociais -, ou como o Deputado João Alves dizia, mediante dinheiro ou por indicação de entidades que deveriam entrar nessas listas.

Agora, explicitamente, quais os relatores, eram aqueles que estavam mais próximos, juntos da Comissão. Agora, não posso dizer que eu sabia de alguma coisa, que eu tenha assistido pessoalmente a algo nesse sentido. O que me ficou muito claro...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Só para um esclarecimento, o Depoente afirmou que assistiu pessoalmente a alguns dos acertos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu queria dizer no decorrer do prazo de 1989 para cá. O primeiro Orçamento de que participei foi o de 1989; dentro disso é que eu estou dizendo.

O que eu vi, naquele ano, foi o Deputado João Alves elaborar o parecer do Ministério da Ação Social, se não me engano. O Deputado Raunheitti, na época, era o Relator. O que ele fez: incluiu emendas, acertou com vários parlamentares, vários deputados, com prefeitos. com empreiteiros, a fim de incluir recursos ali dentro. Isso foi naquele ano. Posteriormente, vim tomar conhecimento desse esquema, já no decorrer de 1989, depois de elaborado o Orçamento. quando começaram a sair essas subvenções e o Deputado João Alves me colocou dinheiro, me deu dinheiro. na realidade, para ficar com isso, falando que era para mim, para eu não falar, que era um presente para mim, que era muito bom para mim. que não seria bom para mim se não aceitasse. e esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Temos. até agora, inscritos, 28 Srs. Congressistas. Se fossem 10 minutos para cada um, seriam 280 minutos, mais as ordens, questões de ordem e pedidos de palavra pela ordem.

Solicito que, realmente, procuremos ficar dentro do prazo; do contrário, terei que acionar a campainha. prejudicando o Congressista que estiver fazendo a pergunta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Depoente, o seu depoimento demonstra, com muita transparência, que havia um esquema, dentro do Congresso Nacional, de corrupção no processo de tramitação do Orçamento; e que uma das dimensões dessa corrupção estava nas dotações de subvenções sociais alocadas em alguns Ministérios: e que, apesar de o senhor ter dito, no depoimento, que não viu Ministros participarem diretamente. esses Ministros - e alguns o senhor citou nominalmente - sabiam dessas dotações, que eram globais, e que faziam parte dos acertos desse esquema.

Eu gostaria de deixar bem claro. Os Ministros que o senhor mencionou foram: Aníbal Teixeira. O senhor confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmo, sim, confirmo. No primeiro ano.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No primeiro ano. E como é que o senhor confirma essa participação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Porque o Deputado João Alves falava e mandava essas relações... iam, que eu saiba, relações para o Ministério, e havia dotações lá...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quer dizer, então, que devemos investigar as subvenções sociais na gestão do Ministro Aníbal Teixeira para localizar isso aí?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É isso aí. Se havia essas dotações. essas dotações estavam no esquema. com certeza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A Ministra Margarida Procópio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esta, com absoluta certeza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Ministro Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com absoluta certeza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Ministro Hargreaves, na condição de assessor ou de Ministro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, de assessor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De assessor. O senhor falou do Ministério da Educação. Quem era o Ministro que participava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Ministro Chiarelli.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Ministro Chiarelli. No Ministério da Integração Regional, não havia ninguém?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No Ministério do Interior, realmente, eu não me lembro. É questão de se verificar se havia essas dotações no Ministério do Interior. Se havia essas dotações no Ministério do Interior, havia alguém.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem era o Ministro do Interior que participava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aí eu não posso afirmar com absoluta certeza. O Ministro João Alves era o Ministro do Interior, naquela época. Agora, não tenho certeza se isso havia, naquela época, no Ministério do Interior. O que precisava ver é se havia lá esse tipo de dotação. Se houvesse lá esse tipo de dotação, com certeza eram feitas. É questão de se verificar nos anais do Ministério, ou nos documentos do Ministério, etc., esse tipo de coisa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor também mencionou, na entrevista, governadores que participaram desse processo. Como participavam? De que forma eram coniventes? E quem eram os governadores?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu disse que vi alguns Governadores na casa do Deputado João Alves, tá? E que o Deputado João Alves disse que havia obras do interesse desses Estados ou desses governadores, e que essas obras dariam retorno a ele. Eu disse que vi alguns governadores lá, vi os Ministros na casa dele e depois ele falou isso. Agora, não assisti às reuniões.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A outra pergunta é a seguinte: esse esquema nascia dentro do Departamento de Orçamento da União...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por que o senhor foi para lá como Diretor?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Isso não tinha nada a ver com o Departamento de Orçamento da União.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não tinha nada a ver com o DOU?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não tinha nada a ver com o DOU.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E o que o senhor foi fazer no DOU?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Fui para o DOU a convite do Pedro Parente, quer dizer, completamente fora de qualquer esquema político, de qualquer coisa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quando o orçamento vinha dos Ministérios para o DOU, não havia exclusão ou retirada de verbas, remanejamento, dentro do DOU?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Não, não senhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Dentro do DOU não há nada de relação com esse esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - A única coisa que já houve dentro do DOU foi um acerto feito, por orientação do Dr. Pedro Parente com superiores do Ministério, com conhecimento do Secretário-Geral, do Ministro, e se não me engano até do Presidente da República. Desse não participei, não sei, mas, pelo que soube, seria do conhecimento dele fazer-se um acerto na Comissão para que já viessem no orçamento, na proposta do Executivo, dotações que atendessem o núcleo dirigente da Comissão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ou seja, havia uma negociação informal entre o DOU e esse núcleo, o esquema da Comissão de Orçamento para dotações?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Não diria do DOU, diria entre o Ministério da Economia, o Poder Executivo e o Congresso, via Comissão de Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem do Poder Executivo participava desse entendimento? De preferência, cite nomes.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - Na realidade, o Ministro...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem era?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - O Ministro Marcílio, o Secretário-Geral Luís Antonio, o Diretor da SEPLAN, que era o Pedro Parente, e eu como Diretor do DOU.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E também o Presidente da República?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS ALVES SANTOS - O Presidente da República, segundo teriam me falado, havia tomado conhecimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Na liberação nos Ministérios, apesar da conivência do Ministro, havia funcionários com papel fundamental no esquema do João Alves para facilitar essas liberações? Ou seja, se era uma dotação global, alguém carimbava, rubricava e transferia. Quem fazia isso no Ministério?

Vamos por partes. Na época da SEPLAN, quem o senhor acha que era parte do esquema para definição e liberação dos recursos?

O SR. JOSÉ CALVES ALVES DOS SANTOS - Na SEPLAN realmente não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Com a Margarida Procópio, na Ação Social?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves dizia que tinha contato com a Iolanda e com a Célia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Iolanda e Célia. Na gestão do Ministro...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A verdade é a seguinte: não sei se eles participavam disso ou não. Eram os contatos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... que ele mencionava.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Mercadante, V. Exª conhece essas pessoas?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, mas é fácil verificar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta era cautelosa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Na gestão do Ministro Fiúza, quem eram as pessoas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Iolanda e o Secretário-Geral.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No MEC, com Chiarelli, quem era?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No MEC, não lembro o nome dele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No MEC.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No MEC, o Ribas, acho que foi o Ribas no MEC. O negócio é o seguinte: não sei dizer se esses funcionários, essas pessoas tinham conhecimento disso. Eles poderiam, provavelmente, conhecendo matéria orçamentária, execução, esse tipo de coisa, ter desconfiança. Se recebiam ou se não recebiam, realmente não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Uma outra pergunta é a seguinte: as dotações orçamentárias era a parte da corrupção que envolvia o Parlamento e alguns outros interessados; mas os grandes interesses no orçamento como participavam e de que forma estavam inseridos? As grandes empreiteiras que o senhor mencionou, os grandes fornecedores do Estado, as grandes compras? Quer dizer, onde estão os grandes interesses privados sobre o orçamento na definição do orçamento? Como é que isso se constituía?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, o que sei já disse aqui: são empreiteiras, Parlamentares, Governadores, políticos, Prefeitos procurando membros da Comissão, normalmente Senadores, e se tinha alguma coisa acertavam com eles.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor acha que, analisando os relatórios parciais, as emendas de parlamentares, seria possível identificar esses interesses?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É possível. Mas não sei a prova concreta sobre isso, porque realmente nunca vi uma pessoa ou empreiteira oferecendo a um parlamentar uma comissão disso aí.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor teria pouco a contribuir nisso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pouco.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Última pergunta, Sr. Presidente. Quanto o senhor do esquema, como recebeu, de quem recebeu e onde está esse dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei. Do Deputado João Alves o dinheiro que foi apreendido na minha casa, 1 milhão de dólares, em torno disso, em espécie, sempre o Deputado João Alves me dava em dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Uma outra pergunta. O senhor era um peça importante, mas não tão relevante nesse caso. Quanto o esquema movimentou? Qual a estimativa que o senhor teria como um economista tão competente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É só somar os valores que estão nas dotações das despesas sociais. Essas dotações globais dentro das despesas sociais eram para isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa seria mais ou menos a estimativa do esquema.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estimativa. Agora, o que poderia vir de empreiteira ou coisa desse tipo, realmente não tenho idéia porque não sei qual a dotação que foi acertada. As coisas vinham rubricadas, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Creio que a sua pergunta anterior não foi totalmente respondida.

V. Exª perguntou como recebia e onde está esse dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse dinheiro foi apreendido lá em casa, em dólares que me foram entregues pelo Deputado João Alves.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Onde estão as contas bancárias do senhor? O senhor poderia mencionar? O senhor é sócio ou proprietário de alguma empresa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sou sócio nem proprietário de nenhuma empresa. As minhas contas, todo mundo sabe, estão no CITIBANK, Banco Nacional, Banco Cidade, BHU e Banco do Brasil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor depois poderia fornecer os números das contas e outros detalhes para a Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - De cabeça não tenho, mas isso é fácil de se conseguir.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Claro. O senhor alguma vez usou CC-5 com algum mecanismo de transferência de dinheiro para o exterior ou sabe se alguém do esquema o utilizou?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Realmente não sei. CC-5 não conheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor não sabe se parte desse dinheiro que transitava em dólar era depositado no exterior ou como? O esquema nunca...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nunca. O que sei é que o Deputado João Alves me dava o dinheiro e eu ficava com ele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Você nunca depositou no exterior?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Muito obrigado depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, perdão, Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, membros da Comissão, Sr. Depoente:

O Depoente tem suficiente riqueza verbal, vocabular, para precisar melhor a palavra "acertos" que V. Sª usa de diferentes formas, desde combinações para quem vai ser relator, insinua que esses acertos eram em torno de percentuais - na sua entrevista o senhor fala nisso -, em reuniões sem a sua presença as pessoas acima citadas acertaram percentuais e depois lhe mandavam pegar isso ou aquilo, fazer isso ou aquilo.

Gostaria que precisasse bem o que significa "acertos": se são pagamentos, promessas de pagamentos, combinações de percentuais de comissão ou se são meros entendimentos entre os membros da Comissão com quem V. Sª convivia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Combinações de percentuais que se dividiriam e quanto ficaria para cada um: tantos por cento para o Deputado João Alves, tantos por cento seriam indicados para o Deputado Cid, tantos por cento para o Deputado Genebaldo, coisas desse tipo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor se refere ao esquema de uma forma bastante globalizante. O senhor saberia precisar quais são as percentagens que ficavam com o coordenador do esquema, com os demais partícipantes, ou não tem idéia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho idéia.

O SR. LUÍS SALOMÃO - Pergunto-lhe o seguinte: além da participação nas subvenções sociais e em eventuais comissões de obras resultantes de emendas aprovadas na Comissão, V. Sª tem notícia de acertos, ditos eleitorais - usando sua expressão "acertos" - e se a emenda for aprovada, na época da eleição, o senhor vai ter um subsídio na campanha, o financiamento da campanha?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. LUÍS SALOMÃO - Não tem notícia.

Na sua entrevista, V. Sª diz que ouviu do Deputado João Alves dizer: "Fulano me levou um dinheirão.", e cita vários parlamentares, Ministros e Governadores. Do seu depoimento de hoje, foi acrescentado o Deputado Féres Nader, que não consta da entrevista.

O senhor, hoje, incriminou os Deputados Cid Carvalho, Deputado Genebaldo Correia e Ricardo Fiúza, a ex-Ministra Margarida Procópio, o ex-Ministro Anibal Teixeira. Mas, em sua entrevista, o senhor menciona ainda os parlamentares José Luiz Maia, José Carlos Vasconcelos, José Geraldo, Ronaldo Aragão, Mauro Benevides e seu filho Carlos Benevides, Sérgio Guerra, Gastone Righi, Ézio Ferreira, Edison Lobão e ainda o Governador Joaquim Roriz, que hoje não foi mencionado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria que V. Sª confirmasse, ou não, o que diz na sua entrevista: que essas pessoas faziam parte do esquema e tinham conhecimento tanto da questão das subvenções sociais - na devolução de recursos pagos por subvenções sociais - ou de obras em que os empreiteiros pagariam comissões.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmo, mas volto a dizer: alguns, com certeza posso afirmar, sabiam do esquema de subvenções sociais, através de conversas que tinham comigo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quais? É fundamental que o senhor frise quais, porque o senhor já reafirmou.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nesse sentido, o Deputado João Alves...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu prefiro citar os nomes para o senhor confirmar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, só um minutinho.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O senhor disse que acrescentei um nome. Devo só ressalvar que, quando fiz a entrevista, não dei todos os nomes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está claro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi apresentada uma relação de Deputados, que não era da época. Quer dizer, a memória ali... Não dava para falar todos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou citar os nomes, e o senhor, por favor, diga "sim" ou "não", para efeito de gravação.

Féres Nader?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Cid Carvalho?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Fábio Raunheitti?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Genebaldo Correia*?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Luiz Maia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Carlos Vasconcellos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Geraldo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ronaldo Aragão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mauro Benevides?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No caso do Senador Mauro Benevides e o Deputado Carlos Benevides, o Deputado João Alves dizia que dava o dinheiro para eles.

Agora, eles sabiam do esquema de subvenções, indicando relações de entidades de prefeituras. Isso, com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Senador e o Deputado? Os dois?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ambos, conjuntamente, vamos dizer assim, praticamente.

Volto a ressalvar que não posso garantir que eles sabiam do esquema de dinheiro. Não sei se eles sabiam disso, mas desse esquema de subvenções sociais, em que alguns Parlamentares poderiam indicar **a posteriori** do orçamento - quer dizer, ao Deputado João Alves - entidades de prefeituras suas para serem contempladas, eles sabiam, com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está claro. Do Deputado Ricardo Fiúza o senhor já falou.

Sérgio Guerra?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gastone Righi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

Um minutinho, por favor. O Deputado Gastone Righi, por ouvir o Deputado João Alves falar. Ele falava que o Deputado Gastone Righi pedia, queria, que era preciso dar para o Deputado, que era um Líder importante ou coisa desse tipo. Mas não posso dizer: eu sei que ele sabe. Só sei, porque o Deputado João Alves falou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Certo.

Ézio Ferreira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Ézio, também nesse mesmo sentido de que o Deputado João Alves falava isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Senador Saldanha Derzi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia, com certeza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado Flávio Derzi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador Humberto Lucena?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No mesmo sentido do Senador Mauro Benevides. Indicava relações de entidades para serem incluídas. Não posso afirmar se dava dinheiro ou não. O Deputado João Alves dizia que ele recebia, mas não sei se ele sabia ou não. Não tenho nenhuma comprovação, a não ser o que o Deputado João Alves falava.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A mesma coisa, no mesmo sentido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual sentido?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No sentido de que sabia de relações de subvenções de prefeituras, etc., para indicar. Agora, se recebia dinheiro é porque o Deputado João Alves falava.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. O senhor se refere, na sua entrevista, que alguns Parlamentares iam à sua casa, varavam a madrugada e "lhe enchiam o saco".

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Nunca falei. Isso deve ser alguma (inaudível) errada de que iam lá em casa e "enchiam o saco". O que eu dizia é que varavam a madrugada lá em casa. Isso nunca ocorreu. Foram poucos os Deputados que foram lá em casa. O que houve foram reuniões em que já participei até de madrugada realmente, na casa do Deputado João Alves, (inaudível) verificar, mas fazendo emenda, preparando emenda, verificando muitas coisas.

O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Salomão, posso pedir-lhe um momento?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos vendo aqui uma série de depoimentos sucessivos sobre questões de corrupção e dinheiro. V. Exª se referiu à expressão "encher o saco". Agora, é saco de dinheiro ou outra coisa?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Felizmente, V. Exª mantém o seu bom humor, o seu senso de humor, que vai tornar os trabalhos desta Comissão mais agradáveis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta era séria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de indagar do Depoente, voltando ao clima sério dos trabalhos, se seria capaz de identificar os representantes das empreiteiras que estiveram na casa do Deputado João Alves e em outras casas a que V. Sª se referiu. O senhor se referiu explicitamente à Odebrecht, à OAS, à Andrade Gutierrez e à Queiroz Galvão. Seria capaz de identificar por nome, apelido, descrição física ou através de fotos quem seriam esses representantes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Poderia tentar, mas volto a dizer ao senhor que sobre essa relação de empreiteiras o repórter foi perguntando e fui falando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas gostaria que o senhor desse os nomes dos representantes dessas quatro empreiteiras a que o senhor se referiu na entrevista.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aí não me lembro. Referi-me a essas quatro, volto a dizer ao senhor, porque o repórter me colocou o nome delas, entende? Mas, que eu saiba, todas as empreiteiras participavam lá, está bem?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero lhe ponderar que nem todas as empreiteiras têm acesso aos recursos do Orçamento da União.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não. Eu disse as grandes empreiteiras.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, o senhor deverá, depois, se for necessário, precisar melhor alguns nomes.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O que for preciso. Estou na lista para isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Podemos preparar uma lista e indagar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - (Assentimento.)

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque esse "todos", essas generalizações são muito perigosas e tendem a inocentar...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim. Eu sei. Não é nesse sentido...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero indagar agora a propósito da designação de um assessor da Comissão de Orçamento, Dr. Roberval, que teria sido substituído por determinação do então Presidente da Câmara. O senhor conhece o episódio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Lembro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Deputado Ibsen Pinheiro fez alguma determinação nessa direção?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, daquilo ali parece que... Vou falar as coisas que me contaram, assim... Não posso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas era um subordinado seu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não era subordinado meu.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Da assessoria da Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Eu era Diretor da assessoria de Orçamento do Senado e ele era da Câmara, e assumiu um cargo equivalente ao meu na Câmara. Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está claro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Parece que o Deputado João Alves é que não queria o Dr. Roberval, ou qualquer coisa nesse sentido, entende? E foram feitas gestões... Aí volto a dizer, quando me perguntaram sobre o Ministro Hargreaves, então funcionário da Casa... Na substituição dele, inclusive, houve gestões nesse sentido do Ministro Hargreaves, como funcionário, de afastar o Dr. Roberval e colocar uma pessoa que estaria relacionada com esses Parlamentares. O rapaz que entrou no lugar, se não me engano, José Roberto...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Lira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não. Lira é do Senado. Acho que é José Roberto, o que substituiu o Dr. Roberval, Roberto... Bom, não lembro o nome.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Roberto Nasser. Isso. Substituiu, era uma pessoa de confiança, indicada pelo Ministro Hargreaves.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu lhe pergunto se além de V. Sª algum outro funcionário integrava o esquema e recebia propinas, presentes do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. E isso aqui sempre procurei preservar, porque era um negócio que me assustava muito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Salomão, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou encerrar com três perguntas muito rápidas. Uma delas, inclusive, para...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Só um... Posso voltar atrás?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não. Por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que eu saiba, o único funcionário que sabia disso e estaria preparado para me substituir era o Dr. Orlando, que me substituiu na Diretoria de Orçamento quando fui para o Poder Executivo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Preparado tecnicamente ou preparado para o esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Sabia como as coisas funcionavam, quais eram as dotações, e que estavam relacionadas com o Deputado João Alves.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dr. Orlando de quê?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah...

O SR. LUIZ SALOMÃO - É fácil de descobrir.

Quero lhe fazer três perguntas muito rápidas. A primeira, para atender a uma observação do Deputado Ricardo Fiúza que me parece pertinente. Ele me disse, minutos atrás, que não deixassem que se cometessem injustiças com ele, Deputado Fiúza. Acho que é uma legítima aspiração. Mas circula no Congresso a notícia de que neste exercício de 93, meses atrás, o senhor teria sido convidado pelo Deputado Fiúza para assessorá-lo na elaboração de emendas ao Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Agora, relativamente há pouco tempo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Fui, fui chamado, sim. As emendas pessoais dele. E acabei não fazendo isso, inclusive.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto se o senhor já teve contas no AGROBANCO, em Brasília?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sabe se o AGROBANCO era usado como o mecanismo de passagem dos recursos em termos de cofre ou do que seja?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho nenhuma ideia. É o que volto a falar para V. Exª: tudo o que vi foi em dólar. (Risos)

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu lhe pergunto se o motorista do Deputado João Alves - quando Presidente da Comissão, ele tinha um motorista, da Câmara - foi portador de remessa de dólares para o senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Justificarei, oportunamente, essa pergunta.

Pergunto, finalmente, Sr. José Carlos Alves dos Santos, se o seu apartamento, que foi fotografado pela **Veja**, servia de ponto de encontro para Parlamentares e moças que o senhor agenciava.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Primeiro, eu não agenciava ninguém, tá? E nunca serviu de ponto de encontro. Aquele era meu, pessoal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ninguém sabia daquilo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador José Paulo Bisol, tem V.Exª a palavra.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, quero apenas evitar perguntas posteriores e trazer um dado que me parece relevante. O Deputado colocou uma relação de nomes e ele respondia de duas maneiras diferentes, alternativamente: "com certeza" ou "por ouvir falar".

É preciso que ele diga o que quer significar com a expressão "com certeza". Se ele se refere a observação própria e que tipo de observação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Observação própria ou conversas pessoais .. é isso aqui... vai lá, ou conheciam de reuniões a subvenções sociais que precisam ser colocadas, precisa-se verificar se foram feitas, coisas desse tipo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu já tinha encerrado, mas quero completar uma pergunta. Li a relação e esqueci de fazer a pergunta. O senhor teria algum outro nome a acrescentar a essa lista que li?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, para isso eu teria que ter acesso à relação de Deputados, membros da Comissão. O senhor há de entender que não estou no momento em que consiga me lembrar das coisas todas, de detalhes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Encareço ao depoente que depois, confrontando a revista com a sua lista arquivada na sua memória, se tiver meios de complementá-la, por favor, o faça.

Passo o requerimento ao depoente para que depois encaminhe por escrito à Comissão. Poderia lhe ser entregue o livro de Senadores e Deputados da Casa para que ele faça a relação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entregue na Casa, no momento, onde ele está?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não falei na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não entendi, desculpe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não falei "na Casa". Falei que seja entregue ao depoente o livro como nome dos Deputados Senadores e que seja feita por escrito a solicitação para que ele nomine um a um. Ou então que o façamos imediatamente. O livro está na frente da mesa e poderia ser feito. Só desta Legislatura. Talvez poderíamos encaminhar posteriormente. Mas, de qualquer forma, encaminho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu fiz a pergunta: ela não é "peçonina" nem hilária. Pretendi ter ouvido V. Exª dizer "na Casa." Perguntei se era desde logo uma possibilidade dessas. Evidentemente preso que ele está, tem o direito de faze-la, la.

Deputado Luiz Salomão, quando V. Exª perguntou se o depoente agenciava encontros e a resposta foi: "nunca agenciou". O que significaria agenciar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É porque também corria no Congresso Nacional a informação de que o apartamento do Sr. José Carlos Santos Alves servia de **garçonnière** para parlamentares amigos. É uma informação que não tem muito a ver com corrupção, mas tem a ver com outro tipo de crime. Como o Sr. José Carlos Santos Alves está sendo processado por vários crimes, era só para conhecer se havia também esse tipo de implicação, sem nenhuma conotação de tentar envolver alguém em nada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para os leigos, a impressão que dá de agenciamento seria uma coisa que levasse dinheiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, Sr. Presidente. Era **rendez-vous**.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, indago ao depoente se entre 1985 e 1992, segundo a revista **Veja**, V. Sª foi dono de uma cadeira no Conselho Nacional de Serviço Social, ponto estratégico para quem deseja ter acesso a verbas a fundo perdido do Ministério da Ação Social. V. Sª confirma isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não fui dono de uma cadeira. Fui conselheiro do Conselho Social do Serviço Social. Mas V. Exª pode estar certo de que lá não havia nada. Inclusive era mero registro. Lá não tínhamos participação em prestação de contas em nada disso. O registro tinha normas protocolares, as entidades que estivessem ali fariam isso. No Conselho Nacional de Serviço Social, nunca vi nada, nunca realmente participei de nada. Não tenho conhecimento de nada lá. Inclusive não vejo o porquê, porque era insignificante. Nem me lembro como foi feita a minha indicação para lá. Mais porque havia na Câmara, um assessor, o Luiz Vasconcelos, que era membro do Conselho há muito tempo e se queria no Senado Federal alguém. Já tinha havido um funcionário do Senado Federal como membro do Conselho, depois me colocaram lá, mas não havia nenhuma participação de nada, nenhuma implicação de nada, nem era lugar primordial - aí é informação da **Veja** - no processo, que pudesse trazer alguma coisa. Estou aqui sendo o mais aberto, o mais sincero possível. Se tivesse eu falaria também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer que V. Exª nega que essa posição...

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Faz soar a campainha.) - Peço silêncio ao Plenário, em atenção ao Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Sª nega, então, que essa posição lhe desse acesso a recursos no valor de 7 ou 8 milhões de dólares, o equivalente a 13 mil e 400 dólares para cada um dos 584 Parlamentares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza. Não tenho nada a ver com isso, porque essas dotações de subvenções sociais eram distribuídas no Congresso e rateadas por todos os parlamentares. Nem o Conselho pagava, eu acho... Ah, não, o Conselho andou pagando uma época, mas eu não tinha nenhuma interferência nisso, porque eu era mero conselheiro, não era executivo. O Colegiado não tinha a mínima participação nisso. O Colegiado não tomava conhecimento de prestações de contas nem nada. O Colegiado apenas fazia o registro, face aos documentos que chegavam num processo. A atividade era meramente cartorial, vamos dizer assim, de registro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Sª negou que, quando foi ocupar uma posição no Governo, no setor de Orçamento, essa ida tivesse representado uma escalada, uma combinação dentro de qualquer esquema. Entretanto, na mesma revista, há informação de que, depois que V. Sª saiu dessa posição, V. Sª teria inclusive aumentado o seu patrimônio através da aquisição de um avião Seneca. V. Sª confirma isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. O que acontece é o seguinte: quando fui para o DOU, não teve nada a ver com nenhum esquema, na realidade. Porque o que eu conheci especificamente era o esquema de subvenções

sociais. Esse esquema independia de minha presença ou não em qualquer lugar que fosse. Eu não era executor, eu não me responsabilizava por relações encaminhadas pelo Congresso, porque era o Deputado João Alves que encaminhava, assinava, fazia tudo. Eu não tinha nenhuma ingerência em liberação de pagamentos, esse tipo de coisa. Então, minha ida para o DOU não tem nada a ver com isso.

Quanto ao avião, como eu já disse, não é meu. Esse dinheiro, emprestei para um rapaz e ele o comprou, em decorrência de que eu havia feito comentários de que talvez eu quisesse ter acesso a uma fazenda que minha família tinha e que alguns primos meus distantes estariam vendendo; e que, se eu fosse, eu compraria um teco-teco para ir, porque é no norte de Minas, em Pirapora. A partir daí, uns dois, três dias depois, ele apareceu com esta história: de que era uma pechincha, muito barato, que era muito bom, que valia a pena, que era um avião de 1980, ou qualquer coisa assim.

Eu não sabia se ia comprar a fazenda, se ia ter ou não a fazenda. Falei: "Tudo bem. Se é pechincha, se é bom negócio, se ele diz que poderia montar um táxi aéreo, e que táxi aéreo é uma empresa que tem condições de prosperar..." Eu não tinha ainda nenhuma perspectiva do que iria fazer. Eu estava num momento muito difícil da minha vida. Então, ele comprou o avião, já me pagou a parcela que dei, montou o táxi aéreo. Esse avião é de propriedade do táxi aéreo, está registrado no táxi aéreo - é questão de verificar no DAC, há o registro. E nunca tive nenhuma participação na administração dessa empresa de táxi aéreo. Viajei nesse avião duas vezes. Numa paguei o combustível, quando fui a Uberaba conversar com o Chico Xavier. Há uns dois ou três meses, fui ao Chico Xavier - amigos comuns tinham marcado para mim uma entrevista com ele. Eu queria vê-lo por problemas pessoais, conversar com ele e com outras pessoas em Uberaba. Então, fui nesse avião, mas paguei o combustível. Disso deve ter registro. Se for olhar a contabilidade, os registros desse táxi aéreo, deve estar lá. E uma outra vez, fui a Goiânia. Dessa vez eu não paguei. Como era uma viagem curta, fui e voltei no dia seguinte, inclusive em companhia comercial.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Sª fez uma afirmação que me parece grave. Porque aqui temos que esclarecer as coisas. Num determinado momento, V. Sª disse que tinha visto determinados parlamentares na casa do Deputado João Alves. E noutro momento disse que não se lembrava de ter visto alguns. Anotei aqui. V. Exª não se lembra de quem?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Se V. Exª me der a relação, posso dizer quem eu já vi especificamente na casa do Deputado João Alves ou não. Isso no período em que o Deputado João Alves era Relator. Evidentemente, no período dos outros Relatores houve outras reuniões, outras coisas. Especificamente, na casa do Deputado João Alves, se V. Exª ler, novamente, esses nomes para mim, posso dizer quem já vi lá, quem não vi ou quem eu vi conversando com S. Exª aqui no Congresso sobre coisas desse tipo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - A imprensa publicou os nomes dos envolvidos: Cid Carvalho, Ézio Ferreira, Fábio Raunheitti.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já vi o Cid Carvalho na casa dele. Não me lembro de ter visto o Ézio Ferreira lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Fábio Raunheitti, Flávio Derzi...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. O Fábio Raunheitti, vi, com certeza, na casa dele. Não me lembro se vi o Flávio Derzi lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Gastone Righi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não me lembro de tê-lo visto. Acho que não vi o Gastone Righi. Não me lembro se vi ou não o Flávio Derzi. Mas o Gastone Righi não vi não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Genebaldo Correia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Vi-o, com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah! O João Alves, era na casa dele. Íamos sempre à casa dele. (Risos)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - José Carlos Vasconcelos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Vi-o, com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - José Geraldo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - José Luiz Maia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Manoel Moreira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Messias Góis?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Paes Landim?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Paes Landim, com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pedro Irujo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sérgio Guerra?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Sérgio Guerra

acho que é mais recente: o Deputado João Alves não era o Relator. Sérgio Guerra já foi com o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Uldurico Pinto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na casa do Deputado João Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O Senador Humberto Lucena?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu nunca vi o Senador Humberto Lucena na casa dele. Já falei, já atendi telefonema dele lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mauro Benevides?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também nunca o vi na casa dele, mas também já falei com S. Exª ao telefone lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ronaldo Aragão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já foi na casa dele. Lembro-me dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Saldanha Derzi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não me lembro. Acho que não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O Governador Edison Lobão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já o vi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já o vi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Joaquim Roriz?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já o vi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O Ministro Henrique Hargreaves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Hargreaves, sim, mas como funcionário; não era como Ministro, e sim como funcionário.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Alexandre Costa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu nunca disse que vi o Alexandre Costa na casa dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Aníbal Teixeira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não me lembro de ter dito tê-lo visto na casa dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Carlos Chiarelli?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não me lembro de tê-lo visto pessoalmente na casa do Deputado João Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Margarida Procópio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também nunca a vi na casa dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E empreiteiros, V. Sª os viu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Vi vários empreiteiros passando por lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Sª tem nomes.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah, eu não guardo o nome desse pessoal, mas é fácil identificá-los. De algumas empreiteiras dessas, com certeza; empreiteiras pequenas também já vi passar por lá. É questão de ir perguntando os nomes, que irei falando e lembrando os que foram lá.

É claro que existem outros Parlamentares que eu já vi na casa dele. Aí eu não sei - é o que estou falando - eu precisaria lembrar o nome deles; não me lembro de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Faz soar a campainha.) Nobre Senador, eu gostaria de lhe informar que o seu tempo está encerrado. Contudo, ouço V. Exª, se puder finalizar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Só uma última pergunta, algo que considero importante, Sr. Presidente, é a afirmação do depoente de que determinada pessoa recebia dinheiro, outra apenas indicava em que datas as prefeituras recebiam subvenções. Há uma diferença aí. V. Sª poderia individualizar isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já respondi, se não me engano ao Deputado ali sentado: citei nomes, explicando quais eram, quais não eram, em função da presente relação, etc.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E só para finalizar, Sr. Presidente.

V. Sª disse, num determinado momento, que, às vezes, o Deputado João Alves era dado a umas maluquices - é textual isso aqui. Que maluquices eram essas, se estamos tratando de coisa tão grave e o depoimento de V.Sª é baseado em informações e afirmações do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, repare o seguinte: o que eu disse foi que o Deputado João Alves, com o seu temperamento, talvez na entrevista, não sei se usei essa expressão ou não, mas a fita gravada está aí e diz se usei essa expressão, ou não. Com certeza, isso não era um desrespeito a ninguém, a expressão que eu usei é mais uma expressão de desabafo, de conversa informal, vamos dizer assim, dizendo que o temperamento dele... ele era uma pessoa muito expansiva, que falava uma coisa, falava outra, dizia as coisas com muita facilidade, soltava as coisas com muita facilidade nesse sentido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Soltava as coisas com muita facilidade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, porque falava "fulano de tal vai receber". É isso que estou dizendo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Soltava as coisas com muita facilidade não quer dizer, para V. Sª, às vezes, leviandade, ou não?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pode até ser, algumas vezes. Por isso é que eu sempre fiz a ressalva de quem eu não tinha certeza que sabia do esquema. Quem eu tenho certeza que sabia do esquema eu já falei aqui, ou por ter ouvido pessoalmente alguma conversa, ou por terem me feito referências pessoais, ou por atitudes que tenham tomado. Esses, eu confirmei pessoalmente que sabiam; outros fiz a ressalva de que era apenas por ter ouvido falar pelo Deputado João Alves. Exatamente para que não se cometam injustiças, coisas desse tipo. Por isso é que fiz a ressalva de que alguns sabiam do esquema de dinheiro e que outros, com certeza, sabiam do esquema de apresentação de lista de subvenções. Se sabiam do esquema de dinheiro ou não, aí era parte do que o Deputado João Alves falava, mas tenho certeza de que sabiam do esquema de apresentar relações de subvenções. Isso também não fica difícil de comprovar a partir do momento em que se peguem essas relações e se verifiquem os Parlamentares que têm interesse naquelas entidades, naquelas prefeituras, naquelas regiões. Acho que é fácil todo o Congresso descobrir isto: tal prefeitura é de tal parlamentar. isso faz parte do processo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria pedir uma coisa a V. Exª: venho de uma região seca, e aqui não está chegando água.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há pouco eu dizia que não havia nem água nem café. Mas, como chegou o café, suponho que a água chegará. Como é a nossa primeira reunião, talvez o problema logístico não tenha sido bem equacionado.

Agradeço a V. Exª e recomendo à Secretaria da Comissão que providencie água para os presentes.

Nós temos gasto, em média, 15 minutos. Alguns menos, outros, mais; a média tem sido de 15 minutos. Algumas perguntas são tão importantes que eu me contenho para não interromper, mas seria muito bom que não houvesse agora repetição daquilo que já foi dito e já foi respondido.

Pergunto ao nobre Senador Luiz Alberto, que estava inscrito, mas cuja inscrição está cortada em favor do Deputado Roberto Jefferson, suponho. Coincide isso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente. eu perguntei sobre a lista porque reparei que as inscrições feitas não eram pelos Deputados, nem pelos Senadores; havia uma caligrafia repetida em vários nomes, sem assinaturas. Eu recebi para assinar a lista e vi um espaço em branco com uma mesma letra do lado direito com vários nomes. e coloquei o meu nome, então, nesse espaço em branco. E fui eu que cortei esse nome ao lado, porque não tinha a assinatura do Senador. E eu coloquei ali minha assinatura.

O SR. ODACIR KLEIN - Eu gostaria de esclarecer que a letra colocada aqui é minha. No início da sessão, a Secretária, por inadvertência, estava coletando assinatura, numa lista só, de titulares, suplentes e não-membros da CPI. E quando nós acertamos as três listas e havia titulares e suplentes inscritos naquela lista inicial, passei para cá os nomes dos Senadores Garibaldi Alves e Luiz Alberto. A letra que estava aqui colocada repetida é minha.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, à guisa de esclarecimento: na outra lista eu era um dos primeiros inscritos, mas não há problema; eu cedo a vez, diante da explicação do Vice-Presidente, ao nobre Senador, porque na outra lista eu era o quarto. Não há problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Teremos a alegria de ouvi-lo, Deputado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Eu fico após o Senador Luiz Alberto. Abro mão em favor dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poder-se-ia decidir a questão **interna corporis** do PTB, porque o Senador é do PTB e V. Exª também.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Abro mão para falar depois do Senador. Não há problema. Sr. Presidente. Não crio embaraço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acredito que teremos oportunidade de ouvi-lo e estou desejoso, particularmente, de ouvi-lo. Agora, quero seguir a lista.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, por gentileza. apenas para um esclarecimento. V.Exª está considerando os Deputados não-membros, embora citados, em que ordem? Porque acredito que os citados têm esclarecimentos ou perguntas a fazer que ilustrarão a Comissão. Eu pediria a V.Exª que para aqueles que, embora não-membros, foram repetidamente citados fosse obedecida a ordem de inscrição. Se não me falha a memória, a minha deve ser quinta ou sexta. Creio que ninguém da Comissão se insurgiria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já estou ouvindo apoios a latere à posição de V.Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não estou com pressa, mas daqui a pouco a Comissão se esvazia, as pessoas ouviram as colocações, e nós não temos o direito de fazer... não vou polemizar, porque não é minha vez de depor. Quero depor. Gostaria

apenas de fazer algumas perguntinhas. Pediria a V.Exª que me considerasse como Membro, para efeito de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª está aqui na lista dos não-Membros. V.Exª raciocina com o direito de, uma vez citado,...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não raciocino. Peço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Interpreto o seu grau de humildade, mas estou interpretando como um raciocínio seu e, na oportunidade, consultarei o Plenário e, com certeza, V.Exª terá oportunidade.

Senador Luiz Alberto Oliveira, V.Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu espero.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Gostaria de indagar do Depoente se ele recebeu este valor, em torno de um milhão, um milhão e quatrocentos mil dólares, na época em que trabalhou no Congresso Nacional ou quando ele também participou de um cargo no Executivo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, foi independente de trabalhar no Congresso ou no Executivo, mas recebi quando trabalhava no Congresso e quando trabalhava no Executivo, mesmo depois de aposentado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O senhor não poderia avaliar quanto recebeu como diretor de um serviço do Congresso Nacional e quanto recebeu de propina como diretor de um órgão do Executivo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, porque na realidade a atividade no Executivo não fazia parte disso aí. O que havia na realidade é o que eu disse: era o Deputado João Alves dando esse dinheiro. Volto a dizer a expressão que está na **Veja**, uma expressão meio baixa, mas praticamente como um cala-boca "isso é seu..."; quer dizer, eu não tinha interferência nisso, mas ele me dava, na realidade, como presente mesmo, por orienta-lo, analisar, acompanhar. Foi saber das coisas na realidade e como um técnico que ele tinha à mão para poder fazer classificações e esse tipo de coisa. Mas, de qualquer maneira, digo como presente porque fazendo ou não fazendo, o esquema independia de minha presença acontecerem essas coisas. ....eu tinha...sem querer justificar nada, porque me colocaram muito dinheiro à frente. Segundo, havia entendimentos implícitos e me davam explicações de que eu estaria demitido se não fizesse e coisas desse tipo. Havia ameaças nesse sentido também, entende? Participei - volto a dizer - desde a execução do orçamento de 1989...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Qual foi a primeira vez em que o senhor recebeu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Em 1989. No orçamento de 1989.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - E em 1990, quanto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O valor eu não sei dizer. Normalmente eu não me lembro, mas eram recursos em dólar. No início foram menos e aumentaram.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Mesmo como aposentado o senhor conseguia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mesmo como aposentado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Jefferson, V.Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, entendo praticamente exaurida a inquirição da testemunha, mas há algumas coisas que eu gostaria de indagar da testemunha, porque não ficaram claras no processo.

Inicialmente, eu gostaria de saber da testemunha como é que deu a prisão dele. Tratou-se de uma decretação de prisão preventiva? Ele foi preso praticando algum delito? Como e quando se deu a prisão da testemunha, Sr. Presidente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No dia 7, na minha casa, quando foram pegos os dólares, e, no meio dos dólares, havia alguns dólares falsos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, qual a quantia de dólares apreendida nesse dia na casa do Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Cerca de 700 mil dólares, dos quais, parece - não sei precisar com certeza - 30 mil dólares falsos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, o Dr. José Carlos, anteriormente, havia entregue à Polícia uma soma em dinheiro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foram entregues 300 mil dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Esse recurso ficou com a polícia, para marcar o dinheiro na expectativa de um financiamento do sequestro, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não senhor. Quando a polícia esteve em minha casa, o delegado do sequestro disse que, efetivado um contato, antes de entregar o dinheiro, as notas teriam que ser marcadas.

Quando foi feito o contato, eles sabiam, foi gravado. O delegado pediu o dinheiro, e, como eu estava com o dinheiro, eu disse que estava com o dinheiro. Nesse momento, ele disse que iria mandar um perito à minha casa para fazer a marcação, que seria à caneta, uma caneta especial ou qualquer coisa desse tipo. Mas quando o perito chegou à minha casa, não havia caneta; então, era uma relação manual que tinha que

ser feita de todas as notas. Meu filho e meu genro ajudaram a fazer essa relação, anotando cédula por cédula de mil dólares. Nesses 300 mil dólares que eu dei para ele, havia 10 mil dólares falsos. O perito me mostrou que eram falsos, porque havia números repetidos. Eu que entreguei para ele esses dólares - "saca", eu não poderia saber que era falso, óbvio.

Então, o perito perguntou se eu queria que ficassem comigo ou se eu queria que ele levasse para fazer uma "pentagem" melhor ou qualquer coisa nesse sentido. Eu disse a ele que teria que verificar isso. Que o pessoal estava lá em casa, viu e sabia. Então, ele disse: está tudo bem, mas vou levar para verificar se realmente são, tal e coisa, aquele negócio... e levou esses 10 mil dólares falsos.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Ele devolveu. Dr. José Carlos, ou ficaram apreendidos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, os 300 não. Os 300 ficaram comigo e foram apreendidos, posteriormente, em um cofre que eu mantinha no Citibank.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, os 300 foram apreendidos posteriormente em um cofre do Citibank?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E a soma divulgada pela Imprensa, que é de 1 milhão e 300 mil dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, mas isso é porque somaram duas vezes esses 300 mil dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, isso está errado? 1 milhão de dólares é o que está apreendido na Polícia, inclusive com o laudo.

Dr. José Carlos, o senhor disse que recebeu só de uma fonte, de um Deputado desta Casa, o Deputado João Alves, esses recursos. A partir de 1989, se não me engano, foi o que o senhor falou.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Até quando o senhor recebeu recursos, Dr. José Carlos? Até que ano? até que mês, o senhor recebeu recursos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Até o ano passado, em 1992. Não sei precisar o mês.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - No final do ano de 1992?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. É questão de se verificar quando foi a liberação. O Deputado João Alves costumava fazer isso quando ele dizia que havia liberações do Ministério do...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, peço um esclarecimento. Não era por ocasião da elaboração do orçamento que o senhor recebia recursos do Deputado João Alves...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - ...na medida em que algumas verbas orçamentadas iam sendo liberadas? É isso, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Repare o seguinte: que essas subvenções sociais, o Deputado João Alves chegava para mim e falava: olha, recebi tanto e recebi tal dinheiro ou recebi um dinheiro. Toma para você essa parte.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas isso ocorria no momento da elaboração do orçamento ou na execução dele no ano subseqüente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Era quando ele recebia os recursos. Esses recursos ele só recebia depois que eram liberadas as subvenções sociais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Na execução do orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, na execução do orçamento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, o senhor recebia isso ao longo do ano? Num mês saía uma parte, no outro mês, outra parte...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Saiu isso; toma cá e tal coisa. Esse negócio.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, ele lhe dava os recursos por quê? Por que o senhor recebia essa vantagem? Era em função do cargo que o senhor ocupava ou de algum favor que o senhor fazia a ele? Qual o motivo de o senhor receber esses recursos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, penso que isso era um "cala a boca". Ele precisava de alguém perto dele que tivesse conhecimento de técnica orçamentária, que tivesse conhecimento dos mecanismos orçamentários, vamos dizer assim.

Nunca vi nenhum parlamentar, pessoalmente, nunca vi nenhum parlamentar receber qualquer espécie de dinheiro, por qualquer coisa relativa ao Orçamento ou por qualquer outra coisa, tá?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - V. Sª viu algumas dessas pessoas dando dinheiro ao Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, também nunca vi.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor nunca viu ninguém dando dinheiro ao Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Agora, o que volto a dizer: algumas pessoas dessas que citei disse com certeza, porque já fizeram referências

a mim de que conheciam esse sistema, ou por suas funções, precisaram da minha presença, e fizeram isso, tá?

As outras foram referências que o Deputado João Alves fez. Por exemplo, ele já fez referência ao senhor, compreende? Agora, se é verdade ou não, não sei dizer. Ele já fez referência ao senhor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Como? Isso é uma questão de acreditar no senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei. É o que estou dizendo ao senhor. O Deputado João Alves fez referência. Não posso dizer que o senhor recebeu ou não recebeu. Eu não sei. Disso aí eu não tenho o mínimo conhecimento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas eu indagaria do senhor o que ele falou com referência a mim?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que o senhor também receberia recursos dele para ajudá-lo, dar força a ele nas decisões dele.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não fiz parte dessa Comissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei, mas como político de partidos que faziam as reivindicações.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim. Agora, volto a fazer uma pergunta a V. Sª, que acho de natureza importante: com relação ao Deputado Gastone Righi, o senhor alguma vez ouviu alguma conversa do Deputado João Alves com o Deputado Gastone Righi?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se ouvi a conversa?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Alguma conversa, alguma vez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já ouvi os dois conversando por telefone e o Deputado João Alves falando que era o Deputado Gastone Righi, em que parecia que acertavam alguma coisa, que havia concordância de alguma coisa. Não posso dizer, não me lembro, inclusive, de coisas específicas sobre esse tipo de acerto. Lembro-me que o Deputado João Alves falava muito e, às vezes, desligava o telefone e comentava que o Deputado Gastone Righi cobra, pede mais, coisas desse tipo.

Agora, se isso é verdade ou não, não ouvi no telefone o que eles estavam conversando.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas o Deputado Gastone Righi cobrava a aprovação, a inserção de alguma emenda ou cobrava recursos, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele cobrava inserção de emendas. E, pelo que o Deputado João Alves falou, pedia dinheiro.

Isso eu ouvi. Em relação ao Deputado Gastone Righi, ouvi conversas que me induziam realmente a isso. O Deputado João Alves falando coisas que pelo que ele falava depois que eu provava o que ele estava falando, entende? Agora, se era mesmo ou não, não sei. Tenho plena convicção, é disso que estou falando com relação ao Deputado Gastone Righi. Não o conheço pessoalmente, tive pouquíssimo contato com ele, mas isso estou lhe passando coisas que já vi. Do senhor, por exemplo, eu não posso dizer que eu vi o Sr. telefonar para ele ou que eu assisti conversa do senhor com ele. Ouvi o que o Deputado João Alves falou para mim.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim, entendo, estou entendo toda essa...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estou procurando ser o mais sincero possível exatamente para não fazer injustiça a ninguém, porque eu sei as implicações que isso pode trazer.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Dr. José Carlos, o senhor alguma vez me viu na casa do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não senhor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor alguma vez me viu na Comissão de Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, aí, para falar a verdade, não me lembro, mas também não posso afirmar que o senhor nunca tenha ido lá.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Deputado Jefferson que conclua.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, era só essa a minha linha de questionamento, não tenho mais nenhuma pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, vou ser bem rápido porque as principais dúvidas que me assaltavam, de certa forma, já foram resolvidas com as respostas dadas até aqui, pelo depoente.

Eu me permitiria, antes, Sr. Presidente, propor a V. Exª e ao eminente Relator que fossem fornecidas cópias das Leis Orçamentárias de 89, 90, 91 e 92, assim como as relações encaminhadas pelo Deputado João Alves e, eventualmente, outros Deputados, indicando ao Ministério da Ação Social e ao MEC as entidades que deveriam receber subvenções.

Com isso, o depoente poderia fazer um confronto e esclarecer de forma mais pormenorizada esses fatos. Eventualmente, poderia voltar aqui para repetir seu depoimento.

Isso é indispensável, Sr. Presidente, porque normalmente essas verbas são repassadas a fundo perdido, e não há uma prestação de contas ao Ministério. Não é verdade? Então, para saber se houve uma real aplicação, pelas entidades, desse dinheiro, é preciso que façamos uma perícia nessas entidades.

De maneira que, eu proponho a V. Exª que forneça cópia não só das relaçoes, mas também das Leis Orçamentárias referidas, ao depoente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, dessas relações, algumas eu devo até ter guardado. Sou meio desorganizado, nunca fui de guardar papel ou sistematizar memória, coisas desse tipo. Mas é possível, aliás é muito provável, que eu tenha algumas dessas relações, mas mesmo que eu não as tenha, evidentemente, no Ministério tem que haver essa documentação, para o processo de liberação, tem que haver isso no Ministério.

E, adiantando, gostaria de colocar - sei lá o que acontece comigo - que as entidades que tenham dotações mais elevadas, que tenham valores mais expressivos, com certeza, participavam desse sistema ou desse esquema; e as que têm valores pequenos representavam relações de parlamentares indicados.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Pois não, mas de qualquer forma V.Sª recebendo informações, isso poderá auxiliá-lo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Algumas, eu não lembro de todas. E repare o seguinte: não sei de todas, o que eu digo é que aquelas muito grandes, evidentemente, a gente fica sabendo, é óbvio, pelo processo óbvio das coisas.

Segundo é que eu disse aqui inicialmente, Deputado, eu disse aqui inicialmente...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não há necessidade de V.Sª responder agora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É só um detalhe. É que uma perícia na contabilidade dessas entidades, com certeza, tem que indicar isso. É impossível mascarar o volume desse aplicativo de recursos.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Nós vamos pedir essa perícia apenas para auxiliar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exato.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Vou fazer duas perguntinhas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero primeiro deferir de pronto a sugestão de V. Exª. Tenho a impressão que, aliás, ela já foi feita aqui, em parte, pelo Deputado Vivaldo Barbosa e até pelo Deputado Mercadante.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Desculpe, não prestei atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não há o que atentar, apenas lembrar que estamos rigorosamente obrigados a fazer.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Segundo a revista **VEJA**, V.Sª teria anunciado que só faria declarações em juízo. V. Sª, entretanto, resolveu dar essa entrevista à revista **Veja**. Houve alguma razão especial para isso? V. Sª terá sido pressionado? O que levou V. Sª a mudar de posição e dar essa entrevista à Revista **Veja**? V.Sª, inclusive, disse que foi torturado. V. Sª confirma essa declaração à revista **Veja**? Em que circunstância?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que houve aí uma série de coisas que se juntaram. Meu ambiente emocional de um tempo para cá, as preocupações de que poderia ter alguma implicação na minha situação pessoal, coisas que foram assacadas contra mim e que não tenho a mínima interferência: uma campanha de difamação e de colocação de coisas absolutamente absurdas que foi feita aí no decorrer de quase um ano, como que eu era irmão de fulano de tal - e sou filho único; que não tenho parentesco nenhum com as pessoas, coisas desse tipo; que eu estava atrás de esquemas em computador, com o que não tenho nada a ver; mais recentemente, que eu era falsário - obviamente não o sou; que eu teria esquema de tóxico, e isso é impossível: que eu teria matado a minha mulher, que não matei. Tudo isso que foi sendo levantado, não sei por quais razões, por incompetência da polícia, por causa de justificar um trabalho, sei lá o que foi. Essas coisas iam doendo muito na consciência, incomodavam. Fui torturado no dia que fui preso à noite: queriam que eu falasse sobre minha mulher e eu não sabia, perguntaram sobre isso; lembro-me de ter falado alguns nomes muito rapidamente: eu não agüentava, pois foram cerca de quatro horas e tanto numa madrugada. Depois, a minha filha me pediu que o que eu soubesse, o que eu tivesse, o que quer que fosse que eu falasse. Eu prometi a ela e acho que devia isso aos meus filhos. Isso foi a gota dpágua de tudo, que eu tinha que soltar. Acho que foi um desabafo; depois disso...sei lá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado se considera respondido? V. Exª perguntou por tortura.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim. Sobre isso, eu gostaria de saber em que dependência policial se V. Sª pode identificar o nome do torturador e que espécie de tortura V. Sª sofreu.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não; eu não posso identificar torturador; eu não vi. De madrugada me tiraram da cela; falaram-me que meus advogados estariam lá. Os que estavam tomando conta de mim, eu sei, eu vi, me tiraram...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Quem eram essas pessoas que estavam tomando conta de V. Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O nome eu não sei.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas poderia identificar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os que estavam lá na hora sim. Pelo...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Foram essas pessoas que torturaram V. Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não; aí eu não posso dizer. Não sei. Lembro-me de um rapaz alto que me levou, que me algemou para trás; um outro lá que parece ser o chefe da carceragem que estava de plantão lá no dia e me mandou tirar os óculos, deixar meus óculos lá; disse que meu advogado estava lá. Desceram-me por uma escada, por um corredor escuro. Quando eu estava indo, um sujeito que vinha por trás de mim, que era esse moreno alto que me algemou e estava me levando, enfiou-me um capuz preto na cabeça e aí não vi mais nada.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas V. Sª poderia identificar essa pessoa que o conduziu até esse local.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pode ser.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E que tipo de tortura V. Sª sofreu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Chegando lá, eles me colocaram em uma cadeira de braço, enfiaram um ferro entre os braços de maneira que eu não pudesse levantar; eu estava algemado para trás. Alguém, por trás de mim, enfiava um saco de plástico na cabeça por cima do capuz preto, do pano preto, apertando esse saco e sufocando-me o nariz e a boca. Pouco depois, começaram a me bater na região da barriga; despiram-me a parte de baixo. Parece que me deram choques nos órgãos genitais.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E perguntavam alguma coisa a V. Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Perguntaram-me sobre o desaparecimento de minha mulher e sobre isso aí, sobre os nomes do Congresso ligados à corrupção.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Há um outro trecho da entrevista que diz o seguinte:

Também foi o José Carlos Alves dos Santos quem convenceu Marcílio e Pedro Parente a levar ao Presidente outra idéia exótica: negociar o Orçamento de 1992 com os "sete anões" da Comissão do Congresso e, depois de presentear cada um deles, contar com seu apoio para passar um rolo compressor sobres os demais Parlamentares. Não me lembro se V.Sª já respondeu. Quem eram os "sete anões" e quais eram esses presentes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, isso já me referi no processo. Na realidade, não fui eu que convenci ninguém a colocar esse tipo de coisa. O que aconteceu é que o Pedro Parente, não me lembro como é que surgiu a idéia, mas acho que partiu dele fazer um acordo com a Comissão de Orçamento a facilitar a aprovação do Orçamento do Congresso. Nesse sentido, endossei, falei que isso era um caminho válido, que resolveria problemas politicamente aqui dentro, com membros que tivessem dirigindo a Comissão, tivessem parte decisiva na Comissão.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas quem eram os "sete anões"?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Calma! A história dos "sete anões" apareceu no jornal ou revista anteriormente; eram considerados os Parlamentares-núcleo-dirigente da Comissão: o Deputado Cid Carvalho, Deputado Genebaldo, Deputado Manoel Moreira, Deputado José Carlos Vasconcellos, Deputado João Alves, óbvio. Tinha o Felipe Mendes, o José Luiz Maia... Eu teria que ter a relação da Comissão na mão para poder lembrar de todos.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Desses presentes, a matéria fala:" e depois de presentear cada um deles..."

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não é uma declaração de V.Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, isso não. Isso é reportagem, parece-me que foi feito isso, mas isso não foi o que eu falei. O que falei foram essas coisas que confirmei que estão nessa tarja amarela aqui em baixo. O resto, em cima, eu quase que nem li. O que houve a respeito desse acerto, não era mais nem essa história de "sete anões". Essa história é anterior a esse ano.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Está certo. Então, uma última pergunta. Há um outro trecho que diz o seguinte. O **Jornal do Brasil**, em 31 de agosto de 1992, noticiou "que ele recebeu um depósito de 399 milhões de cruzeiros ou 80 mil dólares, referentes a um prêmio de loteria que os registros da Caixa Econômica Federal indicam ter sido pagos a um felizardo com o seu nome. Nada haver com a sorte grande. A aquisição de bilhetes premiados é um dos mais manjados truques de quem pretende lavar dinheiro clandestino."

O senhor sabe que truques são esses? O senhor tem conhecimento de troca de bilhetes sorteados e não vendidos entre a Caixa e, eventualmente, a algum Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse dinheiro eu ganhei na loteria. Quanto à sua pergunta, não tenho a mínima idéia disso.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor não conhece isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não conheço.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Isso aqui consta da matéria.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não falei nada sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se o Deputado ouviu que o depoente asseverou que ganhou na loteria. O senhor ouviu?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então, ele confirma que ganhou na loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, ganhei na loteria.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Ganhou o que na loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ganhei cerca de 80 mil dólares.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Na loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Quando? Que tipo de loteria? Federal, Loto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na loteria esportiva do certo e errado.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Na esportiva. Quando?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi em 1992, no meio do ano de 92 aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se o Deputado Sigmaringa aceitaria fazer uma pergunta que eu lhe pediria que fizesse. Depois da referência à tortura, que foi revelada aqui pelo depoente, se essa tortura foi anterior ou posterior à entrevista dada à **Veja**.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor poderia responder?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi antes.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - A tortura foi anteriormente à entrevista dada à Revista **Veja**.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pavão, V.Exª é, no momento, o primeiro, mas quero lhe fazer uma solicitação.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Pedro Teixeira, que nos honra aqui com a presença, saiu de uma UTI e está aqui valentemente esperando, e, através dele, peço a V.Exª que lhe ceda a vez.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, as perguntas serão breves, mas necessitam de apenas um introito, mais para um testemunho para que cada caso seja examinado, não no contexto que parece que atingiu a todos, e vou dar o meu testemunho diante da pergunta que vou formular.

Saindo do PDT, onde tive a ventura de conviver durante nove anos, no último Orçamento, eu já era ligado aos quadros da política federal do Governo local. No entanto, fui instado pelo escritório do Governo do Rio de Janeiro e pelos meus então companheiros de Bancada, Senadores que estão aqui presentes, para que apresentasse uma emenda em favor da Linha Vermelha, que não tinha nada a ver com Brasília e que não tinha nenhum interesse político, e eu nem sabia que empreiteira era ou deixava de ser.

No próprio Palácio do Buriti, presentes vários Companheiros, inclusive o Deputado Chico Vigilante, renunciei à Emenda do Distrito Federal em favor de uma linha social do Rio de Janeiro, que era a Linha Vermelha, porque entendia do grande significado que a Linha Vermelha representava para o País.

Nesse próprio Orçamento, atendi a vários Senadores que me pediram emendas porque, na verdade, não as necessitava no Distrito Federal, uma vez que já tinham sido apresentadas e um deles, se não me engano, foi o próprio Senador Ruy Bacelar, que me pediu que o apresentasse a uma pessoa de seu Estado, que necessitava de uma emenda.

A Senadora Júnia Marise, que não está presente, pediu-me duas emendas. Depois de ter consultado o GDF e ter verificado que havia um superávit, atendi ao Brasil sem conhecer se a obra estava licitada ou não.

O SR. RUY BACELAR - Nobre Senador, acho que há um equívoco.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não há equívocos. V. Exª me pediu e indiquei o Senador Meira Filho porque, na hora, não pude.

O SR. RUY BACELAR - Ah, sim. Foi uma emenda para o ex-Deputado Mário Lima, da Bahia.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Certo. Não me lembro.

O SR. RUY BACELAR - Foi V. Exª que indicou o Meira Filho.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não tive o privilégio porque na hora não sabia se a minha quota dava para atender a um pedido justo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Veio do Deputado Mário Lima.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - *Atendi ao Entorno de Brasília...*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando se tratar de Bahia, tenha V. Exª cuidado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Atendi ao Entorno de Brasília e atendi a muitos Parlamentares que pediram obras de assistência social, obras que realmente o Distrito Federal já estava com a sua quota, graças a Deus, satisfeita e atendi. Mas cito

essa do Rio de Janeiro, pois eu já havia saído do PDT. E, no entanto, apresentei, lutei e batalhei, através do escritório do Governo do Rio de Janeiro e dos meus companheiros Senadores que estão aqui, para que atendessem ao Rio de Janeiro, pois era realmente uma obra social meritória.

Isso apenas é para fazer a seguinte pergunta ao Depoente: todas as vezes que o Depoente foi procurado, havia a ilicitude, havia o pagamento ou havia também o interesse de servir realmente, sem que houvesse uma correspondência do vil metal?

Alguma vez, seja o Depoente ou seja o Deputado João Alves, chegaram a atender verificando os interesses dos seus colegas politicamente, dos seus prefeitos, ou sempre que se fez alguma coisa, se fez em troca de um pagamento?

V. Sª poderia dizer se chegou a agir, muitas vezes, com a lisura de um homem de bem ou sempre agiu recebendo por estar fazendo uma permuta financeira?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, nunca agi para receber. Sempre dei a orientação que me pediam que desse. Então, sempre que me perguntavam - e isso qualquer Parlamentar que me perguntava - se podia, se não podia, como fazer, etc. eu sempre falei. Então, não era para receber. Recebi. Não vou negar que recebi, não. Já disse que recebi, como recebi, porque recebia. Mas, repare só, todas as coisas que foram incluídas independiam de minha atuação para serem incluídas ou não. Mas vi, evidentemente, o Deputado João Alves incluir coisas independente de esquema de dinheiro, por amizade política, por pedidos políticos, por pedidos... Claro, não vou dizer que...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, nem sempre que se atendeu foi em troca de pagamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Lógico. Evidente.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, V. Sª admite que muitas pessoas procuraram o Sr. Relator e até V. Sª para pedir uma prioridade, para pedir uma celeridade, como pedimos a um magistrado para colocar uma matéria na pauta. Isso é para não generalizar a classe política porque todas as vezes que alguém se dirigiu a V. Sª estava realmente transitando pelas veredas da maledicência

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não, em hipótese nenhuma. Na verdade, volto a dizer ao senhor: só recebi do Deputado João Alves, de mais ninguém.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, V. Sª admite que muitos pudessem ter procurado o Relator no sentido puro e simplesmente de atender às reivindicações das suas áreas de ação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza, claro.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pavão tem a palavra.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dr. José Carlos, tenho quatro perguntas rápidas, pois a maioria delas já foram respondidas. Mas há uma que me deixou encucado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Silêncio.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V.Exª.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Vou agradecer, mas, realmente, estava saindo de uma UTI e estou, aqui, voltando. Sou da Comissão e sei que vamos continuar trabalhando para que se coloquem as coisas nos eixos e se puna devidamente toda a imoralidade que se precisa punir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pavão, por obséquio.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quero que V. Exª esclareça.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sugiro que a Mesa pergunte ao depoente, que já está há algumas horas respondendo, se ele não tem interesse de ir ao banheiro, lavar a mão, o rosto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª acrescentaria esse obséquio a nós também?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Evidente. Poderia significar um pequeno intervalo de três minutos, não mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu poderia deferir a questão ouvindo antes o Deputado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Estou instado, e com muita razão, pelo ínclito companheiro, de que teria eu dado a entender que os canais não tinham sido nada corretos. O que aconteceu, nesse final, posso dizer, e várias pessoas, que já tínhamos exaurido as nossas cotas e que um dos 50... Então, no final, muitos companheiros justificaram que precisavam de obras meritórias e então nada mais. Encontrei no plenário com o nobre Senador que me perguntou e me apresentou ao Mário Lima, que me perguntou: o senhor tem uma vaga? Eu respondi: eu acho que tenho, mas estou certo de que o meu Colega Senador Meira Filho a tem, porque ele disse para mim que tinha. E, na mesma hora, foi apresentada, e ele cedeu a emenda, e eu cedi duas emendas para a ilustre Senadora Júnia Marise, sabendo que sou Senador do País e não senador de uma localização. Isso aí, quero preservar aqui, porque não houve nada demais, é para que fique mesmo transparente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Mesa dirigente aceita o **post verbum** do Senador, mas passa a palavra ao Deputado Pavão e, depois, decidirá a questão apresentada pelo Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. José Carlos dos Santos, farei as perguntas e o senhor me responde na seqüência. O senhor conhece algum Congressista que cobra propina, ou que cobrava na época em que o senhor trabalhava aqui, para assinar emendas às empreiteiras em benefício de determinada prefeitura, obras casadas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, assim, não conheço não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não se lembra?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Uma outra pergunta que o senhor já respondeu, mas vou insistir nela: qual era a sua participação na Comissão? Digo, o senhor providenciava as emendas, e eu lhe pergunto sobre a participação financeira? Existia um valor, 6%, 5%, 3%?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não havia percentual nenhum.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor confiava, pura e simplesmente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Deputado João Alves me dava o dinheiro, ele chegou e me deu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas por quê? Por que o senhor tem os olhos verdes, olhos bonitos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No fundo, era para me ter com ele, para ter alguém com ele fazendo as coisas...

O SR. PEDRO PAVÃO - Existe igual...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - ...mostrando as coisas, mostrando os caminhos, a tecnicidade das coisas.

O SR. PEDRO PAVÃO - Existem, iguais ao senhor, naturalmente, dentro da Casa, pessoas com capacidade de gerenciar e administrar essas emendas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muitos? Todos eles tinham essa participação ou só o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, acho que era só eu. Não duvido, não sei se outras pessoas participaram disso ou se outras pessoas receberam algum dinheiro de comissão etc, realmente não sei..

O SR. PEDRO PAVÃO - Está certo que eu sou...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - ...de funcionário, não conheço, não vi. Eu tinha muito escrúpulo com isso, era um negócio que doía, incomodava, e incomodava apesar das coisas...

O SR. PEDRO PAVÃO - O Deputado João Alves procurava o senhor com a determinação de confeccionar uma emenda e orientá-lo de que forma e qual Ministério, seria isso apenas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É isso aí.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É, na realidade, isso aí.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso lhe rendeu, quanto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - US$ 1 milhão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Só? Mais nada?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - *Mais nada*, e a manutenção no cargo, porque ele disse que, se eu não ficasse com isso, ele me demitiria. Algumas referências, nesse sentido, foram feitas; nesse sentido foram feitas, se eu não fizesse isso, não ficaria no cargo e por aí afora.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, quero deixar claro, gravado, que não me convence essa colocação. Apenas isso. Mas tenho mais uma pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Só um minutinho. O Deputado João Alves, às vezes, falava assim: "Não, você é o meu sócio", ou "o que eu receber vou dividir com você". Coisas desse tipo. Evidentemente, eu não podia acreditar nisso, não podia esperar e nunca tive o acerto com ele em termos de...

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª confirmaria isso na presença do Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Confirmaria. Óbvio, claro.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ainda vou insistir em mais uma observação que diversos Deputados já fizeram: esse "com certeza" de V. Sª foi agora pelo último Senador... O último Senador que o acareou fez uma ponderação muito importante, porque V. Sª sempre diz "com certeza, com certeza". Por exemplo, vou citar um nome, que é o do Líder do meu partido, José Luiz Maia, que, naturalmente em defesa das suas emendas, dos seus interesses, do seu Estado, das suas prefeituras, eventualmente poderia ter ido, como . no ano passado, fui procurar o Senador Mansueto para tentar uma emenda que eu tinha para minha cidade, um problema gravíssimo de água, aumentar o valor ou coisa que o valha. Não consegui, mas fui. Portanto, como fui ao gabinete dele, poderia ter ido à casa dele ou ao apartamento ou almoçar com ele e nem por isso estaria investindo de forma irregular. Acho que sua colocação "com certeza" poderá, eventualmente, prejudicar alguns Parlamentares.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Não. Quando disse que de alguns Deputados eu tinha certeza, do Deputado José Luiz Maia eu tenho certeza. Vi o Deputado José Luiz Maia levar ao gabinete do Deputado João Alves relações de subvenções de entidades.

O SR. PEDRO PAVÃO - Até aí tudo bem.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Não, não. E pedir-me que ficasse atento com o Deputado João Alves - inclusive, o Deputado José Luiz Maia me tinha como amigo e eu também o considerava - que acompanhasse a relação de subvenções e falasse com ele que ele queria ter a parte dele, coisas desse tipo. O Deputado João Alves dizia que dava o dinheiro para ele também. Quando o Deputado José Luiz Maia saía da minha presença e que levava as relações, dizia que, além disso, levava o dinheiro. Estou falando as coisas que eu vi e ouvi.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mais duas perguntas. A entrevista que V. Sª concedeu à **Veja** foi feita sobre pressão ou foi espontânea?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Havia pressão normal minha, das condições em que eu estava, de vida, de momento, de conjuntura, etc. Então, havia pressões conjunturais, vamos dizer assim. Agora, vários órgãos da imprensa procuraram-me na CPE, onde estava preso. Lembro-me que, na véspera, antes da **Veja**, a **Istoé** me procurou - Simone, uma jornalista, uma moça. Eu falei que não diria nada, que era o que estava fazendo com a imprensa toda. Qualquer coisa, que ela procurasse o meu advogado. Posteriormente, o delegado me levou para a presença dos jornalistas da **Veja**. Falei exatamente a mesma coisa. Depois, o meu advogado me disse - não lembro se por telefone ou pessoalmente, acho que foi por telefone - que a Denise da **Istoé**, acho que é esse o nome - teria ligado para ele, mas não o tinha procurado mais e que tinha estado com ele um jornalista da **Veja**. Eu disse que eles estiveram comigo e eu lhes disse que quem iria falar qualquer coisa era o senhor. Ele perguntou: "Você quer falar?" Ele já tinha me avisado que a hora que eu quisesse falar...Eu disse: não, tudo bem. Deixa eu falar, contar tudo que tem. Minha filha já tinha me pedido que eu falasse, quando saí de casa e todo momento que eu estava passando... Eu disse: eu falo. Acho que está na hora de falar, de soltar tudo, de colocar as coisas fora.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não houve pressão por parte da **Veja**?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Não. Em hipótese nenhúma. A **Veja** foi por acaso. Se a **Istoé**, que veio na frente, tivesse voltado e insistido em falar com o meu advogado, provalvemente teria sido a **Istoé**. Foi quem apareceu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas mais uma colocação. No seu depoimento, V. Sª disse...

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Eu não conhecia o jornalista, nunca o tinha visto.

O SR. PEDRO PAVÃO - Só vou entrar nesse mérito, porque V. Sª disse, na acareação, que não matou sua mulher. V. Sª poderia admitir a vinculação de algo à morte de sua mulher?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Evidentemente que já pensei milhões de coisas. Esse é um negócio doído e sofrido demais. Não gostaria nem de comentar aqui. Mas a gente... passa na cabeça da gente. Eu achava um negócio inadmissível. Acho que se tivessem que fazer alguma coisa faziam comigo. A não ser algumas referências que me foram feitas por alguns agentes policiais, agora, recentemente, com algumas hipóteses nesse sentido, mas não vou nem comentar aqui, porque acho que não está aqui para isso...

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor tem uma acusação, entre as outras, de ter um envolvimento com drogas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho. Isso não tem nada a ver.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas qual é...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não existe envolvimento meu com drogas. Nunca mexi com isso. Digo para o senhor: nunca botei um cigarro de maconha na boca. Nem de maconha, nem quando jovem, quando garoto, tá?

O SR. PEDRO PAVÃO - A imprensa divulgou isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A imprensa divulgou. Foram passadas essas informações para a imprensa. Por isso que eu digo que há uma campanha, há muita gente querendo me desmoralizar, querendo fazer coisas que eu não esperava. Essa foi uma das coisas que me fez abrir a boca aqui. Eu falar porque de soltar as coisas aqui. Eu falei: "Poxa! Eu não sou isso". Acho que o que eu fiz não está certo, mas fui levado a fazer, aconteceu comigo. Uma série de injunções, uma série de coisas aconteceu comigo.

Com drogas, já falei. Falaram-me que acharam vestígios no avião. Não sei se foi plantado, se não foi plantado, mas esse avião não era meu. Tinha um recibo de um empréstimo que eu fiz para que esse avião fosse comprado. Esse avião não está no meu nome, está numa empresa de táxi aéreo, que não tenho nenhuma ingerência com ela. Realmente, não sei.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor tem hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado...

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Quero lhe fazer uma sugestão. Estamos com uma pauta perfeitamente definida. Os assuntos pessoais, que provocam emoção no Depoente, que provocam oportunidade de ele fazer desabafos

dessa natureza não estão precisamente no rumo que queremos ver. Estamos procurando a corrupção que envolve o Parlamento, Governo Federal, Estadual e Municipal. (Palmas)

Peço a V.Exª que atenda ao seu Colega.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, com todo o respeito, quero justificar. Como não estou contente e naturalmente a maioria das pessoas que estão aqui não entende o porquê desse faturamento apenas na confecção de emendas no Orçamento: 1 milhão e 400 mil dólares. Estou vinculando, porque a imprensa divulgou. Estou fazendo isso para chegar a um número que gostaria de ter, pois confesso que ainda não estou contente com a colocação de que um cidadão, prestando serviço à Comissão de Orçamento, possa faturar tanto como ele faturou nesse período. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Antes de atender à questão de ordem levantada pelo jovem Deputado Mercadante, queria fazer primeiro uma consideração ao Plenário. Estamos aqui há apenas três horas. Com o calor muito grande, apareceu uma sede nordestina que foi satisfeita. Acho que poderíamos pensar juntos para responder a questão do Deputado.

Estamos numa situação difícil em relação à presença do Depoente, Dr. José Carlos. Perguntaria a ele, inicialmente, o seguinte: claro que de todos que estão aqui submetidos a qualquer tipo de desgaste físico, o dele é pior, inclusive psicologicamente. Perguntaria: O senhor sente-se em condições de prosseguir depondo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se o senhor quiser, Senador. Acho que a gente conversa e tem que acabar. A hora que o senhor quiser que eu volte...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Queria que o senhor fosse objetivo na pergunta. Pela resposta, entendo que o senhor continuaria.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Continuo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito bem. O Deputado Mercadante falou em algumas necessidades, inclusive, eufemisticamente, falou em lavar as mãos.

Nós todos, acho...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O culpado foi a "operação "mãos limpas", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem razão. E não é só a preocupação de V.Exª, felizmente, neste País. Agora, temos três inscritos para encerrar a primeira lista de inscrição. Pediria que pudéssemos completar. Com isso, tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

Faria apenas uma observação antes de o Senador falar. O Depoente não pode fazer, não deve fazer consultas, nem receber consultas ao longo do seu depoimento. Tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, tenho quatro perguntas bem pequenas e rápidas a serem respondidas pelo Depoente. Em primeiro lugar, Dr. José Carlos, sua esposa sabia do esquema financeiro na Comissão de Orçamento do Congresso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ela sabia isso que eu falei aqui. Acho que não sabia o volume de recursos que eu recebia, sabendo que sempre quis preservá-la nesse sentido. Ela talvez até ficasse assustada com o número, mas sabia que eu havia recebido recursos do Deputado João Alves; às vezes, eu chegava em casa e mostrava para ela os recursos recebidos; não falava o valor total ou aproximado que havia ali; ela sempre se preocupava com o que eu estava fazendo, se era certo ou errado. Sempre disse à ela exatamente isso: "Beth, encaro isso como se fosse uma consultoria; fazendo ou não, não tenho poder de decidir ou de fazer absolutamente nada, não posso colocar isso no orçamento; não posso liberar recursos; não posso mandar liberar recursos para entidade, prefeitura ou para o que fosse". O Deputado João Alves não entende de orçamento, apesar de dizer-se que é o maior entendido do mundo - desculpe-me a referência -, ele precisava de alguém junto dele para fazer isso; ele já me conhecia há muito tempo, porque, muito antes da Revolução, eu era assessor no Senado - antes de ser Diretor - e fazia a consolidação das poucas emendas, preparava a documentação e as coisas referentes a autógrafo, etc; ele foi Presidente por uns cinco ou seis anos; ele e o Senador Saldanha Derzi dividiam-se ou revezavam-se na Presidência e na Relatoria do Orçamento, por isso que digo que as dotações já viriam antes - poderiam vir antes; não me lembro mais.

Lembro-me de que, nas primeiras vezes, quando foram fazer as primeiras emendas, o Deputado João Alves passou-me o papel - mais ou menos com essa forma de dizer - com o que deveria ser colocado no relatório, já tirado de orçamentos anteriores.

Então, ela sabia sobre esse aspecto por alto: que eu orientava o Deputado João Alves; que eu era uma pessoa de confiança do Deputado João Alves, do Deputado Cid Carvalho, do Deputado Genebaldo Correia e de alguns outros Parlamentares mais próximos; que eu dava todo apoio técnico que eles precisavam; que eu era uma pessoa que não falava nada para ninguém, o que um me falava eu não contava ao outro. Evidentemente, volta e meia, havia um falando mal do outro; se havia uma reunião, cada um falava do outro. Baseado nisso, essas pessoas tinham confiança em mim.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. José Carlos, alguma vez o Deputado João Alves confidenciou-lhe, dado a amizade do seu relacionamento, sendo o Senhor sócio dele, onde ele aplicava o dinheiro que recebia: se ele colocava no exterior, se ele comprava fazenda, imóveis, avião: o que fazia com o dinheiro dele? É muito importante sabermos onde ia parar o dinheiro dessa corrupção.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves disse que tinha conhecimento no exterior - lembro-me de comentários dele, mas independente da Comissão de Orçamento; antes disso, ele já tinha contatos com bancos no exterior. Agora, se ele mandava dinheiro para lá, nunca me falou isso. Sei que ele disse que comprou um avião último tipo, apresentou-me até uns pilotos. Uma vez, fomos, eu e Beth, à casa dele - ele já tinha caído, estava no ostracismo -, em seu aniversário, acredito que no ano passado, em 1992 - esqueci. Ele chamou-me, era um aniversário que seria simples e eu sabia que ninguém iria, pois os amigos sempre se afastam quando a pessoa está por baixo. Realmente, ninguém foi; havia poucas pessoas, inclusive pilotos do avião dele. Sei que ele deu-me conselhos uma vez para que eu procurasse abrir uma conta com outra pessoa, em nome de outra pessoa que fosse da minha confiança; ele disse que havia uma "preta velha", alguém, que assinava cheques por ele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No Brasil ou no exterior?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No Brasil. A expressão dele foi "uma preta velha" que assinaria cheques por ele. Não sei quem é, não tenho a mínima noção.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele insinuou que teria "contas laranjas", contas frias?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não seriam dele; outra pessoa assinaria por ele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Uma terceira pergunta: Dr. José Carlos, o Senhor, tem em sua residência ou em algum lugar, que durante esse período - com a preocupação de que alguma coisa que lhe viesse a acontecer ou com alguma ameaça maior que lhe viesse a ser feita por qualquer pessoa ou membros desse famoso esquema -, colecionou, guardou, preocupou-se em juntar papéis? O Senhor recebeu bilhetes de Parlamentares? O Senhor recebeu bilhetes de empreiteiras? O Senhor tem documentos que comprovem tudo aquilo ou alguma coisa ou um mínimo possível daquilo que o Senhor citou no seu depoimento de hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu nunca guardei nada sistematicamente, organizadamente: mas existem papéis - se eu procurar na minha papelada -, existem anotações, existem relações que poderiam indicar alguma coisa nesse sentido.

No mais, quanto à questão das subvenções sociais, eu já disse que o caminho é fácil de se descobrir, porque essas relações vinham dos ministérios respectivos, assinados pelo Deputado João Alves no início do processo ou, depois do processo, com o Ministro Ricardo Fiúza, as entidades pediam ao Ministério, por meio de ofício, a liberação dos recursos, mas as entidades indicadas pelo Deputado João Alves.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, pela ordem tem precedência, Senador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - É simples: eu só queria concluir essa resposta, só para justificar. O senhor autorizaria a sua filha ou os membros da sua família a entregarem a esta Comissão, o mais rápido possível, amanhã, toda a documentação existente?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir: depois atenderei-o pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quero apenas perguntar se ele tem os documentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - *Eu só queria solicitar uma diligência.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª concluiu, Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - É a sequência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, pela ordem.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - A CPI não tem que pedir licença; ela tem que, imediatamente, providenciar uma diligência, que o depoente diga onde estão esses documentos, para que inclusive tenha a segurança de poder ter a posse desses documentos, que são de seu interesse, e a CPI mande uma diligência levantar todas essas provas e trazer para a guarda da Comissão para que, futuramente, ele possa processar, elaborar e colocar à nossa disposição.

O SR. PAULO RAMOS - Não precisa dizer publicamente, pode ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Chamo a atenção que pela televisão todos nós vimos que a residência do depoente foi várias vezes, como se diz, até vasculhada pela polícia, o que não impede, evidentemente, de se poder pensar nisso em conseqüência da resposta dada ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Pedro Simon, que tinha pedido a palavra pela ordem, abandona.

Senador Gilberto Miranda, por favor, conclua ou continue.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele vai responder à pergunta?

Ele está dizendo paralelamente a mim que o maior interessado é ele; que ele gostaria de colocar à disposição e que não tem toda a necessidade.

Eu tenho certeza, pelas explicações que ele está dando aqui hoje e a afirmação é correta, firme, sem dúvida nenhuma ele pode facilitar, e será possível nós termos esse documento ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas Senador Gilberto Miranda, a questão aqui é apenas administrativa em si. Não é ele quem vai nos proporcionar isso. Nós temos um mandado de busca e vamos buscar. Então isso poderá ser feito, independente dele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, tenho certeza de que, com o mandado de busca, se não houver a colaboração do depoente, V.Exª poderá encontrar alguma coisa. O depoente tem condições de dizer onde, como, em que lugar. Isso é muito mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A questão está posta. Uma das formas que temos de perder tempo é quando começamos a discutir sobre o mesmo assunto. O assunto está, do meu ponto de vista, encerrado. No momento em que foi pedida a palavra para questão ordem, o assunto foi encerrado.

O depoente está sob prisão. Ele pode, isto sim, no momento em que fizermos a solicitação do mandado de busca e apreensão, ele pode, por seu turno, se a memória o ajudar, indicar onde é que esses papéis estariam. E isso será feito por esta Comissão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas ele não respondeu: deixa ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se ele responder, Deputado - V.Exª que está me honrando com o aparte - se ele responder não, o que vamos fazer?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas eu vou responder sim, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele vai responder sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então nós vamos contar com a resposta dele para poder proporcionar a busca. Será objeto de uma tentativa de colaboração.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A polícia está de posse de algum documento, nessas buscas que fez na sua residência? A polícia esteve lá, vasculhou, pegou, e é muito importante saber o que a polícia tem de documentos com relação a isso, e quais os documentos que ela pode usar.

Então acredito que é muito importante ter do depoente a sua colaboração para se saber onde, o quê, e se levou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Gilberto Miranda, nesse caso nós exigiremos da polícia que nos entregue os documentos. Temos possibilidade para isso. Ao menos que V.Exª não acredite que a polícia vá cumprir uma determinação da CPI!

O SR. GILBERTO MIRANDA - V.Exª acredita que a polícia vai entregar tudo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não entrarei em debate com V.Exª e com ninguém neste Plenário. Eu tomo uma decisão referendada ou não pelo Plenário, para que possamos ter uma oportunidade de dirigir a sessão com disciplina e com rendimento.

Digo apenas o seguinte: a partir do momento em que a questão foi levantada, a Mesa assume essa responsabilidade, com o assentimento do Plenário, e tomará todas as providências conexas para que isso possa ser bem sucedido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Só uma última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por obséquio.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Senhor recebeu orientação de seu advogado, de alguma pessoa, de algum amigo, no rol dos nomes que o Senhor apresentou hoje para incluir pessoas como, Governadores, como Presidentes do Senado, como Deputados, como Senadores, porque, ficando maior o rolo, ficando maior a confusão, envolvendo maior número, comprometendo mais pessoas, haveria uma cortina de fumaça, haveria mais pessoas depondo e, conseqüentemente, livraria ou deixaria um pouco mais de fora o seu assunto pessoal?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, em hipótese alguma. O meu advogado não sabia nem os nomes todos. Algumas coisas ele ficou sabendo na hora em que eu estava concedendo a entrevista.

Eu tinha dito a ele como era o processo. Eu passei as informações a ele. A orientação que ele me deu foi sempre falar a verdade, absolutamente a verdade, em tudo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Ney Maranhão tem a palavra.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Faz, exatamente, cinco horas que estamos ouvindo o depoimento do Dr. José Carlos. Faz cinco horas. No meu entender, até agora o boi de piranha foi o Deputado João Alves. Vou perguntar a V.Sª: o Deputado João Alves virá aqui, amanhã.

O Sr. declarou que ouvia do Deputado João Alves aquilo que está todo mundo comentando aqui, como dinheiro dado a Deputados, sociedade de Ministros e Senadores. Sim ou não? Porque, hoje, aqui ninguém pode ficar em cima do muro, porque quem fica em cima do muro é macaco ou ladrão.

Pergunto a V.Sª o seguinte: o Senhor tem prova - e quando digo prova, é documento - que o Deputado João Alves deu dinheiro a Deputado, Senador ou Ministro? Prova não é a sua palavra contra a dele, é prova, porque é isso que vale na Justiça.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, já falei para o Senhor que não tenho, porque eu, pessoalmente, nunca vi ele dar o dinheiro, nunca vi nenhum recibo, e, obviamente, não existe recibo para essas coisas. É óbvio. O que disse aqui, sempre fiz a ressalva, exatamente para evitar injustiças, foram coisas que ouvi do Deputado João Alves. Se ele fez ou não, não tenho jeito de...

O SR. NEY MARANHÃO - É a sua palavra contra a dele.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É a minha palavra, porque ele me falou.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito bem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, no início da sessão, o nobre Senador José Paulo Bisol fez umas recomendações, fruto da sua experiência como magistrado, no sentido de que não houvesse o constrangimento da testemunha. Observo que na interpelação do Senador Ney Maranhão, como um sertanejo usa a sua franqueza, a sua virilidade, creio que ele está exacerbando um pouco, porque, ao afirmar que, cobrando documentos, ele quer provas, e só provas são documentos, discordo de S.Exª. O testemunho é uma prova. A prova testemunhal tem valor num processo como esse. De modo que eu pediria, encareceria, ao nobre Senador Ney Maranhão, por quem tenho o maior respeito, que adoçasse um pouco a sua interpelação, não no sentido de tratar com deferência especial o Depoente, mas mantendo o clima recomendado, muito sabiamente, pelo Senador José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acolho a questão de ordem - praticamente é uma questão de ordem a de V.Exª. Não ouvi nenhuma palavra do Senador Ney Maranhão que fosse impolida, que o Regimento de ambas as Casas determina que não seja usada.

A virilidade a que V. Exª se referiu é, naturalmente, a que dá nele um poder não apenas verbal mais alto, mas também uma certa excitação na forma de fazer. Tenho certeza de que o meu ilustre Colega naturalmente fará essas perguntas, porque, não sendo eu advogado e nem tendo nenhuma prática disso, sei que a prova também não é só documental: pode ser uma prova testemunhal. Por isso peço ao nobre Senador Ney Maranhão que faça as suas perguntas, sem que os tímpanos do Deputado Luiz Salomão possam realmente recolher uma impressão de constrangimento. Isso não seria bom.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, uma outra questão: está havendo conversas paralelas com o Depoente. Admirei a interpelação do Senador Gilberto Miranda, mas, desde o início da reunião, S. Exª esta conversando em paralelo com o Depoente, o que me parece profundamente irregular em termos do processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fiz uma exortação ainda há pouco nesse sentido. Se não permitimos que o advogado dele tenha participação na hora do...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, com todo respeito pelo Senado da República, que só permanecessem na mesa os membros da direção dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Na próxima vez, direi a V. Exª isso, porque já encontrei esta mesa composta, e, evidentemente, eu não seria grosseiro para pedir que dela saíssem aqueles que não convidei. (Risadas.)

O SR. NEY MARANHÃO - Meu Deputado, caro amigo, Líder do nosso glorioso PDT, Luiz Salomão: o meu guru, que é o Presidente hoje desta Comissão, o Senador Jarbas Passarinho, colocou as coisas no seu devido lugar. Mas o que acontece, Deputado, é que este Senador já viveu no auge do poder e já viveu no auge do ostracismo; este Senador foi cassado; este Senador respondeu a 3 IPMs e a 8 processos; o cão danado, todos a ele; passou 10 meses no Capari Palace, na chave; detento, 20.402 é meu número; e no fim de 8 anos, Deputado, o regime militar, mandaram três linhas para este Senador, dizendo que nada tinham contra ele. As vezes, lembro-me daquilo que já passei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um testemunho que prova que a Justiça tarda, mas é feita mesmo pelo militares. (Risadas.)

O SR. NEY MARANHÃO - Quero fazer uma pergunta ao Dr. José Carlos: V. Sª é um homem que tem uma experiência muito grande no que concerne ao Orçamento, a experiência do funcionário exemplar que foi aqui no Senado, de sua carreira administrativa. V. Sª está depondo nesta Comissão de coração aberto. Tenho muito zelo por este Congresso de que faço parte.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também tenho, Senador, passei a minha vida aqui dentro.

O SR. NEY MARANHÃO - E fui cassado, entre outros motivos, também por não aceitar pressão para cassar um deputado. Vou fazer uma pergunta a V. Sª: com a sua experiência e profissionalismo, com relação às dotações orçamentárias enviadas pelo Governo ao Congresso, V. Sª teria condições de dizer se os números mandados pelo Governo são certos ou errados?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não tenho. O nosso processo orçamentário não permite isso. Nem o próprio Executivo sabe disso. Sei porque já estive aqui e já estive do outro lado. A desorganização é absurda dos dois lados.

O SR. NEY MARANHÃO - Quero agradecer a resposta de V. Sª e dizer aos senhores que o Senado da República acertou em cheio quando criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as contas públicas do Governo. Sabe por quê? Porque assinaram 67 Senadores. Digo que o Congresso é o marido traído. É o último que sabe, e vota as dotações no escuro porque não tem número para contestar. Então, o motivo pelo qual estamos reunidos nesta Comissão é para tirarmos também isso a limpo. O Senado, o Congresso, tem de examinar essas contas, como muito bem disse o Dr. José Carlos. É um dos motivos, também, por que está acontecendo aqui a corrupção. O Congresso não tem condições de contestar aquilo que o Governo manda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra ao penúltimo Congressista inscrito, titular, Deputado Fernando Freire, para depois fazer uma consulta ao Plenário.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. José Carlos, as denúncias de V. Sª alcançam nomes de expressão nesta Casa e repousam, evidentemente, na sua palavra feita ainda sob juramento.

Desta forma, sem querer ser repetitivo, Sr. Presidente. Pergunto, em relação aos alegados procedimentos de alguns: poderia o senhor, Dr. José Carlos, nominar testemunhas que tomaram conhecimento, de ciência própria ou por ouvir dizer, dos tais acertos referidos, sem prejuízo, é claro, das já declaradas provas documentais que o senhor afirmou deter em seu poder?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Evidentemente que essas coisas não têm testemunha. Eu mesmo digo que muitas dessas coisas foram acertadas, mas quando isso acontecia eu saía da sala. De determinadas coisas nem eu mesmo sou testemunha, porque me mandavam sair da sala. Depois, alguns me falavam algumas coisas ou me diziam as relações de coisas que deveriam ser feitas. Então, é o tipo de coisa que não tem testemunha; as testemunhas são os próprios. Agora, se o senhor pergunta sobre funcionários que possam conhecer, não sei. Talvez alguns técnicos que tenham trabalhado com o Orçamento possam saber de outras coisas que nem eu sei. Quer dizer, a partir de que isso leve a um processo de depuração de tudo, é possível alguma coisa nesse sentido.

Agora, sobre testemunhas, é o que estou falando: muitas vezes fui instado a sair de reunião e a ficar de lado. Chamavam-me para resolver alguma coisa, alguma informação técnica; saía de novo e depois voltava. Depois também me passavam coisas para fazer operacionalizar emendas, entende?

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Sª já se referiu à origem dos dólares encontrados em sua residência. Há quanto tempo, Dr. José Carlos, o senhor tinha esses dólares guardados em sua residência?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os primeiros, volto a dizer, recebi durante o exercício de 1989.

O SR. FERNANDO FREIRE - Há praticamente quatro anos, portanto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Três, quatro anos. Nessa época. Por aí.

O SR. FERNANDO FREIRE - O senhor poderia, Dr. José Carlos, informar a esta Comissão em que época foi adquirido o imóvel onde foram encontrados esses dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso tem 16 ou 17 anos. Esse era um lote do meu sogro e da minha sogra. Quando quisemos construir a casa, vendi um apartamento que tinha, peguei um financiamento do BNH e construí a minha casa com isso. Esse financiamento foi quitado há pouco tempo. O saldo que tinha era insignificante. Há 16 ou 17 anos, aproximadamente, moro lá: algo em torno disso.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso é só questão de pegar o processo da Caixa Econômica para verificar. Quando fiz, quando tirei o "habite-se", essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por obséquio, um momento, Dr. José Carlos.

Temos aqui sido extremamente - eu não diria só compreensivos - lenientes com a imprensa. Estou vendo gestos e recebendo informações aqui de que está sendo gravada, no momento, a pergunta do Deputado Freire.

Acho que não se deve prosseguir nessa conduta. Faço um apelo aos profissionais de televisão que registrem, mas, no momento, não façam a escuta, diria melhor, para que toda a televisão ou todos os telespectadores dessa televisão estejam tomando conhecimento.

Pode prosseguir.

O SR. FERNANDO FREIRE - A última pergunta é se o depoente, à época em que começou a receber esses chamados acertos, era funcionário do Senado ou já havia se aposentado. Era funcionário do Senado, em 1989.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Era funcionário.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já concluiu? Que surpresa! Isso não é possível! O Deputado Freire concluiu.

Deputado Benito Gama, a palavra é de V. Exª.

O SR. BENITO GAMA - Sr. depoente, nesta CPI estamos investigando a Comissão de Orçamento e, implicitamente, 584 Parlamentares envolvidos nas denúncias de V. Sª.

Quero saber se, nessa Comissão de Orçamento e na casa do Sr. João Alves, o senhor viu ou avistou algum funcionário da Câmara ou do Senado também encaminhando emendas ou solicitando alguma coisa ao Sr. João Alves ou a qualquer outro relator.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já esteve lá o Dr. Orlando. Já vi lá o Dr. Hargreaves. Acho que de funcionário é só. O Dr. João Alves, inclusive, não gostava que o funcionário fosse à sua casa.

O SR. BENITO GAMA - Na Comissão de Orçamento, o senhor tem conhecimento de algum funcionário, da Câmara ou do Senado, que tivesse também encaminhado emendas aos Srs. Relatores ou Sub-Relatores?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Encaminhado emendas?

O SR. BENITO GAMA - Encaminhado do ponto de vista de entregar aquelas relações às quais o senhor se referiu, falando também dos Parlamentares.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não me lembro. Essas relações eram encaminhadas ao próprio Deputado João Alves. O Deputado João Alves recebia algumas manuscritas - isso já vi no gabinete dele -, outras datilografadas, etc., assinadas, de relações de Parlamentares. Inclusive, estou dizendo na questão das subvenções sociais. Quanto a isso, já vi várias.

Agora, se eu vi funcionários levando...?

Bom, o funcionário que trabalhava com o Deputado Fábio Raunheitti sabe desse processo todo, com certeza, porque o gabinete dele é ao lado do gabinete do Deputado João Alves.

O SR. BENITO GAMA - O senhor sabe o nome do funcionário?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei não, mas acho que era chefe de gabinete, assessor pessoal do Deputado Fábio Raunheitti e esse com certeza... O Paulo do Deputado Cid, tinha uma loirinha que trabalhava com o Deputado Ibsen que encaminhava as relações dele.

O SR. BENITO GAMA - Quer dizer que com quase 10 mil funcionários, apenas 4 ou 5 estão sob suspeita, sob suspeita não, sob suspeição?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que isso realmente não era aberto, vamos dizer assim, isso era mais de parlamentar para parlamentar, com poucas exceções realmente, pelo menos que eu tenha visto, pois eram pessoas de absoluta confiança dos respectivos Deputados.

O SR. BENITO GAMA - Na colocação da emenda, aprovação da emenda, evidentemente que era executada, no Governo, no Poder Executivo. Alguns Ministros já citados pelo senhor, ex-Ministros, também no caso do Poder Executivo, os funcionários, os Secretários nacionais, funcionários do segundo escalão estariam envolvidos também com esse tipo de corrupção?

Porque evidentemente estamos fiscalizando o Congresso Nacional, a Comissão de Orçamento e vamos fiscalizar, pelo que sinto dos colegas, profundamente essa questão. Mas é preciso fazer uma operação que realmente abranja tudo: o Poder Legislativo e a corrupção no País, oriunda da elaboração e execução do orçamento.

No Departamento de Orçamento da União, V.Sª conhece algum funcionário ou conheceu algum funcionário que tivesse essa relação também de corrupção, de recebimento de dinheiro de alguém, de empreiteira ou de parlamentar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputado. Essas coisas a gente não fica sabendo, tá? Já disse ao senhor. Alguém também me fez uma pergunta em relação aos Ministérios que liberavam recursos, recursos de subvenções sociais. Sobre outras liberações, não tenho a mínima idéia, realmente não tenho a mínima idéia. Na liberação de recursos de subvenções sociais, sei que alguns funcionários participavam do processo administrativo. Agora, se eles sabiam, se eles recebiam dinheiro, não posso dizer isso, não sei.

Imagino - repare no que estou falando - presumo, imagino, não tenho prova, imagino que pelo menos eles percebessem a que se referia, dada a experiência, dado o conhecimento, esse tipo de coisa, comentarios assim... Eles tratavam os assuntos do Deputado João Alves com, vamos dizer assim, uma deferência especial, com mais cuidado. Mas, falar, se eu sabia, se ele sabia, aí não posso realmente dizer. Citei alguns nomes como pessoas que participavam do processo administrativo de liberação de recursos; mas, a bem da verdade, não posso nunca falar que vi ou que saiba que eles participavam, entendeu?

O SR. BENITO GAMA - Em toda subvenção social para Municípios e entidades, o senhor acredita que tenha corrupção no meio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Todas não, claro, que não existe.

O SR. BENITO GAMA - Qual o grau. a parcela relativa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O grau eu não sei. Mas disse aqui que nessas relações dessas subvenções sociais - não são as subvenções sociais de quotas de parlamentar, a essa não fiz nenhuma referência, não sei nada sobre isso -, dessas dotações gerais, aliás como qualquer dotação geral que é colocada no orçamento, é para alguém distribuir a seu bel-prazer, óbvio. É assim com ministros, etc., sempre foi assim no Governo da Revolução, etc. toda dotação global é porque alguém vai distribuí-la a seu critério, sem critério técnico nenhum, é critério eminentemente político, o que for.

Agora, essas dotações específicas a que estou me referindo que eram colocadas pelo Congresso como subvenções sociais gerais eram acertadas com seus respectivos ministros e que, no ano seguinte, seriam encaminhadas à relação da Comissão de Orçamento indicando quais as entidades. entidades privadas ou prefeituras que poderiam receber dotações. Nessas relações, algumas entidades têm recursos significativos, gritantes, o volume de recursos que algumas entidades recebem essas seriam as que devolveriam em espécie para o Deputado João Alves para ele distribuir; e outras eram o atendimento de indicações feitas por parlamentares, para prefeituras e entidades privadas. Essas indicações, inclusive pelo próprio valor que era colocado, nada leva a crer que tivessem alguma coisa desse tipo, mas que fossem mesmo realmente o atendimento de necessidades sociais, etc. daquelas entidades, daquelas prefeituras, daquelas regiões. interesses dos seus respectivos parlamentares

O SR. BENITO GAMA - O senhor tem conhecimento, quando assessorou a Comissão. que na indicação dos relatores setoriais tinha uma disputa muito grande e envolvia até movimentação financeira nessa indicação?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Falava-se, comentava-se, sim, de que precisavam ter as coisas garantidas, as pessoas-chave nos relatórios-chave para que pudessem ser feitos acertos, esse tipo de coisa. Já ouvi conversas desse tipo, saírem coisas nesse sentido, até em confidências, na minha presença: "Precisamos que alguém fique com determinada coisa porque ele irá ajudar a gente. faz parte da gente". Esse tipo de coisa.

Agora, nunca ouvi falar especificamente que foi acertado um dinheiro, uma coisa assim.

O SR. BENITO GAMA - Na sua opinião. por favor citar quais são os cinco relatórios-chave do Orçamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os mais procurados, vamos dizer assim. os mais debatidos, que eram buscados eram: Ação Social, Transportes, Saúde, Educação - quando digo Ação Social é Ação Social do tipo Interior, Ação Social Integração Regional. Esse tipo de coisa.

O SR. BENITO GAMA - Está entendido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Transportes, Agricultura, a parte de centrais elétricas, a parte de recursos de encargos gerais quando tinham dependente de cada ano do Orçamento em que tinham recursos...

O SR. BENITO GAMA - Estou satisfeito, Sr. Depoente.

A última pergunta. Sr. Presidente. Quando da votação fantasma do Orçamento, quem era o Presidente do Congresso Nacional? Aquela votação que foi feita sem o relatório estar sobre a mesa do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Era o Senador Mauro Benevides.

O SR. BENITO GAMA - Por conseqüência, na Comissão também o Presidente votou com a mesma deficiência, ou não houve votação na Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se houve votação na Comissão não sei porque não acompanhei, mas...

O SR. BENITO GAMA- Houve a votação fantasma também na Comissão ou somente no plenário do Congresso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na Comissão não tinha parecer da redação final. Isso com certeza.

O SR. BENITO GAMA - Não houve essa votação fantasma na Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se houve a votação fantasma não me lembro. Não acompanhei. Mas não houve parecer de redação final e não havia redação final. Com certeza. Aliás. não havia nem relatório final porque o relatório final não tinha o anexo indispensável. que era pelo menos o das emendas aprovadas. Depois do relatório final aprovado é que iria ser feita a redação final. Não havia nem o relatório final. vamos dizer assim.

O SR. BENITO GAMA - Quero saber se houve a votação fantasma também na Comissão. ou não houve votação? Ela foi direto para o plenário?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei. Não assisti. Parece que houve uma votação. Não sei. Não assisti a essa reunião da Comissão. Sei que, se houve, não tinha o relatório. O senhor mesmo sabe. porque o senhor acompanhou no PRODASEN a inclusão de uma porção... o processo de discussão de uma porção de emendas desse tipo na casa do Deputado Ricardo Fiúza, dessas emendas que foram colocadas.

O SR.BENITO GAMA - Não, senhor. Não estive ...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esteve. sim, senhor.

O SR. BENITO GAMA - Não estive.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O senhor esteve na casa do Sr. Fiúza.

O SR. BENITO GAMA - O senhor me respeite. Eu freqüentei a casa do ex-Ministro Fiúza, como Líder do Governo, em duas ou três reuniões de discussão de métodos. Jamais fiz uma emenda, jamais pedi uma emenda ao senhor, nem ao Ministro Fiúza, nem como Relator. Nem liberação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A mim, não.

O SR. BENITO GAMA - O senhor me respeite. Não cite o meu nome em vão. O senhor me respeite.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Respeitar, eu respeito. Mas estou falando a verdade. O senhor sabia... .

O SR. BENITO GAMA - O senhor está dizendo que estive na casa do Ministro Fiúza.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim senhor. Eu disse.

O SR. BENITO GAMA - Estive. Mas não discutindo emendas, não preparando emendas, não preparando relatórios.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não disse isso. Disse que sabia...

O SR. BENITO GAMA - Não irei aceitar a insinuação de que a presença na casa de um Líder ou de um Relator, em dois ou três momentos, aparenta que estava provocando emendas, aprovando emendas e discutindo relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor espere. Não fale agora. O senhor ouve e o senhor ...

O SR. BENITO GAMA - Nunca estive na casa do Deputado João Alves, que, por eu ser baiano inclusive, não sei nem qual é a quadra em que ele mora. Nunca freqüentei a Comissão de Orçamento e nunca fui membro, porque não quis, porque nunca pleiteei. Então, não cite o nome, criando insinuações. Estive na casa do Deputado Fiúza, como Líder do Governo e Relator, acumulando, para discutir diretrizes de como fazer, depois que o Deputado João Alves foi destituído. E depois não freqüentei, não fiz emenda, não aprovei emendas e não liberei emendas, nem quando o Ministro Fiúza era Ministro. Esta é uma implicação muito grave porque isto aqui estava virando brincadeira. Bastava citar o nome de uma para estar envolvido em insinuações de que se faz malandragens no orçamento. Eu quero, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado pode ter certeza de que diante de parte desta Mesa nós não permitiremos que seja alcançada a dignidade de nenhum de nós. Mas também pode ter certeza de que nós apuraremos em profundidade toda a verdade. Então, se a declaração do Depoente lhe é ofensiva, V. Exª tem o direito de repeli-la. Agora, não significa que uma declaração dele nesse momento seja um atestado contra V. Exª.

O SR BENITO GAMA - Não, claro. Eu não entendo como um atestado, até porque eu não tenho receio da CPI do Congresso do meu País em nada. E muito menos do depoimento que ele está dando aqui. Agora, a insinuação de que ele disse que me viu com o orçamento, manipulando documentos, eu invoco o testemunho do Relator e dos membros da Comissão e de qualquer pessoa. Eu quero... Não, eu quero dar minha explicação primeiro, Senador. Porque foi citado aqui um senador por acaso, e evidentemente que uma insinuação... O País não pode ficar em dúvida. Não pode haver insinuações, como eu comecei meu depoimento, e como disse a V. Sª, porque 584 deputados e senadores estão sob suspeitas e apenas um ex-funcionário do Senado está sob suspeita. É preciso acabar com isso. Eu estou aqui para esclarecer a verdade, Sr. Presidente, vou trabalhar para isso, V.Exª vai ter em mim, nesta Comissão, um membro ativo e trabalhador. Agora, insinuações de homem sério ou de qualquer pessoa, inclusive criminoso, eu não vou aceitar passivamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu peço a V. Exª que receba a nossa posição aqui na Mesa como garantidora de que V. Exª não será objeto de um alcance na sua honra pessoal. Isso nós não admitiremos.

O SR. BENITO GAMA - Mas a insinuação malévola, Sr. Presidente, eu não aceitarei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, eu darei, ainda, a oportunidade ao Depoente para esclarecer, se ele quiser, nunca em termos de polêmica com V. Exª.

Pergunto ao Depoente se ele tem alguma coisa a esclarecer depois desse desagradável incidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu peço desculpas, inclusive a V.Exª e ao próprio Deputado. O senhor talvez não tenha observado o que eu falei. Eu disse que o senhor sabia que o orçamento não estava fechado.

O SR. BENITO GAMA - Não sabia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, um momento, Deputado.

O SR. BENITO GAMA - Eu nunca estive no PRODASEN. Quero dizer isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Um momento, Deputado. Eu não disse que o senhor estava lá colocando ou pedindo emenda, mas sim que o senhor sabia que o orçamento não tinha sido fechado. O senhor esteve na casa do Deputado Fiúza algumas vezes, depois disso, em que se discutiam emendas. Não que o

senhor estivesse discutindo emendas, mas sabia que o processo não estava fechado. Isso é outra coisa. Eu não disse, deixo isso bem claro, pode pegar as gravações. Eu disse que o senhor estava me perguntando sobre votação fantasma na comissão. Respondi que não sabia se tinha sido votado na comissão porque não assisti a essa reunião. Sabia o que acontecia em Plenário, que foi votado sem ter a redação final. Sei que na comissão, se houve votação, não havia relatório final, porque não estava pronto. Sei que o processo, disse já várias vezes, continuou por muito tempo. E o que eu estava falando aqui é que o senhor sabia que esse processo não estava fechado. Foi só isso. Eu não disse que o senhor estava participando de emenda.

O SR.BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra.

O SR. BENITO GAMA - Eu quero dizer que ele não sabia que eu sabia que estava fechado; realmente não tinha conhecimento que tinha orçamento fechado ou aberto. Simplesmente isso. Agora, eu quero, com o respeito e a atenção de V. Exª, a partir de agora, nós estamos no processo mais delicado de investigação deste País. Nós estamos seguramente no processo mais delicado da política brasileira. Sem dúvida alguma. Esta CPI, como a outra, do PC, é séria e grave. Eu acho que quando um Depoente ou qualquer parlamentar faz insinuações, cita nomes, porque esta reunião está sendo transmitida para todo o País, em cadeia nacional de rádio e televisão, e não pode, infelizmente, haver desdobramento de interpretações malévolas.

Eu quero dizer a V. Exª que essas insinuações vão começar a aparecer. Nós, membros da CPI, deputados e senadores, temos que ficar atentos. Eu pessoalmente não tenho receio nem medo de nada. Vou enfrentar a CPI em todas as suas conseqüências e vou investigar, no que me compete, como parlamentar, vou desempenhar a minha função dentro desta CPI. E V. Exª, como presidente, será testemunha. Agora, eu não posso admitir a insinuação feita, que pode ter sido feita inclusive com outros parlamentares daqui, eu não sei qual vai citar. Ele já citou dois, que eu sei, pelo comportamento de quem conheço de muitos anos, que não têm nada a ver com isso. Mas, infelizmente, com a ausência deles aqui no Plenário não pôde haver essa retificação. Então, eu quero dizer a V. Exª e à CPI e aos membros do Congresso aqui presentes. Eu estive sim na casa do Deputado Fiúza quando o Deputado João Alves foi destituído para traçar diretrizes. Nunca fui Relator de nenhuma emenda ou subemenda - o Relator Ricardo Fiúza está aqui, o Líder e ex-Ministro -, nunca fui sub-relator de nada, nunca aprovei emenda e nunca liberei dinheiro quando o Deputado Ricardo Fiúza foi Ministro da Ação Social.

Quero deixar claro isso, não somente por mim, mas pela CPI e pelo Congresso Nacional, porque, para investigar meia dúzia de pessoas, pode estar sendo enxovalhado o nome de 584.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, entendo inclusive a reação de V. Exª. Entretanto, acho que, a partir do momento em que estabelecemos esta CPI e foi ela aprovada pelo Plenário do Congresso, todos estamos sujeitos a ouvir um testemunho e ter que depois rebatê-lo, comprovadamente ou não.

Aproveito esta oportunidade para aceitar o comportamento que está tendo o Deputado Ricardo Fiúza. S. Exª foi citado várias vezes de maneira até mais frontal e, no entanto, S. Exª, que é um Deputado, está aqui, manteve-se calmo e pediu apenas o direito de ser ouvido no momento em que os não membros serão ouvidos. Aliás, a Mesa decidiu dar-lhe a prioridade nesse caso.

Ao depoente, cabe o direito de dizer o que pensa ser verdade. Se essa verdade choca, vamos provar adiante que ela não é a verdade que se pensa ser. Todos nós que somos membros desta Comissão - V. Exª tem razão - devemos nos preparar para verificar, a amanhã, pessoas que estamos ameaçando, na busca da verdade de comprometê-los, tentar enxovalhar a todos nós.

Portanto, aqui neste Plenário, devemos ter a oportunidade de nos defender no momento oportuno.

Para encerrar...

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, quero pedir desculpas a V. Exª e aos membros desta CPI pela exaltação das minhas palavras. Agora, tenho certeza de que esta investigação irá a fundo não somente com os Parlamentares, mas também com os funcionários da Comissão, com os funcionários do Executivo e com outros Poderes, onde realmente for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou plenamente de acordo.

O SR. BENITO GAMA - Quero apenas pedir desculpas a V. Exª pela minha exaltação, mas eu não poderia ouvir calado uma insinuação que pode ser o princípio de uma grande armação para que não dê em nada esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há o que desculpar V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra pela ordem, nobre Líder Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero felicitar V. Exª pela maneira tranqüila, serena e competente com que está conduzindo os nossos trabalhos. Quero felicitar a Comissão pela alta responsabilidade com que estamos

conduzindo este trabalho. Mas creio que V. Exª colocou um ponto muito importante, que temos que salientar aqui.

Somos aqui homens de vários partidos, homens de várias idéias, homens de várias tendências, *homens de várias simpatias e homens de várias antipatias. Porém, o* nosso trabalho é sério demais; o nosso trabalho é responsável demais.

Estamos ouvindo aqui um depoimento importante, grave, sério, mas é um depoimento de um ilustre cidadão. Não podemos sair daqui brincando com a honra de quem quer que seja. O fato de o depoente ter citado ou não ter citado não significa que estamos aqui julgando. Estamos começando, iniciando. Tem que se dar o direito de defesa, de debater, de analisar. Quero falar em nome dos que foram citados do meu Partido, porque acho que S. Exªs têm o direito de se defenderem, pois há injustiça, como os de outros partidos. Penso que não fica bem para nós sairmos daqui amanhã - como com o que aconteceu com o ex-Presidente Getúlio Vargas - e, de repente, é um mar de lama. Não podemos sair por aí desmoralizando o Congresso Nacional ou desmoralizando as pessoas sem mais nem menos.

O nosso trabalho é apurar, disse bem o Presidente. Felicito-o por isso. Vamos verificar, vamos analisar ponto por ponto. E temos condições de fazer um trabalho altamente digno e altamente responsável perante este País. Temos a obrigação, o direito e as condições.

Se fizemos isso e tivemos o respeito da Nação, no que tange ao Sr. Collor, temos que fazer isso no que tange ao Congresso Nacional. Mas temos que ter dignidade, respeitabilidade e credibilidade para isso. Não podemos ser levados nem por ódio nem por mágoa nem por ressentimento nem pelo que quer que seja.

Portanto, a minha opinião, Sr. Presidente, é que estamos ouvindo um depoimento sério, importante e responsável. Entendo a situação do Deputado Benito, que estava apavorado - e peço desculpas por mencionar o que vi -, porque, de repente, estar citado aqui significa estar condenado, quando não o é. Penso que precisamos analisar nós vamos debater, as pessoas vão ter o direito de debater e lá adiante nós vamos ver o que vai acontecer. Era apenas isso. Peço desculpas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V.Exª. Apenas acho que o Deputado Benito não se apavorou, apenas exaltou-se, e essa exaltação é compreensível. Se V.Exªs me permitem apenas uma digressão: consta dos Anais do Parlamento uma passagem com Arthur Bernardes. Arthur Bernardes já tinha sido Presidente da República e começou a falar extremamente exaltado. Um Deputado que lhe era adverso fez-lhe uma observação em reparo: "V.Exª está extremamente exaltado. A exaltação não condiz com a verdade". E ele disse: "Vou servir-me de Cícero. Ele foi procurado por alguém que queria ser patrocinado por ele. Contou-lhe a história, e Cícero disse simplesmente: Não vou defender. Ele então se exaltou. E no momento em que se exaltou, disse: Agora eu defendo". Acho que é o caso do Deputado Benito.

Ouço, como último orador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, tem preferência V.Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Acho que V.Exª tem conduzido muito bem os trabalhos, mas eu queria insistir na minha proposta. Estamos diante de um depoente que, evidentemente, está envolvido com o esquema que está relatando, que passou por um processo de tortura com todas outras implicações. E nós temos que, neste processo, criar condições para que ele possa falar tudo o que quer dizer. O depoimento é a verdade que ele testemunhou e está depondo. Nós vamos apurar os fatos, vai conter o direito ao contraditório.

Mas é evidente que, diante de tudo o que ele passou, num Plenário com esta estatura, de Deputados e Senadores, a exaltação é também uma forma de intimidar a testemunha, por mais que eu possa entender a posição de cada Parlamentar. Outros Parlamentares foram citados, Sr. Presidente, com muito mais gravidade do que a afirmação de que o Deputado Benito participou de reuniões na casa do Deputado Fiúza, que foi só o que o depoente disse a seu respeito. De outros, ele disse "participava do esquema", "sabia", "está envolvido".

Então, vamos ter que respeitar a testemunha no seu depoimento e assegurar condições para que ele fale com tranquilidade. Há outros Parlamentares presentes que têm se comportado e que foram muito mais duramente atingidos.

Eu pediria o intervalo, que talvez fosse uma forma de darmos uma acalmada e assegurar condições para que a testemunha fale com tranqüilidade tudo o que tem a dizer, que é o que interessa a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero me dirigir ao Plenário para fazer uma pergunta, se estou interpretando mal o jovem Deputado do PT. Quando S.Exª, o Deputado Mercadante, diz: "V.Exª está conduzindo bem, mas..." Eu me preparei para a adversativa. O "mas" é a restrição. E como S.Exª diz que precisamos dar ao depoente condições de tranqüilidade para depor, quero perguntar ao Deputado se ele sente até agora que essas condições lhe foram negadas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Considero o Deputado Benito Gama, inclusive pela participação que teve na outra CPI, um homem com passado, uma estatura, mas quero dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, Deputado, eu pergunto se nós estamos cerceando o Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, eu acho que na intervenção do Deputado Benito, a Mesa deveria ter sido mais firme quando ele disse o seguinte: "O senhor me respeite!" Ao ele afirmar que esteve na sala, ele não está demonstrando desrespeito algum. Se há algo a ser esclarecido, o Deputado tinha de esclarecer e pedir que aprofundassem as informações, de checar, de perguntar, de precisar. Mas o tom da voz e a afirmação - e outros virão falar nessas condições - é uma situação de intimidação da testemunha, o que dificulta muito o processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro, eu queria agradecer a lição que o Deputado me dá de como nós devemos nos dirigir aqui, mas tenho meu sistema de utilizar, de como fazer. e acho que até agora a Mesa não cerceou em nenhum momento a possibilidade de tranqüilidade do depoente. Eu gostaria de deixar isto muito claro, porque isso pode levar a interpretações, estas sim, extremamente perigosas.

Pediria ao Deputado Benito que não prosseguíssemos mais nisto...

O SR. BENITO GAMA - Não vou discutir mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...porque cada um reage da maneira que, naturalmente. o seu temperamento permite.

Ainda há pouco o Deputado Luiz Salomão fazia um apelo ao Senador Ney Maranhão que não fosse tão veemente. É uma forma de fazer, e ele atendeu. Mas eu preferiria que não prejudicássemos o andamento dos nossos trabalhos e não prejulgássemos. Nós não temos condições de prejulgar. Nós vamos chegar ao final para uma conclusão, se Deus quiser.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª tem a palavra.

O SR. BENITO GAMA - Como disse a V.Exª e aos Membros da CPI, a CPI é grave, séria e está ficando nervosa. Não é o meu caso. A minha indignação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª está nervosíssimo, só. (Risos)

O SR. BENITO GAMA - A minha indignação, Sr. Presidente, é que quando o Deputado Aloizio Mercadante aprova emenda no orçamento, e aprovou emenda no orçamento, citado por mim agora não é nada. mas citado pelo depoente é grave! Essa é uma questão política da maior importância. e o Deputado Aloizio Mercadante sabe que aprovou emenda no orçamento. Como função parlamentar, S.Exª não tem problema algum. Acho que não há nada demais. Agora, falado por um depoente com o passado que tem. com os antecedentes que tem, com a expectativa que temos de apuração em tudo, é uma questão que o mais calmo dos Parlamentares ou dos seres humanos não ficaria tão calmo como V.Exª na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. BENITO GAMA - Peço desculpas ao Deputado Aloizio Mercadante, porque V.Exª na outra CPI foi mais nervoso e mais tenso do que eu quando dirigia...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente. estou muito tranqüilo, inclusive. porque este é mais um ano em que não assinei emenda alguma, apesar de achar legítimo que sejam assinadas. Eu particularmente não assinei qualquer emenda. Em só um ano aprovei três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou falando do ano passado, Deputado.

Vou apelar para o resíduo da minha formação autoritária e dizer que este assunto está encerrado. (Risos)

Concedo a palavra ao Senador Francisco Rollemberg, último inscrito. Não mais haverá inscrição na lista de titulares.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente Jarbas Passarinho, felicito V.Exª pela maneira com que vem conduzindo, nesta tarde, esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Há de se convir que é uma reunião diferente, uma reunião triste, chocante. Nenhum de nós está feliz por estar aqui nesta tarde a ouvir José Carlos Alves dos Santos, que foi um funcionário desta Casa, que fez boas amizades aqui, que teve uma bela carreira, e que se deixou levar por uma série de fatos. Ele, no momento, vive problemas gravíssimos! Há de se preservar...daí a necessidade de que esta Comissão se conduza com muita tranqüilidade, inclusive para o equilíbrio mental, psicológico do depoente.

Dito isso, vou fazer tão-somente uma pergunta: Dr. José Carlos Alves dos Santos, na sua declaração à **Veja**, o senhor se refere a três Governadores. Por coincidência, são três Governadores que estão com índice de aceitação popular imenso: Governador Edison Lobão, Joaquim Roriz e o Governador do meu Estado. Vou fazer uma pergunta específica. regional. provinciana: o senhor ouviu. assistiu o Governador do meu Estado, o Governador João Alves, conversar com o seu homônimo. Deputado João Alves, a respeito de coisas que não fossem sérias, em que houvesse alguma negociata, ou V.Sª imagina tão-somente que ele o visitou, trocou idéias? E parece que V.Sª disse até que a conversa foi muito boa. Como V.Sª pode me contar essa história?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. nunca assisti a nada. Nunca ouvi o Governador João Alves tratar desse assunto com o Deputado João Alves. Volto a dizer a V.Exª: o que eu disse é que o Deputado João Alves disse que o Governador João Alves daria participação, daria alguma coisa sobre as obras do Estado dele. Mas se é verdade ou se não é eu não sei. Não assisti, não vi. Com certeza, não vi.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V.Sª não assistiu e não viu isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Está bem. Muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passo a consulta que quero fazer ao Plenário, é no momento peço que não me solicitem questão de ordem, porque cada um dos Srs. Congressistas que está na lista será atendido, mas vamos decidir primeiro isso. O depoente precisa realmente agora de um intervalo, e eu tenho dificuldades que quero partilhar com V.Exªs e ouvir a resposta. Se nós, por exemplo, encerrássemos agora esta reunião para recomeçá-la amanhã a partir das inscrições, teríamos grandes dificuldades com relação a trazê-lo de volta aqui, porque hoje percorremos um périplo. Fiquei devendo o bom êxito ao Deputado Moroni Torgan, que espontaneamente... três Varas diferentes foram procuradas, depois o Ministério da Justiça, para que pudesse chegar aqui o depoente. Se ele volta à prisão, tenho que rever - já consultei o nosso Relator e o Deputado Odacir Klein -, e teremos de recomeçar todo esse processo para amanhã.

Sugeriria, então, se assim pensar o Plenário, que fizéssemos um intervalo de 20 minutos, para, depois, retomarmos esta sessão até esgotar todos os que fizeram o trabalho. (Palmas)

O Sr. José Carlos Alves dos Santos tem condições de continuar o seu depoimento. Ele vai repousar durante esses vinte minutos e será alimentado. Eu também vou procurar o meu "alpiste", e, depois, procuraremos, todos juntos, resolver as questões aqui colocadas.

Então, não havendo objeção, vamos suspender a sessão por 20 minutos. Peço que os senhores não saiam agora. Primeiramente, por uma questão de segurança, sairá o Depoente acompanhado da Segurança Federal e da Segurança do Senado que admitimos aqui. Peço ao delegado que providencie isso.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, não discordando de V. Exª. - não poderia fazê-lo -, quero apenas registrar o fato de, por ter sido extremamente citada, seguramente, uma parcela dessas pessoas envolvidas nas acusações não voltará. Eu me sinto prejudicado com essa interrupção na minha exposição.

O SR. PRESIDENTE *(Jarbas Passarinho) - Mas, meu prezado amigo* Deputado, isso é inevitável. V. Exª. terá oportunidade de fazer a sua exposição. Este é um momento que interrompe a todos. Há ainda 21 pessoas a se pronunciarem em 100 inscritas aqui. De maneira que, como foi, inclusive, uma decisão de Plenário, sem que eu pense estar prejudicando a V. Exª., vou manter a decisão.

A Segurança pode proceder à retirada do Depoente. Peço aos demais que, por obséquio, aguardem aqui.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 22 horas e 20 minutos e reaberta às 23 horas e 07 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está reaberta a reunião.

Esgotada a lista dos titulares, temos os membros suplentes, com cinco inscrições. E, em seguida, a lista de inscrição dos não-membros, que tomamos a iniciativa de proporcionar a precedência àqueles Srs. Deputados ou Senadores que aqui foram citados pelo depoente.

Naturalmente que já ouvimos bastante aqui a necessidade de nos conduzirmos de tal modo que evitemos as manifestações de perda da serenidade.

No momento, estamos aguardando a vinda do depoente porque ele teve uma crise nervosa. Mas ele só virá para cá a partir do momento em que ele diga que está em condições de continuar depondo.

O primeiro interpelante será o Deputado Maurício Najar. São os suplentes que têm a precedência pela Mesa. Isso foi decidido por V. Exªs, não foi por mim.

Mas eu disse que, em seguida aos não-membros, dou prioridade imediata aos Deputados.

Na cadeira ligeiramente à direita e atrás do depoente, está o seu advogado, sabendo que ele não pode, entretanto, ter o direito de com ele conversar ou instruir-lhe as respostas.

O Deputado Maurício Najar está presente? (Pausa)

O Deputado Sérgio Miranda, PC do B, está presente? (Pausa)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Presente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Sérgio Miranda, V. Exª tem a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria *fazer um agradecimento pelo gesto democrático do Partido dos Trabalhadores, que* cedeu uma das suas vagas, para que o PC do B pudesse ter uma representação nesta Comissão. Eu gostaria de lembrar também que o PDT nos ofereceu, posteriormente, também uma das suas vagas.

Depreendi, pelas declarações do depoente, que existem basicamente dois esquemas. Um esquema das subvenções sociais, que foi bastante referido com segurança pelo depoente, onde existem investigações no Supremo, anteriores ao caso da SEVAL. Mas existe um outro esquema. E esse outro esquema não foi ainda totalmente esclarecido: é o esquema das grandes empreiteiras, das relações de obras, dos

parlamentares que assinavam essas emendas encomendadas. E chamo a atenção que essas grandes empreiteiras têm freqüentado assiduamente o banco das testemunhas nas CPIs aqui realizadas: na CPI do PC e na CPI das Privatizações.

Nesse sentido, eu queria explorar mais esse segundo ramo. O depoente afirmou que encontrou representantes de empreiteiras na casa do Deputado João Alves. Pela intimidade que o depoente teve, nesse período, na convivência com parlamentares, principalmente com o Deputado João Alves, eu queria saber se o depoente tem alguma informação sobre o fato de Deputados que representem empreiteiras, se foi citado nas conversas, nos comentários, nas confidências, se tem alguma informação de Deputados, aqui na Casa, que faziam emendas encomendadas pelas grandes empreiteiras? Quais as referências desse segundo esquema que o depoente pode dar para nos ajudar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu já respondi alguma coisa mais ou menos nessa linha. Eu não sei de nenhum parlamentar ligado especificamente a alguma empreiteira. Mas talvez seja possível levantar, com algumas listas de emendas de obras de determinadas empreiteiras que foram colocadas e que existem, verificar-se quais parlamentares que assinavam aquelas respectivas emendas. Talvez por aí se chegue a alguma coisa. Existem algumas relações de obras empreiteiras; dessas relações pode-se verificar quem assinou as emendas. Com isso, chega-se lá. No entanto, eu não tenho conhecimento de qual parlamentar e qual empreiteira; realmente, eu não sei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Entre esses representantes de empreiteiras que encontrou na residência do Deputado João Alves, por acaso, conhece o Dr. Cláudio Mello, representante da Norberto Odebrecht?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conheço-o.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor teria alguma informação de como era feita a divisão das obras entre as grandes empreiteiras, se por regiões, por Estados ou por setores?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Realmente, eu não sei Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vou chegar no terceiro ponto que é uma avaliação que faço. A pergunta que farei é baseada num raciocínio. Considero que as verbas de subvenções sociais não são suficientes para propiciar ao depoente uma caixinha de 1 milhão de dólares. Se são em quatro anos - basicamente, três anos, meados de 89, em 91 o depoente se retirou para o Poder Executivo - daria uma média de 300 mil dólares por ano. Trezentos mil dólares por ano, reconhecendo que o depoente dentro do esquema participava apenas como um quadro técnico - não era um dos mentores, era um quadro técnico de confiança - não justifica 300 mil dólares, se considerarmos isso em torno de meio por cento, que seriam as gratificações, as propinas, os presentes. O depoente afirma que o Deputado João Alves se referia às doações que lhe entregavam como sendo em torno de meio por cento. De quanto seria isso? Considero que para uma quantidade de dólares, na minha opinião, tão expressiva, tenha entrado dinheiro do outro esquema, do esquema das grandes empreiteiras.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, em nenhum momento eu deixei de dizer que não entrou. O Deputado João Alves dava dinheiro e dizia que era de subvenções e do esquema de empreiteiras, de coisas que eu recebia. Eu não neguei isso!! Sempre disse que esses recursos iam do Deputado João Alves, dessas duas fontes: de uma, eu conheço bem o processo, que são as subvenções sociais; da outra, eu não tenho, não conheço os detalhes dos acertos, mas eu tenho a certeza de que houve. O Deputado João Alves falava a respeito; eu recebia relações de obras que tinham que ser feitas, que ser colocadas. No entanto, esses acertos, eu não os vi, não os conheço. Eu não participava do processo de liberação, portanto, não sei como era feito. Agora, tenho a absoluta segurança de que existia. O Deputado João Alves falava que tinha dinheiro disso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esse dado é muito importante para nós.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Inclusive, falando, diante de todos, as coisas, às vezes, vão vindo.

Por exemplo, quando o Deputado João Alves foi Relator, eu me lembro que houve acertos inclusive de pagamento adiantado. Ele dizia que iria receber adiantado, esse tipo de coisa. Quem foi, quem pagou, quanto pagou, eu não sei. Realmente eu não sei, mas que houve, houve.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor não se recorda de nenhuma dessas emendas especiais recomendadas à sua pessoa para ser incluída no Orçamento referente ao esquema das grandes empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Existem relações dessas empreiteiras bem como folhas de computador que eram colocadas e levadas até ele, com as obras daquela empreiteira que tinham que ser colocadas, algumas negociadas, depois, esse tipo de coisa. Se eu pegar essas relações, vendo-as, eu direi para os senhores qual é a empreiteira. Não me lembro de cabeça. O senhor há de convir que não dá para guardar tudo. Estou tentando ser mais eu; não escondi isso aqui. Eu falei que o dinheiro vinha de duas origens.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor viu o Dr. Cláudio Mello na casa do Deputado João Alves ou de qualquer outro Deputado ou Senador, propondo emendas, envolvido no esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu nunca participei de reunião vendo propostas de emendas; mas já vi o Dr. Cláudio lá.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Uma última pergunta, Sr. Presidente. Tomei conhecimento pela imprensa e quero que o depoente tenha total liberdade para se referir a esse caso, que, na minha opinião, não envolve questão pessoal, mas se trata de um problema importante para esclarecimento desta Comissão. O depoente pode informar a esta Comissão a origem do depósito no Banco Nacional, algo em torno de 3 bilhões de cruzeiros, realizado, segundo a imprensa. 11 dias após o desaparecimento de sua esposa, se não me engano, no dia 31 de dezembro de 1992. Quem fez esse depósito na conta do depoente no Banco Nacional?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso é um empréstimo que o banco me fez, porque eu precisava - e agora estou sendo franco -, estava apavorado e não sabia como mostrar os dólares para pagar o resgate. Ali me atropelei e fiz coisas... Falei: como é que vou dizer que tenho 300 mil dólares? Realmente eu não queria falar ali, aquilo me constranga; era um negócio terrível. Como falar, explicar onde arranjei esse dinheiro? Naquele momento, não dava para sair. Aí, no banco, eles me emprestaram o dinheiro para poder justificar as coisas, assim como fiz a venda de uma sala que eu tinha. fiz a venda de uma caminhonete. que deixei empenhada para tentar justificar a origem do dinheiro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esse empréstimo pode ser comprovado por avalistas, tudo...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que o próprio banco comprova isso; ele tem os documentos lá.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço a V. Exª também por haver usado o tempo regimental, o que é raro.

Concedo a palavra ao Sr. Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu perguntaria inicialmente ao depoente se, quando torturado, confessou alguma coisa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, perguntaram-me basicamente sobre minha mulher, e eu não tinha o que dizer, eu não sabia. Perguntaram-me sobre o assunto da Comissão de Orçamento. Eu disse alguns nomes; saíram alguns nomes; mas, se V. Exª me perguntar quais os nomes que eu disse, não dá mais para lembrar. Sei que disse alguns nomes de Deputados e Senadores. Provavelmente eu tenha falado esses que estavam mais efetivos na minha cabeça, mais concretamente na...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu pergunto se V. Sª tem uma idéia do número de inquéritos a que está respondendo lá, porque, pelo que vejo, há notícias que dizem que está respondendo a três...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei; tem havido uma barbaridade aí.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sim; mas qual é o conhecimento que o depoente tem dos inquéritos que existem?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estou falando que estou respondendo a um inquérito, especificamente, sobre minha mulher; que negócio de tóxicos...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Inquérito. então, por homicídio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É; negócio de tóxicos, porque encontraram vestígios no tal avião. O negócio de estelionato, porque eu teria comprado uma câmara com dólares falsos, ou qualquer coisa assim; e que não é... absolutamente. não tem jeito; e o inquérito por ter falsificado dólares, ou portar dólares falsos. Que eu saiba é isso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Sª conhece as provas que foram feitas relativamente a esses fatos? Além dessa perícia no avião sobre tóxicos, existe mais alguma coisa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que eu saiba não, Excelência.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O que eu quero colocar é o seguinte, para ser bem objetivo: o seu depoimento, que começou vacilante, como salientou o Relator, acabou sendo um depoimento de uma firmeza testemunhada aqui. Foi sempre objetivo, dizendo "isso é certo: disso. eu só sei essa parte", ou seja, o que V. Sª sabe V. Sª diz, o que não sabe V. Sª não diz. Então, o depoimento tem força. mas o seu depoimento é uma prova que, no sentido processual, tem um complemento material, que são os dólares, não é isso? Então, a discussão toda. para quem interessar, será sobre a origem desses dólares. Se a origem desses dólares é o Orçamento, então a sua denúncia tem procedimento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas é o Orçamento.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Evidentemente haverá um esforço aqui no sentido de mostrar que a origem desses dólares é outra. provavelmente o tóxico.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas não tem jeito, Senador; eu nunca mexi com tóxicos na vida. Não tem jeito de fazer isso. Esse bendito avião não era meu. Já expliquei o que aconteceu. Não conheço ninguém que mexa com tóxico; não tenho nenhum envolvimento com isso. É impossível colocar qualquer coisa desse tipo perto de mim. Não tem jeito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas, então, V. Sª vai me dizer, sinceramente qual o interesse que a polícia tem em abrir um inquérito sobre tóxicos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei, Excelência; para me envolver, para me pressionar, ou o que tem existido mesmo... Não sei se existiu ou não isso; não digo que foi "plantado" ou não foi "plantado". Realmente, não tenho a mínima idéia disso como foi. Acredito até que possam ter encontrado o vestígio lá. Não duvido disso não, mas também não acredito. V. Exª entende o que eu quero dizer: não sei se é verdade ou se não é verdade. Agora, se encontraram, com certeza não tem nada a ver comigo. Eu nunca tive ingerência nenhuma nesse avião, nunca tive nenhuma coordenação com ele, nunca tive nenhuma interferência na administração desse avião!

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Testemunhos que o senhor teria para nos oferecer, aqui, no sentido de que não tem nenhum relacionamento passado, nenhuma complicação com tóxicos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nunca. Ninguém pode dizer que me viu envolvido com qualquer coisa de tóxico. Isso não existe. E sobre esse avião é questão de verificar com quem está registrado, onde é que está registrado, onde ele andou, como é que foi, se ele já apareceu no aeroporto, se já foi fazer alguma coisa. Não sei, acho que...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Há uma ambigüidade relativamente a sua mulher. O senhor tem uma dificuldade em enfrentar esse assunto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É claro. É um negócio que dói, Senador, ou o senhor acha que não! Eu só não sei que a origem de tudo não está nisso aí. Se tudo vem por aí. É um negócio doído, é um negócio sofrido. Você já pensou ser acusado de ter matado a própria mulher?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sou capaz de imaginar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Então pensa nisso e se coloque na minha situação, tá?.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas é por isso mesmo que eu gostaria de lhe perguntar... e não dá para ser um pouco mais objetivo? O que havia? O que houve?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não sei!

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Em que estado relacional você estava com a esposa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ultimamente muito bem. Muito bem mesmo. Estávamos tentando recompor nossa vida. Tínhamos tido algumas separações, inclusive essas separações até que não eram, praticamente, púbicas, e evitamos muito a divulgação disso. Acredito que nem a minha secretaria soubesse das minhas coisas, em que eu ia e vinha de casa, voltava para casa, etc. Tivemos nossas dificuldades pessoais, tivemos sérias dificuldades, eu saí de casa acho que três vezes. Uma vez, ela... resolvemos que ao invés de você sair e depois voltar, eu vou sair agora. Ela foi para casa da mãe dela e depois voltamos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Certo. Então há o seqüestro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não sei. Eu nunca falei que era um seqüestro efetivo. Contei o que aconteceu. Se foi um seqüestro, se foi um assalto, ou se de um assalto fizeram um seqüestro ou o que é que fizeram... ou se foi planejado ou não. Senador, eu não tenho condições de dizer, a não ser isso. Eu sei o que aconteceu comigo. Sei o que aconteceu aquele dia. As coisas concretas que tinha eu falei lá. Foi o que aconteceu. Daí o que eu posso fazer? Eu não tenho mais...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Por favor, então me descreva como aconteceu o desaparecimento de sua mulher?.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Tínhamos ido a um jantar, saímos do jantar em um restaurante no final da W-3 Norte, quando estávamos descendo, voltando da W-3, estávamos vindo muito bem até, foi um jantar agradável, estávamos bem, vínhamos namorando praticamente. Passando na Ponte do Bragueto, o sujeito passou e apontou para mim com carro, dando a entender que o pneu estava furado. Parei. Ainda comentei com Beth: isso é hora de furar pneu de novo? Eu tinha furado o pneu uma semana antes, uns dias antes, uns dez dias antes eu tinha tido, em duas ocasiões, pneu furado. Uma delas eu estava vindo para uma reunião aqui com o Deputado Messias e com o Deputado José Geraldo. São pessoas inclusive que cito o nome de...sei lá.., mas que eu estava vindo numa reunião aqui, e talvez eles se lembrem disso.

Então, parei. Quando eu vi, tinha um sujeito em cima de mim com uma arma e me colocou dentro do carro e me mandou tocar e depois me mandou descer. Apareceu outro cara com um revólver e me mandaram descer, me colocaram no porta-malas e prenderam a minha mão. Depois, eu não sei mais o que aconteceu.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor acha que tem algum sentimento, no sentido de que esse seqüestro esteja relacionado com esses fatos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, acho isso muito absurdo. Já pensei, é claro. Já me trouxeram uma porção de hipóteses desse tipo, uma porção de coisas desse tipo, mas eu penso que mesmo que se eles quisessem fazer alguma coisa fariam comigo, eu acho. O lógico seria fazer comigo. Outro dia mesmo os policiais estavam colocando hipóteses na cabeça, que eu não sei. São coisas assim que balançam a gente. Realmente eu não sei. Já tem um ano isso, são 11 meses; 11 meses que é uma "barra", um sofrimento, sei lá.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É possível que tudo isso que V. Sª descreve relativamente às condutas de alguns parlamentares quanto ao orçamento? É possível funcionar esta figura que o senhor traça do Deputado João Alves, sem que haja uma mínima convivência das Mesas do Senado e da Câmara? É possível concretamente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É possível sim. Foi feito. Isso era acertado na Comissão. Eu disse ao senhor que lideranças, Mesas do Senado e da Câmara, membros do Senado e da Câmara mais significativa, vamos dizer assim, tinham conhecimento, não sei se do dinheiro, volto a dizer, não sei se do dinheiro, mas que havia dotações e subvenções que o Deputado João Alves distribuía posteriormente. Isso com certeza.

Volto a falar para o senhor que não sei, não posso dizer, mas muitas das coisas que falei aqui procurei ressalvar o máximo possível.

Tenho medo de falar exatamente que foi assim, fazer uma afirmação e eu não saber. Vi o Deputado João Alves falar. Mas, o Deputado João Alves, muita gente conhece aqui, ele gosta de florear as coisas, os senhores conhecem muito mais do que eu a personalidade dele.

Vi ele falar algumas dessas coisas, mas não tenho provas e não sei. Sei que esses Parlamentares que eu disse que sabiam do ilícito das subvenções, que existiam subvenções, com certeza sabiam porque forneciam para ele listas de subvenções para ele incluir nas relações.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas esse conhecimento que V.Sª tem é suficiente para que V.Sª conclua que esses Parlamentares agiram coordenadamente como uma quadrilha?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, repare o seguinte: eles formando quadrilha com o Deputado João Alves, não. Eles se beneficiavam do que o Deputado João Alves propunha.

O Deputado João Alves dizia: "manda essas relações para mim, que tenho uma quota, uma parte para o senhor". Isso eu vi o Deputado João Alves fazer, e os Parlamentares mandavam porque sabiam que estavam sendo beneficiados e que tinham uma parcela de coisas que estavam tendo ali: uma quota para eu indicar para Parlamentares, que indicavam às suas entidades.

Não estou dizendo que eles sabiam do esquema que o Deputado João Alves recebia dinheiro.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - No nível do seu conhecimento, então, o único mentor é o Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não há como considerar outra pessoa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que ele é o mentor disso tudo e isso começou acho que antes da própria Constituinte. Não sei, mas acho que é o Deputado João Alves.

Eu conheci esse processo depois e vi muito claro, passei a conhecer profundamente isso aí; sei como era isso, eu tenho absoluta certeza. Isso é documental porque há provas nos Ministérios todos dos ofícios dele dizendo: "As dotações da Comissão tal... esse tipo de coisa", que eram encaminhados em formulários como se fossem subvenções sociais para dar um cunho, com registro do Prodasen, número do Conselho e todas essas coisas que tinham de ser colocadas. Isso com certeza era feito desse jeito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Certo.

Uma última pergunta, Sr. Presidente: Toda esta Instituição está estremecida. Evidentemente que as reações, as indignações são sentidas a todo momento.

Então, a nossa posição, a posição dos Parlamentares, é uma posição complexa. Estamos todos com uma sensibilidade acesa, ativada e, de repente, levantamos a voz indignados: - está me mencionando, está sugerindo. Então, o que é que está sugerindo? Então, é uma posição difícil.

Pergunto o seguinte: Acho, na minha opinião, que a sua posição é ainda mais difícil, porque o senhor está enfrentando uma Instituição!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei disso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Gostaria de saber por que o senhor decidiu enfrentar uma Instituição, pois isso no Brasil não é fácil!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Senador, já expliquei isso aqui e não gostaria de repetir: está falado, está gravado, dói, já está dito. Por favor!

Todos esses fatos, tudo isso, chega uma hora em que temos que botar para fora, pois as coisas estouram... A minha filha tinha me dito que queria que eu falsasse tudo, esclarecesse tudo. Ela não sabia, acabei de falar com ela pelo telefone e ela disse: "Pai, não sabia que era isso quando pedi que o senhor esclarecesse. Queria que o senhor esclarecesse tudo, falasse tudo o que o senhor soubesse, sobre os dólares... E estou falando tudo para V.Exªs.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Todos nós estamos aqui sujeitos a um processo na medida em que o senhor... Todos nós estamos sujeitos a ser processados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que não, Senador. Há muita gente boa neste Congresso, que é honesta, que é séria, que não tem envolvimento em absolutamente nada.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sei que a maior parte, pelo menos, não está envolvida, é honesta. Mas, estamos sujeitos ao processo. Fui juiz, absolvi milhares de inocentes. Não se é sempre criminoso quando se é processado.

Quero saber se o senhor tem consciência de que o senhor também está sujeito a um processo, além desses fatos aí, por denunciação caluniosa?

O SR. JOSE CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sei disso. Tudo que estou falando aqui é absolutamente verdade. Não é calúnia, tanto é que não estou falando de todos. Não estou falando indiscriminadamente. Estou falando de coisas que, provavelmente, toda a Casa sabia; de coisas que muitos dos senhores aqui tinham conhecimento em maior ou em menor grau. V.Exªs tinham percepção em maior ou menor grau, ou que já ouviram nos corredores, ou que já ouviram alguns comentários...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Somente um último detalhe, só para eu ter uma idéia. São mil e quantos dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - US$ 1 milhão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - US$ 1 milhão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Isso foi o apreendido. Quanto exatamente a polícia apreendeu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Hum milhão e pouco, hum milhão e uns quebrados; o valor correto, não sei.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quanto, mais ou menos, então, falsos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, parece, desse total, que eu saiba, US$ 40 mil.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - US$ 40 mil, o Deputado João Alves lhe deu? US$ 40 mil falsos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, provavelmente, ele não sabia que eram falsos, também, não acredito que ele soubesse, não digo que ele me deu o dólar falso conscientemente; não, acho que não, acho que ele me deu os dólares, mas não sabia que eram falsos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E quantas vezes a polícia fez buscas na sua casa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Quantas vezes ela fez busca lá em casa? Umas três vezes, acho.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Três vezes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E descobriu, na primeira vez, os dólares todos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Descobriram, descobriram.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Logo na primeira vez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na primeira vez, pegaram US$ 700 mil lá, em casa; os outros, pegaram no banco, mas eram aqueles que eu já tinha entregue para a polícia, já estavam identificados na polícia, já.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Na primeira vez que eles foram na sua casa, eles já pegaram todos os dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, é isso que quero saber.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não. Não pegaram. Eles foram na primeira vez, lá, não pegaram dólar; na segunda vez, eles pegaram.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas, por que que o senhor não escondeu esses dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não tinha o que fazer com eles.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, não, mas explique isso aí. Se os homens foram fazer uma busca na sua casa...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Fizeram, não pegaram.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - ... você tem os dólares lá...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não pegaram. Realmente não me preocupei com os dólares. Estão aí, deixa aí, não pensei em tirar de lá. Já tinham ido, já tinham feito a busca, não acharam, não pensei que fossem voltar; realmente, não pensei que fossem voltar. Já tinham feito uma busca lá em casa, já tinham olhado tudo, continuaram onde estavam.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Está certo. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª.

Deputado Fernando Carrion, a palavra é de V. Exª. V. Exª tem 10 minutos.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. depoente, o esquema e o acerto a que V. Sª. se referiu envolviam recebimentos de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Como? Desculpe-me.

O SR. FERNANDO CARRION - Os termos que V. Sª usou, esquema e acerto, não perfeitamente esclarecidos, quando usou esses termos V. Sª se referia a coisas que envolviam recebimentos de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. FERNANDO CARRION - Esquema e acerto, então, significa que eram formas de recebimento de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. Esse dinheiro era, eventualmente, pago na apresentação e na ocasião do efetivo pagamento das emendas?

O SR. JOSE CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, eu disse que eram dois esquemas: um esquema de subvenção e um esquema de emenda. Agora, eram pagos por empreiteira, alguém...

O SR. FERNANDO CARRION - Não, eu pergunto: se envolvia dinheiro, era pago. Mas se era pago na apresentação, na feitura da elaboração da emenda, para ser incorporada ao orçamento na sua totalidade ou parte ali, em parte no efetivo pagamento da emenda? O Governo paga a emenda...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não, num período...

O SR. FERNANDO CARRION - ...para o beneficiário?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - *O Deputado João Alves* me falou que receberia dinheiro à vista na hora em que colocasse as emendas, na hora em que o orçamento fosse aprovado no Congresso. Isso, na primeira vez que ele foi Relator. Depois, seria quando as emendas, quando os recursos fossem liberados, que ele receberia.

O SR. FERNANDO CARRION - Então, o dinheiro transitava quando da apresentação da emenda e, provavelmente...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, no primeiro orçamento em que o Deputado João Alves foi Relator, ele disse que receberia alguns recursos à vista, quer dizer, no momento em que o orçamento fosse aprovado, desde que houvesse dotações, receberia uma parte à vista, e o resto receberia quando o dinheiro saísse das empresas, isso, em relação à aprovação de emendas.

O SR. FERNANDO CARRION - Então, havia dois momentos da transferência de dinheiro...?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No primeiro orçamento, no segundo, não ouvi falar disso, poderia ser Relator.

O SR. FERNANDO CARRION - ...na apresentação e no efetivo pagamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso.

O SR. FERNANDO CARRION - Pois não.

Outra pergunta, Sr. depoente: os recebimentos de dinheiro, já está claro que ocorreram, foi no Orçamento de 89 até o ano de 1993? Em todos eles?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Em 1993 eu não sei.

O SR. FERNANDO CARRION - V.Sª se aposentou e se retirou da Chefia do Orçamento em que data?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - No início de 1992.

O SR. FERNANDO CARRION - *Enquanto V.Sª esteve na Chefia do* Serviço de Orçamento conviveu com esses recebimentos de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Recebi, mas não em relação à atividade lá. Foi em relação à liberação de subvenções que saíram.

O SR. FERNANDO CARRION - Então, foi em 89, 90 e 91, com certeza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - E 92, com certeza. Inclusive, mesmo depois de aposentado, o Deputado João Alves ainda me deu. Ainda acompanhei a liberação de subvenções no Ministério da Ação Social e tudo.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Depoente, V.Sª afirmou em seu depoimento que a Srª Ministra Margarida Procópio tinha conhecimento desse termo um tanto chulo e grosseiro que V.Sª usou, que é o chamado "esquema", que é muito interessante que se saiba exatamente o que se quer dizer. V.Sª afirmou que a Ministra Margarida Procópio tinha conhecimento. Correto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Correto.

O SR. FERNANDO CARRION - *Perfeito. Esta senhora, Margarida* Procópio, recebeu parcelas de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Repare o seguinte: não posso dizer que ela recebeu, pois não a vi receber, não tenho provas de que ela recebeu. Tenho é que o Deputado João Alves disse que dava dinheiro para ela, além de entidades dela, do interesse dela, que eram encaminhadas... Vou fazer o caminho inverso. A Ministra Margarida entregava ao Deputado João Alves as entidades que ela queria que colocasse; uma parte dessas dotações ela exigia que ficasse para isso. Ela indicava, então, entidades dela, de interesse dela e o Deputado João Alves as incluía na relação que ele mandava para lá. Com certeza vi entidades desse tipo, que o Deputado João Alves falou: - "Isso aqui é da Margarida". Esse tipo de coisa. Eram entidades do Estado. Agora, o Deputado João Alves, além disso, disse que ela levava dinheiro. Se levava ou não levava, não sei dizer. Só sei a informação que ele me passou.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor está-se referindo ao que ouviu da boca do Deputado João Alves?

O SR. JOSE CARLOS ALVES DOS SANTOS - E, mas havia entidades que ela mandava, com certeza. O pessoal do Ministério, inclusive, falava que havia entidades dela; que aquela parcela era para ela e que havia entidades do Estado de Alagoas que eram da Ministra Margarida.

O SR. FERNANDO CARRION - *Como se fosse uma reserva de mercado?*

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É, uma parcela dessas dotações, num acerto com ela, parece que ela já não era Ministra na época, mas uma parcela ela fazia questão, pois como era ela quem liberava, parece que no início não queria deixar liberar esses recursos na forma como estava combinado, houve posicionamento nesse sentido, e foi mostrado para ela que isso era do Congresso e que

no acerto com ela ficou combinado que ela ficaria com uma parcela para indicar as entidades que quisesse.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. O senhor tem conhecimento de que mais alguma autoridade do Ministério da Srª Margarida Procópio participava também desse chamado "esquema"? Por ventura, algum secretário do Ministério da Srª Margarida Procópio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, não tenho condição nenhuma...Já estou repetindo o que já falei aqui. Havia funcionários que liberavam recursos - pessoal que mandava fazer as ordens de pagamento, essas coisas - que, provavelmente, deviam saber. Sabiam que tinham entidades ali que estavam...Não sei se sabiam que tinha dinheiro. Não sei se eles tinham conhecimento de que haveria retorno de dinheiro. Agora, que eles tinham conhecimento do processo de o Congresso encaminhar, via Deputado João Alves, a relação das entidades e de que uma parcela dessas era de lá, com certeza eles sabiam.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, lastimo informar que o tempo está esgotado. V.Exª pode concluir?

O SR. FERNANDO CARRION - Presidente Jarbas Passarinho, vou ser bem rápido. Colocaria, com a aquiescência de V.Exª, as perguntas ao depoente e ele as responderia. Pediria que prestasse bem atenção ao elenco, que é bem rápido.

As entidades de Parlamentares incluídas no orçamento a que V.Sª se referiu eram entidades fantasmas, sem vida legal? No caso de sim, se pode citar algumas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Pelo contrário, havia cuidado que fossem entidades regularmente registradas, regularmente existentes, e o próprio processo de liberação fazia com que essas entidades funcionassem efetivamente. Para a entidade receber o dinheiro no Banco do Brasil tinha que apresentar uma série de documentos, atestado de funcionamento passado por autoridade local, registro da ata, registro no Conselho Nacional de Serviço Social, atestado de funcionamento de probidade da diretoria, todos aqueles procedimentos que o Banco do Brasil exige, como as portarias ministeriais.

O SR. FERNANDO CARRION - Para concluir: Que esquemas e acertos, segundo V.Sª depôs, o depoente ouviu - e peço que seja claro neste aspecto - referentes aos Deputados citados, Genebaldo Correia e Cid Carvalho? E, eventualmente, esses esquemas envolviam recebimento de dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Cid Carvalho e o Deputado Genebaldo Correia sabiam de todos esses esquemas, sabiam de todos esses acertos e sabiam que corria dinheiro e recebiam dinheiro. O Deputado Genebaldo e o Deputado Cid chegaram a me perguntar se tinham me pago, se o Deputado João Alves tinha me dado dinheiro.

O SR. FERNANDO CARRION - Como?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Cid e o Deputado Genebaldo chegaram a me perguntar se eu tinha recebido dinheiro do Deputado João Alves.

O SR. FERNANDO CARRION - Se o senhor tinha?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim. Se eu tinha recebido.

O SR. FERNANDO CARRION - É a última pergunta, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eles sabiam perfeitamente desse esquema de recebimento de dinheiro.

O SR. FERNANDO CARRION - V.Sª, como responsável pelo orçamento, lembra da presença, se ocorreu, na montagem dos orçamentos a que assistiu e na eventual tentativa de apresentação de emendas da parte de: representantes de fabricantes de cimento, representantes de fabricantes de remédios, representantes da indústria automobilística e representantes de fornecedores de merenda escolar? Se, eventualmente, esses setores que citei, V.Sª viu perambulando na tentativa de influir na montagem do orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputado. Realmente não.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor se refere exclusivamente a empreiteiros de obras públicas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É empreiteiros. O que vi muito foi empreiteiro. É, na realidade, só empreiteiro.

O SR. FERNANDO CARRION - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço a V.Exª. Pela ordem, tem a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A testemunha disse que dois Deputados perguntaram a ela se ele havia recebido dinheiro de João Alves. Ele citou apenas isso. Quero saber a resposta que ele deu.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que tinha recebido.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Que tinha recebido?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que tinha recebido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É, foi oportuna a questão pela ordem levantada.

O último inscrito dos Membros Suplentes é o Deputado...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para complementar a questão de ordem do Senador José Paulo Bisol - acho que é importante - qual foi a quantia recebida e se os deputados sabiam aproximadamente quanto nesta oportunidade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso já foi agora, das últimas vezes mais recentes, vamos dizer assim. Se não me engano, foi algo em torno de 100 mil dólares.

O SR. EDUARDO SUPLICY - 100 mil dólares?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E eles estavam conscientes dessa quantia que seria a sua parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabiam. Inclusive, falei com eles: é isso aí.

O SR. EDUARDO SUPLICY - 100 mil dólares a sua parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E porventura o senhor teria noção da parte de João Alves ou de outrem?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Aí eu...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Presidente se permite complementar uma pergunta a partir da questão levantada pelo Senador José Paulo Bisol e pelo Senador Eduardo Suplicy. Dirijo-me ao depoente: a partir do momento em que V.Sª disse que havia recebido 100 mil dólares, qual foi a reação dos deputados que V.Sª citou?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que era o que estava correto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estava correto o quê?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Terem-me dado isso. Era isso que tinham que me dar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, dentro deste preciosismo de caracterizar um fato desta gravidade, gostaria de interpelar o depoente, através de V.Exª, se ele considera que havia conivência desses parlamentares com o fato dele receber dinheiro do Deputado João Alves. Conivência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª compreenderá que a minha pergunta poderia responder de uma maneira, com uma ilação, mas não uma afirmação desde logo, daquilo que foi perguntado. Aí não teria cabimento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, com o desaparecimento, com o desastre que culminou com o desaparecimento da esposa do depoente. Eu gostaria que ele nos informasse quais foram as circunstâncias em que isso aconteceu.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Como assim? Já falei.

O SR. COSTA FERREIRA - Mas eu quero saber.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas acabei de falar para o Senador José Paulo Bisol. Eu estava vindo de um jantar, descemos pela W-3 norte e, quando passamos pela Ponte do Bragueto, passou um carro com um sujeito barbudo apontando como se eu estivesse de pneu furado. Parei e ainda comentei com Beth: "Que droga esse negócio, que troço chato!". Desci do carro, olhei o pneu da frente, o de trás e, quando vi, estava chegando um sujeito junto a mim segurando uma arma.

O SR. COSTA FERREIRA - Tudo bem. Eu gostaria de saber quais foram as providências que o depoente tomou para tentar dirimir esse evento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A primeira coisa que fiz, quando cheguei em casa, foi ligar para o Secretário de Segurança. Liguei para o Coronel Pascoali, que era um amigo de família.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento, Sr. José Carlos. Longe de mim tentar, nesta mesa, cercear qualquer pergunta dos Srs. Deputados. Algumas estão sendo repetidas três ou quatro vezes e noto que o ilustre Deputado Costa Ferreira presente estava desde o início da reunião. Consulto o Relator: estamos um pouco em dúvida se essa questão, assim, de ordem tão pessoal leva-nos ao cerne do problema que estamos procurando estabelecer. A menos que se pretenda chocar o depoente numa sucessão de perguntas sobre essa questão de ordem pessoal, particular, que não é nossa aqui. Mas, fora disso, respeito as perguntas que o Deputado queira fazer.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Sr. Presidente indagou ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Respondo ao Sr. Presidente dizendo que essa questão não é pertinente à matéria sob investigação. Ficou muito claro isso quando o Senador Francisco Rollemberg estava questionando o depoente. S.Exª foi, inclusive por intervenção de V. Exª, instado a não insistir, por tratar-se de matéria impertinente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, Deputado Costa Ferreira, V. Exª ouviu a opinião do Relator e a humilde opinião do Presidente desta CPI.

O SR. COSTA FERREIRA - Tudo bem. Com todo respeito que tenho a V. Exª e ao Relator, penso que, quando se está numa Comissão como esta, pretendendo-se dirimir, desvendar todos os mistérios que porventura estejam envolvendo essa avalanche

de acontecimentos que açoita e apavora a Nação brasileira. teremos que repetir para que tenhamos uma nítida certeza do que estamos fazendo. Acredito que, pelo simples fato de algum companheiro já ter feito uma pergunta e de eu querer fazê-la novamente, é claro que uma nem sempre é igual à outra; há sempre alguma coisa que possa surgir dessas inquirições. De modo que não vou constranger-me; pelo contrário, estou cumprindo a minha parte como membro suplente desta Comissão e quero realmente ouvir, apesar de estar aqui desde o começo, de acordo com as minhas inquirições, a resposta do depoente, que, para esta Comissão - acredito -, é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª pode prosseguir.

O SR. COSTA FERREIRA - Agradeço a gentileza de V. Exª.

O depoente está enquadrado em vários inquéritos policiais. Eu gostaria de saber qual é o seu enquadramento e se já foi condenado em algum deles.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Ainda não. Já falei que há um inquérito sobre a morte de minha mulher, outro acerca dos dólares falsos, do tóxico que foi encontrado no avião e outro sobre a compra de uma máquina com dólar falso.

O SR. COSTA FERREIRA - Tudo bem. Eu gostaria também de saber do depoente qual a origem dos dólares falsos que se misturaram com os verdadeiros retidos em seu poder.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não se misturaram. Estavam todos juntos e me foram dados pelo Deputado João Alves.

O SR. COSTA FERREIRA - O depoente confirma as denúncias já feitas contra Parlamentares, com provas documentais ou testemunhais, no todo ou apenas em parte? E em que se respalda para comprovar tais acusações. se em parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei e volto a insistir: eu conheço o processo. sou testemunha de coisas que me foram faladas, e há documentos que indicam claramente como as coisas aconteciam. como foram feitas. Há documentos que se encontram em poder de pessoas e documentos no processo administrativo de liberação dos recursos.

O SR. COSTA FERREIRA - Eu gostaria que o depoente fizesse uma separação entre a acusação **in totum** ou a acusação em parte.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado Costa Ferreira, de algumas coisas eu sou testemunha. Quanto às coisas de que sou testemunha, eu venho sempre dizendo aqui: isso aqui eu vi, isso aqui eu ouvi, isso aqui eu não sei, ou sei pelo fato de o Deputado João Alves ter falado. Algumas eu falei que vi, que presenciei; de algumas eu tenho absoluta convicção porque me foram faladas pelas próprias pessoas a que estou me referindo. Estou tentando ser o mais claro possível, exatamente para que não fiquem dúvidas sobre o que estou dizendo. Acredito que até agora não tentei contornar nada. Tentei ser o mais explícito possível quanto a tudo que achei, exatamente para que não fiquem dúvidas a respeito das coisas que estou falando.

O SR. COSTA FERREIRA - Mais uma pergunta. Eu gostaria de saber, considerando as acusações no todo, quais seriam os elementos de prova de que V. Sª dispõe.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Existem documentos arquivados em Ministérios, existem processos orçamentários e provavelmente isso aqui vai desencadear o surgimento de várias outras testemunhas; e culminando as coisas, elas vão levar às evidências todas das quais estou falando. Com certeza.

Provavelmente. depois de tudo que estou falando. tenho consciência disso - é por isso que tenho evitado... Aqueles que eu não sei, eu tenho procurado falar que quanto a eles não posso ter certeza. eu não sei. Provavelmente vão surgir, no próprio Congresso. funcionários que, com isso. agora resolvam falar alguma coisa que evidencie mais claramente as coisas que estou falando aqui; e que no próprio Executivo surjam também funcionários de maior ou menor escalão que venham corroborar as coisas que estou dizendo aqui dentro.

O SR. COSTA FERREIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra, de acordo com o que o Plenário admitiu, em primeiro lugar, agora, ao Deputado Ricardo Fiúza.

Eu não faria nenhum tipo de recomendação, porque seria agressivo, naturalmente. e descabido, se o fizesse. Trata-se agora de dar oportunidade aos Deputados que foram nominalmente citados.

E nós conduziremos o trabalho confiantes na polidez, ainda que possa ser difícil exercê-la. entre perguntas e respostas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, obviamente não seria esta a oportunidade de eu apresentar uma defesa das acusações que me foram feitas nesta tarde e nesta noite, mesmo porque imagino que V. Exª me dará oportunidade de depor na Comissão e de apresentar todas as minhas razões e todas as minhas defesas.

Preocupa-me o fato de que esta aparente calma, em função da citação de Cícero, possa parecer pouca revolta. Não é, Sr. Presidente. É a sensatez de um homem aos cinqüenta e quatro anos, quatro filhos e cinco netos, vinte e quatro anos de mandato parlamentar, sem jamais ter tido sequer uma acusação de qualquer inimigo no Estado onde faço política - são muito comuns essas coisas -, ou na Câmara dos Deputados.

É extremamente duro e doloroso, mas o bom-senso e o equilíbrio devem permanecer. Com isso tudo poderia parecer que eu já estaria tentando obstaculizar o

trabalho de V. Exª e do Sr. Relator. Não é o Dr. José Carlos Alves dos Santos que eu conheci - seguramente não é.

Ao entrar na Comissão, não me recordo de ter tido amizade antes com o Dr. José Carlos. Nós nos cumprimentávamos formalmente e sobre ele tive as melhores informações. Inclusive, recordo-me agora - já que falávamos tanto no doloroso episódio da senhora dele - que ele até confidências me fez. Eu parei o meu trabalho para aconselhá-lo a lutar por seu casamento, porque a primeira coisa era a família, e que ele não fizesse nada, absolutamente nada que obrigasse a separação. Houve esse ponto de diálogo.

Para que V. Exª veja o nível de confiança - com a tranqüilidade que dois lexotans me permitem - nunca tive nenhuma ligação com a Comissão de Orçamento em 23 anos de Parlamento, Sr. Presidente. Sou tão desligado - os meus Colegas de Bancada sabem disso - que os meus municípios reclamam que sou um péssimo Deputado porque não peço nomeações nem levo verbas para o município. Daí eu ser partidário do voto distrital misto alemão, em que há deputados provincianos e deputados nacionais.

Nenhum Presidente da República, e eu os desafio, nenhum Ministro de Estado, incluo V. Exª, nenhum Governador de Estado, terá o direito de dizer que eu jamais pedi um favor pessoal. Renuncio à vida pública e dou tudo o que tenho, se aparecer um homem público, neste País, que diga que eu passei às suas portas para pedir um só favor pessoal.

Casei aos 21 anos, no segundo ano do curso de Direito, sem pai e sem um tostão no bolso. Meu pai morreu aos 53 anos, exatamente no dia em que completei 21 anos. Caiu fulminado em cima de mim, às 11h da noite.

Eu era um imigrante cearense em Pernambuco, porque meu pai era empregado da SAMBRA, numa sociedade extremamente fechada.

Não nasci na artilharia, montado num tanque. Fui para a infantaria, o fuzil na mão, a cara na lama, na poeira, lutando dia e noite para dar aos meus filhos dignidade.

Seria a maior criancice da minha parte, o gesto mais inócuo, eu tentar, nesta hora, desdizer o depoente, que afirma com tanta segurança algumas coisas. Ele até me conforta em algumas respostas, devo dizer.

Eu preciso voltar ao assunto. As pessoas não entendem de orçamento. Quando se diz "redação final do orçamento sobre a mesa", nunca nenhum orçamento tinha realmente a redação final em todos os anos, porque a redação final é a montagem posterior daquele relatório que ali está, imenso, depois de montado no PRODASEN, dentro das normas e dentro de toda a formatação legal. Portanto, não só na vez que tive a desventura, a desdita de assumir uma Comissão de Orçamento no meio de um processo, como sempre, o que estava ali eram os elementos que permitiriam a redação final do orçamento. Estou equivocado, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou certo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Está certo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem. Neste caso, além desses documentos, a Comissão havia me autorizado a mexer em algumas emendas e tentaram me dar uma delegação tão ampla que não aceitei, e os Anais registram, quando eu dizia: "a maledicência do futuro dirá que fiz emendas posteriormente."

Espero que o Dr. José Carlos se lembre que dessas emendas que mexemos, autorizadas, existe uma relação no micro que fez parte desses documentos que estavam na mesa, um metro de papel, que não foram compulsados porque não quiseram, mas ali estavam todas as emendas.

Fica definitivamente esclarecido que nenhuma emenda foi feita após a aprovação pelo Plenário do Congresso, e sim após a aprovação da Comissão, por autorização, por delegação expressa dessa própria Comissão.

Reservo apenas algumas perguntas ao Dr. José Carlos, que não é homem que conheci. A vida leva as pessoas para encruzilhadas que as pessoas fracas sucumbem, têm momentos de fraqueza, é da natureza humana. Quem perde a mulher em circunstâncias dramáticas e não esclarecidas, quem é pego com dólares, quem está preso, não pode ser, realmente, aquele que conheci e ao qual aconselhei manter a família a qualquer custo. Espero que confirme.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Confirmo. V.Exª me pediu que confirmasse, gostaria de fazer uma referência nesse ponto.

O SR. RICARDO FIÚZA - Isso não precisa. Não vamos debater esse assunto. Não é relevante. Só estou querendo..

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É relevante.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Deputado, peço a V.Exª, exatamente, que não se dirija ao depoente, simplesmente faça a pergunta e ele responderá na hora oportuna.

O SR. RICARDO FIÚZA - Gostaria, Dr. José Carlos, que se V.Sª pudesse, que me respondesse simplesmente sim ou não. Corro o risco de ser acusado de mais coisas, alguém me recomendou não fazer, achando que a disposição de espírito do senhor não é boa. O senhor teve notícia que, em 22 anos de mandato parlamentar, eu tenha passado sequer na Comissão de Orçamento, tenha participado da Comissão de Orçamento, tenha pedido algum favor à Comissão de Orçamento? Sim ou não? Só isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não vou responder só sim ou não. Sobre o que eu responder, tenho que fazer explanação, explicar as coisas. Claro. Nesse caso específico, digo ao senhor: não tive notícia. A primeira vez que conheci o senhor foi quando estava entrando no lugar do Deputado João Alves, no gabinete do Pedro, o senhor se lembra disso, fui chamado lá para dar assistência ao senhor. Volto a dizer, não o conhecia anteriormente, gostava muito do senhor, lamento muito as coisas que estou falando aqui, o senhor é uma pessoa que passei a admirar...

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - ...principalmente como pessoa.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Vamos ser objetivos na resposta também.

O SR. RICARDO FIÚZA - Naquela oportunidade, Sr. Presidente, fiz um esforço sobre-humano para não aceitar aquela relatoria. Mas, havia um movimento, um clima desagradável no Congresso que não era semelhante a esse, mas poderia ter se tornado semelhante a esse. Eu procurei "n" pessoas, "n" composições para substituir o Deputado João Alves e não foi possível. Fui ser relator, acumulando a liderança, e penso que o Dr. José Alves viu esse meu esforço.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Dr. José Alves?!

O SR. RICARDO FIÚZA - Dr. José Carlos. Devo esclarecer, em primeiro lugar, que não estou me isentando de nenhuma responsabilidade, nem estou colocando nenhuma responsabilidade naqueles deputados que foram a minha casa para me ajudarem a discutir a filosofia do orçamento, porque eu era absolutamente, como quase sou agora, ainda, neófito em orçamento. Se alguma irregularidade houve, a culpa é do Sr. Relator-Geral, que fui eu, infelizmente.

Muito bem, Sr. Presidente, durante o período em que fui Relator - pode parecer uma coisa esdrúxula - fui à Comissão, no máximo quatro vezes, discutir o meu relatório, só quatro vezes, quatro vezes em 23 anos de mandato parlamentar. Não creio que uma pessoa dessas possa ser considerada de esquema de comissão.

Fiz algumas reuniões, discutimos as emendas dos deputados, imagino que em qualquer colegiado onde esteja presente a natureza humana, com conflitos de interesse, é possível que hajam distorções, é possível que hajam interesses espúrios. No entanto, quero deixar bem claro que, na minha opinião, a grande maioria da Comissão de Orçamento merece o mandato, merece representar o povo brasileiro. Infelizmente, a Comissão, ao longo dos anos, tem sido dominada por um pequeno grupo assíduo. Foram cento e vinte Deputados no meu período; infelizmente, compareciam trinta; noventa reclamavam que não tinham suas emendas aprovadas.

Eu queria fazer mais uma pergunta ao Dr. José Carlos, se o Senhor me permite.

Em alguma reunião que fiz pedi para o Senhor se ausentar para conversar particularmente alguma coisa, a exemplo do que disse sobre outras pessoas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pediu, na casa do Senhor.

O SR. RICARDO FIÚZA - Para o Senhor se ausentar?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Em sua casa. Pediu para que eu ficasse numa sala reservada onde há um sofá.

O SR. RICARDO FIÚZA - Com quem eu estava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com várias pessoas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quais as pessoas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Houve varias reuniões desse tipo e nelas o Senhor pedia para que eu ficasse numa sala fora, em um salão grande na sua casa.

O SR. RICARDO FIÚZA - O depoente está completamente desmemoriado e fraco.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não estou não. Disso, eu tenho absoluta convicção.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não vou bater boca com o Senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Então, não fale isso de mim.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Estou apenas lhe perguntando, e o Senhor respondeu. Eu disse que algumas respostas poderiam até me prejudicar. Muito bem. O Senhor também acha, **en passant**, que viu um empreiteiro na minha casa. O Senhor já viu algum empreiteiro na minha casa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já. Já vi empreiteiro na sua casa.

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual foi o empreiteiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já vi o Dr. Cláudio Mello.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quem?

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS - Já vi o Dr. Cláudio Mello.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não o conheço.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já vi o pessoal daquela empreiteira de Pernambuco.

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A de Pernambuco. Deve ser a Queiroz Galvão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não recebi a Queiroz Galvão.

Ele me telefonou dizendo que queria falar comigo. Disse para o Antônio que o respeitava muito, mas eu era o Relator da Comissão. Quero só lembrar e dizer à Comissão que é a minha palavra contra a do Dr. José Carlos; palavra de vinte e quatro anos de Parlamento deve valer menos que a dele? Durante todo este processo, eu não recebi sequer um empreiteiro. O Dr. Antônio Queiroz Galvão tem uma pequena fazenda junto à minha: ligou-me e eu lhe disse que não o fizesse, porque eu estava impedido moralmente de receber empreiteiros. Não houve um empreiteiro em minha casa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - *Então é o amigo do* Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Senhor que se contenha, pois a oportunidade lhe será dada.

Deputado Ricardo Fiúza, quero dirigir-me a V. Exª, por isso, interrompi-o.

Se V. Exª me permite, não devemos dar a impressão que estamos aqui fazendo uma acareação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não a estou fazendo; vou defender-me. Disse a V. Exª antes que eu queria apenas fazer algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se começa uma pergunta com outra. Não tem cabimento fazermos acareação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas se eu não fizer essas perguntas, Sr. Presidente, qual a versão que vai sair daqui. Concordei com as versões do Dr. José Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu apenas gostaria de fazer uma recomendação para que V. Exª a leve em consideração.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou fazer uma última colocação, Sr. Presidente, mas que não é uma pergunta. Eu tinha umas quatro ou cinco para fazer. O Dr. José Carlos disse que nunca me viu receber dinheiro; que na minha gestão não se recebia a relação de subvenções. As próprias entidades solicitavam e eram encaminhadas normalmente aos canais competentes. Disse ainda o Dr. José Carlos que ele ouviu dizer do Deputado João Alves que eu também participava desse rateio. Isso já foi dito e eu não vou polemizar. Apenas algo para não esgotar o assunto que vou deixar para minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. RICARDO FIÚZA - *Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Sr.* Relator, eu poderia muito bem, naquela hora, na Comissão de Orçamento, inclusive, para fortalecer o Governo do qual eu era o Líder da maioria, ter feito a distribuição das subvenções na Comissão. A distribuição das subvenções na Comissão significaria todos os Deputados satisfeitos. Como eu sabia que isso era o grande pomo da discórdia, reuni os relatores parciais, e àquelas pessoas que comandavam a Comissão, eu disse que eu não distribuiria um centavo de subvenção e que as dotações ficariam para os Ministérios.

Sr. Presidente, só se eu tivesse o dom da vidência e imaginasse que, posteriormente, eu seria um desses Ministros cujo Orçamento do Ministério segurasse as subvenções.

Para concluir, Sr. Presidente, a subvenção é um processo que deve ser eliminado. Propus uma série de modificações, elogiadas na Comissão de Orçamento, cujo relatório vou anexar na minha defesa para análise do Relator. Era um processo simples; é possível que, em algumas subvenções, tenha havido alguém que ganhou. É possível, Sr. Presidente. Vivo no meio de homens, de pessoas, de natureza humana, de fraquezas, de grandezas. Mas a grande maioria se destinava a atender coisas das mais justas.

Não posso dizer que a Santa Casa de Misericórdia de tal lugar seja, enfim, objeto, que uma pequena comunidade que estava morrendo de sede ou uma zona que passava uma crise econômica grave, cujo prefeito recebia para comprar agasalhos e comida, possam ser envolvidas nesse contexto de que todas as subvenções são sinônimo de desonestidade.

Mas, para concluir realmente, Sr. Presidente, tinha no meu Ministério, em caixa, em uma dotação orçamentária e financeira, 170 bilhões de cruzeiros, quando saí, aliás, de subvenções, 176 bilhões, se não me engano. Vou dar o número exato, fornecido pelo Ministério da Fazenda.

Apliquei tão-somente, com todo esse interesse de todo mundo ganhar dinheiro, 75 bilhões. Deixei para o meu sucessor 100 bilhões de subvenções. Sou péssimo comerciante. Se eu participava disso, liberaria em uma semana, porque tinha a dotação orçamentária e a dotação financeira.

Encerro a minha participação, pedindo a V. Exª que marque o dia do meu depoimento, com algum prazo, para que eu possa realmente apresentar as minhas razões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, essa matéria será decisão posterior, da qual V. Exª será informado.

Pergunto ao depoente se tem alguma declaração a aduzir, guardada exatamente a condição de não ser condição de acareação com o Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Perfeitamente.

Só quero lembrar que, no processo de votação do Orçamento de que o senhor foi Relator, já disse aqui anteriormente, respondendo ao Senador Suplicy, que eu achava que o Deputado Fiúza, na realidade, não estaria totalmente errado, porque aquilo foi autorizado para ele no processo.

O senhor se lembra perfeitamente de que eu disse isso, porque não podia faltar com a verdade. A minha opinião, realmente, era a de que aqueles documentos que redigimos com o senhor e tudo mais prepararam a defesa do senhor e tudo mais. Mas daí dizermos que havia sido votado ou que não fora incluída nenhuma emenda no Orçamento há uma distância muito grande.

O senhor sabe perfeitamente que houve várias emendas de Relator feitas naquele período. Houve várias emendas aprovadas, houve emendas que o senhor chamou de desdobramentos, emendas que foram feitas disso. O senhor sabe perfeitamente que procurei fazer um apanhado disso, para ver se estava aqui ou se estava naquele outro, para o senhor.

Que houve inclusões, houve. Não digo que essas inclusões não estavam dentro do que o senhor considerava; também acho que estavam dentro daquela autorização dada. Mas que "houveram" inclusões novas, "houveram", com absoluta certeza. Com absoluta certeza, "houveram" inclusões. O senhor não pode dizer que não houve inclusões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor está aduzindo alguma coisa nova ou está repetindo o que disse?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não estou repetindo, estou esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, está repetindo o que disse.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - *Não estou repetindo.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor já disse, até duas vezes, gramaticalmente: "Houveram, houveram inclusões." E nós achamos que isso é importante, mas queremos ganhar tempo, sem constrangê-lo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Há outro aspecto que o Deputado falou com referência à minha mulher. Eu gostaria só de lembrar que, em relação a esse mesmo assunto, o senhor fez um adendo. Em tudo que o senhor disse - não sei as palavras exatas que usou -, o espírito era esse, foi verdade. Mas o senhor fez um adendo: "ela sabe dessas coisas"?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sobre?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre esses casos de Orçamento, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não grite, contenha-se! Não grite! O senhor, com essa posição, não soma isso a seu favor.

Acho justo que o depoente faça esse esclarecimento, porque o meu ilustre Deputado colocou uma questão, dizendo que, em determinado momento, pela sua formação cristã, desejava que o casamento permanecesse. Então, permite-se, com isso, uma resposta: não, evidentemente, um acesso.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não imaginava que este senhor chegasse a esse limite. Jamais daria a liberdade a ele de conversar esses assuntos. O que ele me falava era sobre mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas precisamos abandonar essa questão. Considero o problema encerrado aqui, porque é de natureza eminentemente pessoal.

Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, compreendo perfeitamente o sentimento das pessoas que são atingidas pelo depoimento. Mas, de repente, deixamos de inquirir e é completamente irregular. As declarações da testemunha não podem ser discutidas durante o seu depoimento; não pode haver diálogo dessa natureza. É até uma questão de nulidade isso. Agora, evidentemente que, apesar de não haver contraditório numa investigação, nós vamos abrir espaço para que as pessoas se defendam e coloquem a sua verdade. Mas o momento é inadequado e é bom que definamos um princípio agora...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL ... porque isso se repetirá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que V.Exª concorda comigo quando disse que não poderia admitir que continuasse esse tipo de conduta bilateral que lembrava uma acareação, e até numa acareação há regras. O Deputado Fiúza...

O SR. EDUARDO SUPLICY - *Pela ordem, Sr. Presidente.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª não me casse a palavra. Um momento, por favor.

O Deputado Fiúza também, ao longo da sua exposição, emocionado como foi, fez também uma referência a mim. Disse que duvidava e desafiava qualquer Ministro que tivesse a condição de dizer se ele alguma vez houvera ido ao Gabinete de Ministro para fazer pedidos de ordem pessoal. O meu testemunho é em favor de dizer que nunca o Deputado me procurou nas passagens que tive pelos Ministérios para fazer pedido de ordem pessoal.

O SR. RICARDO FIÚZA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Era sempre voltada para problema de natureza política ou partidária.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Ouço V.Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Queria apenas aditar o que disse ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados tão logo as notícias saíram, que é o seguinte: estou absolutamente à disposição; não quero sigilo bancário, não quero sigilo fiscal meu, da minha mulher, dos meus familiares. Tudo o que o Sr. Relator achar - e sou razoavelmente organizado - está à disposição da Comissão. Não precisa que nenhum órgão - de antemão, se precisar, já mando um ofício à Comissão autorizando -, sigilo bancário, sigilo fiscal ou outro qualquer que seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tomamos a termo a declaração de V.Exª. Agora tenho uma mágoa pessoal com V.Exª. O ilustre Deputado disse que não era de artilharia, era de infantaria, como se artilharia fosse ofensa e sou de artilharia (Risos)

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, para quem está observando com atenção o depoimento e as perguntas, até em benefício do Deputado Ricardo Fiúza, se houver o prosseguimento sem o esclarecimento da questão formulada pelo Deputado Ricardo Fiúza e que foi interrompida quando o Sr. José Carlos Alves dos Santos iniciou a resposta, aí paira dúvida. Então, avalio que é até do interesse do Deputado Ricardo Fiúza para dirimir dúvidas; não é para a questão de estabelecer o contraditório, porque...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª poderia lembrar onde está o problema que é suficiente para V.Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY ... o Deputado Ricardo Fiúza aqui virá depor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas digo agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Sr. José Carlos Alves dos Santos está aqui e não sabemos se virá outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual foi o ponto que ficou obscuro ou não respondido?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando ele perguntou se teria visto alguns empresários de empresas construtoras conversando com o Deputado Ricardo Fiúza em sua residência. Daí o Deputado Ricardo Fiúza, recordando, disse que o representante da QUEIROZ GALVÃO, o dono ligou mas não foi a sua residência, ou que não atendia. Mas ele estava respondendo a pergunta e estava, pelo que entendi, citando os nomes que ele lembrava e daí foi interrompido e não houve a seqüência da resposta. Então, para dirimir, inclusive em benefício do Deputado Ricardo Fiúza, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não creio que fosse bem em benefício; acho que V.Exª está sendo muito generoso... (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em benefício da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em benefício da verdade, muito bem. Defiro a questão levantada por V.Exª e dou ao Dr. José Carlos Alves dos Santos a oportunidade de esclarecer a parte se julgar que não foi ainda devidamente respondida.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se não me engano era da OAS um claro, alto, relativamente novo também; não sei o nome dele e tem um outro também alto, que era de São Paulo, que tratava de negócio do rio Tietê, que era amigo do Deputado Fiúza e estava tratando de emendas sobre o rio Tietê ou qualquer coisa assim. Desses me lembro com absoluta segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem.

Já passamos pela primeira experiência na forma pela qual o Deputado que foi citado nominalmente teve oportunidade de ter até prioridade no seu pronunciamento.

Com esse mesmo espírito, dou a palavra ao Senador Gastone Righi. Perdão, Deputado.

O SR. GASTONE RIGHI - Eu ia até agradecer a promoção que V.Exª me conferiu. Mas desejo dizer a V.Exª que eu havia me inscrito logo ao início dos trabalhos e quero deixar o registro de algumas coisas. A primeira é a de que a honra e a dignidade para um político, para um homem público são fundamentais. Ele não pode continuar vivendo, se não tiver preservado a sua honra e a sua dignidade pessoal. Não é apanágio do depoente ocasional o fato de ter filha, porque temos filhas também e netos, que fazem apelos em relação também à nossa dignidade até para que a defendamos.

Quando chegamos aqui nesta Comissão, ouvi o depoimento - já o tinha lido na **Veja**. Acho que há desproporção no modo como a imprensa tem pintado o quadro. Evidentemente, é da maior gravidade o assunto, mas o quadro é tisnado desse modo, e, à medida que respingue sobre algum de nós alguma referência, ainda que indireta, ficamos com a obrigação de nos defender. E nos defender daquilo que não é material, não é concreto, não é objetivo.

Ouço o depoente dizer, e é verdade - eu não o conhecia, e nunca tive relações com ele - nunca fui a casa dele, nem a casa de João Alves, que conheço desde 1967, mandato que cumpri. V. Exª, por coincidência, tem acompanhado minha vida

pública. Na realidade nunca fui à Comissão de Orçamento. Não sei onde é. Nunca fui membro dela. Fui um Líder que, ao se instalar durante sete anos, o mais longevo dos Líderes, nunca indicou um membro da sua bancada para a Comissão de Orçamento. A bancada é que elege. Durante o meu tempo foi sempre assim. Nunca votei nenhuma matéria, sequer em plenário, porque àquelas votações simbólicas que se davam de madrugada, nunca assisti a nenhuma e nem votei. Não havia razão nenhuma, mas nem a mais longínqua. Tive duas emendas em toda a minha vida. Telefonei ao Deputado João Alves apenas meia dúzia de vezes, duas em razão das minhas duas emendas - uma infeliz Ponte São Vicente -, duas emendas que nunca tiveram as verbas liberadas; nunca aconteceram. A ponte, infelizmente, está lá por acabar.

As demais vezes que telefonei foi para levar recomendações ou para atender a reclamos de membros da minha bancada. Mas diz o depoente que ouviu de João Alves que eu teria participação com João Alves, que teria até pedido dinheiro, que é algo estranhíssimo para as pessoas que me conhecem, até para V. Exª, com quem privei tão de perto ao longo de todos os cargos que V. Exª exerceu. Mas tudo bem. Entendo que essa matéria, quando envolve o alcance criminal, nem teria de ser da alçada. Fui o primeiro a reclamar da CPI, não que eu exorcize a CPI; acho que ela é ótima. Ela tem de cumprir... Temos de resolver esse problema do Orçamento. Temos de arranjar metodologia nova. Temos, na verdade, de aparecer à opinião pública com transparência total.

Mas um fato criminal que está aqui imiscuído, ou seja, o dinheiro que foi dado ao depoente, o dinheiro que eventualmente diz o depoente que João Alves teria recebido ou outro, é questão criminal. E a questão criminal é da responsabilidade, primeiro, do Supremo Tribunal Federal, que, pela Constituição Federal, é que deve julgar os Congressistas, depois, do Procurador-Geral da República e, finalmente, da Polícia Federal. É preciso fazer um inquérito policial. No Grande Expediente da sessão de ontem, reclamei do Presidente da Câmara dos Deputados que represente ao Supremo Tribunal Federal, a fim de que se instaure um processo criminal e se apure se há esses fatos criminais, porque já existem indícios. Há, pelo menos, dólares apreendidos, há referências verbais. Então, há indícios para se instalar e saber o alcance do que aconteceu.

Por outro lado, dei uma procuração ao Presidente da Câmara dos Deputados, com poderes amplos para substabelecer a quem quiser rádio, televisão, jornais, para investigarem todas as minhas contas ou o que desejarem. Vou passar a mesma procuração a V. Exª, com poderes amplos para V.Exª substabelecer a quem quiser. Não há necessidade. Não tenho nem quero nenhuma imunidade. Não a aceito. Haverá de receber a minha maldição eterna quem a permitir. Gostaria de ter preservada a minha honra e a minha dignidade. (Risos.)

E para quem riu lá atrás, que não sabe o que é ser atingido na sua honra quando se foi cassado como eu, durante quatorze anos, quando sofreu o que tive que sofrer, quando construiu, vindo, garoto, filho de migrantes, até a condição de ser par de V. Exª nesse Congresso, realmente há de ter conceito sobre dignidade e honra, que preserve a nossa. Mas depois de tê-lo ouvido dizer essas coisas, eu só fico com o seguinte: ou o depoente mente ou o Deputado João Alves mentiu para ele. São coisas que não vou esclarecer interrogando. Das duas uma: tenho certeza absoluta que não tenho nenhum tipo de participação, e nem haveria razão para tê-lo. Ninguém apanhará nada de material que me aproxime sequer disso. Mas das duas uma: ou mente o depoente ou mente o João Alves, ao dizer isso ao depoente. E eu vou aguardar, então, o depoimento de João Alves, a coleta de provas e estou à inteira disposição desta comissão. Não há perguntas a serem formuladas, mas esses **considerandos** eu deveria fazê-los a V. Exª. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Srs. Deputados, creio até que me havia reservado o direito de aguardar o momento certo de trazer a esta Comissão as informações sobre toda a minha vida na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a partir da Assembléia Nacional Constituinte. Sr. Presidente, é que pela tranqüilidade material, não pela tranqüilidade moral e emocional, que me sinto afetado e abalado, pois tenho, como o Dr. José Carlos, de quem sempre tive a boa impressão, eu ouvi a primeira parte do depoimento do Sr. José Carlos. E até admiti que não deveria vir a esta Comissão apenas para fazer algumas perguntas, tentando avivar-lhe a memória ou para esclarecer alguns pontos - que eu preciso dele para olhar para minha mulher, como eu acho que gostaria de fazer o José Carlos, como ele gostará de fazer com sua filha. Nestas minhas palavras não vai nenhuma chantagem emocional, vai apenas uma convicção. O que fiz até hoje no orçamento foi lutar por pequenas comunidades do meu Estado, por verbas para o meu Estado. Em nenhum momento fiz qualquer emenda para entidades de caráter filantrópico ou de associações de caráter social. Então, o Dr. José Carlos declarou que não teve e que não tinha nenhuma responsabilidade, e isso eu ouvi no depoimento dele, com a aprovação ou inclusão de emendas no Orçamento da União. É verdade?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - E me incluiu, também, num grupo que fez um acordo com o Governo em troca de favores.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Desculpe. Eu não fiz referência do senhor nesse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aguarde a pergunta, por obséquio.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Se se recorda, com quais autoridades eu estive? Porque a pergunta que foi feita neste Plenário, Sr. Presidente, é quando se fez alusão aos "sete anões" que foram ao Governo Federal, e eu não sei nem se existem esses anões. Até me lembro que eu não tenho aspecto de anão. Eu sou alto. E para ser sincero, eu nunca procurei autoridade nenhuma do Ministério da Economia, do Planejamento para pedir que verbas fossem destinadas aos meus municípios e que chegassem a esta Casa do Congresso Nacional com aquela vinculação que vem de lá. Pelo contrário. Me insurgi veementemente contra aquelas vinculações no Plenário da Câmara, no Plenário da Comissão. Eu pediria ao Dr. José Carlos, respondendo isso, se na realidade ele esteve comigo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª começa a fazer as perguntas agora, então?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vou fazer a pergunta. Ele já me disse que não teve responsabilidade, e confirmou a inclusão de emendas no orçamento da União. E também, pelo que entendi, que eu não teria participado desse grupo que fez um acordo com o Governo para, em troca de favores, incluindo, vinculando recursos para o meu Estado, para os Municípios onde tenho obrigação de defender.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Se isso foi o que ficou entendido aqui na Comissão, que eu disse que V.Exª participou desse acerto... Eu não disse isso.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pelo que eu saiba...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Bom, eu só queria isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, mas preciso completar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. Lá na frente V.Sª vai responder.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Desse acordo, V.Exª realmente não participou.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, queria apenas que me excluíssem da relação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estava ouvindo a Deputada, infelizmente não pude acompanhar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, pediria licença à Deputada, porque esse assunto para mim é muito grave, porque preciso chegar em casa com a tranqüilidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perguntei a V.Exª se já estava fazendo perguntas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Já estava, Sr. Presidente, e S.Sª respondeu que na realidade não fiz parte daquele grupo que fez o acordo com o Governo, eu diria, os que foram chamados de "sete anões". E S.Sª confirma que lá eu não estive.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A história dos "sete anões" não foi nesse assunto do acordo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vamos chegar lá.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Não quero dizer isso, porque isso não é verdade. Essa história dos "sete anões" é uma história anterior. O acerto com o Executivo foi quando o Senador Ronaldo Aragão era Presidente da Comissão. Ia ser o Deputado João Alves o Relator-Geral; depois foi o Deputado Ricardo Fiúza, na realidade. Nesse acerto, nesse acordo, V.Exª não participou.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nesse momento, algum Senador aqui fez uma pergunta a V.Sª sobre quem eram aqueles Deputados que participaram desse acordo. V.Sª nominou alguns Deputados - tenho gravado em minha casa -, incluindo o meu nome.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Peço desculpas a V.Exª, se ficou isso entendido. Naquele momento a referência dos "sete anões" não era referência ao acerto do Executivo...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É só isso que eu gostaria, sem lhe provocar qualquer tipo de emoção. Quero, como V.Sª, ter tranqüilidade para voltar para casa, livrando-me dessas histórias todas.

V.Sª disse também, Dr. José Carlos, que lhe fiz apelos em troca de propinas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Que V.Exª me fez apelos em troca de propinas, não.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sim. Foi dito, pelo menos... Não fiz isso, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, a resposta parece conclusiva.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Então, Sr. Presidente, eu gostaria que eu fosse excluído, porque acho que, com a emoção - e notei que à medida que fizeram a pergunta, o Dr. José Carlos estava muito emocionado, o que é justo e natural -, mas na

intenção, na televisão, a resposta dele deu mais ou menos a entender que eu havia lhe procurado para fazer apelos em troca de propinas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, a resposta, embora monossilábica, foi não.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A resposta foi atendida, foi satisfeita. Eu não quero criar problema para o depoente.

Então, não fiz nenhuma proposta para que aprovasse emendas minhas em troca de propinas.

V.Sª, alguma vez, viu o Deputado João Alves me dando dinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já disse que não.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Muito obrigado, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aliás - V.Exª me permite -, o depoente disse que não viu nenhum Deputado recebendo dinheiro das mãos do Deputado João Alves.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Mas o depoente disse que eu conhecia o esquema das subvenções. E disse, num trecho do seu depoimento, que esse esquema das subvenções, esquema de se furtar no orçamento, era apresentando emenda ou indicando entidades de caráter social - até me lembro muito bem quando S.Sª disse que aquelas pequeninas, pequenas contribuições que eram conseguidas, aquelas contribuições, Sr. Presidente, não entravam nesse tipo de jogo de dinheiro.

O que quero perguntar ao depoente é se S.Sª tem algum conhecimento de alguma entidade do meu Estado - e aí cito o Piauí - como tendo recebido algum valor significativo por meu pedido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Pelo pedido de V.Exª, não. O que eu disse relativo a V.Exª é que V.Exª conhecia o sistema de entregar ao Deputado João Alves relações de entidades para receber subvenções. Isto V.Exª já me perguntou: Se já tinham saído subvenções, se o Deputado João Alves está fazendo essas relações, se podia entregar essas relações para S.Exª. E que o Deputado João Alves disse que, além dessas relações que foram dadas a S.Exª, S.Exª teria dado dinheiro para V.Exª. Aí foi que o Deputado João Alves falou: não posso provar, não sei. Agora, que V.Exª sabia dessas relações, sabia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Veja, Sr. presidente, nunca fiz tais emendas, nunca dirigi ofício ao Deputado João Alves - aliás, tenho um grande respeito pelo Deputado João Alves, todos nós aqui do Congresso, e quem disser que não o conhece está mentindo. S.Exª sempre foi um homem que teve um relacionamento cordial com todos nós.

Estou saindo daqui agora um pouco mais tranqüilo. O diabo, Sr. Presidente - perdoe-me a expressão -, é que lá fora, e ontem ou anteontem, assisti a um discurso do Senador José Paulo Bisol, que para mim traduz muito bem o momento que estamos vivendo. Neste País o Código Penal está condenando as pessoas irreversivelmente antes de apurar e de julgar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Exatamente. (Risos)

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Então, quero fazer mais outra pergunta a V.Exª, porque estamos sendo julgados pela opinião pública, se algum dia eu perguntei - eu queria que ouvissem esta pergunta - ao Dr. José Carlos se o Deputado João Alves lhe havia pago alguma importância.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, isso não fez.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não fiz também. Então, graças a Deus, Sr. Presidente, as coisas estão começando a se encaixar dentro daquela linha que eu fiz.

O Sr. José Carlos foi, sem dúvida nenhuma, uma grande autoridade. E eu lhe digo, José Carlos, com toda a sinceridade d'alma, eu não gostaria de lhe ver neste estado, pela imagem que sempre tive do seu comportamento aqui nesta Casa. Peço-lhe que faça uma reflexão sobre as emendas que apresentei para o meu Estado e sobre as que foram aprovadas. E tenho, Sr. Presidente, o levantamento de todas as minhas emendas, porque, em um trabalho exaustivo, a partir do momento em que a **Veja**, com irresponsabilidade, publicou aquela matéria, Sr. Presidente, eu levantei todas as minhas emendas apresentadas de 1988 até hoje. Tive duas emendas aprovadas em 1988 para extensão rural no Nordeste, no meu Estado. Tratavam da questão da pesquisa da EMBRAPA, que estava falindo e a agricultura, desgraçadamente, abandonada.

No Orçamento, no parecer do Sr. João Alves, eu tenho uma relação já buscadas, levantadas, inclusive, Sr. Presidente, com os recursos que foram liberados, que foram insignificantes, emendas de Cr$ 20.002,00 para 23 municípios do Piauí, emendas para eletrificação rural no interior do meu Estado, Sr. Presidente.

Hoje, Sr. Presidente, vi na **Folha de S. Paulo** meu nome citado numa relação de papel como sendo autor de emendas em que estavam embutidos nomes de empreiteiras. Recordo-me de quando o repórter me procurou e fez a seguinte indagação: "Sr. Deputado, possuo um documento-bomba que o assessor do Sr. José Carlos me entregou e seu nome consta nele como tendo indicações de empresas para essa obra". E eu perguntei: "O senhor recorda que empresas são essas?" Ele as citou. Eu disse: "Bom, estou tranqüilo, meu senhor, porque nunca fiz uma emenda que não fosse para o Estado do Piauí, para os meus municípios". E apresentei uma para uma fundação, Sr. Presidente, a Fundação Universidade Federal do meu Estado. E o José Carlos sabe disso. Brigamos desesperadamente para aprová-la, e isso para construir o Hospital Universitário, porque é a única capital brasileira que não tem um hospital universitário

para atender sua população. E o pior: esses recursos não foram liberados, Sr. Presidente.

Bem, vi, da porta, e entregam-me as emendas: duas delas. Uma diz: "aloca recursos do FND à ELETROBRÁS para subscrever o capital social da Companhia Hidrelétrica do São Francisco com o objetivo de construir uma rede de alta tensão em Piripiri-Parnaíba, no Estado do Piauí". A outra emenda dizia o seguinte: "aloca recursos do FND para a ELETROBRÁS subscrever o capital social das Centrais Elétricas do Piauí, com o objetivo de construir uma rede de alta tensão de Picos à divisa dos municípios Fronteiras e Pio IX no Estado", onde está sendo instalada. Sr. Presidente, uma fábrica de cimento há mais de dez anos. Essa fábrica não está podendo funcionar porque o Estado não conta com recursos para construir essa rede de alta tensão, que geraria, desgraçadamente, mil e quinhentos empregos diretos e aproximadamente 3 ou 4 mil outros empregos diretos.

Então, Sr. Presidente, as respostas que eu queria obter do Sr. José Carlos eu consegui. Consegui quando ele afirmou que nunca viu o Sr. João Alves dar-me dinheiro. Também quero dizer que, na relação que possuo de liberações dadas pelos Ministérios para os pedidos que fiz, não consta - e já tenho esses documento em mãos, quando necessário farei a entrega a esta Comissão - pedido para nenhuma entidade de caráter beneficente. Todas as minhas emendas foram destinadas à construção de infra-estrutura urbana em valores pequenos, Sr. Presidente, que não alcançavam Cr$ 50 mil naquela época, para construção de eletrificação rural. E fizemos reuniões com todos os Deputados do meu Estado para defender a conclusão de obras que são indispensáveis e para abrir uma fronteira agrícola. O Piauí é, talvez, hoje, eu diria, não a última, porque existe Tocantins, que aparece com uma perspectiva de produção, e para corrigir-se, Sr. Presidente, fui citado de maneira dolorosa. Lamentavelmente, a televisão não está mais dizendo o que estou falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Longe de mim ter qualquer oportunidade de pedir a V. Exª que não se defendesse. V. Exª será, certamente, objeto de uma reunião nossa, ou dentro de uma reunião terá oportunidade de dizer tudo o que está dizendo no momento. Apenas no instante, e estou ouvindo V. Exª com muita atenção, estamos voltados para perguntas e respostas.

O SR. JOSÉ LUÍZ MAIA - Sim, é só para concluir aqui, para dizer e ressaltar que aquilo que a televisão deu lá fora, na emoção do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que ele respondeu agora dizendo que não disse aquilo. Isso me satisfez, Sr. Presidente. Eu só gostaria que me fosse fornecida uma cópia desta ata para que eu possa fazer essa correção no necessário momento. Fico satisfeito. Saio daqui abalado porque, infelizmente, as imagens não estão chegando lá fora. Agradeço a sinceridade e a sua honestidade em ratificar as perguntas que lhe fiz aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - A bem da verdade, Senador, eu poderia fazer um acréscimo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na realidade, todas as perguntas que o Deputado José Luiz Maia me fez são absolutamente corretas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Luiz Maia, o depoente está ainda... Peço aos Senadores que deixem...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na verdade, as perguntas que V. Exª me fez - agradeço -, eu as respondi com sinceridade. Agora, apenas para esclarecer: as referências que fiz a V. Exª e que se não ficou claro aqui, preciso deixar bem claro... não fiz qualquer referência às emendas do processo orçamentário. Fiz referência àquele assunto relativo a subvenções sociais, dessas dotações genéricas que o Deputado João Alves tinha para serem distribuídas. Disse que não sabia se V. Exª tinha recebido dinheiro. Sabia apenas que o Deputado João Alves me tinha dito isso. Foi uma mera referência dele. A bem da verdade, que se frise isso. Mas disse também, e disso tenho certeza, que V. Exª já tratou desse assunto comigo, de entregar relações para essas subvenções sociais, não sei dizer se de entidade ou se de prefeitura, lá para as suas prefeituras de V. Exª. E V. Exª me perguntava se o Deputado João Alves estava soltando mais subvenções ou não. Isso eu sei que V. Exª fez. Não tratei, em momento algum, de emendas com V. Exª. Realmente, volto a dizer, nunca vi V. Exª tratar de emendas de outros Estados. Não me lembro disso, não me lembro de ninguém ter tratado dinheiro, V. Exª ter me pedido coisas, cobrado coisas ou prometido coisas. Isso é a absoluta verdade. Mas, sobre as subvenções não posso negar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, permita-me apenas uma indagação.

Tenho o hábito de ler o Diário Oficial. Vejo as publicações de todos os recursos que saem para cada Estado no Brasil, para todos os municípios. Como José Carlos Alves dos Santos, inclusive, foi meu assessor quando fui da Subcomissão Temática da Assembléia Nacional Constituinte, em que até tivemos divergências com o Deputado João Alves sobre isso, fui ao José Carlos Alves dos Santos, porque sinceramente - e você sabe disso, porque minha pergunta foi quase uma pergunta de neófito, pois eu não tinha prática de orçamento. Eu disse: "José Carlos, explique-me o que é esse tipo de liberação aqui". Aí você me explica: "são as subvenções sociais, pagas pelo Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de fazer uma sugestão ao Deputado.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu sei, mas é importante o que estou dizendo. Não estou associando V. Exª. Estou pedindo que não chame de você.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Depoente, perdoe-me. Retiro o você e incluo senhor. Perguntei ao José Carlos Alves dos Santos, pela experiência que ele tinha do orçamento, que liberações de recursos eram aquelas. A resposta dele era de que aquilo eram recursos liberados pelo Ministério da Ação Social, ou do MEC - parece-me que do MEC - e que era liberado mediante solicitação das prefeituras ou por indicação do Sr. João Alves. Fiz um ofício ao Ministério, aliás, as prefeituras do meu Estado fizeram ofícios ao Ministério da Ação Social - e tenho a grande frustração e decepção de, quando eu mandar esses valores para cá - e V. Exªs terão oportunidade de verificar que, dos oito pedidos que foram feitos, creio que duas ou três foram liberados, quinhentos, seiscentos ou setecentos mil cruzeiros. Essa é a única coisa que posso falar sobre subvenções e dizer isso nesta hora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - V. Exª entregava relatórios ao Deputado. Ao Deputado João Alves entregava.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Encerramos essa primeira parte dos Deputados que pediram a preferência por terem sido citados nominalmente. Acho que se o Deputado José Luiz Maia, o Deputado Ricardo Fiúza e o Deputado Gastone Righi prestarem atenção, exceto o Deputado Gastone Righi, que foi mais breve, os outros tiveram mais tempo do que aquele que foi até agora concedido aos interpelantes, prova de que não estamos aqui cerceando a defesa de ninguém.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar um requerimento, que pode ser apreciado ao final da sessão, mas que depende, de alguma forma, da disponibilidade do depoente. Por isso, queria que V. Exª o encaminhasse agora, para ver se ele tem a anuência do depoente.

Estou solicitando que sejam levados a ele todos os volumes relativos às leis orçamentárias de 1989 e de 1993, os relatórios parciais e gerais, para que ele possa fazer a identificação de todas as áreas de subvenção e colaborar no processo da CPI.

Estou enviando o requerimento à Mesa, e se houver a anuência do depoente, a Comissão o apreciará no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Lembro a V. Exª que já foi apresentado praticamente o mesmo requerimento pelos Deputados Vivaldo Barbosa e Sigmaringa Seixas, e nós o deferimos. De maneira que será recebido o seu documento.

Penso que é bom que já tenhamos entrado pela madrugada e que as palavras já estejam mais serenas. O Deputado Gastone Righi me preocupou, porque ameaçou com a maldição eterna aqueles que o caluniarem, e como S. Exª está com uma barba de Rasputin, eu fiquei mais preocupado ainda.

Mas penso que foi dada aqui uma demonstração de que, mesmo citados nominalmente, os Deputados que, no momento, se conduziram nesta Comissão não exorbitaram da sua condição de Deputados, e o depoente não poderá queixar-se de ter sido maltratado.

Concedo a palavra ao Deputado Haroldo Lima. (Pausa)

Como S. Exª não está presente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros desta Comissão. Sr. Relator, caro depoente, vou fazer a primeira pergunta nos seguintes termos: não é possível que problemas dessa natureza, dessa ordem, tenham sido do conhecimento exclusivo do depoente, dos Parlamentares e das representações que podemos chamar intermediárias.

Então, gostaria de saber se o depoente pode acrescentar algumas testemunhas que tenham presenciado qualquer das afirmações que aqui foram feitas; testemunhas que tenham presenciado reuniões em casas de Parlamentares com as representações das empreiteiras; testemunhas que, de alguma forma, tenham tido acesso a um mínimo de informação a respeito de todo o fato.

Numa parte do depoimento que foi interrompida, o depoente ia citar o nome de uma pessoa como sendo da relação de um Parlamentar. Então, gostaria de saber se há outras pessoas que possam também testemunhar, que tenham tido conhecimento, mesmo que limitado, de parte ou de todos esses episódios.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado Paulo Ramos, as pessoas que participaram eram os próprios envolvidos. As reuniões eram feitas só entre Parlamentares. Em algumas reuniões, estive presente; eu já disse hoje em que circunstâncias isso ocorreu.

Pessoas que eu possa saber, pessoas que poderiam levar alguma lista, alguma coisa, eram pessoas de... Quando não eram encaminhadas pelo Parlamentar pessoalmente ao Deputado João Alves, eram pessoas de estrita confiança do próprio Deputado. Citei algumas pessoas aqui na hora. Não me lembro a respeito de quem eu não falei - o senhor falou que eu fiz uma interrupção. Não me lembro.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor não pode, então, acrescentar o nome de nenhuma outra testemunha, nem de algum assessor que possa confirmar ou não algumas das suas evidentes opiniões em relação a reuniões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra como Relator para fazer consideração sobre essa pergunta.

Esta indagação feita pelo Deputado Paulo Ramos é da maior importância, porque o depoimento do Sr. José Carlos pode ser, como está sendo, matéria crítica para que sobre ela trabalhemos. Todavia, pode também valer como prova dele, logo, em si. Para isso, terá que ser coadjuvado por um outro ou outros depoimentos. De modo que, seria da maior importância que o depoente pudesse refletir, pensar um pouco, verificar se realmente - como pretende o Deputado - se ele não teria possibilidade, condições de lembrar de alguém, um seu auxiliar, seu colega de trabalho, quem pudesse, de certo modo, depor para confirmar, se não todas, pelo menos algumas de suas afirmações.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu volto a dizer ao senhor que dessas reuniões só participavam parlamentares envolvidos. Em algumas reuniões eu fui chamado. Não havia pessoas assim que assistiam a isso, evidentemente. Por isso, não tenho nenhuma testemunha. A minha defesa foi ter sido testemunha de algumas reuniões. Pode ser que apareça alguém que, nesse processo todo - que isso se deslanche num processo - que, de algumas reuniões, alguém possa vir dizer alguma coisa. Estou falando o que sei, o que vi. Algumas coisas apenas ouvi, ou apenas inferi; há coisas que não tenho certeza, vi, ouvi falar, etc. E sempre que acontece isso, tenho procurado ter todo o cuidado nesse sentido, exatamente para que não venha a ser falso sobre as pessoas. Tenho tentado ser o mais explícito possível, exatamente nesse sentido, porque tenho consciência do que pode acontecer aqui. Tenho consciência da Casa, formei-me aqui, minha vida foi aqui dentro. A Casa tem um monte de defeitos, mas também, evidentemente, tem um monte de virtudes. E o País não pode viver sem o Legislativo, obviamente. Isso é básico no nosso processo político e no nosso processo de desenvolvimento.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, fiz essa pergunta porque, lembro-me do Parlamentar que estava fazendo as perguntas, no início da reunião: o Deputado Pedro Pavão. Ele, em relação ao Deputado José Luiz Maia, realmente mencionou que o Deputado José Luiz Maia lhe teria feito propostas concretas para um acompanhamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Isso não.

O SR. PAULO RAMOS - Basta consultar as próprias notas taquigráficas que veremos que ele afirmou, peremptoriamente, que o Deputado José Luiz Maia teria feito a ele proposta de pagamento em troca de consulta. Lembro-me que era o Deputado Paulo Pavão que estava fazendo a indagação.

De qualquer maneira, o Deputado José Luiz Maia aqui veio, fez a mesma indagação, e ele respondeu de forma exatamente oposta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Um esclarecimento, por favor.

O SR. PAULO RAMOS - Estou concluindo. De qualquer maneira, o que me preocupa é que o objetivo é buscar a verdade, sabendo da gravidade política e das conseqüências políticas desta CPI, não nos podemos submeter. Então, eu gostaria de buscar um esclarecimento definitivo para essa situação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Certo. Eu falei que ele me perguntava, me cobrava se estavam saindo informações, se o Deputado João Alves ia distribuir novas subvenções, e que eu o acompanhasse. Ele me pedia para fazer isso. Realmente, pedia isso. Mas eu não disse que ele me pagava. Em momento algum, eu poderia dizer que isso era verdade. Ele me cobrava. Considero o Deputado José Luiz Maia como amigo bem como muitos outros aqui. Lamentavelmente, tenho que falar isso. Trata-se de uma pessoa de quem realmente gosto, como pessoa, como gente. Disso não tenho dúvida nenhuma. Mas estou falando o que vi. Ele me pedia para verificar se o Deputado João Alves estava soltando novas subvenções. E eu levava as mensagens lá. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As notas taquigráficas serão cotejadas, que vão, certamente, esclarecer, com a palavra, que ele desmente a declaração anterior.

V. Exª prossiga, por favor.

O SR. PAULO RAMOS - Vou ler, Sr. Presidente, para o depoente, uma relação das vinte maiores empreiteiras do País, para que ele, de memória, possa mencionar aquelas que entende estejam envolvidas nesse chamado esquema.

Algumas estão na Revista **Veja**, mas vou repeti-las: a OAS estava envolvida?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, estava envolvida.

O SR. PAULO RAMOS - A Camargo Corrêa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho certeza absoluta, não. Não tenho certeza. O pessoal dela andava por aqui, agora se estava ou não, não sei.

O SR. PAULO RAMOS - Andrade Gutierrez?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - Mendes Júnior?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não tenho certeza.

O SR. PAULO RAMOS - Queiroz Galvão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - TRATEX?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.

O SR. PAULO RAMOS - CBPO?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.
O SR. PAULO RAMOS - COVAN?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava, com certeza!
O SR. PAULO RAMOS - CR Almeida?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei dizer.
O SR. PAULO RAMOS - CONSTRAN?
SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei.
O SR. PAULO RAMOS - PARANAPANEMA?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.
O SR. PAULO RAMOS - CERVAZ?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Estava.
O SR. PAULO RAMOS - ALcindo CONVEP?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não conheço.
O SR. PAULO RAMOS - COLVAP?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não conheço.
O SR. PAULO RAMOS - SERVENG CIVILSAN?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei também.
O SR. PAULO RAMOS - LT?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.
O SR. PAULO RAMOS - Lix da Cunha?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não conheço.
O SR. PAULO RAMOS - ESTACON? (Pausa)
Ferreira Guedes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.
O SR. PAULO RAMOS - IVAÍ?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não sei.
O SR. PAULO RAMOS - ENTERPA?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não conheço.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, fiz questão de perguntar, com essa objetividade, o nome das empreiteiras e lembro à Casa que o Congresso Nacional, quando da investigação do esquema PC Farias, chegou à conclusão de que as maiores empreiteiras do País estavam envolvidas, exatamente, no mesmo esquema da liberação de recursos e liberação superfaturada para obras públicas.

Pergunto, com a maior objetividade, ao depoente, se ele conviveu ou participou de alguma reunião em que tenha estado presente o Sr. PC Farias.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, nem o conhecia.
O SR. PAULO RAMOS - Nem o Sr. Cláudio Vieira?
O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também não, nunca.

O SR. PAULO RAMOS - Qual a empreiteira que pagou a festa do chamado "jantar do ano"?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi a CR Almeida, foi na casa do Senador Henrique Almeida.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei se ali estava. Isso realmente não sei.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, vou fazer minha última indagação e quero, de antemão, manifestar uma grave preocupação. É preciso que haja um esforço muito grande, exatamente, para impedir que as pessoas sejam enxovalhadas em função da própria realidade do País. O momento realmente é muito grave, e alguém já falou aqui que qualquer insinuação já é recebida como verdade, mesmo a insinuação. O próprio procedimento, às vezes, do Plenário ou de parcela do Plenário, entendendo como engraçadas as respostas, esse próprio procedimento já demonstra os riscos a que estamos submetidos. Gostaria, portanto, de perguntar ao depoente se ele está disposto a enfrentar as consequências legais, em função de qualquer afirmação que mais tarde venha a ser provado ser leviana.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes da resposta do depoente, ponderaria ao Deputado Paulo Ramos, que já ficou caracterizado aqui que esse tipo de pergunta não pode exigir a resposta do depoente, porque é uma incriminação, mas que ele sabe que, ao fazer seu juramento, se faltar a ele, cometerá perjúrio e se tiver caluniado alguém, corre o risco de um processo, como disse o Senador Paulo Bisol. Dessa maneira, pediria o seu consentimento para que nós não prosseguíssemos na pergunta.

O SR. PAULO RAMOS - *Vou fazer só uma pergunta objetiva, então. Se ele conheceu o Sr. Renê Arnuz.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa foi a que lhe passou agora do Deputado Vivaldo?

O SR. PAULO RAMOS - Não, não me passou não. É que quando...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, é livre ele passar.

O SR. PAULO RAMOS - Não, fui eu que devolvi à relação das empreiteiras.

Ramon Arnuz, do Ministério da Ação Social?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conheci, mas superficialmente. Quando eu fui...

O SR. PAULO RAMOS - Walter Amenquino?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Conheci, uma vez almocei na casa dele a convite do Deputado João Alves.

O SR. PAULO RAMOS - Mas com qual objetivo foi o almoço? O que foi tratado nesse almoço?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi um almoço social. O Deputado João Alves queria me apresentar a ele. Um almoço na casa dele, que o Deputado João Alves... Eu não o conhecia, o Deputado João Alves me convidou para ir lá, e nós fomos e almoçamos na casa dele. Eu, ele, o Deputado João Alves e a senhora. dele.

O SR. PAULO RAMOS - E a expressão usada do esquema, pertencia ao esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei dizer. Realmente não sei alguma coisa específica. Fui apresentado, depois não tive mais oportunidade de vê-lo. O Ramon eu conheci aqui no Congresso uma vez, não sei em que oportunidade.

O SR. PAULO RAMOS - Mas o objetivo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não vi tratar nada especificamente.

O SR. PAULO RAMOS - Agora não me ocorre o nome, mas um assessor... já foi perguntado aqui pelo Deputado Luiz Salomão sobre o assessor para a Comissão do Orçamento, um assessor da Câmara dos Deputados, Dr. Roberval. Qual a razão que chegou a seu conhecimento para ele ter sido afastado da Comissão? Qual foi o objetivo? Qual foi a motivação que fez com que ele não integrasse a Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que eu saiba, a direção da Comissão não gostava das posições tomadas por ele na Comissão. Que eu saiba foi isso. Estaria contra o Deputado João Alves e o Deputado Cid Carvalho. Não me lembro nem a época certa disso, mas é alguma coisa nesse sentido.

O SR. PAULO RAMOS - Poderia dizer, dentro da expressão que o senhor mesmo usou, que ele não fazia parte do esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Poderia sim.

O SR. PAULO RAMOS - Poderia dizer como?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que era isso mesmo.

O SR. PAULO RAMOS - Tudo bem. Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem peço eu a palavra no momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas é para uma informação importante, a qual V.Exª certamente avaliará assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não quero evitar de dar a palavra a V.Exª. Contudo, vou até me reservar para fazer uma observação sobre o que acaba de dizer o Deputado Paulo Ramos, que considero muito interessante e importante que meditemos a respeito, por isso ia falar. Mas concedo a palavra a V.Exª e, em seguida, ao Deputado Chico Vigilante.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, apenas para dar uma informação, porque nem todos aqui, em função do trabalho, estão podendo saber, mas, há poucos instantes, acaba de ser dada a informação, pela Rede Globo de Televisão, que o Sr. Paulo César Farias está em um apartamento na Alemanha onde foi entrevistado, agora, por aquela rede de televisão, com 10 quilos a menos do que era do conhecimento do público desde a sua última aparição.

E, por outro lado, a própria imprensa dá outra informação relevante para esta CPI, qual seja, a de que, há três dias, nenhuma pessoa aqui no Congresso Nacional nem da imprensa sabe onde eque está o Deputado João Alves.

SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quanto ao Deputado João Alves, a Mesa, eu pelo menos na sua Presidência, tivera esta informação, não confirmada, um informe, digamos, na minha linguagem. Pedi imediatamente garantias de vida ao Deputado João Alves ao Ministério da Justiça. Há três ou quatro horas, recebi a informação do Ministro da Justiça de que esta garantia de vida lhe estava sendo proporcionada: não tive informação se estava em pessoa ou em moradia, mas será oportuno naturalmente que possamos pensar nisso a partir do momento em que nos reuniremos amanhã para decidir qual o novo passo da Comissão.

Relativamente a PC Farias, agradeço a V.Exª a informação que, de tão detalhada, poderia informar se ele ainda ronca. (Risos.)

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, pela ordem para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V.Exª.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação rápida, mas, parece-me, muito importante para esta Comissão. Acabo de conversar com o editor de jornalismo da Rádio Eldorado, do grupo Estado de São Paulo, que me afirma ser a manchete do Jornal **O Estado de S. Paulo** de amanhã, ou melhor, de hoje, que já está circulando em São Paulo, a seguinte: "Corrêa sabia de tudo". Corrêa a que refere a matéria é o Senador Maurício Corrêa, Ministro da Justiça.

Vem o texto da matéria dizendo que o Serviço Reservado da Polícia Federal tinha levantado a questão da corrupção na Comissão de Orçamento, havia

entregue ao Ministro Maurício Corrêa, no dia 31 de março, e que, segundo o informe reservado, era um braço do PC Farias dentro da Comissão e, ainda, que o Sr. José Carlos teria plantado 700 emendas dentro do Orçamento; aí dá o nome das empreiteiras e tudo que tinha feito isso. Portanto, considero uma matéria muito grave para o momento que estamos vivendo e estou me antecipando ao jornal passando a informação a V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V.Exª essa antecipação. Naturalmente, todos estamos atentos para o fato de que uma versão não significa que ela seja desde logo a verdadeira. Mas a informação de V.Exª é muito importante.

Se me permite a Casa uma pequena digressão, a Rainha Vitória recebeu um telegrama dos combatentes ingleses na África do Sul, e o **Time** tinha publicado que a batalha havia sido vencida pelos ingleses, e o radiograma enviado para a Rainha dizia exatamente o contrário. Ela passou um telegrama para o comandante-chefe das operações, dizendo: ataque novamente porque o **Time** não pode mentir.

Então, nesse caso, V.Sª pode também admitir que o **Estado de S.Paulo** não pode mentir ou pode estar avançando em uma afirmativa que o futuro dirá se se justifica ou não.

O SR. CHICO VIGILANTE - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço as informações.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Lupi.(Pausa)

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente da CPMI, Senador Jarbas Passarinho; Srs. Deputados, Srs. Senadores e Sr. Depoente:

Talvez, no drama pessoal vivido por V.Sª, não passe a dimensão do drama coletivo do País, da sociedade brasileira. A corrupção, de fato, já atingiu as sociedades que pensavam ser as mais puras. No Brasil, acompanhamos essa agonia em câmera lenta: CPI sobre CPI, investigando corrupção no Governo Federal, investigando corrupção nas privatizações, e, agora, deparamo-nos com mais esse episódio.

Sr. Presidente, creio que a minha palavra está atrapalhando a conversa aqui atrás. Talvez seja melhor silenciar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Acionando as campainhas.) Tenho a impressão que o Deputado, muito gentilmente, não se referiu à poluição sonora. Então, ouçamos com atenção devida o Deputado que está com a palavra.

O SR. ALDO REBELO - *Não é preciso atenção. Sr. Presidente: o silêncio já é o suficiente.*

Sr. Depoente, o que o depoimento de V.Sª enseja, e o que nos foi possível recolher das informações publicadas pela imprensa até o presente momento, é que existe no Congresso Nacional ou presumivelmente existiria um esquema de corrupção instalado na Comissão de Orçamento operado por um grupo de Parlamentares.

No entanto, o que deduzimos das informações e do depoimento de V.Sª é que isso era apenas o braço de um esquema maior que tinha suas ramificações no Poder Executivo, com tentáculos também no setor privado, fundamentalmente no esquema das chamadas empreiteiras.

V.Sª já confirmou que, de fato, o dinheiro encontrado em sua casa era procedente, em parte, do esquema das chamadas subvenções e, em parte, do orçamento propriamente dito das empreiteiras.

Na minha opinião, Sr. José Carlos, o Deputado João Alves, em sendo responsável e culpado das acusações que lhes são imputadas, não passaria de um intermediário, não seria ele o mentor, o chefe maior desse esquema. O esquema se situaria exatamente no grupo das empresas que seriam as maiores beneficiárias, empresas estas que passavam o dinheiro ao Deputado João Alves, e ele a V.Sª, uma parte muito menor, naturalmente, desse bolo.

A outra parte do dinheiro, conforme já se discutiu aqui na CPI do PC Farias, era destinada ao financiamento de campanhas, entre elas a do ex-Presidente da República Fernando Collor.

Eu gostaria de saber se V. Sª tinha a dimensão, a percepção para enxergar que, nesse esquema, o Deputado João Alves era apenas uma parte, uma ramificação do Congresso, e V. Sª era também apenas uma parcela menor, ou seja, as mãos que operavam o esquema, mas não era a cabeça que, pelo depoimento, infelizmente, ainda, na minha opinião, permanece em uma certa penumbra, não veio totalmente à luz. E o mais importante para esta CPI, do meu ponto de vista, não é encontrar os intermediários no Poder Legislativo ou Executivo, mas identificar os mentores, o estado-maior, a cabeça que dirige e que encontrará outras pessoas como V. Sª, outro Deputado João Alves e outros executores no Poder Executivo para cumprir o mesmo papel.

V. Sª tinha a dimensão da presença dessa cabeça, desse estado-maior e desses mentores nesse trabalho do qual o senhor participou durante esse tempo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Deputado, eu conheci tudo isso, primeiro, através das subvenções sociais, cujo mentor, há algum tempo, era o Deputado João Alves. Pode ser que ele tenha sido usado pelas empreiteiras, que não tenha partido dele. Isso é bem provável. Agora, não posso dizer ao senhor de quem partiu.

Aliás, ouvi um comentário do Deputado João Alves no sentido de que as subvenções sociais eram mais tranqüilas, não acarretavam problema, era um negócio sossegado de se fazer, enquanto que o caso das empreiteiras era mais difícil, mais complicado. Então, é possível que esteja do outro lado. Que as subvenções eram dele não tenho dúvida nenhuma. Agora, com relação às empreiteiras, creio que posso concordar com o senhor que partia delas. Não me lembro das palavras exatas, mas o sentido era de que era melhor ficar com as subvenções a lidar com as outras questões, mais complicadas.

O SR. ALDO REBELO - Sr. José Carlos Alves dos Santos, o senhor, num esforço de memória, não poderia nos ajudar a lembrar que tipo de referência, mesmo que a palavra não seja a mais exata - o que vale, também, no nosso caso, é o sentido -, o Deputado João Alves fazia a V. Sª da relação dele com as empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que era melhor ficar com as subvenções, porque o negócio de empreiteiras era mais complicado. Tinha-se que discutir determinadas coisas e havia mais dúvidas. Então, parece-me que realmente vinham informações de lá para cá.

O SR. ALDO REBELO - O volume de dinheiro seria maior no caso das empreiteiras?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Havia relações de volume significativo de dinheiro nessas relações.

O SR. ALDO REBELO - Na revista **ISTOÉ**, o senhor é acusado como sendo um contato entre as empreiteiras e os chamados Parlamentares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O único contato que tive nesse sentido foi com o Deputado João Alves, que mandava operacionalizar as emendas, com os Deputados Cid Carvalho, Genebaldo Correia e José Geraldo, que determinavam a operacionalização de emendas, entre outros. Mas eu não conhecia esse pessoal. Como poderia, então, fazer contato? Foi exatamente o contrário: eles é que me apresentaram essas pessoas. Eu não as conhecia.

O SR. ALDO REBELO - Então, o senhor concorda com a afirmação de que, no caso, o Deputado João Alves exercia aqui muito mais a função e o papel de um intermediário e que as empreiteiras é que organizavam esse esquema, repassando e, depois, o dinheiro ao Deputado João Alves, que repassava a quem o senhor diz que ele comentava, inclusive, a V. Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Pensando nesse sentido, acho que sim.

O SR. ALDO REBELO - O senhor chegou a presenciar algum contato entre o Deputado João Alves e os representantes das empreiteiras, de quaisquer delas?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Como assim?

O SR. ALDO REBELO - O senhor chegou a presenciar reuniões ou contatos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já falei. Vi várias desse tipo na casa dele, mas não assisti a reunião. Quando chegava, o dia de decidir alguma coisa, nunca presenciei. Me mandavam... Quando era na casa do Deputado João Alves, eu ia para a cozinha. Eu ficava na cozinha vendo a televisãozinha que ele tem lá, e eles ficavam tratando dessas coisas na sala. Não assisti a isso. Agora, o que assisti, foi que, muitas vezes, depois que saíam, ele fazia referências ou me mandava relações, pegava as relações que eram deixadas, rubricava, para a gente operacionalizar.

O SR. ALDO REBELO - O senhor poderia descrever como era a operação de transferência de dólar para V. Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele chegava e me dava o dinheiro.

O SR. ALDO REBELO - Diretamente? Ele, pessoalmente?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele, pessoalmente. Nisso, nunca houve intermediário. Ele, pessoalmente, me chamava na casa dele, normalmente à noite, para fazer isso.

O SR. ALDO REBELO - Ele nunca chegou a explicitar para o senhor a procedência de uma parte desse dinheiro, pelo menos, de uma empreiteira, de uma...?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, especificamente, não. De qual empreiteira, coisa desse tipo, não. Já houve caso dele dizer que isso aqui era de subvenção e de empreiteira: já houve caso dele dizer isso, ou ele falava isso é de empreiteira, isso é de subvenção, mas não tinha uma relação direta.

O SR. ALDO REBELO - O senhor mantinha uma memória em computador na sua casa, no seu escritório, no seu trabalho?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, nunca mexi com micro, essas coisas.

O SR. ALDO REBELO - O senhor não teria, então, um disquete, alguma coisa assim de computador?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Nunca mexi com micro, com essas coisas. O que se tinha aqui no Senado eram as coisas que havia no PRODASEN. Mas nada, vamos dizer assim, esquematizado nesse sentido.

O SR. ALDO REBELO - Estou concluindo, Sr. Presidente. O senhor concordaria com a afirmação de que esse esquema a que o senhor se refere tinha uma hierarquia, cabeça, tronco e membros, que operavam?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sempre imaginei o Deputado João Alves fazendo isso. Agora, pelas observações de V. Exª é que concordo com o que V. Exª colocou, que a mão está invertida. Que estaria vindo das empreiteiras para ele, vamos dizer assim, ou para os Parlamentares. Mas eu sempre tinha imaginado isso com ele acertado com alguns outros Parlamentares, com aqueles que já citei. Agora, com as colocações que V. Exª fez, realmente, acho que realmente a mão pode estar invertida. trazendo as empreiteiras para ele. Agora, as outras ramificações, as outras coisas, realmente, não sei, Deputado.

O SR. ALDO REBELO - Está bem, Sr. José Carlos, muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, quero perguntar ao Sr. José Carlos quando que ele recebeu a última, vamos dizer assim, mala de dinheiro, quer dizer, os últimos dólares por parte do Sr. João Alves.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que em meados de 92, no segundo semestre de 92. Por aí.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E quando foi que o senhor teve o último contato com o Sr. João Alves? O senhor teve várias vezes contatos pessoais, muitas conversas. Após isso, o senhor teve mais contato com o Sr. João Alves, conversas por telefone, algum tipo de relacionamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Quando do desaparecimento de minha mulher, afastei-me completamente do Orçamento.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Ele não lhe prestou nenhuma solidariedade em relação ao que o senhor estava vivendo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, ele ligou, falamos posteriormente. Mas me afastei completamente do Orçamento, não tive mais nenhum contato sobre isso, não se falou mais nisso.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor comentou com ele a questão dos dólares falsos que tinham sido encontrados no meio dos dólares que ele havia lhe passado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, mas ele sabia. Falei com ele que 10 mil, dos dólares que ele tinha dado, ele sabia que os dólares eram dele e que 10 mil eram falsos.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E qual foi a explicação dada?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Que ele não sabia também. E acredito nisso. Realmente, acredito que ele não me passou dólar falso por querer.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E essa questão dos dólares falsos foi depois do acontecimento com a sua esposa?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi, claro. Fui eu que dei para a polícia esses dólares.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Quando foi, realmente, que o senhor teve assim esse último contato com o Deputado João Alves, só para precisarmos melhor?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi exatamente nessa época desses mesmos 10 mil dólares falsos.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Foi o último contato?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - É, que eu conversei com ele o que devia fazer, pois não tinha advogado, não tinha ninguém. Aquilo me apavorou naquela época, uns dois meses depois do desaparecimento de minha mulher, quando fui chamado para depor sobre os dólares falsos. Realmente, não sabia o que fazer, tanto que não fui ao primeiro depoimento, não fui ao segundo, que me chamaram, até que encontrasse alguém que pudesse me orientar.

Foi, então, que o Dr. Grossi me foi indicado. Ele estava na fazenda e chegou em cima da hora de me levar ao depoimento. Ele disse que não tínhamos tempo para saber de nada e fiz um apanhado muito rápido das coisas. Ele disse-me: "Diz que vai prestar em juízo". Ele não tinha nem idéia do que eu estava passando para ele. Foi em cima da hora que ele me acompanhou no depoimento.

Não fui nem no primeiro, nem no segundo, porque não tinha advogado, não tinha nada. Nessa época, procurei o Deputado João Alves, que me disse: "Não fala de mim".

O SR. ERNESTO GRADELLA - Também acredito, como foi colocado aqui, que havia o esquema das empreiteiras e, vamos dizer, tinham muito peso nessa questão como um todo. Pediria ao senhor se teria algum nome conhecido na empreiteira OAS. Tem algum nome que o senhor lembre de ter visto tratando?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - O antigo representante deles, o... Ele foi embora para São Paulo. não está mais em Brasília. Não me lembro o nome.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da Andrade Gutierrez?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Conheci o pessoal da Andrade, mas não sei exatamente quem é. Volta e meia o pessoal estava comigo, pedindo orientação de processo, essas coisas.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da Tratex?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da Tratex, eu conhecia.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Qual que seria o nome da pessoa?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Primeiro, era o que foi do Ministério dos Transportes, secretário de transportes. Posteriormente, um rapaz magro que andava aqui. Não me lembro o nome dele. Sou ruim de guardar nome, Deputado.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da CBPO?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da CBPO, tem um magrinho, moreno, de bigode.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da COVAN?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da COVAN, eu sei, por causa de um fato. Uma vez fui a Pernambuco, a convite do Deputado Fiúza e do Deputado Sérgio Guerra, para uma casa na praia de Sernambi, ou qualquer coisa assim, do Deputado Sérgio Guerra. E que Valdeck... O nome do dono da COVAN é Valdeck, não é? Fomos eu, Beth e meu garoto, a convite do Deputado Sérgio Guerra, e voltamos no avião dele.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Qual era o nome?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Acho que era Valdeck ou qualquer coisa assim. Não era da COVAN de Belo Horizonte? Acho que é Valdeck o nome dele.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da Queiroz?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da Queiroz, tinha o pessoal que vinha, inclusive no último orçamento. Da Queiroz Galvão. São várias pessoas da Queiroz que estiveram aqui no último orçamento.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor não lembra do nome?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Não. Não guardo nomes desse pessoal.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Da SERVAL?

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Da SERVAL, tem um rapaz que trabalhou no Ministério da Ação Social, o Arruda e um dos diretores, um baixinho...

O SR. ERNESTO GRADELLA - Tudo bem. Acho que infelizmente o senhor...

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Se me falarem os nomes, sou capaz de falar se o nome é esse.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Seria muito importante se o senhor pudesse se lembrar de alguns nomes. O senhor lembra bem dos nomes dos deputados, mas nesse ponto das empreiteiras deixou...

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Mas eu convivo aqui dentro com os deputados. Se o senhor me der os nomes dessas pessoas, digo: "Esse aqui é Fulano de Tal, de tal empreiteira". Não estou me esquivando. É só me dar os nomes que isso acaba saindo.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor alegou que as Mesas tinham conhecimento de dotações e subvenções que o João Alves distribuía depois. Quer dizer, as Mesas, no caso, seriam o Deputado Ibsen Pinheiro, o Senador Mauro Benevides, na época.

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - Normalmente, o presidente, o 1º Secretário, essas coisas... Diz-se que o Deputado João Alves dizia "você tem direito a tanto" na relação de subvenções.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor ouviu comentários, pelo menos de parte do Deputado João Alves, que os dois presidentes também sabiam do esquema de recebimento de dinheiro, que isso daria vantagem...

O SR. JOSÉ ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves falou que daria dinheiro, além das relações de subvenções.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor chegou a citar também, quer dizer, o atual Presidente do Congresso, o Senador Mauro Benevides: aliás, desculpe, Humberto Lucena. Ele também estava a par do mesmo esquema, com as mesmas...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Isso estou dizendo porque o Deputado João Alves falou. Fazendo bem a ressalva nesse sentido.

O SR. ERNESTO GRADELLA - No mesmo sentido que também o Senador Humberto Lucena também tinha conhecimento desse esquema.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado João Alves disse que daria para ele.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O senhor tinha muitos dólares. Parece-me, pelo que nos colocou, que o senhor foi recebendo os dólares, guardando numa mala e deixando dentro do guarda-roupa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. Usei alguma coisa. Não vou dizer que não usei alguma coisa, porque usei.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E isso que queria saber. Quanto o senhor, vamos dizer assim, acredita que tenha gasto em dólares recebidos desse esquema? O senhor tem 1 milhão de dólares hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Talvez uns 200 mil dólares, por aí. Viajei, comprei terreno, comprei carro, mais nada do que isso.

O SR ERNESTO GRADELLA - Quer dizer que o patrimônio que foi colocado pela revista **Veja**, ou seja, que o seu patrimônio tem crescido nestes últimos anos seriam esses 200 mil dólares e os 80 mil dólares da loteria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É em torno disso, vamos dizer assim. Meu patrimônio não cresceu tanto assim. Tenho, na realidade dois lotes,

além da minha casa que é antiga, bem antiga, construída há 16 ou 17 anos; tenho dois lotes e mais nada.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sim, mas a revista Veja nos dá que o senhor tem como bens uma outra casa, uma outra mansão...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, não tenho.

O SR. ERNESTO GRADELLA - e mais alguns bens que foram elencados...

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não senhor. O que tenho é minha casa, a casa onde resido e dois lotes.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Dois lotes?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É. Um no Lago Norte e outro no Lago Sul.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Além dos dólares, o senhor recebeu, por exemplo, alguma outra vantagem como viagem ao exterior, presentes, carros, bens, algum outro tipo de bem neste período, entre 1989 e 1992?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não. No Natal, ganhei uma televisão do Deputado Carlos Benevides. O Deputado Ézio Ferreiro, quando fui a Aruba com minha senhora e meu garoto, pagou a passagem de ida daqui para Aruba.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Para onde?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aruba.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Quem pagou?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Ézio. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - *Deputado, o tempo está esgotando.*

O SR. ERNESTO GRADELLA - Estou satisfeito. Acho que a firmeza e a coerência das respostas, até o momento, foram importantes para esta Casa. Precisaríamos, realmente, apurar um pouco mais no que se refere à questão das empreiteiras. Não me parece que 1 milhão de dólares ou todo o esquema de corrupção seja apenas em cima do Deputado João Alves e em cima de verbas das subvenções sociais. Parece-nos que ainda há um claro que não conseguimos esclarecer, mas o próprio Sr. José Carlos coloca dificuldades em lembrar desse processo todo, por não ter participado diretamente desse tipo de contato.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O que eu fazia, volto a insistir e esclarecer bem o processo como era: eram dadas essas relações, havia essas reuniões, com certeza havia. Eu não participava diretamente dessas reuniões. Quando eu era chamado, em algumas que fui, às vezes saía na hora que deveria ser a hora de acertos, que me mandavam sair. Óbvio. O bom entendedor sabe.

Ás vezes, eu era chamado de novo para verificar se determinadas obras ou qualquer outra coisa poderiam ser colocadas num ministério ou noutro, se poderiam ser com determinado tipo de recurso, etc. Essa orientação sempre dei. Isso pode ser com PIN-PROTERRA, isso pode ser não sei de quê, isso pode ser no ministério tal, cabe aqui ou cabe ali, etc. Esse tipo de coisa eu fiz, sempre orientei, isso pode, isso não pode, isso não é assim, coisas desse tipo.

Tinha relações, às vezes, até listagens de computador, coisas desse tipo e que eram então rubricadas, o que deveria fazer. Eu dava realmente o suporte técnico para isso.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Acho que realmente precisamos agora ouvir o Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador José Paulo Bisol pediu a palavra pela ordem, depois o Deputado Paulo Ramos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A testemunha, nobre Presidente, fez um grande esforço de memória tentando individualizar as pessoas que operavam em nome de empreiteiras, não como depoimento - porque ele não conseguiu se lembrar, salvo duas exceções -, mas como subsídios para as nossas posteriores investigações. Gostaria que a Mesa deixásse o interrogado intimado a trabalhar a sua memória e fornecer essas informações posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª diria que isso poderia ser feito por escrito e dirigido à Comissão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Por escrito, como informação, não como depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como informação.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos. Quero ver se as questões são conexas.

O SR. PAULO RAMOS - Uma é conexa. Gostaria de perguntar se os representantes das empreiteiras eram funcionários dos Ministérios ou se eles foram trabalhar no Ministério da Ação Social, no Ministério dos Transportes, conforme a própria testemunha falou. A que o depoente atribui o recebimento desses presentes que ele recebeu, quer dizer, esses presentes eram em troca de quê?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos inventando coisas, porque estamos inquirindo e reinquirindo, através de questões de ordem ou pela ordem. Mas fica a pergunta e vejamos o que diz o depoente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sobre o que o Senador José Paulo Bisol colocou, volto a dizer que, se me derem nomes, identifico a empreiteira. A questão é ajudar a minha memória.

Deputado Paulo Ramos, não entendi o que o senhor perguntou. Desculpe-me.

O SR. PAULO RAMOS - Os representantes das empreiteiras pertenciam aos Ministérios citados ou foram posteriormente trabalhar nesses Ministérios? E quanto aos presentes recebidos, eram em troca de quê?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Se eles trabalhavam em Ministério, não sei. Sei que eles vinham aqui como representantes de empreiteiras.

O SR. PAULO RAMOS - Foi o senhor mesmo que falou que um foi do Ministério dos Transportes, outro foi do Ministério da Ação Social.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, eu não disse isso. Falei dos Ministérios que tinham importância relativa. Sobre os presentes: o Deputado Carlos Benevides deu-me algo como presente de natal; ele me recomendava que sempre acompanhasse as coisas de interesse dele, do Senador Mauro Benevides: se as emendas dele estavam bem feitas, se não estavam, esse tipo de coisa. Não houve outro sentido que este: o senhor me perguntou se eu havia recebido alguma coisa e eu disse que recebi. O Deputado Ézio Ferreira - também nesse sentido - gostaria que lhe eu desse toda a assistência, toda a orientação sobre as emendas das obras de seu interesse; pediame uma dedicação especial, que olhasse as coisas e que falasse com ele sobre qualquer coisa errada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a Sra. Deputada Regina Gordilho.

A SRA. REGINA GORDILHO - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, propositalmente, esperei para o final porque relutei muito em narrar o fato ocorrido comigo na Câmara dos Deputados, justamente no primeiro mês em que tomava posse. Preocupava-me o fato de pertencer a um Partido pequeno e ter observado que, quando não se tem número substancial na Câmara dos Deputados, somos discriminados. Mas, diante da minha consciência, da própria testemunha, Dr. José Carlos, decidi prestar este depoimento porque penso que com ele haverá um fechamento.

Logo que tomei posse, procurava uma equipe para trabalhar em meu Gabinete, quando se aproximou de mim um rapaz que se identificou como Juca, que tinha sido funcionário e trabalhado num Gabinete de um Deputado não reeleito de nome Adolfo de Oliveira. Ele passava a mim os seus predicados, os seus conhecimentos, como poderia ser útil a mim. Andou comigo no corredor; mostrava que conhecia determinados Diretores que seriam úteis para o meu trabalho político. Quando ele via que eu hesitava, ele disse que, como maior proposta para que eu o aceitasse, conhecia um grupo aqui na Câmara e, se eu o contratasse para meu chefe de Gabinete, ele mo apresentaria imediatamente e que, a partir dali, eu não precisaria me preocupar de vir aqui em Brasília, porque o meu voto e os meus espaços seriam pagos por dólares.

Isso pode parecer demagogia, estrelismo, mas essa reportagem saiu publicada no **Jornal do Brasil**, em toda a imprensa. Esse fato, naquele momento, chocou-me tanto, que eu narrava isso, muito assustada, a várias pessoas ligadas a mim, como próprios funcionários meus que trabalham agora no meu gabinete.

Naquela época - era um princípio de mandato -, eu estava indicada e fazia parte de uma comissão de reforma, de propostas para os trabalhos legislativos, da qual eram principais relatores os Deputados Nelson Jobim e Miro Teixeira. E, pensando naquele momento que essa quadrilha se referia a alguma coisa ligada à parte administrativa, fiz vários requerimentos ao Diretor-Geral da Câmara, Dr. Sabino, solicitando esclarecimentos sobre o IPEAC - Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, por que motivo era uma fundação, que trabalha aqui dentro da Câmara dos Deputados, à qual nós pagamos para elaborar projetos e discursos para nós. Eu pensava que esta era a quadrilha a que este funcionário Juca se referia.

Mas agora, diante do que está ocorrendo, estou ligando os fatos e pensando que talvez ele estivesse se referindo a este grupo do Orçamento, que existia, como já foi muito bem dito aqui por vários deputados; um segmento, como disse o próprio depoente, Dr. José Carlos Alves dos Santos, de cujas reuniões ele não participava. Tenho comparecido agora às convocações na casa do Líder da Câmara dos Deputados e não é hábito, quando se discutem coisas políticas, a participação de assessores; então eu creio que, de certa maneira, essa declaração do depoente é coerente, quando ele diz que não assistiu às reuniões, porque em todas em que estive presente, quando se trata de situações políticas os assessores são convidados a se retirar ou a ir para outro local.

Então, relutei bastante, mas acredito que estamos aqui para recuperar e mostrar a lisura na condução desta CPI. Não há nenhuma dificuldade em se confirmar o que estou dizendo, porque saiu na imprensa. Naquele momento, até o Presidente Ibsen Pinheiro disse que, se eu confirmasse essa minha denúncia de que aqui havia quadrilhas, eu poderia até ser cassada.

Isso não é dito no momento, foi dito há dois anos e meio. Essa pessoa a que me referi, de nome Juca, sei que mora em Petrópolis, encontrei-o várias vezes depois; numa dessas vezes ele me disse que estava trabalhando na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e que gostaria até de fazer carreira política.

Agora, eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. José Carlos Alves dos Santos.

Dr. José Carlos Alves dos Santos, eu ouvi o senhor fazer um apelo a outros funcionários que porventura estivessem envolvidos nessa organização imoral, a qual estamos perseguindo para ver se ela realmente existe ou não; parece-me que o senhor,

por ser um funcionário, está constrangido em citar nomes de alguns funcionários que tinham conhecimento desse trabalho.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputada. Realmente...

A SRª REGINA GORDILHO - Eu queria que o senhor me dissesse isso, porque estamos habituados a que, nessas horas graves, sempre quem são os punidos são os menores: os maiores sempre se saem bem, e nada acontece.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputada; quanto a isso sou sincero: não sei se havia outros funcionários que soubessem disso. Provavelmente não, a não ser que eles tivessem indicações, presunções ou pistas que levem a corroborar o que estou dizendo.

Penso que explicitamente ou claramente, pelo menos nisso com o Deputado João Alves, penso que ele não sabia. Talvez o Luís Vasconcelos soubesse de alguma coisa aproximada em relação a isso. O Luís trabalhou aqui muito tempo, antes de mim, no Orçamento; eu me lembro vagamente de que ele soubesse de alguma coisa em relação ao início desse processo de subvenções do Deputado João Alves; mas não posso afirmar categoricamente que ele sabia. Não posso dizer com certeza que ele sabia. Imagino que outros funcionários pudessem desconfiar, mas não sei explicitamente quem sabe disso aí. Acredito que não soubessem. Havia muito cuidado em se divulgar isso, em se fazer isso: creio que era por isso que ficava concentrado em mim; sabia-se - a Câmara dos Deputados toda acredito que sabe - que o que se falava comigo eu não falava, até agora.

Por todas as coisas que já falei, resolvi escancarar isso tudo.

A SRª REGINA GORDILHO - Durante esses dois anos e meio em que estou com meu mandato, observei que o maior objetivo de alguns deputados era fazer parte da Comissão de Orçamento, chegando, num determinado momento, a aumentar-se de 78 para 120. Por que esse anseio desmedido de alguns deputados de fazerem parte dessa Comissão?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sra. Deputada, só pode ser presunção tentar responder isso, só posso imaginar. Uma resposta dessa é subjetiva. Acho que a maior parte da Comissão queria defender interesses de suas regiões, de seus eleitores, de suas cidades, de seus municípios ou estados. Creio nisso com absoluta convicção. Outros não. Outros teriam interesse ou em levar vantagem sobre os outros, ter mais emendas aprovadas, até com o objetivo de beneficiar suas próprias regiões, etc. Mas a Comissão de Orçamento dava poder, força, uma porção de coisas desse tipo, claro.

A SRª REGINA GORDILHO - Pelo que acompanhei do seu depoimento, o senhor deixou bem claro, e nós verificamos, que eram as pessoas de maior destaque aqui na Câmara, que representavam a maioria dos grandes partidos - foi o senhor que disse e citou -, que estavam envolvidos diretamente nessas deduções que o senhor fez, e que a Comissão irá apurar. São pessoas como o Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia; o Deputado Fiúza, que faz parte do grupo do PFL e de outros grandes grupos.

Então o quantitativo aqui dentro desta Casa está nesse esquema, até que se apure a verdade ou que se confirmem as denúncias ou não. Eram aqueles privilegiados que tinham uma passagem livre, deixando para trás partidos menores, com representações diminutas, com mandatos iguais, direitos iguais, mas sem possibilidades iguais. Tudo isso para nós é bom, porque neste momento não fomos citados, até que venha a ser condenado ou não.

Havia e há uma discriminação, e o poder prevalece nesta Casa, pelo que o senhor narrou aqui.

Para finalizar, Sr. Presidente, li numa entrevista - e já sabia de antemão -, que fazia parte dessas possíveis pessoas que se aproveitaram e receberam, pediram ou tiveram influência, o filho do Senador Mauro Benevides, esqueci o o nome dele, no momento. O senhor confirma?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O Deputado Carlos Benevides?

A SRª REGINA GORDILHO - Sim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim. Eu confirmo.

A SRª REGINA GORDILHO - Confirma que ele fazia parte?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o negócio é o seguinte. Não digo que ele fazia parte e não sei se ele recebia dinheiro. Volto a dizer que isso eu não vi, isso o Deputado João Alves falava. O que o Deputado Carlos Benevides fazia era entregar relações de subvenções, subvenções especiais que o Deputado João Alves tinha guardadas. Ele entregava relações para atender as entidades dele lá do Ceará. Isso eu confirmo. Porém, o Deputado João Alves dizia que dava o dinheiro para ele. Agora, se dava ou não, volto a dizer - e já falei isso uma porção de vezes -, eu não sei.

A SRª REGINA GORDILHO - E o Deputado João Alves alguma vez conversou com o senhor e o preveniu que se alguma coisa acontecesse - para o senhor, de certa maneira, pode ser bondosa, de gratidão, por lhe dar esses dólares - que o senhor deveria negar. Ele chegou algum dia a conversar com o senhor sobre isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Lógico. Disse que ninguém poderia saber, senão iria me prejudicar, seria demitido, esse tipo de coisa. Claro.

A SRª REGINA GORDILHO - Quando ele lhe pagava essas quantias, ele sempre o lembrava que aquilo era um compromisso entre o senhor e ele, e que o senhor jamais revelaria?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Claro.

A SRª REGINA GORDILHO - Chegou a haver esse diálogo, essa conversa com o senhor?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sim, inclusive ameaça de demissão, se eu não aceitasse. Gostaria de fazer só mais uma observação, se o Sr. Jarbas Passarinho me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Falei em líderes, membros da Mesa e essas coisas, mas não quero generalizar.

A SRª REGINA GORDILHO - Eu sei. Eu também não quero.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu sei que existem muitos Líderes significativos com os quais o Deputado João Alves teve contato, etc., sobre quem não ouvi nenhuma referência negativa. Inclusive o Senador Jarbas Passarinho, por exemplo, Líder do PDS, exerceu uma porção de coisas aí, conversava com o Deputado João Alves e o Deputado João Alves com ele, mas nunca ouvi nenhuma referência negativa, inclusive o Senador Passarinho, por exemplo, foi Líder do PDS, o Deputado João Alves conversava com S. Exª, mas nunca vi nenhuma referência a ele e a vários outros. Há centenas de Deputados e Senadores que não participavam. Estou falando..

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não tinha prestado atenção e quando ouvi "Passarinho", voltei-me.

V. Sª concluiu?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É isso, não estou generalizando, as coisas que falei... Vi Deputados aqui que participaram da Comissão de Orçamento, uma porção de gente que participou e que não tenho a mínima coisa que falar deles. Há pessoas que privaram comigo, que conviveram com esse processo, que foram relatores, até conviveram demais no processo e que não vi, não posso ter nenhuma referência, não tinham nada. Os outros que tinham estou falando, inclusive, estou- me expondo aqui mais que qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço à Deputada Regina Gordilho, por obséquio... A primeira parte do seu precioso testemunho tomou-lhe metade do tempo. Já passaram 5 minutos além do tempo normal. Pergunto se V. Exª se se considera satisfeita, a menos que ainda tenha que perguntar ao depoente se ele conhece algum Juca.

A SRª REGINA GORDILHO - Conhece o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Algum Juca.

A SRª REGINA GORDILHO - Ah! Não sei, porque ele ocupava cargo de confiança; ele não é funcionário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um apelido muito comum, mas V.Exª disse que o Juca era o homem que conhecia todas essas coisas e que poderia até lhe garantir não vir aqui receber as vantagens. Seria cabível perguntar ao depoente se ele conhecia, nesse grupo do Congresso, algum Juca com essa característica.

A SRª REGINA GORDILHO - Sr. Presidente, não preciso perguntar. Eu me disponho a procurar essa pessoa e trazê-la a V. Exª quando quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não, Deputada, pergunte se o depoente o conhece. Estou querendo auxiliá-la a fazer a sua pergunta.

A SRª REGINA GORDILHO - Eu sei que ele não conhece, porque ele era funcionário do Senado, e essa pessoa ocupava cargo de confiança na Câmara dos Deputados. Não havia motivo para essa relação entre ele e o Juca. Mas posso perguntar, já que V.Exª está sugerindo.

Dr. José Carlos, V. Sª conhece algum funcionário que trabalhou no gabinete do Deputado, não reeleito, Adolfo de Oliveira, que se intitulava Juca?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Deputado Adolfo de Oliveira eu conhecia, mas do Juca não me lembro.

A SRª REGINA GORDILHO - Sr. Presidente, se V. Exª entender que é de interesse da Comissão, eu o procurarei, porque ele é do Rio de Janeiro. Sei que mora em Petrópolis, procurarei localizá-lo, e, para que haja confirmação do que disse, há a reportagem e as pessoas, como a que está atualmente em meu gabinete e outros tantos que estão trabalhando, a quem contei, há dois anos e meio, que me foi ofertada a possibilidade de eu entrar para um grupo que me pagaria em dólar e a coincidência casa agora quando a testemunha fala sobre dólar.

Estou satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Presidente) - Pois não. Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno, como último inscrito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, serei breve. Farei apenas duas perguntas.

Considero, Sr. Presidente, que a democracia brasileira está vivendo uma prova de fogo, porque as informações e as denúncias dizem respeito ao Congresso, mas dizem respeito também ao Executivo.

Como houve uma CPI, que foi dramática, mas que produziu uma parte da cirurgia - parece que a outra parte está sendo produzida agora -, perguntaria ao Dr. José Carlos, que fez um depoimento muito importante para os trabalhos desta CPI, se tinha

relação do esquema PC, se durante as investigações do esquema PC, que foi objeto de uma CPI nesta Casa, se teve conhecimento de alguma relação desse esquema com o esquema da Comissão do Orçamento no Congresso Nacional com desdobramento no Executivo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Deputado, realmente, não tive. A única coisa que dá para imaginar é a relação via empreiteira, mas não tenho absolutamente nada de concreto sobre isso, a não ser uma relação de análise individual, de pensamento. Se a empreiteira, está colocando coisa aqui, vai lá fora trabalhar no Ministério para liberar o recurso, poderá ter alguma ligação nesse sentido. Mas isso é mera presunção minha, mera imaginação. Não há nada concreto sobre isso. Nunca vi nada nesse sentido.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sª conhece o cidadão chamado Lenilson Salvador Silva, dono de uma empresa de táxi aéreo em São Paulo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não me lembro. Nunca ouvi falar. O nome não me toca nada, não me diz nada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A última pergunta, Sr. Presidente.

Numa das respostas ao Deputado Fernando Carrion - e essa questão esteve presente na relação do senhor com o Deputado João Alves no recebimento dos dólares -, V. Sª informou à Comissão que outros Deputados tinham conhecimento de que V. Sª recebia esse dinheiro do Deputado João Alves; V. Sª citou, respondendo ao Deputado Fernando Carrion, os Deputados Cid Carvalho e Genebaldo Correia.

Pergunto se V. Sª pode informar se outros Deputados do esquema da Comissão de Orçamento, como o senhor se referiu, sabiam que o Deputado João Alves passava dinheiro para o senhor, além dos dois já citados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Talvez o Deputado José Geraldo, mas não posso garantir com absoluta certeza. O Deputado José Geraldo já me perguntou se estava tudo acertado, se iriam acertar, mas só isso. Não foi mais explícito. O Deputado José Geraldo sabia dessas coisas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Os Deputados José Geraldo, Genebaldo Correia e Cid Carvalho, sabiam que o Deputado João Alves passava dinheiro para o senhor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Havia um acerto feito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a última pergunta. Alguma outra pessoa, além desses Deputados e V. Sª, presenciava esses contatos, essas conversas e acertos, ou era diretamente dos Deputados com V. Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Era do Deputado João Alves dando-me dinheiro, e ele dizia que dava para os outros.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, V. Exª.

Pela ordem, mais uma vez, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho certeza de que não poderíamos sair daqui sem essas respostas. Como é que o Deputado João Alves levava ao Sr. José Carlos Alves dos Santos grande quantia de dólares? Trazia em uma pasta, em um pacote ou em uma mala? De que tamanho? Alguém, algum empregado ou parente porventura teria visto o Deputado João Alves em alguma das ocasiões em que entrou com esse volume de dinheiro, digamos, 100 mil dólares, em uma das vezes em que o senhor recebeu? Onde foi dado esse dinheiro? Foi na sua casa? Por que meio?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na casa do Deputado João Alves.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Alguém viu o Deputado João Alves levar? Como ele mostrava?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ele me chamava e me dava um pacote.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Era em pacote, em mala?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Já deu embrulhado, já deu em envelope grande; já deu embrulhado em jornal, já deu em sacola de plástico, em mala dele emprestada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E alguém viu essa mala ou esse pacote? Ele andava com isso?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Talvez um empregado. Já vi, na casa dele, saco grande, que teria chegado. Agora, não sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas alguém viu? Quem mais viu esses pacotes na casa dele, que o senhor tenha visto?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não sei. Aí só se os familiares dele. Ele não vai mostrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Suplicy, isso é um reinquirição!

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Um empregado dele, talvez.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, uma última pergunta, Sr. Presidente. Se tivesse visto alguém, seria importantíssimo. Mais uma, conexa, Sr. Presidente, porque eu talvez vá fazer a pergunta mais difícil e séria aqui, e V. Exª vai reconhecer.

Na resposta do Dr. José Carlos Alves do Santos ao Deputado Ricardo Fiúza sobre o diálogo havido entre ambos, V. Sª mencionou que, ao final da conversa, o

Deputado Ricardo Fiúza lhe perguntou se a Srª Ana Elizabeth, sua esposa, sabia do que se passava com o Orçamento. V. Sª aqui mencionou que ela sabia bastante, embora não de toda a quantia que recebia. Foi esta exatamente a resposta que V. Sª deu ao Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - O detalhe que falei com elé, não sei. Inclusive, o que ele me colocou foi isso: que eu não deveria separar-me, tal coisa, porque, inclusive, se a minha mulher soubesse, isso não era bom, era perigoso, qualquer coisa desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Das questões do Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É, as questões, e isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E notou V. Sª grande preocupação do Deputado Ricardo Fiúza quando disse que sua senhora sabia de todos esses fatos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Eu não disse para ele que ela sabia de tudo; disse que ela sabia superficialmente, mas não teria perigo, porque ela nunca diria qualquer coisa nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o Deputado João Alves sabia que a sua senhora, Ana Elizabeth, tinha consciência desses fatos todos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Ah, com certeza. O Deputado João Alves, com certeza.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com certeza? E, portanto - daí a relevância da pergunta -, em algum momento V. Sª imaginou que o Deputado João Alves teria interesse eventual em que a Srª Ana Elizabeth desaparecesse pelo fato de saber e eventualmente poder relatar esses fatos a quem quer que fosse?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho isso absurdo. Não vejo relação nisso. Não vejo como fazer isso ou por quê fazer isso. Aí faria comigo, entende?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos dar a palavra ao Relator, depois prosseguiremos um pouco, porque há a necessidade de esperarmos que as notas taquigráficas sejam concluídas, lidas e assinadas pelo depoente. Isso talvez exija cerca de 40 minutos. É o que me diz a taquigrafia. Entretanto, não haverá a necessidade, evidentemente, de o Plenário permanecer trabalhando.

Mas gostaria, desde logo, que estabelecêssemos dois princípios, com uma decisão que devemos tomar. A primeira é com relação às inscrições. No Senado da República, quando um Ministro de Estado é convocado, as inscrições se encerram a partir do momento em que o Ministro começa a responder. Aqui, vimos que havia inscrições - e não neguei nenhuma - quando já estávamos com seis ou sete horas de depoimento. Vamos discutir se isso é cabível ou não.

O segundo ponto que é importante caracterizar desde logo, é se vale fazer, a título de perguntas conexas, novas reinquirições por quem já reinquiriu no seu tempo suficiente. Será outra questão que o Plenário decidirá.

Vamos ouvir o Relator, que fará as perguntas que aí acho, sim, cabe ao Relator agora pinçar cada uma dessas coisas e fazê-las e não vamos menosprezar a inteligência do Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ELCIO ALVARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, estamos notando que está rareando o número de presentes. E parece-me importante decidirmos ainda hoje a convocação do segundo depoente que seria o Deputado João Alves. Independentemente, sem embargo da palavra do nobre Relator, nesse intertempo, já poderíamos tomar essa providência porque penso que está diminuindo o número de presentes integrantes da Comissão. Como é decisão de colegiado, consultaria V. Exª, que domina melhor a matéria, se seria conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir o Relator e, depois então, ouviremos isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, houve uma outra decisão. A proposta do Senador Elcio Alvares é contraditória com a decisão que foi adotada na reunião da manhã. Faremos, em seguida ao depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, uma discussão, uma reunião administrativa para discutir o roteiro de nosso trabalho. Não vamos convocar ninguém por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso quero deixar para depois de ouvir o Relator.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE *(Jarbas Passarinho)* - *Mas penso que V. Exª está* lembrando com oportunidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou agora fazer um apanhado geral nem uma avaliação deste depoimento porque está muito tarde e todos estão cansados. Na próxima reunião, faremos isso.

Vou apenas, numa intervenção breve, procurar aclarar um ponto que me parece importante: quando protestei por falar ao final é que temia que o Plenário se direcionasse para perguntas que dissessem respeito a uma parte dos referidos na entrevista da **Veja** e em relação a outros não, e pudesse haver um desequilíbrio, uma injustiça no tratamento. Então, reservei-me para, no final, poder fazer um equilíbrio, mas não houve necessidade porque o Plenário esgotou a todos, inquiriu sobre todos os personagens citados na **Veja**.

Todavia, não digo injustiça, mas ficou um certo desbalanceamento no - não digo julgamento - nas considerações do depoente com relação a diferentes autoridades ou parlamentares. Deputados e Senadores, Ministros, etc. Por exemplo, ele declarou enfaticamente que são dois esquemas existentes no Congresso em matéria de orçamento: o de subvenções e o das grandes empreiteiras.

Todavia, quando procuramos - todos nós procuramos - esclarecer de maneira cabal quem são esses elementos que estão nesses esquemas, verificamos que há uma certa dificuldade. Em relação ao Deputado João Alves, não há dúvida nenhuma, ele diz: aumentou, recebi dele os dólares e tudo que ele sabe sobre os esquemas ouviu do Deputado João Alves. Mas em relação aos outros fica numa zona difusa.

Então, considerando que ele, além de declarar que só recebeu dinheiro de João Alves, em resposta a uma pergunta minha, disse que não deu jamais dinheiro a Deputado; numa resposta a uma pergunta de um dos senhores membros da CPI, declarou que nunca viu nenhum Deputado receber dinheiro e assim por diante de parlamentares; proponho-me, para facilitar o trabalho do Relator e de todos os membros desta Comissão, ler um a um os nomes que estão referidos na entrevista e ele dirá em relação a cada um se - não que pertença ao esquema, porque ele não pode decretar que pertence - ele acha que pertence.

Aí teremos pelo menos um certo balizamento, não só para uma avaliação, mas também para o momento em que se der a oportunidade da inquirição do Deputado João Alves.

(O Sr. Presidente aciona a campanhia)

Não fez. Sabem porque não o fez? Foi pedido a ele mas ele não...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Relator, faço um aparte à colocação de V.Exª no seguinte sentido. V.Exª lê os nomes, acrescentando um item aos que ele tem certeza, o que ele ouviu falar e àqueles que sabiam que ele recebia o dinheiro. Quais aqueles que ele sabia, que falavam para ele do acerto do João Alves com ele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - E dizer de quem é o esquema se é de empreiteira ou de subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De ambos. A qualquer deles.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Relator, V.Exª me permite? Só uma sugestão a V.Exª. Naturalmente, todos nós, e V.Exª também, ficamos tomados de dúvidas, de incertezas. No papel de V.Exª, como Relator, a melhor forma de resolver essas dúvidas é através de perguntas ao depoente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Há dois esquemas. Um de encaminhamento de entidades para receber dotações e subvenções, que não implica vinculações com dinheiro. E o outro que fazia esse encaminhamento mas vinculado a receber dinheiro. São duas coisas distintas.

O SR. PAULO RAMOS - Permita-me, Sr. Presidente, fazer uma sugestão? O depoente, em inúmeras oportunidades mencionou que não lembrava de todos os nomes. A entrevista que concedeu à revista **Veja** foi um pouco tumultuada, em condições as menos desejáveis.

Mencionei, quando fiz a minha intervenção, preocupações em relação a qualquer insinuação. Seria razoável que uma subcomissão entregasse uma relação de todos os membros da Comissão do Orçamento dentro do universo a ser investigado por esta Comissão, para que ele, numa situação de tranqüilidade, pudesse registrar a melhor informação. Faço questão de dizer, de antemão, que esse tipo de procedimento deve ser preservado para uma apuração mais detalhada. Isto é, deve haver uma exposição dos nomes mencionados pelo depoente até que haja uma maior decisão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Exª sabe que a opinião dele não é decisiva. Quero uma orientação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Relator, quero fazer uma observação porque, na minha intervenção citei vários nomes. Ele disse que faziam parte do esquema, afirmou que faziam ou ele suspeitava que faziam mas não tinha certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas qual é o problema? Ele irá repetir isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não tenho nada contra em que V.Exª reenquira. Apenas V.Exª não deve perguntar se ele acha ou não. Ele tem que ser afirmativo: fazia parte ou não. O achar é uma coisa bem complicada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O achar é uma cautela, porque ele não pode dizer que faz ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou ter que intervir nisso. Porque estão tolhendo o direito que o Relator tem de fazer a sua inquirição, como qualquer um fez. Se ele estiver equivocado, os senhores depois farão as ponderações. Mas ele fará agora o uso da palavra, como lhe cabe, no tempo em que lhe cabe.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - Sr. Presidente, só uma última consideração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdoe-me, mas não faço mais nenhuma.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - Sr. Presidente, não falei nenhuma vez. É a primeira vez que irei falar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem. Sei que V.Exª irá falar e certamente nos irá iluminar com inteligência. Mas não é o meu problema. O problema agora é impedir que comece uma questão atrás da outra. Desculpe-me, V.Exª, mas em seguida V.Exª usará a palavra depois do Relator.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, é uma questão de ordem irrelevante. Em um segundo eu a faço.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - Sr. Presidente, desculpe-me mas quero falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode falar V.Exª.

O SR. JOSÉ VICENTE BRIZOLA - O depoente disse aqui, diversas vezes, que ouviu falar. Está muito justo o Relator fazer essa pergunta se ele acha ou não. Era isso o que queria dizer.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, está escrito literalmente no Código de Processo Penal que não se pode perguntar à testemunha a sua opinião. É proibido, processualmente proibido. Essa pergunta não pode ser feita. Era essa a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, temos que passar a limpo grande parte do que já se fez. Porque aqui houve um momento, em que perguntado, o depoente disse, como agora o Deputado salientou, em momentos em que ele disse "Com certeza". "Sabe? Com certeza". "Participou? Com certeza". "Tenho dúvida", "Não posso informar". "Nada sei". Isso lhe foi perguntado, e foi admitido até agora. Não é na hora em que o Relator exatamente vai fazer a sua pergunta, que nós vamos tolher o Relator no direito de perguntar. Se ele não estiver seguindo o Código de Processo Penal, então, nós, no momento em que discutimos a matéria, daremos a oportunidade de defender-se. Eu peço agora que o Relator fique com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu acho imperioso que ele se pronuncie, porque aqui há deputados que viajaram com ele ou que financiaram viagem dele e da família e ele, em momento nenhum se pronunciou sobre o grau de proximidade com os esquemas. Como é que nós podemos amanhã fazer uma avaliação com esse tipo de incerteza? Sr. José Carlos, creio que não há dúvida de que o senhor concebá que o Deputado João Alves pertencia ao esquema, era o mentor. Deputado Cid Carvalho.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Genebaldo Correia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Também?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Nesse sentido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Carlos Vasconcellos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza. Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Geraldo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ricardo Fiúza.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sérgio Guerra.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Gastone Righi.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Esse eu não posso ter certeza absoluta.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ézio Ferreira.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Fábio Raunheitti.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Com certeza. Também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ubiratan Aguiar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Flávio Derzi.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Manoel Moreira.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Paes Landim.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Da parte de subvenções ele sabia. E entregar a relação de subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas será que ele integrava o esquema? Ou simplesmente sabia que existia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Realmente eu não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe. Pedro Irujo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Uldurico Pinto.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senadores: Ronaldo Aragão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mauro Benevides.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Na parte de subvenções, sabia. Com certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Saldanha Derzi.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Humberto Lucena.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Olha, é aquilo que relatei, que o Deputado João Alves me falou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Governadores: Edison Lobão, do Maranhão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Aí eu não posso dizer. A única coisa que eu disse é que eles estiveram na casa do Deputado João Alves. O Deputado João Alves disse que tratou disso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Joaquim Roriz.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Os três. O que eu falei, o Senador...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor disse que o Governador pagava a João Alves para conseguir as emendas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, o Deputado disse isso. Eu falei o que o Deputado João Alves me falou. Esses três governadores estiveram na casa dele. E o Deputado João Alves disse que os três dariam recursos para a aprovação de emendas de interesse deles. Eu não disse que eu... Eu estou dizendo o que o Deputado João Alves falou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É uma hipótese diferente. Ministros: Alexandre Costa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Também nesse sentido. O que o Deputado João Alves falou. Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Henrique Hargreaves.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Não, Hargreaves sabia como funcionário, não como Ministro. Como Ministro é recente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Será que fazia parte do esquema?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia, como tinha conhecimento desse tipo de coisa. Sabia sim. O próprio Deputado João Alves e o próprio Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que saiu na **Veja** é isto aqui. São 17 deputados, 4 senadores. 3 governadores e 2 ministros.

O SR. ALDO REBELO - Apareceu aqui hoje Margarida Procópio, Chiarelli, que ele confirmou, e ele ainda falou no nome do Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Maílson, não. Marcílio também não. Falei no Ministro Aníbal Teixeira. O que falei do Ministro Marcílio foi sobre aquele acerto de se colocar, na proposta que fosse encaminhada ao Congresso, dotações a pedido de parlamentares para facilitar a tramitação do Orçamento aqui dentro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Correto. Acho que Margarida Procópio fazia parte, não é? Acho que o depoimento, ou melhor, as declarações que estão na revista **Veja** são categóricas. Sobre Chiarelli, também são categóricas. Sobre Aníbal Teixeira não me recordo. Aníbal Teixeira, Dr. José Carlos?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Acho que sim. O Aníbal Teixeira já foi no início. Não sei com certeza. Não posso dizer isso com absoluta certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Faltou o Deputado Carlos Benevides também e outros nomes que foram mencionados aqui hoje. Féres Nader?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Carlos Benevides foi citado ainda há pouco na resposta, quando foi perguntado sobre o Senador ...

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) - Acho que também faltou o nome do Deputado Ibsen Pinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas V. Exªs querem induzir o Relator a fazer de acordo com o que V. Exªs pensam? Vamos aguardar, deixem o Relator terminar. Aí, em seguida, se houver lacunas, V. Exªs pedirão a palavra e farão as conexas do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, V. Exª já poderia inscrever os que desejam fazer ponderações?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até o raiar do dia teremos chance.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tenho todo o empenho de que todos sejam avaliados. De modo que o Deputado Féres Nader, lembro-me bem de que o senhor se referiu como pertencendo, mas não está na revista. Sobre Féres Nader?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, não é?

E o Deputado Carlos Benevides? Também sabia?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia das subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Sabia das subvenções. Inclusive S. Exª mandava relações incluindo as coisas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vejam bem. Ficamos com respostas que não são satisfatórias, porque sabia não significa que integrava o esquema. Quer dizer, na verdade, vamos ter que trabalhar sobre essa massa crítica, para procurar por outros meios esclarecer o que não está esclarecido agora.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

A SRª REGINA GORDILHO - Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra pela ordem.

A SRª REGINA GORDILHO - Sr. Presidente. estou preocupada, porque, quando eu estive aí ao lado da mesa, verifiquei que a testemunha tinha uma espécie de uma caixa atrás, nas costas, na camisa. Queria saber se ele corre perigo. O que é esse volume que tem aí na camisa dele?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência pede ao depoente que, sem fazer strip-tease, responda isso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - É um colete que a polícia me mandou colocar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um colete. Deputada Regina Gordilho, que a polícia recomendou que o depoente usasse, com receio de algum atentado à bala.

A SRª REGINA GORDILHO - É que eu estava preocupada que fosse alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência agradece o zelo de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, eu queria ponderar ao Relator, Deputado Roberto Magalhães, que essas últimas respostas foram muito genéricas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - As que eu fiz?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Não, as respostas do depoente. Elas foram genéricas: sabia do esquema. Sabia. Recebia dinheiro ou não. Quer dizer, ficou um pouco confuso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por isso que eu disse que não são satisfatórias.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Então, eu queria saber se V. Exª realmente está convicto de que as respostas não foram satisfatórias.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou convicto de que não foram satisfatórias. Persiste a dúvida, porque uma coisa é saber do esquema e outra coisa é participar do esquema. Se bem que saber e nada fazer já é um comprometimento. Não é?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, colhemos um depoimento sob compromisso. A responsabilidade é toda dele. Se essa prova é boa ou má, vamos discutir na ocasião do Relatório. Agora, é impossível, no curso do depoimento, fazer interpretação do depoimento. Estamos invertendo a ordem das coisas.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Mas aí vai transformar a testemunha em juízo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não se trata, nobre Líder, de ser juízo ou não ser. Perdoe V.Exª a ousadia de discordar alguma vez de V.Exª, já que continuamente com V.Exª concordo.

No caso, talvez pudesse fazer a pergunta "acha", é o que diz o nobre Senador Bisol. Mas ele já respondeu essas perguntas: estava fulano envolvido, não estava. E respondeu categoricamente, muitas vezes "com certeza", "sobre este tenho dúvida", "aquele não". Restará a nós, na análise que vamos proceder ao depoimento - essa é proposta que faço ao Plenário -, fazer uma sessão para analisá-lo pois parece que em certos momentos houve contradição por interpretação nossa ou dele. É o caso, por exemplo, do Deputado José Luiz Maia, quando houve dois momentos em que as opiniões a mim me pareceram conflitantes.

Houve uma declaração que colocava o Deputado José Luiz Maia como pertencente ao esquema. Ele veio aqui, defendeu-se através de perguntas, saiu satisfeito.

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Mas eu disse subvenções, eu falei de subvenções.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Wilson Müller, que a pediu em primeiro lugar; depois, ao Deputado Gradella.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, parece-me que o fato de uma pessoa estar ou não envolvida carece de circunstância de tempo, modo e lugar. Está comprometida, quando, onde, como? Essa é minha sugestão.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, só para concluir o encaminhamento dado pelo Relator, parece-nos que foi citado também o nome do Deputado Eraldo Tinoco. Então, como presente no PRODASEN, acho que seria bom que ficasse esclarecido que situação é essa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente se recorda de ter citado o Deputado Eraldo Tinoco?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Citei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em que pergunta, de que tipo?

O SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS - Foi quando eu estava explicando a questão do Orçamento de 1992, sobre a inclusão de emendas do Deputado Fiúza, de não ter votado no dia certo, aquele negócio. O Deputado Tinoco era um dos coordenadores dele no PRODASEN e auxiliar dele nos contatos políticos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Satisfeito?

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quero reforçar a intervenção do Senador Bisol no sentido de que não cabe, neste momento, a nenhum membro deste plenário, qualificar ou avaliar o depoimento da testemunha como prova. Isso nós vamos fazer ao longo das investigações e do trabalho, no relatório final. Quando terminarmos o processo de apuração é que vamos saber qual foi o valor deste depoimento.

Eu tenho minha avaliação, mas eu a deixo para um momento posterior. E na nossa reunião nós deveremos definir, a partir da análise cuidadosa deste depoimento, nossa estratégia de investigação.

Eu solicito, se o Relator não tiver mais nenhuma questão ao depoente, que ele fosse liberado por parte da Comissão para que déssemos prosseguimento aos outros encaminhamentos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me permito fazer uma ponderação. O depoente deve ficar aqui para assinar, depois de ler e rubricar, todas as páginas deste longo depoimento. Mas há perguntas que, no momento, estão sendo feitas, que acabam refletindo na necessidade de ele mesmo confirmar ou não. Por isso, quero fazer esse repasso final enquanto teremos o tempo inevitável de esperar pelo completamento do trabalho da Taquigrafia.

O Deputado Paulo Ramos falará; em seguida, o ilustre Relator terá oportunidade de discutir...

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, a Taquigrafia só encerrará o trabalho, quando a reunião também encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas ela já está trabalhando, as primeiras páginas já devem estar prontas. A Taquigrafia não esperará todos falarem para começar a fazer o trabalho.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, vou insistir numa questão que me parece da maior relevância. O depoente, quando se referiu à entrevista da revista **Veja**, falou que foi uma entrevista dentro de condições não muito favoráveis, e mencionou, em diversas oportunidades, a possibilidade de os envolvidos, de acordo com a visão dele, não terem os nomes citados na própria entrevista. Então, o que acho conveniente, já considerando a dificuldade no futuro, já mencionada pelo Presidente, de um retorno da testemunha, seria se ele entende que os nomes envolvidos estão esgotados; ou se ele, de posse da relação dos membros da Comissão do Orçamento, dentro do período da investigação, poderá ou poderia se lembrar do envolvimento de outros nomes, porque só assim teríamos esgotado essa fase do depoimento. A minha sugestão a V. Exª, a minha sugestão à Mesa é de que o depoente receba uma relação completa dos membros da Comissão do Orçamento no período compreendido como motivo desta CPI, para que faça a observação, preservado o sigilo, Sr. Presidente, para que os nomes não sejam expostos, a não ser depois de uma investigação mais profunda e concludente, para que aí, sim, a própria Comissão possa trabalhar, já que vai certamente ser encaminhada ao depoente cópia dos orçamentos, das liberações, para que ele desenvolva esse trabalho. Então, que na relação, os nomes dos membros da Comissão de Orçamento sejam também encaminhados numa fase preliminar para que ele possa posicionar-se a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Paulo Ramos tem uma idéia do que isso vai exigir, de parte do depoente, pelo que foi lembrado pelo Líder Vivaldo Barbosa, cinco anos? A última Comissão de Orçamento teve 120 titulares e 120 suplentes. Só aí são 240 nomes. Em cinco anos, vamos fazer uma lista de quantas centenas de nomes? E, como V. Exª disse, a partir do momento em que isso vazasse, dir-se-ia: suspeitos 400 membros da Comissão do Orçamento, e ficaríamos todos nós manchados com uma suposição dessa natureza. Parece-me que aí, se a memória já não me falha nesta altura do trabalho, uma proposta foi feita, se não me engano, pelo Deputado Aloizio Mercadante e por outro Deputado, para que fosse proporcionada ao depoente uma relação para que ele completasse do livro. E, exatamente nessa oportunidade, ele estudaria o problema do Orçamento para mostrar quais seriam as verbas possivelmente vinculadas com os chamados acertos e ajustes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pedi a palavra para considerar a proposição do Deputado Aloizio Mercadante. Ele disse que só poderemos avaliar as provas no final. Absolutamente. No final nós avaliamos as provas para fim de julgamento, mas a todo momento estaremos avaliando as provas para fins de orientação, reorientação, convocação de testemunha, perícias, etc. Se não, seria um vazio total.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, sem querer polemizar com o Relator, a nossa intervenção foi exatamente nessa direção. O que acho improcedente é que essa avaliação seja feita pela Comissão diante do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou tomar a providência de agradecer o depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos. Ele será conduzido para a

sala onde esteve ainda há pouco custodiado pela nossa segurança, e prosseguiremos aqui rapidamente para tomar uma decisão. Essa decisão refere-se à questão levantada pelo Senador Elcio Alvares e contraditada pelo Deputado Luiz Salomão. E certas questões que, desculpem-me, se, por exemplo, até agora eu não tiver tido a capacidade de absorver.

Vejo que estamos aqui numa chamada sauna. Muita gente diz até brincando que eu submeti os senhores a um tipo de terrorismo de sudorese, de tortura. Há os que se mantêm aqui, como nós, obrigados pelo Regimento, de paletó e gravata; uns com sapato, outros com alpercata, mas de qualquer maneira todos aqui estamos. Eu gostaria de saber se é justo que, estando nós assim, alguns que sentam nas bancadas, mesmo como jornalistas, poderão estar livres, como o meu amigo Sílvio Leite, por exemplo, de usar paletó e gravata. Já os carregadores do piano da televisão, estes sim estão dispensados desde logo.

Mas isso é alguma coisa que vamos discutir como regra daqui para adiante, relembrando o prazo que devemos dar para as inscrições; senão - aí sim - é uma tortura mental que sofrem a Mesa e todos os que são obrigados a permanecer aqui do início ao fim, inclusive o Relator.

Esse é um ponto a ser visto. E, neste momento, gostaria de discutir o seguinte. O ponto que eu levantaria para a discussão imediata é se vale a pena marcarmos uma reunião para a manhã de hoje - já são 2 horas e 32 minutos pelo meu relógio -, às 10 horas, para fazer uma avaliação imediata desse depoimento e para saber, a partir dele, o passo seguinte que deveremos dar. Ou V. Exªs. preferem que a façamos agora?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, precisamos de uma certa tranqüilidade para fazer a avaliação no sentido que o Relator apresentou, que é o de traçar diligências, estratégias de investigação, organização da Comissão para o trabalho.

Com isso, eu sugeriria que a reunião fosse realizada amanhã às 13 horas, para que tivéssemos tempo não só para descansar mas também para conversarmos um pouco, no sentido de amadurecer as propostas, vindo para a uma reunião mais organizada.

Eu insistiria na proposta de realização da reunião das 13 horas às 16 horas, para organizar e encaminhar todos os procedimentos e requerimentos, diligências, estratégias de investigação, análise de depoimento, e que se fizesse, a partir das 16 horas, a reunião para o depoimento do Deputado João Alves.

Gostaria, de forma breve, de fundamentar essa minha sugestão. Penso que não podemos dar ao Deputado João Alves um tempo - não dá para convocá-lo amanhã, porque, se o fizermos, o seu depoimento ficará para depois de amanhã. O meu argumento para convocar o Deputado João Alves para amanhã é o de que S. Exª. não deve ter o tempo de ler com o cuidado necessário as notas taquigráficas e consultar a assessoria jurídica, para vir com um depoimento ensaiado, detalhado e organizado. O seu depoimento tem que ser feito de imediato, para podermos confrontar as informações. Devemos trabalhar amanhã, ao longo de todo o dia, para preparar o depoimento do Deputado João Alves e ter, a partir de amanhã, as condições de questionar, afrontar e esclarecer todo esses procedimentos.

A minha sugestão seria, então, que se fizesse, das 13 horas às 16 horas, a organização e o encaminhamento de outras tarefas da Comissão, para, a partir das 16 horas, termos o depoimento do Deputado João Alves. Caso ele não compareça amanhã, marcaríamos a reunião para o dia seguinte, para a sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é uma proposta.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir o nobre Líder Pedro Simon, que pediu a palavra inicialmente para contraditar. Em seguida, ouvirei o Deputado Luiz Salomão.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, contradito o Deputado Aloizio Mercadante, concordando que se deve convocar o Deputado João Alves para amanhã, mas não pelo argumento apresentado.

Por tudo que foi dito com relação ao Deputado João Alves, temos que convocá-lo imediatamente, porque ele tem que ser a próxima pessoa a falar; ele deve dizer o que ele tem a dizer. Isso não significa que eu tenha alguma opinião formada a respeito de ele se preparar ou deixar de se preparar. É que a Imprensa irá publicar tudo o que foi dito a seu respeito, e temos o dever de chamá-lo, para que ele tenha o direito de vir a esta Comissão e falar o que ele quiser.

Então, concordo que o Deputado João Alves deve ser ouvido amanhã, mas por um argumento completamente diferente. Se ele quiser se preparar para dar o seu depoimento, que se prepare. O seu nome apareceu nas manchetes do Brasil inteiro, e foram ditas coisas muito graves a respeito desse cidadão. Ele é nosso Colega e nosso companheiro. Temos a obrigação de dar-lhe imediatamente a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda, na nossa regra que temos de disciplina de Regimento, um contradita; um diz; o outro contradita.

Nisso é que nos perdemos; não pode ocorrer vários Parlamentares se contraditando. Há uma contradição, e a Mesa ou tem capacidade de decidir ou não a tem.

Ouvirei o Deputado, porque me parece que se trata de assunto diverso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, é que eu havia pedido a palavra antes do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe-me. Apesar de usar óculos trifocais, não prestei atenção.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, não há problema. Gostaria apenas de dizer que não podemos cercear o direito de defesa do Deputado João Alves. Ele é a pessoa mais incriminada pela testemunha, pelas reportagens; ele é, de certa forma, o vilão dessa história. Não me parece correto convocá-lo imediatamente, sem lhe dar a possibilidade de se estruturar para a defesa.

Se, por ventura, valesse o argumento do Deputado Pedro Simon, de o Deputado João Alves ter a condição e a oportunidade de se pronunciar quando acusado, ele deveria ter comparecido à sessão de hoje, porque todos os meios de comunicação divulgaram esta reunião. A televisão colocou ao vivo esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª. me permite um esclarecimento?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado João Alves está representado aqui pelo seu advogado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Mas faltou vontade ao Deputado João Alves para comparecer aqui. Parece-me absolutamente necessário, não é nem apenas oportuno, que o Deputado João Alves tenha condição de se preparar para vir aqui. De modo que sou contrário à sua convocação imediata e favorável a que V. Exª convoque uma reunião administrativa, conforme havia sido combinado pela manhã, quando proporemos um roteiro de trabalho - o próprio Relator fará o seu roteiro de trabalho e nós traremos contribuições; tenho uma proposta que não quero discutir aqui porque V. Exª já pretende fazer essa reunião -; e não nos açodássemos na convocação do Deputado João Alves, que deve ter o direito de marcar data e horário para a sua apresentação. S. Exª não deve ser instado a vir aqui depor no momento em que desejarmos, e, sim, quando se sentir preparado. Se ele quisesse se pronunciar, teria feito como o Deputado Ricardo Fiúza, que também foi incriminado pelo depoente e que se pronunciou.

Então, a minha proposta, Sr. Presidente, é que V. Exª encerrasse a reunião e convocasse outra para às 11h, por razões de que há outros encargos a fazer e passamos aqui praticamente das 16h até as 2h30min da manhã. Então, eu gostaria de encarecer a V. Exª para que pudéssemos vir aos gabinetes e que a reunião fosse convocada para às 11h da manhã para um trabalho administrativo da Comissão, ocasião em que decidiríamos quando convocar o Deputado João Alves. Talvez o advogado presente possa trazer também alguma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos em condições de dar uma decisão sujeita ao **referendum** do Plenário.

Realmente tem razão o Deputado Luiz Salomão. Eu mesmo levantei essa questão, da necessidade de um exame e um trabalho interno da Comissão, que não foi bem sucedido hoje porque continuaram os aparelhos de televisão todos ligados, o que permitiu que toda a Casa soubesse do que íamos . Então, tudo que íamos discutir. Nós nos reuniríamos, então, na manhã de hoje, às 11h, o que significará, naturalmente, entrar por todo o período do almoço, numa discussão interna. Parece-me que já é fora de qualquer dúvida, não ouvi o Relator ainda, que o próximo depoimento seja do Deputado João Alves.

Não há indiciados na CPI. Apesar de se chamar uma comissão de inquérito, ela, na verdade, é uma comissão de investigação. Então, temos aqui testemunhas.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Retorno, Sr. Presidente, após ouvir inclusive a palavra do Deputado Luiz Salomão, para um ponto que é evidente, lógico e racional. Vamos discutir amanhã as normas de procedimento. E penso, a esta altura, que essas normas devam ser muito bem discutidas em razão do depoimento colhido hoje.

Tenho razões amanhã para sustentar certas colocações. Nada impede, em virtude da evidência de fatos, que, neste momento, a Comissão já decida pelo segundo depoimento, que é inequívoco: é o do Deputado João Alves. Ficará da conveniência da Comissão marcar o horário, mas, a partir de amanhã, o Deputado João Alves já ficará cientificado de que ele será o próximo depoente. Essa decisão já poderíamos tomar hoje, a do segundo depoimento, porque o primeiro depoimento foi do principal denunciante. O segundo depoimento forma o conjunto, a unidade da peça que eu diria mais importante neste processo. E, amanhã cedo, conforme quer o Deputado Luiz Salomão, às 11h, iríamos discutir não só as providências, mas também até o sistema de interrogatório, porque, apesar da boa vontade - digo sempre e repito que a primeira reunião serve de laboratório -, vamos ter de fazer umas certas corrigendas na reunião de amanhã, às 11h.

Portanto, Sr. Presidente, a partir deste instante, V. Exª precisou com muita felicidade, já é inteiramente inegável o depoimento do Deputado João Alves. A Comissão, que tem de decidir, decida pelo depoimento e, amanhã, às 11h, vamos tratar exatamente das normas procedimentais para tocar a Comissão para frente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece que estamos todos discutindo o que estamos de acordo. Mas quero ouvir a palavra final do Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou de pleno acordo com as propostas paralelas do Deputado Luiz Salomão e do Senador Elcio Alvares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião. Convoco para às 11h de hoje, dia 21, reunião desta Comissão.

(LEVANTA-SE A REUNIÃO ÀS 02 HORAS E 45 MINUTOS.).

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 3ª. Reunião, realizada em 21 de outubro de 1993.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às onze horas, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iran Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Pedro Teixeira, Luiz Alberto, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Lavoisier Maia, Deputados Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Roberto Jefferson, Leomar Quintanilha, Luiz Maximo, Sérgio Miranda, Costa Ferreira, Carlos Kayath e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados José Genoino, Vivaldo Barbosa, Tilden Santiago, Aldo Rebelo e Paulo Ramos, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje é destinada a tratar de assuntos internos. Com a palavra o Senhor Deputado José Genoíno sugere que o tempo de inquirição seja de dez minutos para titulares e suplentes de acordo com a lista de inscrição. A presidência acata a sugestão do Senhor Deputado José Genoíno. Com a palavra o Senhor Presidente solicita aos demais membros que apresentem sugestões. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador José Paulo Bisol, Deputado Benito Gama, Senador Elcio Alvares, Deputados Zaire Rezende, Luiz Salomão, Senadores Francisco Rollemberg, Gilberto Miranda, Deputados Mário Chermont, Roberto Magalhães, Senadores Jutahy Magalhães, Lavoisier Maia, Deputados Roberto Jefferson, Sérgio Miranda, Pedro Pavão, Senadores Nelson Carneiro, Mário Covas, Pedro Simon, Carlos Patrocínio, Deputados Aloisio Mercadante, Roberto Magalhães e Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Senhor Presidente esclarece que a matéria está vencida, informando que o tempo inicial de explanação é ilimitado, a Mesa chamará atenção do depoente se o mesmo estiver saindo do tema para o qual foi convocado. fica estabelecido o prazo de dez minutos para inquirição para titulares e suplentes. Com a palavra o Senhor Senador

Gilberto Miranda, requer seja feita diligência na residência do Senhor José Carlos Alves dos Santos, no sentido de apreender documentos existentes. Usam da palavra os Senhores Deputado Aloízio Mercadante, Senadores Elcio Alvares, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Deputados Benito Gama, Luiz Maximo, Vivaldo Barbosa, Senadores Mário Covas, José Paulo Bisol, Deputados Roberto Jefferson, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Roberto Magalhães, Moroni Torgan, Lázaro Barbosa e Senador Garibaldi Alves Filho. Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Salomão apresenta requerimento solicitando a convocação dos Ministro Henrique Hargreaves e Alexandre Costa. Usam da palavra os Senhores Deputados Lázaro Barbosa, Roberto Magalhães, Senadores Pedro Simon e Mário Covas. Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Salomão retira seu requerimento da pauta solicitando que se marque nova reunião interna. A Presidência acata sogestão do Senhor Deputado e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 3ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REUNIÃO INTERNA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, bom dia.

A nossa reunião de trabalho deve ser compreendida como uma reunião para assuntos internos e não me parece que seja o caso de estar sendo divulgado, porque vamos tomar algumas providências aqui que não seria interessante que fossem antecipadas por quem está ouvindo e, em seguida, transmitidas para o exterior - exterior que digo é o exterior aqui do Congresso.

Então, queria fazer uma primeira consulta aos membros titulares e suplentes, e são os titulares em princípio que votam desde logo. Se as nossas reuniões dessa natureza - algumas serão absolutamente tranqüilas como, por exemplo, discutir a questão da inscrição, para evitar o que aconteceu ontem, quando à 1h30min da manhã havia pessoas ainda se inscrevendo para falar e já estávamos cansados de ouvir algumas perguntas repetitivas além de, certo modo, castigar muito o próprio depoente.

Então, qual seria a idéia nossa? Gostaria que o nosso Relator expusesse o que pensa que devemos tratar em prioridade nesta reunião e, conseqüentemente, pedir aos representantes da imprensa que compreendam a nossa razão de fazer esta reunião entre nós apenas. Para isso já pedi que não fosse transmitida nenhuma imagem de televisão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Diga.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Uma sugestão para a Mesa. Compreendendo a preocupação de V. Exª, mas também o interesse do não-membro militante, que seria o seguinte: V. Exª adotaria o critério: para os membros efetivos e suplentes, a ordem de inscrições e o tempo de 10min e, para os não membros que ficariam no final, reduziria o tempo pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª se refere a esta reunião?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, para qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para as próximas?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Para as nossas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para quando começarmos a discutir. Só anunciei o temário e não começamos a discutir.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está certo, então faço essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A primeira idéia que pergunto é se devemos fazer esta reunião reservada, porque vamos tomar posições, ou não. (Pausa)

Reservada. Então, com isso, solicito mais uma vez que a imprensa nos compreenda e, em seguida, tudo será explicado.

Vamos dar um pouco mais de tempo para a segurança fazer com que a sala seja evacuada.(Pausa.)

Vamos iniciar os trabalhos.

Solicito ao Senador Pedro Simon que nos permita começar.

O SR. PEDRO SIMON - Eu?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, porque, sem a atenção de V. Exª, eu não começo. (Risos.)

Temos **quorum** para tomar decisões. Vamos começar os trabalhos com essa opinião que foi expendida pelo Sr. Deputado José Genoíno.

Eu gostaria de tomar a opinião dos ilustres colegas. Imagino, por exemplo, que a inscrição pudesse ter o seguinte tipo de conduta: louvado no Regimento do Senado, quando se faz uma convocação de Ministro de Estado, os Srs. Senadores, conhecendo da data e o Ministro que virá, inscrevem-se previamente; encerra-se a inscrição à hora em que chega o Ministro para fazer a sua exposição. Nesta Comissão, acho que podemos ser um pouco mais tolerantes. Por exemplo: é bem provável que tomemos a decisão, hoje, de convocar para amanhã o Sr. Deputado João Alves - parece-me que é até consensual. Então, os que quiserem inscrever-se o farão previamente. Uma hora depois de iniciado o depoimento, encerram-se as inscrições. Gostaria de ouvir opiniões.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu, pelo menos, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bom, no fim do depoimento, ontem, eram 3 horas da manhã.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador José Paulo Bisol pediu a palavra.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Nobre Presidente, talvez por tradição e por falta de interesse em resolver regimentalmente esse problema, tenhamos entrado no hábito de agir completamente equivocado, porque, pelo menos no Regimento do Senado, há previsão, há regulamentação, em relação às reuniões de interpelação, através da qual, quando a autoridade convidada a comparecer a esta Casa faz sua exposição, os Senadores se inscrevem para perguntar e debater com essa autoridade. Então, esse regulamento que se refere a uma determinada espécie de reunião foi transferido para as reuniões de inquirição. Estamos aplicando erradamente, porque os dispositivos que determinam a inscrição são adequados para aquele tipo de reunião e não para o tipo de reunião de investigação, quando se ouve uma testemunha. Nesse caso, não temos regulamentação regimental, razão pela qual deve prevalecer o Código Penal, que é muito mais racional. Pelo menos do meu ponto de vista - vou apenas colocar; meus companheiros vão decidir -, deve-se discutir se é ou não verdade. Por que

se inscrever? O depoimento nem começou e o Sr. José Paulo Bisol se inscreve? Ele nem sabe se vai ter perguntas, uma vez que o Relator pode esgotar o assunto; nesse caso, ele se inscreveu e não precisa mais perguntar. Mas, para cumprir um papel e também para fazer jus à pecha segundo a qual, por sermos políticos, gostamos de aparecer, ele dá um jeito de arrumar pergunta. Dessa maneira, transformamos as nossas sessões, em determinado momento, em algo monótono, pesado, sarrenta, insuportável e repetitiva.

O que devemos fazer? Em primeiro lugar, é preciso escolher a direção. E direção de audiência tem que ter autoridade mesmo, e V. Exª é perfeito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Deve-se ter autoridade para dizer que está esgotada a inquirição - não há mais o que inquirir. E acho que as inscrições devem ser feitas verbalmente, quando terminar a inquirição por parte do Relator. A meu ver, é aconselhável que o Relator esgote, para que haja uma certa organização processualística relativamente à prova. O importante é que o Relator esteja preparado para abordar a testemunha em todos os pontos de vista possíveis e imagináveis, para deixar pouco para os outros. É preciso deixar pouco para o cênico, para o teatral; caso contrário, iremos até as 4h da madrugada em todas as inquirições.

A sugestão que faço é a seguinte: que o Relator, daqui para diante, faça perguntas de cabo a rabo, procurando eliminar todas as alternativas. Terminada essa inquirição, as pessoas pedem a palavra para complementar. Tratar-se-ia apenas de caráter complementar, sem inscrições, pela ordem do pedido. Dessa forma, estaremos procedendo conforme o Código Penal. Acredito que estaríamos abreviando. Caso contrário, até para examinar a prova, seria ingrato. Ontem, deixamos as partes se defenderem; não era o lugar para defesa. O resultado é que o depoimento ficou difuso, naquela parte ficou desvirtuado, e agora, quando formos ler, para aguentar e leitura, temos que saltar aquela parte. Logo, estamos trabalhando três horas a mais para produzir uma coisa que ninguém vai ler.

O SR. PEDRO SIMON - Não é que ninguém vai ler; vai ter que ler uma hora a mais...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não vai ler; vai fazer a leitura americana, e essa parte não interessa do ponto de vista da prova; isso aqui é um discurso de defesa que vou ver lá adiante, quando ele falar.

Então, para organizar, para dar síntese, para dar rapidez e para não ficarmos em repetições, delongando até a madrugada todas as vezes, eu sugeriria que se fizesse a audiência tal como o Código de Processo Penal determina.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a sugestão do nobre Senador Bisol.

Pela ordem o Deputado Benito Gama, depois o Deputado Luiz Salomão, o Senador Elcio Alvares e o Deputado Máximo.

Eu só faria um comentário preliminar em relação à colocação admirável do Senador Bisol - e o nosso Senador Pedro Simon concordará comigo, depois evidentemente da preocupação do aparte que ele está dando ao Senador Bisol: é muito diferente um Presidente de uma Comissão de um Magistrado. Quando um Magistrado diz: "Está encerrada a inquirição", todo mundo se cala e muito bem! Mas se nós usássemos esse mesmo princípio aqui - a economia de tempo seria admirável - e disséssemos: "Está encerrada a inquirição", o deputado que se inscreveu diria: "Não! Eu tenho pergunta que não foi respondida pelo Relator; o Relator não esgotou a minha dúvida. Eu exijo que a minha pergunta seja feita".

E aqui todos nós estamos na mesma igualdade de hierarquia. De maneira que é difícil.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Diga-se: Consigne-se o protesto!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho que me lembrar da minha vocação autoritária, porque a autoridade do Judiciário é outra coisa!

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, quero começar a minha colocação exatamente contra o argumento do Senador Bisol. Quer dizer, deixar o Presidente para realmente encerrar a discussão, as perguntas, a inquirição, é muito complexo, porque, às vezes, alguém pode politicamente - e aí não tecnicamente, nem judicialmente - argüir: "Eu tinha a pergunta que iria salvar, que iria defender ou que iria acusar". Então, o Presidente exerce esse direito, e cria realmente um problema muito complicado para a própria CPI, via Presidência.

Então, o meu sentimento, Sr. Presidente, não é com relação ao que atrapalha a CPI, mas realmente com o que a complica. E aí tenho o depoimento da CPI anterior: os não membros realmente passam o dia todo fora da CPI. Eles passam a manhã no plenário e nas comissões; meio-dia, o almoço; à tarde, saem para o plenário, discutem em audiências com Ministros nos Tribunais e chegam aqui às 21h ou 22h já todos prontos. Depois de 8 ou 10 horas de trabalho dos membros, inscrevem-se e nos levam até as 3h da manhã!

Então, ontem houve Parlamentar que chegou aqui às 23h30min e falou às 2h30min. E nós, que começamos desde as 10h - momento da instalação -, ficamos trabalhando 21 horas. Esta CPI trabalhou ontem, no seu primeiro dia, 21 horas quase que ininterruptamente.

Acho que devemos fixar realmente um horário. Acho que a CPI tem que ter uma regra, independentemente do Código Penal, do próprio Regimento Comum, do

Senado ou da Câmara. Precisamos ter uma regra própria para as inscrições. Acho que - como bem disse o senhor - não se deve deixar de ter inscrição, porque, em toda CPI e em toda Comissão, a inscrição é um direito do Parlamentar. Acho que deveríamos fazer a inscrição dos Titulares, dos Suplentes e dos não membros. Agora, com prazo para isso. Porque o titular que quiser perguntar tem que chegar cedo para ouvir o depoimento, para participar do debate; o mesmo em relação ao suplente e ao não membro.

Concordo plenamente e sugiro que devemos manter aquelas regras de ontem: membros Titulares, membros Suplentes e não membros. E, uma hora depois do início da sessão, deve-se suspender qualquer inscrição, porque haveria realmente uma regra fixa e ninguém poderia, depois, alegar que não teve o direito de fazer aquela pergunta ou esclarecer aquela questão.

Então, nesse ponto, Sr. Presidente, eu faço esta proposta e aí já coloco para ser discutida e, se for o caso, votada; que as inscrições sejam como ontem, desde que, encerradas as inscrições, com o direito para qualquer membro uma hora depois. E, depois, pela ordem ou como líder, ou como qualquer função do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí seria uma exceção natural.

O SR. BENITO GAMA - Aí seria uma exceção natural que o Presidente tem ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Note-se, em relação a essa preocupação do Senador Bisol, com a sua formação jurídica: nós temos outro recurso no Regimento das Casas em relação a discussões intermináveis. Qual é o recurso que nós temos? Depois de terem falado tantos a favor e tantos contra, pede-se que se encerre a discussão. Mas é pouco aplicável aqui. Eu não vejo como fazer.

O SR. BENITO GAMA - Até por que, Sr. Presidente, depois de determinado tempo, a reunião começa a ficar repetitiva e nós vamos ter que trabalhar muito, os membros da Comissão têm que trabalhar muito na proposta que o Relator vai fazer daqui a pouco, um trabalho técnico.

Então, se passarmos aqui oito ou dez horas discutindo, os não membros, as pessoas que não participam vão, depois, para outras funções e nós temos que trabalhar em horários, inclusive, que não coincidem com o horário de expediente normal.

Sobre esse assunto, era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, a sua colocação me parece acertada, inicialmente. Não obstante o ponto de vista do Senador José Paulo Bisol, inteiramente dentro da visão da técnica processualística, nós temos que ter visão para outros pontos, aqui, que eu considero da mais alta importância.

Nós já temos duas experiências sérias aqui nesta Casa.

A primeira experiência foi a CPI do Paulo César Farias e, logo depois (estou vendo o Senador Nelson Carneiro), nós tivemos oportunidade de presidir, também, a Comissão Especial que apresentou até um detalhe interessante, e isso não agradou a muito Senador, naquela ocasião, mas nós cumprimos.

As perguntas eram dirigidas por intermédio do Relator; então evitava-se a repetição. Ontem, Sr. Presidente - faço esta crítica aqui - e é natural, porque cada um é político e quer aparecer, depois de duas horas de inquirição, as perguntas todas foram praticamente repetitivas - ontem, verificamos isso - e a Mesa tem que ter autoridade para não aceitar pergunta repetitiva. Indefere a pergunta.

Então, o critério, me parece, o ajustamento da idéia do Senador Bisol não perder...

É prejudicada, a pergunta é prejudicada.

Mas o que eu acho é o seguinte: nós não podemos fugir àquilo que me parece também que nos acode, de maneira supletiva, que é o Código de Processo Penal.

Mas como nós estamos tratando exatamente numa Casa política, o Congresso - Câmara e Senado reunidos representam uma Casa política -, nós temos que ter algumas habilidades, e a Mesa vai ter de ajustar.

Eu acho que o comandamento desse interrogatório, dessa inquirição, é do Relator, que é praticamente quem comanda o processo nesses casos. Outro ponto que eu gostaria de sugerir ao Deputado Roberto Magalhães: é evidente que o Deputado Roberto Magalhães tem que ter um assessor que tenha conhecimento jurídico, conheça a técnica de inquirição, para preparar exatamente, verificar o depoimento do Sr. José Carlos dos Santos e preparar as perguntas que são fundamentais para o Deputado João Alves. Esgotar, conforme falou o Senador Bisol.

Nesse momento em que o Relator esgota e o Relator é o que tem o maior tempo, não tem limite de tempo, então nós teríamos uma certa disciplina.

O Senador Jarbas Passarinho, com esse bom-humor de sempre, disse ontem que seria pouco simpático em determinada hora, mas foi excessivamente simpático, porque nenhuma das inquirições ficou estabelecida dentro do prazo de dez minutos. Apenas um, e ele tomou um espanto, quando um Deputado falou por dois minutos. Ele disse: "Como? Já acabou?" Até com uma ponta de ironia também.

Agora, o que eu acho, na verdade, é que nós temos que ser rigorosos em tempo e sem embargo. Isso tudo tem que ter uma ordem.

Ontem, nós acabamos aqui praticamente às 3h da manhã, com pergunta repetitiva, todo mundo cansado. E tem de haver um trabalho técnico.

Os titulares da Comissão têm uma faixa de tempo maior; os suplentes teriam, no exercício da titularidade - não há o que discutir - 10 minutos. Mas no exercício

da suplência, perguntando, limitar um tempo menor para aqueles que vão perguntar, para facilitar; porque, na verdade, o depoimento de ontem, honestamente, sob o ponto de vista técnico, deixou bastante a desejar.

Então, vamos tomar as providências hoje. Acho que tem que ser fortalecida a pessoa do Relator; o Relator é o comandante do processo. Agora, obviamente não vou chegar ao ponto que chegamos na Comissão Especial, e todo mundo concordou. As perguntas na Comissão Especial - e tínhamos dois magníficos advogados aqui, o Evandro Lins e Silva e o Evaristo de Moraes Filho - foram entregues por escrito; eles se submeteram a isso, porque, na verdade, percebemos naquela altura, a exemplo do que percebemos hoje, que a Comissão realmente era uma comissão muito importante. Ficaria mais técnico até e evitaria um pouco esse ânimo de querer perguntar. Na hora que o cidadão tem que colocar no papel a pergunta, há uma redução desse ímpeto à oratória que todos nós temos.

Então, Sr. Presidente, hoje, sem nenhum demérito para nós, vamos ser profundamente rigorosos estabelecendo um roteiro, porque na Comissão Especial nós fizemos... E toda primeira reunião de uma comissão - quero registrar a Comissão do Deputado Benito Gama; ontem mesmo a nossa Comissão, a Comissão Especial - porque fizemos a primeira reunião da Comissão Especial sem roteiro, sem saber qual a lei que realmente vinha em nosso socorro, que é a Lei nº 1.079, assim mesmo glosada pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, vamos estabelecer hoje normas que serão cumpridas rigorosamente em termos de tempo, da forma de interrogar, enfim, dar organicidade, aquilo que é fundamental para esta Comissão.

Então, eu gostaria de colocar um pouco da intervenção do Deputado Benito Gama, com a observação do Senador José Paulo Bisol, não sendo também muito rígido em colocar tecnicamente, sob o ponto de vista do Código de Processo Penal, esse tipo de inquirição. Poderíamos estabelecer normas próprias, evitar o que aconteceu, torno a repetir; o depoimento de ontem não foi bom, poderia ter rendido muito mais. Mas, na verdade, depois de duas horas de interrogatório, as perguntas eram nitidamente repetitivas.

A Mesa tem esta autoridade: indefere a pergunta, considera prejudicada e passa para a frente.

É a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, estamos participando de um processo que seguramente vai interferir na História da democracia brasileira. Então, acho que temos que ter regras muito claras, muito definidas e rígidas, para que possamos ir à verdade.

Por exemplo, é necessário que se excluam da CPI os Parlamentares que foram apontados, em primeiro lugar. Em segundo lugar, não podemos permitir a careação, como aconteceu ontem. Esta poderá ser feita no final do processo, se julgarmos oportuno fazê-la. Aliás, nesse aspecto, o Senador falou também sobre o diálogo. Não é razoável o diálogo e impede o andamento do inquérito.

Por outro lado, impedir que qualquer outro Parlamentar sobre quem pese alguma acusação possa também se manifestar aqui durante este processo: ele terá o seu momento específico para isso. Por outro lado, oferecer cópia das notas taquigráficas para aqueles membros da Comissão que desejarem. E, por último, em relação às inscrições, acredito que elas devem ficar em aberto, porque muitas vezes quem não chega cedo, tendo pergunta a fazer durante a evolução do inquérito, poderá vir a fazê-la.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Benito Gama praticamente esgotou a contribuição que eu pretendia aportar à Mesa. A única "chega" que gostaria de fazer é que é extremamente inconveniente que o Deputado ou Senador que vai interpelar o depoente sequer tenha ouvido o seu depoimento. Então, não me parece razoável que se dê um prazo tão longo, de uma hora, para que haja essa inscrição.

Ontem foi um depoimento excepcional, porque o depoente, antes de fazer a sua intervenção inicial, foi questionado pelo Relator, mas essa não é a praxe. A praxe é a pessoa convidada, ou convocada, vir aqui fazer o seu depoimento e depois ser interpelada pelo Relator, pelo Vice-Presidente, que já abriu mão, e pelos demais membros da Comissão.

Então, eu proponho, apenas na tentativa de aperfeiçoar a proposta do Deputado Benito Gama, que o prazo de inscrição seja com anterioridade ao início da sessão, mas que se encerre no momento do término da intervenção inicial do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, a minha proposta é muito singela. Tenho uma certa dificuldade, não sei se os outros têm - o Senador Bisol verbalizou isso muito bem -, em me inscrever para debater um assunto sobre o qual não sei como vai desenvolver-se, o que vai acontecer.

A proposta que acaba de ser feita recebe de mim o total apoio: que se encerre a inscrição no momento em que terminar a exposição, para que não ocorra,

como ontem, quando ficamos até de madrugada,a repetição, após duas horas de debate, das mesmas perguntas.

Outro aspecto prático e muito objetivo é a conscientização de cada Parlamentar de que está em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na qual não cabe discurso; acabar com essa apresentação preambular e ir diretamente às perguntas que pretende fazer. Fazendo isso, com 5 minutos, cada Parlamentar pode inquirir o depoente.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Francisco Rollemberg, a propósito, ontem um dos Deputados levou 9 minutos fazendo o intróito da pergunta e 1 minuto para a pergunta. Tive oportunidade de considerar. Penso que esse discurso inicial tem que ser banido, porque há pessoas que têm o hábito de explicar a pergunta antes de fazê-la. Não é por aí. Pergunta de interrogatório é objetiva. Creio que esse é um ponto importante também - ontem reclamei - que quero colocar na pauta de hoje para discussão: não permitir de maneira alguma o discurso inicial para justificar a pergunta.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - O Senador Elcio Alvares acaba de complementar, de maneira brilhante, a minha proposta. Vamos ser objetivos. Nada de discursos, e vamos reduzir o tempo para 5 minutos cada interpelador, podendo, se necessário, conceder-lhe uma segunda oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Gilberto Miranda. Estão inscritos, em seguida, o Deputado Mário Chermont e os Senadores Lavoisier Maia e Jutahy Magalhães.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, gostaria de dar uma explicação, porque ontem tive a oportunidade de ficar ao lado do depoente.

Nas conversas que tive com o depoente - apesar de ser uma falha, não poderia ter tido esse tipo de conversa - ele me confidenciou que, em 4 caixas de sapato, na casa dele, tem dezenas e centenas de documentos que comprovam a participação de Parlamentares e de empreiteiras.

Quando estava terminando a pergunta, fui interrompido por uma questão de ordem pelo Deputado Aloizio Mercadante, tentando concluir a minha pergunta.

Queria saber se esta Mesa providenciou um requerimento ao Juiz para apreensão desses documentos.

1 - Se não foi, que seja feito ainda no dia de hoje, o mais rápido possível;

2 - Propor a criação de uma subcomissão, para analisar esses documentos e, se for possível, ir até à casa do depoente para ajudar a procurá-los;

3 - Requisitar os documentos que a polícia requisitou ou pegou, quando esteve na casa do depoente; o depoente disse ontem que a polícia os apreendeu. Quando o Presidente da Mesa, ontem, o Senador Jarbas Passarinho, perguntou-me se tinha dúvidas quanto à polícia, respondi-lhe que sim, e reitero que tenho muitas dúvidas com relação à polícia no Brasil; muitas, não, todas. Salvo raríssimas exceções, pegam os documentos, manipulam os mesmos, negociam-nos documentos, e esses documentos podem desaparecer com nome de gente muito importante. Acredito que a coisa mais importante, tendo em vista que o depoente, ontem, falava: "sim"," não", "está no esquema", "não está no esquema", é ter que provar; documentos também, não só o depoimento.

Então, seria muito importante que, no dia de hoje ainda, esta Comissão estivesse de posse dessas famosas quatro caixas de sapato, nas quais ele diz que tem todos os documentos; e que tentássemos saber dele também se, em outros locais, não existem documentos guardados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, deixará essas decisões para quando o Presidente assumir.

Estamos discutindo agora a questão das inscrições. Já está inscrito o Deputado Mário Chermont.

O SR. MÁRIO CHERMONT - Quero saber se posso abordar outro assunto que não seja só inscrição, porque V. Exª disse que o assunto que está sendo discutido é este.

O SR. ODACIR KLEIN - O Presidente Jarbas Passarinho abriu a reunião para que tratássemos inicialmente deste assunto. E me parece que, por uma questão até de ordenamento dos trabalhos, precisamos esgotá-lo e partir para os outros temas, inclusive diligências a serem adotas pela CPI.

A Vice-Presidência vai-se permitir deixar os outros assuntos, inclusive os que estão sujeitos à deliberação, para o momento em que o Presidente estiver dirigindo os trabalhos.

Se V. Exª está inscrito pela ordem, pode abordar o assunto que desejar, mas não será objeto de deliberação agora.

O SR. MÁRIO CHERMONT - Com referência à inscrição, a minha sugestão é que realmente haja uma certa antecedência e que o tempo seja diminuído para cinco minutos; e, salvo conveniência, prosseguir por questões de exigüidade de tempo.

Agora, eu gostaria de saber da Mesa qual é o critério na distribuição das notas taquigráficas. Não sei, pela minha formação de advogado, se serão distribuídas para os titulares, para os suplentes, qual é o sistema, porque isto é uma peça fundamental para que todos nós possamos ler e avaliar esta questão. Eu gostaria de saber dentro de quanto tempo, depois de cada sessão, serão entregues.

O SR. ODACIR KLEIN - O Relator está pedindo a palavra para se manifestar a respeito dos assuntos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, nobres Deputados, ouvimos aqui alguns pronunciamentos muito oportunos. Eu citaria, por exemplo, o do nobre Senador Elcio Alvares, mostrando quanto tempo perdemos ontem, quanto houve de repetição, para que chegássemos a um depoimento que poderia ter durado três horas a menos. E estamos partindo agora para o mesmo sistema da prolixidade. Uma questão que não é capital, uma mera questão de sistemática de inscrições, todos irão falar e, no final, são duas as propostas: uma, do eminente Senador Paulo Bisol, que propõe a aplicação do Código de Processo Penal à hipótese; e outra, com ligeiras variáveis dos Deputados que, diferentemente, entendem que deve haver uma limitação.

Tenho a impressão de que deveríamos colocar uma proposta frente à do Senador Paulo Bisol e votá-la imediatamente.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado Roberto Magalhães, só um adendo à sua proposta. Vamos deixar claro...

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, existe uma inscrição que deve ser respeitada; existe uma lista de inscrição!

O SR. ELCIO ALVARES - Só estou fazendo uma intervenção porque entendo que é natural. Tenho o direito ao aparte e o estou pedindo ao Relator somente para esclarecer.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não!

O SR. ELCIO ALVARES - Acho o seguinte: vamos eleger os temas, votá-los, decidir sobre eles e acabar com a discussão. Entendo que a sua sugestão é perfeita. Vamos eleger um ponto e discuti-lo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dez minutos após o início do depoimento, estão encerradas as inscrições. A outra proposta é do Senador Bisol. A que vencer será aplicada.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, sou o segundo inscrito na ordem.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, acho que a proposta do Relator vem de encontro, inclusive considerando a opinião da maioria aqui presente. Como o Relator tem prioridade na votação, vamos colocar em votação a sua proposta: dez minutos após o início do depoimento, encerram-se as inscrições para os titulares, suplentes e não membros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ao retomar a Presidência, eu queria primeiro me situar naquilo que já foi discutido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ao retomar a Presidência, queria primeiro me situar naquilo que já foi discutido, porque eu pedi...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, poderia fazer um adendo para conciliar todos os interesses, menos o do Senador José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o seguinte: vamos estabelecer que, em o todo depoimento, primeiro se dará ao depoente o tempo para expor o que desejar; e quando ele terminar, não importa o tempo, está...

O SR. ELCIO ALVARES (fora do microfone) - E limitar o tempo também..

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Para a exposição.

O SR. ELCIO ALVARES - Estão querendo inovar, porque na Comissão do PC, nas comissões especiais, em todas as comissões que se fazem aqui, eles têm de 15 a 20 minutos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, deixe-me fazer uma ponderação. Se tivéssemos dado 15 a 20 minutos apenas, ontem, ao depoente não teria ocorrido aquilo que, com muita clarividência, foi previsto pelo nobre Senador José Paulo Bisol -por sua experiência como juiz - que o depoente começa assim inseguro mas vai deslanchando aos poucos.

O SR. ELCIO ALVARES - Em 20 minutos se fala tudo, nobre Deputado Roberto Magalhães, não houve ninguém que tivesse excedido aos 20 minutos, é uma questão de experiência, de vivência aqui nesta Casa.

Essa comissão tem de ter normas, é fundamental que haja normas. A Mesa, o nobre Senador Jarbas Passarinho falou ontem com muita clareza, não pode ser muito simpática não, porque, de vez em quando, o propósito dessa comissão, que é gravíssimo e sério, descamba para o palanque. Isso não dá certo.

Ontem, não fiz perguntas porque achei que já estavam repetitivas; é o problema do Senador ou Deputado que chega aqui às 11 horas da manhã, não ouve o depoimento e repete as mesmas perguntas. A Mesa tem de ser profundamente rigorosa na ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A palavra está livre.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, é livre, mas V. Exª indique quem é que vai falar, senão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas é por isso que estou usando desse truque, para mostrar que quando nós não tomamos uma orientação, realmente, para encerrar determinados assuntos depois de ouvir duas ou três pessoas ... Estamos há quase um hora sem sair desse assunto.

Cada um de nós é uma cabeça pensante, isso é claro. Mas seria importante que nós chegássemos logo a propor, numa votação, sugestões que se transformariam em propostas.

Por exemplo, quando levantei a questão, o nobre Deputado Luiz Salomão não concordou; como nós estávamos colocando a questão, vamos defendê-la. O fato é que nós estamos massacrados por essa repetição brutal. Então, uma e meia da manhã ontem, e ainda vieram duas inscrições. E, no fim, o que nós verificamos é que muitas perguntas foram feitas, constantemente, até por membros titulares da comissão, fazendo propostas que já tinham sido feitas e deferidas, eram repetitivas. Mas isso resolve a questão, já foi apresentado, está muito bem. Mas não uma inquirição. Leva-se mais 10 minutos fazendo o mesmo tipo de perguntas.

Estava conversando ainda pouco com o nobre Senador José Paulo Bisol, a menos que seja uma técnica policial para saber se o depoente cai em contradição, nós pagaremos isso a esse preço todo.

Citei dois fatos, um do Regimento Interno do Senado em relação a Ministro convocado, outro, do Regimento das duas Casas quando se trata de discussão que pode ser encerrada depois de tantas pessoas falarem. Não é fácil adaptar isso aqui. Talvez, ao invés de 15 minutos, como foi apresentado a partir do depoimento, a minha idéia foi a seguinte: inicia-se o depoimento; nós, provavelmente, vamos concluir pelo depoimento do Deputado João Alves, pois tudo leva a crer que esteja, realmente, em Brasília. O advogado está presente e disse que S. Exª. está à disposição. Então, pode ser convocado ou convidado se for o termo.

Então nos inscreveremos. Tenho imenso respeito intelectual pelo nobre Senador José Paulo Bisol, mas o fato de inscrever-se previamente não prejudica, absolutamente, a partir do momento em que o Relator não tenha, na sua pergunta, completado todo o quadro. Inscreve-se e, se não for oportuno, não fala mais. Mas inscrever-se-ia.

Agora, daria o prazo, isso sim, de uma hora que seria praticamente tudo aquilo que o depoente já tivesse dito, que, no mínimo, no meu entender, deveria ser meia hora, para dar a ele a oportunidade de falar. Ainda ontem, o nobre Deputado Benito Gama deu-me essa sugestão e eu lastimei não tê-la acolhido. Ele falaria durante meia hora, uma hora após iniciado os trabalhos, encerravam-se as inscrições. Ontem, iniciamos com 28 pedidos e terminamos com 37. Então, a sugestão seria essa.

Não considero que eu possa aplicar a autoridade que tem o Juiz José Paulo Bisol, quando fazia as inquirições, dizia. "Estão encerradas as inquirições". Não posso, não posso porque aí eu vou ter rebeldia de Senadores e Deputados que se sentirão tolhidos no seu direito de perguntar.

Assim, a sugestão que eu faria seria no sentido de votar, como está dizendo o nosso Relator, entre a proposta do Senador José Paulo Bisol e uma proposta que seria ampliada para uma hora.

Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, possivelmente a minha proposta não será muito bem acolhida. Mas temos aqui, um precedente, inclusive o do processo de **impeachment** onde todas as perguntas eram encaminhadas ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que estava presidindo a sessão do Senado. Então todos os que desejavam fazer perguntas a qualquer depoente, faziam-na através do Presidente; e aqui, no caso, poderia ser através do Relator. Assim acabaríamos com o tom discursivo das perguntas, reduzindo, em muito, o tempo. E o Relator, quando recebesse as perguntas feitas pelos Parlamentares, iria ver quais eram as repetidas e as eliminaria. Com isso, evitaríamos o discurso e seríamos os mais objetivos possíveis. Logicamente ninguém apareceria mais, mas o Relator apareceria com as perguntas objetivas que interessam à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jutahy Magalhães, não tenho nem o direito de debater com V. Exª, homem experiente nesta Casa. Mas só imagino que a partir do momento em se fizesse isso - aquele era um quadro muito especial de **impeachment**, estávamos utilizando pela primeira vez aquela sistemática de trabalho -, diriam logo: o Relator está tendo direito de fazer triagem nas minhas perguntas. E não é isso que eu desejo. Acho extremamente difícil que ele tenha o direito de filtrar as perguntas para poder, em seguida, fazer aquelas que lhe aprouver.

O SR JUTAHY MAGALHÃES - Então ele faz todas as perguntas, sem triagem! Agora, não daria o tom discursivo, não se daria o debate que ontem ocorreu até 2 ou 3 horas da manhã. Isso é o que acho que deveríamos tentar; eu sei que é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bem, pela lista que encontrei, feita pelo Deputado Odacir Klein, a palavra é do Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOSIER MAIA - Presidente Jarbas Passarinho, ontem assistimos a uma longa e cansativa reunião, que poderia, creio eu, ter sido reduzida à metade. A disciplina deve ser obedecida aqui na Comissão. V. Exª tem muita competência, experiência e inteligência para conduzir os trabalhos, se não com mão de ferro, de maneira intermediária.

Agora, acho que não deve haver perguntas repetitivas e aí cabe a autoridade do Presidente em não admiti-las. Ontem, por exemplo, - sou Membro suplente - os 11 Titulares da Comissão falaram e a mim não cabia fazer mais nenhuma pergunta, a não ser para aparecer; e eu estava satisfeito.

Então, por que perguntas repetitivas? Em primeiro lugar isso.

Segundo: deve-se limitar o tempo das perguntas para 5 minutos, pois assim tornaremos a reunião mais objetiva.

Essa a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Gostaria de aduzir que cercear pelo tempo não é bom. Por quê? Na noite de ontem vimos 4 ou 5 Deputados e 2 Senadores, no início da inquirição da testemunha, passando do tempo meia hora, quarenta minutos, mas com perguntas absolutamente encadeadas, dentro de um raciocínio lógico e que, praticamente, exauriram a matéria.

Quer dizer, a mim me parece que no meio de uma inquirição, como estava fazendo, por exemplo, o Senador Eduardo Suplicy, V. Exª dizer "O seu tempo está esgotado" truncaria absolutamente a lógica de um pensamento muito bem coordenado. A mim quer parecer, Sr. Presidente, que o correto é cumprir o Código de Processo Penal: pergunta que já foi feita não pode ser repetida.

A Mesa usaria desse poder de polícia para dizer: a pergunta já foi feita e eu não vou transferi-la à testemunha. Porque V. Exª tem o poder de, nesse momento em que a pergunta for repetida, impor a lei e dizer: "Não, a pergunta já foi feita, já está respondida, e o senhor, então, faça a próxima pergunta."

A mim me parece que o tempo de 5 ou 10 minutos impede, às vezes, o desencadeamento lógico de uma inquirição que está sendo feita corretamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Recolho a sua opinião, Deputado Roberto Jefferson. Apenas diria que isso, sim, poderia servir como uma certa flexibilidade da Mesa, e ela, ontem, foi adotada. Quando as perguntas eram muito encadeadas, e as respostas poderiam, desde logo, levar ao cerne do problema, não se chamou a atenção; deixou-se que o tempo escoasse normalmente. Agora, o que não é possível também, é outro ponto que discutiremos aqui, é ter o direito de reinquirir tantas vezes quantas queira sob o título de que é questão conexa com a pergunta anterior. Esse é outro assunto.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda. Após S. Exª falará o Deputado Pavão e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

Vamos ver se, ao menos sobre este assunto, não levaremos quatro horas. Será possível? Todos nós somos cabeças pensantes e brilhantes. Então, de fato, cada um tem uma idéia. Mas, com um assunto tão simples, não chegamos a uma conclusão!

A palavra está com o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, queria fazer um comentário breve e rápido. Considero a reunião de ontem uma boa reunião. Se houve alguns excessos, não fez com que a reunião perdesse seus méritos, e foi muito bem conduzida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª teve o mérito também de ter, flexibilidade e firmeza. O que nos falta são apenas algumas regras pequenas e básicas: que o Depoente tenha um tempo para fazer a sua exposição inicial.

Discordo, Sr. Presidente, de um espírito que vejo surgir, aqui, como se esse fosse um inquérito policial. Esta Casa não é uma Casa policial. O inquérito policial é na Polícia Federal. Queria um pouco de silêncio para concluir o meu raciocínio, que é rápido.

Discordo da limitação de tempo para suplente. Temos o Senador Eduardo Suplicy, o Senador José Paulo Bisol, que são suplentes por injunções políticas, mas que têm dado contribuições importantes aos trabalhos. Discordo da decisão de se centralizar todas as perguntas no Relator. A busca da verdade - desde a Bíblia se trata desta questão - também tem o viés político. 'As vezes, na minha intervenção, quero dar ênfase a um aspecto, a uma pergunta. Também não concordo em que se deva dar às perguntas uma postura simples. Uma breve introdução, que não exaustiva, cansativa, para justificar as perguntas é possível. A única limitação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio. O orador está com a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apenas devemos definir - e tenho a impressão de que V. Exª, na sua intervenção, já o fez - algumas regras básicas e permitir que os Parlamentares possam buscar a verdade de acordo com a sua sensibilidade e com a sua orientação. Cercear perguntas, centralizar tudo no Relator, impedir que os Parlamentares se manifestem, temerosos de transformá-la em palanque, podemos cair no cerceamento da busca da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Acho que já foi colocado o meu ponto de vista. Mas eu faria uma sugestão a mais, somada àquelas que foram apresentadas. Mas a fundamental e a principal é a de que a Mesa pudesse interpelar aqueles Parlamentares que repetissem as perguntas. Essa é fundamental. Tivemos ontem, aqui, dezenas de perguntas repetidas. E é de competência da Mesa fazer com que o inquiridor passe à pergunta seguinte, eliminando-se a anterior. Com isso, estaremos ganhando um tempo bastante grande.

A respeito do tempo, entendo que 10 minutos é o suficiente, mas teríamos que moralizar, e a Mesa tem capacidade para isso, nós sabemos. Ontem, o Senador Eduardo Suplicy começou a falar e ultrapassou 20 minutos, quando o tempo estipulado a

S. Exª era apenas de 10 minutos. Temos que moralizar a partir do primeiro Parlamentar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - S. Exª ultrapassou mais 11 minutos somente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Foi mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, eu marquei.

O SR. PEDRO PAVÃO - Foi mais de 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ao todo que falou, sim.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não. Apenas S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só S. Exª.

O SR. PEDRO PAVÃO - E foi o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É. Mas eram perguntas que S. Exª...

O SR. PEDRO PAVÃO - Abrimos um precedente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eram perguntas que S. Exª trouxe muito bem preparadas por sua assessoria e que levava a conduzir, desde logo, como disse, ao cerne do problema. Aí é que acho que devemos ter flexibilidade. É evitar o excesso, mas, como dizia o Deputado Jefferson, ainda agora, interromper naquele momento seria prejudicial.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas ele sabia que existia um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sabia.

O SR. PEDRO PAVÃO - ...e as perguntas pertinentes, outros Parlamentares iriam fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concordo com V. Exª. Todos sabemos que temos só dez minutos; temos que nos preparar para dez minutos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Para dez minutos, perfeito. Se não, venho aqui com perguntas interessantes e vou falar meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas isso. Que se moralize o horário e que a Mesa tenha a capacidade - tem, tenho certeza disso - de impedir perguntas repetitivas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouviremos agora, por último, o Senador Nelson Carneiro e o Senador Mário Covas.

Por obséquio, peço que se encerre essa discussão.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria fazer apenas uma observação. Eu acompanhava todos os debates até uma certa altura, à noite, e tive a impressão de que muitas vezes fazíamos o Congresso responsável e não apenas os indiciados. Logo, era uma ação contra o Congresso. Nós somos o Congresso e temos que defendê-lo. O que acontecia então? Não se visava a uma pessoa, ou a um indiciado, mas se dava a impressão de que havia uma reunião para combater o Congresso, para destruir o Congresso. Somos uma Comissão política, ditada pelo Congresso, mas não podemos esquecer que somos o Congresso, somos a Instituição. Não podemos somar nossas críticas e até os nomes dos culpados àqueles denunciados desta tribuna. Era essa a impressão de quem acompanhou o debate. Não fiz nenhuma pergunta, porque todas elas foram feitas. Mas acho que é preciso nos compenetrarmos de que o Congresso não é culpado; culpados são alguns - podem ser - alguns dos nossos companheiros.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Mário Covas, por obséquio, para encerrarmos esta parte.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, assisti à grande parte da reunião ontem - uma parte nesta Casa, outra parte pela televisão. É verdade que houve repetição, mas também não deixa de ser verdade que o depoente de ontem era exatamente a figura que, através da sua entrevista, deu origem à Comissão. Nada mais lógico, portanto, que se ise a fundo na inquirição desse depoente. A inexistência da sua entrevista já faria inexistir a própria Comissão. De forma que foi bastante razoável que isso acontecesse, embora o grau repetitivo de certas perguntas.

Quero lembrar que é muito provável que esta Comissão ouça uma série de figuras, inclusive Parlamentares, sobre as quais pesa acusação. Seria muito ruim se elas ficassem muito limitadas na sua exposição inicial. Seguramente nessa exposição inicial é que elas trarão os seus elementos de defesa contra as acusações.

Por outro lado, acho que limitação é aquela que o Presidente impõe à Comissão. E impõe baseado no próprio Regimento. Se a pergunta é repetitiva, o Presidente controla a pergunta; se a própria inquirição é repetitiva, desarrazoada, colocada em termos errados, a Mesa controla esses aspectos. Mas, primeiro, era preciso pensar num espaço de tempo razoável para quem vai depor, particularmente para quem vai depor sob suspeição, sob acusação. Em segundo lugar, o melhor talvez fosse, no que se refere a prazo, que, feita a exposição inicial, fosse encerrado o prazo da inscrição. Muitos decidem se vão fazer a pergunta ou não a partir da exposição inicial. É possível que se traga uma pergunta na cabeça, mas a exposição inicial irá esclarecer se é necessário ou não fazê-la. Terminada a exposição inicial - um prazo razoável que evitasse o tumulto, de 15 a 20 minutos - deveria ser esgotada a possibilidade de inscrição. Ela não seria cerceada a ninguém, apenas seria limitada após um tempo razoável dentro do qual a pessoa convocada pudesse terminar sua exposição inicial.

De resto, acho que V. Exª tem toda a prerrogativa - seguramente a Comissão lhe reconhece - em evitar qualquer forma de abuso, até mesmo quando esse abuso é representado por perguntas repetitivas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou fazer uma tentativa de combinação; não é arranjo nem esquema, é uma combinação, um acerto daquilo que ouvi.

Peço a atenção dos meus ilustres Colegas para passarmos à votação. Eu faria, depois de ouvir todas as exposições e, a última, do Senador Mário Covas, o seguinte: suponhamos que o tempo inicial dado ao depoente para fazer a sua exposição fosse de 30 minutos. Encerrada a exposição do depoente, poderiam também ser encerradas as inscrições.

Acompanho o ponto de vista do Senador Mário Covas e acho que poderemos chegar a fazer até o seguinte: encerrada sua exposição, no máximo dentro de uma hora, todas as inscrições serão encerradas; uma hora após a exposição. É tempo o que estou propondo.

Vejam que as coisas se passam realmente com grande flexibilidade aqui; a rigor, um suplente entra quando falta um titular; aqui não, damos o direito aos suplentes de também terem presença e é bom que seja assim.

Então, eu manteria as mesmas regras que o Deputado Benito Gama manteve na CPI anterior: 10 minutos, 10 minutos e 10 minutos.

Aconteceria que aí sim, dentro exatamente do que eu imaginava - e agora vi que coincidiu com o pensamento do Senador Mário Covas - o problema seria a flexibilidade dada à Mesa, em relação à utilização desses 10 minutos. De maneira a não interromper uma série de perguntas que seriam muito importantes, até porque, ontem, tivemos um depoente prolixo também. Faz-se a pergunta, mas o depoente demora muito na resposta e aquilo toma tempo.

Bom, sugiro, depois de ouvir os ilustres colegas, que uma vez a pergunta passasse a ser repetitiva, a Mesa tivesse o direito não de cassar a pergunta, mas de perguntar ao depoente se ele desistiria de responder porque já a respondeu. "Acha que já respondeu?" "Deseja responder?" Então, se ele quiser responder, o problema é dele, azar, porque é ele que vai ter o direito, e evitar aquilo que se deu ontem, que foi muito bem explorado por alguns dos nossos colegas, que foram as perguntas conexas. Inventei essa palavra e perdi a batalha, porque aí aconteceu que quem já havia perguntado continuou apanhando a pergunta do colega, lembrando-se e fazendo outra adiante.

De maneira que vamos acabar com os crimes conexos. Eu faria mais o seguinte. Ah! No meio das respostas que ele deu surgiu um problema que a limitação das inscrições prejudica a busca da verdade. Então, os líderes teriam o direito de falar fora da inscrição.

O SR. PEDRO SIMON - Só em casos excepcionais, senão daqui a pouco tudo termina e... (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exatamente, porque são 18 partidos, só na Câmara.

Seria fácil se tivéssemos o velho bipartidarismo ou então, agora, fazer o Líder de Oposição e o Líder de Governo; seria uma idéia.

Vamos votar; então, eu proporia isso: os que estiverem de acordo com que o tempo inicial seja de 30 minutos, queiram levantar o braço. (Pausa)

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, dou nota 10 ao que V. Exª está falando; só queria chamar a atenção para um detalhe.

O depoimento de ontem e o depoimento de João Alves são dois depoimentos excepcionais. O de ontem foi inédito na história deste País. Pela primeira vez vem um cidadão aqui, na nossa frente, na nossa cara e diz um bolo de desaforos. Não dá para imaginar diferente. Foi um depoimento absolutamente inédito.

Se o João Alves vier aqui e quiser falar, na minha opinião, ele tem que falar dez horas se ele quiser falar. Não podemos limitar o tempo dele. O País inteiro acompanhou pela televisão dizer horrores dele. Ele vem e tem meia hora para falar. Na minha opinião, ele deve falar o tempo que quiser.

Depois disso, Presidente, vamos cair numa rotina - aí sim. Não podemos comparar esses dois depoimentos, o que teve e o que vai ter, com o que vai acontecer em seguida. O que vai acontecer em seguida vai ser exatamente isso: tem meia hora, tem quinze minutos, aí as perguntas têm que ser feitas exclusivamente sobre a matéria dele. Podemos fazer o que fizemos na CPI. O que fazíamos na CPI? Todo mundo pegava as perguntas e entregava para o Relator. Na maioria dos casos da CPI, o Relator esgotava a matéria. Por quê? Porque, por exemplo, a pergunta que o Suplicy fez ontem, aqui, a gente entregava para o Relator, mas sabia que o Relator ia perguntar. Então, ficávamos na espera com as nossas perguntas. O que o Relator não perguntava e o que achávamos que não tinha sido bem perguntado pelo Relator, a gente fazia a pergunta de novo. Então, isso vai indo natural. Acho que essas coisas vão indo naturalmente. Acho que temos que ter um belo procedimento. E me perdoe o que vou acrescentar: estamos vivendo a hora mais séria do Parlamento deste País. A imprensa está nos cobrando, o pessoal está nos olhando; olhem a imprensa, os jornais. Está todo mundo vendo o que está acontecendo.

Em primeiro lugar, eu nos felicito, porque o destino colocou - digo de coração aberto - um Presidente como o Senador Jarbas Passarinho, um Relator como o Deputado Roberto Magalhães, e um Vice-Presidente como o Deputado Odacir Klein, que nos dão tranqüilidade e serenidade nesta hora que estamos vivendo. Acho que isso foi obra do destino, porque o Passarinho não era para estar aqui. Quer dizer, está ali porque Deus determinou que tinha de ser assim.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Foi o bom senso.

O SR. PEDRO SIMON - Não, acho que foi o destino.

Além disso, gostaria de dizer, primeiro, que aqui não podemos ter partido; segundo, não podemos ter amigo nem adversários. Por exemplo, porque não gosto de fulano, não vou aproveitar porque estou sentado aqui para atacá-lo; ou porque gosto de fulano, para limpá-lo. Vamos ter grandeza e nos transformar em Bisol, vamos todos virar juízes. Vamos esquecer que somos deputados e senadores e virar juízes. Porque, se fizermos isso, se nos imbuirmos desse espírito, conseguiremos avançar. É uma tarefa muito séria, e temos condições de fazê-la. Ou caímos no ridículo.

A imprensa já está aqui. Está aqui na **Folha de S. Paulo** que os membros da CPI estão aproveitando para fazer a limpeza, a conferência, as candidaturas, não sei o quê. Então, coloca o caso da Bahia, o caso de não sei mais aonde. Estão dizendo que estamos aproveitando para fazer os ajustes de contas estaduais. Se partirmos para isso, fica mal para eles e fica pior para nós. Fica pior, lógico. Nós é que estamos aqui. Eles podem dizer que foram injustiçados, podem dizer que foram incompreendidos, que é mentira, que é calúnia e que é não sei o quê. De nós, vão dizer que é má-fé, vão dizer que agimos de má-fé.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Bisol pediu antes.

Íamos começar a votar. Temos idéias diferentes, votemos para chegar a uma conclusão.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, essa questão de ordem diz respeito ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu sei, mas antes de V. Exª, pediu a palavra o Senador Bisol. Eu darei a V. Exª em seguida.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, cada vez que ouço o meu amigo Pedro Simon, sinto-me um transviado. Nós tínhamos que estar juntos. Como é que ele está lá num canto e eu num outro? Ele me citou: "Todos devíamos ser juízes como o Bisol". Eu é que tenho que ser como ele. Ele é um líder extraordinário. O que ele disse é absolutamente correto. Só queria levantar aqui a seguinte questão de ordem - peço que prestem bem atenção ao que vou dizer, porque tem relevância jurídica: ao designarmos 30, 10, 50 minutos para testemunhas, estamos cometendo uma inconstitucionalidade. Vou explicar por quê. Porque a testemunha depõe sob dois pêndulos, sob duas espadas de Dâmocles. Está sujeita a ser processada por falso testemunho e está sujeita a ser processada por denunciação caluniosa. Esses dois delitos podem ser cometidos por ação e por omissão. Quer dizer, ele pode cometer esse delito pelo que ele não disse e também pode cometer o delito pelo que ele disse. Se dou 30 minutos e ele não pode dizer algo que é importante para ele, ele vai responder por um delito pelo qual nós somos os responsáveis.

Então, prestem atenção: é inconstitucional determinar o tempo. A única regulamentação que uma inquirição pode ter relativamente ao tempo da testemunha é que ela não está autorizada a dizer o que está fora do contexto acusatório. Ela pode ser interrompida: "Olha, isso não interessa; não nos interessa essa observação". Isso nós podemos dizer. Outra coisa que ela pode dizer é: "Não, isso aí já respondi", e não responder. Mas nós não podemos designar tempo. É único. Nós podemos designar tempo para o Bisol, para o Senador Pedro Simon, mas para a testemunha é inconstitucional, porque ela responde por delito, responde pelo que ela está dizendo ali. Aí ela vai dizer, quando for interrogada pelo juiz, no momento do processo: "Olha, não disse isso, porque não me deixaram, porque o Presidente Jarbas Passarinho não permitiu que eu dissesse". Isso não é possível, não é legal, não é constitucional, limitar o tempo da testemunha. Todos os outros tempos podem ser limitados.

Precisamos é de uma estratégia: "Isso aí não interessa ao processo" - as tais questões conexas. Mas precisamos definir o que são questões conexas. Ontem, por exemplo, foi definido como questões conexas as relativas ao assassinato, aos outros delitos. Mas essas questões integram a acusação - integram complementarmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas não era sobre essas que eu falava, Senador. Quando usei a expressão "conexo" foi quando um Senador ou um Deputado aproveitava a pergunta daquele que tinha o tempo para fazê-la e se associava para fazer uma outra pergunta em relação à resposta obtida. Então, inquiria outra vez, inquiria uma terceira vez. Não chamei "conexas" nesse caso. Agora, também chamei a atenção porque algumas questões eram de ordem muito pessoal.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Isso! Ontem, tínhamos essas questões aí relativas ao assassinato ou ao desaparecimento da mulher dele, a relativa a tóxicos. Acontece que isso aí está incorporado ao processo, no sentido de que é uma das formas que a defesa tem de dizer que o depoimento dele não vale nada. Então, vamos ter que aceitar essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bem, queria chegar a uma conclusão. Eu entenderia que o Senador Patrocínio fosse o último a levantar questão de ordem, para chegarmos a alguma votação. Por favor.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - A minha é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenha calma. Ele nem poderia ser interrompido, porque questão de ordem não pode.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Peço desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ao contrário; Senador, não se sensibilize por isso. Todos ouvimos V. Exª com o respeito de sempre. Quando o

Deputado Salomão se referiu, ainda há pouco, é porque começavam a pedir apartes ao discurso de V. Exª, e aí perderíamos tempo. Ao contrário, ouço V. Exª sempre com grande carinho e sempre tiro lições do que V.Exª diz. Por favor!

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é no sentido de colaborar com a direção dos trabalhos. Já que estamos procurando sistematizar os trabalhos da Comissão, gostaria de perguntar a V. Exª quem tem direito a voto neste exato momento, porque estou vendo todo mundo votando aqui. Gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, é claro. Poderia ser obrigado a chamar, Senador. Mas se eu tenho, como tive ainda agora, pela visão aqui dos braços levantados, a totalidade, praticamente, menos a colocação inicial do Senador Bisol, eu não precisaria distinguir quem vota e quem não vota. O voto inicial é dos titulares. Na ausência dos titulares, vota o suplente que estiver em função. Isso é fora de dúvida. Portanto, os titulares e suplentes coincidem nos seus direitos, quando o titular falta.

Bom, então vou reformar a primeira colocação, apesar de já ter sido praticamente aprovada, porque vi aqui os homens do Direito. Vi o Deputado Sigmaringa batendo com a cabeça, sentindo a colocação do Senador Pedro Simon, que também é um homem do Direito; o Senador Bisol. Acontece que não estamos aqui fazendo realmente o papel do Judiciário, como dizia ainda há pouco o Deputado Rezende. Estamos fazendo uma peça preliminar, como num inquérito policial ou policial militar, o que seja. Então, estamos nos jungindo muito a regras que os meritíssimos adotam. Se deixarmos - por exemplo, como sugeriu o Senador Pedro Simon, depois que já havíamos aprovado o prazo de trinta minutos e que o Senador José Paulo Bisol inquina de inconstitucional - livre para o depoente o tempo que ele quiser falar, acredito que isso não é bem uma questão de liberalidade, mas uma questão até de masoquismo, porque há pessoas que virão aqui e dirão o seguinte: tenho quatro filhos, duzentos netos, e estou sendo acusado indevidamente. E isso entraria por um discurso interminável.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, isso não aconteceria, mesmo porque temos absoluta certeza da legalidade na administração da audiência, pela força da sua autoridade e do seu bom senso. Esse poder de polícia é de V. Exª, porque o Código de Processo Penal não limita o tempo da testemunha e muito menos do indiciado ou denunciado.

Na realidade, temos de tomar cuidado é com as regras regimentais da primeira fila para trás; mas daí para frente caberá a V. Exª não constranger ilegalmente quem vem prestar o seu depoimento e principalmente quem vem defender-se na condição de indiciado. Isso porque a declaração do indiciado é a primeira peça de defesa dentro do processo penal. Por isso é que, com esse cuidado que estamos tendo na preservação dos direitos daqueles que virão aqui para prestar informações, por isso mesmo é que, insistentemente, o ilustre Senador José Paulo Bisol nos tem advertido da necessidade de nos tornarmos íntimos do processo penal na condução dos trabalhos desta Comissão.

Acredito que é uma temeridade fixar prazo para aquele que virá já na qualidade de indiciado, porque ele será cerceado no seu direito de defesa. É princípio clássico e universal que o primeiro depoimento, as primeiras declarações constituem a primeira peça de defesa dentro de um procedimento dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pediria a V. Exª que me desse uma lição, pois tem toda a autoridade para fazê-lo. No caso de, por exemplo, em vez de limitarmos o tempo do depoente, pois isto já foi inquinado de inconstitucional e, agora, como V. Exª salienta, isso cercearia o direito do depoente, especialmente se ele for indiciado, pode o Presidente interrompê-lo?

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E ele não vai utilizar o direito de dizer que foi coagido?

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Não. Isso porque ele tem que se cingir aos fatos que determinaram a instauração do procedimento político. Por isso é que a Constituição diz que, para a instalação de um procedimento dessa natureza, o fato tem que ser determinado. Não vale generalidade. Isso porque, a partir do momento em que instalarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurarmos possíveis irregularidades, estaremos cometendo, já aí, uma violência. Então, o fato é determinado.

Ontem, por exemplo, - e aqui peço desculpas se desbordo os limites da minha crítica - entendi ser uma crueldade desnecessária aflorar assuntos cuja natureza nada tinha a ver conosco, qual seja, o aspecto relacionado ao suposto homicídio que ele teria cometido, ou o procedimento doméstico do mesmo, ou as razões que o levariam a suprimir a vida da sua esposa. Entendi, inclusive, que isso foi uma crueldade contra o sentimento daquele que veio aqui, como veio, na qualidade de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo confessar a V. Exª que me senti mal.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Aí, transferimos a V. Exª esse poder de polícia e, sobretudo, essa competência que possui, pela sua experiência, e pelo cabedal de cultura jurídico-política que V. Exª possui de conduzir muito bem essa questão. Cabe a V. Exª saber o que é bom e o que é ruim dentro do processo que estamos aqui movimentando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª e vou passar à proposição.

Como sou apenas "jurista de realengo", estou cercado de dois bons juristas aqui que me auxiliarão na ocasião - dois advogados e juristas em geral. Há aqui também juristas que são de outros tipos de relacionamento: de juros, de juros bancários.

Então, a primeira condição: vou reformular a posição anterior. Ficaria livre o tempo para exposição do depoente como convidado ou como indiciado. E haveria um poder de polícia que seria exercido pela Mesa. No caso, consultarei, a qualquer momento, o Vice-Presidente e o Relator sobre isso, para fazer com que um chamamento à razão não possa ser utilizado pelo depoente como tendo sido uma coerção. (Muito bem!)

Aceito, com relutância, a posição de policial.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, o senhor pode indicar um prazo de 30 minutos.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, não o poder de polícia: o poder judicante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso, agradeço.

Então, pergunto se aprovam. Os que aprovam queiram levantar os braços, por favor. (Pausa)

Unanimidade, menos do Vivaldo Barbosa, até porque não é nem membro.

Agora, mantemos as posições dos 10 minutos para cada um, evitando a outra proposição, que é fazer com que as propostas venham todas para o Relator, para que o Relator faça a triagem. Pergunto: os que são a favor dos 10 minutos para cada um queiram levantar os braços, por obséquio. (Pausa)

Está aprovado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, mas cada um dos membros, inclusive os suplentes - pelo amor de Deus! - ficam autorizados a encaminhar ao Relator as perguntas que não puderam formular.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tanto melhor. A questão aí é questão de economia de processo. Melhor ainda.

O SR. - Sr. Presidente, peço esclarecimentos.

O SR. PEDRO SIMON - É importante que, dentro do possível, a gente encaminhe para o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas sempre isso?

O SR. PEDRO SIMON - O que exceder dos 10 minutos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito, pensei que era tudo, era sempre. Aí é que não andava mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Também entendi como o Deputado Relator que também podia ser antes da exposição. Também pode apresentar antes, se o Relator quiser, que vai ser o primeiro a fazer a pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, uma proposta de bom-senso. Avalio que cada um aqui terá, inclusive, um impulso maior de respeitar os seus 10 minutos se for acrescido na proposição o seguinte: vamos supor que eu tenha, como ontem, perguntas muito relevantes que acredito que precisam ser feitas, que eu tenha preparado. Como, por exemplo, estou me preparando para o caso do Deputado João Alves. Estou procurando ler as quase mil páginas que existem lá. Tem, por exemplo, a entrevista de 27 prefeitos de cidades baianas, cada um detalhando. É um processo com uma informação riquíssima para o depoimento que vamos ouvir.

Vamos supor que eu tivesse mais do que 10 minutos, mas procurarei me disciplinar com 10 minutos, especialmente sabendo se depois de feita a minha argüição, feitas todas as demais, se ainda verificar que algo muito relevante não foi feito, que eu tenha o direito ou de entregar ao Relator aquelas perguntas ou até, se o Relator preferir e falar: "Faça você mesmo, mas faltam mais 3 ou 4 perguntas que seria importante que você as fizesse ao depoente". Seria de bom-senso, só para permitir essa reinquirição, mas assim todos, um impulso de ter os seus 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª. A matéria está vencida.

Então, ficou interpretado aqui que a totalidade das presenças se pôs a favor disso.

Vou repetir rapidamente.

Tempo inicial: ilimitado.

Poder de polícia da Mesa para chamar a atenção do depoente, se ele estiver saindo do tema para o qual foi chamado e convocado. Perguntas dentro do prazo de 10 minutos para titulares e suplentes. Para não-membros da Mesa, o Deputado Benito Gama colocou que seria o mesmo tempo, só que as inscrições serão exatamente nesta ordem: precedência dos titulares, depois os suplentes e, a seguir, os membros não-integrantes da Comissão.

O SR. ELCIO ALVAES - Se houver tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, havendo tempo, a reunião irá até as 4, 5 ou 6 horas da manhã. Não há problema.

Segundo ponto: perguntas repetidas, poder também judicante, como disse o Senador Elcio Álvares, para que o Relator ou Presidente, ao ouvir a pergunta, inquirir, por seu turno, ao depoente se já se deu por satisfeito tendo respondido antes. Portanto, cada um ficaria na sua ...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, como estamos fazendo pergunta, por liberalidade da Mesa, às testemunhas, entendo que, continuando esse

procedimento, ainda assim V. Exª pode criar essas perguntas. Se forem irrelevantes, V. Exª pode perfeitamente indeferi-las.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estava querendo fugir disso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Na verdade, é uma prática que aciona bem a celeridade do procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Às vezes penso que me equivoquei ao longo de minha vida.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Presidente, quando achar a pergunta irrelevante, peça para o interrogante justificar e, se não justificar bem a pergunta, indefere.

O SR. ELCIO ALVARES - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, V. Exªs deixarão isto a critério da Mesa.

O SR. ELCIO ALVARES - A critério da Mesa, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Voltamos, então, ao problema da inscrição após a exposição.

A exposição é por tempo ilimitado, e a inscrição, então, tínhamos proposto que fosse uma hora depois de terminada. O Senador Mário Covas tinha proposto 20 minutos, se não me engano. Então, os que são favoráveis? Quantos?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (Inicialmente fora do microfone)... e os outros sem que nos 10 primeiros minutos da sessão se inscrevessem. E acabou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, tenho um problema com isso. Tenho um problema de chamada na seqüência que devo observar, se não terei daquele momento em diante: bem, sou membro titular e peço agora; outro titular, peço agora. Acho que não devemos fugir da inscrição. A incrição tem respondido bem, os titulares já têm a precedência.

Então, voto primeiro a proposta do Senador Mário Covas: 20 minutos após o término da exposição, que é ilimitado no tempo, encerram-se as inscrições, mesmo a dos titulares.

Os que estão a favor, levantem o braço.(Pausa)

Aprovada a proposta do Senador Mário Covas.

E, finalmente, por dever também de polícia da Mesa, as chamadas questões conexas, que não são aquelas do entendimento que teve o nobre Senado José Paulo Bisol. As questões conexas aqui, do ponto de vista dele, ficarão de novo com o poder de polícia da Mesa. Esse assunto que V. Exª está perguntando, não cabe ao depoente responder; então, indefere-se a pergunta, se ela fugir exatamente do processo. Por exemplo, estamos discutindo aqui um assunto de corrupção a partir da apropriação indébita de dinheiro público, neste momento um deputado ou senador pergunta: qual é a sua preferência sexual? Isso não tem cabimento. Ontem beiramos isso, lembrem-se bem.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quase sai.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ontem beiramos isso e quase sai. Então, esse é um problema. Houve uma possibilidade de se chegar a isso. Como sei que todos somos inteligentes, às vezes fico pensando que não devo impedir essa pergunta, porque deve ter alguma conseqüência adiante. Bom, acho que, com isso, resolvemos esta primeira questão.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. BENITO GAMA - É só para complementar, inclusive, com a atenção de V. Exª. Sr. Presidente, haverá casos em que o depoente não vai precisar expor. Então, seriam 20 minutos após o início da sessão; quer dizer: 20 minutos, após o depoimento, se ele quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, neste caso, eu preferiria ampliar.

O SR. BENITO GAMA - É porque haverá casos....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Observem a colocação do Benito Gama - do Senador, do Governador, em perspectiva, porque todo deputado, para mim, é senador em seguida, e nem todo senador pode ser deputado; o que diz o Deputado Benito Gama? Pode o depoente chegar e dizer: "Não, eu prefiro ser inquirido. Não quero expor". Quando se encerrariam as inscrições? S. Exª está propondo 20 minutos, mas eu ampliaria para uma hora, porque, a partir das respostas dadas, muitas inscrições podem ser feitas, visando a uma pergunta que até então não foi feita. Concorda?

O SR. BENITO GAMA - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, os que estiverem de acordo com esse ponto de vista, por favor, queiram sentar-se. (Pausa)

Obrigado.

Assunto encerrado, vamos passar à outra questão.

O Sr. Deputado Mário Chermont fez uma pergunta ao Vice-Presidente Odacir Klein sobre a questão da liberação das notas taquigráficas. A Drª Denise e o grupo da Taquigrafia deixaram este prédio às 5h30min; e a Taquigrafia trabalhou, porque, a cada hora, o Serviço de Som entregava uma fita para a Taquigrafia digitar. Portanto, é perigoso, no meu entender, que, antes de haver uma verificação mais cautelar do texto, se faça a entrega. Estão pedindo a todo instante a entrega dos

depoimentos. Poderíamos dar um prazo. Talvez, 24 horas depois de ser dado o depoimento e feita a revisão pela Taquigrafia, possa ser liberado o texto. Ou se V. Exªs acham que deve ser entregue como está, que discutamos a matéria.

O SR. NELSON CARNEIRO - É uma peça do processo. É o começo da defesa e da acusação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim. Mas entregar sem revisão?

O SR. NELSON CARNEIRO - Depois da revisão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só depois da revisão da Taquigrafia.

O SR. ELCIO ALVARES - O problema das notas taquigráficas é que, fundamentalmente, o depoimento, como peça inicial, já está limpo. Por exemplo: quando houver um depoimento, ele poderá ser entregue. Tivemos a oportunidade de verificar que, quando se assina o depoimento, é o depoimento prestado. Então, receberíamos, num primeiro passo, o depoimento e, depois, as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o que estamos discutindo é exatamente o problema da revisão da Taquigrafia, revisão de Português. Ontem, aqui, houve um momento em que fiquei molestado - falava com o Sr. Deputado Odacir Klein. Ele dava pancadas durante todo o tempo em cima da mesa, e eu levava susto a todo instante. Até o momento em que vai e diz: "Tá, tá, é isto, vamos ver..." Isto aí vai ser expurgado. Mas seria pena, sem prejuízo do que ele disse, eliminar as coisas que são desnecessárias.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas do depoimento que ele assina é expurgado esse "Tá, tá," que é repetitivo também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas é por isto que estou falando - a revisão é isso.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas é necessária a revisão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois é. Então, só vamos entregar depois de revisado.

O SR. ELCIO ALVARES - Só depois de revisto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Deputado Mário Chermont, que fez a proposta, tem a palavra.

O SR. MÁRIO CHERMONT - Sr. Presidente, o que eu queria saber, justamente, é se serão 12 horas ou 24 horas. Acho muito necessária a revisão por parte da Taquigrafia - isto é evidente. Já saiu uma peça um tanto quanto completa. Agora, será distribuída para os titulares e suplentes ou para mais alguém e será entregue a cada um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Claro.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, só uma pergunta; surgiu-me uma dúvida agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Deputado ainda não concluiu.

O SR. MARIO CHERMONT - Um outro assunto...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já encerrou o assunto. Senador Elcio Alvares é sobre o assunto ainda?

O SR. ELCIO ALVARES - É sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Quando o depoente assina, ato contínuo, 40 ou 50 minutos depois, já assina o depoimento limpo. Na Comissão do Collor, por exemplo, eles já assinaram limpo. Eu gostaria que a Taquigrafia esclarecesse, porque o depoimento já é limpo. Dessa maneira, se está limpo, pode ser entregue, logo, aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Drª Denise, uma pergunta, para nos assessorar: quando vem esse trabalho feito pela Taquigrafia, já vem com a revisão de Português feita no depoimento? Por exemplo, quando surgem algumas palavras que podem ser complicadas; quando o sujeito fala "ginástica aeróbica" e é entendido "ginástica erótica": é corrigido, não é?

A SRª DENISE ZOGHBI - Isso é corrigido. Agora, somente esse tipo de erro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Somente esse tipo de erro.

A SRª DENISE ZOGHBI - É um trabalho duro, é um trabalho repetitivo, é um trabalho sem...

O SR. ELCIO ALVARES - Mas inteiramente inteligível, não é? Então, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas foi esse que ele assinou?

A SRª DENISE ZOGHBI - Foi esse que ele assinou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, há uma questão -V.Exª não estava no exercício da Presidência no momento em que foi suscitada pelo Senador Gilberto Miranda - que me parece prioritária sobre as outras, inclusive sobre aquelas que V.Exª acaba, finalmente, de conseguir uma decisão, que é a documentação que

estaria na casa do depoente de ontem, e que era necessário fazer uma diligência, com toda urgência, na tentativa de preservar esse material, que são provas documentais.

De modo que proponho a V. Exª, sem prejuízo da questão relevante levantada pelo Deputado Mário Chermont, nós tentássemos dar uma solução e, se for o caso, determinar uma diligência em relação à apreensão do material.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São coisas dessa natureza que me levaram a pedir que a nossa reunião fosse interna e de trabalho. Por exemplo, se vamos fazer uma diligência dessa - e tudo leva a crer que vamos deferir a solicitação -, não caberia que, neste momento, tivéssemos a divulgação disso, completa, lá para fora.

Quero ouvir o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, gostaria, realmente, de falar, para dizer o seguinte...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, pela ordem, como autor do requerimento, do pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator gostaria de falar. V. Exª terá paciência de ouvi-lo e, em seguida, fala?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pensei que havia uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, ele cedeu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, considero que se, de fato, existirem esses documentos, eles serão, realmente, da maior valia para nós, porque um dos aspectos falhos de ontem do depoente foi exatamente não ter trazido provas documentais nem apresentado testemunhas que possam confirmar suas declarações.

De modo que considero da maior importância. Agora, me parece que V. Exª tem dois caminhos a seguir: um é tomar a providência diretamente pela Mesa; outro, seria V. Exª designar três Senadores, um deles o autor da proposta, para que eles, credenciados pela Comissão, fossem em busca desses documentos, porque me parece que é preciso procurar a filha do depoente, é preciso uma série de providências que não podem ser tomadas pelos canais oficiais. Não se resolve com ofício nem com telefonema.

De modo que peço a V. Exª que, ouvido o Plenário, decida sobre essas duas hipóteses.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, acho que nós perdemos ontem... Eu queria deixar público que a conduta de V. Exª ontem na Presidência foi simplesmente excepcional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O pulso, a forma como conduziu, acho que não temos nada que desabone o que tenha acontecido ontem. Foi perfeito.

Agora, é lamentável, realmente, porque eu estava do lado do depoente ontem e ele me dizia que tem quatro caixas com documentos na sua casa. E a minha proposta era que, ontem mesmo, isso fosse buscado, pois ele estava disposto a ligar para a filha para que desse o material.

A coisa mais importante para nós, que estamos nesta Comissão, é tentarmos ter provas concretas, por escrito. E ele disse que tinha bilhetes, que tinha cartinhas, que tinha documentos que mandavam para ele, de empreiteiras e de Parlamentares. Então é lamentável que, desde ontem, desde a madrugada, nós não tenhamos tido esses documentos.

Outra coisa: o que a Polícia levou? Como nós vamos requisitar da Polícia? Não sei o caminho, porque todos nós sabemos que a Polícia guarda isso daí para si.

Vamos pelo caminho legal ou pelo caminho de pedir para a filha? Ou vamos fazer uma visita novamente a ele, na Polícia Federal, e pedir que ele autorize? Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, agradeço o conceito generoso que V. Exª fez a respeito da maneira como me conduzi, mas não foi dito isso aqui. Nós vimos que, realmente, volta e meia, ele conversava com V. Exª e V. Exª com ele. Houve até quem se preocupasse em relação a isso. Não sabia, por exemplo, que era um dado precioso como esse. Se V. Exª tivesse dito que daquela conversa irregular tivesse saído uma proposta de, naquele instante, andar que a filha entregasse os quatro pacotes, nós tínhamos feito na hora!

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas, Presidente, eu fiz. Se o senhor consultar os Anais, verá que eu fiz a proposta ontem, que fosse entregue, e ele estava disposto a ligar naquele momento para entregar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Se consultar a Taquigrafia, verá que eu fiz essa proposta ontem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho a impressão de que, inclusive, quando V. Exª falou... e procurei ficar atento a todos, aqui, porque quem usa da palavra muitas vezes não se preocupa com o que o outro está falando, mas nós, aqui na Mesa, temos que guardar, ainda - é um teste de memória extraordinário - o que todos dizem e as respostas que são dadas.

Cheguei a falar em mandado de busca e apreensão imediato.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Isso foi sugestão da Mesa. O meu pedido era que ele entregasse. Ele queria ligar, ele queria entregar, mas aí entrou o Deputado

Mercadante fazendo a sugestão de que se requeresse; e, aí, a Mesa optou pelo requerimento normal, via juiz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se, naquele instante, tivéssemos ouvido justamente a palavra dele, poderíamos ter mandado naquela hora.

Agora, com a colocação de V. Exª, acredito que não perderemos ainda a oportunidade de poder fazer buscar em casa dele, ou em contato com a filha, ou que seja. Tomaremos providência já!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante, tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ontem, intervi nessa questão, inclusive em cima da experiência da CPI anterior, em dois sentidos: primeiro, que não interessava dar relevância a essa informação, com todos os meios de comunicação na sala, porque é evidente que outros que tivessem interesse no documento, que não é o da verdade da apuração, poderiam invadir a casa, levar etc, e perderíamos o acesso às provas. Então, era para impedir que esse debate fosse público, exatamente para proteger as provas.

Em segundo lugar, temos poder judicial de mandado de busca e apreensão.

É designar a Comissão agora - se for necessário pode ser feito através de um contato familiar, ou então, inclusive com força policial - que se entre na casa dele, e onde for necessário, e se retire todos os documentos disponíveis.

Só queria dizer que é evidente que o melhor caminho é um contato com a família, porque a família tem interesse em colaborar com a CPI neste caso. Em outros casos talvez não, como foi o caso do PC, e fizemos busca e apreensão e várias diligências que eram necessárias para o desenrolar das ligações.

Eu ficaria com a proposta do Relator. Penso que a Presidência poderia nomear três Parlamentares com essa tarefa e, imediatamente, dar prosseguimento, para que não percamos tempo em relação a isso, exatamente para proteger a relevância das provas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de fazer uma pergunta, para meu esclarecimento, pedindo as luzes dos juristas, para depois, então, chegar a essa conclusão: o preso está em condição de incomunicabilidade, ou não? (Pausa)

Não. Logo, era possível também que o próprio Senador Gilberto Miranda pudesse ter contato com ele.

O SR. ELCIO ALVARES - (Fora do microfone) - ele tem que ir junto, porque é ele...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas pergunto uma coisa diferente. Gostaria de saber se ele poderia, naquele momento - para evitar, talvez, a formalização do mandado de busca -, se ele poderia, naquela altura... S. Exª está dizendo que, ontem, ouviu do depoente a disposição de ligar para a filha e mandar entregar os quatro pacotes. Isso não é possível ser feito?

O SR. ELCIO ALVARES - (Fora do microfone) Inclusive eu acho que deve ser formalizado com um ofício da Comissão. Mas é absolutamente possível.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem que ser credenciado, aí.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, estou pedindo a palavra faz uma hora e tem sido sempre negado o meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não diga isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Hoje, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho um carinho especial por V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só não consigo chegar no seu Partido, mas...

O SR. ELCIO ALVARES - Exagerado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON - Exagerado, na minha opinião.

O SR. ELCIO ALVARES - Comprovadamente exagerado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há uma hora, não é possível.

O SR. PEDRO SIMON - Em relação a esse negócio de chegar ao Partido, sentimos que está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi a figura que... Bom, vamos a ele.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Deputado Aloizio Mercadante formalizou a proposta, e creio que faz sentido.

O Senador Gilberto Miranda, penso que inclusive deveria ser um ...

O SR. PEDRO SIMON - Propus isso, inclusive.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ... dos três membros. Acredito que deve, sim, uma Comissão - avalio que seja de três Membros - fazer uma visita ao presídio, conversar com o Sr. José Carlos Alves dos Santos, onde ele estiver preso, sobre onde podem estar os documentos; quais aqueles que já estão com a polícia; dentre esses, os

mais relevantes para o efeito do que se quer chegar: as provas, indícios etc.; aqueles que ainda estão na sua casa, que a sua filha talvez saiba encontrar, porque se qualquer de nós fôssemos à prisão, sem o mandato da Comissão, iria complicar para quem for. Mas se a Comissão designar três Parlamentares daqui para essa missão, de irem à filha dele, depois à casa dele, e, depois, à polícia buscar os elementos necessários - mas após o diálogo com ele, porque ele sabe onde é que estão ou quais os papéis importantes - acho que se cumprirá isso.

Então, Sr. Presidente, é o que proponho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É a isto que estamos querendo chegar, Senador Suplicy.

O Senador Gilberto Miranda ainda pretende falar?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Senador Jarbas Passarinho, como eu havia feito a proposta, e o Deputado Mercadante veio ao meu auxílio, sugeriria que o Deputado Mercadante fosse incluído, como também um jurista, que poderia ser o Senador Elcio Alvares. Então iríamos um deputado, um senador e um jurista que a Mesa designasse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando fiz aquela pergunta sobre incomunicabilidade, se poderia realmente ser visitado, foi com a idéia de não fazer a formalização de um mandado de busca e apreensão, mas espontaneamente, por parte do depoente, proporcionar a visita à sua casa e receber de quem fosse por ele indicado os dados de que precisamos. Mas, agora, com essa possibilidade de ter que ir à polícia também para pedir os dados, talvez devamos fazer uma formalização dessa comissão. Mas eu gostaria de tirar partido do que V. Exª disse ainda há pouco. Se ele disse que tem em casa - e está em contato permanente com a filha - quatro pacotes, não quero saber nem que pacotes já foram para polícia; se esses quatro pacotes forem importantes como ele disse a V. Exª, vamos buscá-los já.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A sugestão, então, é que esta Comissão designasse os três membros para que fôssemos primeiro ao presídio, falar com ele, e depois traríamos os subsídios na parte da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Plenário concorda com essas três indicações? (Pausa)

Então, estão aceitas e eu até gostaria que saíssem já.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, poderia ser feito como um ato da CPI, criando a subcomissão oficial, composta de três membros, para um contato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria bom criar um ato interno.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. BENITO GAMA - Pela ordem, Sr. Presidente, acho que formalmente ao invés de fazer o ofício a A ou B - porque pode até ser que haja outros documentos em várias delegacias, em vários juizados - quer dizer, ainda não foi aprovada a criação da subcomissão, mas pode-se fazer um ato criando a subcomissão especial para ir ao presídio conversar com o Sr. José Carlos Alves ou onde ele indicar, composta de tais e tais membros e V. Exª assinaria como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouçamos a opinião do Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sem dúvida nenhuma, esse réu está sob a custódia do juiz que decretou a sua prisão preventiva. Nada pode ser feito em relação a esse réu que não seja autorizado pelo juiz que decretou a sua prisão. Então, se for uma visita, se for uma vistoria, se for uma apreensão, qualquer coisa, podemos, inclusive, emitir uma ordem de busca e apreensão, mas o juiz tem que ser comunicado para autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso pedi as luzes dos ilustres juristas da Casa. Se houvesse uma visita e ele dissesse: "Pode pegar com minha filha porque está lá..."; acho que não teria intercorrência de natureza judicial.

Agora, se eu formalizar uma comissão, aí eu caio nisso. Aí, sim. Se eu formalizo uma comissão para esse fato, eu, evidentemente, esbarro naquilo que aconteceu. V.Exª não imagina o esforço que fizemos ontem para que esse homem chegasse aqui antes das 18 horas. Foi um périplo, que ficamos a dever em grande parte ao Deputado Moroni Torgan.

De forma que vamos rever isso rápido.

O SR. ELCIO ALVARES - Pela ordem, Sr. Presidente. Há uma informação do depoente para o Senador Gilberto Miranda. E aí há um ponto em que eu me junto com o Senador Bisol na interpretação da custódia do preso. Todos os documentos que estão nesses quatro pacotes são importantes ou seria fundamental que o preso acompanhasse? Aí se faria o serviço por completo. Pedir-se-ia ao juiz que o preso se deslocasse com a comissão, e ele iria lá dizer: "Esse documento é bom, esse não presta". Porque tenho a impressão que pegar quatro pacotes, todos os quatro pacotes são de documentos fundamentais, tudo muito bem, mas chegar lá de uma forma aleatória, pegar os pacotes e...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

Entendo que essa comissão de um Senador e dois Deputados deve ter plena autonomia para, nessa missão, tratar com quem entenda que deva tratar, resolver de pronto quaisquer dificuldades que surjam, porque senão essa comissão vai ficar muito

burocratizada. Penso, Senador Elcio, que ela deve ter plena liberdade para chegar ao seu objetivo.

Agora, eu gostaria de fazer uma ponderação, Sr. Presidente: que esses documentos, sejam quais forem, desde que obtidos, sejam trazidos para a Mesa para sabermos do que se trata; e que nunca seja dada publicidade, porque a natureza não sabemos qual é, e poderá ser altamente prejudicial se chegarem ao conhecimento de terceiros antes da Comissão.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Relator, esses documentos, conforme V. Exª anuncia, devem ser entregues ao Presidente, para conhecimento de S. Exª e dos demais membros, e incorporados, de imediato, ao processo, porque, a essa altura, o processo já deve estar formado. Então, eles farão parte do processo, quer sejam úteis ou não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sabe por que estou fazendo esta ponderação? Porque, na CPI do PC/Collor, recordo-me de ter visto muitas vezes documentos sendo exibidos; nada de formalização e nada de processo, nas mãos de assessores.

O SR. BENITO GAMA - Mas a parte que vazava era outra. A parte processual sempre ficava aqui, inclusive no cofre do Senado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Agradeço a informação de V. Exª, que me dá mais tranqüilidade.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, acho fundamental a observação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Chegamos a alguma conclusão?

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Não, Sr. Presidente. Acho que V. Exª não ouviu a proposta do nobre Relator, porque o senhor estava atendendo o Vice-Presidente, com toda a propriedade, mas houve uma recomendação fundamental: que esta Comissão, ao se deslocar para obter a documentação, traga-a para cá incontinenti, antes que haja qualquer tipo de vazamento, porque há outros depoentes encadeados nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de falar pessoalmente com V. Exª sobre o que acabei de receber. Por isso é eu não estava atento infelizmente ao que houve.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, apenas para sugerir a esta Comissão uma providência que se me afigura em boa cautela.

Na hora em que forem entregues essas caixas, esses documentos, que seja lavrado um breve auto de entrega e apreensão, subscrito pela própria pessoa que fizer a entrega, para que se tenha a comprovação de que os documentos foram entregues pela mesma.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Relator está de pleno acordo, porque senão poderá haver, amanhã, uma suspeita de que houve uma subtração de documentos ou uma apreensão ilegal.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deverá ser feita uma breve descrição: "caixas contendo documentos", e a pessoa que a entregar subscreve-a.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Luiz Máximo terminou, e não pude nem prestar atenção.

Quero colocar uma questão inadiável para V. Exªs e peço atenção.

O Sr. Ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, está-se propondo a vir agora para se colocar à nossa disposição, para dizer que fica à disposição da Comissão toda a informação necessária existente no seu Ministério sobre a questão do Orçamento.

Devemos recebê-lo agora para aceitar isso ou agradecemos a gentileza e dela tomamos conhecimento? Há um assessor de S. Exª dizendo que ele está pronto para deslocar-se e vir à Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, hoje de manhã fui à TV Globo participar do programa "Bom Dia, Brasil". Eu não imaginava que chegaríamos até às 3h e findei praticamente sem dormir.

Lá estava o Ministro Stepanenko, com quem conversei, e S. Exª realmente disse que estava inteiramente à disposição da Comissão e que tinha muitas condições de nos apoiar. Mas me parece que ainda não temos condições de avaliar qual o órgão do Governo Federal que deverá ser mais adequado para os fins a que visamos. Tanto que aqui estou com uma proposta a ser feita de quatro subcomissões, com a sugestão de órgãos de apoio, e o Planejamento não está em nenhuma delas. Ouvi, inclusive, pessoas que tiveram experiência.

Assim, acho melhor agradecer e dizer que, oportunamente, de acordo com o andamento dos trabalhos, ou S. Exª será convidado, ou irá uma comissão até lá visitá-lo. Deixar em **stand by**.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Odacir Klein dirá, em nosso nome, que apreciamos muito a iniciativa e que, na hora oportuna, dela tiraremos proveito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um adendo. Deputado Vivaldo Barbosa, peço-lhe compreensão, porque senão parte e...

Trata-se de um assunto ameno, mas sinto-me no dever de comunicar, e é um assunto agradável. Encontrei, hoje, na **TV Globo**, por parte dos jornalistas, dos assessoras, das moças que lá estavam, das jornalistas, um clima de entusiasmo. Entusiasmo com o Congresso por ter prontamente constituído esta Comissão, e entusiasmo, não menor, por ter assistido pela televisão horas e horas de trabalho, trabalho que eles avaliaram sério e objetivo. Então, penso que isso não tem a ver com o nosso trabalho, mas não tinha por que sonegar esta informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Fernando Freire, pela ordem, tinha feito a solicitação.

O SR. FERNANDO FREIRE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de lembrar à Mesa e aos demais Membros da Comissão que o prazo de 48 horas, oferecido ao Deputado João Alves, objeto da interpelação judicial dos Srs. Ministros e Governadores, para que o Deputado João Alves confirme ou não as acusações a ele atribuídas pelo Sr. José Carlos, irá expirar-se hoje, às 18h. Creio que se trata de uma peça igualmente importante para ser apreciada por esta Comissão.

Era esta a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Mário Covas, depois o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, queria fazer uma sugestão. Ontem, houve um convocação de uma pessoa, em relação à qual pelo menos duas coisas eram conhecidas: primeiro, sabia-se onde ela estava; segundo, ela tinha tempo disponível, De forma que era para ser feito às 16h e acabou acontecendo às 18h, por dificuldade no transporte, etc.

Queria sugerir a inversão e a decisão sobre a audiência da pessoa que deveria vir hoje, de forma que as providências relativas a isso pudessem ir sendo tomadas, enquanto as outras decisões vão sendo adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Plenamente de acordo.

O SR. MÁRIO COVAS - Não sei se falo em assunto ultrapassado, nem provavelmente a minha opinião tem valor a esse respeito. Acredito que a mecânica encontrada para a busca desses documentos é errada. Se a busca for feita sem que o juiz tenha conhecimento, fica com uma maneira de o juiz não tomar conhecimento; se a busca for feita para o juiz tomar conhecimento, percorre um percurso grande. No meu modo de entender, isso só podia ser feito ouvindo a testemunha aqui, ela dizendo que existia, e, a partir daí, indo-se buscar. Quem for buscar, vai ficar sempre, tácita ou explicitamente, a idéia de que teve conhecimento desses documentos antes dos outros. Até porque, para ver se é aquilo que a testemunha disse, vão ter que abrir e ver. No futuro, isso pode pesar até sobre quem for buscar, em matéria de dúvida, etc, embora não paire dúvida sobre ninguém. Mas é uma opinião já trazida, amanhecida, porque é decisão já tomada, mas tentei, naquele instante, trazer a minha opinião, nem sei se tem validade ou não, mas não quis deixar de consigná-la, pelo menos para foro íntimo.

Agora, gostaria, Sr. Presidente, embora possa até atrapalhar, que invertêssemos um pouco: decidir quem é que vem e mandar chamar; enquanto isso, decidimos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faria apenas uma pergunta, antes, aos juristas da Casa, que estão acostumados com os processos. O que aconteceu - o Senador Mário Covas talvez não tenha tido a exata informação do retardo entre às 16h e às 18h. - é que o depoente de ontem está sujeito a processos em diversas varas criminais: 6ª Vara e 8ª Vara do Distrito Federal e 11ª Vara Federal. Por isso é que tivemos que bater de porta em porta, e - insisto - o Deputado Torgan foi precioso, senão não teríamos, ontem, sequer ouvido o Sr. José Carlos.

Mas quando se faz um mandado de busca e apreensão - aí pergunto aos que estão familiarizados com o problema -, um mandado de busca e apreensão que a polícia já fez - a polícia já esteve na casa, vimos pela televisão a polícia fazendo a "visita", vamos dizer assim, na casa do depoente -, esse mandado teve que passar pelos três juízes? A solicitação teve que ser feita aos três juízes?

O SR. PEDRO SIMON (Fora do microfone) - Posso fazer um aparte bem rápido?

Acho que não é mandado de busca e apreensão, é a testemunha veio aqui e disse que ainda tem documentos para nos entregar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ela não disse isso aqui, não está nos Anais. Ele falou aqui que tinha documentos à nossa disposição?

O SR. PEDRO SIMON - Falou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí, para mim, muda o sentido.

O SR. PEDRO SIMON - Falou, eu ouvi.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, apenas o seguinte, divergindo um pouco do Senador Mário Covas. São duas hipóteses: uma coisa é a busca e apreensão, que é compulsória, outra coisa é a entrega, que produz uma apreensão decorrente de um ato voluntário.

Então, não vejo problema algum. Agora, se se quiser fazer uma busca e apreensão, daí teremos que correr esses caminhos burocráticos. Então, pode ser feita a entrega voluntária, que se reduz num auto de apreensão. Não vejo dificuldade nenhuma.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não de apreensão, mas de recebimento.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Auto de entrega e recebimento.

Qualifica direitinho, aos tantos dias, por fulano, foi entregue..., não vejo problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com o testemunho aqui dado pelos presentes, de que realmente ele se referiu no próprio depoimento, será uma conseqüência do depoimento, um prolongamento do depoimento que se faria agora.

O que não exclui totalmente a observação cautelar do Senador Mário Covas sobre as pessoas que vão ter precedência no conhecimento desses documentos. Obtidos esses documentos, qual é o passo seguinte? Entregar à Comissão imediatamente. Essa é a primeira condição.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, está perfeita essa posição. A diligência vai ser feita para ouvir a testemunha e complementar essa informação dada. Ato seguinte, espontaneamente, haverá um auto de entrega de documento e aqui um auto de recebimento; não há que se requerer ao juiz titular da custódia.

Sr. Presidente, o que quero sugerir - porque vi um problema na outra CPI nesta Casa, que provocou até um desentendimento entre nós -, é que se autue imediatamente o documento, que se faça autos de processo: volume um, volume dois, até para facilitar o nosso estudo, porque da outra vez não havia autos de processo, eles foram formados ao final, o que levava até a desentendimentos e algumas desconfianças entre nós.

Recebidos os documentos, estamos em uma comissão de investigação que tem poderes de inquérito, imediatamente podemos autuar; auto de recebimento, volume um, página um, página dois, página três. Assim, até para o Relator estudar e termos acesso ao documento, é fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Creio que a partir do momento já definido, a comissão poderá dirigir-se. A única dúvida, ainda no meu espírito, é se devemos fazer o ofício...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, por deliberação da Comissão, os parlamentares que a integram teriam acesso ao preso para esclarecimentos do seu depoimento realizado na madrugada de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Deputado Roberto Jefferson, por obséquio, que nos ajude a fazer a redação.

O Deputado Vivaldo Barbosa pediu a palavra. Ando com uma pequena amnésia.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sei que a amnésia ocorre, mas o apreço continua intenso, Sr. Presidente.

Uma questão que foi levantada ontem aqui, a informação, creio, do Senador Eduardo Suplicy, da existência de um processo judicial, junto ao Supremo Tribunal Federal, que envolve ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.) - Atenção, por obséquio.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Retomando, então, foi trazida a informação da existência de um processo judicial, que já teria, a esta altura...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a todos que tenham a bondade de me atender porque é uma questão jurídica.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É que o processo judicial existente no Supremo Tribunal Federal, informação trazida aqui ontem, já teria até em torno de mil páginas, é uma peça necessária, indispensável porque envolve o próximo depoente, já decidido aqui ontem, que é o Deputado João Alves. Portanto, é necessário que tenhamos urgência de acesso a ela.

Eu indicaria à Comissão uma diligência, para os assessores ou, desculpe a indicação, pelo Vice-Presidente, junto ao Relator do processo no Supremo Tribunal Federal, para que nos forneça uma cópia deste processo, de maneira rápida, para que possamos ter essa cópia imediatamente; e aí, lendo essa cópia, nos prepararmos adequadamente para a inquirição do próximo depoente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães). - Estou de acordo com o Deputado Vivaldo, porque isso é importante. Agora, se formos diligenciar junto ao Supremo, talvez demore.

Agora, foi dito aqui, hoje, pelo Senador Suplicy, que ele tem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qualquer de nós pode ir lá.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, não tem em seu poder?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, não. É preciso ir até lá. (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, perdão. Eu pensei...

O SR. PEDRO SIMON - Acho que independente de ir lá e ler, Sr. Presidente...

O SR. VIVALDO BARBOSA - É trazer a cópia.

O SR. PEDRO SIMON - Independente do tempo que levar - nós já tínhamos decidido isso ontem -, a Presidência deve pedir que seja remetida cópia imediatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não precisa nem a Presidência, um assessor vai lá e pede.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mediante a comunicação com o Relator, talvez seja realmente mais rápido para ele tirar cópias disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fica deferido à Mesa, através do Relator, o contato com o Deputado Vivaldo Barbosa, e chegar a essa conclusão (?).

Faço agora uma proposta imediata...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, desculpe-me, mas é só para deixar consignado aqui que os documentos que retornarem desse recebimento agora, que cheguem à Comissão em sigilo de justiça, porque é necessário um exame prévio da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A observação feita é perfeitamente pertinente ao caso.

Há alguma dúvida, depois da avaliação que fizemos ontem à noite e do que discutimos até agora de manhã, de que o primeiro convocado pela CPI, para depoimento, deva ser o Deputado João Alves, ou não há? (Pausa)

Então, todos estão de acordo? Que seja feito sob que forma, convite ou convocação?

O SR.RELATOR (Roberto Magalhães) - Sugiro convite, ele é um Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Pavão, para uma questão de ordem.

O SR. PEDRO PAVÃO - Há rumores de que ele está internado. O Carrion vem vindo da nossa Liderança e correu um boato, dentro da Liderança, de que ele havia...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por enquanto é boato?

O SR. PEDRO PAVÃO - É.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O advogado, hoje, pela manhã, trouxe o seu cartão aqui. Disse a ele que, evidentemente, não lhe poderia dar acesso ao nosso encontro privado, e ele se dispôs a fazer o contato com o Deputado João Alves. Houve até quem dissesse - preciso verificar se é fato - que o próprio João Alves se dizia, desde logo, à disposição da Comissão. Então, isso nós verificaremos.

Falei com o Ministro Maurício Corrêa, ainda há pouco, ao telefone - quando passei a Presidência ao Deputado Klein -, que, por seu turno, respondia a esta minha pergunta: "Maurício, ontem lhe pedi para dar garantia de vida, e vocês responderam que estava satisfeita a solicitação. Foi feito contato com ele? Essa garantia de vida está dada a ele, pessoalmente?" Ele me disse: "Eu lhe peço tempo para responder". Mas não me deu até agora a resposta.

Então, de qualquer maneira, um fato é indiscutível: nós temos de começar pelo convite.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, quero só aproveitar a oportunidade e encaminhar um requerimento, e gostaria que até fosse colocado, se possível, em votação.

Solicito a V. Exª que determine a elaboração de um relatório especial com o nome dos subscritores, os 20 primeiros Parlamentares, das emendas com maiores solicitações de recursos nos Orçamentos de 89, 90, 91 e 92, constando, obviamente, o nome dos Parlamentares, o respectivo numerário solicitado e a obra ou entidade beneficiada ou a beneficiar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já expressei aqui, não tenho nenhuma objeção senão aquela que lhe pediria que meditasse sobre ela.

É evidente que nós podemos chegar ao resultado da CPI da seguinte maneira: ninguém mais tem coragem de apresentar uma emenda, porque vai ser suspeito de ter feito uma emenda...

O SR. PEDRO SIMON - Em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A **Folha de S. Paulo**, há dois anos, se não me engano, abriu uma manchete que dizia: **Os Cardeais do Orçamento**. Era o Senador Mário Covas, era o Deputado Ulysses Guimarães e era eu, que não cheguei a fazer a formulação naquela ocasião. E nenhuma dessas emendas sequer... Cardeais só na ornitologia; na ornitologia existe um passarinho chamado cardeal; mas, no meu caso, eu não passo nem de bem-te-vi.

Acontece que uma solicitação dessa, formal, por nós, acho que preferiria que, em vez disso aparecer como suspeição dessas pessoas todas - aparecerá, inevitavelmente -, que se faça a conjunção com aquilo que foi discutido aqui, ontem à noite ou hoje de madrugada. Incorporaria isso à solicitação que foi feita da análise do Orçamento desses anos a que V. Exª se refere. Mas recebo o seu requerimento.

O SR. PEDRO SIMON (Inaudível. Fora do microfone) - Acho que é um direito de V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Seria importante que V. Exª concluísse a precedência da vinda do Deputado João Alves e propusesse, então, em consenso, um horário, se vai ser hoje ou amanhã às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já foi. Só a segunda parte é que ainda não está satisfeita. A primeira, já foi votada, que ele virá.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas conclua, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu perguntei: todos estão de acordo? Todos estão de acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, mas falta o dia e o horário, antes de passar a outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, Senador, sem dúvida. Recebo sempre as lições de V. Exª com muito agrado. Temos que completar o fato.

Agora, o que faremos? Surgiu, logo em seguida, o boato que está internado, outro que estava fora. Tenho essa reposta pendente do Ministro da Justiça, que será peça básica para passarmos, então, à segunda parte a que V. Exª se refere.

No Pará, nós usamos uma expressão, não sei se em São Paulo é conhecida, quando a pessoa quer muito depressa as coisas se diz: "o senhor está avexado". Não sei se o senhor está avexado (Risos).

Avexado é apressado, não é flechado, não. Então, logo que tenhamos esses dados aqui, podemos, através da Mesa, marcar os horários. Inevitavelmente, o mais próximo será amanhã e, se possível, marcar logo para as 10 horas da manhã. Hoje não há possibilidade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, não seria de bom alvitre, já que são 13h40min, ouvirmos o Relator sobre o plano de trabalho que ele vai sugerir?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim. Mas eu queria primeiro esgotar essa matéria. O Senador Mário Covas ficou em dúvida.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É porque parece que não haveria como. De acordo com o que o Deputado Freire chamou a atenção - e eu estou aprendendo muita coisa, aqui, de processo penal -, a testemunha, quando convocada, tem um prazo, que fica a seu critério.

Mas ele está sendo convidado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois é. Por isso que estou chamando como convite. Agora, se ele estiver internado, ele vai dizer, evidentemente, que está indisponível para vir por motivos de saúde. Então, temos que diligenciar isso agora na Mesa. Não podemos tomar uma decisão de que vai ser hoje, vai ser amanhã, às 10 horas, porque tudo isso pode ser frustrado a partir do momento das informações.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas a tentativa vai ser feita para hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Hoje. Faremos a tentativa hoje. Se não puder...

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse bem claro. O senhor falou que a tentativa será feita hoje. Mas seria melhor para nós que ele viesse amanhã para termos tempo de examinar todo esse material produzido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só essas 10 mil páginas (inaudível) que o Senador Eduardo Suplicy já leu, mesmo que seja naquele processo de leitura dinâmica, não conseguiremos.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É pertinente à matéria que está sendo discutida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois nãoÉ importante que coloquemos em seguida à decisão do Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Ouvi uma expressão de V. Exª, que deve ser examinada, de que o Deputado João Alves seria convidado. Parece-me, vamos examinar, que seria convocação. Porque os Ministros de Estado, quando comparecem, todos que vêm aqui são convocados, porque o convite pode ser recusado. A convocação é formal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª, que é um homem, além de brilhante, experiente, verifica que isso é para plenário de Casas. É convocação para plenário.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas a convocação para a Comissão.

(Jarbas Passarinho) - A Comissão pode convidar, porque, inclusive...

O SR. ELCIO ALVARES - Admitamos que o Deputado João Alves se recuse ao convite.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bom, eu preferiria que fosse um tipo mandatório. Concordo. Que fosse uma convocação.

O SR. ELCIO ALVARES - Convocado. Apesar de toda homenagem que nos merece o colega, estamos dentro de um... Eu gostaria de colocar este assunto à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E há uma diferença que, ontem, juristas da Casa chamaram a atenção: um presta juramento; outro não presta juramento. Se ele vem convocado na suposição de que já é indiciado, então ele não tem juramento para poder se defender. Então, é importante que definamos agora: convidar ou convocar.

O SR. ELCIO ALVARES - Vamos definir se é convite ou convocação, porque todos serão Deputados e Senadores futuramente.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu queria ouvir o Relator, em primeiro lugar, sobre isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu opto pela forma do convite, porque ele então falará como testemunha. Se ele vier convocado, ele poderá se considerar indiciado ou prestes ao indiciamento...

O SR. ELCIO ALVARES - Não, não, a convocação, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ...e vai querer fazer a defesa. E aí ele vai ficar restrito. Vai ficar liberado de toda matéria que possa prejudicá-lo.

O SR. ELCIO ALVARES - Convocação. Convocação.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, para uma informação.

Sr. Presidente, relativamente ao processo do caso João Alves e empresa...

O SR. ELCIO ALVARES - É convocado ou convidado, é o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Regimento que vou ler.

Se V.Exª me permite, aqui no Regimento do Senado, nas atribuições da Comissão Parlamentar de Inquérito:

"No exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias; podendo convocar Ministros de Estado, tomar o depoimento de qualquer autoridade, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos de qualquer natureza, bem como requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias."

O verbo convocar está ligado a Ministro de Estado.

O SR. ELCIO ALVARES - Que estaria mais ou menos no mesmo tópico, Ministro, Deputado e Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em seguida, diz:

"Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal, aplicando-se, no que couber, a mesma legislação..."

O SR. ELCIO ALVARES - Intimado. E a convocação é uma intimação, e até elegante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas aí...

O SR. ELCIO ALVARES - Seria muito ruim dizer que o Deputado João Alves foi intimado. Ele foi convocado. A convocação é um chamamento, que aí independe de aceitar ou não. Ele, obrigatoriamente, terá de vir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos de acordo que o instrumento é convocação e não convite? (Pausa)

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, pela ordem, Para uma retificação de informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O processo relativo ao Deputado João Alves e a empresa SEVAL, há dois dias, saiu do Supremo Tribunal Federal e voltou para a Polícia Federal; está em mãos da Superintendência da Polícia Federal. São quatro volumes e dezesseis apensos. Eu encaminharei ao Relator, em minutos, o papel com toda a tramitação e o nome do processo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Para encarecer, em face do esvaziamento notório do plenário, que me fosse dada a oportunidade de fazer aqui uma proposta da maior importância para a celeridade dos trabalhos. Autorizado por V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poderíamos considerar o assunto anterior resolvido, porque...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Parece-me que já foi resolvido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Falta a questão do horário e data.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Klein está acabando de mostrar uma questão. Se ele vem na questão de convocação como tal, como todos nós temos o direito, de Parlamentares, de marcarmos data e local para falar. Ele pode argumentar com isso. Então eu deixaria que essas questões fossem deferidas, a partir de cá, à Mesa, na forma pela qual vai fazer a convocação e se consegue chegar.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Negociar isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Negociar, não quero fazer.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas não é negociar no mau sentido. Intimar, Sr. Presidente.

Vamos falar. Às vezes, Presidente, a gente fala uma coisa aqui com um objetivo e a palavra é entendida de outra maneira. É o demônio e Deus da palavra. Isso existe. Intimar. O Ministério Público é intimado do despacho, o advogado é intimado do despacho. Isso não é diminuir ninguém. O advogado é intimado do despacho do juiz, que marca audiência para tal dia. Ele não está diminuído.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu sei, Deputado, que a linguagem - não vou me referir ao jargão jurídico -, às vezes agride as pessoas como eu, que são analfabetas nesse assunto. Por exemplo, quando se diz argüição inepta, o juiz é inepto, ou então a autoridade, eu tenho uma impressão e V. Exª tem outra. Quando diz negociar, eu fiquei com receio - e aí V. Exª tem razão na forma como se expressa -, fiquei com receio de que, amanhã, para os outros analfabetos como eu de questão jurídica, se diga assim, a CPI negociou com João Alves o tempo para chegar, etc. Por isso que eu gostaria de fugir do verbo. Só isso.

Agora passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, o depoimento do Sr. José Carlos Santos, ontem, nos abriu largas avenidas para que nós possamos trilhá-las no sentido da investigação responsável e, provavelmente, no alcance dos objetivos desta Comissão, que é a busca da verdade.

Vejo pelo menos quatro avenidas onde poderão ver oito, seis; como vejo quatro, estou aqui trazendo uma proposta da criação de quatro subcomissões, conforme ocorreu com a CPI PC-Collor e que lhe proporcionou uma extrema agilidade. Talvez tenha sido o segredo do êxito daquela CPI.

Eu nominaria a primeira Subcomissão, a ser criada, de Subcomissão: Econômico-fiscal; poderia ter, como uma sugestão, apoio de um auditor da Receita Federal e o seu objetivo seria a análise da evolução patrimonial dos envolvidos, nos últimos cinco anos, e eventual exame e documentações fiscais de empresas ligadas.

A segunda seria Subcomissão de Bancos e teria apoio, como sugestão, do Banco Central do Brasil. Como sugestão, porque a Subcomissão pode entender que deve ter outro tipo de assessoramento, e não há por que a Mesa cerceá-la numa matéria dessa natureza. Objetivo: análise de todos os cheques das contas que tiverem o sigilo bancário, procedimento e cruzamento para a melhor identificação do fundo financeiro dos recursos sob suspeição. Vejo aqui que faltou a quebra do sigilo bancário.

A terceira Subcomissão, a de Subvenções, teria apoio, como sugestão, de auditores da Secretaria do Tesouro Nacional com o objetivo de analisar, por amostragens, os processos de subvenções concedidas, a partir de 1989, e especificamente dos casos sob suspeição.

A quarta seria a Subcomissão de Emedas Orçamentárias, a qual teria apoio, aqui sugerido, de auditor do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de identificação das emendas aprovadas que envolvam os parlamentares denunciados para que, também por amostragem, possa ser procedida a análise dos processos licitatórios para verificação, se houve direcionamento de obra, exame das prestações de contas, havendo notas fiscais sob suspeição, estas deveriam ser enviadas para exame à Subcomissão Fiscal e identificação de empresas, prefeituras ou outras entidades que devam ter o sigilo bancário quebrado para o procedimento de rastreamento através da Subcomissão de Bancos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão para discutir o assunto. Também está inscrito o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, não é propriamente para discutir, mas para contribuir, tinha até escrito uma página ontem mas não consegui, de ontem para hoje, datilografá-la; de modo que vou rapidamente transferir a V. Exª qual é a minha opinião sobre essa matéria.

Estou de acordo com que tenhamos três frentes de trabalho: uma que V. Exª desdobrou em duas subcomissões, chamando-as de Subvenções e de Emendas, com a finalidade de verificar, na elaboração do Orçamento, desde a apresentação das emendas até a sua aprovação, passando pelo relatório, etc. Eu diria que poderíamos identificar quem são os patronos de que emendas, mas não poderemos deduzir quem são os beneficiários delas. Será necessário, portanto, ter uma outra frente de trabalho junto à execução orçamentária, a execução financeira do Orçamento do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento para, através da SIAFI, apurar quando, como e para quem foram feitas as liberações, quem foram os beneficiários e fazer, portanto, o casamento das duas informações. Quem tomou a iniciativa parlamentar de apresentar, defender e aprovar emenda e quem foi o beneficiário final. Então, penso que são duas Subcomissões com uma outra discriminação, diferente da que propôs V. Exª, mas com o mesmo objetivo. Uma de identificar os autores e propositores das emendas e das listas de entidades subvencionadas e outro de saber como foi o favorecimento concreto e a apuração: se o dinheiro foi aplicado, se não foi aplicado, a contabilidade e tudo o mais.

O outro entendimento que tenho, Sr. Presidente, Sr. Relator, é que na questão econômico-fiscal, como V. Exª tratou, teríamos o exame das variações patrimoniais a partir das declarações de renda, da quebra do sigilo fiscal. Eu gostaria de propor a inclusão nesta mesma área, também, da quebra do sigilo cambial à realização de operação de remessas de divisas para o exterior, dado que a moeda dessas transações, desses acertos, segundo o depoente de ontem, era o dólar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não acha V. Exª que a quebra do sigilo cambial faz parte exatamente das atribuições da Subcomissão de Bancos?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não necessariamente, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Lucros financeiros dos recursos sob suspeição. Evidentemente, entendo que aquelas contas chamadas CC-5 - conta de câmbio - são, por excelência, objeto da investigação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, de acordo com a proposta do nosso Deputado Benito Gama, seria para que V. Exª aduzisse esse termo "externas-externas" a fim de que possa ficar bem claro a quebra do sigilo cambial, que não é necessariamente abrangido na Lei nº 4.595, que trata do sigilo bancário. Era essa a contribuição.

Vamos procurar, então, nos organizar, segundo os quatro grupos, sendo um de análise econômico-fiscal-cambial, outro bancário - a parte cambial está na bancária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como estamos envolvidos no mesmo sentimento de celeridade e objetividade, faço a proposta, Sr. Presidente. Esse assunto ficaria em suspenso, entregaria, uma vez, esse documento aos Deputados Benito Gama e Luiz Salomão e eles me trariam uma proposta.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Relator, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Relator, com a devida vênia, gostaria de lembrar o seguinte. Acho que estamos muito adiante daquilo que queremos realmente. Acho que ouvimos José Carlos dos Santos ontem. Vamos ouvir hoje ou amanhã o João Alves. Posteriormente, talvez, seja necessário uma acareação entre o João Alves e o José Carlos. Acho que enquanto essas coisas não sucederem, tudo mais é dispensável. Tudo mais é só pensar, discutir, tentar fazer alguma coisa a mais, porque depois desses dois depoimentos e desse - digamos - confronto, é que vamos realmente ter idéia do que esta Comissão vai precisar fazer.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, **data venia**, entendo que independentemente do Sr. João Alves vir ou não depor, independentemente de quaisquer outros elementos, creio que pelo fato de terem sido feitas essas indicações ontem pelo depoente, dizendo claramente que há dois esquemas de corrupção, um das empreiteiras e outro das subvenções sociais, tenho impressão que isso aqui é indispensável.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não. Concordo com isso. Agora, acho que se empenhássemos nesta manhã, já estamos aqui há mais de duas horas e meia, quase três horas... Estou sugerindo para que pudéssemos deixar para fazer uma discussão **a posteriori**.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi o que propus. Propus que já que os Deputados Benito Gama e Luiz Salomão fizeram algumas observações...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Relator, veja bem, não quero de forma nenhuma, contestar a proposta de V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não é contestação nenhuma.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É uma mera sugestão de aperfeiçoamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não é contestação nenhuma. Entendo que uma proposta que passe pelo crivo de dois Deputados experientes, como V. Exª, deverá melhorar em relação a uma que eu elaborei numa manhã sem ter dormido. Então, acho que é para melhorar. Inclusive, até imaginava que isso aqui seria uma proposta a ser desdobrada em oito comissões, em sete comissões.

De modo que proponho, Presidente em exercício, que esse assunto saia de pauta até que os Deputados Benito Gama e Luiz Salomão apresentem à Relatoria uma proposta semelhante.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Relator, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Para uma questão de ordem com a palavra o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Sr. Relator, a proposta já foi colocada em discussão. A proposta do Relator Roberto Magalhães é extremamente lógica, ela é tecnicamente perfeita. Essa observação, inclusive, que se vai fazer um desdobramento, não precisa ser aprovado na Comissão. Acho que com a Subcomissão e com o depoimento dado, posso ratificar que a CPI do PC funcionou muito bem, mas depois que as subcomissões foram criadas. Então, a proposta do Relator - com sua permissão, Sr. Relator Roberto Magalhães - de criar uma Subcomissão Fiscal, uma Subcomissão de Bancos, uma Subcomissão de Subvenção Social e de Emendas ao Orçamento, essa proposta das quatro, acho que poderíamos colocar em discussão, em votação, no momento, e depois desdobraríamos numa quinta ou numa sexta, uma fusão se for o caso, mas é inevitável.

O SR.RELATOR (Roberto Jefferson) - Mas quero introduzir aquelas sugestões.

O SR. BENITO GAMA - Claro, evidente. Na regulamentação do próprio Regimento Interno pode ser feito.

Sr. Presidente, eu gostaria de ratificar a proposta do Relator, Roberto Magalhães, discuti-la e votá-la, porque depois faremos a fusão ou o desdobramento das Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Estão inscritos o Senador Garibaldi Alves e o Deputado Moroni Torgan. Consulto se V. Exªs mantêm a inscrição.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, não sou **expert** no assunto, mas ponderaria ao Relator - faria uma consulta - se poderia haver uma fusão dessa Subcomissão de Subvenções com a Subcomissão de Emendas Orçamentárias para dar maior agilidade ao processo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essa foi uma proposta do Deputado Luiz Salomão. Todavia, a Assessoria desaconselhou, argumentando que o material a ser levantado, a qualificação do pessoal e as técnicas eram diferentes. Por isso, são duas Subcomissões.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, parabenizo o Relator pela sugestão imediata, porque Comissão de Bancos, Comissão Fiscal e de Empreiteiras talvez tomem mais tempo do que a de Subvenções. Extrato bancário, sigilo bancário, isso leva tempo; não é algo que se faça da noite para o dia. Então, quanto antes se fizer isso, mais celeridade e mais eficácia daremos ao processo. Isso vimos na CPI do PC. A mesma coisa ocorre em relação à quebra do sigilo fiscal, que também demanda tempo, uma vez que é checada a declaração do Imposto de Renda com o que há nos cartórios. Assim

também são as emendas ao Orçamento: talvez seja necessário fazer perícia em determinados locais para saber se a obra que custou dois milhões poderia ter sido feita com quinhentos mil, que seria a prova técnica de que houve um superfaturamento e um comissionamento.

Estou, portanto, de acordo com o Relator em relação às quatro Subcomissões. Acho que tecnicamente está perfeito. Talvez, de acordo com a dificuldade de cada Subcomissão, haja evolução para mais alguma.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Certamente evoluirá.

Vou submeter o assunto à votação.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, só para complementar essa proposta do Relator - já apoiada por grande parte -, proponho que seja delegada ao Presidente da Comissão e ao Relator a designação dos membros das Subcomissões. Eu queria também incluir, nessa proposta, a aprovação das quatro Subcomissões e a delegação ao Presidente de escolher os membros e as funções que cada um vai exercer. Gostaria de incorporar esta à proposta do Relator, com a sua permissão, Sr. Deputado Roberto Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Vamos submeter à votação.

O Deputado Lázaro Barbosa pede a palavra.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, desde ontem venho buscando contribuir com os trabalhos da Comissão com o meu silêncio... É uma maneira de contribuir. Inclusive, pedi a V. Exª que cancelasse a minha inscrição como inquiridor do depoente de ontem.

Sr. Presidente, quero manifestar grande preocupação, que - creio - ser de todos nós: primeiro, nenhum de nós tem compromisso com o erro. E se aceitamos participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito é porque queremos buscar a verdade, doa onde doer. Mas também, Sr. Presidente, precisamos ter a cautela de não jogar no pelourinho da execração pública, a torto e a direito, atabalhoadamente, nomes que às vezes podem ser atingidos por falta de cautela, perpetrando esta Comissão uma injustiça.

Concordo plenamente com a proposição do Relator em relação à criação das Subcomissões, mas começo a ficar preocupado: nesta hora, em que ainda não ouvimos o Deputado João Alves, em que não sabemos nem sequer se teremos que fazer um cotejamento entre ele e o depoente de ontem, já estamos aqui diligenciando sobre a quebra do sigilo bancário de pessoas, de empresas, de Parlamentares. Temo muito que a CPI possa ser transformada num clube de jacobinos. Acho que essas cautelas devem presidir os nossos comportamentos. Estou de pleno acordo com a proposição do Relator, mas acho cedo ainda para decidirmos sobre elas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A proposta do Deputado Benito Gama, respaldando o Relator, é no sentido de que votemos imediatamente a criação das Subcomissões e também de que a direção da CPI providencie, na indicação dos seus integrantes. A proposta do Deputado Lázaro Barbosa, embora aplaudindo a atitude do Relator, é no sentido de que não se aprove imediatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar esse caso e defender o ponto de vista da Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Passo a palavra ao Relator para se manifestar a respeito do assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, entendo a preocupação do Deputado Lázaro Barbosa. O que acontece é que não decidimos ainda quais os nomes que vamos investigar. Vamo-nos apetrechar imediatamente para que não percamos mais tempo. E quando tivermos condições de dizer que tais e tais nomes devem ser investigados, aí vamos começar a montar a nossa...

O SR. LÁZARO BARBOSA - Permita-me, Sr. Relator, dizer que estou de pleno acordo, contanto que a Mesa Diretora da CPI seja a autoridade competente para dar o **start** dessas providências em cada uma das Subcomissões. O meu receio é de que se criem Subcomissões e elas comecem a agir com independência e, de repente, se tenha dificuldades para se coibir excessos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, veja bem, quem tem poder para constituir, tem poder para fixar o **start**. É só a omissão e não há a comissão. Depois, esta Comissão tem membros, Deputados e Senadores, muito experientes e que foram escolhidos com muito critério pelos seus partidos. Acho que nenhum deles vai sair por aí fazendo estardalhaço, levando informações sigilosas à imprensa. Eu estou muito tranqüilo quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A proposta do Deputado Benito Gama não conflita com a proposta do Lázaro Barbosa, que é de constituição, e a direção da CPI ficar com o controle da formação.

Em votação a proposta.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) - Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Salomão pediu, ontem, à Comissão que diligenciasse para que chegasse às nossas mãos as cópias dos depoimentos prestados pelo Sr. José Carlos nos inquéritos policiais. Acho

que isso não perdeu ainda o interesse; ao contrário. Queria saber se isso já está em poder da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Vou pedir essa informação à Assessoria para transmiti-la a V. Exª

A Mesa recebeu alguns requerimentos do Deputado Luiz Salomão e passou-os para o Relator, para que tome conhecimento dos mesmos. Como há matérias envolvendo inclusive queda do sigilo bancário e que exige **quórum** qualificado para a sua aprovação, a Presidência entende que podemos até discutir os requerimentos, mas não teremos condições de deliberação neste momento.

Consulto o Sr. Relator a respeito da sua posição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, antes de V. Exª dar a palavra ao Sr. Relator, eu poderia justificar minha proposta?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, primeiro, acolho a sua observação de que não temos **quorum** para deliberar sobre o requerimento referente à quebra de sigilo bancário, fiscal e cambial. Gostaria de ponderar, porém, que a Comissão tem apenas quarenta e três dias, agora, de prazo para fazer o seu trabalho. E se não tomarmos a decisão, imediatamente, de providenciar as relações de quebra de sigilo bancário, nós só vamos fazer isso na segunda ou terça-feira da semana que vem. Em conseqüência, vamos perder um tempo precioso, dado que o Banco Central e a Receita Federal consomem vários dias para o fornecimento de informações. Pelo menos na CPI de que participamos, o Deputado Pedro Pavão e eu - CPI da VASP - algumas informações chegaram no último dia de funcionamento da Comissão e foram praticamente inúteis. De modo que acho que teremos que fazer uma reunião especial para tomarmos essa decisão ainda esta semana, com **quorum** qualificado exigido pela Lei nº 4.595, para podermos determinar a quebra do sigilo bancário e fiscal já, sem o que dificilmente essas informações terão utilidade para os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Acho que essa matéria é tremendamente delicada. Acho que o melhor que esta Comissão poderia fazer, independentemente disso que estamos fazendo, seria tomar a decisão de solicitar da Mesa da Câmara e do Senado que fosse levantado o sigilo bancário de todos os Deputados e Senadores. Dessa maneira, não teríamos aquela dúvida no sentido de que poderíamos estar sendo protegidos porque somos da Comissão e que, por isso, escolhemos A ou o B. Nós, membros da Comissão, fizemos um apelo - há vários projetos em andamento - para que seja levantado o sigilo bancário e fiscal, com a máxima urgência, de todos os Deputados e todos os Senadores, a começar por nós, membros da Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou de acordo com esta achega, mas queria fazer uma ponderação. Em primeiro lugar, a Mesa não tem autoridade para fazer esta determinação. A quebra do sigilo bancário pressupõe uma deliberação, em comissão ou em plenário, por maioria absoluta de seus membros. Logo, deveria haver uma decisão na Câmara,

O SR. PEDRO SIMON - O que estou dizendo é que há projetos de lei que dispõem sobre o término do sigilo bancário de Deputados e Senadores. Peço urgência para que esses projetos de lei sejam votados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou de acordo com isso, Senador Pedro Simon, tanto que já preparei o requerimento de urgência urgentíssima, do Deputado Genebaldo Correia. E V. Exª precisa aprovar o seu projeto no Senado. Estamos de acordo. Mas sem prejuízo de tomarmos essa medida hoje.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, as Subcomissões são aprovadas. V. Exª definiu os critérios de composição das subcomissões ?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não, a Mesa é que informará e logicamente é o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que vai decidir a respeito disso. O Presidente, posteriormente, o fará.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Os critérios, então, ainda não estão definidos?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não estão definidos.

Relativamente a esse assunto, parece-me que não há como deliberarmos a respeito de quebra de sigilo bancário quando a lei determina que a sua aprovação necessita de maioria absoluta dos integrantes do colegiado. O Deputado Luiz Salomão solicita que seja marcada uma outra reunião para isso. Acertaremos com o Presidente para que tenhamos condições de deliberar sobre esse assunto, mas o requerimento de quebra de sigilo bancário, no meu entendimento, agora, não pode ser submetido à apreciação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, só para dar uma informação.

A quebra do sigilo bancário ocorreu na outra CPI. Quebrou-se o sigilo bancário de quarenta pessoas, na ânsia de se conseguir alguma coisa. Às vezes, a CPI tomava a decisão, inclusive regimental, com maioria absoluta, sobre quarenta pessoas, mas só se tinha interesse em três ou quatro. Demorava em torno de 20 dias para se chegar ao processo de quarenta. Logo, é melhor que analisemos, caso a caso, para saber exatamente de quem solicitar a quebra do sigilo bancário, e fazer o trabalho. A

Subcomissão deve definir onde entrar e fazer a quebra do sigilo bancário, para evitar inclusive que os bancos dêem desculpas, como ocorreu no passado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu estava esperando que a discussão terminasse, para propor exatamente que a relação de nomes só fosse decidida depois de constituída a Subcomissão. Até porque há parlamentares sobre os quais, até agora não pesa nenhuma acusação. São meras referências. E talvez fosse desagradável quebrar o sigilo de alguém sobre cuja honestidade, por enquanto, não temos o que questionar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, estou de acordo com o fato de que não há número para deliberar, mas só quero reiterar a urgência. Eu não tive a leviandade de fazer qualquer lista. Acho que temos alguns nomes que já foram mencionados aqui pelo primeiro depoente. Não há dúvida de que alguns nomes já foram apontados, indicados, para pedirmos a quebra de sigilo bancário. Quero chamar a atenção da direção dos trabalhos para o fato de ser prioritária essa discussão, tendo em vista a exigüidade do prazo de que dispomos.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, há três outros requerimentos que nada têm a ver com o **quorum** qualificado. De modo que, se V. Exª não estiver pronto para encerrar a reunião, eu gostaria de pedir que fossem colocados em votação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Solicito ao Relator que dê ciência de cada requerimento e se manifeste a respeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sobre a mesa, requerimento do Deputado Luiz Salomão, nos seguintes termos:

"Sr. Presidente, nos termos constitucionais e regimentais, requeiro o depoimento do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Dr. Henrique Hargreaves, face às acusações feitas pelo ex-Assessor do Senado Federal, Dr. José Carlos Alves dos Santos.

O segundo requerimento:

"Nos termos constitucionais e regimentais, requeiro o depoimento do Sr. Deputado Federal Ricardo Fiúza, face às acusações feitas pelo ex-Assessor do Senado Federal, Dr. José Carlos Alves dos Santos.

Eu considero prejudicado, porque S. Exª já se colocou à disposição para depor. E eu ia ponderar a V. Exª que, tendo S. Exª se pronunciado ontem, deveríamos dar um pouco mais de tempo, sob pena de não termos nada de novo em relação ao Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com relação ao Deputado Ricardo Fiúza, estou de acordo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E eu soube hoje, através do Senador Ney Maranhão, que S. Exª quer vir, e teria apenas ponderado que queria uns dez dias para preparar a defesa, para estudar, etc.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas eu gostaria de ouvir o parecer de V. Exª, a respeito do requerimento relativo ao Ministro Henrique Hargreaves.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, eu sou a favor dos dois.

O SR. LUIZ SALOMÃO - No caso, o Deputado Fiúza está prejudicado...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Não está prejudicado, apenas...Como?

O SR. LUIZ SALOMÃO - O requerimento está prejudicado. Gostaria até de retificar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ele, por escrito, já...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ele disse que estava disposto a vir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Exª, então, retira o requerimento do Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou de acordo, Sr. Presidente, uma vez que ele foi mencionado na revista e no depoimento. Assim, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Em discussão, o requerimento de convocação do Ministro Henrique Hargreaves, para depor nesta Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Claro. Já foi decidido isso.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não havendo quem queira discutir, concedo a palavra ao Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, creio prematuro decidir sobre a convocação específica de qualquer pessoa, nominada ontem, sem que antes tenhamos ouvido o depoimento do Deputado João Alves. Parece-me que, só depois de estabelecermos uma comparação entre o que foi dito pelo depoente de ontem - um homem que efetivamente está enfrentando uma série de processos em várias Varas criminais, naquela situação em que se encontra -depois do depoimento do Deputado João Alves é que teremos, então, a condição e o equilíbrio necessário para verificar quais as pessoas citadas que devam ser convocadas. A rigor, se formos nos louvar, pura e simplesmente, no depoimento dessa noite e desta madrugada, deveríamos deliberar aqui pela convocação de todos os nomes que foram citados. Creio ser prematuro...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Prímeiro, aprovado que seja o requerimento, no sentido de que seja tomado o depoimento do Sr. Ministro Henrique Hargreaves, em nenhuma hipótese isso poderá ocorrer antes do depoimento do Deputado João Alves, porque já foi decidido aqui.

Segundo, entendo que, para o Ministro, será muito mais uma oportunidade de defender-se do que um constrangimento. Por isso é que opinei favoravelmente.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, (inaudível). Creio que há certa lógica, é que foram feitas uma série... O problema todo não é a nossa intenção, não é o que estamos pensando, mas a maneira como as coisas aparecem. Se forem invocados uma série de nomes, teremos de decidir quais chamaremos. E se estamos decidindo que iremos chamar esses nomes logo depois de ouvir o Sr. Deputado João Alves, sai amanhã em manchete no jornal a convocação de fulano e beltrano, e não saem os outros nomes. Qual a diferença desses para os outros?

Creio que, nesta hora, haveremos de ter critério. E qual é? Ouviremos o deputado, e depois? A lista é esta aqui, com fulano, beltrano. Então, aparecem três, quatro ou cinco juntos. Com relação ao Ministro Hargreaves preparar-se, quero dizer a V. Exªs que fiquem tranqüilos, pois ele estará muito bem preparado na hora em que for convocado. Talvez até possa dizer que ele gostaria de depor imediatamente. Com relação a isso, não há problema.

. Penso que o Deputado Pontes tem razão ao dizer que, de repente, sai nos jornais de amanhã que a Comissão aprovou Hargreaves e o Fiúza... Mas por que eles e não outros? Qual foi o critério? Isso aparecerá em manchete de uma maneira que... Qual é o critério? O critério é ouvir o deputado, e depois dele? Depois vamos dizer: Esses dez são os que iremos ouvir. Primeiro é o Hargreaves, depois é o fulano, terceiro é o sicrano, quarto é o fulano de tal. Penso que seja isso o que ele esteja dizendo, e creio ter uma certa lógica.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, só quero justificar minha proposta isolada, que ficou assim, na medida em retirei o nome do Deputado Fiúza, em função da própria manifestação feita ontem, e reiterada hoje, pelo Ministro Alexis Stepanenko, do interesse do Governo em apurar rapidamente isso.

Vejo nos jornais que o questionamento que está sendo feito ao Governo, acredito eu, está afetando a sua credibilidade, está afetando até mesmo a governabilidade. Os jornais de hoje, por exemplo, têm sido cáusticos com o Governo do Presidente Itamar Franco.

Penso, portanto, já falo da turma de Juiz de Fora, etc, etc, que seria da conveniência do governo - essa é a minha avaliação - que o Ministro Hargreaves viesse o mais rapidamente possível. Mas, se o entendimento não é esse, de parte do Líder do Governo, que é quem tem a sensibilidade e a responsabilidade de interpretar a vontade do governo, eu me curvo à avaliação de S. Exª.

O SR. PEDRO SIMON - V. Exª me permite um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. PEDRO SIMON - Pode ser feito o contrário: retira-se o requerimento, e digo que o Ministro Hargreaves faz questão de vir depor a hora que quiser. O que, aliás, é diferente... Comunico à Comissão que o Ministro Hargreaves está à disposição para vir depor, e gostaria de depor quando a Comissão assim determinar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como é que é?

O SR. PEDRO SIMON - Eu comunico à Casa que o Ministro Hargreaves está à disposição para vir depor - e gostaria de depor - a hora que quiserem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, vamos marcar.

O SR. PEDRO SIMON - Eu estou pedindo. Vou falar com ele e vamos marcar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, acho que esta Comissão foi montada com base numa reportagem. Essa reportagem faz referências, com pressões variáveis, em torno de pessoas ligadas ao Executivo ou ao Congresso. Elas foram nominadas.

Aqui, ontem, tentou-se extrair do entrevistado até onde ia o seu grau de convicção em relação a cada uma dessas pessoas.

Em caso de convocação dessas pessoas, seguramente, muito provavelmente todas virão. Não há razão para se convocar uma e não se convocar outra. É um processo que tem que ser feito coletivamente. É preciso verificar todas as que vão ser convocadas e dar a elas tratamento igual. Ou, então, está-se discriminando no próprio ato de convocação.

Quando escolho um, tem lógica o João Alves ser o primeiro escolhido, porque ele é quem recebe mais pressão na entrevista. É ele quem é acusado pelo entrevistado de pagar a ele importâncias por determinados objetivos. Então, qualquer

pessoa de bom-senso que fosse solicitada a opinar diria que ele deveria ser o primeiro, depois do acusador.

Agora, acho que teríamos que fazer um diagrama de todos os que devemos convocar sobre as mesmas circunstâncias, isto é, sobre a acusação e fazer uma convocação única de todos eles, para que não prejulgássemos com o próprio ato de convocação. Isso vale para o Hargreaves, como vale para o Fiúza e como vale para qualquer outro; não é porque um é Ministro e o outro é isso ou aquilo. Trata-se apenas de que todos são objetos de uma mesma acusação. Por que vou escolher um deles para fazer um requerimento de convocação? Certamente todos serão convocados. Acho que no instante de decidir a respeito disso, decide-se de todos e cronograma-se a vinda de cada um deles. Agora, escolher um ou pinçar um fica parecendo que realmente tomamos, em relação a esse, uma posição de velocidade e de rapidez que tende a significar prejulgamento.

Eu sugeriria, Sr. Presidente, que tentássemos fazer isso de forma global em relação a todos os que viessem. E certamente, entre eles, estará o Ministro Hargreaves.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, para não prolongar essa discussão, que se está tornando exaustiva e desnecessária, proponho que o requerimento seja retirado de pauta. Mas eu gostaria de esclarecer que não dá nenhum sentido de discriminação. Na entrevista, houve acusação a dois Ministros de Estado: Alexandre Costa e Henrique Hargreaves.

Quanto a Alexandre Costa, o depoente disse que não tinha como afirmar, que imaginava que ele sabia, mas não tinha certeza. E em relação ao Henrique Hargreaves, ele foi enfático. Então, foi esse o sentido de eu ter proposto a convocação de Hargreaves, e não de Alexandre Costa.

Não quero aqui criar dificuldades para o Governo nesse campo. De modo que me submeto à avaliação e à sensibilidade do Senador Pedro Simon, até para que ele perceba que eu me entendo com ele, apesar de ele não se entender comigo às vezes.

Proponho a V. Exª que coloque fora de pauta e peço também a concordância também do Relator, que já deu o seu parecer favorável nesse sentido.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas não pelo fato de não causar problema para o Governo. Não é para favorecer o Governo que eu acho que não deve colocar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Senador, no meu caso, eu não admito a hipótese de que houvesse discriminação de uma pessoa em relação... Eu não admito essa hipótese.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas não diga que é para não criar problemas ao Governo. Não é por isto. É porque, na realidade, quando V. Exª escolhe...

O SR. LUIZ SALOMÃO - É minha opinião, Senador. V. Exª não pode mudar a minha opinião. Eu estou pedindo a retirada de pauta...

O SR. MÁRIO COVAS - Para não causar problemas para o Governo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas não causa nenhum problema para o Governo!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas esta é a minha opinião, me permita. Eu estou pedindo que retire de pauta porque disse, no começo...

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, V. Exª apresentou para causar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, absolutamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Se está retirando para não causar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu apresentei porque o Ministro Hargreaves foi incriminado de uma forma muito dura pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos - foi por isto - e causou, a meu juízo, uma crise política. Não sei se V. Exª leu os mesmos jornais que eu, mas acho que há um questionamento muito duro do Governo. Não é meu intuito provocar isto. De modo que achava que a vinda do Ministro Hargreaves atenuaria o clima. Mas tendo em vista o depoimento do Senador Pedro Simon, eu me curvo aos argumentos dele; mas não me curvei aos seus; curvei-me aos argumentos do Senador Pedro Simon, que prefere que o próprio Ministro Hargreaves marque a data da sua vinda aqui. Eu proponho a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Exª retira o requerimento ou retira da pauta desta reunião?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Retiro da pauta desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator, para se manifestar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu tenho duas razões para concordar com a retirada; a primeira, os argumentos e as ponderações do Senador Mário Covas. Eu acho que ele me sensibilizou. Eu acho que a questão do critério é não somente uma questão justa, mas é também democrática - paridade no tratamento aos diversos - não digo nem indiciados, que não há -, mas às diversas autoridades parlamentares que foram citadas na entrevista da **Veja**.

Em segundo lugar, porque a partir do momento em que o Líder do Governo diz que os Ministros que, porventura, queiramos ouvir, virão espontaneamente, perde o sentido qualquer requerimento. É muito melhor que ele venha espontaneamente, num clima de cordialidade, do que se possa esboçar um aparente confronto entre o Legislativo e o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Retirado o requerimento de pauta e não havendo nenhum outro requerimento na pauta, este Vice-Presidente, no exercício eventual da Presidência, contatará com o Presidente da CPI, no sentido de que seja marcada a reunião requerida pelo Deputado Luiz Salomão. Eu contatarei com o Presidente e o Presidente a convocará.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Antes de encerrar a reunião, está pedindo a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, é apenas para, antes de encerrar a reunião, V. Exª informar com relação à convocação do Deputado João Alves, o que ficou acertado?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Presidente Jarbas Passarinho está diligenciando no sentido de marcar o depoimento do Deputado João Alves para amanhã. E eu, inclusive, comentava há pouco com o Senador Pedro Simon que, se não houver a possibilidade desta convocação, por motivo de saúde - o que foi noticiado, aqui, por Parlamentares -, que nós teremos que avisar, imediatamente, aos Parlamentares, até porque muitos devem ter os seus compromissos marcados para o final de semana.

Então, eu procurarei o Presidente agora, pessoalmente, para nós encaminharmos o assunto e podermos, imediatamente, dar satisfação aos Parlamentares.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14hs31min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 4ª. Reunião, realizada em 21 de outubro de 1993.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iran Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Pedro Teixeira, Luiz Alberto, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Lavoisier Maia, Magno Bacelar, Deputados Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Roberto Jefferson, Leomar Quintanilha, Luiz Maximo, Sérgio Miranda, Costa Ferreira, Carlos Kayath e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados José Genoino, Vivaldo Barbosa, Tilden Santiago, Aldo Rebelo, Moroni Torgan, Gastone Righi e Paulo Ramos, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União" Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, embora não haja ***quorum*** para deliberação, prossegue com a reunião para tratar de outro assuntos. Com a palavra o Senhor Deputado Gastone Righi, encaminha à Presidência sua procuração, nomeando seu procurador o Senhor Senador Jarbas Passarinho. Usam da palavra pela ordem, os Senhores Deputado Roberto Rollemberg, Senador Magno Bacelar, Deputados Mario Chermont, Roberto Magalhães, Luiz Salomão e Odacir Klein. Com a palavra o Senhor Relator propõe seja instalada pelo menos duas das quatro Subcomissões ou

deliberar sobre o próximo depoente. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Maurício Najar, Moroni Torgan, Senador Mário Covas e Deputado Zaire Rezende. Com a palavra o Senhor Senador Eduardo Suplicy, informa que em diligência realizada, trouxe o processo relativo ao caso João Alves e Normando Leite Cavalcante - SERVAL. Fica convocado para depor amanhã, o Senhor Deputado João Alves. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Francisco Rollemberg, Deputados Wilson Müller, Moroni Torga, Pedro Pavão e Benito Gama. Com a palavra o Senhor Deputado Fernando Carrion solicita a Presidência que pelo menos um Parlamentar não membro possa participar das atividades de uma das quatro Subcomissões. Com a palavra o Senhor Deputado Benito Gama para contraditar. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado Moroni Torgan, Senador Gilberto Miranda, Deputado Roberto Magalhães, Senadores Elcio Alvares, Eduardo Suplicy e Deputado Aloízio Mercadante. Com a palavra o Senhor Senador Gilberto Miranda requer seja oficiado ao Banco Central solicitando o bloqueio das contas do Senhor José carlos Alves dos Santos, existentes no exterior. Em Votação, o requerimento é aprovado por unanimidade. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se amanhã, quando na oportunidade será tomado o depoimento do Senhor Deputado João Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 4ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REUNIÃO INTERNA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, embora ainda não tenhamos **quorum** para deliberação, vamos continuar com nossa reunião aberta, porque há algumas coisas que poderemos ir tratando, antes da existência do **quorum.**

A partir do momento em que o **quorum** se materializar, solicito que fiquemos, como de manhã, apenas numa reunião interna.

Como ontem foi um fato público, com relação ao nobre Deputado Gastone Righi, que, ao falar, expressou o desejo de fazer chegar às minhas mãos uma procuração; peço a S.Exª, que me pediu a palavra, que dela disponha.

O SR. GASTONE RIGHI - Sr. Presidente, apenas em cumprimento aos compromissos assumidos ontem, por mim, perante esta Comissão, venho encaminhar a V.Exª uma procuração, que me permito ler apenas para que fique constando dos Anais desta Comissão:

PROCURAÇÃO

"Gastone Righi Gogg, brasileiro, casado, advogado, exercendo atualmente o cargo de Deputado Federal, CPF nº 658.713.8-15, domiciliar de residente da Rua Peixoto Gomi, 912, São Paulo, Capital. Pelo presente instrumento particular de sua assinatura, e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador o Exmº Sr. Jarbas Gonçalves Passarinho, brasileiro, viúvo, Senador da República, domiciliado de residente em Brasília, Distrito Federal, ao qual outorga plenos e gerais poderes para que examine, levante e obtenha extratos e informações amplas e sem restrições de todos os lançamentos, saques, movimentações, depósitos, cheques, títulos, papéis e documentos relacionados com contas bancárias do outorgante, em quaisquer instituições financeiras existentes. Bem como, para subestabelecer estes poderes, as autoridades ou entidades, devidamente credenciadas, que desejem investigá-las, a seu inteiro alvedrio.

Brasília, 21 de outubro de 1993. Gastone Righi Gogg."

Isso, Sr. Presidente, acompanhado do compromisso solene, que aqui assumo, de abrir mão inteiramente de qualquer tipo de imunidade ou privilégio que possa ter, deixando a critério desta Comissão, inclusive, pondo-me à disposição para informações, documentos ou o que desejarem, a qualquer instante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Peço à Secretaria que traga o documento para autuá-lo.

Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, embora já um pouco atrasado, queria registrar a nossa satisfação pela forma com que V.Exª, ontem, conseguiu, contrariando todas as expectativas de ambiente, dificuldades, local, freqüência, manter a reunião em absoluta ordem. Aliás, isso é uma característica do comportamento de V.Exª e ainda intercalando com algumas intervenções simpáticas, que desanuviam o ambiente, a tal ponto de atingir o máximo da simpatia, quando levantou o problema da saudade do bipartidarismo.

Considero uma piada realmente sensacional de V.Exª. Mas, de qualquer forma, foi brilhante. O Senador lembrou muito bem que, ontem, quando o suplente pediu a garantia de posse do seu lugar, eu disse ao Presidente: estou querendo levantar uma questão de ordem para conseguir o direito de ficar de pé, como titular, durante todo o tempo, porque não havia lugar na bancada. Gostaria de solicitar que definissem as bancadas nominalmente, porque quando se colocam suplentes, titulares, alguns colegas, às vezes, não levam isso em consideração, e V.Exª também não pode, como disse uma vez, convidá-los a desocupar o lugar para onde não foram convidados.

De qualquer forma, um pouco didático e até meio escolar, gostaria que fossem fixados os nomes nas bancadas, até porque os Deputados podem ter, na sua bancada, em determinados momentos, suas anotações, seus trabalhos e terem que levantar e, quando voltam, o seu lugar está ocupado. O problema parece muito simples, sem importância, mas é importante para facilitar, inclusive, os trabalhos de V.Exª.

O segundo aspecto é que fui surpreendido pelo colega Deputado Liberato Caboclo, que me informou que um dos jornais havia publicado uma declaração minha a respeito de um companheiro citado durante o depoimento de ontem.

O Deputado Odacir Klein, na reunião do PMDB, deixou muito bem claro - e todos concordamos - que nenhum membro da Comissão pode emitir conceito e juízo, pois, afinal de contas, é um membro da Comissão. Mas, é muito natural, embora não legítimo, que a imprensa, às vezes alegue, na pessoa de um Deputado, uma declaração emitindo conceito.

Então, gostaria que V.Exª fizesse recomendação a todos nós, quando, nas declarações como membros da Comissão, estivermos exteriorizando alguma coisa que pudesse prejudicar o trabalho desta Comissão.

O outro aspecto diz respeito à forma possível de nós defendermos os companheiros da Comissão ontem citados pelo depoente. É preciso que seja muito bem esclarecido pelo Sr. Relator, homem absolutamente competente e culto, que esse processo começa em uma discussão dentro do Orçamento, que é uma lei autorizativa e que, portanto, as eventuais irregularidades não existem na elaboração só do Orçamento com a apresentação de emendas. Existe uma série de atos posteriores até a execução da

legislação orçamentária, onde, aí sim, se caracteriza eventualmente alguma irregularidade maior ou alguma corrupção.

Isso precisa ficar bem claro para todos, porque todos os Deputados ou a maioria dos Deputados citados ontem são homens que atuaram no Orçamento, apresentaram emendas. Às vezes tratam-se de emendas de favor, como quando um Deputado extrapola seu limite, outro lhe oferece, apresentando a emenda para ele. De repente, por desvinculação política, começa-se a dizer: qual é o interesse que levou o Deputado a apresentar tal emenda?

Entendo que o Relator podia, no controle da oitiva das testemunhas, adotar esse critério da lei autorizativa até a liberação dos recursos, a execução orçamentária, a execução da obra. Tudo isso completo, atinge-se o objetivo e a responsabilidade. Não simplesmente por ter feito uma intervenção na lei autorizativa do Orçamento.

Isso tudo parece, preliminarmente, não ter importância, mas, no raciocínio final dos conceitos de juízo a respeito das pessoas, vamos ter que levar em consideração. Preocupo-me, fundamentalmente - encerrando minha exposição -, com uma declaração de V.Exª dizendo que os membros da Comissão não devem ou não podem emitir conceitos de juízo como membros da Comissão. E essas publicações que eventualmente caiam sobre um e outro sejam ressalvadas e até discutidas em trabalho interno da Comissão, porque a responsabilidade individual é muito grande nesta oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V.Exª as expressões gentis com que atribuiu a nós um mérito acima daquele que merecemos por conduzir a reunião de ontem.

Tenho até a impressão, nobre Deputado Rollemberg, de que ontem, talvez, tenhamos passado pelo teste mais sério, porque aquele depoimento, nas condições em que ele foi feito - e poderia ter sido diferente -, poderia ter criado alguma dificuldade até insuperável em prosseguir uma reunião.

De qualquer maneira, acho que terminamos ainda em tempo menor do que o esperado, porque, só de início, já havia 29 inscrições. Hoje, pela manhã, discutimos aquela questão de como ordenar as inscrições de maneira melhor. Relativamente às bancadas, hoje colocamos apenas uma indicação, que está na lateral das mesmas, onde se lê "titulares" e "suplentes". Mas, como bem disse V.Exª, também não será o suficiente. Ontem já havíamos pensado em evoluir para este caso: colocar um indicador nominal dos titulares e dos suplentes. Aliás, o indicador dos suplentes até poderia não ser nominal, mas apenas o dos titulares, porque o que estávamos ainda hoje de manhã falando, Deputada Beth, é que, a rigor, nos tempos em que iniciei a minha vida parlamentar aqui, o suplente só participava na ausência do titular. Por isso ele é o suplente: para suprir a ausência do titular.

Depois se generalizou a idéia de que o suplente deveria participar junto, e acrescentou-se também o direito, até numa comissão que não era mista - isso aconteceu já no meu segundo mandato, numa comissão parlamentar do Senado -, deputado ter acesso e ter voz. Só não tinha voto, é claro.

Então vou admitir isso, acho que não há parecer contrário da Mesa, e vamos preparar as indicações nominais para que os lugares sejam indicados de acordo com a precedência alfabética, senão teremos problemas.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR - Sr. Presidente, quero contraditar o argumento da numeração e denominação, do argumento dos lugares dos Srs. Parlamentares, dentro do mesmo raciocínio de V. Exª. Quando o Parlamentar assume e o titular não está presente, o suplente é um titular.

E aqui me associo às palavras do nobre Deputado Rollemberg com relação à atuação de V. Exª, e fiz questão de cumprimentá-lo ainda há pouco por isso particularmente. Fui comandado de V. Exª como Secretário de Educação, tenho a certeza da segurança e do equilíbrio, e vou até mais além, endossando as palavras do nobre Senador Simon, que disse hoje aqui que foi uma dádiva a escolha de V. Exª para presidir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. MAGNO BACELAR - Com relação ao ambiente lotado e à disputa, admito que seja em função do afã em que se encontra o Congresso Nacional de dar uma resposta à opinião pública sobre seu equilíbrio, sobre a transparência desta Casa.

Muito em breve teremos menos lugares ocupados aqui. Este é o primeiro momento. V. Exª disse que ontem aconteceu o momento mais difícil. Mas acredito que, na reunião de Líderes, da qual V. Exª participou, foi solicitado por um dos Senadores o compromisso de quem fosse nomeado de não se afastar de Brasília. Mas muito em breve, pelo que conhecemos da Casa, os suplentes estarão aqui, sendo convocados para preencher lugares.

O meu Partido, o PDT, por não ter o coeficiente, não tem indicação para titulares. Houve um sorteio, já que havia dois lugares para três Partidos. O nosso não foi aquinhoado, mas, dentro desse espírito de oportunidade para todos, na reunião de Líderes ficou acertado que teríamos dois suplentes. Sou um deles. Na realidade, eu só aqui estarei ou estarei me inscrevendo e solicitando a palavra quando estiver como membro efetivo.

Sabemos todos que não é agradável para nenhum de nós participar desta CPI, mas é nossa obrigação. Ontem, aqui compareci, depois de ser chamado duas vezes para a votação. Então, Sr. Presidente, acredito que, dentro do equilíbrio e da sabedoria de V. Exª, a nomenclatura dos assentos não é o mais importante no momento - peço vênia ao nobre Deputado.

O SR. MÁRIO CHERMONT - Nem eu disse que é o mais importante. É até meio sem importância, mas, no conjunto, é importante.

O SR. MAGNO BACELAR - Porque a disputa do lugar, eu já falei e ressaltei, é pelo afã de cada um de prestar a sua colaboração. Não pleiteei, não reclamei lugar, e aqui só estarei quando convocado como suplente. E estarei sempre atento para cumprir o meu dever.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª, nobre Senador Magno Bacelar, mas quando disse há pouco ao Deputado Rollemberg que já era nossa intenção, é porque, de fato, vimos, ontem, vários titulares de pé, durante horas a fio, e pessoas que não integram a Comissão sentadas. Parece que era um dever de cortesia, mas, infelizmente, nessa hora a cortesia fica obumbrada pela necessidade do conforto pessoal.

De maneira que em não havendo nenhuma restrição por parte da Mesa, tomaremos a providência de fazer indicações de lugares, apenas com uma plaqueta com o nome de cada um. Se algum colega nosso resolver não aceitar isso e sentar no lugar que não lhe é destinado é uma questão de conduta pessoal de cada um.

Estamos nos reservando para tratar somente os assuntos públicos.

O SR. MÁRIO CHERMONT - Sr. Presidente, é importante.

Recebi há pouco uma informação de Belém em que os adversários do PT entraram com um requerimento, junto à Assembléia Legislativa, entendendo que eu teria que ser impedido de participar desta CPI porque estaria relacionado, quando fui presidente da Assembléia Legislativa, numa questão de prestação de contas.

Esclareço que nunca fui chamado, e não estou aqui por desejo pessoal. Inclusive, meu sucessor - que é sobrinho de V. Exª - conservou todo o quadro dirigente da Casa. Se a minha presença for impeditiva, comunicarei ao meu partido e abrirei mão da minha presença com a maior tranqüilidade

Não quero ser um objeto que vai criar problema a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o Deputado me permitir, no caso, peço permissão para entrar no mérito das suas expressões.

Por parte de Mesa, consulto imediatamente o Vice-Presidente e o Relator.

Não não sei se os ilustres Colegas discreparão de mim, mas não vejo nenhuma razão para V. Exª sequer pensar em se ausentar dos trabalhos da Comissão.

Conhecemos a nossa terra. Não militamos no mesmo partido, mas sabemos que se V. Exª aceitasse esse impedimento, naturalmente isso criaria para nós um problema para aqueles que devem ser admitidos aqui ou não por causa das divergências de natureza política. Isso não tem cabimento.

De minha parte, V. Exª permanece na Comissão com toda a prerrogativa de que dispõe qualquer membro titular ou suplente desta Casa.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sr. Presidente, acho que V. Exª foi muito feliz quando procurou ressaltar o caráter apartidário desta Comissão.

Fui convidado pelo Presidente da Câmara e pelo Líder do meu partido para ser membro desta Comissão, e declinei alegando que havia três pernambucanos listados na reportagem.

À tarde, voltaram à carga, colocaram-me em tempo de responsabilidade para com o Congresso, e eu disse: tudo bem, eu assumo. Porém, enquanto membro da Comissão e Relator, não tenho amigos ou inimigos; nem adversários nem correligionários. Somos Senadores e Deputados em torno de uma missão em favor do Congresso Nacional.

De modo que, subscrevo entusiasticamente a colocação do Presidente, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Deputado Odacir Klein também concorda com a minha posição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, com relação a uma proposta feita pelo Deputado Mário Chermont pela manhã, tenho a informação de que já estão disponíveis as notas taquigráficas do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Se for o caso, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece-me que este é um assunto público. Estou querendo tratar da matéria interna da Comissão em reunião reservada.

Vou ler, também, um ofício - que no meu jargão deveria chamar-se aviso, porque é assinado por um Ministro da SEPLAN, datado de hoje:

> "Sr. Presidente, venho colocar à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, todo o quadro técnico da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, responsável pela preparação da Lei Orçamentária para colaborar no que for necessário, tanto ao nível de dirimir eventuais dúvidas sobre o processo orçamentário, quanto para fornecer todo e qualquer dado ou informação importante para o bom andamento dos trabalhos a cargo de V. Exª.

Ao mesmo tempo, comunico que, no âmbito da competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, vamos reunir, a partir da próxima semana, a SOF e todo o sistema de orçamento do Governo Federal, representado pelas unidades orçamentárias e os Ministérios para estudar e analisar a fundo mecanismos que impeçam, a partir do Poder Executivo, possibilidade de irregularidade nos diferentes estágios da elaboração da Lei Orçamentária.

Assinado: Alexis Stepanenko - Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

Peço ao Deputado Odacir Klein que dê uma explicação adicional do que aconteceu antes de eu receber esse aviso. Em seguida, passaremos à reunião interna.

O SR. ODACIR KLEIN - Durante a reunião da manhã, recebemos a comunicação, pelo assessor parlamentar do Ministério do Planejamento, de que o Ministro estaria disposto, inclusive, a vir a esta Comissão para afirmar aquilo que fez por meio dessa correspondência. Naquele momento, estávamos em reunião decidindo assuntos internos, e o Plenário decidiu que deveríamos continuar discutindo nossos assuntos. Liguei para o Ministro, representando a Presidência da Comissão, para agradecer a disposição do Ministro e para dizer-lhe que recebemos de muito bom grado seu interesse em colaborar com o andamento dos trabalhos. Agora, recebemos a manifestação escrita exatamente no mesmo sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, já existe número para deliberação. Está presente mais da metade dos 22 titulares.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

Solicito a atenção de meus ilustres colegas, porque tenho de dar uma informação que interessa a todos nós: quando saí daqui, e o Deputado Odacir Klein me substituiu na parte final dos trabalhos da manhã, eu o fiz para tentar um novo contato com o Ministro da Justiça, porque, como sabem, pedimos que o Ministério da Justiça garantisse a vida do Deputado João Alves.

A resposta inicial que recebi foi que tinha sido dado provimento ao meu pedido. Telefonei ao Ministro em seguida e perguntei se eu podia entender que essa resposta significava que ele fora pessoalmente contactado pela Polícia Federal. Ficou de dar a resposta e, como demorou, retirei-me e contactei o Ministro. Ele disse-me que a Polícia Federal não encontrou o Deputado João Alves e usou uma expressão policial dizendo: "Ele está sendo acampanado".

Depois, houve a notícia que ele estava internado no Hospital de Base do Distrito Federal. Telefonamos para lá e houve informação negativa, não houve entrada do Deputado João Alves naquele hospital.

Mandei fazer contatos sistemáticos com seu gabinete, mas não houve nenhuma resposta. Na sua residência, ocorreu o mesmo.

Pedi esta reunião às quatro horas, porque acho que o que poderia acontecer de pior para nós seria paralisar a Comissão. Como diz o Sr. Deputado Benito Gama, esta Comissão está sendo apelidada de "Comissão do Aqui e Agora". Teríamos, agora, de estudar uma forma alternativa de prosseguirmos, no caso de não contarmos com a presença do Deputado.

Entretanto, há poucos momentos conseguiu-se contato com o ilustre advogado do Deputado João Alves, o Dr. Antônio Carlos Osório. Ele garantiu-me que a convocação poderia ser mandada à residência do Deputado, que seríamos atendidos, pois ele está lá, receberá a convocação e virá amanhã.

O que o advogado pediu é aquilo a que tem direito, que seria ter a oportunidade de sentar-se ao lado - propus que fosse atrás - do depoente, sem, naturalmente, poder instruí-lo nas horas em que ele tiver que fazer a exposição ou responder à inquirição.

Entretanto, estamos aguardando que isso se confirme e creio que devíamos ter uma preocupação em planejar. Pois, se amanhã, embora o advogado me tenha dito isso, não se concretizar a presença, vamos apenas caracterizar, como disse o Deputado Roberto Jefferson, a mora, vamos caracterizar a ausência e ficar nisso?

Eu gostaria que, hoje, fizéssemos um plano de atuação, já a partir da avaliação dos discursos do depoimento de ontem, de seqüências e, conseqüentemente, de alternativas, até porque, como sabemos, os Deputados e os Senadores da República têm um tratamento, pela lei, diferenciado, quando se trata de fazer uma convocação perante qualquer juiz. Eles têm o direito de negociar dia, hora e local para seus depoimentos. Portanto, se, daqui para amanhã, o próprio advogado instruir o Deputado João Alves, ele, desejando não vir, poderá socorrer-se desta alternativa a que tem direito.

Neste caso, pergunto se não seria bom, especialmente o nosso Relator com audiência do nosso Plenário, sairmos daqui com uma espécie de roteiro, para que não fiquemos amanhã surpreendidos com uma ausência do Deputado João Alves. Receava muito que pudéssemos ser apanhados numa paralisação dos trabalhos da Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que, dentro dessa linha de conduta de não permitir a paralisação desta CPI, teríamos duas alternativas. Uma delas é de logo discutirmos o nome de outro depoente que a CPI considere importante ouvir; ou então instalarmos as quatro ou pelo menos duas das subcomissões e as colocarmos já em funcionamento. Penso que esses são os dois caminhos que podem nos colocar em ação, sem perda de tempo e com resultado útil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, por obséquio.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, poderíamos formalizar o convite ainda hoje, uma vez que o advogado, com a palavra do seu grau, garante que ele está lá na sua casa. É importante que fosse formalizada esta convocação para que, se ele deixasse de comparecer amanhã, ficaria caracterizado esse tipo de mora e poderíamos, talvez, usar o que o Código do Processo Penal prevê.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já foi formalizado, assinei o requerimento dirigido à Casa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Exatamente. Em relação a ele. Devemos formalizar a entrega para que ele receba e assine.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Se ele receber e assinar, há uma grande possibilidade de que efetivamente comparecerá. Se depois de solicitado o seu comparecimento deixar de comparecer, fica bem caracterizada a injustificável ausência. Trataremos, então, de agir com os poderes que a lei nos confere como Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se ainda hoje formalizássemos. para que fosse efetiva a vinda dele, com a sua assinatura, ficaríamos numa situação bem resguardada. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entendo a preocupação cautelar de V.Exª, mas de qualquer modo, talvez por eu ter sido um animal treinado em planejar, não poderia deixar de pensar em alternativas.

Digamos que haja uma conduta protelatória inteiramente deliberada, que haja uma assinatura e que não compareça. Na hora pode não comparecer, não pode? Pode argumentar que assinou, mas, através de seu advogado, justificar a ausência, chamando a seu favor a prerrogativa constitucional e de lei comum de que dispõe. É claro que não posso ter um alternado nesta hora para entrar no lugar dele, mas eu poderia, imediatamente caracterizada a ausência, caracterizada a mora, passar para o ato imediato a que se referiu o Relator.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, já escolheríamos um terceiro depoente. O primeiro já veio, o segundo se negaria, o terceiro seria imediatamente convocado por nós. Seríamos obrigados a perder aquela hora e aquele dia de inquirição. Talvez nem perdêssemos o dia, porque está marcado para às 10 horas da manhã. Se não vier, podemos ter a possibilidade de estudar uma inquirição à tarde ou no dia seguinte. Dependeria de tempo.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, congratulo-me com a sua preocupação e, dentro do que o nosso Relator expôs, entendo que seria uma providência salutar a formação das subcomissões, tendo em vista que a própria formação demandaria tempo, pois precisaria de funcionários de outras repartições, etc. Não seria deliberação de subcomissões, mas a formação, a organização.

Penso que um terceiro a ser chamado faria com que entrássemos na mesma dificuldade que tivemos pela manhã, porque na verdade os dois nomes é que centralizam. O denunciante, que foi ouvido ontem, e o Deputado João Alves seriam os maiores centralizadores. Teríamos que, se não organizar as subcomissões, deliberar sobre a listagem do que foi falado pela manhã, para se botar todos no mesmo campo e não se priorizar um ou outro. Esta seria a minha contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de continuar ouvindo. Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pela manhã, quando V.Exª havia se afastado para fazer os contatos a que se referiu, foi discutido o requerimento que apresentei, pedindo a convocação, o convite do Ministro Henrique Hargreaves.

Houve um debate razoavelmente intenso e polêmico sobre a matéria. Entendi que, dos Ministros mencionados pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, o Ministro Henrique Hargreaves foi o único que teve a sua participação, o seu conhecimento, o seu envolvimento ratificados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Enquanto assessor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Enquanto assessor, mas agora Ministro. Quando foi inquirido a respeito do Senador Alexandre Costa, Ministro da Integração Regional, o Depoente teve uma resposta meio evasiva, disse que o conhecia, que ele mandava listas, mas que não poderia afirmar se recebia dinheiro, se participava, coisas do gênero. De modo que o Ministro, que ficou nitidamente incriminado pelo Depoente - não por nós - foi o Ministro Henrique Hargreaves.

Levantei a questão de que, pelo noticiário a que tive acesso hoje, isso tinha criado um grande constrangimento ao Governo. Depois do almoço, recebi notícias

de que, no Palácio, as coisas não caminham bem. A idéia era ter a possibilidade de uma pessoa de altíssima responsabilidade no Governo, o Ministro mais próximo do Presidente da República, poder vir aqui e usar o espaço para se defender, para contra-atacar, enfim, para estabelecer o contraditório com o Depoente.

Houve ponderações do Líder Pedro Simon e do Líder Mário Covas de que isto seria uma discriminação: convocar um Ministro antes de ter o depoimento do Deputado João Alves e isoladamente, sem outras personalidades.

Há um outro requerimento meu convocando empreiteiras. Acredito que não seria o caso, mas partilho da preocupação de V.Exª a respeito de, na hipótese de o Deputado João Alves não comparecer, a Comissão ficar meio no vazio. Também estou com uma certa preocupação porque não entendi bem quando V.Exª disse que teve um contato com o advogado dele, o Dr. Osório, porque, pelo que eu tinha entendido da sua afirmativa, o Dr. Osório disse que não haveria nenhuma problema, que ele compareceria. Mas o Senhor está temendo que isso seja um estratagema?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até agora, é só precaução. Não diria estratagema; como disse bem o Deputado Maurício Najar, ele fez a afirmativa pelo grau, ele é responsável pela fé do seu grau. Mas, de qualquer maneira, admito que possa haver, subitamente, uma pressão muito alta, algum problema desses ou então o próprio advogado aconselhou-o a vir, mas o Deputado João Alves recusou-se, na medida em que ele acredita que a sua prerrogativa está sendo violada.

No meu entender, estamos nos aproximando do fim de semana e, se não tivermos o depoimento do Deputado João Alves, só vamos ter possibilidade de fazer convocações alternativas já na semana que entra e daríamos a impressão de que fomos açodados na primeira reunião e agora estamos relaxando. Essa é a minha preocupação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de fazer uma proposição ao Plenário, Sr. Presidente, que é a seguinte: na hipótese de a Comissão concluir pela necessidade de ter uma programação de audiências ou de depoimentos, sugeriria que, além do Ministro Henrique Hargreaves, convidássemos, desde logo, os Parlamentares que tiveram uma sobrecarga maior de acusações do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Claro que o Deputado Ricardo Fiúza está excluído disso, porque ele já se dispôs a vir, pedindo, inclusive, um prazo de dez dias para fazer sua defesa. Mas outros Parlamentares que não estiveram aqui talvez viessem a ter interesse em comparecer para fazer o contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Continuo ouvindo e gostaria de explicar um pouco a razão da minha preocupação. Eu disse, no início dos nossos trabalhos, que cada um de nós que participa desta Comissão deve estar preparado para a possibilidade de retaliações. Já hoje o Deputado Mário Chermont mostrou uma de natureza político-partidária menor, mesquinha inclusive. Uma repórter, que tem até ligações familiares comigo - maridos e cunhados meus amigos já foram pelo menos -, escreveu numa coluna muito lida no **Estado de S. Paulo** - ainda não li, mas já leram e me informaram - e ela me fez essa pergunta ontem: se era verdade que eu estaria disposto a abrandar, aliviar a situação da CPI; e lhe perguntei: "Em que termos? Quem autorizou a senhora a admitir que esse é o meu pensamento? É claro que a fonte nunca é dita, eles se resguardam dizendo: não posso revelar a fonte. Seria esse o objetivo. O seu papel seria não o de impedir a apuração, mas deixar que as coisas corressem lentamente.

Então, talvez, eu esteja impregnado de uma questão particular. Entretanto, assim como eu, isso tudo pode pairar sobre todos nós. É a razão pela qual eu peço que entendam o motivo dessa ação cautelar.

Tem a palavra o Senador Mário Covas, que a pediu antes de V. Exª.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, vou esquecer um pouquinho a dúvida que V. Exª coloca.

Penso que se a Comissão precisa estabelecer um planejamento, ela precisa saber o que quer apurar. Na realidade, a Comissão nasceu como decorrência de uma denúncia. O denunciante foi chamado ontem aqui. Aditou, manteve, consolidou o que havia dito, enfim, definiu os limites da denúncia. Sr. Presidente, não é possível jogarmos ao sabor dos acontecimentos daqui para a frente.

Há pouco o Líder do PDT dizia que houve uma controvérsia hoje de manhã em relação à vinda do Ministro. No que se refere a minha participação, ela nada teve a ver com a vinda de um Ministro, e sim com a vinda de um dos acusados, escolhido entre todos. Se eles são ministros, Deputados ou Senadores, na realidade, o caso mais geral é que são acusados.

Na minha visão, a prioridade, se tivesse que ser estabelecida, teria que ser no sentido de que os Senadores e Deputados viessem em primeiro lugar, porque afinal é dentro da nossa Casa que isso está ocorrendo. E o sentido desta Comissão, no meu modo de entender - voltando à velha tese que sustento de que sendo isto poder, isto é um problema para ter início, meio e fim aqui dentro, ou então nós logo abrimos mão de ser poder -, era o de estruturar, desde logo, com base no que foi a denúncia, qual será nosso procedimento global. As variáveis que surgirão ao longo de eventos conhecidos durante o processo terão seu tratamento na ocasião devida.

Agora, o que nós devíamos fazer hoje era dizer: "É amanhã que vem o cidadão? Sim, é amanhã que vem o cidadão." Que me desculpe o cidadão, mas ainda que Deputado, se ele não comparecer aqui, isso para mim é elemento de juízo. Não sei como será para os outros, porque o pressuposto desta Comissão Mista é oferecer, em face de uma denúncia, todas as possibilidades de defesa. Também, se não vier, será um problema de natureza jurídica verificar que prerrogativas esta Comissão tem para compeli-lo, tal qual se aqui fosse convocado um ministro ou uma figura qualquer.

Creio que deveríamos, hoje, Sr. Presidente, tentar visualizar, até para termos uma idéia, quando daremos curso às nossas atividades, da melhor maneira possível, para alcançar os objetivos que perseguimos. Como deveríamos fazer o calendário? Quais as primeiras pessoas a serem ouvidas? Seriam aquelas que manipularam diretamente o Orçamento, dentre as citadas, aquelas que foram relatores, etc., porque elas podem prestar melhores esclarecimentos para nós sobre como a coisa funcionava. Em seguida, em função do tamanho da gravidade da acusação, os demais.

Teríamos um cronograma para ouvir pelo menos as pessoas que foram citadas. Se outras terão que vir, é um problema que aparece no processo como conseqüência do que foi se tornando claro ou como necessidade daquilo que for complementar. Mas, se nós não tivermos essa visão global, vamos chegar aos quarenta e cinco dias sem uma conclusão. Não teremos terminado o trabalho, estaremos fazendo convocações individuais, no mais das vezes, não as melhores, colocando coisas menos importantes na frente de outras, não deliberadamente, mas apenas porque todos querem colaborar para uma solução mais rápida.

Eu, pessoalmente, até me penitencio, Sr. Presidente, porque não estava aqui no momento em que isso foi resolvido. Eu não considero a comissão de inquérito o melhor instrumento para agir nesse instante, penso que deveríamos ter um instrumento mais flexível, mais rápido, que em 10 dias pudesse ou tirar a dúvida sobre quem ela pesa, ou, definitivamente, condenar.

Acho muito ruim essa coisa demorar 45 dias, mas se ainda passar disso é pior. Se não tivermos ordem na condução dos acontecimentos, eles é que nos conduzirão, porque a cada depoimento surgirá um fato novo. Quando corrermos atrás do fato novo, este já terá superado o anterior. e se perderá o fio da meada.

Precisamos ter lógico, hoje, na nossa cabeça, o processo pelo qual a Comissão vai desenvolver os seus trabalhos, ou então será muito difícil. Seguramente, o Eriberto não voltará aqui. Nós não teremos, de repente, um caminho ditado por um acontecimento. Nós é que temos que ditar os acontecimentos. Naquele instante em que o Eriberto apareceu, ele apontou um caminho a ser seguido, e foi. Aqui, não. Nós não temos isso. O que temos é a denúncia feita e, a partir dela, temos que ordenar nosso próprio trabalho.

Como faremos isso? É amanhã a primeira figura, porque, supostamente, ela teve mais ligação com o denunciante, era a que por ele foi apresenta como quem concertava todo esse esquema. Tudo bem, mas, a partir daí, há gente com relação mais ou menos direta com o acontecimento.

É preciso escalonar isso e já dizer que na segunda-feira vem fulano, na terça-feira vem sicrano, na quarta-feira vem o outro, etc. E as convocações seriam feitas hoje. Se para cada um houver a possibilidade de poder estar no hospital, nós poderemos ter, para cada um, o mesmo problema por várias semanas.

As convocações têm que ser feitas já, para todo mundo. Como cada um, supostamente, tem interesse em vir aqui para colocar o seu ponto de vista, para se defender, isso deveria ser feito agora, senão ficaremos ao sabor dos acontecimentos. A cada instante convocaremos uma pessoa nova, porque foi citada aqui por alguém. Antes de se passar à seguinte, vai-se conferir aquela citação. Isso, na realidade, nos tira do rumo.

O rumo é saber como é que faremos a nossa apuração. Acho que a primeira coisa é entender a mecânica, então, o melhor é convocar primeiro quem manipulava a mecânica.

Entre todos os que foram citados, os que operaram a mecânica nos forneceriam, no primeiro instante, melhores elementos, mas todos os outros viriam também. É uma questão de escalonar isso. Só que se ficar por conta de acabar o problema do primeiro convocado para, então, pensar no segundo, levaremos muito tempo realmente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador Mário Covas, V. Exª me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Senador Mário Covas, entendi, do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que o mais grave que ele mostrou aqui não foram propriamente as pessoas, mas sim a existência de um esquema de apropriação indébita dos recursos públicos. Ele o descreveu como um esquema estruturado, mostrou como ele funcionava em relação a um componente que ele conhecia muito bem, o das subvenções sociais, e a um que ele conhecia menos bem, mas que afirmava existir e que todo mundo, acho, sabe que existe, que era o das emendas para obras carimbadas para determinadas empreiteiras.

Ora, existe um esquema que ele disse que tinha um mentor, que era o Sr. Deputado João Alves; e havia figuras igualmente importantes no esquema, que ele disse que não eram os mentores, mas que eram os operadores. E as citou. Ele citou alguns Deputados e um funcionário. Quais foram os Deputados? Cid Carvalho, José Geraldo e Genebaldo Correia, como principais, que, segundo ele, inclusive sabiam que ele recebia dinheiro do Deputado João Alves.

Eram, portanto, os elementos da maior confiança do Deputado João Alves. Eram estruturadores do chamado "esquema." E citou uma pessoa, que também disse que era, apesar de ser funcionário, íntimo do Sr. João Alves, que sustentava politicamente o Sr. João Alves, perante a Bancada do PFL e perante o Congresso, para ser relator, que era o atual Ministro, então assessor do PFL, Henrique Hargreaves.

Creio que ele citou mais outras vinte pessoas, pelo menos; quase vinte e cinco pessoas a mais, porém a essas ele atribuiu o segundo degrau em importância dentro do esquema.

Então, quando nós propusemos o Ministro Hargreaves, e agora, para evitar e contornar aquela dificuldade que V. Exª, o Deputado e o Senador Pedro Simon levantaram pela manhã, se convocássemos essas quatro pessoas, não estaríamos sendo, propriamente, comandados pelos acontecimentos, estaríamos tentando conhecer melhor o citado esquema, com os responsáveis e co-responsáveis por ele.

O SR. MÁRIO COVAS - Em outras palavras, V.Exª atribuiu a um grupo dos citados um grau de participação. Extraiu do que ele afirmou um grau de participação que tem uma certa dimensão para um grupo de citados, tem outra dimensão para outros e tem uma dimensão pequena para terceiros. Muito bem!

O que estou dizendo é exatamente que, se conhecemos isso, é perfeitamente possível estruturarmos um calendário de audiência e que deixar esse calendário ser cumprido na base dos acontecimentos seguramente nos cria problema. É muito melhor fixar desde já, fazer as convocações desde já, chamar quatro, cinco pessoas por semana. Não sei como resolver o problema da não vinda, a não ser o que ela reflete na minha maneira de pensar. Esse é um problema de natureza jurídica que só pode ser analisado, ou só podem ser tomadas providências na hora em que acontecer. Pode ser, evidentemente, planejado. Mas tenho que opinar sobre isso. Não sei como é, sei que isso me produz um efeito negativo.

Alguém a quem se oferece a oportunidade pública da autodefesa, depois de uma acusação séria como essa, preferir não comparecer, me causa uma impressão ruim. Mas penso que o fundamental é tentar estabelecer um calendário que possa permitir ao Presidente efetuar as convocações desde logo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso que ainda há pouco falei que V.Exª é um cartesiano e, naturalmente, está também pronto para atender à necessidade de um planejamento. Mas gostaria de salientar que, primeiro fui vencido no Plenário do Senado, e vencido por colegas muito mais capazes que eu, quando achei que, embora tendo assinado o requerimento da CPI, exortava as duas mesas das Casas para juntas começarem um trabalho imediato de averiguação **interna corporis**, já que as acusações pesavam sobre Deputados.

Entretanto, foi considerado que a CPI era mais importante, porque poderíamos ter o fato político e, a partir do dele, o aprofundamento dos trabalhos. E eu me vi subitamente Presidente da CPI.

Ora, chamo a atenção, quase com o mesmo pensamento do Senador Mário Covas - digo quase porque diverge - para o fato de que a ausência amanhã do Deputado João Alves - Deus permita que não se dê, dada a palavra do advogado, que me assegurou que ele vem - pode não ser, desde de logo, interpretada como uma fuga à oportunidade que se lhe dá de defender-se. Agora mesmo ouvimos o Deputado Luiz Salomão que o Deputado Fiúza já disse que precisaria de dez dias para preparar a sua defesa, uma vez que ele tinha que compulsar orçamentos e fazer uma verdadeira devassa nas subvenções que foram apresentadas.

Ora, se o Deputado João Alves, porque só hoje à tarde agora às 17:00h o depoimento será divulgado, disser: "Bom, meu advogado acha, mas eu, primeiro, não desejo abdicar das minhas prerrogativas. A lei diz que chefes de Poder - Presidente da República, Vice-Presidente, Ministros de Estado, Presidente de Câmara, Presidente do Senado - o juiz, ao fazer a convocação, dá-lhe o direito de dizer o dia, a hora e o local onde devem ser ouvidos. E aos Deputados e Senadores disse que deve ser combinado entre o juiz e os parlamentares a data, o local e o dia. Ele pode dizer que essa é uma prerrogativa de que não abre mão e que está usando-a exatamente para poder melhor apresentar uma defesa. Não julgaria desde logo que isso fosse uma ação protelatória deliberada.

Fiz muito poucos inquéritos na minha vida. Fiz inquérito policial militar e o último, que fiz em 64, quase fizeram em cima de mim, porque foi considerado o meu absolutamente insuficiente. Não sei que medida poderia ter esta Comissão - e apelo para os juristas da Casa - a partir do momento em que, convocado e não aceitando vir baseado na prerrogativa que tem e sob o fundamento de que precisa mais tempo para trabalhar, pudéssemos fazer um juízo de valor sobre ele.

Há outras indicações ontem feitas aqui - dessas que o Deputado Luiz Salomão lembrou - que me parecem independentes daquele quadro, que foi muito o quadro "por ouvir dizer". Volta e meia ele dizia: "Mas isso eu ouvi do João Alves". É por "ouvi dizer". Portanto, dependeria do João Alves.

Mas há outras em que isso não acontece; há outras em que ele disse que pessoalmente foi contatar e que não houve nenhum tipo de resistência ou surpresa, ao contrário; perguntado se recebia, ele respondeu que sim. O Deputado que estava fazendo a pergunta perguntou quanto ele recebia e ele disse que recebia 100 mil dólares e que essas pessoas, deputados, disseram que aquilo era perfeitamente natural.

Penso que isso indica um grau de prioridade que se pode perfeitamente adotar, independente da prioridade do Deputado João Alves. Eu estava pedindo ao nosso Relator que, exatamente baseado nessa colocação do Senador Mário Covas e na nossa compreensão original, preparasse um plano de inquirições para poder fazer exatamente assim: a partir de que? O grau seria de que? Qual é a nossa finalidade? Está escrito aqui de forma clarissima: foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas para apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos. Está aí. No caso, o fato concreto é esse.

Ora, a partir do momento em que temos nesse depoimento indicações que prescindem da confirmação ou não do Deputado João Alves, porque ficam agora entre a palavra do denunciante e a dos deputados a que ele se referiu, pode ser uma perspectiva ouvi-lo desde logo. Mas para convocarmos, o Plenário tem que aprovar. Por isso, esperei que tivéssemos **quorum** e creio que é o momento de chegarmos a uma solução sobre isso. Deputado Roberto Rollemberg, Deputado Zaire Rezende, estou trocando com o Deputado Nascimento.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar uma preliminar da Ordem dos Advogados do Brasil. Eu solicitaria a V. Exª que permitisse o advogado ficar ao lado da testemunha e não atrás.

Eu queria concordar com a intervenção do Deputado Moroni Torgan, porque penso que é impossível ouvir qualquer outra pessoa antes do João Alves.

Outro aspecto é a ponderação do Senador Mário Covas, que me parece muito clara: a programação e a sua interrupção, eventualmente com fatos que venham a ocorrer, mas uma programação que garanta o cumprimento e o objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já presidi Comissão Parlamentar de Inquérito e fui relator de outras e lembro-me, Sr. Presidente, que convocávamos cinco, seis testemunhas na mesma convocação, em que havia, inclusive, deputados convocados. Entendeu-se na oportunidade que, ao ser convocado, argüiria a sua prerrogativa ou não no momento que fosse intimado, não posteriormente. No momento da intimação ele pode lançar mão da sua prerrogativa.

Entendo que nesta CPI, que trata de um assunto institucional da própria Casa, duvido que essa prerrogativa valha para essa situação. É um cidadão da Instituição, de uma comissão, cuidando da Instituição, e, que, portanto, a alegação de prerrogativas protelatórias seria aquilo que o Senador Mário Covas falou, ou seja, praticamente uma confissão e daria um juízo de valor.

Por isso, entendo que aqueles que a Comissão julgar ouvir, prioritariamente, podem ser convocados todos em uma audiência normal de um juízo. E se o tempo não permite, essa audiência é prorrogada, transferida para o dia seguinte, para se ouvir as outras testemunhas. Portanto, não vejo que um ato só de convocação seja impossível ou ilegal e que a prerrogativa, no momento da intimação, tenha que ser argüida; se não o foi, automaticamente, já não tem mais prerrogativa a discutir, esse o ponto de vista.

Agora, preocupa-me que na linguagem - não sei qual o objetivo da linguagem do Deputado Luiz Salomão -, quando S. Exª diz que a testemunha de ontem incriminou este ou aquele. O problema do conceito de incriminar é nosso, da Comissão, e não do depoimento da testemunha. Nós é que temos de saber, na escala de quem vamos ouvir, quem interessa à Comissão, porque a maioria das pessoas referidas pela testemunha - o próprio nome diz e os Deputados e bacharéis sabem - são testemunhas referidas, e, como tal, são secundárias para o interesse do processo.

Então, entendo que o nosso critério é exatamente saber daquele depoimento, com os elementos já requisitados de documentos, etc, e fazer um juízo de valor para saber quem vamos intimar.

Neste caso, sim, acho que se deva fazer isto: cinco ou seis pessoas, a critério da Comissão, poderiam ser intimadas a prestar depoimento. Não alegada a prerrogativa, poderiam ser ouvidas hoje, amanhã e depois, e já teríamos, em dias seguidos, um programa completo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Permite V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado Roberto Rollemberg, gostaria de eventualmente me escusar com V.Exª. se empreguei indevidamente a palavra "incriminar" no sentido técnico do Direito. V. Exª sabe que sou um simples engenheiro e não tenho essa versatilidade de V. Exª no manuseio dos termos do Direito, na terminologia técnica do Direito, que também tem o seu jargão.

Agora, o que eu disse é que o depoente incriminou, no sentido de que acusou, o que não quer dizer que tenha sido julgado. Creio que, empregando o verbo incriminar na linguagem corrente, não cometi nenhum pecado, ainda que reconheça possa tê-lo feito, caso seja levado no estrito sentido do jargão técnico do Direito.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Entendo perfeitamente. V. Exª jamais diria isso. Aliás, eu devia respeitar: se V. Exª não sabe bem os termos jurídicos, arquiteta muito bem as coisas.

Sr. Presidente, ficou claro que o problema da incriminação ou não centralizou-se no Deputado João Alves. Em seguida, outros Colegas nossos da Comissão foram referidos. Não tem o valor necessário para a Comissão selecioná-los entre aqueles. Entendo, sim, que a notificação e a intimação devem ser feitas, de uma vez, a diversas pessoas que podem alegar a sua prerrogativa no momento da intimação. Fora isso, não há mais que alegar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não diria que estamos ouvindo um tumulto, mas estamos sentindo que há alguma coisa pela porta. Afirmam-me que a diligência foi cumprida, e aqui está chegando agora o resultado, com a presença dos documentos.

Há pouco, dizia um assessor do nosso Relator - o Deputado Roberto Magalhães - que a CBN já estava informando que essa diligência houvera encontrado

mais um milhão de dólares na casa do depoente. Ora, em primeiro lugar, se isso vier a confirmar-se, veremos que aquilo para o qual foi chamada a atenção pela manhã teria sido violado, porque quando decidimos aqui que a diligência fosse feita, ela deveria ser mantida em segredo, pelo menos até a sua chegada a Comissão. Vamos ver o que vai acontecer.

Agora, eu não interromperia esse nosso diálogo a respeito de como fazer, desde logo, uma preparação, uma seqüência de audiências e deixaria para recebermos, em seguida, a Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Dando seqüência ao raciocínio sobre qual caminho seguir, diria que é importante que, uma vez feita a denúncia e apontadas uma série de pessoas, essas teriam que ser ouvidas e, além destas, seria importante que começássemos já a implantação das subcomissões. Faríamos os dois trabalhos simultaneamente: iniciar-se-ia o trabalho das subcomissões e ouviríamos as pessoas.

Nesse aspecto, estou de acordo com o Deputado quando fala que seria bom que se convocasse mais de uma pessoa para podermos ouvir vários e, inclusive, quando alguém deixar de comparecer por algum motivo, não ficaremos sem ter o que fazer. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito bem.

Gostaria que não saíssemos do tema, vamos concluí-lo. Senador Suplicy, V. Exª participou da diligência? Gostaria de saber se V. Exª participou ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu, juntamente com o Deputado Nelson Trad, fizemos uma diligência a mando do Relator-geral. Trouxemos, e está aqui em mãos, o processo relativo ao caso João Alves e Normando Leite Cavalcante, caso SEVAL.

Sr. Presidente, a Polícia Federal nos informa que gostaria de permanecer trabalhando com o caso. Gostaria que o Deputado Nelson Trad...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No momento oportuno, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ...pudesse dar inclusive informação relevante sobre o que V. Exª acaba de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De qualquer forma, não existe, já está desmentido. A informação seguinte é que o próprio repórter do CBN declarou que US$1 milhão, não, mas que teria conta no exterior comprovada.

Queria que não desviássemos agora a atenção. Estamos decidindo uma coisa muito importante. Foi importante o êxito da diligência, vamos aguardá-la em seguida.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, seria bom que a assessoria começasse a tirar as cópias desse documento. Há mais de mil páginas de anexos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece até que V. Exª falou hoje em 10 mil, se não me engano.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, mais de mil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora pergunto: fomos autorizados a tirar cópia?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, de pronto. Pode-se iniciar mas sempre com o escrivão Vianei acompanhando todo o processo, por ser responsabilidade dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, sem dúvida, tomaremos as providências devidas junto à Secretaria da Mesa. Vamos tirar cópia dos documentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bom, essa é a primeira parte. São quatro volumes, e lá tem mais 16 apensos, volumes de tamanho igual a esses, com documentos. Hoje, o que é possível e viável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Já ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parabéns pelo êxito da diligência junto ao Supremo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu e o Deputado Nelson Trad temos outras informações relevantes porque estivemos no prédio da...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sei, Senador, mas não estou querendo interromper a discussão de um assunto que também tem importância; estamos discutindo aqui o que vamos fazer a partir das convocações. E, enquanto se tira cópia de mil documentos, agradecemos o empenho com que foi cumprida a diligência. Vamos prosseguir.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª tem a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, o Relator fez uma proposta objetiva com a qual concordo. Creio que, na verdade, antes do depoimento do Deputado João Alves, nenhum outro depoente deveria ser convocado.

Segundo entendo, deveria prevalecer a proposta do Relator. É esse o apelo que faço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, se V. Exª me permite, quero atenção, por obséquio, dos meus pares. Vamos tomar essa providência imediatamente, vamos votar, pois já ouvimos declarações importantes e nada poderemos fazer antes de ouvir o Deputado João Alves. Outros discordam dessa opinião. Não iremos ficar o resto da tarde discutindo isso. Vamos passar à votação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, vamos ouvir a proposta do Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A proposta formulada é a seguinte: teríamos duas alternativas para não permitir o retardamento desta CPI no caso de, amanhã, o Deputado João Alves não comparecer: uma seria instalar duas das subcomissões. Por quê duas? Porque propus quatro. Duas delas para funcionar terão que obter quebra do sigilo fiscal e quebra do sigilo bancário. As outras duas, não. Instalaríamos essas que, de imediato, não irão exigir esse tipo de providência.

A outra alternativa seria escolhermos alguns nomes com critérios como propôs desde manhã e reiterou, agora, o Senador Mário Covas, para também termos a possibilidade de fazermos convocações. Todavia, pelo que foi aqui discutido, a hipótese de testemunha talvez devesse sair da minha proposta e eu ficaria apenas com a proposta de instalação das duas subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se me permite o Relator, suponho que uma coisa não dependa da outra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estas seriam as alternativas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esta não depende da instalação das Comissões. É problema nosso. Até então não havia problema.

Entendo que o Dr. Roberto diz é para preencher o tempo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que tenho que pôr em votação, no meu entendimento, é a preliminar. Chama-se ou não alguém senão depois de ter havido o depoimento do Deputado João Alves. Isso é o que iremos dizer.

Chamei a atenção para o fato de que se ficarmos presos a isso poderemos ter diante de uma ação protelatória a paralisação dos trabalhos da Comissão.

Ouço o nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Está designada para amanhã a audiência do Deputado João Alves. Se ele não comparecer vamos fazer o que se faz normalmente. Vamos continuar as investigações e ouvindo outras pessoas. O não comparecimento dele é, em tese, uma confissão, uma admissão de culpa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi isso Senador que falávamos, ainda há pouco, na abertura dos trabalhos. Era apenas preparar a seqüência a partir do momento em que se caracterizasse a mora.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deveríamos esgotar todos os meios cabíveis para trazer aqui o Deputado João Alves.

Não conseguindo, partiríamos a não se criar uma expectativa de novos depoentes sem que pudéssemos ouvir o Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Note-se bem como está colocado o problema. Diferentemente do que disse, ainda, há pouco, o Senador José Paulo Bisol. Votarmos, sem a audiência do Deputado João Alves, nenhuma outra inquirição será feita - está sendo colocado sob esse ponto. Vi várias manifestações nesse sentido. Isso seria a preliminar. "Nada mais ouviríamos", foi dito aqui por outro colega nosso. Os outros seriam testemunhas referidas, não teria cabimento, etc. É preciso ver isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, a decisão de não ouvir qualquer outra testemunha, enquanto não ouvido o Deputado João Alves, já foi tomada.

Parece-me que estamos aqui para revogar essa decisão. Assim foi o que combinamos hoje às 16:00 horas. Estou com a posição do Senador José Paulo Bisol. Não devemos estar colocando obstáculos para o nosso trabalho, e nem nos impondo determinados prazos que não temos obrigação de nos impor. Se ele não chegar, decidiremos.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, eu gostaria de, objetivamente, ouvir ainda o Senador Francisco Rollemberg....

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Me passaram uma proposição.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É besteira eu insistir em falar. Mas eu estava no plenário quando V. Exª fez uma exortação às Mesas da Casa para que elas criassem uma comissão, para que o mais rápido possível resolvêssemos isso. E V. Exª reafirmou isso agora, de que poderia ter sido resolvido em dez dias.

Ora, fez-se a opção pela CPI. E é V. Exª que a preside. V. Exª tem o dever de acelerar os trabalhos, porque a idéia básica inicial era de que andássemos rápido. Não podemos ficar presos à idéia pura e simples de que, se o Deputado João Alves não vier, nós não podemos ouvir alguém. Eu acho que deveríamos agir da maneira que V. Exª estava propondo.

V. Exª disse que é um estrategista, estudou estratégia e tem que usá-la. Não vive sem alternativas. De uma certa forma, eu também gosto de ter alternativas. Eu não gosto de andar em um caminho só. Eu gosto de saber para que lado vou entrar, quais são as minhas opções. O que eu quero dizer é que a minha posição, independentemente da vinda ou não do Deputado João Alves - e me coloco ao lado do que diz o Senador José Paulo Bisol, a não vinda é quase que uma confissão de crime - não é fator impeditivo para que nós não comecemos a chamar aquela listagem de

pessoas que, de uma certa forma, foram co-participantes na divisão do bolo orçamentário que gerou as denúncias e esta CPI. Eu acredito que se nós queremos ganhar tempo, como V. Exª queria com sua proposta inicial no Senado, nós temos é que começar a chamar pessoas, sejam elas quem for. Vamos estabelecer um critério, pode ser até por ordem alfabética, como V. Exª propos aqui para os Senadores, mas vamos estabelecer um critério, vamos começar a chamar as pessoas para prestarem depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu desejaria que nós chegássemos, então, a uma proposição concreta, que eu passo de outra forma. Apenas pergunto ao nobre Deputado Roberto Rollemberg se eu teria entendido mal. Parece-me que V. Exª, quando se expressou ainda há pouco, disse que tudo deveria ser derivado da audiência do Deputado João Alves, porque as outras seriam testemunhas referidas, secundárias, e não haveria cabimento ouvi-las sem ter ouvido o principal. É o argumento de V. Exª.

Essa preliminar, portanto, no meu entender, é que deve ser colocada. Nós poderíamos fazer de dois modos. Uma, sustenta pela respeitabilidade e a cultura jurídica que tem o Deputado Roberto Rollemberg, que nós não poderemos ouvir outras testemunhas que seriam secundárias sem antes ouvir a principal. Ora, vai ser importante o passo que vamos dar agora.

A outra forma que eu poderia fazer para não expor diretamente o Deputado Rollemberg, seria propor o seguinte: se amanhã... e o Deputado João Alves pôs o ciente, foi entregue a ele pessoalmente, há quarenta minutos da notificação. Agora, só como ação cautelar, já estamos vendo que o que eu dei de informação sobre o advogado está funcionando. Quer dizer, se mandasse lá, ele dava ciência e viria amanhã. Então, apenas como ação cautelar - porque isso não vai depender também do que acontecerá amanhã - é o prosseguimento da nossa ação, como dizíamos todos ainda há pouco. O Relator nos prepararia para amanhã uma relação do que ele indicaria como sendo a seqüência natural daqueles que deveriam ser ouvidos.

Proporíamos isso ao Plenário e, a partir do momento em que o Plenário aprovasse, então sim, desencadearíamos as notificações para poder saber em que data nós faríamos o trabalho. E mais ainda, a questão da instalação das subcomissões independe disso, pode ser feita ou agora ainda ou amanhã numa reunião posterior.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, eu pediria a atenção para o seguinte. Não é tão simples instalar essas subcomissões, porque nós temos que escolher os nomes. E nós temos que escolher por afinidades. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É porque delegaram à Mesa, não é?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Delegaram à Mesa. V. Exª vai fazer. Agora, V. Exª parece que iria submeter ao Plenário, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Pois é. Mas, de qualquer maneira, temos que fazer um trabalho bem feito, porque senão é entregue ao Plenário e o Plenário vai ficar discutindo aqui três horas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Coloco, portanto, a primeira questão em votação.

Consulto os Srs. Parlamentares se concordam com que, a partir de amanhã, se não houver a inquirição do Deputado João Alves, não haja impedimento para que, num plano de chamamento para depoimentos, sejam inseridas outras pessoas que, oportunamente, serão aprovadas pelo Plenário.

Se estão de acordo, por obséquio levantem o braço. Exceto, naturalmente, porque já atendeu por solidariedade, o Deputado Roberto Rollemberg, a quem concedo a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, parece-me que não ficou bem explicado.

Mantenho a posição e estou de acordo com a decisão, porque ela também não contraria o que eu propus - como diz o Jefferson, pelo contrário, ela é exatamente isso.

Ocorre que, se o Deputado João Alves não aparecer, a minha tese não está prejudicada. Não podemos paralisar a CPI porque S. Exª não compareceu. Todavia, antes de ouvi-lo, penso - parece-me que todos concordam - que não se deva ouvir outras pessoas. No entanto, S. Exª não será um elemento impeditivo para a continuidade dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Creio que o esclarecimento de V. Exª pelo menos concilia todas as opiniões.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Müller.

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, a título de colaboração, se V.Exª assim entender.

Parece-me que cada angústia tem que vir a seu tempo. Portanto, penso também que, antes das 10h, não se deve preocupar com nenhuma angústia futura. Está marcado o depoimento para às 10h. Pode vir aqui o Deputado João Alves e esclarecer quase todos os fatos; o rumo será um. Pode vir e negar todos os fatos; o rumo será outro. Portanto, a prudência indica - parece-me - que se aguarde até amanhã a sua vinda, tendo em vista que S. Exª assinou a notificação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há dúvida, vamos aguardar. S. Exª já passou o ciente e vamos tê-lo como presente amanhã às 10h. Se S.

Exª não vier - e, aí, entendo bem a colocação do Deputado Rollemberg -, abriu a oportunidade de ouvirmos outros. Demos a S. Exª a prioridade para ser ouvido.

O SR. WILSON MULLER - Só para complementar, Sr. Presidente, creio também que, se de um lado o tempo que passa é a verdade que foge, de outro lado a pressa também é inimiga da perfeição. Portanto, todos queremos a verdade, mas desde que ela venha com pressa e com prudência. Temos tempo para tudo, para inclusive amanhã, conforme o resultado desse depoimento, compor-se essas subcomissões necessárias que o nobre Relator aventa.

Como sugestão sobre essas subcomissões, Sr. Relator, na outra CPI recente, a do caso PC, escaparam-nos todas as empreiteiras, por várias questões...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão Deputado, fui ouvir o Presidente e perdi os seus esclarecimentos.

O SR. WILSON MULLER - Tenho a impressão, Sr. Relator, que, na última CPI de relevância, ou a de mais relevância que já teve aqui, as empreiteiras escaparam por entre os dedos do Congresso. Agora, se não houver uma subcomissão destinada às empreiteiras, não iremos muito longe.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essa subcomissão das empreiteiras já foi criada, só falta instalar.

O SR. WILSON MULLER - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou recebendo uma informação também importante agora: a outra diligência, de que estão participando os Senadores Elcio Alvares e Gilberto Miranda e o Deputado Aloízio Mercadante, concluiu o seu trabalho e acaba de telefonar perguntando se viriam direto para o meu gabinete ou se viriam para cá. Pedi que viessem para cá. Ela trará naturalmente informações preciosas para que possamos, estudando-as, chegar a alguma conclusão sobre as perguntas para amanhã.

Está a palavra facultada, enquanto aguardamos isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço licença para fazer um apelo aos dignos Deputados no sentido de que manifestem as suas preferências, não verbalmente, mas por escrito. Por exemplo, o Deputado Aloízio Mercadante, antes de sair, manifestou o seu desejo de participar da subcomissão das subvenções. Se eu tiver as preferências, vou procurar atendê-las.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, em razão dessa diligência, no meu entender, trazer documentações, talvez fosse importante requisitarmos o trabalho dos peritos da Polícia Federal, que poderiam já começar a identificação desses documentos. Talvez seja o momento de se adiantar essa verificação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há momentos, nós recebemos uma contribuição voluntária, que me parece na linha do pensamento de V. Exª, justamente da chefia da perícia da polícia do Distrito Federal.

O SR. MORONI TORGAN - Talvez fosse interessante da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria, e podemos conseguir isso a qualquer momento. É bom.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Na CPI que apurou as denúncias contra o Presidente Collor foi admitida a participação de Deputados não-membros da Comissão nas sub-comissões. Pergunto se nesta CPI também haverá esta hipótese para alguns Deputados que queiram participar de subcomissões, não sendo titulares nem suplentes da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A tendência natural da Presidência é sim, mas devo submeter isso a Plenário. Eu gostaria de ouvir do Plenário a reação em relação a esta colocação que acaba de ser feita. A exemplo do que foi realizado na CPI presidida pelo nobre Deputado pela Bahia, os não-membros de Comissão puderam integrar subcomissões. A pergunta é se poderíamos fazer a mesma coisa aqui.

Quero ouvir primeiro o Deputado Benito Gama, que está pedindo a palavra para dizer como isso se realizou lá.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, foi uma inovação naquela CPI tanto a criação de subcomissões como a sua composição, porque nós precisávamos de voluntários, precisávamos realmente de um número maior de pessoas. E encontramos, em alguns partidos, pessoas que queriam colaborar. Mas ocorre que alguns partidos não indicavam os membros ou, quando os convidavam para integrar, as pessoas não aceitavam.

Como precisava sempre ter três, quatro ou cinco membros, tomamos a decisão, naquela CPI, de indicar não-membros, mas foi em função da recusa de algumas pessoas em participar. Para não ficar vago, para atender ao objetivo, e como o próprio Regimento permite que os não-membros podem participar das reuniões, só não podem votar. Evidentemente que fizemos um entendimento mais abrangente e consideramos isso. Agora, houve uma reação muito grande de alguns partidos que não indicaram e que depois viram o trabalho feito por outros partidos.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Para poder iluminar um pouco a proposta feita, veja, por exemplo, o caso de um colega nosso que, ainda que não-membro titular nem suplente desta CPI, teve oportunidade de, ontem, fazer um trabalho muito destacado pelo nobre Presidente. No caso, o Deputado Moroni Torgan que, diligentemente, conseguiu saltar obstáculos, ontem à tarde, viabilizando a própria vinda do preso para fazer seu depoimento.

Então, até avoco, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, esta própria manifestação de disponibilidade de um colega não- membro, como o Deputado Torgan, para propor aos demais colegas, se assim entenderem em sua maioria, que seja aceita como válida a propositura de algum Deputado ou Senador, não-membro, que se disponha a participar de uma das quatro subcomissões. Esta é a nossa proposta e o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, aprendi na minha vida que não aproveitar a experiência alheia é um ato de burrice inominável. Então, prefiro, depois de ter ouvido o Deputado que presidiu, com a proficiência que todos nós testemunhamos, a CPI anterior, Deputado Benito Gama, dar a seguinte solução preliminar, **ad referendum** do Plenário: nós aceitaríamos a participação de não-membros em subcomissões, mediante inscrição voluntária para fugir do problema que surgiu com a indicação por partidos, e dentro de um limite que a Mesa considerasse. Então, a partir daí, se aparece alguém que deseja ser candidato a constituir uma subcomissão, e não terá direito a voto; irá auxiliar. Então, a pessoa que quer, voluntariamente, ajudar a CPI a chegar ao seu destino - à verdade - poderá oferecer-se. A Mesa naturalmente aceitará conforme as limitações existentes em cada subcomissão.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer uma observação: se se deixar a participação aberta a voluntários, um ou outro partido poderá ter influência maior porque poderá ter mais voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A culpa é dos que não quiseram apresentar-se.

O SR. BENITO GAMA - A Presidência é que podia escolher os membros da subcomissão, ou a Mesa. O Relator, o Presidente e o Vice-Presidente escolheriam, entre os Parlamentares, os voluntários.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu já vi isso na vida militar. Na Guerra do Paraguai, houve um batalhão brasileiro que fugiu dos paraguaios. Então, chamaram um major, que já se destacava muito naquele tempo pela capacidade e firmeza, que se chamava Floriano Peixoto, e disseram-lhe que fizesse o que quisesse com aquele batalhão, porque se tratava de um bando de covardes. Logo classificaram generalizadamente, dizendo que poderia fazer as mudanças que quisesse. Ele respondeu que não mudaria ninguém. E começou a fazer exercícios na linha de tiros do inimigo. De vez em quando um era ferido e morria. E ele continuava fazendo os exercícios de comando. Finalmente, quando achou que a tropa estava na "mão", fez uma movimentação de ordem unida em cima de um imenso formigueiro - eram formigas de fogo, como as chamamos no Norte - e comandou "sentido". Ninguém tinha o direito de se mexer. Quando ele viu que estavam todos prontos e ninguém mais se mexia, disse que aquele batalhão atacaria, no dia seguinte, na linha mais perigosa do ataque da Brigada. Convocou determinado capitão para ser o primeiro voluntário, dizendo que precisava de dez e que ele escolhesse os outros nove.

Está-me parecendo que é o mesmo caso: vou escolher os voluntários, a exemplo dessa história. Se alguns partidos não tiverem interesse em participar e se apresentarem 20 voluntários todos do mesmo partido, acabarei formando uma subcomissão só partidária.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer as palavras do Deputado Fernando Carrion e de V. Exª. Cumprimos a nossa obrigação. Realmente a diligência foi de V. Exª, que inclusive ficou sem almoço ontem - tenho certeza - e bastante preocupado com isso.

Naturalmente, passei os últimos quinze anos de minha vida fazendo inquérito. Essa experiência, quero, de pronto, colocar à disposição de V. Exª, como fiz desde a primeira vez em que nos encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Parece-me impossível que discutamos qualquer outra coisa senão essa ansiedade com que esses papéis serão apresentados. Então, vamos pedir...

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, vamos concluir aqui o trabalho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, o delegado está aí... (Inaudível.) Encontramos aproximadamente mais 900 mil dólares, em dinheiro, na casa dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Iram Saraiva está em subvenções.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Como é? Encontraram 900 mil dólares em dinheiro?

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NAO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, trata-se de uma decisão extremamente importante desta Comissão.

Segundo o Senador Miranda, estão colocando os dólares aí. Então, seria bom organizar a reunião para quê...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Estamos colocando aqui porque o delegado precisa ir embora. Ele rubricou...

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Um momento, por favor. Pedi a palavra porque essa é uma questão da maior gravidade. Temos de receber isso tudo formalmente: temos de catalogar essas notas, identificar todas. Acho que isso está sendo feito com muita precipitação, Sr. Presidente. Precisamos ter cuidado com isso. É uma questão gravíssima.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Desejo falar como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, não vejo como...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto a V. Exª se o delegado deseja retirar-se agora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria que o delegado não se retirasse antes de aqui tomarmos... (Inaudível)

O SR. ELCIO ALVARES - O delegado e o advogado do Dr. José Carlos, são duas pessoas imprescindíveis.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, tenho uma ponderação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, a que título iremos ficar como depositários desses dólares?

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Vamos devolvê-los.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. Não temos como ficar com esse dinheiro, nem mesmo por um dia.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ou nós cedemos à necessidade de impedir que a excitação nos domine, ou não teremos ordem neste trabalho. A entrada foi um pouco espetacular. A entrega derramou-me aqui, pelo menos, água e tirou-me do meu lugar. Parecia que tínhamos acabado de vencer a guerra contra os Estados Unidos.

Gostaria de ouvir o Senador Elcio Alvares, que pediu a palavra depois do Relator. Os membros da diligência terão prioridade para falar e para propor o que quiserem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, dada a delicadeza da situação e a preocupação do Deputado Benito Gama sobre o que acaba de ser colocado na mesa, avalio que, a partir deste instante, V. Exª poderia abrir o sistema de televisão, para que possa ser testemunhado o que será revelado pelas pessoas que tiveram essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, não acolho nem recuso a questão de ordem neste momento. Discuti-la-ei depois de ouvir os que fizeram a diligência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, em linhas gerais, cumprindo a determinação da Comissão, em companhia do Deputado Aloízio Mercadante e do Senador Gilberto Miranda, estivemos na Delegacia da Polícia Federal - quero conversar, depois, com a Comissão -, conseguimos novas declarações. Aí surgiu a referência ao dinheiro e às contas. O depoente, inteiramente tranqüilo, contou-nos algumas coisas e reiterou determinadas posições. Penso que isso mereceria de nossa parte um relatório mais amplo, porque, até à primeira vista, pareceu-me uma complementação de depoimento, em face da ponderação que ele fez.

Ficamos surpresos, porque foi uma declaração inusitada: ele tinha cerca de 1 milhão de dólares colocados em cima do seu armário. Em companhia do advogado do Sr. José Carlos Alves dos Santos, o Dr. Magnaldo, que está aqui presente, pedimos um termo de autorização, como esse da declaração, que irei entregar à Comissão, em que nós nos precatamos de todos os cuidados, para não parecer que estávamos cometendo um ato leviano, sem o respaldo da voluntariedade do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Essa autorização foi assinada pelo advogado e pelo Sr. José Carlos. Em companhia do advogado e do delegado, fomos ao local indicado, onde fomos recebidos pela filha e pelo genro do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que foram muito gentis e atenciosos conosco. Todas as diligências foram presenciadas por ambos.

Queremos esclarecer, Sr. Presidente, que havia um volume muito grande de pacotes de notas de dólares. Então, colocamos o dinheiro dentro desses cinco pacotes, que foram rubricados pela filha do Sr. José Carlos Alves dos Santos, pelo delegado e pelo advogado, ou seja, pelos três integrantes. Colocamos dentro daquelas

pastas e malas os papéis - à primeira vista, havia muito papel. A Polícia Civil esteve lá ontem, realizou diligências e levou vários papéis.

Quero prestar esta declaração com todas as cautelas, porque, em nenhum momento, perdemo-nos na condição de advogados. Não houve um ato, sequer, sem a presença do delegado da Polícia Federal, que está com o preso, e do seu advogado.

Dentro daquelas malas, Sr. Presidente, há um volume imenso de papéis. Vimos que alguns desses papéis têm utilidade para esta Comissão. Como a triagem desses papéis é muito difícil e como também não poderemos fazer termo de peça por peça, colocamos os papéis ali, assumindo o compromisso expresso com a família do Sr. José Carlos Alves dos Santos de devolver todos os papéis que representarem algo pessoal. O que não for pessoal, vamos listar e fazer juntada aos autos. Nesses pacotes, deve haver, aproximadamente, 900 mil dólares - contamos esses dólares a **grosso modo**. Esses envelopes estão todos rubricados. Evidentemente, isso tem de ser feito mediante um termo.

Quanto ao depósito do dinheiro, vamos evoluir - já surgiram algumas sugestões. Apenas temos de constatar que, na diligência, foram encontrados esses papéis e que ele declara a existência de duas contas no Exterior: uma nas Bahamas e outra em Nova Iorque, sendo que essas contas foram patrocinadas pelo Banco Nacional, principalmente a tarefa de levar o dinheiro para o exterior. Então, esse termo que vamos entregar...

O SR. NÃO IDENTIFICADO - O Sr. José Carlos Alves dos Santos explicitou os valores?

O SR. ELCIO ALVARES - Não. Ele deu valores aproximados. Ele não diz nada em termos definitivos - quero deixar isso claro. É nossa obrigação, então, levantar o montante. Parece-me que aí há pacotes de 100 dólares e pacotes também de nota de menor importância.

Sr. Presidente, essa foi a diligência. Evidentemente, houve participação da imprensa, o que não era para ter havido; no entanto, acabou havendo. Tenho a certeza absoluta de que o que vai acontecer, agora, dentro do cumprimento do mandado, é entregarmos o termo de declaração, que, a meu ver, cobre a Comissão, examinarmos, evidentemente, e recebermos ou não, ou destinarmos o dinheiro à autoridade processante, porque, na verdade, a diligência nasceu dentro da Delegacia da Polícia Federal, que ficaria com a custódia do dinheiro e faria o termo.

Quanto aos documentos, Sr. Presidente, solicito que seja nomeado um funcionário da Casa, acompanhado de Senadores e Deputados, para se fazer a separação, porque é muito papel.

Esse é o registro que eu gostaria de fazer em nome pessoal, formulando um apelo no sentido da devolução destas pastas e destas malas à filha do José Carlos. Assumi esse compromisso com a família que nos cedeu essas malas e esses pacotes que a ela pertencem. Eu pediria que fossem revistados.

Sr. Presidente, vou passá-los, então, à sua mão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já tenho cópia da declaração. V. Exª já concluiu?

O SR. ELCIO ALVARES - Concluí e considero a diligência cumprida, com as ressalvas, evidentemente, pelo valor e pela importância, do recebimento dos 900 mil dólares, que veremos como fazer.

Sr. Presidente, não esqueça uma coisa, por favor. Pedi encarecidamente para examinarmos, depois, a complementação do depoimento que ele fez perante os membros da Comissão na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de perguntar primeiro ao Senador Gilberto Miranda e ao Deputado Aloízio Mercadante se se dão por satisfeitos com a declaração feita pelo Senador ou se desejam aditar.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Só queria aditar o clima em que se deu a entrevista com ele junto ao Delegado. O José Carlos disse que queria deixar tudo limpo; que pretendia ter dito isso, ontem, mas antes queria conversar com o advogado para ver o tipo de procedimento; disse ainda que sentia confiança em colocar isso nas mãos da CPI, pois não tinha interesse em manter mais nada da vida dele do passado. E, totalmente espontâneo, ele falou: "De tudo que pensei que faltava dizer é o dinheiro. Então, vocês vão lá em casa; em cima do armário tem uma espécie de fundo falso. Vocês tiram lá a madeira e vão encontrar entre 900 mil de dólares". A polícia esteve cinco vezes em sua casa e não encontrou o dinheiro. No entanto, fomos lá e encontramos, creio que, em torno de 900 mil dólares; eram pacotes fechados, poderíamos contar isso agora, imagino. Antes de mais nada, temos que identificar quanto foi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir primeiro e depois vamos debater.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Ele fez a identificação das duas contas no exterior e, depois, começou a falar mais coisas sobre o esquema, nomes. Fomos checando nome por nome, como era a conversa. Foi contando, detalhando. Disse que queria ter falado mais, que não sabia se tinha sido ou não muito preciso no que dissera. A meu ver, valia a pena darmos o informe acerca do que se passou. A conversa não foi gravada, porque não era um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que não aparteiem. Estamos excitados. Vamos ouvir.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não tínhamos a autoridade da CPI para colher o depoimento, mesmo porque ele não teria valor para a CPI. Para isso, teria

que ser feito perante juramento aqui. Foi uma conversa, na qual ele reforçou as coisas que disse ontem. E, basicamente, em relação aos nomes, ele fez nuâncias da participação das pessoas, mais ou menos no sentido que ele vinha fazendo ontem, reafirmando vários nomes e detalhando.

Creio ser importante, depois, relatarmos essas nuâncias, porque, pelo menos em relação a alguns nomes, ameniza, na minha avaliação, as afirmações. A versão foi a mesma do que ele fez ontem, mas ele foi concretizando, definindo, precisando os nomes, contando situação. Ele estava querendo falar e foi falando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como V. Exª me responderia em relação a essas nuâncias? Eram verbais? Não foram escritas. Aquelas que V. Exª disse que amenizam, foram verbais?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não. Estou dizendo que acho que, talvez posteriormente, ele possa fazer um novo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É isso.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Eu diria que essa conversa com ele pode nos auxiliar no rumo das investigações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem dúvida.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Tanto que pelas provas materiais, ele deveria nos ajudar a identificar esse material. Ele se dispôs a isso, ou lá, ou aqui, pois têm muitos documentos, papéis que são anotações pessoais dele. Eu mesmo, por exemplo, peguei um papel que tem o nome de vários Deputados. Todos os que ele falou aqui mais alguns: Não sei do que se trata esse papel. Inclusive escondi-o para entregá-lo à Casa, porque se isso chegar à imprensa, vira fato político por conter mais nomes. E já era a expectativa da imprensa saber quais eram os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Então, creio que devemos estabelecer um procedimento, pois existe muito material e ele está disposto a contribuir em todo o processo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pedi ao Senador Elcio Alvares, que me pareceu do conjunto ser o único jurista dos constituintes da inteligência, que fizesse a exposição. O que perguntei foi: a exposição do Senador Elcio Alvares completava o relatório da Comissão de diligentes?

Ouço o Senador Gilberto Miranda sobre a mesma pergunta.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Palavras do Senador Elcio Alvares. Gostaria de lembrar ao Deputado Aloízio Mercadante - porque encontramos um bilhete muito pequeno, que talvez esteja no bolso do Deputado - que o passasse às mãos do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é possível.

O SR. GILBERTO MIRANDA - É um bilhete muito pequeno, escrito à mão, contendo nomes novos e não é bom deixá-lo no meio de outros documentos. Seria muito importante. Acho que o Deputado esqueceu, porque não dá para lembrar de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento, V. Exª ainda vai aditar? Porque quero dar, em seguida, uma espécie de declaração pessoal de frustração.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Vou aditar. Gostaria de concluir, Sr. Presidente...

O SR. ELCIO ALVARES - Gostaria de acrescentar a V. Exª. Eu pediria o bilhete, pois trata-se de algo muito delicado, aduzindo nomes, o que realmente começa uma ciranda infernal. Sr. Presidente, esse bilhete foi encontrado, mas acho que deve ser avaliado na proporção da prova e não fazermos deste a peça. Não, não existe.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Não, só para guardar.

O SR. ELCIO ALVARES - Gostaria de fazer esse registro com as cautelas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Logo em seguida, Senador Elcio Alvares, vamos discutir a matéria.

Estou um pouco incomodado, e dirijo-me aos três ilustres colegas da diligência. V. Exª, Deputado Aloízio Mercadante e Senador Gilberto Miranda. Há quarenta minutos, recebemos exatamente a informação, passada por alguém que ouviu do repórter da CBN, de que havia sido achado, na diligência, 1 milhão de dólares e a prova da existência de contas no exterior.

Esperava que recebêssemos isso em primeira mão, antes da imprensa, fizemos uma diligência e deveríamos saber no mesmo momento. Não estou fazendo nenhum tipo de censura, mas mostrando o incômodo que fico quando jornais, rádios e revistas ficam sabendo desta matéria primeiro. Por isso, quando o Senador Elcio Alvares perguntou-me se eu desejava que a comissão se reunisse no meu gabinete, eu pedi que viéssemos para cá. Esse é um primeiro problema.

Este papel que está aqui, como diz bem o Senador, a mim não diz nada. É uma série de nomes manuscritos, apenas coincide que são nomes referidos ontem. Mas o que diz aqui?

Segundo ponto, o Sr. José Carlos declara aqui - inclusive pedi ao Senador Elcio Alvares que não trouxesse o documento, porque eu já tinha a cópia, mas queria o original -:

"José Carlos Alves dos Santos, brasileiro, casado, economista, residente em Brasília, atualmente recolhido na Custódia da Superintendência Nacional do Departamento de Polícia Federal:

DECLARO

que tomei conhecimento do ato nº 1, CPNI Orçamento;

que de minha livre e espontânea vontade autorizo seus eminentes membros, Senadores Gilberto Miranda, Elcio Alvares e Deputado Aloízio Mercadante, a comparecerem a minha casa, situada na SHIS QI 7, conj. 12, casa 15, em Brasília, em companhia de meu advogado, José Gerardo Grossi, para o fim de cumprir as finalidades referidas no mencionado ato nº1, CPNI Orçamento.

DECLARO, mais ainda, de minha livre e espontânea vontade, que, após contato com o meu referido advogado, a quem revelei, nesta oportunidade, a existência, em minha casa, de cerca de 1 milhão de dólares, que autorizo os mencionados eminentes membros da referida Comissão a proceder a apreensão dessa moeda no local que já indiquei ao meu advogado.

DECLARO, finalmente,

que revelei ao meu advogado, já referido, e imediatamente aos eminentes membros da aludida Comissão que sou titular de duas contas correntes no Banco Nacional S.A. e em suas filiais ou coligadas na Cidade de Nova Iorque, Estados Unidos e nas Bahamas ou país adjacente, onde o referido banco tem agência filial ou coligada;

que, na primeira dessas contas, tenho um depósito de cerca de 50 mil dólares americanos e, na segunda, cerca de 420 mil dólares americanos.

Autorizo os eminentes membros da referida Comissão a praticarem todo e qualquer ato para elucidar tais contas e depósitos e, se for o caso, apreender as quantias ali encontradas. Esclareço que as importâncias depositadas nas referidas contas foram entregues em moeda americana ao Sr. Luiz Artur Arantes do Nascimento, gerente do Banco Nacional de Brasília, que se encarregou de transferi-las para os países a que me referi.

Tendo em conta que se acha em curso na Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal as mesmas autorizações que acabo de dar aos eminentes membros da CPI, eu as dou ao Dr. Delegado da Polícia Federal, a quem compete a presidência do mencionado inquérito."

Assinado: José Carlos Alves dos Santos. Advogado: Dr. Grossi.

Ouvirei, em primeiro lugar, o Relator. Os diligentes eu já os ouvi, aos quais agradeço muito a diligência feita. Contudo, fico triste em ter sabido disso, repito, antes que os próprios diligentes tenham chegado aqui.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V.Exª a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, quando chegamos à Polícia Federal, havia cerca de 50 jornalistas. Saímos da Polícia Federal sugerindo ao Sr. Delegado que eles saíssem dez minutos depois e que fôssemos em carros diferentes. Saímos de lá com todos os carros atrás.

Quando chegamos à casa do Dr. José Carlos já havia aproximadamente 100 jornalistas, no portão, na porta, em todo lugar. Pedimos a eles que não entrassem na casa, que esperassem a nossa saída. Saímos com todas essas pastas e com todo esse material.

Acredito que o interesse de nenhum dos membros desta Comissão não era senão o de conseguir os documentos, que é o melhor que pode acontecer para esta Casa, não pretendemos arranjar alguma publicidade em bem próprio ou alguma coisa, porque isso aí é um mar de lama, não é publicidade para nenhum de nós.

Lamentavelmente, fomos nós três os que tivemos de ir e fomos, trazendo o que, na minha opinião, é má notícia e não boa. Então, não estamos de acordo com isso. Lamento que V. Exª tenha ficado chateado, mas digo que fomos relativamente pressionados. Eu não sei quem de nós três deu a entrevista à CBN ou falou alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se 50, 100, 1000 jornalistas saem e depois respondem com precisão a respeito do que acabamos de receber, alguém recebeu essa informação antes de chegarmos aqui. Não tenho o direito de censurar nenhum dos meus companheiros, não tenho autoridade moral para isso, apenas acho que esta CPI não pode ser palco, em nenhuma hipótese, como V. Exª diz muito bem, de exibições de natureza pessoal, nem política, nem partidária.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em nenhum momento isso ocorreu, Sr. Presidente. Não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V.Exª aceita ou não aceita, não importa. O que importa é o fato concreto, qual seja, o de que tomamos conhecimento. O Plenário aqui todo testemunhou-me dizer que estávamos sabendo por informações dessa natureza. Coincidiram as informações.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Lamento, Sr. Presidente, que V. Exª não tenha aceitado na noite de ontem a minha sugestão diante da oportunidade que tivemos, isso não teria acontecido hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Registro o lamento de V.Exª. Agora, dou a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, com relação aos documentos, a solução é simples, e o Senador Elcio Alvares já assinalou com muita objetividade e clareza, a partir, inclusive, dos entendimentos havidos com os familiares do Sr. José Carlos Santos e, também, com o ilustre advogado e o Delegado que aqui vem acompanhando os membros da Comissão que fizeram essa diligência. Temos que fazer uma triagem desses documentos. Os documentos particulares têm de ser devolvidos à família com as malas e os malotes. Os demais documentos que não sejam particulares deverão integrar os autos desta CPI.

Agora, Sr. Presidente, o que me preocupa são esses dólares. Não vejo como esta CPI possa receber esses dólares em depósito. A que título? Esse assunto é da Polícia Federal, porque diz respeito a ilícitos que estão sendo apurados e que são absolutamente distintos daquilo que é o nosso objeto.

De modo que sugiro buscarmos uma solução ainda hoje, ouvindo evidentemente o Sr. Delegado da Polícia Federal, para fazer a entrega desses dólares à Polícia Federal, a fim de que fiquem sob a custódia da autoridade que está presidindo o inquérito, com os quais têm conexão. Estou muito menos incomodado com a rádio, que, afinal de contas, foi um incidente que vai se repetir, talvez não nessa dimensão, mas vai se repetir, a imprensa é realmente endiabrada, mas estou muito mais incomodado com esses dólares.

De modo que proponho a V.Exª ouvir do Plenário e, sobretudo, daqueles que têm formação jurídica, advogados com experiência. Se eles concordarem comigo, ótimo, caso contrário, vamos debater para chegarmos a uma solução que seja a melhor, para que nós, o mais cedo possível, nos vejamos livres dessa moeda.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a preferência pela ordem para o que vou dizer aqui. Recebi um pedido dos fotógrafos para fazerem fotos. Não concordei, mas a decisão é de V.Exªs.

Vou me retirar da Presidência e peço ao Deputado Odacir Klein que a assuma.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, V.Exª permite-me uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Deveríamos pedir a presença de um delegado da Polícia Federal, porque há um crime nítido de evasão de divisas, da competência da Polícia Federal. A apreensão de recursos vai compor o inquérito de evasão de divisas que o delegado da Polícia Federal, que acompanhou a diligência, mandará instaurar.

Sr. Presidente, sugiro a retirada desses recursos de cima da mesa. Depois, em um gabinete, faríamos a contagem do dinheiro, com a presença do Delegado, e pedindo a ele que faça chegar aos peritos da Polícia Federal o que foi apreendido. Lavra-se um auto de apreensão, o Delegado leva os recursos e ficamos com cópia do laudo. Depois, virá o laudo do material analisado.

Devemos tirar esses recursos de cima da mesa porque, se forem feitas fotos, as manchetes dirão: "Dinheiro em dólar em cima da mesa do Congresso Nacional".

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Roberto Jefferson, acato a sugestão de V.Exª e vamos retirar o dinheiro daqui.

Suspendo a reunião por 15 minutos.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Tem a palavra V.Exª.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, fomos designados para fazer uma diligência, chegamos ao depoente como foi determinado pela CPI, e ele, de livre e espontânea vontade, disse o seguinte: "Em cima do armário há em torno de 900 a 1 milhão de dólares, tenho conta em tais e tais bancos...".

Bom, lavramos o termo, entramos na casa, pegamos o dinheiro que ele não quis entregar para a polícia. Por que a polícia foi lá cinco vezes e ele não quis entregar o dinheiro? Sabem por quê? Porque temos mais credibilidade. Recebemos o documento, trouxemos para a CPI, pedimos que houvesse esta reunião. A única coisa que dissemos, todos nós, para a imprensa é que tínhamos encontrado o dinheiro, que de livre e espontânea vontade o Sr. José Carlos havia revelado o local, que ele estava querendo dizer tudo que sabia e queria entregar tudo o que tinha sido produto do crime.

Foi esse o gesto da diligência.

Não entendo por que incomoda ver os dólares no Congresso Nacional? Esta CPI é exatamente para processar, investigar como foi que tudo isso se passou por dentro do Congresso Nacional. Não tínhamos outra alternativa, como diligência, a não ser cumprir o que tinha sido determinado. Pensávamos, inicialmente, que eram só documentos, mas não eram. Trouxemos para a CPI esses dólares, números de contas bancárias, cheques e mais uma série de coisas. Era essa a missão.

Não estou entendendo qual o problema político que está havendo aqui? Qual é a alternativa que teríamos em relação ao dinheiro? Até pensamos: vamos para o

Banco Central. Não. Temos uma diligência a cumprir, temos que levar tudo o que encontramos para a CPI. Não podíamos tomar nenhuma outra atitude.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - O Presidente pediu que trouxéssemos tudo para cá.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Suspendo a sessão por 15 min.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Declaro reaberto os trabalhos.

O nosso Presidente, Senador Jarbas Passarinho, não retornará hoje, mas estará aqui amanhã para presidir o depoimento do Deputado João Alves. Após consultar o Relator e, aproveitando este período de suspensão, contactar o Delegado da Polícia Federal, decidimos designar uma Comissão, constituída por treze integrantes desta CPI, para fazer a contagem dos dólares juntamente com o representante da Polícia Federal.

Lavrar-se-á um termo de entrega desses dólares que serão recebidos por quem tem competência para fazer perícia, para avançar em inquéritos policiais. Em decorrência disso, tomaremos essa atitude. Será feita a contagem agora, nesta sala dos fundos, que já foi preparada para isso. Inclusive, pediríamos a gentileza do advogado do Sr. José Carlos Alves dos Santos de acompanhar essa contagem.

Designo, para formar a Comissão que vai contar esses recursos, os Deputados Zaire Rezende e Nelson Trad. Havia me solicitado para participar também da contagem o Senador Eduardo Suplicy, que, por não estar presente e em face da urgência, substituo-o pelo Deputado Moroni Torgan, que, embora não integrante da CPI, tem colaborado conosco e pode nos ajudar neste sentido.

Assim, entrego a essa Comissão, junto ao representante da Polícia Federal, esses recursos e convidaria, inclusive, se assim o desejasse, o advogado do Sr. José Carlos Alves dos Santos para acompanhar essa contagem.

Faremos um termo de recepção posteriormente, que será repassado a quem tem competência para verificar da falsidade ou não, das condições desses recursos, ficar com o depósito para todos os efeitos, inclusive de continuidade de inquérito policial, que não é exatamente o objetivo desta CPI, que investiga outra situação.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein)- A respeito do assunto, é uma decisão da Presidência.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Não, o assunto é outro.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein)- Consulto, portanto, o advogado sobre a sua aceitação ou não dessa sugestão.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, por razões absolutamente óbvias, dispenso-me disso. Não há nenhuma necessidade da minha presença. O resultado a que se chegar, assinarei.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Retornou o nosso Presidente. Houve uma decisão enquanto estávamos no exercício da Presidência e vamos passar, então, a proceder a essa contagem.(Pausa.)

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão de ordem, no sentido de fazer uma consideração inicial sobre a publicidade dos depoimentos prestados nesta Comissão. Não não me recordo se a Comissão já tomou alguma decisão sobre a publicidade dos depoimentos. Se já o fez, perdoem-me a impertinência. Realmente, é assustador para um advogado, como também para um delegado, a apuração de uma CPI ser pública e transmitida em cadeia nacional para todo o País. Do ponto de vista da eficácia, de medidas cautelatórias, isso é uma coisa estranha e absurda.

Levanto essa questão de ordem e sugiro à Mesa que, em algumas circunstâncias, esses depoimentos sejam reservados, na presença dos Senhores. membros da Comissão. Há que haver, em função de um bom resultado, alguns limites a essa publicidade. A questão democrática nada tem a ver com essa questão. Estamos no curso de uma investigação e, além de todo constrangimento de vermos nomes sendo citados, sem que haja provas efetivas, são apenas suspeitas, existe a questão da eficácia das apurações.

Eu gostaria de saber se esta Comissão irá tomar algumas medidas, no sentido de restringir a publicidade, pelo menos, de alguns depoimentos, onde há a presunção de que não pode haver publicidade imediata.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, entendo a preocupação de V. Exª, mas devo lembrar-lhe de que estamos tratando de alguma coisa que é atípica no momento. Como a possibilidade é de envolvimento de nomes de Congressistas, através de uma denúncia, se tivéssemos adotado o que inicialmente pretendi - exatamente resguardar o que V. Exª mostra com a sua precaução - iríamos ser acusados de estar impedindo a divulgação em favor, provavelmente, do corporativismo. Foi isso que nos levou a quebrar esse princípio. E, ainda, antes de termos aqui a chegada da diligência, chamei a atenção para os fatos que já haviam acontecido. O Deputado Mário Chermont, do Pará, já sofreu uma acusação no meu Estado - e somos adversários políticos - no sentido de que ele não poderia pertencer a esta Comissão porque, quando Presidente da Assembléia Legislativa, teria cometido isso e aquilo.

Estou preparado para, sobre mim e os outros, que fazem parte desta Comissão, receber a represália de todos aqueles que pretendem neutralizá-la, destruí-la,

como maneira de dizer que não temos condições de punir aqueles que estejam comprometidos, porque o corporativismo funcionaria acima de tudo.

Então, esta missão, que não pleiteei e que me tomou inteiramente de surpresa, quando fui convidado pelo Senador Humberto Lucena, tomei-a como uma missão, que me parece de extrema importância para caracterizar que o Congresso Nacional, no seu todo, não merece ser desconceituado como está sendo. Não é apenas um fenômeno brasileiro, é universal, mas, sobre nós, os casos vêm se repetindo com extrema gravidade e sucessividade.

Por isso é que tive aqui o meu momento de exaltação. O Senador Gilberto Miranda me procurou, estou realmente com um aumento anormal de minha pressão. Vou me retirar por isso. Não vou fazer disso um espetáculo para parecer que o Presidente da CPI saiu daqui para a cardiologia, mas porque penso que estamos todos impregnados do mesmo princípio.

O que eu disse é absolutamente sincero da minha parte. Está sobre nós a responsabilidade de restaurar - e vou usar o verbo exatamente como penso - a credibilidade do Congresso Nacional como um todo. Não podemos ser confundidos com alguns, se houver, que hajam praticado qualquer ilicitude. Por isso tenho a impressão de que temos de ter extrema cautela na maneira de agir.

Procuro, como Presidente, aconselhar-me com aqueles que são juristas na Casa, independente do Relator e do Vice-Presidente, que são também juristas, exatamente para evitar que aconteça isso, para evitar que, amanhã, já comecem a insinuar que alguém está fazendo disso um palco para ser candidato a governador, a presidente. Temos de eliminar isso e nos conduzir de maneira a saber que temos uma missão altamente nobre. Se entre nós houver um galho podre, que ele seja cortado. Não podemos, contudo, partir do prejulgamento de que toda árvore está podre.

Desculpo-me pela emoção, mas estou a serviço do Congresso Nacional.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Compreendo o momento difícil que o nosso Presidente está passando, chocado com a situação. Independente disso, eu gostaria de solicitar a V. Exª que notificasse o Banco Central para que, ainda no dia de hoje, passasse um fax para a Agência do Banco Nacional Nova Iorque/Bahamas, no sentido de que essa conta seja bloqueada.

O SR. PRESIDENTE ( )- Consulto o Relator a respeito dessa proposição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, tenho dúvidas quanto à legitimidade dessa providência, porque esse recurso não tem nada a ver com a matéria que estamos investigando. Tem a ver, isto sim, com os inquéritos policiais e os processos criminais que estão em curso na Justiça e na Polícia Federal.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE ( ) - Tem a palavra, pela ordem, inicialmente, o Deputado Wilson Muller e, posteriormente, o Senador José Paulo Bisol.

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, tenho a compreensão, **data venia**, de que a providência é absolutamente regular e necessária. O Código de Processo Penal, em seu dispositivo que se refere às medidas acautelatórias, permite seqüestro de bens, inclusive desta natureza. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE ( ) - Com a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, essa conta, a esta altura, é corpo de delito. Se não bloquearmos, estaremos cometendo um delito por omissão profissional. Devemos, imediatamente, bloquear essa conta.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Senador José Paulo Bisol, por que não ser providenciado pela Polícia Federal?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Porque somos autoridade mais forte, somos autoridade a nível judicial e somos nós que estamos fazendo a investigação.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Veja bem. Se bloquearmos, estaremos na obrigação de darmos conseqüência ao bloqueio. Não podemos deixar essa conta bloqueada indefinidamente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Temos de ter uma subcomissão voltada para esse aspecto importantíssimo da investigação. Isso é corpo de delito, pertence ao processo.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Confesso que continuo preocupado com as interferências, as incursões que estamos fazendo no campo de áreas que não são a nossa. No momento em que comunicarmos à Polícia Federal, ao Delegado Presidente do processo, que há esse corpo de delito, ele que providencie com o juiz ou aja da maneira que achar mais conveniente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, sugiro seja feita imediatamente a entrega da cópia dessa carta do Dr. José Carlos ao delegado que fez o acompanhamento da diligência e está fazendo a apreensão do recurso, com a recomendação da Comissão, por escrito, de que ele tome todas as providências para, através da Polícia Federal, imediatamente determinar o bloqueio. Podemos fazer esse ofício a ele, dizendo que entregamos a cópia da carta com o número das contas - temos conhecimento de que elas existem -, solicitando que ele tome providências no sentido de oficiar o Banco Central para impedir movimentação dessa conta a partir de agora.

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE ( ) - V. Exª tem a palavra.

O SR. WILSON MULLER - Sr. Presidente, apenas para discordar do nobre Deputado Roberto Jefferson. Ouvimos um depoimento muito claro ontem que, evidentemente, tem um fundo de verdade, pelo menos indícios de veracidade. É evidente que esses dólares são produto da corrupção da Comissão de Orçamento. Há indícios suficientes de que esses dólares partiram de fatos ocorridos nesta Casa do Congresso Nacional. Os indícios são suficientes e necessários. Se esta Comissão apura corrupção na Comissão de Orçamentos, é evidente que a esta Comissão diz respeito esses dólares. Essa a minha observação final nesse sentido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE ( ) - V. Exª tem a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Deputado Roberto Jefferson disse que temos o número da conta. Não, não temos o número da conta. É importante que seja notificado rápido, porque o Dr. José Carlos Alves dos Santos disse que achava que a conta seria nas Bahamas. Se lermos de novo a declaração dele, vamos ver que ele disse Bahamas ou adjacências.

Estou desagradando, Sr. Deputado?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Estou achando engraçado ele dizer "adjacências".

O SR. GILBERTO MIRANDA - Penso que eu deveria sair da Comissão, porque ontem tive que insistir para apanhar os documentos. Hoje, tive que insistir e contar com a colaboração de outros Parlamentares para fazer o requerimento. Parece que é uma luta para se conseguir provas. Eu gostaria apenas de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A presidência concederá a palavra a quem pedir.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu gostaria apenas de dizer a V. Exª que considero muito importante que se notifique o Banco Central para que este notifique o Banco Nacional no Brasil - que é dono desses dois bancos -, faça o rastreamento e informe o número das contas à Polícia Federal. Eu gostaria que V. Exª colocasse em votação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, gostaria de falar como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não houve questão de ordem por decidir. Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu gostaria de dizer que não fiz nenhuma restrição ao posicionamento do Senador. Apenas tomei um susto quando verifiquei que o depoente de ontem disse "Bahamas ou adjacências". Então, é a América Central toda.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Penso que devemos fazer esse esclarecimento: ele falou do paraíso fiscal e que quem tomava conta desse dinheiro é o Gerente do Banco Nacional, sabemos o nome do Gerente, qual o banco e os dois locais. É só notificar o Banco Nacional para que nos forneça os números.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol. Posteriormente, ao Senador Mário Covas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, estamos fazendo uma investigação, um inquérito. Por definição, um inquérito é coleta de provas. O nosso dever é colecionar provas, produzir provas. Essa conta é uma prova. Como vamos mandar uma prova da nossa investigação para outra autoridade? Nós somos autoridade. O inquérito é nosso. Tem que estar inserido no inquérito. Todo esse inquérito é originado pelo pronunciamento do Sr. José Carlos Alves dos Santos e essa conta é um complemento dessa prova fundamental. Como vamos transferir a nossa prova para outra autoridade? Convenhamos, é um absurdo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço mais uma vez a palavra para pedir a colaboração dos Colegas, não estou querendo nada além do que fazer as coisas certas. Não sou dono da verdade, posso estar errado. Se considerarmos que esses dólares são corpo de delito de crimes cometidos no âmbito da investigação desta Comissão, teremos que ficar com os dólares também. Não podemos entregar os dólares e assumir o corpo de delito.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A diferença é que os dólares estão carecendo de uma perícia para a qual a competência é da Polícia Federal. Mas estou de acordo. Penso que, uma vez feita a perícia, essa prova deve vir para o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, cheguei um pouco atrasado na leitura da carta, mas me pareceu ter ouvido - e por isso pedi a cópia da carta para lê-la aqui - que o signatário da mesma, o Dr. José Carlos Alves dos Santos, fazia referência - ele próprio - ao fato de que tinha uma conta e, por outro lado, como que entregava a responsabilidade por essa conta àqueles que foram buscar o documento ou, conseqüentemente, a Comissão.

A não tomada de qualquer posição em relação a essa conta nos coloca, em qualquer momento, como um agrupamento, uma instituição sobre a qual transferiu-

se a responsabilidade dessa conta e não se tomou nenhuma providência. Não penso que, necessariamente, alguma providência coloca esse numerário no âmbito da tarefa da Comissão, mas se o cidadão declarou:

> "DECLARO, finalmente, que revelei ao meu advogado já referido e imediatamente aos eminentes membros da aludida Comissão que sou titular de duas contas correntes no Banco Nacional, em suas filiais ou coligadas, na Cidade de Nova Iorque e nas Bahamas ou países adjacentes, onde o referido banco tem agência filial coligada; que, na primeira delas há o depósito de cinqüenta mil dólares e, na segunda, de quatrocentos e vinte mil dólares. Autorizo aos eminentes membros da referida Comissão a praticarem todo e qualquer ato para elucidar tais contas de depósitos, e se for o caso apreender as quantias ali encontradas."

A mim me parece que isto, de certa maneira, nos confere uma responsabilidade sobre o desdobramento daqui para a frente do que acontecer nessas contas. Se amanhã essas contas forem verificadas e não tiverem o conteúdo que é declarado aqui, fica a impressão de que tendo ele transferido para a Comissão a responsabilidade sobre essas contas, a Comissão não a adotou.

Não é preciso que a Comissão manipule esse dinheiro, tire o dinheiro, mas parece razoável que, junto a quem de direito, a Comissão diga: "Houve essa notificação"; e no mínimo é preciso conferir e bloquear o que está lá. E a partir daí, quem de direito, indicado pela Comissão, vai tomar as providências.

O fato de fazer isso não significa que a Comissão aceitou como se os dólares tivessem a ver, necessariamente, com o que está sendo investigado, mas é um ato que me parece cautelar no sentido de se resguardar a responsabilidade da Comissão em face da declaração feita pelo...

Uma das razões por que de manhã eu pensava que se devia procurar o juiz é porque creio que isso devia ser feito pelo juiz, deveria ter sido feito pelo juiz. É razoável que a Comissão declare, junto ao Banco Central, que tomamos conhecimento da existência dessa conta. Parece razoável que se verifique nessa data o conteúdo da mesma, seu número, a sua filiação e ao mesmo tempo que se bloqueie esses valores, até que se defina se isso deve ficar por conta da Polícia Federal ou por quem quer que seja, mas no mínimo se terá bloqueado esse valor, sem que isso represente, de um lado, compromisso da Comissão com o fato de que esses dólares necessariamente nascem da operação e, segundo, o resguardo da responsabilidade da Comissão.

Acredito que é razoável que assim se faça, não há inconveniente em que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Senador Gilberto Miranda pede a palavra para um esclarecimento, e posteriormente o Relator voltará a se manifestar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu gostaria de fazer um esclarecimento que considero muito importante, nós o esquecemos porque são muitas informações, e creio que os dois membros que estiveram comigo podem confirmar: por que peço o bloqueio no dia de hoje e agora?

O Senador Mário Covas fez-me lembrar de uma passagem que aconteceu na Polícia Federal. O Relator nos disse que quando ele precisou de dinheiro para justificar a compra de dólares para pagar aos seqüestradores, ele procurou o Banco Nacional e este lhe emprestou aqui no Brasil, sem maiores delongas, a quantia em cruzeiros de 100 mil dólares e, conseqüentemente, bloqueou um colateral lá.

Ora, se o Banco Nacional emprestou 100 mil dólares aqui para quem não devia, baseado num dinheiro sujo, o Banco Nacional agirá rapidamente por telefone para dar resguardo a esses cem mil dólares, tirando. Por isso volto a reiterar, e esse fato é muito importante, é relevante, se não o Banco Nacional pode retirar 100 mil dólares dessa conta, que foi de colateral dado a ele.

Esse esclarecimento considero que era muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator, para a sua manifestação, e posteriormente a Presidência decidirá.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, vim aqui para colaborar. Vim aqui para modestamente ajudar para que esta Casa ultrapasse uma crise sem precedentes e se imponha ao respeito e à consideração dos brasileiros.

E porque vim para ajudar, estou sentindo que neste momento estou sendo um entrave. Sinto que o Presidente quer decidir, mas cavalheirescamente não quer decidir contra o Relator. Eu não posso apoiar as opiniões contrárias, porque não estou convencido disso e não posso violentar minha consciência. O mais que posso fazer para contribuir, no sentido de se resolver esse assunto que V. Exª tranqüilamente aborda, é simplesmente me abster nessa matéria, V. Exª decide da maneira que considerar melhor, e levemos o processo adiante.

O SR. PRESIDENTE (Odacir klein) - A Presidência submete o requerimento do nobre Senador Gilberto Miranda à votação, com a abstenção do ilustre Relator, e fará inicialmente, diante das manifestações do Plenário, por processo simbólico, e se for necessário fará chamada nominal.

Os que estiverem de acordo com o requerimento do nobre Senador Gilberto Miranda, pedindo ao Banco Central que essas contas no Exterior sejam bloqueadas, levantem o braço. (Pausa)

Considerando decisão dos membros integrantes da Comissão, o requerimento está aprovado.

Há uma comunicação sobre a mesa, assinada pelo Líder do PDT, Deputado Luiz Salomão, de que o Deputado Roberto Franca passa a integrar, na qualidade de membro suplente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, substituindo o Deputado Luiz Girão.

E há requerimento, também do ilustre Deputado Luiz Salomão, solicitando que esta Comissão encaminhe expediente ao Ministério Público do Distrito Federal, acompanhado das notas da gravação da reunião de ontem, para que o mesmo tome as providências que entender necessárias em razão da denúncia de crime de tortura de que o Sr. José Carlos Alves dos Santos diz ter sido vítima quando sob custódia da Polícia Civil do Distrito Federal.

A Presidência decide este requerimento de plano, porque entende que pode tomar determinadas decisões que são administrativas, e fará o encaminhamento.

Eu havia combinado com o Presidente Jarbas Passarinho que encerraria a reunião imediatamente. Tínhamos uma questão importante por decidir, esta levantada pelo Senador Gilberto Miranda. Houve a decisão. Encerrarei a reunião agora, para que amanhã voltemos e possamos ouvir o depoimento do Deputado João Alves.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião 19h10min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 5ª. Reunião, realizada em 22 de outubro de 1993.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Luiz Alberto de Oliveira, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Magno Bacelar, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Roberto Jefferson, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Sérgio Miranda, e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados José Genoíno, Aldo Rebelo, Valter Pereira, Wilson Müller, Gastone Righi, Vladimir Palmeira, João Almeida e Liberato Caboclo, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a presente reunião tem por finalidade tomar o depoimento do Senhor Deputado João Alves. Usam da palavra para questões de ordem os Senhores Deputados Luiz Salomão, Roberto Rolemberg, Aloízio Mercadante e Senador Gilberto Miranda. A seguir, o Senhor Deputado João Alves inicia sua explanação. Preliminarmente, usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Deputados Roberto Magalhães, Odacir Klein e Senador Eduardo Suplicy como requerente. Prosseguindo, passa-se a

fase interpelatória quando usam da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Deputados Vivaldo Barbosa, Sigmaringa Seixas, Aloízio Marcadante, Pedro Pavão, Senadores Elcio Alvares, Luiz Alberto de Oliveira, Ney Maranhão, Deputado Roberto Rollemberg, Senadores Garibaldi Alves Filho e Gilberto Miranda. A presidência suspende os trabralhos por uma hora. Reaberto os trabalhos o Senhor Presidente informa que recebeu documento das mãos do Advogado Pedro Calmon, representando o Senhor Normando Leite Cavalcante. A matéria passará para reunião interna para deliberação. Presente o Senhor Deputado João Alves, prossegue-se a fase interpelatória. Usam da palavra pela ordem de inscrição o Senhor Deputado Luiz Salomão, requerendo, ainda, seja convocado o Senhor José Carlos Alves dos Santos para uma acareação, bem como a convocação dos Senhores Normando Leite e o motorista Eli Lopes. A Presidência informa que a matéria ficará para uma reunião interna. Prosseguindo, usam da palavra para interpelar o depoente os Senhores Deputado Fernando Freire, Senador Iram Saraiva, Deputados Roberto Jefferson, Zaire Rezende, Lázaro Barbosa, Sérgio Miranda, Roberto Franca, Maurício Najar, Fernando Carrion, Senadores José Paulo Bisol, Cid Sabóia de Carvalho, Lavoisier Maia, Deputados José Dirceu, José Genoíno, Aldo Rebelo, Wilson Müller, João Almeida, Gastone Righi, Liberato Caboclo e o Senhor Relator para as interpelações finais. Finalizando, a Presidência informa que irá passar a trabalhar em regime de reunião interna, suspendendo os trabalhos por alguns minutos. Reaberto os trabalhos, o Senhor Relator submete ao Plenário três sugestões: examinar, juntamente com uma comissão, os documentos apreendidos na residência do Sr. José Carlos Alves dos Santos; tomar o depoimento do Sr. Eli Lopes Leitão e tomar o depoimento do Sr. Normando Leite Cavalcante. Usam da palavra os Senhores Deputado Luiz Salomão, Senador Nelson Carneiro, Deputados Paulo Ramos, Roberto Rollemberg e Odacir Klein. Com a palavra o Senhor Senador Gilberto Miranda apresenta requerimento sobre quebra de sigilo telefônico do Senhor Deputado João Alves. Em votação, é aprovado por unanimidade. Outros requerimento, de autoria dos Senhores Senador Cid Sabóia de Carvalho, Luiz Salomão e Zaire Rezende, são apresentados sem serem votados, ficando os mesmos para a próxima reunião. A Presidência submete a votação da convocação do Sr. Normando Leite, para depor na segunda-feira, às quinze horas. Aprovado por unanimidade. A Presidência designa, ainda, os Senhores Deputados Nelson Trad, Benito Gama e Luiz Salomão para ouvir previamente o Motorista Eli Lopes Leitão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 5ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO ALVES, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, iniciamos a reunião de hoje e de acordo com que havíamos combinado em reunião interna da Comissão, as primeiras bancadas deveriam ficar com os titulares; as bancadas subseqüentes com os suplentes, e as últimas bancadas com os membros não-titulares. É evidente que não posso forçar ninguém a cumprir essa determinação.

Vamos começar a inquirição, hoje, do Deputado João Alves. Depois, eu proporei ao Plenário da Comissão a continuação de trabalhos da forma interna, como temos feito, porque temos alguns documentos a serem lidos que não se relacionam diretamente com o depoente de hoje. O depoente não fará compromisso e juramento de dizer a verdade porque não está sendo chamado como testemunha. E por intermédio de seu advogado foi solicitado que falasse na qualidade de um indiciado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem pediu questão de ordem?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Antes que V. Exª dê a palavra ao Deputado João Alves e fique prejudicado o requerimento, gostaria de propor a V. Exª que transfiramos o depoimento do Deputado João Alves para o plenário do Senado. As condições de trabalho nesta Comissão sob as luzes, os refletores da televisão, a pressão dos fotógrafos, dos jornalistas, que também estão sem condições de trabalho, creio que seriam contornadas se pudéssemos usar um espaço estruturado para sessões tão concorridas quanto esta, sem contar o público que está aí querendo participar da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Salomão, V. Exª sabe que realizamos a reunião ontem com público até maior aparentemente. E providenciamos, ao público que desejar assistir, um telão com imagem e som na sala próxima a esta. E ainda se assim exceder o número de lugares, há uma outra sala que tem o áudio e onde se poderá ouvir tudo o que for pergunta e resposta dada.

Se neste momento eu for fazer ligações para o Presidente do Senado para saber se o Senado está disponível ou não para a transferência, evidentemente, vamos começar esta reunião, no mínimo, dentro de duas horas e perderemos a oportunidade. Sugiro então que comecemos. Se os Srs. membros da Comissão se sentirem desconfortados a ponto de não podermos prosseguir, ouvindo e perguntando, interromperei a sessão e tentarei atender à solicitação de V.Exª.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Questão de ordem do Deputado Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, em uma das reuniões brilhantemente presididas por V. Exª, com o Vice-Presidente e o Relator, tenho a impressão que ficou absolutamente claro que os membros da Comissão não deveriam emitir conceitos de valor e deveriam ser reservados no seu comportamento, exatamente para que não se prejudicasse o andamento dos trabalhos da CPI.

Ouvimos declarações do Relator, declaração de membros desta Comissão, efetivamente, expedindo conceitos de valor. Ocorre, Sr. Presidente, que hoje atingimos o exagero. O **Jornal de Brasília** diz: "CIP descobre mais quatro envolvidos no escândalo." E são citados novos nomes de deputados, em vista de que membros da Comissão teriam ouvido do Sr. José Carlos dos Santos declarações nesse sentido. E há uma ampla reportagem sobre a atividade da comissão que ontem se deslocou para uma diligência. Ora, como membro desta Comissão, estou tomando conhecimento dessa brilhante atividade pelos jornais.

V. Exª deve se lembrar de que ontem, quando V. Exª deixou este plenário, passando a Presidência ao Deputado Odacir Klein, a reunião da Comissão foi logo encerrada. A Comissão não ouviu os participantes que diligenciaram. Além de trazer novos nomes de Deputados, como se o Sr. José Carlos dos Santos pudesse incluir quem quisesse na relação de envolvidos no escândalo, a comissão trouxe, entre as figuras referidas, o Deputado Ibsen Pinheiro, numa declaração clara e formal de quem quer atingir uma pessoa que não está envolvida. Declarou inclusive esse cidadão, pelos jornais, se é que é verdade...Penso que, essa Comissão, em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, deverá esclarecer as referências dos jornais. Quero perguntar a S. Exª, o Sr. Relator, sobre essa matéria, esses argumentos, essas novas acusações de um cidadão que vem aqui e depõe que recebeu o dinheiro de determinada fonte e que nada mais tinha em dinheiro, nem tinha outras contas. Numa diligência da Comissão, não relatada perante nós, vai para os jornais: nova apreensão de dinheiro e contas em todo lugar. Quer dizer, as contradições do depoimento inicial deveriam ser avaliadas.

Ora, como vamos iniciar hoje - e vamos, porque é necessário - o depoimento do Deputado João Alves. Pergunto a V. Exª, Sr. Relator, em primeiro lugar: será que essa matéria dos jornais, de não conhecimento oficial por parte desta Comissão, será objeto de perguntas ao Deputado João Alves? Em segundo lugar, acho que as novas declarações eventualmente feitas pelo Sr. José Carlos dos Santos, se confirmadas pela Comissão - o jornal declara que foi constatação deles - obrigaria automaticamente a volta do Sr. José Carlos dos Santos a esta Comissão para afirmar o que não afirmou no seu primeiro depoimento?

Trata-se, portanto, de uma medida cautelar que V. Exª terá que tomar, para que não se criem vícios insanáveis, contradições e um macarthismo nesse período, onde se coloca o nome de qualquer pessoa, emendando o depoimento anterior.

Parece-me até que existem pessoas interessadas em transformar o Sr. José Carlos dos Santos em santo e todos os Deputados em envolvidos ou suspeitos de participação no escândalo.

Esse processo de multiplicação de nomes de Deputados deveria ter sido trazido, através de depoimentos, perante esta Comissão, ao invés de depoimentos particulares. Caso contrário, estaremos sempre vendo inclusão de novos nomes, através de declarações de membros da CPI e através da imprensa.

Respeito, como todos nós, a imprensa; precisamos dela, ela precisa de nós. Logo, a imprensa é fonte de informação, mas não está obrigada a dizer a fonte que tem. Entretanto, nós, da CPI temos obrigação de dizer, esclarecer e apontar a fonte na qual nos sustentamos para fazer uma acusação como essa, absurda.

"Ele revelou ainda que o Deputado Genebaldo Correia, Líder do PMDB, era representante e levava os dólares destinados ao Deputado Ibsen Pinheiro."

Isso é absolutamente absurdo que seja publicado, que seja verdade por declaração de algum membro da CPI. Peço, Sr. Presidente, que ouçamos, pelo menos preliminarmente, se não for de conveniência desta Comissão, o depoimento, pela ordem, dos Parlamentares que participaram da Comissão, para confirmarem ou não essa entrevista, ou superar o assunto.

João Alves não será interrogado sobre esses fatos aqui revelados, ou será interrogado sobre fatos revelados, para que depois, numa reunião fechada desta Comissão, a Comissão possa prestar contas a nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro, parece que cabe a mim uma observação.

Sem que eu me associe a todas as palavras do Deputado Roberto Rollemberg, dou inteira razão ao que S. Exª levanta como questão de ordem; e todos os senhores membros desta Comissão percebem o porquê ontem da minha reação até emocional: porque não entendo, e não posso entender - repeti isso, e acho que é pensamento de todos nós - que esta Comissão discrepe daquilo que foi o discurso do Senador Pedro Simon. Aqui não há PT, PDC, PP, dezoito Partidos! Aqui há Congressistas que estão com a responsabilidade extremamente séria de apurar uma verdade - difícil, aliás, de se apurar. E não tem cabimento - por isso a minha irritação de ontem, o meu descontrole emocional de ontem - que afirmativas dessa natureza, peremptórias, ainda que como juízo de valor e não juízo de fato, sejam dadas senão depois de submetidas ao Plenário da Comissão.

Eu defiro a questão de ordem de V. Exª mesmo antes de ouvir qualquer tentativa de contradição.

Dou a palavra ao Deputado Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu acho que nós temos que discutir isso mesmo numa reunião reservada da Comissão. Mas essa matéria afirma que, na conversa que o Depoente teve comigo, com o Senador Elcio Alvares e com o Senador Gilberto Miranda, ele haveria incriminado o Deputado Ibsen Pinheiro. E na minha interpretação inclusive o que ele falou é o contrário, ele fez uma intervenção. Na conversa, ele disse que queria falar, detalhar uma série de coisas. Ele foi falando voluntariamente.

Começou falando sobre o dinheiro, dizendo que ele, ontem, ficou em dúvida se deveria declarar de público, com toda a imprensa, se tinha o dinheiro ou não. Entre outras coisas, porque a Polícia já tinha estado cinco vezes na casa dele. Ele queria que o dinheiro fosse entregue na presença da sua filha, porque ele não queria ter mais nada com relação a esse passado. E que fazia questão de indicar onde estava o dinheiro, novecentos mil dólares.

Se ele quisesse, inclusive, era fácil ter se comunicado, através do advogado, com a filha e ter tirado o dinheiro de lá. Ele fez questão de entregar o dinheiro. Acho que foi um gesto positivo da parte do José Carlos; e entregou, inclusive voluntariamente, as contas do exterior.

Quanto à conversa que ele teve, o que vale a pena destacar aqui é que não é verdade que ele tenha incriminado o Deputado Ibsen Pinheiro como está...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro, porque ele não pode incriminar ninguém, como diziam aqui os advogados.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Evidente. Inclusive porque não tem valor o depoimento dele; falamos isso ontem. Tinha sido uma conversa informal, que ele poderia voltar. Mas é pró-réu o que estou dizendo, estou defendendo o Deputado Ibsen Pinheiro das acusações que o jornal faz. Ele não afirmou e não comprometeu o Deputado Ibsen Pinheiro além do que ele tinha dito aqui na reunião. Portanto, não procede essa afirmação. E, em defesa da verdade, da conversa informal que tivemos, eu gostaria de esclarecer isso.

E eu também queria dizer que é absolutamente improcedente a afirmação de que há mais quatro nomes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado me permite?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Eu só queria dizer isso porque, como há uma especulação na imprensa e depois começa a ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas isso pode ser discutido, se V. Exª me permite, depois.

Vou dar provimento à questão de ordem levantada pelo Deputado Rollemberg, com o consentimento do nosso Relator. Esses nomes só poderão aparecer, se aparecerem, a partir do depoimento do Deputado João Alves. Tirar partido do que está escrito no jornal, que a Comissão não tomou conhecimento, que foi iniciativa precipitada e indesculpável de quem a deu, não tem cabimento participar - e S. Exª o Deputado Rollemberg tem razão - da inquirição de hoje.

Vamos passar à inquirição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, antes de V. Exª passar à inquirição, eu tinha pedido a palavra para dizer o seguinte: claramente houve dois fatos extremamente graves no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas nós não poderíamos discutir isso depois, Deputado Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é discutir, Sr. Presidente. Eu só queria propor ao Plenário que reconvocássemos os Sr. José Carlos dos Santos Alves, porque se praticou aqui o crime de perjúrio e concedeu-se várias informações...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas por que não deixamos isso para a nossa reunião subseqüente? Estou de acordo com o ponto de vista de V. Exª.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Tendo o Deputado Mercadante falado a respeito, eu gostaria de ouvir o Senador Elcio Alvares e gostaria de dar o meu depoimento, para não ficarmos numa só pessoa, tendo em vista que estivemos em três na Polícia Federal. Acho que é muito importante.

Eu gostaria de ouvir o Senador Elcio Alvares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu caro Senador, eu gostaria de não perdermos a oportunidade de começar este trabalho e discutirmos a nossa questão, porque o fundamental agora é saber se isso é válido ou não. Para nós, claro que não é válido. E então, em seguida, conversaremos e daremos oportunidade evidentemente a V. Exª e ao Senador Elcio Alvares para discutirmos, em questão interna, o problema.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas eu acho que é muito importante tornar público o fato neste momento, antes do Depoente, porque, a respeito do Deputado Ibsen, ele falou que nada havia contra o Deputado, que em nenhum momento o Deputado participou de nada. Mas falou mais três nomes, o que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas isso nós veremos depois.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas eu acho que é muito importante deixar os três nomes públicos agora. Ele falou para o Presidente do Senado; em nenhum momento... Acho isso importante! Nós falamos de um e não falamos de outro?

Queria apenas concluir. Ele disse que em nenhum momento o Presidente Humberto Lucena participou de esquema nenhum, teve nenhum encontro reservado, falou de negócios, teve dinheiro, absolutamente. Falou a mesma coisa também do Senador Mauro Benevides.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, quem foi que deu essas informações à imprensa, então?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quem deu as informações, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu estou acostumado...

O SR. GILBERTO MIRANDA - José Carlos, a nós, na Polícia Federal, ontem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - José Carlos estava preso.

Senador, peço a V.Exª que encerre. Está encerrado o assunto, ele vai ser retomado em reunião interna nossa. (Palmas).

Vamos partir ao objetivo do nosso dia de hoje, que é começar a ouvir o Relator.

Peço ao Sr. Deputado, por obséquio, que contribua para a disciplina da Casa, e vamos começar nossos trabalhos. Do contrário, terei que tomar providências diferentes, e não as quero. Quanto à reconvocação do depoente de ontem, é assunto que nós vamos decidir logo em seguida.

Tem a palavra o Deputado João Alves, para fazer a sua exposição. E, como foi decidido ontem, para não haver dúvida, a partir do fim da exposição do Deputado João Alves, 20 minutos posteriores a isso, encerram-se as inscrições para interpelação.

O SR. JOÃO ALVES - Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão:

Com mais de 30 anos de Parlamento, é a primeira vez que ouço falar... E infelizmente querem me envolver numa trama monstruosa, urdida para desmoralizar e desestabilizar o Congresso e o Governo. E o pior é que a imprensa já começa a prejulgar, e também algumas outras pessoas, até mesmo desta Comissão, sem que haja elemento comprobatório das afirmações do delinqüente que aqui depôs.

Fui Presidente e Vice-Presidente, durante vários anos, no regime militar, da Comissão de Orçamento. Comissão que só tinha o poder de homologar o Orçamento, não tinha poderes para emendar, para facilitar nada; era receber e aprovar ou não aprovar, e enviar para o Executivo. Era Ministro da Economia, da Fazenda, praticamente de tudo neste País, o atual Deputado Delfim Netto, e posteriormente o Deputado Francisco Dornelles. Esses dois homens é que podem dizer da lisura do meu

comportamento, da lisura dos meus atos, da minha dignidade, da minha competência e do meu respeito pela coisa pública, pois a Comissão não tinha poderes para ordenar despesas, tudo era feito pelo Executivo.

Na Constituição de 1988 abriu-se a possibilidade de o Congresso emendar o Orçamento. Eu não fui Relator geral, nem parcial; foi Relator, em 1988, da Comissão Mista de Orçamento, o íntegro Senador Almir Gabriel; em 1989, foi Relator geral o digno e honrado Deputado Eraldo Tinoco; e em 1990 fui eu. Infelizmente ou felizmente, o Governo contingenciou todo o Orçamento de 90, só permitindo que o Executivo, os membros do Poder Executivo, descontingenciassem verbas em benefício das instituições, das prefeituras, dos órgãos, dos ministérios que constavam daquele Orçamento

Surgiu, nessa ocasião, uma entrevista da Revista **Veja** que dizia que ofereci dois automóveis e que ameacei dar um tiro no Senador Eduardo Suplicy; coisa que, absolutamente, nunca ocorreu, porque sempre tive respeito pelo Senador Suplicy. Não entendi nunca por que as coisas foram tão torcidas naquela matéria; eu elogiava as pessoas e as coisas eram mudadas - uma matéria encomendada.

Em razão disso, movi três ações contra a **Veja**, que ainda hoje estão rodando na Justiça, ainda hoje estão se arrastando na Justiça; foram três ações penais contra a Revista. Outros jornais acompanharam essa entrevista e dobraram com informações etc. e, então, tive que novamente processá-los. São dez processos, dez ações criminais de queixas-crimes que aqui estão e por elas pode-se observar o que eu disse e o que fiz para provar que tudo aquilo era calúnia e infâmia. Se tivesse "rabo de palha", naturalmente não teria processado doze jornais e a Revista.

Infelizmente, essas ações vêm se arrastando há dois anos; ninguém se responsabiliza pelo que foi dito, todos fogem à responsabilidade, e venho pagando por isso, porque a imprensa fica me atacando permanentemente, obrigando-me até agora - e a **Veja** não tem resultado algum - a sofrer um desgaste que é muito grande e a pedir ao meu advogado que tirasse todas as ações, já que não se faz justiça, pois sinto-me como se estivesse lutando contra a parede. Não há julgamento, não consigo o julgamento das ações.

Terceiro: quando o Sr. José Carlos deixou, no início de 1991, a Comissão de Orçamento para ser o Diretor Geral do Departamento de Orçamento da União, ele foi substituído pelo Dr. Orlando Leite de Castro e, na Câmara, pelo Sr. José Roberto Nasser, que deram prosseguimento ao trabalho e que passaram a ser meus assessores.

Em decorrência das denúncias contra o Senador Eduardo Suplicy, S. Exª, naturalmente - e com razão -, revoltado, indignado, juntou recortes de jornais, informações e formulou uma denúncia para o Procurador-Geral da República que, por sua vez, mandou a Polícia Federal abrir inquérito, onde foram ouvidas centenas de pessoas - hoje deve haver mais de dez ou onze volumes de processo.

Foi feito todo o levantamento e me arranjaram um assessor que eu nunca tive, o Sr. Normando Leite, que nunca foi meu assessor. É possível que ele andasse dizendo aí fora que era meu assessor, para tirar alguma vantagem. Na verdade, a comissão de inquérito presidida pelo Dr. Magnaldo Nicolau conclui que tudo o que houve foi exploração de prestígio, porque ninguém provou nada e não havia nada de ilegal nos atos que pratiquei. Aqui está o relatório do delegado, que passo às mãos do Relator.

Também passo às mãos do Relator as dez ações penais de queixas-crimes que movi e que mandei retirar agora da Justiça, para começar outra guerra.

Agora, Sr. Presidente, deparo-me com essa entrevista monstruosa do Sr. José Carlos, tudo indica que montada...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito a todos que permaneçam em silêncio durante o depoimento e que, se possível, os Parlamentares evitem o uso do telefone celular.

Por favor, pode prosseguir.

O SR. JOÃO ALVES - A entrevista que li na **Veja** é algo monstruoso, adrede preparado. Só pode ter sido urdido por interesses escusos, monstruosos, com o objetivo de desmoralizar e até de desestabilizar o regime, porque, se é criminoso quem recebeu subvenção social... Ora, subvenção social é uma medida legal, constante do Orçamento; é matéria corriqueira, legalíssima. Todos os Deputados e Senadores indicam nomes para as subvenções sociais, menos o PT, que sempre se recusou a indicar. Mas todos os outros Deputados - se é legal, se é moral - não têm por que não indicar.

Então, todos os Deputados e Senadores estão atingidos. É um procedimento que, se considerar a subvenção social ilegal - o que não é -, atinge a todos. Então, qual é o objetivo? É desestabilizar o Congresso e o Governo.

Não sei a que fim quer chegar essa gente!

Quanto ao problema dos dólares, achados nas mãos do Sr. José Carlos, é alguma coisa além do absurdo. Ele foi o Diretor do Departamento de Orçamento da União e dizem que ele também comandava o Orçamento no Congresso. Eu não participava porque estava afastado dele. Ele se tornará meu inimigo, porque eu havia pedido uma sindicância contra ele.

Ele comandava, e o dinheiro do Orçamento só saía se alguém descontingenciasse; e ele, como Diretor do Orçamento, era o intermediário. E, segundo uma declaração que fez à Polícia Federal quando foi depor, disse que recebia inúmeros pedidos de Parlamentares, de Prefeitos, não recordando os nomes, dos quais lhe solicitavam o descontingenciamento de recursos destinados às suas respectivas regiões.

Conhecia também a existência de empresas particulares através de comentários de Parlamentares, as quais agilizavam a liberação de verbas e cobravam comissões variáveis de 5 a 15%.

Disse o seu chefe, também depondo na Polícia Federal, seu superior, que João Alves não teve qualquer participação na nomeação do Sr. José Carlos. Ao contrário:

> "O Dr. José Carlos Alves dos Santos - diz ele - nunca exerceu a função de assessor pessoal do Deputado João Alves, apenas circunstancialmente. Em face da sua função no Senado, prestou trabalhos ao Deputado João Alves quando o Parlamentar exerceu a função de Relator na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional".

Peço, Sr. Relator, que V. Exª receba os dois depoimentos.

Posso afiançar, Sr. Presidente, sob a minha honra, a minha dignidade, da minha família e da minha Pátria, que nunca tive qualquer entendimento com esse sujeito em matéria de dinheiro; nunca em minha vida, em nenhuma oportunidade. Nenhum desses homens citados por ele jamais tiveram qualquer contato sobre esse assunto. Somos vítimas, e eu a principal delas.

Então, não concebo que possa existir numa pessoa humana; só um sujeito devidamente preparado. Louco? Louco ele não é, porque ele dá detalhes, apresenta uma explicação, tão bem feita que até parece que foi escrita e decorada, para encobrir os crimes que tem praticado.

Eu o desafio, Sr. Presidente, desafio este bandido, desafio esta Comissão, desafio o Congresso Nacional, desafio a Justiça a provar que há um único ato da minha vida que não tenha sido honesto. Juntarei minha declaração de Imposto de Renda, com todas as minhas contas bancárias. Eu nunca tive dólar; meu dinheiro é brasileiro, depositado em conta bancária, tem a origem discriminada. Estou pedindo a discriminação de um por um dos recursos meus que foram depositados em banco, e passarei o documento a esta Comissão, para que ela possa fazer o confronto e verificar se há alguma diferença na minha vida financeira, na minha vida econômica.

Farei isso, Sr. Presidente, dentro de 8 ou 10 dias, no máximo. Já requeri e estou insistindo para que venha, o mais rápido possível, às mãos de V. Exª. Só peço uma coisa a meus colegas - em última análise somos colegas e eu sou o mais antigo Deputado brasileiro: não vamos prejulgar as causas, não vamos prejulgar baseado apenas no que dizem os jornais, desinformados. Não vamos prejulgar um homem cuja vida tem sido dedicada inteiramente à causa pública, um homem que vem servindo com dedicação ao povo e ao Brasil.

Pronto, Sr. Presidente, estou à disposição. Antes, porém, quero lembrar que já encaminhei ao Supremo Tribunal Federal as respostas pedidas pelo Ministro Alexandre Costa, pelo Governador Edison Lobão, pelo Governador Joaquim Roriz, pelo Senador Humberto Lucena e pelo Ministro Henrique Hargreaves, nos termos da declaração que fiz à imprensa. E quero juntar uma cópia dessas declarações que fiz ao Supremo para ser anexada ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu V. Exª?

O SR. JOÃO ALVES - Assim como quero anexar uma cópia da publicação que dei da imprensa.

Agora, Sr. Presidente, estou à disposição.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra, pela ordem, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, quero indagar se V. Exª já possui a minha indicação para compor a Comissão substituindo o Senador Divaldo Suruagy.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até o momento não a recebi da Secretaria. Mas pode já estar na Secretaria. Em seguida responderei a V. Exª.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Informo a V. Exª que ainda não chegou. Se V. Exª pudesse acelerar o processo seria melhor.

Dou a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado João Alves, V. Exª declarou ter mais de 30 anos nesta Casa. Pergunto: desde quando V. Exª se especializou em matéria orçamentária e que funções ou cargos exerceu na Câmara dos Deputados relacionados com o Orçamento da República?

O SR. JOÃO ALVES - Sr. Presidente, eu não sou especialista em orçamento, não sou especialista. Presidi a Comissão de Orçamento como V. Exª pode presidir uma comissão de saúde, sem ser médico. Na Câmara não existe a necessidade de um deputado ter especialização para presidir uma comissão, ele presidi a comissão como deputado. E eu presidi, algumas vezes, a comissão, no período do regime militar. O meu currículo consta do livro dos Deputados, que é tão longo - tem umas três ou quatro páginas - que seria impossível descrevê-lo no momento. Mas pode V. Exª pedir e anexar ao processo da CPI o meu currículo e a minha vida parlamentar, que constam do livro de biografia dos Parlamentares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª poderia declarar quais os Deputados Federais ou Senadores que, de 1988 em diante, têm merecido a sua

confiança para auxiliá-lo nos trabalhos de elaboração orçamentária da União, principalmente como membro da Comissão Mista de Orçamento?

O SR. JOÃO ALVES - O relator-geral não elabora pareceres. Quem elabora os pareceres são os sub-relatores, indicados pelo Presidente da Comissão. O relator-geral apenas coordena esses relatórios, que são submetidos ao Plenário da Comissão. Este decide se os aprovam ou os rejeitam, e o relator-geral coordena e passa para a Presidência, que os encaminha para a votação final. S. Exª, o Relator-Geral, faz apenas o relatório preliminar e o relatório final, espelhando o que decidiu o Plenário da Comissão. Ele não recebe emendas e não interfere de modo algum na elaboração dos pareceres, que são feitos pelos relatores parciais diretamente para o Presidente. Todas as emendas, todos os requerimentos, toda a matéria é encaminhada diretamente à Comissão através da secretária, que passa para o Presidente. O Relator não interfere nisso. Se V. Exª possui alguma dúvida, pergunte aos outros relatores.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª declarou não ter qualquer ligação, nem antes, nem agora, com o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. JOÃO ALVES - Tive ligação com ele quando fui relator: S. Sª prestou esclarecimentos de muitas matérias, circunstancialmente, como diz em seu requerimento. Nós nos entendíamos mais com os outros assessores, 6 ou 7 da Câmara, 6 ou 7 do Senado. S. Sª ficava lá, no ponto de honra dele de assessor geral, conversando com seus auxiliares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, então, conclui no sentido de que seu relacionamento com o Sr. José Carlos era meramente circunstancial?

O SR. JOÃO ALVES - Exatamente, era circunstancial.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, então V. Exª nega a existência de qualquer recepção ou festa na casa do Sr. José Carlos que tivesse por objeto homenagear a sua pessoa?

O SR. JOÃO ALVES - Não, não nego. Fui levado a essa reunião. Nunca fiz aniversário, Sr. Presidente. Os funcionários fizeram uma cota, escolheram a casa dele, porque não faço aniversário, e me surpreenderam. Se eu fizesse aniversário, faria na minha casa, não na casa dos outros. S. Sª foi pego de última hora, e fui até lá muito constrangido, porque não tinha o que fazer; não tinha maiores ligações com S. Sª, mas o conhecia muito bem, principalmente a mulher dele, que era uma senhora do maior respeito e admiração.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, levando em conta que o Sr. José Carlos dos Santos afirmou, na sua entrevista à Veja do dia 20 de outubro, que empreiteiras compareciam com freqüência à Comissão do Orçamento, inclusive à residência de V. Exª, pergunto: V. Exª confirma ou nega essa afirmativa do Sr. José Carlos?

O SR. JOÃO ALVES - Sr. Relator, muitos compareciam ao meu gabinete na Relatoria-Geral e não sei se eram ou não representantes de empreiteiras. Na minha casa, quando adoeci, recebi muita gente em audiência, mas não tenho contato com empreiteira alguma ou com algum de seus representantes, nunca tive; eu só recebia autoridades. Recebia quase todas as autoridades da República, para seu governo - não só essas que ele relacionou - recebia todos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª poderia esclarecer quais foram as conclusões da sindicância instaurada contra o Sr. José Carlos dos Santos?

O SR. JOÃO ALVES - Não, mas quem sabe bem é o Dr. Orlando Leite de Castro e o Dr. José Roberto Nasser. O Sr. Roberto Nasser era o assessor na Câmara - quando o Sr. José Carlos saiu, ele o substituiu; e o assessor que substituiu o Sr. José Carlos, no Senado, era o Dr. Orlando Leite de Castro. Essas duas pessoas sabem e podem informar com detalhes tudo, inclusive com processos etc.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª já declarou que jamais teve interesse em aquisição de dólares e que não tem dólares. Todavia, considerando uma afirmativa peremptória do Sr. José Carlos na Revista Veja, sou obrigado a lhe formular a seguinte pergunta: tendo o Sr. José Carlos dos Santos declarado que, antes de 1988, V. Exª tinha alguns negócios no exterior, chegando até a comprar um avião, V. Exª confirma ou nega essa assertiva?

O SR. JOÃO ALVES - Já foi feita até uma devassa sobre isso, Sr. Presidente. Quando não havia essa campanha da imprensa, meu filho e minha nora tinham comprado uma empresa por 140 milhões de cruzeiros, no Rio de Janeiro, que tinha dois pequenos aviões que faziam o transporte de pessoas para Volta Redonda, Macaé, por aquelas regiões. E esse negócio não estava dando lucro. Então, sugerimos que alugassem, ou melhor, arrendassem um avião à jato que poderia cobrir o déficit. Foi arrendado o avião. Isso foi devassado: foram à Aeronáutica e tiraram cópia do contrato de arrendamento; foram ao Banco Central e tiraram cópia de tudo; foram à alfândega e tiraram cópias, publicaram e mostraram, por "a" mais "b" que eram US$204 mil e pagamento de 3 em 3 meses. Não era, não, porque foi feito esse contrato e meu filho me falou, depois, que não tinha condições de pagar, e reduziram para US$177 mil. Quando houve essa campanha, meu filho e minha nora aborreceram-se e desligaram-se da empresa. Passaram-na adiante, mas com uma condição: o novo comprador queria que eu, pelo menos, custeasse a viagem que eu tinha feito no avião, porque eu realmente tinha feito algumas viagens no avião. Então, custeei. Essa despesa consta da minha declaração do Imposto de Renda, Sr. Presidente.

Agora com essa outra confusão, a empresa mandou buscar o avião urgente, e tomou o avião, tomou tudo. Não tenho avião, nunca existiu propriedade de

avião, nunca tive empresa de avião, nunca tive avião. Tudo isso é uma tremenda chantagem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que diria V. Exª - aí pediria que fosse uma resposta impessoal, que não significasse envolvimento de V. Exª - quanto à afirmativa do Sr. José Carlos Alves dos Santos de que há dois esquemas de corrupção no Congresso, que têm raízes na Comissão de Orçamento. Um ele chamou de esquemas das empreiteiras e o outro, de esquema das pensões sociais. V. Exª teve algum conhecimento disso, já ouviu algo a respeito?

O SR. JOÃO ALVES - Não, Excelência. Isso é outra estupidez. Isso é uma barbaridade. O que houve sempre foram as subvenções sociais, que todo ano vinham no Orçamento e se distribuíam - para uns mais, para outros menos, mas todos recebiam. Indicavam-se nomes de prefeituras, de entidades educacionais, para subvenções sociais. Isso era pago de acordo com as disponibilidades de recursos do Tesouro a todos os Deputados e Senadores, menos aos do PT. Quero chamar a atenção, porque o PT nunca aceitou. Sr. Presidente, querem... Isso é legal. A lei que dispõe sobre isso é de 1938. É moral, é legal. É um absurdo falar-se numa coisa dessa, quando isso beneficiava instituições, prefeituras, escolas. O cidadão só recebe as subvenções depois que presta contas da subvenção anterior. Se ele não prestar conta da anterior, o Governo manda abrir inquérito para apurar, manda abrir sindicância. O prefeito tem que devolver o dinheiro com juros e correção monetária. Isso é algo legalíssimo. O que estão querendo é envolver todo o Congresso nisso. Se ele fala sobre subvenção, está envolvendo todo o Congresso, excluído o PT, que nunca quis.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Levando em consideração essa afirmativa de V. Exª, de que é absolutamente improcedente esses esquemas de corrupção, tanto das empreiteiras quanto das subvenções sociais, perguntaria o seguinte...

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante, para uma questão de ordem.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, estou atento aqui, como vigilante e como Deputado, e pude verificar que o advogado do nobre Deputado João Alves, já sussurrou, pelo menos três vezes, no ouvido de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Chico Vigilante, deixo ao seu critério de vigilante - não podendo eu vigiá-lo **a latere** - que continue fazendo essa observação e, desde logo, advirto o advogado, porque S. Sª sabe *claramente que não pode trocar informações com o depoente.* Acredito que S. Sa. não continuará fazendo-o, caso o estivesse.

O SR. JOÃO ALVES - Eu preferia que fosse o Chico Vigilante que estivesse ao meu lado, porque o advogado não está dizendo nada. Só está dizendo: parabéns!

O SR. PRESIDENTE, (Jarbas Passarinho) - Mas não pode.

O SR. JOÃO ALVES - Eu preferia o Vigilante ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É melhor...

O SR. JOÃO ALVES - Sr. Presidente, há esquerdas delirantes e inconseqüentes, por todos os títulos condenáveis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas as esquerdas dos Deputados Chico Vigilante e Vladimir Palmeira, que estão à minha frente, são as esquerdas patrióticas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou resolvendo uma questão que não é de ordem, mas pela ordem. E, com certeza, solicito que continue a observar, porque não posso fazê-lo. Estou impedido, pela presença de meu companheiro Ódacir Klein e do próprio Relator, de acompanhar, nem era o meu objetivo fazê-lo. Apenas salientaria que não deve dar nem mesmo os parabéns, porque pêsames também começa por "p", e não seria agradável fazê-lo. Era preferível que o Dr. Antônio Carlos Osório mantivesse o que me parece que é claro na Ordem do Advogados, naqueles que exercem a profissão, que se dá o direito de uma assistência que já é psicologicamente importante, mas não o direito de fazer qualquer tipo de comunicação verbal ou escrita para o depoente.

Ouço o Deputado Genoíno, na sua questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Era sobre isso, e V. Exª já resolveu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, indago se já chegou a minha indicação para a Comissão, para eu poder participar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É natural que V. Exª esteja ansioso, e, como já me garante, a fé de V. Exª para mim é total, que a sua indicação já foi enviada para cá, eu aceito como tal e V. Exª, então, se inscreverá na hora oportuna.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se já não passou da hora.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas o meu prazo, Sr. Presidente, como bom jurista que somos, V. Exª de Realengo, notadamente, nós só podemos contar a partir da indicação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas na Escola do Realengo o que me ensinaram, não me ensinaram senão inquérito policial militar e, nesse, eu me dei mal. (Risos)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Por favor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado João Alves, pelo que vejo, V. Exª considera que o nosso ordenamento jurídico é, realmente, muito eficaz e que em todo o processo de elaboração orçamentária, em todo o processo de liberação de verbas, é difícil haver algum tipo de corrupção.

Mas perguntaria: será que apesar de toda essa segurança, que nos dão os legisladores brasileiros, não há a possibilidade de algumas ilicitudes como, por exemplo, aquela que V. Exª, aqui mesmo, narrou há pouco, que foi a do Sr. José Carlos dos Santos descontingenciar verbas para liberação e, conseqüentemente, receber propinas de 5% a 15%?

O SR. JOÃO ALVES - Sr. Presidente, eu não sei se ele recebeu ou não recebeu; eu sei que se houver é no Executivo, porque no Legislativo não há possibilidade, porque não há dinheiro, aqui ninguém ordena despesa, aqui entre parlamentares não há esse problema de corrupção. Se há é no Executivo, no Legislativo não existe.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, o que foi colocado aqui para a Comissão, pelo o Sr. José Carlos, é que haveria um processo alcançando os dois Poderes. Esse processo começaria com a emenda, que se converteria em dotação, dotação que seria liberada, e, no esquema das empreiteiras, seria destinado a projetos de algumas poucas que seriam beneficiadas com a grande maioria das verbas; inclusive há uma indicação de que 90% das verbas para saneamento teriam sido destinadas, durante a gestão de Margarida Procópio, a apenas três empreiteiras. V. Exª desconhece isso?

O SR. JOÃO ALVES - Completamente, Sr. Presidente. Quando fui Relator-Geral tive o cuidado de não fazer nenhuma emenda. É muito raro acontecer uma coisa dessas. Surgiram três emendas, ou quatro, ou oito, ou dez na imprensa, denunciadas pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, mas, até hoje, não consegui apurar quem as assinou, porque lutei por todos os modos. Felizmente, não foi paga nenhuma daquelas dotações. Foi contingenciada e não pagaram, mas não descobri, até hoje, quem foi.

O Senador Eduardo Suplicy atribuiu que poderia ter sido eu, porque essas dotações foram para o Município aonde eu havia sido votado. Mas ele sabe que isso acontece muito. Um cidadão investe num município que é do outro com o objetivo de tomar-lhe os votos. Eu não tive, de jeito nenhum, participação, não é? Acontece isso. A gente bota o dinheiro no município, eu tenho no município muitos votos, o sujeito vai "por debaixo dos panos" e enfia lá um dinheiro - compreendeu? -, uma emenda aprovada, e depois vai cobrar. Todo político sabe disso.

E eu desafiei, até hoje, para ver quem assinava essas emendas e ninguém assinou, Senador. Todas aquelas emendas denunciadas ninguém assinou. Felizmente, nenhuma foi paga, nenhuma foi, porque eu não fiz nenhuma emenda quando fui Relator. As emendas eram com a Comissão ou com ele, com o Sr. José Carlos, comigo não, eu não tomava conhecimento delas. Nunca participei dessas emendas. Nunca tive conhecimento. Nunca participei. Eu ordenava o trabalho dos relatores parciais. Emenda é com a Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado João Alves, alguma vez o Sr. José Carlos dos Santos o visitou na Bahia?

O SR. JOÃO ALVES - O Sr. José Carlos dos Santos, na Bahia, não me lembro Sr. Presidente, não me lembro que o tenha visitado. De modo nenhum.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, vou encerrar minhas perguntas protestando, na condição de Relator, para ao final, se for o caso, aditar algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, na reunião anterior, eu havia afirmado que, na condição de Vice-Presidente, substituto eventual do Presidente, procuraria evitar fazer interpelações, para ensejar que os demais integrantes da CPI o fizessem. No entanto, como estou na Mesa e esta recebeu um documento do depoente, farei algumas perguntas, uma vez que tive acesso porque tive a esse documento entregue pelo próprio depoente.

É um documento referente a um relatório em inquérito policial que corre na Polícia Federal, onde há acusação de que o Deputado Federal João Alves, ex-Relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, e o indivíduo Normando Leite Cavalcante, titular da Empresa de Serviço de Assessoria Ltda., SEVAL, estariam envolvidos em fatos delituosos e que atuariam em uma relação de cumplicidade no que diz respeito à liberação de recursos principalmente para prefeituras, com a cobrança de honorários pela prestação de serviços. O nobre Deputado João Alves, quando entregou o documento à Mesa, disse que o cidadão não é seu assessor, que a própria autoridade policial já pediu o seu indiciamento nesse processo realizado por exploração de prestígio. Mas, nos documentos trazidos à Mesa pelo próprio depoente, encontramos depoimentos de pessoas que dizem o contrário.

Por exemplo, a Srª Angela Maria Barbosa Parente, Chefe da Divisão de Abastecimento de Água e Esgotos, diz que se recorda de ter comparecido ao Congresso Nacional, em data que não se recorda, mas que sabe que era realizada uma solenidade, possivelmente de abertura desta Casa Legislativa, oportunidade em que foi apresentada ao Deputado João Alves por Normando. E que, a partir dessa data, a depoente ficou mais convencida da condição de Assessor de Normando Leite Cavalcante. O Sr. Paulo Fernando Piza Teixeira, Assessor da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério da Ação Social, também informa à autoridade policial que conheceu a pessoa de Normando Leite Cavalcante o qual ali comparecia para verificar o andamento de processos e se apresentava na condição de Assessor do Deputado João Alves de Almeida, que demonstrava ter um relacionamento bastante íntimo com o mencionado Parlamentar. O Sr. Walter Aniquino, ex-Secretário Nacional de Saneamento, informa à autoridade policial que se recorda de ter recebido telefonema do Deputado João Alves de Almeida, o qual se referia a Normando como seu representante no encaminhamento dos processos dos municípios, fato já de conhecimento do depoente, através da apresentação de cartões assinados pelo citado Parlamentar e utilizados por aquele indivíduo. O Sr. Marco Valério de Albuquerque Vinagre também informa à autoridade policial que conheceu o Deputado João Alves de Almeida por intermédio, ou melhor dizendo, apresentado por seu Assessor Normando Leite Cavalcante. E a autoridade policial, no seu relatório, afirma categoricamente: de qualquer modo, comprovou-se, mais uma vez, a ligação entre Normando e o Deputado João Alves conforme se infere do teor das declarações coligidas e, ao final, sugere o indiciamento por exploração de prestígio.

Este documento foi trazido à colação pelo nobre Deputado João Alves, depoente, dizendo que o cidadão não era seu assessor; neste outro, encontramos as afirmações dessas testemunhas e uma posição da autoridade policial.

A minha pergunta é para ensejar ao depoente uma explicação a respeito do assunto.

O SR. JOÃO ALVES - As testemunhas, como sabe V. Exª, dizem o que querem. Mas outras testemunhas, como pode verificar V. Exª , disseram que nunca viram, não sabem de nada disso, das autoridades todas, de tal coisa da exploração de prestígio. Esse cidadão não era meu assessor, era um representante de uma empresa, SEVAL, e trabalhava para muita gente, para muitas pessoas, e usava, naturalmente, o que podia usar, o nome das pessoas influentes para obter algum resultado nas secretarias por onde andava.

É mentira esta última afirmativa, porque nunca fui ao gabinete desse Sr. Vinagre, nunca fui à Secretaria de Saneamento, nunca fui a essas repartições, meu caro vice-Presidente, eu nunca fui a nenhum ministério falar, pedir coisa alguma. Sempre me reservei o direito, eles é que me procuravam. Quando queria, eu atendia ou não. Nunca procurei. E a conclusão foi feita porque ele chegou, mesmo, à conclusão, depois do levantamento feito, de que realmente era mentira. E a prova disso, ele conclui, que o Sr. Orlando Leite dizia tudo isso, tudo isso que foi dito aí, era dito por ele. E não tinha documento nenhum. O documento que diz que tinha, o cartão, não apresentou. Ele não apresentou um cartão meu, dizendo que era meu assessor. Ele não apresentou, e as outras testemunhas desmentiram, chegou-se à conclusão de que era exploração de prestígio. Ia falar, nas repartições, em nome do Deputado João Alves, Relator da Comissão de Orçamento, para ter resultados favoráveis. E nem conseguia, porque eles não eram meus amigos.

O SR. ODACIR KLEIN - Então, era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A lista de inscrição, de acordo com o que acabamos de fazer, acaba de ser encerrada, às 11h14min.

Na lista de inscrição de titulares, eu tenho aqui uma dúvida.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Apenas parece-me que o relógio de V. Exª, e aí nós teremos que acertar o relógio da sala, nele são 11h11min.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu dei pelo meu relógio.

O SR. ELCIO ALVARES - Exatamente, mas gostaria, sem demérito, acho que a palavra do Presidente está acima de tudo, mas acho que até para controle dos Srs. Parlamentares, devemos acertar o relógio da sala porque, inclusive, no dia em que houve a transferência, houve uma diferença de uma hora. Então, seria interessante, porque seria o relógio oficial que iria comandar a reunião, sem demérito do relógio de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu tenho medo do relógio oficial do Congresso porque, certa vez, já foi parado. (Risos).

O SR. ELCIO ALVARES - Mas eu acredito que esta Comissão, com o peso da responsabilidade que tem, ela saberá manter o horário do relógio rigorosamente exato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou plenamente de acordo com V. Exª. O meu relógio, de modo geral, está avançado, a essa hora, mas também tomei o início a partir do encerramento da exposição.

Mas eu estou em dúvida, se seria aqui primeiro, o Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu segui a instrução do Vice-Presidente, assinar ali, como requerente. E com o testemunho do funcionário, que assinei em primeiro lugar, além do mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prescinde do testemunho, basta-me a palavra de V. Exª. Apenas, por uma questão de praxe, tenho que dar informações a Congressistas que não participaram da reunião anterior.

Nós tomamos como iniciativa que tem precedência para as inquirições os requerentes da CPI que aqui se encontram funcionando. Então, a palavra inicial está com o Senador Eduardo Suplicy. V. Exª dispõe, como combinamos, de dez minutos. Poderá ser pelo relógio oficial, mas, de preferência, pelo meu.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado João Alves de Almeida, o senhor conhece o Sr. José Setembrino Fagundes, que foi Prefeito de Serra Dourada, na Bahia ?

O SR. JOÃO ALVES - Conheço.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ele costuma falar a verdade ?

O SR. JOÃO ALVES - Eu não sei, porque conhecer é uma coisa, garantir pelo que ele diz, é outra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas é um homem de bem, segundo o seu conhecimento?

O SR. JOÃO ALVES - Também não posso atestar nada, não posso atestar porque não tive, com ele, relação..

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Estão pedindo opiniões à testemunha. Não é possível. Processualmente, não é possível. O Senador Eduardo Suplicy está exagerando, Sr. Presidente. É opinião. Opinião de testemunha não interessa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Realmente, o Senador Eduardo Suplicy ouviu, aqui, nas sessões anteriores, até me lembro de uma intervenção do Deputado Rollemberg, que não se poderia perguntar ao depoente: O senhor acha isso ? No caso dele, v. Exª acha isso? E, com isso, peço ao Senador Suplicy..

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu compreendo, mas peço que desconte esse pequeno interregno.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Será de dez segundos. (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu lhe pergunto isso porque o Prefeito de Serra Dourada, como os demais, disse que, por seu intermédio, do Deputado João Alves, quando ele o procurou em Brasília, é que o senhor apresentou o Sr. Normando Leite Cavalcante, tendo recebido indicação que ele comparecesse ao escritório SEVAL, para feitura dos projetos da Prefeitura de Serra Dourada. O senhor não apresentou o Sr. Normando Leite Cavalcante ao senhor Prefeito José Setembrino Fagundes?

O SR. JOÃO ALVES - Não me lembro, Senador. Não posso me lembrar, porque isso é uma coisa corriqueira, encontrar-se com uma pessoa e apresentar outra. Não posso me lembrar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o senhor esteve no escritório SEVAL?

O SR. JOÃO ALVES - Não sei onde fica. Até hoje, eu não sei onde fica.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Nunca ouviu falar no escritório SEVAL?

O SR. JOÃO ALVES - Ouvi falar que ele tinha escritório, mas não sei onde fica. Nunca o procurei, nunca mandei ninguém procurá-lo lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Nunca telefonou para o escritório SEVAL?

O SR. JOÃO ALVES - Não, nunca. Eu fugia de todos os elementos que se diziam assessores, porque não sei se são honestos ou desonestos, e eu não podia cuidar disso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor já reparou que SEVAL - Serviço de Assessoria Ltda. - é exatamente o anagrama de Alves? O senhor sabe o que é anagrama?

O SR. JOÃO ALVES - Sei, é o inverso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é ofensiva.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perdão, Deputado João Alves. Então, modificando Alves, invertendo as sílabas, fica SEVAL. Engraçado isso, não?

O SR. JOÃO ALVES - Tem um Deputado cujo nome é o contrário de Severiano. V.Exª vai acusar todos os Severianos?

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor mencionou, há pouco, que não fez emendas.

O SR. JOÃO ALVES - Não, não fiz.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas, em 1990, o Deputado João Alves fez, praticamente, 2.000 emendas alterando quase todo o Orçamento. É o que informa o...

O SR. JOÃO ALVES - Isso não é emenda. Não alterei o Orçamento. Isso é emenda para ajustar o Orçamento. V.Exª sabe que...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas o Relator fez.

O SR. JOÃO ALVES - Não, mas o Executivo manda o material para cá, e tem de ser através de emenda, pois não podemos aceitar o que o Executivo manda sem emenda. O Relator não faz coisa nenhuma. É tranformado em emenda e encaminha como emenda de Relator, sem que ele participe. É uma coisa corriqueira, é uma coisa normal, é uma coisa obrigatória. Quando o Executivo encaminha material para incluir no Orçamento, é feito através de emendas. E são inúmeras emendas para todos os ministérios. O Relator, às vezes, nem participa, nem tem conhecimento e as emendas são encaminhadas e são aceitas. Tem de ser assim. V.Exª pode perguntar a quem entende que lhe explicam isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Dos diversos depoimentos citados pelo Deputado Odacir Klein, incluem-se, dentre outros, o da Srª Margarida Maia Procópio, o do Sr. Valter Aniquim, de 26 funcionários dos diversos ministérios, de, pelo menos, 15 prefeitos ouvidos no inquérito presidido pelo Sr. Magnaldo. O senhor acha que todos eles mentiram ao dizer que conheceram o Sr. Normando Leite Cavalcante, apresentado por V.Exª como assessor...

O SR. JOÃO ALVES - Todos não, só os falsos testemunhos: esse Aniquim, esse Varelo...

O SR. EDUARDO SUPLICY - A Ministra Margarida Procópio?

O SR. JOÃO ALVES - A Ministra Margarida não disse isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A Ministra Margarida não disse isso?

O SR. JOÃO ALVES - Não disse tal coisa, de jeito nenhum.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu vou ler o que ela disse.

O SR. JOÃO ALVES - De jeito nenhum. Ela não poderia dizer, porque ela nunca esteve com esse cara, com esse cidadão. Como é que poderia dizer que eu o apresentei? Veja aí no relatório da Margarida.

Tem falso testemunho do Aniquim, daquele substituto dele, o não-sei-o-quê Marcas, e do Quaresma. Uns três ou quatro falsos testemunhos. Os outros oitenta testemunhos estão todos certos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Até o término, pegarei o testemunho da Srª Margarida Maia Procópio.

O SR. JOÃO ALVES - Pode pegar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Exª considera adequado ao Relator-Geral do Orçamento indicar a prefeitos uma empresa de lobby para instruí-los na elaboração de projetos e no acompanhamento da tramitação de processos de seus interesses junto a ministérios, visando à liberação de recursos públicos e cobrando por isso porcentagens sobre as verbas liberadas?

O SR. JOÃO ALVES - V.Exª sabe, Senador, que tudo isso é mentira. Não faça uma coisa dessas comigo, porque V.Exª sabe que isso é falso, é mentiroso, não existe nada disso! Isso foi mexido, mexido e mexido, e é falso! Não tenho nada com isso! Há poucos instantes V.Exª me perguntou e disse-me que eu o apresentei, agora já me diz que eu o indiquei. Nunca indiquei ninguém! Assim é difícil. Respeito muito V. Exª, mas me poupe de ter de fazer uma coisa dessas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que nós nos contenhamos no Plenário para evitar comentários hilariantes.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, encaminho à Mesa, às mãos de V. Exª, documento encontrado pela Polícia Federal, que está nos autos às fls. 107 do inquérito presidido pelo Sr. Delegado Maguinaldo: "segue a relação dos municípios de nosso interesse, representados pelo Deputado João Alves de Almeida" O documento foi assinado pelo Sr. Normando Leite Cavalcante. Aqui estão 47 municípios, quase todos do Estado da Bahia, exatamente aqueles que receberam. Eis aqui prova documental, assinada pelo Sr. Normando Leite Cavalcante. Peço a V.Exª inclusive que mostre ao Deputado João Alves para que ele possa explicar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito à Secretaria que obtenha o documento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de acrescentar, enquanto S. Exª olha o documento, que, no inquérito citado, existem os depoimentos dos prefeitos de quinze municípios. Vou citar alguns deles: Ivo Manzonni, Edneu Oliveira dos Santos, Gideão Soares Matos e outros, onde afirmam que foi S. Exª quem lhes apresentou o Sr. Normando Leite Cavalcante, indicando a empresa SEVAL para a feitura de projetos.

O SR. JOÃO ALVES - Quero contestar com veemência esse papel, porque os agentes desse negócio de verbas, de processos que fazem projetos, fazem as relações das coisas, pegam no Diário Oficial o nome das pessoas, vêem que são ligadas ao Deputado e procedem. Não tendo a minha assinatura, Sr. Senador, não aceito nenhum documento que se refira a mim. O Sr. Normando Leite assina um documento com a relação de prefeituras minh... É a tal coisa de exploração de prestígio. Ele quer usar e abusar de uma coisa da qual ele não tem participação nenhuma. Como é que pode se atribuir a um Deputado uma relação de municípios, assinada por um sujeito que está sendo processado. O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, o tempo de V. Exª, inclusive os dez segundos...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, Sr. Presidente; estou acompanhando pelo relógio, pelo menos nos dez minutos... Deixe-me concluir então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª não ponha em dúvida. O relógio de V. Exª está sendo examinado pelo Secretário Panissé, que, inclusive, já me disse que o tempo de V. Exª se esgotou. Apenas estou pedindo a V. Exª, de acordo com o que combinamos ontem...

O SR. EDUARDO SUPLICY - A última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não; e as perguntas subseqüentes que V. Exª tiver, não tendo sido encaminhadas ou pedidas a reposta, serão dadas ao Relator.

Peço, pois, a V.Exª que conclua, já que são 38 os inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado João Alves, V. Exª sempre se disse um homem modesto, um homem pobre, um homem que, não há muito tempo, era vizinho do Deputado Ruy Bacelar em apartamento na Bahia. Explica o Deputado Ruy Bacelar que normalmente V. Exª até costumava utilizar-se de seu telefone. Como explicar, então, as notícias veiculadas na imprensa, dando conta de que V. Exª possui cinco apartamentos, três deles comprados este ano, um terreno em seu nome e ainda um tesouro em obras de arte, guardado em um apartamento no Rio de Janeiro? Deputado João Alves, fico pensando que - engraçado - V. Exª mencionou, há pouco, que não tinha propriamente um relacionamento como que de autoridade ou muito íntimo com o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Há pouco mesmo, todavia, V. Exª disse que conhecia muito bem a Srª Ana Elizabeth. V.Exª talvez, provavelmente, também conhecia toda a sua família.

O SR. JOÃO ALVES - Não; não conhecia. Conhecia muito bem a ela, porque ela me procurou algumas vezes para reclamar dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deixe-me concluir, porque só faltam 30 segundos para terminar a minha pergunta, Sr. Deputado. Inclusive, Deputado João Alves, eu estava examinando bem entre as testemunhas da festa na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, quando do seu aniversário, teve uma pessoa da família do Sr. José Carlos Alves dos Santos preferiu não participar da festa e ir a uma reunião na Universidade de Brasília, porque ela nunca se sentiu bem com a forma que o senhor tratava o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Refiro-me à Drª Adriana, que teve um papel fundamental ao ressaltar para seu pai a importância de revelar a verdade inteira e de devolver espontaneamente um milhão de dólares ontem, e revelar a existência de mais quinhentos mil dólares também ontem.

O SR. JOÃO ALVES - Procure mais que o senhor encontra; deve encontrar, porque o orçamento da União tinha muito dinheiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Talvez V. Exª não tenha a noção clara.

O SR. JOÃO ALVES - Senador, vou fazer um acordo com V.Exª. V.Exª vai ter acesso a toda a minha vida, vou lhe permitir acesso a minha vida. Se essa cidadã diz que não se sentia bem com a maneira com que eu tratava o pai dela é porque eu não o tratava bem, naturalmente. Eu não o tratava bem, porque achei que aquilo ali foi um constrangimento para mim. Deve ter sido, por isso não o tratei bem.

Mas isso não vem ao caso. O que vem ao caso é o seguinte: até eu deixar a Comissão de Orçamento, realmente, vivi em dificuldade financeira. Depois que a deixei, a abandonei, a esqueci, Deus me ajudou e eu ganhei dinheiro. (Risos)

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO ALVES - V.Exª vai constatar tudo isso nas minhas declarações de imposto de renda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito silêncio no plenário ou não prosseguiremos a inquirição.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, estou terminando, mas o Deputado João Alves não permite que eu conclua. A Drª Adriana relatou-me da sua indisposição, de seu mal-estar pela forma pela qual o senhor procurava a cada dia, a cada momento, o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Segundo ela, o senhor dizia a ela ao telefone: " Seu pai não está? Se não está, ache-o onde ele estiver; eu o quero aqui agora". Isso provocava nela o sentimento de que o senhor tinha o Sr. José Carlos Alves dos Santos como um seu escravo.

Esse é o testemunho da filha do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, por obséquio, em qualquer dos relógios V.Exª já ultrapassou 7 minutos. Se ficarmos na árvore genealógica, iremos a 30 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dar-lhe-ei a oportunidade de resposta.

Concedo a palavra ao Deputado João Alves.

O SR. JOÃO ALVES - V.Exª quer a resposta? Se eu o tratava dessa maneira, era para ele dar explicações das coisas erradas que ele fazia. Só podia ser. Se eu o tratava dessa maneira, era porque eu queria explicações pelo que eu encontrava de errado no que ele fazia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, V.Exª quer encaminhar perguntas ao Relator?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quero dizer que posso apenas testemunhar que não recebi o tiro mencionado pelo Deputado João Alves.

O SR. JOÃO ALVES - Nem receberá nunca.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas ouvi do repórter da revista **Veja** que ele, de fato, havia dito que iria me dar um tiro. Se prefere retirar a expressão, eu aceito.

O SR. JOÃO ALVES - Não a retiro, porque nunca disse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito bem, não disparou o gatilho, não há problema.

O SR. JOÃO ALVES - Eu gosto dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo Barbosa, V.Exª começa, pelo meu relógio, às 11 horas e 34 minutos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, Sr. Deputado João Alves, esta CPI não é a convenção...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há um assessor acompanhando aqui. Por favor, Deputado. São 11 horas, 24 minutos e 10 segundos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, esta CPI não é a convenção do terror e por isso não se espera aqui, de princípio, que cabeças vão rolar. E também, Sr. Presidente, em um certo instante, ocorre sempre à nossa mente que estamos investidos da toga do juiz para julgar pessoas, especialmente nossos colegas.

Sr. Presidente, na verdade, estamos aqui investidos de um mandato popular, e a nossa investidura de Representantes do povo brasileiro, da Nação brasileira, nos impõe que exerçamos o mandato neste instante inquirindo, interrogando, apurando a verdade. Mais do que nunca, a Nação brasileira espera agora que correspondamos a esse dever parlamentar, não judicante, parlamentar, exclusivamente parlamentar, e que busquemos a verdade e a revelemos à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito bem.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E aquilo que em princípio poderia parecer constrangedor de que estaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É uma falta de polidez não prestar atenção ao orador que fala.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E aquilo que poderia parecer dificuldades, até, de interrogarmos colegas parlamentares, ao contrário, Sr. Presidente, é uma facilidade, porque os nossos colegas parlamentares têm exatamente a noção da investidura popular, têm a noção dos nossos deveres, têm a compreensão do que representa a nossa função neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª, que é um experiente Deputado, sabe que se o preâmbulo se tornar muito longo não se lê o livro.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, é que penso que tem a ver com as questões que eu vou levantar agora.

Eu esperava que o Deputado João Alves, ele próprio, na sua declaração inicial, enfrentasse as questões que a imprensa vem divulgando para o esclarecimento devido e, aí, até facilitasse o nosso diálogo e o conjunto de informações que precisamos.

Acontece que ele não o fez, o que nos leva, realmente, a levantar questões que a imprensa vem divulgando, para que ele possa nos esclarecer neste instante. E o que a imprensa, Deputado João Alves, vem divulgando insistentemente nos últimos dias é que V. Exª é possuidor de um patrimônio imenso, razoável, acima do razoável, mas um patrimônio pessoal bastante avantajado.

V. Exª pode nos dizer se esse patrimônio decorreu da atividade parlamentar de V. Exª, que é longa - talvez das mais longas deste Congresso Nacional-, ou foi de atividade comercial, ou industrial, ou de prestação de qualquer serviço?

O SR. JOÃO ALVES - Nobre Deputado, o que eu posso lhe afirmar é que todo o meu patrimônio consta das minhas declarações de Imposto de Renda, que vão ser entregues à Comissão, a esta CPI. E toda a origem dos recursos também, toda a origem dos recursos vai ser entregue à CPI.

O que a imprensa divulga - eu já mostrei a V. Exª - é disposição dela contra mim, pelo menos até agora, de exagerar. Uma disse que eu tive três apartamentos, que eu comprei este ano; não é verdade, eu comprei um. Comprei um. Diz que eu tenho avião, nunca tive avião. Diz uma série de coisas e se eu tiver de esclarecer, de explicar toda essa celeuma da imprensa, adulterando fatos, imitando coisas absurdas que eu não posso... o que eu posso comprovar é com documentos e é o que irei fazer perante a Comissão.

Ela vai receber, e V. Exª terá acesso a minha declaração de renda e à origem dos recursos que me levaram a adquirir esse patrimônio.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Para antecipação, Deputado, o senhor poderia reafirmar ou confirmar essas notícias de que o senhor possui, realmente, os imóveis todos em Salvador, aqui em Brasília? Serão confirmadas ou desmentidas pelas informações de V. Exª?

O SR. JOÃO ALVES - Eu não sei a minha relação. V. Exª tem a relação? V. Exª tem a relação?

O SR. VIVALDO BARBOSA - A imprensa tem publicado, especialmente a de hoje, nos diversos jornais, que seriam diversos imóveis, apartamentos em prédios luxuosos em Brasília, em Salvador, e três imóveis aqui em Brasília.

Na antecipação da declaração de Imposto de Renda que V. Exª nos trará, será confirmada essa relação ou não?

O SR. JOÃO ALVES - Tudo será confirmado na declaração de Imposto de Renda; deste ano não, porque ainda estou fazendo, mas de qualquer maneira ela vem para cá com a relação.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Serão confirmadas, então, as declarações?

O SR. JOÃO ALVES - Aliás, neste ano eu não comprei nada, só comprei um apartamento na Bahia e será mandada a escritura. A dos outros consta da relação, porque eu paguei metade, outra parte fiquei de pagar depois, se não foi pago de uma vez; consta da relação.

Fique tranqüilo, V. Exª, que eu já afirmei e reafirmo que não há diferença nenhuma, não há nada que possa comprometer a honorabilidade do seu colega. V. Exª ainda vai se orgulhar, depois, de verificar que eu estou, eu sou um homem que... tudo que eu tenho vai ser explicado bonitinho, como manda o figurino, e V. Exª vai, depois,

me dizer: "Acredito na sua isenção", e que eu sou, realmente, um homem digno e honrado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Deputado.

V. Exª informou à Comissão que o seu relacionamento com o Sr. José Carlos era circunstancial.

O SR. JOÃO ALVES - Exato.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E que o Sr. José Carlos era o chefe da assessoria, que lhe prestava assessoria na Comissão...

O SR. JOÃO ALVES - Prestava assessoria à Comissão, a mim não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - À Comissão, e, naturalmente, especialmente...

O SR. JOÃO ALVES - Ele mesmo declara na Polícia Federal.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. E o senhor disse que qualquer problema que tinha o senhor preferia conversar com os assessores diretos.

O SR. JOÃO ALVES - Exato. A não ser quando eram coisas graves, quando eu telefonava para eles e os chamava para esclarecer, como eu fazia, segundo a filha, que ficava aborrecida porque a eu tratava com grosseria. Não. É porque às vezes eu me irritava com as coisas e o chamava para esclarecer aquilo. Tanto que tive, posteriormente, de fazer uma representação contra ele.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Deputado, então V. Exª preferia fugir um pouco da tradição de conversar com o chefe da assessoria, passava por cima dele, para conversar com o assessor diretamente?

O SR. JOÃO ALVES - Não é passar por cima, é porque não havia necessidade. Ele coordena os assessores dele, e eu coordeno a Comissão, como Relator.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Isso é apenas para esclarecimento, porque V. Exª disse anteriormente, e reiterou agora, que o seu relacionamento era com os assessores subordinados a José Carlos.

O SR. JOÃO ALVES - Não, eu tinha reunião com todos. Com ele, vez por outra, tinha também.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª disse, ainda há pouco, que, quando foi informado da notícia de que o Sr. José Carlos ofereceu espontaneamente a devolução de US$900 mil, disse que, se se procurar, encontrará mais. Parece que V. Sª tem conhecimento, realmente, de que ele dispõe de alguma coisa e da forma que ele encontrou essa disponibilidade.

O SR. JOÃO ALVES - Se hoje acha um dinheiro, amanhã acha de novo, depois de amanhã também, devem continuar procurando, porque, sei lá se ele só tem esses recursos... Não sei de nada! Sei tanto quanto V.Exª. Até pelo contrário, a cada dia tomo um susto; como pode um sujeito com tanto dinheiro assim? Daqui a pouco V. Exªs vão descobrir bilhões e não vão nem querer também atribuir a mim.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª não tem...

O SR. JOÃO ALVES - É bom trabalhar para descobrir onde ele pegou esse dinheiro.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª poderia ajudar a Comissão apontando alguma pista de como encontrar isso?

O SR. JOÃO ALVES - Não, não posso! Estou tão revoltado com tudo isso... Isso é deplorável. Se V.Exª for acusado, como eu fui, V.Exª não terá condições e será capaz de partir para a violência. Eu é que tenho idade suficiente para me controlar, mas não posso nem olhar para uma desgraça dessa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tenho a compreensão do que V. Exª tem passado.

O SR. JOÃO ALVES - O que tenho é a certeza de que isso está articulado. Isso, eu tenho. E que vai ser descoberto, vai. Então, colaboro. Para descobrir a articulação deles, eu colaboro!

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª lembra agora de algum fato que possa ajudar a Comissão?

O SR. JOÃO ALVES - Não! Não me lembro de nada. Sei do fato porque V. Exª está me dizendo que ele arranjou mais dólares e mais coisas. Não estou muito interessado na vida dele, não! Estou interessado no que ele andou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Fazendo soar a campainha.) - V.Exª tem mais um minuto.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª disse que o procurava, na forma tão enfática, como o Senador Eduardo Suplicy relatou, para corrigir as coisas erradas que ele fazia.

Que tipo de coisas erradas ele fazia?

O SR. JOÃO ALVES - Não me lembro! Como é que vou me lembrar, num amontoado... V. Exª sabe que o Orçamento é um amontoado de coisas. De vez em quando encontramos uma coisa errada e temos de reclamar. E aí eu o chamava, e ele transferia para outro, que era o assessor tal, o assessor tal... Ninguém quer assumir responsabilidade de nada, hoje em dia.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Deputado, V. Exª agora, tomando conhecimento de que ele dispõe dessa volumosa importância em dólares, disse que é possível encontrar mais dólares ainda. V. Exª entende que esses erros que ele cometia, tinha algum fundo...

O SR. JOÃO ALVES - Não disse que acho possível encontrar mais. Eu disse: procure mais. Não disse que...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Vou repetir a pergunta. Desculpe. Talvez minha pergunta não tenha sido bem expressa, por isso não foi bem compreendida por isso. Agora V. Exª tomou conhecimento de que ele já devolveu importâncias volumosas em dólar. Esses erros que ele cometia tinha, na avaliação de V. Exª, algum conteúdo de desvio moral de conduta?

O SR. JOÃO ALVES - Não! Os erros eram técnicos. Eu não podia nunca imaginar que esse miserável, esse bandido, pudesse cometer esses crimes todos. Como é que eu podia ter idéia!? Se tivesse, eu o teria expulsado de lá há muitos anos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª nos informou, há pouco, que não vai a Ministério pedir nada, intermediar nada...

O SR. JOÃO ALVES - Qualquer testemunho nesse sentido, é falso.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Apenas, como estamos nos socorrendo... A imprensa deste País presta à Nação relevantes serviços, neste instante, ao investigar, ao procurar, ao publicar informações de documentos. A **Folha de S.Paulo** nos traz hoje duas cartas de duas associações beneficentes indicando V. Exª como seus representantes junto a LBA. V. Exª exerceu esse mandato, cumpriu essa missão política?

O SR. JOÃO ALVES - Absolutamente! Nunca fui à LBA. Desafio quem tenha me visto um dia na LBA.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª recebeu essa autorização?

O SR. JOÃO ALVES - Mandar correspondência, podem mandar à vontade sem a gente pedir. V. Exª deve receber também! Outros Deputados recebem...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas V. Exª, não tendo ido à LBA, por acaso indicou, pediu a alguém que o fizesse em nome de V. Exª para cumprir essa solicitação?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Para um esclarecimento final, Sr. Presidente. É que o ilustre Deputado João Alves disse que a função de Relator-Geral da Comissão é uma função mera de ordenamento e ajustamento das emendas, subemendas dos sub-relatores.

O SR. JOÃO ALVES - Não, é dos trabalhos dos sub-relatores.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe-me, é dos trabalhos dos sub-relatores.

Parece que a função mais importante da Comissão, então, não era do Relator-Geral, era dos sub-relatores. Mas no trabalho parlamentar de V. Exª há, realmente, o registro de um esforço imenso para V. Exª sempre articular e conquistar o cargo de Relator-Geral. Não seria melhor o de sub-relator?

O SR. JOÃO ALVES - Não, isso depende. Não sei se é melhor ou pior; eu sou até capaz de ser mesmo, porque pelo menos como Relator teria mais tempo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem.

Temo que a esta altura dos acontecimentos, passemos para uma interpretação regimental. Isso é item regimental, e dizia, então, o objetivo desta Comissão, que é averiguar a corrupção na Comissão de Orçamento. Isto é o que temos que perseguir. A interpretação do regimento nós saberemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Darei a decisão sem precisar de contradição.

Peço ao Senador Cid Sabóia de Carvalho, que não deve ser confundido com o Deputado Cid Carvalho, que, por obséquio, sua primeira brilhante intervenção, deixe à Mesa - à qual V. Exª confere algum poder de inteligência - que faça a polícia da Mesa funcionar em termos de diferença entre regimento e aquilo que pode dizer o inquirido. Peço apenas ao Deputado Vivaldo...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas, Sr. Presidente, sem que faça...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª conhece tão bem o regimento que sabe que não pode discutir com a Mesa.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não, não vou discutir...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tendo esgotado o tempo, Sr. Presidente, colaboro com a Mesa e encerro a interve ão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, apenas não quero ver cerceada a condição de um parlamentar; apenas isso. Quero dizer que esta condição que estou exercendo é inerente ao meu mandato e, com todo o respeito que tenho a V. Exª, vou silenciar para não lhe criar problemas, mas voltarei a me manifestar até como Líder do PMDB, porque aqui estou, também, nesta condição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu entendo, mas V. Exª, naturalmente, não será indelicado com a Mesa, supondo que ela não tenha a capacidade de fazer valer aquilo que a polícia de Mesa pode exercer.

Apenas direi, sem uma impolidez, aos que começam a fazer a inquirição, que se o preâmbulo da pergunta for grande perde-se metade do tempo; além do que nós temos a dificuldade, e essa sim, insuperável, em relação à prolixidade que o depoente possa ter na resposta, o que consome grande parte do tempo do inquiridor.

Tem a palavra o jovem Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr.Presidente, o Deputado Sigmaringa Seixas, que é o seguinte, solicitou fazer a intervenção em primeiro lugar, a inversão da ordem, porque tem compromissos inadiáveis, pelo respeito...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicitou a V. Exª ou à Mesa?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Ele solicitou a troca, e eu consulto a Mesa sobre a possibilidade de inverter a minha intervenção com a dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa permuta, não vamos chamar de acerto porque a palavra está suspeita, é submetida à Mesa e, com prazer, é deferida.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Tenho que me ausentar, Sr. Presidente, por alguns momentos, mas, evidentemente, retornarei em seguida.

Deputado João Alves, V. Exª, em 1989, exerceu qual cargo na Comissão de Orçamento: Presidente ou Relator?

O SR. JOÃO ALVES - Em 1989 fui Relator parcial.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E em 1990?

O SR. JOÃO ALVES - Em 1990, fui Relator-Geral.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E em 1991?

O SR. JOÃO ALVES - Em 1991, fui reeleito, mas renunciei antes de apreciar o Orçamento.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E em 1992?

O SR. JOÃO ALVES - Nada. Saí da Comissão. Saí em 1991, definitivamente.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª se lembra, em 1989, do montante da dotação orçamentária global destinada ao Ministério da Ação Social?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não se lembra?

O SR. JOÃO ALVES - De maneira nenhuma.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª foi relator parcial em 1989.

O SR. JOÃO ALVES - V. Exª sabe que em orçamento vieram muitos créditos adicionais posteriormente, às vezes, até dobraram as dotações com os créditos adicionais.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Lembra-se V. Exª dessa dotação em 1990?.

O SR. JOÃO ALVES - Também não, porque foi contingenciada e ninguém recebeu, a não ser os que liberaram no Executivo.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E em 1991?

O SR. JOÃO ALVES - Não, em 1991, não era mais da Comissão.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não, em 1991, V. Exª foi o Relator.

O SR. JOÃO ALVES - Não, em 1991 renunciei antes de apreciar o orçamento.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Pois não.

Então, indago a V. Exª se lhe for exibida a Lei Orçamentária, V. Exª seria capaz de dizer qual foi a dotação global destinada ao Ministério da Ação Social, nesses dois anos, em 1989 e 1990.

O SR. JOÃO ALVES - Não, nunca me preocupei com isso, não tinha o por que me preocupar.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas como não se preocupar, não era V. Exª o Relator?

O SR. JOÃO ALVES - Sim, mas não tinha por que me preocupar com a dotação. Isso é coisa do Executivo; vem uma série de emendas que modifica.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Bom, se V. Exª examinar a Lei Orçamentária, não seria capaz de identificar qual é a dotação global que foi destinada ao Ministério da Ação Social e ao Ministério da Educação?

O SR. JOÃO ALVES - Não, porque há várias dotações - globais - são muitas dotações: não é uma só, não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim, mas estou indagando a V. Exª, se lhe for exibido. Porque vou pedir ao Presidente que lhe exiba a Lei Orçamentária e vou até propor a suspensão dos trabalhos, porque V. Exª terá que responder a questões relacionadas a isso. Se V. Exª diz que não conhece e se V. Exª diz que não é capaz de identificar, como é que vou questioná-lo? Era V. Exª o Relator!

O SR. JOÃO ALVES - Não sei informar quantas, porque são várias dotações globais em todos os Ministérios. E isto só um técnico poderá informar a V. Exª.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª quer dizer que foi Relator parcial em 1989, foi Relator-Geral em 1990, e não é sequer capaz de identificar uma dotação global no orçamento?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então não sei indagar, Sr. Presidente. Quem fazia era o Sr. José Carlos dos Santos?

O SR. JOÃO ALVES - Nunca me preocupei com isso, não tinha razão para me preocupar.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não tinha razão para se preocupar! Mas V. Exª era o Relator?

O SR. JOÃO ALVES - Não, não tinha razão; a dotação global é do Governo, não é minha.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não posso emitir juízo de valor neste momento, Sr. Presidente, mas tenho vontade até de fazê-lo com a resposta que o depoente me dá. Era o Sr. José Carlos Alves dos Santos o responsável por isso?

O SR. JOÃO ALVES - As dotações globais vêm já no Orçamento do Governo; o Congresso não se preocupa com ela.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, diante da resposta, eu até me permitiria pedir a V. Exª que suspendesse para que o depoente lesse, embora S. Exª já tenha dito que nem lendo seria capaz de identificar. Provavelmente S. Exª terá que voltar em outra ocasião. Vai ler... Talvez até entre em contato com o assessor que formulou, para que possa responder a esta Comissão as questões que lhe forem formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço-lhe por não ter emitido juízo de valor - isso é oportuno e cautelar - porque entre juízo de valor e juízo de fato pode haver uma grande diferença.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Solicitaria ao Sr. Presidente que fizesse a fineza de acostar a esta Mesa dos trabalhos o volume correspondente aos orçamentos de 1989, 1990, 1991 e 1992; especialmente peço o orçamento de 1992 que, como sabemos, foi elaborado em 1991, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O pedido de V. Exª já está deferido, mas não para consulta, neste momento, que prejudica todos aqui.

O SR. FERNANDO CARRION - Pois não, Sr. Presidente, não é para consulta neste momento, é para ficarem à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ficarão à disposição e V. Exª, que é uma pessoa respeitável, assídua e presente nesta Casa, terá oportunidade de ler tantas páginas quanto sejam necessárias.

O SR. FERNANDO CARRION - Muito obrigado.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, imagino que o tempo me será concedido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É evidente. Não posso, como sabe V. Exª, deixar de conceder a palavra pela ordem, nem sempre em favor da ordem.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Deputado João Alves, nesses dois anos, 1989 e 1990, V. Exª pode afirmar se, por ofício seu, foi destinada alguma verba a alguma instituição que, pelo seu volume, pelo seu valor, tenha lhe despertado especial atenção?

O SR. JOÃO ALVES - Como disse a V. Exª, sou apenas o coordenador dos trabalhos; não destino verba para coisa nenhuma.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então, V. Exª nunca encaminhou a esses Ministério qualquer ofício indicando nomes de instituições que deveriam ser contempladas com subvenções?

O SR. JOÃO ALVES - A relação que chegava ao meu poder eu encaminhava. É normal.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, eu então, neste momento, requeiro a V.Exª para que requisite todos os ofícios de responsabilidade do Deputado João Alves, com indicações de verbas em 89 e 90, ofícios dirigidos ao Ministério da Ação Social.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deferido.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor conhece algum sócio, diretor, representante legal, enfim, da OAS?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Da Camargo Corrêa?

O SR. JOÃO ALVES - Também não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Odebrecht?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Andrade Gutierrez?

O SR. JOÃO ALVES - Nunca tive contato.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mendes Júnior, Queiroz Galvão, Govan, Tratex, Grupo OK?

O SR. JOÃO ALVES - Absolutamente.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Nada?

Deputado João Alves, V.Exª, além do seu mandato, exerce outra atividade no momento? Advocacia, por exemplo?... V.Exª, além do mandato, exerce outra atividade no momento?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não? Só o mandato?

O SR. JOÃO ALVES - Só.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - A sua remuneração decorre então do exercício do mandato de Deputado Federal, única e exclusivamente?

O SR. JOÃO ALVES - V.Exª vai ler a minha declaração de Imposto de Renda.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não há necessidade.

O SR. JOÃO ALVES - Por favor, é melhor o fato do que o hábito.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V.Exª conhece a Ajax Táxi Aéreo?

O SR. JOÃO ALVES - Conheço.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Conhece. Quais são os proprietários dessa empresa?

O SR. JOÃO ALVES - Já foi mostrado. V.Exª ter...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas estou indagando a V.Exª: quais são os proprietários dessa empresa?

O SR. JOÃO ALVES - Foram um filho meu e uma nora. Eles venderam porque estava dando prejuízo, passaram para outro. E o outro agora parou também, porque o avião que tinha...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O avião a que V.Exª se referiu era dessa empresa?

O SR. JOÃO ALVES - O avião o quê?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O avião a que V.Exª se referiu há pouco, o jato, era dessa empresa?

O SR. JOÃO ALVES - Não era dessa empresa, não. Era arrendado, era **leasing.**

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - **Leasing**?

O SR. JOÃO ALVES - Pagava-se de três em três meses o aluguel.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Ah! Foi um contrato de **leasing**?

O SR. JOÃO ALVES - Foi um contrato de **leasing**. E devolveu...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas V.Exª devolveu? Mas era um contrato de **leasing** normal ou um contrato de **leasing** anômalo?

O SR. JOÃO ALVES - **Leasing** temporal.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - **Leasing** temporal!?

O SR. JOÃO ALVES - **Leasing**... temporário. **Leasing** é aluguel, temporário.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não, V.Exª há de me perdoar. O **leasing** então é anômalo!

O SR. JOÃO ALVES - **Leasing** quer dizer um aluguel e aluguel quer dizer temporário.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas o **leasing**, Deputado, resulta na compra do bem. Então é um **leasing** anômalo!

O SR. JOÃO ALVES - Não, é alugado. Não, é aluguel. O que é isso! É alugado.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então quer dizer que V.Exª pagou as prestações durante algum tempo e depois devolveu?

O SR. JOÃO ALVES - Eu não paguei as prestações. Eu contribui... Estava voando no avião porque era dos meus parentes. Depois devolveram o avião. E a empresa está aí, vai ter documento do **leasing**, vai ter documento dos contratos iniciais, dos segundos contratos. V.Exª vai ver aqui até a minha Certidão de Nascimento!

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V.Exª não precisa se irritar.

V.Exª já foi indiciado ou processado alguma vez?

O SR. JOÃO ALVES - Nunca fui nem testemunha em processo nenhum na vida, desde que nasci.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, meu tempo está encerrando e eu me permitiria, se V.Exª concordasse, encaminhar algumas perguntas ao Relator. Em verdade são perguntas que seriam formuladas pelo Senador Mário Covas, que por motivo de força maior não pôde comparecer a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Pois não.

Devo fazer uns esclarecimento, se me permite o Deputado Sigmaringa. É que o Senador Mário Covas de surpresa submeteu-se de uma cirurgia ontem, em São Paulo. Por isso é que não se encontra aqui S.Exª, que é sempre presente a essas reuniões. Ele já teve problema anterior de natureza cardíaca, mas não tem nada com isso; é vesícula. São pedras, que todos nós temos.

Com a palavra o Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, Sr. Depoente, Deputado João Alves:

O Sr. José Carlos Alves dos Santos veio a esta Comissão e disse que havia um esquema de dotações orçamentárias, especialmente subvenções sociais, que eram rubricas globais no orçamento de alguns ministérios e, com a conivência de funcionários, de Ministros e de Parlamentares da Casa, sendo o senhor o principal responsável, esses recursos eram alocados e designados para prefeituras e entidades privadas, e que isso era uma das formas do esquema do Orçamento.

O SR. JOÃO ALVES - Subvenções sociais sempre existiram deste 1938. As relações são recebidas e encaminhadas aos Ministérios, ao Conselho Nacional de Serviço Social. Não tem nada de mais. Eu não tenho nenhum elemento para lhe fornecer.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor designava subvenções sociais?

O SR. JOÃO ALVES - Não; como é que eu poderia designar?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor utilizou essa rubrica?

O SR. JOÃO ALVES - Não, nunca utilizei e não designava.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Nem o senhor e nem para nenhum outro Deputado da Casa?

O SR. JOÃO ALVES - Não, eu nunca fiz nada disto.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor não apresentava emendas do Orçamento para os municípios do seu interesse?

O SR. JOÃO ALVES - Não enquanto fui Relator.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E quando o senhor foi Relator?

O SR. JOÃO ALVES - Quando eu não era Relator, eu apresentava; quando Relator, não.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - E o senhor também nunca teve contato e nem apresentou o Sr. Normando Leite Cavalcante para nenhum Prefeito ou outro correligionário do seu Partido?

O SR. JOÃO ALVES - Eu posso ter apresentado. Nunca indiquei e nem recomendei.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - O senhor nunca indicou!

Sr. Presidente, tenho aqui inúmeros depoimentos de Prefeitos, exatamente da base eleitoral onde o Sr. João Alves era votado, inclusive com placas: "Prefeitura Municipal de Itabela - recurso, convênio, Ministério da Ação Social, através do Deputado João Alves".

Os Prefeitos dizem o seguinte - por exemplo, o de Itabela, o Sr. Ivo Manzoni: que conheceu o Sr. Normando Leite Cavalcante, titular do escritório SEVAL, através do Deputado João Alves. E que, em função disto, o Sr. Normando, por indicação do Deputado João Alves, seria a pessoa encarregada de fazer esse serviço de liberação de verbas.

O Prefeito de Itarantim, Gildeu Soares Matos, que, a princípio, o Deputado que representaria o município declarante seria o Deputado Benito Gama. Mas fez questão que o seu município fosse representado pelo Deputado João Alves, porque era agraciado com verbas do Orçamento da União, quando o Deputado João Alves foi o Relator do Projeto do Orçamento. E que se lembra que a Prefeitura fez projeto com a firma SEVAL, do Sr. Normando Leite Cavalcante, e que a esse trabalho a Prefeitura pagava 2%.

O Prefeito de Itororó, Idineu Oliveira Santos: que o Deputado João Alves é por demais conhecido na região e que fez vários projetos para o Orçamento. Sabia inclusive que o Sr. Normando já trabalhava para a Prefeitura de Itororó.

O Prefeito de Baetinga, Idinídio Vieira Aguiar: que aos trabalhos a serem realizados pelo Sr Normando era pago a importância de 2%; que o Sr. Normando fazia o projeto, o Prefeito assinava e levava para o Deputado João Alves dar entrada; que após liberação dos recursos do próprio Normando ou do Deputado João Alves, ligava para o Depoente avisando que a verba estava liberada a pedido do seu comparecimento em Brasília; e que o dinheiro era pago diretamente pela Prefeitura.

O Sr. Prefeito de Condeúba, Odilon Guedes Machado, diz que é Contador da cidade de Condeúba, Pirapá, Cordeiros, Presidente Jânio Quadros, Maetinga, Tramedão; que o escritório SEVAL, de propriedade de Normando Leite Cavalcante, tinha conhecimento da sua existência desde 1980. E que somente em 1989, com a eleição do Deputado João Alves, representante federal desta região, é que o Depoente passou a ter conhecimento maior da firma SEVAL, posto que todas as Prefeituras do reduto eleitoral do Deputado João Alves passaram a trabalhar com aquele escritório para formalizar projeto na área federal; que inúmeros pagamentos efetuou, melhor dizendo, realizou, através da firma SEVAL, que cobrava 2% por projeto e que só eram pagos após a liberação dos recursos.

O Prefeito de Gajeru, Antônio Souza Farias, disse que conhecia pessoalmente Normando Leite Cavalcante, que era pessoa ligada ao Deputado João Alves e que, através da SEVAL, liberava os recursos.

O Prefeito de Serra Dourada, José Setembrino Fagundes, Prefeito Municipal, conhecia também o Sr. Normando por intermédio do Deputado João Alves e que, através do escritório de Brasília, faziam toda a liberação dos projetos - pagava 4%. A comissão aqui era maior.

O Prefeito de Parampim, José Barbosa Leão: que João Alves teve expressiva votação e retribuiu inclusive através de emendas no Orçamento para a cidade, sobretudo subvenções sociais do Ministério da Ação Social - e diz aqui o valor; que conheceu a pessoa, o Sr. Normando, e esteve no Escritório SEVAL através do Deputado.

Eu tenho mais uma série de outros, mas não tenho tempo para ler o que disseram todos os Prefeitos.

Quero perguntar ao Sr. João Alves: todos os Prefeitos que o apoiaram nas eleições mentem?

O SR. JOÃO ALVES - Eu não sei se mentem. Eu sei que o senhor acabou de ler uma coisa que é corriqueira em toda a parte. Eu quero que se prove que eu tive participação em alguma comissão, em alguma vantagem. Eu posso apresentar as pessoas para trabalharem. É um escritório que faz projeto, transaciona com o Prefeito, recebe dinheiro, paga 2%; o que é que eu tenho com isto?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então, o senhor está confirmando que utilizou o escritório SEVAL, que o senhor o indicou para a sua base eleitoral.

O SR. JOÃO ALVES - Eu não utilizei coisa nenhuma; quem o utilizaram foram os Prefeitos, e não eu.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas quem foi que indicou para os seus Prefeitos a sua base eleitoral, o escritório?

O SR. JOÃO ALVES - Eu posso ter apresentado....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É preciso haver perguntas e respostas e não, paralelamente, argüições e respostas.

O SR. JOÃO ALVES - A gente apresenta um prefeito a um sujeito desse e os outros prefeitos se encarregam também de ir lá e apresentam a base; serviu-se bem, e vai se servindo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Às vezes é difícil, Sr. Presidente, revelarmos, em 10 minutos de argüição, um esquema tão competente e eficiente, profissional e paralelo ao Congresso Nacional, que o Sr. João Alves utilizava.

Todos dizem que foi o senhor que indicou o Sr. Normando Leite Cavalcante. Anteriormente, o senhor tinha negado que conhecesse ou que havia indicado qualquer coisa. O senhor acabou de reconhecer que indicou.

O SR. JOÃO ALVES - Não tenho ligações maiores. Devo ter indicado a um e outro, que foram indicando uns aos outros. E não há nada de mais nisso. Não tive participação nos negócios dele, nem tive conhecimento; não tive nada a ver com isso.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. João Alves, todos os que li disseram que foi o senhor que indicou. É verdade que tem outros que não li - o senhor deve ter lido o inquérito; são mais de mil páginas sobre sua pessoa na Polícia Federal e no Supremo Tribunal Federal. Existem prefeitos que dizem que foram indicados por outros, mas todos esses que li, e muitos outros que estão no inquérito, dizem que foi o senhor, pessoalmente, que indicou, e são nos municípios em que o senhor foi votado, são municípios que tiveram dotações orçamentárias muito elevadas.

O SR. JOÃO ALVES - Não indiquei, devo ter apresentado, mas, se tivesse indicado, onde está o crime?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O crime, o crime está na exploração de prestígio. Esse escritório cobrava até em fatura, tem nota fiscal, vou encaminhar à mesa todas as notas fiscais...

O SR. JOÃO ALVES - Cobrava nada.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - ... das prefeituras que pagavam pelo serviço para o senhor colocar verba no orçamento.

O SR. JOÃO ALVES - Pagavam?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Pagavam 2%. Aqui, diz que chegaram a 10% na liberação das verbas. O senhor colocava, junto com o Sr. Normando Leite Cavalcante. Esse era o esquema das dotações orçamentárias paralela ao Congresso Nacional. Ou não?

O SR. JOÃO ALVES - Não! Isso é chantagem. Não admito chantagem comigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloízio Mercadante, por favor. Quero ser ouvido e vou ser ouvido.

O serviço de som interrompa o som dos microfones. Interrompa o som dos microfones!

Quero salientar ao Deputado Aloízio Mercadante que seria preferível que V. Exª não afirmasse como tal. Dissesse que ouviu, mas não dissesse, desde logo, como disse V. Exª, para não permitir reações dessa natureza. Já fui aqui, em reuniões internas, aconselhado por juristas e delegados que não podemos fazer juízo de valor prévio e não podemos fazer acusações. De maneira que, apesar da sua reação emocional, V. Exª poderia dizer claramente: o prefeito disse isso, o prefeito disse aquilo, mas não diga, desde logo, que foi pago pela firma Tal - não guardei o nome - afirmando V. Exª que fez.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Está certo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de observar à Presidência algo que me parece importante. O Deputado João Alves, não sei se foi por uma preferência - não ouvi exatamente -, não explicou por que preferiu não fazer aqui um juramento, um compromisso de dizer a verdade. Talvez um Parlamentar não seja obrigado a fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é isso, Senador. Ele não está aqui na qualidade de testemunha, e é por isso que o advogado pediu que ele não fizesse compromisso de verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Compreendo. Mas, Sr. Presidente, se V. Exª, como Presidente, observa que ao longo do depoimento do Deputado João Alves, para uma pergunta, ele responde, como quando eu perguntei se ele confirmava ou não que o prefeito de Serra Dourada havia por ele sido apresentado ao Sr. Normando Leite. Ele falou que não apresentou. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, esta é questão conexa. V. Exª está prejudicando, de algum modo, o tempo do interpelante.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ele está entrando em contradição. O Presidente não observa?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim. O Relator está atento a tudo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Está tudo gravado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Confie, que somos também, não tanto quanto V. Exª, suficientemente inteligentes.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, quero que o Deputado João Alves, por favor, seja bem explícito e claro para esta platéia.

Nos municípios em que o senhor foi votado, apoiado por prefeitos eleitos pelo voto popular, os eleitores que acreditaram no senhor, porque o senhor trazia verbas para o município, afirmam que o senhor indicava um escritório paralelo, que explorava prestígio, cobrava propinas dessas prefeituras e desse povo. O senhor nega ou não todos esses depoimentos? Todos os prefeitos que eu mencionei mentiram na Polícia Federal ou não?

O SR. JOÃO ALVES - V. Exª é que está mentindo!. V. Exª é que está mentindo!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso eu não permito.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é preciso se argüir pela ordem; a ordem imponho eu. O Deputado João Alves, mesmo como deputado, não pode usar essas expressões. O Deputado Mercadante atendeu à minha solicitação e fez uma pergunta.

O SR. JOÃO ALVES - Mas não é verdade...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que não fale ao mesmo tempo em que eu falo. V. Exª é o mais antigo deputado da Casa e eu não sou o mais novo dos senadores. A pergunta será feita, como acabou de ser feita, e a resposta que foi grosseira é retirada das expressões do depoente.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito.

Sr. Presidente, peço ao depoente que ele não mude, não desencaminhe, que responda com objetividade. Todos esses prefeitos - eu não li aqui, porque não tenho tempo -, inúmeros funcionários do Poder Executivo, ministros de Estado que dizem que o senhor indicava o escritório da SEVAL, que o senhor o apresentava e que os serviços para essas prefeituras do seu reduto eleitoral eram feitos através da SEVAL. O senhor indicou ou não para todos esses prefeitos - que dizem que o senhor indicou - o serviço da SEVAL, que cobrava propina? Ou todos os prefeitos onde o senhor foi eleito mentem na Polícia Federal e no Supremo?

O SR. JOÃO ALVES - Mas a pergunta está sendo feita sobre a ocorrência de propina. Se o homem cobra 2% para fazer um projeto para uma prefeitura, ele não está cobrando propina, ele está cobrando pelo trabalho dele, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, eu não indiquei. Os prefeitos sabem e são bem servidos... vão lá e votam. Então, não é verdade que houvesse nada além da comissão que ele recebia de 2% para fazer os projetos para as prefeituras.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Vamos retirar o termo propina. Era um serviço prestado para agilizar a liberação dos recursos?

O SR. JOÃO ALVES - Não, era para fazer projetos, fazer projeto. Ao que eu sei, ao que fui informado, ele fazia projetos de acordo com a lei, dava entrada e cobrava a comissão dele.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Deputado João Alves, o que quero saber, que quero que o senhor explique claramente é o seguinte: o senhor indicava ou não o senhor Normando Leite Cavalcanti?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos fazer silêncio para ouvir a pergunta e a resposta.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Até agora não consegui ter a resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou pedindo silêncio.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Tenho outras perguntas a fazer e não consigo passar a elas.

O SR. JOÃO ALVES - Eu não indicava, eu podia até apresentar alguns.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor apresentava. Está certo.

Segunda pergunta, Sr. Depoente: o senhor utilizou como assessores o Sr. Orlando, assessor da Casa, e o Sr. José Roberto Nasser na sua gestão da elaboração do orçamento?

O SR. JOÃO ALVES - Eles eram assessores, eles substituíram o Sr. José Carlos e eu tinha que tratar com eles.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito.

O senhor poderia me responder por que o Deputado Ricardo Fiúza quando assumiu a Relatoria fez questão de afastar esses assessores do trabalho, da assessoria do Orçamento? Mais o que isso: por que é que o senhor foi afastado da Relatoria-Geral pelo líder do seu partido, Luís Eduardo Magalhães, fato inédito nesta Casa?

O SR. JOÃO ALVES - Eu não fui afastado, eu renunciei, eu pedi a minha saída. Fiz uma carta solicitando que não mais permanecesse na comissão, que por favor me dessem substituto e isso foi uma dificuldade muito grande, porque eles não encontraram quem quisesse me substituir e acabou sendo o próprio Fiúza o substituto.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Depoente, se foi de livre e espontânea vontade, por que é que o senhor trocou de partido depois do afastamento, se não era pelo motivo que o senhor dizia nos corredores, porque foi afastado da Relatoria?

O SR. JOÃO ALVES - Isso foi muito depois. Trocar de partido foi muito tempo depois, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

E é bom lembrar que deveria ser inquirido ao Dr. Orlando e ao Dr. Nasser por que é que eles saíram. Isso não deve ser perguntado a mim.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor confirma que o Sr. Orlando tem um irmão que tem uma firma de informática e que introduziu no seu escritório equipamentos para trabalhar no processo orçamentário?

O SR. JOÃO ALVES - Não sei. Isso não é verdade.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Nem na sua residência?

O SR. JOÃO ALVES - Lá não tem nada. V. Exª está convidado para ir lá.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Nem na sua residência?

O SR. JOÃO ALVES - Saindo daqui, vamos lá?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não, só irei se for uma diligência.

O senhor sabia que o Sr. José Roberto Nasser era lobista de empresas de importação de automóveis enquanto funcionário da Casa?

O SR. JOÃO ALVES - Não, não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor não sabia de nada disso?

O SR. JOÃO ALVES - Não, não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor acha que o Sr. Ricardo Fiúza fez bem em afastá-lo da Relatoria, pelo conhecimento que tinha daqueles senhores que trabalhavam com o senhor?

O SR. JOÃO ALVES - Não conheço o problema. Não tenho ligações com esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta talvez fosse mais própria ao Deputado Fiúza quando depuser.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito.

Na festa na casa do Sr. José Carlos dos Santos, o senhor disse que nunca esteve com empreiteiros e que não teve nenhum contato direto durante esse período na Relatoria da Comissão?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Nunca teve?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor não conhece o Sr. Cecílio R. Almeida?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não conhece? Não esteve com ele?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Em nenhuma oportunidade?

O SR. JOÃO ALVES - Se conheço, não me lembro. Não tenho contato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Mercadante, mesmo já compensado o tempo perdido, V. Exª já concluiu.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Uma última pergunta: o senhor sabia, quando veio depor, que o Supremo Tribunal Federal solicitou a quebra do sigilo bancário de V. Sª?

O SR. JOÃO ALVES - Ótimo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sabia?

O SR. JOÃO ALVES - Sabia.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Portanto, essa disposição voluntária de apresentar as suas contas bancárias nada mais é do que conseqüência do fato de a Polícia Federal já estar investigando a sua vida, exatamente por todos os indícios deste inquérito. O senhor sabia disso?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor acabou de dizer que sabia que tinha sido quebrado o sigilo, que a sua vida está sendo investigada pela Polícia.

O SR. JOÃO ALVES - Sabia. Eu li nos jornais, mas não sabia que era a Polícia ou por que era.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor não sabe por que o Supremo quebra a imunidade de um Parlamentar? Por todos esses depoimentos que foram feitos, o senhor não sabia a gravidade do inquérito?

O SR. JOÃO ALVES - Não, porque ele mesmo concluiu, dizendo que foi exploração de prestígio por parte do Sr....O Delegado disse que foi exploração de prestígio por parte do Sr. Normando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que o Deputado está fazendo uma conclusão, e é oportuna na medida em que procura considerar a existência de uma contradição.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - A última pergunta, Sr. Presidente: todos os prefeitos dizem que, a partir da apresentação do escritório da SEVAL - ou muitos deles, não todos, dizem -, as emendas eram apresentadas através do senhor, encaminhadas pelo Sr. Normando Leite Cavalcante.

Se não foi o senhor que colocou a verba de todas as prefeituras onde o senhor era o mais votado Parlamentar, quem foi? Se os prefeitos reconhecem que foi o senhor, se o senhor é tido na região como o Deputado que consegue verbas do orçamento, se não foi o senhor, quem foi?

O SR. JOÃO ALVES - Quando eu não era relator, eu fazia emendas ao orçamento. Não me lembro, mas quando eu não era relator, fazia emendas.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quando era relator, o senhor fazia emendas como relator?

O SR. JOÃO ALVES - Como relator, nunca fiz uma emenda em interesse político pessoal.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Está certo. Estou satisfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

O SR. NELSON TRAD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. NELSON TRAD - V. Exª há de desculpar a ousadia da sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª nunca é ousado, é sempre sábio.

O SR. NELSON TRAD - Tenho notado, Sr. Presidente, embora novíssimo no Congresso Nacional, a falta de compreensão e da identificação de um Plenário como este, de uma comissão de investigação, com o Plenário da Câmara ou do Congresso.

No depoimento prestado pelo Dr. José Carlos, notei, em determinadas ocasiões, a intimidação dele em relação ao argüente, ao Deputado, mas, em contrapartida, ficou bem caracterizada muitas vezes a intimidação daqueles que têm assento neste Plenário em relação ao depoente.

Este é um trabalho - tem sido dito e ratificado nesta Casa - de alto significado para as instituições democráticas do País. Estamos vivendo em um estado anômico. A anomia é uma doença que já estamos diagnosticando. Na realidade, se não a combatermos neste momento, através de um procedimento equilibrado entre os membros desta Comissão e aqueles nossos Colegas que virão sentar-se nesta mesma situação, não teremos condições emocionais para formar um relatório e sugerir medidas e providências para a restauração da saúde democrática do Estado brasileiro.

É a observação que faço, Sr. Presidente. Teremos perdido o nosso trabalho, se não tomarmos uma posição diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a manifestação de V. Exª, mas ela implica uma pergunta que lhe faço. Se bem entendi - não sou, talvez, dos piores a entender -, V. Exª citou primeiro a possibilidade de uma intimidação do depoente de ontem. Hoje, parece que ouvi V. Exª dizer que também notou uma intimidação partida do depoente em relação a membros desta Comissão.

O SR. NELSON TRAD - Não, ao contrário, porque a empolgação, a ira sagrada do jovem Deputado Aloízio Mercadante evidentemente atingiu e poderia atingir emocionalmente o Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas atingiu e foi corrigido.

O SR. NELSON TRAD - Então, parabenizo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço.

O SR. NELSON TRAD - Mas ainda ratifico a ousadia da minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Ela só foi usada na medida em que não posso fazer censura do que vai acontecer com a palavra usada. Mas V. Exª. pode estar certo de que, há pouco, eu consultava o nosso Relator-Geral se a a expressão utilizada pelo Deputado João Alves em relação ao depoente de ontem - bandido - deveria ser ou não mantida.

O Deputado Müller, que também tem experiência como delegado, insurgiu-se quando mandei retirar uma palavra ofensiva em relação ao Congresso. Essa eu não retiro. Penso que aqui não podemos ouvir insultos ao Congresso, e os insultos pessoais - pela minha experiência no Senado Federal -, quando se tratar de Parlamentares, são retirados da fita.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, como fui citado, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª., que tem direito a ela.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que vim para esta Casa como professor e economista, para pensar o Brasil. Passei parte significativa de meu mandato, infelizmente, participando de CPIs como esta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, pelo menos, isso ocorre devido ao mérito de V. Exª.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Pela necessidade desse trabalho, gostaria de concluir dizendo que penso ter havido, realmente, um momento de exaltação na intervenção, porque, para mim, as respostas do depoente não estavam sendo objetivas. Considerei a intervenção da Mesa, e, imediatamente, continuamos o processo em que estamos neste momento. No entanto, uma coisa eu não aceito, na intervenção anterior, e outras que vêm sendo feitas na imprensa e no debate. Tudo isso que estamos fazendo aqui é em nome da democracia e unicamente para preservar esta Instituição. Os que querem a verdade e a transparência sabem que a força e a fragilidade desta Instituição são, exatamente, as suas paredes de vidro. Estou aqui em nome da democracia. O que o povo espera é a transparência completa, punindo os responsáveis e isentando os inocentes. Só assim, este Congresso irá reerguer-se, com o papel histórico que tem tido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, a atitude de S. Exª. é louvável, mas não é singular.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Meu querido amigo Deputado João Alves, mais pareço um soldado armado de estilingue numa guerra entre irmãos na mesma Pátria, mas rezando para que tenhamos um final feliz.

Estou no Congresso há apenas três anos e estou aqui inquirindo um Deputado que tem trinta anos de mandato. Portanto, sem conhecimento mais aprofundado quanto à matéria pertinente, ou seja, quanto à Comissão de Orçamento.

Deputado João Alves, gostaria de saber se a função do Sr. José Carlos Alves dos Santos daria a ele condições de arrecadar, de amealhar, os recursos que, com ele, foram encontrados - algo em torno de três milhões e meio de dólares -, sem a participação de V. Exª ou de outros membros da Comissão. Essa é a primeira pergunta.

O SR. JOÃO ALVES - Essa é uma pergunta a que não posso lhe responder. Entretanto, posso dizer a V. Exª. que, como Diretor-Geral do Departamento de Orçamento da União, se ele tem controle também do Orçamento aprovado pelo Congresso e diz que recebeu políticos e prefeitos para descontingenciar verbas, é evidente que ele, se é desonesto, tem muitas chances de roubar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele alegou quando aqui presente esteve anteontem, até madrugada, que existia participação, existia conivência de V. Exª e de alguns outros Deputados já citados pela própria imprensa.

Ele teria, naturalmente, conforme o depoimento, um conhecimento profundo da sua residência. V. Exª fez uma observação a respeito da pergunta de um Senador, se não me falha a memória, de que ele não esteve na sua casa na Bahia. Ele alega que esteve uma vez, por conta própria, em sua residência. O que fazer?

O SR. JOÃO ALVES - Só se eu não estava por lá.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não. Ele alega no seu depoimento que esteve com V. Exª. Na taquigrafia...

O SR. JOÃO ALVES - Eu não estive com ele lá.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª alega que não esteve com ele em sua residência na Bahia?

O SR. JOÃO ALVES - Eu não estive com ele lá, mas, se isso tivesse ocorrido, não seria nada de mais, porque ele era uma pessoa que trabalhava no Orçamento e que passou na minha casa. Qualquer um de nós podia recebê-lo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na primeira pergunta que fiz, indaguei se V. Exª tinha conhecimento de ele ter condições de ter esse dinheiro, porque, quando eu o inquiri, também o fiz com que ele visse que eu não compreendia a facilidade para arrecadar tanto dinheiro e que esses recursos, esse dinheiro poderia ter origem na participação de contrabando ou envolvimento de drogas, porque existia já um processo contra ele nesse sentido. Ele me contestou, dizendo que não tinha participação em droga e tudo o mais. Foi por isso que fiz a pergunta ao senhor.

É do conhecimento de V. Exª que o Sr. José Carlos Alves dos Santos teria incluído na proposta orçamentária verbas de interesses de empreiteiras ligadas ao chamado esquema. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JOÃO ALVES - Primeiro que não tinha esquema nenhum, nunca teve. Segundo, soube que ele incluiu, e pedi uma sindicância sobre isso depois. V. Exª, se for ouvir aqui os assessores dele, vai encontrar processos assinados por mim, pedindo uma apuração dos atos por ele praticados.

O SR. PEDRO PAVÃO - Este depoimento está sendo gravado na Taquigrafia e estou fazendo essas perguntas para que, efetivamente, fique registrado.

O SR. JOÃO ALVES - Correto.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª tem conhecimento de que o Sr. José Carlos Alves dos Santos, enquanto funcionário da Comissão de Orçamento, exercia algum tráfico de influência em benefício de empreiteiras? Novamente a pergunta.

O SR. JOÃO ALVES - Ele é quem diz que era com ele que elas incindiam. Deixei aqui um documento da Polícia Federal em que ele diz que é procurado por essas pessoas. A mim não procuravam.

O SR. PEDRO PAVÃO - E quando o Sr. José Carlos Alves dos Santos estava à frente do DOU; quando ele estava à frente do outro departamento, ele também exercia essa influência, já quando estava a serviço do Executivo?

O SR. JOÃO ALVES - Exercia. Pelo que soube, ele exercia grande influência. O Senador Eduardo Suplicy sabe bem explicar isso, as coisas que ele tinha no Congresso Nacional como Diretor do DOU.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele continuou mantendo a influência junto ao Orçamento da União, dando preferências às empreiteiras?

O SR. JOÃO ALVES - Não sei. Que ele desse preferência a empreiteiras, não sei. Mas sei que influência ele tinha.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª tinha conhecimento dessa influência?

O SR. JOÃO ALVES - Tinha.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª teria conhecimento se algum parlamentar, ao invés de apresentar suas emendas perante a Comissão, o teria feito diretamente ao Poder Executivo?

O SR. JOÃO ALVES - Não. As emendas são todas apresentadas perante a Comissão. O Relator-Geral não toma conhecimento, nem parcial. Essa apresentação é feita diretamente à Comissão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mesmo com a presença do Sr. José Carlos Alves dos Santos no Executivo?

O SR. JOÃO ALVES - Não, porque ele não precisaria disso, pois poderia incluir ele mesmo o que quisesse no Orçamento.

O SR. PEDRO PAVAO - Estou aqui há três anos, Deputado João Alves...

O SR. JOÃO ALVES - É bom que V. Exª tenha uma explicação. Eles, no Poder Executivo, incluem no Orçamento o que querem e depois vem para o Legislativo. Nós, aqui, somos meros cumpridores de obrigações. Eles têm condições de encaminhar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele teria condições de trabalhar?

O SR. JOÃO ALVES - E encaixar por lá mesmo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Os jornais de hoje divulgam que o Deputado Deputado Ibsen Pinheiro teria conhecimento de boatos junto à Comissão de Orçamento. O que o senhor tem a dizer?

O SR. JOÃO ALVES - Não sei. Pode não ter sido na minha época, quando tive pouquíssimos contatos com o Deputado Ibsen Pinheiro e foram para tratar de assuntos que não era sobre o Orçamento, porque ele não conversava sobre esse assunto. O Deputado Ibsen Pinheiro é um homem muito circunspecto, muito sério, muito respeitável, muito honesto, muito digno e, como Presidente da Câmara dos Deputados, mantinha-se equidistante de todas esses assuntos, de todos esses órgãos. Ele não se intrometia em nada disso.

O SR. PEDRO PAVÃO - O Sr. José Carlos Alves dos Santos fez, quando inquirido, a contundente afirmação de que existia um triunvirato: o senhor, o Deputado Genebaldo Correia e o Deputado Cid Carvalho. Existe algo que V. Exª possa dizer-nos a respeito dessa colocação?

O SR. JOÃO ALVES - Essa afirmação é absolutamente falsa. Esses homens faziam parte da Comissão de Orçamento; por isso eles incluíam, eram influentes. Ele está à procura de influência e o meio para sair do buraco em que se meteu; então está incluindo nomes. Daqui há pouco, ele inclui o Congresso Nacional todo. Não se preocupe que V. Exª verá quase todo o Congresso Nacional incluído. Ele somente vai excluir o PT.

O SR. PEDRO PAVÃO - Essas perguntas vêm até para que o senhor se defenda aqui na Comissão.

O SR. JOÃO ALVES - Eu sei. Muito obrigado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na verdade, ele alega que participou de diversas reuniões no seu apartamento e, algumas vezes, foi convidado a retirar-se dessas reuniões.

O SR. JOÃO ALVES - Inteiramente falsas as afirmações dele.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mais duas perguntas. V. Exª. alega que o PT não tem participação nas emendas do Orçamento.

O SR. JOÃO ALVES - Nas emendas do Orçamento não. Eu disse em subvenções sociais.

O SR. PEDRO PAVÃO - A Deputada Maria Laura, também do PT, não tem essa participação.

O SR. JOÃO ALVES - Maria Laura é uma Deputada digna e honrada.

O SR. PEDRO PAVÃO - É porque ela é do PT. V. Exª. disse tantas vezes que o PT não participa.

O SR. JOÃO ALVES - O PT não recebia subvenções. O PT não aceitou. Vamos fazer justiça: ele não participou. É legal, é moral, mas ele não participou.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª. não tem conhecimento se ela apresentou ou não emendas sociais na época que V. Exª. era Relator?

O SR. JOÃO ALVES - Não tenho.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª. não terá, naturalmente, de memória a lembrança dos Deputados mais contemplados com emendas na época em que V. Exª. era Presidente da Comissão.

O SR. JOÃO ALVES - Quando era Presidente não havia emendas. Desculpe, quando fui Relator, e o fui apenas um ano.

Quero dizer a V. Exª. que, quando fui Relator, o Orçamento foi contingenciado, ninguém recebeu. Só recebia quando o Executivo autorizava X. Quem mandava no Orçamento era o Executivo. O Legislativo passou a ser mero assistente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho uma boa notícia a dar aos ilustres colegas.

Comuniquei que o nobre Senador Mário Covas não estava presente porque estava sendo submetido a uma cirurgia, em São Paulo. A cirurgia - de vesícula - já foi realizada, e S. Exª. está passando bem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado João Alves, independentemente das verbas de subvenções sociais, com limites, distribuídas igualmente, existiam outras rubricas de subvenções sociais, com valores globais, dependendo a sua distribuição da vontade das autoridades do Executivo?

O SR. JOÃO ALVES - Sempre existiu. O Executivo distribuía ele próprio.

O SR. ELCIO ALVARES - De quanto seriam essas verbas em termos globais?

O SR. JOÃO ALVES -Isso sempre existiu, e nem se sabe.

O SR. ELCIO ALVARES - Gostaria que V. Exª. esclarecesse, porque não sou muito afeito ao Orçamento.

Os Deputados e Senadores têm verbas estipuladas até determinado teto. São chamadas verbas de subvenções sociais que nós destinamos às santas casas,

hospitais, etc. Independentemente dessa verba, existia votação de outra verba, em valores globais, que o Executivo poderia...

O SR. JOÃO ALVES - O Deputado - a Comissão - podia pedir ao Governo uma parcela daquela dotação. O Governo dava, e, então, distribuía com prefeituras, municípios, entidades educacionais, etc.

O SR. ELCIO ALVARES - Essas verbas não tinham entidades previamente determinadas. Havia possibilidade de a autoridade do Executivo distribuí-las a seu bel prazer.

Vou fazer uma pergunta a V. Exª. e quero que a entenda com sentido processual.

V. Exª., em qualquer época, por intermédio de bancos nacionais abriu conta no exterior.

O SR. JOÃO ALVES - Absolutamente, não!

Sou um autêntico brasileiro, sou genuíno, e nunca tive condições. Aí não pode trabalhar desse jeito. Não tenho nada, não gosto nem de dólar; meus negócios são todos em cruzeiros e nos bancos brasileiros.

O SR. ELCIO ALVARES - Deputado João Alves, gostaria de saber se a negociação do Orçamento com o Executivo, quando V. Exª. era o Relator, implicava em concessões recíprocas, dando ensejo às chamadas emendas carimbadas.

O SR. JOÃO ALVES - Eu não participava dessas reuniões, nunca participei. Elas existiram, e eu nunca participei delas.

O SR. ELCIO ALVARES - V. Exª. já ouviu falar nessas emendas carimbadas, como Relator que foi?

O SR. JOÃO ALVES - Já ouvi falar sim, vinham de lá já carimbadas, como também vinham nos anteriores, mas não tenho elementos sobre isso para fornecer a V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Essa pergunta é muito importante, porque envolve o cerne de muitas acusações.

Se em várias oportunidades, após V. Exª. manter contato com Deputados, Senadores, Ministros, Governadores, conversava com José Carlos dos Santos que dava dinheiro às referidas autoridades e Parlamentares e se eles, pelo mesmo fato de pertencerem a determinado esquema, levavam essa vantagem.

O SR. JOÃO ALVES - Eu nunca tratei com autoridades nenhuma senão em audiência pública, em primeiro lugar, e o Sr. José Carlos nunca esteve presente.

Isso é uma artimanha, uma trama que ele arrumou para prejudicar pessoas importantes. Para aparecer, ele tem de arrumar alguma coisa que fique mais abaixo e os outros fiquem no nível dele. Ele não vai conseguir, graças a Deus, porque isso tudo é chantagem, é mentira. Eu atendia a autoridades - não era um, nem dois, nem três, nem quatro; eu atendia a todos que me procuravam: deputados, senadores, ministros, procuradores, todos me procuravam, e eu os atendia em audiência pública. Era o que existia e nada mais.

O SR. ELCIO ALVARES - Jamais V. Exª falou com ele, a título de uma conversa, que essas autoridades, dentro do esquema, recebiam dinheiro?

O SR. JOÃO ALVES - Nunca, nunca. Eu só falava com ele para reclamar as coisas, os erros dele no Orçamento.

O SR. ELCIO ALVARES - Outra pergunta, Deputado, e eu pediria a sua compreensão: V. Exª afirma que não responde a processo judicial. Porém, gostaria que V. Exª esclarecesse se existe processo ou inquérito judicial envolvendo apuração de fatos com a sua atividade parlamentar.

O SR. JOÃO ALVES - Esse processo que o Senador Eduardo Suplicy pediu, na época, ao Procurador-Geral da República, foi uma denúncia baseada em suposições e recortes de jornais. Abriram um inquérito não contra mim, mas contra essa empresa SEVAL. O delegado vinculou o inquérito a mim, atribuindo que o "cara" fosse o meu assessor, o que não é verdade. Esse processo tramitou, e ele acabou enviando-me uma cópia final. O advogado tirou uma cópia do relatório final, mediante o qual indiciava o Sr. Normando Leite e me excluía, porque se tratava de uma exploração de prestígio dele.

O SR. ELCIO ALVARES - Esse é o único inquérito para o qual, porventura, V. Exª foi convocado?

O SR. JOÃO ALVES - Único. Fora disso, Senador, nunca fui testemunha de nada, desde que nasci.

O SR. ELCIO ALVARES - Eu gostaria de me referir a uma fato que V. Exª citou no início da sua exposição. V. Exª, no prazo de 48 horas, via Supremo Tribunal Federal, respondeu interpelações judiciais isentando de envolvimento parlamentares que foram apontados no depoimento do Sr. José Carlos dos Santos como pessoas envolvidas em atos considerados atentatórios ao decoro parlamentar. Agora pergunto a V. Exª: sua recusa em admitir esse relacionamento nas respostas de 48 horas às interpelações judiciais se estende às demais pessoas mencionadas pelo Sr. José Carlos dos Santos quando prestou depoimento nesta Comissão?

O SR. JOÃO ALVES - Perfeitamente, perfeitamente; de todas. Não há nada que ele tenha mencionado que seja verdadeiro, com relação a essas pessoas, com relação a esses dólares, com relação a essas pessoas, tudo isso é infâmia, tudo isso é uma articulação, alguma coisa que eu nem concebo. É algo além da imaginação, tamanha a esperteza com a qual estão organizando um processo para desmoralizar o Congresso.

Só pode ser, porque a mim não. Ele não vai provar nada contra mim; vou provar direitinho que não tenho nada com isso; nunca peguei em dólares, não tenho nada dessa coisa; a minha declaração de renda está aí, as minhas contas vou apresentar, vou fazer tudo isso. Acho que é com documentos que se prova a verdade e não com conversa e mentira, sem testemunha sequer.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, encerro minha participação na inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador Elcio Alvares.

A Presidência interrompe a reunião por alguns minutos para que o Deputado Depoente possa lavar as mãos. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Luiz Alberto Oliveira. Concito a platéia a manter-se em silêncio enquanto ouvimos o próximo Senador inquirir.

Senador Luiz Alberto Oliveira, presente?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Presente.

Sr. Deputado João Alves, V. Exª afirmou a esta Comissão que não estava respondendo a nenhum processo judicial na condição de indiciado. Tenho aqui, Sr. Presidente, cópia do parecer do Dr. Aristides Junqueira...

O SR. JOÃO ALVES - Sim, mas nesse processo estão me colocando no meio. A esse processo não estou respondendo. Este foi um processo movido pelo Senador Eduardo Suplicy contra o Sr. Normando Leite Cavalcante, no qual ele atribuiu que eu tinha participação. O delegado pediu que houvesse a quebra do sigilo bancário. O parecer do procurador propôs e foi dado. Esse é o processo que está tramitando, outro processo não existe.

O SR. LUIZ ALBERTO - Requeiro, Sr. Presidente, depois, a juntada aos autos da CPI da cópia do parecer de S.Exª o Sr. Procurador-Geral da República, no qual consta que o Deputado João Alves de Almeida é indiciado no processo. O processo é contra o Sr. João Alves de Almeida e outros. O inquérito da Polícia Federal a que S.Exª, o Sr. Deputado, se refere, é o de nº 73231140 da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poderia V.Exª me dar uma explicação sobre o que é o processo e qual é a infringência de Código Penal?

O SR. LUIZ ALBERTO - É sobre os assuntos relativos à intermediação de verbas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. JOÃO ALVES - Sr. Presidente, já entreguei ao Relator a cópia de todo o relatório final do Delegado Magnaldo Nicolau.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, Deputado João Alves, até a pergunta poderia ser prejudicada, porque já foi feita antes. Mas o Senador pede que a Mesa receba um documento a este respeito. Está deferido.

O SR. LUIZ ALBERTO - À vista da declaração do Depoente de que ele nunca foi indiciado em inquérito policial. E na verdade há uma declaração do Sr. Procurador-Geral da República indiciando...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como Relator, pediria uma explicação. Queria que o nobre Senador informasse se o documento que pretende juntar aos autos da CPI diz respeito ao inquérito nº 73231140.

O SR. LUIZ ALBERTO - Exatamente, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E está subscrito pelo Procurador Aristides Junqueira Alvarenga?

O SR. LUIZ ALBERTO - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Já foi entregue.

O SR. LUIZ ALBERTO - Já foi entregue?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Já.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V.Exª que prossiga.

O SR. LUIZ ALBERTO - V.Exª, respondendo a um dos interlocutores desta Comissão, alegou que a opinião dos Srs. Prefeitos Municipais não poderia ter maior valia nesta Comissão. E pergunto a V.Exª o que entende da opinião do Sr. Procurador-Geral da República, que afirma textualmente: "Conforme documentos e depoimentos constantes dos autos, o Sr. Normando Leite Cavalcante, através de sua empresa SEVAL Ltdª e mediante pagamento de honorários, aproximadamente 3% do montante liberado, fazia o acompanhamento de projetos das Prefeituras Municipais junto ao antigo Ministério da Ação Social, utilizando-se, para isso, do nome do Deputado Federal João Alves de Almeida,..." - frise-se - "...então Relator da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Era este Parlamentar, inclusive, que indicava aos Prefeitos Municipais a ele ligados politicamente a firma SEVAL Ltdª como intermediária." Qual é a opinião de V.Exª...

O SR. JOÃO ALVES - Quem é que diz isso?

O SR. LUIZ ALBERTO - O Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, em parecer datado de 5 de outubro de 1993,...

O SR. JOÃO ALVES - Ele está dizendo baseado...

O SR. LUIZ ALBERTO - ...cuja cópia se encontra nas mãos do Sr. Relator.

O SR. JOÃO ALVES - Ele está falando isso baseado em alguma declaração do processo, porque, em verdade, eu não indicava. Poderia ter apresentado um, dois ou três, mas não indicava. Nunca fiz esse trabalho de indicação. As pessoas, se

encontrava, eu apresentava: "Fulano, é fulano de tal. Esse rapaz faz projetos, tem uma empresa." Isso é comum no mundo inteiro, essas empresas que fazem projetos para receberem dotação. Isso é uma coisa corriqueira. Esse processo pode andar à vontade que não tenho nenhuma participação nisso.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sr. Deputado, as acusações formuladas pelo Sr. José Carlos nesta Comissão referem-se ao período de 1989 a 1992. Na ocasião em que aquele depoente declarou a esta Comissão que recebeu dinheiro de V.Exª também declarou que recebeu dinheiro na condição de Diretor do Departamento de Orçamento da União. Eu pergunto: V. Exª poderia fornecer, ainda que verbalmente, a esta Comissão, até em benefício de V. Exª, a sua alteração patrimonial entre os anos de 1989 a 1992 ?

O SR. JOÃO ALVES - Toda ela, de 89 até a presente data, vem para a Comissão com as contas bancárias, com resultados, tudo discriminadamente. V. Exª pode esperar, porque vai chegar aqui.

O SR. LUIZ ALBERTO - Uma das alegações do Sr. José Carlos é a de que V. Exª fazia um contato preliminar com os órgãos encarregados de elaborarem a proposta orçamentária do Poder Executivo para este Poder Legislativo; e de que V. Exª, que conhecia as dotações orçamentárias, no setor de subvenções sociais, da ordem - segundo ele - de 25 milhões de dólares por ano; e de que V. Exª, depois, na condição de Presidente ou de Relator da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, coordenava, entre seus Pares, uma lista, para que este dinheiro, depois, fosse liberado pelos ministros das pastas respectivas - e citou especialmente a Ministra Margarida Procópio.

V. Exª poderia explicar a esta Casa por que V. Exª coordenava a apresentação dessas solicitações de subvenção social aos ministros respectivos?

O SR. JOÃO ALVES - Isso é falso. Eu não posso responder sobre uma alegação falsa, mentirosa. Isso é cinismo dele. Se ele preparava, eu não sei; mas eu não preparava coisa nenhuma. Eu não tinha nenhuma ligação com nada. Absolutamente.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Exª afirmou, numa resposta ao Deputado Vivaldo Barbosa, que poderia haver, por trás das acusações que V. Exª está sofrendo, uma articulação. E referiu-se - as notas taquigráficas podem comprovar - a uma articulação deles. Eu gostaria que V. Exª explicitasse melhor essa "articulação deles". Por que as acusações contra V. Exª? Por parte de quem? Quem está por trás de uma articulação contra especificamente V. Exª? Uma articulação da mais alta gravidade, que atinge, por linhas travessas, a honorabilidade dos membros do Congresso Nacional? Que articulação poderosa é essa que faz a imprensa divulgar largamente e que faz este Parlamento constituir uma CPI? V. Exª poderia indicar os nomes, por gentileza?

O SR. JOÃO ALVES - Eu disse, nobre Senador, que se trata de uma trama monstruosa, urdida para desmoralizar e desestabilizar o Congresso e o Governo. Esse é o meu entendimento, porque tudo o que ele relaciona, na entrevista, parece uma coisa adrede preparada para atingir o Congresso, menos a mim. Porque eu não tenho nenhuma participação em nada daquilo que ele revelou. É tudo mentira.

O SR. LUIZ ALBERTO - Mas V. Exª, para dizer ao Congresso Nacional, ao País - V. Exª, que é Parlamentar com trinta anos de mandato - que isso é uma trama monstruosa contra o Parlamento e, portanto, contra a democracia, V. Exª poderia indicar os membros desta trama. V. Exª poderia esclarecer, ajudar a Nação brasileira, neste momento tão grave da vida nacional.

O SR. JOÃO ALVES - Eu sou uma vítima, Senador. Se eu sou uma vítima, não tenho a menor condição de explicar. Eu atribuo a isso.

O SR. LUIZ ALBERTO - Mas por que V. Exª é a vítima? Por que não uma outra vítima, qualquer outro parlamentar desta Casa?

O SR. JOÃO ALVES - Ah, isso eu não sei. Fico imaginando que é porque é meu inimigo.

O SR. LUIZ ALBERTO - Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Senador se, com a resposta dada, V. Exª consideraria que, em vez de nomes de pessoas, pudesse reformular, pelo menos organizações?

O SR. LUIZ ALBERTO - Agradeço a contribuição extremamente valiosa da inteligência de V. Exª à pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª o faria?

O SR. LUIZ ALBERTO - Faço-o, com muito prazer. Transformo em minhas as palavras de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu não devo perguntar. V. Exª perguntaria se, em vez de nomes, ele poderia identificar quais as organizações existentes, regulares ou irregulares, que poderiam estar na trama de um processo contra o Congresso Nacional?

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Exª poderia indicar, e isso salvo decorrente do processo do julgamento é que ele pode descobrir. E ninguém tem isso. Nem circunstâncias, nomes, fatos, locais, desconfianças, suspeitas?

O SR. JOÃO ALVES - Não, não tenho. Sou uma vítima; fui pego de surpresa. Então, o Congresso, a CPI e a Polícia têm que descobrir. Vamos tentar descobrir quem é que está por trás de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

Na seqüência, ouviremos o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHAO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, no correr dessa inquirição - não quero ser repetitivo -, ouvi do nobre Deputado João Alves as declarações do mesmo, peremptórias, rebatendo a entrevista da Veja e as declarações do Sr. Luís Carlos, ontem, aqui, onde, no meu entender, S. Exª diz que tem todas as condições, com provas, para contestar essas calúnias, no entender de S. Exª, contra ele. E, ao mesmo tempo, desmentiu aquilo que ouviu da boca de S. Exª o Deputado João Alves, declarações desmoralizantes contra os membros do Congresso Nacional, Ministros, Senadores e Deputados Federais.

Então, por isso, nobre Deputado João Alves, eu, para complementar essa pergunta, digo o seguinte: se não me engano, ouvi que, na remessa para o Legislativo dessas dotações...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito silêncio ao Plenário, especialmente ao fundo do Plenário, supondo que está havendo entrevistas. Elas não devem ser concedidas; só fora desta sala. Damos aqui uma liberdade total à imprensa, mas não podemos fazer com que ela se imiscua no momento em que o depoente vai ouvir uma pergunta e está ouvindo mal.

Por favor, Senador!

O SR. NEY MARANHÃO - Continuando, Sr. Presidente.

Nobre Deputado João Alves, então, eu ouvi atentamente uma resposta que V. Exª deu: que poderia se encaixar muito bem algumas dotações remetidas ao Legislativo pelo Executivo por algumas pessoas que comandassem essas áreas.

Pergunto a V. Exª se todas as dotações orçamentárias, encaminhadas pelo Executivo ao Congresso para aprovar o Orçamento fiscal - V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento e tem uma experiência parlamentar muito grande; V. Exª tem 30 anos de Parlamento, com também o nobre Presidente e este Senador que vos fala, que é Deputado desde o Rio de Janeiro -, o Congresso tem condições de contestar através de suas assessorias técnicas; se estão certas ou estão erradas.

O SR. JOÃO ALVES - Não sei bem, não sei bem se tem condições. Não posso informar, porque isso vem do Executivo e é arquivado. Não sei.

O SR. NEY MARANHÃO - Era a pergunta que eu queria que V. Exª respondesse. Ontem, fiz essa mesma pergunta ao técnico de Orçamento que denunciou V. Exª e, pelo que disse aqui, outras autoridades governamentais. Pela experiência, quero dizer a V. Exª e à Presidência que a ponta do iceberg é isso que estamos tentando decifrar. Mas, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado João Alves, temos que fazer, neste momento em que a Nação brasileira está toda voltada para o Congresso Nacional, uma autocrítica.

Quando solicitei a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para examinar as dotações do Governo, de cinco anos para cá, tive respaldo de quase 70 Senadores. Foi por isso. Não temos condições de verificar se essas dotações estão certas ou erradas. E a prova disso é que os números apresentados nesta Comissão - convenci os Srs. Senadores - são estarrecedores. É por isso que esta Comissão não pode ficar circunscrita a essa investigação; temos que aprofundar a investigação. Eu disse, textualmente, na minha solicitação, que o Congresso Nacional estava aprovando, como marido traído; era o corno, o último a saber das coisas. Temos que abrir essas caixas-pretas, porque o Congresso hoje perante a opinião pública, é o responsável por isso tudo. E nós, do Orçamento, manuseamos apenas 3 ou 4%, mas estamos sendo burros de carga e apontados como os grandes responsáveis.

Sr. Presidente, creio que estou respaldado por 70 Srs. Senadores. Um homem de cabelos brancos, experimentado, que tem um longa vida pública, assinou a solicitação de instalação desta Comissão. Neste momento, com a experiência que V. Exª tem, temos continuar, depois de investigar essas denúncias graves contra alguns membros do Congresso Nacional e contra o Deputado João Alves, para que a transparência desta Comissão de Inquérito apoiada pelo Senado Federal seja completa.

Muito obrigado pela resposta de V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Senador Ney Maranhão que concorde comigo em substituir, na taquigrafia, a expressão que usou ainda há pouco, e, talvez, substituí-la "por esposa adúltera".

O SR. NEY MARANHÃO - Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só que o Congresso não tem esposa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Até pela veemência da intervenção do nobre Senador Ney Maranhão "de abrir a caixa-preta", gostaria de encaminhar à Mesa o relatório do Relator-Geral, Parecer nº 109, de 1990, onde, no seu depoimento e pela minha argüição, ele negava que teria apresentado emendas das prefeituras as quais argüí. Tenho, aqui, duas mil emendas do Sr. Deputado João Alves, e dezenas e dezenas de prefeituras de sua base eleitoral beneficiadas pela condição de Relator-Geral. Mais uma vez, (incompreensível)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a Secretaria que receba das mãos de V. Exª.

O SR. JOÃO ALVES - Mas, Sr. Presidente, já dei a resposta. As emendas eram emendas de Relator para ajustar o orçamento, e as demais, ele não prova que eu as tenha assinado. Quero provas de que assinei essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda haverá vários argüidores e, no final, ainda teremos a palavra do Relator.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só para esclarecer o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não gostaria, Deputado, que fizéssemos agora contraditório. O Tribunal de Contas está aqui representado por pessoas altamente qualificadas e receberá o documento de V. Exª

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito. Duas mil emendas de todas as prefeituras que havíamos mencionado estão entregues à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Srs Deputados, queria dizer, preliminarmente, Sr. Presidente, embora não esteja exergando V. Exª, ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Salomão dará oportunidade.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Eu queria dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o meu compromisso e o nosso compromisso é exatamente aquele muito bem colocado no editorial da **Folha de São Paulo**: a única saída. Realmente, temos que defender o Parlamento, apurando o que há de corrupção e de corruptor. As duas coisas precisam ser examinadas.

E esta Comissão é tão rica nas intervenções que, Sr. Presidente, vou ler os quatro gigantes da alma para entender essa relação de amor e ódio entre o PT e o João Alves. Realmente, essa é uma relação que precisa ser bem entendida. Eu queria, preliminarmente, com o devido respeito a essas figuras que admiro há tanto tempo, que são os representantes do PT nesta Comissão, dizer que fico muito impressionado porque nessa relação de amor e ódio deve ter por parte do Deputado João Alves uma preocupação muito grande da intimidade do PT com a família do José Carlos, pois que traz aqui declarações, da filha, que a Comissão não sabe; declarações extras do José Carlos, que a Comissão não sabe; documentos que traz - faz muito bem trazer. Apenas acho que documentos que surpreendam o interrogado e a Comissão deveriam, pelo menos, ser encaminhados ao Relator, primeiro, para que, durante a inquirição, o Relator possa fazer uma intervenção.

Então, essa surpresa, que é muito boa do ponto de vista publicitário, prejudica o raciocínio da Comissão sobre esses documentos. Ainda bem que, ao final, o Deputado Mercadante encaminhou o documento - V. Exª pediu. Eu gostaria que isso fosse uma regra, para que a Comissão não fosse surpreendida.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Se pela ordem puder interromper a intervenção ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A questão de ordem, embora possa ser suscitada a qualquer momento, quero esperar que o Deputado Rollemberg extinga a primeira parte, que é essa que suscitou a questão de ordem. Em seguida, darei.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Porque ela é continuidade, Sr. Presidente, da intervenção que fiz em questão de ordem no começo. Quando pedi que os elementos divulgados pelo jornal **Hoje**, que não eram de conhecimento da CPI, não fossem objeto de indagação, estava continuando o raciocínio dentro daquela questão de ordem que V. Exª deferiu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E dei provimento a ela.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - De forma que, não estou trazendo elemento novo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em seguida, darei. Vou ouvir só a primeira parte.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Daqui para a frente, vou entrar nas perguntas. Se V. Exª quiser dar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a questão de ordem ao Deputado Genoíno, que pediu antes. V. Exª mexeu no vespeiro do PT. Vamos ter a questão de ordem também do Deputado Mercadante.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO -...a questão de ordem que formulo a V. Exª, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem por objetivo investigar as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos é no seguinte sentido: as intervenções políticas, buscando transformar o debate dentro desta Comissão em palco político-partidário poderão prejudicar o desenvolvimento dos trabalhos. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque na Comissão, ontem, que teve contato com o Sr. José Carlos, o Congressista que mais falou à imprensa não é membro do Partido dos Trabalhadores e, sim, do PMDB. Não foi o Deputado Aloízio Mercadante quem mais deu entrevista na noite de ontem em todas as televisões! É importante deixar isso claro.

Portanto, V. Exª deveria ver a intimidade outra, não com o Partido dos Trabalhadores. Nós estamos à vontade porque, pessoalmente, concordei que a indicação do Senador Jarbas Passarinho para presidir esta Comissão, e disse isso publicamente, era uma indicação suprapartidária. Não estamos aqui fazendo luta partidária. O depoimento do Sr. João Alves, em relação às subvenções de Deputados, isso está

documentado em todos os jornais de 88, quando decidimos, coletivamente, não recorrer isso. Portanto, sugiro a V. Exª, na forma de questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que a conclua.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E vou concluir. Que essas colocações político-partidárias sejam retiradas, porque isso atrapalha as investigações de algo muito sério, porque o que está em jogo aqui é a sobrevivência do Congresso se ele disser a verdade, e não a disputa entre partidos. Até por que, se fôssemos travar a disputa no plano partidário, alguns partidos aqui - poderíamos até questionar o nível de investigação, o que não estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de dar pela ordem, a Presidência tem a responsabilidade de manter a ordem na Casa.

Em primeiro lugar, diria ao Deputado José Genoíno que não devo retirar expressões. As expressões, quando parlamentares, ditas a outros Parlamentares, desde que não sejam de natureza impolida, podem permanecer, contraditadas. Então, o serviço de som está registrando e, automaticamente, V. Exª contraditou uma colocação iniciou do Deputado Rollemberg.

Darei a palavra ao Deputado Aloízio Mercadante, mas não gostaria que houvesse mais de uma contradição. A partir do momento que é feita uma coisa, um contradiz e não mais, porque, caso contrário, não sairemos daqui. Como a declaração do Deputado José Genoíno levou o nome...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Levou o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fique calmo, Senador Gilberto Miranda, contenha o entusiasmo. Levou o nome explícitado do Deputado Aloízio Mercadante, e quando disse que não foi dele, mas sim de uma pessoa do PMDB, implicitamente levou ao nome do Senador Gilberto Miranda. Mas, em prejuízo da continuidade dos trabalhos...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quero em primeiro lugar porque o Deputado José Genoíno citou o meu nome.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O momento de falarmos, Senador Gilberto Miranda, às vezes a última palavra é a que mais fica.

Peço a V. Exª, Deputado Aloízio Mercadante, que utilize o prazo rígido da questão de ordem que vai levantar.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, tanto eu quanto o Senador Elcio Alvares e o Senador Gilberto Miranda falamos à imprensa ontem e falamos coisas absolutamente fundamentais. Fomos perguntados sobre o que tínhamos apreendido. Apreendemos documentos e dinheiro. Esse é o papel da CPI. Não quebramos nenhum sigilo, não prejudicamos a investigação, foi absolutamente legítimo.

Em segundo lugar, quanto à insinuação de que o PT poderia ter colocado na imprensa prejuízos ao Deputado Ibsen Pinheiro, recuso, nego e digo mais: ontem fiz questão de falar pessoalmente ao Deputado Ibsen Pinheiro, na presença do Deputado Genebaldo, e cercado por vários membros, inclusive da imprensa, que acabaram acompanhando o diálogo, dizendo para ele o seguinte: "Na conversa que tivemos ontem, lá, o depoente, na realidade, fez uma série de considerações, isentando a sua participação no processo, dizendo que, basicamente, eram indicações de subvenções." Ele me perguntou: "Você repetiria isso?" Falei: "Digo, e digo publicamente. Está aqui a imprensa ao lado". Portanto, não aceito.

Por último, só queria dizer que, em relação aos documentos que utilizei em minha argüição, a CPI já solicitou - se o Deputado Rollemberg fosse um pouco mais atento - ele poderia ter acesso aó inquérito e poder analisar com cuidado o inquérito da Polícia Federal, que está no Supremo Tribunal Federal. Foram esses os documentos que utilizei, evidentemente já de posse da CPI.

Por último, queria solicitar que a gente não utilize essa disputa político-partidária no processo da CPI. Em nenhum momento nós citamos partidos aqui ou insinuamos em relação a qualquer força partidária, sobretudo em relação ao PMDB; não o fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V.Exª que conclua.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então nós solicitamos o mesmo tipo...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, como Relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Isso foi introduzido hoje pelo Depoente, que fez um destaque ao PT, como se isso fosse um problema do PT. Não é. É da Casa, é do conjunto dos partidos, e esta CPI interessa a todos os partidos, porque os partidos não se distinguem aqui entre esquerda e direita e entre quem são os honestos e os que não são.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A segunda parte da intervenção de V.Exª eu considero inteiramente pertinente. Segundo, V.Exª me ajudaria, como jovem Deputado, a oxigenar a minha memória; acho que V.Exª já havia dito isso antes aqui; já havia dito isso claramente, quando foi levantada uma questão de ordem, que V.Exª não havia feito nenhuma referência ao Deputado Ibsen Pinheiro. Não é verdade? Ou não é verdade? Ouvi mal V.Exª?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É verdade. Eu disse, no início, e mais: eu ontem fiz questão de dizer a ele, porque achava que era correto e era em seu benefício.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

Com a palavra o Relator, que tem precedência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pedi a palavra para informar a todos que a comissão de Deputados e Senadores que ontem foi à casa dos familiares do Sr. José Carlos trouxe não somente o dinheiro, como também os documentos devidamente envelopados e fechados. E que, por iniciativa de V.Exª e da Relatoria, todos os documentos foram lacrados e guardados em cofre, aqui no Senado. De modo que posso afirmar que nenhum documento apreendido ontem chegou ao conhecimento, quer da imprensa, quer de qualquer Parlamentar. Eu próprio não li nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Gilberto Miranda, eu não vou transformar isso num debate entre partidos e pessoas. Vou retornar a palavra ao Depoente, mas tenho um comentário a fazer.

Por favor, ouço V.Exª. E se V.Exª quisesse falar sentado, usaria a norma da Casa.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a imprensa publica, no dia de hoje, que V.Exª passou mal por causa de uma discussão que teve comigo, na tarde de ontem. Eu creio que isso não é verdade. V.Exª reclamou daqueles que foram em diligência por terem dado entrevista à imprensa, principalmente à CBN. Não foi membro do PMDB que deu entrevista à CBN, nº 1. Nº 2: eu peço o testemunho do Senador Elcio Alvares, porque, quando estávamos na Polícia Federal, quando saíamos da sala do Delegado, quando chegávamos ao elevador - e peço também ao Deputado Mercadante que diga e esclareça ao Deputado Genoíno -, quem sugeriu, quem achou que devia ir, porque senão a imprensa seguiria, quem fez a sugestão e quem propôs que a imprensa fosse foi o Deputado Aloízio Mercadante. Não foi nem o Senador Elcio Alvares nem o Senador do PMDB. Agora, chegando lá, mantivemos a imprensa fora, fomos, fechamos e ninguém mostrou dólar, ninguém mostrou nada, não existe essa cena. Se a imprensa deu preferência para botar nos jornais, na televisão e em tudo ou foto minha ou as declarações que dei, isso foi preferência da imprensa. O Senador Elcio Alvares viu e todos da imprensa que estavam lá viram que o tempo todo eu falava: vamos embora, vamos embora. Pedi várias vezes - o Senador Elcio Alvares sabe - para ligar para V.Exª para virmos direto para o plenário. E tinha a sugestão também de irmos ao seu gabinete primeiro. Então, em nenhum momento, Deputado Genoíno, o PMDB quis aparecer, quis se promover ou teve interesse de levar a imprensa. Agora, sem dúvida nenhuma, foi o PMDB que fez um requerimento, por meio deste Senador, e que até agora conseguiu contribuir com contas no exterior e com dinheiro e, com certeza, com a colaboração, depois, na seqüência, do Senador Elcio Alvares e do Deputado Mercadante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador. Esse assunto para mim está encerrado, exceto com a observação que vou fazer e que não gostaria de fazê-la de público porque eu a fiz ontem, internamente. Foi visível o meu desagrado por ter sabido que a CBN tinha informado, quarenta minutos antes, aqui ao lado do Relator, o que houvera sido descoberto na diligência. Ora, se a diligência é feita em segredo, acho que é até uma descortesia frontal à Mesa e ao Plenário que essas informações sejam passadas antes de chegarem aqui. Foi a razão do meu desconforto. A questão de falar se houve uma discussão ou não com o Senador Gilberto Miranda é uma interpretação. Apenas eu, neste momento, devido provavelmente a ter nascido em 1920, não ser tão criança, senti um problema que se caracterizou pelo aumento súbito, uma questão labial de pressão.

Mas eu gostaria de salientar o seguinte ao Deputado Roberto Rollemberg: ouvimos um belíssimo discurso do Senador Pedro Simon, e não houve nenhuma discrepância na reunião interna. Não se trata aqui de uma CPI deste ou daquele partido. Os partidos indicam, mas estamos aqui na qualidade de investigadores da verdade.

De maneira que peço ao Deputado Roberto Rollemberg, que já estou acostumado a admirar-lhe a inteligência e a habilidade com que se refere sempre, que passe às perguntas. E deixemos que a informação contraditada permaneça nos Anais da CPI.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Pela ordem. É rápido.

O SR. PRESIDENTE - (Jarbas Passarinho) - Vou ouvir excepcionalmente o meu eminente Senador Bisol, mas na qualidade de ex-Juiz, a quem tanto recorro.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Discutimos, em matéria de estratégia para a realização destas audiências, que, por todas as formas possíveis, legais e democráticas, evitaríamos a formulação de juízos de valor, de avaliações e de discursos no curso de uma inquirição. V. Exª passou a palavra para um Parlamentar, o Deputado Rollemberg, e ele fez um pronunciamento com juízos de valor. Não interessa sobre o quê.

Se V. Exª continuar permitindo isso, vamos perder, em cada caso, dez ou quinze minutos. É muito brilhante para quem faz o pronunciamento, para quem responde. Se a questão é brilhatura, vamos continuar. Agora, se queremos investigar a verdade e chegar lá, vamos fazer inquirições, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador, concordo. Quando o Deputado Rollemberg tomou três minutos para falar o que falou, e iria falar mais coisas de natureza intelectual, perdeu sete minutos. Não tenho o direito, suponho, de intervir no momento em que a palavra está sendo ainda pronunciada e não sei aonde

vai chegar. A mesma coisa falo com o meu ilustre colega de Senado Federal o Senador Gilberto Miranda, quando S. Exª se empolga e se levanta. Eu me lembro de ter lido sobre a grande diferença entre entusiasmo e paixão.

De maneira que eu preferiria que fôssemos entusiasmados, mas não apaixonados.

O SR. GILBERTO MIRANDA - É pela verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A paixão realmente empolga; ainda bem!

Gramsci dizia, e o Deputado José Genoíno é mestre no assunto, que ele só não perdoava os indiferentes.

Dou a palavra ao Deputado Rollemberg com o tempo descontado.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - V. Exª falou que gastei três minutos. Não acredito que esse pronunciamento tão contestado, de três minutos, tenha tido tanto conteúdo para provocar tal reação.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que só quero retificar o que disse o Deputado sobre a minha falta de atenção. Realmente, não é falta de atenção, porque os documentos estão lacrados, e ele pediu a juntada na hora do documento. Não é falta de atenção minha.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Orçamento Geral da União!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Mercadante, faço o mesmo apelo, e V. Exª me parece mais novo ainda que o Senador Gilberto Miranda. Não vamos dar apartes, isso não é uma sessão da Câmara dos Deputados, nem do Senado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, ele continua insinuando que o documento que apresentei tem relação com a diligência. É um inquérito no Supremo Tribunal Federal e o Relatório Geral da União.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso será objeto, Deputado, da ação disciplinar do Relator da Casa. O que deferi - e mantenho o meu deferimento - é não fazer nesta sessão acreditar como tendo sido uma decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito acréscimo de nomes que não constaram no depoimento anterior, porque a imprensa teria publicado por alguém que falou.

Prossiga, por favor.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, tenho apenas quatro perguntas e vou ser objetivo.

Deputado João Alves, o Executivo não é obrigado a transferir recursos para os municípios e unidades da federação e para seus próprios órgãos executores para a realização de ações preconizadas pelas emendas parlamentares, pois a lei orçamentária é apenas autorizativa. As transferências voluntárias ficam, portanto, condicionadas à disponibilidade do Tesouro, à oportunidade da ação proposta e à apreciação da documentação exigida aos projetos técnicos. V.Exª teve alguma atuação nesses três itens?

O SR. JOÃO ALVES - Absolutamente nenhuma.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - A testemunha e o acusador José Carlos Alves teve atuação administrativa numa dessas três oportunidades?

O SR. JOÃO ALVES - Não sei. Ele, como Diretor do Departamento de Orçamento da União, aprecia tudo isso. Mas não tenho participação, nem tinha conhecimento e nem pode passar por nós da Comissão.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito bem.

Quanto ao aspecto político: V. Exª foi indagado das forças ocultas, ou forças monstruosas, ou de ação contra o Congresso. No período em que esses recursos foram liberados pelo Governo e, portanto, em decorrência da lei autorizativa, pergunto: a maioria desses problemas discutidos foram liberados no período do Governo Collor? V. Exª faz alguma ligação disso com a saída de PC Farias da toca, dizendo que praticamente ele está reabilitado? V. Exª acha que tem alguma ligação do processo e do grupo do Governo Collor no interesse de vinditas ou de alguma ação contra o Congresso?

O SR. JOÃO ALVES - Primeiro, o orçamento da União de 1990, quando foi por mim relatado, foi contingenciado; logo, não saía nada para ninguém, a não ser por ordem expressa do Poder Executivo. Segundo, desse negócio de PC Farias nunca participei, não tenho nenhuma imaginação. Não posso opinar sobre o assunto, nem fazer juízo sobre ele, porque não tinha indicação; não tenho nada que me possa permitir um juízo a respeito.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Foi feita uma acusação pelo Sr. José Carlos dos Santos, e havíamos até pedido a oitiva do diretor ou do repórter da **Veja**. Depois desistimos, porque ele confirmou que tudo que a **Veja** disse realmente ele havia dito.

Interessa muito, embora já tenha sido perguntado: entre as figuras acusadas, quais aquelas que ocupavam postos na Comissão de Orçamento, no seu período de Presidente?

O SR. JOÃO ALVES - Não entendi bem.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Das figuras citadas na **Veja**, quais os nomes que eram ligados a cargos e funções dentro da Comissão de Orçamento, ao seu tempo?

O SR. JOÃO ALVES - Não posso garantir, mas tenho impressão de que quase todos eram funcionários, participavam do orçamento. É por isso que ele incluiu propositadamente: porque elas participavam do orçamento.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Refiro-me aos Deputados citados.

O SR. JOÃO ALVES - O quê?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Refiro-me aos Deputados citados. Eles tinham funções de Relator ou de sub-Relator, no seu período?

O SR. JOÃO ALVES - A maioria era de sub-Relator, Presidente, Adjunto. Eram pessoas que trabalhavam na Comissão e tinham alguma influência nesse ou naquele setor.

Mas continuo reafirmando que o orçamento foi contingenciado, e ninguém pode acusar ninguém sobre aquele orçamento. Quem dispunha dele sozinho era o próprio Sr. José Carlos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o Deputado Rollemberg me permite, penso que a resposta não correspondeu exatamente, no meu entender, à pergunta de V. Exª.

O SR. JOÃO ALVES - Parece que não entendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão. V. Exª perguntava quais os Deputados relacionados na **Veja**, não era isso?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sim, relacionados na **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, gostaria que, através de V. Exª, fosse perguntado ao Deputado.

O SR. JOÃO ALVES - Na **Veja**? Se me disserem os nomes... Comecei a ler aquilo e me revoltei tanto, que deixei no meio.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Como última pergunta, Sr. Presidente...

O SR. JOÃO ALVES - Se me der os nomes, direi a V. Exª.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - De 1990 a essa parte, V. Exª sempre foi um homem - vou usar a linguagem política - governista ou teve divergências com o Executivo nesse período?

Ainda, para completar: em todo o seu período, em relação às emendas apresentadas e ao seu processamento, não só às subvenções, V. Exª recebeu algum protesto ou algum recurso de algum partido?

O SR. JOÃO ALVES - V. Exª fala de protestos?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Protestos ou recursos contra decisões de encaminhamento?

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - De nenhum partido?

O SR. JOÃO ALVES - Não

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento que considero importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Deputado Roberto Rollemberg mencionou que o Partido dos Trabalhadores havia aqui, por meu intermédio, relatado fatos, que não eram do conhecimento da CPI, sobre a filha do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Quero esclarecer que, ontem, telefonei para a filha do Sr. José Carlos Alves dos Santos - nunca havia conversado antes com ela, senão no dia de ontem. Por telefone, transmiti a ela que avaliava que ela havia prestado um serviço ao País.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, antes de V. Exª. concluir, gostaria de perguntar ao Deputado Roberto Rollemberg se S. Exª disse isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - S. Exª disse que o PT havia trazido aqui informações a respeito da filha do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, peço a atenção de V. Exª porque fiz pergunta ao Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, o que eu disse foi, exatamente, que estávamos surpresos com a intimidade das relações dele com a família do José Carlos, porque trouxe até declarações familiares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esse assunto, para mim, é relevante.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, que é relevante para o entendimento dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por quê?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, esta questão de ordem é relevante, exatamente porque o depoente afirmou, mais de uma vez, que o delegado da Polícia Federal que trabalha no inquérito decorrente da SEVAL teria feito um relatório final retirando o depoente de qualquer implicação e continuando o trabalho da Polícia Federal apenas com o Sr. Normando.

Procurei, até com o Relator, esse relatório do delegado da Polícia Federal e não o encontrei. A informação que tenho - confirmo isso pelo manuseio das cópias do processo - indica que o processo continua.

Com a atenção do Relator, indago a V. Exª. se o relatório apresentado ao Relator pelo delegado da Polícia Federal é datado do dia 9 de junho de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso implicará a necessidade de, com a resposta a V. Exª., pedir que o Relator inquira o depoente? Qual é a urgência da questão de V. Exª.?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Há urgência, porque, para que continue, inclusive, a nossa capacidade de compreensão e até de de inquirição,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até agora há árvore genealógica...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, penso que, com mais um minuto, V. Exª. compreenderá a gravidade da questão, diante da qual nos encontramos.

Estamos trabalhando um elemento processual de compreensão desse fenômeno todo, que é o processo da SEVAL.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, a resposta lhe será dada agora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, V. Exª. permite-me responder ao Deputado Vivaldo Barbosa Barbosa?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, o relatório apresentado é datado do dia 9, mas não está assinado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, com essa resposta, peço a atenção do Sr. Presidente e do Sr. Relator, porque. esse relatório que o nobre depoente trouxe é um relatório preliminar, anexado a outro relatório posterior. Esse relatório, que não foi trazido pelo Relator e que consta do processo, esse, sim, é relevante para a Comissão.

O relatório do Sr. delegado, que é parte do processo que está no Supremo Tribunal Federal, é datado do dia 22 de setembro; ele é bem posterior.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, gostaria de interrupção. V. Exª., que é um homem tão gentil, esse assunto não poderia ser evitado de ser tratado; talvez não nesse momento, porque V. Exª. já teve a oportunidade de fazer uma inquirição. Nós voltaremos a tratar desse assunto posteriormente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, o esclarecimento desse assunto é necessário para a compreensão do processo que está no Supremo Tribunal Federal e importante para o nosso raciocínio daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas esse assunto não está encerrado. Estamos apenas a um quinto do tempo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, V. Exª concede-me a palavra outra vez?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero informar ao Deputado Vivaldo Barbosa que foram encaminhadas duas cópias à Mesa: uma, sem assinatura; outra, com assinatura, mas não autêntica. A assinatura é cópia xerox.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, a questão relevante - inclusive ela é muito importante para os futuros inquiridores - é que o relatório do Sr. delegado, datado do dia 22 de setembro, que encaminhou a questão ao Procurador-Geral da República, afirma, ao contrário do que afirmou o depoente, o seguinte:

> "As notícias que dão conta da participação do Deputado João Alves de Almeida nos trabalhos desenvolvidos por Normando, o que restou evidenciado em diversos depoimentos (fls. 236, 237, 394, 395, 442, 443, 540, 541, 557, 558, etc...) ensejam a extensão dos referidos levantamentos àquele Parlamentar."

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, em virtude disso, o Sr. Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, emitiu o seu parecer e, a partir daí, junto ao Supremo Tribunal Federal, passou a qualificar o Deputado João Alves de Almeida como indiciado, porque, efetivamente, o Sr. Procurador, com base nisso, solicitou diligências e estas implicam saber - item c do inciso II da diligência -: "caso exista montante recebido pelo Deputado Federal João Alves do Sr. Normando Leite ou da empresa SEVAL Ltda." Isso, Sr. Presidente, nos dará compreensão da natureza do processo que está no Supremo e que é muito importante para nossa compreensão de todos os fatos que estão relevados e traz ordem ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu disse a V. Exª que é pertinente; apenas digo que temos outras circunstâncias, a partir das quais essa pertinência tenha resultados ainda nesta inquirição.

V. Exª usou da palavra, sempre para alegria minha, durante mais do que os cinco minutos de uma questão de ordem. Eu preciso dar seqüência para chegar aos 48...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Relevante para a ordem, para o encaminhamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez diferentemente de V. Exª eu entregasse isso ao Relator, que é um homem que nos merece confiança como a de V. Exª, para que essa matéria fosse apreciada ao nível de uma comparação de contradição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem. Esse processo tem vida própria.

O SR. PRESIDENTE (jarbas Passarinho) - Mas assim não dá!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O processo tem vida própria. Vou explicar o que é. O advogado do Sr. João Alves, na hora em que o Deputado Vivaldo estava fazendo essa inquirição, comunicou-se com o Deputado João Alves dizendo o seguinte: "Não responda", balançando a cabeça para ele não responder. Isso quebra... É evidente que isso é uma questão jurídica e ele tem que ser afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aceito a questão de ordem de V. Exª e a defiro neste instante, solicitando à Mesa que retire a cadeira do advogado do lado do Deputado João Alves e a passe para o lugar de uma das deputadas que estão aqui sentadas. Assim procedo porque já há reincidência.

Prossigo com o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, o Deputado João Alves declarou aqui, por diversas oportunidades, que as emendas colocadas no Orçamento terminavam sendo liberadas por responsabilidade apenas do Poder Executivo e negou a acusação do Sr. José Carlos de que ele preparava uma relação de emendas; era muito dinheiro, segundo ele, para muito poucas entidades. Dizia o Sr. José Carlos, ou melhor, disse à revista **Veja**:

> "Eu fazia as listas no computador e não eram mais do que oito por página. A relação final, encaminhada ao Ministério da Ação Social, tinha cerca de 20 páginas. As dotações saíam em três, quatro, cinco relações, que o Deputado João Alves encaminhava para o Ministério. Eles mandavam as relações, e as liberações dependiam da disponibilidade de dinheiro. Se fosse sair 100 milhões nesse mês, então eu mandava uma relação de 100 milhões. Daí a dois meses saía mais. Eu não posso garantir que todas as entidades deram dinheiro para o Deputado João Alves, mas ele falava que recebeu dinheiro de volta".

O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. JOÃO ALVES - Isso é inteiramente falso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Por que falso, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO ALVES - Falso porque é uma criação, uma invenção dele. As relações eram enviadas, mas não por mim. A Comissão enviava muitas vezes relações. Quando os deputados mandavam, eu juntava e mandava. Todo ano mandavam isso e para todo mundo, para atingir todos os deputados. Ele está fazendo uma coisa para envolver a todos os parlamentares, menos o PT, como já disse.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas Deputado, ele diz que era muito dinheiro para poucas entidades.

O SR. JOÃO ALVES - Mas isso é problema do Executivo e não meu. O problema era do Executivo, que pagava essas coisas. Mas não posso me lembrar, não sei e nem tenho conhecimento dessas coisas. Não me lembro de ter havido isso. Ele que devia proceder dessa maneira.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O senhor nega, Deputado João Alves. Entretanto, no inquérito da Polícia Federal, o ex-Deputado Pedro Canedo declarou que, quando Assessor Parlamentar do Ministério da Saúde, recebeu telefonema do Sr. Normando Leite Cavalcante, que se apresentou como assessor de V. Exª.

Segundo o Dr. Pedro Canedo, o Deputado João Alves telefonou-lhe para tratar de assuntos relativos a verbas para prefeituras da Bahia, reportando-se ao trabalho do seu assessor. O que o senhor diz a respeito dessa declaração do ex-Deputado Pedro Canedo?

O SR. JOÃO ALVES - Não me lembro disso. Eu telefonava para o Ministério - porque vinha a mim um Prefeito - para perguntar se a verba seria ou não liberada. Então, pedia que liberassem, como qualquer Deputado ou Senador faz. Não sei de mais nada. Eu poderia saber que alguém esteve procurando? Naturalmente o Sr. Normando Leite Cavalcante pode ter ido ao Ministério procurá-lo visando alguma Comissão, alguma coisa, mas isso não é do meu conhecimento.

Não poderia referir-me a ninguém. Quando um Deputado ou Senador dirige-se a um Ministro, a uma autoridade, ele o faz pessoalmente e não via terceiros.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas, logo após a ida do Sr. Normando Leite Cavalcante, o senhor sempre telefonava, reforçando o seu propósito.

O SR. JOÃO ALVES - Lembro-me de que telefonei uma vez. Mas não tenho nada com o Normando. O Prefeito pediu-me e dei o telefonema, como é normal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O senhor confirma que telefonou? O ex-Deputado Pedro Canedo está falando a verdade?

O SR. JOÃO ALVES - Telefonei pedindo para que ajudassem na situação do processo do Sr. Tarante Biri uma vez, mas não falei em Normando. Acho que nem foi pago.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito ao advogado do Sr. Governador que se acerque mais para frente.

Por favor, prossiga, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado João Alves, pergunto a V. Exª se conhece o Sr. Stanislau Marca, ex-Diretor do Departamento de Supervisão do Programa de Saneamento do Ministério de Ação Social.

O SR. JOÃO ALVES - Conheço. Ele foi no meu Gabinete fazer chantagem e o coloquei para fora de lá.

Depois, ele e um antecessor dele deram um falso testemunho. Coloquei-o para fora do Gabinete juntamente com o outro, Quaresma; esses dois deram falso testemunho nesse processo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ele informou no seu depoimento a Polícia Federal que o Sr. Normando Leite Cavalcante era o seu assessor. Foi por isso que o senhor, então, teve esse desentendimento com ele?

O SR. JOÃO ALVES - Coloquei-o para fora do meu Gabinete e ele ficou meu inimigo, porque foi dizer isso na Polícia Federal e nunca disse a ele nem autorizei ninguém a falar em meu nome. Ele, então, conseguiu um testemunho de um outro antecessor dele que nunca vi; estava até no Pará ou no Amazonas e foi depor; ele indicou e essa pessoa depôs. Todos dois deram falso testemunho, tranqüilamente. Tudo que eles falaram era mentira.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pergunto ao Deputado João Alves se conhece o Sra. Esmaelita Maria Alves de Lima, Coordenadora de Finanças do Ministério da Ação Social?

O SR. JOÃO ALVES - Não, nunca a vi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito aos colegas que se encontrem pessoalmente no final da bancada que não façam murmúrios, porque não estamos conseguindo ouvir do próprio Depoente a resposta correta - correta, não sei, mas audível.

O SR. JOÃO ALVES - Não conheço essa senhora.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Essa senhora declarou na Polícia Federal que o senhor teria telefonado para ela, confirmando a entrega de uma relação da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional que teria sido encaminhada àquele Ministério. Em que consistia aquela relação?

O SR. JOÃO ALVES - Não me lembro nem do telefonema, quanto mais da relação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O senhor nega inteiramente?

O SR. JOÃO ALVES - Não... Não me lembro disso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado João Alves, V. Exª nega que teria recebido em sua casa os Governadores apontados na entrevista do Sr. José Carlos?

O SR. JOÃO ALVES - Recebi só ele, não; recebi muitos Governadores, Ministros, Deputados, Senadores, Procuradores. Recebi em audiência, porque fiquei adoentado sem poder ir ao trabalho, fiz da minha sala um escritório, eu recebia em audiência nessa época.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer, em nenhuma oportunidade, o Sr. José Carlos esteve presente a essas reuniões?

O SR. JOÃO ALVES - Como? Não, nunca esteve presente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O senhor nunca mandou o Sr. José Carlos sair em nenhum entendimento?

O SR. JOÃO ALVES - Não, nunca esteve presente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ele nunca foi à sua residência?

O SR. JOÃO ALVES - Audiência, quem tinha, eram os assessores dos Governadores, dos Ministros. Não, absolutamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ele nunca foi à sua residência?

O SR. JOÃO ALVES - Ah, foi, foi, foi, foi umas duas vezes à minha residência.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Só duas vezes?

O SR. JOÃO ALVES - A última vez praticamente botei ele pra fora.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Só foi duas vezes?

O SR. JOÃO ALVES - Que eu me lembre só.

Quero explicar, nobre Senador, que esse negócio de subvenção social é uma coisa legal, é moral, isso é enviado para as instituições, para as entidades, para as prefeituras, etc, desde que elas prestem contas, certinho, está tudo bem. Prestou contas...Só quero lembrar isso, por que há muitos anos estive no Orçamento e acompanhei tudo isso. Às vezes, mandam diretamente, viu, e é pago, prestando contas, corretamente, é liberado pelo Ministério.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado João Alves, se V. Exª se diz assim tranqüilo, por que então V. Exª se diz vítima de interesses escusos? V. Exª teria contrariado interesses?

O SR. JOÃO ALVES - Não, interesses escusos só posso contrariá-los. Ele mesmo, tive que denunciá-lo. Ele ficou meu inimigo. Então, pode ter escolhido a mim como principal vítima dessa chantagem que ele está fazendo para se vingar. Mas acredito que haja mais uma trama articulada para isso. Que isso é muito grande, é muito absurdo, é muita estupidez, é muita violência, é muito loucura, é uma coisa que não tem sentido lógico. Se V. Exª analisar direitinho, vai verificar que não tem lógica, não tem nenhum sentido. Como é que o sujeito tantos milhões de dólares, vai dizer que foi o Deputado que deu isso a ele? Isso é uma loucura. Isso é um negócio que, se apurado direitinho, ele vai ter que, um dia, dizer como foi que conseguiu isso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado João Alves, V. Exª diz que chamava constantemente o Sr. José Carlos ao seu gabinete por conta de erros técnicos.

O SR. JOÃO ALVES - Não, não chamava constantemente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Chamava por conta de erros técnicos, V. Exª afirmou.

O SR. JOÃO ALVES - Hein?!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Para resolver problemas ligados a erros técnicos. Todos aqui sabem.

O SR. JOÃO ALVES - Chamava para reclamar contra coisas erradas. Mas não era constantemente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Que coisas erradas eram essas?

O SR. JOÃO ALVES - Era o serviço técnico.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas quem era o técnico era o Sr. José Alves..

O SR. JOÃO ALVES - Não, mas eu não tratava com o Sr. José Carlos, diretamente, tratava mais com os subrelatores dos quais era ele chefe. Dos subrelatores, não, dos Assessores deles, dos quais ele era chefe. Então, mandava chamar para reclamar contra aqueles erros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Garibaldi, V. Exª tem mais um minuto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o Deputado Sigmaringa Seixas perguntou ao depoente se ele era capaz de identificar uma dotação para o Ministério da Ação Social. Aliás, ao Deputado João Alves. O Deputado João Alves afirmou que não. O Deputado Aloizio Mercadante citou que a filha do Dr. José Carlos achava que o Deputado João Alves.. Não foi, a propósito, o Deputado Aloizio Mercadante, foi o Senador Eduardo Suplicy. O Deputado João Alves afirmou que, quando ligava para a residência do Dr. José Carlos e falava com ele, era sempre bruscamente, era somente porque havia constatado erros técnicos.

Gostaria de saber, primeiro, se um Relator não é capaz de identificar a dotação global de um Ministério. Como é capaz de identificar erros técnicos? A nossa estranheza, Deputado João Alves, é que V. Exª ora se diz doutor em orçamento.

O SR. JOÃO ALVES - Eu não, nunca disse isso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Não, disse. Chama o seu assessor para corrigir erros técnicos, Deputado!

O SR. JOÃO ALVES - Mas erros berrantes, erros que todos viram.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas que erros berrantes são esses, Deputado?

V. Exª está aqui para dizer, para dar um testemunho. V. Exª não se lembra que erros seriam esses, tão clamorosos..

O SR. JOÃO ALVES - Não me lembro, Deputado, como vou me lembrar? Já decorreram tantos anos disso!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Que inclusive causava constrangimento as interferências do senhor junto ao Dr. José Carlos e à própria família do Dr. José Carlos. Afinal, para se falar claro, para se falar abertamente, que desentendimentos eram esses entre o senhor e o Dr. José Carlos?

Não eram erros técnicos. Não vou emitir um juízo de valor, Sr. Presidente. Pelo amor de Deus, não quero sair daqui com V. Exª dizendo que emiti um juízo de valor, porque eu estaria, realmente, atentando contra os princípios desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pelo amor de Deus e fidelidade ao Regimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Exatamente. Agora, o Deputado João Alves vai me permitir, mas vou sair estranhando esse comportamento de S. Exª.

O SR. JOÃO ALVES - Em que sentido?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Nesse sentido, de que V. Exª chamava o Dr. José Carlos, dizia ao Dr. José Carlos que o trabalho dele estava cheio de erros técnicos.

O SR. JOÃO ALVES - Dele, não, dos outros.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Aí, o senhor não sabe nem mesmo identificar, respondendo ao Deputado.

O SR. JOÃO ALVES - Mas, aí não dá, porque os assessores que elaboram os pareceres para os sub-relatores. Quando estou coordenando e vejo alguma coisa errada, chamo o assessor-geral para ele explicar aqueles pontos. Era isso, coisa corriqueira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu, Senador?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA - Sr. Presidente, não sou Membro desta Comissão, mas quero entregar um documento a V. Exª, que é uma modesta contribuição para os trabalhos que esta Comissão vai desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª acha que ainda é pertinente a esta reunião?

O SR. VALTER PEREIRA - É pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, recebo.

O SR. VALTER PEREIRA - Sr. Presidente, o documento é peça, são duas peças de uma ação civil pública que tramita na Comarca de Três Lagoas em Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que V. Exª leia o sumário.

O SR. VALTER PEREIRA - Vou entregar a V. Exª. Diz respeito à liberação de recursos da Rede Ferroviária Federal e da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Só para que V. Exª tenha uma idéia da gravidade do documento, o próprio edital reza que a empresa vencedora da concorrência pública assume a responsabilidade para viabilizar os recursos às suas próprias expensas, o mais urgente possível, nada cabendo de ônus à municipalidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito a V. Exª que não se aprofunde na leitura do documento e que possa entregá-lo imediatamente ao nosso Relator-Geral, Dr. Roberto Magalhães.

O SR. VALTER PEREIRA - Não vou me aprofundar, é só para ficar registrado nos Anais a súmula deste documento.

Então, aqui tem um exemplo de como se joga dinheiro fora. Num exemplo apenas, o Juiz especifica : "trata-se de um valor atribuído em julho de 91, para remoção, com vida, de uma palmeira imperial. Valor, à época, de 7 milhões 466 mil cruzeiros. Só para a remoção da palmeira imperial, Sr. Presidente, 21 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que entregue não os dólares mas a referência aos dólares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentes, Sr. Depoente, acredito que após quase 4 horas de depoimento, a coisa está muito vazia. Penso que isso é muito mau para nós da CPI, é muito mau para V. Exª e é muito mau o que as televisões estão transmitindo. Creio que temos que ser mais específicos e, talvez, um com o outro, um pouco mais duros.

A primeira pergunta: o senhor afirma que nunca teve ligações com o Dr. José Carlos. Caso apareça nos papéis apreendidos ontem, cedidos pelo Dr. José Carlos na casa dele...

O SR. JOÃO ALVES - Ligações em que sentido? Tive relações com ele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Vou complementar a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aguarde a pergunta, Deputado João Alves.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor afirmou que nunca teve ligações mais diretas, mais íntimas, e intimidade; que o senhor só chamava o Sr. José Carlos para repreendê-lo dos seus erros. Caso apareça nos papéis que trouxemos ontem, colhidos na casa de José Carlos, pedidos carinhosos ou pedidos de V. Exª para que seja incluído isso ou aquilo e que insinue alguma relação maior, V. Exª se considera comprometido? Número um.

O SR. JOÃO ALVES - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Número dois...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não. Perdão...(fazendo soar a campainha)

O SR. JOÃO ALVES - Posso ir respondendo logo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão, não podemos fazer como tal.

Eu gostaria que V. Exª perguntasse se ele confirmaria que a assinatura era dele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor confirma que nunca existiu, que não existe e que em nenhum papel tem o seu nome?

O SR. JOÃO ALVES - Não, bilhetes.. é possível que, para atender a um Deputado ou Senador, eu tenha mandado um bilhete. Isso não. Isso pode ter acontecido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, vamos analisar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Gilberto se referiu a palavras carinhosas ou a palavras cerimoniosas? Por exemplo: "meu caro amigo".

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não, "meu caro amigo", "você poderia", "você inclui", "eu já acertei", "eu já falei", coisas assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É, são além da correspondência oficial.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Acho que o ex-Presidente da República foi pego por aquilo que eu vou pedir à Mesa que faça: eu requeiro à Mesa, Sr. Presidente, que peça às companhias telefônicas do Estado no qual o Deputado tenha alguma residência, inclusive de seu gabinete, todas as contas telefônicas e que essas contas telefônicas sejam comparadas com todas as empreiteiras existentes, grandes, do País, como também seus diretores, para que possamos analisar, dadas as afirmações do depoente, que nunca manteve contato com empreiteira, que não ligava para empreiteira, que não recebia ligações de empreiteira.

Então, vamos ter oportunidade, com as ligações dos últimos cinco anos requisitadas, de checar empreiteiras, diretores de empreiteiras. Nesse caso, vamos saber se V. Exª, efetivamente, nunca teve...

Acho que isso é muito bom para V. Exª e é muito bom para o País e para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como não é pergunta, coloco ao Deputado João Alves a oportunidade de responder ou não. Não foi pergunta.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª concorda?

O SR. JOÃO ALVES - Concordar com uma coisa assim, Sr. Presidente, tem que analisar a razão, porque o cidadão telefona para mim e não vai dizer que é representação de empreiteira, não vai dizer que é representante disso ou daquilo.

O cara telefona... então, não vamos incluir uma coisa assim, de maneira que essas são perguntas, são requerimentos que V. Exª...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator com a palavra.

O SR. JOÃO ALVES - Ninguém vai dizer que é presidente de empreiteira, representante de empreiteira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estamos diante de um requerimento. Acho que quem tem que concordar ou não somos nós, da Comissão, e não o depoente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Requerimento verbal.

Eu pediria, se possível, que V. Exª botasse em votação, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, está deferido pela Mesa.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Está deferido?

Até agora, está ficando a sua palavra contra a palavra do Dr. José Carlos.

Como V. Exª se diz um homem sério, um homem direito, um homem honrado, espero que V. Exª concorde com aquilo que vou propor.

Eu pediria a V. Exª que concordasse, acho que não é humilhação nenhuma, em se submeter a passar por um detector de mentira V. Exª e o Dr. José Carlos, com perguntas preestabelecidas.

O SR. JOÃO ALVES - Não, eu não tenho por que me submeter a nada disso, porque estou falando a verdade. O senhor que apure a verdade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Se V. Exª está falando a verdade, V. Exª pode se submeter ao detector de mentiras.

O SR. JOÃO ALVES - Então, o senhor apure a verdade. O senhor que apure a verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra outra vez, como Relator.

De acordo com a lei brasileira, o detector de mentiras não tem nenhuma validade legal, processual e penal.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Por isso, Sr. Relator, que eu pedi a ele que, de livre e espontânea vontade, já que não teme, que passe por um detector.

V. Exª concorda ou não?

O Dr. José Carlos diz que concorda.

O SR. JOÃO ALVES - Não posso concordar com essa coisa, porque eu só falo a verdade e aqui estou para dizer a verdade, não tenho por que duvidar de mim mesmo.

O SR. PRESIDENTE *(Jarbas Passarinho)* - *Veja V. Exª, Senador, que* pode haver, no caso, pelo que entendo, a mentira do detector.

O SR. GILBERTO MIRANDA - É.

(Risos)

O SR. JOÃO ALVES - Não, aí é uma humilhação a que não me submeto.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Acho que o Deputado João Alves não acredita no detector de mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero salientar ao Senador Gilberto que quando deferimos o seu pedido, nos referimos ao pedido, mas não à execução, porque temos problemas de natureza legal a discutir depois, dentro da Comissão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Perfeito.

A última pergunta, para ser bem breve: nos relatórios, nas conversas, a imprensa tem noticiado nomes e mais nomes que podem comprometer pessoas que não têm nada a ver com isso.

Ontem, tivemos oportunidade de estar na Polícia Federal. E eu gostaria, até, se alguma coisa que vou dizer é diferente, que o Deputado Mercadante ou que o Senador Élcio Alvares se pronunciem. Ontem, o Dr. José Carlos disse que os pedidos do Deputado Ibsen, os pedidos de Mauro Benevides, de Humberto Lucena e de Alexandre Costa, de modo geral, eram pequenas emendas relativas aos seus Estados, de pequenas obras; e não disse, em nenhum momento, e exime de qualquer culpa e de qualquer coisa o mal entendido que há na imprensa.

Gostaria que V. Exª emitisse a sua opinião a respeito de cada um dos citados para ficar bem claro a toda população, inclusive para aqueles que não querem a Revisão da Constituição, V. Exª emitisse a sua opinião, só a respeito dessas pessoas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, antes que conceda a palavra pela ordem, retiro, com relação à Revisão da Constituição. (tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Retirou?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Retirei. Só quero a opinião de V. Exª Deputado João Alves, sobre essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, Deputados! Conheço a Câmara, não sejamos tão açodados em dar, desde logo, apartes. Vamos aguardar. Isso aqui é um pouco diferente.

Gostaria de ouvir novamente a pergunta, expurgada a questão e a provocação sobre Revisão, ouvir novamente qual a pergunta, porque estou preso a um deferimento que fiz de uma colocação de questão de ordem do Deputado Roberto Rollemberg. É sobre esses nomes que apareceram na imprensa hoje?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Não. Já apareceram desde o começo, e como nada ficou esclarecido, como perguntamos ao Dr. José Carlos e ele deu a explicação dele e disse que esses nomes não estão envolvidos, nunca receberam dinheiro, absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já estava no depoimento anterior.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, depoimento para os três parlamentares.

O Deputado Aloizio Mercadante, tem alguma coisa em contrário?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Não pode perguntar. V. Exª está com a palavra e não pode dar apartes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pela ordem Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Sr. Relator. Confie em que podemos conduzir...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, o Sr. José Carlos veio aqui e prestou um depoimento. Não podemos admitir nenhuma outra palavra dele que não seja aqui registrada, porque não podemos ficar à mercê de opiniões de que ele fique dando do cárcere sobre pessoas, ora inocentando, ora culpando.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Faço objetivamente a pergunta só ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só ao depoente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Faço a pergunta pura, só ao depoente: gostaria que V. Exª emitisse a sua opinião a respeito do Senador Humberto Lucena, detalhadamente, (**tumulto**) sobre o Senador Mauro Benevides, o Ministro Alexandre Costa e o Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta pode ser feita.

O SR. JOÃO ALVES - Todos os Senadores, Deputados, Ministros, Governadores, citados pelo Sr. José Carlos, na sua entrevista à revista **Veja**, dizendo que me pediam alguma coisa, é mentira! Nenhum deles me pediu coisa alguma. A pouco, respondi ao Supremo Tribunal, sobre o Senador Humberto Lucena, explicando isso. Para todos eles que queiram requerer. Hoje já respondi a cinco interpelações judiciais do Supremo. Todos eles e nenhum me pediu coisa alguma. Essa entrevista dele é uma farsa total!

O SR. GILBERTO MIRANDA - Gostaria que V. Exª repetisse por nome. (**risos. tumulto**)

É um direito que tenho. É a última pergunta e é um direito que tenho, eu disse três nomes, ele falou no Senador Humberto Lucena...

O SR. JOÃO ALVES - Estou me referindo a todos da entrevista e mais esse que V. Exª acrescenta.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A sua pergunta foi específica e a resposta do depoente foi genérica.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Tem que ser específica.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, neste caso, está encerrado o assunto.

Recebi do Ministro da Justiça um documento, o qual S. Exª pede seja lido ao Plenário.

Vou limitar-me apenas a dizer que recebi ao invés de fazer a leitura completa, mas quando tivermos a nossa reunião interna, o documento será devidamente analisado por todos nós.

Mas, como foi citado aqui pelo Deputado Chico Vigilante, que nos interrompeu no trabalho para dizer que **O Estado de S. Paulo** fazia uma denúncia a S. Exª, a mim me parece justo que, também em termos públicos, ele possa remeter o documento, que remeteu, onde nega frontalmente aquilo que foi publicado no jornal, e mais ainda, dizendo que "nada mais é senão o atendimento de diligência solicitada por esse Ministério, através de seu Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana à Polícia Federal, no sentido que prestasse informações sobre o inquérito que apurava o desaparecimento da Srª Elisabeth Lofrano Alves dos Santos", e anexa os documentos.

De maneira que o direito que teve o Ministro, de se contrapor à colocação original, acho que está suprido parcialmente, no momento em que, de público, digo ter recebido o documento; e os documentos anexados serão analisado por nós no momento oportuno.

Estamos com quatro horas e alguns minutos de trabalho e faltam 23 interpelações. Proponho, de acordo com a consulta que fiz ao depoente, que não deseja transferir-se deste local para prosseguir, estou propondo que em vez de irmos para o plenário do Senado, como sugeriu o Deputado Luiz Salomão, prossigamos aqui, na segunda parte, com uma hora de intervalo a partir deste momento.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 14 horas e 45 minutos e reaberta às 15 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está reaberta a reunião.

Vou pedir ao Relator, Deputado Roberto Magalhães, que exponha o problema imediato para nós, a fim de decisão. Estou estranhando o meu querido amigo Elcio Alvares estar sentado lá atrás.

Peço ao Senador Pedro Teixeira, meu querido amigo, que se sente e deixe a leitura do jornal para outro momento, porque vamos começar por tomar decisões. Ouvimos dois estafantes depoimentos e vamos chegar agora a conclusões a partir da análise, apenas superficial, desses depoimentos. O nosso Relator-Geral tem propostas a fazer, desde logo, e, em seguida, pedirei a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, sugiro a V. Exª que submeta ao Plenário três sugestões: a primeira, é que amanhã de manhã, o Relator, acompanhado de membros desta Comissão - três já se ofereceram como voluntários: Benito Gama, Pedro Pavão e João Almeida - venhamos, em comissão, fazer a abertura dos pacotes de documentos e, examinando, um a um, ensejemos uma triagem para devolver os particulares à família e juntarmos aos autos da CPI os que forem públicos e interessarem à CPI.

O SR. BENITO GAMA - V. Exª julga isso necessário?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ficam designados, digamos assim, os Parlamentares acima citados, e quem quiser participar pode comparecer.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Relator, acrescente-se a Deputada Márcia e o Deputado Giovanni.

O SR. BENITO GAMA - Onde?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, sugiro, às 9 horas da manhã aqui.

O SR. BENITO GAMA - Nesta sala?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, não sei se nesta sala. Onde estão os documentos?

O SR. BENITO GAMA - Na sala...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou sugerindo às 9 horas da manhã.

O SR. BENITO GAMA - Onde?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está na Secretaria do Senado, para onde devemos nos dirigir, Deputados e Senadores.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, na sala do cofre, onde fica a Diretoria de Comissões, há todos os aparelhos para trabalharmos, além da sala de reuniões, e da sala da Diretora, que nos cederá, bem como os documentos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sala do cofre? Nós não conhecemos esta sala.

O SR. BENITO GAMA - Onde fica o cofre do Senado. É aqui embaixo. Na sala das Comissões, onde há a Diretoria das Comissões. A infra-estrutura é boa para um grupo pequeno como esse trabalhar. Além disso, fica perto do cofre, onde estão os documentos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. Quem tem a chave desse cofre?

A SRA. CLEIDE - A Diretoria das Comissões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A senhora resolve tudo isso?

A SRA. CLEIDE - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Local e chave.

O SR. BENITO GAMA - Com muita eficiência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, nós nos reuniremos aqui nesta sala e daqui iremos para a Secretaria às 9h30min.

A segunda sugestão é que, em seqüência ao depoimento do Deputado João Alves, esta CPI ouvisse, sucessivamente, o motorista, que se dispõe a falar e que pertence aos quadros funcionais da Câmara.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Relator, só para um esclarecimento: há algumas horas o Presidente Jarbas Passarinho despachou um documento para que a Câmara dos Deputados localizasse e desse segurança ao motorista. E, até o presente momento, ele ainda não foi localizado. Não se encontrava na Câmara, tampouco em sua residência. De modo que está sob a responsabilidade da Diretoria de Segurança da Câmara a guarda do motorista Eli Lopes Leitão.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem. Tenho muita preocupação com a terceira testemunha. Se não houver uma convicção de que essa testemunha traga realmente elementos importantes, é uma queda na linha de depoimentos.

Só quero fazer esta colocação, com todo o respeito ao Relator, porque acho que ele é o comandante do processo, no meu modo de sentir.

Tenho já algumas informações que eu poderia até, em caráter reservado, passar à Presidência e ao Relator. Não o faço de público porque vai ferir limites. Temos que ter muito cuidado para não trazer aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª conhece o Sr. Normando Leite Cavalcante?

O SR. ELCIO ALVARES - Não, Normando não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou falando de Normando.

O SR. ELCIO ALVARES - E estou falando do motorista, porque foi sugerido o terceiro depoimento do motorista.

Pedi a palavra pela ordem para falar...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, o terceiro é Normando Leite Cavalcante. Agora pode fazer inversão.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas acho que o Normando seria importante porque já tem uma prova documental em torno dele. Agora, sobre esse motorista, vamos discutir com a Comissão. Eu teria que aduzir a algumas coisas que acho muito importantes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Considero importante o motorista, Senador, porque as acusações mais diretas e mais contundentes, feitas ao Deputado João Alves, foi a de que ele dizia que dava dinheiro a fulano, sicrano e beltrano. E até hoje não encontramos essa prova. E o motorista disse ao Deputado Salomão que já fez pagamentos, que já portou dinheiro, etc. Então, por isso que acho...

O SR. ELCIO ALVARES - Eu queria fazer uma pergunta: se ele mantém ainda a declaração que fez ao Deputado Luiz Salomão; chega aqui e diz que não falou nada? Estou perguntando por isso.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu teria a seguinte sugestão: o motorista Eriberto veio aqui depois de uma matéria publicada em uma revista; ele veio confirmá-la. Acho que, no caso desse motorista, deveríamos tomar o procedimento que tomamos na outra CPI em relação a alguns depoimentos. A Presidência e a Relatoria - pode-se inclusive convidar alguns outros Parlamentares a participar da sessão - teriam uma conversa preliminar com este motorista para saber realmente qual é a posição dele, o que falou, qual a natureza e consistência da acusação e avaliar, a partir desse contato, a sua disposição em fazer um depoimento público. Acho que se expusermos a CPI a um depoimento sem a consistência, sobretudo porque era uma pessoa vinculada a João Alves, podemos ter um tropeção que não seria oportuno. Então deveríamos ter uma certa cautela. Fizemos inclusive depoimentos exclusivamente fechados; foi o caso do Curió, por exemplo. Não tínhamos interesse de fazer um "palco nacional" e foi feito um depoimento reservado na sala do cofre.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou de acordo. Esta providência é de todo cabimento. É uma providência que visa a nos preservar de um depoimento espetaculoso ou visível. Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas estamos decidindo sobre um requerimento assinado pelo Deputado Luiz Salomão. Ele pede aqui que seja ouvido, só não pede que seja...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, sobre esse assunto, ao que me parece, vamos instalar as subcomissões agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Claro.

O SR. BENITO GAMA - As subcomissões já estão instaladas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acho que uma das subcomissões pode ouvir esse motorista.

O SR. BENITO GAMA - Não foram instaladas ainda, mas foram criadas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas vão ser instaladas hoje evidentemente ou amanhã. Não tive tempo ainda de juntar os nomes de acordo com as preferências manifestadas e levar para o Presidente minutas de ata para ele assinar e constituir.

Então, Sr. Presidente, sugiro que pelo menos se instale uma das subcomissões ou crie uma subcomissão provisória, como foi a de ontem, e vamos ouvir este motc ta amanhã, domingo ou segunda-feira.

Acho que segunda-feira está bem. Então, agora era marcar a data para o Normando. Deixe o motorista para uma fase posterior, quando ou a comissão ou a subcomissão tenha conversado...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Eu queria fazer o seguinte encaminhamento, que a Relatoria e a Presidência designassem um pequeno grupo, eu sugeriria o nome do Deputado Luiz Salomão, que está presente no depoimento com o motorista, e que fosse feito o mais breve possível. Tentar localizá-lo imediatamente e ouvi-lo sob responsabilidade...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Designa uma comissão de 3 membros como foi feito ontem para ir ao cárcere.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Poderia ser o Relator, o próprio Deputado Benito Gama, que tem experiência na CPI, e o Deputado Luiz Salomão. Minha sugestão de três nomes para colherem o depoimento do motorista.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O depoimento não, fazer uma prévia, porque não vamos colher o depoimento.

Sr. Presidente, duas propostas a serem submetidas a Plenário. A primeira, a da data para o depoimento de Normando Leite Cavalcante, da SEVAL. E a segunda é a designação, por V. Exª, de 3 membros da Comissão para que contactem com o motorista, façam uma avaliação do que ele tem a dizer e subsidiem esta Comissão para uma decisão final sobre a sua convocação ou não.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Rollemberg.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, poderíamos dar os parabéns ao nobre Senador José Paulo Bisol, por seus 65 anos, hoje. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria que o Senador tivesse dito: sessenta e poucos anos.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Nelson Carneiro, V. Exª permite a prioridade?

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, todos nós que, um dia, acompanhamos o que ocorre no Direito Penal, sabemos que é muito comum aparecer sempre alguém que queira repetir o que outro já fez, antes dele, com o mesmo sucesso.

De modo que é prudente, antes de trazer aqui uma testemunha que pode desmoronar todo este edifício que estamos construindo, que se tenha um contato real, desapaixonado com esse motorista. Porque há a imagem, até agora, do motorista no caso Collor. Ele quer, também, um dia, a celebridade. Dez minutos de glória. E é preciso, então, que esta comissão seja isenta. Tenho o maior apreço ao Deputado Luiz Salomão, mas acho que ele não deve integrar esta comissão, exatamente porque ouviu. Ele será um elemento de coação junto a essa pessoa.

Devem ser três membros da comissão que não tenham tido contato, até agora, com ele, não saibam da sua decisão e, então, esses três terão um contato inicial, que tornará possível ou desnecessário o depoimento, porque pode até ser uma armação para destruir tudo o que estamos construindo.

Eu acho que devem ser três nomes, mas não deve ser incluído nesta comissão o nome do Deputado Luiz Salomão, porque senão ele será sempre apontado como alguém que influiu, para que ele mantivesse ou não o seu parecer.

Eu não conheço o motorista, não sei quem é, mas a lição de quem um dia leu o Direito Penal e o Direito Processual sabe que isso é comum, o sujeito fica vaidoso porque apareceu um que matou três ou quatro, e então ele quer repetir. Isso é muito comum.

Agora, nós devemos nomear três nomes, sem qualquer restrição pessoal ao Deputado Luiz Salomão, mas três nomes, dentre todos nós, eu me excluo, por motivo de idade, já é um sacrifício estar aqui o dia inteiro, mas acho que três nomes que não tenham tido nenhuma...

Aqui ele pode ser inquirido e contestado, aplaudido, que seja, nas suas declinações. Mas não podemos correr o risco de ele dizer, amanhã, que veio aqui porque foi coagido pelo Deputado Luiz Salomão, porque não queria mudar o que ele tinha dito em meu nome. Nomeamos três, nós somos 24 ou 22, 44, podemos escolher. É uma experiência de quem já foi, um dia, acidentalmente, advogado em processo criminal.

O SR. PAULO RAMOS (fora do microfone) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. PAULO RAMOS - Eu tenho uma convivência que posso dizer longa, com o Senador Nelson Carneiro ...

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG (fora do microfone) - Eu pedi a palavra, mas vou substituí-la, pela ordem, que é mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, precede tudo.

O SR. PAULO RAMOS - Desculpe-me, Deputado Roberto Rollemberg, eu não sabia que V. Exª ia usar a palavra. Eu tenho até...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando é uma questão de ordem, eu tenho que me basear no Regimento, para saber qual é o artigo. Quando é pela ordem, normalmente, é para chamar a atenção de alguma coisa que não está sendo feita corretamente na administração do fato. Eu tenho que ouvir.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, se for do mesmo tema relativo à observação feita pelo Senador Nelson Carneiro, eu cedo a vez ao Deputado Roberto Rollemberg e depois me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria melhor, porque acredito que V. Exª não reclamará contra a condução dos trabalhos; então, não é bem pela ordem.

Então, em nome da ordem, eu concedo a palavra ao Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, falou a sabedoria.

Isto é indiscutível, mas eu fico com o Deputado Mercadante. Imagine V. Exª, é claro, que respeitando a figura do Deputado Luiz Salomão, a palavra dele, indiscutível, não estou discutindo isso. Mas, realmente, há um processo, e os assuntos vão sendo discutidos. Exemplificou bem o Deputado Mercadante. Se houvesse uma declaração dele, uma manifestação que integrasse o processo, então teria sido referido, era um fato constatado publicamente e, portanto, pedir a oitiva estaria absolutamente regular.

Quero ressaltar o brilho do Deputado Salomão, mas vamos admitir a hipótese de que eu venha aqui e faça uma intervenção afirmando que conversei com um cidadão e que ele fez uma acusação.

Tenho informações de pessoas que estão me trazendo problemas e estou pedindo documentos para elas. E vou encaminhar à Mesa fatos, que acredito concretos, em relação à matéria.

Então, pela terceira vez, excluindo a questão de que não tenho dúvida nenhuma sobre a palavra do Deputado Luiz Salomão, considero o princípio é muito perigoso.

Imaginem se cada um de nós colhe uma informação - e hoje já me rebelei contra informações colhidas extra-oficialmente - e esse conjunto. de informações é transformado em depoimentos na CPI.

Então, suponhamos que nós - não vai ocorrer - tenhamos informações pessoais de casos e as transformemos em diligência da Comissão, quando há outras coisas, com precedência muito maior, já relatadas, discutidas, dúvidas com relação, por exemplo, ao "caso Normando", que absolutamente necessário. O pedido do Deputado Luiz Salomão de acareação é absolutamente importante em cima dos fatos.

Então, concordo com essa Comissão que vá ouvir, porque o Deputado Salomão falou. Mas que isso não seja uma decisão da Comissão em outros casos que ocorram; senão vai tornar-se difícil, e a credibilidade dessa convocação estaria submetida à pessoa do Deputado que levantou e nem mais um outro elemento que a Comissão possa obter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, iniciei falando que tinha uma convivência, que posso considerar longa, com o Senador Nelson Carneiro e, obviamente, na medida da convivência, é o apreço. Quanto mais longa é a convivência, maior é o apreço.

Mas tenho a impressão de que seria conveniente que da Comissão participasse o Deputado Luiz Alfredo Salomão, na medida em que o autor das declarações já estaria diante do próprio Parlamentar para o qual ele fez as afirmações.

Esta situação não representaria nenhum constrangimento, na medida em que se trata de uma Comissão de três membros para uma conversa que, podemos dizer, quase reservada.

Se houver qualquer recuo da parte do motorista, certamente que o Deputado Luiz Salomão não vai agredi-lo, não vai ter qualquer tipo de iniciativa que possa transformar o encontro em constrangimento.

Creio que, a bem da verdade, na busca da verdade, que seria conveniente a presença do Deputado Salomão como conhecedor da disposição expressa pelo motorista e já conhecedor de alguns fatos pelo próprio motorista transmitidos.

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que não está prejudicada a idéia de se constituir uma Comissão. Mas tenho um fato novo para expor a V. Exªs que talvez nos proporcione tomar essa decisão posteriormente.

Determinei, a pedido do Deputado Luiz Alfredo Salomão, que fosse dada garantia de vida ao motorista Eli Lopes Leitão.

Lastimo não estar com o documento original, porque o datei e pus a hora. Estou com a resposta do documento que foi autorizado pelo Presidente Inocêncio Oliveira, ainda no dia de hoje, sem hora indicada.

Acabo de receber da Coordenação da Segurança Legislativa esta informação que me foi trazida em mãos:

> "Em cumprimento à determinação formulada no presente expediente, informo a V. Exª que a Coordenação de Segurança Legislativa designou o agente de segurança Valeriano Sousa Júnior, ponto 3696, que na companhia de uma equipe composta de quatro agentes efetuou diligências nas dependências do Congresso Nacional, na rodoferroviária e na residência localizada na QI 9, Bloco "O", Apto 203, Guará I, com vistas à localização e custódia do servidor Eli Lopes Leitão, e o que o mesmo não foi localizado nos locais supramencionados."
>
> Então, pedi à coordenação que continuasse a tentar a localização pessoal e devo receber informação, pelo menos, antes da meia-noite de hoje, se foi feita ou não essa localização. As pessoas que foram contactadas não sabem informar se o Deputado viajou ou não no fim de semana.
>
> Deputado já é um vício agradável meu de tratar como tal as pessoas.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, não procuraram nem na **Veja**, nem na **ISTOÉ**, nem nos jornais? Tenho impressão de que esta Comissão, amanhã, antes de fazer o contato vai ler pelos jornais o que esse motorista terá a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É por uma razão que adito a preciosa informação do Deputado Klein. É que isso foi ouvido em cadeia nacional na hora em que o Deputado Luiz Salomão se referiu ao...

O SR. LUIZ SALOMÃO - O que foi ouvido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que foi ouvido? É que estávamos em reunião pública quando V. Exª falou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, isso, realmente, pode já estar, hoje, essa pessoa sendo procurada pela imprensa.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, apenas para esclarecer: se houvesse aquela brincadeira de chicotinho e queimado, diria que o Deputado Odacir Klein está muito perto da verdade, razão pela qual levantei o problema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, a primeira coisa que pergunto é a seguinte: enquanto não tivermos a confirmação da sua presença em Brasília, não é oportuno que não marquemos, desde logo, isso?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, só gostaria de dar algum esclarecimento, porque não ouvi a proposta do Senador Nelson Carneiro, porque, exatamente, estava atendendo um diretor...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esclareço V. Exª: S. Exª achou que a presença de V. Exª na Comissão poderia ser interpretada como um tipo de coação que o próprio motorista, depois, viesse a revelar. E foi nesse sentido que o Deputado Roberto Rollemberg disse que era a sabedoria do Senador Nelson Carneiro que falava. A minha impressão pessoal era que, imediatamente, V. Exª fizesse parte da Comissão antes de ouvir as ponderações, mas como vamos ter o prazo, pelo menos, até amanhã pela manhã, de tomar essa decisão, acho que podíamos deixar esse assunto aguardando solução.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria, Sr. Presidente, de dar um esclarecimento, porque considero oportuno: dar um esclarecimento porque ouvi muito bem o Deputado Roberto Rollemberg que, de resto, fez todas as ressalvas que a sua polidez costumeira recomendaria. Mas gostaria de trazer para os Membros da Comissão as circunstâncias, porque falei ali na pressão do depoimento. Então, gostaria de esclarecer, até por razões de ordem ética, o que aconteceu de fato. Cheguei terça-feira, num vôo que sai às 7h do Rio de Janeiro, vim cedo para ir à reunião com os Líderes, com os Presidentes das Mesas da Câmara e do Senado, para a discussão da instalação da CPI, e junto comigo veio o Deputado Carlos Lupi. Tentando tranqüilizar o Deputado Rollemberg, não é uma informação que circunstancialmente me chegou e utilizei aqui que ela serviria para desencadear esse ou aquele procedimento. Não! Tenho o testemunho do Deputado Carlos Lupi, que estava comigo e ouviu perplexo a conversa que foi travada.

Em segundo lugar, ele tomou a iniciativa, eu não perguntei absolutamente nada, de dizer: "Deputado, o senhor não acha que está precisando de um Eriberto nessa CPI"? O que me deixou perplexo!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi exatamente o que V. Exª disse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em segundo lugar, ele é que deu aquelas informações que já transmiti aqui e me disse que tinha sido motorista do Deputado João Alves, durante quatro anos e meio; já não o era desde que os Presidentes de Comissão perderam essa prerrogativa de ter carro de representação, e eu nunca imaginaria que aquele motorista tivesse trabalhado com o Sr. João Alves e soubesse da vida dele. Ainda assim, Sr. Presidente, não utilizei essa informação no início dos trabalhos desta Comissão, não propus que ele fosse convocado, não revelei que seria uma testemunha valiosa, não o procurei para pressioná-lo; apenas deixei que as coisas corressem para ver da oportunidade ou não, tanto que ele me pareceu um cidadão meio em busca daqueles 10 minutos de glória. Então, não confiei muito nele, mas na medida em que vi o Deputado João Alves fazendo determinadas afirmativas em função do que ele me havia dito, procurei confirmar, primeiro, se o banco que ele operava era o mesmo que o motorista me havia dito, e ele confirmou. Creio que esse é um elemento importante na informação.

Então, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: eu pretendia até poupar o Sr. Eli Lopes Leitão, porque se trata de um cidadão humilde, de um funcionário de baixo escalão na hierarquia da Câmara. Mas, diante das circunstâncias - pareceram-me graves - o Deputado, fazendo a contradita do que foi declarado, de uma forma não convincente, achei que era importante contrapor as informações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª recorda da resposta que o Deputado João Alves deu quando V. Exª tratou dessa matéria?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual matéria?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se ele era ou não motorista dele.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Reconheceu, mas a única coisa que S. Exª não confirmou é que ele mandou andar armado, e não levava dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª teve o cuidado de perguntar, logo em seguida, se o depoente tinha conta em um determinado banco.

O SR. LUIZ SALOMÃO - S. Exª confirmou que sim.

O SR. ALDO REBELO - Só para complementar, para lembrar.

De que recebeu o motorista com a esposa na sua residência há dois dias.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse que é o dado mais preocupante. Eu já sabia disso.

Então, Sr. Presidente, só quero dizer que acho importante que se faça uma prévia acareação com ele, uma entrevista com ele, para não haver aqui um espetáculo risível, como disse o Deputado Roberto Magalhães.

Não creio que a minha presença vai constrangê-lo, porque ele tomou a iniciativa de me contar. Não fui eu que quis extorquir dele essa informação.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, o nobre Deputado Luiz Salomão não ouviu a minha intervenção. De modo que quero repeti-la.

O pouco que aprendi de Direito Penal indica que sempre aparece alguém que quer ser o herói por algum tempo; quem sabe se esse cidadão não quer ser o herói por algum tempo, pelo antecedente recente do Egberto.

Esta parte determina que iria uma comissão de 3 membros, em que não tivesse presente aquele a quem ele confidenciou - não tipicamente, especialmente, o Deputado Luiz Salomão, a quem ele confidenciou - para que não houvesse constrangimento. Seria uma comissão de três membros desta Casa, que não serão designados por mim, mas pelo Presidente - estou excluído; dado a minha idade, não poderia entrar nesta comissão. Gostaria que fosse uma comissão tão isenta, sem isso representar nenhum demérito para o Deputado Luiz Salomão, porque, se o depoente amanhã dissesse que não disse nada ao Deputado Luiz Salomão, estaremos certos de que ele tinha dito e de que mentia na segunda vez. Mas, ele pode dizer que foi o Deputado Luiz Salomão que inventou e que ficou constrangido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas, tem outra testemunha.

O SR. NELSON CARNEIRO - Mas aí V. Exª já teria o segundo episódio que é procurar, se for necessário - acho que não seria, toda a comissão aceitaria a informação de V. Exª - o Deputado Carlos Lupe, que não precisaria nem depor, porque todos acreditamos na veracidade da informação de V. Exª.

Não acreditamos, porém - nós que não conhecemos o homem - que 48 ou 62 horas depois ele mantenha a mesma posição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de concluir essa matéria, porque, senão, vamos ficar sobre ela. Há informações mais recentes de que a família dele se considera apavorada, e ele desapareceu de lá na companhia de uma pessoa que a família não conhece; a família está preocupadíssima. Então, não podemos decidir nada neste momento.

Amanhã estaremos aqui às 9 e meia.

Passo ao segundo requerimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Tenho que me ausentar da Comissão e eu gostaria de fazer uma questão de ordem, que acho que é pertinente ao assunto.

No dia de ontem, quando estivemos na casa do Sr. José Carlos para pegar os documentos, pedi que a filha dele selecionasse todo o resto dos documentos que ainda ficaram lá para nos fornecer.

Tendo em vista que estou viajando ao meu Estado, pediria que um dos dois membros da Comissão - Senador Elcio Álvares está presente - entrasse em contato com o advogado, ainda hoje, ou com a filha dele, Drª. Adriana, porque ela deve ter selecionado outros documentos.

Como vamos trabalhar amanhã nesses documentos, seria muito importante que amanhã, pela manhã, alguém fosse até a residência e pegasse o resto dos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que é correto fazer esse contato. Não necessariamente pelo mesmos membros da diligência.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Pode ser qualquer um. Desculpe-me, é só porque eles estiveram lá, ela já os conhece e tem os nomes.

A segunda, como tenho de me ausentar, que V. Exª colocasse depois em votação o requerimento para a forma como, juridicamente, vamos pedir as contas telefônicas do Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é a profissão principal de V. Exª.

Engenheiro?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Advogado também? Então eu, que não o sou, fiz uma consulta ao nosso Relator e o Dr. Roberto disse-me que isso transgrediria um direito constitucional e que provavelmente só o juiz poderia... Não?

O SR. GILBERTO MIRANDA - A Comissão pode.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Comissão pode, mas por maioria absoluta do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então podemos passar já à votação.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Seria importante. Nós deveríamos pedir dele e de várias empreiteiras citadas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, há um requerimento que apresentei convocando a SEVAL... Mas não é esse da quebra de sigilo telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou ler os requerimentos de V. Exª agora.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem. Parece-me que é inteiramente procedente o pedido das contas telefônicas. Nós tivemos esse episódio também e não há nenhuma vedação constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu interpretei mal a lição do Dr. Roberto. Ele não diria isso.

O SR. ELCIO ALVARES - Perfeito. Eu complementaria, só para esclarecer V. Exª, se me permitisse, porque requerer de empreiteira é aleatório. Temos

o fato concreto, prestou um depoimento, há dúvidas no depoimento, temos um fundamento para requerer um levantamento das contas. Agora, se nessas contas levantadas acusar algum telefone de empreiteiras ou semelhantes, nós pediríamos das empreiteiras. Acho que é uma questão de prudência, porque, levantar sigilo bancário, pedir conta telefônica, apesar de não haver vedação constitucional expressa com relação à parte das contas telefônicas, acho que é uma coisa que tem que ser muito meditada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Submeto, imediatamente, à votação o requerimento.

O Plenário, se estiver de acordo, permaneça sentado. (Pausa)

Aprovado o requerimento, Senador.

Outro requerimento:

"Requeiro, na forma regimental, acareação entre o Deputado João Alves e o denunciante José Carlos Alves dos Santos. Requeiro igualmente seja ouvido o jornalista Policarpo Júnior, da revista **Veja**, em Brasília. Requeiro ainda seja ouvido o Sr. Pedro Parente, responsável pela nomeação e dispensa posterior do Sr. José Carlos Alves dos Santos relativamente ao Departamento de Orçamento da União.

Sala das Comissões, Cid Sabóia de Carvalho" - e uma assinatura anterior que não estou reconhecendo.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, gostaria de pronunciar-me a respeito desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É Cid Sabóia de Carvalho, traduzido em seguida. É este o requerimento. Eu não vou pô-lo logo em votação. Gostaria, primeiro, de dar um conhecimento a V. Exªs dos requerimentos que temos em mãos, para depois analisarmos, se cabe, desde já, tomarmos essa decisão ou se podemos amanhã, com o tempo que o Relator está pedindo, inclusive em virtude da necessidade de se fazer o estudo da constituição das subcomissões, tomarmos a nossa decisão.

"Requeiro, nos termos regimentais, sejam convocados a prestar depoimento junto a esta CPI os Srs. Deputado Estadual Antonio Imbassahí, Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, e Tales Nunes Sarmento, proprietário da Construtora Sérvia.

Justificação: movimentam contas fantasmas, com recursos provenientes de várias fontes, inclusive da empreiteira, conforme já apurado pela Polícia Federal, além de outras razões.

Deputado Paulo Ramos - creio eu - Deputado Federal."

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, pela ordem. Quero apresentar a V. Exª um requerimento no sentido de que a CPI tenha também acesso aos telefones do Dr. José Carlos Alves dos Santos, nos últimos dois anos, principalmente 1991, 1992 e começo deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu recebo o requerimento e devo antecipar que por analogia ele é perfeitamente compreensível.

O SR. ALDO REBELO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Outro requerimento.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, só para completar e detalhar. Essa lista de telefones do Dr. José Carlos não deve ser apenas de sua residência ou do seu escritório, mas também do Departamento de Orçamento da União onde ele trabalhou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E enquanto lá ele esteve.

O SR. ALDO REBELO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Outro requerimento. Este é de autoria do Deputado Luiz Salomão.

"Requeiro seja intimado o Sr. José Carlos Alves dos Santos para prestar novo depoimento perante a CPI, tendo em vista o surgimento, em decorrência de diligência realizada por membros desta Comissão na residência do depoente de provas documentais, bem como nova quantia em dólares, que configura fatos novos relativamente às informações prestadas no seu primeiro depoimento.

Esclareço, por oportuno, que o presente requerimento se justifica pelo fato de que o novo depoimento do referido cidadão é essencial para o deslinde das investigações e, dada a exigüidade de tempo que esta Comissão terá para realizar os seus trabalhos, deve ser colhido imediatamente após a oitiva do Deputado João Alves.

Gostaria de submeter à inteligência de meus ilustres pares uma impressão original que tive depois que a diligência foi cumprida. Receber e encontrar mais um milhão de dólares, para o objetivo que nós estamos procurando, certamente, não me pareceu, com desculpas pela minha pouca inteligência, tão importante para caracterizar exatamente a corrupção no Orçamento.

Mas muito importante, sim, esses documentos que já chegaram em parte e que, agora, pelo requerimento do Senador pelo Amazonas, nós teremos oportunidade de pedir à família. Porque inclusive, um documento que foi, como documento, dado a mim pelo Deputado Mercadante, depois de citado pelo Senador Gilberto Miranda, a mim não diz nada. Eu estou com ele em mãos. É apenas um pedaço de papel com vários nomes escritos, manuscritamente, creio eu que pelo próprio Sr. José Carlos. Ora, esse nomes, não digo censurados, de modo algum, mas, por uma coincidência desagradável,

são, além daqueles que foram nominados aqui pelo Sr. José Carlos, alguns que apareceram na imprensa de hoje. Como, por exemplo, nesta relação, o Sr. Senador Henrique Almeida; o Deputado Aleluia; o Deputado Manoel Castro, que está mandando, em conseqüência de publicação do seu nome, um documento a nós para se colocar à disposição da Comissão; o Deputado Tinoco; e creio que ainda o Deputado Manoel Moreira, que suponho que ontem não foi citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, os outros, só. Ora, isso não é bem o que se poderia chamar de um documento. De qualquer maneira - eu não chamaria papelucho - é um papel, como quando se pega, por exemplo, uma carteira, uma agenda de telefones. Então, pelo fato de alguém estar com o seu nome numa agenda de telefones de um criminoso, ser criminoso também, daí a necessidade de saber qual é o contato feito por telefone, mas qual teria sido a natureza desse contato. Então, seria muito importante, realmente, se houvesse tempo, como pediu o nosso Relator, para a análise desses papéis - porque o próprio depoente aqui declarou que não era organizado, que era atabalhoado na sua forma de atuar -, para que nós não caiamos, amanhã, numa crítica, não mereçamos uma crítica, e que pode nos atingir a todos. É preciso ter prudência nisso.

E eu passo ao Relator esse papel.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

Esse papel não significa nada, realmente. Significa um papel, um pequeno papel. Mas o fato de ter sido publicado na imprensa, na primeira página do jornal aqui de Brasília, acho que submeto à apreciação de V.Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão, Deputado Benito, o papel não foi publicado nos jornais.

O SR. BENITO GAMA - Não, o papel não foi publicado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os jornais disseram que mais nomes do que os que já tinham sido citados... Coincidentemente, estão aqui.

O SR. BENITO GAMA - Coincidentemente, como V.Exª falou aí agora... Eu não sabia desse papel que tinha esses nomes aí, porque ontem nenhum dos membros da Comissão me falou que tinha, nem deu conhecimento a nenhum dos membros.

Então, sugeria a V.Exª... Porque é um papel simples, comum, mas poderia fazer um exame grafotécnico para ver de quem é essa letra. Acho que é da maior importância, porque...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim; admitamos que o exame grafotécnico - que, por seu turno, não é tão preciso como se pensa, já tive experiências extremamente frustantes com a própria Polícia Federal - diga: "Sim, a letra é do Sr. José Carlos."

O SR. BENITO GAMA - Não prova nada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí, na hora da sua reinquirição, que me parece fatal, poderia perguntar-se a ele o porquê desse documento, por que escreveu esses nomes.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, isso não prova nada. Mas isso coincide com a preocupação de hoje aqui da politização da CPI. Então, associado com esse clima de politização partidária, inclusive, essa questão partidária, eu acho que é uma coisa reservada até por parte de V. Exª; não quero submeter com requerimento, mas acho que vale a pena porque, evidentemente, isso não foi por acaso. Ninguém aparece na primeira página de um jornal por acaso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por acaso não, mas por outras razões sim. E eu aprendi com o meu professor de cálculo - ainda agora falaram aqui de probabilidade - que não acaso; há probabilidades, nada acontece por acaso. Então, a probabilidade pode ter sido de se encontrar um papel em que ele estivesse tratando de outras coisas e assinou o nome de interessados. De maneira que mesmo sem o exame grafotécnico, se ele reconhecer, melhor ainda.

O outro requerimento do Deputado Luiz Salomão repara que sejam providenciados junto às companhias telefônicas competentes, os extratos das contas telefônicas do gabinete do Deputado João Alves - acho que já está deferido no gênero; da SEVAL - Serviço de Assessoria Ltda; da residência do Sr. José Carlos Alves dos Santos, que completa - ainda colocou aqui, creio eu, o Deputado Aldo; da residência do Sr. Normando Leite Cavalcanti, todos em Brasília; e da residência do Deputado João Alves, em Brasília e em Salvador, nos últimos 5 anos.

Requerimento, ainda, do Deputado Luiz Salomão: que todos os funcionários que estão ou estiveram lotados no gabinete do Deputado João Alves, nos últimos 5 anos, sejam intimados para depor.

Outro requerimento do Deputado Luiz Salomão, maior, para intimação de testemunhas: Ismaelita Maria Alves de Lima, brasileira, solteira, qualificada, residente na SQS 312; Iolanda Maria Brasil Aguiar; Célia Maria Abdala. Referidas pessoas trabalharam no Ministério da Ação Social ao tempo em era Ministra a Srª Margarina Maria Maia Procópio e ocupavam cargos estratégicos no que se refere à liberação de verbas orçamentárias. Ademais, todas elas confirmaram em depoimento prestado na Polícia Federal que conheceram o Sr. Normando Leite Cavalcanti, que o mesmo se apresentava como assessor do Deputado João Alves.

Por fim, vale lembrar, para justificar o pedido ora formulado, que também o Sr. José Carlos Alves do Santos mencionou em seu depoimento o nome dessas funcionárias como participantes do esquema dirigido por João Alves. Lembro-

me que até na ocasião perguntei se bastava a referência a esse prenome. Disseram-me que seria facilmente localizado.

Ainda do Deputado Luiz Salomão: que seja intimado o Sr. José Carlos Alves dos Santos, autor das denúncias, a prestar novo depoimento.

Do Deputado Sigmaringa Seixas:

"Por telefonema recebido de funcionária da Secretaria do Departamento de Orçamento Federal, tomei conhecimento de que naquela repartição existem agendas e anotações pessoais pertencentes ao Sr. José Carlos Alves dos Santos. Ainda por tal telefonema, fiquei informado de que possivelmente em tais agendas e anotações haja elementos que interessam ou interessem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por isso, requeiro que V. Exª determine a apreensão desses documentos para análise do eminente Relator e demais membros desta CPI."

Do nobre Deputado e ex-Ministro Lázaro Barboza:

"... que ouvido o Plenário se diligencie junto ao Poder Executivo as seguintes informações: quais os montantes e rubricas dos recursos federais liberados nos exercícios de 89, 90, 91 e 92 aos Municípios representados pelo Deputado João Alves. Nesses Municípios beneficiados, se há débitos, inadimplência ou irregularidades nas prestações de contas. Especificar quais.

Durante o período em que o Sr. José Carlos foi Diretor do Orçamento Geral da União, quais foram as obras de vulto, em quais Estados e quais os montantes liberados e dotações para cada uma delas, oriundos de emendas favorecidas por parlamentares ou de iniciativa do próprio Poder Executivo.

Finalmente, quais as empresas responsáveis pelas obras e quando tais obras foram iniciadas."

Ainda há mais um requerimento do Deputado Zaire Resende: "Que sejam convocados para prestar declaração os dois jornalistas da revista **Veja**. Na edição de 20 de outubro de 1993, afirmaram ter recebido a oferta de um automóvel zero quilômetro em troca da não-realização da entrevista". O ofertante seria o Deputado João Alves.

Alguém pode ser obrigado a dar uma entrevista?

Sobre Eli Lopes Leitão já foi lido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que recuperasse o requerimento relativo à quebra do sigilo telefônico, que abrangia os nomes que já foram aprovados, do ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. LUIZ SALOMÃO -.. Deputado João Alves, do Dr. José Carlos Alves Santos, mas que acrescenta Normando e SEVAL, para efeito de votação, porque exige **quorum.**

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

Nós estamos com **quorum** no momento, mas eu ia fazer uma proposta diferente.

O SR. ZAIRE RESENDE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ZAIRE RESENDE - Sr. Presidente, eu apresentei dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Existe o segundo, que estou acabando de começar a ler, Deputado.

O SR. ZAIRE RESENDE - Ah, então muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe V. Exª, mas não houve a menor intenção de não dar prioridade a V. Exª.

O SR. ZAIRE RESENDE - Eu não pedi prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não pediu, mas eu poderia ter dado e, indevidamente, a quem quer que seja.

Eu estou pegando aleatoriamente os documentos.

"Requeiro, nos termos regimentais, que seja anexada aos autos do processo cópia da sindicância que o Deputado João Alves diz ter aberto contra o denunciante, Sr. José Carlos Alves dos Santos."

O SR. EDUARDO SUPLICY - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY - É sobre esse tema, exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É sobre esse tema.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bom, eu obtive uma informação do gabinete da Presidência do Senado, da secretária da Comissão, e não há esse pedido de sindicância.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que eu, naquela hora, queria ter, perante o Deputado João Alves... porque não há registro, segundo a secretária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Houve um pedido, mas imediato, verbal, aqui, tanto que veio.

O atendimento...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu sei. Mas o que eu queria esclarecer, e a tempo e perante o Deputado João Alves, é que não há registro desse pedido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, dele, João Alves?

O SR. EDUARDO SUPLICY - É, não há...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, quando eu pedi a V. Exª que não prosseguisse, é porque me pareceu que V. Exª fez uma inquirição, como sempre com muita competência, depois com a mesma competência V. Exª passou papéis para que colegas perguntassem, e, com a mesma competência, V. Exª deixou pedidos ao Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não achei que, uma vez encerrada a reunião, ainda devesse V. Exª ter o direito de reinquirir para saber se era verdade ou não. Mas agora nós veremos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas é porque... os diversos... as perguntas que eu passei se referiam a cinco outros assuntos.

Esse era um sexto e último assunto, porque a informação só chegou ao final...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas...

O SR. EDUARDO SUPLICY - ... e naquele instante último.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós teremos que chamar de novo, obrigar o depoente.

Quero fazer a seguinte proposta: o nosso Relator está com inúmeros encargos, que são maiores que os nossos: tem que analisar documentos, tem que verificar a constituição das subcomissões, porque é importante que elas estejam preparadas, e eu proporia entregar esses requerimentos ao Relator, ele faria uma análise, aí, sim, numa prioridade de importância, e nos proporia, amanhã, o que votarmos pela manhã, em vez de votarmos agora.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço a V. Exª que excepcione apenas o requerimento referente à quebra do sigilo telefônico, que não foi votado e tinha nomes que não foram votados, que precisa de **quorum**, porque amanhã não podemos garantir a presença de todos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu queria ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós votamos o primeiro com **quorum**, não foi?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que só pediu a quebra de sigilo bancário do João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Depois, o Deputado Aldo pediu a do Sr. José Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas se não houver **quorum**, eu não submeto.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, o senhor não entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece que V. Exª tem.. julgado sem **quorum**, não é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não, não, não. Foram dados com **quorum**, mas há outros nomes no meu requerimento que precisariam ser votados agora, ainda com **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ah, sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu queria ponderar que amanhã certamente não haverá **quorum**, aliás, nem haverá reunião, provavelmente, porque vamos tratar de analisar os documentos.

Então, ficar para amanhã é ficar para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, seria melhor marcar a reunião para segunda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Talvez se pudessem selecionar alguns e aprovar logo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só o do telefônico, e da SEVAL que pode ser processado na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bem, eu já estou inclinado a mudar a minha orientação inicial.

Vou ouvir, sempre com o mesmo agrado, o Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, preliminarmente, pela palavra do Relator, eu queria que V. Exª nos desse uma orientação, porque todos precisamos pedir alvará para as mulheres, no final de semana. Dessa forma, gostaríamos que V. Exª anunciasse as atividades da Comissão para ver se poderemos nos deslocar, sem prejuízo dos nossos trabalhos.

Em relação a esses requerimentos, eu queria fazer uma proposta. Acho que eles deviam ir todos para a Mesa, ouvidos o Presidente, o Vice-Presidente, e o Relator, fundamentalmente. Aqueles que fossem admitidos pelo Relator, não seriam votados, os que fossem rejeitados, seriam submetidos ao Plenário e, no caso de alguém do Plenário não concordar com a admissão do requerimento, por decisão do Relator, pediria que viesse a votação. Acho que o Relator está por dentro da matéria que é

absolutamente necessária e o que fosse rejeitado por ele, é claro, que o Plenário se manifestaria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só tenho uma dúvida, Deputado Roberto Rollemberg, a respeito.

Primeiro, quero informar a V. Exª que exatamente o objetivo de eu haver pedido para que permanecêssemos aqui é para saber o que irá acontecer conosco nas próximas 48 horas, mas só depois das decisões;

Segundo: é que o requerimento a que V. Exª se refere, que pode ser ao arbítrio do Relator, desde que não seja de convocação para depoimento, porque a convocação para depoimento exige que o Plenário aprove.

O SR. ELCIO ALVARES - E que aprove por maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por maioria absoluta.

Está aqui, se V. Exªs aceitam, diante... Bom quando fomos designados para cá, numa reunião de Líderes, presentes na Câmara, houve uma proposta para que nestes 45 dias não saíssemos de Brasília. Mas foi uma proposta inócua, porque não podemos também ficar se não temos o que, desde logo, nos deter sobre o trabalho.

Aceitam V. Exªs que eu, diferentemente do que havia proposto em face da urgência que requer o Deputado Luiz Salomão, ponha em votação já a extensão do sigilo bancário, da quebra do sigilo bancário, as contas telefônicas da SEVAL...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso não é sigilo bancário, mas telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Telefônico. Desculpe, mas é que já estou realmente... Não vou atacar o meu velho e querido amigo Montoro, mas já estou meio com "montorite."

Acho que aqui, pelo menos, eu posso brincar, porque esse é o drama que tenho. Não sou Bacharel, não sou... Fui Ministro da Justiça num País estranho. Mas, de qualquer maneira, quando me conduzi aqui, no primeiro dia, V. Exªs hão de verificar que no segundo dia modifiquei o meu comportamento, porque aqui, parece, se deu um quadro de que isto era uma Vara de Juízo e deveria haver Magistratura absoluta, austeridade total e nenhum tipo daquilo que o Senador José Paulo Bisol chamou de gotas de humor.

Tenho a impressão de que a partir do momento em que usemos esse tipo de processo, até de sistemática disposição para aliviar as tensões e recolher de novo o pensamento, desde que não tangencie o deboche, não tem porque ser razão de crítica. Não entendo! Não posso me transformar, subitamente, naquilo que é a vida do Senador e nosso Mestre, Nelson Carneiro, que foi, através do Judiciário, fazer a defesa das suas causas. Mostrei, por exemplo, aqui, que pela televisão, como vimos no caso daqueles supostos assassinos da Candelária, a meritíssima Juíza não permitiu a entrada de qualquer órgão de comunicação de massa. À porta eles foram introduzidos ainda com as algemas e nenhum jornalista, radialista, ou pessoa de televisão teve acesso. Respondi até a uma interpelação do Deputado, mostrando que, no nosso caso, sentíamos que havia necessidade, porque nós, no Congresso, estávamos colocados sob dúvida. E se dermos a impressão de que estamos, de algum modo, aliviando - uma leviandade foi escrita no **Estado de S. Paulo**: que era meu objetivo, embora sem pedir apuração, mas aliviar as coisas dentro da CPI - era preciso dar resposta pronta a isso.

Eu me submeto a V. Exªs, já recebi informações, vou tentar ser aquilo que não sou: um austero na hora em que a boa piada pode aparecer para aliviar a tensão na Casa.

Então, SEVAL e residência do Sr. Normando Leite Cavalcante, todos em Brasília.

As extensões, portanto, em relação ao Deputado João Alves são: as ligações telefônicas, SEVAL, José Carlos Alves dos Santos - e aí tem o acréscimo que foi feito oportunamente pelo Deputado Aldo não apenas na residência, mas também aquelas que ele terá feito no DOU - e do senhor Normando Leite Cavalcante, se os Srs. Congressistas estiverem de acordo.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, pela ordem, antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. BENITO GAMA - Já tem os números desses telefones?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não.

Porque, às vezes, ele pode ser dono de um telefone e estar alugado, criando algum problema, um constrangimento para a própria CPI.

Talvez fosse interessante identificar os números.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas isto prejudicaria a votação imediata?

O SR. BENITO GAMA - Não, estou apenas lembrando, sob pena de cometermos um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque, apesar da extrema competência do Deputado Luiz Salomão, que apresentou vários requerimentos agora, naturalmente não caberia a S. Exª saber os números dos telefones.

Estão de acordo? Peço aos que estiverem de acordo com a votação desse encaminhamento permaneçam como se encontram.

Está contra?

O SR. JOÃO ALMEIDA - Sr. Presidente, só para não perder a oportunidade: não sei como foi feito na CPI anterior, mas seria interessante tentar obter

esses dados sobre telefones em meio magnético para facilitar depois a eventual confrontação.

Parece-me que no início da Comissão do Collor houve uma dificuldade infernal, porque chegavam as coisas difíceis de ler. Em meio magnético, pode ser possibilitado logo o processamento eletrônico e o cruzamento mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ver a experiência do Presidente Benito Gama, que presidiu a CPI anterior.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegavam cópias xerox das próprias contas - o senhor falou em meio magnético -, até porque, depois - faz parte do processo - essas contas têm que fazer parte do processo, têm que ser anexadas ao processo. Logo, colocar disco de computador no processo é meio complicado, acho que nem é possível.

Para facilitar autuar o documento, seria melhor a cópia xerox das contas, foi assim que foi feito na CPI.

O SR. DEPUTADO - Sr. Presidente, uma informação.

Gostaria de saber se a Comissão já dispõe de assessores.

Foram requisitados ou não assessores? Não tenho visto assessores. A Comissão dispõe de assessores? Parece-me que o trabalho é gigantesco, pelo volume de solicitações de depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu, Deputado?

O SR. DEPUTADO - Estou só concluindo, porque, pelo volume de depoimentos... Passamos dez horas ouvindo uma pessoa. Pelo volume de depoimentos que vão chegar, parece-me que vai haver um trabalho de retaguarda importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Informo a V. Exª, em termos de logística, que pedimos - encontram-se aqui, não nas reuniões internas - três Procuradores da República, um Inspetor Geral do Tribunal de Contas da União e um especialista em análise de orçamento; encontram-se três assessores que fizeram concurso para da Assessoria do Senado Federal e encontram-se os assessores de que os Gabinetes dispõem e mais ainda o PRODASEN, inteiramente à nossa disposição. Suponho que será o momento exato de caracterizar o que é preciso mais a fazer a partir do instante em que o nosso Relator-Geral faça a constituição das subcomissões. Então, há subcomissões para banco, por exemplo; então, a partir desse momento, verificar quem poderia nos assessorar.

A intervenção de V. Exª é inteiramente procedente.

Ainda há pouco, recebi um telefonema no sentido de que estava em mãos de um delegado da Polícia do Distrito Federal documentos que teriam sidos apreendidos e que interessavam para esta Comissão; o que de algum modo leva a invalidar a dúvida que tinha o Senador Gilbert Miranda de que a Polícia nos entregasse o documento.

Então, dei instruções para que viessem para cá, neste momento; encontram-se aqui e vamos recebê-los.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O delegado não é da Polícia Federal, não. É da Polícia Civil, especializada em homicídios.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exatamente. Polícia Civil, especializada em homicídios no Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO - A apreensão foi feita onde, Sr. Presidente?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eles passaram 24 horas antes da nossa; quando chegamos lá estava tudo desarrumado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo. Agora, para aliviar as pessoas que estão aí, seria bom recebermos e lavrarmos o termo de recebimento, se permitem V. Exªs ou... não sei... corro riscos.

O SR. DEPUTADO - Para o problema de documentos, adotamos o seguinte critério - com a assinatura de todo o mundo -: lacramos, colocamos numa mala e trouxemos.

Agora, evidentemente, houve dinheiro, há objetos, tiraram máquina de filmar - uma série de coisas a nível de polícia - para recebermos essa documentação, se eles já nos trouxessem realmente uma discriminação, facilitando-nos, seria mais fácil para identificarmos - parece-me. Agora, para recebermos o documento em bruto, para, depois, apurarmos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ou, então, lacrar no momento que chegar.

O SR. DEPUTADO - A sua lembrança é preciosa. Faremos o seguinte: eles rubricam e, a partir dali, pediríamos a eles que viessem no dia em que abríssemos, e nos certificaríamos da existência do documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Enquanto pensamos isso, quero ainda passar a submeter se vale votar, neste instante, o que propõe o Deputado Sigmaringa Seixas, de que, conforme li antes, S. Exª recebeu telefonema de uma funcionária da Secretaria do Orçamento Federal no sentido de que existem agendas e anotações pessoais do Sr. José Carlos Alves dos Santos lá; e que tal telefonema também informou que possivelmente em tais agendas e anotações hajam elementos que interessem esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Requer a apreensão desses documentos.

Não sei se dou, no sábado, o trabalho, e podemos talvez, se em uma urgência urgentíssima, deixar isso para ser deferido para a nossa reunião de segunda-feira.

Como pensam V. Exªs?

O SR. ELCIO ALVARES (Fora do microfone) - Não precisava prever, já que ele fez aquelas declarações de boa vontade, mas pedir que ele nos passasse o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, mas agora estão no DOU, são documentos não mais pessoais dele.

O SR. DEPUTADO - Sr. Presidente, pediria a palavra para dizer o seguinte: essa situação é muito mais delicada do que a anterior.

Na anterior, os documentos estavam com a família e ele autorizou à família a entregar. Agora os documentos estão com funcionários de uma repartição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas dizem que são anotações pessoais: são pessoais, mas funcionais.

O SR. DEPUTADO - Pessoais! Acredito que não devemos apanhar esses documentos sem que o Sr. José Carlos manifeste nova concordância.

O SR. ELCIO ALVARES - Estou inteiramente de acordo; mas penso que a maneira mais prática - e aquela declaração dele foi muito ampla - é renovarmos a declaração dada por ele, se são apontamentos pessoais; se for agenda da repartição, evidentemente, não pertence a ele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aqui está um ofício do Coronel Brochado sobre essa matéria.

O SR. DEPUTADO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª quer falar antes.

O SR. DEPUTADO - É uma questão de ordem sobre os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO - Sr. Presidente, do que ouvimos dos depoentes, principalmente do Sr. José Carlos, nos induz que o problema do Sr. José Carlos, tantos recursos em dólares encontrados na sua casa, não seja exclusivamente relacionado com o Congresso Nacional, até mesmo porque a Polícia já encontrou indícios de cocaína no avião que estaria ligado a ele, em forma de propriedade, de aluguel.

Então, para evitar que o Congresso Nacional e, particularmente, esta Comissão, seja surpreendida amanhã com um fato novo, que coloque em dificuldade todo o trabalho que está sendo elaborado por esta Comissão, parece-me interessante que V. Exª, que a Mesa Diretora dos trabalhos desta Comissão, de alguma forma, procure monitorar os diligenciamentos que estão sendo feitos pela Polícia Federal, pela Polícia Civil de Brasília, com relação aos outros problemas do Sr. José Carlos: ao problema do desaparecimento da sua esposa e ao problema possivelmente de relacionamento com tráfico de drogas. Por exemplo, pode ser o caso que grande parte desse dinheiro não seja proveniente de propinas decorrentes de trabalho dele aqui e no Executivo, mas sim de ligações na área relacionada com a droga.

De forma que o que eu queria colocar aqui, como uma questão de ordem para a apreciação de V. Exª e da Mesa, era encontrar alguma maneira de que esta Comissão não fosse surpreendida. Algum sistema de monitoramento, que poderia ser através de uma subcomissão, já que contamos com pessoas que entendem bem da parte jurídica e processual, com experiência nessa área legal. Enfim, queríamos levar essa preocupação à Mesa e aos companheiros de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a cooperação de V. Exª, nobre Deputado.

Na minha velha escola do Estado Maior, quando o professor ou o instrutor não se punha logo de acordo, dizia: "É uma idéia"!

Vou tomar a sugestão de V. Exª como uma idéia, e nós a discutiremos em seguida, certos de que a preocupação de V. Exª é exatamente cautelar em relação a nós.

Peço ao Senador Elcio Alvares se pode ler ou pode ouvir, com certeza, porque está constando como anexo ao ofício do Coronel Brochado. Ele diz que:

> «Com com vistas à instrução do inquérito que se processa na CPI para apurar denúncias feitas por José Carlos Alves dos Santos, encaminho cópia do auto de apreensão e apresentação - auto de apresentação e apreensão -, lavrada na Delegacia de Falsificações e Defraudações da Polícia Civil do Distrito Federal, bem assim o respectivo material apreendido na residência do citado indiciado.
>
> Outrossim, solicito ainda a V. Exª que, após análise do referido material e extraídas as cópias porventura necessárias, seja o mesmo restituído a esta Secretaria, tendo em vista o prosseguimento das investigações, objeto do Inquérito Policial nº tal a que está vinculado".

No que leio aqui, há uma espécie de definição do que é constante desse auto de apresentação. Fala: dotado, qualificações e depois diz:

> "Os documentos descritos pela autoridade foram apreendidos para os devidos fins. Um livro de título: Orçamento da União ao Exercício Financeiro de 93 - Projeto de Lei; um livro de título: Orçamento da União ao Exercício Financeiro 93 - Projeto de Lei; Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, volume I; um livro de título: Orçamento da União, Exercício Financeiro de 93 - Projeto de Lei; Orçamento Fiscal da Seguridade Social, volume II; um livro de título: Orçamentos da União, Exercício Financeiro de 93..."

E assim segue toda a relação, talvez com aquela idéia que parece que V.

Exª colheu. Entregue isso lacrado; quando nós abríssemos, iríamos conferir item por item.

O SR. ELCIO ALVARES - Eu tenho a impressão de que são os próprios Orçamentos. Nós encontramos vários...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de fazê-los já.

O SR. ELCIO ALVARES - Pelo que estou vendo aí, a parte realmente pessoal que ele guardava à chave ficou conosco. Isso aí deve ser alguns avulsos de Orçamento. Mas não teria problema nenhum, porque estão nominados, e há pouca coisa, parece-me.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu solicito aos membros titulares e suplentes que não se retirem, imediatamente, embora já esteja previsto que a nossa reunião vai terminar, porque tenho um assunto importante que faz referência a um membro Titular da CPI, que é..

Ainda, assim, solicito a atenção para o seguinte - peço ao nosso Relator, ao Vice-Presidente e a todos que ouçam isto: da Câmara dos Deputados recebi, a mim dirigido, como Presidente da CPI, uma carta do Deputado Jaques Wagner.

> "Tendo em consideração que o Deputado Mário Chermont (PP-PA), membro efetivo da CPI do Orçamento, quando foi Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, se envolveu em várias irregularidades como a aquisição" - peço que não distribuam material no momento - logo em seguida será distribuído - "irregularidades como a aquisição de material de consumo sem licitação, contratação irregular de funcionários, promoção irregular de servidores com utilização de diplomas falsos, execução de obras de engenharia sem a necessária licitação, além de outras irregularidades - veja anexo recorte de jornal **O Liberal e Diário do Pará** - dirijo-me a V. Exª para ponderar que este não é um currículo apropriado para quem recebeu a missão de moralizar o Poder Legislativo.
>
> Diante do exposto, solicito a V. Exª que tome providências no sentido de substituir o Deputado Mário Chermont da CPI do Orçamento.
>
> Atenciosamente, Deputado Jaques Wagner.

O que está, aqui, como anexo, é o jornal - é uma página do jornal - e a minha decisão, a menos que não referendada por V. Exªs, é, no máximo, remeter isto ao Partido de origem do Deputado Mário Chermont.

O SR. ELCIO ALVARES - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque não há nenhuma prova concreta de inquérito que tenha sido feito ou mais que comprometa S. Exª, perante nós, liminarmente.

Estão de acordo.

O SR. LUIZ ALBERTO - (fora do microfone) - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu, pessoalmente, posso, assim, dizer, porque conheço o do Deputado Mário Chermont que foi Presidente da Assembléia - inclusive da Assembléia Legislativa do Pará. Foi esse mesmo Parlamentar, sem integridade parlamentar... - especialmente o Deputado Mário Chermont. Voto integralmente e congratulo com V. Exª pela decisão que V. Exª toma em relação ao Deputado Mário Chermont e espero que este seja uma decisão que V. Exª adote, também, em relação a quaisquer outras...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª já antecipou o que vai acontecer.

Com a palavra o Sr. Deputado Mário Chermont que pediu a palavra.

O SR. MÁRIO CHERMONT - Eu quero, como já tive a oportunidade de me antecipar a este Ofício - porque fui informado - eu gostaria até de receber, também, o documento para folhear. Agora, eu tenho que dizer, aqui, que eu jamais fui às barras da Justiça, em qualquer instância e em qualquer tempo. Nada recebi. Agora, eu repudio, justamente, aquele problema político provinciano.

O SR. ZAIRE RESENDE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Zaire Resende.

O SR. ZAIRE RESENDE - É apenas para dar uma notícia: o Repórter Alexandre Garcia divulgou, recentemente, pela Rede Globo, que o Deputado João Alves, somente neste ano, nas várias loterias, ganhou 56 vezes, num total de mais ou menos 1 milhão e 400 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, é apenas para dar, aqui, o meu testemunho, colega que fui do Deputado Mário Chermont - ainda Deputado Estadual no Pará. Embora adversário político, eu quero dizer que isto, aí, realmente, não passa de uma vindita pessoal com relação ao Deputado Mário Chermont. Fui Deputado Estadual, tive com S. Exª alguns embates, mas, em nenhum momento, pude identificar um desvio da sua conduta como Presidente da Assembléia nos trabalhos daquela Casa; por isso, quero apenas solidarizar-me com mais um companheiro, como outros que poderão ser vítimas desse tipo de procedimento daqueles que não tiveram, às vezes, competência para estar aqui, hoje, falando em nome do povo do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como V. Exª disse que era uma mentira...

O SR. LUIZ ALBERTO - Uma vindita pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma vindita?! Ah, bem! Pensei que era mentira porque me surgiu um pouco...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...de Machado de Assis que diz que a mentira é a inverdade de gravata. Mas se é vindita, é outra coisa. Também sou adversário político do Deputado Mário Chermont no Pará. Agora que a nossa decisão foi tomada, ouço o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Já foi tomada a decisão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi. Pedi que os que estivessem de acordo se manifestassem, para que isso fosse remetido ao Partido de origem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se já foi tomada a decisão, então não tenho mais o que dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, por analogia, lembrado pelo Senador Luiz Alberto, o Deputado Wagner também entra com outro pedido para fazer substituir o Deputado Pedro Pavão, porque ele admitiu - consideração do Deputado Pedro Pavão -: admitiu a **Folha de São Paulo**, edição de 10/08/93, recorte anexo, que utilizou o dinheiro oriundo do esquema pau- brasil para financiar a sua eleição em 90, solicito a V.Exª que tome providências cabíveis, no sentido de substituir esse Membro efetivo da CPI de Orçamento, uma vez que ter mãos limpas é condição essencial para que o Parlamentar possa atuar com isenção nessa Comissão fundamental para resgatar a imagem.

V. Exª já se antecipou, e acredito que a decisão que eu tomaria seria a mesma.

Remeto ao Partido, que tem o direito de indicá-lo e só o Partido tem o poder de substituí-lo, para que considere o que aqui se consta. Receio que estejamos beirando um processo macarthista. Não diria isso do Deputado Wagner, que conheço pouco mas do pouco que conheço leva-me a ter por ele apreço.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, apenas para aduzir. Esse processo é tão absurdo que vamos supor que, amanhã ou depois, um Parlamentar, adversário do eminente Senador Eduardo Suplicy, levante uma possível irregularidade da época em que S. Exª presidiu, com muito brilhantismo, a Câmara Municipal de São Paulo, solicite que V. Exª substitua o Senador Eduardo Suplicy. Como nós vamos ficar? (inaudível) arquivado por V.Exª e é até de uma forma cabal pela Presidência, manifestando o desagrado de todos os parlamentares com esse tipo de denúncia infundada ou fundada em recortes de jornal, com um claro objetivo político.

Lamento que o Deputado Wagner tenha esse tipo de comportamento no Congresso.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, só para aduzir. Tivemos um fato exatamente idêntico a esse na CPI do PC Farias. O Deputado Roberto Jefferson e o Senador Eduardo Suplicy tiveram um problema, aqui nesta sala, e trocaram realmente insultos, ou foi somente de um lado, acho que foi somente do Roberto Jefferson, e foi pedido pela própria Comissão para que fosse substituído o Roberto Jefferson etc. e tal. Mas nem encaminhamos ao Partido porque o PTB, quando soube, invocou exatamente o direito de o Partido indicar e substituir quem ele queira.

Assim, já tivemos um precedente na CPI do PC, e se tentar insinuar para os Partidos dá um problema político da maior gravidade.

Mandei abrir a sindicância; mas, depois, pediu desculpa. Mas a questão maior era essa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria apenas de salientar por que razão, diferentemente de um impulso que o meu querido colega e amigo Relator Roberto Magalhães teria de mandar pura e simplesmente arquivar. Segundo a mulher de César, sacrificada inutilmente, porque parece que até prevaricadora não foi, surgiu aquela velha frase: "que à mulher de César não basta ser honesta, precisa parecer ser honesta". Então, a aparência é fundamental.

Não sei se estou exagerando quando falo com V. Exª a respeito de nós. Se eu tomasse uma atitude de arquivar, desde logo, poderíamos ser inquinados, amanhã, de não estar dando a menor atenção à denúncia de um Deputado e possivelmente até fragilizando as decisões que vamos tomar.

Assim, não. A CPI tomou conhecimento, não se trata de nenhum inquérito a nós transmitido, de nenhuma condenação; é uma folha de jornal. E o Partido então terá oportunidade de considerar, dentro do Partido, a condição de cada um.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, quero dizer que vou transmitir a reflexão que ouvi dos membros da CPI e dialogarei, propondo uma atitude de maior bom-senso neste caso ao meu companheiro, Deputado Jaques Wagner, uma vez que os fatos aí citados não são fatos concluídos, apurados, são notícias de jornais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Acho que agora podemos receber o emissário da Polícia Civil e, em seguida, se V.Exªs não protestarem, encerraremos a reunião, para marcar amanhã às 9h30min.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, agradeceria se marcássemos o calendário do início da semana, porque amanhã é uma reunião informal e não há... A não ser que V.Exª esteja convocando...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, amanhã a reunião não é tão informal, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu tinha entendido que era uma reunião dos voluntários, para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí, então, complicou.

O SR. DEPUTADO - O que acontece é que o Presidente não formalizou a designação da comissão.

O SR. DEPUTADO - Gostaria de fazer uma sugestão. O Deputado Roberto Rollemberg aqui falou que todos nós precisamos nos comunicar com nossas famílias sobre nosso destino neste final de semana. Então, queria fazer uma proposição de bom-senso, também para as famílias de todos nós, qual seja: o que faremos na segunda-feira? Isso pode ser decidido antes disto aqui. Alguns talvez tenham que viajar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é a dúvida que tenho, Senador. Se dei uma série de problemas para a cogitação pessoal do Relator, ele vai sugerir qual é o próximo depoente.

Já tivemos dúvida sobre a questão de discutir se cabia ou não ouvir o depoimento do motorista. Então, se quisermos, podemos, sim, tomar uma decisão. Querem decidir que o próximo seja logo na segunda-feira? O Sr. Normando, por exemplo? Foi proposto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Aí seria interessante propor um horário. Digamos, se for segunda-feira, às 15h, quem quiser viajar pode voltar segunda às 15h.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, uma objeção em relação à velocidade, à celeridade. Evidente que vamos nos submeter às regras do processo. Se o Sr. Normando estiver de acordo, vamos ter o depoimento dele segunda-feira; se não estiver de acordo, vamos ter que obedecer um determinado prazo. É razoável, até para a pessoa se preparar para o depoimento. Então, o que eu quero ponderar é o seguinte: os voluntários viriam amanhã; agora, segunda-feira estaríamos aqui. E aí emendaríamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E V.Exª poderia marcar o horário de segunda-feira.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, o depoimento do Normando, se houver contato e ele concordar, sugiro que seja às 10h de segunda-feira. Agora, é importante verificar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Suplicy, que mora muito longe de Brasília, pediu que fosse à tarde.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se for às 10h, eu venho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sei que V.Exª é extremamente assíduo e freqüente.

O SR. ELCIO ALVARES - Segunda-feira, às 10h, todo mundo aqui.

O SR. DEPUTADO - Não, segunda-feira, às 10h, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há horário de avião etc. O que eu poderia sugerir seria o seguinte: se aprovado já pelo Plenário que o próximo depoente será o Sr. Normando, levando em consideração que o Deputado João Alves tem prerrogativas de lei que lhe permitiriam dizer que tem o direito de negociar data, local e hora, e não vir, e veio, creio que este senhor, que mora em Brasília, inclusive, não tenha nenhuma objeção.

Então, a partir daí seria inevitavelmente anunciado que a nossa reunião concluiu por chamar o Sr. Normando na segunda-feira. Se ele não vier, explicará por quê. Caso ele possa vir, nós o chamaríamos para as 15h.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - De acordo, mas com um acréscimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª não está de acordo, pois levantou a mão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Exato, porque tenho um acréscimo.

O SR. ELCIO ALVARES - Então vou fazer um apelo: quando V.Exª encaminhar a votação, não levante o braço, porque é instintivo, todo mundo levanta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho um acréscimo: se a Comissão que ouvirá o motorista chegar à conclusão que é importante o depoimento dele, talvez ele possa ser ouvido ao final do depoimento do Sr. Normando, na própria segunda-feira.

Caso a comissão decida que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdoe-me.

Para convocar é preciso que o Plenário, por maioria absoluta, vote.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, às 15 horas, o Sr. Normando. Fica decidido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não está votado porque o cavalheiro está como uma canção de Coimbra: "Ninguém vê e ninguém sabe onde está."

Deputado Zaire Resende, antes...

O SR. ZAIRE RESENDE - Era só para levar esse problema que o Senador Eduardo Suplicy levantou.

Seria importante se nós pudéssemos adiantar, também, o depoimento do motorista.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós esperamos até hoje, a meia noite, caso não esteja em Brasília, teremos dificuldades e, mais ainda, houve dúvidas se esse depoimento seria imperativo ser logo em seguida.

Nós vamos nos dividir aqui na comissão.

Vamos deixar que fique marcado para segunda-feira o Sr. Normando e teremos a semana para prosseguirmos.

O SR. DEPUTADO - Sr. Presidente, ficou decido que uma comissão ouviria o motorista.

Só que não foram designados os membros, surgiu uma questão quanto à indicação ou não do Deputado Luiz Salomão e terminamos não resolvendo nada.

V. Exª. poderia designar agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fiquei, naturalmente, com um certo obstáculo a partir da ponderação, como sempre magistral, do nobre Senador Nelson Carneiro, mas vou ter a audácia de não acompanhar o pensamento de S. Exª. e considerar que essa comissão; pergunto antes disso quem vai permanecer em Brasília, com certeza, neste fim de semana?

Então, o Deputado Nelson, o Deputado Benito Gama, acompanhariam o Deputado Luiz Salomão na tentativa de encontrar esse senhor e ouvi-lo previamente.

Não abandonem o recinto por obséquio.

Nós temos de pedir ao Senador Elcio Alvares que se junte ao nosso relator para receber essa documentação, uma vez que V. Exª. foi o autor daquela sugestão muito oportuna.

Vamos recebê-las e em seguida ficaremos livres.

Eu estava pensando em fazer uma reunião amanhã, mas o nobre relator preferiu convocar voluntários. Não quero ser repetitivo, mas V. Exª. que é Ney e conhece a vida de Napoleão, ontem citei um fato que é ligado com um alagoano chamado Floriano Peixoto. Quando foi ele chamado para fazer com que o batalhão, que correu da guerra contra os paraguaios, deram-lhe o comando e que ele mudasse quem ele quisesse. Ele disse que não mudava ninguém. Colocou o batalhão em exercícios de baixo de tiros, depois fez com que todos ficassem parados em cima de um imenso formigueiro, que ele mandou excitar, eram formigas de fogo, todos não puderam se mexer, ele, inclusive, quando percebeu que todos tinham capacidade de dominar a dor, então, ele disse: "Esse batalhão, amanhã, atacará na linha mais perigosa do ataque, na vanguarda. Capitão fulano de tal, fora de forma. V. Exª. é o primeiro dos 10 voluntários que preciso. Nomeie os outros 9."

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 6ª. Reunião, realizada em 25 de outubro de 1993.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às quinze horas e cinqüenta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Pedro Teixeira, Wilson Martins, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, Magno Bacelar, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Roberto Jefferson, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo, Sérgio

Miranda, Nelson Trad e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados José Genoíno, Vivaldo Barbosa, Robson Tuma, Moroni Torgan, Maurílio Ferreira Lima, Paulo Bernardo, Wilson Müller, Deputadas Socorro Gomes, Beth Azize e Márcia Cibilis, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, da impossibilidade do Senhor Normando Leite, está presente para depor no dia de hoje, informando que será improrrogável sua presença amanhã às nove horas e trinta minutos. Após breves comunicações, usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Maurílio Ferreira Lima, Luiz Salomão, Vivaldo Barbosa, Fernando Freire, Luiz Máximo e a Senhora Deputada Socorro Gomes. Com a palavra, o Senhor Deputado Aloízio Mercadante, encaminha à Mesa requerimento de quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico dos ex-Ministros Maria Margarida Maia Procópio, Carlos Alberto Chiarelli; dos Ministros de Estado Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves, Alexandre Costa; dos Senadores Humberto Lucena, Mauro Benevides, Ronaldo Aragão e Rachid Saldanha Derzi; dos Deputados Annibal Teixeira, Cid Carvalho, Ézio Ferreira, Fábio Raunheitti, Féres Nader, Flávio Derzi, Gastone Righi, Genebaldo Corrêia, João Alves de Almeida, José Carlos Vasconcelos, José Geraldo Ribeiro, José Luiz Maia, Manoel Moreira, Messias Góis, Pedro Irujo, Ricardo Fiúza, Roberto Jefferson, Sérgio Guerra, Uldorico Pinto e, Ibsen Pinheiro, com exceção da quebra de sigilo telefônico. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Maurício Najar, Aloízio Mercadante, Senador Gilberto Miranda, Deputados Paulo Bernardo, Luiz Salomão, Senador Eduardo Suplicy, e Deputada Beth Azize. A Presidência suspende os trabalhos por alguns minutos. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente passa a discutir a composição das Subcomissões. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Roberto Magalhães, Roberto Jefferson, Luiz Salomão, Vivaldo Barbosa, Vicente Fialho, Sigmaringa Seixas, Wilson Müller e José Dirceu. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 6ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REUNIÃO INTERNA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, boa-tarde!

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA - Sr. Presidente, logo que puder, gostaria que V.Exª me concedesse a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de dar o boa-noite, concederei.

Devo dizer que sempre é do meu estilo, quando se trata de meus pares, permitir-me esse tipo de brincadeira. Não faço isso com depoente. Às vezes, a interpretação é que é equivocada.

Estamos com um problema, por isso custamos chegar aqui no momento. É que o depoente, previsto para hoje, o Sr. Normando, Presidente da SEVAL, desconstituiu o advogado anterior. Hoje, cerca de meio-dia, veio um novo advogado, Dr. José Paulo Sousa, trazendo a nova procuração, pedindo inclusive também que ele não comparecesse hoje, porque sofre de uma doença que lhe dá convulsões e estaria impedido de se locomover por causa disso.

Por volta de meio-dia e meia, solicitei ao Serviço Médico do Senado Federal uma perícia, porque o advogado, ao mesmo tempo, solicitava também garantia de vida. Ele entende que o seu cliente tem medo de morrer, o que imediatamente foi corrigido pelo Vice-Presidente Odacir Klein, que disse: "Não. Ele tem medo de ser morto, porque de morrer todos nós temos."

Além de providenciarmos isso, ficamos esperando o laudo médico pericial. E o laudo mostra - acho preferível não trazer de público, pois certas doenças as pessoas preferem não torná-las públicas - e chego à conclusão de que não há qualquer impedimento do ponto de vista médico para que o mesmo deixe de comparecer a esta Comissão de Inquérito. O laudo não mostra nenhuma prova ou sugestão de que se trate de uma simulação. Fiz contato com o advogado, com o qual acabei de falar, e ele, primeiro, pediu-me desculpas, dizendo que é advogado e não médico; acreditou exatamente no que estava dizendo o depoente que, pelo laudo médico, está apenas com uma cefaléia compressiva. E marcou, para garantir, que o traz amanhã. Pedi-lhe que fosse às 9:30h da manhã, visto que está havendo uma intercorrência de problemas com a revisão constitucional e o Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Adylson Motta, pediu-me que não marcasse reunião à tarde. Combinamos marcar para de manhã.

A minha primeira tendência foi mandá-lo buscar hoje mesmo, porque ele não está impedido. Mas, ouvindo o Dr. Klein e o Dr. Roberto - prefiro chamá-los de doutores, como advogados -, achamos que era possível caracterizar improrrogável a presença dele amanhã, pela manhã, às 9:30 horas. Essa era a primeira observação a fazer.

Há também, entregue pelo advogado do economista José Carlos - e passei recibo -, uma fita que estou mandando autuar. É a reprodução de um diálogo entre supostamente o Deputado João Alves e o economista José Carlos a respeito de algo, que se for considerado irregular - e parece que é - seria alguma coisa próxima de uma prova, ainda que os advogados todos me garantam que não se faz prova com fita no Supremo Tribunal Federal nem na área judiciária, mas serve, pelo menos, para alguma providência que viesse a tomar visando compatibilizar o que contém a fita com o que pode ter ocorrido.

Há também uma ocorrência nova: um outro motorista, para o qual já está sendo pedida garantia de vida - não é aquele primeiro que um fato público tornou praticamente inviável localizar -, que se dispõe a depor. A informação está gravada, ele nos pediu segurança e, inclusive, já determinamos à Segurança do Senado as providências devidas, para que dois ou três de nós possamos ouvi-lo e, depois, em sendo o caso, convidá-lo para vir depor.

Ainda relacionado com esta CPI, a presença da nossa Comissão que foi desincumbir-se daquela diligência resultante da apreciação que fizemos, até às 2 horas da tarde de sábado, dos papéis que foram apreendidos na casa do economista José Carlos Alves dos Santos, quando ele, espontaneamente, proporcionou aquela visita, que sabemos bem o que ocorreu.

Então, como estávamos no sábado com o grupo mais reduzido, que o Dr. Roberto chamou de "voluntários para o trabalho", na ocasião de levar os papéis, por sugestão do Senador José Paulo Bisol - como estamos evitando chamar de documentos, preferimos o termo papéis, porque isso já trouxe aborrecimentos, pois nomes de pessoas estão surgindo aí e precisam receber, desde logo, o desagravo em conseqüência de publicação como supostos envolvidos nesse processo -, concluímos que o melhor era que, em completo sigilo, uma comissão fosse até ao economista José Carlos Alves dos Santos, que se encontra na custódia da Polícia Federal, e lá os papéis fossem apresentados para haver alguma inteligência em relação a eles: o que está escrito em um papel, o que aquilo significa, para ver se a memória dele iria funcionar.

As 2 horas da tarde concluímos o trabalho com o grupo mais reduzido. Tomei, então, a iniciativa, a partir da proposta do Relator, de indicar o Senador José Paulo Bisol, que havia sugerido a providência. Pensei que era muito interessante, naquela altura, que eu colocasse pessoas que, pela sua experiência anterior, pudessem tirar mais partido do que iam fazer. Por isso, pedi que acompanhassem o Senador José Paulo Bisol o Deputado Wilson Müller e o Deputado Sigmaringa Seixas. Depois disso já houve um protesto que me fizeram, como se fosse uma subcomissão. Não se trata de subcomissão; as subcomissões ainda não foram organizadas, vão ser agora, resguardada

a proporcionalidade dos partidos e a presença de todos nas subcomissões. Trata-se de uma comissão para proceder a uma diligência, e a minha decisão foi baseada exatamente na experiência profissional de cada um.

Essa subcomissão trabalhou no sábado à tarde, o domingo todo e, agora, o Senador José Paulo Bisol telefonou-me pedindo autorização para viajar - iria a São Paulo e volta amanhã -, embora o trabalho não esteja concluso. Há coisas importantes que devem ser reveladas. Provavelmente, ao fim da tarde, teremos uma posição, quando gostaríamos fosse realizada uma reunião interna para se ouvir, dos que realizaram a diligência, um relatório verbal preliminar.

Concedo a palavra ao Deputado Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA - Sr. Presidente, creio que, interpretando o sentimento da maioria desta Casa constituída de homens e mulheres dignos e dignas, quisessem o mandato popular, venho indagar desta Presidência se porventura é ilegal, ilícito ou imoral que Parlamentares subscrevam emendas ao Orçamento.

Digo isso, Sr. Presidente, porque a revista **IstoÉ**, na página 27, tem o título: "Ali Babá e companhia". E, embaixo, um quadro onde estão os campeões de emendas no Orçamento de 1993. Lá me encontro com a minha foto, em oitavo lugar, como tendo apresentado 28,8 milhões de dólares de emendas, no Orçamento.

Sr. Presidente, eu gostaria de indagar se V. Exª apresentou emendas no Orçamento de 1993 e se já apresentou para 1994. A mesma indagação eu faço ao Relator, porque entendo que o Parlamentar, quando é eleito, tem deveres e obrigações aos quais não pode fugir. Entre esses deveres menores, cotidianos, está o dever de apresentar projetos, de emendar projetos, de fazer pronunciamentos, de apresentar pareceres sobre projetos e até de apresentar emendas ao Orçamento.

Quero aproveitar, porque esta Comissão não pode ser uma Comissão só de punição, mas de saneamento de práticas. Sobre essas emendas, por exemplo, estou aqui nesta Casa há 10 anos, e desde a Constituição de 1988 Parlamentares podem apresentar emendas. Em nenhum ano consegui apresentar emendas de nenhum montante importante, porque a Comissão de Orçamento sempre foi uma máfia. Só no ano passado, pelo fato do relator ser um Senador de Pernambuco, que é o Senador Mansueto de Lavor, ele então me chamou e me perguntou se poderia descarregar, em meu nome, emendas para favorecer a administração do Prefeito Jarbas Vasconcelos.

Eu tinha 1 milhão e 300 mil,- em valores da época - de emendas, que foram transformadas em 74 milhões por emenda do Relator, por uma decisão sua, legal, legítima e política. Quero ressaltar que esse poder do Relator tanto pode ser usado de forma legítima, como foi usada neste caso, como também pode ser usado para favorecer coisas ilícitas.

Gostaria que, de maneira enfática, a Presidência desta Comissão, a Mesa desta Comissão, uma vez que está falando para o País inteiro, deixe claro se é ilícito, se é ilegal e se não é um dever do Parlamentar a apresentação de emendas ao Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de V. Exª concluir essas razões de defesa, dou a palavra ao Vice-Presidente, que deseja opinar a respeito. Apenas pediria, desde logo, um cuidado com as palavras. Tenho muito medo desses dois advérbios: sempre e nunca. Quando V. Exª diz: a Comissão de Orçamento sempre foi uma máfia...

O SR. LUIZ MÁXIMO - É o que todo mundo sabia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Perdão. Tenho o maior respeito por muitos Membros da Comissão de Orçamento, um se encontra aqui, que é o Senador Almir Gabriel e que não mereceria nunca esse tipo de acusação. Estou dando um exemplo e haveria outros. Eu pediria que não começássemos as nossas colocações provocando, desde logo, debates sobre juízos de valores.

A SRª SOCORRO GOMES - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, perdão. Primeiro fala o Vice-Presidente.

Vou inscrevê-la aqui, Deputada.

A SRª SOCORRO GOMES - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Senhora já está inscrita.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, pedi a palavra agora, quando o Deputado Maurílio Ferreira Lima levanta este assunto, para dizer que, no meu entendimento, nós que integramos esta CPI somente temos direito de ter medo de ter medo. Afora o medo de ter medo, não podemos ter medo de nada. Temos que investigar. Devemos buscar prova. Não podemos ter receio de melindrar, mas também não podemos ter o receio de defender com clareza, quando as situações não estão bem explicadas, sob pena de, por medo, deixarmos de exercer os nossos mandatos parlamentares. Lutar por aprovação de emendas no Orçamento Geral da União para as regiões, para os Estados, para os municípios, é dever dos parlamentares; buscar a sua aprovação é dever dos parlamentares; receber dinheiro para liberar recursos é crime e precisa ser punido. São circunstâncias inteiramente diferentes.

Ainda hoje pela manhã, recebi uma correspondência do 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Adylson Motta, informando que emendas, que o tiveram como primeiro subscritor, foram de interesse do Poder Judiciário no Orçamento votado em 1992 para ter vigência em 1993. Temos parlamentares como, por exemplo, o Senador Amir Lando, que apresentaram emendas

do interesse do Tribunal de Contas da União e, em conseqüência, aparecem com um volume substancial de recursos em emendas aprovadas. Temos emendas que precisam ser apresentadas até para que o Orçamento possa ser corrigido na área do Legislativo.

Isso é preciso que digamos, sob pena de estarmos submetendo a constrangimento colegas nossos de representação parlamentar. Por isso, não podemos ter medo, e como não podemos ter medo de investigar, não podemos ter medo de defender quem precisa ser defendido. A imprensa noticia, diante de fatos reais conforme números aprovados; não pode tirar, é verdade, determinadas conclusões e, se tirar equivocadamente, precisamos assumir a defesa.

Por isso, neste momento, quero trazer a minha solidariedade ao companheiro Maurílio Ferreira Lima, diante da sua manifestação, e a todos aqueles que, mencionados, são subscritores de emendas de interesse público. Uma situação é subscrever emendas, lutar por sua aprovação; é fundamental que isso seja feito - há obras que são de interesse coletivo -, a outra, bem diferente, precisamos investigar, é receber dinheiro para liberar emendas ou para aprovar emendas no interesse de determinadas empresas.

Creio que se nós da CPI não distinguirmos isso não estaremos cumprindo o nosso papel. E volto a repetir: aqui, só podemos ter medo de ter medo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prosseguiria agora atendendo ao meu eminente colega que me pediu que desse, enfaticamente, duas respostas. Uma, se eu considero ilegal, imoral ou ilegítimo apresentar emendas. Não considero, porque não me considero a mim mesmo imoral, ilegítimo e ilegal, e eu apresentei emendas.

Penso que a questão não está em apresentar ou não apresentar emendas e, sim, ser aquilo que estamos apurando aqui, objeto - se desgraçadamente houver - de alguém que faça emendas das quais se beneficie.

Então, digamos, por exemplo, a minha área que é uma região pouco expressiva numericamente na Casa e que tem, por seu turno, às vezes, um tratamento não muito favorecido por parte de União. Orçamento, dou um exemplo concreto, a cidade de Santarém, no Pará, é a segunda cidade mais importante do Estado, transformou-se, a partir de um determinado momento, em entrada de garimpo, fenecendo a força dos garimpos e diminuídos, quando vem do Executivo o projeto de orçamento deles, além de meios, propostas e não contempla uma estrada como essa, então é justo que nos matemos por ela. Se formos perguntar, fora de qualquer partido, os que consideram a estrada Cuiabá-Santarém da maior importância, teremos pessoas concordarão, não só do Pará, mas também de Mato Grosso, porque essa estrada significaria, por exemplo, a possibilidade de exportar pelo Porto de Santarém as milhões de toneladas que Mato Grosso produz e que devem correr 3.500 quilômetros até chegar ao porto de Santos para serem de novo transportadas pela Costa do Atlântico até chegar ao Canal do Panamá ou o que seja.

Então, é justo que se apresente. Penso que é perfeitamente justo. Mas é questão de foro íntimo. Já ouvi aqui nesta Comissão, Deputado que faz essa afirmação: "Não apresentei nenhuma emenda." É problema dele. Agora, há outros que poderão dizer: "Se não apresentou nenhuma emenda é porque não quis ajudar seu povo." É o problema de quem critica também. A questão não está em apresentar emendas, a questão é saber se emendas foram feitas para favorecer quem as apresentou. De maneira que, enfaticamente como V. Exª me pergunta, eu lhe dou as duas respostas.

Agora, quanto a V. Exª ser campeão ou não, a tristeza que tenho é apenas o título; o título é bastante malicioso: Ali Babá e os quarenta... e V. Exª ficou entre os vinte. Agora, isso é perigoso. Chamar Ali Babá dá uma impressão de que quem fez isso, fez para se beneficiar. Recebi várias demonstrações. Há pessoas que fizeram, por exemplo, emendas a favor do Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral; outros fizeram para o Tribunal de Contas da União, e vão ser consideradas como tal desde logo suspeita de estar dentro do que meu amigo falou e que eu fiz a ressalva suficiente sobre a suposta máfia do Orçamento.

Então, acho que pela nossa palavra, as respostas lhe foram dadas.

Tem a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, V. Exª discorreu um elenco de providências e medidas a cargo da Comissão. Então eu me permitiria acrescentar uma outra área, embora confesse não saber se é própria para tratar nesta reunião ou na reunião administrativa que V. Exª vier a convocar. Mas como V. Exª tratou de uma relação de providências, me permito lembrar que desde o depoimento do ilustre Deputado João Alves, esta Comissão se deparou com o fenômeno das apostas e dos prêmios das loterias da Caixa Econômica. Há muitas notícias, até algumas muito estranhas, estarrecedoras outras - sei até de providências que V. Exª já estaria cogitando a esse respeito, de oficiar a Caixa.

Tomei a iniciativa de estar na Caixa pela manhã e estive conversando com o Presidente para tomar contato, me familiarizar com alguns aspectos da questão e trazer à Comissão indícios, subsídios, sugestões e a forma correta de se fazer qualquer requisição de informações à Caixa. A informação do Presidente da Caixa Econômica é que dificilmente poderá chegar qualquer conclusão informativa a esta Comissão, sem a quebra de sigilo bancário, porque qualquer informação a ser coletada necessita de desvendar depósitos, cheques e ganhos de uma aposta que é feita normalmente ao portador.

De maneira que, colhendo dessa conversa e sugestões, me permiti fazer um requerimento à Mesa, solicitando a expedição de ofício à Caixa com os termos

próprios, e também solicitando, no caso, a quebra de sigilo bancário para esse efeito, ou seja, para o efeito tão-somente de se descobrir a forma de apostas, de ganhos e de prêmios da loteria, para que a Caixa nos pudesse fornecer as indicações corretas sobre esse caso profundamente estranho de grandes apostas, grandes ganhos, apostas maiores do que os ganhos que a imprensa tem revelado nos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo dar a palavra ao Relator, que dirá que nós já nos antecipamos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Vivaldo Barbosa, enderecei à Presidência, na manhã de hoje, um requerimento nesse sentido. Inclusive, no requerimento, o Presidente comunicará ao Presidente da Caixa que foi quebrado o sigilo, embora, evidentemente, isso tenha de ser feito hoje, para que amanhã possa seguir. E estenderia a V. Exª que tive mais um cuidado, que foi o de requerer, também, à Presidência que fosse convidado para uma exposição, aqui, o matemático Oswald de Souza. E mais: que contratássemos uma instituição idônea, universitária, especializada em matemática, para nos dar um parecer. Porque entendo que não podemos ficar à mercê de interpretações de uns e de outros. Temos de ter realmente um documento firmado por uma instituição idônea. De modo que V. Exª, a meu juízo, está oportunamente colocando uma questão que acho fundamental.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Para concluir, Sr. Presidente, é inteiramente procedente as cautelas e precauções que o ilustre Relator tomou. Parece-me que desde que a Caixa Econômica tenha condição de nos revelar os apostadores e os ganhadores e a forma da aposta do ganho, já é suficiente para as conclusões que a Comissão queira chegar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O requerimento de contratação de um parecer técnico decorreu do fato de que assisti ao Presidente da Caixa dizer hoje, na televisão, no **Bom dia, Brasil**, que, dependendo da modalidade do concurso, seria possível alguém ganhar 56 vezes em um ano. Daí, eu ficar realmente surpreso e achar que não podemos continuar à mercê desse tipo de interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo ainda aditar a informação de que o Presidente da República determinou à Caixa Econômica - talvez quando V. Exª esteve lá, já tenha recebido a notícia - essa providência. Foi iniciativa do próprio Presidente da República, que, aliás, convidou-me para um encontro, o qual sugeri fosse feito com a Mesa. Estava marcado para hoje às 12h30min, passou para amanhã, em hora que ainda vai ser confirmada, embora tenhamos aqui duas opções. O Presidente pretende colocar à disposição da CPI tudo aquilo que o Executivo possa fornecer.

Eu procurei, pela manhã, o Ministro da Justiça, com quem fui falar sobre a possibilidade de acionarmos a Polícia Federal em outros casos. Já houve algumas notícias desencontradas, por exemplo, já houve quem quisesse, fazendo um requerimento verbal a mim, impedir que o Deputado João Alves pudesse deixar o País.

Ele não está com prisão decretada, tem suas imunidades e o seu direito de ir e vir livremente assegurado. Mas estive com o Ministro, porque temos a possibilidade de reforçar a atuação da Polícia Federal em certos casos. O primeiro motorista que foi objeto daquela indicação do Deputado Luiz Salomão, até agora a Segurança da Câmara não conseguiu localizá-lo. Podemos pedir o reforço da Polícia Federal para encontrá-lo. Então, discuti com o Ministro esse assunto; essa foi a razão da minha presença lá.

Pela ordem, pediu o Deputado Freire a palavra.

O SR. FERNANDO FREIRE - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há pessoas inscritas. Só espero que o pedido da palavra pela ordem não seja apenas uma forma de passar pela inscrição que já existe. Estão inscritos o Deputado Luiz Máximo, Deputada Socorro Gomes, Deputado Luiz Salomão, Deputado Aloizio Mercadante e Deputado Paulo Bernardo. As questões de ordem não devem ser um instrumento de passar à frente dos que estão, em prazo hábil, inscritos previamente.

Deputado Freire, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Presidente, é só para consultar V. Exª se, na fase atual dos nossos trabalhos, a Mesa está aceitando requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aceitando requerimentos.

O SR. FERNANDO FREIRE - Então, Sr. Presidente, requeiro à Mesa, nos termos do que dispõe o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, seja urgentemente interpelado o Deputado Augusto Farias a respeito da notícia publicada no Jornal **O Globo**, na coluna do Swann, afirmando que S. Exª pôs em ordem cronológica dezenas de comprovantes de depósitos bancários, feitos por seu irmão, Paulo César Farias, entre 1990 e 1992, nas contas de Deputados e Senadores. A fim de esclarecer a veracidade dessa informação, estou encaminhando a V. Exª o requerimento.

Na mesma notícia, Sr. Presidente, afirma-se que vários recibos têm a ver com transações envolvendo membros da Comissão de Orçamento do Congresso com empreiteiras. Eu vou me permitir...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO FREIRE - Deputado, por favor, gostaria de concluir e ler a notícia:

"Recibos - Ontem, o Deputado Augusto Farias pôs em ordem cronológica dezenas de comprovantes de depósitos bancários, feitos por seu irmão PC, entre 1990 e 1992, na conta de Deputados e Senadores. Vários recibos têm a ver com transações envolvendo membros da Comissão de Orçamento do Congresso com empreiteiras. Tem político que não dorme com Lexotan."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu interpretei que, em um caso pelo menos absolutamente verdadeiro, a inscrição se fez até para apresentar requerimentos. De maneira que eu gostaria de não prejudicar a ordem da inscrição.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, não vou dizer que é só para contraditar, mas me parece que o foro do requerimento do Deputado Fernando Freire não é este.

Esta CPI não é do PC. Esta é a CPI que apura irregularidade na Comissão de Orçamento. Parece-me que esse assunto atropela a investigação da CPI que fazemos. Quer-me parecer, Deputado Fernando, que o foro competente é a Corregedoria da Câmara dos Deputados, e o Corregedor reinterpelaria o Deputado Augusto Farias para que confirmasse o teor dessa matéria, publicada no jornal **O Globo**, à Mesa da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É oportuno esse conhecimento de V. Exª; todavia, a Mesa tem prerrogativas e vai analisar se o requerimento deve ter seqüência ou não, de acordo com a instrução e com a observação de V. Exª.

Tem a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, com todo respeito, atrevo-me a divergir de V. Exª a respeito de duas colocações feitas no início da abertura de nossos trabalhos. Somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, pertencemos ao Poder Legislativo, temos que nos ater aos conceitos técnicos de matéria processual. E a primeira afirmação feita por V. Exª, posso estar equivocado a respeito, é no sentido de que uma fita gravada não faz provas.

Não é bem assim, Sr. Presidente. Uma fita gravada, desde que os participantes dela assumam a responsabilidade ou a neguem e são identificados através da perícia competente, essa prova serve sim, pelo menos como um admínículo probatório, desde que a matéria nela contida seja reforçada por outras circunstâncias, por outros indícios e por outras provas. Os tribunais têm aceitado isso, Sr. Presidente. Em São Paulo, tive oportunidade de presidir uma comissão processante em que um deputado foi cassado, e a prova se baseou basicamente em gravações de conversas telefônicas devidamente reconhecidas.

O segundo ponto, Sr. Presidente, não entendi bem por que fugir à denominação de documentos, preferindo adotar-se a designação genérica de papéis. O próprio Código de Processo Penal brasileiro, que se aplica diariamente aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, é expresso no art. 232, quando diz o seguinte:

"Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis públicos ou particulares".

Não se trata de tecnicismo, de academicismo; penso que temos por obrigação nos ater ao que a própria lei processual estabelece. Esses papéis apreendidos, para efeitos processuais, para efeitos probatórios, têm sim que ser tratados como documentos, porque papéis é a espécie do gênero documentos. Eram as duas observações que com todo respeito eu me permiti fazer a V. Exª e à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a polidez de V. Exª, sobretudo quando ilumina parte da minha ignorância no assunto. Mas devo dizer a V. Exª que nesta Comissão mesmo eu já ouvi referência de que a fita em si não é um documento que a Justiça brasileira até agora tenha levado em consideração como prova. Lembro a V. Exª - que pela forma pela qual se expressa me permite concluir desde logo que seja um dos doutores em lei - que, ainda recentemente, no caso do ex-Ministro Rogério Magri, o Supremo admitiu o início do processo, mas disse de antemão que a fita não era necessariamente uma prova.

E V. Exª diz bem, quando vem em socorro da minha insuficiência de conhecimento, que se essa fita for reconhecida por ambas as partes, aí não há dúvida. Não haveria dúvida. Mas estou me referindo apenas a uma fita que amanhã uma pessoa negue e a outra afirme era a fita que era verdadeira. Esse é o primeiro ponto. Quanto a papéis talvez seja uma questão da minha deformação original. Eu não considero que um papel sem assinatura, um papel em que apenas se escrevem 10, 12 nomes, sem um tipo de garantia sobre qual é a sua origem, sem sequer saber quem o escreveu possa receber logo o título enfático de documento em si.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas é documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como V. Exª diz que documento é, e como Direito não é uma ciência exata, talvez haja opiniões divergentes no meio de V. Exªs; se não houver fica a lição de V. Exª aprendida por este pobre Presidente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É o Código de Processo que define documento, Sr. Presidente; não eu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputada Socorro Gomes.

A SRª SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, esta CPI tem uma grave tarefa, que é apurar as denúncias de corrupção dentro do seu próprio corpo. Sr. Presidente, esta não é a primeira denúncia contra membros do Legislativo brasileiro: daí

a gravidade do momento. Se lermos qualquer jornal ou ouvirmos qualquer rádio, constataremos a voz do povo dizendo que o Congresso Nacional está sob suspeita. Embora exista uma grande maioria de Parlamentares que trabalham, esses fatos colocam o Congresso Nacional em suspeição perante a sociedade.

Sr. Presidente, a minha questão de ordem ou apelo, pela minha desinformação, para que não se incorra em erros e por louvar o comportamento de V. Exª em fazer com que esta CPI seja transparente, é no sentido de que, antes de tomar qualquer decisão, V. Exª consulte os três membros desta CPI que foram em busca dos referidos papéis para saber da necessidade ou não dessa reunião reservada para apreciação dos resultados dessa embaixada junto ao Sr. José Carlos.

Sr. Presidente, faço este apelo porque penso que esta CPI pode jogar um papel extremamente positivo e, sem dúvida, o fará. Daí a necessidade da transparência dos seus trabalhos em cada momento. E, a não ser que seja necessário, deveriam ser públicas tôdas as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputada, V. Exª há de nos fazer justiça, como acaba de fazer, pois temos procurado dar essa transparência no total. Não fora assim, não teríamos permitido, desde a primeira oitiva aqui, a presença completa da imprensa, da televisão, do rádio, inclusive dos telefones celulares.

Entretanto, no meu pobre entendimento - sujeito, como sempre, à lição dos doutores em lei, como Machado chamava os advogados -, quando determino uma diligência, a minha impressão é que ela deve ser feita em segredo e retornar à Presidência da Mesa e à Mesa, para que, com o Plenário da Mesa, decida sobre ela, visto que o perigo está nos protestos que já estou recebendo, nas pessoas que já viram os seus nomes lançados a esmo. As vezes, há uma espécie de compulsão por parte de alguns de nós em relação à palavra, há uma compulsão de falar. Como para falar é preciso dizer alguma coisa nova, essa coisa nova muitas vezes pode provocar graves repercussões de natureza moral, na hora em que estamos tratando de uma CPI que é de corrupção.

É possível que eu receba, hoje à tarde, como disse, dois dos três que foram fazer a diligência, e eles podem nos fazer um relato verbal. A partir desse relato verbal, podemos ampliar tudo que for necessário de informações à imprensa brasileira.

A SRª SOCORRO GOMES - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Algumas queixas têm sido feitas no sentido de que os titulares tenham o direito de falar primeiro. Entretanto, creio que, neste tipo de reunião, não é exatamente assim. Creio que isso seja mais quando aqui houver um depoimento ou outra coisa. No momento, vou seguir a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, faço uso da palavra para duas informações rápidas. A primeira é que o Advogado Pedro Calmon, que esteve com V. Exª na semana passada, trazendo aqui o Sr. Normando Leite Cavalcante, ao me encontrar na porta, pediu-me que eu fosse portador de uma carta dele a V. Exª, renunciando à representação do Sr. Normando em prol da sua dignidade. Ele se encontra aqui fora à disposição da Presidência, caso a Mesa julgue oportuna a oitiva do Sr. Pedro Calmon. Diz ele que foi abastecido de várias informações pelo Sr. Normando, e que na última hora o Sr. Normando, depois de contatos com o Deputado João Alves, desistiu de depor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se o Deputado Luiz Salomão viu quando eu iniciei a reunião?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É por isso, naturalmente, que V. Exª falou. Veja-se o sussurro no plenário. O Dr. Pedro Calmon foi desconstituído, não sei se essa é a linguagem que eu poderia usar, Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, ele se desconstituiu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi desconstituído? Seria essa a linguagem jurídica? O advogado foi desconstituído pela parte...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Foi desconstituído.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ... que nomeou outro advogado? De maneira que, a partir de cá, eu recebo a declaração e se, por acaso, ao longo dos depoimentos, o nome do advogado Pedro Calmon justificar um depoimento, ele será chamado a depor. Mas V. Exª tinha uma outra questão.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A outra informação é que o repórter Fábio Pannunzio, num furo de reportagem, acaba de colocar no ar as declarações do motorista Josué Cardoso, também do Departamento de Transportes da Câmara. Não quero me especializar nesse departamento, mas o fato é que eu assisti a entrevista do motorista Josué Cardoso, que está na sua residência e V. Exª, a requerimento verbal, já providenciou segurança para o citado motorista, mas ele confirma praticamente aquilo que disse, a propósito, o outro motorista que o sucedeu no posto, tanto em relação ao banco, quanto em relação ao porte de arma, quanto em relação à entrega de dinheiro.

De modo, Sr. Presidente, que nós ainda precisamos ter a confirmação de que ele está sob a guarda da segurança do Senado para, em seguida, requerer a oitiva do Sr. Josué Cardoso. Em seguida, vou entregar a V. Exª um requerimento que mandamos preparar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perfeitamente. Eu já tinha dito a V. Exª em particular que considero isso importante. Agora, naturalmente nós

vamos decidir ao longo dos nossos trabalhos internos. Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, como a Mesa nesta fase inicial dos trabalhos está acatando requerimentos, eu estou encaminhando à Mesa um volume significativo de requerimentos, mas me parecem absolutamente necessários para darmos início aos trabalhos de apuração dos fatos. São basicamente requerimentos de quebra do sigilo bancário, quebra do sigilo fiscal, quebra do sigilo telefônico e alguns procedimentos para solicitar informações no PRODASEN e nos Ministérios, em relação às verbas das dotações sociais globais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quais as dotações?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sociais. Subvenções sociais globais. São aquelas verbas nos seis ministérios que foram identificadas pelo depoente José Carlos Alves dos Santos. Em relação aos nomes eu, basicamente, me ative aos nomes que até aqui apareceram e que o depoente que deu origem à CPI afirmou "com certeza", "sabia", "sabia com certeza", "participou".

Parece-nos que devem ser apuradas as informações sobre esses nomes. E só a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico poderia dar esse passo para o trabalho da CPI. É evidente que essa solicitação não significa **a priori** a incriminação de ninguém. Mais do que isso, é o próprio direito de defesa, alguns deputados já o fizeram, como é o caso do próprio Deputado Gastone Righi, que já colocou à disposição, e outros. Mas será só com esse instrumento que nós poderemos apurar e investigar a força da denúncia. Portanto, vou ler os nomes para que fique encaminhado à Mesa, mesmo porque é um requerimento individual, que tem que ser feito individualmente e nós poderemos, com contraditório, ou se houver alguma restrição, reavaliar a solicitação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra, Sr. Presidente, como Relator?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Deputado Aloizio Mercadante. Nós não podemos quebrar o sigilo **in genere**. Temos que quebrar o sigilo pessoa a pessoa. Não é verdade?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É verdade. Não esqueçam que são requerimentos individuais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, V. Exª está encaminhando...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Um a um.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Um a um, e baseado...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou de acordo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou baseado no que dispõe o art. 58, § 3º, da Constituição Federal e o art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, combinado com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, e com o § 4º do art. 38 da Lei nº 4.595/64, sobre a quebra do sigilo fiscal e bancário.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda não concluiu o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Solicito a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico dos ex-Ministros: Srª Maria Margarida Maia Procópio e Sr. Carlos Alberto Chiarelli; dos Ministros de Estado Sr. Senador Alexandre Costa, Sr. Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves; dos Senadores Humberto Lucena, Mauro Benevides, Ronaldo Aragão e Rachid Saldanha Derzi; dos Deputados Aníbal Teixeira, Cid Carvalho, Ézio Ferreira, Fábio Raunheitti, Féres Nader, Flávio Derzi, Gastone Righi, Genebaldo Corrêia, João Alves de Almeida, José Carlos Vasconcelos, José Geraldo Ribeiro, José Luiz Maia, Manoel Moreira, Messias Góis, Pedro Irujo, Ricardo Fiúza, Roberto Jefferson, Sérgio Guerra, Uldurico Pinto e, com exceção da quebra do sigilo telefônico, o Deputado Ibsen Pinheiro, no caso, sigilo fiscal e bancário.

Todas esses pedidos em relação ao Orçamento, estamos solicitando, baseados no art. 58, § 3º, da Constituição e no art. 142 do Regimento Interno do Senado, bem como as subvenções sociais, auxílio ou contribuição, conforme a definição da Lei nº 4.320, de 1964, e das Leis de Diretrizes Orçamentárias que vigoraram nesse exercício, para todos os Ministérios que foram citados pelo Depoente; a demonstração detalhada da execução orçamentária, conforme registro do SIAF, referente à emissão de empenhos e ordens bancárias, ao subprojeto e subatividades classificada como subvenções sociais, auxílios ou contribuições nos quadros do detalhamento das despesas anuais da lei orçamentária e seus créditos adicionais, relativos aos exercícios de 1991 e 1992.

Essa solicitação orçamentária diz respeito basicamente a como foram, para quem foram os recursos, quais as contas bancárias e como foram transferidas para todas as entidades - pessoas públicas e privadas, autarquias - relacionadas a subvenções sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Enquanto o Deputado falava, alguém pediu a palavra pela ordem.

Só quero considerar que seja questão conexa com o que S. Exª acaba de dizer.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, pela ordem, fui eu que pedi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não vamos perder a calma aqui. Vamos seguir o Regimento. Quando houver um que contradite, basta um contraditar. É do Regimento da Casa. Vou aplicar exatamente o Regimento, que sempre norteou minha conduta.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar em estreita correlação com o pedido que vou solicitar à Mesa, o de dar um encaminhamento mais prático aos nossos trabalhos.

A proposta do nobre Deputado Aloizio Mercadante é extremamente abrangente, e diz respeito mais à proposta da própria Relatoria e da própria Mesa, em se criar subcomissões que vão tratar de bancos, da quebra do sigilo bancário e do rastreamento de cheques; de subcomissões que vão tratar especificamente do patrimônio dos eventuais citados, da quebra das suas declarações de Imposto de Renda e também do Orçamento, das suas emendas de subvenções assim como das emendas relacionadas com obras e a conexão com empreiteiras.

Ora, se vamos criar essas subcomissões com essas atribuições específicas, eu ponderaria a V. Exª que seria extremamente difícil nós aprovarmos e aceitarmos requerimentos que passam a ser de competência dessa subcomissão. Essa subcomissão passa - se aceitarmos esses tipos de requerimentos que estão sendo formulados - a ficar esvaziada, porque o escopo das suas atribuições é exatamente fazer uma análise e propor ao Plenário exatamente isso que está sendo submetido à apreciação agora.

Por essa razão, contradito, pela maneira como está sendo formulada, não no seu mérito. Acho que, preliminarmente, deviam ser constituídas essas subcomissões, e seus membros reunidos iriam através das provas documentais, que passam a ser extraordinariamente fundamentais para a elucidação e o alcance da verdade.

Essa é a minha colocação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, é só para esclarecer dois aspectos. O primeiro, quanto ao prazo dos requerimentos. Foram solicitados cinco anos, de 1988 a 1993. O segundo argumento, acho que poderemos discuti-lo depois. Estava encaminhando, quando perguntei se era período de requerimento, ao que a Mesa afirmou que sim. Ainda estou encaminhando. Queria esclarecer que a quebra de sigilo só pode ser feita por reunião plenária, com votação da maioria absoluta, nome a nome. Então, não cabe à sub-comissão definir se a ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não prosseguiremos com a discussão deste assunto. Apenas aceitei colocação de requerimento, decisão é outra coisa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só queria concluir dizendo que qualquer nome, para ser rastreado, para a quebra do sigilo bancário, o Banco Central solicita vinte dias, porque são vinte mil agências. Se nós não tomarmos essas providências com uma certa emergência e pelo prazo definido pela CPI, nós corremos o risco de, depois, quando chegarem essas informações e tivermos que analisar os DOCs, depósitos bancários e outros documentos que estão na conta, de não termos tempo hábil para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso tudo será levado em consideração por nós. Agora, devo dizer que a experiência que tenho na Casa, inclusive nas CPIs de que já participei, própria convocação não é decisão arbitrária da Mesa. A convocação passa, obrigatoriamente, pelo Plenário, e somente a maioria absoluta do Plenário é que decide se a convocação será ou não feita. De maneira que requerimentos apresentados é uma coisa, requerimentos decididos é outra coisa.

Tem a palavra o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, V.Exª tem a palavra. Só espero que não seja para contraditar, porque aí quebra o Regimento, e eu já dei a decisão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, o que eu pediria é para que todos os Partidos e suas Lideranças conversassem antes, porque é muito fácil para qualquer Parlamentar, membro titular ou suplente, pedir esse tipo de informações.

Qualquer um de nós que venha a pedir 10, 15, 20 requerimentos dá "Ibope", dá imprensa, dá a divulgação de que está à procura da verdade, mas nós não podemos, antes de ouvir essas pessoas, ficar pedindo quebra do sigilo bancário.

Então, eu pediria a V.Exª que não colocasse - em hipótese nenhuma - em votação, se possível, antes de ouvirmos cada um desses que foram citados, e se serão ouvidos, porque não podemos ficar quebrando o sigilo de qualquer pessoa só para ter seu nome citado. Acho que seria uma leviandade desta Comissão, e tenho certeza de que V.Exª não vai considerar e não vai deixar os trabalhos seguirem por este caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª acabou tratando da mesma matéria. O assunto está encerrado porque o Deputado Aloizio Mercadante teria

seu requerimento de plano indeferido se ele não tivesse o amparo que teve, que foram nomes citados aqui durante depoimentos. Agora, se a partir daí isso justifica ou não, é outra coisa.

O fato de estarmos discutindo isto numa reunião pública também não me parece que seja um equívoco meu, porque qualquer pessoa que saia daqui poderá dizer à imprensa que requereu, e vai sair da mesma maneira essa informação. Agora, os requerimentos serão colocados na Mesa e aí nós vamos discutir depois, em sessão interna nossa, por maioria absoluta de votos, se o requerimento deve ou não ter prosseguimento.

Com a palavra o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO - Sr. Presidente, eu estou apresentando um requerimento propondo a convocação do Deputado José Geraldo Ribeiro para depor perante esta Comissão. Eu apresento o requerimento, Sr. Presidente, e vou justificá-lo.

Desde o mês de maio que, através de meu gabinete, tenho feito investigação e tentado entender essa história das subvenções sociais. E devo confessar que apenas com o depoimento do economista José Carlos Alves dos Santos é que nós conseguimos entender em parte, talvez uma parte muito pequena, o que está acontecendo, e nos pusemos a investigar as denúncias do depoente.

Sr. Presidente, para não me alongar muito, levantamos, dos milhares de lançamentos que conseguimos detectar no sistema SIAFI, cerca de 500 subvenções que são de maior valor, de maior monta, especialmente aqueles concentrados nos meses de agosto e setembro do ano passado, quando percebemos que houve uma grande concentração na liberação desses recursos de subvenção social oriundos das dotações globais dos ministérios.

Gostaria de justificar, Sr. Presidente, a solicitação de convocação. Começamos a pesquisar apenas as associações e entidades que receberam um volume maior de recursos, e chegamos a uma associação chamada Associação Cultural Caldas da Rainha, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Paulo Bernardo, eu pediria que a justificação viesse no seu requerimento. V. Exª a mandaria para cá, porque pode dar a impressão de que já estamos fazendo julgamentos. Como recebi o primeiro requerimento em reunião pública, estou recebendo os demais. Mas não posso aceitar que haja debates a respeito, os quais serão prejudiciais e prejulgadores.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, V. Exª é muito mais experiente do que eu e tem todas as condições de conduzir esta sessão, visando à sua eficiência.

Porém, creio que essa concessão de V. Exª para que os requerimentos sejam apresentados quando os Deputados pedem a palavra pela ordem tornará a nossa sessão de uma extensão difícil de se prever.

Gostaria de ponderar a V. Exª que há vários requerimentos apresentados por mim e não fiz nenhuma sustentação em nenhum deles.

De modo que gostaria de pedir a V. Exª, por gentileza, para que pudéssemos entrar com mais produtividade no nosso trabalho, que solicitasse aos Srs. Membros da Comissão que tivessem requerimentos a apresentar que os encaminhassem à Mesa. Sugeriria a V. Exª que os numerasse - já há o requerimento de quebra de sigilo bancário e o de quebra de sigilo telefônico; já os votamos, e eles estão sendo reapresentados -, para que pudéssemos trabalhar produtivamente nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado Luiz Salomão, veja V. Exª que a questão de experiência não se confunde com a questão de idade. Estou fazendo exatamente o atendimento dessa colocação do Deputado Luiz Salomão. Não previ que, neste momento, fôssemos começar a discutir sobre isso.

Considerei importante a questão levantada pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima, porque era preciso dar, de público, uma informação a respeito de matéria que o atingiu. A partir daí, desencadearam os pedidos de palavra pela ordem, e, quando penso que os pedidos são pela ordem, eles não o são; os pedidos são feitos para apresentar, fora da ordem, desordenadas indicações de requerimento.

Por favor, quem tiver requerimentos a apresentar, que nos poupe a todos nós e os mande à Mesa, porque vamos recebê-los - ainda mais com essa observação preciosa do Deputado Luiz Salomão -, vamos numerá-los e, em seguida, tomaremos a decisão interna, como é devido fazer.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Najar. Espero que o Deputado fale sobre assuntos nossos, sobre aquilo que começamos a falar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, não se trata de propositura de requerimento, mas apenas de uma solicitação à Mesa.

Na penúltima sessão, quando estávamos ouvindo o Deputado João Alves, S. Exª disse que tinha proposto uma sindicância contra o Sr. José Carlos Alves dos Santos. A Mesa requisitou essa sindicância.

Então, a minha solicitação é no sentido de saber se essa sindicância já chegou até à Mesa, pois é fundamental para se elucidar um fato relevante: depois que ele instaurou a sindicância é que ele participou de duas festas juntamente com o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece que a nossa questão está muito clara. Estão chegando aqui os Deputados Sigmaringa Seixas e Wilson Müller, e quero transformar a reunião em reunião interna, como questão cautelar.

Se, entretanto, houver alguma coisa que o Deputado Benito Gama...

Quanto à sindicância. Deputado Maurício Najar, foi dito, há pouco, pelo nosso Relator, que ela não chegou. Tudo indica que ela não existe.

Deputado Benito Gama, se V. Exª for tratar do assunto pelo qual nós começamos, concedo a palavra a V. Exª. Do contrário, quero passar à reunião interna.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, deixo para depois o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho. Peço que V. Exª seja breve e que tenhamos disciplina para não fugirmos do que foi decidido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, quero apenas dizer da nossa preocupação com relação à tramitação de requerimentos como esses que foram apresentados agora pelo Deputado Aloizio Mercadante, que envolvem vários nomes. E o critério usado por S. Exª, de que esses nomes, com certeza, estariam envolvidos nas denúncias do Sr. José Carlos, é um critério que padece dúvida. Sr. Presidente.

Acredito que com a mesma cautela com que V. Exª agiu com relação aos papéis encontrados na casa do Sr. José Carlos, V. Exª, permita-me a sugestão, deveria apressar até mesmo o exame do requerimento do Deputado Aloizio Mercadante, para que não pairem dúvidas sobre os nomes que estão listados nos requerimentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu ilustre Colega, nós vamos decidir isso em reunião interna. Acolho a informação de V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu evitei, até o momento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu não gostaria de discutir a matéria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, sei que V. Exª não gostaria, mas tivemos duas intervenções. Uma, inclusive, de uma crítica explícita à apresentação dos requerimentos. E como o debate será numa reunião interna, no qual não terei direito à defesa, ao contraditório, eu gostaria de ter o direito à palavra, pelo menos para fundamentar a apresentação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que, em parte, falei que V. Exª, quando apresentou os requerimentos, apresentou-os com nomes que foram referidos em depoimento. Não houve acusação nenhuma a V. Exª aqui. O que acaba de dizer o Senador Garibaldi Alves Filho, não. S. Exª acha apenas que se deveria dar urgência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não. Não me refiro ao Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, no outro caso, vamos recomeçar o que já fizemos aqui antes. Peço ao Deputado que tenha paciência. Passaremos a discutir isso, sem que V. Exª fique sem palavra de defesa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu julgaria que, dada a informação, as inscrições estariam prejudicadas. Mas o Senador Eduardo Suplicy insiste, de modo que dou a palavra a S. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Senador Pedro Teixeira informou-me que o Governador do Distrito Federal, diante da informação aqui prestada pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos de que teria sido torturado, já determinou a apuração sobre a possível prática de tortura pela polícia. Mas eu gostaria, embora essa providência seja adequada e correta, que a Presidência da CPI solicitasse ao órgão competente, à autoridade responsável, isto é, ao Juiz Corregedor da Polícia Civil do Distrito Federal que faça a devida averiguação diante do que foi aqui reportado.

Essa é a solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que use o mesmo critério dos demais: um requerimento escrito e decidiremos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está sendo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Peço a gentileza da Segurança que solicite aos jornalistas, radialistas e pessoas de televisão que se poupem de permanecer no local.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu considerei como prejudicado. Passamos para a reunião interna.

A SRª BETH AZIZE - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma indagação a V. Exª. Não é questão de ordem, nem estou pedindo a palavra pela ordem, não tenho nada a ordenar nem quero também nenhuma explicação sobre o ordenamento dos trabalhos. Queria só pedir uma informação a V. Exª: já foi apresentado à Mesa algum requerimento pedindo a convocação para depoimento dos responsáveis pelas empreiteiras citadas no depoimento do Sr. José Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, minha querida Colega. Acho que isso vai ficar no que disse ainda há pouco mesmo o Deputado Najar. Isso vai

ser do desdobramento que é objeto da nossa reunião em seguida, da subcomissão própria.

A SRª BETH AZIZE - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu queria me aconselhar de novo.

Está suspensa a reunião, enquanto pedimos a retirada das pessoas que não pertencem à Comissão - e Congressistas não são - e aqueles que não estão aqui credenciados.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Recomeça a nossa reunião em caráter interno.

Quero passar, desde logo, a uma decisão sobre a constituição de subcomissões. Consultamos a soma das bancadas no Congresso. A Bancada individualmente mais numerosa é a do PMDB; a segunda é do PFL; a terceira do PPR e a quarta do PSDB. Têm-se os números seguintes: PMDB, no Senado, 27; na Câmara, 100, são 127; PFL, no Senado, 16, sem considerar o Bloco; na Câmara dos Deputados, dentro do Bloco, 116, dos quais cerca de 80 são do PFL; a Bancada do PPR no Senado Federal é de 10 Senadores e na Câmara de 65 Deputados, o que perfaz 75; a Bancada do PSDB no Senado é de 9 e na Câmara de 45, o que perfaz 54. Segue-se o PRN com 5 Senadores e 10 Deputados: são apenas 15. Levei a um equívoco, admitindo que se segue pela ordem decrescente, mas estou lendo para se chegar à conclusão de quinta bancada. O PP tem 39 Deputados e 4 Senadores: são 33; o PDT tem 33 Deputados e 4 Senadores: são 37. Esses dados me foram fornecidos pelas duas Mesas: a da Câmara e a do Senado. Então, aqui, o PDT teria mais número do que o PP; o PP com 4 mais 39: 43; o PDT com 4 mais 33:

O SR. relator (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão, deixe-me terminar a palavra um instante.

O PDT com 33 mais 4: seriam 37. Teria mais. Quanto aos outros, não há dúvida de que a quinta bancada seria do PDT.

O SR. relator (Roberto Magalhães) - V. Exª poderia repetir o PP, por favor, embora não seja o meu Partido?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. O Partido Progressista tem no Senado Federal 4 Senadores; na Câmara dos Deputados 39 Deputados, o que, na soma aritmética de Trajano, dá 43.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exato, 43.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como o PTB tem também 4 Senadores, mas tem 33 Deputados, são 37. E o PP tem 4 mais 39, o que dá 43. Então, o PP está na quinta bancada. Agradeço a V.Exª. Fica a sexta bancada com o PDT; em seguida, o PL, e as outras têm menor número.

O que me propôs o Relator - e aceitei - é na constituição das subcomissões criar a figura do coordenador e dos membros da comissão. Vou ler. Peço que tomem atenção e, no caso de qualquer discrepância, seja isso considerado como recurso a ser apresentado à Mesa para julgamento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, pediria a palavra para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - As listas dos membros desta Comissão têm variado muito. Até sexta-feira, houve muita troca de suplente passando para titular, titular passando para suplente, um partido cedendo lugar a outro menor, e assim por diante.

É possível que algum deputado ou senador não esteja aqui contemplado, mas terá sido mero problema de fato, não precisa nem recorrer. É só vir a mim, fazer a opção e entrará. A filosofia já aprovada pela Presidência é que todo Parlamentar, titular ou suplente, integrará uma subcomissão, com exceção de três: o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como esse assunto pode ser polêmico, estou dizendo, desde já, que daremos toda possibilidade de pedidos de reconsideração, que devem ser encaminhados à Mesa.

Qual foi meu objetivo? Posso estar passando aqui um atestado de ingenuidade. Todos estamos em busca da verdade. Ninguém tem o direito - qué seria extremamente grosseiro - de atribuir que não deseja a verdade. Mas vou manter a proporcionalidade, porque isso é da regra constitucional.

O Presidente da Comissão Parlamentar Mista, no uso das suas atribuições, etc., tendo em vista a proposta do Relator, resolve criar uma Subcomissão para Assuntos Patrimoniais e Fiscais, com a finalidade de promover:

a) análise da evolução patrimonial, nos últimos 5 anos, de pessoas sob investigação por parte desta CPMI;

b) exame de documentação fiscal relacionada com empresas ligadas às pessoas de que trata a alínea anterior.

Aqui já está um ponto em que o elenco de matérias poderá ser objeto de aceitação, de supressão ou de ampliação por parte de qualquer sugestão de um dos Congressistas.

A Subcomissão para Assuntos Patrimoniais e Fiscais ficaria constituída dos seguintes Congressistas: Senador Luiz Alberto, Senador José Paulo Bisol. Senador Pedro Teixeira, Senador Guilherme Palmeira, Deputado Zaire Rezende, Deputado Pedro Pavão, Deputado Roberto Jefferson, Deputado Fernando Carrion. Seria designado o Senador José Paulo Bisol, que no caso representa o PPR, para coordenador da subcomissão ora criada.

Devo dizer, desde logo, que os depoimentos dos dois depoentes, já revistos pela Taquigrafia, estão à disposição de todos. Depois podem dirigir-se à Drª Denise para obtê-los.

O ato seguinte: criar uma subcomissão para assuntos relacionados com apresentação e aprovação de emendas orçamentárias e a destinação das respectivas dotações, visando à apuração de irregularidades, devendo para este fim:

a) identificar emendas orçamentárias de iniciativa de pessoas sob investigação e o nexo entre elas e o processo de liberação de verbas, bem como o procedimento licitatório de obras e serviços com direcionamento preestabelecido, favorecendo empreiteiras ou entidades outras;

b) levantamento de empresas, prefeituras ou entidades outras, públicas ou privadas, que devam ser investigadas por suspeição de serem ou terem sido beneficiárias dos procedimentos irregulares identificados.

A subcomissão ora criada é constituída dos seguintes membros: Deputado Sigmaringa Seixas, Deputado Roberto Franca, Deputado Luiz Salomão, Deputado Vicente Fialho, Senador Nelson Carneiro, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Maurício Najar, Senador Mário Covas.

Como tínhamo-nos equivocado e, felizmente, o Deputado Lázaro Barboza chamou a atenção, estávamos dando a coordenação ao PSDB e, aliás, nesse permaneceu. O PSDB realmente é a quarta. Depois, ficou entre o PP e o PDT.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu estava aqui bisbilhotando o Regimento e verificando que as composições numéricas das Bancadas, no caso do Regimento da Câmara - já discutimos isso no dia da eleição -, dá-se conforme o início da primeira e da terceira Sessão Legislativa. No caso do Regimento do Senado, que tem precedência, ela se dá no início de cada Legislatura. De modo que peço uma explicação de V. Exª, porque, na primeira comissão a que V. Exª se referiu não há nenhum membro do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª puder esperar, após a leitura de todos eu teria uma audaciosa sugestão a fazer a V. Exª.

Continuando:

"Designado coordenador dessa subcomissão o Deputado Sigmaringa Seixas.

3º - Uma comissão para assuntos relacionados com os procedimentos de aprovação de dotações orçamentárias, liberação de recursos e concessão de subvenções sociais, devendo, para tanto, promover:

a) a análise, ainda que por amostragem, dos procedimentos de aprovação, liberação e pagamento de subvenções sociais, desde o ano de 1979;

b) o levantamento e exame dos casos sob suspeição de irregularidades.

A subcomissão ora criada é constituída pelos seguintes membros: Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Elcio Alvares, Senador Francisco Rollemberg, Senador Gilberto Miranda, Deputado Fernando Carrion, Deputado Nelson Trad, Deputado Lázaro Barbosa, Deputado Luiz Máximo e o Senador Iram Saraiva.

Designado como coordenador o Senador Garibaldi Alves Filho, PMDB.

Presidente da Comissão Mista, criar uma subcomissão para assuntos bancários e afins, com a finalidade de promover:

a) a análise de cheques, contas-correntes e operações financeiras, inclusive de câmbio, a que deva ter acesso em decorrência da quebra de sigilo bancário, por iniciativa desta CPMI;

b) cruzamento de dados e procedimentos outros, para melhor identificação e avaliação do fluxo de recursos financeiros sob suspeição de irregulares;

c) investigação de meios de lavagem de dinheiro ilícitos através de instituição financeira.

A subcomissão ora criada é constituída pelos seguinte membros: Deputado Benito Gama, Deputado Roberto Rollemberg, Deputado Aloizio Mercadante, Deputado Fernando Freire, Senador Jutahy Magalhães, Senador Lavoisier Maia, Senador Ney Maranhão, Senador Wilson Martins.

Designar o Deputado Benito Gama para coordenador da subcomissão ora criada."

Relativamente à questão de ordem levantada pelo Deputado Luiz Salomão, o que adotamos naturalmente, no início da Legislatura, é a declaração que faz o Senador quando chega e informa a que Bancada vai pertencer. Todavia, a partir do momento em que ele declara, por escrito, que está mudando de Bancada e fez a comunicação ao Tribunal, a Mesa registra como Bancada. Então, temos a Bancada do Senado, pela qual responderemos aqui. Os Senadores que foram indicados o foram por esses partidos, porque a esses partidos pertencem. Cabe ao Senador Lavoisier Maia uma representação do PDT de estar aqui.

Como é matéria que deve suscitar, inclusive, a possibilidade de sugestões, o meu desejo pessoal, ao acolher inicialmente a proposta do Relator, é que tenhamos oportunidade de, nas subcomissões, constituir todos aqui que são membros - até perguntei se eram só os titulares e me responderam que os suplentes também. É importante que tenhamos todos colocados nas subcomissões.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª não respondeu a minha questão de ordem, Sr. Presidente - pelo menos não entendi assim. Uma questão é que Bancada o Senador ou Deputado integra para todos os efeitos: de pronunciamento, de liderança, de fixação, etc. Agora, a composição das Bancadas para diferentes efeitos foi extremamente grave, porque na Lei Eleitoral, por exemplo, se cometeu esse pecado mortal de estabelecer a Bancada numa certa data, e nós sabemos no que deu. Agora, temos aí ameaças de cassações, em função da violação de uma praxe parlamentar consolidada, que é a de considerar os números em função do início da terceira e da primeira sessão legislativa, no caso da Câmara, e de cada sessão legislativa, no caso do Senado.

Eu me refiro a isso, porque essa mudança se revelou desastrosa; levou à cooptação e, segundo certos noticiários, até à compra do passe de deputados, não é isso? Creio que, felizmente, isso não acontecia no Senado. Mas é em função disso que invoco esse ordenamento a que V. Exª se referiu, no início da sua fala, e que colocou o PDT numa posição desvantajosa em relação àquela que existia no início da sessão legislativa, que é o critério tradicional, o da praxe parlamentar. É nesse sentido que eu...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu insistiria. Deputado Luiz Salomão, por exemplo, para essa questão que deu no que deu, como V. Exª salientou, há pouco. Foi uma luta para caracterizar qual era a verdadeira representação até o dia tal, que deu a oportunidade daquela deplorável e deprimente atitude de pessoas passarem para a bancada de maneira proporcional a direitos.

No nosso caso, parece-me que isso não está acontecendo. Estamos aqui indicados por partidos, por intermédio de seus Líderes e, conseqüentemente, os partidos têm no momento bancadas perfeitamente delimitadas, quer na Mesa da Câmara quer na Mesa do Senado. Como não houve aí prejuízo em relação às quatro principais bancadas, eu, de qualquer maneira, acolho a questão de ordem de V. Exª, não a deferindo ou indeferindo, desde logo, e isso nos dará tempo para raciocinar.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Para aditar a essa questão levantada pelo Deputado Luiz Salomão, eu gostaria de lembrar o aspecto de que as maiores bancadas do Congresso já estão contempladas na direção, desde a Presidência, indicada pela maior Bancada, a do PMDB,- embora não integrante da sua bancada -, a Vice-Presidência, indicada pelo PPR, e a Relatoria, pelo PFL.

Repetir, recomeçando novamente nas grandes bancadas para a composição das comissões, é reproduzir as maiorias das bancadas que dominam a Mesa e que dominariam as subcomissões. Um ambiente mais pluralista indicaria que as comissões e as subcomissões poderiam ser uma extensão, uma continuidade da ordem das bancadas. E assim se chegaria a resultados mais plausíveis.

Quanto à segunda questão, Sr. Presidente, confesso que ainda não sei a extensão regimental da colocação do requerente da Comissão,- mas eu sei que não sou integrante da Comissão - questões **interna corporis** da bancada, que está ainda com indicação provisória até o momento; mas como sei que tenho direito à palavra de maneira preferencial por ser requerente, não sei se, no caso, também, eu teria direito a integrar a subcomissão por ser requerente da Comissão. Essa é uma questão em que a prática de V. Exª vai iluminar a solução.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª honrará qualquer comissão de que participe, e sabe disso; mas tenho a impressão de que, talvez, aquela precedência dada à V. Exª e ao Senador Eduardo Suplicy esgotou-se, na medida em que foi uma prerrogativa pela iniciativa do requerimento. Eu me verei pessoalmente privado se não contar com a participação de V. Exª, mas vou analisar isso.

Eu tenho uma questão importante para sugerir a V. Exªs e disponho de pouco tempo ainda.

Concedo a palavra ao Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO - Eu apenas penso que V. Exª está designando comissões, o que não impede os resultados dessas comissões de serem objeto de exame por todo o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Serão, obrigatoriamente.

O SR. NELSON CARNEIRO - Serão, necessariamente. De modo que não vejo por que modificar o critério adotado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, no caso, o que me parece, Senador Nelson Carneiro, é que embora haja a correlação de forças, o

importante é que todos tenham possibilidade de estar também nas subcomissões, para não haver discriminação de ninguém e, amanhã, dúvidas, que já não serão de natureza jurídica, mas de outra espécie.

Estou sabendo que chegaram o Deputado Sigmaringa e o Deputado Wilson Müller, que farão um relatório verbal, se for o caso, sobre o resultado das diligências realizadas.

- Sr. Presidente, antes de entrar nesse novo assunto, alguns deputados suplentes, entre os quais eu me incluo, não foram designados para nenhuma das subcomissões. Já fiz o alerta ao relator, apenas para frisar antes de serem divulgadas as subcomissões, com ausência de deputado suplente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Exª já está incluído, assim como mais três outros que eu tinha dito, inicialmente, que certamente estariam fora, porque as listas mudam muito. V.Exª mesmo já entrou, parece-me, não na primeira.

O SR. FERNANDO CARRION - Sim, na primeira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª chegou cedido pelo PT, não foi, como colocou? O Senador Bisol, por exemplo, é do PSB, mas ele aqui está representando o PPR, não é? E eu ainda não assinei os documentos.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não Deputado Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO - Nosso Vice-Presidente disse aqui, segundo suas palavras, que nesta Comissão, para que pudéssemos fazer justiça, não deveríamos ter medo de acusar quando fosse necessário e de defender quando fosse necessário.

Eu gostaria de solicitar à Mesa, tão bem presidida por V.Exª, que tem já uma longa vida pública conhecida pelo Brasil inteiro; nosso companheiro Roberto Magalhães; nosso mais antigo parlamentar aqui, o Senador Nelson Carneiro; e o Deputado Odacir Klein, para que procurássemos evitar fatos como o que aqui ocorreu, há pouco, que eu não gostaria de dizê-lo leviano, mas que pode causar danos da maior gravidade a pessoas que não estão, ainda, em nível de serem consideradas para efeito da queda do seu sigilo bancário.

Eu queria me referir aqui, Sr. Presidente, a apenas um de cada um dos grandes partidos com assento nesta Casa. Primeiro, o Senador Mauro Benevides.

Os senhores todos se lembram que foi perguntado, aqui, ao Sr. José Carlos: O Senador Mauro Benevides recebeu dinheiro? O Sr. José Carlos disse: "Não. Eu apenas sei que o Sr. Mauro Benevides solicitava emendas do interesse do seu Estado."

Com relação ao Senador Alexandre Costa, hoje numa posição de Ministro de Estado, foi também perguntado claramente - e estão aí as notas taquigráficas - ao Sr. José Carlos Alves dos Santos: e o Senador Alexandre Costa recebeu dinheiro? Ele respondeu: "Não. Não tenho nenhuma informação. Apenas o Sr. João Alves dizia que o Senador Alexandre Costa teria telefonado para ele."

Ora, quem tem, como V.Exª, Senador Jarbas Passarinho, mais de trinta anos de vida pública, sabe muito bem que nada mais justo que um Senador, que represente um Estado, telefone para o presidente ou relator da Comissão de Orçamento e procure defender os interesses do seu Estado.

Naturalmente, a juventude ou inexperiência - e eu não gostaria aqui de caracterizar má-fé - de um deputado jovem poderia levantar suspeição sobre um homem da natureza do Senador Alexandre Costa, um ilustre parlamentar com quem V.Exª, Presidente Jarbas Passarinho, e com quem V.Exª, Senador Nelson Carneiro, têm uma longa convivência; e sabem muito bem que ele jamais seria capaz de atos dessa natureza.

De forma que, pela vida pública que o Senador Alexandre Costa sempre teve, é uma leviandade para com o Congresso, com o Senado e para com o Senador Alexandre Costa pedir, de público , a quebra do seu sigilo bancário, sem que haja uma comprovação efetiva, um indício certo, claro, de que o Senador Alexandre Costa tenha participado de qualquer ato ilícito.

O mesmo eu faço com o representante de outro partido, que esteve ao meu lado, o Deputado José Luiz Maia, que perguntou na presença de todos nós aqui: " O Senhor tem notícia de que o Sr. João Alves ou o senhor lhe repassou dinheiro para liberar qualquer dotação?" O Sr. José Carlos negou.

De forma que, não há indício, ainda neste momento, para que, diante de todo o País, da televisão, do rádio, dos jornais, de toda a imprensa brasileira, que um parlamentar da Comissão venha solicitar a quebra de sigilo bancário de alguns Companheiros, dentre os quais citei três. A menos que V. Exª e o Deputado Aloizio Mercadante tenham algum fato que esteja em sigilo da Comissão e seja do conhecimento somente dele. A Comissão, ou nas suas reuniões plenárias ou nas suas reuniões fechadas, não apresenta nenhum indício que justifique esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, ouço V. Exª com todo o respeito. Evitaríamos aqui... Eu já esperava, mas vou cancelar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu fui citado de forma desonrosa e faço questão de responder. O Regimento me permite.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, acabo suspendendo a sessão, porque cada vez que um fala no outro, eu tenho esse problema. V.Exª falou enquanto a situação era pública. Ele está defendendo agora em reunião particular. Vamos discutir essa questão em plenário. Vamos discutir em plenário! E é o Plenário que vai decidir se as palavras do Deputado Vicente Fialho merecem ou não o repúdio imediato de V. Exª. Senão ficaremos aqui indefinidamente. Considerei inconveniente

apresentar a questão assim. Agora, realmente, quanto às expressões, se V.Exª me permite, era inevitável que houvesse a reação. Daqui a pouco, o Deputado Mercadante também fala, V.Exª vai para a tréplica, e nós não chegaremos ao que devemos. Vamos discutir essa questão numa sessão plenária, e a maioria absoluta é que vai decidir se vai haver requerimento, ou não, aprovado.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, V. Exª e os ilustres representantes desta Mesa, com sua experiência pública, sabem muito bem o mal enorme e irreparável para os ilustres Parlamentares aqui citados o fato de, em frente de toda a imprensa nacional, ter-lhes sido solicitado, por um membro da Comissão, a quebra do seu sigilo bancário. Então, penso que é um dever desta Comissão, imediatamente, julgar se temos indícios para isso, para que possamos dizer ao povo brasileiro: não há indícios para quebra do sigilo bancário desses três cidadãos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem e não fui atendido. O Deputado voltou a falar e eu me sinto no direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em primeiro lugar, eu queria dizer que algum tempo atrás o Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia, apresentou um projeto de lei que considero absolutamente oportuno e necessário para a sociedade brasileira, qual seja, a inexistência de sigilo bancário para qualquer homem que tenha responsabilidade ou função pública.

Reivindico do PMDB hoje, aqui. Não falei na hora sobre a intervenção do Senador Gilberto Miranda, nem falei do Partido em nenhum momento, que fez a mesma interpretação de V. Exª sobre essa matéria, a coerência da liderança da bancada que encaminhou esse projeto de lei. Eu disse na minha intervenção que a solicitação da quebra de sigilo bancário não era, por si só, uma acusação; era, inclusive, a possibilidade do direito de defesa dos homens que foram mencionados, porque foram, sim, aqui mencionados no depoimento. No caso do Senador Mauro Benevides, foi insistentemente colocado pelo depoente que...

O SR. VICENTE FIALHO - V. Exª ouviu que ele disse que o Senador Mauro Benevides não tinha... Ele não acusava o Senador Mauro Benevides.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...E mais. E mais: Vou pegar as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os meus ilustres Colegas vão me por à prova. Quando dirijo alguma coisa, sobretudo não pedi para dirigir. Quando fui Presidente do Senado e do Congresso, mantive sessões extremamente difíceis, em condições civilizadas, de protesto e de entendimento. Não vou permitir, em hipótese alguma, que transformemos isso num debate imediato. Estou, excepcionalmente, admitindo a palavra do Deputado Mercadante porque os adjetivos usados pelo Deputado Vicente Fialho foram realmente duros, mas foram duros numa reunião interna. Quanto a haver um pedido de quebra de sigilo, se não for dado publicamente, aqui, daqui a pouco o Deputado pode dizer à vontade: "Vou pedir." E a imprensa pública. A Comissão tem a responsabilidade de deferir ou não. Nessa hora é que discutiremos a razão de ser deferido ou não o pedido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu quero ouvir o que é importante, mas não vamos ouvir porque vamos ficar em discussão de ordem pessoal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra para chamar a atenção dos meus dignos pares para o seguinte. Até este momento, ninguém está condenado nem também inocentado. Não podemos dizer que alguém é culpado ou não pela palavra do Sr. José Carlos. Vamos julgar, afinal. Nem podemos passar carta de inocência, nem também de culpabilidade a quem quer que seja. Estamos dando os primeiros passos e, nesse sentido, faço um apelo especificamente ao Deputado Luiz Salomão para que logo possamos formalizar as subcomissões, porque sem elas não vamos trabalhar.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque está dependendo somente da impugnação que V. Exª fez.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu não fiz impugnação, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço desculpas ao Relator.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu não fiz impugnação às subcomissões. Eu fiz uma questão de ordem, pedi vênia a V. Exª para examinar a questão. E V. Exª pediu tempo, não estou impugnando nada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu disse a V. Exª que a questão de ordem seria examinada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não é crítica, meu amigo, é apenas porque eu sei...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é do meu estilo impugnar trabalho de V. Exa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sei do seu ardor, e acho que temos que andar, o tempo é contra nós. E sem as subcomissões nada vai acontecer de importante.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não impugnei o trabalho de V. Exª de nenhuma forma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o problema se reduz exatamente no que acabamos de ver, para mim está encerrado. E peço que não me solicitem a palavra pela ordem para tratar dessa matéria, porque será exatamente o início da desordem. Não gostaria de dar.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nobre Senador Amir Lando tem alguma coisa sobre esta questão.

O SR. AMIR LANDO - Tenho sobre a questão exatamente de aplicação do Regimento; não se trata exatamente desta discussão, da qual estou fora. É apenas o **nomem iuris**. Discutimos muito por ocasião da nossa experiência da CPI do PC sobre a criação de subcomissões ou sub-relatorias. Do ponto de vista regimental, o suporte que encontramos é apenas um **nomem iuris**, sub-relatorias, porque a Presidência é indivisível, e as subcomissões teriam praticamente uma estrutura representativa de comissão.

Então, do ponto de vista legal, que estudamos na ocasião, peço apenas para deixar registrado, para que amanhã nenhuma nulidade possa ser aventada sobre a ação legal dessas subcomissões, que eu chamaria de sub-relatorias. Era só essa a minha observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª a experiência que teve, como brilhante relator que foi.

Solicito ao Deputado Sigmaringa Seixas que faça uma breve exposição preliminar sobre o resultado. Se V. Exª pudesse vir à Mesa, eu lhe agradeceria.

Providenciem uma cadeira para o Deputado, aqui.

Trata-se do trabalho realizado no sábado, no domingo e até há poucos momentos pelo Deputado Müller e Deputado Sigmaringa.

Eu pediria que fosse apenas uma questão preliminar, porque só depois teremos o relatório escrito e o julgamento pela CPI. Os Deputados podem alternar-se no microfone, em o querendo.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, nós vamos fazer um relatório muito sucinto, porque gravamos o depoimento do Sr. José Carlos, que ainda está na datilografia. O nosso propósito é de, até amanhã, com a datilografia pronta, apresentarmos à Comissão o relatório.

Nós estivemos com ele, no domingo, atendendo à determinação do Presidente. Chegamos às 10h da manhã e lá passamos o dia todo; saímos às 22h. A nossa metodologia foi a de examinar cuidadosamente documento por documento, papel por papel, e por isso levamos tanto tempo. Eram milhares de documentos, milhares de papéis. Tivemos que prosseguir hoje e concluímos somente há poucos minutos.

Efetivamente, 70% do que examinamos não têm qualquer importância para a nossa investigação. Inicialmente, dividimos os documentos entre os que poderiam ter alguma importância para a investigação; em outros documentos, embora não sendo de natureza pessoal, não víamos, pelo menos em princípio, qualquer relevância; e, por fim, os documentos pessoais.

Ao final, hoje, resolvemos fazer uma classificação mais ampla, Sr. Presidente. Dividimos, então, os documentos que possam ter alguma relevância para esta Comissão e os que não têm, ao nosso ver, qualquer relevância. Em outra classificação, separamos os documentos referentes a pedidos de dotação ou subvenção, formulados por parlamentares, prefeitos e pessoas amigas, segundo ele, com relação aos quais não houve também nenhuma referência mais significativa por parte do Sr. José Carlos; a mesma coisa com algumas emendas que encontramos, que também não tinham nenhuma referência.

Alguns documentos se referiam a pedidos de descontingenciamento, que pusemos também em outra classificação, sem qualquer referência dele. Por fim, os documentos pessoais, que dividimos em documentos pessoais de uma maneira geral e outros, tais como alguns extratos bancários e talões de cheque, evidentemente.

Encontramos também documentos relativos ao seqüestro, que ficaram em uma outra classificação, e uns quatro ou cinco processos do Conselho Nacional de Serviço Social; processos que estavam com ele - que era conselheiro do CNSS - e estavam esperando parecer e, possivelmente, terão se extraviado, porque estavam em sua residência, mas não tinham qualquer relação também com o caso.

A nossa idéia, Sr. Presidente, era pedir a V.Exª que fixasse um prazo para que os membros da Comissão pudessem examinar esses documentos, que consideramos irrelevantes, no nosso critério, que não têm importância para a investigação. Mas que, eventualmente, um colega - Deputado ou Senador - possa encontrar nele o que não encontramos. Isso poderia ser feito dentro de um prazo razoável para que, então, liberássemos, devolvêssemos a ele. A mesma coisa com relação aos demais.

Agora, esses documentos que são relevantes ficarão aqui, porque, a nosso ver, são documentos que podem ter alguma importância, cujo grau, evidentemente, será examinado na Comissão. Não quisemos, até o momento, avaliar a importância que esses documentos possam ter, apenas fizemos a sua classificação e serão examinados por nós mesmos, quando fizermos o relatório amanhã e também pela Comissão.

Sr. Presidente, logo no início dos nossos trabalhos, na Polícia Federal, o Senador José Paulo Bisol entendeu que deveríamos submeter ao Sr. José Carlos Alves dos Santos uma fita - que o advogado estaria encaminhando a V.Exª - e que não sabemos sequer se...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já dei notícia disso ao Plenário.

O SR. WILSON MÜLLER - Mas sem saber se ela teria já chegado a V.Exª ou não, o Senador José Paulo Bisol entendeu, a meu ver com toda razão, de submetê-la ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, para ganharmos tempo e para que ele a confirmasse ou não. É uma fita de gravação de uma conversa dele com o Deputado João Alves e ele confirmou, embora não se lembrasse de alguns detalhes, porque a conversa teria se dado há alguns anos. A gravação foi feita por ele. Ele também não soube explicar por que fez a gravação naquela ocasião.

Mas, em síntese, Sr. Presidente, essas são as informações que, preliminarmente, gostaria de passar à Comissão. Não gostaria de fazer aqui uma avaliação sobre os documentos, até porque o nosso exame foi superficial e, numa análise superficial, entendemos que eles poderiam ter alguma importância mas, evidentemente, é possível até que, numa avaliação mais profunda, muitos desses documentos que ontem consideramos relevantes, venham a ser até desconsiderados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Wilson Müller tem alguma coisa a acrescentar?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Deputado Wilson Müller, só um apelo para que os documentos que foram considerados relevantes sejam informados de maneira sintética ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não já, Deputado Roberto Jefferson. Isso é um relatório preliminar verbal, vai acontecer o relatório escrito pronto. Aí V.Exª terá oportunidade de...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas era importante que, neste momento, pelo menos tivéssemos alguma informação...

SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Isso pode vazar, e prejudicialmente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então temos aqui uma suspeita sobre a Comissão. Pode vazar?!

O grupo foi e não vazou, um comunicado a nós vai vazar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, já houve coisa vazada aqui. V.Exª quer me jogar contra a parede? E eu ficarei contra ela.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não quero, não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, não me faça isso. Hoje mesmo, fiz uma pergunta ao Senador José Paulo Bisol porque fui procurado por um repórter de televisão que me perguntou sobre uma carta que João Alves teria escrito ao Deputado Ricardo Fiuza assim, assim. Eu não sabia disso. Eu não estou sabendo, estou ouvindo pela primeira vez também isso aqui. Não sabia.

Não somos só nós que estamos aqui. Então, é possível, portanto, que num caso em que estamos pedindo - e o Deputado está pedindo um prazo razoável -, a primeira coisa que teria que fazer é agradecer exatamente a segurança que eles tiveram quanto ao sigilo do que tem procedido até agora.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Merecem o aplauso da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi mantido com absoluto sigilo e poderiam ter sido procurados, e devem ter sido procurados, e, no entanto, preferiram manter a serenidade e só nos trazer depois. Aí, sim, poderemos, num prazo razoável - acredito que seja até amanhã - a possibilidade de saber que papéis são esses.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, veja V.Exª: hoje vaza, amanhã não tem importância vazar? Hoje, há o risco de vazar; amanhã, não tem o risco de vazar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem. Não tem risco nenhum, nem hoje nem amanhã.

Retiro o que disse. Não há risco nenhum. Não vazará em hipótese alguma.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª poderia informar se a família forneceu o resto dos documentos?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei. O Deputado Wilson Müller poderia informar?

O SR. WILSON MÜLLER - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Na sexta-feira, quando viajei, pedi que alguém entrasse em contato com a família para fornecer o resto dos documentos e (inaudível) .... ficou de separar.

O SR. DEPUTADO - Senador, V. Exª pode informar com quem V. Exª falou?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Com a filha.

O SR. DEPUTADO - Tenho a impressão que a pessoa questionada **data venia** não seremos nós. Tenho a impressão que é a filha.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Gilberto Miranda, estamos examinando aquilo que chegou a nossa mão. Todos os pacotes foram abertos e, em seguida, a Comissão foi lá. Não sei se haverá outros. Vamos discutir.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, só para um esclarecimento importante. Antes de viajar, na sexta-feira - eu tinha que me ausentar de Brasília -, propus à Mesa e falei para entrar em contato com a filha porque a filha tinha ficado de selecionar todos os documentos que lá ficaram. Pergunto: entraram em contato com a filha? A família forneceu o resto dos documentos? Eles fizeram parte da análise no sábado? É só para esclarecimento, se não, ainda podemos entrar em contato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os primeiros papéis - e o Dr. Máximo me corrigiu sobre a frase e alguns juristas já me disseram continuar falando como tal -, vieram tão volumosos que deram margem a isso. Como há espontaneidade da apresentação dos documentos, entraremos em contato com a filha a fim de obtermos as outras...

O SR. ROBERTO FRANKLIN - Sr. Presidente, para prestar uma informação. Chegaram posteriormente, trazidos pela Polícia Civil, outros pacotes de documentos apreendidos pela Polícia Civil. Não sei se ele está se referindo a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. São outros. Os que o Senador fala são outros papéis que ainda poderiam estar lá.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Deputado Aloísio Mercadante e o Senador Elcio Alvares podem dizer do tanto de documentos que ainda ficou, quando lá estivemos, e que ela ficou de selecionar para fornecer...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Outros mais.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Exato. Muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E como certamente não sairão de lá senão por interesse dela, e mesmo por conveniência pessoal, acho que teremos oportunidade de obtê-los ainda. Deputado Müller, por favor, conclua.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, ilustres parlamentares, na verdade, o requerimento do Deputado Roberto Jefferson quem sabe possa ser resolvido em parte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Farei com que alguns membros da Comissão primeiro conversem com ele.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, selecionamos esses documentos durante 20h de trabalho. É evidente que alguns ou vários deles não foram criteriosamente selecionados. Isto é evidente. São muitas centenas de documentos, constituídos por muitas milhares de páginas.

Desde logo, sugeriria, com o devido respeito a todos, que fossem designados, através dessas Subcomissões, quem sabe, alguns técnicos, como por exemplo o Tribunal de Contas, para avaliar e analisar com mais cuidado técnico todos esses documentos.

Segundo, Deputado Roberto Jefferson. Nós tivemos a cautela, Sr. Presidente, de fazer um rol dos documentos e o colamos na capa de cada envelope. Portanto, estão relacionados todos os documentos com uma pequena sinopse de cada um deles. Calculo cento e cinqüenta ou cento e oitenta documentos constituídos de mil e tantas páginas. Mas se alguém for lá, saberão quais os documentos que separamos.

Em muitos documentos não se fez este rol porque à vista da apreciação da testemunha que dispomos para essa análise, que era o José Carlos, nós fomos relacionar documentos com fatos ou com pessoas. Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustres membros desta Comissão, relacionamos documentos que por indicação Sr. José Carlos se relacionavam com fatos, com pessoas, com valores. Relacionamos esse documentos. Fica muito claro que há documentos que podem ter valor. Na minha opinião, do ponto de vista da prova, esses documentos poderão vir a se transformar em provas importantes.

Da mesma forma, se me permitem uma breve apreciação com relação à discussão que aqui pegamos pelo caminho, o José Carlos também poderá vir a ser uma testemunha importante na minha opinião.

Sr. Presidente, faço essa breve observação. Os documentos estão lá relacionados e há um rol com uma relação de documentos com uma breve informação do que são eles. No mais, apenas para informar a V. Exª também que nós procuramos, naquilo que nos for possível, evitar contato, com toda a cortesia que um Parlamentar deve ter, com jornalistas. Evitamos o contato de dezenas de jornalistas por dois dias.

Ontem, quando o assédio e a necessidade deles de trabalhar foi muito intensa, o Senador José Paulo Bisol solicitou que o Deputado Sigmaringa Seixas descesse, por duas oportunidades, no saguão da Polícia Federal e informasse a eles que nós continuávamos trabalhando. Apenas isso. Agora, na saída - o Deputado Sigmaringa não queria -, eu solicitei que S. Exª desse a informação de que nós havíamos concluído o trabalho pela nossa observação, e que não faríamos nenhuma referência sobre o conteúdo da diligência. Apenas sobre a diligência.

Portanto, de minha parte, Sr. Presidente - que nem pertenço a esta Comissão, fiquei em Brasília por convocação do Líder da Bancada -, agradeço a gentileza e, quem sabe, a confiança de V. Exª. Fiz o que me era possível e o que eu consegui fazer para colaborar com V. Exª - especialmente com V. Exª - e também com esta Comissão.

Os documentos estão lá e acredito que são documentos importantes, na medida em que relacionam pessoas, fatos, circunstâncias, todos eles se referindo à Comissão de Orçamento. E há documentos que remontam a, quem sabe, dez anos,

sobre fatos da mesma natureza que os que esta Comissão investiga. Muito obrigado. Estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero propor que amanhã nós tenhamos uma outra reunião, porque começará às 9h30min a oitiva do Sr. Normando. O advogado garantiu-me que o trará aqui.

O Senhor Presidente da República solicitou à Mesa que estivesse com S. Exª às 18 horas, quando quer oferecer toda a colaboração possível. Eu vou, desde logo, sugerir que a primeira colaboração seja não só com a Caixa Econômica Federal, que já está referida no requerimento, como também que nos proporcione aquilo que o Deputado Sigmaringa Seixas apresentou com o requerimento, ou seja, documentos pessoais do economista José Carlos que se encontram no DOU. Uma ordem do Presidente da República pode ser rapidamente cumprida e nós teremos essa documentação.

À equipe que está fazendo a diligência, e que tem procedido de maneira admirável, eu agradeço e peço que prossiga para, depois, na próxima oportunidade, já chegarmos a algum relatório final.

O SR. WILSON MüLLER - Perfeito. Se V. Exª me permitir uma breve observação, em tom de brincadeira, que V. Exª vai entender, quero dizer que nós sabemos que quando há segredo entre dois, é necessário matar um, pelo menos. Esses documentos estão todos aí. No que diz respeito a nós, agora eu tenho que assumir também - o Senador assumiu por mim; S. Exª empenhou com V. Exª sua palavra de honra que nada seria referido -, como o Senador não se encontra presente, foi a São Paulo, a serviço - me parece, uma entrevista -, eu também assumo responsabilidade em nome do Senador que não está presente, para a palavra de honra de que não será divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso seria oportuno esperá-lo mesmo, para a continuação.

O SR. WILSON MüLLER - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu apenas, sem querer ofender ninguém, longe disso, só quero dizer que essa pergunta que me foi feita, de chofre, por um repórter de televisão, é de um documento que foi visto pela Comissão dos chamados voluntários, no sábado de manhã, e não partido da Comissão que foi fazer a investigação.

O SR. WILSON MüLLER - Localizamos, Sr. Presidente, esse documento; agora à tarde, pedi que a secretária anotasse inclusive onde ele se encontra. Soubemos, lá na Polícia Federal, que havia um problema aqui na CPI em relação a esse documento, a essa tal de carta. Nós a procuramos e localizamos, eu li o documento e pedi que ela acautelasse numa pasta que está à disposição de V. Exª. Ela sabe onde se encontra esse documento precisamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A fita está aqui. Passei recibo ao Dr. Grossi, que me levou. Essa fita é do diálogo entre o economista e o Deputado João Alves, e há uma fita, aliás, um filme, me parece, tomado em 18 mm, que mostra a festa pela nomeação do economista quando ele foi para o DOU. Está pronto também para ser visto. Nós poderemos ver isso amanhã. E não há por que não fazer isso e depois dar completa liberdade para que a imprensa veja.

Relativamente à oitiva de amanhã - e nós já estamos aqui com as inscrições -, acho que o mais prudente é que consideremos que elas são válidas para amanhã. Teremos até vinte minutos, após o encerramento da exposição, para quem quiser ainda acrescentar algo.

Já estamos com vinte e três no mínimo, por enquanto.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, a lista foi passada?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A lista está sobre a mesa.

O SR. LÁZARO BARBOZA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. LÁZARO BARBOZA - Sr. Presidente, tenho ciência de que vários Parlamentares que foram citados no depoimento do Sr. José Carlos já teriam encaminhado às mãos de V. Exª ofícios, não apenas se colocando à disposição, mas alguns deles, parece-me, abrindo mão do sigilo bancário. Acho que se V. Exª tem algum desses documentos em mãos, seria interessante que desse conhecimento à Comissão, até porque isso teria evitado que o nobre Deputado Mercadante apresentasse o requerimento com o rol de nomes, quando muitos deles se colocaram à disposição desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aceito como sempre oportuna a sua intervenção, mas direi de público aqueles que já apresentaram esse documento e não apenas numa questão interna.

Direi, por exemplo, que Carlos Chiarelli já fez e outros fizeram.

Vamos tomar esses dados e fazer publicamente a informação de que S. Exªs já apresentaram espontaneamente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria que me permitissem sair para chegar ao Palácio às 18h, mas não quero prejudicar nenhuma questão de ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de solicitar a V. Exª uma informação: se será permitida, como na CPI do PC, a participação

de não-membros da Comissão nas Subcomissões. Se a Presidência, a Relatoria, a vice-Presidência ou o Plenário analisaram essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até agora, Deputado, isso foi tratado como tendo sido realmente privativo dos titulares e suplentes. Mas vamos considerar o que V. Exª coloca.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª está com a palavra.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento à Comissão. Tenho acompanhado pela imprensa essa questão sobre a Caixa Econômica Federal e a participação do Deputado João Alves em prêmios da Caixa Econômica Federal. É importante destacar que é totalmente fora de propósito como está sendo noticiado pela imprensa, que o Deputado João Alves pode ter ganho na Loteria Federal.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de chamar a atenção da Comissão que está sendo cometida uma injustiça e, na verdade, um gravíssimo erro de informação, que está sendo veiculado pela imprensa: o de que poderia haver na Caixa Econômica Federal qualquer tipo de procedimento que permitisse ao Sr. João Alves ganhar na Loteria Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Deputado José Dirceu, isso foi objeto - devo lhe interromper, mas parece-me que V. Exª ainda não estava aqui - de um amplo requerimento deferido nesse sentido. Pedimos não apenas isso que V. Exª solicita como também até encaminhei e vou pedir ao Instituto de Pesquisas Puras em Matemática, uma análise sobre essa questão, sob o ângulo do cálculo da probabilidade, e a Caixa Econômica Federal vai dar essas informações.

Eu gostaria que não saíssem ainda o Senador Iram Saraiva, o Senador Pedro Teixeira e o Deputado Almeida. O Deputado Almeida é da Comissão? Não? É pena! O Deputado Giovanni é da Comissão? Também não?

PMDB, PDT, Senador Luiz Alberto, do PTB.

Então, peço que não se retirem os três, porque eu quero solicitar uma diligência rápida, aqui dentro do plenário. Ouço, finalmente, se me permitem, o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, estamos prejudicados, porque metade dos presentes à reunião já se levantou. Tenho acompanhado pela imprensa a questão da Caixa Econômica Federal e gostaria de obter de V. Exª a seguinte informação: Foi solicitada a convocação dos proprietários das duas Casas Lotéricas: a Camisa 10 e a Caneco de Ouro? Foi solicitada uma diligência nessas Casas Lotéricas? Porque já é público que era nelas que o Deputado João Alves jogava. E segundo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pedi isso e foi dito, Deputado José Dirceu, que seria logo objeto da sub-comissão, como nós chamamos - e que o Senador Amir Lando prefere chamar de sub-relatoria; S. Exª acha que é mais adequado. Também pedi até ao repórter que me dissesse isso, quais eram essas lojas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A informação que tenho, Sr. Presidente, é que foi nessas duas lojas que ele jogou mais de US$ 5 milhões este ano, e que ele jogava no "Certo ou Errado", ou seja, jogava na loteria esportiva, e não na loteria federal, nem sena ou na loto.

Sr. Presidente, o que temos que investigar não são os prêmios que o Deputado João Alves ganhou, mas de onde vinham os recursos com que S. Exª apostava. Quero informar a V. Exª e à Comissão que são cheques administrativos ou dinheiro, mas todos os depósitos são feitos em contas da Caixa Econômica Federal e são controlados. Cada casa lotérica do Brasil deposita todo o movimento diário na Caixa Econômica Federal. Ou seja, é perfeitamente possível fazer essa investigação. Se V. Exª nomear uma comissão e ela for à Caixa Econômica Federal, se convocarmos os proprietários das casas lotéricas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A sub-comissão própria irá lá, e na ocasião espero que nos permita até receber sugestões de V. Exª, que serão muito bem-vindas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Era exatamente sobre isso que eu queria contribuir, Sr. Presidente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, é sobre essa questão. É que para a Caixa Econômica oferecer qualquer informação, é necessário o sigilo bancário ser quebrado por decisão desta Comissão, sem o que eles não poderão atender o ofício de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bom, nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h06min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 7ª. Reunião, realizada em 26 de outubro de 1993.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às nove horas e quarenta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Wilson Martins, Pedro Simon, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Áureo Mello, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire. Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Roberto Jefferson, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion Leomar Quintanilha, Luiz Maximo, Sérgio Miranda, Júlio Cabral, Nelson Trad, Carlos Kayath e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Senador Nelson Wedekin, Deputados Aldo Rebelo, Ivan Burity, Carlos Lupi, Elísio Curvo, José Dirceu, José Genoíno, Moroni Torgan, José Abrão, Wilson Moreira, Sérgio Gaudenzi, Robson Tuma, Giovani Queiroz, Deputadas Márcia Cibilis Viana e Beth Azize, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade de tomar o depoimento do Senhor Normando Leite Cavalcante, Diretor da SEVAL - Serviços de Assessoria Ltda. e, solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que faça as perguntas de qualificação do depoente. Após o juramento de praxe, tece algumas considerações sobre sua empresa, colocando-se imediatamente à disposição dos Senhores Membros da Comissão. A seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputados Roberto Magalhães, Odacir Klein, Senador Eduardo Suplicy, , Deputados Vivaldo Barbosa, Benito Gama, Fernando Freire, Senadores Francisco Rollemberg, Iram Saraiva, Deputados Luiz Salomão, Pedro Pavão, Senadores Gilberto Miranda, Garibaldi Alves Filho, Deputado Aloísio Mercadante, Senador Elcio Alvares, Deputado Roberto Rollemberg, Senador Luiz Alberto, Deputados Maurício Najar, Zaire Rezende, Luiz Máximo e Nelson Trad. A Presidência suspende os trabalhos por dez minutos. Reaberto os trabalhos usam da palavra os Senhores Deputados Sérgio Miranda, Fernando Carrion, Márcia Cibilis Viana, Giovani Queiroz, José Dirceu, José Genoíno, Roberto Jefferson e o Senhor Relator para as perguntas finais. A Presidência submete à consideração dos Senhores Membros se prossegue com uma reunião interna, após um pequeno intervalo, votarão "SIM" e, os que optarem por uma reunião após a sessão do Congresso, votarão "Não". Em votação, verifica-se

o seguinte resultado: quatorze votos não, sete votos sim e uma abstenção. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião interna a realizar-se hoje, após a sessão do Congresso Nacional. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 7ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO,. DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DO Sr. NORMANDO LEITE CAVALCANTE, DIRETOR DA SEVAL - SERVIÇOS DE ASSESSORIA Ltda., QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos iniciar a nossa reunião.

Peço ao Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, que faça a leitura das perguntas que levem à qualificação do Depoente.

O SR. ODACIR KLEIN - Qual o seu nome?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Normando Leite Cavalcante.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua idade?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - 50 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua residência?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - SHIS QI 15, conjunto 12, casa 04, Lago Sul, Brasília.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua profissão?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Empresário.

O SR. ODACIR KLEIN - Onde a exerce?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - No Edifício Brasília Rádio Center, salas 4.013/4.015.

O SR. ODACIR KLEIN - É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estando o Depoente prestando o seu depoimento na qualidade de testemunha, ele vai prestar juramento. Peço que fiquemos de pé.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Depoente está assistido pelo seu advogado, e pode, agora, usar da palavra, pelo tempo que lhe convier, numa exposição prévia.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Senadores, Deputados:

Num fato inusitado, alguém se ofereceu para depor em uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ouvi meu nome enxovalhado, espezinhado, tanto o meu, quanto o da minha empresa, em toda a imprensa. Então, ofereci-me, espontaneamente, para depor.

Lamentavelmente, marcado o depoimento para ontem, uma forte tensão emocional impediu-me de aqui comparecer. Tive cefaléia, dores de cabeça terríveis; não pude comparecer e queria pedir desculpas aos senhores.

A minha empresa - SEVAL - é uma empresa prestadora de serviços, nunca intermediadora de verbas.

A SEVAL tem essa denominação desde 1974. Na época, ela não recebeu o nome de SERVAL, porque existia um órgão Federal chamado CERFAL.

Ontem, fui surpreendido por declarações do meu advogado anterior, que traiu o mandato, dizendo inverdades e, como tal, tive que cassar a procuração que lhe havia dado.

Diante desta explanação, coloco-me à disposição dos senhores para responder a todas as perguntas, esclarecendo que aqui estou para colaborar, no que for possível, no sentido de aclarar tudo o que foi dito sobre a minha pessoa e a minha empresa.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para passar às mãos do Presidente minha declaração de bens, para que toda a Comissão tome conhecimento, pois acredito estar havendo um grande equívoco tanto a meu respeito, quanto a minha empresa, que é, praticamente, uma microempresa, e meus bens são bem modestos.

Com relação a denúncias feitas há dois anos, esclareço que minha vida pessoal e a da minha empresa, SEVAL, foram exaustivamente vasculhadas pela Polícia Federal. Tenho aqui tem um parecer do Tribunal de Contas da União, que diz:

> "Aquela divisão concluiu pela impossibilidade de se detectar, junto ao órgão repassador dos recursos, fatos como os relatados às folhas 02 a 08, notas fiscais por serviços não realizados e direcionamento de recursos à empresa SEVAL - Serviços de Assessoria LTDA -, como intermediadora na liberação de recursos".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É tudo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Normando Leite Cavalcante, V.Sª é o controlador do capital da SEVAL - Serviços de Assessoria Ltda?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E quais os outros sócios de V.Sª?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Minha esposa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que o levou a montar essa empresa SEVAL de consultoria em Brasília?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A falta de estrutura que os pequenos municípios tinham - e continuam tendo - para elaborar os seus projetos e acompanhar o andamento de seus processos em Brasília.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª declarou que desde 1974 a SEVAL existe; e pergunto: qual a sua clientela?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Prefeitos. É isso que o senhor quer saber?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero saber a sua clientela; o senhor está respondendo que são prefeitos, está respondido.

Como funciona ou funcionava a SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A SEVAL funciona - e sempre funcionou - orientando os prefeitos, por ocasião da publicação no Diário Oficial da União da Lei Orçamentária, sobre as dotações ali constantes e da necessidade dos prefeitos darem andamento a um processado, por sinal muito complexo, até hoje.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como era estabelecida a remuneração da SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A relação?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, a remuneração.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como era estabelecida a remuneração? É isso?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Estabelecida mediante contrato acertado entre as partes e fixado um percentual pago com os recursos próprios da prefeitura, nunca da dotação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Percentual calculado sobre a dotação liberada?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Desde quando o Deputado João Alves associou-se à SEVAL - ou associou-se como sócio ou se aproximou da SEVAL -, para, através dela, assistir prefeitos de sua base política?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sr. Relator, o Deputado João Alves não se associou à SEVAL. O que poderia dizer é que o Deputado João Alves indicou algumas prefeituras - como outros Parlamentares indicavam e prefeituras me procuravam - para que fossem elaborados projetos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quais são esses outros Deputados? V.Sª tem lembrança deles?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foram muitos Parlamentares. Posso dar alguns nomes, para trás: Teodoro Albuquerque, Annicchino Dantas), na Bahia; Wilson Falcão, Fernando Magalhães, Tourinho Dantas; Ernani Satyro, na Paraíba - um sem número de Deputados com que trabalhei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas V.Sª tem, na sua empresa, papéis de arquivos capazes de fornecer à Comissão uma lista completa desses Deputados?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não tenho mais, Sr. Relator, porque a Polícia Federal já tem todos esses dados em inquérito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que a Polícia Federal levou os originais do seu escritório?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Levou todas as documentações e pastas de Deputados e Parlamentares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas levou porque fez uma busca ou levou porque o senhor entregou à Polícia Federal?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Levou porque fez busca e apreensão, há dois anos. Então, todo esse material que os senhores precisarem que eu não tiver, vão encontrar no inquérito da Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como são as suas relações com o Deputado João Alves? São meramente profissionais ou o senhor se considera amigo do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - São meramente profissionais; é uma amizade... amigo, amigo, eu não diria, mas eu o tenho visto... quando estava, na época, porque há um ano e meio não tenho nenhuma prefeitura dele. Na época em que eu acompanhava os processos dos seus municípios, eu tinha que prestar informações para ele. Então, sempre estava levando informações sobre o andamento dos processos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª tem conhecimento de que, nesse trabalho de assistência a prefeituras, alguns escritórios não cobram da prefeitura, mas sim da empreiteira que é encaminhada para realizar os serviços?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor nunca usou desta modalidade?.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Embora não sendo amigo do Deputado João Alves, como V.Sª declara, conhece-o há quantos anos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Há uns 8 anos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Sª sabe se ele alguma vez foi sorteado na loteria ou em alguma loteria explorada pela Caixa Econômica Federal?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tomei conhecimento agora, pela imprensa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tomou conhecimento agora pela imprensa.

V.Sª poderia indicar os principais municípios baianos que têm sido clientes da SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Posso citar alguns: Presidente Jânio Quadros, em Guajeru, Itarantim, Rio de Contas. São alguns deles..

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor saberia precisar, dentre os municípios, quais foram especificamente indicados pelo Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Itororó e Itarantim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só esses dois?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Indicados por ele; e outros, os prefeitos me procuraram, apesar de serem municípios do interesse dele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor fazia liberação de verbas em que Ministérios?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O acompanhamento de processo e o encaminhamento que eu fazia era no Ministério do Bem-Estar Social, da Saúde, basicamente desses dois.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca o senhor teve liberações de verbas do Bem-Estar Social?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não falei no Ministério do Bem-Estar Social?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Falou. É porque ele é Bem-Estar Social hoje, mas, no passado, ..

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Antes era Ação Social.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor falou MEC?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - MEC e Saúde. MEC, esporadicamente algum caso. Bem-Estar Social e Saúde.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor poderia dizer quais as pessoas nesses três Ministérios que, de alguma forma, ajudavam o seu trabalho?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sr. Relator, não posso dizer, porque, de certo modo, nem todas as pessoas me ajudavam; ninguém me ajudava, eu procurava informações, colhia informações, que eram fornecidas a todas as pessoas que lá vão e procuram.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que o senhor se mantinha distante dos Ministérios e jamais precisou, sequer, de solicitar, de algum Deputado, que , com seu prestígio, facilitasse a liberação de verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Acho que não entendi a pergunta de V.Exª. Eu, esses processos que eram encaminhados, sempre tinha um interessado político, e como eu não tinha nenhum prestígio - apesar de ter sido indiciado por exploração de prestígio -, só o parlamentar pedindo ao Ministro é que seria autorizado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que sempre tinha que haver a intercessão, a interferência de um parlamentar junto ao Ministro de Estado?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sempre.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor poderia dizer que Deputados tinham esse prestígio e conseguiram liberar verbas diretamente dos Ministros?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ultimamente, eu posso dizer, o Deputado João Alves, o Deputado Cid Carvalho, o Deputado Edivaldo Motta, falecido; que eu me lembre, são só esses.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor tem lembrança de alguma vez ter tratado de liberação de verbas para municípios junto à FAE, Fundação de Assistência ao Estudante, do MEC?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca liberou?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, por enquanto fico satisfeito, protestando por de novo inquiri-lo ao fim das argüições.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente Klein deseja perguntar?

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, o depoente conhece a Srª Célia Maria Abdala Costa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conheço.

O SR. ODACIR KLEIN - Sabe se ela foi ordenadora de despesas em alguns Ministérios, se liberava verbas orçamentárias?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Lembro-me que ela trabalhava na Secretaria Nacional de Habitação do Bem-Estar Social.

O SR. ODACIR KLEIN - O depoente não tem conhecimento se ela exerceu função em que liberasse verbas no Ministério do Interior?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Da Ação Social?

O SR. ODACIR KLEIN - Ministério do Interior, quando existia o Ministério.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ministério do Interior, não senhor. Não a conhecia.

O SR. ODACIR KLEIN - Era só isso, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me permitiria fazer uma pergunta suplementar à do ilustre Relator. Quando ele perguntou ao senhor, ainda há pouco, os Deputados que teriam, não digo intimidade no relacionamento com a sua empresa na questão justamente do seu trabalho, parece que o senhor só se lembrou dos mortos e dos antigos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Citou Ernani Satyro, citou alguns Deputados que já não estão na Casa.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Annicchino Dantas, que faleceu também; citei também Wilson Falcão, Fernando Magalhães, Tourinho Dantas - todos estão vivos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, vivos, mas não atuantes.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não atuantes. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E os que detêm mandato no momento, não lhe ocorre ninguém?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Senador, há um ano e meio que meu escritório, praticamente, não atendo ninguém; estou encerrando minhas atividades. Não tenho, praticamente, ninguém mais, haja vista que destas prefeituras todas que lhe falei, sobre o Deputado João Alves mesmo, eu não tem mais nenhuma prefeitura desse Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Senador Eduardo Suplicy, pelo privilégio de ser o requerente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Normando Leite Cavalcante, o senhor conhece o Sr. Dino Americo Silvino de Oliveira Neto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pelo nome, não senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Assessor no Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor conhece o Sr. Luís Arthur Arantes Nascimento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também, não senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gerente do Banco Nacional?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando o senhor formou a empresa, em 1972, ...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Em 1974.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em 1974, que nome tinha?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - ASSAD.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ASSAD. Que ano ela modificou o nome para SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Setenta e quatro, ela foi criada em 1966, a anterior, e modificada em 1974.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Observo que entre os objetivos de um contrato celebrado, entre a SEVAL e a Prefeitura Municipal de Rio Largo, está "o de liberar verbas em nome e do interesse da mencionada Prefeitura"; este objetivo também consta das procurações juntadas aos autos. Esse objetivo, Sr. Normando, é ilícito, pois presume que o senhor assuma contratualmente funções que são privativas da administração pública.

Quais... Sr. Presidente, o advogado não pode instruir o Sr. Normando em meio ao seu depoimento.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - ... Não falou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu percebi o que o senhor falou.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quais os meios utilizados, pelo senhor, para liberar esses recursos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Os meios são os mesmos que acabei de falar ao Relator: elaboração do processo, toda documentação burocrática para o encaminhamento e aí entraria a parte do político para pedir. Eu não libero a verba.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Na liberação desses recursos, o senhor recebia ajuda ou se utilizava da influência de algum Parlamentar ou outra autoridade pública?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, eu não me utilizava da ajuda de Parlamentar nem de autoridade pública, apenas o Parlamentar, votado naquele município, tinha o interesse de atender aquela obra ou aquele recurso e pedia ao Ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas conversava com o senhor antes.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim, comigo ou com o prefeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Normando, quem é João Hermeto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - João Hermeto, parece-me que é o dono ou gerente de uma empresa que fabricava ônibus assim, tipo ambulatório, gabinete médico-odontológico e puericultura e queria vender para prefeituras.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por que V. Sª encaminhou esta relação com o nome de 47 municípios identificados como de interesse do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Lembro, vi isso na Polícia Federal, só que alguns desses municípios foram incluídos como do Deputado João Alves sem que o fossem, foi apenas um equívoco da minha secretária.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor reconhece sua assinatura neste documento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Reconheço. Posso marcar alguns aqui que não são dele?

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor pode ler só a linha inicial.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - "Segue relação dos municípios do nosso interesse, representados pelo Deputado João Alves".

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, todos esses municípios, que são 47, são do interesse do Deputado João Alves.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não são, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, "do nosso interesse" significa interesse de quem? Da SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Interesse da SEVAL com ...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com o Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, com o empresário que ...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com o Sr. João Hermeto.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exato.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, só para entender bem essa frase, o senhor poderia ler e interpretá-la novamente?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - "Segue relação dos municípios do nosso interesse, representados pelo Deputado João Alves de Almeida".

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Normando, na busca realizada na sede... Perdão, o Senador José Paulo Bisol acho que poderia me ajudar, se pode usar da palavra, por favor.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL (fala fora do microfone)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia V. Sª relatar, pelo microfone, quais são efetivamente os do Deputado João Alves e quais os que não são? Por favor!

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Se a memória não me engana, Antas, Camaçari, Caravelas, Dário Meira, Entre-Rios, Eunápolis, Itaparica, Itajuípe, Nova Itarana, Maiquinique, Olimpina, Presidente Dutra, Rio do Antônio e Santa Terezinha não são do Deputado João Alves.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Os outros são dele?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - São.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Há pouco, o senhor disse: "há um ano e meio que não tenho nenhuma prefeitura dele"!

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quer dizer que o Deputado João Alves tinha prefeituras dele?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Prefeituras do interesse dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Na busca realizada na sede da SEVAL, foram apreendidas várias folhas de papel timbrado da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional assinadas em branco. Cópias dessas folhas foram parar em seu poder. De que forma o senhor iria utilizá-las? O senhor teria condições de identificar os autores das assinaturas dessas folhas em branco? Por favor, Senador Bisol.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Todas estas são assinaturas de Prefeitos do Maranhão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como é que o senhor obtinha folhas em branco da Comissão Mista de Orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foram folhas que os prefeitos levaram para fazer processos para eles.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eles pegavam na Comissão Mista de Orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eles pegavam na Comissão e, em vez de deixar o papel timbrado da prefeitura, deixavam o da Comissão, que não foi utilizado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª poderia deixar em mãos do Presidente, por favor?

Eu pediria, Sr. Presidente, que, após o depoimento, ele identificasse precisamente quais os Prefeitos.

Sr. Normando, o senhor não é engenheiro, nem arquiteto, nem advogado, nem economista, nem administrador.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Os demais sócios da SEVAL, no caso a esposa de V. Sª também não possui qualquer dessas habilitações. No entanto, a sua empresa celebrava contratos de assessoria nessas áreas. E o senhor chegou a receber várias procurações em seu nome. O senhor exercia essas profissões ilegalmente?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ou as atividades de sua empresa, na prática, nada tinham a ver com isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Quando o processo tratava-se de projeto técnico, normalmente esse projeto já vinha pronto da prefeitura, assinado por um engenheiro. A minha empresa, a SEVAL, faria apenas a parte burocrática.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas como o senhor disse que fazia projetos, então o senhor contratava profissionais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não contratava profissionais porque não precisava. Sempre que eu precisava de projetos técnicos, como já falei, vinham da própria prefeitura. Eu comunicava à prefeitura que precisava fazer o projeto técnico, o detalhamento técnico, e este já vinha pronto. Eu só faria a parte burocrática: declarações, petições, plano de trabalho, essas coisas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por que o Deputado João Alves lhe apresentava prefeitos de sua base política? Seria por vínculo de amizade, interesse político ou interesses financeiros?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Interesse político dele. Todo Parlamentar tem interesse político.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Deputado João Alves sabia que o senhor se apresentava nos Ministérios como seu assessor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não e nunca me apresentei em Ministério como assessor de João Alves.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas, nos diversos depoimentos coligidos durante a instrução provisória do Inquérito nº 01302/91, ficou comprovado que o senhor comparecia, por exemplo, ao Ministério da Ação Social, apresentando-se como assessor do Deputado João Alves. Isso se dessumi, se infere das declarações da Ministra Margarida Procópio e do Sr. Walter Annicchino, ex-Secretário Nacional de Saneamento do Ministério da Ação Social e de outros 26 funcionários do mesmo Ministério, que afirmam, em seus depoimentos, que o senhor era assessor do Deputado, apresentando, inclusive, cartões assinados pelo senhor.

Todas essas pessoas mentiram para a Polícia Federal?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sr. Senador, não sei se eles mentiram ou se foi um trabalho dirigido. Se perguntassem se eu era assessor do Deputado Cid Carvalho, por exemplo, do Deputado Edivaldo Motta, por exemplo, que eram os parlamentares com que eu ia aos Ministérios ao Ministério da Ação Social, como falei, certamente iriam dizer que era assessor desses parlamentares também. Nunca me apresentei como assessor de parlamentar nenhum, mesmo porque não sou, e nunca me pediram cartão, nem eu apresentei cartão de assessor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, última pergunta.

De fato, a empresa de V. Sª, conforme consta de registro no Diário Oficial, denominava-se ASSAD, Assessoria Administrativa Ltda. Agora, só porque talvez tenha falhado a memória, mas pelo menos no Diário Oficial de 1986, tenho aqui que a sociedade passará a usar a denominação social de SEVAL, Serviços de Assessoria Ltda, permanecendo com os mesmos objetivos e tendo como sede SCS 6 - Bloco A, Edifício Arnaldo Villares, sala 616, nesta Capital, ou seja, a prestação de serviços de assessoramentos em geral, qualquer pessoa física e jurídica e assim por diante.

Portanto, aqui no Diário Oficial, a modificação do nome de ASSAD para SEVAL é de 1986.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tudo bem. Tenho aqui a ata da alteração e passo às mãos do Sr. Presidente. Ela está assinada de 31 de maio de 1974.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Já para SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Já para SEVAL.

Vou ler aqui para o senhor, então, a parte referente à SEVAL.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, como explica esse outro...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Capital social retirado de alguns sócios, aí ele fala aqui: "A sociedade passará a usar a denominação social de SEVAL - Serviços de Assessoria Ltda, permanecendo com os mesmos objetivos e fins."

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria também que fosse encaminhado à Presidência a cópia deste documento, que talvez V. Sª possa explicar por que em 1986 é que foi registrado no Diário Oficial e somente, então, oficialmente, a denominação SEVAL. Coincidentemente, em 1986 - de 93 para 86, são 7 anos - e V. Sª lembra que há pouco disse algo sobre o que ocorreu há 8 anos atrás. Ou seja, V. Sª disse que conhece o Deputado João Alves a aproximadamente 8 anos. Em 1986, portanto, há 7 anos, é que está registrado no Diário Oficial que a empresa passou a ter a denominação SEVAL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sr. Presidente, queria me resguardar o direito de encaminhar à V. Exª, posteriormente, uma definição do meu contador sobre este documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Pelo mesmo privilégio, tem a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, inicialmente, queria reiterar, para melhor esclarecer, duas ordens de questões que o Senador Eduardo Suplicy acabou de levantar.

A primeira é de que, nos contratos que o depoente fazia com as prefeituras, estava inserida a obrigação de não apenas desembaraçar, cuidar da burocracia de projetos, mas realizar projetos, fazer projetos.

O depoente acaba de responder que não tem as qualificações profissionais para fazer projeto e que não os fazia. Mas, no entanto, pelos contratos das prefeituras, era dever, era parte da obrigação contratual da SEVAL realizar projeto.

Qual era a percentagem, Sr. depoente, que a SEVAL cobra, naturalmente, para realizar o seu trabalho?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, o que cobro depende de caso a caso, porque tem processos que são rápidos, o trâmite é rápido, três, quatro meses. Tem processo que dura o ano inteiro, que não se pode comparar, ou seja, deixar o mesmo índice para um para e para outro. Então, o máximo que cobrei era 7%.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sete por cento. O mínimo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Três por cento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Variava, então?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Variava.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sete por cento a 3% sobre o valor da verba liberada?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exato. Pagas com recursos próprios da prefeitura.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pagas com recursos próprios da prefeitura?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exato.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Já que o senhor não fazia projeto, já que a prefeitura tinha que arcar com o ônus de pagar um projeto para ser feito, o senhor não acha excessivo 3 a 7% apenas para encaminhar papéis?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - E acompanhar... não, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O depoente informa que não fazia o projeto, que a sua única função era visitar os Ministérios e acompanhar os projetos; inclusive precisava, necessariamente, inarredavelmente, de um pedido de um Deputado para o projeto ser liberado.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não obstante, a SEVAL cobrava 7% ou 5, ou 6, ou 3% do valor de toda a verba...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O que for acordado entre as partes.

O SR. VIVALDO BARBOSA - ...para liberar o projeto.

Mesmo assim, o senhor não acha que é excessivo um percentual sobre o valor da verba para apenas encaminhar o projeto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, Deputado, não acho excessivo, porque isso foi algo acordado entre duas partes.

Um, 2, 3, 4, 5%, o que as partes acordaram está certo, está correto para os dois.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E as partes acordavam em função da apresentação de algum Deputado para que a prefeitura recebesse os serviços do depoente?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É, em alguns casos sim; outros, não. Outros prefeitos me procuravam, eu preparava a documentação, orientava para ele preparar a documentação técnica, trazia e encaminhava ao Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como era necessária sempre a presença de um Deputado no meio ou no fim do processo, mesmo que a prefeitura não viesse apresentada por um Deputado, a prefeitura indicava ao depoente o Deputado que ela queria que fizesse a intermediação?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Com toda certeza.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, mesmo com essa ajuda toda que o depoente recebia - os projetos vinham prontos e o Deputado ajudava - não acha excessivo cobrar de 3 a 7%...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não acho, não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - ... para intermediar papéis e acompanhar papéis?

Outra questão, Sr. Presidente, que também o Senador Suplicy sublinhou, e eu aqui chamo a atenção também do Sr. Relator e do Sr. Presidente, é que, manuseando os autos do processo da Polícia Federal, há a existência de depoimentos de diversos funcionários do Ministério da Ação Social. Diversos funcionários. Todos eles afirmam que o depoente se apresentava no Ministério como assessor do Deputado João Alves. Não há nenhuma discrepância. Inclusive, há o depoimento da Srª Ministra de Estado, Margarida Maria Maia Procópio, que afirmou, no seu depoimento, que Normando ali se apresentava como assessor do Deputado João Alves de Almeida. Assim, para todos os funcionários, apresentava-se nessa condição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria para falar como Relator, já que o Deputado Vivaldo se dirigiu a mim. Já tenho conhecimento desses depoimentos, em razão de cópias que foram trazidas pelo Senador Suplicy, mas pediria a V. Exª que depois encaminhasse, para juntada ao processo, cópia, não digo autenticada, porque V. Exª não pode autenticar uma cópia de um processo que esteve na Polícia Federal...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Claro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ...mas, pelo menos, encaminhadas por V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Certo.

Parece que o depoente quer se manifestar a esse respeito, também.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu estou surpreso é com a Ministra Margarida Procópio, porque eu nunca a vi, eu nunca estive no gabinete dessa mulher para ela estar afirmando que eu me apresentava como assessor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sei.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Isso é uma... é uma discrepância.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Agora, outra questão, Sr. Presidente - permita-me indagar o depoente: alguns - não são muitos depoimentos - é o caso do depoimento de José Rivaldo Mello de França, onde este afirmou que não conhece pessoalmente o Deputado Federal João Alves, mas já atendeu telefonemas do citado Parlamentar que solicitava informações sobre processos de municípios baianos que eram intermediados pelo Sr. Normando.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Acompanhado; eu não diria intermediado, porque não intermediei coisa alguma.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Realmente, até concluí que o senhor apenas acompanhava os papéis e por isso recebia aquela comissão de até 7%.

O Sr. Stanislaw Marca também se referiu a essa condição de assessor do Deputado João Alves, que era apresentada pelo Sr. Normando; foi confirmada pelo próprio Deputado João Alves em duas ocasiões, em que o declarante compareceu ao seu gabinete na Câmara dos Deputados.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O Sr. Stanislaw?

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Sr. Stanislaw tendo dito que compareceu ao gabinete do Deputado João Alves, e este confirmou que o Sr. Normando era seu representante nesses processos e como seu assessor.

Também o depoimento de Ismaelita Maria Alves Lima confirma que recorda-se de ter atendido um telefonema do Deputado João Alves, posteriormente, o *qual queria confirmar a entrega de uma relação da Comissão Mista de Orçamento, do* Congresso Nacional, e que tinha sido encaminhada àquele Ministério. É para confirmar essa relação que foi apresentada ao ilustre depoente pelo Senador Eduardo Suplicy.

No seu depoimento, Ângela Maria Barbosa Parente diz que foi apresentada ao Deputado João Alves por Normando.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Numa recepção no *Congresso Nacional!*

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente. Numa recepção. Apenas estamos querendo pontuar aqui as relações do depoente como prestando serviços, ou tendo essa relação funcional e profissional bem estreita com o Deputado João Alves.

O depoimento do Sr. Walter Annicchino também diz ter recebido o telefonema do Deputado João Alves de Almeida, o qual referia-se a Normando como seu representante no encaminhamento dos processos dos municípios da Bahia.

Sr. Presidente, gostaria de indagar: o depoente, segundo dois relatórios da Polícia Federal, é tratado como indiciado no processo a que responde, e até o despacho, de 09 de junho de 1993, em conclusão, diz que: "Indiciamos Normando Leite Cavalcante pela prática do crime de exploração de prestígio e solicitamos perícia grafotécnica aos documentos de folhas comprovando a sua estreita ligação com o Deputado João Alves de Almeida". Também, no mesmo despacho: "De qualquer modo comprovou-se, mais uma vez, a ligação entre Normando e o Deputado João Alves, conforme se infere do teor das declarações coligidas nestes autos".

Em outro relatório - esse de 22 de setembro, último - também há a referência à estreita ligação entre Normando e João Alves, e o indiciamento de Normando por exploração de prestígio de João Alves "se deduz de toda essa documentação".

Para finalizar, só queria saber se decorre realmente da apreensão os documentos feitos na firma SEVAL, porque é uma curiosidade que não está esclarecida no despacho da Polícia Federal, que diz o seguinte: "com o surgimento de notícias envolvendo o ex-Secretário Nacional de Habitação, Ramon Arnus Filho, no recebimento de comissões, em razão do cargo, solicitamos a quebra do sigilo bancário e a expedição de mandado de busca e apreensão, diligência cumprida na Academia de Tênis de Brasília e que, inclusive, nos possibilitou apreender documentação comprobatória do pagamento de despesas de servidores integrantes da equipe da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, por Cláudio Vieira. Tal documentação foi remetida ao Delegado Paulo Lacerda que deu continuidade às investigações.

Nesse despacho não se esclarece se esses são os documentos apreendidos na SEVAL, ou documentos apreendidos em outro lugar. Poderia o depoente esclarecer a esse respeito?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Acredito que não foram na SEVAL.

Se encontraram alguma coisa dentro desse quarto onde estava esse Dr. Arnus, foi apenas um requerimento, aceitação em cima de um requerimento como Secretário Nacional de Habitação.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas não há nenhuma indicação de pagamento de despesa de integrantes da equipe de Zélia Cardoso de Mello?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não conheci esse homem. Nunca vi esse homem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Encerrei, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª, porque estou estimando, nesse depoimento, os que perguntam gastam muito mais tempo do que quem responde; leitura completa de documentos, identificação de nomes, é um prejuízo de dez minutos gloriosos que todos têm.

Deputado Roberto Jefferson (Pausa).

Ausente.

Deputado Benito Gama (Pausa).

Ausente.

O SR. BENITO GAMA - Presente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não respondeu de pronto!

O SR. BENITO GAMA - Respondi, mas o microfone estava desligado. Sempre presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe-me V. Exª.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, antes de inquirir o depoente, queria solicitar de V. Exª a requisição, ao Presidente da Câmara dos Deputados, de um Assessor Parlamentar, que hoje é o Subchefe da Assessoria de Orçamento, Sr. Osvaldo Maldonado Sanches, para nos assessorar aqui na CPI e também nas Subcomissões, que foram criadas ontem. O nome do servidor é Osvaldo Maldonado Sanches.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me permitiria que decidíssemos isso na reunião interna que vamos ter?

O SR. BENITO GAMA - Sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque há vários pedidos de assessores e se somarmos todos os assessores que já estão solicitados, talvez a sala seja pouca. Mas discutirei isso com V. Exª.

O SR. BENITO GAMA - Pois não, Sr. Presidente, mas nos dez minutos que eu tenho direito de fazer uso da palavra, quis fazer essa colocação para não atrapalhar os trabalhos de V. Exª e da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas estão descontados.

O SR. BENITO GAMA - Muito obrigado.

Sr. Normando Leite Cavalcante, o senhor tem conhecimento de maior ou menor agilidade na liberação de recursos de algum Ministério ou algum órgão público do Governo Federal? Existe alguma facilidade ou agilidade maior em alguns determinados Ministérios?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não conheço. O que vejo hoje é muita burocracia, cada vez mais retardando as liberações.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Normando Leite Cavalcante, o senhor que trabalha com projetos nessa área do orçamento público, quais as verbas com maior facilidade de liberação ou com maior velocidade na liberação? Eu repetirei a pergunta: Se o senhor identificaria as verbas e de quais Ministérios?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, não conheço essa agilidade, essa facilidade de verbas para liberação.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Normando Leite Cavalcante, em função da pergunta do Senador Eduardo Suplicy, dos gabinetes odontológicos, gostaria de saber se esses gabinetes odontológicos eram pagos pelo Ministério da Saúde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deveriam ser encaminhados ao Ministério da Saúde. Mas eu lembro na época, não sei qual, foi encaminhado um e o Ministro disse que não podia atender, porque se atendesse teria que atender a todos os Municípios. Morreu aí.

O SR. BENITO GAMA - Mas a origem dos recursos seria o Ministério da Saúde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Seria o Ministério da Saúde.

O SR. BENITO GAMA - E dentro do Ministério, seria alguma autarquia, algum fundo especial, alguma fundação?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, devia ser o Ministro para atender esse caso. Não sei qual seria a dotação.

O SR. BENITO GAMA - Então, o senhor não tem conhecimento de liberação de nenhum gabinete odontológico?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nenhum.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, eram somente estas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Normando Leite Cavalcante, eu gostaria de saber do senhor se existem outras empresas semelhantes à SEVAL, que prestam serviços a prefeituras e a entidades filantrópicas, visando a liberação de recursos orçamentários?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. FERNANDO FREIRE - O senhor poderia, por obséquio, mencionar os nomes dessas empresas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não posso, não sei, mas entretanto vejo muitas pessoas, dentro do Ministério, fazendo esse mesmo trabalho que faço. Se são empresas registradas eu não sei, só sei que tenho pago caro porque o registro da minha empresa é legal. Agora, as outras, não sei!

O SR. FERNANDO FREIRE - Num apelo à sua memória, Sr. Normando, o senhor teria condições de se recordar de alguma empresa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sinceramente, não. Não tenho conhecimento nominal de nenhuma.

O SR. FERNANDO FREIRE - O Sr. tem idéia de qual o percentual cobrado por essas empresas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não tenho.

O SR. FERNANDO FREIRE - Declarou V. Sª que o percentual cobrado pela SEVAL se fixava entre 3 e 7%?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Depende de cada caso.

O SR. FERNANDO FREIRE - Poderia V. Sª descrever as fases desses recebimentos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Claro. Nós elaboramos toda a documentação, encaminhamos, processamos nos Ministérios, acompanhamos; constantemente são feitas exigências para anexação de documentos, mesmo porque existem documentos que vencem de 30 em 30 dias, como o Fundo de Garantia, declarações 60 dias e assim por diante. Isso tem aquela primeira fase que vai para um setor, para outro. Sei que o andamento de um processo, em um Ministério, é uma ciranda. Ele percorre diversas cessões e chega até à sanção do Ministro, publicação e pagamento. Pago o Prefeito, com o recursos próprios da Prefeitura, pagariam os meus honorários. Só que nem todos pagam. O calote também existe.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Normando, no trabalho prestado pela SEVAL, poderia V. Sª declarar à essa Comissão que percentual, vamos dizer assim, os prefeitos da Região Nordeste participam, utilizam ou utilizavam os serviços da sua empresa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado foram várias fases diversas da minha vida. No início, na metade, trabalhei com muitos municípios do Nordeste, não só Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará.

O SR. FERNANDO FREIRE - O Estado da Bahia, Sr. Normando, sempre teve um destaque maior, vamos dizer, na sua...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O Estado da Bahia, foi o Estado que mais trabalhei no início da minha vida.

O SR. FERNANDO FREIRE - Que percentual dos seus negócios? Em que percentual da carteira de cliente de sua empresa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Chegava a ser 70%, teve época em que trabalhei em quase todo o Estado da Bahia, com quase todos os parlamentares da Bahia.

O SR. FERNANDO FREIRE - E os outros 30%, Sr. Normando, diria que se fixava mais nos Estados da Região Nordeste ou o senhor também atendia também a prefeitos da Região Sul, da Região Sudeste?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Atendia, no serviço de assessoria, como o tal, presto assistência a quem me procura.

O SR. FERNANDO FREIRE - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Permita-me, Sr. Presidente, que à guisa até de uma justificativa e não de uma crítica à Mesa, conte um caso: Ocupei uma cadeira na Câmara dos Deputados por 16 anos e lá tive oportunidade de conhecer um Deputado amazonense, Antunes Oliveira - quem era Deputado certamente o conhece muito bem - que raramente escrevia os seus discursos e quando terminava o horário do famoso pinga-fogo, o Presidente, então, dizia: àqueles que têm discursos inscritos queiram encaminha-los à Mesa a fim de serem considerados como lidos. E o Antunes Oliveira, que nunca escrevia coisa alguma, dizia: Sr. Presidente, solicito a V. Exª que seja considerado como lido o discurso que irei elaborar e posteriormente passarei à Mesa. (Risos)

Como não elaborei nada ontem e me inscrevi para falar e, não conseguindo falar nem na sessão pública e nem na sessão privada, Sr. Presidente, resolvi por escrito hoje, porque se não houvesse essa possibilidade eu encaminharia à Mesa o que eu gostaria de dizer hoje, que é bem diferente, obviamente, do que eu falaria ontem.

Então, vou ler para V. Exª, para Mesa e para todos o que escrevi:

> "Sr. Presidente, a questão relativa a intermediação de verba por escritórios ou pessoas que se prestam a agir como prepostes de prefeitos perante os órgãos públicos é prática há décadas incorporada aos costumes

de autoridades municipais desavisadas acerca da desnecessidade de se utilizarem desse serviço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª se referiu há pouco a prepostes ou prepostos? Prepostes e prefeitos?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Citei há pouco preposte de prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...de Prefeito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Preposte de prefeito, exato.

"À guisa de ilustração, em testemunho de que a prática já existe, já pelo menos 20 anos - eu mostrei a V. Exª um documento há poucos dias - assimilada pela autoridade policial como de plena normalidade, trago a esta Comissão resposta de uma correspondência por mim dirigida, nos idos da década de 70, à Polícia Federal, a que recorrera, solicitando averiguar informações de que havia um escritório de procuração estabelecido com o fim de desempenhar esse mandato mediante cobrança de um percentual sobre o valor liberado.

Devo dizer que naquela ocasião existiam "enes" escritórios de procuraçao não só funcionando dentro do Congresso, como dos mais diversos Estados da Federação. Era comum escritório da Amazônia - perdoe-me citar, mas para citar um distante - de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, mandar carta solicitando procuração aos prefeitos para trabalharem no sentido de liberação de verbas.

Observem V. Exªs a resposta ilustrativa e asséptica daquele órgão à Polícia Federal, datada de setembro de 72. Quer dizer, há vinte anos e um mês:

"Exmº Senhor Deputado Francisco Rollemberg:

Caro Deputado, tenho a subida honra de informar a V. Exª, em atenção ao Ofício datado de 30 de maio do corrente, - fiz em maio, recebi em setembro - que esta Superintendência apurou, referente à cobrança da taxa de 10%, por parte da Procuradoria do Nordeste - era uma de Recife.

A citada firma é dirigida por Ana Maria dos Santos, brasileira, solteira, natural da Guanabara, nascida em 16 de tal, residente à Praça Coronel Cordélio Padilha, bairro de Nova Olinda, Pernambuco, registrada no 1º Cartório de Títulos e Documentos, no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas-A, nº23, sob o Número de Ordem de 1.740.

Finalmente esclareço que a firma é estabelecida, tendo por fim a exploração dos negócios de procuratórios, administração de bens e representação em geral à base de comissão, declarando a Nominada que há tempos entrara em contato com a APAE - foi por isso que eu denuncie, porque ela pediu 10% à APAE de Sergipe - oferecendo o seu serviço sem contudo, até a presente data, receber qualquer resposta da Comissão.

Ao ensejo, apresento a V. Exª meus protestos de estima e consideração.«

Assina, Iram Gomes Cavalcante, Major, Superintendente da Regional da DPF.

Ora, Sr. Presidente, o senhor vê que a minha preocupação já vem de 20 anos. Que fui à Polícia Federal, para que se esclarecesse se essas coisas eram legais ou não. E a Polícia Federal, com essa resposta, inibiu-me de continuar a tomar qualquer outra providência porque, é normal.

Então eu vi a atividade do Normando, quanto do Eval, como de tantos outros, como normal e como normal sempre encarei isso porque está aqui um documento dizendo que é normal.

Só no dia 30/10/90, quer dizer, 30 de outubro de 91, é que o Dr. Célio Silva, então Consultor-Geral da República, ouvido pelo **Jornal do Brasil**, defende a tese de que "os recursos previstos no Orçamento Geral da União, com destinação explicitada para cada município, não devem ter qualquer tipo de agenciamento para a sua liberação. A simples existência de empresas com esse tipo de atividade deveria ser considerada ilegal." E a seguir alguns delitos e as penalidades previstas pela Lei. Então ele diz que o cidadão pode ser acusado por corrupção ativa, corrupção passiva, estelionato e apropriação indébita.

Ora, Sr. Presidente, em vista disso não me coube alternativa senão escrever aos Prefeitos de Sergipe há época e às entidades filantrópicas, como os hospitais, Santas Casas de Misericórdia, mostrando da absoluta desnecessidade de assessoria desses escritórios ou dessas pessoas, pois tais recursos pertenciam a seus municípios e a eles se chegaria mediante apenas ao atendimento de determinações nada complicadas a se cumprir.

Não desejo, com esta ilustração - quero ressaltar - desmerecer o trabalho da Polícia Federal àquela época, desprovida de mecanismos, inclusive de natureza técnica, que pudessem levar a cabo comissões tão delicadas como a que havia solicitado. O meu intuito, Sr. Presidente, é demonstrar a existência de uma prática antiga, estribada na constituição de escritórios, montados e em pleno funcionamento, cuja sofisticação, nos dias de hoje, torna-se fácil compreender e forçoso admitir. A esse respeito, eu falo, então, da proposta do Célio Silva, que já li anteriormente.

Dito isso, Sr. Presidente, pretendo fazer ao Sr. Depoente algumas perguntas, a maioria das quais ele já respondeu. A primeira é se ele conhecia o Deputado João Alves e se gozava da sua intimidade.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Ele respondeu que não.

De que forma ele foi recomendado ou apresentado pelo Deputado João Alves a prefeitos municipais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Para a elaboração de documentos necessários ao encaminhamento aos Ministérios.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Como ocorriam as liberações, se a tarefa do Depoente era de difícil execução, a ponto de ensejar a cobrança da comissão de pró-labore? V. Exª sabe informar como ocorriam?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como ocorria a liberação?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A liberação ocorria dentro dos trâmites normais de um ministério: encaminhado, o processo cumpria todas as etapas. O Parlamentar tem que, obrigatoriamente, falar com o Ministro e, então, seria pago.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - O percentual ou o valor dessas comissões, quando eram pagas - porque ouvi dizer que alguns não pagavam sequer - de que forma: em espécie ou em cheque? E o senhor dava recibo ou nota fiscal?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Por ordem bancária, e sempre emiti recibo e notas fiscais, inclusive, consta do laudo da Polícia Federal.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Como Depoente, o senhor declarava no Imposto de Renda os valores recebidos por essas intermediações?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Perfeitamente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Pergunto se o Deputado João Alves o auxiliava na liberação de recursos e, em caso afirmativo, de que forma se dava esse auxílio.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não auxiliava... Não entendo bem como V. Exª quer saber. Ele participava na medida que lhe falei: ele tem que intervir junto ao Ministro. O processo está tramitando, ele teria que pedir ao Ministro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Agradeço a V. Exª a oportunidade que me deu de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro. (Pausa)

S. Exª declinou de formular perguntas.

Segue-se o Sr. Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Normando, quando V. Sª fazia os processos para as Prefeituras, também fazia a elas indicações de nomes de empresas de engenharia para execução de obras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. IRAM SARAIVA - Não?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. IRAM SARAIVA - Está muito em voga ganhar na Loteria. O senhor alguma vez ganhou na Loteria?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Infelizmente, não.

O SR. IRAM SARAIVA - Nem parentes? (Pausa)

O senhor deu depoimento à imprensa, dizendo que o Deputado João Alves o apresentou a prefeituras.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Certo.

O SR. IRAM SARAIVA - E que recebia comissões para fazer processo a essas mesmas prefeituras. Quais os nomes dessas prefeituras - se o senhor se lembrar - e o nome desses municípios?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não lembro. Tem uma lista. O Senador Eduardo Suplicy apresentou uma lista, algumas...

O SR. IRAM SARAIVA - A lista apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy é suficiente ou teriam mais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É suficiente. Tem muitas. Não tem mais do que isso não.

O SR. IRAM SARAIVA - Não entendi. Suficiente?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Suficiente.

O SR. IRAM SARAIVA - O senhor conhecia o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conhecia de vista, nunca tive maiores intimidades com ele.

O SR. IRAM SARAIVA - De vista de onde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conheci no gabinete do Deputado João Alves, e, várias vezes, pelo Senado, nos corredores do Senado, sempre o cumprimentei.

O SR. IRAM SARAIVA - Pelo Senado?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pelo Senado.

O SR. IRAM SARAIVA - O senhor foi ao DOU?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, nunca.

O SR. IRAM SARAIVA - Na residência do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Fui.

O SR. IRAM SARAIVA - O senhor se encontrava com ele, além desses locais, em outro local?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Com o Deputado João Alves?

O SR. IRAM SARAIVA - Não, com o José Carlos Alves dos Santos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, nunca encontrei o José Carlos, não. Achei que o senhor estava perguntando se eu fui à residência do Deputado João Alves. Fui.

O SR. IRAM SARAIVA - Se o senhor se encontrou com o Sr. José Carlos em outros locais. Era só no Congresso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Só no Congresso.

O SR. IRAM SARAIVA - Na casa do Sr. Deputado João Alves não?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não lembro, Senador, de nunca tê-lo encontrado por lá. Não lembro.

O SR. IRAM SARAIVA - Certo.

O senhor fez alguma viagem com o Deputado João Alves? Para onde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Fiz. Fui uma vez à Bahia, para orientar alguns prefeitos na montagem de processos, em Salvador. Nessa viagem, não fui exatamente com o Deputado, fui por minha conta, pago pela SEVAL, em vôo de carreira, e voltei em vôo de carreira.

O SR. IRAM SARAIVA - O que me interessa agora, além dessa sua informação, é se o senhor chegou a viajar com o Deputado João Alves, em companhia do Deputado João Alves.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Viajei uma vez de Salvador a Itapetinga.

O SR. IRAM SARAIVA - E o senhor foi de carro, de avião, de quê?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, fui de avião.

O SR. IRAM SARAIVA - No avião do Deputado?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi um avião que ele alugou e eu peguei carona com ele. Vários prefeitos tinham me convidado e eu fui.

O SR. IRAM SARAIVA - O senhor conheceu, de alguma forma, o Sr. Eli Lopes Leitão, motorista do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei. Eli é esse último de agora? Não estou lembrado se é esse. Se for o último, eu conheço. O anterior, eu não sei, não lembro não. Se Eli for esse último, eu conheço.

O SR. IRAM SARAIVA - Esse último a que o senhor se refere é de que época? Data, mais ou menos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Há um ano. Nesse período de um ano para cá, um ano e meio.

O SR. IRAM SARAIVA - A revista **Veja** informou que V. Sª trabalhou durante dez anos com o Deputado João Alves e outros membros da Comissão Mista de Orçamento.

Pergunto ao Sr. Normando: quem eram esses outros membros da Comissão?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi um pouco de exagero da **Veja**. Não foram outros. Trabalhei elaborando documentos para as prefeituras do Deputado João Alves e para as prefeituras do Deputado Cid Carvalho, somente.

O SR. IRAM SARAIVA - Só? Houve exagero da revista?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Houve exagero.

O SR. IRAM SARAIVA - O seu ex-advogado, Dr. Pedro Calmon, afirmou ao jornalista Luiz Costa Pinto que: "os deputados estabeleciam uma comissão de 20% sobre o valor das liberações. No começo do esquema entre Cavalcante e João Alves, a SEVAL ficava com 7%, e, depois, o Deputado foi tirando tudo de Cavalcante, só deixando ele ficar com 3%. O Cavalcante me contou essa história. Agora tem medo de revelá-la".

O senhor confirma essa declaração?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não confirmo. Isso é uma declaração aética. Ele nunca poderia ter falado nada contra o seu constituinte. Mesmo sendo mentirosa, ele não poderia ter falado, e vou representá-lo na OAB por causa disso e de outras declarações que andou dando.

O SR. IRAM SARAIVA - Gostaria, antes, de indagar a V. Exª, nobre Relator Roberto Magalhães, se o Sr. Normando Leite encaminhou algum modelo de contrato. V. Exª tem em mãos?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não encaminhou nenhum modelo de contrato. O que chegou nas minhas mãos foram contratos e publicações de contratos da SEVAL e uma série de papéis em branco da Comissão de Orçamento, assinados por prefeitos. Inclusive a minha curiosidade - vou depois perguntar a ele - é que não sei como um prefeito assina em baixo num papel que é oficial do Congresso Nacional.

O SR. IRAM SARAIVA - É grave.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É gravíssimo. E a minha dúvida é saber o que vão colocar aqui em cima, porque não vejo como ele entrar com um requerimento da prefeitura.

São vários prefeitos, inclusive.

O SR. IRAM SARAIVA - Agradeço a V. Exª.

Então, Sr. Normando Leite Cavalcante, V. Sª teria em mãos aqui ou teria possibilidade de fazer chegar às mãos desta Comissão, o mais rápido possível, um modelo de contrato?.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O Deputado tem em mãos a cópia dos autos da Polícia Federal, não tem Deputado Vivaldo?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tenho.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ele leu inclusive há pouco...

O SR. IRAM SARAIVA - O modelo de contrato que normalmente V. Sª usa.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É. Ele leu um contrato, não sei exatamente se é o modelo.

O SR. IRAM SARAIVA - Se existe nos autos, não vejo necessidade. Se não existe, Sr. Relator, eu solicitaria que fosse requerido.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. membros da Comissão, eu gostaria de saber se o senhor se considera uma pessoa ciclotímica?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se o senhor se considera uma pessoa ciclotímica, que um dia está de um jeito, outro dia está deprimido, outro dia está eufórico.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, sou uma pessoa estável, normal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu lhe pergunto o que mais lhe indignou, o que mais mexeu com os seus nervos na sexta-feira da semana passada que o fez sair de casa, vir ao Congresso Nacional trazendo um advogado e querendo depor para desfazer o que o senhor chamou o "enxovalhamento" do seu nome e o da sua empresa. O que lhe causou esta reação?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O que me causou esta reação inicialmente foi o Deputado João Alves dizer que não me conhecia, porque mal me conhecia; e também que, se usei o nome de assessor no Ministério - que não usei -, era para tirar proveito próprio. Além disso, houve uma série de coisas que foram jogadas contra a minha honra, contra o meu trabalho. Considero o meu trabalho sério, honesto, legal. A consultoria está assegurada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Só quem não pode fazer consultoria é o funcionário público. Na instituição normativa do Ministério da Fazenda, toda ela tem. Essas coisas me revoltaram!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Considero que há uma variação grande no seu comportamento, no seu estado de espírito da sexta-feira para hoje. Na sexta-feira, eu o vi ali fora dando entrevistas, e falamos rapidamente. Vi um ser indignado, um ser com os brios feridos. E hoje vejo uma pessoa passiva, procurando "limpar a área", procurando não se envolver no episódio.

V. Sª disse naquele dia - assisti - que despachava semanalmente com o Deputado João Alves.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Acho que está havendo algum engano. Eu disse que despachava semanalmente, mensalmente ou trimestralmente, dependendo da necessidade. Se fosse necessário, eu me comunicaria com ele até mais de uma vez por semana; ou poderia ficar de dois a três meses sem ir lá.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor também disse naquele dia, ou o assunto circulou no nosso rápido encontro, que havia uma carta do Deputado João Alves lhe credenciando como assessor dele.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não falei isso!

O SR. LUIZ SALOMÃO - E que esta carta estaria com a sua esposa.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não falei, Deputado; é uma inverdade. Não falei isso em momento nenhum!

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor é um lobista.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sou um prestador de serviços.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu lhe pergunto se além de **lobby** para Prefeitos e Deputados, se além de enviar projetos do interesse de prefeituras, o senhor também se envolvia com entidades de assistência social.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor disse que trabalhou também para o Deputado Cid Américo de Carvalho.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Para as prefeituras dele.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para as prefeituras dele e também para as do Deputado Edivaldo Motta.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mais recentemente, antes o senhor trabalhava com 8 Deputados.

Havia alguma coordenação desse trabalho que o senhor fazia para o Deputado Cid com o trabalho que o senhor fazia para o Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, nenhuma.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Um não sabia o que o senhor estava tratando com o outro?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor ouviu alguma vez o Deputado João Alves revelar que recebia de volta uma parte do dinheiro que era liberado pelas Prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor ouviu alguma vez ele dizer que dava dinheiro a Deputados?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca ouvi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor acompanhava as obras ou as benfeitorias resultantes dos recursos liberados pelos órgãos do Poder Público para os Prefeitos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, porque isso é uma atribuição de cada Ministério. Não cabia a mim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor sabe que as dotações para distribuição às prefeituras são escassas. Que expedientes a SEVAL utilizava, além do contato direto do Deputado junto ao Ministro, para assegurar um tratamento prioritário aos seus clientes para a liberação dos recursos orçamentários?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Olhe, eu diria que eu não faria nada para conseguir priorização, além do pedido do Parlamentar. O que eu fazia era manter em dia a documentação. Se a documentação está andando certinha o processo vai sem tropeços. Se faltar um documento pára.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor não deu presentes, viagens...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO -...a nenhum dos funcionários que foram mencionados há pouco pelo Deputado Vivaldo Barbosa e pelo Senador Eduardo Suplicy ?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, sou conhecido como um pão-duro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor já negou que trabalhasse com projeto da FAE. O senhor também não trabalhava com projetos do FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Trabalhei, numa época. Numa determinada época, trabalhei, há anos; depois, muito escasso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor sabe que a documentação que foi apreendida, que funcionários do Ministério para o senhor...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ministério ?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ministério da Educação a respeito das dotações do FNDE ?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não tenho conhecimento não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor não recebia **fax** de nenhum funcionário do Ministério sobre os projetos e as dotações do FNDE ?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Do FNDE não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Acho que está havendo algum engano. O senhor veja que não foi do FNDE.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foi de onde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Acho que não foi do FNDE algum **fax**.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foi de onde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu, uma vez, recebi um **fax** da DEMEC da Bahia, porque eu pedi uma informação sobre prestação de contas de alguns Municípios, e veio um **fax**. Do FNDE nunca recebi nada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas não eram recursos do FNDE?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eram recursos... Não. Seria a prefeitura se estaria adimplente ou não, inadimplente ou não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E o senhor pediu um **fax**...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ...e lhe foi enviada uma resposta?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi enviada uma resposta.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quem lhe ofereceu essa resposta ?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não lembro mais, Senador. Está nos autos do processo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não está.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu só sei dessa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso foi apreendido recentemente e está divulgado nos jornais de hoje.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não vi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quer dizer que o senhor afirma que recebeu um único **fax**.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Só lembro desse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E não se lembra de quem era o remetente.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não lembro. Se eu lembrar, posteriormente, estarei à disposição dos senhores para informar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Sr. Depoente, Normando Cavalcante, gostaria que o senhor desse uma explicação sobre o porquê da ação, da denúncia contra o senhor na Polícia Federal. O que gerou essa denúncia.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Aí é uma boa pergunta. O que gerou foi uma briga do Senador Suplicy com o Deputado João Alves.

O SR. PEDRO PAVÃO - Por quê?

O SR. NORMANDO LEITE ALVES - Foi uma briga... em determinado ponto dessa discussão ou dessa briga o Deputado disse, com uma brincadeira que eu vi pela imprensa, que daria um tiro no traseiro do Senador. E daí começou. Com essa confusão toda, me envolveram. Alguém do Ministério disse que eu acompanhava os processos do Deputado, e o Senador Suplicy, sem conhecer minha empresa, sem me conhecer, sem nada, tocou a coisa no ar, dizendo que eu era testa-de-ferro do Deputado João Alves, que eu cobrava 20% e que sacava o dinheiro na boca do cofre aqui. Para que os senhores tenham uma idéia, os recursos de todos os convênios são repassados pelo próprio Ministério direto para a prefeitura, através do Banco do Brasil, em conta específica, e sacada lá pelo prefeito.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sabemos, é lógico, que o retorno desse dinheiro é via empreiteira. Não tem outro...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei. Aí foge ao meu controle.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor não confirma isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, eu não. Eu não tenho controle disso, não. Eu sei do meu trabalho até lá.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor tem, naturalmente, na prestação de serviço, um documento, um comprovante e o senhor recebia todo esse trabalho das prefeitura?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Das prefeituras.

O SR. PEDRO PAVÃO - Direto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Direto.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quantas prefeituras o senhor tinha como cliente do seu escritório?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É muito difícil de falar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Fale um número, porque o Brasil...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Em épocas diferentes, por exemplo, hoje, eu devo ter umas cinco ou seis prefeituras. Quase não tenho. Há um ano, desde um ano e meio depois da denúncia do Senador que meu escritório declinou.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, no pico do seu atendimento.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu tinha umas cem, duzentas prefeituras.

O SR. PEDRO PAVÃO - Cem ou duzentas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Isso há uns vinte anos atrás.

O SR. PEDRO PAVÃO - Trezentas prefeitura? Um número redondo? Quantas pessoas o senhor tem em atividade no seu escritório?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - - Hoje, nenhuma. Só eu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, na época em que o senhor tinha trezentas prefeituras.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Duas, três pessoas.

O SR. PEDRO PAVÃO - Três pessoas para atender a 300 prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Como o senhor poderia atender a esses processos todos junto aos ministérios - porque não é apenas um ministério - e 300 prefeituras, com duas ou três pessoas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Aí seria eu sozinho acompanhando os processos nos ministérios, não teria duas ou três; duas ou três para elaborar a documentação. E eu acompanharia tudo.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor acompanhava todos os processos? Sozinho?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sozinho.

O SR. PEDRO PAVÃO - O seu advogado esteve ontem aqui - o ex-Advogado, Pedro Calmon -, tentou até depor, se colocou à disposição - gosta muito da mídia. Naturalmente, por não concordar com o depoimento da sua pessoa. O argumento que ele usou ontem, no corredor...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como é que ele não iria concordar? Eu não havia feito o depoimento ainda! Estou depondo agora!

O SR. PEDRO PAVÃO - Não; aquilo que o senhor iria, naturalmente, ontem... O senhor iria depor ontem; por um problema de saúde, ficou para hoje.

Qual a realidade dos fatos? Qual o argumento que o senhor poderia dar a este fato, da posição do seu ex-advogado de vir até aqui ontem?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois não. O meu advogado, na sexta-feira, quando aqui vim, especificamente revoltado, aborrecido, chateado com o que estava acontecendo com o meu nome, mostrado pela televisão, e sem espaço de defesa, e vim para depor, solicitar um espaço.

Ao chegar aqui, - acertei com ele - através do Presidente, daríamos entrada no requerimento, e sairíamos. Mas, quando ele viu a televisão ficou bobo.

O SR. PEDRO PAVÃO - O Sr. Pedro Calmon foi seu advogado por quanto tempo? Em que período?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Há dois anos. O andamento do processo ele não acompanhou, eu que acompanhei, na Polícia Federal.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas, esse desentendimento entre o senhor e o seu advogado foi gerado pela sua vinda a esta Casa, para depor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Foi gerado pela declaração que ele deu, sem minha autorização, e inverídica. Deu declarações à Revista **Veja**, que não foram verdadeiras. Deu declarações para jornais, num ato totalmente irresponsável.

Gosto muito do Dr. Pedro Calmon, vou ter que representá-lo na OAB. É um absurdo ele chegar ao ponto de querer depor contra seu próprio cliente. Vejam que coisa absurda.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nessas 300 Prefeituras, qual o percentual que o senhor trabalhava? Sempre na época do "pico", de alta de sua empresa? Qual o percentual de atendimento nesses processos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Varia muito. Não sei lhe dizer exatamente, 30, 40, 50. Houve uma época que deu 50 e outra deu 30, outra já deu 20, outra 60.

O SR. PEDRO PAVÃO - Qual o ano que o senhor teve mais facilidade na aprovação dos seus processos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não me lembro. Foram muitos anos. Tenho 28 anos nesse trabalho.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor esteve 28 anos nesse trabalho.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não estou lembrado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em 1990, por exemplo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, em 1990, não. Não foi muita coisa não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em 1991?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não.

O SR. PEDRO PAVÃO - E em 1991 já foi o Governo Fernando Collor.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi? Foi contingenciado tudo, saiu muito pouca coisa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas, existia um descontingenciamento por parte do Sr. José Carlos, e o senhor, também, não teve participação nesse descontingenciamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De jeito nenhum.

Vou relatar para os senhores, aqui, que sou um grão de areia no oceano. Sou um peixinho perdido no oceano. (risos.)

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor chegou a fazer algum trabalho para empreiteiras, sem ser das Prefeituras? Diretamente para o empreiteiro?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ontem, aconteceu nesta Casa, uma acusação grave, do Deputado Maurílio Ferreira Lima, acusando a Comissão de Orçamento, de uma máfia.

O senhor tem o mesmo pensamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Gosto de formar meus pensamentos, baseados em provas. Se eu tivesse como provar isso, eu assumiria. Como não tenho...

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor era uma pessoa envolvida nesses 20 anos diretamente com a Comissão de Orçamento.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não tem nada a ver com a Comissão de Orçamento.

Eu pegava o dinheiro oficial e fazia contatos com os Prefeitos, na época, mais para trás ainda. Fazia os contatos com os Prefeitos, mandava a pessoa vir, aqui, preparava a documentação e encaminhava. Não tinha nada a ver com a Comissão de Orçamento.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor não tem conhecimento de um esquema formado em torno da Comissão, da liberação de recursos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não tenho. Apenas, tenho acompanhado através da imprensa.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor não faz parte desse esquema?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O senhor vai verificar o meu patrimônio, o senhor sabe que é totalmente furado, que sou um bagrezinho nesse mundo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas, o Deputado João Alves disse aqui, de viva voz, que ganhou na loteria 300 e tantas vezes, portanto, qualquer colocação, a nível de patrimônio, fica sob suspeita. Quer dizer que o senhor não tinha conhecimento de

divisão de comissões. O senhor cobrava a sua comissão, naturalmente, e não tinha conhecimento de outros parlamentares?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Recebia e dava recibo e notas fiscais.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, contente, não posso estar, porque temos aqui o terceiro Depoente e cada um tem uma história, naturalmente, diferente. Estamos a procura de fatos concretos, fatos esses já divulgados pela mídia, e existe inclusive denúncias contra atividades do senhor - é bom que fique bem claro - denúncias de envolvimentos outros, denúncia de compartilhar com esse esquema, e o senhor diz que não tem.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não tenho de maneira alguma.

O SR. PEDRO PAVÃO - Portanto, vamos ter que procurar provas materiais, para chegarmos a um objetivo.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Isso.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Sr. Normando, quantas vezes, nos últimos 10 dias, o senhor falou, por telefone, ou teve reuniões com o Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nenhuma. As minhas contas telefônicas estão à disposição de V. Exªs. Vasculhem-na e verão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Deputado João Alves fez-lhe alguma proposta financeira para o senhor "livrar a cara dele" ou algum amigo dele lhe fez alguma proposta nesse sentido?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Faz uns 30 dias que não vejo esse homem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Normando, o senhor poderia, em 24 horas, fornecer a esta Comissão, sem que ela tivesse necessidade de lhe pedir, a relação das 300 prefeituras, cópias dos contratos com as mesmas e relação dos valores recebidos das prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Senador, não tenho condições, porque encerrei o meu escritório. Quando o Delegado Magnaldo saiu do meu escritório até lhe perguntei, porque foi uma surpresa a quantidade de papel que tinha no meu escritório. Perguntei-lhe: - Delegado, o senhor já está com tudo em mãos? Ele afirmou: - Estou. - Posso, então, desfazer-me de toda essa papelada? Vou acabar com tudo isso aqui! Ele respondeu: - Pode. Então, simplesmente eliminei; queimei tudo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - E como o senhor fica, perante à Receita Federal, tendo queimado os papéis, caso tenha que responder pelos últimos cinco anos, se a Receita lhe pedir?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não senhor. Essa parte correspondente à Receita, não. Minha contabilidade está toda lá.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Só os contratos que o senhor queimou?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Só os contratos, documentos, papéis velhos, queimei-os todos. Agora, a contabilidade está toda lá à disposição de V. Exªs e a Polícia Federal os tem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor não esperava que isso daí iria realmente acontecer, ou seja, ter uma CPI, e o senhor tentou, já antecipadamente, queimar todos esses documentos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, de maneira nenhuma. Foi uma deliberação minha. Inclusive, cientifiquei, na hora, o delegado da Polícia Federal, e ele disse-me que poderia fazê-lo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O delegado não é a pessoa mais indicada, o senhor sabe, para isso. O órgão mais indicado é a Receita Federal, porque o senhor tem que ter comprovantes, junto à Receita, das receitas e das despesas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Mas eu os tenho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Se o senhor queimou os contratos, como os tem?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não preciso de contratos para comprovar junto à Receita. Tenho como comprovar, junto à Receita, com recibos e notas fiscais. Isso, tenho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Normando, alguma vez o senhor recebeu algum telefonema, teve alguma reunião, prestou algum favor ao Sr. Senador Mauro Benevides?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ao Senador Humberto Lucena?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ao Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ao Ministro Alexandre Costa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Teve algum contato com alguma dessas pessoas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Fez algum projeto para essas pessoas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Indicaram-lhe alguma prefeitura?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor os conhece pessoalmente? Goza da intimidade de algum deles?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conheço-os, mas não gozo da intimidade. Conheço o Senador Mauro Benevides, conheço o Senador Humberto Lucena. Qual foi o outro?

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Deputado Ibsen Pinheiro e o Senador Alexandre Costa.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ibsen Pinheiro, não. O Senador Alexandre Costa, conheço.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, o senhor nunca prestou favor a essas pessoas em nenhum Ministério ou a nenhuma autarquia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Favores, não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Depois da posse do Senador Alexandre Costa no Ministério da Integração Regional, o senhor liberou algum recurso, teve algum contato com o Ministro Alexandre Costa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Não tive contato algum e nem liberei nenhum recurso lá.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor poderia repetir a sua afirmação de duas perguntas atrás, com relação às afirmações do Senador Suplicy?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois não. Quais?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Na TV, que o Senador Suplicy - eu estava aqui no fundo não deu para ouvir - teria afirmado em uma entrevista...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - As denúncias?

O SR. GILBERTO MIRANDA - É, fazendo o favor.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois não.

Foram denúncias afirmando que eu cobrava 30% de comissão, que a minha empresa recebia os recursos e repassava parte para as prefeituras e - parece-me, pelo que ouvi também no Tribunal, - que teria emissão de notas frias e intermediação de verbas. Esses, tenho parecer do Tribunal de Contas dizendo que nada foi possível constatar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Algumas das afirmações do Senador Suplicy são verdadeiras? O senhor está sob juramento.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não são, porque o Tribunal de Contas desfez, não constatou nada disso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não, esquece o Tribunal de Contas. Pergunto ao senhor: algumas das afirmações são verdadeiras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não são.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então o senhor deverá, o senhor pretende processá-lo, tendo em vista que S. Exª fez afirmações levianas, segundo as suas afirmações?!

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Sr. Normando Leite Cavalcante acaba de afirmar, diante de uma pergunta de natureza geral - as afirmações do Senador Eduardo Suplicy são verdadeiras? - que não. Então, pergunto ao Sr. Normando Leite Cavalcante, quais afirmações...Então V. Sª está dizendo que as afirmações que fiz hoje aqui, por exemplo..

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, hoje não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então é preciso que o senhor especifique. Peço perdão, Sr. Presidente, mas ele, aqui, afirma que as afirmações que fiz não são verdadeiras, é preciso, então, dizer quais, porque como se originou isto? Foi porque havia detectado...recebi a informação de um empresário que, no Edifício Rádio Center, havia a empresa SEVAL onde se cobrava comissões para liberar recursos - comissões que iam até 20%, para liberar recursos junto aos Ministérios - e que este escritório atuava junto ao Deputado João Alves. Foi isso que afirmei.

Tudo que pedi para ser averiguado está sendo, aqui, objeto da averiguação. Isso foi há dois anos atrás, em outubro de 1991. E foi por causa disso que o Deputado João Alves, então, ficou...Não briguei com ele, cumpri com o meu dever de fiscalizar os atos do Executivo e do Congresso Nacional. Foi por causa disto que ele, então, indignou-se por eu ter revelado isso e falou à revista Veja que iria dar um tiro em mim.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual é a parte que não foi verdadeira dessas declarações que aqui as repito?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Senador, a Presidência vai procurar colocar ordem nesta questão.

A Presidência entendeu que o nobre Senador Gilberto Miranda, ao fazer a pergunta, fez de uma forma simplificada, para não perguntar de denúncia por denúncia feita por V. Exª e que deu origem à abertura desse inquérito policial, se as

denúncias feitas e que ensejaram a abertura do inquérito policial, eram verdadeiras ou não. Parece-me que a CPI entendeu bem essa questão e até para que V. Exª também possa ter registrado nos Anais esta posição de que não são genericamente as afirmações de V. Exª, mas especificamente as que deram origem à abertura do inquérito é que o nobre Senador Gilberto Miranda fez a pergunta.

Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, queria dar uma explicação aos Parlamentares e especialmente ao Senador Suplicy.

Senador, em nenhum momento tenho polemizar com V. Exª nem criar nenhum problema com V. Exª. O intuito de minha pergunta é, se V. Exª teria afirmado isso e, se ele não está mentindo e está sob juramento, por que ele não processa V. Exª? Se não processa V. Exª por afirmações tão duras é sinal que o depoente está mentindo.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não estou mentindo e e existe uma queixa crime no Supremo Tribunal Federal contra o Senador Suplicy.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eram só essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, pergunto ao Sr. Normando, porque consta do inquérito da Polícia Federal: o ex-Deputado Pedro Canhedo declarou nesse inquérito que, quando assessor parlamentar do Ministério da Saúde, recebeu telefonema do Sr. Normando Leite Cavalcante. Isso é verdade?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Estive várias vezes lá. Se telefonei, não lembro. Estive várias vezes lá no gabinete do Dr. Pedro Canhedo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O senhor confirma, inclusive, que esteve várias vezes lá.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Confirmo, e lhe digo mais: acompanhando um processo de Tarantina, Bahia, do interesse do Deputado João Alves, e um outro do Deputado Edivaldo Motta.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Segundo o Dr. Pedro Canhedo, o Deputado João Alves telefonou-lhe para tratar de assuntos relativos às verbas para prefeituras da Bahia, reportando-se, inclusive, ao trabalho de V. Sª. V. Sª confirma isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei, o detalhe do telefonema eu não sei. Sei que ele ligou para o Dr. Pedro sobre esse caso de Tarantina, pelo menos eu sei.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Sª sabe informar se esse dinheiro finalmente foi liberado pelo Ministério?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Foi liberado. E esse Município, naquela época, era de interesse do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Era.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pergunto a V.Sª: Tem conhecimento de um desentendimento ocorrido entre o Sr. João Alves e o Sr. Stanislaw Marca, ex-Diretor do Departamento de Supervisão do Programa de Saneamento, do Ministério da Ação Social?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tenho, porque o Stanislaw me fez referência a esse caso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V.Sª poderia me dizer o motivo desse desentendimento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei, não lembro bem, à época, o que foi, não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V.Sª não lembra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não estou lembrado, me perdoe, não lembro. Se eu lembrar posteriormente, voltarei a esclarecer.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pergunto a V.Sª porque foi um desentendimento grave. Segundo o próprio Deputado João Alves, ele expulsou o Sr. Stanislaw Marca de seu gabinete. V. Sª não tem...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não lembro. Teve um problema que ele andou ligando, era em função de uns processos que estavam tramitando e estavam parados, não andavam, deve ter sido em função disso. Exatamente não posso afirmar, não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O Sr. Stanislaw Marca informou, em seu depoimento à Polícia Federal, que o desentendimento... Aliás, que o Sr. Normando Leite Cavalcante era assessor do Deputado João Alves.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não era.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O senhor diz que não era.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não era. Eu acompanhava os processos dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas o desentendimento foi por conta disso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não foi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V.Sª tem certeza disso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tenho certeza. Por isso, não. Eu lembro porque o Stanislaw, na época, me chamou e me pediu para falar com o Deputado, que aquilo era um absurdo, que o Deputado estava... Aí, o detalhe da briga eu não lembro mais não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pois o Deputado João Alves diz o seguinte: "Coloquei-o para fora do meu gabinete e ele ficou meu inimigo, porque foi dizer na Polícia Federal que o Sr. Normando Leite era meu assessor".

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Acredito que tenha acontecido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer, o senhor foi a motivação...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE -Não, não, mas não foi isso não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - ...do desentendimento.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE -Isso que o Deputado deve ter falado agora não foi em função disso não. Na época da denúncia do Senador Suplicy, o Sr. Stanislaw deve ter entregue para o Senador Suplicy a relação dos municípios, dizendo que eu era testa-de-ferro do Deputado. Essa briga com o Stanislaw é antiga, não foi dessa época não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer que o senhor nega que tenha sido essa a motivação?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nego, não foi isso não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Normando, o Deputado João Alves afirmou aqui que era vítima de uma trama de interesses que ele não soube identificar. Ele, inclusive, foi inquirido mais de uma vez neste sentido e não soube diagnosticar. Já V.Sª diz que essas pessoas, que tentaram envolvê-lo com o Sr. João Alves, no inquérito da Polícia Federal, estão fazendo um trabalho dirigido. Que trabalho dirigido é esse?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É o seguinte: foi aberto um inquérito policial e neste inquérito policial foi perguntado só sobre o Deputado João Alves, só sobre se Normando acompanhava o processo do Deputado João Alves, se Normando era Assessor do Deputado João Alves.

Eu nunca fui a Ministério em companhia do Deputado João Alves, fui em companhia de outros parlamentares. Entretanto, não há nenhuma referência, nos autos do processo, de que eu tenha estado com outro parlamentar, porque no caso seria muito mais fácil dizer que eu era assessor daquele parlamentar que estava comigo no Ministério, mas não, eles só "querem" o Deputado João Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quais eram esses Parlamentares, então?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Falei já há pouco, Cid Carvalho, Edivaldo Motta...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - O senhor não se lembra de mais nenhum?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Contudo, esses sempre me acompanharam.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas, afinal, o senhor também não sabe identificar que trabalho dirigido é esse contra o senhor e contra o Sr. João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Veja bem, o que eu falei de trabalho dirigido é o delegado inquirir as pessoas, só perguntando se Normando era Assessor do Deputado João Alves; se Normando acompanhava processo do Deputado João Alves. Não perguntou se ele era acompanhado de outros parlamentares. Se tivesse perguntado, certamente teria a afirmativa que sim, e seria, no caso, até mais fácil de dizer que eu era assessor daquele parlamentar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas o senhor conhece, o Sr. João Alves tem tantos inimigos assim?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não conheço assim. Sei que o Deputado João Alves é muito explosivo, isto ele é, de arranjar inimigos...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Ele nunca explodiu com V. Sª?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Já.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Por conta de quê?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não lembro não. Várias vezes.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas não se lembra? O senhor foi detratado e não se lembra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não me lembro, sinceramente.

Lembro-me que uma vez entrei no gabinete, estavam fazendo um trabalho, não sei se era de subvenção ou de que foi, ele me botou para fora: "Saia daqui, não pode, estou trabalhando". Eu saí. Então, grosseiramente, isso acontecia.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas que trabalho era esse?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei, porque entrei e saí na mesma hora.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Porque ele expulsou o senhor José Carlos, segundo o Sr. José Carlos, várias vezes, da sua residência, justamente para não

ter acesso... Agora, V. Sª está dizendo também que uma vez foi afastado por ele, mas não se lembra...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Sei que era um trabalho que ele estava fazendo e eu saí. Entrei e saí na mesma hora.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Esta minha pergunta está relacionada a uma questão já foi colocada pelo Deputado Luiz Salomão. Essas informações privilegiadas que o senhor recebia do Ministério da Educação, o senhor atribui esse prestígio a quê?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca recebi informações privilegiadas, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Nunca recebeu?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Qualquer pessoa consegue informação, vai lá e consegue.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas com esse detalhamento desse **fax** que hoje está na imprensa, que diz o seguinte:

> "Falta decreto de duzentas cópias, falta cópia do Orçamento, planta, memorial descritivo, falta planilha de custo".
>
> Aí, ensina:
>
> "Reformular, separando as ações da reforma e ampliação de escolas, reformular anexo, justificar os itens 16 e 17."

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não me lembro desse **fax**.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Esse **fax** está hoje na imprensa.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois eu gostaria de ver, porque não me lembro dele não.

Estou aqui para dizer a verdade, Senador, vim de coração aberto, não tenho nada a esconder.

Veja bem, isso aqui quem está dando a informação foi uma Delegacia da Bahia, não foi daqui da FNDE.

A Delegacia da Bahia observou as seguintes falhas: falta isso, isso e isso... da DEMEC, no caso, não foi a FNDE.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas, afinal, o senhor recebeu essas informações?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não me lembro, falei para o Senador Eduardo Suplicy...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas o senhor se lembra, agora, que foi da Delegacia do MEC da Bahia.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Porque está escrito aí, Senador.

Eu recebi o **fax**, já falei há pouco.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas o senhor ora se lembra, ora não se lembra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não está acontecendo isto, não é verdade.

Eu me lembro sim. Alguém me perguntou, não sei se foi o Deputado Vivaldo Barbosa, eu falei que tinha recebido um **fax**, uma vez, da Delegacia da Bahia.

O senhor está me falando de um **fax** do FNDE; não é do FNDE, pelo menos a referência, aí, não é.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Eu estou falando da assessoria do MEC à SEVAL.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O senhor falou FNDE.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - A Delegacia do MEC... A assessoria do MEC à SEVAL. A assessoria do MEC à SEVAL pode ser da Delegacia do MEC, da Bahia. Estou dizendo ao depoente que se trata de um órgão do Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, concluiu?

Com a palavra o Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, tenho uma preliminar que eu gostaria de encaminhar à Presidência: é sobre a possibilidade de a Mesa da CPI entrar em contato com as lideranças da Câmara e do Senado, no sentido de acelerar a votação daquele Projeto de Lei que protege a testemunha que ajuda a esclarecer crimes, sobretudo dessa natureza de corrupção.

Tivemos, na CPI do Collor, uma grande dificuldade na apuração dos fatos e, ao que consta, aqui também. Acho que essa seria uma providência que talvez pudesse acelerar e facilitar o processo de apuração, porque é evidente que a pessoa sabe que pode ser incriminada; a orientação jurídica acaba impedindo o esclarecimento da verdade.

Eu começaria dizendo o seguinte, Sr. Normando: o Deputado João Alves veio aqui e, ao ser perguntado: "O senhor esteve no escritório da SEVAL?", ele disse: "Nunca ouvi falar do escritório SEVAL".

"Nunca telefonou para o escritório Seval?" "Não, nunca. Eu fuga de todos os elementos que se diziam assessores, porque não sei se são honestos ou desonestos, e não podia cuidar disso".

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ele nunca foi à SEVAL, realmente. Mas, telefonou para a SEVAL.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não, ele disse aqui, Sr. Normando, vou repetir: "Nunca ouvi falar do escritório SEVAL".

É verdade isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei dizer se ele nunca ouviu. Acredito que ele sabia, porque se eu estava acompanhando o processo e eu tinha uma empresa, acredito que ele sabia. Que ele telefonou para a SEVAL, telefonou, porque precisava falar comigo alguma coisa de processo e eu estava lá.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Normando, vamos ao mínimo do bom-senso.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor tem o documento com todas as prefeituras do Sr. João Alves. O senhor disse que lembra de memória quais são as prefeituras; por sinal, a memória do senhor é muito boa para trás e o senhor esquece de episódios recentes.

O senhor disse que conseguiu ler e identificar quais são as prefeituras dele. o senhor concorda com ele que ele nunca ouviu falar da SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não estou concordando. Veja bem, Deputado...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Então, ele mentiu ou não?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É, eu não sei se é... veja bem, eu não sei se ele está mentindo ou não, se ele ouviu falar ou não.

V. Exª perguntar para ele se ele conhece Normando, aí são outros quinhentos.

Agora, a SEVAL... eu acho muito difícil ele nunca ter ouvido falar da SEVAL.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Olha, em matéria de tanto dinheiro, é bom traduzir: ao invés de "outros quinhentos" ser "outro assunto".

(Risos)

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Olha, vamos aqui...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Desculpe Presidente. (Risos)

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - vamos, então, voltar: foi feita a pergunta se ele conhecia o senhor; ele respondeu que não se lembrava se conhecia ou não.

Mas vamos partir para uma próxima pergunta: o senhor conhecia o Sr. José Setembrino Fagundes?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conhecia.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Ex-prefeito de Serra Dourada.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conheci.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Foi o senhor que ajudou a elaborar aquele projeto do conjunto habitacional da cidade, por sinal um nome importante: João Alves.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não me lembro se foi ou não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Com que engenheiros o senhor elaborou aquele projeto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Esse projeto veio de lá pronto.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Mas consta nos contratos todos que o senhor apresenta que é o senhor que participa da elaboração do projeto.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A elaboração do projeto, Deputado, normalmente a gente usa esse termo - se usou esse termo - referindo-se à documentação processual. Então, essa documentação técnica, sempre pedi para os Prefeitos que as trouxessem.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Mas o senhor diz, aqui: "O objetivo do presente contrato é a elaboração pela contratada do projeto de viabilidade técnica, econômica e financeira".

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Certo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - A responsabilidade é sua.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É, mas não foi. Nesse caso não foi, eu lhe trouxe a documentação.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor não tem nenhuma responsabilidade pela fraude do conjunto habitacional João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De maneira nenhuma, Deputado.

Meu trabalho aqui é...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Mas o senhor participou da elaboração do projeto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim, até a elaboração do projeto, até o pagamento, não tinha fraude nenhuma.

Se na execução houve fraude, aí é diferente. A execução, a responsabilidade é lá no município.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito.

O senhor costumava elaborar vários projetos na área do Ministério da Saúde.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não muito.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Eu tenho aqui, por exemplo, a construção... Não muito é quanto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei precisar.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor tem uma memória muito precisa...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei precisar.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor não tem idéia de quantos projetos da área de Saúde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não tenho, não!

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Tenho aqui em mãos: Paraíba, construção de dois postos médicos, junto ao Ministério da Saúde.....

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Qual município?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Município de São Mamede.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado Edivaldo Motta.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor tinha ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente disse: Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Edivaldo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe. Então é bom falar alto, porque eu mesmo entendi mal.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor tinha contatos freqüentes com o Sr. Ariston Bese.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ariston? Não! Não me lembro, Deputado.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor nunca se encontrou com o Sr. Ariston, no Ministério da Saúde?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ariston...?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Ariston Bese?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ariston? Ah, sim! Ariston é do gabinete do Assessor Parlamentar do Pedro Canhedo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - E o Sr. Baltazar também?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Baltazar?! Não lembro, não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Depoente, o episódio do Sr. Pedro Calmon precisa ser esclarecido perante esta CPI...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois não. Pode perguntar.

O SR.ALOÍZIO MERCADANTE - Ele foi seu advogado durante dois anos, em todo o processo, em tramitação no Supremo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - E sob orientação dele, sob motivação de V.Sª, o senhor veio aqui, à frente da CPI, e contradisse, imediatamente, o depoimento do Sr. João Alves...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Em que ponto?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - No ponto em que ele lhe conheci e o senhor prestava serviços e que o senhor participava dos projetos de interesses do Sr. João Alves junto as Prefeituras...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Estou confirmando isso.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - ...que era ele quem apresentava e indicava os prefeitos para o senhor. Ele que indicava os prefeitos. Era isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente!

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Durante todo o depoimento ele nega que indicasse.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tudo bem! É problema dele!

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Mas ele indicava?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Indicava sim.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Ele indicava várias prefeituras para o senhor trabalhar?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Várias prefeituras.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - E o Sr. Pedro Calmon afirmou exatamente aquilo que o senhor nega ao Senador Eduardo Suplicy, ou seja, que a comissão chegava a 20% em relação a algumas obras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O Dr. Pedro Calmon, queria espaço na mídia. Ele deu a entrevista mais maluca e aética que já vi um profissional dar. Ele não podia falar nada disso. Ele estava comigo, era meu advogado; eu não falei nada disso para ele. E por aí vêm as barbaridades, outras piores que ele andou declarando hoje.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quer dizer, o senhor não falou nada daquilo para ele?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De maneira alguma. Tenho certeza absoluta.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, durante muitos anos fui membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados e me afastei da advocacia depois de mais de 50 anos de atividade. Aqui compareço para protestar contra essa pesquisa que se quer fazer sobre as ligações do constituinte com aquele que foi seu advogado. Isso não fica bem para uma Comissão que se reúne para fazer cumprir a lei e respeitar os Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito bem!

O SR. NELSON CARNEIRO - Evidentemente, devemos reprovar a atitude desse advogado, qualquer que seja sua posição neste fato. Se ele aqui houvesse comparecido, sem nenhuma ligação com o Depoente, ou com os Depoentes, poderíamos ouvir qualquer depoimento dele, mas a Comissão só tomou conhecimento dele como advogado de quem está depondo. Não é uma atitude digna para aqueles que acompanham a vida profissional, neste instante.

Falo como antigo Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados e como homem que advogou a vida inteira, mas nunca se prestou a papel de se converter no amigo ou inimigo do seu constituinte.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, tenho o maior respeito...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Continuo ouvindo o Deputado Aloízio Mercadante e depois falarei.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - ... tenho o maior respeito pelo Senador Nelson Carneiro, mas quero lembra que na CPI do PC-Collor vivemos momentos semelhantes...

O SR. NELSON CARNEIRO - Mas eu não estava presente.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - ... Então quero lembrar a V.Exª. No caso da Brasilps Garden

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu gostaria ...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Por favor, Sr. Presidente, estou com a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas mal eu pedi a V. Exª, eu gostaria..., e V. Exª fica me interrompendo. Ouço V. Exª o tempo que seja necessário. Só estou pedindo que outros não solicitem questão de ordem.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito. Eu só queria lembrar que no caso da CPI do Collor, no caso da Brasil s Garden, o Advogado no caso, no momento que era crucial da CPI disse a vários membros da CPI da sua disposição; que se fosse necessário, ele quebraria a ética, na condição de advogado, porque ficaria com a ética da sociedade para apurar a verdade no caso da Brasil s Garden; e que se o seu cliente não depusesse como havia se comprometido, ele o faria. Isso só não foi necessário porque o pai do cliente dele veio e disse tudo que tinha que ser dito à sociedade.

Estamos vivendo um momento semelhante de busca da verdade. E evidente que o senhor, ao longo de todos esses anos, tinha uma íntima relação com o Sr. João Alves. O senhor assinava, encaminhava pedidos em nome dele, administrava as suas prefeituras, sabe quais são. E os indícios são gravíssimos em relação ao que ocorria na Comissão de Orçamento e esse esquema paralelo da SERVAL era parte desse processo.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Discordo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor como ele... Aqui ele começou dizendo que não sabia da SERVAL, não solicitava esse tipo serviço, tanto que o senhor se indignou. Hoje o senhor não tem a mesma indignação em relação ao depoimento dele.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tenho, tenho a mesma indignação e há pouco falei. Alguém me perguntou e eu disse da minha indignação, do porquê ter vindo aqui. Que o meu nome estava sendo enxovalhado, o Deputado João Alves estava dizendo que não me conhecia e que eu teria entrado na Comissão para tirar proveito. Estou indignado da mesma maneira, só estou mais calmo. Estou medicado, Senador, é isso.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, acho que essa testemunha não vai ajudar a esclarecer os fatos. Vamos ter que pesquisar as provas documentais. O inquérito já tem mil páginas, não há grande novidade no que ele vem dizendo e acho que deveríamos, sim, independente da ética do Direito que cabe à OAB apurar na busca dos fatos, o depoimento ao Sr. Pedro Calmon, o acesso às informações que ele tenha a prestar pode ser de valia ao trabalho de investigação da CPI.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já ia dizer ao depoente que sobre essa pergunta, V.Sª poderia ficar calado, silenciar e não responder, porque até agora não ouvimos o Dr. Pedro Calmon. Se mais tarde a CPI resolver ouvi-lo, será questão de requerimento e decisão. Na verdade, não há no momento nenhuma correlação que permita uma pergunta dessa natureza.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Normando, o senhor declarou que os honorários auferidos pelos serviços prestados estão mencionados na sua declaração de Imposto de Renda. Desde quando começaram a serem feitos esses lançamentos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Toda vida. Desde 1966 que eu... estou na declaração de renda da empresa.

O SR. ELCIO ALVARES - Desde quando na pessoa jurídica estão sendo feitos esses lançamentos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Desde 1966.

O SR. ELCIO ALVARES - Na declaração de Imposto de Renda da sua empresa, qual o percentual desse tipo de trabalho? Existiam outras fontes de recebimento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, basicamente era essa.

O SR. ELCIO ALVARES - Exclusivamente recebia percentuais e resíduos de liberação de verbas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Basicamente essa.

O SR. ELCIO ALVARES - O senhor disse que a sua empresa está desativada. Desde quando começou essa paralisação, por favor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Desde a denúncia do Senador Eduardo Suplicy, todo mundo ficou assombrado. Então os meus clientes fugiram.

O SR. ELCIO ALVARES - A saída do Deputado João Alves do Orçamento teve algum reflexo na sua empresa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nenhum, nenhum. Não foi isso, não; o problema que estou falando foi a clientela que fugiu.

O SR. ELCIO ALVARES - Então V. Sª atribui ao Senador Eduardo Suplicy uma denúncia formalizada.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É. Um escândalo que veio à tona, em cima de mim.

O SR. ELCIO ALVARES - Não foi o fato de o Deputado João Alves ter deixado o orçamento coincidentemente.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. ELCIO ALVARES - O senhor é capaz de lembrar qual o maior valor de liberação de verbas e qual foi a prefeitura beneficiada ao longo da existência da SERVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei não, Senador, mas sempre foram verbas pequenas; nunca existiram verbas volumosas porque eu sempre trabalhei para o interior, para municípios pequenos.

O SR. ELCIO ALVARES - O que V. Sª considera verba pequena?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Hoje, por exemplo, cinco milhões, seis milhões, quatro milhões, dois milhões - são verbas desse tipo.

O SR. ELCIO ALVARES - Bom, vamos sair do valor peculiar, vamos pensar em obra.

O que seria uma obra de valor pequeno no seu modo de sentir?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Construção de uma unidade de saúde, de um posto de saúde, dois postos de saúde.

O SR. ELCIO ALVARES - Espera aí! Então, V. Sa. não teve nenhum recebimento de valor alentado.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não. Não tive, não.

O SR. ELCIO ALVARES - O senhor disse aí, Sr. Normando, que se considera - usando a sua expressão - um peixinho no negócio de procuratórios. Por acaso pode indicar quais as grandes empresas no seu setor de trabalho?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Olha, eu não sei. Como eu falei para um dos inquiridores, eu não sei dizer quais os nomes. Agora, hoje, as grandes empresas são as construtoras que estão dentro dos Ministérios.

O SR. ELCIO ALVARES - Não. V. Sª não está interpretando bem a minha pergunta. V. Sª disse que era um peixinho nesse negócio de procuratório; então, entende-se que há outras empresas iguais a sua, que são grandes empresas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Têm várias. Não sei se são grandes.

O SR. ELCIO ALVARES - Nomes, por favor.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nomes, eu não sei isso, mas posso lhe dizer isso que estou lhe falando: Esse mesmo trabalho que faço as construtoras estão fazendo.

O SR. ELCIO ALVARES - Não. V. Sª outra vez saiu da minha pergunta. V. Sª não conhece o nome dos seus concorrentes?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não conheço. Nenhum. Nenhum.

O SR. ELCIO ALVARES - V. Sª considera o seu negócio um negócio lícito?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Considero; perfeitamente lícito. Dois ministros da Justiça assim o disseram, a Lei de Diretriz Orçamentária diz, a instrução normativa do Ministério da Fazenda também o diz.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas V. Sª tem algum constrangimento em mencionar os nomes de seus concorrentes, os grandes concorrentes?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Olhe, Senador, eu lhe falo de coração: eu não vim aqui para esconder nada. Eu vim para abrir o jogo. Tudo que eu souber estou para dizer. Agora, não sei.

O SR. ELCIO ALVARES - É estranho V. Sª não conhecer nenhum dos seus concorrentes.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu lamento que seja estranho, mas não sei. Mesmo porque são poucos os que se estabelecem. A maioria são pessoas físicas. Se o senhor for ao Ministério o senhor vai encontrar. Manda alguém ao Ministério; vai encontrar um sem-número.

O SR. ELCIO ALVARES - Não. Eu não quero mandar alguém. Eu quero saber se o senhor conhece.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Eu não sei, não. Sinceramente, eu não sei.

O SR. ELCIO ALVARES - Então o senhor não conhece os seus concorrentes?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Não conheço, não.

O SR. ELCIO ALVARES - Então o senhor se comparou a um peixinho sem um parâmetro de avaliação?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. ELCIO ALVARES - Estou fazendo a pergunta, Sr. Normando. O senhor está pouco informado. Eu acho que não custaria nada V. Sª, que prestou o juramento, afirmar quais são os seus concorrentes. A pergunta é muito objetiva. Não envolve nenhum juízo de valor, não envolve nenhum conceito.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu diria com o maior prazer se eu soubesse o nome de uma, por exemplo. Mas eu não me lembro. Posso me lembrar depois e falar para a Comissão. Mas, assim, de cabeça, não estou me lembrando.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Normando, nas suas atividades de procurador, representando várias prefeituras, por acaso em alguma época o senhor teve a oportunidade de ouvir alguém mencionar que senadores ou deputados levavam vantagem na liberação de verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca ouvi. Nunca ouvi, Senador.

O SR. ELCIO ALVARES - Nunca ouviu?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. ELCIO ALVARES - Vou fazer uma pergunta ao senhor, o senhor vai dar uma explicação pessoal, pode até se furtar a essa explicação, mas depois que ouvimos aqui várias perguntas, por que havia necessidades de procuradores se as verbas eram destinas a entidades públicas e privadas contempladas no Orçamento; O Executivo criava dificuldades? Em caso positivo, que órgãos de Governo dificultavam a liberação de verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Todos eles criam dificuldades. Haja vista...

O SR. ELCIO ALVARES - Por quê?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - ...a série de documentos exigidos. Depois esses documentos, processos, vão chegando, vão vencendo e vão criando pareceres inúmeros, às vezes pareceres que não têm precisão, e vão fazendo.

O SR. ELCIO ALVARES - V. Sª tem conhecimento que os Estados têm escritórios de procuração aqui dentro de Brasília encarregados de zelar pelo interesse do Estado e, conseqüentemente, das prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tem. Tem sim. Tem

O SR. ELCIO ALVARES - Por que esses escritórios não agem? E seria V. Sª a pessoa indicada para liberar essas verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não posso afirmar ao senhor. Só os escritórios devem saber. Não são capazes. Não funcionam, então.

O SR. ELCIO ALVARES - V. Sª entende que é uma questão de capacidade ...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Admito.

O SR. ELCIO ALVARES -... para liberar verba?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Para liberar, não. Admito que é uma questão de capacidade dos escritórios não darem assistência total aos municípios. Caberia a eles. Se eles funcionassem certo, direitinho, dessem toda assistência, não existiram escritórios como o meu. Para quê?

O SR. ELCIO ALVARES - V. Sª chegou a afirmar aí - estou me lembrando da resposta - que as dificuldades criadas no sentido de V. Sª eram de ordem burocráticas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Burocrática.

O SR. ELCIO ALVARES - Exclusivamente?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exclusivamente burocrática, nessa área. Agora, tem a outra parte: a parte política. Se um prefeito der entrada num processo no Ministério, ele, dificilmente - eu posso declarar -, certamente, não será pago. A menos que tenha um deputado ou senador para pedir ao ministro.

O SR. ELCIO ALVARES - V. Sª está fazendo uma afirmativa que me parece de certa gravidade, porque a liberação de verba é obrigação do órgão que tem a obrigação de liberar.

Agora, eu gostaria que V. Sª caracterizasse. Ao longo da sua atividade de procurador, por sinal um procurador de nomeada porque tem várias prefeituras, quais os órgãos e quais os funcionários que criaram dificuldades para liberar as verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Precisa dizer? Eu até generalizo: todos os órgãos....

O SR. ELCIO ALVARES - Não. Não quero que V. Sª generalize. Diga-me os nomes dos órgãos, à Comissão....

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu vou citar, agora, um caso recente...

O SR. ELCIO ALVARES - Cite o caso mas, por favor, dê o nome.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O Ministério do Bem-Estar Social, por exemplo. Quando se chega na Assessoria Jurídica são exigidos documentos, mesmo para as verbas carimbadas, o que é desnecessário, porque a Lei das Diretrizes Orçamentárias diz que não é para apresentar; mas exigem. E por aí vão as coisas...

O SR. ELCIO ALVARES - Bem. V. Sª deu o exemplo. Eu gostaria de saber o nome das entidades, dos órgãos dos Ministérios e dos funcionários que criaram essas dificuldades.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não digo que são funcionários; digo que é a parte burocrática de um complexo, de um todo, como a Secretaria do Bem-Estar Social, a Secretaria Nacional de Habitação e Saneamento. Todos são trabalhos difíceis.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Normando, quando o senhor ia liberar verbas o senhor se dirigia ao órgão ou às pessoas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu acompanhava os processos pelo protocolo e em cada área.

O SR. ELCIO ALVARES - Sem se dirigir às pessoas das repartições?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu sempre pedia informações nos protocolos e quando chegava a hora de uma decisão técnica, eu ia ao técnico para me informar sobre o que faltava.

O SR. ELCIO ALVARES - E como é que V. Sª identificou, exatamente, esse tipo de serviço mal feito na Assessoria Jurídica do Ministério do Bem-Estar Social?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Porque me cientificaram que estava exigindo balancetes sintéticos.

O SR. ELCIO ALVARES - Os órgãos forneciam ao senhor os documentos oficiais, inclusive, a exemplo desse parecer que era contrário?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tenho o formulário completo.

O SR. ELCIO ALVARES - Os órgãos entregavam a V. Sª?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Basta chegar no protocolo de qualquer órgão e pedir: eles dão.

O SR. ELCIO ALVARES - Inclusive esse da assessoria jurídica?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Esse da assessoria jurídica não. Eu estou dizendo: é a assessoria jurídica, todos; se eu pedir toda a documentação de um Ministério, o que é necessário para liberar recursos do Ministério, eles dão o formulário completo. Tem essa dificuldade. É só para citar um ponto em que o processo chega na assessoria jurídica, e eles exigem um balancete sintético ou um balanço real que a Lei de Diretrizes Orçamentárias isenta.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, a maioria das perguntas já foram feitas pelos Deputados, mas me restaram algumas ainda.

No tempo em que a SEVAL atuou nesse longo período empresarial, qual foi a época em que, no depoimento da testemunha, mais houve influência do Congresso ou de parte de dirigentes do Orçamento? Sempre foi assim ou teve um período em que isto se caracterizou?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sempre foi assim.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sem nenhuma variação? Não houve um período?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não; mesmo na época ditatorial, sempre dependia dos parlamentares.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - A sua declaração de imposto de renda vai demonstrar isto, mas vou perguntar: qual o percentual aproximado das suas intermediações que foram atendidas? Por exemplo: no ano de 1990, qual o percentual de atendimento a seus clientes, nos seus pleitos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ora, é muito difícil para mim determinar valores em percentual. Acho que é mais fácil o senhor verificar no processo ou no inquérito da Polícia Federal, onde tem tudo isto.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Então, houve sempre uma normalidade? Em todos os anos, a mesma coisa: interferência de deputados do Congresso. Sempre igual?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sempre.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - De repente, o senhor diz que a sua empresa caiu em virtude das denúncias do Senador Suplicy.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Em que ano foi isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Há dois anos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Depois, V. Sª diz no seu depoimento - rapidamente, eu queria que esclarecesse - o que aconteceu, além disto que o senhor atribui: a denúncia. Parece-me que o senhor afirmou que as empresas começaram a fazer o seu trabalho; é isto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente; também.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Houve uma aperfeiçoamento das empresas no **lobby**, o senhor ficou meio dispensável. É isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Isso.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Já se perguntou aqui quais eram os seus concorrentes principais, e o senhor disse que não lembrava - talvez, por questão de ética, não queira dizer.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca procurei saber quem...

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Mas o senhor disse que atuava só com os pequenos municípios, em volumes pequenos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Até nesses volumes pequenos, as empresas hoje fazem o trabalho que o senhor fazia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Até isso.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Quais as empresas, que o senhor pode dizer ou não, que mais contribuíram para o desaparecimento da sua atividade empresarial?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei dizer quais as empresas, mas, na Bahia, se procurar, o senhor vão encontrar muitas.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Dessas muitas, o senhor poderia citar algumas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não sei.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Então, como é que são muitas ou poucas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Porque eu sei, já fiz contatos com prefeitos; mas até a construtora já vai fazer ... então, não sei quais. Se perco o cliente, não vou atrás para ver quem foi o concorrente. Não deu, não deu.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - O senhor não tem de ir atrás; agora o senhor tem que ir atrás, porque agora queremos saber. Essa substituição de influência é exatamente uma das nossas preocupações. Se essa atividade empresarial de intermediação desapareceu e ficou acoplada a outra atividade, quem é que exerce essas atividades? As empresas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - As empresas construtoras.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Na Bahia, com todo esse número de prefeitos e encaminhamentos, o senhor não lembra de nenhuma empresa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não lembro, porque não tenho contato com nenhuma delas. Deputado, minha empresa é praticamente uma microempresa; é um negócio muito pequeno.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Quando o senhor fazia esses contratos com as prefeituras, contrato de prestação de serviços, todos os contratos, havia exigência de aprovação do seu contrato pelas Câmaras municipais ou não?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Alguns, sim; outros já tinham crédito para isso.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - O prefeito tinha competência para assinar o contrato com o senhor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - O senhor falou dos escritórios dos Estados que poderiam substituir a sua atividade.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Em qual Estado o senhor sentiu maior atuação desses escritórios na concorrência com o seu trabalho de prestação de serviços?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Um escritório que tenho acompanhado e tenho visto que está trabalhando bem é o da Paraíba, o da Bahia; eles estão trabalhando bem.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Então, uma das razões é o trabalho do escritório, que diminuiu a sua clientela na Bahia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De um modo geral, Deputado, esse mesmo trabalho só existe em função de burocracia. Se eliminar a burocracia, elimina esse trabalho.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Só para encerrar, queria perguntar a V. Sª: no seu trabalho, por acaso o senhor trabalhou em conjunto com alguma empresa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Nunca nenhuma empresa solicitou os seus trabalhos? Só prefeitos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Só prefeitos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - E Deputados?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - E Deputados também, indicando prefeituras.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - O senhor citou o Deputado João Alves. Há alguns outros parlamentares que tenham, na mesma proporção ou aproximado, solicitado os seus trabalhos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Há algum outro Deputado que tenha solicitado no mesmo nível do Deputado João Alves, por exemplo? Ou foi ele o grande...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. O Deputado Cid Carvalho, por exemplo, tinha muitos municípios; Edivaldo Motta também.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - E era uma indicação profissional só de...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Até e tão-somente profissional.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Em que momento o senhor recebia os honorários: no momento da liberação do recurso, ou independia do momento da liberação do recurso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, após a liberação, o prefeito repassava, com recursos próprios da prefeitura, os honorários.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Quer dizer, era sempre receber depois da liberação do recurso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO - No seu trabalho de intermediação para as prefeituras na liberação de recursos do Orçamento Federal, o senhor trabalhava, digamos, prioritariamente para os municípios do Deputado João Alves.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu diria que também, não prioritariamente. E quero fazer uma ressalva: não era trabalho de intermediação de verbas. Entendo que quem intermedeia verba é quem tem verba para dar. Eu faço um trabalho de despachante.

O SR. LUIZ ALBERTO - O seu trabalho de despachante era de verbas resultado de emendas apresentadas pelo Deputado João Alves na Comissão Mista de Orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - E outros.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sª confirma que o seu trabalho de despachante era de emendas do Deputado João Alves na Comissão Mista de Orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sa. disse que recebia, como honorários desse seu trabalho de despachante, ao final, quando os recursos eram liberados, um percentual dessas verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim, mas pago com recursos próprios da prefeitura.

O SR. LUIZ ALBERTO - Então, é possível estabelecer uma conexão. As emendas apresentadas pelo Deputado João Alves, o seu trabalho de despachante nos órgãos públicos federais e o recurso que a prefeitura lhe pagava oriundo daquela verba apresentada pelo Deputado João Alves.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu diria que não. Conexão, não. A dotação está no Orçamento, quando existe dotação orçamentária ...

O SR. LUIZ ALBERTO - Agradeço a sua resposta.

V. Sª reconhece que estas folhas em branco são assinadas por prefeitos municipais ou por ex-prefeitos municipais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Reconheço.

O SR. LUIZ ALBERTO - Solicito ao Sr. Relator a atenção a este caso específico.

Então, V. Sª reconhece que estas folhas foram apreendidas no seu escritório de trabalho com a assinatura de prefeitos municipais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Reconheço. Por sinal, são folhas antigas.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sª recebia procuração de prefeitos municipais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Para acompanhar processos.

O SR. LUIZ ALBERTO - Para acompanhar processos e para liberar recursos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Liberar, teve uma época que nós usávamos esse termo, depois foram criando problemas e eu fui tirando esse termo. Nós passamos a acompanhar; só para acompanhamento de processos.

O SR. LUIZ ALBERTO - Mas o seu acompanhamento é um acompanhamento demorado. O senhor estabelecia um nexo de ligação com os seus clientes. O senhor sabia quais eram os seus clientes que estavam adimplentes, inadimplentes. Não é isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Claro.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sª, por exemplo, poderia prestar contas das prefeituras municipais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Eu não. Quem presta contas é a própria prefeitura.

O SR. LUIZ ALBERTO - Mas o senhor poderia usar um documentos desses, em branco, de um prefeito municipal para encaminhar uma prestação de contas para o Tribunal de Contas da União e apresentar, inclusive, notas falsas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor. Essas são suposições de V. Exª.

O SR. LUIZ ALBERTO - Já que V. Sª possuía documentos em branco, assinados pelos prefeitos municipais, V. Sª poderia usar documentos como melhor lhe aprouvesse.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Esses papéis em branco, que sempre deixavam, era porque nós estávamos elaborando processos e os prefeitos queriam viajar.

O SR. LUIZ ALBERTO - Processos ou projetos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Processos, os projetos...

O SR. LUIZ ALBERTO - E projetos, V. Sª indicava?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A parte técnica, os prefeitos sempre me traziam; que seria a parte de projeto técnico.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sª indicava engenheiro, já que V. Sª não tem registro no CREA?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, o prefeito trazia.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sª não imagina que seja muito a cobrança, já que V. Sª se coloca como um simples intermediário, como simples despachante, V. Sª não imagina que a cobrança de taxas de 3%, 7% ou 20%...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - 20%, não.

O SR. LUIZ ALBERTO - ... dos recursos federais, segundo a imprensa e segundo declarações, inclusive, do Delegado da Polícia Federal no inquérito, V. Sa. não imagina que isso seja muito para a cobrança de honorários, apenas para encaminhamento de papéis nos determinados órgãos federais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não acho, porque as partes acordaram assim. Então, não tem valor estipulado. Qualquer valor é certo.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sª conhece o que determina a Lei Federal nº 4.320, que determina que as prefeituras municipais, antes de promoverem este tipo de acordo ou de entendimentos, deva ter no seu orçamento um empenho prévio e que constem esses recursos do orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Elas, normalmente, têm: serviços de terceiros. encargos diversos. Normalmente, as prefeituras têm.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Sª está sendo indiciado num processo da Polícia Federal. V. Sª poderia dizer a esta Casa se já responde a algum tipo de processo, de inquérito, de fiscalização, em seu nome pessoal ou em nome de seus representados no Tribunal de Contas da União, nos Tribunais de Contas dos Estados, ou nas Delegacias dos órgãos federais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor. Nenhum.

O SR. LUIZ ALBERTO - Para concluir, Sr. Presidente, V. Sª culpa a burocracia para justificar a sua atividade; porque hoje V. Sª diz a esta Casa que era de mero despachante. Anteriormente, V. Sª dizia que era de um escritório conceituado para angariar novos clientes. Pois bem, V. Sª entende que essas dificuldades criadas são para vender facilidades?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, de maneira nenhuma.

O SR. LUIZ ALBERTO - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passamos à lista de inscrição dos membros suplentes.

O primeiro inscrito é o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, quer me parecer que a matéria já está suficientemente indagada. Acredito que, se quisermos chegar a alguma conclusão, terá que ser através de perícia contábil.

Portanto, gostaria de saber do Depoente o seguinte: os contratos por ele firmados com as prefeituras municipais eram efetuados mediante prévias concorrências públicas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mesmo que o valor ultrapassasse simples cartas-convites?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Esse é um fato que nunca ocorreu, não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não ocorreu?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Segundo: as prefeituras efetuavam o pagamento - V. Sª já disse - após a liberação da verba, e os valores pagos evidentemente estão dentro da contabilidade das prefeituras.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Certo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª mantém ainda no seu escritório, na sua contabilidade, todas as entradas das prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tudo, tudo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Muito bem. Indago mais: V. Sª disse que, mesmo nas ocasiões de pico em que V. Sª tratou de interesses de 300 prefeituras, contava com apenas três funcionários?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei. Trezentas prefeituras, foi o Senador Suplicy que afirmou.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sei, mas nos momentos de pico, quando V. Sª tivesse, digamos, acima de 200 prefeituras, ou o que seja: V. Sª tinha apenas três funcionários?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª já declarou que não elaborava projetos, apesar de constar do contrato - projetos técnicos. Então, podemos entender que o custo de sua empresa era apenas o custo dessas três pessoas, o custo administrativo, e o restante seria prestação de serviço, acompanhamento desses processos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, reputo fundamental, agora, que se oficializem as subcomissões, porque, veja bem, a única maneira possível de chegarmos a alguma conclusão seria um levantamento, seja através do Tribunal de Contas, ou da própria Comissão, ou através de uma perícia contábil, junto às prefeituras onde ele prestou serviços, cuja relação parece-me que está com V. Exª; prefeitura por prefeitura, quanto ela pagou, quanto entrou na empresa, qual a despesa dessa empresa, para se saber a margem de lucro que essa empresa teve com os contratos com as prefeituras. Se essa margem de lucro não foi canalizada para a sua declaração de bens de pessoa jurídica, nem de pessoa física, evidentemente teria ido para terceiras pessoas. Porque não vejo como, Sr. Presidente, já que é praticamente impossível que tenhamos qualquer outra comprovação, a não ser agora através dessa perícia contábil, que deixo desde já solicitada, através desta subcomissão.

Gostaria apenas para registro: qual o nome do delegado que autorizou-o a destruir os documentos que possuía em sua contabilidade, ou seja os contratos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O Magnaldo Nicolau.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Arnaldo..?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Magnaldo Nicolau; fiz essa comunicação para ele; ele disse que ia queimar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Segundo, V. Sª admite que está sendo indiciado num processo ou num inquérito por exploração de prestígio. É nesse mesmo inquérito que foi solicitado pela Procuradoria-Geral da República, a quebra do sigilo bancário, do Deputado João Alves? É nesse mesmo inquérito?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, podemos presumir que ele só não está indiciado pela sua prerrogativa de Deputado?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei informar, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, para o registro, Deputado, à primeira pergunta a resposta foi SIM, e à segunda o Depoente disse "não sei informar."

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço a V. Exª.

É só isso, Sr. Presidente, reiterando, mais uma vez, que só através dessa prova de saber quanto dinheiro a prefeitura pagou à empresa, quanto entrou na sua contabilidade, quais as despesas da empresa, para se saber a margem de lucro e para onde foi essa margem de lucro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me daria a oportunidade de que discutíssemos isso em questão interna.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Normando, o senhor afirmou que sua empresa iniciou suas atividades em 1966,...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Verdade.

O SR. ZAIRE REZENDE - Ou seja, atua há 27 anos nesse trabalho.

O senhor disse que esse trabalho surgiu porque os municípios têm dificuldades em elaborar todos os projetos necessários.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - E continuam.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor já antecipou a minha pergunta parcialmente.

E, por outro lado, o senhor afirmou, também, que a intermediação do político sempre foi necessário.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. ZAIRE REZENDE - Eu pergunto: continua?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Continua.

O SR. ZAIRE REZENDE - Isso torna muito claro, que o esquema que nós, no Brasil, adotamos hoje para fazer com que os recursos cheguem aos municípios é perverso para com os municípios..

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. ZAIRE REZENDE - .. porque eles não têm condições técnicas para elaborar os projetos e nem têm força política para levantar os recursos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Concordo com V. Exª.

O SR. ZAIRE REZENDE -O senhor já antecipou a minha pergunta. Hoje, continua tal como era 1966, durante a Revolução?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Mais complexo ainda.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mais complexo ainda do que era.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não houve modificações alguma.

Outra pergunta: ao longo desses seus 27 anos de experiência, qual foi a influência que o senhor sentiu das empresas ou empreiteiras, também, nessa liberação de recursos?

Pergunto, hoje, essa influência é igual, maior, ou menor do que há quinze, vinte anos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Hoje é muito maior.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito maior. E esse é um dos motivos pelos quais o senhor se afastou?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente, estou sendo afastado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Alijado do trabalho.

O senhor anunciou no seu depoimento, citou Parlamentares antigos ou mortos. Atualmente o senhor fez citações apenas de João Alves e Cid Carvalho. Por quê? Mudou o esquema de pressão política ou não existem outros Parlamentares atuando?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não existem parlamentares e faz um ano e meio que está desativado o meu escritório. Praticamente desativado. Meus clientes se afastaram todos. Ficaram com medo da Polícia Federal interrogando, Bahia, Paraíba. Todos se afastaram.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor elabora projetos - o senhor já respondeu parcialmente, mas é que eu gostaria que ficasse bem claro - o senhor nunca teve na sua equipe técnicos qualificados para a elaboração desses projetos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, acredito que não. Não estou lembrado. Não, em época nenhuma.

O SR. ZAIRE REZENDE - Outra pergunta: o senhor prestou os seus serviços somente a municípios ou também a Governadores?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Só a municípios.

O SR. ZAIRE REZENDE - Nenhum Governo de Estado foi atendido pelo senhor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nenhum Governo de Estado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Ainda em relação a este jornal que já foi citado aqui.

No **Estado de S.Paulo** de hoje, existe um trecho em que o jornal afirma que, em outro documento apreendido pela Polícia Federal na sede da SEVAL, os municípios de Caravelas, Cordeiros, Malhada de Pedras, Maitinga, Piripá, Itaetê, Presidente Jânio Quadros, Rio de Contas e mais trinta e nove cidades são classificadas como "relação dos municípios de nosso interesse, representados pelo Deputado João Alves".

O Deputado João Alves negou esse tipo de atuação em conjunto com a empresa SEVAL.

O senhor confirma ou desmente essa notícia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Respondi há pouco para o Senador Suplicy sobre essa relação. Alguns municípios são dele; outros, não.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sim, mas então o senhor confirma essa relação?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Confirmo essa relação. Essa relação foi inclusive enviada a uma empresa do Rio Grande do Sul.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não, eu digo a relação da sua empresa com o Deputado.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A minha vinculação é com o prefeito. O Deputado indica o prefeito, e o meu contrato é com o prefeito.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

A palavra com o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Normando, o senhor, no início de seu depoimento, disse que o seu antigo advogado o traiu.

O comportamento do advogado aqui já foi descrito. Nós sabemos que são proibidas de depor pessoas que, em razão de profissão, ofício, função ou ministério, devam guardar segredo, salvo quando a pessoa, que é detentora do segredo, se dispõe a depor e a parte interessada o libera disso.

Eu pergunto a V. Exª, que está aqui depondo sob juramento - evidentemente a pessoa que falta à verdade pode responder pelo crime de perjúrio, mas também a testemunha não é obrigada e não cometeria esse crime se omitisse alguma coisa para não se auto-incriminar -: se o advogado Pedro Calmon se dispuser a depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o senhor se oporia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Olha, como falei antes, é inverdade, porque eu nunca confidenciei nada nesse sentido ao Dr. Pedro Calmon. O Dr. Pedro Calmon nem conhece o processo direito. Ele deu entrada, no início do processo, a um documento, foi comigo a uma audiência e nunca mais me acompanhou à Polícia Federal.

Mas eu não me oporia não; desde que seja verdade, eu não me oponho.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ser verdade ou não é uma questão de valoração posterior.

A pergunta específica é esta: se o senhor o libera, na eventualidade de ele ser detentor de qualquer segredo, para depor.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Libero.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É ele que pode liberar.

Eu estou com a pergunta, Deputado. Eu estou fazendo esta indagação.

Eu leio o Estatuto da OAB para a senhora agora, se a senhora quiser. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, um momento.

Essa nossa discussão interna poderá prosseguir depois. Nós temos ampla possibilidade de usá-la.

Eu perguntaria se V. Exª poderia, por generosidade a mim, repetir a pergunta que fez.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não.

A pergunta que estou fazendo é a seguinte, Sr. Presidente: que são proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ofício, ministério ou profissão, devam guardar segredo, salvo se essa pessoa, que é detentora do segredo em razão do exercício profissional, for dispensada por aquele que a constituiu e essa pessoa se dispuser a depor.

A pergunta que eu fiz ao depoente é se ele teria qualquer oposição se - e quando - o Sr. Pedro Calmon se propuser a depor e se esta Comissão aceitar; se ele o libera!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A minha impressão, Deputado, e que ele não deve responder a pergunta. Nós deveremos decidir se convocaremos ou não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, Sr. Presidente, a questão é a seguinte: só pode depor a pessoa - porque é proibido -, se for por ele autorizada. Isso é uma questão de matéria processual penal. Agora, porque eu faço isso? Faço isso porque a um interesse particular de uma pessoa, por mais relevante que seja, prepondera o interesse público, que é maior na busca da verdade.

Com relação ao estatuto da Ordem do Advogados do Brasil, o que quero dizer é que o estatuto vigente estabelece os direitos e deveres do advogado e do provisionado. Art. nº 87, inciso XVI:

> "Recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo Constituinte."

O senhor veja bem, são direitos e deveres do advogado recusar-se a isso. Não que exista um impeditivo absoluto quanto a esse depoimento.

Essa é uma questão ética que deve ser resolvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto a V. Exª, que sempre me dá excelentes lições nesse campo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É bondade de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é, é sincero.

Se o depoente dissesse não, ficamos nós impedidos de ouvir o Sr. Pedro Calmon?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Estaríamos proibido. O advogado estaria proibido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ele já está dando declarações.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, fica isso no campo ético profissional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, a pergunta está mantida.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Está mantida e já com a resposta.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Transfiro para V. Exª, para que a Comissão possa decidir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é pessoal sua: se autoriza ou se, por dever de sigilo, sendo seu advogado, não dá autorização para que ele venha tratar dos assuntos que o senhor conversou com ele.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O problema desse advogado é que ele está querendo se promover, está querendo televisão, ele está querendo mídia, está querendo aparecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Evitemos esses julgamentos de valor.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Então, não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não liberaria o advogado.

Peço ao nobre Deputado Luiz Máximo que continue.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Exato. Ele já me respondeu.

A resposta dele já me fornece elemento para que eu possa fazer um juízo de valor a respeito do fato. Era isso que queríamos. Juízo de valor a **posteriori**.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há juízo de valor e há juízo de fato. O juízo de valor é mais fácil. Os de fato precisam comprovação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, Sr. Presidente. Mas acontece que...vamos deixar essa questão para discutirmos mais adiante. O depoente fez referência sobre a necessidade, para enfrentar a burocracia, da intermediação de Parlamentares quanto à liberação de verbas já existentes no Orçamento.

Quem, prefeito ou qualquer outro interessado, que tenha um parlamentar atuando neste campo, acaba levando vantagens no que diz respeito a liberação de verbas com relação àqueles outros, a outras prefeituras, que não disponham de idêntico patrocínio. É isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não tenho a menor dúvida. É verdade.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mais uma pergunta para V. Sª.

No depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos foram, pelo mesmo, elencados Parlamentares que, de uma forma ou de outra, teriam conhecimento ou participariam daquilo por ele próprio denominado de esquema.

Esse nomes foram jogados pela imprensa e aí estão. Várias perguntas lhe foram feitas nesse sentido, e o senhor sempre se referiu a um parlamentar já falecido e a dois outros Parlamentares que usavam os serviços da sua empresa. Outros parlamentares não foram mencionados; não sendo mencionados, fica a indagação: eles procuraram ou não procuraram a sua empresa?

Vou-me permitir ler os nomes de alguns dos Parlamentares que foram aqui elencados para que V. Exª apenas confirmasse se procuraram sua empresa para apresentar às prefeituras ou pedindo os seus serviços.

Deputado Carlos Benevides?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Cid Carvalho, o senhor já confirmou.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Ézio Ferreira.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Fábio Raunheitti?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Fábio Derzi?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Gastone Righi?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Genebaldo Corrêa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Ibsen Pinheiro?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado José Carlos Vasconcellos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado José Geraldo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado José Luiz Maia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Manoel Moreira?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Messias Góis?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Paes Landim?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Pedro Irujo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Roberto Jefferson?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Fiúza, trabalhei para Fiúza, quando ele iniciou a vida pública, quando chegou em Brasília. No primeiro mandato, eu trabalhei para ele sim, para os municípios dele. Isso no primeiro mandato do Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor se lembra do ano, mais ou menos, ou não?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Quem me apresentou o Deputado Ricardo Fiúza, que estava chegando aqui, foi o Deputado Teoldo Albuquerque. Por aí, 1975, mais ou menos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Sérgio Guerra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Uldurico Pinto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Os Senadores, o senhor já falou: Humberto Lucena, Mauro Benevides, Ronaldo Aragão e Saldanha Derzi.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. LUIZ MAXIMO - Nenhum deles?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, nenhum deles.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Pela ordem, o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar ao Sr. Relator e à Mesa, cópia xerox do fax enviado pelos senhores Rômulo Galvão e Emaviel Vanderlei...

O SR. DEPUTADO - É da DEMEC?

O SR. LUÍS SALOMÃO - ... A propósito, com o seguinte teor: "Atenção, Normando. Conforme solicitação telefônica, informamos a situação e o andamento de projetos FNDE nesta Delegacia do MEC, FNDE." E, aí, vem por municípios: Caravelas, Cordeiros, Malhada de Pedras, Piripá, Itaeté, Presidente Jânio Quadros... A cópia está um pouco fraca, Sr. Presidente. Mas, aqui, os burocratas informam a situação de cada projeto na COPAT-DEMEC, e que providências são necessárias tomar para complementar os processos. Falta termo de posse, falta estatuto do magistério, Decreto Municipal de 200 dias, etc, etc.

Não conheço nenhum caso em que a burocracia brasileira forneça a um lobista essas informações de graça. De modo, Sr. Presidente, que considero que o senhor Normando praticou aqui falso testemunho, porque ele disse que não tinha nenhuma relação com o FNDE, e aqui está um fax, enviado por funcionários que, pela primeira vez, eu vejo informarem a uma pessoa interessada em determinados projetos, que providência precisa tomar para suprir essas lacunas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª disse que estava encaminhando.

O SR. LUÍS SALOMÃO - É um documento fornecido pelo Jornal **Estado de S. Paulo**, que, hoje, num furo de reportagem, tinha envolvido funcionários do MEC, do DEMEC, e quero mencionar os nomes deles: Manoel Vanderlei e Rômulo Aragão. O primeiro da Bahia e o segundo, também, aparentemente da Bahia. Digo que, por conseguinte, são funcionários que têm intimidade com o senhor Normando, tem o **fax** dele, e enviaram esses **fax**, penso eu que, da Bahia, para o senhor Normando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode encaminhar à Mesa.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sr. Presidente, posso dar um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É por que não há reinquirição, a partir da... Mas, a qualquer momento, de outra pergunta, V. Sª poderá dar a sua explicação. Por enquanto, a Mesa acolhe o documento, porque isso é um documento, e, naturalmente, julgará depois.

O SR. DEPUTADO - Está ruim o som...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só se eu gritasse mais, porque, realmente, o som era bom até ontem. Está com a palavra o Deputado Lázaro Barbosa.

S. Exª está ausente ou presente?

Ausente.

Com a palavra o Senador Lavoisier Maia. (Pausa)

Ausente.

Está com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Normando, nos documentos apreendidos na Polícia Federal porventura existem procurações dos municípios que mantinham relações profissionais com o senhor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Existem.

O SR. NELSON TRAD - Na afirmação, eu gostaria de saber se existem poderes, nestas procurações, para a sua empresa receber, ou nas repartições públicas ou perante os bancos, as importâncias liberadas através do seu trabalho.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, Deputado, acredito que não, mesmo por que, já expliquei, estes recursos não podem ser sacados por procuração. Os recursos são transferidos de Brasília direto para o município, em conta específica.

O SR. NELSON TRAD - Eu perguntei: através das repartições ou perante os bancos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Normando, V. Sª está indiciado em inquérito policial federal por exploração de prestígio. É o art. 322 do Código Penal:

> "obter para si ou para outrem, através de promessa ou vantagem de promessa, a pretexto de influenciar funcionário público no exercício da sua função."

V. Sª afirmou que, praticamente, dentro das suas limitações, acompanhou esse inquérito policial na Superintendência da Polícia Federal.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Depus várias vezes lá.

O SR. NELSON TRAD - Eu pergunto se V. Sª fez alguma referência a algum funcionário a pretexto de auferir vantagem para si ou para outrem no exercício da sua atividade?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, Deputado. Nenhuma.

O SR. NELSON TRAD - Existe também a circunstância da influência pré-testada ser feita através de terceira pessoa que influenciaria o funcionário. V. Sª, em algum momento, nesse inquérito policial, nominou funcionário ou terceira pessoa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Não lembro disso, não. Acho que não.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta, e se a Presidência entendê-la impertinente ou irrelevante para a apuração do fato poderá indeferi-la. É até uma curiosidade que nasceu através de uma pergunta de um colega nosso em reunião passada. É a respeito do nome SEVAL; se, na realidade, é apenas uma nome ou é uma sigla, porque dá a entender, para aqueles que estão acessos na busca da verdade, que SEVAL pode ser Alves, pode ser Selva, como pode ser a segunda pessoa do verbo levar, levas, e eu gostaria de saber, na realidade, o que é que *significa SEVAL?*

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Serviços de Assessoria Ltda. O certo, o correto - vou dar uma explicação, me permite Sr. Presidente? - o correto seria SERVAL (com "r"), não foi, porque na época existia um órgão federal de assistência a municípios chamados SERFAL que daria a entender que era a mesma coisa. Então, eu mudei para SEVAL; é a única verdade.

O SR. NELSON TRAD - Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - A curiosidade de V. Exª está satisfeita.

Nós vamos interromper por alguns momentos porque o depoente precisará ir ao toalete.

(Suspensa a reunião por 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Fernando Carrion, que se encontrava aqui no momento em que nós suspendemos a reunião e fez questão de participar. (Pausa)

Dou a palavra então ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, primeiro, uma breve introdução. Quando o Depoente veio depor como testemunha ele fez um juramento: "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

Nós tivemos, anteriormente, na CPI do PC, vários empresários que aqui vieram, prestaram o mesmo depoimento e mentiram. Posteriormente, o Congresso não assumiu contra essas pessoas nenhuma iniciativa de indiciá-los em crime de perjúrio ou falso testemunho.

Eu quero salientar que durante esta CPI eu me proponho a ser rigoroso nessa questão, para manter o prestígio do Congresso e o prestígio da CPI. Temos consciência - e aí dirigindo-me diretamente ao Depoente - de que nessa trama maquiavélica, como se referiu o Deputado João Alves, que eu acho que existe, mas em outro sentido, o Depoente cumpre um papel bastante secundário. Mas a importância do depoimento de V.Sª se deve ao fato de trazer elementos para os Congressistas para apurar a verdade. Do ponto de vista legal, existe um processo correndo na Justiça, ao qual o Depoente já está respondendo, está acompanhando com seus advogados. O que nós queremos obter são informações.

Nesse sentido, eu vou seguir uma linha de raciocínio. Primeiro, em relação ao Sr. José Carlos Alves dos Santos. O Depoente afirma que o conheceu no Congresso, na Comissão de Orçamento, nos corredores do Senado. Sim ou não ?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim; inicialmente eu declarei que o conheci no gabinete do Deputado João Alves.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Como?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu inicialmente disse que o conheci no gabinete do Deputado João Alves, e mantenho.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V.Sª conheceu o Dr. José Carlos no gabinete do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - E uma vez na Comissão de Orçamento, com o Deputado Cid Carvalho.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V.Sª compareceu à festa de aniversário do Deputado João Alves, que foi feita na casa do Dr. José Carlos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Compareci. Aqui estava o Prefeito de Tarantim, na Bahia, e não sabia ir até a casa do Dr. José Carlos, e eu o acompanhei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Depoente poderia nos dar informações sobre essa festa? Quero salientar, para que não fiquemos em generalidades, como o Deputado João Alves ficou no seu depoimento, quando, em relação à festa, ele secundarizou. Ontem, eu tive acesso à coluna social do **Jornal de Brasília**, que se refere à festa como um acontecimento social importante. Quantas pessoas estiveram presentes nessa festa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVAICANTE - Deputado, eu não sei precisar. Agora, vou lhe dar...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mais de cinqüenta? Mais de cem?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - ... a fonte certa: a fita que foi apreendida agora. Vimos, ontem, na televisão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, porque é importante. Então V.Sª compareceu à festa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Compareci.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não sabe quantas pessoas estavam na festa? Vinte pessoas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, umas cinqüenta pessoas, sessenta. Por aí.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O **Jornal de Brasília** cita algo em torno de cento e vinte a cento a cinqüenta pessoas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não sei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Dentre as pessoas que estavam na festa V.Sª já identificou o Prefeito de Tarantim.(?)

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De Tarantim.(?)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Que pessoas mais estavam na festa e que V.Sª identifica?

O SR. NORMANDO LEITE CAVAICANTE - Eu não sei. Sinceramente, eu não sei. Faz tempo já, Deputado. Eu não lembro, não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V.Sª ficou conversando apenas com o Prefeito de Tarantim?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Com o Prefeito de Tarantim(?), minha esposa, e não me lembro se uma outra moça da Bahia, também, ao lado. Não lembro... A esposa do Prefeito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apenas ficaram na mesa os quatro e não conversou com mais ninguém? Não se recorda de mais nenhuma pessoa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu lembro que o Deputado João Alves passou na mesa, conversou, saiu. Não me lembro se outros Parlamentares...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Deputado João Alves estava contrafeito?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como assim?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Estava contrafeito? Insatisfeito? Não estava à vontade?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE Não, não. Estava bem.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Porque ele se referiu aqui no depoimento que foi lá contrafeito, que era uma homenagem de seus funcionários, que ele não queria, que ele não gosta de fazer aniversário. Mas V.Sª diz que ele estava bem, estava satisfeito com a homenagem.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Estava bem.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Continuemos. Em relação ao trabalho da SEVAL, como V.Sª angariava clientes para a SEVAL? V. Sª enviava circulares para a prefeitura oferecendo os seus serviços?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Enviava a circular para a prefeitura, sim. Essa era uma etapa; em outra, procurava parlamentares que precisavam e oferecia meus trabalhos, para elaborar a documentação das prefeituras.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Havia dois tipos de contratos: havia um global, com a prefeitura, para representar a prefeitura, para iniciar os trabalhos, que implicava a forma de pagamento; e havia um contrato para acompanhar obras concretamente, processos concretos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não entendi.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Havia dois tipos de contratos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, só existia um tipo de contrato, através de assessoramento e acompanhamento de processo. Só isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Havia dois tipos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Dois, não. Um só. Eu não acompanhava a obra. Vou esclarecer para o senhor: não acompanhava a obra, não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não; acompanhava os processos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Os processos, sim.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª se especializou em alguma região do País?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Eu trabalhava mais para a Região Nordeste.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nordeste? Quais os Estados, especificamente, dentro da Região Nordeste?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Bahia, Paraíba, Pernambuco, e em fases diferentes.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na questão do Orçamento, há três fases na elaboração do Orçamento. Em que fase V. Sª intervia? Na elaboração do Orçamento, indicando obras para serem incorporadas ao Orçamento na fase inicial?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, eu não intervinha, porque não sou parlamentar nem tenho poder de gerência em Orçamento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, vou lhe explicar como funciona a elaboração do Orçamento.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Mas vou em frente. Minha ingerência: quando saía publicada a Lei Orçamentária, eu ligava e fazia a circular do prefeito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, era na terceira fase, na execução do Orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Na última fase. Exatamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª realiza esse trabalho desde 1966. Há vinte e oito anos. Deve ter um conhecimento razoável dos meandros da burocracia - pelo menos espero. Vou levantar algumas fases em que o processo de execução do Orçamento permite influências indevidas, e V. Sª vai dizer em que fase influenciava, acompanhava?

Na tomada de decisão pela autoridade do Executivo, quanto aos critérios de contingenciamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, eu não tinha acesso a isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Segundo: V. Sª nunca pleiteou descontingenciar verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, eu não. O prefeito, sim.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na tomada de decisão, pelas áreas técnicas e autoridades do Executivo, quanto às ações que, dentre o conjunto de iniciativas propostas, mereceriam ser implantadas, através de alocação de recursos, de dotações globais, nessa fase?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Bom, já estava a dotação do Orçamento?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Já estava a dotação do Orçamento. Então, a primeira fase era se haveria descontingenciamento ou não. Nessa fase V. Sª não se envolvia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na segunda fase: a verba já estava descontingenciada. A decisão de para que área técnica essa verba se dirigia, V. Sª participava, influenciava, ou procurava...?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - A partir daí, sim, porque eu preparava a documentação e encaminhava para o protocolo e ia para a área técnica.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nessa fase V. Sª participava?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na terceira fase, na aprovação do cronograma de desembolso financeiro pelo Departamento do Tesouro, quando que a verba ia sair?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Aí não tenho nenhuma ingerência nisso, não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nessa fase V. Sª não participava?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, nenhuma participação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na liberação de recursos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Essa liberação de recursos é a mesma, é a segunda que o senhor falou.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não. A segunda que falei foi na tomada de decisão, quando o Ministério...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Quando já estava descontingenciada?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Estando descontingenciada, dentre o conjunto das obras a serem implementadas, quais merecerão ser implementadas através de alocação de recursos das dotações globais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Aí também eu não tinha nem ingerência.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tinha ingerência na liberação dos recursos pelo BTN, não? Sim?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não, nem ingerência, Deputado. Era só na parte final.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deixa-me continuar. Quando chegar ao final você vai dizer onde é que vai ter ingerência.

Na transferência de recursos das unidades orçamentárias para as unidades gestoras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nas licitações para compra de bens e serviços?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na decisão do gestor de quando pagar?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, onde é que V.Sª participava?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu preparava a documentação...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nenhuma das fases, onde há liberação do orçamento, V.Sª influenciava, há 28 anos nesse trabalho. Então, em nenhuma das fases - e esse é um trabalho técnico que discute as várias fases que percorre uma verba até a realização da obra -, desde quando ela é descontingenciada, até a última fase, V.Sª não participava em nada?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Posso falar?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pode.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, quando a verba está descontingenciada, está à disposição da Prefeitura, aí sim, eu entrava para cumprir aquela parte burocrática.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Se ela já está à disposição da Prefeitura, não tem nenhuma necessidade.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Descontingenciada, ela está descontingenciada. Ela está descontingenciada, está à disposição da Prefeitura para que cumpra a parte burocrática. Então, eu fazia essa parte burocrática, preparava a documentação toda, encaminhava e acompanhava o processo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V.Sª não está entendendo.

Vou apenas encerrar o meu raciocínio. V.Sª participou do processo de Orçamento, de discussão, de liberação de verbas, desde 66. Há 28 anos se envolve nos meandros da burocracia de Brasília. Não?

Temos em mãos um estudo técnico que não trata do processo inicial de elaboração do Ministério antes de ser enviado para o Congresso. V.Sª disse que nunca participou?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não. V.Sª afirmou que não participou nas discussões do Orçamento para designar verbas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De maneira nenhuma!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V.Sª afirmou que participava apenas na fase de execução do Orçamento. Eu... Através desse estudo técnico que levanta as várias fases onde se desenvolve o processo de execução do orçamento, em nenhuma das fases V.Sª diz que participa. Nem para descontingenciar, nem para determinar alocação das verbas entre as várias possibilidades, nem para a aprovação do *cronograma de desembolso, nem para liberação de recursos*, nem para transferência de recursos. Em nenhuma dessas fases, nem na questão das licitações V.Sª. participa.

Então, queria fazer a última pergunta apenas para esclarecer: depois de 28 anos de trabalho na burocracia de Brasília, V.Sª pode nos dar informação de que soube - isso vale como depoimento - de que havia corrupção nesse processo, ou nunca soube?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, nunca soube.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V.Sª. talvez morasse em Berna, na Suíça, não em Brasília, Brasil.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não é verdade.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nunca soube que havia corrupção ?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Dentro do trabalho que acompanhei, nunca soube de corrupção lá dentro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ninguém nunca comentou nada?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Comigo não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não houve um comentário sobre corrupção no andamentó dessas verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente.

Sr. Normando Leite Cavalcante, Presidente da SEVAL, o Deputado João Alves tem ou teve participação no capital da SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. FERNANDO CARRION - Seus parentes próximos, como filho ou nora, sim ou não?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, só minha esposa.

O SR. FERNANDO CARRION - Como?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Só minha esposa.

O SR. FERNANDO CARRION - Ah, pois não. Era uma sociedade familiar, então, pelo que vemos.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Normando, quantos contratos foram feitos pela SEVAL com Prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não tenho a menor idéia, foram muitos, vários e não sei precisar não.

O SR. FERNANDO CARRION - Mas, Sr. Normando, o senhor, como Presidente desta empresa, nos deve informar o número de contratos. É uma questão de organização.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O senhor já presenciou quantos anos de trabalho tem a SEVAL? São vinte e oito anos para gravar quantos contratos? Não sei.

Posso lhe auxiliar, o senhor mande verificar no inquérito policial da Polícia Federal, que o senhor irá encontrar.

O SR. FERNANDO CARRION - Uma questão de organização, apenas. Peço ao senhor...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É, talvez eu seja desorganizado, porque no meu escritório eu queimei tudo o que tinha lá.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor queimou por quê?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não é queima de arquivo. Toda a documentação velha que tinha no meu escritório, que não era arquivo, eu queimei.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor botou fogo por que razão?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Logo depois da Polícia Federal.

O SR. FERNANDO CARRION - Botou fogo por quê?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Porque estava tomando espaço. Eu não tinha espaço físico para tanto.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor acabou com a firma e queimou os papéis?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exato. Menos a contabilidade; a contabilidade continua intacta, isso eu tenho tudo.

O SR. FERNANDO CARRION - Os contratos...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Contrato não.

O SR. FERNANDO CARRION - Qual o lucro da SEVAL que aparece em balanços dos exercícios de 1988, 1989, 1990, 1991 e 1992?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não me lembro. Está à disposição do senhor. Na Polícia Federal deve ter tudo isso.

O SR. FERNANDO CARRION - Houve lucro ou houve prejuízo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Acredito que tenha tido lucro, não lembro.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Normando, os pagamentos das prefeituras contratantes à SEVAL eram feitos à vista, dentro daquele número de 3 a 7% que V. Sª informa, na contratação do serviço, em uma única parcela ou aos poucos, à medida em que as parcelas dos contratos das prefeituras com órgãos do Governo eram liberadas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Existem as duas coisas.

Existiam casos em que era pago integralmente ao final do trabalho; e outros, no final do trabalho, me pediam para parcelar, então era parcelado em duas, três vezes.

O SR. FERNANDO CARRION - Além das ordens de pagamento a que o senhor se referiu, respondendo a uma pergunta de um parlamentar, que eram usadas como forma de pagamento dos contratantes, houve pagamentos feitos em cheques das prefeituras contratantes ou em dinheiro vivo por alguém?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Em cheque, sim.

O SR. FERNANDO CARRION - Das prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Das prefeituras à SEVAL, nominais à SEVAL.

O SR. FERNANDO CARRION - Ciente. E em dinheiro vivo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, em dinheiro vivo, não me lembro.

O SR. FERNANDO CARRION - Nunca houve?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Sempre pagaram em cheque ou através de ordem bancária.

O SR. FERNANDO CARRION - Houve contratos de prestação de serviço da SEVAL com prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Só se foi em épocas mias remotas. Nos dez últimos anos, não me lembro.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor sabe, com a experiência que tem, de 28 anos trabalhando neste assunto, o senhor sabe e sabia que os pagamentos feitos pelas prefeituras à guisa desta contratação não podem e não podiam ser empenhados dentro das respectivas verbas e que não podiam ser aceitos em tomadas de contas e inspeções feitas pelos Tribunais de Contas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sei e sempre orientei os prefeitos para que pagassem com recursos próprios.

O SR. FERNANDO CARRION - Que não dos projetos agasalhados?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Que não dos projetos, porque em recursos próprios, eles têm uma dotação específica para isso.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor sabia e pergunto se aconselhava também os prefeitos no sentido de que em fazendo os pagamentos, como sugeri na pergunta, que eles estariam absolutamente condenados à devolução desses numerários correspondentes aos pagamentos, eis que glosados pelos Tribunais de Contas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Eu nunca vi esse caso de devolução. Elaboração de processos e documentos nunca foi devolvido, não lembro de nenhum caso.

O SR. FERNANDO CARRION - Mas pode ocorrer, Sr. Normando. Um pagamento feito por dentro da verba, que agasalha um determinado projeto, tem necessariamente a glosa de qualquer Tribunal de Contas que o avalie.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Mas eu falei para V. Exª que meus honorários são pagos com recursos próprios das prefeituras, dotação própria da prefeitura, não é a verba liberada.

O SR. FERNANDO CARRION - Eram feitos por outros recursos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Outros recursos próprios.

O SR. FERNANDO CARRION - Mas mesmo estes recursos podem ser passivos de uma investigação do Tribunal de Contas, que considerasse responsável o prefeito, na pessoa do prefeito, pessoalmente, pelos pagamentos feitos, ainda que com verbas outras que não a própria verba do projeto agasalhado.

Ciente, Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra a Deputada Márcia Cibilis Viana.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Sr. Presidente, Sr. Normando, eu gostaria de saber se a sua empresa intermediou projetos do Programa PROCERG, do Ministério da Ação Social ao tempo da Ministra Margarida Procópio?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, Deputada, nós nunca intermediamos projetos, nós sempre acompanhamos processos e projetos eu nunca fiz nenhum.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - O Senhor não participou da elaboração de projetos para 42 prefeituras do Ceará?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Sabe quem o fez? Qual o escritório?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não sei. Lembro-me que na época da Ministra Margarida Procópio houve um problema desses relacionados a uma cisterna, de uma construtora lá do Ceará, não me lembro, não.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - De uma construtora, qual construtora Sr. Normando?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não sei se foi a IG... Não me lembro, mas foi aberto um inquérito administrativo nessa época e encerrado.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - O Senhor prestou consultoria a prefeituras, no programa da Ministra Procópio de construção de casas populares, o Plano PAI?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu devo ter prestado alguma, *não me lembro mas devo ter prestado.*

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - O Sr. poderia fazer um esforço de memória e nos dizer que Estado foi contemplado pelo Plano PAI?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, me lembro, mas deve ter sido o Estado da Bahia.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - O Estado de Goiás o Sr. não participou?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, Senhora.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - O Senhor prestava assessoria a prefeitos de municípios, notadamente no Nordeste, ao Ceará o Senhor nunca prestou?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Do Maranhão?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Em quais prefeituras do Maranhão?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foram essas do Deputado Cid Carvalho que eu falei e que está também no processo: Arame, Santo Antônio dos Lopes, foram algumas estão todas no inquérito da Polícia Federal.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Então, Maranhão, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul o Senhor disse que não, em Santa Catarina?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Paraná?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

A SRA.MÁRCIA CIBILIS VIANA - Minas Gerais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Em Minas Gerais há muito tempo atrás.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Pará?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Na Bahia, o Senhor elaborou projetos que beneficiaram quais empreiteiras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nenhuma.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Nenhuma empreiteira foi beneficiada com o seu projeto?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pelo menos do meu conhecimento, não.

A SRA. MÁRCIA CIBLILIS VIANA - Não era do seu conhecimento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu fiz trabalho para as prefeituras.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - O Senhor participou ou elaborou projetos para a CBIA?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como o que, como empreiteiras?

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA Exatamente.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não Senhora.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - E o seu escritório elaborou projetos para a CBIA no Ministério da Ação Social? LBA?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Os seus clientes preferenciais eram os Deputados: João Alves, Cid Carvalho. Existe algum outro que o Senhor possa dizer?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Existe um que faleceu, Edivaldo Motta e outros para trás que eu vinha fazendo.

A SRA. MÁRCIA CIBILIS VIANA - Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nós temos três inscrições ainda na lista dos não-membros: o Deputado João Almeida, o Deputado Giovanni Queiroz e o Deputado José Dirceu.

O Deputado veio à Mesa e pediu que o seu tempo fosse concedido ao Deputado José Genoíno que consultou o Presidente - que, no momento, não está no exercício da Presidência - e que entendeu que podemos fazer isso.

Apenas para não prejudicar os que estavam inscritos anteriormente vou conceder a palavra aos outros dois e, ao final, ao Deputado José Genoíno; são três inscritos, então.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Normando, talvez até seja repetitivo. O Senhor conheceu seu novo Advogado há quanto tempo?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O meu novo Advogado é filho de um amigo meu, Dr. Rian, há muitos anos.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Não foi recomendado por ninguém, apenas veio à cabeça que ele poderia ser o seu advogado, porque o Senhor já conhecia o pai. Não teve nenhum relacionamento com o advogado do Deputado?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não isso é fantasia.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Não existiu isso?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, de jeito nenhum.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Os valores dos projetos que V. Sª. acompanhava, o Senhor teve algum momento de curiosidade para verificar se eles eram compatíveis com as obras que poderiam realizar. Se eles estavam superdimensionados, superfaturados ou se eram compatíveis com aquilo que se pretendia construir nos municípios.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Olha, Deputado...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor que acompanha os projetos, que tinha conhecimento dos processos...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Certo. Mas existia uma área técnica no Ministério que verificava isso. Só eram pagos dentro daqueles valores, dentro dos Ministérios.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sim. Hoje o Governo mandou o Orçamento da União para 94 com valores superdimensionados. Um exemplo para o senhor: uma rodovia asfaltada, que se constrói por 100 mil dólares o quilômetro, o Governo encaminhou ao preço de 457 mil dólares. Este é um exemplo.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Certo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Nos processos que o senhor acompanhava: construção de um posto de saúde. Estavam lá, por exemplo, 5 milhões de cruzeiros reais - poderia ser construído por dois e meio milhões. O senhor identificou alguns casos semelhantes nos processos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A que o senhor atribui esse avanço das empreiteiras no campo de trabalho dos despachantes, como disse V.Sª que o é?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eles passaram a fazer os projetos diretamente nas prefeituras.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - E por que esse interesse das empreiteiras em fazer os projetos diretamente na prefeitura?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Logicamente para pegar a obra; isso é evidente!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Para pegar a obra. Ou seja, a obra então não seria licitada; os prefeitos estariam, logicamente, sendo coniventes com a fraude da não licitação da obra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não lhe afirmo se não seriam licitadas; eu afirmo que eles, ao fazerem o projeto lá, **in loco**, estão querendo pegar a obra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Estão querendo pegar a obra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ou já estão com a obra garantida pelo prefeito?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ou!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ou. Isso aí implica então que a gente vá fundo na questão das empreiteiras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Claro!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor acha que esse avanço das empreiteiras sobre recursos públicos federais, estaduais ou municipais diz respeito ao superdimensionamento dos valores das respectivas obras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. O problema é de pegar a obra. Eles querem trabalho, obras; e cada vez mais. Então, eles vão sempre em cima.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor, perguntado por um outro Parlamentar, disse que não se recordava, não se lembrava do nome de nenhuma empreiteira que hoje acompanhava projetos em tramitação nos Ministérios. Mas, se eu citar alguns nomes, é possível?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tudo bem; é bem melhor.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - É melhor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Por exemplo, o senhor se lembra se a empreiteira Queiroz Galvão acompanha?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Já vi no Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Já viu?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Já.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A OAS o senhor já viu?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Já também.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A ESTACON o senhor já viu?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A IVAIR o senhor já viu?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Camargo Corrêa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - TRATEX?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não conheço ninguém da TRATEX.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Andrade Gutierrez?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Andrade Gutierrez... não sei precisar, Deputado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Odebrecht?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu acredito que sim.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Acredita que sim!

Construtora Sérvia, da Bahia?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR.GIOVANNI QUEIROZ - Bom, ENGESSOLO?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - EIT?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não lembro. Pode até ser que já entrei em contato com essas pessoas dentro do Ministério. Mas não as conheço, entendeu?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - CR Almeida, por acaso o senhor se lembra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Nunca ouvi falar nessa não. Já ouvi falar várias vezes, mas não conheço ninguém da CR Almeida.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - CBPO?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não, Deputado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Então, o senhor pelo menos reconhece já ter encontrado pessoas ligadas a algumas empreiteiras nos Ministérios.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Claro! Lá nós corredores dos Ministérios, você encontra várias.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - E os Ministros as recebem, os Secretários as recebem?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não sei se o Ministro recebe. Eu encontro nos corredores.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Em gabinetes também o senhor não se lembra de ter encontrado? Em algum gabinete?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Muito bem!

Sr. Presidente, eu me sinto satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Normando Cavalcante, o senhor conhece a Srª Flávia Santinone Vera Cavalcante?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conheço. É minha nora.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É fato que a Srª Flávia é sua nora?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade, com muita honra.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor confirma que a Srª Flávia trabalhou na Comissão de Orçamento do Senado, subordinada ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, a partir de 88?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Confirmo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor confirma?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Confirmo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A sogra do senhor trabalhava com o senhor José Alves dos Santos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Trabalhava por mérito.

O SR.JOSÉ DIRCEU - A nora!

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nora; e trabalhava por mérito. Ela é concursada duas vezes no Senado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito bem.

Quem indicou a Srª Flávia para trabalhar junto com o Sr. José Carlos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como eu já falei: por mérito dela. Ela foi consultada, fez curso de Orçamento Público e, por isto, foi indicada para lá.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A Srª Flávia participava das reuniões que o senhor mantinha com o Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca. Eu nunca mantive reuniões com o Deputado João Alves.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor nunca manteve reuniões com o Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Reuniões, não. Eu estive com ele várias vezes e repassei informações sobre o processo, recebi orientações de uma prefeitura do que tinha que ser encaminhado, mas nunca mantive reuniões.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E a Srª Flávia participava dessas conversas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca; a Flávia não tem nada a ver com isso, Senador.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quais foram o motivos que levaram à saída, à demissão da Srª Flávia da Comissão de Orçamento do Senado, em 1992?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Excesso de trabalho. Ela achou que no gabinete de um outro parlamentar ela ficaria bem mais à vontade do que lá na Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Excesso de trabalho?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor sabe com que Deputado ela foi trabalhar?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ela foi trabalhar com o Senador Nelson Carneiro.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Com o Senador Nelson Carneiro.

O senhor conhece o Sr. Rogério...

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Nelson pede a palavra pela ordem.

O SR. NELSON CARNEIRO - Quero esclarecer ao nobre colega que no ano passado, na fase em que era preciso fazer emendas no Orçamento, essa mocinha, essa senhora, uma jovem senhora que era funcionária, ajudou-me na redação de algumas emendas que encaminhei e que foram aceitas ou não pelo Plenário. Depois, sendo ela funcionária do Senado, eu a convidei para integrar o meu gabinete; e integra, não tenho contra ela nenhuma acusação, não a conheci no tempo em que ela era funcionária da Comissão de Orçamento e digo que ela tem se portado de forma exemplar. Portanto, o fato de alguma pessoa ter trabalhado numa Comissão não deve ser motivo de punição. Não conhecia, sequer, o sogro, que hoje está depondo aqui.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. NELSON CARNEIRO - Eu o conheci neste momento. Não conhecia antes, nunca fui a sua casa, não tenho nenhuma relação. Mas não quero que fique, aqui, a dúvida de que ela, servindo hoje no meu gabinete, há menos de 4 ou 5 meses, do fim do ano para cá, tenha praticado qualquer ato que a desabone. Quero deixar claro que se existisse qualquer dúvida eu não a manteria no meu gabinete. Conheci hoje o Sr. Normando. Nunca o tinha visto, nunca fui a sua casa e não sei nem sequer onde mora a funcionária deste gabinete.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade, Senador.

O SR. NELSON CARNEIRO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O senhor conhece o Sr. Rogério Caroca Cavalcante?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Esse é meu filho.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor pode nos informar a profissão e as atividades do Sr. Rogério?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Rogério é empresário, tem concurso público de Orçamento, curso completo de Inglês, fez curso de Bolsa de Valores. Portanto, é um rapaz altamente preparado, e hoje trabalha no Senado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É fato que o Sr. Rogério foi Assessor do Senador Mauro Benevides?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi, na Presidência do Senado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Que tipo de Assessoria o Sr. Rogério prestava ao Senador Mauro Benevides?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ele tomava conta da parte de computação, toda a área de computação da Presidência.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor sabe quem indicou o Sr. Rogério para trabalhar com o Senador Mauro Benevides?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não; ele já trabalhava na Presidência do Senado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele trabalhava na Presidência?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Trabalhava, já.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E era funcionário concursado do Senado?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não sei, não lembro; acredito que sim. Não me lembro...

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor não sabe quando ele foi nomeado e exonerado do cargo de Assessor Parlamentar do Senador Benevides?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ele não foi exonerado, não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele trabalha ainda?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Trabalha na Presidência; e ele pediu para sair, agora, da Presidência - foi para o Senador Flaviano Melo, do Acre.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele pediu para sair agora... O senhor quer dizer esta semana, este mês, este ano?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Este ano.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Este ano?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O ano de 1993?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor sabe o mês?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei precisar, não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Sr. Rogério já prestou serviços à SEVAL?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A atividade atual do Sr. Rogério?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Funcionário Público.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Funcionário Público. O senhor conhece a entidade social Santina Caroca(?), em Patos, Paraíba?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não existe - em Patos, não existe. A instituição é em São José dos Pinhares.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Na Paraíba?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É fato que a Srª Santina Caroca é sua sogra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Santina Caroca era avó da minha esposa; já morreu há muito tempo. (Riso)

O SR. JOSÉ DIRCEU - Certo. Essa entidade já foi beneficiária de recursos das verbas de subvenção social do Orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, não lembro, mas o Deputado Edivaldo Motta sempre batalhou; deve ter conseguido alguma coisa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Para refrescar a memória do senhor.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca recebeu, dia 21/10/90, 910 mil cruzeiros de verba sintonizada, cerca de 7 mil dólares, se é que é para atualizar numa moeda que dá uma dimensão do valor na época e hoje.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quais foram os parlamentares que apresentaram emendas destinando verbas para a entidade Santina Caroca?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado Edivaldo Motta.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Foi o único?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Foi.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito bem. O senhor conhece o ex-Senador da Paraíba Maurício Brasilino Leite?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conheço. É meu irmão.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É seu irmão. É fato que o Sr. Maurício Leite o aconselhou a contar tudo sobre o esquema do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, não tem esquema, porque não conheço esquema.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor já trabalhou com prefeituras do Rio Grande do Norte?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Já.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quais os parlamentares que apresentaram essas prefeituras a V.Sª?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - O Senador Carlos Alberto, o Deputado Flávio Rocha, o Deputado Iberê Ferreira. São os que lembro agora.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por que o senhor assinou, juntamente com o advogado Pedro Calmon, petição dirigida ao Presidente desta CPI, Senador Jarbas Passarinho, e apresentou-se espontaneamente para depor sobre o esquema João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, já esclareci esse fato . Assinei porque estava vendo o meu nome... faz dois anos que o meu nome está enlameado, enxovalhado, sem que eu tenha direito a nenhuma defesa. Algumas entrevistas que dei, sempre deturparam. Foi a única maneira que encontrei de trazer para toda a Nação o que é o meu trabalho, o que sou eu, foi pedindo para depor aqui.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor conhece o Sr. Antonio Carlos Osório?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca vi esse homem. Nunca vi esse homem.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor testemunha aqui?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Juro, por tudo o que for sagrado na vida, como nunca vi esse homem.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor tem conhecimento que o Dr. Antonio Carlos Osório é advogado do Deputado João Alves?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tenho, porque tenho visto na televisão, nos jornais. Tenho.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Certo. Então, não é fato que o senhor manteve encontro reservado, no último final de semana, com o Dr. Antonio Carlos Osório?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De maneira nenhuma. Eu estava na casa do meu irmão e lá fiquei, descansando. Tive até que pedir uma junta médica, porque passei mal ontem. Não saí de lá.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor afirmou aqui que hoje existem ainda, no Ministério do Bem-Estar Social, no seu Departamento Jurídico, obstáculos desnecessários, ou seja, criam-se dificuldades talvez para criar facilidades. Como é que o senhor sabe isso se o senhor não trabalha? O senhor está dizendo que há um ano não trabalha mais, não representa mais junto aos Ministérios, entidades públicas e privadas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Veja bem, eu falei que estou encerrando. Eu ainda tenho alguns clientes e, nesses poucos clientes que tenho acompanhado, tenho sentido isso. Existem problemas, realmente, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias diz que as dotações orçamentárias devem ser pagas independente de qualquer outra documentação: com o Plano de Trabalho, Orçamento e inadimplência com o Fundo de Garantia paga. Lá não acontece e pedem mais documentos.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor tem participação social em outras empresas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Tenho uma drogariazinha lá no Rádio Center.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor tem contas bancárias no exterior?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - No exterior?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sim, senhor.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Doutor, o exterior que eu conheço é só o de uma xícara ou de um copo. Nunca botei o pé fora do Brasil, não conheço nenhuma fronteira do Brasil. Nunca tirei um passaporte.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, para concluir. O senhor afirmou aqui que, num determinado momento, deixou de usar o termo "liberação" para usar o termo "acompanhar". Segundo o senhor, por causa do sentido pejorativo, de tráfico de influência, de corrupção, que esse termo tem na sociedade hoje. Quando foi esse momento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Faz alguns anos atrás que passei a fazer isso.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas foi no ano de 91, 92?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, foi antes, bem antes.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não foi quando o Deputado João Alves deixou a Comissão Mista de Orçamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, foi antes.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exª a requisição de toda a documentação que diga respeito à entidade social Santina Caroca, todas as dotações de subvenção social para que esta CPI possa analisar. E me dou por satisfeito, Sr. Presidente, ainda que, evidentemente, não com as respostas, mas com o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V.Exª que encaminhe o documento à Mesa.

Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado José Genoíno.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, nós temos o máximo interesse na disciplina desta Comissão; inclusive, como cheguei um pouco atrasado, não pude interrogar o depoente a tempo, portanto, aquilo que foi resolvido pela Comissão. O Deputado José Genoíno vai ocupar o lugar de uma outra inscrição. Eu então quero questionar isso, saber uma solução da Mesa, porque amanhã, ocupado que estou com vários outros projetos, eu poderia, inclusive, mandar um colega se inscrever por mim para depois ceder o espaço para a minha participação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento, tenho sempre o privilégio de começar a ouvir e depois dar a solução.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Eu quero terminar. Eu não sou contra a participação do Deputado José Genoíno, pelo contrário, faço questão de ouvi-lo. Quero só...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está se vendo. (Risos)

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - ...que fique bem...Realmente, Sr. Presidente, no que pese a ironia de V. Exª, sem ironia, eu sempre gosto de ouvir o meu coestaduano.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade. V. Exª levanta uma questão de ordem.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - É uma questão de ordem em que eu quero apenas que fique essa prática consagrada. Eu não quero que cancele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Quero só que consagre, porque, muitas vezes, nós estamos numa relatoria, numa matéria mais importante do que uma presença imediata e nos prejudicamos, como aconteceu a mim hoje, preocupado com a LDB. Então, eu queria que, consagrado este princípio, me fosse possível, amanhã, garantir uma presença por uma inscrição de um companheiro mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não tenho dúvidas, meu nobre colega. A decisão foi dada em momento oportuno e corretamente pelo Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein. Tive o cuidado de perguntar a S. Exª se estava presente o Deputado que inscrito cedeu a vez. Estava. Então, estando presente e sendo prática entre nós de ceder a inscrição, quer dizer, a palavra é dada ao Deputado, ao Senador por cessão de outro Senador ou Deputado inscrito, de maneira que isso, estando presente - é só o que eu gostaria que ficasse - estando presente a pessoa que cede o lugar, acho que nós podemos aceitar.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - No Senado, Sr. Presidente, há a prática de um senador se inscrever pelo outro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato. Pelo outro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Era isso que eu acho que pode ficar consagrado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu até nem diria pelo outro. Ele se inscreve e na hora, se ele acha que o colega tem assunto mais importante do que ele e, generosamente, lhe cede a vez, não há problema.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em seguida ao Deputado José Genoíno, V. Exª me daria a palavra? Eu fui o primeiro inscrito, não pude chegar no momento em que V. Exª me chamou, como membro titular; eu realmente não estava na Casa; para depois fazer uma brevíssima intervenção sem querer atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª é um dos juristas que mais me fascinam na Casa. O latinório dos juristas diz sempre que **dormientibus non succurrit ius.**

Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, para informar à Mesa e aos membros desta Comissão que eu era o primeiro inscrito, ontem, na lista dos não-membros, e fui informado que as listas de ontem tinham validade para hoje. No entanto, a lista dos não-membros foi aberta hoje. Quando fui ver...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª me permite, estamos perdendo tempo. A decisão foi dada. A palavra é de V. Exª a partir deste minuto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado do PMDB João Almeida que me concedeu para falar no lugar dele.

A minha pergunta ao Sr. Normando. Sr. Normando, nós queremos aqui alguns caminhos das pedras.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Pois não, Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É importante a gente entrar nesses caminhos. Foi dito aqui que sua empresa passou a entrar em dificuldade a partir da denúncia formulada pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É verdade.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Normando, gostaria de fazer uma pergunta: você conhece...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Genoíno, me permita, está chamando informalmente Normando?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Normando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ah, sim. Eu não ouvi o senhor antes.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O Sr. Normando Leite Cavalcante conhece a empresa com o nome de CONSPLAN?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E a empresa ENGESPRO?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Como?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ENGESPRO?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - ENGESPO? Também não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Por que V. Sª foi qualificado pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano, em 1987, Deni Lineu Schwartz, como **persona non grata** no Ministério do Desenvolvimento Urbano.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não entendi bem. Na época foi uma decisão dele porque eu encaminhava o processo. Só isso. Não tem nada que tenha sido apurado contra mim. Apenas encaminhava o processo ao Ministério. Fizeram um alarde do tamanho do mundo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Por que V. Sª procurou o então Deputado Cássio Cunha Lima, hoje Superintendente da SUDENE? Para liberar recursos para as prefeituras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, Deputado, isso não aconteceu.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas, vou lembrar...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deixa eu continuar. Não aconteceu, o Deputado Cássio procurou-me e disse que isso era uma inverdade. Nunca procurei o Cássio para liberar coisa alguma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Sr. Normando, existe aqui uma matéria - e é bom que esta Comissão tenha conhecimento -, assinada por três jornalistas do jornal **O GLOBO** de dezembro de 1987, e há depoimentos aqui do então Prefeito de São José dos Campos, Robson Marinho, que foi Deputado; depoimento do Deputado Constituinte Cássio Cunha Lima, com as seguintes afirmações: "Criam dificuldades para venderem facilidades"; e tem a abertura de um processo da Polícia Federal sob a coordenação do Delegado Romeu Tuma sobre os escritórios de intermediação nos Ministérios. E esta matéria está com destaque para a SEVAL - isso em 1987. E junto com a SEVAL estão essas empresas que perguntei - a COSPLAN a IGESPRO e a declaração do Ministro do Desenvolvimento Urbano na época, além da abertura do processo pelo então Delegado Romeu Tuma sobre a tese de criar dificuldades para vender facilidades. É uma matéria do jornal **O GLOBO** de dezembro de 1987.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Posso dar esse testemunho que eu disse. Quando vi essa matéria - estava almoçando no restaurante da Câmara -, o Deputado Cássio Cunha Lima e seu pai, o ex-Governador Ronaldo Cunha Lima, procuraram-me e disseram que era um equívoco e que nunca havia declarado aquilo. É o que posso dizer.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sª afirma a mesma coisa do então Ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz, que hoje é Deputado Federal e diz aqui: "Há um ano o Ministro Deni Schwartz combate os vendedores de facilidades" - declaração do então Ministro do Desenvolvimento Urbano.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Combato porque nunca fui vendedor de nada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas é o Ministro que combate; não é V. Sª. O Ministro é que está dizendo que combate os vendedores de facilidades. O Ministro explicou a V. Sª que também isso não era verdade?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Ele nunca falou comigo. O Ministro não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Então, a declaração do Ministro sobre os vendedores de facilidade e que V. Sª é **persona non grata**... ele nunca teve contato com V. Sª?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não acredito nesta venda de facilidades. Não sei como, porque lá era muito difícil conseguir encaminhar um processo. A tramitação era muito demorada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é; se é muito difícil, quais as dificuldades que V. Sª poderia explicar para esta Comissão? Dr. Normando, V. Sª colocou várias vezes que é um pingo no oceano.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Diante dos escândalos que estão aí...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vamos admitir que V. Sª seja um pingo no oceano. Qual é o oceano que hoje entra em contato com as prefeituras, que já está amarrado às liberações das verbas do Ministério e que já tem tudo pronto e não precisa mais desses escritórios como a SEVAL, como a IGESPRO e como a COSPLAN?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, isso já foi amplamente divulgado, já respondi a essa pergunta. São as próprias empreiteiras que estão nos trabalhos. Estão fazendo nos locais dos processos, buscando obras, elas é que fazem isso. E vem para dentro do Ministério trabalhar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Portanto, V. Sª confirma na Comissão que as empreiteiras, hoje, estabelecem uma relação direta com as prefeituras e atuam dentro dos Ministérios?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Exatamente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E os seus escritórios de Brasília coordenam esses trabalhos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Esses escritórios estão se acabando. O meu, por exemplo, está encerrando.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não. Os escritórios das empreiteiras.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Das empreiteiras, sim.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - São hoje os serviços mais importantes.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Mais importantes.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Neste ponto, Dr. Normando, V. Sª poderia nos ajudar porque considerando o tempo que V. Sª trabalha aqui, pois todos sabemos que esses escritórios têm contato, têm relações, como é o processo das empreiteiras neste "triângulo das bermudas" entre Ministérios, Orçamento e prefeituras? Qual é o caminho das pedras? Gostaria de solicitar a V. S.ª, em nome deste País, em nome desses pequenos municípios que V. S.ª dava assistência, essas verbas que iam para as assistências sociais, qual o caminho? Nos ajude, Dr. Normando! Abra seu coração e sua mente, Dr. Normando, nós queremos pegar o graúdo. São os graúdos que queremos escutar.!

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu sei, e torço para isso, para o bem do Brasil.

Acontece que nunca tive acesso a essas coisas. Como já me perguntaram aqui várias vezes, se eu tinha acesso à Comissão de Orçamento, na hora das emendas, e a relatores, digo-lhe que nunca tive acesso a isso. Agora, veja bem, daí começa, certamente, deve começar, na hora da emenda. É uma coisa lógica.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Na hora da emenda?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É. Na hora da emenda. Sendo feita a emenda, tendo a dotação, a empreiteira, se ela começou na ponta, ela vai até a outra ponta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A outra ponta seria a obra no município?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É. A prefeitura. Só o que sei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quais são os grandes projetos, as estradas que, hoje, são mais importantes para essas empreiteiras?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei, Deputado. Como lhe falei, só trato, tratei de pequenos municípios.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sei que V. S.ª não trata desse assunto. Não estou dizendo que V. S.ª trata do assunto das empreiteiras, mas, quais as informações que V. S.ª poderia nos fornecer sobre esse mecanismo? Começa na ponta da emenda, inclui no Orçamento, passa pela execução orçamentária e vai lá para a prefeitura? É esse o curso do rio das pedras que as empreiteiras vão poluindo? Queremos a sua colaboração.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Isso é uma dedução minha; é uma dedução até lógica. Acho que deve ser nesse sentido. É o que eu acho. Não lhe afirmo, porque não tenho certeza.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Normando Leite Cavalcante, V. S.ª poderia fornecer à Comissão algum exemplar desses formulários com o nome do Congresso Nacional, assinado por prefeitura, que V. S.ª tenha preenchido? Não estou me referindo às folhas em branco; estou me referindo à exemplares dessas folhas com as solicitações dos prefeitos, assinadas pelos prefeitos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Deputado, acredito que não tenha nenhuma. Isso deve ter sido um erro dos prefeitos quando assinaram, pois deveriam ter assinado em papel timbrado, e assinado em papel timbrado da Comissão de Orçamento. Essas assinaturas eram para ter sido, no caso, do Deputado Cid Carvalho encaminhando, ao Ministro, os processos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. S.ª não alertou os prefeitos que estavam assinando uma coisa que não tinha nenhum valor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não vi, Deputado. Isso foi uma documentação antiga. Eu não vi. Essa documentação veio para o meu escritório não sei se através do assessor do Deputado Cid Carvalho ou dos prefeitos. Sei que isso nunca foi usado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A última pergunta, Sr. Presidente: esses escritórios de empreiteiras, aqui em Brasília, que pelas informações importantes que V. S.ª nos forneceu, são escritórios de muita importância econômica, de estrutura, de muita competência. Desses escritórios, V. S.ª poderia nos informar, pelas suas relações, quais os nomes dos representantes dessas empreiteiras, que V. S.ª afirmou para o Deputado Giovanni Queiroz, diversas empreiteiras dos Ministérios?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Eu não sei. Até conheço pessoalmente, se vir, dentro do Ministério, agora o nome não sei precisar. Se V. Exª me perguntar o nome de algum eu lhe digo?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Posso lhe perguntar. O senhor conhece o João Bosco, representante da TRATEX?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O senhor conhece o Custódio, representante da Mendes Júnior?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O José Maurício, da Andrade Gutierrez?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O Galo ou Colares, da Camargo Corrêa?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Da Norberto Odebrecht, o Sr. Maurício?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O senhor fez algum trabalho nessa sua função, na sua empresa de assessoria, para o Sindicato das Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nunca.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O senhor conhece o Sr. Rubens Paula?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Rubens?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Paula.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - De onde?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está relacionado com essa pergunta do Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não conheço, Deputado, com toda a certeza não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, o seu tempo já esgotou.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e ao depoente, não satisfeito com todas as repostas.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Lamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não estou satisfeito com o conteúdo das respostas, porque considero que era importante, Sr. Normando, que desvendássemos esse mistério que envolve empreiteiras, Orçamento e Prefeituras.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Coloco-me à disposição de V. Exª para voltar aqui quantas vezes precisar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

A SRª SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª SOCORRO GOMES - Pois é, Sr. Presidente, já inicio a minha questão de ordem com pedido de desculpas pela minha ignorância...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É rara. (risos)

A SRª SOCORRO GOMES - .. não só nas questões do próprio Orçamento, mas nas questões regimentais. Então gostaria de colocar o meu apelo para que seja submetido ao seu parecer.

Sr. Presidente, a questão de ordem é se é possível a Presidência desta CPI perguntar ao Sr. Normando se, durante esse processo do Orçamento, ele teve algum contato com o Sr. Walter Annicchino, Cláudio Vieira, Comandante Bandeira, PC Farias?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso será feito pelo Relator, Deputada.

A SRª SOCORRO GOMES - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, devo dar uma declaração aqui de que, em caráter excepcional, vou conceder a palavra ao Deputado Roberto Jefferson que era o primeiro inscrito e quando chamado estava ausente. Faço de uma maneira excepcional por uma razão: como sabemos o Deputado Roberto Jefferson foi citado, aqui, em determinado depoimento. Acho que é oportuno que S. Exª possa ter o direito de fazer a pergunta que queria fazer. Quando foi citado no depoimento do economista José Carlos, portanto, é possível que tenha maiores razões do que qualquer outro que pudesse querer falar depois de encerrada a inscrição ou depois de não chamado no momento oportuno.

Concedo a palavra a S. Exª.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, agradeço esse preâmbulo que V. Exª faz que, mais ou menos, dirige a minha linha de questionamento para esse fato passado. Não era essa a minha intenção, não seria falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu só queria caracterizar o porquê da excepcionalidade e dar a V. Exª a oportunidade de perguntar o que quiser.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim, porque sou membro titular da Comissão, por enquanto, e teria umas perguntas a fazer ao Dr. Normando, diretor da SEVAL. Mas, V. Exª me chamou a atenção para uma linha de perguntas, para uma linha de conduta, que gostaria, antes de fazer a ele pelo menos uma pergunta que devo formular, chamar a atenção da Comissão justamente para isto.

O Dr. José Carlos Alves dos Santos, na minha maneira de ver, diz a verdade da mecânica dos fatos e do seu conhecimento com a Comissão de Orçamento. Ele tem o conhecimento profundo do que houve, do que aconteceu dentro da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e acusa algumas pessoas, umas por contato pessoal com ele que tratavam coisas amorais, irregulares, corruptas - com ele diretamente - e outras por ouvir dizer sem muita certeza.

O Dr. José Carlos dos Santos - eu que sou advogado criminal - chegou ao limite das pressões: é um homem que está se despojando da culpa. É uma atitude que vi, nos meus 140 processos de júri e no homicídio que tive oportunidade de fazer, muitos homens, diante da crise aguda da consciência, fazer o que ele está fazendo. Despoja-se e está se despojando - e eu entendo - de um elo com o homicídio de sua esposa, o que teria levado ao assassinato de sua mulher, essa orgia de corrupção - 2,5 milhões de dólares - pressão de um Deputado todo dia na casa dele, "vem cá, toma o dinheiro", vai o motorista leva o dinheiro, vem o motorista traz dinheiro. Quer dizer, ele está se despojando.

O nexo de causalidade, na minha maneira de ver, entre o homicídio de sua senhora, dona Elizabeth, é essa corrupção orgia sexual, pênis de borracha e fitas gravadas e, como diz a imprensa, orgias por várias pessoas, tendo até Deputados discursando nus diante de platéia de mulheres. Isso a imprensa está colocando.

Entendo esse transbordamento, que é justo. Acho que é forte, é eloqüente o gesto do Dr. José Carlos dos Santos. Acho loquaz, forte esse gesto dele.

Mas eu queria pedir a atenção da Comissão e pedir, inclusive, aos companheiros do PT, àqueles com os quais temos, assim, uma boa convivência, como o Senador Suplicy, com quem tive rusgas no passado, graças a Deus superadas; trato-o com lealdade, apesar de opositor das suas teses e das suas idéias; o Deputado Genoíno; o Deputado Mercadante, com quem nunca tive uma boa relação. Sei que o Deputado

faz restrições a mim, como eu a ele; sei que ele não gosta de mim na mesma intensidade que eu não o suporto. Mas, Sr. Presidente, nós devemos o mínimo de lealdade e elegância para com todos os colegas.

A CPI, hoje, reflete a voz do cárcere. Para quem o Dr. José Carlos, na cadeia, virar o canhão, essa pessoa está destruída. Então, Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, peço que não se irrite comigo ...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não, não vou me irritar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) -...mas gostaria que essa matéria fosse discutida amplamente nas nossas reuniões internas...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ... que V. Exª pudesse fazer as perguntas ao Depoente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não, eu só concluo dando vezo ao que V. Exª colocou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas tive que explicar porque dava excepcionalidade a V. Exª.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, quero só concluir para voltar a essa pergunta.

Sr. Presidente, fica a voz do cárcere. Todo aquele que o Dr. José Carlos apontar é o réprobo imediatamente, é o cão danado, é o grande suspeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não para nós.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, para V. Exª eu tenho certeza que não. Não diria em relação a algum Deputado do PT. Hoje de manhã, minha esposa me ligou, a Rádio CBN transmitia entrevista de um Deputado desta Comissão, do PT, o Deputado Mercadante, acusando a mim, taxativamente, de estar envolvido até o pescoço dentro do esquema de corrupção, e dizendo que eu tenho que ser devassado.

Sr. Presidente, entendo que nós ter os que ter comportamentos de elegância. Acho que, na medida da apuração, as pes. as que forem, de alguma forma, aparecendo como vinculadas ao sistema, elas devem s .r investigadas.

Cometi um desatino, e confesso aqui; c ometi um erro, e confesso aqui, até movido por pressão do meu amigo Gastone Righi. Falei: "Gastone, esse moço é um canhão, mais forte do que a Comissão, mais forte do que nós, esse José Carlos. Quem apertá-lo, quem pressioná-lo pode sair gravemente ferido". Ele falou: "Bob, me defende, Bob!", aquela maneira de o Gastone falar. E eu usei uma linha técnico-jurídica dura de questionamento ao Dr. José Carlos - respeitosa, mas dura -, porque eu queria saber: "Dr. José Carlos, então o senhor só ganhava presentes ou o senhor estava envolvido em corrupção junto com o Deputado João Alves?" Ele disse: "Ah, mas por ouvir dizer, eu ouvi dizer que ele dava recursos ao senhor". E passei a ser, então, suspeito, Sr. Presidente. É o que eu quero dizer.

Mas trato com lealdade meus amigos. Entendi a pancada que tomei. Errei ao ter-me exposto naquela hora a uma sentença política que é quase irrecorrível, e hoje - para a infelicidade da minha família e surpresa minha - meu nome é colocado no noticiário, pelo Deputado Mercadante, como o de um criminoso, com toda a sentença e provado que sou.

Então, Sr. Presidente, tenho muito medo que esse clima se instale. Acho que devemos fazer a nossa Comissão com isenção, sem colocarmos as nossas idiossincrasias pessoais, as nossas divergências ideológicas profundas.

Tive alguma altercação, no passado, com o Senador Suplicy; vi que errei e tive a humildade de lhe pedir desculpas pelo excesso; e ele também, que cometeu algum excesso em relação a mim, se desculpou.

Só não quero é ser condenado de antemão e nem quero permitir que outros colegas envolvidos... Eu vi agora o episódio da secretária ou da funcionária do Senador Nelson Carneiro, num linguajar, num questionamento, assim, duro do Deputado José Dirceu, que faz parte da sua personalidade: "E a sua nora, ou a sua filha, ela trabalhava e foi para onde?"

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, nós vamos desencadear pedidos de explicação pessoal. Eu peço a V. Exª, V. Exª usou a palavra já praticamente pelo tempo que teria, e eu lhe pediria que, ouvindo, como todos nós ouvimos, as razões de V. Exª, e que serão julgadas pela Comissão, que fizesse a inquirição ao Depoente.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É inevitável dar a palavra, pela ordem, ao Deputado Mercadante.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em seguida, queremos ouvir o Deputado Mercadante. Só quero concluir para que ele tenha oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, V. Exª sabe que tenho que interromper, em qualquer momento, e dar a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Se V. Exª quer me interromper e eu retomo em seguida, poderíamos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem dúvida; estou apenas cumprindo o Regimento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - V. Exª quer que eu pare e volte em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra a ele, se ele quiser interromper V. Exª agora. Mas, pela ordem, temos tempo limitado e não vou assistir discursos intermináveis, pela ordem, nem de um lado nem do outro, porque isso nos prejudica no que queremos apurar, mas V. Exª terá a palavra em seguida.

Foi citado nominalmente, tem a palavra. Até diria que V. Exª pode fazer por uma explicação pessoal.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Exatamente.

Evidentemente, vou declinar de fazer qualquer apreciação - e não é do meu feitio - quanto ao mandato ou a pessoa do Deputado Roberto Jefferson. No entanto, quando aqui cheguei, perguntaram-me se a Comissão deveria tomar hoje a decisão sobre a quebra do sigilo bancário; de minha parte, afirmei que isso é absolutamente fundamental para o futuro das investigações. Disse de público e disse, ontem, na sessão reservada e na pública, que tinha um requerimento que me baseava, basicamente, no encaminhamento dos pedidos de quebra do sigilo, no depoimento do José Carlos, em todos os que haviam sido citados, que tivessem o conhecimento ou participação no esquema da Comissão de Orçamento. Um jornalista perguntou-me se havia algum membro da CPI; afirmei que havia: o Deputado Roberto Jefferson; que ele havia sido citado também no depoimento do José Carlos, na página 60, onde ele pergunta: "mas indagaria do senhor o que ele falou em referência a mim?", diz o Deputado Roberto Jefferson; o depoente responde: "que o senhor também recebia recursos dele, para ajudá-lo, dar força a ele nas decisões dele" - dele, Deputado João Alves.

Então esse foi o argumento. Em segundo lugar, afirmei, ontem, e volto a repetir. que abrir sigilo bancário de um Deputado não significa, necessariamente, condená-lo; ao contrário, pode ser um instrumento da defesa a transparência da sua vida bancária; então não há uma condenação, há, sim, a necessidade de apurar.

Questionaram-me se eu estava pedindo a retirada do Deputado Roberto Jefferson da Comissão. Respondi que não, que cabia a ele ou ao seu partido ou, ainda, à Mesa encaminhar qualquer questão em relação a isso, e não a mim. Eu estava encaminhando um pedido de quebra de sigilo, e o critério era o mesmo para todos os envolvidos, e ele estava envolvido no depoimento nessas condições - a bem da verdade.

Por isso, eu queria concluir que, apesar do grande e duro embate que tive com o Deputado Roberto Jefferson, durante toda a CPI do Collor, em nenhum momento pedi quebra de sigilo, devassa da vida fiscal ou qualquer outra providência em relação ao Deputado. Ele estava aqui numa posição que eu divergia radicalmente, mas não fiz uma acusação pessoal, muito menos providências dessa natureza. Estou fazendo baseado em fatos, a força da testemunha e a necessidade da apuração da verdade, e só.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A explicação está dada.

Volto a palavra ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não foi bem essa a entrevista, e depois peço para exibi-la ao Plenário da Casa.

Mas, Sr. Presidente, o que volto a dizer é que temos, com a serenidade que o Relator tem levado a investigação, que analisar o que diz o Dr. José Carlos e o que realmente são os fatos apurados. Ele pode dizer qualquer coisa, e uma pessoa acusada por ele não pode se transformar de repente num réu com sentença, com trânsito em julgado.

Gostaria de colocar isso aqui e dizer mais, Sr. Presidente, acredito que o debate tende a se agravar. Ninguém é bom advogado em causa própria, porque quando se percebe um adversário político tentar nos expor, como carne no açougue, para depois nos demolir a conduta e a reputação moral de toda vida, de corpo presente é muito difícil. Não sei até onde posso aturar sem uma atitude mais forte, sem uma atitude mais dura, ou mais radical.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É o que espero que não aconteça nesta Comissão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - V. Exª me corta antes de eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Penso ser oportuno fazer exatamente essa referência. V. Exª está falando, e todos ouvimos, sobre até que ponto V. Exª poderá se conter apenas no debate verbal. Eu queria fazer um apelo à Comissão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Já estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, à Comissão como todas: que evitássemos realmente a questão de confronto pessoal, evitássemos declarações que possam atingir A ou B dentro desta Casa. Estamos aqui para buscar a verdade e não para tentar desfazer idiossincrasias, como V. Exª se referiu, que me parece que dificilmente serão desfeitas nesta Casa.

Peço a V. Exª que conclua.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Já concluo, Sr. Presidente.

A partir do momento em que for deliberada essa quebra de sigilo, V. Exª vai colocar esses requerimentos em votação ou não vai.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou colocá-los em votação em reunião interna; isso já está decidido desde ontem. Vamos colocar em votação qualquer requerimento que, do nosso ponto de vista, não exija deferimento próprio. Dou-lhe um exemplo: A partir do momento em que o Relator me pede que faça uma diligência, ou peça uma informação à Caixa Econômica Federal, eu não preciso pôr em votação. Mas quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico, qualquer tipo de atividade que possa atingir a pessoa com interpretações maledicentes, estas, até por dever meu - não

apenas por direito, mas por dever meu -, estas questões todas serão individualmente submetidas à maioria da Casa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, veja bem, Sr. Presidente, visto que esses requerimentos vão ser votados, caso o requerimento - vou dizer em relação à *mim* - ele seja aprovado. Mesmo que não, não sendo aprovado, o que que suscita uma suspeição em torno da Comissão. Não foi por que o Roberto Jefferson é membro da Comissão. E, sendo aprovado o requerimento, eu permaneço na Comissão, crie também uma suspeita em relação... O Roberto Jefferson está sendo investigado e permanece na Comissão. Então, esta Comissão tem dois pesos e duas medidas. Então, me sinto, Sr. Presidente, sinceramente, sem condições... Volto a dizer, ninguém é advogado, ninguém é bom advogado em causa própria, fico sem condições de permanecer como membro desta ilustre e honrosa Comissão do Congresso Nacional. Quebrado o sigilo, permaneço na Comissão, fica aquela suspeita: o Roberto ficou lá para impedir que avance alguma investigação em relação a ele. Não quebrando em reunião sigilosa a condição de investigarem a minha vida, vou dizer: Não, eles não fizeram por espírito de corpo ao Roberto, que é membro da CPI. Para evitar, qualquer dúvida nesse sentido, Sr. Presidente, de causar qualquer situação duvidosa em relação ao trabalho que esta CPI vai fazer, e da minha presença aqui, quero comunicar ao senhor, a V. Exª, aos meus Companheiros, que eu me desligo, neste momento, como membro efetivo da Comissão. Vou comunicar ao Líder de meu Partido, e pedindo a ele, então, que faça a posterior substituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram as considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (*Jarbas Passarinho*) - *Lastimo ouvir o que* V. Exª disse, lastimo perder a sua companhia. Agora, é uma questão pessoal. E, toda a renúncia é de ordem pessoal.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem.

Como Líder do PMDB, Sr. Presidente, e como membro desta Comissão, requeri acareação do Sr. José Carlos com o Deputado João Alves, e requeri a ouvida do repórter da revista Veja, que fez aquela matéria que deflagrou a denúncia nacional. Quero saber se V. Exª já submeteu à consideração esse requerimento, ou se ainda vai entrar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já, meu nobre Colega. O que não gostaria é que nós transformássemos em sessão pública aquilo que vai ser decidido por nós. Ouvi o Deputado Roberto Jefferson. Já disse que lastimo a sua decisão tomada, porque isso, de qualquer maneira é uma questão que atinge à Comissão como um todo. E estamos perdendo a oportunidade de ouvir o depoente, porque essa matéria vai ser discutida por nós. Reconheço que há momentos em que essas declarações podem tirar proveito da oportunidade de uma sessão pública. Essa foi uma. Agora, gostaria de deixar que as matérias pertinentes à discussão interna, fiquem na discussão interna. O depoente está aqui à espera de ser perguntado. E nós temos de concluir a oitiva. Mas já recebi.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - *Já concluiu, Sr. Presidente.* O interrogatório, Sr. Presidente, já foi concluído. O Deputado José Genoíno...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não. Ainda vai ser ouvido o Relator.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, já afirmei a V. Exª que já recebi o requerimento de V. Exª.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Nelson Carneiro pediu a palavra antes de V. Exª.

Com a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO - Para que não fique fora da sessão pública o que afirmei nesta Casa há poucos momentos, quero juntar aos documentos da CPI o processo de movimentação de servidor, em que a Srª Flávia Santinone Vera Cavalcanti passou a trabalhar no meu gabinete no dia 16 de março de 1993, quando estava o Sr. José Carlos afastado do serviço do Senado, e não apenas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No dia 16 de março de 1993, essa moça foi admitida no meu gabinete e até hoje, fazendo justiça, não posso fazer referência a qualquer fato que a desabone. O fato de ter trabalhado num ou noutro, a acusação foi pública, a referência foi pública, não sei com que intenção. E aqui quero deixar o documento que responde a essa suspeita. Só no dia 16 de março de 1993, ela foi admitida no meu gabinete.

O SR. CARLOS LUPI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, é para requerer à Presidência ou à Relatoria, conforme V. Exª achar conveniente, que se solicitasse ao Depoente e, se ele não tivesse informação, aos órgãos que possam informar a relação de todas as empresas para quem ele prestou esse tipo de serviço, e se cruzasse essa informação com a época da Relatoria do Deputado João Alves, para ver se nós encontramos algumas coincidências que poderão ajudar a elucidar esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de, mais uma vez, dirigir-me aos meus ilustres Pares para dizer que todas essas questões que já ultrapassaram o momento de ser feitas, quando não escritas, são entregues desde logo ao Relator, senão perderemos mais oportunidades.

Dou a palavra ao Relator para que continue o seu trabalho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Posso responder à pergunta do nobre Deputado porque eu fiz uma idêntica pergunta e ele respondeu-me que não tinha condições porque a Polícia Federal fez uma busca e apreensão e levou praticamente todos os seus documentos. E, em outro tanto, que havia ele, com autorização de um delegado, cujo nome declinou, ele tocou fogo, foi incinerado.

Mas eu já inclusive fiz um requerimento escrito, formal ao Presidente no sentido de solicitar da Polícia Federal esses documentos para termos conhecimentos de quais foram os clientes da SEVAL durante todo esse tempo, ou seja, de 1974 até hoje.

Sr. Normando, tenho em mãos uma cópia de contrato celebrado entre a SEVAL e a Prefeitura de São Mamede, Estado da Paraíba, pelo qual V. Sª se obrigou principalmente à elaboração de projeto de habilidade técnica, econômica e financeira, destinado à construção de dois postos médicos. Ao longo de seu depoimento, V. Sª deixou claro que a sua empresa não tem a menor condição de fazer projetos de viabilidade nem econômica,nem financeira, nem técnica e que o trabalho da SEVAL é unicamente providenciar documentos para instruir requerimentos de liberação de verbas. O contrato subscrito pela SEVAL e que V. Sª assina previa uma remuneração de 7%. Então eu pergunto: V. Sª recebia remuneração por serviço não prestado?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não prestado, não. Por serviço prestado, sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não prestado, no caso de viabilidade econômico-financeira de projetos de construção.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Sim, mas toda a documentação necessária eu preparava e acompanhava.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não é a mesma coisa. O senhor sabe perfeitamente que documentação é trabalho de despachante e projeto de viabilidade é técnico e pressupõe engenheiros ou arquitetos, economistas e assim por diante.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Isso eu já relatei, eu sempre pedia aos prefeitos para trazerem o projeto técnico pronto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é, no entanto, o senhor está cobrando por isso.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - É, eu acredito, Sr. Relator, que aí está mal formalizado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Há um choque frontal entre o que o senhor diz e o que o senhor assina. V. Sª disse que esses documentos em branco, assinados por vários prefeitos, foram por equívoco e que há muito tempo deixaram em seu escritório e eles assim o fizeram para que V. Sª pudesse fazer requerimentos.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Planos de trabalho e essas coisas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero dizer a V. Sª que, se aqui estivessem impressos nomes de prefeituras, eu aceitaria o seu esclarecimento como um fato inteiramente normal, porque sei que os prefeitos fazem isso, indevidamente. Jamais recebi e jamais receberia um papel em branco, como também não dou; mas sei que fazem.

Agora, o que é estranho, e o senhor não explicou, é por que o timbre é do Congresso Nacional, Comissão Mista de Orçamento.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Expliquei, há pouco falei nesse caso. Isso é do Deputado Cid Carvalho, que os prefeitos estavam lá assinando documento, e esses papéis devem ter ido parar no meu escritório através do assessor dele, com outros prefeitos que levavam para elaborar os projetos.

Então, como eles deixavam normalmente papel assinado, nesse caso, deixaram o papel... assinaram erradamente: assinaram papel com o timbre da Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor pressupõe que foi um mero equívoco?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tenho quase certeza, tanto que nada disso foi usado; nada foi usado desse material.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, esse aqui não foi. Não posso saber se houve mais. Por isso mesmo, não vou nem perguntar por isso.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Mas eu lhe reafirmo que não, Sr. Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Houve aqui uma pergunta do Senador Eduardo Suplicy, se o senhor conhecia o Sr. Dino Américo Silvino de Oliveira Neto, Assessor Especial do Ministério da Agricultura; e o senhor respondeu que não conhecia.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Dinamérico?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, Dinamérico Silvino de Oliveira Neto.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não lembro, Deputado. Com esse nome, não lembro dessa pessoa não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Há informações de que esse assessor, com freqüência, se comunicava com V. Sª.

O SR. NORMAMDO LEITE CAVALCANTE - Dinamérico?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É. Como já está quebrado o sigilo telefônico da SEVAL, não será difícil, Senador, podermos rastrear...

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não lembro de nenhum Dinamérico no Ministério da Agricultura.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Normando, o senhor se diz um homem de pouco patrimônio. Eu diria que, na verdade, o senhor é um homem de classe média alta para os padrões brasileiros.

O SR. NORMAMDO LEITE CAVALCANTE - Médio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor tem uma casa... (não está assinada, mas ele entregou, e depois vou pedir que ele autentique). O senhor tem uma casa no Setor Habitacional Interno Sul; tem um apartamento na Super Quadra Norte; tem quatro salas no Edifício BSB Rádio Center; tem um apartamento no Conde Paraíba ou PB - não sei; tem uma casa no Gama, que está **sub judice**; tem uma área de terra em Padre Bernardo, com 68 alqueires; tem uma pequena drogaria em prédio alugado no Edifício BSB Rádio Center; tem cabeças de gado, que declara no montante de 82; tem quatro automóveis, que realmente não são do ano, mas cujo ano de fabricação varia de 1979 a 1985.

Pergunto: para fazer esse patrimônio, V. Sª usou unicamente os recursos obtidos através da SEVAL, ou o senhor exerceu outra atividade remuneratória?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, minha atividade sempre foi essa da SEVAL.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não teve outra?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não. Teve um ano que tive uma herança do meu pai, um terço de um apartamento em Brasília.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Houve aqui a intervenção de uma Deputada, que, não tendo oportunidade de argüi-lo, me pediu para formular a seguinte pergunta: o senhor conheceu o Sr. Walter Annicchino?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Conheci.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tratou alguma vez com ele de liberação de verbas ou de andamento de processos?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Tratei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por quanto tempo o senhor manteve esse relacionamento?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não sei lhe precisar quanto tempo. À época em que ele estava no Ministério, que precisava de algum processo que parava no gabinete dele, eu procurei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual era o setor em que ele trabalhava?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Secretaria Nacional de Saneamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. O senhor sabe de algum deputado que tinha prestígio com ele e o ajudava na liberação de verbas?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe. O senhor conheceu o Sr. Cláudio Vieira, que foi Secretário Particular do Presidente Collor?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem o Comandante Bandeira?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Nem o Comandante Bandeira.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem o notório Sr. Paulo César Farias?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Não, senhor.

A SRª SOCORRO GOMES - Fale do outro, o Ramon.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Ramon Arnus? Também não conheci.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só anotei quatro. Da mesma Secretaria?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ramon Arnus?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Também não conheci.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero dizer para a Deputada que esse setor, na minha opinião, vai ser o mais visado na nossa investigação em termos do Ministério. De modo que a subcomissão específica vai ter a oportunidade de não somente isso que é apenas um esclarecimento, mas certamente de levantar muitos dados importantes para o objetivo desta Comissão.

Sr. Presidente, não teria mais nada a perguntar ao depoente, mas, como Relator, faria uma ponderação: é que as questões pessoais, principalmente aquelas que importem qualquer tipo de conflito ou desentendimento entre membros desta Comissão, não sejam aqui afloradas enquanto estiverem diante de nós as câmeras de televisão e os jornalistas de rádio e de jornal, porque, diz a Bíblia, uma casa dividida não sobreviverá. E que exemplos daremos nós ao País, com a responsabilidade que temos, se nos revelarmos divididos? Então, faço essa ponderação, confiando que V. Exª, com sua firme, lúcida e experiente direção e comando desta CPI, evitará que esses fatos ocorram.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, sei do trabalho importante que esta Comissão está fazendo, do comando firme e sereno de V. Exª. Mas tem uma coisa que me deixou mais preocupado aqui, hoje. Tenho andado pelas ruas e sentido que a imagem dos parlamentares está muito ruim, existindo até chacotas. Houve uma afirmação do Deputado Roberto Jefferson, que se reportou a uma fita com um deputado nu, fazendo discurso (risos).

Eu queria apelar a V. Exª - isso é uma coisa da maior gravidade, isso não tem graça, não há por que se rir de uma coisa dessa -, queria pedir a V. Exª, por favor, que procurássemos descobrir agora, ainda nas próximas horas, se existe essa fita, quem é essa pessoa, no sentido de que, antes da conclusão da CPI, que está prevista para 45 dias, se oficie à Mesa da Câmara para que tome as providências, porque são 503 Deputados. O Deputado Roberto Jefferson disse que um deles, nu, fez discurso em frente a mulheres igualmente nuas. E não dá para esses 503 andarem pelas ruas sem saberem quem é esse mal-elemento. Portanto, é o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de lembrar aos ilustres colegas que há duas formas de os colegas se dirigem sempre à Mesa. Uma, quando levantam questão de ordem, que tem de estar fundamentada no artigo próprio e na razão de ser; a outra, pela ordem, é quando se trata de evitar que, na direção dos trabalhos, alguma coisa esteja equivocada. Então, é preciso que eu, primeiro, caracterize isso. Segundo, essa preocupação que tem o Deputado Chico Vigilante de, desde logo, declarar que não foi ele o nu artístico que participou disso (risos) é uma preocupação, porque eu não posso criar, aqui, uma subcomissão de assuntos eróticos (risos). Mas fica a afirmativa e eu posso me dirigir à Câmara. Gostaria que não levássemos em consideração, como definitivo, tudo o que é publicado. Mas, em respeito ao Congresso Nacional, acho que a colocação tem fundamento.

O SR. JÚLIO CABRAL - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. JÚLIO CABRAL - Sr. Presidente, encaminhei três perguntas ao Relator, conforme orientação de V. Exª e, por incrível que pareça, nenhuma delas foi argüida. Das três, para mim pelo menos, é de fundamental importância a última. Eu gostaria, se possível, que se fizesse só a última; já ficaria satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu preferiria que o Deputado não dissesse "por incrível que pareça", mas sim, coincidentemente não foi feita essa pergunta.

O SR. JÚLIO CABRAL - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Defiro a palavra ao Relator novamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A última. Gostaria de esclarecer que o encaminhamento de perguntas ao Relator não é automático. O Relator tem a faculdade de fazê-la ou não. Por exemplo, se entender que ela já está feita, ele não a faz; se entender que ela não é importante, ele não a faz, porque, senão, ao fim de cada reunião terei trezentas perguntas a fazer.

O SR. JÚLIO CABRAL - Desculpe, Relator, mas já ouvi tanta coisa sem importância, que tenho o direito de achar que esta última pergunta, pelo menos para mim, é importante. É uma opinião minha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Veja bem, uma pergunta do senhor aqui: "O Depoente afirmou que apresentou queixa crime no Supremo Tribunal Federal contra o Senador Eduardo Suplicy."

O SR. JÚLIO CABRAL - Eu pedi a última, Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - "Qual o teor desse processo e em que ponto se encontra?" Entendi que esta questão não dizia respeito propriamente ao objeto desta CPI.

A última pergunta é a seguinte: "O Depoente afirmou que o Sr. Magnaldo, Delegado da Polícia Federal, autorizou-o a destruir documentos da SEVAL." Esta autorização foi dada formalmente?

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Verbalmente.

O SR. JÚLIO CABRAL - Muito obrigado, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, estou informado de que a segurança da Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu iria dizer, mas V. Exª pode dizer antes de mim. Aposto que sei o que vai dizer. É sobre o motorista, não é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente, de modo que iria propor à Comissão que marcássemos outra sessão à tarde, para ouvir os depoimentos dos dois motoristas que talvez tragam esclarecimentos que não conseguimos ouvir aqui do nobre Depoente desta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo declarar à Comissão que, logo que se iniciaram os nossos trabalhos, tive a informação de que o motorista Eli já estava à nossa disposição. Determinei que a segurança da Câmara o mantivesse sob custódia para tomarmos a decisão, em seguida, naquele elenco de pessoas que devem ser ouvidas, do meu ponto de vista, seria prioritária.

Entretanto, temos uma solicitação do Congresso Nacional que hoje vota o Regimento da Revisão, para que não fizéssemos sessão à tarde, sob o fundamento de que isso poderia prejudicar inclusive a votação, não é mais o **quorum**. E eu iria colocar exatamente isso, aqui, em votação na Comissão, para não tomar decisões de ordem arbitrária. Vou pedir ao vice-Presidente que anote isso: a reunião está concluída e vou dispensar o depoente com o seu advogado, porque não precisam mais permanecer aqui.

O SR. NORMANDO LEITE CAVALCANTE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Podemos decidir agora se vamos, ou não, atender à solicitação da Mesa do Congresso Nacional ou se deveremos marcar, ainda hoje à tarde, uma nova sessão nossa pública.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, gostaria de dizer que, para muitos, a votação do regimento pode parecer fundamental, mas creio que a opinião pública nacional está concentrada nesta questão, que é decisiva para os rumos da democracia brasileira. Gostaria de propor que marcássemos a nossa reunião corrente, para fazer a oitiva dos dois testemunhos e que, durante o período, algum assessor da Comissão informará o momento da votação, quando aqueles que acharem fundamental fazê-lo poderão se deslocar - a votação dura um certo tempo, dá tempo para ir lá...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa tem sido a praxe. Mas apenas quero que tomemos uma deliberação em conjunto, desde logo colocando esta questão: os que votam pela convocação de uma nova reunião ainda hoje - e aí discutiríamos com que prazo de intervalo -, votarão "sim"; os que acham que poderá a sessão ser ou à noite ou amanhã dirão "não". Se o "não" preponderar, ainda farei a pergunta se devemos fazer a partir da noite, uma vez cessada a sessão do Congresso.

Então vou fazer a chamada, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para uma informação que entendo ser relevante antes da votação. Sobre a votação do Regimento Interno há que se levar em conta que será difícil votá-lo antes que se reúna a Comissão de Constituição e Justiça do Senado para resolver se a votação será unicameral ou pelas duas Casas.

Será provavelmente colocado - e eu colocarei a questão de ordem - que não se pode votar o Regimento Interno proposto antes que esteja decidida essa questão. Eu só faço essa ressalva porque avalio que a sessão de votação do Regimento Interno não será longa, em função desta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É uma suposição de V. Exª. Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, há uma decisão do Congresso no sentido de que, quando há reunião do Congresso, nenhuma Comissão funciona. Quem fixa ou não a realização dessas sessões não somos nós; somos uma Comissão do Congresso. Portanto, acho que se a Mesa do Congresso convocou uma reunião das duas Casas, evidentemente que só ela pode desconvocar. Temos que aceitar isso. E se no Plenário surgir a questão suscitada pelo nobre Senador Suplicy e se houver ali uma solução para ser interrompido, nós continuaremos o trabalho aqui. Mas acho que a disposição permanente do Congresso é no sentido de que, quando o Congresso Nacional se reúne, as suas Comissões não podem reunir-se.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com todo o respeito - e não é apenas uma palavra de lisonja inútil que tenho pelo meu nobre colega Senador Nelson Carneiro, que já presidiu esta Casa com grande descortínio, capacidade e proficiência -, lembro que isso tem acontecido sistematicamente. Nós temos tido reuniões de Comissões irregulares, como S. Exª considera, mas não seria a primeira vez que poderíamos ter uma Comissão funcionando enquanto o Congresso estivesse funcionando.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, não discuto isso. Mas V. Exª perguntou sobre a realização. Acho que nós só podemos funcionar enquanto o Congresso não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, posso entender que o voto de V. Exª será "não".

O SR. NELSON CARNEIRO - Sera "não". Acho que, estando o Congresso reunido, não pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, não poderemos fazer.

O SR. NELSON CARNEIRO - Não pode ser, a não ser que o Congresso não se reúna por qualquer motivo. Então nos reuniremos imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se a maioria votar "sim", então nós vamos - no entendimento de V. Exª, correto? - violar o Texto Regimental, embora baseado no que disse, que outras violações já houve, sem que houvesse maior problema, porque enquanto o segundo motorista, que ganha hoje a glória das primeiras páginas dos grandes jornais brasileiros, disse aos três Senadores que o ouviram algo que me pareceu irrelevante, a ponto de depois levar isso para a Comissão, este primeiro, não. Pela declarações feitas aqui pelo Deputado Luiz Salomão, citando como testemunha o Deputado Carlos Lupi, essas informações me pareceram extremamente

importantes para a imediata averiguação. Por isso é que eu correria o risco, mesmo contra o Regimento, a menos que haja um projeto e uma reclamação justa da Mesa do Congresso.

Senador Iram Saraiva?

Ausente.

Senador Garibaldi?

Não.

Senador Gilberto Miranda?

Não.

Está anotando?

O SR. ODACIR KLEIN - Três "não".

Senador Elcio Alvares?

Não - quatro.

Senador Francisco Rollemberg?

Não - cinco.

Senador Jutahy Magalhães?

Ausente.

Senador Ney Maranhão?

Não - seis.

Senador Pedro Teixeira se retirou por problema de saúde. Não sei se já regressou.

Senador Luiz Alberto?

Ausente.

Deputado Roberto Rollemberg?

Ausente.

Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, preciso explicar meu voto. Entendo que podemos perfeitamente marcar essa sessão bem para o final da tarde. Em conseqüência, eu teria que votar "sim". Parece-me que aí não coincidirá com o horário que é necessário quorum para ensejar a apresentação do relatório do Deputado Ibsen Pinheiro no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, eu interpreto o voto do Deputado Odacir Klein dentro daquela exposição que eu fiz. No caso de ser "não", desde que pudesse ficar condicionado à compatibilização com o Congresso.

Deputado Roberto Magalhães?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou pedir autorização, também, para fazer uma declaração de voto.

Sr. Presidente, voto não, porque entendo que V. Exª precisa de tempo para decidir uma série de questões importantes que têm sido encaminhadas à Mesa. Acho que o depoimento desse motorista não é mais importante que a decisão que V. Exª possa tomar, hoje, a respeito a várias questões levantadas.

O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Benito Gama? (Pausa.)

Ausente.

Deputado Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quantos "não", Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN - Nove.

O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO - Voto "não", do mesmo modo que o Deputado Odacir Klein.

O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vota "não", na mesma linha do voto do Deputado Odacir Klein.

O Deputado Sigmaringa Seixas está ausente para concluir o trabalho que lhe foi dado naquela diligência.

Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vota "sim".

Deputado Mário Chermont. (Pausa)

Ausente.

O Deputado Roberto Jefferson desligou-se da Comissão.

Deputado Aloízio Mercadante?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vota "Sim".

Quantos votos temos?

O SR. ODACIR KLEIN - Temos 10 NÃO, e 02 SIM.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já há maioria.

Havendo maioria, deixo de chamar o suplente. Somos 22 integrantes; 11 titulares e 11 suplentes. Já temos 12 votos. V. Exª é um mestre formado em Harvard, mas em aritmética trajano, doze é mais que a metade de 22.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pode chegar de 12 a 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas tenho maioria, Deputado; V. Exª é tão experiente. Só se quisesse maioria absoluta, mas não é. Isso seria

maioria relativa votada a maioria absoluta. Votada a maioria da Casa, prospera o voto NÃO.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se os próximos 10 suplentes votarem "sim", o resultado é desfavorável a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É a história de ceder à chamada praxe. Eu mesmo estou dando o voto "sim".

A velha história de violar o regimento. É um erro brutal que fazemos e depois se transforma em praxe. Tanto quanto aprendi nesta Casa, durante muito tempo, o suplente substitui na ausência do titular. Não temos 11 titulares ausentes. Vou chamar quais suplentes? Pela ordem alfabética? Pela cor dos olhos que não conheço? Então, eu estava dando a decisão à maioria simples, dentro da votação dos titulares.

Agora, os que se agarram a idéia de vencermos nós que votamos "sim", querem naturalmente que, antes, se amplie o colégio eleitoral. Isso que considero não ser o caso; no total serão 22, mas vou chamar 9.

Senador Wilson Martins. (Pausa)
Ausente.
Senador Pedro Simon.
Abstenção.(Risos)

Senador Cid Sabóia de Carvalho. (Pausa)
Ausente.
Senador Eduardo Suplicy.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Carlos Patrocínio. (Pausa) Ausente.

Senador Guilherme Palmeira. (Pausa)
Ausente.
Senador José Paulo Bisol. (Pausa)
Ausente.
Senador Mario Covas. (Pausa)
Ausente.
Senador Aureo Mello. (Pausa)
Ausente.
Senador Magno Bacelar. (Pausa)
Ausente.
Senador Lavoisier Maia.
O SR. LAVOISIER MAIA - (*Inaudível*).
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Não, condicionado à hora.
Deputado Lázaro Barbosa.
Deputado Zaire Rezende.
O SR. ZAIRE REZENDE - "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Maurício Najar.
O SR. MAURÍCIO NAJAR - "Não".
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vicente Fialho. (Pausa) Ausente.

Deputado Fernando Carrion. (Pausa)
Ausente.
Deputado Leomar Quintanilha.
Deputado Luiz Máximo.
O SR. LUIZ MÁXIMO - "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quantos temos?
O SR. ODACIR KLEIN - Dezoito.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Sérgio Miranda.
O SR. SÉRGIO MIRANDA - "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Júlio Cabral.
O SR. JÚLIO CABRAL - "Não".
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Nelson Trade.
O SR. NELSON TRADE - Do mesmo modo que o Deputado Odacir Klein: "não", condicionado ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Franca.
O SR. ROBERTO FRANCA - "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual foi o resultado?
O SR. ODACIR KLEIN - Foram 14 "NÃO", 7 SIM e uma abstenção.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Alguma sugestão ainda a prosseguir? Não?

Então voltaremos a marcar reunião a partir do momento em que o Congresso Nacional estiver encerrado os seus trabalhos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 8ª. Reunião, realizada em 26 de outubro de 1993.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezoito horas e quarenta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Luiz Alberto Oliveira, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Sigmaringa Seixas, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo, Sérgio Miranda, Nelson Trad, e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados Aécio Neves, Elísio Curvo, José Dirceu, Vivaldo Barbosa, José Genoíno, Robson Tuma, Deputadas Márcia Cibilis Viana e Beth Azize, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem como objetivo analisar o resultado da diligência efetuada pelos Senhores Senador José Paulo Bisol, Deputados Sigmaringa Seixas e Wilson Müller. Com a palavra o Senhor Senador José Paulo Bisol passa a relatar o fato e propõe a criação de Subcomissões. É criada a Subcomissão para assuntos bancários e afins, constituída pelos Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Lavoisier Maia, Ney Maranhão, Wilson Martins, Deputados Benito Gama, Roberto Rollemberg, Aloízio Mercadante e Fernando Freire. A Presidência desígna o Senhor Deputado Benito Gama para coordenar os trabalhos da referida Subcomissão. É criada a Subcomissão para assuntos relacionados com a apresentação e aprovação de emendas orçamentárias e a destinação das respectivas dotações, visando a apuração de irregularidades, constituída pelos Senhores Senadores Nelson Carneiro, Eduardo Suplicy, Mário Covas, Deputados Sigmaringa Seixas, Roberto Franca, Luiz Salomão, Vicente Fialho, Sérgio Miranda e Maurício Najar. A Presidência desígna o Senhor Deputado Sigmaringa Seixas para coordenar a referida Subcomissão. É criada a Subcomissão para assuntos patrimoniais e fiscais, constituída pelos Senhores Senadores Luiz Alberto Oliveira, José Paulo Bisol, Pedro Teixeira, Guilherme Palmeira, Deputados Zaire Rezende, Pedro Pavão e Carlos Kayath. A Presidência desígna o Senhor Senador José Paulo Bisol para coordenar a referida Subcomissão. É criada a Subcomissão para assuntos relacionados com procedimentos de aprovação de dotações orçamentárias, liberação de recursos e

concessão de subvenções sociais, constituída pelos Senhores Senadores Gilberto Miranda, Iram Saraiva, Francisco Rollemberg, Garibaldi Alves Filho, Deputados Júlio Cabral, Luiz Máximo, Lázaro Barbosa, Nelson Trad e Leomar Quintanilha. A Presidência desígna o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho para coordenar a referida Subcomissão. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Luiz Salomão, Roberto Rollemberg, Senador Cid Sabóia de Carvalho, Deputado Vivaldo Barbosa, Zaire Rezende, Senadores Luiz Alberto Oliveira, Elcio Alvares, Eduardo Suplicy, Deputados Roberto Franca, Benito Gama, Senador José Paulo Bisol, Deputados Aécio Neves e Maurício Najar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 8ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REUNIÃO INTERNA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aberta a reunião.

Na primeira parte, que será a primeira e última da nossa reunião interna de hoje - amanhã teremos outra bem mais longa, para discutir requerimentos, etc. -, gostaríamos de ouvir do Senador José Paulo Bisol, em nome dele, do Deputado Sigmaringa Seixas e do Deputado Wilson Müller, o resultado da diligência que S. Exªs fizeram e em que se empenharam no sábado todo, no domingo e na segunda-feira. Será - como S. Exª já disse - algo muito superficial ou, de acordo com um amigo purista que tenho, será perfunctório. Depois trataremos da matéria.

Com a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, no sábado, dia 23 do corrente, realizamos uma reunião da Comissão, e depois de examinarmos perfunctoriamente - para copiar o Presidente - a prova que foi entregue pelo Dr. José Carlos, fomos designados, como grupo de trabalho, para fazer uma triagem dessa prova, entrando em contato com o próprio Dr. José Carlos.

No mesmo sábado, à tarde, nos reunimos aqui para um exame complementar daquele que havíamos feito, todos juntos, pela manhã, dessa prova, mas chegamos à conclusão de que não teríamos o tempo necessário para realizar essa segunda triagem antes de chegar ao contato com o Dr. José Carlos.

Então, adotamos como procedimento levar os documentos ao Dr. José Carlos e colocá-lo à nossa frente para que ele separasse, segundo o seu critério e o conhecimento especial que tivesse de cada documento, aqueles que poderiam ter alguma relevância. E para aperfeiçoar um pouco esse procedimento, adotamos inicialmente alguns princípios de catalogação ou de classificação, nos seguintes termos: primeira classe, documentos susceptíveis de avaliação probatória, no sentido de que nós havíamos decidido que não nos competia fazer qualquer espécie de avaliação; segunda classe, documentos avaliáveis isoladamente em termos; terceira classe, documentos carentes de complementação probatória.

Depois classificamos, já de uma forma secundária, os documentos que não teriam maior relevância, da seguinte maneira: pedidos de dotação ou subvenção ou correlacionados que estivessem burocraticamente bem postos e sobre os quais não houvesse nenhuma alusão sobre algo especial por parte de José Carlos; pedidos de descontingenciamento ou documentos correlacionados com esses pedidos, e documentos relacionados a emendas de orçamentos.

Também fizemos um envelope especial de documentos relativos ao seqüestro - não há nada de relevante -, e documentos em princípio irrelevantes, mas suscetíveis de reclassificação por parte dos demais membros da Comissão.

E, finalmente, documentos pessoais, os quais foram divididos em gerais, quando não dissessem respeito à vida íntima ou familiar do Dr. José Carlos, e documentos bancários.

Relativamente aos primeiros documentos, isto é, aos documentos suscetíveis de avaliação probatória, colhemos referências especiais do Dr. José Carlos. Essas referências foram gravadas e a taquigrafia já produziu o documento correspondente que, do meu ponto de vista, deveria estar à disposição de qualquer membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador José Paulo Bisol, no momento, só há seis membros: os três membros da diligência e os que compõem a Mesa. Logo em seguida, a Taquigrafia estará trabalhando para entregar o documento a qualquer um dos membros da CPI.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Esses documentos susceptíveis de avaliação probatória são, em verdade - para citar alguns -, os seguintes:

- listagem de uma possível conexão Legislativo e Executivo nas operações de elaboração do Orçamento, de descontingenciamento de verbas ou de algo que fosse correlato a isso;
- documentos como o expediente do Deputado João Alves ao Ministério da Educação, encaminhando boletins de subvenções sociais e as fichas cadastrais das entidades beneficiadas, o que é relevante, no sentido de que essas entidades terão de ser inventariadas pela Comissão;
- relação das entidades que receberam subvenção social em determinados anos e que não prestaram contas;
- ofícios de diversas entidades, encaminhando processo de prestação de contas;
- também lista de empreiteiras com cartões das entidades;
- relação manuscrita de Deputados sobre acordo entre o Legislativo e o Executivo - tivemos muito cuidado com relação a isso;
- carta do Deputado João Alves para o Deputado Ricardo Fiúza - não, essa carta não é desta classificação;
- sobras de subvenção social dadas a funcionários do Orçamento, inclusive, aos funcionários do Ministro Henrique Hargreaves, o que me pareceu um pouco estranho - por isso, achei que cabia registrar;
- relação de obras do interesse do Deputado Cid Carvalho e do Deputado Genebaldo Correia;
- manuscrito sobre articulação de acordos;
- relação de escolas do Deputado Ricardo Fiúza;
- conexão Legislativo e Executivo - há mais um documento;

- listagem de computador de interesse da OAS, apresentada pelo Deputado José Luiz Maia e por outros;

- sugestões de emendas da TRATEX;

- relação de emendas para a construção de rodovias federais;

- relação de Parlamentares com alguma conexão com o depoimento prestado pelo Dr. José Carlos Alves dos Santos - é um documento que já foi discutido;

- relação feita pelo Dr. José Carlos Alves dos Santos, em que duas fileiras de valores correspondem a entidades que entraram duas vezes nas listas de subvenções;

- relações de entidades do Deputado João Alves, com observações feitas a lápis;

- dados sobre entidades do Deputado João Alves;

- bilhete manuscrito do Ministro Ricardo Fiúza ao Sr. Maurício, Secretário Executivo do MAS, bilhete este que trata da liberação de subvenções sociais e de critérios que deveriam ser utilizados;

- relação de entidades do Deputado João Alves, para definir valores;

- relação de entidades do Deputado João Alves, que, certamente, receberiam recursos - em anexo, está o mapa de posição;

- relatório do pagamento das entidades do Deputado João Alves;

- pedido de liberação de subvenção social ao Ministro Ricardo Fiúza;

- relação de entidades do Deputado João Alves que receberam recursos em outro ano diferente do documento anterior;

- relação do MAS de entidades que receberam subvenções sociais em 1991;

- lista de entidades do Deputado João Alves - inclusive, há algumas manuscritas do próprio Deputado, com despacho do Ministro Ricardo Fiúza;

- documentos correlacionados com o Documento nº 23;

- listagem contendo pedido de empreiteiras;

- manuscrito do Deputado João Alves, traçando orientações relativas à distribuição de verbas;

- e uma relação de empreiteiras que lá estava.

Esses são os documentos que relacionamos como susceptíveis de avaliação probatória. Como documentos avaliáveis isoladamente, há essa carta ou bilhete do Deputado João Alves para o Ministro Ricardo Fiúza, sendo que esta é uma prova susceptível de avaliação isolada em relação ao esquema de poder que poderia estar controlando a elaboração dos orçamentos, dos descontingenciamentos, das liberações de verbas e não em relação a fatos definíveis como corrupção.

Isso é importante dizer porque a imprensa, infelizmente, alcançou informações sobre esse documento.

Então, quero deixar bem claro que, do nosso ponto de vista, trata-se de um documento importante, no sentido de que ele traduz ou pode ou tem condições de traduzir o esquema de poder político para controle do Orçamento e desfrute, no sentido de tirar vantagens da função que está exercendo dentro desse esquema e, aparentemente, como fosse o exercício da função pública.

É nesse sentido, como uma prova capaz de dar uma idéia ou gerar alguma convicção sobre o esquema operacional é que o documento é importante.

Agora, sobre o fato definível como corrupção, essa carta, **ab initio**, não contém elemento nenhum. Fiz essa pré-avaliação para que fique claro uma coisa que, afinal, gerou algumas ambigüidades.

O segundo documento de valor probatório isolado não integrava as funções do grupo de trabalho. E foi alcançado casualmente, porque convidamos o advogado do Dr. José Carlos a participar da reunião, porque queríamos que ela fosse a mais legítima e a mais aberta possível. E o Dr. Grossi trouxe ao grupo de trabalho uma cópia, não o original, mas uma cópia de uma fita que um familiar, pessoa relacionada à família do Dr. José Carlos, lhe entregara naquele dia mesmo, aliás, no dia anterior.

O SR.LUIZ SALOMÃO - Perdão, Senador Bisol, é que queria prestar atenção, mas há uma fonte de ruído ruim na própria mesa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço perdão, mas o Senador está me trazendo aqui uma proposta do PMDB para alterar, em parte, o que já foi estabelecido, o que já propus. Disse a ele que se fosse apenas para trocar nomes, muito bem; mas, se for para alterar coordenação, não posso tirar ninguém que já está, porque propus.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não foi aprovado ainda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por mim é definitivo o que propus; mas, se o Presidente quiser, S. Exª pode até nem constituir.

Sr. Presidente, proponho que, após o depoimento do Senador Bisol, o Senador faça publicamente aqui a sua proposta e a Mesa decidirá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até porque é uma descortesia, no momento, com a informação que estamos recebendo do Senador.

Mestre, a palavra é sua.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então, essa fita, gravada pelo próprio Dr. José Carlos - e ele tinha apenas uma vaga lembrança dessa gravação, porque a gravação é de 1984, é fita cassete, é áudio -, então, perante o José Carlos, ligamos o aparelho de reprodução; ele ouviu a fita e gravou as suas considerações sobre ela. Como, por mais de uma vez, o nosso nobre Presidente já advertiu, no Direito brasileiro, formalmente falando, as gravações de áudio e mesmo as visuais não constituem prova, do ponto de

vista da legislação penal. Mas isso é uma questão muito relativa por uma simples razão: não constituem, formalmente, prova. Quer dizer, nenhum juiz poderá, baseado somente naquilo, dar uma decisão final condenatória; mas constituem prova substancialmente no sentido de que são fatores capazes de produzir convicção. E, segundo o Código de Processo Penal, a sentença é fundada na livre convicção do juiz.

Então, devíamos prestar bem atenção para este detalhe: o fato de áudio não constituir formalmente prova, realmente impede que uma sentença condenatória seja fundada nessa prova exclusivamente; mas não impede que essa prova constitua um fator na formação da convicção do juiz.

E é nesse sentido que nós - e já há jurisprudência - no sentido de que a reprodução escrita dos elementos gravados constituem prova complementar, quer dizer, no caso de existir uma outra prova, da qual a gravação seja complementar, a reprodução dos elementos gravados constituem, até, formalmente prova. Por isso é que resolvemos catalogar como um documento capaz de produzir convicção, não a nós, mas a quem sentenciar mais tarde, se houver processo, e conseqüentemente como importante, no sentido de ser um documento que tem função probatória até isoladamente, o que é muito raro.

Quanto às demais provas catalogadas - pedidos de dotação e subvenção, ou elementos correlacionados - não gravamos referências particulares sobre elas; gravamos apenas uma referência geral, na qual o Dr. José Carlos declara que não lembra nenhuma particularidade a respeito daqueles documentos. E como são documentos formais, burocráticos, habituais, se ele não tinha nenhuma referência particular, catalogamos à parte para aguardar o surgimento de outros elementos que possam permitir avaliação, ou simplesmente deixar de lado.

O mesmo aconteceu com os pedidos de descontingenciamento ou correlacionados. Não há referências gravadas; há uma referência geral dizendo que ele não se recorda de qualquer particularidade.

O mesmo ocorreu com os documentos relacionados a emendas ao Orçamento. Não há referências gravadas, só há referências gerais.

Quanto aos documentos relativos ao seqüestro, não gravamos nada, porque não é da pertinência desta Comissão a investigação deste fato, salvo naquilo em que essa investigação for complementar, no que interessa a esta Comissão.

Também relativamente aos documentos pessoais não gravamos nada, é óbvio, não é preciso explicar a razão. Os documentos, em princípio irrelevantes, são classificados e colocados num envelope à parte, para que a Comissão tenha plena liberdade de verificar se nós não nos enganamos, isto é, se tais documentos podem ter relevância, mesmo porque fatos posteriores poderão adjudicar a esta prova, em princípio irrelevante, alguma relevância.

Este foi um trabalho pesado, porque tivemos que operar no sábado à tarde, no domingo até quase 10 horas da noite, a partir das 10 da manhã, e, na segunda-feira, até 4 horas da tarde. Estamos entregando este material com a certeza de que não avançamos nenhum prejulgamento e na certeza de que esses elementos, sobretudo os taquigráficos, facilitarão a consulta por parte da Comissão e também dos indiciados, que precisam dispor de elementos para que possam preparar a sua defesa. Sobretudo, faço essa referência em nome daqueles que, certamente, serão abrangidos pelos nossos trabalhos, apesar de inocentes. É o preço das investigações, é o preço que a humanidade paga às investigações de caráter penal. Nós envolvemos inocentes, mas a sociedade não pode dispensar esse trabalho. É importante que a investigação tenha uma qualidade tal que seja capaz de ser, ela própria, a melhor defesa dos inocentes.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador José Paulo Bisol.

Sei que é meio difícil, mas ainda assim eu faria um apelo. Distribuímos essas plaquetas para que não se repetisse o que ainda hoje aconteceu: membros titulares da Comissão atrás de pessoas que são Congressistas, mas que nem são membros da Comissão. Eu gostaria que tivéssemos um pouco de humildade nisso. O Senador Eduardo Suplicy é suplente. Ele mesmo se colocou como suplente, indicando como titular o Deputado Aloízio Mercadante. Mas exigir ficar no lugar, arrancar a plaqueta, colocá-la em outro lugar, isso começa a nos dar a impressão de que estamos numa assembléia de estudantes. É apenas uma questão de ordem. Se houver acordo mútuo, não há problema.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sou suplente, estou muito bem colocado aqui, mas deixo à disposição dos titulares o lugar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ainda perguntaria ao nobre Senador José Paulo Bisol qual o conselho que S. Exª daria à Comissão para o prosseguimento deste trabalho.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Como, por necessidade, vamos dividir as operações em subcomissões e comissões, há uma comissão que tem um interesse particular nesses dados que pode servir de base para toda a atividade. Então, essa comissão deveria ter, em primeiro lugar, acesso a esses elementos, porque é do trabalho dela que se verificará, finalmente, se os dados probatórios aqui existentes são valiosos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Estamos aguardando para assinar aquilo que me parece que é uma prerrogativa minha, pessoal,

mas que eu quis dividir com V. Exªs. Já dei conhecimento disso antes. Abacaxi até que eu distribuo; eu não distribuo ananás. Ananás não vale a pena.

"1) Uma subcomissão para assuntos bancários e afins, com a finalidade de promover:

a) a análise dos cheques, contas-correntes e operações financeiras, inclusive de câmbio, a que deva ter acesso em decorrência da quebra de sigilo bancário por iniciativa desta CPMI;

b) cruzamento de dados e procedimentos outros para melhor identificação e avaliação do fluxo de recursos financeiros sob suspeição de irregularidades;

c) investigação no meio de lavagem do dinheiro ilícito através do sistema financeiro.

A Subcomissão ora criada é constituída pelos seguintes membros:"

Eu gostaria, na leitura nominada dos membros, se houver algum deles que não deseje participar que, por favor, desde logo, faça sentir esse seu desejo.

"Senador Jutahy Magalhães
Senador Lavoisier Maia
Senador Ney Maranhão
Senador Wilson Martins
Deputado Benito Gama
Deputado Roberto Rollemberg
Deputado Aloízio Mercadante
Deputado Fernando Freire."

Designo o Deputado Benito Gama para Coordenador da Subcomissão ora criada.

Como discutimos isso da última vez, as quatro Bancadas majoritárias quantitativamente têm direito à Coordenação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, quero recordar as duas questões de ordem que foram levantadas na reunião de ontem, quando o nobre Deputado Roberto Magalhães formulou as suas propostas, e, sem que estivéssemos impugnando - quero deixar isso bastante claro - as propostas do Deputado Roberto Magalhães, que certamente as fez ciente de que estavam de acordo com o Regimento, levantamos duas questões de ordem.

A primeira referia-se à época em que deve ser avaliado, segundo os Regimentos da Câmara e do Senado, o momento de aferição do tamanho das Bancadas.

A segunda foi uma questão de ordem levantada pelo Deputado Vivaldo Barbosa sobre a repetição da mesma ordem - começando do início - para a definição das Coordenações, tendo em vista que essas prioridades já haviam sido exercidas na definição da Presidência, da Vice-Presidência e da Relatoria.

V. Exª, com muito bom senso, pediu um certo prazo para examinar, em face de consultas que provavelmente fez. Agora, gostaria de saber de V. Exª se já tem uma deliberação sobre a questão de ordem que formulamos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É oportuno o que V. Exª levanta. Relativamente à questão de Bancadas, nós nos fixamos em que as Bancadas são aquelas que a Direção-Geral das Mesas da Câmara e do Senado nos fornece. A qualquer momento que se pergunte se um Deputado troca de partido, ele registra isso perante a Mesa, e espera-se que ele tenha procedido, também, junto ao Tribunal Eleitoral correspondente; mas, para nós, é exatamente considerar aquela Bancada que, no momento, está votando, quer no Senado, quer na Câmara, em nome do seu partido.

Foi por isso que consideramos que, em primeiro lugar, a Bancada numericamente mais expressiva é o PMDB; a segunda, o PFL; a terceira, o PPR; e a quarta é o PSDB.

A dúvida que ainda poderia existir seria entre o PP e o PDT. Mas como só há quatro subcomissões e a decisão tomada em relação à primeira parte da consulta do Deputado Luiz Salomão foi que se considerassem as indicações das Mesas, as Mesas confirmaram aquilo que foi lido ontem.

Relativamente à segunda parte, é uma questão que foi levantada como se os partidos já tivessem uma representação privilegiada, por estarem sentados à mesa: eu, embora PPR, fui indicado pelo PMDB; o PMDB, na figura do Deputado Odacir Klein; e o PFL, na figura do Deputado Roberto Magalhães. Confesso a V. Exª que, em relação a essa segunda parte, não tive oportunidade de fazer consultas aos próprios companheiros da Mesa, mas permito que, neste momento - se houver alguém que queira se contrapor à opinião do Deputado Luiz Salomão -, discutamos a matéria rapidamente.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, tínhamos uma reivindicação, encaminhada através do Senador Gilberto Miranda, e discutimos a possibilidade da manutenção das indicações na forma feita pela Mesa. Apenas queria dizer, coordenando eventualmente a Bancada do PMDB, que, se forem mantidos os anúncios da Presidência, não manteremos a reivindicação feita pelo Senador. No

entanto, queria me reservar para, se houver ainda transformações, voltarmos a discutir o problema levantado pelo Senador Gilberto Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pediria a V. Exª a gentileza de me expor novamente, porque fui procurado por um colega que me trouxe um documento na hora em que V. Exª falava a parte principal da sua oração.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Pois não. É simples, Sr. Presidente. Resolvemos aceitar as indicações que a Mesa fez, dentro dos critérios estabelecidos por ela. Discordávamos num aspecto, a que eventualmente o Senador Gilberto Miranda iria se referir, mas, se for mantida a decisão da Mesa nessa distribuição feita, não levantaremos a reivindicação. Entretanto, se houver alterações, iremos pleitear.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Senador Cid Sabóia de Carvalho, a colocação que entendi do Deputado Roberto Rollemberg é que, se não houver outro tipo de alteração, a reivindicação seria de forma a considerar que a Mesa já contemplou e, então, as quatro subcomissões poderiam ter outras destinações.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Na verdade, é esta a posição do PMDB que eu ia comunicar a V. Exª, dizendo também que, para o PMDB, V. Exª e o Senador Eduardo Suplicy, indicados por nossa Liderança, contam-se como integrantes do PMDB. Aliás, para nossa honra. Não há objeções à deliberação da Mesa. O importante para o PMDB é a apuração precípua de todos os fatos. Isso é que é importante neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a filiação afetiva que V. Exª me deu ao PMDB nesta hora.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mais do que isso, Sr. Presidente. Mais do que afetiva, é de justiça e de admiração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Considero que, na verdade a minha situação é atípica. Não seria eu, aqui, exatamente um representante do PMDB; estaria indicado pelo PMDB, a partir do momento em que, eticamente, o PMDB preferiu não utilizar o privilégio que teria de fazer o Presidente da Comissão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Na verdade, Sr. Presidente, não quereríamos de V. Exª nenhum compromisso. A história de V. Exª, seus princípios éticos e sua conduta ao longo dos anos bastam ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, a questão de ordem que o Deputado Salomão relembrou agora, feita ontem, baseada no que se colocou, no que se viu do Regimento, tanto da Câmara, quanto do Senado, a meu ver, com toda a vênia e respeito que V. Exª merece, não deixa à Mesa o arbítrio de escolher a data em que se refere o tamanho da Bancada, em que a Bancada é referida pelo seu tamanho, porque é clara a disposição regimental, que diz ser no início da sessão legislativa que as Bancadas têm os seus membros conferidos para efeito de qualquer composição de comissão.

De maneira que, para levar em conta o tamanho das Bancadas, creio, por imposição regimental, que a Mesa deveria considerar o início da sessão legislativa, quer pelo Regimento do Senado, quer pelo Regimento da Câmara, e não as votações atuais que as Bancadas têm feito, após as mudanças de partido no decorrer do ano.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço atenção para essa colocação, como sempre muito bem sustentada pelo Deputado Vivaldo Barbosa, mas há que diferençar comissões técnicas permanentes de comissões temporárias. Há que diferençar.

Segundo o meu critério, que lastimo ser contrário ao ponto de vista do ilustre Deputado, não posso comparar uma comissão técnica, que, uma vez estabelecida no início da legislatura ou do período legislativo, possa vir a sofrer alterações a partir do momento em que há migrações de deputados ou de senadores.

Por isso é que ela deve ser considerada a partir do início da legislatura ou do período legislativo para confirmação da comissão técnica. Nós teríamos, daqui a pouco, que destituir um Presidente de comissão porque saiu de um partido e passou para outro. No Senado, nunca fizemos isso. Admitimos que a comissão era mantida a partir do momento em que, no início dos trabalhos, aquela representação compatibilizou-se com a Bancada.

Já numa comissão temporária, não. É numa comissão temporária que eu perguntaria - não como comissão, evidentemente -, ao Deputado Vivaldo, não querendo estabelecer diálogo com a Mesa, se, na hora de fazer uma votação, a Bancada do PMDB, que vai votar um determinado projeto de lei, é chamada como Bancada daqueles todos que estão registrados na Secretaria da Mesa como a este Partido pertencente. E foi isso que levamos em consideração.

Se V. Exª recorre da minha decisão, eu recorro ao Plenário.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não sei se há o direito de recorrer quando não se é membro da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode. Eu mesmo recorro se V.

questão de ordem e é ao mesmo tempo um dos signatários da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu até já estou sendo instruído pelo Líder da Bancada a não efetuar qualquer recurso. Também não tinha esta intenção. Apenas, Sr. Presidente, pelo menos no âmbito de entendimento da Câmara, das Lideranças, esse critério tem sido aplicado às comissões temporárias durante toda a minha experiência de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...na Câmara.

O SR. VIVALDO BARBOSA - ... na Câmara. É um critério que realmente tem sido observado. Como é uma questão que talvez requeira até uma regulamentação específica, explícita a respeito, devemos continuar com esta discussão até encontrarmos uma decisão definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O meu defeito - o Deputado Vivaldo sabe bem - é que, tendo sido Presidente da Casa, do Congresso e do Senado, sempre me baseei no Regimento Comum, e, subsidiariamente, no Regimento do Senado, e não sabia sequer que na Câmara os senhores poderiam fazer isto: substituir um Presidente de comissão porque ele deixou o partido.

É um assunto que pela...

O SR. DEPUTADO - Não pode, não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não pode.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas é nessa linha.

Sr. Presidente, o PDT se curva à decisão de V. Exª com relação a esta matéria, até em deferência à forma democrática com que V. Exª tem conduzido os trabalhos. Numa questão de interpretação, deve prevalecer a do Sr. Presidente, até pela força da sua experiência, que é maior que a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, gostaria de ponderar a V. Exª sobre a questão da ordem de precedência para as escolhas, voltando a insistir neste ponto. Na medida em que as Coordenações das diversas subcomissões são cargos auxiliares da própria comissão, entendo que o PMDB já exercitou a sua preferência, bem como o PFL e o PPR. Então, seria a vez agora das demais Bancadas, pela ordem das suas dimensões. É a última ponderação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Recebi a colocação de V. Exª exatamente porque estamos criando subcomissões. Se esta já é uma Comissão plenária de CPI, que tem uma Mesa, pareceu-me que a colocação de V. Exª mereceria uma reflexão. É a razão pela qual estou discutindo a matéria. Se ela fosse - aquilo que os advogados costumam dizer - despicienda, seria diferente; mas, no caso, acredito que os engenheiros e os cartesianos procuram comportar-se de acordo com uma certa entidade matemática.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, apesar de já estarem constituídas as subcomissões, inclusive com as distribuições de membros, tenho um boa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, elas não estão valendo, pois ainda vou assiná-las.

V. Exª, naturalmente, tem boa assessoria...

O SR. ZAIRE REZENDE - Como temos observado, desde o depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, em que ele fez referência à presença de empresas participando desse "esquema", e, hoje, também, com o Sr. Normando Leite Cavalcante, que afirmou terem os seus negócios caído porque as empresas entraram e os tomaram, proponho, então, que se crie mais uma subcomissão para assuntos relacionados à atuação de empresas na elaboração do Orçamento, no Executivo e no Legislativo, e também no processo de liberação dos recursos no Executivo.

Esta é a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Relator que responda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com autorização de V. Exª, esclareço ao Deputado Zaire Rezende. Não sei se S. Exª tem em mãos o texto do Ato nº 5, "CPI - Orçamento". O Sr. Presidente criará, no momento em que assinar, uma subcomissão que terá as seguintes atribuições principais:

"a) identificar emendas orçamentárias de iniciativa de pessoas sob investigação e o nexo entre elas e o processo de liberação de verbas, bem como procedimentos licitatórios de obras e serviços, com direcionamento preestabelecido, favorecendo empreiteiras ou entidades outras:

b) levantamento de empresas, prefeituras ou entidades outras, públicas ou privadas, que devam ser investigadas por suspeição de serem ou terem sido beneficiadas nos procedimentos irregulares identificados."

Acredito que, em termos de investigação de empresa, aqui temos uma cobertura bastante ampla.

O SR. ZAIRE REZENDE - A sugestão seria apenas para tornar mais claro, mais explícito e mais orientado, uma vez que há uma grande preocupação - inclusive estamos sentindo isso a nível da sociedade - no sentido de que a investigação, além de passar pelos Parlamentares, pelo Executivo, Ministros e ex-Ministros, por Governadores e Prefeitos, passe também pelas empresas, que não foram atingidas na CPI, no ano passado, do Collor e do PC.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas está previsto, inclusive, o exame de licitações sem dizer onde, o que significa que esta subcomissão poderá investigar licitações federais, estaduais e municipais.

Se, mais adiante, futuramente, a própria subcomissão entender que precisa de mais poderes, a Mesa, certamente, examinará, a qualquer momento, uma solicitação dessa ordem. Agora, se criarmos uma sobre empresas, teremos que extinguir esta aqui, que é, no fundo, de empresas. A única parte nessa subcomissão que não trata de empresas é a referente à emenda orçamentária, exatamente porque, geralmente, nas emendas de grande porte, há um interesse de alguma grande empreiteira prevalecendo.

O SR. LUIZ ALBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO - Para um esclarecimento do Sr. Relator, já que não tive acesso às determinações das diversas subcomissões.

V. Exª, Sr. Relator, considerou a possibilidade de que desta CPI também saia não só o exame dos atos eventualmente vistos, mas também uma proposta ao Congresso Nacional e à própria Revisão Constitucional de um novo modelo de legislação a respeito de Orçamento?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, a indagação de V. Exª é muito oportuna. Pessoalmente, penso que punir culpados é pouco e de nada adiantará se continuarmos com esse modelo de elaboração orçamentária que temos na Câmara e no Senado; como também de nada adiantará se não houver uma profunda reformulação na liberação de verbas, nas indicações de serviços e obras. Ou fazemos, de alto a baixo, uma cirurgia e uma nova estrutura de Poder no Brasil ou nada estaremos fazendo aqui. Se continuar essa Comissão de Orçamento tal como ela é, sempre haverá corrupção; sempre que entregarmos a alguns Deputados e Senadores o poder de destinar trilhões de cruzeiros, a corrupção virá, partindo deles ou de fora para dentro, do poder corruptor de grupos, de pessoas.

V. Exª está, neste momento, tocando num aspecto que para mim é fundamental: a coincidência de pontos de vista.

O Deputado Zaire Rezende, aqui presente, está manifestando concordância.

O SR. LUIZ ALBERTO - Tomo a liberdade de sugerir a V. Exª que, ou esse assunto seja especificado numa das subcomissões, ou, a juízo de V. Exª e da Presidência, seja criada uma subcomissão específica para tratar desse assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

Quero dizer a V. Exª que, a partir dos trabalhos dessas subcomissões, vamos poder repensar a estrutura brasileira de poder. É possível que, em quinze dias, vinte ou trinta, estando dentro do prazo, marchemos para isso. Dessa maneira, essa subcomissão nova, ou será fruto da conversão de uma já existente, ou será uma nova subcomissão com membros de cada uma delas.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Senador.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminente Relator e caros Colegas:

Eu tenho a impressão, em virtude de ter participado de várias comissões, de que na maioria delas o Relator é o incumbido de sugerir a legislação no relatório. Isso aconteceu na comissão que investigou fraudes nas licitações públicas, da qual surgiu um projeto de lei; na dos fundos de pensão, houve um trabalho brilhante do Senador Cid Sabóia de Carvalho.

Essa preocupação do Senador Luiz Alberto é importante, porque, independentemente de investigarmos, nós sugerimos. Tenho a impressão de que é competência do Relator, no momento em que faz o seu relatório, apresentar a sugestão de um projeto de lei ou de emendas ou de dispositivos legais que venham ajustar a realidade dos fatos apurados à legislação vigente.

Então, penso melhor, em termos apenas de prestar um esclarecimento, que a sugestão do Senador Luiz Alberto é inteiramente cabível, mas é competência do Relator sugerir à comissão o dispositivo legal ou o projeto de lei que ele entenda como possível de corrigir as distorções havidas com a legislação vigente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem toda a razão; só que o Relator sozinho provavelmente não vai poder formular....

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - ... de V. Exª com os demais membros da Comissão. Eu penso que isso foge às regras regimentais. Isso está gerando a confusão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem razão, mas, como a palavra estava com o Relator, eu estava tomando como apartes e não como questão de ordem a S. Exª levantadas. As questões de ordem são apresentadas a mim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Evidentemente, o relatório final é responsabilidade única e exclusiva do Relator; o que não quer dizer, todavia, que ele deixe de incorporar muito do que virá das subcomissões e dos membros da Comissão de maneira geral.

Eu, pessoalmente, estou querendo trabalhar em conexão íntima com as subcomissões. Considero-as importantíssimas, e o Presidente é testemunha do quanto tenho insistido para que elas sejam instaladas. A partir dessas quatro subcomissões, em primeiro lugar iremos ganhar em funcionalidade, porque cada uma atuará em um campo específico; em segundo lugar, multiplicaremos por quatro o nosso potencial de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Salomão, confesso a V. Exª que estou abalado, mas as quatro Bancadas principais permanecem com a interpretação anterior.

Solicitarei que o Plenário se manifeste no sentido de apoiar o critério adotado pelo nobre Relator, e por nós acolhido, dizendo se concorda com ele ou se dele discorda por maioria.

Tomarei primeiro uma votação simbólica.

Peço àqueles que consideram que os quatro Relatores, independentemente da presença dos partidos à Mesa, devem ser os que citamos ainda há pouco - um do PMDB, o segundo do PFL, o terceiro do PPR e o quarto do PSDB - por favor, levantem o braço direito. (Pausa)

Parece-me, Deputado Luiz Salomão, que não preciso fazer chamada nominal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, aproveito, então, para levantar uma outra questão.

Se o processo de decisão é esse, o resultado já era previsível. Registro apenas que o PMDB, que estava tão despojado no começo dos trabalhos, agora está muito ambicioso em matéria de ocupação de cargos.

Em segundo lugar, Sr. Presidente...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, o PMDB protesta. O PMDB merece respeito!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Senador, eu não lhe concedi aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Todos merecem respeito, Senador.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não houve nenhum desrespeito, Sr. Presidente.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O PMDB não pode receber essa referência desairosa. O PMDB vem procedendo com o máximo de decência.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, ninguém chamou o PMDB de indecente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, Senador Cid Sabóia de Carvalho, aceito o protesto de V. Exª, mas num momento oportuno. Só peço que não corramos o risco de fazer provocações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, não houve nenhum insulto da minha parte, apenas uma constatação entre um discurso **ex ante** e a votação **ex post facto.**

Sr. Presidente, na sessão administrativa de sexta-feira, se não me falha a memória, houve uma deliberação no sentido de que houvesse a participação de não-membros nas subcomissões. E, pelo enunciado que foi feito das quatro subcomissões, na parte da manhã, e que não quis interromper, houve a exclusão daqueles não-membros. As subcomissões ficaram compostas apenas de membros titulares e membros suplentes. Houve alguma mudança de orientação?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de ter a memória oxigenada, melhorada. Tomamos essa decisão quanto aos não-membros, aqui na Mesa?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Posso recordar a V. Exª que foi, se não me falha a memória, uma proposta do Deputado Benito Gama, que lembrou que, na CPI do PC Farias, houve a participação de não-membros nas subcomissões.

Isso foi extremamente positivo. No sábado passado, por exemplo, havia aqui a presença de vários Deputados que não eram integrantes da CPI, nem como titulares, nem como suplentes, mas que trabalharam abnegadamente e até me permitiram sair na parte da tarde. Tais Deputados prestaram um relevante serviço, haja vista o trabalho do Deputado Wilson Müller.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me recordo de que houve essa colocação do Deputado Benito Gama, mas não me recordo de ter dado a decisão a respeito. O Deputado Benito Gama pode esclarecer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria apenas de concluir, Sr. Presidente, antes de passar a palavra ao Deputado Benito Gama, que ouço com muito prazer.

Atendendo a uma recomendação do Relator, que disse a todos que deveríamos encaminhar por escrito as sugestões, preparei um ofício a V. Exª, que foi despachado ao Sr. Relator, indicando os membros da bancada do PDT que gostariam de integrar diferentes subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Logo depois de ouvirmos o Deputado Benito Gama, acho que tenho uma solução que vai satisfazer V. Exª.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, não foi nenhuma proposta de minha parte. Apenas esclareci que, na CPI do PC, os partidos, ali representados por seus parlamentares, não quiseram participar das subcomissões. Inclusive, na própria reunião, eles recusavam a indicação da Presidência e, também, o ponto de vista de voluntários.

Como precisávamos ter três ou quatro pessoas nas subcomissões, escolhemos voluntários em vários partidos, mas não foi nenhuma decisão da CPI: foi somente para preencher uma lacuna, porque não poderia apenas uma pessoa cumprir

uma diligência. Como eram várias diligências, aproveitamos a oportunidade, nessa época, para recrutar membros das subcomissões em outros partidos, fora da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E como V. Exª viu, tive o cuidado de começar a ler a constituição de cada uma, esperando que, pelo menos pelo silêncio, cada nome citado concordasse em integrar a comissão e a subcomissão.

Deputado Luiz Salomão, acho que a Mesa pode fazer uma proposta ao Plenário: não há impedimento a que os não-membros participem não-oficialmente das subcomissões; mas, toda vez que o coordenador, ou a maioria da subcomissão achar que pode se servir do currículo do deputado ou do senador e da sua qualificação, lançará mão dessas indicações. Para isso é bom que desde logo os partidos, como fez o PDT, indiquem os nomes à Mesa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdoe-me, mas há uma questão hoje em que fiquei um pouco confuso, com relação à votação dos suplentes. Gostaria de saber se o suplente votará apenas quando o titular de quem ele é suplente estiver ausente. Porque, na votação de hoje, com relação a uma matéria que foi submetida, foi uma coisa mais genérica. Portanto, gostaria que V. Exª esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em primeiro lugar, não há o suplente do titular. Houvera isso, eu estaria bem mais seguro, porque, na falta do Senador Nelson Carneiro, sendo o seu suplente, por exemplo, o Senador Pedro Simon, só este poderia votar.

O que fizemos hoje - atendendo a uma ponderação, como sempre muito pertinente, do Deputado Vivaldo Barbosa - foi uma votação baseada na nossa experiência de Casa: é aquela que diz que, quando a decisão não é tomada por maioria absoluta, e, sim, por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão. Então, já havia maioria absoluta, que eram doze membros; doze membros, na aritmética de Trajano, é mais do que a metade de 22; conseqüentemente, achamos que poderíamos prosseguir. Mas, atendendo à ponderação dos ilustres colegas do PDT, de que, sendo, se não me engano, apenas dez a dois naquele momento da votação, se 22 votassem e os que faltavam votar, que eram nove, poderiam, somados ao dois, ultrapassar os dez. Foi razão pela qual decidi então chamar nove para completar.

Pretendo prosseguir nessa direção. Agora, talvez o mais apropriado - e isto discutiremos amanhã na nossa reunião interna - fosse exatamente: como cada membro titular tem um suplente a ele vinculado, na ausência do titular, vota o suplente. Acho que a ponderação de V. Exª é razoável.

Vou ler a segunda constituição:

> "Criar uma subcomissão para assuntos relacionados com a apresentação e aprovação de emendas orçamentárias e a destinação das respectivas dotações, visando a apuração de irregularidades, devendo para este fim:
>
> a) identificar emendas orçamentárias de iniciativa de pessoas sob investigação e o nexo entre elas e o processo de liberação de verbas, bem como o procedimento licitatório de obras e serviços com direcionamento preestabelecido, favorecendo empreiteiras ou entidades outras;
>
> b) levantamento de empresas, prefeituras ou entidades outras, públicas ou privadas, que devam ser investigadas por suspeição de serem ou terem sido beneficiárias dos procedimentos irregulares identificados.
>
> II - A subcomissão ora criada é constituída pelos seguintes membros:"

Vou ler cada nome, pedindo que, se algum deles não desejar participar, faça a sua declaração no momento oportuno:

> "Senador Nelson Carneiro, Senador Eduardo Suplicy, Senador Mário Covas, Deputado Sigmaringa Seixas, Deputado Roberto Franca, Deputado Luiz Salomão, Deputado Vicente Fialho, Deputado Sérgio Miranda, Deputado Maurício Najar.
>
> Designar o Deputado Sigmaringa Seixas para coordenador da subcomissão ora criada."

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de assinalar que votaria no coordenador, se a escolha fosse objeto de deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª quer retirar o nome?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, não. Eu estava perguntando se eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu estava apenas pedindo que quem quisesse retirasse o nome. As declarações de voto afetuoso podem ser feitas em outra oportunidade.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ROBERTO FRANCA - Quando da apresentação de sugestões, eu havia feito a sugestão de integrar a Subcomissão de Subvenções. Se houver algum parlamentar - para não desfalcar - que queira permutar...não havendo, evidentemente, não vamos desequilibrar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu queria dizer ao Deputado Roberto Franca que atendi a todas as sugestões. No seu caso, tive uma dificuldade: pelo que anotei, V. Exª me tinha dito que queria ficar com o Senador José Paulo Bisol e mais um outro Parlamentar. Estavam os três nomes juntos, mas não estava a indicação da subcomissão.

De modo que me penitencio e peço desculpas, porque atendi a todos, menos a V. Exª, e eu não teria razão nenhuma para não atendê-lo.

O SR. ROBERTO FRANCA - Era apenas para melhor conhecimento da matéria que eu tinha sugerido, mas dizendo que, se houvesse problema, eu aceitaria qualquer subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho)- V. Exª colocou bem, falou em permuta. Os nobres engenheiros da Casa poderiam falar em permuta, arranjos e combinação, mas essas duas outras palavras devem ser banidas. Se houver quem queira permutar, em qualquer momento, inclusive, acho que poderemos fazê-lo.

"Criar uma subcomissão para assuntos patrimoniais e fiscais, com a finalidade de promover:

a) a análise da evolução patrimonial, nos últimos cinco anos, de pessoas sob a investigação por parte desta CPMI;

b) exame de documentação fiscal relacionada com empresas ligadas a pessoas de que trata a alínea anterior.

II - A subcomissão ora criada é constituída pelos seguintes membros: Senador Luiz Alberto Oliveira, Senador José Paulo Bisol, Senador Pedro Teixeira, Senador Guilherme Palmeira, Deputado Zaire Rezende, Deputado Pedro Pavão..."

O Deputado Roberto Jefferson está prejudicado. Acho que poderia entrar em seu lugar o Deputado Carlos Kayath, que veio substituí-lo. V. Exª aceita?

O SR. CARLOS KAYATH - Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E o Deputado Fernando Carrion. Só não posso ter a confirmação do ilustre Senador Guilherme Palmeira, porque, se a memória ótica não me prejudica, nunca o vi em nenhuma das nossas reuniões. Mas ficará aqui sujeito a uma declaração posterior de S. Exª sobre se integra ou não a Comissão.

"Designar o Senador José Paulo Bisol para coordenador da subcomissão ora criada.

Criar uma subcomissão para assuntos bancários e afins - já foi lida.

Criar uma subcomissão para assuntos relacionados com procedimentos de aprovação de dotações orçamentárias, liberação de recursos e concessão de subvenções sociais, devendo, para tanto, promover:

a) a análise, ainda que por amostragem, dos procedimentos de aprovação, liberação de pagamentos de subvenções sociais desde o ano de 1989;

b) o levantamento e exame dos casos sob suspeição de irregularidades.

II - A subcomissão ora criada é constituída pelos seguintes membros: Deputado Júlio Cabral, Deputado Luiz Máximo, Deputado Lázaro Barbosa, Deputado Nelson Trad, Deputado Leomar Quintanilha, Senador Gilberto Miranda, Senador Iram Saraiva, Senador Francisco Rollemberg, Senador Elcio Alvares, Senador Garibaldi Alves Filho.

Designar o Senador Garibaldi Alves Filho para coordenador da subcomissão ora criada."

Devo informar ao Plenário que o PRODASEN, que tem uma ligação íntima com duas dessas subcomissões, estará inteiramente à disposição para as solicitações de informações a serem feitas. Teremos, além disso, quatro assessores que o Senado nos coloca à disposição, cada um, de acordo com o seu perfil, na subcomissão própria. Esses assessores serão apresentados aos coordenadores de comissão ainda amanhã pela manhã.

Tenho mais uma recomendação - pediria à Drª Denise que me lembrasse: era PRODASEN e...?

A SRª DENISE ZOGHBI - Assessoria do Senado Federal, Secretaria da Comissão de Orçamentos Públicos, Procuradoria Geral da República e Auditoria do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim. O resto já é conhecido. Os Procuradores da República, que nos dão a honra de nos acompanhar, são muito cautelosos; participam, mas não opinam, senão quando por solicitação nossa; e o Tribunal de Contas da União, a mesma coisa.

Agora, a questão do orçamento também será feita e ficará disponível para nós aqui no micro. Ainda mais o seguinte: temos que ter cuidado, porque há muitas solicitações partidas, ora individualmente de Deputados, ora não, para assessores. Isso não é problema, desde que não haja também o acesso à sala das reuniões, especialmente nas nossas reuniões internas, pela quantidade enorme que haveria de assessores.

Quem pediu a palavra pela ordem: Senador Luiz Alberto Oliveira e o Deputado Zaire Rezende.

O SR. LUIZ ALBERTO - Apenas, Sr. Presidente, para ratificar a indicação que o Deputado Benito Gama fez hoje no horário da reunião pública.

Gostaria de tê-la feito também na reunião de trabalho em relação ao Dr. Osvaldo Moldonado Sanches. É um assessor da Câmara dos Deputados, da mais alta qualificação, e que foi diretor do Departamento de Orçamento do Estado do Paraná durante 5 anos e professor visitante da Universidade de Albany, considerado um dos melhores centros de estudos legislativos da atualidade.

Portanto, considero que a participação do professor Osvaldo Moldonado Sanches é de vital importância para os trabalhos desta Comissão.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Era só para sugerir a V. Exª que, como vamos ter quatro assessores do Senado, V. Exª incluísse também um ou mais assessores da Câmara - acho que um, pelo menos no primeiro momento, é suficiente - que funcione na Comissão de Orçamento. Quer dizer, além desses quatro, esse da Câmara sugerido por nós que é, inclusive, Subchefe da Assessoria de Orçamento dessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso será flexível.

O SR. BENITO GAMA - É bom que a Câmara participe.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Zaire Rezende tem a palavra pela ordem.

O SR. ZAIRE REZENDE - *Apenas para um esclarecimento:* nas quatro subcomissões, contei 35 membros, com mais três da Mesa, são 38. Sabemos que os suplentes e titulares seriam 44. Embora nenhum suplente ou titular tenha feito qualquer reclamação, gostaria de saber por que essa diferença entre a soma de todos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A sua colocação é em termos de respeito pela universalidade.

O SR. ZAIRE REZENDE - Pela universalidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço ao Presidente a palavra para uma explicação: primeiro, tive a idéia de deixar de fora quatro dos integrantes: o Presidente, o Vice-Presidente, o Relator e o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quarenta e quatro menos quatro, quarenta. O Deputado Zaire Rezende ainda tem um saldo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acontece que essa lista de membros e suplentes tem variado: temos sempre alguém que sai, alguém que chega. Então, guiei-me pela minha lista e disse aqui, inclusive, que sabia que alguém ia estar sobrando, como esteve realmente. Houve três Deputados que não estavam e já foram incluídos imediatamente, inclusive escolhendo a subcomissão. Não apareceu mais ninguém, por isso não coloquei; mas, no momento em que aparecer, optará e será imediatamente designado. É que, se eu fosse esperar os 44, acho que nunca mais ia fechar essas quatro subcomissões.

O SR. ZAIRE REZENDE - Está explicado, Presidente. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, gostaria de dizer que não fui incluído nessa lista. Já que tenho direito de escolher, gostaria de fazer minha escolha; também o eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho, que poderia prestar inestimável trabalho a esta Comissão, foi esquecido talvez.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem dúvida. No caso de V. Exª talvez o esquecimento tenha sido involuntário por parte da Mesa, mas, no caso do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho não, porque ele chegou praticamente ontem aqui, na primeira aparição brilhante que já fez.

Quero ouvir ainda o Senador Pedro Simon, que pediu a palavra, e depois eu faria uma sugestão.

O SR. PEDRO SIMON - Eu estava dizendo que não entrei, porque pediram para não entrar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entendi V. Exª levantar o braço como se fosse. Pressurosamente lhe dei a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, se V. Exª o permitir, foi mencionado o meu nome como eu não integrando. Mas, naturalmente que as Comissões estão bem compostas. Só devo integrar se realmente for necessário, porque, no momento, tenho muitos afazeres no Senado Federal, inclusive a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Sendo necessário, não me negarei a cooperar. Mas, não o sendo, acho que a composição de todas as subcomissões está excelente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª dissesse que as subcomissões estão ótimas, diria que, com a presença de V. Exª, passariam para excelentes. Mas, V. Exª já disse que é excelente, mas já está o nosso relator incluindo V. Exª para uma escolha junto com o Senador Carlos Patrocínio, de maneira que todos estejam representados.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer as mesmas ponderações do eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho. Se houver necessidade, poderemos ser incluídos, se não houver... Nós estamos com várias atribuições, com reuniões de CPI e outras mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mais outros não-membros, aí.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, como Relator, para dizer aos Senadores que não há nenhuma dificuldade. Gostaria que optassem por uma das quatro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, há uma Comissão onde está o meu companheiro, Senador Nelson Carneiro. Se for possível, gostaria de estar junto a ele nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deferido.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, tenho uma sugestão a fazer: a inclusão do Deputado José Genoíno, que tem sido presente aqui ao trabalho. Ele não é membro da Comissão, mas poderia participar de uma subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fico satisfeito com a solidariedade de V. Exª ao Deputado, mas o partido dele não o indicou para membro titular.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, houve o precedente na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso PC Farias. Conforme relatou, há pouco, o Deputado Benito Gama, ocorreu também a participação de não-membros que tiveram muita disposição e deram grande colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Veja V. Exª que o Plenário é implacável. V. Exª está repetindo questão vencida. Enquanto V. Exª assessorasse, talvez, para trazer mais brilho à participação... Já tínhamos decidido isso!

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, tenho uma pergunta a fazer a V. Exª, por uma questão de zelo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Se essas subcomissões cabem perfeitamente dentro da convocação da CPI, que o relator examinasse isso, para evitar qualquer problema de argüição futura. A minha impressão é que está. Mas como CPI tem regras constitucionais, e ela deve funcionar dentro do objeto convocatório, peço a S. Exª que examine se as subcomissões cabem por inteiro dentro do objeto convocatório.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Senador, muito em breve darei a V. Exª a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Eu acrescentaria ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho que, ontem aqui, realmente foi levantada uma questão de ordem e gostaria de ouvir os juristas da Casa.

O Senador Amir Lando, ontem, levantou praticamente a impugnação dessa designação. Em vez de subcomissões, achou que deveriam ser sub-relatorias. Então, teremos tempo de ouvir os doutores em lei e, em seguida, se for necessário, modifica-se a terminologia.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, é que subcomissão é prevista regimentalmente para as Comissões Técnicas. Mas, tenho a impressão que, num caso de Comissão de Inquérito, seria melhor realmente sub-relatoria. Mas não é isso que irá invalidar.

Quero saber se a temática da subcomissão cabe na convocação. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Preliminarmente, ousaria dizer que sim. Porque quando o nobre relator fez a escolha, fez a escolha de membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que constitui essa CPI. E eles, pelo seu perfil...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Perdão, Sr. Presidente, é a convocação da CPI. O fato dimensionado na convocação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Se os temas da subcomissão cabem dentro do fato que originou a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aqui estou com o ato que instituiu esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A finalidade: destinada a, no prazo de 45 dias, apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades dos Parlamentares, membros do Governo e representantes de empresas envolvidos na destinação dos recursos do Orçamento da União...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Aí não há mais dúvida, Senador.

Agora, eu queria também dar a explicação por que eu preferi subcomissão e não sub-relatorias. Porque a sub-relatoria subentende-se que é um só e eu poderei pedir à Presidência que designe um, dois ou três. Enquanto a subcomissão integra a todos. Se eu propusesse quatro sub-relatorias, só quatro membros seriam contemplados. Mas com subcomissões todos vão participar e nós vamos ter um trabalho, na minha opinião, excelente. Eu estou muito confiante.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Presidente se ausentou temporariamente e pediu que transmitisse ao Plenário que dentro de dez minutos deve chegar aqui o próximo depoente.

Tem a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, há uma questão operacional de altíssima relevância. Nós, do ponto de vista constitucional, temos poderes jurisdicionais. Mas o exercício desse poder jurisdicional só é possível, do ponto de vista da Constituição, a partir de uma decisão de maioria da Comissão. Se essas sub-relatorias ou subcomissões - a denominação não importa, mas o que eu estou dizendo é definitivamente importante - não tiverem um ato assinado pelo Presidente no sentido de que eles representam a vontade da maioria da Comissão integral, praticamente essas sub-relatorias ou subcomissões chegarão a um fracasso, sobretudo as que dizem respeito a investigações de natureza fiscal e bancária.

Levanto essa questão de alta relevância operacional, pois sem esse documento vamos funcionar formalmente, "para inglês ver".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador José Paulo Bisol, ainda há pouco coloquei ao julgamento do Plenário exatamente a constituição das Comissões. Então, me parece que o fato está garantido. Agora, deve caber, com a orientação de V. Exª, que na ata de nossos trabalhos isso conste claramente.

O SR. AÉCIO NEVES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado. Prazer em vê-lo.

O SR. AÉCIO NEVES - O prazer é todo meu e por certo será permanente, daqui por diante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES - Apenas no intuito de prestar uma contribuição a esta Comissão em relação aos processos de votações que ocorrerão daqui em diante.

Se entendi bem - me corrija por favor, se eu estiver errado -, na votação que houve no início desta tarde, V. Exª convocou, em primeiro lugar, os titulares. E havia naquele momento, se não me engano, doze Parlamentares titulares desta Comissão, com uma votação de dez votos a favor e dois contra. V. Exª, então, convocou os Suplentes sem que fosse observado que cada Suplente representaria apenas o titular de seu partido.

A preocupação que trago a V. Exª, já que a minha interpretação é a de que cada Suplente seria apenas do titular do seu partido, é de que pode ocorrer amanhã um grande impasse no momento em que uma votação polêmica venha a ocorrer. Então, qual seria a ordem de chamada dos Suplentes? Porque a variação dessa ordem pode, certamente, comprometer ou alterar o resultado da votação.

Portanto, na minha interpretação, cada Suplente deveria sê-lo apenas do titular do seu partido. É a única dúvida que trago.

O SR. PRESIDENTE (*Odacir Klein*) - *Creio que* V. Exª não nos dava ainda a honra de estar presente quando decidimos isso. É exatamente como propõe V. Exª. Até mostrei: "Primeiro caso: o Suplente do Senador Nelson Carneiro é o Senador Pedro Simon. Na ausência do Senador Nelson Carneiro, chamarei seu Suplente. Até porque me dei conta de que no momento em que eu faço uma chamada só pelos presentes, posso estar quebrando a composição da correlação de forças partidárias. V. Exª tem razão.

O SR. AÉCIO NEVES - Agradeço a V. Exª.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, ouvindo o Senador José Paulo Bisol, atinei o seguinte: ele fez uma reflexão de que nada valeriam essas subcomissões, se não houvesse um ato formal de que elas seriam uma representação da própria Comissão e citou, como exemplo, a quebra do sigilo bancário e a quebra fiscal de eventuais envolvidos.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber se vai haver algumas linhas mestras na regulamentação dessas subcomissões e até onde vão os seus poderes. Se uma subcomissão de banco tem poderes, por si só, de quebrar sigilo ou se é necessário submeter a Plenário? Quais as atribuições que deverão ter essas subcomissões, se elas podem se reunir em separado?

São essas atribuições que me preocupam, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir V. Exª ou o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Deputado, claro que a questão do sigilo bancário terá que ser objeto de elaboração do Pleno porque é exigido maioria absoluta. As subcomissões podem se reunir separadamente? Sim. Desde que não coincidam com o horário das reuniões plenárias.

Eu gostaria de convidar todos os coordenadores e, com eles, os que queiram, para uma reunião, logo que tenhamos tempo, para definirmos a modalidade, a metodologia de trabalho porque pretendo que tenhamos como figurino o que foi feito na CPI do PC.

Temos, pelo menos, dois membros que tiveram uma participação muito grande naquela CPI que são o Deputado Benito Gama e o Senador José Paulo Bisol. Estão me dizendo aqui que o Senador Elcio Alvares também. Então, como vêem, temos tudo para fazer um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) -Queria fazer apenas uma lembrança que - peço desculpa de fazê-la, porque todos sabem, mas nunca é demais repeti-la -, nas substituições, agora falo direto do caso do Deputado Carlos Kayath, é

imperativo que se faça a leitura, nas sessoes do Congresso ou nas sessões do próprio Senado, é usual fazer numa sessão extraordinária do Senado.

A dúvida que eu teria, Deputados Carlos Kayath e Nelson Trad, é como interpretar o documento do PTB e eu pediria que isso fosse levado ao partido, porque no momento em que o Deputado Carlos Kayath substitui o Deputado Roberto Jefferson, este era titular, dá a nós a impressão de que a substituição seria exatamente no que está escrito aqui: "Nelson Trad como titular, que era suplente, e Carlos Kayath como suplente". Esse é o documento. Seria importante que isso fosse lido na sessão do Congresso. A Mesa fará a modificação e o Deputado Nelson Trad passa a titular pelo PTB.

Estamos sabendo que já está chegando aqui o depoente Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Um esclarecimento, Sr. Presidente. Ouvi a Mesa referir-se que amanhã haveria uma reunião interna. V. Exª pode, desde já, definir o horário dessa reunião amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Depende da hora em que acabarmos hoje. Se for às 5 da manhã, eu só marcarei para tarde.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa às 20 horas e 05 minutos e reaberta às 20 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 9ª. Reunião, realizada em 26 de outubro de 1993.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezenove horas e quarenta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Wilson Martins, Pedro Simon, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Áureo Mello, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Roberto Jefferson, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo, Sérgio Miranda, Júlio Cabral, Nelson Trad, Carlos Kayath e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Senador Nelson Wedekin, Deputados Aldo Rebelo, Ivan Burity, Carlos Lupi, Elísio Curvo, José Dirceu, José Genoíno, Moroni Torgan, José Abrão, Wilson Moreira, Sérgio Gaudenzi, Robson Tuma, Giovani Queiroz, Deputadas Márcia Cibilis Viana e Beth Azize, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade de tomar o depoimento do Senhor Eli Lopes Leitão, Agente de Transporte Legislativo da Câmara dos Deputados e, solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que faça as perguntas de qualificação do depoente. Após o

juramento de praxe, tece algumas considerações sobre sua vida funcional, colocando-se imediatamente à disposição dos Senhores Membros da Comissão. A seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Senador Eduardo Suplicy, Deputados Luiz Salomão, Carlos Lupi, Senadores Pedro Teixeira, Jutahy Magalhães, Deputado Pedro Pavão, Senador Gilberto Miranda, Deputados Roberto Magalhães, José Dirceu, Sérgio Miranda, Maurício Najar, Luiz Máximo, Fernando Carrion, Senador Cid Sabóia de Carvalho e Deputado Roberto Magalhães. A Presidência suspende os trabalhos por dez minutos. Reaberto os trabalhos, a o Senhor Presidente indaga se dá continuidade a reunião, submete a questão à votação. Em votação, a maioria decide pelo prosseguimento. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Francisco Rollemberg, Deputados Luiz Máximo e Roberto Rollemberg. Prosseguindo a fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Deputados Zaire Rezende, Márcia Cibilis Viana, Moroni Torgan, Carlos Lupi e José Dirceu. Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Salomão sugere a prossogação da reunião, para tomar o depoimento do Senhor Flávio Pilla. Finalizando, usam da palavra para interpalar o depoente os Senhores Deputado José Genoíno, Senador Nelson Wedekin e o Deputado Paulo Ramos. A Presidência submete à consideração dos Senhores Membros se prossegue com a oitiva do Senhor Flávio Pilla. Usam da palavra os Senhores Deputados Luiz Salomão, José Dirceu, Vivaldo Barbosa, Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Odacir Klein. A Presidência concede a palavra ao depoente que presta alguns esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 9ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DO Sr. ELI LOPES LEITÃO, AGENTE DE TRANSPORTE LEGISLATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aberta a reunião.

Solicito silêncio para começarmos os nossos trabalhos.

O Vice-Presidente é o Deputado Odacir Klein. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, queria informar que nesta argüição, vou abrir mão da minha condição de requerente, passando para a ordem normal de inscrição, como Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos acompanhar o que recomenda o art. 203 do Código de Processo Penal. Vamos começar pelo juramento.

A Presidência solicita que todos fiquem de pé.

Peço ao depoente que faça o juramento de praxe.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Termo de compromisso - art. 203 do Código de Processo Penal:

"Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seguir-se-á a qualificação feita pelo Vice-Presidente.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Odacir Klein) - Qual o seu nome?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eli Lopes Leitão.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sua idade?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quarenta e quatro (44) anos completos.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Odacir Klein) - Seu estado civil?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Casado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sua residência?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - QI 09, bloco "O", apartamento 203, Guará I.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sua profissão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Agente de Transporte Legislativo, que hoje tem outro nome, do qual não me lembro.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Odacir Klein) - Onde exerce sua atividade profissional?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Dentro da Casa, há dezenove (19) anos, e vinte e cinco (25) anos de profissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente está acompanhado do advogado Divaldo Teófilo de Oliveira Neto.

S. Sª sabe exatamente que tem o direito de estar ao lado do seu cliente, mas não tem o direito de instruí-lo. Isso deve ficar muito claro, porque já nos causou problemas anteriores.

Concedo a palavra ao ilustre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, declino da prerrogativa de começar argüindo a testemunha. Reservo-me para fazê-lo quando todos os senhores membros da Comissão já a tiverem inquirido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De acordo com a praxe que adotamos, a testemunha terá o tempo que lhe aprouver para fazer sua exposição.

Concedo a palavra ao depoente.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Tive um grande transtorno, por isso sumi. Não saí de Brasília, estava em casa de parentes. Meus filhos estão deprimidos e vão ter que se submeter a um trabalho psicológico por causa da imprensa. Invadiram o meu apartamento, tiraram fotografias, quando só havia dois menores de idade na minha casa.

Acho isso deplorável. Invadiram a minha casa. No dia em que falei que dava entrevista à revista ISTOÉ e ao jornal O Globo para a Dona Tereza, realmente tive um problema que me fez atrasar duas horas, mas recebi o pessoal. Dona Tereza me perguntou se eu havia voltado atrás. Falei que não, que eu havia tido um problema. Qualquer um pode ter um problema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A dona Tereza a que o senhor se refere é a jornalista Tereza Cruvinel?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei o sobrenome dela. Ela é do jornal O Globo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ela é do jornal O Globo. Certo.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Por sinal, quando devolvi o carro na sexta-feira - o carro com que eu trabalho -, ela ligou para a garagem, identificando-se como secretária do Deputado Luiz Salomão - foi um blefe que conseguiu dobrar o nosso despachante de lá. Mas também não me opus. Demorei devido a um problema - saí até com a minha esposa -, mas atendi aos quatro que estiveram na minha casa, de onde saíram depois das 23h30min, porque teríamos que trabalhar - tanto eu quanto a minha esposa - e estávamos cansados.

Naquele dia, por sinal, Dona Tereza foi até ousada, porque ela sentou no meu estofado e colocou a perna em cima do braço do estofado.

Então, de lá para cá, só tive problemas na minha casa. Tive que fugir. Não fugi, não saí de Brasília. Tenho parentes. Fui para a casa dos meus parentes. Só que um dia eu ficava numa casa, noutro dia em outra e ninguém me encontrava. E não iam encontrar. Eu iria vir, como vim.

Agora, o problema é o seguinte: a minha família está deprimida, estou com um filho doente também, deprimido - que, por sinal, tem meu nome, é o Júnior, e deve estar até nos assistindo. Inclusive a que está em Manaus fazendo faculdade está

deprimida também, não sabe nem o que faz. Está todo mundo, minha esposa está aí na portaria principal, com meu sobrinho, que foi o que fugiu com meus dois filhos um dia à noite, que disseram que eu saí para vender roupa, que isso e aquilo outro, que os garotos saíram com uma sacola. Ele fez direção perigosa, realmente, mas é meu sobrinho. E foi minha família, a família de minha mulher que me deu apoio. Não foi ninguém de fora, não foi jornalista, não foi ninguém.

Então, é o seguinte: causaram muito transtorno à minha família. Eu não sei nem se vou ter dinheiro para pagar psicólogo para trazer minha família de volta de novo ao que era. Não tem problema, eu só não podia vir trabalhar porque o assédio era muito grande. Se eu viesse para a garagem, tinha um monte de jornalistas que ficou lá. Na minha casa fizeram um plantão dia e noite. Perturbaram meus vizinhos todos. Quando, no jornal de ontem, saiu que o **Correio Braziliense** fez uma entrevista com uma senhora que foi professora de um sobrinho meu, a Dª Maria Aparecida, nós estudamos há vinte anos atrás no Ginásio da Asa Norte. Eu não tenho carro, tenho um simples apartamento, financiado pela SHIS. João Alves não me deu apartamento, não me deu telefone, meu telefone é alugado. Então, eu tive um monte de transtornos na minha vida. Foi por isso minha sumida, mas não era por isso que eu não viria aqui depor, e vou falar realmente o que eu sei. Isso é o que eu tenho a dizer.

Agora quem quiser fazer as perguntas pode fazer. (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Sr. Eli mencionou que sua esposa se encontra na portaria principal. Se for vontade dele e dela, seria importante que ela pudesse estar presente aqui, convidada pela CPI, se for vontade...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu também acharia melhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que seria importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deduzo que V. Exª já havia feito esse contato quando disse "por vontade dele e dela".

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não. Eu me lembro, Sr. Presidente, que foi muito importante para o Sr. Eriberto França a presença de sua senhora aqui. Acho que poderá ser um apoio forte para o Sr. Eli que sua esposa esteja aqui, sentada ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nada impede e a Secretaria da Mesa providenciará isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Providenciará o convite à senhora dele, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Vice-Presidente, Odacir Klein, se o deseja interrogar.

O SR. ODACIR KLEIN - Por hora não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por hora não. Pela lista de inscrição, e nela não consta, como habitual, a inscrição excepcional, privilegiada do Senador Eduardo Suplicy e do Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Abro mão em favor daqueles que conheceram melhor o caso, porque poderão perguntar melhor ao Eli, para depois perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O primeiro inscrito é o Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Sr. Presidente, eu consultaria a Mesa se eu poderia fazer uma permuta em razão de que o nobre Deputado Luiz Salomão conhece melhor os fatos, conhece melhor o Sr. Eli, e aí, logo após as perguntas feitas pelo nobre Deputado Luiz Salomão, eu faria algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. A permuta, é evidente, só é aceita quando ambas as partes pretendem permutar. O Deputado Luiz Salomão pretende. Então V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Antes de tudo, Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar o transtorno que sofreu a família Leitão em todo esse episódio, sobre esse assédio que sofreu, a desestabilização emocional dos seus filhos, da sua esposa e dele mesmo. Quero dizer ao Sr. Eli que tentamos procurá-lo depois que aconteceu a revelação do seu nome para oferecer-lhe algum tipo de conforto, de tranqüilidade, mas, infelizmente, não conseguimos mais localizá-lo.

Eu gostaria também de dizer ao servidor da Câmara, Eli Lopes Leitão, que eu não pretendia mencionar o diálogo que tivemos, pelo menos, inicialmente, não sem antes ter uma conversa com sua pessoa; mas, de certa forma, fui provocado a isso pelo depoimento do Deputado João Alves, que, claramente, na minha visão, não estava observando a verdade.

Eu gostaria de saber do servidor Eli se ele se encontra tranqüilo, sereno neste momento para fazer o seu depoimento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Encontro-me sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ótimo. Eu queria também que o Sr. Eli se sentisse em casa. Ninguém aqui está disposto a lhe espremer, a lhe extrair informações, além daqueles que tenham vontade de dizer como um ser humano que está comprometido com um país melhor para seus filhos e para sua família.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Aqui é a minha segunda casa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. Sr. Eli, para seguirmos as formalidades, pergunto: o senhor estava de serviço terça-feira pela manhã?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu estava.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Fazendo transporte de deputados entre o aeroporto e a Câmara dos Deputados?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu estava, sim, senhor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor se lembra quem transportou às 9:00h, aproximadamente?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Lembro-me que foi o Sr. Luiz Salomão e o Sr. Carlos Lupi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. O senhor pode lembrar-se, com toda a tranqüilidade, do diálogo que tomou a iniciativa de abrir comigo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O problema é que, veja o seguinte; estávamos conversando no trajeto, o senhor citou que seria um dos membros da CPI do Orçamento. Quase todos os deputados sabem que eu trabalhei com o Deputado João Alves quatro anos e pouco; quase todos os Deputados sabem que eu trabalhei quatro anos e pouco com o João Alves, e surgiu a conversa e tal. Só discordo do senhor em três pontos: primeiro, não citei que podia ser um Eriberto; segundo, não transportei malas de dólares; terceiro, ele nunca andou comigo num carro da Câmara, nunca. Ele tinha dois carros; quando pifava um, Dr. Luiz Salomão, ele usava o outro; quando pifava o Landau ele usava a Mercedes.

Agora, carregar dinheiro, carregar mala, carrego de deputado quase todos os dias, porque faço transporte de lá para cá e daqui para lá. Veja bem, só um instantinho. Outra coisa, eu não tenho acesso para abrir uma mala nem do senhor, nem dele nem de qualquer um dos Srs. parlamentares, muito menos, tenho olho biônico para saber o que tem dentro dela. Tudo bem, podia ser dinheiro, podia ser um cheque, envelopes, como falei para o senhor que levei; agora, envelopes sem volumes, envelope que poderia carregar uma folha de papel ofício e por dentro podia ter outra coisa sem que eu visse. Fiz, não nego, fiz depósitos vultosos; retirei somas vultosas; eu tirava de um banco e levava para outro; e tinha uma coisa: muitas das vezes eu não tinha acesso. Eu encostava o carro, por exemplo, em frente ao AGROBANCO - e V. Exª sabe que dificilmente tem estacionamento na W-2 -, ele, então, ia fazer as coisas dele lá, e eu ficava esperando. Quando ele vinha para o carro, já não trazia nada na mão, ou, quando trazia, era a pasta dele normal. Agora, na pasta, eu não sabia o que vinha. Então, aconteceu o seguinte: depósitos eu fiz, várias vezes, de somas vultosas, como já falei, em torno de, na época, 300 mil, 300 não sei o que lá.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Posso interromper V. Sª por um minuto?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pode.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para refrescar a sua memória em alguns aspectos. Em primeiro lugar, não posso lhe ter dito que eu ia ser membro da CPI, porque não era essa a deliberação...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Um minuto só. Quero lhe lembrar que estava conosco o Deputado Carlos Lupi,...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu sei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... que pode corroborar aquilo em que nós dois estivermos em desacordo. Agora, veja o seguinte: só foi decidida a minha participação na CPI na manhã de quarta-feira. De modo que eu não poderia lhe dizer, porque eu tinha que indicar alguém para a CPI. Não comecei a falar de CPI. Quando entramos no carro, eu lhe perguntei: "As coisas andam quentes por aqui." V. Sª tomou a iniciativa de dizer: "Está faltando um Eriberto nesta CPI". Esta foi uma frase que partiu da sua boca. E eu disse: "Por quê? Você conhece alguém?" Ao que V. Sª disse: "Eu mesmo trabalhei para o Deputado João Alves por quatro anos e meio." Eu não estou inventando que V. Sª trabalhou para o Deputado João Alves. Eu não sabia disso.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, V. Exª não está inventando. Só que eu não falei que eu poderia ser um Eriberto na vida, igual saiu nos jornais. Isso aí não. V. Exª perguntou e eu falei: "Deve estar faltando algum Eriberto". Mas não falei que poderia ser eu. Agora, tem uma coisa...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Sª falou que estava faltando um Eriberto?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Falei; agora, só um instante. Não sei se V. Exª está lembrado de que eu ainda falei: "Tomara que V. Exª não se lembre de mim", porque, realmente, eu tinha trabalhado...E aí V. Exª falou: "Com certeza eu vou lembrar de você." V. Exª está lembrado de ter falado isso?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pois é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois é. Muito bem. Mas isso não é da maior importância. Eu só queria que V. Sª se recordasse de ter tido a iniciativa de dizer que estava faltando um Eriberto na Comissão. V. Sª também há de lembrar que mencionou que ia com freqüência pegar dinheiro no AGROBANCO.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só um instante também. Além de depósitos e retiradas, as outas retiradas eram triviais para a casa dele, para despesas. Cansei de ir ao AGROBANCO pegar 2 ou 3 mil cruzeiros para colocar gasolina, para fazer compras para a casa dele; no Banco Holandês a mesma coisa, no Banco do Brasil a mesma coisa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tudo bem; V. Sª se recorda de que lhe perguntei se transportava dinheiro em grandes quantidades e V. Sª disse que sim.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fazia depósitos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; V. Sª me disse que ia ao AGROBANCO, transportava dinheiro em grandes quantidades e que levava dinheiro para outras pessoas.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não; para Parlamentar nenhum eu levei dinheiro. Eu retirava dinheiro da conta dele, levava para outro banco ou, então, pegava dinheiro para despesas triviais da casa dele, como compra de verduras e legumes. Cansei de empurrar carrinho dentro do supermercado da COBAL fazendo compras para ele.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto, então: V. Sª levou dinheiro para a casa do Sr. José Carlos Alves Santos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nem conheço, só pela televisão. Nunca fui à casa do Sr. José Carlos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não conhece José Carlos Alves Santos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só conheço, porque apareceu nos jornais e na reunião da CPI.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Seu colega Josué Cardoso afirmou na televisão que levou dinheiro na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos. V. Sª afirma que não o fez. No entanto, eu lhe perguntei: Escuta, a história que diz a **Veja** que vários Parlamentares recebiam dinheiro de João Alves, você tem conhecimento dela? Você disse: "Ih, João Alves fala muito. Eu mesmo levei, em pacote, envelope, embrulho e mala, dinheiro para várias pessoas."

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não, negativo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª está sob juramento.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Estou sob juramento. A única coisa, Deputado - como já falei ao senhor - é o seguinte: envelopes lacrados; não sei o que tinha dentro, se eram cheques ou se tinham alguma coisa. Isso eu não sei, não posso violar nada de um Parlamentar. Nem da minha esposa, em casa, quando chega uma carta eu não violo, porque acho que é um crime.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está certo.

Mais duas perguntas, Sr. Presidente, para encerrar a minha interpelação.

V. Sª esteve com o Deputado João Alves depois de estar comigo e o Deputado Lupi?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, estive com ele.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quantas vezes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Uma vez só.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quando foi?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi no dia em que dei entrevista para o pessoal de **O Globo** e para o Luciano da **Istoé**. Fui antes lá, porque estava sendo assediado. Dei sorte, porque nesse dia só foram os quatro: dois de **O Globo** e dois da **Istoé**. Eles me pressionaram: e começaram a me pressionar aqui no Anexo IV.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quem o estava pressionando?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Luciano foi o primeiro que conversou comigo. Depois, à noite, o Luciano e mais um outro rapaz e Dona Tereza e outro rapaz foram. com gravadores no bolso, porque meus filhos viram e falaram. E eu também vi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem, eu lhe pergunto o seguinte: V. Sª falou com mais alguém, com algum outro Parlamentar sobre os fatos que me narrou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ninguém mais.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para encerrar: qual foi o seu diálogo com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Cheguei à casa dele. Inclusive saiu no jornal que eu fui com a minha família toda, o que é pouca verdade, porque fui só com a minha esposa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E o que ele disse?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui e disse para ele: Deputado estou sendo assediado demais, pressionado; a minha família está totalmente desnorteada. Entraram na minha casa: a Dona Tereza entrou e, em vez de ficar na minha sala, foi lá para dentro para o final atrás de banheiro...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Longe de mim querer cerceá-lo em alguma coisa. Dr. advogado. Isso já ouvimos, e a pergunta do Deputado foi muito clara: o que o senhor conversou com o Deputado João Alves? Deixemos Dona Tereza em paz.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas estou dizendo, Presidente, que falei para ele que estava sendo assediado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas o senhor disse que foi à casa do Deputado João Alves antes do encontro com a Dona Tereza e o Luciano?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Antes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como é que o senhor diz que estava sendo assediado? Nenhum outro jornal ou televisão tinha lhe procurado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Só o assédio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual era o assédio?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Dois do jornal **O Globo** e dois da revista **Istoé.**

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas eles só estiveram com o senhor à noite, pelo que o senhor narrou.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - À noite.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E V. Sª foi a casa do Deputado João Alves a que horas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Antes das 8h. Às 11h. da noite, quando cheguei em casa eles estavam lá ainda.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Sª então não pode se considerar assediado, se eles foram a sua casa depois que o senhor esteve na casa do Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Saí; cinco minutos depois eles chegaram.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para encerrar, eu pergunto o seguinte. Penso que V. Sª entra em contradição nessa questão.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não caí em contradição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª não me disse qual foi o diálogo que teve com o Sr. Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Estou dizendo que fui conversar com ele, porque a imprensa iria a minha casa e iria fazer perguntas para mim. O senhor sabe como é jornalista, aquele que fica em cima da gente, "martelando", "martelando", "martelando". O senhor conhece?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª levava jogo de loteria para o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levei várias vezes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª pode se lembrar com que freqüência?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Por, mais ou menos, um ano e dois meses. Depois, não sei qual a loteria que ia até a casa dele e pegava o jogo feito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eram muitos jogos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eram.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só um momento. Eu queria apenas dizer que, como todos nós temos dez minutos para fazer a argüição, era extremamente importante o que perguntava o Deputado Luiz Salomão, e S. Exª teve o prazo quase que duplicado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço desculpas a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há o que desculpar. Apenas estou justificando isso, porque era importantíssimo; era até a razão da permuta.

Eu, hoje, conversava com os meus ilustres Colegas que questão de ordem é uma coisa, e o pedido da palavra pela ordem é uma reclamação contra aquilo que se está realizando no momento. Espero que o Deputado Carlos Lupi esteja dentro do Regimento, para não prejudicar os que vão interrogar o depoente.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, eu quero ajudar. V. Exª sabe muito bem que, tendo sido citado pelo depoente, como testemunha que foi do fato ocorrido, e tendo ele narrado o fato de uma maneira que não ocorreu, eu gostaria de também dar o meu testemunho sobre esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª poderá ter a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. CARLOS LUPI - Em primeiro lugar, eu queria relembrar ao Eli...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Carlos Lupi, o tratamento que deve ser dado ao depoente é o de Sr. Eli.

O SR. CARLOS LUPI - Eu gostaria de relembrar ao Sr. Eli Lopes Leitão que pegamos a sua caminhonete às 8 horas e 45 minutos. Eu sou muito bom de memória. Sentei no banco traseiro do carro. Enquanto dirigia o senhor começou a falar sobre a questão da CPI, quando eu disse ao Deputado Luiz Salomão, que estava ao seu lado, que essa questão é grave; que a situação é muito difícil para a Câmara. O senhor, então, começou dizendo: "Olha, é e vai ser muito mais ainda." O senhor revelou alguns fatos, que, hoje, está negando; revelou que cansou de transportar malotes, pacotes e malas de dinheiro para o Sr. Deputado João Alves. Repetiu isso inúmeras vezes.

Naquele momento, eu ainda me dirigi ao senhor, dizendo-lhe que estava falando com dois Parlamentares e que não estávamos ali fazendo uma brincadeira. O senhor me disse: "Não, Deputado, eu estou falando sério, porque eu trabalhei, há quatro anos, como motorista do Deputado João Alves." Sou testemunha de que o senhor falou isso.

No final, o senhor disse que poderia ser uma testemunha-chave. O senhor disse: "Eu posso ser uma testemunha-chave." -, lembro-me que o senhor teve um grande receio e olhou para mim no momento em que disse: "Minha mulher está apavorada com isso quando eu comento em casa. Ela fica muito nervosa e me manda ficar calado, porque isso pode dar complicação para a gente." O senhor falou isso e olhou para trás na minha direção.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu discordo do senhor. Inclusive, se minha esposa estivesse aqui, se fosse... Isso eu não falei. A única coisa foi a que eu falei com o Deputado Luiz Salomão. Agora, quanto a esse negócio que o senhor estava falando de que eu estava conversando com dois Parlamentares, realmente, eu estava conversando. Eram só os dois que estavam dentro do carro.

Outra coisa que saiu é que a imprensa disse - não sei quem foi que falou; não sei qual foi o jornal; estou com vários jornais em casa, mas não os trouxe. A primeira

coisa que surgiu foi que o senhor e o Sr. Deputado Luiz Salomão vieram às 20 horas e 30 minutos. Isso saiu no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso não tem cabimento.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Isso saiu no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou pedir que interrompam. O Deputado Carlos Lupi sabe...

O SR. CARLOS LUPI - Eu só queria dar esse testemunho e reafirmar a verdade. Só isso. Estou pronto à Mesa para qualquer situação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que era importante, se V. Exª me permite usar um pouco o microfone em relação a V. Exª. Dei-lhe a palavra em explicação pessoal. V. Exª tem inteira razão de dar um testemunho. Agora, não caberia mais é fazer inquirição, porque são vários aqueles que estão inscritos e nem sei se continuarão. Mas ao testemunho de V. Exª reputo importante, dado como foi. Mas não mais fazer, o que me constrangeria, uma espécie de acareação entre V. Exª, que não merece isso, e o depoente.

Chamo o Senador Pedro Teixeira, se quiser usar da palavra.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu gostaria de saber do depoente quanto tempo exato trabalhou para o Deputado João Alves. Quando começou e quando deixou de trabalhar com ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Olha, comecei numa faixa de 84 para 85 e parei na metade de 89. Aliás, de 88. Quando começou a Constituinte, fui trabalhar no plantão noturno, na época da Constituinte. E trabalhei até terminar a Constituinte, e mais um ano e pouco à noite, também, no plantão noturno.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - A minha segunda pergunta é se o senhor notou, à medida que trabalhava com o depoente, se o patrimônio dele ia enriquecendo, nesse período que o senhor trabalhou, se o senhor notou que ele foi amealhando bens, foi enriquecendo o seu patrimônio?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quando cheguei para trabalhar com o Deputado João Alves ele já tinha um certo patrimônio. Ele já tinha um certo patrimônio. Ele tinha um Landau, ele tinha uma Mercedez 81, que tem até hoje, acho. Ele já tinha um certo patrimônio, Senador. Agora, como, não sei, de que forma, não sei.

Quando trabalhei com ele, o Dr. Luiz Salomão me perguntou, se ele jogou muitas vezes na loteria e quanto jogava. Ele jogava alto. E, na época que fiquei com ele, e que fiz jogo dele na loteria, ele realmente ganhou, mas eu nunca soube que ele ganhou uma sena, uma quina. Sei que ele ganhava. Agora, não sei se era realmente o que ele falou, o que ele declarou aqui, entendeu? Porque eu não tinha esse acesso, porque várias vezes o levei na Caixa Econômica para ele receber dinheiro, ele já vinha com um DOC de lá para passar para a conta dele em qualquer banco, que não sei, também. Então, por isso que não posso lhe afirmar. Agora, ele já tinha um certo patrimônio.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O senhor sabe quem é Normando Leite Cavalcante ou a firma SEVAL?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O senhor sabe que essa firma, o Sr. Normando, participava ou atuava com referência ao Sr. João Alves? Se prestava serviço para ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levei vários ofícios lá.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Na Firma...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Seval.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Seval. Mas o senhor...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Era no Brasília Rádio Center.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O senhor supõe para que finalidade teria sido isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei. Levava envelopes lacrados.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Certo. E para alguma empreiteira conhecida, alguma empreiteira, o senhor serviu de contato para levar envelope, alguma correspondência ou receber?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nunca. O senhor disse que recebia, fazia saques e levantava saques vultosos em bancos, especialmente no AGROBANCO. O senhor pode dizer se fez alguma vez depósito em dólar?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não, senhor. Nunca.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nunca fez.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, em dólar, não.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nunca em dólar. Por último, o senhor tem algum ressentimento, alguma mágoa pessoal do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Quando larguei ele, tivemos um desentendimento por causa do temperamento dele, mas também não tenho mágoa dele.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Está bom. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é excessivo que lembre ao depoente que está sob juramento.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Estou sob juramento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E que o advogado lhe dirá que, em qualquer momento que faltar a verdade, depois de ter expressado jurar a verdade, está sujeito a crime.

Apenas lembrar isso, para chamar agora o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Eli, eu gostaria de deixar bem claro um ponto que V. Sª deixou em dúvida quando respondeu ao Deputado Luiz Salomão. Em primeiro lugar, acho estranho que dois Deputados tenham escutado uma mesma conversa de forma totalmente diferente da que V. Sª expõe aqui agora. Isso, para mim, é inexplicável.

Mas V. Sª disse também que estava sendo assediado por pessoas, certamente pela imprensa, não sei se por outras pessoas além de jornalistas.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só a imprensa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª afirmou também que teria ido à casa do Deputado João Alves às oito horas da noite, mais ou menos.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Oito horas e dez minutos, precisamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E na audiência, conforme aqui procurou salientar o Deputado Luiz Salomão, tinha procurado às 11 horas da noite. Então, qual é esse assédio preliminar que determinou a ida de V. Sª à casa do Deputado João Alves para expor qualquer coisa? Porque V. Sª também está afirmando ter ido expor ao Deputado João Alves que estava sendo assediado. Assediado por quem?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pela imprensa.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Como, se a imprensa só chegou lá depois de o senhor ir à casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eles chegaram às cinco para as oito, eu saí às dez para oito.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª afirmou que eles chegaram depois que V. Sª saiu.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Licença, Senador. O problema é o seguinte: eu saí às dez para as oito, mas eu não faltei com o compromisso. Eles tinham o meu telefone e endereço; eles esperaram e só saíram da minha casa às onze e meia, mais ou menos, quinze para meia-noite. Foi mais ou menos por esse horário que eles saíram da minha casa.

Eu os recebi como prometi.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª, então, previu que seria assediado pela imprensa e foi procurar logo o Deputado João Alves, do qual estava afastado há quatro anos e tanto, ou cinco anos.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas o senhor veja bem que eu não recebi o pessoal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª disse que não saiu do emprego brigado, mas com um certo aborrecimento em razão do temperamento do Deputado João Alves. V. Sª, então, apressou-se, antes do assédio da imprensa, em procurar o Deputado João Alves para dizer que estava sendo assediado e para saber como seria a conversa.

Continuo insistindo que é muito preocupante ter duas versões tão diferentes a respeito de uma mesma conversa. V. Sª afirmou que antecipou o assédio e, antecipando o assédio, foi à casa do Deputado João Alves. Está bem, V. Sª deu a resposta, isso é mais importante.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Surgiram boatos de que eu teria ido chantageá-lo, ou que ele teria me chantageado. Tudo que tenho dentro da minha casa foi conseguido com o meu suor e o da minha esposa. É uma casa humilde. Graças a Deus, não tenho nada dentro da minha casa que seja de dinheiro sujo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª não ouviu, nesta Comissão, qualquer afirmação nesse sentido.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não foi na Comissão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O que eu gostaria de saber é se V. Sª, quando fez os depósitos, se lembra de qual foi o banco. Além do AGROBANCO, V. Sª procurou algum outro banco para fazer os depósitos do Deputado João Alves? Ele tinha conta em outros bancos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fiz depósitos no AGROBANCO e também no Banco Holandês. Em uma das vezes, no Banco Holandês, como não há estacionamento, ele fez o depósito enquanto eu fiquei esperando no estacionamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Deputado João Alves é, reconhecidamente, uma pessoa, não digo solitária, mas que não tem um relacionamento tão amplo no Congresso, apesar de ser um velho Parlamentar. V. Sª, quando o servia, teve alguma oportunidade de notar quais os Parlamentares que mais repetidamente eram transportados no carro por V. Sª?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O que acontecia era o seguinte: eu chegava de manhã, levava a filha dele para o colégio, voltava e ficava embaixo, na garagem. Ele descia às 9h. 9h30min e vinha para a Câmara. Às 12h30min, saíamos e íamos ao colégio, ali ao lado da Universidade Católica, naquele último colégio, quase em frente ao Colégio Militar. De lá saíamos para a casa dele. Eu almoçava em qualquer bar por ali um prato feito, porque eu tinha pouco acesso à casa dele, muito pouco, só quando ele me chamava lá em cima. Quando dava 14h. levava a menina dele para a aula de inglês, se não me engano às segundas, quartas e sextas, ou era terça, quinta...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Isso é irrelevante.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - E levava também para a aula de **ballet**. E, nesse meio tempo, eu vinha com ele para a Câmara, deixava-o aqui e ficava esperando a filha no colégio com uma tutora, seria no caso uma tutora que tomava conta da menina dele, porque ela era nova demais, doze anos, isso e aquilo outro...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu já fui advertido pelo meu relógio de que estava ultrapassando o tempo e deixarei para que outros complementem essa inquirição, porque, lamentavelmente, temos que buscar uma versão que seja aproximada daquela que ouvimos dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Senador.

A palavra, por permuta, cabe agora ao Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Sr. Presidente, vou me dar por satisfeito, pois o nobre Deputado Luiz Salomão conseguiu me satisfazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Segue o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Eli Lopes Leitão, o senhor tem noção do que representa um falso testemunho?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Tenho.

O SR. PEDRO PAVÃO - O que pode lhe custar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sei.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quanto?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pode me custar um inquérito policial, seguido de prisão.

O SR. PEDRO PAVÃO - De 2 a 5 anos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Espero que a pergunta não seja mais repetida porque já o foi por duas vezes feitas ao depoente.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor está nervoso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sua atitude é essa mesma?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É essa mesmo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Fuma bastante?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fumo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Estou vendo.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, sempre fumei bastante.

O SR. PEDRO PAVÃO - Toma um aperitivo durante o dia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No fim de semana principalmente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Só no fim de semana? (Pausa.) Hoje não tomou nada?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não; estou tranqüilo para responder...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não. Eu quero deixar o senhor bem à vontade. A pergunta é para que senhor fique bem à vontade e me dê a resposta certa. O cidadão que está ao seu lado é seu advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É sim, senhor.

O SR. PEDRO PAVÃO - Desde quando?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi constituído agora.

O SR. PEDRO PAVÃO - Por quem?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Por mim mesmo.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor disse que não tinha condições financeiras e tudo mais.

O SR. ADVOGADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, o senhor não pode responder.

O SR. ADVOGADO - Não posso?

O SR. PEDRO PAVÃO - Não. O senhor constituiu advogado em que dia? Quando?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No começo da semana; depois que eu sumi.

O SR. PEDRO PAVÃO - Depois que o senhor sumiu. Em que dia o senhor sumiu?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na sexta-feira.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sexta-feira agora?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É.

O SR. PEDRO PAVÃO - E o senhor, sumido, procurou um advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Claro!

O SR. PEDRO PAVÃO - Como é o nome do seu advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Dr...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já foi definido aqui, eu recebi o cartão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu quero que o depoente responda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª quererá...

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, por favor, quero que ele diga o nome do advogado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Divaldo...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não; sem ler. Se é seu advogado...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª está perguntando ao depoente?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim; estou perguntando a ele o nome do advogado que ele contratou.

O SR. PEDRO PAVÃO - Divaldo Teófilo, no edifício... Perto do BRASAL.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sabe o que acontece Eli? Tudo o que o senhor está dizendo está sendo gravado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu sei que está sendo gravado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dentro de uma Taquigrafia e dentro de um...Tudo bem. Então, é justo que eu lhe pergunte isso para que o senhor responda com segurança. Estou sentindo o senhor inseguro; estou sentindo que o senhor não está sendo leal com o senhor mesmo, e isso poderá naturalmente lhe prejudicar.

Então, estou deixando o senhor bem à vontade. Quero saber o nome do seu advogado, quando o senhor o constituiu, quando o senhor esteve naturalmente no escritório dele? Isso é muito importante para nós. O senhor esteve no escritório dele na...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sexta-feira.

O SR. PEDRO PAVÃO - A que horas por favor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - De tarde.

O SR. PEDRO PAVÃO - À tarde. O senhor combinou algum preço, alguma coisa para defender o senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Agora, acontece que não tenho certas condições, mas minha família é muito grande e se propôs a me ajudar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quem recomendou o Sr. Edivaldo para o senhor? Quem recomendou o advogado para o senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Divaldo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Divaldo. Quem indicou o Sr. Divaldo ao senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Um amigo meu, por sinal meu sobrinho.

O SR. PEDRO PAVÃO - O nome dele, por favor.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Valdir de Lima e Silva Júnior.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele já conhecia, naturalmente, o advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Já.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso é muito importante.

Essa pergunta o senhor já respondeu, mas vou perguntar para te ajudar.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, senhor.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas para isso. O senhor foi assediado pela imprensa a que hora.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No primeiro dia eu marquei para as 8h. Agora, depois de sexta-feira - sábado, domingo, segunda e hoje - era plantão direto embaixo do meu bloco. Eu não estava em casa, mas tinha parentes meus que eles não conheciam, eles passavam e diziam: "Não vai para casa porque tá lotado de repórter". Inclusive, o SBT foi uma das que invadiram a minha casa, quando tinham duas crianças só.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso foi no sábado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi no sábado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não na sexta-feira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não na sexta-feira.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na sexta-feira, até 10h, o senhor sofreu um assédio da imprensa? Ou no sábado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na sexta.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na sexta. Aí o senhor foi a casa do Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em seguida, saiu correndo e foi para lá.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui.

O SR. PEDRO PAVÃO - Agora, o senhor só disse para nós aqui o que o senhor falou ao Deputado João Alves. O que é que o Deputado João Alves lhe garantia ao senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nada. Ele só pediu para eu falar o que eu quisesse falar, o que eu soubesse para falar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nem um cafezinho ele ofereceu?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não tomei cafezinho.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor subiu na casa dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Subi. Fui a casa dele. Inclusive, quando cheguei ao porteiro, tinha um pessoal para filmar. Um rapaz estava sentado em um canteiro, quando ele ouviu meu nome, eles foram para a ponta do bloco, chamaram não sei qual foi a emissora de televisão...

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas, nessa altura, o senhor já tinha constituído advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Já.

O SR. PEDRO PAVÃO - Já tinha constituído advogado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Isso foi sexta-feira de dia.

O SR. PEDRO PAVÃO - O advogado foi junto com o senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. PEDRO PAVÃO - Te orientou em algum momento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Me orientou, mas não na sexta-feira. Na sexta-feira, ele me orientou de dia. De noite...

O SR. PEDRO PAVÃO - De dia a que horas? No escritório dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Umas 3 ou 4 horas da tarde, porque parei de trabalhar, na sexta-feira, uma hora da tarde.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, é importante essa hora em que ele parou de trabalhar: a hora em que ele esteve com o advogado; naturalmente a hora em que ele sofreu o assédio da imprensa; e a hora em que ele esteve com o Deputado João Alves, para que a gente possa ir informando.

Uma pergunta bastante interessante para você também.

Após o diálogo que você teve com o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Evitemos o você.

O SR. PEDRO PAVÃO - Desculpe-me. O senhor, quando teve o diálogo na sexta-feira de manhã, naturalmente, temos a obrigação moral de acreditar naquilo que o Deputado Carlos Lupi falou e o que o Deputado Luiz Salomão falou e, logo após essa conversa, o que é que te impulsionou, o que é que te levou a sair correndo e procurar o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu estive com o Deputado Luiz Salomão e o Sr. Deputado Carlos Lupi na terça-feira.

O SR. PEDRO PAVÃO - Terça-feira agora.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Terça-feira passada. Não foi na sexta-feira. Foi na terça-feira passada...

O SR. PEDRO PAVÃO - Na terça com ele e na quarta e na quinta o senhor esteve onde?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Trabalhei na quarta, o dia todo na garagem. Trabalhei na quinta até 4 horas da tarde.

O SR. PEDRO PAVÃO - E aí o senhor não sofreu nenhum assédio?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na quarta-feira, não. Mas por ordem da direção da casa, eu recolhi às quatro horas da tarde na quinta-feira.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na quinta-feira, às quatro horas da tarde.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim. Na quinta-feira, às dezesseis horas.

Na sexta-feira, à uma. Às 13 horas da tarde.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor ficou em casa nesse período todo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na...

O SR. PEDRO PAVÃO - Na sexta-feira de manhã.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Na sexta, depois de quatro horas, fiquei em casa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na quinta à tarde o senhor saiu e foi para casa? Na quinta o senhor foi para a sua residência?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pois é.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dormiu na sua casa da quinta para a sexta-feira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Dormi.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na sexta-feira de manhã...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui trabalhar.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na sexta de manhã o senhor foi trabalhar onde?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na Câmara. Estava embarcando o Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na sexta-feira de manhã?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui.

O SR. PEDRO PAVÃO - Até que horas o senhor trabalhou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Até uma hora da tarde; até as 13 horas.

O SR. PEDRO PAVÃO - E a que horas o senhor foi ao escritório do seu advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na sexta-feira depois que larguei o serviço.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor conversou com o seu sobrinho? O seu sobrinho tem telefone?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não senhor.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor conversou com o seu sobrinho?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui à casa dele.

O SR. PEDRO PAVÃO - Estou tentando te ajudar.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pois é, fui à casa dele.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor esteve na casa dele na quinta ou na sexta-feira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na sexta-feira.

O SR. PEDRO PAVÃO - A que horas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - À tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, o tempo de V. Exª já se esgotou em um minuto.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu gostaria de saber qual é o endereço do seu sobrinho, por favor.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O endereço eu não sei... Ele mora na Quadra 28. Não sei o número da casa. No Guará II.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quadra 2?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Guará II. Não sei o número da casa.

O SR. PEDRO PAVÃO - O nome dele completo o senhor já nos forneceu?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Já. Vandir de Lima e Silva Júnior.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nesse atrito que o senhor teve com o Deputado João Alves - apenas mais uma pergunta - o senhor foi agredido moralmente? Sempre existe um motivo para se dispensar um empregado. O que é que o senhor fez para ser dispensado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nós discutíamos todo dia. Nós discutíamos todo dia. Qualquer coisinha...

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso durou quatro anos e meio?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Era todo dia. Aí, na última vez, eu simplesmente não aguentei mais também. E outra coisa, eu trabalhava de segunda a segunda. Ele dificilmente saía de Brasília.

O SR. PEDRO PAVÃO - Somente mais uma pergunta, bem curta: Por quanto tempo o senhor esteve na residência do Deputado João Alves no sábado à noite? Das oito às...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. No sábado não fui lá.

O SR. PEDRO PAVÃO - Desculpe-me. Na sexta-feira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Passei uma meia hora só na casa dele. Passei uma meia hora.

O SR. PEDRO PAVÃO - O teor da conversa foi que o senhor estava apavorado e não sabia o que fazer?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Claro.

O SR. PEDRO PAVÃO - E o que é que o Deputado João Alves falou para o senhor de pronto?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele falou que... Eu falei para ele que estava sendo assediado e que eu ia falar o que aconteceu, entendeu? O que aconteceu no período que falei, e então ele disse: "Olha, você pode falar o que quiser. Não tem problema".

O SR. PEDRO PAVÃO - Menos que levou dinheiro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Isso ele não falou não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª excedeu três minutos na tentativa de ajuda-lo. (Risos)

Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes Membros da Comissão, as preliminares deste depoimento me levam à convicção. Talvez eu ajude mais a Comissão não fazendo perguntas. Declino da minha inscrição e não faço o interrogatório.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Eli, o Sr. João Alves o obrigava a andar armado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O problema surgiu, da arma, o seguinte: primeiro, o Josué trabalhou com ele. Ele tinha um **Smith & Wesson** e dava para o Josué. Ele dizia que poderia... atitudes suspeitas.

Depois ele tomou, e segundo o que ouvi na televisão, o que tenho acompanhando. ele resolveu, segundo o Josué, comprar um Taurus 32. O Josué foi lá, está no nome do Josué. Segundo o Josué, foi pago com o cheque dele.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Esqueça o Josué. Ele o obrigava a andar armado? Quero saber o senhor: Ele lhe deu arma?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Deu.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor tinha porte de arma?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Eu botava dentro do porta-luvas ou então na bolsa do carro.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor sabia que é crime usar uma arma sem ter porte de arma e sem ter registro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu sei.

O SR. GILBERTO MIRANDA - E como o senhor a usava?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu nunca cheguei a usar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele lhe deu e o senhor andava com ela no carro. O senhor sabe que é crime, a arma não estava no seu nome e o senhor, mesmo assim, a usava?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Dentro do carro.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas o senhor sabe que é crime?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - *Eu sei que é crime.*

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ótimo. Se o senhor acha o Deputado João Alves tão sério, se não existia nada de errado na vida do Deputado João Alves, por que o senhor veio aqui falar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Por que eu vim falar?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Exatamente.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque fui chamado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Por que o senhor não veio antes e sumiu durante quatro dias? Se o Deputado é tão sério, é tão direito, se não tem nada de

errado, por que o senhor desapareceu? Por que o senhor não veio logo e disse que queria falar, principalmente quando o Deputado estava aqui?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Acontece que não havia jeito de eu vir. Se eu ficasse em casa, eu não conseguia sair de casa. Estou dizendo para o senhor que, quando eu não estava em casa, as emissoras de televisão e rádio invadiram a minha residência com os meus dois filhos menores presentes.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não acredito no senhor. Se o senhor soube sumir por quatro dias, o senhor sabe o caminho daqui e saberia vir aqui.

Na sua opinião, o Deputado João Alves era um Parlamentar sério, um homem direito, que não fazia nada de errado? Qual o seu julgamento sobre o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei se ele é direito, acho que não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor acha que não?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Por que o senhor acha que João Alves não é direito?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque é um homem cheio de problemas, tudo ele dizia que tinha problema. Essa atitude dele de colocar uma arma na bolsa ou, então, uma... Agora, porque não sei.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor via alguma coisa que que não era direito? Para afirmar que ele não é sério, o senhor deve saber de alguma coisa.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Ele tinha problemas na época, porque a segunda esposa dele - ele é separado e a primeira esposa vive na Bahia -, ou acompanhante, não sei, que era casada, com quem justamente ele tem essa filha, a Grace, parece-me que o marido ou ex-marido dela andou querendo...Entendeu?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Querendo o quê?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Querendo pegá-lo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - E ele falou para o senhor protegê-lo, caso aparecesse o marido dela? O senhor tinha ordem de atirar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Essa ordem ele deu tanto para mim como para o Josué, anteriormente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas ele deu ordem para o senhor atirar no marido dela, se aparecesse, para protegê-lo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, qualquer atitude suspeita.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor atiraria?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - De forma alguma.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, o senhor estava mentindo para o Deputado João Alves, quando pegou a arma e se comprometeu a atirar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu não me comprometi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os nossos juristas da Casa, nossos advogados, estão fazendo sinais, em proveito exatamente do nosso trabalho, no sentido de quem inquire não pode dizer: não acredito, o senhor está mentindo. Então, peço a V. Exª que não se prejudique.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor tem medo do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor tem medo de que a sua família possa sofrer alguma ameaça se o senhor falar alguma coisa contra o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Tenho medo não de falar contra ele, mas de surgir algum problema com a minha família, porque, aí, corro atrás.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor, então, tem medo do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não tenho medo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Deputado João Alves costumava lhe dar dinheiro de vez em quando?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, ele me dava uma gratificação, porque eu não recebia nenhuma. Quando comecei a trabalhar com ele, ele me pagava cinqüenta cruzeiros, que, automaticamente, de 2 ou de 3 em 3 meses, aumentavam. Cheguei a receber de gratificação, quando trabalhava com ele, mais ou menos duzentos ou duzentos e cinquenta cruzeiros.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor ligou para o Deputado João Alves, antes de ir à casa dele, pedindo para conversar sobre esse assunto?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor tinha liberdade para chegar, apertar a campainha e falar: quero falar com o senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, havia um porteiro. Inclusive, estava previsto que eu subisse.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nem o Deputado João Alves, nem algum amigo dele, ninguém tentou lhe oferecer vantagens financeiras para que o senhor depusesse a favor de João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Graças a Deus, não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor é um homem honesto. Na sua opinião, o senhor acha que está contribuindo para esta Comissão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Acho que estou.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em que sentido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Por causa dos depósitos de que já falei, loterias que fiz para ele várias vezes.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu queria esclarecer para o senhor que, até agora, o senhor não trouxe nenhuma contribuição. A única coisa que está acontecendo é que o senhor está aparecendo no vídeo do Brasil inteiro.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas não faço questão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Sª não contribuiu com nada para esta Comissão. Ao dizer que pegava bilhete de loteria, ou tirava dinheiro do banco, ou levava dinheiro ao banco, V. Sª não está contribuindo com nada. Entendo que, ou V. Sª decide contribuir para esta Comissão, ou será preferível que pare de depor.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas estou contribuindo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não vi isso.

V. Sª conhece muitos Parlamentares, pelo nome, nas duas Casas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não conheço muitos, porque, nesta eleição que teve agora, que está terminando, houve uma grande mudança. Não conhecemos todos e tem muitos Parlamentares que não andam na camioneta da Câmara.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Era só o que eu tinha para perguntar, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, não sei se o depoente está ou não negando a verdade. Não cabe a esta Comissão apurar isso. Entretanto, há um sentimento geral de que isso ocorre. Vou formular um requerimento a V. Exª, para que determine a extração de cópia do depoimento da testemunha, encaminhando-a ao Ministério Público Federal, a fim de que apure a eventual ocorrência do crime previsto no art. 4º, II, da Lei nº 1.579, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

V. Exª não precisa necessariamente decidir isso agora, mas se decidisse, poderíamos até interromper...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Deputado, acho que já advertimos suficientemente o depoente para o risco que ele corre se for perjuro. Acho que o deferimento do pedido de V. Exª pode ser feito em tempo oportuno, não já.

Como Presidente desta Comissão, sinto-me autorizado a fazer algumas perguntas ao depoente.

V. Sª, alguma vez, foi punido na sua condição de servidor da Câmara dos Deputados?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nunca respondeu a inquérito, nem a sindicância?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só inquérito de batida de carro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E nessa batida de carro, em algum momento, V. Sª foi alcançado por não ter falado a verdade na hora em que prestou depoimento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, porque, na batida de carro, quando perdemos a perícia, pagamos. A última batida de carro foi há uns três ou quatro meses atrás e paguei o prejuízo da Câmara, porque estava errado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou pedir, além do que o Deputado Sigmaringa Seixas solicita, a ficha funcional do depoente na Câmara dos Deputados e verificar se, realmente, essa resposta condiz com o servidor de... quantos anos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Vou fazer 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vinte anos de serviço sempre na Câmara.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Freire.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só um instante, Sr. Presidente. Sabe de quanto foi o prejuízo que paguei? Dois mil trezentos e cinco. Está no meu contracheque. É porque não está aqui, senão mostraria para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dois mil trezentos e cinco, em que moeda?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Paguei agora. Não foi neste mês, acho que foi no mês passado, ou foi neste mês, uma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, são cruzeiros reais.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso é pouco elucidativo para o que queremos.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Presidente, não há dúvida de que se trata, no meu entendimento, de uma testemunha de viveiro. Dessa forma, Sr. Presidente, retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, tendo declinado de falar no início, uso da prerrogativa de Relator para pronunciar-me quando queira. Entendo que esse é o melhor momento para que eu inquira a testemunha.

Sr. Eli, hoje, pela manhã, recebi um telefonema de um amigo, alto funcionário desta Casa, que me dizia que V. Sª estava em Brasília, acompanhado de um advogado, e estava à disposição desta CPI. Chegando aqui, comuniquei isso ao Presidente, Senador Jarbas Passarinho, e S. Exª decidiu por chamá-lo. No gabinete do Senador Jarbas Passarinho, à tarde, providenciei o telefonema. Falei com esse funcionário que, por sua vez, comunicou-se com o advogado. De acordo com o combinado, V. Sª está aqui depondo.

Pergunto: por que esse interesse de se colocar à disposição desta CPI se V. Exª, na realidade, não tem nenhum dado novo que possa ajudar a CPI?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Excelência é demais!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se V. Sª não tinha nenhum dado novo para trazer a esta CPI, por que este interesse de se por à disposição da CPI?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não é que eu não tenho interesse, é que fui convocado, porque eu tenho quase...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª não foi convocado. Fui eu que de manhã recebi um telefonema.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª não foi convocado. V. Sª acionou o Relator desta Comissão, através de um assessor legislativo da Casa, colocando-se à disposição e a partir do seu gesto, na boa- fé, eu e o Presidente convidamos V. Sª ou convocamos para vir até aqui, por iniciativa de V. Sª. E eu não entendo por quê, uma vez que V. Sª não traz nenhum fato capaz de elucidar a verdade e conduzir esta CPI a alguns passos à frente. Pelo contrário, V. Sª está aqui este tempo todo depondo para nada.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só um instantinho. Só um instantinho. Não é fato novo. Excelência, porque tem mais de 4 anos que não trabalho com o Deputado João Alves. Então, a única coisa que trouxe é que do tempo que trabalhei com ele. Agora, meu mome está citado. Procura-se, caça-se, não sei quê, isso, aquilo outro. Então eu teria que vir dar uma satisfação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª me conhecia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. E por que teria sido eu escolhido para este contato pela manhã?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque eu pedi ao advogado para entrar em contato com a Comissão, ou com alguém da Comissão, porque meu nome está no jornal...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que V. Sª há mais de 4 anos não trabalha com...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não trabalho mais com o Deputado João Alves.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Apenas para um esclarecimento ao Relator, nessa mesma ordem de questão que ele está levantando, que é a seguinte: depois do nosso diálogo, que foi chocante, que foi estupefaciente, eu perguntei ao nobre depoente se ele se disporia a vir contar isto na CPI, e ele disse que sim, se ele fosse convocado, viria. Era este o esclarecimento que queria dar. As mesmas coisas que eu disse que ele me contou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou fazer uma outra pergunta.

V. Sª, durante o tempo em que trabalhou com o Deputado João Alves, conheceu o Deputado Raunheitti?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Conheci.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Alguma vez V. Sª conduziu os Deputados João Alves e Raunheitti a algum estabelecimento bancário?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Antes dele ser deputado. Antes do Deputado Fábio ser deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Muito bem! E o que foi que aconteceu nesse banco? V. Sª sabe?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E o que foi?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu simplesmente peguei o Dr. Fábio, na época em que ele ainda não era deputado, no aeroporto, saímos para o Banco ITAÚ, no Setor Comercial. O Deputado João Alves ficou dentro do carro dele, um Landau, e nós fomos até ao gerente do banco descontar um cheque que o Dr. Fábio trouxe, e saímos de lá direto para o AGROBANCO para fazer o depósito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Conduzindo o dinheiro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Conduzindo o dinheiro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Era muito dinheiro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Era qualquer coisa de 300... Na época, antes dele ser deputado...

O SR. ELISIO CURVO- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. ELISIO CURVO- Eu peço que o advogado se afaste do depoente, porque estou vendo tocar sua perna por baixo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª, daí, vê a perna do depoente?

O SR. ELISIO CURVO- Perfeitamente! Daqui estou vendo. Levantei e vi.

(Intervenções fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sentado...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu gostaria de prosseguir. Pergunto ao depoente se ele tem conhecimento de haver, então, algum acordo, negócio ou sociedade entre Fábio Raunheitti e o Deputado João Alves que motivasse a ida deles, juntos, a um banco para retirar uma importância e levar a outro banco.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Olha, se eles tinham negócio, se eram sócios de algum negócio, não sei. honestamente. A única coisa que sei, Sr. Relator, é que estive no aeroporto, peguei o Dr. Fábio Raunheitti - que não era Deputado ainda -, fomos até o Itauzão - eu chamo Itauzão; o Deputado João Alves ficou lendo o jornal no carro dele, eu e o Dr. Fábio Raunheitti fomos ao Banco ITAÚ, retiramos o dinheiro e voltamos ao AGROBANCO, para fazer o depósito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª não sabe de quem era nem para quem era o cheque?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não vi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem sabe também na conta de quem foi depositado no AGROBANCO?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Deve ter sido na conta do Deputado João Alves.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por que sempre teve conta nesse banco?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pois é.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nesse caso, podemos concluir que V. Sª testemunhou um pagamento de vultosa quantia do hoje Deputado Fábio Raunheitti em favor do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só pode ter sido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só pode ter sido. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, ouvimos as intervenções dos Deputados. o Presidente chamou a atenção para a existência, praticamente. de uma acareação. Portanto, com o depoimento dos dois Deputados, fica evidente que estão os Deputados mais coerentes. De forma que não sei de nenhuma pergunta que pudesse contribuir para a Comissão, principalmente num momento em que estamos discutindo assuntos seriíssimos. Hoje, preocupados com a grande exploração dos problemas. dos depósitos bancários, nós, companheiros do PMDB nesta comissão. decidimos que vamos colocar amanhã, na mão do Presidente, uma autorização para o exame das contas bancárias dos membros do PMDB desta Comissão. Quando estamos preocupados com discussões seriíssimas, que nos obrigam a uma posição dessa ordem para clarear os assuntos, é claro que um testemunho dessa ordem, depois de ouvidos os Deputados, obriga-nos a dispensar qualquer pergunta a esta testemunha.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, estamos aqui até esta hora e este cabra. este cidadão vem conversar fiado, tentando enganar o nosso Relator, querendo levar-nos a quê? Sr. Presidente, vamos acabar com esta conversa fiada agora, porque temos que trabalhar muito amanhã. Este - não digo outra coisa - senhor veio aqui fazer o quê? Conversar fiado? É o que está acontecendo até agora, Sr. Presidente. Faço um apelo para que encerremos esta reunião, porque temos muito trabalho pela frente e este cidadão só está conversando miolo de pote até agora.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Vou responder ao Senador Ney Maranhão.

Nobre Senador, temos aqui dezenove inscritos para interpelar.

O SR. NEY MARANHÃO - Estão perdendo tempo e saliva, porque deste aqui não sai nada. A conversa é somente essa.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Somente quem poderia ensejar o encerramento deste interrogatório seriam os inscritos, se desistissem da inscrição.

O SR. NEY MARANHÃO - Estou fazendo um apelo de bom-senso aos meus companheiros, porque deste aqui não sai nada; nem com urtiga branca "naquele lugar" ele diz alguma coisa.

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Pediu a palavra pela ordem o nobre Deputado Pedro Pavão, que a está dispensando.

Concedo a palavra, para interpelar, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, depois de tudo o que nós ouvimos aqui, para o nosso desconforto, só me ocorre fazer duas perguntas ao Depoente: V. Sª confirma o que disse aos Deputados Luiz Salomão e Carlos Lupi - que estava faltando um Eriberto nesta Comissão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, só que não seria eu.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, eu ia perguntar por que disse isso, mas ele já antecipou a resposta. Não desejo perguntar mais nada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o nobre Senador Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, igualmente não interrogarei o depoente, porque não aceito participar de um circo que se monta nesta CPI, tentando talvez até evitar a apuração e a transparência dos atos.

Seguramente, Sr. Presidente, o Depoente elidiu a boa-fé do eminente Deputado Roberto Magalhães, pelo depoimento de S. Exª, e induziu em erro o Deputado Luiz Salomão.

Conseqüentemente, não farei indagação ao Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o primeiro dos suplentes inscritos, o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Farei uma introdução rápida. Eu queria fazer ao Sr. Eli...

O SR. JOSÉ DIRCEU - *Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.*

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, eu gostaria de saber por que esse senhor que está ao lado conversa repetidamente com o advogado do ...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado José Dirceu, o senhor que está ao lado conversando com o advogado é o Dr. Flávio Pilla, Assessor Legislativo da Câmara: também foi nosso assessor na CPI de PC Farias, da qual participamos, e lhe somos gratos pelos relevantes serviços prestados naquela ocasião.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Senador, V. Exª sabe que eu não perguntei sobre o currículo do Sr. Flávio Pilla; perguntei em que condições ele está aqui e por que ele está conversando com o advogado repetidamente. É um direito que eu tenho; eu gostaria de saber. Em que condição ele está aqui? Está assessorando a quem? Ele está assessorando a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado, o Dr. Flávio Pilla não está falando com o Depoente, não está interrompendo o depoimento, está apenas falando com o advogado, que não está depondo, pelo que me parece, não há nenhum prejuízo para a CPI.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu só quero saber, Sr. Presidente, e reitero pela terceira vez a pergunta a V. Exª: em que condição o Dr. Flávio Pilla está aqui no recinto da CPI? Todos aqui estão em alguma condição. Ele está assessorando a quem, a que bancada, a que parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado José Dirceu, estamos numa sessão aberta, as pessoas estão aqui sem a necessidade de que estejam assessorando especificamente a alguém; por isso eu presumo que o Dr. Flávio Pilla, que não está depondo aqui, não vou chamá-lo para depor neste momento, mas está aqui nessa condição.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Agradeço a boa vontade de V. Exª, Sr. Presidente; ficou evidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria esclarecer ao Depoente, o Sr. Eli, que não haveria nenhum problema se na conversa com o Deputado Luiz Salomão V. Sª tivesse inventado algumas coisas. E chegasse aqui e reconhecesse, dizendo: peço desculpas ao Deputado Carlos Lupi, porque eu fantasiei uma situação que não vivi.

Não haveria nenhum problema, nós aceitaríamos de pronto; mas V. Sª, sob juramento, contesta e coloca em contradição o que os Deputados Luiz Salomão e Carlos Lupi afirmaram da conversa que tiveram com V. Sª no trajeto do aeroporto para cá. Isso é que está sendo um problema importante aqui: sob juramento, V. Sª teria que dizer a verdade, sob os riscos da lei. Numa conversa com o Deputado, poderia ter fantasiado. Mas havendo essa contradição, criou, inicialmente, um constrangimento geral.

V. Sª deseja dizer alguma coisa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu já disse. Eu não disse que poderia ser um Eriberto da vida. Mala, é igual eu falei, eu carreguei e carrego, no meu serviço. Agora, eu não posso infringir uma lei e abrir mala de ninguem, porque, no caso, eu estaria sendo acusado de um furto, de um roubo. Também não tenho, como falei, olhos de raio x para ver o que tinha dentro da mala.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Mas V. Sª, no mínimo, induziu nos Deputados Luiz Salomão e Carlos Lupi essa impressão, essa opinião de que V. Sª transportava dinheiro para o Deputado.

Eu gostaria de entrar numa outra linha de questões. Nesse sentido, V. Sª já deve ter observado que o seu depoimento não está conquistando credibilidade, e um dos aspectos que mais me colocam em dúvida, no seu depoimento, é a forma como V. Sª fez o contato com o advogado. Vou repetir e tratar isso de uma forma bem natural, mas quero falar sobre o roteiro que V. Sª citou ao Deputado Pedro Pavão, da terça, quarta e quinta-feiras. Nesses dias não houve nenhum problema, V. Sª trabalhou e foi para casa. Na quinta-feira, às 14 horas, V. Sª disse que recebeu autorização para sair. Por que essa autorização?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Às 16 horas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por que essa autorização para sair às 16 horas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei, recebi da minha diretoria.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas pelo seu horário de serviço era para sair a que horas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Às sete e meia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não houve algo de estranho para que a diretoria tivesse recomendado que saísse às 16 horas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei. Só recebi o recado para recolher a camioneta.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Na sexta-feira, então, às 13 horas, V. Sª saiu do serviço?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Recebi, também, autorização para recolher.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nesse interim, entre as 13 horas e as 15 horas e 30 minutos V. Sª foi ao Guará e voltou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - A que horas?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª saiu daqui às 13 horas, e entrou em contato com o advogado, pela sua informação, às 15 horas. V. Sª afirmou que às 15 horas e 30 minutos.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - De 15 horas e 30 minutos às 16 horas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, saiu daqui às 13 horas. O seu primo, ou sobrinho, que o orientou a contratar esse advogado, não tem telefone?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não tem não senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então V. Sª foi até o Guará, à casa dele, procurá-lo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Foi de quê? De ônibus ou de carro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui de ônibus. Da rodoviária à minha casa são, no máximo, vinte minutos. Eu moro no Guará.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Você saiu da Câmara e chegou ao Guará a que horas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Deram-me carona até a rodoviária, um colega que estava largando o serviço a uma da tarde.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Um colega seu, de serviço?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim. Um colega de serviço.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu não quero pressionar V. Sª. E às 15 horas e 30 minutos teve o contato com o seu primo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Com o meu sobrinho. Ele tem carro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E levou até o advogado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele tem carro, fui de carro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ele lhe levou até o advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levou.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ele subiu lá para conversar com o advogado junto com V. Sª?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Subiu junto comigo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E vocês fizeram o acordo, o contrato do advogado? Foi ali, naquela hora, que o senhor assinou a procuração para o advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não cheguei nem a assinar a procuração ainda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Até hoje não assinou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ainda não, não fiz acerto com ele de como pagar nem nada, ainda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Depois foi para casa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui para casa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Quanto tempo levou de conversa com o advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Uns 25 minutos mais ou menos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Depois foi para casa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui para casa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Já tinha feito o acerto com jornalistas para encontrá-los às 8h?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Como?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Já tinha feito a combinação, o acerto com jornalistas para encontrá-los às 8h?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Já.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tinha feito como? Por telefone?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Como?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tinha feito como essa conversa com o jornalista?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Primeiro, com o Luciano da **IstoÉ**, que me encontrou. Isso foi quinta-feira, não foi sexta.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, na quinta.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O Luciano me encontrou na portaria do IV, tanto prova que dei meu endereço e telefone.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Você marcou com ele para encontrá-lo sexta-feira, às 8h?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, quinta mesmo, foi quinta-feira, o Dr. Salomão sabe disso porque...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Foi quinta, sim, quinta-feira, está certo. Nesse sentido, antes de encontrar com os jornalistas, o senhor foi para a casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui lá.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Conversou com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Conversei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A conversa com o Deputado João Alves, o senhor poderia dizer em termos maiores o que foi essa conversa? Foi tão rápida dizendo assim: olha, estão me pressionando...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, ele, simplesmente, falou para mim que eu falasse o que eu quisesse e soubesse.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Somente isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só, não demorei na casa dele 20 minutos e, quando saí, inclusive, fui filmado na portaria da entrada do bloco dele.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Sérgio Miranda, o tempo de V. Exª estaria esgotado, mas, como houve uma interrupção, V. Exª tem, se desejar, mais 2 minutos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. O senhor foi para casa, em que meio de transporte, da casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No carro de um colega, emprestado também. Não tenho carro, Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Encontrou o jornalista às 11h, na sua casa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Era mais ou menos isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. A última pergunta:

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Entre 10h30min e 11h.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor afirmou, no começo do depoimento, que nunca viu o Deputado João Alves passar dinheiro para nenhum Deputado ou receber dinheiro de nenhum Deputado, não é?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca levei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor acabou de confirmar para o Relator, Senador Roberto Magalhães, que participou de uma transação entre o Sr. Fábio Raunheitti e o Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas ele não era deputado, não levei dinheiro para parlamentar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas presenciou uma transação.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Presenciei, é claro, eu era o motorista.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Presenciou outras transações desse tipo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Com ele não, nem com outro parlamentar também.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apenas com o deputado...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só fui com ele.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra, para sua interpelação, o Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, quando me inscrevi, evidentemente, que julgava se tratar de um outro Eriberto. Mas, como não é o caso, não tenho nada a perguntar ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador José Paulo Bisol. (Pausa)

Não está presente.

Com a palavra o Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, vou ser bastante rápido. O que eu gostaria de saber do depoente é o seguinte: se ele estava sendo assediado pela imprensa, ou melhor, estava sendo procurado pela imprensa, diante do vazamento das informações dos deputados de que ele poderia ser, eventualmente, um bom informante de fatos que ele teria conhecimento, qual a razão, Sr. Presidente, dele ter ido, imediatamente, gostaria que ele respondesse, tão logo procurado por uma massa de jornalista, à casa do Deputado João Alves? Por quê? Ele diz que estava sendo assediado por vários jornalistas, mesmo que tivesse sido dois jornalistas, como ele disse. Ora, se o

jornalista o procura, bastava ele falar o que está falando aqui: nada. Então, eu gostaria de saber por que se socorrer rapidamente indo à casa, à noite, do Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque simplesmente, Excelência, igual já falei, não tinha só dois jornalistas: eram quatro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Quatro jornalistas. Muito bem.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu trabalhei com ele muito tempo e fui até ele para avisar o que estava ocorrendo comigo e com a minha família, porque desde sexta-feira à noite que não tenho sossego dentro da minha casa. Não estou ficando na minha casa. Meu apartamento está fechado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas, veja! Foi V. Sª que deu endereço aos jornalistas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Se V. Sª deu o endereço aos jornalistas é porque você queria ser entrevistado. Agora, não estou entendendo, não consigo entender e talvez essa tenha sido a grande razão de ninguém estar entendendo e até não crendo no seu depoimento, que pode lhe trazer grandes dissabores, só gostaria de saber por que, se quatro jornalistas o procuram, V. Sª corre à casa do Deputado João Alves? O que V. Sª teria para esconder ou contar para o Deputado João Alves que não pudesse contar para a imprensa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, o que contei para a imprensa, Excelência, não contei nem para o Deputado João Alves.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas, então, por que você foi à casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - *Fui avisar, porque estava sendo assediado e* que poderia se chamado; ele virou para mim e disse: "não, você não vai ser chamado, pode deixar que isso não vai acontecer, e não sei mais o quê". Cheguei, atendi, tratei bem os jornalistas, falei o que tinha que falar...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, quero saber, quero que V. Sª dê uma explicação, pelo menos o que a inteligência média possa entender: se quatro jornalistas te procuram, se V. Sª é que dá o endereço aos jornalistas, então, tão logo esses jornalistas se aproximam para chegar a sua casa, às oito horas, como V. Sª sai correndo e vai à casa do Deputado João Alves? Pedir o quê? Eventual proteção? Perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, evitemos o você, é a terceira vez.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço. Por que V. Sª teria ido à casa do Deputado João Alves? Foi pedir proteção? Foi perguntar a ele o que V. Sª deveria dizer *aqui nesta Comissão?*

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não fui perguntar, não Senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O que V. Sª foi fazer?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Queria saber como é que ficava a minha situação?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Era ele que deveria explicar para V. Sª qual era sua situação perante a imprensa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não perante a imprensa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Perante quem?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Perante a Comissão, porque eu seria chamado e seria assediado por todos os Parlamentares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª foi se aconselhar com ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não fui me aconselhar. Fui falar, conversar com ele o que estava acontecendo e ele simplesmente me disse o seguinte: "você diz o que quiser, entendeu? Você diz o que quiser, o que você sabe e o que quiser falar, pode falar".

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª disse que permaneceu na casa dele, foi recebido na casa dele sem ter marcado previamente e permaneceu lá por vinte e cinco minutos conversando.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Vinte, vinte e cinco minutos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Vinte, vinte e cinco minutos. O que não estou conseguindo entender é se V. Sª marca uma audiência com a imprensa e antes disso corre à casa do Deputado João Alves. Então, só posso presumir que V. Sª foi perguntar: o que V. Exª quer que eu diga? O que é que V. Exª quer que eu omita? O que V. Exª quer que eu fale e o que acha que não devo falar? Porque não posso compreender que V. Sª vá pedir proteção ou conselho ao Deputado João Alves que nada tinha a ver entre V. Sª e a imprensa que iria te entrevistar.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas não fui pedir conselho a ele.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi pedir o quê?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui informá-lo de que estavam me procurando e que iria falar o que eu sabia. Então, ele falou para mim, a resposta dele foi a seguinte: "Você fale o que quiser, você diga o que quiser, o que sabe; só não pode falar o que não sabe." Então, estou falando o que sei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Quer dizer que V. Sª foi lá só para comunicá-lo de que iria ser chamado eventualmente nesta Comissão? Só para isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ficou vinte e cinco minutos na casa dele para dizer "eu acho que devo ser chamado na Comissão"? Não pediu proteção?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não pedi proteção.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E voltou de lá às dez e meia da noite? Então, ficou mais de duas horas.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu não cheguei lá às oito horas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A que horas chegou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Cheguei depois de oito horas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O senhor já falou e está gravado. Lembre-se de que o senhor está sujeito - já foi avisado - a penas criminais. Então, o senhor deve pensar bem sobre o que está dizendo; o que o senhor falou está gravado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu sei que está gravado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A que horas o senhor chegou à casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Cheguei por volta de oito e meia.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E ficou até às dez e meia? Ou não passou duas horas na casa dele? Passou quanto tempo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não passei mais do que vinte e cinco minutos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, só queria deixar muito claro, com essa pergunta, que não existe possibilidade de que o bom senso possa suportar que alguém vá ficar até às dez horas da noite ou ir às oito e meia da noite à casa do Deputado apenas para dizer que tinha receio de ser chamado na Comissão, quando toda a imprensa já tinha publicado essa matéria.

Gostaria agora de fazer a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Tivemos aqui, Sr. Presidente, três depoimentos. O depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos, que veio acompanhado de advogado por razões óbvias: porque era o acusador e suas palavras poderiam representar, amanhã, eventual acusação criminal contra ele. Tivemos, em seguida, o depoimento do Deputado João Alves que, evidentemente, estava sendo acusado de implicações gravíssimas e, por isso, veio acompanhado de advogado. Tivemos hoje o depoimento do Dr. Normando Cavalcante, que está sendo acusado até criminalmente pela sua firma SEVAL de implicações criminais e, por isso, veio acompanhado de advogado.

Hoje, temos a presença do Sr. Eli Lopes Leitão, que é um mero informante, uma mera testemunha, sem nenhum risco de implicação do que disser ou venha a dizer e, portanto, gostaria de saber dele por que contratou um advogado para vir a esta Comissão prestar um depoimento tão singelo e que não implica nenhuma responsabilidade para ele. Por que contratar um advogado para vir aqui? Para defendê-lo? Para protegê-lo ou para orientá-lo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu tinha que ter a orientação de um advogado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Por que, se o senhor é uma simples testemunha e veio aqui dizer o que disse agora: que não tem implicação em nada?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes da resposta não. Darei a palavra a V. Exª após a resposta do depoente.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque acho que é um direito meu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O senhor acha que é um direito seu contratar um advogado, quando o senhor não temia nada e diz o que disse aqui, que não implicou nada, que não acusou ninguém. Apresentou menos fatos do que a imprensa já narrou.

O senhor declarou aqui que lê a revista **Isto é**, a revista **Veja** e que vem acompanhando o caso pelos jornais. Por isso quero saber qual a necessidade de contratação de um advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Para me proteger. Proteção.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Para lhe proteger. Era o que queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Presidência não me dá nenhuma autoridade para aconselhar quem quer que seja, mas a experiência da minha vida e a circunstância especial da CPI permitem-me chamar a atenção dos nossos colegas que são um pouco mais veementes na maneira de falar.

É evidente que aqui existem advogados acompanhando as testemunhas ou até informantes. Ainda há pouco - eu não estava na Presidência - lastimei que o meu querido colega, o Senador Ney Maranhão, pudesse ter falado e se expressado da maneira como se expressou.

Do pouco que conheço o Deputado Najar - e já o admiro - noto que S. Exª é muito veemente. É preciso deixar claro neste plenário, nesta reunião, que, amanhã, nada poderá autorizar o advogado, que está sentado à direita do depoente, a dizer que o depoente, pela forma veemente pela qual foi inquirido, tenha sofrido qualquer tipo de coação, até no seu raciocínio.

Peço, portanto, como Presidente da CPI, nesta noite tão significativa, que tenhamos o cuidado ao fazer as perguntas e também evitarmos - não foi o caso agora - fazer julgamentos como foram feitos e para os quais chamei a atenção de um dos inquiridores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, a Constituição brasileira afirma que todos são iguais perante a lei. O Congresso Nacional deve ser o lugar onde isto mais deva ser respeitado. É fato, em geral, na sociedade brasileira, que as pessoas que têm formação superior, as pessoas que, às vezes, não têm formação superior e atingem um cargo na vida, como o de senador ou deputado, sejam chamadas...

Perdão, como vou formular a questão de ordem ao Sr. Presidente se a Srª Deputada, Beth Azize, coloca-se na frente? Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não podia vê-lo, mas pude ouvi-lo. V. Exª discorria sobre a Constituição e os direitos iguais para todos; chegou a dizer que, em determinados momentos, as pessoas faziam curso superior e, então, parou.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Os parlamentares normalmente são chamados, no mínimo, de "senhor", senão de "S. Exª" ou "V. Exª".

Eu queria notar que V. Exª, bem como o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, em inúmeras oportunidades, corretamente chamaram a atenção dos parlamentares para que ao depoente se dirigissem na forma de "o senhor". Infelizmente, Sr. Presidente, foram inúmeros os parlamentares que utilizaram a expressão "você" como uma forma de intimidar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é pela ordem, V. Exª está praticamente levantando uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou levantando uma questão de ordem ao Presidente, pela ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, se não foi para intimidar, foi porque alguns se esquecem de que uma pessoa, sendo motorista ou tendo uma função de trabalhador mais simples, não pode, quando está depondo perante uma CPI do Congresso Nacional, ser tratada de uma maneira que não seja a mais respeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É essa a questão de V. Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria de fazer o apelo aos Deputados e Senadores para, qualquer que seja a pessoa aqui presente, que se respeite aquilo para o qual V. Exª nos tem chamado a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento, cabe a mim dirimir a questão de ordem. O Senador Suplicy levantou uma questão de ordem, ou seja, praticamente trata-se de um questão de reclamação contra os trabalhos.

O Deputado Vivaldo Barbosa, em um dos dois depoimentos, dirigiu-se sistematicamente ao depoente por "você", e até dissemos que tivesse cuidado com a intimidade. Mas, na Presidência destes trabalhos e durante o tempo em que o Deputado Odacir Klein esteve presidindo, não creio que "você" tivesse sido aqui usado como uma forma de desprestigiar ou menosprezar a inexistência de grau superior, de formação, de educação.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pergunto ao depoente a respeito dos descontos de cheque que fazia pelo Deputado José Alves. Esses cheques eram sempre de emissão do Deputado ou havia cheques de emissão de outras pessoas, como aconteceu naquele caso do cheque do atual Deputado Fábio, que foi depois depositado na conta dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Primeiro, todos os cheques pequenos foram emitidos pelo Deputado João Alves, por nenhuma outra pessoa. Todos foram emitidos por ele. Agora, a outra transação do Deputado Fábio Raunheitti, essa não sei se foi emitida por ele, porque não vi o cheque; só ajudei, só cumpri minha obrigação transportando os dois. Ele não era Parlamentar ainda, o Deputado Fábio, e sim João Alves. Agora, os cheques pequenos que eram para as despesas da casa dele, de carro, disso e daquilo outro eram todos emitidos por ele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E os cheques grandes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Aos cheques grandes não tive acesso, porque eu normalmente o levava, e ele fazia a transação lá... para quando voltava, entendeu? Eu não via, entendeu? Eu não via, Deputado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É que V. Sª, no início do seu depoimento, disse que ele sacava quantias elevadas.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim. Mas eu não via se era emitido por ele. Isso é que estou dizendo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª chegava com o cheque na boca do caixa, apresentava o cheque lá e não via quem estava emitindo o cheque?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É. Cheques altos, igual falei, várias vezes estive no AGROBANCO e ficava no carro, porque não tinha estacionamento. Ele ia lá, ou sacava ou depositava. Não tive acesso a isso, eu não via.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E os depósitos eram feitos em conta dele mesmo, do Dr. João Alves? quando V. Sª sacava de um banco para levar para o outro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sempre em conta deles?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Em conta deles mesmos, dele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª disse aqui que fazia jogos em loterias para o Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Cansei de fazer.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Esses jogos eram feitos em que casas lotéricas, lembra?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Camisa 10.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Só na Camisa 10 que V. Sª apostava?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Os que fiz, tá?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Tem conhecimento se ele fazia também em outras casas lotéricas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E esse número de apostas, na ocasião, eram apostas elevadas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eram.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª tem idéia, sabe fazer uma estimativa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É... por volta de... A moeda na época, não estou lembrado, mas 10, 12 mil, não sei, por semana.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Era uma quantia que o assustava pelo volume?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Era, porque eu não ganhava nem 1/3 daquilo, não ganhava nem 1/5 daquilo, praticamente, na época, entendeu? Agora eu deixava os jogos dele lá, e ele ia pagar, né? Ele que ia pagar. E depois de um tempo em diante, ele saía comigo para ir para a Câmara, deixava na Camisa 10, tá? Depois ele mesmo ia buscar e pagava lá. Eu ficava dentro do carro.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª apenas o levava. Era ele que ia buscar e que pagava?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª conhece o seu colega Josué Cardoso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Conheço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª chegou a conversar com o Sr. Josué Cardoso a respeito desses fatos todos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Encontrei Josué na quinta-feira, na Câmara, quando ele me falou que a imprensa o tinha procurado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele disse que... o que ele falou para mim foi o seguinte: que não sabia de nada, que falou com o jornalista que não sabia de nada, que isso e aquilo outro. Só.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E o que eles disseram disso aí?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Falei para ele... para ele não falei nada. Falei... a única coisa que conversei com ele e ele disse: Eli, capaz de você ser procurado também, entendeu? Isso foi a única coisa da minha conversa com Josué. Não conversei mais nada com ele, inclusive moro muito longe, ele trabalha num gabinete duma secretaria, parece, e eu trabalho na garagem. É totalmente... a gente não se encontra; dificilmente a gente se encontra e é nos corredores da Câmara só.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O funcionário que ligou para o Deputado Roberto Magalhães comunicando que V. Sª estava à disposição da CPI, esse funcionário qual é o nome dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi o Dr. Flávio. Foi ele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O nome do funcionário a quem V. Sª pediu que ligasse para o Deputado Roberto Magalhães, colocando-se à disposição?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Que eu saiba, nenhum.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não sabe o nome?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - A única pessoa que deve ter... que ligou dizendo que eu estava à disposição foi o Dr. Flávio.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A própria pessoa que falou...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Dá licença. Acho que foi o senhor mesmo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Isso. Muito bem. Gostei.

Muito bem. Gostei. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quero voltar aqui, Sr. Eli, à noite de sexta-feira. O senhor tergiversou muito a respeito do horário em que chegou à casa do Deputado João Alves. Eram dez para as oito -; oito, depois acabou sendo oito e meia; oito e vinte e cinco.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Saí da minha casa 10 minutos para as 8.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Esta é a quarta ou quinta versão que o senhor já está dando.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Saí 10 para as oito da minha casa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não irei discutir com o senhor. Estou apenas repetindo. O senhor já disse vários horários.

Quando chegou à casa do Sr. João Alves, o senhor foi imediatamente atendido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Tive que pedir permissão ao PM e ao porteiro.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sim. Pediu permissão e foi logo atendido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ligaram. Ele perguntou quem era.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não foi exatamente neste dia. Foi na sexta-feira passada. O senhor esteve na casa do Sr. João Alves. Não. Ele falou na sexta-feira. Sexta-feira que o senhor contratou o advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sexta-feira.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sexta-feira contratou o advogado à tarde. Quando esteve na casa do Sr. João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não foi quinta-feira à noite? Fiquei de receber o Luciano e a Teresa.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Foi quinta? Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu Deputado Luiz Máximo?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, Sr. Eli Lopes Leitão, como funcionário da Câmara dos Deputados, aproximadamente, há vinte anos, o senhor serviu ao Deputado João Alves como seu motorista particular?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Eu já era funcionário da Câmara dos Deputados e fui indicado para ficar à disposição dele.

O SR. FERNANDO CARRION - Foi cedido para operar com o Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Justamente.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor disse que o Deputado tinha um Galaxie e um Mercedes. O senhor servia ao Deputado nos seus automóveis particulares?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nos automóveis particulares.

O SR. FERNANDO CARRION - Não em viatura da Câmara dos Deputados?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No meu tempo, ele nunca usou a viatura da Câmara dos Deputados.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. Sr. Eli Lopes Leitão, qual a causa da sua demissão? Porventura, foi a desavença com outra pessoa que trabalhava na casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Foi diretamente com ele. É a discussão. Quase todos os dias discutíamos. Chega a uma hora em que tudo estoura, também. Não agüentei mais porque trabalhava. Não sou o melhor funcionário, mas eu era assíduo e não tinha horário para largar o trabalho. Dia de semana, eu ficava de sete horas, sete e quinze da manhã até oito ou nove da noite com ele. Isso quando não havia sessão. Quando havia, e ele ficava aqui, eram dez, onze horas da noite.

O SR. FERNANDO CARRION - O motivo das suas discussões com o Deputado João Alves era exclusivamente o excesso de carga de trabalho que o senhor fazia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não chegava a ser o excesso de carga de serviço. É porque ele é do tipo de pessoa que só ele está certo. Todo o mundo está errado.

O SR. FERNANDO CARRION - Está certo. Quanto tempo o senhor Eli Lopes Leitão ficou, após a sua demissão, sem falar com o Deputado João Alves? E outra indagação: o senhor pediu demissão ou foi demitido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nós nos desentendemos; um ficou para um lado.

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor foi demitido ou pediu demissão? Pediu as contas ?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Falei que não ia mais trabalhar com ele. E depois ele passou um tempão, porque ele não dá certo. Não sei como ele está com esse motorista do gabinete há uns três anos. Ele andou me procurando com o nosso diretor, várias vezes. Eu não quis ir. Quando foi um dia, eu cheguei no gabinete dele, ele parecia meio aborrecido - porque só vivia aborrecido - e virou para a secretária quando ela avisou: Deputado, o Sr. Eli está aí para falar com o senhor. Ele respondeu: "fala para o Sr. Eli que eu só posso atender lá pelo fim do mês."

O SR. FERNANDO CARRION - O senhor deixou de trabalhar para o Deputado João Alves há exatamente quatro anos. Bem, quanto tempo o senhor ficou sem falar com o Deputado João Alves, desde o seu pedido de demissão? Os quatro anos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, sempre que nos encontramos depois que deixei de trabalhar com ele, nós nos cumprimentamos. Nunca deixei de falar com ele. Sempre que nos encontramos nos corredores nós conversamos e nos cumprimentamos.

O SR. FERNANDO CARRION - Isto seriam falas, de uma forma casual. De uma forma bem formal. Eu pergunto se, nos quatro anos em que o senhor deixou de trabalhar com o Deputado João Alves, o senhor porventura tomou a iniciativa de fazer algum contato com ele, em sua casa ou em seu gabinete.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - De forma alguma.

O SR. FERNANDO CARRION - Então, a primeira vez após quatro anos, em que o senhor voltou a procurá-lo de uma forma clara, foi exatamente nessa data em que o senhor se apresentou na casa dele, conforme seu relato aqui.

O SR. ELI LOPES LEITAO - Foi.

O SR. FERNANDO CARRION - Ou seja, o senhor ficou exatamente quatro anos sem ter uma conversa específica com o Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sem ter conversa específica nenhuma, a não ser nos cumprimentarmos.

O SR. FERNANDO CARRION - Conversas casuais. Bem, a que o senhor atribui ter ficado quatro anos sem conversar com o Deputado, seu ex-patrão, e ter, exatamente nestes dias agora, ido a sua casa, como afirmou diversas vezes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque, como já falei, tinha combinado com o pessoal. Mas não fui "defender o ouro". Fui simplesmente falar-lhe que estaria sendo procurado e que iria atender o pessoal do jornal **O Globo** e da revista **IstoÉ**. E que a reportagem estaria na minha casa quando eu voltasse.

O SR. FERNANDO CARRION - Foi a única vez em quatro anos que o senhor achou importante ir ao seu encontro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi. Não que eu estivesse escondendo nada dele ou que ele me mandasse esconder alguma coisa. Fui simplesmente participá-lo de que a repórter já havia me procurado.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito. Ao tempo em que o senhor trabalhou com o Deputado João Alves - até 1989, presumo -, quantos imóveis o senhor lembra que o Deputado tenha adquirido para si e seus filhos ou parentes: apartamentos, fazendas, ou coisas dessa natureza?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei, Deputado.

O SR. FERNANDO CARRION - Não sabe. Em que data o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei também. Não posso afirmar porque não sei.

O SR. FERNANDO CARRION - Muito obrigado, Sr. Presidente. Está encerrada a nossa entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bem, eu gostaria de chamar a atenção porque as perguntas repetidas podem ser até indeferidas de pronto pelo Presidente. Pedimos que essas, em relação a esses quatro anos de desentendimento constante e depois uma separação por incompatibilidade de gênios, mas que na verdade ficou amigavelmente mantida, não fossem mais objeto de perquirição. Dou a palavra ao nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, acautelo-me e já me basta para aferir o valor do latifundiário depoimento do depoente. Renuncio a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, faço as seguintes perguntas ao depoente.

O depoente tinha interesse, ao prevenir o Deputado João Alves de que seria ouvido pela imprensa, em conseguir algum dinheiro dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor. Graças a Deus, não!

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Alguém lhe ofereceu dinheiro para o senhor falar ou não?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não. Graças a Deus, também não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nenhum familiar do...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nem ninguém, ninguém, ninguém.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O senhor tem que curso? O senhor estudou até que nível?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Terceiro ano do ginásio - na época que era ginásio.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O senhor falou no atual Deputado Fábio de antes que ele fosse Deputado. Poderia me informar o que ele era na época desse encontro em que o senhor o conduziu ao banco juntamente com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não tinha a menor idéia de qual era a atividade dele. Não tinha a menor idéia. Simplesmente o conhecia como o Dr. Fábio.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sim. Falou-se aqui - com o depoente respondendo a perguntas anteriores - em demissão. O senhor era empregado do Deputado João Alves? Tinha carteira assinada?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não. Sempre fui funcionário da Câmara. Não sei por que o nobre Deputado lá falou "antes da demissão" ou...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, nunca houve demissão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor. Simplesmente nós nos afastamos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - E esse afastamento poderia ser feito sem uma designação da diretoria da Câmara? Digamos: o senhor está trabalhando com o Deputado. Aí diz: hoje não trabalho mais com o senhor. É assim? Ou a Câmara tem que determinar com quem o senhor trabalha?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Acontece o seguinte: ele era Presidente da Comissão, e o motorista que ele usava não teria direito a gratificação nenhuma. Não sei

se na época ele era vice-Presidente da Comissão e o Senador Saldanha Derzi era Presidente e renunciou. Ninguém dava certo com ele. Eu fui, vamos supor, o último estopim queimado lá. Então, o meu diretor me indicou para ir trabalhar com ele, porque ninguém dava certo. Fui e passei esse tempo todo com ele. Mas não foi demissão. Simplesmente discutimos e ele...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Estou perguntando não porque pense que o senhor tenha sido demitido, mas pergunto para que, nos autos da CPI fique uma situação clara - que o senhor não era empregado do Deputado João Alves; era funcionário da Câmara e dirigia os carros de João Alves. E os combustíveis desses carros?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Saía, pelo menos, do bolso dele. Ele pagava com cheque no posto da 311 Sul. Normalmente, saíamos da 111 - quando estava sem gasolina, quando ela já estava acabando - e abastecíamos lá e ele pagava com cheque dele.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O senhor falou que ia a uma agência lotérica e lá deixava as apostas do Deputado João Alves. Confere isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Confiro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas o senhor não levava dinheiro nem recebia as apostas.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não levava dinheiro e nem recebia as apostas.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas o senhor soube das vezes que ele ganhou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Em um ano e pouco, mais ou menos, que passei com ele, ele deve ter ganho, na minha opinião - apesar de eu não saber a importância - umas vinte vezes. Isso eu garanto.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Vinte vezes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Em quase dois anos que eu levava jogo para ele. Mas nunca ouvi falar que ele tivesse feito a Sena também. Isso aí nunca ouvi falar.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sei. Mas o senhor sabe que ele ganhou umas vinte vezes...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei se ele ganhou a Sena. Isso aí não sei.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Estou entendendo a resposta do senhor. Agora eu queria fazer uma colocação para o senhor - não como se está fazendo. Pode ser que o senhor se sinta coagido perante esta Comissão, pelos fatos mencionados pelo Senador Suplicy, pelo tom de voz emitido pelo Presidente ou até mesmo por terem pedido opinião ao depoente e outras coisas tantas que excedem na verdade um testemunho. Mas eu queria perguntar: o senhor fica tranqüilo depois de afirmar que o Sr. João Alves ganhou mais de vinte vezes nesse pequeno período?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fico tranqüilo sim.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Fica tranqüilo. O senhor poderia me dar uma idéia do montante - se fosse dinheiro de hoje - das apostas que estaria fazendo o Sr. João Alves a esse tempo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - De dez a doze mil na época.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Dez a doze mil. Mas não sei o que isso possa representar.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas era a moeda da época.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Isso era muito dinheiro? Com relação ao seu salário, o que isso representava?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Acho que não representava nem 1/3.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Quanto o senhor ganhava nesse tempo e quanto ganha hoje?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Hoje, eu recebo líquido cento e quarenta mil cruzeiros.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Cento e quarenta mil cruzeiros. Se fosse cinco vezes, ele estaria jogando cento e quarenta vezes cinco, cento e quarenta vezes três, hoje vezes dois, um pouco menos do que cento e quarenta, um pouco mais do que cento e quarenta. Procure se lembrar.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na época parece que era cruzeiro, cruzado, eu não sei. Antes do cruzado isso. Então, vamos supor que fosse dez mil cruzeiros ou dez milhões, não sei. Na época, em 87 ou 88, não posso precisar quanto saía em termos de valores.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O senhor falou no banco AGROBANCO. O senhor nunca foi ao Banco do Brasil, agência da Câmara, fazer trabalho para o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Retirar salário dele ou então descontar cheques para ele, mas cheques, como já falei, de dois mil, três mil cruzeiros, que era a despesa trivial da casa dele.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Quando ele ia ao AGROBANCO, o senhor ficava no carro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ficava no carro por causa do estacionamento, que não existe ali: é difícil o estacionamento.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Agora lhe pergunto: o senhor sabe se ele ia depositar ou ia retirar, ou fazia as duas coisas, dependendo da data?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levei para depositar e para retirar.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, às vezes ia retirar, às vezes ia depositar. Quantas vezes o Deputado João Alves fez isso, acompanhado por outra pessoa? Isto é, no carro iam o senhor, o Deputado, de uma feita, e o atual Deputado Fábio Raunheitti. E nas outras vezes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi uma vez só com o Deputado Fábio Raunheitti, que não era Deputado ainda na época.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nunca mais foi com ninguém?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - *Com ninguém, não. Ia só eu e ele. Agora, eu* não tinha acesso aos depósitos dele e nem às retiradas, só quando eram cheques pequenos. Eu tinha acesso porque quem descontava era eu.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Agora, eu estava ouvindo o depoimento do senhor com muita atenção e até discordei de determinadas descortesias, porque acho que, como funcionário da Câmara, o senhor merece nosso respeito enquanto presta esse depoimento, e eu quero respeitá-lo ao máximo. Quero que o senhor, no entanto, me esclareça: o senhor usava um revólver no carro. Alguma vez o senhor foi abordado pela polícia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nunca foi abordado pela polícia. Esse revólver no carro pertencia ao Deputado João Alves. Ao dar-lhe o revólver, ele deve ter dado também instrução. Que disse ele ao senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - *Que a qualquer atitude suspeita, mandasse* bala.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Que o senhor atirasse.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só que eu não ia atirar nunca, porque eu, graças a Deus, tenho passagem limpa na polícia, tenho passagem limpa na minha repartição, e jamais eu iria me complicar porque tenho quatro filhos para criar.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas eu queria entender somente uma coisa: porque esse cuidado que o Deputado João Alves tinha? Ele tinha problema com empreiteiras? Ele tinha problema com outros Deputados? Ele tinha problemas com firmas diversas, bandidos, pistoleiros? Ele tinha desafetos? Quais os inimigos que o senhor conheceu do Deputado João Alves, exceto o marido dessa mulher com quem ele viveu?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nenhum mais, só esse rapaz ex-marido da mulher com quem ele viveu.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Alguma vez sentiu o carro acompanhado por outro carro, um carro perseguindo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor. Nunca fui acompanhado, não.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Falou-se aqui nas orgias sexuais do depoente que trouxe a denúncia a esta Comissão. O senhor sabe de outras orgias sexuais que envolvam pessoas igualmente referidas nesta Comissão e segundo esse noticiário que o senhor tenha ouvido, tenha lido, tenha visto nas revistas e jornais?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor. Eu vi não orgias sexuais. Simplesmente duas vezes fiquei com ele, levei ele para reveillon. Só.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas nesse reveillon todo mundo era vestido mesmo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Vestido. E ele é um homem que, por sinal, não bebe.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O senhor diz que ele não bebe?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não bebe e tem raiva de quem bebe. (Risos) Não é defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não responda o que não foi perguntado. Até o Deputado ir para o reveillon ainda passa, agora...

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra como requerente. Por que V. Exª escreveu requerente, posso saber?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Aquele que requer a CPI o que é? Não é o requerente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas disso V. Exª abriu mão e escreveu como suplente e como inscrição. Então, V. Exª vai falar como inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Hoje abri mão do meu direito de requerente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas se V. Exª coloca de novo o requerente acabou reavendo o direito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou na ordem dos suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não estou reclamando nada disso, ao contrário, V. Exª sabe com que fascínio o ouço.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Eli Lopes Leitão, eu gostaria que o senhor informasse, de forma completa, quais os bancos que normalmente o Deputado João Alves utilizava, para os quais o senhor levava ou dos quais buscava dinheiro. V. Sª mencionou o AGROBANCO e quais mais?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O AGROBANCO, o Banco Holandês e a Agência do Banco do Brasil da Câmara.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só esses três?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só esses três.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando o Deputado João Alves lhe deu um revólver, ele pediu que o Senhor treinasse como manusear a arma?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor achou que poderia utilizar aquela arma sem qualquer treino?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Jamais eu a utilizaria.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, o senhor nunca treinou?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, nem sei manusear uma arma.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor disse que levou envelopes à SEVAL. Alguma vez o senhor levou o Deputado João Alves à SEVAL?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, fui sozinho, com os envelopes lacrados.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando o senhor chegou, sexta-feira à noite, na casa do Deputado João Alves, ele estava tranqüilo?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Estava tranquilo e até riu quando falei que estava sendo assediado e que eu ia receber...
O SR. EDUARDO SUPLICY - Ele disse que estava todo mundo errado, só ele estava certo.
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mais ou menos isso, mas ele ficou rindo.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor alguma vez perguntou ao Deputado João Alves se ele poderia lhe ensinar como ganhar tão fácil na loteria?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, eu nunca ganhei.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas o senhor mencionou que o viu ganhar vinte vezes em um ano.
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Se eu não tinha dinheiro para jogar nem dez cartelas, como que eu ia jogar cem, duzentas cartelas?
O SR. EDUARDO SUPLICY - E o senhor não ficou curioso para saber e nem perguntou a ele como ele ganhava tanto?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não falei.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor já descobriu como ele ganha tantas vezes?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não sei como ele ganha.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor conhece ou ouviu o Deputado João Alves falar da Srª Noelma?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não conheço essa senhora.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas o Senhor ouviu falar que, há 32 anos, em Salvador, na Bahia, a Srª Noelma trabalha com ele?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não ouvi.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Alguma vez ele comentou com amigos, no automóvel, ou com o senhor que ele tinha uma - vou usar a expressão que ele aqui usou - uma velha preta de muita confiança? Aliás, quem usou essa expressão foi o José Carlos Alves dos Santos, ao se referir ao diálogo com o Deputado João Alves.
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, comigo não.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor conhece o Sindicato dos Servidores do Legislativo, o SINDILEGIS?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, senhor.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O Presidente do SINDILEGIS, hoje, concedeu uma entrevista na Rádio CBN, que eu ouvi, informando que havia oferecido tanto ao Senhor Eli Lopes Leitão quanto ao Senhor Josué, serviços jurídicos e apoio total, não é?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - É.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É correta essa informação?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas só recebi hoje de tarde. Como não estava tendo ninguém em casa, ele deixou lá o papel.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O que diz o papel? O senhor poderia lê-lo, por favor?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - *Leio sim. Diz o seguinte:*

"Caro Eli,
Estivemos aqui hoje, 25.10.93. Por favor, me ligue.
Mauro Dantas, Presidente do SINDILEGIS.
Fones: 347.5374 - Residência.
322.1441.
BIP - 229.
Queremos lhe ajudar com os nossos advogados."

Eu recebi isso hoje de tarde.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor já entrou em contato com o Sr. Mauro Dantas?
O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Eu vinha chegando, e ele bateu em minhas costas e disse que qualquer serviço que eu precisasse...
O SR. EDUARDO SUPLICY - Portanto, o senhor está ciente de que o SINDILEGIS está em condições de lhe proporcionar todo o apoio moral, jurídico, de

proteção e de solidariedade, como servidor desta Casa, no caso de o senhor, se houver necessidade, ter, porventura, qualquer gasto com advogado.

Só hoje é que o senhor soube disso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só hoje. Recebi hoje à tarde, porque não está ficando ninguém na minha casa. A minha casa está ficando trancada direto. Estamos na casa dos meus irmãos, dos meus cunhados, e o apartamento está fechado, porque até hoje de manhã ainda tinha gente por lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O senhor conhece o motorista que trabalhou com o Deputado João Alves no ano de 1991, quando ele foi Presidente da Comissão Mista do Orçamento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Esse já é um motorista dos gabinetes.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E qual é o nome dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu não o conheço. Eu não sei o nome dele. É fácil de encontrá-lo. Sabe onde, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois não.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No Anexo 4, ali na garagem. Ele fica lá; é onde ele estaciona. Eu não o conheço de nome; só o conheço de vista.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Deputado João Alves, desde a semana passada, está com proteção da Polícia Federal. Certamente, havia, portanto, policiais da Polícia Federal no apartamento do Deputado João Alves quando o senhor o visitou na sexta-feira à noite.

Houve alguma testemunha de sua conversa com o Deputado João Alves? Alguém estava lá?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Ele me atendeu na sala, só ele. Estávamos somente eu e minha esposa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia exemplificar algumas das discussões? Que tipo de discussão V. Sª tinha com o Deputado João Alves? O senhor mencionou que todo dia tinha uma discussão. O senhor poderia descrevê-las?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Descrevo. Até o itinerário ele tinha. Se fugisse... Um dia ele queria ir por um lugar; outro dia, ele queria ir por outro. Ele gostava muito de sair ali por trás da Avenida das Nações. No dia em que pegava outro itinerário, era discussão certa, entendeu? Era assim. Ou, então, se fosse fazer alguma coisa para ele e demorasse... Outra coisa: se ele chegasse embaixo, na garagem - eu teria que ficar lá, perto do carro dele -, e se eu estivesse lá em cima, na portaria, ele ligava e já vinha dando bronca, porque eu estava lá em cima e não perto do carro. Então, eram discussões desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, não sei se seria o caso, mas, aos meus olhos, estamos ouvindo uma pessoa coata, uma pessoa que está sob coação.

A lei civil manda, quando um juiz nota que uma testemunha, ou qualquer pessoa, no ato jurídico solene, perante o juiz, está visivelmente coata, que ele suspenda o ato e invalide todas as práticas.

Queria consultar V. Exª se sou só eu que está com essa impressão de que a depõe sob grave ameaça ou sob coação, porque o depoimento da testemunha tem hiatos. Mesmo quando parece falar a verdade, Sr. Presidente, notamos que uns determinados trechos do depoimento não se completam, não se fecham. Falta a lógica do acontecimento, como foi tão perseguido por esta Comissão, até de modo emotivo por alguns dos que interrogaram a testemunha convocada.

Eu queria submeter a V. Exª que examinasse à semelhança do Código de Processo, quer o Civil, quer o Código de Processo do Judiciário Penal, se não estamos diante de uma pessoa acuada e, portanto, sem condições de dar um depoimento veraz.

Estou sinceramente com essa preocupação, Sr. Presidente. Nitidamente, não há conexão nos fatos narrados.

Agora, veja, V. Exª que, pelo depoimento da pessoa que aqui veio, note bem esses detalhes que vou dar, que levam a essa conclusão. Ele se ofereceu a vir. E veio. Ele desapareceu antes de se oferecer a vir. É um fato contraditório. Um fato é contraditório perante o outro. Note V. Exª que ele traça o Deputado João Alves como uma pessoa de temperamento sangüíneo-colérico; um temperamento forte, que agride, que reclama. Por que, de repente, o Deputado João Alves seria tão manso, nessa hora tão grave, de dizer: "diga o que você quiser, fale o que você sabe". Quer dizer, quando o Deputado João Alves reclamava se ele atrasava um pouquinho. Até uma mudança de roteiro era um grito, era um protesto. Ninguém podia trabalhar com esse homem porque ele era raivento. E essa raiva não se teria manifestado agora? Não teria ele...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que se atenha a argumentar sobre a razão pela qual acredita que o Depoente está coagido.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque isso atinge a Mesa e atinge a todos nós. V. Exª é uma pessoa que...

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Acho que não é uma pessoa que, não digo coagido, digo coato, porque acho que a coação é vigente. Acho que está

havendo uma coação presente. Ele sabe que, se falar, algo de grave acontece a ele, a seus bens ou pessoas de sua família.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é a diferença jurídica? V. Exª que é um camiliano. Qual é a diferença jurídica entre coatar e coagir?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Coagido, a coação houve. Coato, a coação é presente. Está havendo nesse exato momento. Sinto a testemunha sob coação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço o Relator, antes de dar a informação a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão. Vou ouvir o Relator primeiro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, no meu entendimento, o Depoente ou está coato, ou está subornado. Eu, como Relator, já tomei a minha decisão. Não levarei em conta este depoimento.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, pronto. Está coato.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, se V. Exª deve ou não suspender, ou anular, acho que isso deve ser uma decisão do plenário.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Requeiro que se submeta ao plenário a validade ou a invalidade absoluta do depoimento do motorista da Câmara, Sr. Presidente, porque há afirmativas aí que são contraditórias sobre a personalidade da pessoa pesquisada. A coisa é muito grave, Sr. Presidente. Isso pode levar a uma decisão inadequada, essa peça é jurídica. O motorista disse, dirá o advogado, amanhã, perante o Supremo: o que ele está dizendo vai aparecer lá, se deixarmos isso como uma peça válida. Não estamos diante de um depoimento válido. Pelo menos não é lógico.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que V. Exª já expendeu bem o seu belo argumento. Já ouvi o Relator. Ele já declarou que, do ponto de vista do Relator, esse depoimento não lhe terá validade.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, não adianta prosseguí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Adianta prosseguí-lo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Quando digo que não adianta prosseguir, é minha opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria, antes de qualquer questão de ordem, de perguntar ao Depoente: O senhor se considera coagido ou coato, segundo a lição?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor. Não, senhor, e pode procurar quem quiser, como tomar um depoimento de vizinha minha, não tenho carro, não tenho nada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Sª traz a sua declaração de bens.

Quero saber apenas se...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não discuta comigo!

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero apenas que diga se sentiu que está declarando aqui com total liberdade do seu pensamento.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Estou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou, então, submeter ao Plenário, já que V. Exª me submete assim, nesta altura dos acontecimentos, para saber se...

A SRª BETH AZIZE - Sr. Presidente, sem querer perturbar os trabalhos desta Comissão, eu gostaria apenas de dar uma colaboração aos trabalhos que V. Exª dirige.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

A SRª BETH AZIZE - Com a minha experiência de dez anos de magistrado, adquiri muita vivência no trato com uma testemunha e gostaria que o nobre Relator indagasse ao depoente, porque não é a minha vez de fazer pergunta, se ele tomou algum medicamento antes de vir para cá e que tipo de medicamento tomou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor ouviu, Sr. Eli?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ouvi, sim senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor pode responder?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nenhum.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nenhum. O senhor, aliás, não toma remédio usualmente?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, Senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca tomou estimulante?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem tranqüilizante?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca foi a psiquiatra nem a neurologista?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

A SRª BETH AZIZE - Sr. Presidente, só para concluir, eu gostaria de sugerir à mesa, se possível agora, que submetesse a testemunha a um exame médico

incontinente, para saber se na sua corrente sanguínea existe alguma dosagem ou de tranqüilizante...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra como relator. Para concordar, porque a minha assessoria insistentemente tem me dito que ele está evidentemente estimulado.

A SRª BETH AZIZE - É isso o que nos parece também, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como eu não entendo, eu não tenho notado isso, mas já que V. Exª está requerendo, com sua experiência de magistrado, e a minha assessoria vem insistindo nisso desde o início...

A SRª BETH AZIZE - Que seja feito agora o exame.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, só pode ser agora. Concordo inteiramente com a providência.

A SRª BETH AZIZE - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Suspendo a reunião por alguns minutos, quero consultar o serviço médico.

(A reunião é suspensa às 10 horas e 40 minutos e reaberta às 10 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou reiniciar a reunião.

Pergunto ao meu nobre e distinto colega, Senador Cid Sabóia de Carvalho, se insiste na sua colocação de que, segundo o seu ponto de vista, este depoimento estaria desde já inquinado de nulidade.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, eu requeriria ao Relator que fizesse a seguinte pergunta ao depoente: se tem medo que algo de ruim aconteça a ele, a seus bens ou a pessoas de sua família, em face do que disser aqui nesta Comissão.

Segundo a resposta, poderei manter. Agora, a questão de ordem eu não fiz em tom imperativo, eu fiz uma consulta à Mesa. Eu não quero a suspensão dos trabalhos; tenho uma formação de caráter jurídico. V. Exª sabe que, pela minha formação - que V. Exª acompanha tão de perto - eu jamais criaria um embaraço. O meu zelo é técnico, e sempre pelo zelo técnico neste Senado Federal.

Eu não requeri exame médico, porque a coação se comprova é pela circunstância, não é pelo exame médico, que é nos termos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta será feita se o Relator se dispuser a fazer.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor ouviu a pergunta? Se o senhor teme alguma violência contra a sua pessoa, contra o seu patrimônio ou contra a sua família.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não tive nenhuma violência. Agora, medo eu tenho que aconteça à minha família. A mim eu não tenho medo não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o senhor pensa que pode ter alguma preocupação com a sua família a partir do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei de quem, não posso nem saber de quem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas não o exclui.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não o excluo, não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E haveria alguém de outra natureza, que não o Deputado João Alves, que pudesse também fazer com que o senhor esteja com receio de que, saindo daqui, fosse obrigado a não dizer a verdade, correr o risco do seu perjúrio, com medo de uma ação contra a sua família ou contra o senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não tenho medo disso não. Eu vou para a minha casa quando eu sair daqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei para onde o senhor vai.

Eu quero saber se vamos continuar a reunião. Os que estiverem de acordo com a questão "continuar"...

O SR. - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por obséquio, levantem o braço. (Pausa.) Tenho maioria para continuar a sessão.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Sr. Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, é a primeira vez que peço a palavra pela ordem. Foi aventada, Sr. Presidente, a necessidade de se fazer um exame **antidopping**. Fui à Mesa e disse a V. Exª, na linguagem de advogado, que isso seria despiciendo, porque, se S. Sª o depoente estiver sedado - e é até natural que esteja - é até bom que esteja, para que ele tenha a tranqüilidade necessária, até para sua família, venha se oferecer...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...voluntariamente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim, voluntariamente para fazer um depoimento. Aí, nesse instante, Sr. Presidente, eu sugeriria - até como médico, e há médicos aqui - que se fizesse, depois, um exame de sanidade mental dele, para saber se esse homem é psicológica ou psiquiatricamente normal, se não se trata de um efeito imitação, à procura de uma notoriedade - e V. Exª vê que não faz sentido - para

podermos, então, avaliar a real validade ou não deste depoimento. Era essa a questão de ordem que eu queria fazer.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As contribuições de V. Exª são sempre muito preciosas. Vou considerar com a Mesa em seguida a sugestão que V. Exª faz.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, enquanto eu termino ao menos uma palavra que dou a um colega. Receio apenas, nobre Senador Francisco Rollemberg, que em outros casos tenhamos que ter o mesmo procedimento, porque vamos ter oportunidade de fazer vários pedidos aqui de exame psiquiátrico de testemunhas e de outras pessoas. Não descarto desde logo a hipótese de V. Exª, mas peço, com a polidez, que é sempre uma das marcas distintivas de V. Exª, que me permita decidir isso depois em reunião da Mesa.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Foi apenas uma sugestão, e o que a Presidência decidir acatarei com a maior tranqüilidade. Todavia, achei-me no dever de fazer esse alerta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem havia pedido a palavra pela ordem?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer algumas ponderações. A testemunha prestou seu depoimento sob compromisso, e está prestando depoimento. Se está faltando com a verdade, seja porque razão for, vai sofrer as conseqüências desse seu ato. Falar-se aqui, com a **permissa venia** do ilustre Senador, em exame de sanidade mental de testemunha? Faz-se exame de sanidade mental de réu. Aqui S. Sª é um depoente. Fazer exame **antidopping**... e se se fizer um exame **antidopping** e verificarmos que na sua corrente sangüínea há qualquer quantidade que seja de barbitúrico, ou seja lá do que for? O que isto vai servir para invalidar o depoimento da pessoa?

Então, acho que temos de prosseguir com a inquirição da testemunha. O valor deste depoimento será dado por aqueles que serão encarregados do seu julgamento. E sempre a própria lei estabelece, no crime de perjúrio, que até antes do julgamento final o réu tenha oportunidade de retratar-se para fugir a qualquer punição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator. E espero que possamos prosseguir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª e ao Plenário que quando a Srª Deputada Beth Azize levantou a hipótese de ele estar sob efeito de estimulante, e eu concordei que o exame fosse feito, primeiramente, não era interrompendo o depoimento e sim no final. Segundo, porque se se provar que S. Sª está sob o efeito de estimulantes isso vem reforçar a tese do Senador Cid Sabóia de Carvalho de que S. Sª está acuado. Aqui ninguém agiu levianamente, todos aqui agiram responsavelmente.

Agora, quanto ao problema de nós divergirmos, é um fato natural. Se todos pensássemos de maneira igual, não estávamos aqui.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas outros depoentes alegaram que tomaram tranqüilizantes para...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Hoje pela manhã, inclusive.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu falei estimulante, e não tranqüilizantes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós decidiremos isso...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas, em termos legais, funciona da mesma maneira. Qualquer decisão de V. Exªs será bem acatada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Conheço a polidez e o cavalheirismo de V. Exª. Apenas, eu, mero tocador de tambor, na hora em que me vejo surpreendido com as propostas que foram colocadas aqui, temi que estejamos proporcionando, a partir de uma momento dessa natureza, a possibilidade de, amanhã, uma contestação claríssima. Por isso, até tive o cuidado, já com o Deputado João Alves, que estava aqui assistido por seu advogado, em terminar a nossa reunião com a última pergunta que lhe fiz, quando perguntei se estava coagido - eu não fazia diferença jurídica do fato, apenas conheço os verbos e diferentemente em termos apenas de etimologia - e ele fez ao contrário, uma louvação da Mesa. Não se sentiu coagido em nenhum momento, respondeu tudo com absoluta tranqüilidade e eu estava convencido que, fazendo isso, eu tinha aquilo que na minha velha Artilharia se chamava a contrapreparação preventiva. Eu estava anulando a possibilidade de se inquinar essa inquirição, feita sob forma de coação.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A coação aqui seria de terceiros sobre a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estávamos nós com o último...até perdemos, aqui, na agitação nossa... agora temos os não-membros... Ah, falta o Deputado Zaire Rezende, que é o último da lista dos Suplentes.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Eli, o Deputado João Alves tinha um avião ou mais de um avião?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu vim saber pela revista que ele tinha, eu antes não sabia.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor sabe se ele tinha mais de uma propriedade, aqui, em Brasília, ou fora de Brasília?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - A propriedade que não é nem dele... da Casa é a única que eu sei, onde ele mora é na SQS 111.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor, nesses 4 anos e meio que trabalhou com ele, evidentemente, deve ter assistido visitas chegarem a sua casa ou a seu apartamento. O senhor poderia dizer se ele recebia visitas freqüentes de políticos e quais os políticos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não me lembro não. Como eu falei eu ficava muito lá embaixo, na garagem. Dificilmente eu ía lá para cima, para o pilotis. Então, não me recordo não.

O SR. ZAIRE REZENDE - Tampouco empresários? O senhor nunca viu ele receber visitas de empresários?.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor disse que ele lhe dava gratificações.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele dava uma gratificação mensalmente.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor acha, então, que ele era um homem generoso, apesar do génio difícil?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele não era generoso, ele simplesmente estava cobrindo parte de um trabalho que eu tinha com ele; uma parte do salário pelo que eu fazia por ele. Eu ficava até tarde da noite. Pegava às 7 horas da manhã e ficava até tarde da noite. Então aquilo seria uma gratificação, um agrado que ele me dava.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo. O senhor disse também que, conversando com ele a respeito do seu possível depoimento, ele lhe disse: "fale o que você sabe. O que quer dizer isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele falou que não tinha medo do que eu viesse falar. Ele não teria medo de que eu chegasse aqui e falasse, que para ele "tanto fazia como tanto fez".

O SR. ZAIRE REZENDE - Ele quis simplesmente dizer que o senhor tinha liberdade de falar inclusive coisas que poderiam depor contra ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Podia. Ele disse que eu chegasse aqui e falasse o que achasse que devia falar. Contra ele ou a favor dele.

O SR. ZAIRE REZENDE - E o senhor tem coisas que podem depor contra ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Como?

O SR. ZAIRE REZENDE - E o senhor tem coisas a dizer que podem depor contra ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, acho que tudo o que eu tinha de falar eu já falei, inclusive estou dizendo que não estou coagido, não estou coato. Estou falando o que eu sei, estou falando o que eu sei.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Eli, a última pergunta. Ele, ao fazer os jogos da loteria, fazia sozinho ou tinha auxílio de outras pessoas para fazer?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele marcava lá em cima os jogos dele como estou falando...

O SR. ZAIRE REZENDE - Lá em cima? O senhor quer explicar...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Lá no apartamento dele.

O SR. ZAIRE REZENDE - No apartamento.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levava na Camisa 10, ele levava. Depois de um certo tempo, ele já não levava mais. O rapaz da Camisa 10 vinha apanhar no apartamento dele e, depois, vinha deixar de noite.

O SR. ZAIRE REZENDE - Isso quer dizer que ele é que fazia todos os jogos, não tinha auxílio de ninguém para poder fazer os jogos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Que eu saiba não. Só depois de um certo tempo é que o rapaz da loteria ía apanhar os jogos para fazer e, de noite, vinha deixar.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, é só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Começo a lista de inscrição dos não-membros.

A primeira inscrita é a Deputada Márcia Cibilis Viana.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Sr. Presidente, Sr. Eli Lopes Leitão:

O senhor presenciou algum encontro do Deputado João Alves com um cidadão francês na Churrascaria Spettus?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não foi na Spettus.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Qual foi a churrascaria?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi uma churrascaria no Setor Gráfico.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - E qual foi a conversa que o senhor presenciou? A conversa foi em Português?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, foi no Dias das Mães. Fui com minha esposa e meus filhos comer um tambaqui - sou amazonense - na brasa com a minha família.

Ele só me cumprimentou e à minha família, e como fiquei no salão de baixo, ele foi lá para cima, para a churrascaria.

Não tive...

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - O senhor não presenciou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Ele lhe confidenciou que teria comprado um apartamento desse cidadão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, eu já não estava trabalhando com ele, quando o encontrei na churrascaria.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Como é que o senhor sabia a cidadania desse indivíduo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque ele me apresentou como chofer dele, mas...

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - O senhor reconheceu? E esse cidadão que estava com ele, como é que o senhor soube que era francês?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque ele estava, acho, com a esposa dele e estava falando com o Deputado João Alves em francês.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - O senhor servia ao Deputado João Alves na SQS 111, em que bloco?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No Bloco "G".

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - O Deputado freqüentava algum apartamento no Bloco "F"?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputada, "G" de grave e "F" de felicidade?

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Exatamente!

O senhor nunca viu?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - O senhor não sabia da existência de uma senhora de nome Tânia a quem ele visitava e montou esse apartamento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Como?

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Tânia, que morou no Bloco "F"?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - O senhor costumava entregar apostas do Sr. João Alves a um apostador de nome "Periquito"?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, eu entregava jogos na loteria Camisa 10.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Mas o senhor disse que, posteriormente, o apostador vinha buscar as apostas...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Era o rapaz da Camisa 10.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - E o senhor não sabe o nome desse rapaz?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei.

A SRª MÁRCIA CIBILIS VIANA - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª sabe que me preocupou. (Risos.)

Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Obrigado, Sr. Presidente.

O senhor sabe em que ano que o senhor levava essas apostas para a casa lotérica Camisa 10?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi logo após eu ter começado a trabalhar com ele. Depois de um mês, mais ou menos.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor começou a trabalhar com ele em que ano?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Em 1984 para 1985 e parei na metade de 1989.

O SR. MORONI TORGAN - Não, isso não interessa.

Estou agradecido neste ponto.

O senhor sempre levou as apostas para a Camisa 10 nesses anos de 1984 e 1985?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Lá na 108 Sul.

O SR. MORONI TORGAN - Posteriormente, ia o funcionário da Camisa 10 fazer as outras apostas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele passou a apanhar e ir deixar.

O SR. MORONI TORGAN - E nesse período ele ganhou vinte vezes na loteria?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No período em que estava com ele, um ano e pouco, ganhou.

O SR. MORONI TORGAN - Ganhou vinte vezes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ganhou.

O SR. MORONI TORGAN - E, certamente, tinha que ser sorteado pela aposta feita na Camisa 10.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Certamente.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor tem telefone?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Tenho. Não é meu, é alugado, mas tenho em casa sim.

O SR. MORONI TORGAN - É no seu apartamento o telefone?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim.

O SR. MORONI TORGAN - O Deputado João Alves, na quinta-feira, antes de o senhor ir para a casa dele, ele lhe ligou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. MORONI TORGAN - Ele não ligou na quinta ou quarta-feira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, inclusive, meu telefone desde sexta-feira que não está funcionando.

O SR. MORONI TORGAN - Desde sexta-feira não está funcionando. Mas, na quinta-feira ainda funcionou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, na quinta-feira ainda funcionou.

O SR. MORONI TORGAN - Talvez possamos pedir para saber quais as ligações que foram feitas.

O senhor lembra quais ligações que foram feitas da sua casa e quais que o senhor fez, porque isso é fácil de requerer.

A TELEBRASÍLIA dá os números.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Na quinta-feira à noite, (ininteligível) da **Istoé** ligou avisando que ia lá em casa.

O SR. MORONI TORGAN - *Quinta-feira à tarde, quem ligou?*

O SR. ELI LOPES LEITÃO - À tarde, não sei, porque eu dei uma saída. Quem deve ter atendido o telefone em casa foram meus filhos ou minha esposa. Não sei, mas pode requerer também...

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª deu uma saída para onde?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui ao comércio, quinta-feira.

O SR. MORONI TORGAN - Ao comércio?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas pode requerer também.

O SR. MORONI TORGAN - Não, não tem problema, isso não tem problema.

V. Sª disse que várias vezes foi com o Deputado João Alves ao banco, aonde ele levava dinheiro ou buscava dinheiro. Está certo isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Certo.

O SR. MORONI TORGAN - Muitas vezes, eram quantias grandes.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - *Quantias vultosas.*

O SR. MORONI TORGAN - Por que ele tirava em dinheiro e não fazia esse transporte de banco para banco com cheques?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu sei que ele, por exemplo, tirou do ITAÚ, jogou no AGROBANCO. Veja bem.

O SR. MORONI TORGAN - Por que não se fazia... V. Sª disse - V. Sª entende disso, porque disse que, na Caixa Econômica, ele pegava um DOC.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quando ele ia receber um prêmio da loteria, pegava um DOC.

O SR. MORONI TORGAN - Pegava um DOC. Por que não pegava um cheque administrativo, que é muito mais seguro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sei lá, Deputado, não sei dizer.

O SR. MORONI TORGAN - Mas as transferências dele, ele fazia através de dinheiro mesmo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - *Dinheiro.*

O SR. MORONI TORGAN - Quando fazia, ele pegava em dinheiro?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Dinheiro.

O SR. MORONI TORGAN - Isso é característico - só para lhe informar - de quem não quer mostrar para onde está indo sua movimentação, porque qualquer pessoa normal pega o documento do banco e leva ao outro. Não precisa pegar o dinheiro e ainda ter o receio de ser assaltado no meio da rua.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pois é, mas ele fez...

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª é testemunha de que ele pegava em dinheiro. Isso é ótimo para a Comissão. É sensacional para a Comissão.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu disse...

O SR. MORONI TORGAN - Considero muito bom esse seu detalhe; esse seu testemunho de que o Deputado João Alves pegava dinheiro do banco, porque não queria mostrar a quem esse dinheiro estava sendo remetido. Era esse o seu depoimento.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levamos de novo do "Itauzão" para...

O SR. MORONI TORGAN - Não, não. Não estou perguntando sobre o "Itauzão", não. Estou perguntando sobre as transferências. Perguntei a V. Sª. o que normalmente acontecia. V. Sª me respondeu que essas transferências aconteciam em dinheiro.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Várias vezes.

O SR. MORONI TORGAN - Grande quantidade em dinheiro.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Várias vezes.

O SR. MORONI TORGAN - Várias vezes. Considero isso de tamanha relevância para a Comissão, porque qualquer Deputado, qualquer pessoa normal faz essas transferências por meio de cheques, a não ser que queira esconder de onde recebeu e para quem está mandando.

Penso ser importante esse seu testemunho nessa parte. V. Sª está prestando um bom serviço ao dar esse testemunho, como bem assessorou o Deputado Paulo Ramos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª me permite?

O SR. MORONI TORGAN - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi, agora, acrescido o nome de outro banco, além dos três que V. Sª havia citado. O que é o "Itauzão"?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - "Itauzão" é porque é ali no Setor Comercial. É aquele ITAÚ grande, que chamamos de "Itauzão".

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas o banco lá, qual é?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - ITAÚ.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bom, então, é um quarto banco que eu não tinha notado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, mas (ininteligível) o dinheiro.

O SR. MORONI TORGAN - Agradeço, Sr. Presidente.

Vou continuar.

Tenho uma curiosidade: onde é que ele passou os dois **reveillons**? Na casa de quem?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Aqui no Setor Comercial, onde há uma ladeira, na Galeria Nova Ouvidor - parece-me -, há um restaurante muito chique de...

O SR. MORONI TORGAN - Não precisa trazer um mapa não, só precisa dizer onde foi.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - (Ininteligível)

O SR. MORONI TORGAN - Com que amigos ele passou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele, uma senhora, que estava com ele, o filho dele, o Carlinhos, e mais dois casais.

O SR. MORONI TORGAN - Quem eram os dois casais?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Os dois casais, todos dois, amigos dele - não sei nem onde moram - encontraram com ele na 111.

O SR. MORONI TORGAN - Encontraram lá esses dois casais, ou encontraram com ele lá?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No apartamento.

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª viu esses dois casais em algumas outras ocasiões? Por serem amigos, provavelmente, deve ter visto.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, só vi... Tem mais uma coisa: no outro **reveillon**, já não estavam mais esses dois casais, no segundo **reveillon**, já foi ele com uma outra pessoa e o filho dele com a namorada dele.

O SR. MORONI TORGAN - Por que V. Sª se lembra do Fábio, que foi há 6 anos, e não se lembra desses casais?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque um casal já não mora nem em Brasília.

O SR. MORONI TORGAN - Em que trabalha? Como o senhor sabe que não mora mais em Brasília? Então, o senhor sabe qual é a atividade dele.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. O rapaz mexia com imóveis.

O SR. MORONI TORGAN - Mexia com imóveis, dono de imobiliária?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Por sinal, era baiano também.

O SR. MORONI TORGAN - Era dono de imobiliária ou coisa assim?

Quero lhe explicar que toda informação é relevante, como essa que o senhor prestou, agora, do dinheiro. Foi relevantíssima.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque esse rapaz, um dos casais que é casado mesmo, hoje é separado e é baiano também...

O SR. MORONI TORGAN - Não preciso saber a ficha dele. Só quero saber o emprego dele.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele vendia imóveis. O senhor lembra quando vendiam imóveis que davam dinheiro para o cara que comprava, isso e aquilo outro?

O SR. MORONI TORGAN - Ele fazia esse tipo de transação para o Deputado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Lembrei o nome dele.

O SR. MORONI TORGAN - Isso é importante demais.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Hamilton. O sobrenome não me lembro.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor está indo bem. O Sr. Hamilton fazia as transações imobiliárias para o Deputado e era amigo dele nesse sentido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não para o Deputado, não, para essas construtoras que ofereciam dinheiro para quem comprava.

O SR. MORONI TORGAN - Fazia para as construtoras, para as empreiteiras?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas não tinha nada com o Deputado João Alves.

O SR. MORONI TORGAN - Só era grande amigo dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Amigão dele.

O SR. MORONI TORGAN - Fazia transações para as empreiteiras e era amigo do Deputado. Está certo isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Certo.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor poderia falar mais alto, por favor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Posso. O amigo...

O SR. MORONI TORGAN - Não. Diga só se está certo ou errado, não precisa explicar mais.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pois é, essas empreiteiras...

O SR. MORONI TORGAN - Senão o senhor toma todo o meu tempo e não posso perguntar.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, só um instantinho. Essas empreiteiras que andaram vendendo apartamento oferecendo dinheiro ao comprador. Existiu isso em Brasília.

O SR. MORONI TORGAN - Empreiteira faz isso, também constrói edifícios.

Vamos continuar. Acho importante isso. Com relação à SEVAL, o senhor disse que, seguidas vezes, levava envelopes à SEVAL. Quero entender o "seguidas". Eram cinco a seis vezes por semana, eram duas a três vezes por mês, como era o "seguidas"?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Numa faixa de 15 em 15 dias.

O SR. MORONI TORGAN - Numa faixa de 15 em 15 dias...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - De 15 em 15 dias, dois a três envelopes lacrados.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor geralmente levava isso pela manhã, pela tarde, pela noite?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levava durante o dia: às vezes pela manhã, às vezes pela tarde. Por sinal, das várias vezes que fui lá, encontrei umas três vezes o Sr. Normando e entreguei direto. Quando não, entregava a uma das secretárias, que eram três na época.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor fazia esse contato entre o Sr. Normando e o Deputado, através dos envelopes e das idas e vindas que o senhor fazia lá?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levei várias vezes envelopes para lá. Ia lacrado, entregava. Quando ele não estava lá, eu entregava, porque ele tinha três secretárias.

O SR. MORONI TORGAN - O Sr. Normando era amigo do Deputado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sempre foi amigo. Pelo menos na época em que trabalhei com ele sempre foi amigo.

O SR. MORONI TORGAN - Acho isso importante também, que o dono da SEVAL era muito amigo do Deputado e que recebia documentos sempre do Deputado, de ida e de volta. O que é interessante, também, estabelece uma correlação entre a SEVAL e o Deputado.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Como ele levou também vários documentos ao gabinete do Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - O Sr. Normando levou vários documentos ao gabinete do Deputado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Do Deputado João Alves.

O SR. MORONI TORGAN - Isso é importante. O senhor, alguma vez, deu uma carona para ele da SEVAL até a Câmara, alguma coisa assim? - o que seria normal.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Ele ia no carro dele.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor tinha a proibição de levar qualquer amigo do Deputado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele não gosta nem que dê carona no carro dele.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor era proibido de levar amigo do Deputado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Qualquer um, a menos que ele mandasse.

O SR. MORONI TORGAN - Ele mandava levar os amigos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levei amigos que não lembro quem eram.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor fez um esforçozinho de memória com relação ao Hamilton e lembrou dele. Gostaria que o senhor tentasse fazer um outro esforçozinho para tentar lembrar, porque o senhor tem uma memória até boa, porque sabia, por exemplo, do Fábio Raunheitti, sabia que ele não era deputado, o que mostra que o senhor estava guardando bem...Faça um esforço para lembrar.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quem eu levei no aeroporto também, mesmo antes do deputado, foi o Fábio.

O SR. MORONI TORGAN - O Fábio tinha uma co-relação íntima, então, com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É sim, senhor.

O SR. MORONI TORGAN - E esse tinha essa co-relação tranqüilamente?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Tinha.

O SR. MORONI TORGAN - Quer dizer, não faz muita diferença o fato...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O Fábio chegava aqui e muitas vezes pedia para levá-lo ao aeroporto.

O SR. MORONI TORGAN - Então tinha essa co-relação? E quem mais, assim, teria? Só para podermos encerrar, porque acho que o senhor está colaborando bem agora.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - E levei também o dono da SEVAL, uma vez ou duas.

O SR. MORONI TORGAN - O dono da SEVAL uma vez ou duas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Levei sim.

O SR. MORONI TORGAN - Devido a este laço de amizade, é lógico entre os dois. Então, não tem problema. Sr. Presidente, acho que ele esclareceu bastantes coisas. Acho importantes as declarações que ele prestou. Complementando, não sei se o senhor poderia responder, mas o José Carlos trabalhou muito tempo com o deputado também, fazendo emendas e tudo o mais? Alguma vez o senhor o transportou para a casa do deputado? O deputado, inclusive, disse que o chamava em casa para poder corrigir emendas, coisas desse tipo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. MORONI TORGAN - Alguma vez o senhor foi solicitado nesse sentido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. MORONI TORGAN - Porque seria até estranho se ele convidasse a pessoa e não mandasse o carro buscar. Quer dizer, causaria até estranheza.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Não aconteceu isso. O que aconteceu foi o seguinte: na época o Sr. José Carlos ainda estava na ativa aqui no Senado e ele ligava para o gabinete onde o Sr. José Carlos trabalhava. Por várias vezes, na época de Orçamento, ele foi para lá.

O SR. MORONI TORGAN - Por várias vezes, ele foi para lá. O senhor presenciou isso.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É. E eles fechavam a porta.

O SR. MORONI TORGAN - Eles sempre se fechavam, trancavam-se para tratar do assunto para ninguém ouvir. Sr. Presidente, agradeço a sua benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E eu agradeço, em nome da Comissão, a sua inquirição.

Deputado Carlos Lupi, V. Exª falou só na qualidade de explicação pessoal, está inscrito. Quer usar da palavra?

O SR. CARLOS LUPI - Quero sim.

Sr. Eli, acho que agora estamos num momento em que o senhor está colaborando muito com a Comissão. O senhor pode, inclusive, ajudar muito o País. Mesmo porque o senhor está dando um depoimento que pode acrescentar muito e ajudar-nos a elucidar uma série de pessoas que estão envolvidas em muitas coisas e que vai beneficiar a totalidade da população, inclusive, orgulhar os seus filhos desse papel.

Eu queria saber se o senhor se lembra, nestes 5 anos que trabalhou com o *Deputado João Alves. de algum ato, de algum momento de violência maior dele que o* tenha impressionado? Em algum momento, nessa conversa com ele, o senhor viu algum ato de violência. algo acerbado dele que o tenha impressionado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Violência. violência, violência, não. Mas no gabinete todo mundo levava bronca, mas bronca feia mesmo.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor, em algum momento, chegou a sentir medo dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Medo não, porque não tenho medo dele, mas as broncas que vinham do gabinete eram violentas. Inclusive...

O SR. CARLOS LUPI - Ele ameaçava o senhor de demissão se não cumprisse o que ele determinasse?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, porque uma vez eu disse para ele que não devia nada a ele porque eu era um concursado dentro da Câmara. Então não teria medo de ele me demitir, porque para me demitir teria que ter feito um malfeito muito grande e teria que ir para uma comissão de inquérito e, nessa comissão, eu ser punido.

O SR. CARLOS LUPI - Quer dizer que o senhor nunca presenciou um ato de maior violência dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Só muita bronca que dava na gente...

O SR. CARLOS LUPI - Com grosseria?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Com grosseria.

O SR. CARLOS LUPI - Agora, vamos botar a memória para funcionar, porque, nesta última etapa, está melhorando um pouquinho.

Lembra-se de que às 8h45min da terça-feira passada, nós - eu e o Deputado Luiz Salomão - tomamos o carro da Câmara o senhor que estava dirigindo. O senhor, no decorrer do depoimento, disse que carregava e entregava maletas, mas não sabia o que tinha dentro delas porque não tinha olho de raio-X para enxergar o que tinha dentro. Mas ao mesmo tempo, em vários momentos, o senhor disse que era dinheiro que estava sendo depositado. O senhor, inclusive, afirmou que tinha cheque de 300 mil cruzeiros, da época em que foi depositado; depois, afirmou que o Sr. Fábio Raunheitti pegou o dinheiro de um banco, juntos, coisa de 300 mil, e levou para o outro.

Eu gostaria que o senhor me explicasse direito, porque, às vezes, fica alguma confusão e sou meio limitado. Se o senhor não o via em lugar nenhum, como é que pôde presenciar esse dinheiro todo, esse dinheiro do Fábio Raunheitti, esse dinheiro que ele depositava no outro banco? Como era isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quem transportava o Deputado João Alves era eu, que trabalhava com ele. Quando o Fábio Raunheitti chegou aqui em Brasília, um dia - ele não era ainda Deputado -, saímos da SQS 111 e o pegamos, aproximadamente, nove horas da manhã, descemos para o Banco ITAÚ, no setor comercial; o cheque foi descontado lá.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor viu ser descontado o cheque?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ajudei a trazer o dinheiro para o carro.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor o ajudou a trazer o dinheiro? Foi a primeira vez ou o senhor já tinha feito isso antes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi a primeira vez.

O SR. CARLOS LUPI - E depois? Houve mais outras vezes em que o senhor pegou esse dinheiro vivo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Depositei, mas não a quantia, por exemplo, que vi a primeira vez ser depositada; não já tão vultosa como no dia do Fábio Raunheitti. Depósitos eram sempre feitos; tirava-se de um banco, colocava-se no outro. Não sei se para aplicar no Holandês ou em outro.

O SR. CARLOS LUPI - Mas o senhor sempre sabia que se tratava de somas vultosas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Vultosas.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor sempre presenciava e sabia que eram somas vultosas que estavam sendo transferidas de um banco para outro?

Para recordar mais uma vez: várias vezes, aqui, no depoimento, o senhor confundiu datas - eu gostaria de ficar com bastante clareza no meu pensamento. O dia em que o senhor esteve com o Deputado João Alves e com o seu advogado foi quinta ou sexta-feira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quinta-feira. Estive com o Deputado João Alves na quinta-feira à noite.

O SR. CARLOS LUPI - Então, quero que o senhor me ajude a entender. Na quinta-feira à noite ainda não havia a denúncia, que houve na sexta-feira, por parte do Deputado Luiz Salomão, daquela conversa que tivemos com o senhor. Quem informou-lhe, na quinta-feira, da possibilidade de acontecer essa denúncia e por que o senhor se preveniu antes de ela acontecer?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui procurado pelo repórter da Revista **IstoÉ**, em pleno serviço na portaria do Anexo IV, o Sr. Luciano.

O SR. CARLOS LUPI - Isso aconteceu na quinta-feira. Quem o levou, quem o motivou? O senhor conversou com a sua esposa, com alguém, quando o repórter da revista **IstoÉ** perguntou, para procurar o Deputado João Alves? O que o motivou a procurá-lo? Por quê?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei se fiquei meio atordoado; procurei realmente, mas não estou coagido.

O SR. CARLOS LUPI - Não estou perguntando isso.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Garanto-lhe isso com a maior clareza. Procurei-o para avisar que eu iria ser entrevistado pelo Jornal **O Globo** e pela Revista **IstoÉ**. Ele simplesmente - vou repetir mais uma vez - disse: "Você diga o que quiser, o que achar que deve dizer", rindo também na minha cara.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor comentou com outras pessoas o teor da conversa que teve no carro comigo e com o Deputado Luiz Salomão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não senhor.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor somente conversou conosco?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Somente com os senhores.

O SR. CARLOS LUPI - O que levou o senhor a fazer aqueles comentários naquele dia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei. Penso que eu devia estar um pouco aborrecido com alguém; não foi em casa, mas tive problemas; aborreci-me com colegas e tal. Devia ser mais ou menos isso.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor pensa que estava com a cabeça quente, naquele momento em que o senhor falou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É, com a cabeça quente.

O SR. CARLOS LUPI - Naquele momento em que o senhor revelou aquelas questões de mala, que poderia surgir um novo Eriberto, nessa hora, o senhor pensa que estava com a cabeça quente?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim.

O SR. CARLOS LUPI - Quero apenas deixar claro, já que tenho algumas dificuldades para esclarecer algumas coisas. O senhor procurou o Deputado João Alves porque ficou preocupado com o que disse?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Com o que eu disse para os senhores?

O SR. CARLOS LUPI - Sim.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor não ficou preocupado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não fiquei.

O SR. CARLOS LUPI - Então por que o senhor procurou ele, se não tinha preocupação nenhuma, se não tinha nada a temer, se não tinha o que ser declarado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Olha, Sr. Deputado, sou um pai de família que nunca tive problema com ninguém. Então, apavorei-me, não com o que falei para os senhores, mas porque fico apavorado com pouca coisa: não tenho passagem pela polícia, não tenho nada e qualquer coisa assim pode atordoar-me.

O SR. CARLOS LUPI - A família pesou nisso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pesa sim.

O SR. CARLOS LUPI - A sua esposa, a sua família preocupou-lhe muito.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Graças a Deus, já são dezoito anos.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor repetiu várias vezes no depoimento que nunca temia nada em nível pessoal, que o senhor não teme ninguém, mas que fica sempre preocupado com as conseqüências do que o senhor pudesse falar poderia ter para a sua família. É isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É.

O SR. CARLOS LUPI - O senhor sempre se preocupou com isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu tenho receio, porque vai estragar a minha vida: se fizerem alguma coisa com a minha família vão estragar minha vida, porque eu vou correr atrás do prejuízo. Penso muito em minha família, realmente penso.

O SR. CARLOS LUPI - Esse foi o fator que deixou o senhor mais preocupado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, mais preocupado.

O SR. CARLOS LUPI - Foi a preocupação de que sua família sofresse qualquer tipo de violência?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim; inclusive o Deputado Luiz Salomão, no jornal, prometeu total garantia.

O SR. CARLOS LUPI - Nós estamos aqui para isso mesmo.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele prometeu total garantia para a minha família, mas V. Exª quer ver uma coisa? Os meus três filhos não estão indo ao colégio desde sexta-feira, porque nas duas vezes que desceram para ir à escola o pessoal da imprensa arrochou as crianças.

O SR. CARLOS LUPI - Só para que nós imaginemos: faça um esforço de imaginação. O senhor passou cinco anos trabalhando com o Deputado João Alves; é claro que nesses cinco anos, por mais distante que ele fosse, foi-se travando alguma intimidade. E tanto se travou que ele pediu ao senhor que usasse uma arma, para lhe proteger de algum atentado que pudesse lhe acontecer.

Será que o senhor imaginou que, vindo depor, tendo sido convocado, o Deputado pudesse ficar tão aborrecido que gerasse alguma coisa contra sua família? Não contra o senhor, porque o senhor não tem medo; mas não chegou a imaginar o senhor que isso poderia gerar alguma coisa contra a sua família? Isso lhe preocupou em algum momento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Preocupar me preocupa; realmente preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. CARLOS LUPI - Eu quero deixar registrado que o depoimento do Sr. Eli pode trazer uma conotação muito importante para esta Comissão. Nesse processo todo ele é uma peça da engrenagem. E há vários tipos de coação que podem ser feitos, inclusive a coação psicológica aparente, sem que nada seja dito diretamente.

Quero registrar que considero muito importante esse depoimento, porque amanhã, ao juntarmos as peças, poderemos verificar qual o verdadeiro caráter da figura do Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Eli, o senhor nos relatou que na sexta-feira foi convocado por alguma autoridade aqui da Câmara e saiu antes do seu horário normal de expediente na Casa; quem deu essa ordem, quem o convocou e para onde?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não fui convocado por ninguém... O meu Diretor de Transporte mandou que eu recolhesse na quinta-feira às 16h e na sexta-feira às 13h.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por que ele fez isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele não chegou a me falar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Qual o nome do Diretor de Transporte?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É o Sr. Medeiros.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Isso não é normal, não é usual!?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Será que ele sabia, porque o senhor teria declarado, que o senhor iria depor aqui na CPI? Ou ele já sabia que o senhor estava sendo procurado pela imprensa, ou que o senhor teria conversado com o Deputado Luiz Salomão e com o Deputado Carlos Lupi?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu acho que é porque eu seria procurado pela imprensa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas como ele sabia disso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele já sabia desde quinta-feira, quando me procuraram. Inclusive houve várias ligações para mim no telefone que fica no Anexo IV, quando eu estava rodando.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Onde fica o telefone?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No Anexo IV. É o nosso telefone do Serviço de Transporte, que fica no IV. Houve vários telefonemas para mim. Então o nosso encarregado de lá ligou para o Sr. Medeiros, e este mandou que eu recolhesse às 16h; na

sexta-feira eles me deram camioneta, até ele chamou a atenção do rapaz da Coordenação, porque me deu uma camioneta. Tanto prova que foi cortado o meu ponto na sexta-feira, porque eu parei às 13h. Ele falou que não podia fazer nada; eu falei com o Sr. Vilarim, ele falou que não podia fazer nada. Então eu disse: pode cortar meu ponto; aliás, não era o Vilarim; era o Sr. Pedro Alves que estava lá como encarregado. Eu disse: "pois então pode cortar o meu ponto, porque não vou trabalhar..." Aliás, Vilarinho não, Pedro Alves é que estava lá na hora, encarregado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quer dizer que num dia o recolheu antes da hora normal, e, no outro dia, cortou-lhe o ponto?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Antes da hora normal. Agora, para essa recolhida, deve ter sido recebida ordem de lá de cima, do nosso diretor, né?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quem é o diretor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O Medeiros.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele é que deve ter dado essa ordem. Então nós vamos perguntar, Sr. Presidente, ao Sr. Medeiros, por que ele deu essa ordem, que não é usual; o que levou o Sr. Medeiros a essa ordem.

Sr. Eli, o senhor chegou hoje aqui, na Câmara dos Deputados, com quem?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Com o advogado e o assessor aqui da Câmara.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Dr. Flávio Pilla?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi.

O SR. JOSÉ DIRCEU - No carro? Em que carro o senhor chegou?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No carro do Dr. Flávio.

O SR. JOSÉ DIRCEU - No carro do Dr. Flávio Pilla. E o senhor vinha com o seu advogado ou com o Dr. Flávio Pilla? Qual a sua relação com o Dr. Flávio Pilla?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu nem conhecia. Fiquei conhecendo hoje.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas por que ele o trouxe?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque é amigo do... Para não vir no carro do advogado, viemos no carro dele. E foi quem manteve o contato com o pessoal aqui.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Com quem ele manteve contato?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele teve contato avisando que eu me apresentaria hoje aqui.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor foi orientado por quem, além do seu advogado, para depor hoje?

Quem mais conversou com o senhor sobre o depoimento de hoje?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fora da minha família, só ele.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Dr. Flávio Pilla não conversou com o senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele só transportou o senhor?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só me transportou, eu e o Dr. Divaldo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor poderia dizer-me,- outra vez, vou pedir para o senhor repetir - olhando para mim, o nome do seu advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Divaldo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Todo o nome.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Divaldo Teófilo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O endereço, o senhor se lembra?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não lembro.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor vai pagar os honorários. Quanto o senhor acertou de pagamento de honorários?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu ainda não acertei com ele.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor já assinou a procuração para ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, como eu já falei, a minha família é grande e é quem vai me ajudar, porque sozinho eu não teria condições.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor tem consciência de que aqui o falou todo o tempo que tinha ido à casa do Deputado João Alves, na sexta-feira, e que, agora, o Senhor corrigiu que era quinta-feira? O Senhor se deu conta disso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Eu fui na quinta-feira, antes de receber o pessoal do jornal **O Globo**, e o pessoal da revista **Isto é**.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Na quarta-feira, a sua esposa esteve na casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Como?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Na quarta-feira.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor não esteve quarta-feira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Porque o Deputado João Alves, num depoimento aqui, disse anteontem.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele se enganou.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele se enganou. Isso costuma acontecer.

Sr. Eli, o senhor, por acaso, recorda-se do nome - eu vou ajudá-lo - de quem fazia as apostas para o Deputado João Alves, na Camisa 10?

É Agaívo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei. É um fortinho, um gordinho, baixinho.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu tenho informação, Sr. Eli. de que o Senhor levava, também, apostas para a O Caneço é Nosso e para a Sonho Meu.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, só na Camisa 10.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor não levou...?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só na Camisa 10.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Eli, quando o senhor foi despedido, ou melhor, quando deixou - porque é funcionário efetivo da Casa - de trabalhar para o Deputado João Alves? Em que ano?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No meio de 1989, mais ou menos.

O SR. JOSÉ DIRCEU - De lá, até essa quinta-feira, o senhor manteve contato com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. É igual eu falei, quando encontrava.

O SR. JOSÉ DIRCEU - De 1988 até sexta-feira passada?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só quando encontrava no corredor; ele me cumprimentava e eu o cumprimentava, também.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então, por que o senhor procurou o Deputado João Alves e não outro deputado? O senhor já trabalhou com outro deputado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Os outros deputados com quem trabalhei não estão mais na Câmara.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por que o senhor não procurou o Deputado Carlos Lupi e o Deputado Luiz Salomão, com quem o senhor já havia conversado? Por que o senhor não procurou o Presidente da Comissão, o Senador Jarbas Passarinho ou o Relator, Roberto Magalhães? Por que o senhor procurou o Deputado João Alves, exatamente?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque vim avisá-lo que eu iria ser chamado para depor e eu iria falar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas ele sabia, já. Já não era público isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Eu fui lá e falei que eu achava que ia ser chamado. Veio a público a partir de sexta-feira.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas, aqui na Câmara, todos já não sabiam? V. Sª mesmo não afirmou, aqui, que no seu local de trabalho, os telefones, a imprensa, já estava telefonando, e o próprio diretor de transporte já sabia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, estavam telefonado querendo entrevista. A imprensa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª pensa que o Deputado João Alves já não sabia? Quando V. Sª chegou lá, o Deputado João Alves já sabia, ou ficou sabendo por V. Sª?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ficou sabendo através de mim.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele não sabia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sabia.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não tinha nenhuma idéia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, acho que ele pensou que eu seria a última pessoa a procurá-lo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª tinha marcado com o jornal **O Globo** e com a revista **Istoé** na quinta-feira, às 20h na sua casa. O que o levou a deixar os jornalistas esperando e ir à casa do Deputado João Alves? O que o levou a mudar? Por que V. Sª depois de ter marcado com a jornalista Tereza Cruvinel e com o jornalista Luciano da **Istoé**, repentinamente, mudou de opinião e foi à casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui avisá-lo de que talvez eu fosse chamado e tudo. Por isso. Mas, também, recebi todos os quatro jornalistas que foram. Está certo que esperaram, foi um erro meu de tê-los deixado esperando. Podia ter dado antes uma entrevista e depois ter ido conversar com ele e dizer o que tinha falado. Entendeu?

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª disse várias vezes aos jornalistas - V. Sª confirma isso? - que V. Sª não precisava de dinheiro, não precisava nem do emprego?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Falei para a Dª Tereza Cruvinel e para o Luciano que ia dar entrevista e que não precisava de dinheiro nenhum deles. Pode perguntar a todos que estava lá. Daria de livre e espontânea vontade.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Deputado João Alves costumava, além das gratificações e do salário, fazer outras doações, presentes a V. Sª?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Uma vez a minha televisão a cores pifou, eu levei para consertar, e ele pagou. Foi a única vez.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vou concluir, só quero retomar uma questão, Sr. Presidente.

V. Sª já tinha usado arma antes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca usei na minha vida. Nem arma tenho.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª não tem arma. V. Sª não tinha medo de usar uma arma sem nunca ter usado, sem conhecer, sem saber atirar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Jamais iria usar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por que V. Sª acha que o Deputado João Alves pediu que andasse armado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não sei qual o motivo que ele tinha. Eu sei que ele pedia para deixar lá. Ele usava uma, e eu deixava a outra ou no porta-luva, trancado, ou então na bolsa. Agora, jamais iria usar uma arma, porque não sei usar, nunca tive arma.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito bem. Para concluir, Sr. Presidente. Por que V. Sª, ao sair, não disse aos jornalistas que ia se encontrar com o Deputado João Alves, mas disse a eles que uma sua irmã tinha tido um problema?. Por que V. Sª disse isto aos jornalistas: que a irmã de V. Sª tinha tido um problema e não que V. Sª ia se encontrar com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque quando saí, eles não tinham chegado ainda.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, não é fato.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eles não tinham chegado ainda.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas V. Sª disse aos jornalistas...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Disse para eles que tinha tido um problema ligado à minha irmã e fui.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por que isso? V. Sª queria esconder a sua reunião com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque já era tarde demais, e meus filhos tinham de ir para aula, eu tinha de trabalhar, minha mulher tinha que trabalhar, tanto prova que...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas, estou falando da reunião que V. Sª ia ter com o Deputado João Alves.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não chegou a ser uma reunião.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E os vinte e cinco minutos que V. Sª esteve com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas, o que estou falando com V. Exª é que saí antes de eles chegarem.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, mas eles receberam essa notícia. V. Sª teria dito que ia ver uma tia sua que tinha tido um problema.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, uma tia não, uma irmã.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Uma irmã. V. Sª disse isso?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Disse.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por que V. Sª queria esconder dos jornalistas a reunião com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Porque não queria que eles soubessem antes, e, outra coisa, como estou lhe falando, Excelência, não chegou a ser uma reunião.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sim, já entendi.

Sr. Presidente, quero requerer a V. Exª que a Comissão Parlamentar de Inquérito analise depois, na reunião reservada, toda a participação do Dr. Flávio Pilla nessa questão. Quero, Sr. Presidente, tanto da Casa, do recolhimento, duas vezes do depoente antes da hora, como dessa relação. Também quero da relação do advogado que presta serviços, agora, para o depoente com a banca relacionada com o Deputado João Alves. Gostaria depois que oficiássemos, inclusive, à Ordem dos Advogados do Brasil com relação a essa questão profissional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O assunto será examinado na reunião interna.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, o depoimento do motorista Eli Lopes Leitão frustrou, de certa forma, os objetivos desta Comissão - de certa forma apenas.

Porém, há uma circunstância extremamente estranha que é o fato de surgir, como se caísse de pára-quedas, um funcionário da Casa, um alto funcionário da Casa, que já tive oportunidade de ver atuando numa outra CPI de que participei, que nunca foi do conhecimento do motorista Eli Lopes Leitão e, de repente, vai buscar Eli Lopes Leitão em casa, dispensa seu advogado, o traz aqui, sem determinação da Mesa, assiste a todo o depoimento num sintoma de abnegação além das suas responsabilidades funcionais e, durante todo o período, andou dialogando com o advogado - claro que não haveria mal nenhum nisso.

Gostaria de saber, indagando a ele, logo após o depoimento do Sr. Eli, mais detalhes sobre o assunto. Eu proporia que prorrogássemos a sessão para ouvir o Dr. Flávio Pila, porque tenho enorme curiosidade, talvez ele seja a chave para o entendimento da participação de hoje do Sr. Eli Lopes Leitão.

De modo que, faço esse requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Vamos concluir o depoimento do Sr. Eli e, posteriormente, examinaremos a questão.

Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, em primeiro lugar, é importante fazer aqui um registro. O início da colocação nesta Comissão do Sr. Eli Lopes Leitão foi uma crítica ao trabalho e à marcação de uma

entrevista com dois órgãos da imprensa brasileira, fazendo questão de desqualificar aquela entrevista marcada previamente pelo depoente com os dois jornalistas, com os dois órgãos de imprensa.

Faço isso, Sr. Presidente, para que fique registrado nesta Comissão que os dois órgãos que foram em equipe, conforme o combinado com o depoente, cumpriram, conforme a liberdade de imprensa, o jornalismo investigativo.

O fato de ficar esperando duas horas, e uma jornalista entrar em sua residência e usar algumas das suas dependências é em função de necessidades, portanto, não se trata de nenhuma intromissão.

Sr. Eli, o Deputado João Alves, respondendo a uma pergunta do Deputado Luiz Salomão, afirmou aqui peremptoriamente, como ele fez várias vezes: "não, não, não". O Deputado Luiz Salomão perguntou se ele andava armado e ele diz: "não, não ando armado". Em seguida responde: "não recomendei nunca, nem mandei o Sr. Eli para canto nenhum". Nem o mandava para canto nenhum nem mandava o senhor andar armado. O Deputado João Alves mentiu perante esta Comissão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mentiu.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O Deputado João Alves, quando afirmou que se encontrou com o senhor na quarta-feira e não na quinta, também mentiu?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mentiu, foi na quinta-feira que estive na casa dele.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Então, o senhor esteve na casa dele na quinta-feira. Há um detalhe, Sr. Eli, que é muito importante para esclarecermos: quando as duas equipes dos jornais estiveram em sua residência, a sua filha Creuza afirmou para eles que o senhor tinha recebido um telefonema e teria saído imediatamente. De quem foi o telefonema que o senhor recebeu para sair imediatamente? Sua filha fez essa comunicação aos jornalistas.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - A minha filha falou porque eu tinha saído para ir à casa do Deputado João Alves, mas não foi telefonema dele e nem da filha dele, como saiu no jornal, dizendo que a Grace tinha telefonado para mim. Não houve esse telefonema. O senhor pode mandar levantar na TELEBRASÍLIA. O telefone é 568-4380.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não estou perguntando se foi o Deputado João Alves ou sua filha. Não estou perguntando isso. Estou perguntando a V. Sª quem lhe telefonou e o que motivou a sua saída da residência, deixando os jornalistas esperando por duas horas. De quem foi o telefonema? Não estou perguntando se foi do Deputado João Alves ou de sua filha.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - De ninguém. A minha filha acho que quis descartar o pessoal. Não foi de ninguém.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O senhor não recebeu nenhum telefonema?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Qual é a sua relação com o motorista Josué?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É uma relação muito curta. Como já falei, ele trabalha em uma Secretaria. Nem ponto ele assina na garagem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Sª tem um conhecimento com ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Tenho muito pouco. O relacionamento é muito pouco.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca ouviu falar de nada errado do motorista Josué?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Olha, a única coisa que ele sempre fez foi recolher carro em casa, que o chefe dele mandava, e isso aquilo outro, entendeu? A única coisa... Nunca vi erro dele lá na garagem, quando ele esteve na garagem. E mesmo trabalhando não sei se com o 2º Secretário ou com o 3º, alguma coisa assim, nunca soube de nada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca se falou na Casa entre os motoristas - porque os motoristas se encontram, andam juntos, nós vamos à garagem, e o pessoal se junta, mesmo trabalhando em Secretaria -, o senhor nunca ouviu falar que ele tenha mentido, que tenha faltado com a verdade?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. A única coisa que achei errada dele - e que está no jornal - e que ele disse que trabalhou de 1986 a 1987. Em 1987, quem já estava com João Alves era eu.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agora, por que ele afirmou que V. Sª telefonou para ele no domingo, dizendo que estava em Ribeirão Preto? Ele afirmou isso ontem, em entrevista à **Bandeirantes**.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - O Josué?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sim.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É mentira dele, Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mentira dele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É mentira. Ele nem meu telefone sabe, nem eu sei se ele tem telefone. É mentira dele!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O senhor não telefonou para ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não telefonei. É mentira.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - É mentira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mentira!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Eli, o Deputado João Alves trabalhava muito com o orçamento. V. Sª trabalhou com ele quatro anos, e aqui os Deputados que

conviveram com o Deputado João Alves sabem que ele tinha um comportamento um tanto quanto esquisito. Mas é também evidente que ele transportou, ou melhor, que V. Sª transportou o Normando e transportou o hoje Deputado Fábio Raunheitti. V. Sª presenciou algum encontro do Deputado João Alves com o Dr. José Carlos dos Santos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E já ouviu falar, alguma vez, na época em que V. Sª trabalhava com o Deputado João Alves, ou viu a ex-mulher de José Carlos dos Santos, Ana Elizabeth?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca conheci também, Deputado. Nunca nem tinha visto em minha vida. Vi no jornal também, só agora.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Só viu no jornal?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só, saiu agora no jornal. Nunca conheci... Não... O José Carlos... É igual eu falei: o José Carlos eu via sempre no Gabinete do Deputado João Alves. A esposa dele não conhecia.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E na casa do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca vi também não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas o Deputado João Alves falou aqui que ele ia à casa dele.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mas eu nunca vi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Como o senhor era motorista do Deputado João Alves, certamente sabia as pessoas que iam ao apartamento dele.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, porque eu não tinha acesso. Estou dizendo para o senhor e já falei que ficava muito embaixo do bloco. Não o via, entendeu? Não o via. É o que estou dizendo e já falei: no gabinete, eu vi várias vezes, na época de orçamento, o Sr. José Carlos entrar no gabinete e fechar a porta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Fechava as portas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fechava a porta.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E quando ele entrava no gabinete, o senhor não presenciava, no gabinete, sacolas, pacotes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor. Não. Ele levava muitos papéis. Saía com um monte de papéis lá da Comissão, acho que para resolver algum problema, não sei. Saía muito com papéis o Sr. José Carlos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O Sr. José Carlos? Quer dizer que o senhor o via andando por lá? O senhor via alguma briga do Deputado João Alves com José Carlos dos Santos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, senhor.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nunca viu um desentendimento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, nunca vi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas há um detalhe, Sr. Eli, que é importante, e, certamente, como trabalhamos aqui na Câmara, conhecemos essas coisas. O motorista de um deputado convive normalmente com o deputado na Câmara, e o Deputado João Alves - nós que o conhecíamos aqui na Casa -, apesar de ser muito fechado, o fechamento não era tanto. Quais os Deputados aqui da Casa que o senhor via mais perto de João Alves, que se reuniam com ele, que iam ao gabinete dele? Quais os Deputados que ficavam mais junto com ele, que conversavam baixinho?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Olha, uma vez, se não me falha a memória, o Deputado Cid Carvalho. Deixe-me ver mais quem...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Genebaldo Correia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não vi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - José Geraldo?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não. Vá falando. Se o senhor falar mais alguns nomes, o que tiver, eu sei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sérgio Guerra?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não via também, não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ricardo Fiúza?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O senhor o via? José Carlos Vasconcelos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - É aquele ...?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - De Pernambuco, um alto?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Tinha um que foi também Deputado pelo Espírito Santo que ia lá. Ele não é mais deputado, agora parece que é secretário ou foi secretário lá no Espírito Santo. Esqueci o nome dele.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Manoel Moreira?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não lembro o nome.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Assim, passando na Comissão de Orçamento?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não lembro. Talvez, assim, de nome não lembro. Talvez presenciando, frente a frente, eu lembre.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sabe Eli, quando se trabalha numa Comissão de Orçamento, há reuniões e, depois, tem o pessoal que fica alí, na sala, até mais tarde. Quando tem uma comissão, quando tem um trabalho, as pessoas ficam até mais tarde. Aí as pessoas saem da sala, se cumprimentam, se despedem e todo mundo, aqui na Casa, via essas pessoas. Então é difícil...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu ficava no carro, não tinha acesso à sala.

O SR. JOSÉ GENOINO - Mas ficava no carro ali, no estacionamento do Anexo II, não é?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Eu ficava normalmente no Anexo IV e ele ligava pra guarita.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Quando ele vinha, o senhor ia pegá-lo...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Já não tinha mais ninguém com ele.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ficava sozinho ali?

Para terminar, Sr. Presidente: quando V. Sª trabalhava com ele no seu apartamento - porque o Deputado João Alves admitiu aqui que recebia visitas de governadores e de ministros - V. Sª sabe que uma coisa é um deputado chegar, não tem carro oficial, porque deputado não tem carro oficial, não tem segurança; mas quando chega um governador ou um ministro, o aparato é maior: então, é visível, ele entra pela garagem, tem segurança. É difícil imaginar que o Presidente ou Relator da Comissão de Orçamento não tenha recebido essas autoridades. Que autoridades o senhor viu chegar lá? Porque é diferente de deputado, não é? Tem carro oficial, segurança, batedor, enfim, toda uma parafernália. Quais dessas autoridades o senhor via?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não vi nenhuma dessas autoridades, nem governador nem ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de perguntar ao depoente se, diante dos nomes a que o Deputado José Genoíno se referiu, conhecia essas pessoas para poder dizer se as viu ou não lá. Ele pode dizer não, mas sem conhecer exatamente. Então pergunto-lhe: todos os nomes a que o Deputado José Genoíno se referiu, quando perguntou se viu lá ou não, o senhor respondeu sabendo quem eram as pessoas fisionomicamente e era capaz de identificá-las?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Se eu os vir, posso afirmar se foi ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vendo uma pessoa assim, o senhor poderia saber se era Manoel Moreira, por exemplo? O senhor disse que não.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Só se vir, estou dizendo pelo nome, sabe, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Minha pergunta é, se fisionomicamente, quando o senhor diz "não", fica a impressão clara de que o seu depoimento exclui que aquele deputado possa ter sido visto pelo senhor lá. Mas quando fez a pergunta o Deputado José Genoíno citou vários nomes: José Carlos Vasconcelos, por exemplo, o senhor declarou "não, não sei", então sabia a quem o Deputado estava se referindo, sabia exatamente?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sei que ele estava se referindo ao parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas ele disse nomes...

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pelo nome é difícil eu dizer para o senhor. Fisionomicamente, ele pode...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ele disse o nome. O senhor conhecia essas pessoas pela identificação do nome? Sabia quem eram essas pessoas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Pela identificação do nome, não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agradeço ao Presidente da Comissão e encerro aqui as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Nelson Wedekin, tem a palavra o ilustre Colega.

O SR. NELSON WEDEKIN - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. depoente, V. Sª lembra que, quando iniciou seu depoimento, afirmou perante esta Comissão que só havia conhecido o ex-assessor José Carlos pela televisão?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Sim, pela televisão e lembrei que ele freqüentava. Por isso, agora estou falando que ele foi várias vezes. Lembrei-me quem era. Inclusive, ele não usava barba, tinha o rosto limpo. Quando o vi no jornal e na televisão, comentei com a minha mulher que o via muito no gabinete do Deputado João Alves..

O SR. NELSON WEDEKIN - V. Sª afirmou, com toda clareza, que só conhecia o ex-assessor José Carlos pela televisão. Agora, respondendo a uma pergunta do Deputado José Genoíno, V. Sª fez uma afirmação completamente diferente.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. O que estou afirmando para o senhor, Senador, é que eu tinha visto o José Carlos sem barba - hoje ele está todo barbudo - e dificilmente usava os óculos. Mas que ele freqüentava o gabinete, freqüentava.

O SR. NELSON WEDEKIN - Até porque não tinha barba?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele não usava barba e quase não usava os óculos. Era muito difícil ele usar os óculos na época.

O SR. NELSON WEDEKIN - Alguma vez V. Sª levou o Deputado João Alves na casa do ex-assessor José Carlos?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca. Não sei nem onde ele mora.

O SR. NELSON WEDEKIN - V. Sª era o único motorista do Deputado José Alves ou havia algum outro, pois ele tinha dois carros?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Eu trabalhava sozinho, praticamente dia e noite.

O SR. NELSON WEDEKIN - V. Sª trabalhava praticamente todas as noites para o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quase todas as noites até às dez, dez e pouco.

O SR. NELSON WEDEKIN - Geralmente ele permanecia em casa? Havia reuniões com outras pessoas, sejam parlamentares, empresários ou funcionários?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não.

O SR. NELSON WEDEKIN - Por que V. Sª ficava até tarde da noite esperando? Esperando o quê?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele costumava sair do gabinete depois das nove da noite.

O SR. NELSON WEDEKIN - V. Sª, então, esperava ele, não em casa, no gabinete?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Lá embaixo, na garagem.

O SR. NELSON WEDEKIN - Quando o Deputado João Alves saía, que lugares ele freqüentava? Provavelmente ele ia com mais assiduidade em alguns lugares, em alguns restaurantes, em algumas residências. V. Sª é capaz de lembrar que casas, que locais eram esses a que ele mais freqüentemente comparecia?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Restaurante, de preferência, perto da casa dele, na redondeza. Principalmente, ali na nove, naquele restaurante da esquina.

O SR. NELSON WEDEKIN - As residências?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Residência de uma secretária dele, que é como se fosse uma tutora, quem auxiliava nos estudos, levava para as aulas de ballet, de inglês. Trata-se da Drª Vera, que trabalha com ele até hoje.

O SR. NELSON WEDEKIN - Mais freqüentemente ele se dirigia a residência dessa tutora da sua filha?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Da filha dele.

O SR. NELSON WEDEKIN - Sim. Da filha dele.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele ficava lá duas horas no máximo, conversando, e eu ficava...

O SR. NELSON WEDEKIN - Ele não costumava frequentar residência de outros Parlamentares?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Nunca o levei.

O SR. NELSON WEDEKIN - Essa arma que o senhor conduzia, a pedido do Deputado João Alves, estava sempre carregada?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quando ele lembrava de levá-la, ele a carregava. Essa arma está no nome do Josué . Eu, inclusive, insisti com o Josué para que ele pedisse fosse a licença tirada no nome dele, e ele nunca tirou. Essa arma deve existir até hoje em nome de Josué.

O SR. NELSON WEDEKIN - O que estou perguntando é se, quando V. Sª portava a arma, ela permanecia carregada.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quando ele a levava - e não a esquecia -, ela estava carregada.

O SR. NELSON WEDEKIN - O Deputado João Alves, portanto, levava a arma e, ao entrar no carro, entregava-a a V. Sª.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Quando lembrava, ele a levava carregada.

O SR. NELSON WEDEKIN - Não ficou claro para nós, Sr. depoente, se o Deputado João Alves tem uma conta no Banco ITAÚ.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele não tinha conta no Banco ITAÚ. Ele foi retirar um dinheiro.

O SR. NELSON WEDEKIN - Quer dizer, houve uma única ida do Deputado João Alves ao Banco ITAÚ?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi a única vez em que fui.

O SR. NELSON WEDEKIN - E esse episódio com o Deputado Fábio Raunheitti?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Ele não era Deputado ainda.

O SR. NELSON WEDEKIN - Em que ano se deu esse encontro entre o Sr. Fábio Raunheitti e o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Mais ou menos um ano e meio antes do Dr. Fábio iniciar o primeiro mandato.

O SR. NELSON WEDEKIN - V. Sª lembra o ano?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, não lembro. Seu primeiro mandato... Vai terminar um agora no próximo ano, 1994...

O SR. NELSON WEDEKIN - 1986.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Deve ter sido por volta de 1986.

O SR. NELSON WEDEKIN - Em que ano V. Sª começou a trabalhar com o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - A partir de 1985.

O SR. NELSON WEDEKIN - O Deputado João Alves alguma vez lhe pediu para buscar alguém para alguma reunião em sua casa ou algo assim?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, para buscar não.

O SR. NELSON WEDEKIN - E levar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não.

O SR. NELSON WEDEKIN - Alguma vez ele, ou alguém que estivesse na casa dele, pediu a V. Sª, que estava de plantão, que levasse alguém em casa? Nunca lhe fez esse pedido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, se houve reuniões, as pessoas iam em carro próprio porque ele nunca me pediu para buscar nem levar ninguém.

O SR. NELSON WEDEKIN - V. Sª nunca levou o Deputado João Alves na casa do ex-assessor José Carlos Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca.

O SR. NELSON WEDEKIN - E V. Sª levou algum envelope, pasta ou sacola na casa do ex-assessor José Alves, a pedido?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Também não. Não sei nem onde mora.

O SR. NELSON WEDEKIN - O Deputado João Alves lhe recomendou, nesta circunstância toda, a contratação de um advogado?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Isso partiu de mim.

O SR. NELSON WEDEKIN - V. Sª afirmou que transportava, de vez em quando, envelopes principalmente para a SEVAL. Fora a SEVAL, V. Sª levava envelopes ou sacolas ou pastas para outras pessoas ou outras empresas?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não. Só levei para a SEVAL.

O SR. NELSON WEDEKIN - E V. Sª foi portador de algum envelope ou sacola ou pasta de alguem para o Deputado João Alves? Ele mandou V. Sª em algum lugar ou a alguma pessoa para apanhar algum envelope ou pasta ou algo assim?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Tinha um assessor aqui no Anexo 2, que era um senhor de idade, qualquer coisa... Não sei se era Luiz Carlos... Era um senhor de idade que hoje já está aposentado. Normalmente ele ficava na Comissão, lá em cima.

O SR. NELSON WEDEKIN - Como se dava esse fato?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Às vezes o Deputado João Alves me mandava pegar umas pastas lá que ele tinha aprontado, não sei de que, e eu entregava no gabinete.

O SR. NELSON WEDEKIN - Quando o senhor levava esses envelopes lacrados lá para a SEVAL, havia algum tipo de recomendação especial que lhe fazia o Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Não, apenas para entregar para o Normando ou então para as secretárias, que eram três.

O SR. NELSON WEDEKIN - Esse seu primo que lhe apresentou o advogado, é conhecido do Deputado João Alves?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Nunca viu o Deputado João Alves.

O SR. NELSON WEDEKIN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O último inscrito é o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, eu gostaria que o depoente nos informasse se depois desse contato que teve com o Deputado Fábio Raunheitti, antes do Deputado assumir o mandato, aconteceram outros contatos com ele?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Vários, mas não carreguei volumes. Ele só veio conversar com o João Alves. Ele chegava pela manhã e eu o levava à tarde para o aeroporto.

O SR. PAULO RAMOS - Várias vezes?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Duas vezes a cada quinze dias, mais ou menos.

O SR. PAULO RAMOS - Isso durante o período de 1985 a 1986?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Do meio do ano de 1985 até 1986.

O SR. PAULO RAMOS - Quanto tempo leva da sua casa até à casa do Deputado João Alves e vice-versa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Vinte minutos para ir e vinte minutos para voltar. Quarenta minutos para ir e voltar.

O SR. PAULO RAMOS - Quarenta minutos. O senhor chegou na casa do Deputado João Alves por volta de 8h30min. E chegou na sua casa por volta de 11h.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi. Porque eu passei em outro lugar com a minha esposa.

O SR. PAULO RAMOS - E chegou à sua casa por volta das 11h?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Foi, porque passei em outro lugar com a minha esposa.

O SR. PAULO RAMOS - Qual o outro lugar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - No comércio. Fui comprar uns negócios para casa: pão, leite, etc. E demorei realmente. Passei no comércio.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor foi à casa do Deputado João Alves acompanhado da sua esposa?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Fui.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor trabalhou para mais algum parlamentar?

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Trabalhei - ele não está mais aqui - para um do Paraná. Trabalhei para dois parlamentares do Paraná: Paulo David da Costa Marques e um outro que hoje é secretário... trabalha na Secretaria da Fazenda. Ele não é ministro, é conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, o Doutor... São dois do Paraná: um é o Paulo David da Costa Marques e o outro João Oliveira Bardo(?).

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nosso ilustre Relator não deseja mais formular perguntas. O vice-Presidente também não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, na sua ausência levantei uma questão - não sei se o vice-Presidente lhe comunicou - que me parece fundamental, tendo em vista a fragilidade do depoimento do Eli Lopes Leitão.

Acho indispensável para esta Comissão ouvir o servidor da Câmara, Dr. Flávio Pilla - um alto funcionário da Câmara dos Deputados - que surgiu nesse processo de forma misteriosa. Para mim é uma grande dúvida como é que o Dr. Flávio Pilla, que não esteve nas reuniões anteriores, de repente surge, trazendo o motorista Eli Lopes Leitão nesta reunião, contactando com o Relator, Deputado Roberto Magalhães. E, com um grande espírito de abnegação, participando desta reunião de 20h até às 24h. De modo que eu gostaria de pedir a V. Exª que prorrogasse por algum tempo a reunião, a fim de que pudéssemos inquirir o Sr. Flávio Pilla.

Sou até candidato a me inscrever na primeira lista que venha a surgir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro, acho que está concluído o depoimento.

Discutiremos, em seguida, se devemos deferir a inquirição do Dr. Pilla imediatamente ou em ocasião oportuna que possamos decidir. Será um assunto a discutir entre nós.

Recomendei à segurança que acompanhe o depoente, porque ele estava sob suposta custódia da Câmara dos Deputados, da Coordenação de Segurança. Mas, como justamente a Coordenação de Segurança não chegou a localizá-lo e essa localização foi posteriormente feita, como disse o Deputado Luiz Salomão, através do Relator, penso que, depois do depoimento que ele fez aqui, ele não corre nenhum risco de vida.

De modo que me inclino até por, de qualquer maneira, fazer com que a custódia o leve até à sua residência.

A Presidência dispensa o depoente, que poderá se retirar acompanhado de seu advogado.

Nós permaneceremos aqui.

O SR. ELI LOPES LEITÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Uma boa-noite para todos.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perguntaria ao Deputado Luiz Salomão se acha oportuno que o Sr. Flávio Pilla preste agora o seu depoimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, acho que ele deveria fazer uma exposição sobre como ele surgiu nesse processo e, quem sabe, nos convencer da lisura do seu comportamento.

Depois, poderíamos fazer algumas perguntas. Seria uma exposição breve, porém parece-me indispensável entender como o Sr. Flávio Pilla entra nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Recomeçaremos os nossos trabalhos às 10h da manhã de hoje, para uma longa reunião, suponho, de decisões internas. Se prolongarmos por mais tempo, ainda vou fazer uma consulta se convém marcar horário diferente. Desde logo, advirto aquela observação feita pelo Senador Nelson Carneiro, de que, pelo Regimento - e isso é verdade -, as comissões não devem funcionar concomitantemente com os plenários das duas Casas, e amanhã Câmara e Senado funcionarão à tarde. Depois de amanhã funcionarão pela manhã.

Eu gostaria de ouvir o Dr. Roberto Magalhães, nosso Relator, sobre a conveniência de se ouvir agora o Dr. Pilla e, inclusive, se ele se dispõe a também, neste momento, prestar os esclarecimentos solicitados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, não tenho razões para ser contra, uma vez que acho, inclusive, que para o funcionário é até oportunidade que ele tem, se entender necessário, de esclarecer sua posição. De modo que eu não tenho nada a opor, pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Dr. Pilla aceita prestar informações agora?

O SR. FLÁVIO PILLA - Sr. Presidente, sinto-me profundamente honrado com o convite que V. Exª me dirige. Entretanto, sabe V. Exª, como sabe o Relator, qual foi a minha atuação, na oportunidade, para a chegada do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso quero lhe pedir: se V. Exª vai prosseguir, eu gostaria que usasse o microfone sentado.

O SR. FLÁVIO PILLA - É apenas para um esclarecimento. Sabe V. Exª, como sabe o Sr. Relator, de todos os desdobramentos da chegada da testemunha ouvida nesta sentada. Imagino que o nobre Deputado Luiz Salomão pretenda ter alguns esclarecimentos a respeito.

Eu atuei aqui não como funcionário da Câmara. Eu vim aqui acompanhado do Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto, porque também sou advogado, e nessa condição, em se tratando de testemunho que acabou de ser ouvido, posso, inclusive, invocar o Estatuto dos Advogados e me reservar, com a lei, para deixar de fazer qualquer esclarecimento.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, durante o depoimento eu fiz uma primeira questão de ordem à Presidência, no momento em que V. Exª estava ausente, sobre a relação do Dr. Flávio Pilla com o advogado do depoente. Eu notava que, constantemente, ele mantinha contato. Depois, durante a inquirição, eu perguntei a ele como ele tinha chegado à Casa, e ele nos relatou que tinha chegado no carro do Dr. Flávio Pilla, tendo o Dr. Flávio Pilla conduzido o carro.

Como há o antecedente de ele ter sido recolhido pela garagem da Câmara, Sr. Presidente, fora do horário normal do seu expediente e como o Dr. Flávio Pilla é funcionário da Câmara - e neste momento não sei se está lotado na Procuradoria ainda, com o Deputado Vital do Rego -, o que eu estou querendo que a Comissão e a Presidência avaliem é que a mim me parece que houve uma conspiração, Sr. Presidente - vou ser bem claro -, para que o depoente não viesse aqui sexta-feira, e viesse hoje. A mim me chama a atenção que a Diretoria de Transportes tenha dado ordens para ele se recolher duas vezes, e agora que haja um alto funcionário da Câmara acompanhando todo esse processo.

Quero investigar por que aconteceu essa não-vinda na sexta-feira, essa vinda hoje, *a ida à casa do Deputado João Alves e esse depoimento, no meu entender*, adrede preparado. O Dr. Flávio Pilla, evidentemente, pode invocar o Estatuto da Ordem, a não ser que ele seja o advogado constituído pelo depoente. Se ele não é, ele é funcionário da Casa. Quero solicitar que, como funcionário da Casa, ele preste esclarecimento a esta CPI ou à Mesa da Casa de qual é o seu papel, porque ele não é advogado aqui de ninguém. Então, ele não pode, agora, chamar o Estatuto da Ordem, a ética para não depor, porque me parece que ele estava orientando o advogado e que ele faz parte - quero dizer que a responsabilidade é minha, pessoal, daquilo que vou afirmar aqui - de uma conspiração que nos impediu de ter esse depoente na sexta-feira. É muito grave o que aconteceu aqui na Casa. Acho que a CPI tem que ir a fundo. Por isso que eu, pela minha intenção, pela minha experiência, chamei a atenção e pareceu-me estranho e eu sabia quem era o Dr. Pilla - eu me fiz de rogado -, mas sabia muito bem quem era; ele ficou orientando o advogado do depoente. E, depois, tenho a placa do seu carro e tenho todos os elementos porque nesta Casa tudo se sabe, não é só quem quer saber para esconder a verdade desta CPI.

Por isso, Sr. Presidente, acredito que ele deve sim prestar esclarecimentos à CPI e quero, quando ele vier prestar, ter a oportunidade inclusive de pedir esclarecimentos ao Dr. Flávio Pilla.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para dar uma palavra intermediária, acho que a colocação feita pelo Deputado Dirceu ela tem, pelo menos, o mérito da verossimilhança. Porque, de fato, houve um momento em que embora não estando na Presidência, notamos que o Dr. Pilla e o advogado, que foi aqui dito pela testemunha, que era o Senhor Divaldo Teófilo de Oliveira Neto, conversavam. Isso foi, parece-me, na primeira intervenção, creio eu, a mesma que a do Deputado Dirceu.

Vou ouvir o Deputado Vivaldo Barbosa para, depois, então dar uma decisão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, é para ponderar a V. Exª de que a razão invocada pelo Dr. Pilla, que se confirma é funcionário da Casa, em pretender invocar o Estatuto da Ordem, na condição de advogado da testemunha, não pode prevalecer porque creio que há um impedimento de um funcionário desta Casa vir aqui advogar contra a Mesa, no caso acompanhando a testemunha diante da Mesa.

De maneira que não procede a alegação de se escudar no Estatuto da Ordem para frustrar a prestação do esclarecimento que esta Mesa, junto com a Comissão, vier a julgar relevante e do seu dever fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permite-me V. Exª um acréscimo, Sr. Presidente? (Assentimento da Presidência)

Quando houve, pelo Deputado José Dirceu, a chamada de atenção ao Presidente Odacir Klein, o nobre Presidente esclareceu que o Dr. Flávio Pilla era um funcionário da Casa que estava assessorando a CPI e que estivera assessorando outras CPIs. Acredito que tantos outros aqui tiveram um entendimento de que ele estava sendo um funcionário da Casa, e, nesta qualidade, não esclareceu de pronto a sua condição *que só agora é revelada, que é a de advogado. Portanto, acredito que se faz necessário*, até do ponto de vista ético, que o Dr. Flávio Pilla esclareça, em profundidade, se de fato foi contratado pelo motorista; se por ventura foi contratado pelo Deputado João Alves. Precisamos desse esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, gostaria apenas de um esclarecimento aqui, até porque numa determinada altura da sessão eu estava presidindo, era uma decisão minha.

Quando o Deputado José Dirceu levantou a questão de que estava ouvindo uma conversa entre o Dr. Flávio Pilla e o advogado do depoente, e como eu tinha conhecimento, através do Relator, de que o Dr. Flávio Pilla é que havia inclusive ensejado a vinda do depoente à CPI, eu tive toda a impressão de que ele estava colaborando com esta CPI, como colaborou, e muito bem, na CPI do PC Farias.

Diante desses indícios é que percebi que não havia como chamá-lo *naquele momento a prestar esclarecimentos*, porque não havia como fazer formalmente com que ele prestasse. Se iria prestar compromisso; se não iria prestar compromisso; se seria testemunha; se não seria testemunha... E a decisão foi exatamente em função disto: em saber que o Dr. Flávio Pilla é funcionário da Câmara dos Deputados, que assessorou a outra CPI, que havia ensejado a vinda do depoente nesta sessão de hoje.

Agora, no momento em que o Dr. Flávio Pilla invoca, na condição de advogado, o Estatuto da Ordem dos Advogados, fica numa posição exatamente contrária à visão que tive no momento daquela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me considero suficientemente informado para dar a minha decisão, mas tenho uma pergunta a fazer a

S. Exª., e dou-lhe o tratamento de Excelência porque se trata de um magistrado aposentado.

V. Exª. poderia mostrar agora à Mesa e ao Plenário a formalização de sua constituição como advogado junto com o advogado Divaldo Teófilo de Oliveira Neto?

O SR. FLÁVIO PILLA - Se V. Exª. me permitir, farei um breve esclarecimento, que penso que será útil para toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas essa resposta, lhe ficaria algum incômodo de, desde logo, me dar

O SR. FLÁVIO PILLA- Não, absolutamente. A questão da formalização...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Absolutamente", para mim, é apenas um advérbio. Não sei se é absolutamente sim ou absolutamente não.

O SR. FLÁVIO PILLA - V. Exª. deve ter verificado que, ao ser indagado o depoente, se havia constituído o seu advogado e se havia firmado procuração, respondeu ele que não, que não tinha procuração. Mas entendemos que, nas salas de audiência, a procuração é a própria presença da parte com o seu advogado.

O esclarecimento que eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes que V. Exª. continue a sua explicação - desculpe-me a interrupção -, se não for impolidez, eu lhe perguntaria se, diante do que invocou e diante da contestação que me pareceu válida, V. Exª. se recusaria, desde logo, a prestar esclarecimentos, ou se propõe a prestá-los?

O SR. FLÁVIO PILLA - Não, eu me proponho. Eu não tenho nenhuma objeção a colocar esclarecimentos, porque acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª. A palavra é sua.

O SR. FLÁVIO PILLA - Assim como os nobres Deputados Roberto Magalhães e Odacir Klein já se manifestaram, participei ativamente como assessor, coordenando um grupo de assessores para a Comissão Parlamentar de Inquérito do PC Farias. Tenho aqui o testemunho do Deputado Odacir Klein, na parte tributária.

Em razão da minha intimidade com as questões de Comissão Parlamentar de Inquérito - e recentemente ainda fui honrado por uma sondagem, vamos chamar assim, de dar mais uma outra contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito -, fui procurado pelo advogado do depoente ontem à noite. Ele me procurou por telefone, e, ontem, imediatamente, passei um recado para o gabinete do Deputado Roberto Magalhães, dizendo que precisava falar com ele e que tinha um assunto de importância para toda a Comissão, que seria a ouvida do Sr. Eli Lopes Leitão, que, pelo que se dizia nos jornais, seria algo altamente relevante, altamente importante.

Hoje, pela manhã, voltei a contactar com o Deputado Roberto Magalhães, transmitindo a ele o oferecimento - vamos chamar assim - de que tinha sido objeto pelo advogado Dr. Edivaldo Teófilo de Oliveira Neto. O nobre Deputado Roberto Magalhães tomou conhecimento da comunicação e ficou de voltar a dar um retorno.

Se não estou equivocado, mais tarde, perto da hora do almoço - alguma coisa assim -, recebi um retorno do Deputado Roberto Magalhães, informando a respeito do interesse da Comissão em ouvir. O meu trabalho foi o de voltar a contactar com o Dr. Edivaldo Teófilo de Oliveira Neto e dizer que a Comissão, segundo a informação da sua Mesa, estava disposta a ouvi-lo. Ele, então, ficou de fazer uma comunicação com o cidadão, e, mais tarde, voltei a receber um chamado do Deputado Roberto Magalhães, para que...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª. me permite apenas uma retificação?

O SR. FLÁVIO PILLA - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu não disse que a Comissão tinha interesse. Eu disse, desde cedo, que eu teria que conversar com o Presidente da Comissão.

O SR. FLÁVIO PILLA - Exato.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi do gabinete do Presidente que eu pedi para ligar para V. Exª.

O SR. FLÁVIO PILLA - Exato.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi do gabinete do próprio Presidente - se não me engano, às 18 horas - que se fez a confirmação.

O SR. FLÁVIO PILLA - Exatamente nesse horário, voltei a falar com o Dr. Edivaldo Teófilo de Oliveira Neto, que já me havia dito que esse cidadão deveria estar dentro do Distrito Federal e teria cerca de uma meia hora, ou quarenta minutos, ou o tempo necessário para aqui chegar. Isto ficou combinado: que ele iria buscar a pessoa. Cheguei até a comentar com o Deputado Roberto Magalhães se não haveria interesse da Comissão de ele ser colocado, através de um sistema qualquer que dificultasse o encontro com a imprensa. E, em razão disso, admitir com o Dr. Divaldo que ele passaria na minha casa; deixaria o carro dele ali com a testemunha e que, da minha casa, eu viesse para cá, tendo recebido um telefonema do Chefe da Segurança, no meu telefone celular, que eu deveria entrar pela porta daqui da garagem do Senado. O que foi feito. E chegamos aqui.

Além disso, não vejo mais o que eu poderia esclarecer, a não ser que V. Exªs tenham alguma indagação a fazer.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu, Deputado José Dirceu, tenho. Sr. Presidente, gostaria de saber que, realmente, estou intrigado com o que tudo que aconteceu.

Permita-me, Sr. Presidente. Vou fazer uma pergunta à Presidência para que decida se ela tem procedência.

Gostaria de saber se o Dr. Flávio Pilla tem relação com o Dr. José Carlos Alves dos Santos, se o conhece. E idem com relação ao Deputado João Alves, se o conhece e se tem relação com S. Exª. E qual a sua relação, também, com o Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto? Por que o Dr. Flávio Pilla apareceu nessa relação? Como ele apareceu? Como ele entrou em contato com o Depoente, Eli Leitão? Como ele entrou em contato com o Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto? Qual a relação?

São essas três questões, se a Presidência as deferir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho-as pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, pode responder.

O SR. FLÁVIO PILLA - Nunca vi o Sr. José Carlos. Nunca o vi, não o conheço. Jamais tive qualquer tipo de relacionamento.

O Deputado José Alves, da mesma maneira, nunca tive nenhum relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - José ou João?

O SR. FLÁVIO PILLA - Perdão. João Alves. Nunca tive qualquer relacionamento sequer de um "bom-dia". Absolutamente, nenhum.

O Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto é um profissional, advogado daqui de Brasília. de muitos anos, que me distingue com sua amizade. nada mais do que isso. Não tenho nennuma relação societaria ou o que quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que eu acrescentaria, se o Deputado me permite. uma pergunta de complementação à primeira exposição que fez o Deputado. depois que V. Sª sentou aqui à Mesa.

O Deputado levantou uma suspeita de que poderia haver uma conspiração para evitar que o Depoente viesse prontamente ao Senado, ou aqui na sala, depois de, pessoalmente, haver o Deputado Luiz Salomão. em reunião pública, revelado a conversa que, testemunhada pelo Deputado Carlos Lupi, teria havido com o Depoente. Nesse intervalo, V. Sª poderia, não digo defender-se, mas explicar a razão pela qual não teria cabimento admitir que teria cooperado para esse tipo do que o Deputado Dirceu chamou de conspiração?

O SR. FLÁVIO PILLA - Não poderia, de forma nenhuma. Antes de mais nada, porque o primeiro contato que tive com o assunto foi na véspera, foi ontem. Nada mais do que isso. Então, não haveria... Jamais saberia e poderia imaginar que o Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto teria sido constituído advogado de maneira tal que, eu sabendo, tendo essa informação, pudesse procurá-lo e dizer-lhe: "olha, colabore com a Comissão, que a Comissão teria o maior interesse de ouvi-lo imediatamente". Desconhecia inteiramente o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, V. Sª considera que foi prudente, durante o interrogatório, sussurrar no ouvido do Advogado?

O SR. FLÁVIO PILLA - O sussurro no ouvido do advogado, obviamente, não é sussurro no ouvido do Depoente. Um comentário, evidentemente, sobre uma resposta a uma questão qualquer, não vejo absolutamente nada que pudesse, de qualquer maneira, por mais sutil que fosse, insinuar qualquer tipo de resposta. E V. Exªs são testemunhas que a testemunha depôs, ou com inteira liberdade, ou coarcta, ou com que forma fosse, prestou um depoimento que, entendo, foi da maior liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Salomão...

O SR. DEPUTADO - Coarcta liberdade, em determinada...

O SR. DEPUTADO - Coarcta?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De coarctar, no presente, coarcta. Segundo o Mestre Cid, coagido é posterior.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, a sessão de meia-noite é melhor que **thriller**. Eu gostaria de saber do Sr. Flávio Pilla há quantos anos ele trabalha na Câmara.

O SR. FLÁVIO PILLA - Como?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Há quantos anos V. Sª trabalha na Câmara?

O SR. FLÁVIO PILLA - Vai fazer 12 anos agora em novembro. Ingressei por concurso público.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª já trabalhou com os Deputados João Alves ou com Ricardo Fiúza?

O SR. FLÁVIO PILLA - Nunca.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em nenhuma comissão, em nenhuma liderança?

O SR. FLÁVIO PILLA - Absolutamente em nenhuma delas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E é amigo de algum deles?

O SR. FLÁVIO PILLA - Não, absolutamente, não tenho a menor relação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declarou ainda há pouco que não conhecia.

O SR. FLÁVIO PILLA - Em relação ao Deputado Fiúza que eu acrescentei na lista.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª tem escritório ou advoga em Brasília?

O SR. FLAVIO PILLA - Tenho escritório e advogo nas matérias que não tenho impedimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por que a V. Sª fez questão de trazer o Sr. Eli no seu carro.

O SR. FLÁVIO PILLA - Por uma questão de trazê-lo até aqui, por causa da segurança do Senado, seria mais conveniente, porque o Dr. Divaldo não sabia nem como chegar aqui, ele não está acostumado com a Casa. Aliás, se eu puder invocar o testemunho do Deputado Roberto Magalhães, quanto tratamos da chegada da testemunha aqui o próprio Deputado Roberto Magalhães disse: "O senhor conhece bem a Casa e saberá como chegar".

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que instruções V. Sª deu ao Depoente nesse trajeto.

O SR. FLÁVIO PILLA - Absolutamente nenhuma. Absolutamente nenhuma.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Deputado José Genoíno me pede que lhe pergunte: quem da Segurança do Senado lhe pediu ajuda?

O SR. FLÁVIO PILLA - Não, houve uma combinação com o chefe da Segurança do Senado para a chegada aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com o Índio?

O SR. FLÁVIO PILLA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vamos ter que convocar o Índio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, isso aqui não pode virar júri de televisão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, foi uma brincadeira, porque não há o monopólio do humor.

Abaixo todos os monopólios, é o que consigna aqui o Deputado Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Às vezes não fazemos o monopólio, mas podemos fazer o oligopólio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, para encerrar, agora falando sério, eu gostaria de saber se o comportamento dissimulado de V. Sª, que esteve presente durante a sessão, na qualidade de assessor da Câmara, é, do ponto vista ético, compatível com o Estatuto dos Advogados e com as normas da OAB, porque V. Sª claramente confundiu a Comissão. Foi apresentado, para quem não o conhecia, não era o meu caso, pelo Deputado Odacir Klein, como uma pessoa que trabalha na Câmara, mas, na verdade, V. Sª estava atuando como Advogado.

O SR. FLÁVIO PILLA - Não, absolutamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro que sim. Pode invocar o fato de que não tinha uma procuração, não estava constituído formalmente, mas chegou a dizer que a sua simples presença aqui, em uma sala de juízo, já o constituía como Advogado.

O SR. FLÁVIO PILLA - Estou dizendo isso em tese, quando fui indagado sobre o problema de formalização de procuração, eu não disse que estava substabelecido. Absolutamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu pretendo, depois, consultar advogados, já que não é minha especialidade, quanto à forma pela qual V. Sª participou desta sessão, sem ter sido convidado por nenhum membro da Mesa, como acompanhante do Depoente, acompanhante qualificado, acompanhante que entrou aqui prestando serviços à Câmara, ao Senado, ao Congresso Nacional, enfim, mas, na verdade, atuando na condição de Advogado, porque V. Sª foi contactado por um advogado e atuou em conjunto com ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só vou conceder a palavra, desculpem meus colegas, nós não estamos numa audiência de testemunha, não houve juramento, houve apenas uma explicação.

Vou conceder a palavra ao Deputado Carlos Lupi, porque foram os dois depoimentos que audaciosamente foram negados aqui pelo Depoente. De certo acho que ambos têm esse direito. Em seguida oficiarei ao Presidente da Câmara dos Deputados, relatando o que acaba de ocorrer aqui.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, só gostaria de registrar dois fatos, a julgamento de V. Exª, para depois confirmarmos a veracidade. Primeiro, me surpreendeu que o nobre Assessor da Câmara, ao ser perguntado se poderia falar sobre fatos aqui indagados, logo se colocou como advogado, sentindo-se impedido como advogado de relatar os fatos. Isso me causou profunda estranheza, porque, depois, nas outras informações, S. Sª se contradisse. E, segundo, será que esse depoimento - e também não seria só isso... está para V. Exª depois fazer as suas avaliações. Será que o depoente precisaria, de tão elucidativo que foi o depoimento dele, de dois advogados para acompanhá-lo? Então, estaria um dos dois autorizado formalmente? Então, eu gostaria, porque essa situação ficou estranha. Gostaria de deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A estranheza de V . Exª está registrada. O fato de o Dr. Pilla não poder declarar-se oficialmente advogado aqui da parte é porque ele advogaria contra a Mesa e automaticamente acho que estaria entre os seus impedimentos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Flávio Pilla, há um consenso neste Plenário de que a testemunha que ouvimos foi preparada, ensaiada, orientada, e que nós, em certo modo, fomos iludidos, porque esperávamos ouvir uma testemunha

que havia, perante dois Deputados, que aqui estão. dado informações precisas quanto à conduta do Deputado João Alves. Aqui chegando, negou tudo e enveredou por um linha de depoimento em sentido contrário.

Então, eu perguntaria a V. Sª o seguinte. V. Sª disse que é honrado com a amizade do Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto. V. Sª admite que ele tenha preparado tudo isso e omitisse V. Sª este fato?

O SR. FLÁVIO PILLA - Quero dizer que, em princípio, concordo inteiramente com a observação que V. Exª faz sobre a absoluta fragilidade, o absoluto vazio do depoimento da testemunha. Quero, inclusive, me penitenciar de ter sido, vamos dizer, utilizado para fazer essa aproximação com a Casa, porque lamento profundamente o episódio desta noite.

Quanto ao Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto, que conheço como um bom profissional, tenho, na minha convicção, que ele não estaria, de forma nenhuma, produzindo um testemunho fabricado para ser apresentado aqui nesta noite. Como profissional, além disso. não sei que ilação eu poderia tirar disso: se suspeitas podem haver de que o depoimento teria sido preparado, armado, posso até, em princípio, aceitar a tese de que as contradições foram muitas - e V. Exª vai me permitir aí uma observação quase que do assessor, que está habituado com depoimentos de Comissões Parlamentares de Inquérito -, mas não acredito que, de sã consciência, o Dr. Divaldo Teófilo de Oliveira Neto, que é um profissional respeitado e que tem uma banca há mais de quinze anos aqui em Brasília, estaria se prestando, segundo as palavras do Deputado José Dirceu, a essa conspiração contra a própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo Barbosa, V. Exª tem alguma coisa pertinente... eu vou encerrar a sessão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, apenas já que V. Exª mencionou que oficiará ao Presidente da Câmara. eu me permitiria indicar a V. Exª que sublinhasse neste ofício que o funcionário da Casa, sem ser por missão oficial ao Relator ou da Presidência. teve contato com a testemunha, um longo contato, no percurso da sua casa até aqui, e aqui alegou que o fez para ensinar ao motorista da Casa a como chegar até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª sempre me dá lições que são preciosas. Saberei como oficiar naturalmente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 24 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 10ª. Reunião, realizada em 27 de outubro de 1993.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Wilson Martins, Pedro Simon, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Magno Bacelar, Lavoisier Maia, Deputados Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo, Sérgio Miranda e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Senadores Nelson Wedekin, Amir Lando, Deputados Ernesto Gradella, Luiz Soyer, José Dirceu, Vivaldo Barbosa, José Genoíno e Robson Tuma, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares,

Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, que recebeu expediente do Senhor Ministro Alexandre Costa, colocando-se à disposição da Comissão. Informa ainda, o recebimento dois avisos do Senhor Presidente da República. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado José Genoíno e Senador Gilberto Miranda. Com a palavra o Senhor Senador Pedro Simon, sugere que seja quebrado o sigilo bancário e fiscal de todos Membros titulares e suplentes da CPMI. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Elcio Alvares, Deputados Sigmaringa Seixas, Vicente Fialho, Luiz Máximo, Aloízio Mercadante, Senador Gilberto Miranda, Deputados Vivaldo Barbosa, Roberto Franca, Senadores Amir Lando, Eduardo Suplicy, Pedro Teixeira, Deputados Roberto Magalhães, Luiz Salomão, Vicente Fialho, Luiz Soyer, Senador Francisco Rollemberg, Deputados Ernesto Gradella, Pedro Pavão, Benito Gama, Senador Nelson Wedekin Deputado Maurício Najar, Senador Jutahy Magalhães Deputados José Genoíno, Roberto Rollemberg e Senador Nelson Carneiro. Em votação, é aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 10ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REUNIÃO INTERNA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senhores, bom dia!

Como já existe **quorum** na Comissão, vamos iniciar a nossa reunião interna. Enquanto ela não se torna interna, há expedientes que convêm serem conhecidos, desde logo, pelos membros da Comissão.

S. Exª, o Ministro Alexandre Alves Costa, enviou documento em que põe à disposição da CPI sua análise patrimonial desde o ano-base de 1980 e antes de 1980. As informações que ele presta, naturalmente, irão para uma Subcomissão própria. Também encaminhou um aviso em que, além de dar as cópias de Declaração de Imposto de Renda, referentes ao período 1979 a 1993, num total de treze exercícios fiscais, S. Exª também diz que acompanha a Declaração de Imposto de Renda à Procuração Pública, passada no Cartório do 2º Ofício de Brasília, que "outorga ao Presidente da CPI poderes para representarmos juntos aos bancos ou instituições bancárias, sediadas no País, podendo V. Exª solicitar informações de saldos de contas, extratos de contas-correntes, poupanças, fundos de investimentos e quaisquer outros, por mais especiais que sejam, referentes a períodos atuais ou passados e praticar todos os demais atos necessários ao mais amplo desempenho desse mandato.

Concedo, ainda, os mesmos poderes em relação a bancos ou quaisquer instituições bancárias, sediadas no exterior, podendo, ainda, caso encontre algum depósito nas entidades bancárias estrangeiras, fazer a retirada de tais importâncias e depositá-las no Banco do Brasil em favor do Tesouro Nacional e praticar todos os demais atos para o fiel cumprimento do presente mandato a critério."

Determinei a autuação e entrega pelo Relator-Geral à Subcomissão própria.

O Senhor Presidente da República encaminhou dois avisos, através do Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República:

> "Dando cumprimento a uma determinação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Presidente da Caixa Econômica Federal elaborou relatório sobre o noticiário divulgado, recentemente, pela imprensa, dando conta de um possível envolvimento das Loterias oficiais ou de sua administração e sua responsabilidade na Caixa Econômica Federal em episódios envolvendo excessivas premiações ao mesmo apostador.
>
> A fim de atender a uma recomendação expressa do Chefe do Governo, encaminho a V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento, o original e os anexos do Relatório da Caixa Econômica Federal."

Eu lastimo comentar que esse documento chegou, ontem, à noite, ao meu Gabinete e foi recebido pelo Chefe do meu Gabinete, que o manteve em total sigilo e, hoje, pela manhã, ao entrar aqui, já fui objeto de pergunta de repórteres, inclusive da televisão, a respeito desse documento. Ele não vazou do meu Gabinete e não creio que o Presidente da República, ao mandar um aviso dessa natureza, tenha, por seu turno, dado, desde logo, informações públicas, pode ser porque não é confidencial.

Por sinal, numa leitura, pelas 3 horas da manhã, deste documento, ficou-me uma impressão de que ele é muito valioso para o que foi dito aqui sobre os números de vezes em que o Deputado João Alves ganhou e, aqui, parece-me que, quando passarmos à análise da Comissão própria, houve, pela informação dada pelo Presidente da Caixa, um jogo contínuo, constante, com grandes somas, somas que excederam de muito os prêmios recebidos. Isso, então, parece importante para nós.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, diante da informação de V. Exª - e plenamente correta - nós queremos, também, informar que, ontem, na entrevista no Palácio do Planalto, foi o Assessor de Imprensa do Presidente da República quem informou....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O teor?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O documento que enviou a V. Exª foi comunicado, ontem, e está, hoje, nos jornais como informação do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já sobre o teor, Sr. Deputado José Genoíno? Ou só dizendo que era um relatório.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Era um relatório que tinha indícios....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, agradeço a V. Exª, porque estava preocupado com o documento que recebi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Exª é muito cuidadoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Como é que V. Exª disse?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Exª é muito cuidadoso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ah! Bom. (Risos)

Esse é outro caso em que estou sob julgamento de meus Pares aqui. Eu li no passado - e, confesso, até gostaria que pessoas aqui muito mais ilustres do que eu me situassem no autor do apólogo - aquele apólogo famoso - "O menino, o velho e o burro"; nunca se consegue ter uma aceitação generalizada. Não deveria ser assim. Se eu faço uma pergunta dessa ao Deputado, e realmente fico preocupado, porque ele diz "V. Exª é cautelosa", e eu não gostaria de ouvir isso... Ah! (Risos) Eu estou sendo advertido, pelo menos muito amigavelmente, de que isso é uma coisa muito séria e o Presidente não pode ter frase de efeito; não só o Presidente, qualquer um de nós. Acho isso um pouco

exagerado. Eu só faço isso com colegas meus, Deputados e Senadores. Não faço isso com depoentes.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu entendo, Sr. Presidente, e a minha referência foi à gramática e não a V. Exª. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A retificação é boa. Só não diria que ela é totalmente esclarecedora, porque seria um comprometimento desagradável.

O outro documento mandado pelo Palácio é relativo a uma matéria da **Folha de S. Paulo** sobre "Prefeitos da Bahia", que confirmava o desvio de verbas. Então, isso foi mandado pelo Presidente:

> "Dando cumprimento ao despacho do Chefe de Governo, encaminho a V. Exª, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, o Aviso nº 487, de 25 de outubro de 93, do Ministro Jutahy Magalhães Júnior, e o Ofício nº 441, da mesma data, do Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência, com seus anexos, sobre problemas das Prefeituras da Bahia."

Também será autuada e ficará à disposição da Comissão a partir do nosso trabalho.

Quanto à outra, acredito que já demos mais do que suficiente informação.

Mas é o Presidente da CEVAL, com "C", pedindo que se caracterize outra vez que é ela é empresa de grande responsabilidade; ela se inicia com o "C" e não com o "S". Acho que isso já foi muito claramente definido aqui.

Uma outra informação é do Governador do Distrito Federal, dizendo:

> "Foi instaurado, pela Corregedoria-Geral de Polícia da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, no dia seguinte a 21 do corrente mês, o competente Inquérito Policial que tomou o nº 039/93, tendo sido solicitada a indicação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal, e do Ministério Público da União, para acompanhar os trabalhos."

É a respeito do problema da tortura de que se disse vitimado o Economista *José Carlos, quando aqui prestou depoimento.*

> "Reconhecendo a complexidade dos trabalhos que estão afetos à Comissão presidida por V. Exª, nessa hora difícil por que passam as instituições democráticas, coloco à sua inteira disposição todos os órgãos integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal para os auxílios que se fizerem necessários.
>
> Sem outro objetivo, aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª os meus protestos de estima e consideração."

Também será autuado.

Aqui estão as declarações de Imposto de Renda dos últimos treze anos, do Ministro. Passo-as à Secretaria.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, eu recebi no meu gabinete uma xerox entregue pela secretaria do Deputado Genebaldo Correia, que teria enviado a V. Exª, no dia 21/10, o pedido de abertura de contas. V. Exª recebeu essa correspondência?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu afirmo que sim. Agora, nessa forma atabalhoada...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª. No dia em que o Deputado Aloízio Mercadante pediu a abertura de contas de todos, nós estávamos com toda a televisão presente; daqui para frente, quando alguém apresentá-la antecipadamente, vamos anunciar o fato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem. Está certo. Foi oportuno perguntar, porque esse documento veio a mim e, na forma que nós estamos trabalhando, apesar de ainda não ser satisfatória para muitos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não, acho que está satisfatório. Creio que está sendo feito o possível e o impossível. Acredito que está muito boa a forma como V. Exª está trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muitos, até editorialistas, estão achando que nós estamos com dificuldades em ouvir colegas nossos. E não me parece justa essa pressão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço agora aos encarregados do cerimonial da Casa que solicitem aos jornalistas que se poupem da nossa presença.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Se vai se tornar público, Sr. Presidente, acho que seria... Só tornar público o que ele pediu, igual ao Alexandre Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No momento em que confirmei a V. Exª. (Pausa)

Vamos apressar a saída dos jornalistas. (Pausa)

Senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e não membros aqui presentes, por favor, quero ter a sala só com a presença dos Congressistas e assessores autorizados.

Nós, da Mesa, temos tido uma grande dificuldade de poder destinar tempo para os problemas administrativos internos; porque enquanto V. Exªs podem fazer perguntas, retirar-se, voltar depois ou não mais voltar, nós três somos obrigados a ficar até o fim. Termina uma reunião pela manhã às 2 ou 3h, nós ainda temos que tomar providências. E aí, por exemplo, neste caso citado ainda há pouco pelo Senador Gilberto Miranda, eu ainda não tinha dado um despacho no documento.

Então fizemos uma reunião ontem, os três da Mesa, e hoje pela manhã estamos propondo o seguinte: Há algumas dezenas de pedidos de quebra de sigilo bancário e quebra de sigilo fiscal; nós os selecionamos, desde logo, para a votação, porque isto é um direito constitucional - ao que estou informado, só podemos quebrá-lo por decisão de maioria absoluta do Plenário, e tem que ser caso a caso. Entretanto, estamos propondo desde já que examinemos preferencialmente os seguintes casos: pedido de quebra de sigilo bancário de José Carlos Alves do Santos, de...

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, vamos entrar agora num momento muito importante e de grande responsabilidade.

Em primeiro lugar, quero felicitar V. Exª, o Vice-Presidente e o Relator pela maneira com que estão conduzindo os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON - A gente se emociona, Sr. Presidente, ao sentir de todos, com quem tenho conversado, a credibilidade que os senhores três, tendo V. Exª à frente, têm dado aos trabalhos desta Comissão.

Todos nós sabemos que é um trabalho realmente complexo e muito difícil.

Atrevo-me a dizer, Sr. Presidente, que o nosso trabalho é mais complexo e mais difícil do que a CPI do **impeachment**. Claro que a CPI do **impeachment** tinha um aspecto muito mais complicado do que esta, que era o aspecto de um Parlamento pedir o afastamento de um Presidente da República. Foi inédito aquilo, nunca tinha acontecido! Foi corajoso aquilo, foi um gesto onde o povo veio, onde o Congresso esteve presente e onde a CPI atuou. Mas as dificuldades eram de fora, não eram de dentro. Eu diria até que os trabalhos da CPI - e eu fiz parte dela - foram tranqüilos, porque estávamos investigando o Sr. PC, estávamos investigando pessoas que estavam lá fora; e, a não ser os integrantes da tropa de choque, que defenderam o Governo com clareza e, diria até, com honestidade, os outros fizeram aquele trabalho com muita tranqüilidade.

Agora, o nosso trabalho é mais complexo, porque nós estaremos cortando na nossa própria carne. Nós estaremos analisando o comportamento que diz de perto a Senadores, amigos nossos, a Deputados, amigos nossos, a membros partidários, amigos nossos. E é fácil de entender o clima difícil, o clima absolutamente doloroso que vamos ter nisso é absolutamente doloroso. Esse trabalho é meio inédito.

Não me lembro, Sr. Presidente, olhando os Parlamentos pelo mundo afora, que num regime presidencialista isso tenha ocorrido.

No regime parlamentarista é até normal, há uma crise. Aliás, não precisa chegar a esse aprofundamento no regime parlamentarista. Estivesse em vigor o regime parlamentarista e o Parlamento já teria caído, quer dizer, o Congresso já teria caído e já teríamos partido para uma eleição geral, não precisaríamos entrar nos detalhes que estamos entrando. Agora, no regime presidencialista, isso é inédito.

Está acontecendo na Itália, 40 anos depois; mas vamos fazer uma análise. Quem começou na Itália foram os cinco juízes - como dizia o Senador José Paulo Bisol, outro dia, na televisão - que lá na Itália são os Juízes de Instrução que tiveram a coragem de fazer isso. Agora, nós não, porque o nosso Judiciário não tem poderes para isso, o Executivo não tem poderes para isso, então, somos nós que vamos fazer isso.

É fácil entender a responsabilidade, o dever, a compenetração que os membros da CPI devem ter, porque é um trabalho ingrato, um trabalho doloroso, um trabalho dramático, um trabalho de responsabilidade.

Pessoas como o Bisol podem ter condições para isso - foi Desembargador por 30 anos. Mas pessoas como eu já não têm, porque não estou acostumado a julgar, a minha índole não é para isso. Fiz duzentos júris e todos como advogado de defesa, não sei condenar.

Então, vamos ter esse trabalho e vamos ter essa dificuldade.

Queria propor, Sr. Presidente, se o senhor me permite, antes de iniciarmos a liberação dos nomes, temos que fazer isso, não podemos fugir disso... A verdade é que o fato de V. Exª indicar nomes e o fato de aprovarmos que sejam liberadas as contas desses cidadãos, não quer dizer que eles sejam culpados - vamos deixar isso muito claro - não quer dizer nada, é até o contrário. Mais uma vez, lembro-me de uma frase do Bisol, em que ele afirmava que a ampla investigação é o melhor direito de defesa, é a melhor colaboração que damos para a defesa, porque por mais que se investigue os que não têm nada, mais ficará provado que não têm nada. Mas a verdade é que quando esses nomes começarem a aparecer na imprensa, esta já o fará com interrogações.

A proposta que gostaria de fazer, Sr. Presidente, com muita sinceridade, é a seguinte: Que as contas bancárias dos titulares e suplentes da CPI - como o que estamos pedindo para essas pessoas que aqui vêm depor - a qualquer momento e a qualquer hora poderão ser investigadas, tendo V. Exª em mãos a nossa procuração para dispor dessa investigação a qualquer momento.

Sendo o Pedro Simon: já está feita a votação e estão abertas as contas para que haja investigação.

V. Exª tem a procuração de todos nós, tem o voto de todos nós, tem a decisão de todos, e somos os primeiros a dizer que nós, titulares e suplentes da CPI, antes de iniciarmos a investigação, antes de pedirmos para olhar o nome de quem quer que seja, damos o nosso entendimento, que está praticamente concedido o entendimento da votação de qualquer um de nós, para investigar o que bem entender. V. Exª já está autorizado a dizer que apareceu uma dúvida com relação ao Pedro Simon; não precisa nem falar, e a rigor não precisa nem do voto, este já está dado; levantada uma dúvida, passa-se a investigar.

A segunda proposta refere-se a um projeto, não é por ser de minha autoria, no qual propus que não há sigilo bancário para Presidente da República, membros do Governo Federal, Ministros, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Deputados Federais, Dirigentes Partidários e Senadores, - não incluo os Deputados Estaduais, só fiquei no âmbito federal, para não entrar na órbita estadual. É um problema nosso, temos que decidir, não incluí Prefeitos nem Governadores.

Entendo que se também aqui decidirmos, agora, através de V. Exª, que se dirigirá ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado, no Senado já há urgência com a assinatura de todos os Líderes de votar esse projeto, sendo assim, é a segunda medida que estamos tomando, defendendo a tese de que, nesse momento, vamos pedir que seja liberado o sigilo bancário a nível de todo o Congresso Nacional.

Feito isso, entraremos no terceiro item que V. Exª vai começar agora, com autoridade: que a imprensa entenda que não estamos pinçando A, B, ou C, mas agindo em termos gerais.

Perdoe-me, Sr. Presidente, mas, digo de coração, é com o intuito de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ao contrário, Senador Pedro Simon, não há por que se desculpar. Quero, desde já, admitir que todos nós, como é quebra de sigilo bancário e fiscal, numa votação simbólica, sejamos agora votantes. Aqueles Srs. Membros da Comissão, titulares e suplentes, que concordam que, desde logo, seja quebrado o sigilo bancário sobre nós, presentes aqui e presentes na lista - porque às vezes há alguns que não estão presentes...

O SR. ELCIO ALVARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - **(Fala fora do microfone)** Tendo em vista o preceito constitucional, melhor seria tomar, neste ponto, a declaração expressamente formal dos presentes. Agora, o (inaudível), apesar de participar da Comissão, (inaudível) para falar com o Senador Pedro Simon. Sou, inclusive, subscritor do projeto dele, em termos de solidariedade moral e até de Senador. (inaudível) ... preceito constitucional, que aparece a esta altura para efeito de discussão.... (inaudível)

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, se bem entendi, V. Exª pretende colocar em votação a quebra do sigilo bancário dos membros da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato, mas colocado agora de outro modo. Colocado como sendo espontâneo de cada um.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - (inaudível) ... colocar à disposição de V. Exª, para, a qualquer momento, eventualmente, poder ser usado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senão vamos ficar numa situação muito ruim na outra hipótese. Se ficarmos apenas na dependência de espontaneamente fazermos, aquele que não o fizer fica muito mal.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não. É a Comissão que tem que quebrar o sigilo dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, tenho que submeter a votação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E o material correspondente fica na disponibilidade do Presidente e do Relator. Se houver alguma suspeita, trabalha-se em cima do material.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

(Inaudível. Vários oradores falam ao mesmo tempo.)

O SR. VICENTE FIALHO - Apenas para que se esclareça: a minha quebra de sigilo bancário já está autorizada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Não vamos mais... (inaudível)

O SR. DEPUTADO - Apenas uma informação. Um cidadão, da minha cidade, meu inimigo número um, tem o direito de vir aqui pedir minhas contas ou não? É isso que quero saber.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Se houver, no processo, a emergência de dados que autorizem a formação de nível de suspeição, a Mesa libera... (inaudível).

O que o Deputado Roberto Jefferson fez foi simplesmente uma obrigação legal. Quer dizer, se o Bisol de repente for citado, e os dados autorizarem um juízo de suspeição, que é o nível do nosso trabalho, tenho que me dar por suspeito, tenho que sair da Comissão.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, queria trazer minha concordância à forma como foi proposta pelo Senador Elcio Alvares. Esse ato é pessoal, não pode ser um ato coletivo. Se for um ato coletivo, pode-se alegar amanhã que alguns aceitaram a quebra do seu sigilo forçados por uma vontade coletiva. Esse tem que ser um ato individual, de responsabilidade pessoal.

Quero dizer, neste momento, que pessoalmente concordo com a quebra de sigilo bancário e autorizo a Mesa e V. Exª com relação à minha conta e aos meus direitos fiscais. Mas essa decisão tem que ser individual, e não coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou ouvir meus ilustres Pares, pela ordem.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado, que pediu pela ordem.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, eu queria apenas entender claramente a proposta feita: a questão de que todos autorizaríamos a quebra dos sigilos bancário e fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ia mudar essa colocação, Deputado. Por isso que estou me reservando para o final. A mim me parece que depois da intervenção do Senador...

Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Exª que se sente, porque vamos tomar uma decisão muito importante e que abrange a todos.

Depois da colocação do Senador Elcio Alvares e da intervenção do Senador Bisol, cheguei a uma conclusão, essa de que eu queria primeiro ouvir e depois submetê-la ao Plenário. Não se trataria mais, como disse o Senador Bisol, de cada um espontaneamente colocar a sua conta bancária à disposição: não! Nós votaríamos, até porque vamos pedir a quebra dos sigilos bancário e fiscal de outras pessoas. Então, temos que provar que nós temos condição moral para fazer isso. A Comissão votaria - e, por maioria absoluta, sem dúvida, espero que seja por unanimidade - a quebra do sigilo bancário de todos nós, inclusive dos que estão ausentes, mas que pertencem à Comissão.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, Sr. Presidente, seriam dois momentos: o primeiro é que a Comissão ficaria investida de poderes para a quebra do sigilo bancário de todos os seus membros. O segundo momento seria o de se dar execução a essa decisão. A execução obviamente passaria por uma decisão da própria Comissão, caso por caso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que o Senador Bisol deixou muito claro: é evidente que desde que houvesse razão para isso. Eu pediria ao Senador Bisol que desse ainda uma palavra ao Deputado Luiz Máximo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A idéia é a de imprimir o máximo de objetividade. Como primeiro ato em matéria de quebra de sigilo, quebraríamos, por decisão do órgão, da Comissão, o sigilo de nós mesmos, isto é, de cada um dos membros. E requereríamos já os dados fundamentais dos bancos e da Receita Federal, e este material ficaria sob a guarda e responsabilidade da Mesa. Quando emergir qualquer elemento probatório que autorize a formulação de um juízo de suspeição sobre um de nós - digamos, José Paulo Bisol - este se daria por impedido, e a Comissão passaria a trabalhar em cima dos dados que estão sob sua guarda. Isso é o objetivo. Agora, se fizermos individualmente, em primeiro lugar, vamos ter que ir atrás dos que não estão aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, apenas não quero interromper a palavra do Deputado Luiz Máximo. S. Exª ouviu o que foi proposto pelo Senador Bisol. Agora, pergunto a V. Exª se prossegue nas suas colocações.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu não tenho uma concordância plena por uma razão a respeito dessa segunda colocação. Quanto à quebra do sigilo, estou de acordo; acho uma cautela boa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas e quanto à operacionalidade?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quanto à operacionalidade, segundo os que entendem dessa questão de quebra de sigilo bancário, de rastreamento de cheque, de levantamento de situações; segundo os que entendem e que trabalharam na CPI do PC - eu não trabalhei -, esse é um trabalho demorado. Se temos aqui e ainda não definimos pessoas suspeitas, que não temos sequer indiciados nesta Casa, se temos que investigar cinco, seis, sete ou oito nomes a respeito do rastreamento e se formos pedir ao mesmo tempo um conjunto de vinte...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quarenta e quatro.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quarenta e quatro para virem e ficarem à disposição; se autorizamos a quebra do nosso sigilo bancário, e está autorizada a quebra do sigilo bancário, o momento de dar execução a essa quebra é aquele em que surgir qualquer suspeição quanto aos seus membros. Entendo assim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, reitero o pedido da palavra.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Tem que ser dessa forma! Senão, de modo geral, estaremos abrindo, colocando à disposição e vamos ficar igualados àqueles que estão sob suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra.

Hoje, pela manhã, nós nos reunimos e fizemos uma pauta para a proposta de quebra dos sigilos bancário e fiscal e também uma pauta para inquirições por critérios que oportunamente os senhores saberão. Temos, agora, essa proposta do Senador

Pedro Simon. Eu queria dizer o seguinte: que nós nos equiparemos aos acusados ou referenciados para, primeiro, não dar a eles a idéia de que já são julgados e para que nos dê autoridade moral, tudo bem. Agora, trazer para cá nossos assentamentos, sem nenhuma investigação concreta? Para quê? Quer dizer que vamos ter um tratamento mais drástico do que o tratamento dado aos que estão referenciados.

Se alguém tem dúvida, por exemplo, de que Roberto Magalhães seja honesto, deve fazer a denúncia; a subcomissão vai investigar. Se for verdade, renuncio.

(Inaudível. Vários oradores falam ao mesmo tempo.)

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem.

Quanto à iniciativa do Senador Pedro Simon, reforçada por várias intervenções, especialmente do Senador José Paulo Bisol, considero-a absolutamente oportuna. Quer dizer, a CPI já se adianta e toma a decisão, por maioria absoluta, de quebrar o sigilo bancário e colocar à disposição da Mesa. Como disse o Deputado Luiz Máximo, há repercussão se houver qualquer indício de envolvimento no esquema que a CPI investiga. (inaudível)

Quanto ao sigilo bancário, não tenho nenhuma preocupação em relação aos inimigos. Acho ótimo que analisem e que acabe qualquer suspeição. Isso vale para todos os membros desta Comissão.

No entanto, na CPI do Collor, tivemos o seguinte incidente: um membro da CPI, um Deputado - há até uma lista de processos contra ele, inclusive de falta de pagamento, títulos protestados - dos mais desqualificados da Casa, gravou uma conversa telefônica com outro indivíduo desqualificado, que era um candidato do PRN. Eram três conversas telefônicas. Na fita eles dizem que tinham dado dinheiro para mim, tinham dado dinheiro para o Senador Eduardo Suplicy, para o Senador José Paulo Bisol, para o Senador Mário Covas, para o Deputado Sigmaringa Seixas, para o Miro Teixeira, enfim, para todos os que estavam apurando o processo da CPI.

É evidente que a denúncia foi tão desqualificada, que foi absolutamente descartada. Foi aberto inquérito, inclusive o Deputado foi expulso do partido. De modo que a CPI - usando o termo que José Paulo Bisol colocou - precisa formar juízos de valor que levem à execução da quebra do sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pediria que fôssemos objetivos e concluíssemos logo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - A minha cautela é no sentido de que de se aprove a quebra, que se coloque à disposição da Mesa e que, formado o juízo de valor por parte da CPI, imediatamente, se execute a quebra do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, queria que ficasse registrado nos Anais que o PMDB reuniu ontem toda a sua bancada e decidiu, por unanimidade, que todos os membros apresentarão, hoje, por escrito, autorização para quebra de todo e qualquer sigilo, independente dos outros membros da Comissão. (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, é apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, não pode usar mais de três minutos para discorrer, por favor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, apenas uma observação rápida. A dificuldade da compreensão da proposta do Senador Pedro Simon está em que ela requer duas decisões: a decisão de agora e a decisão do futuro, quando vier a suspeita sobre qualquer membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso foi levantado pelo Deputado Luiz Máximo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente, Sr. Presidente. Quando vier a suspeita futura, é nesse instante que a Comissão decidirá a quebra do sigilo bancário, e o fará sobre qualquer um, membro da Comissão ou não, parlamentar ou não. Havendo a suspeita, vai se decidir, como está fazendo agora sobre os suspeitos de agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª, inclusive para tristeza nossa, não é Membro titular, nem suplente; V. Exª está um pouco afastado...

O SR. VIVALDO BARBOSA - É questão **interna corporis** da Bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí é que começo a me preocupar. Se não jogarmos aqui de acordo com aquele brilhante discurso do Senador Pedro Simon, como 44 pessoas despojadas de interesses partidários, pessoais ou coletivos, e apenas visando apurar a verdade, vamos ter guerras internas que não são senão merecedoras de uma palavra: mesquinhez.

Temos uma imensa responsabilidade. Instalamos esta Comissão na quinta-feira, trabalhamos quinta, sexta, sábado, domingo, segunda, e ainda estamos sendo acusados, em editoriais de jornal, de não estarmos nos voltando para o que devemos fazer, que é ouvir os nossos próprios companheiros. Como se estivéssemos aqui protegendo um tipo de corporativismo.

Então, quero ter celeridade, sem perda, evidentemente, daquilo que deve ser a justeza da posição que devemos adotar.

Creio que o problema, até agora, para mim - pediria aos dois últimos Congressistas...

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...Então são três. Realmente, V. Exª antes pegou o microfone, mas não chegou a falar.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não, porque ele tinha invocado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque me parece que a coisa está muito simples para que tomemos uma decisão.

Deputado Roberto Franca, V. Exª tem dois minutos.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, não querendo complicar mais a decisão, quero apenas ponderar que entre os requerimentos que estão sobre a mesa, também há requerimentos para a suspensão da quebra do sigilo das contas telefônicas. Assim, pergunto se esta decisão que estamos discutindo agora já estará incluída ou reabriremos posteriormente a discussão sobre as contas telefônicas. Ou será simultânea?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que estamos propondo é não incluír, desde logo, contas telefônicas.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não inclui?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Está dito pelo Relator: seria quebra de sigilo bancário e de sigilo fiscal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque essas duas são fundamentais para que as subcomissões trabalhem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Pedro Teixeira.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Relator da CPI do PC-Collor.

O SR. AMIR LANDO - Aqui não sou nada, absolutamente. Sou apenas um Congressista.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo. Entendo que esta matéria é de magna relevância, mas também estamos com algumas matérias a serem votadas agora, neste momento, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sei que essa discussão, por experiência própria, sei da diligência de V. Exª no sentido de apurar esta votação, mas se pudéssemos agora, por três minutos, permitir que três membros da CPI se deslocassem para aquela Comissão, com o compromisso com V. Exª de que, no momento da votação, eles retornariam a esta reunião. V. Exª poderia apenas contribuir no sentido de que, antes da votação, fosse um emissário àquela sala avisar que a votação estaria colocada. Porque sei que isso pode demorar muito, e poderíamos, talvez, adiantar essa votação lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Três Senadores por cinco minutos só.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A minha esperança era de que não interrompêssemos isso agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, sem interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Farei uma proposta, e, em seguida, antes de passar à votação, os Senadores que quiserem atender ao apelo do nobre Senador Amir Lando, então se retirarão. Até podem se retirar sem quebra da maioria absoluta de que preciso.

Para concluirmos, ... Cassei a palavra ...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, se V. Exª está levando esta matéria muito a sério, temos que... Estou falando em nome do PP, do meu Partido. Não devo passar de dois minutos, e são 15 linhas escritas, mesmo porque estou instado também pelo eminente Senador Amir Lando, e, ao terminar, pedirei vênia para ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O PP, Sr. Presidente, não está agindo ao sabor das paixões e se estribou, no que estou falando, num parecer da lavra do jurista, nosso companheiro, Senador Josaphat Marinho, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do dia 17/06/93. Este é o nosso ponto de vista sobre sigilo bancário, apenas no Capítulo VII do parecer.

Sr. Presidente, para nós,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - ...a natureza do sigilo bancário, que se assenta, segundo estudiosos da matéria,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe, Senador.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu até pediria também, porque quero falar com V. Exª e o nobre Deputado Luiz Salomão está me tirando a visão que eu gostaria de ter da Mesa. Acho este um problema muito sério, que o PP examinou, e como estamos citando um parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, de agora, recente, provocado pela Mesa do Senado, tenho a impressão de que a matéria já traz luzes, pelo menos jurídicas, para se examinar num conciliábulo com a orla política.

Achamos que assenta verdade ao parecer do jurista e companheiro Josaphat Marinho, quando diz que:

> "A natureza do sigilo bancário, segundo os estudiosos da matéria, se assenta em irrecusável interesse do Estado na proteção da economia nacional, a que estão intimamente vinculados negócios bancários e afins, e que não é estabelecido para ocultar fatos, mas para revestir a revelação deles de caráter de excepcionalidade."

Ou seja, não é para ocultar, mas é para revestir de caráter de excepcionalidade.

Cita ele Álvaro Melo Filho, na obra **Dimensões Jurídicas do Sigilo Bancário**, na **Revista Forense** 287, páginas 466 a 477.

Vale dizer, Sr. Presidente - estou terminando:

"A inviolabilidade do segredo, mesmo confiada aos chamados confidentes necessários - no caso, esta Comissão - é de ordem pública eminentemente relativa, como bem assinalou - citado por Josaphat - o Ministro e penalista Nelson Hungria, em voto relembrado em estudos sobre o sigilo das instituições financeiras e o fisco. (Floriano Müller Neto, em **Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Volume XVI, nº 44, 1986, página ...)."

Sr. Presidente, concluindo:

"Apesar de objetivar a proteção de interesses privados, o interesse social é a base do segredo profissional. Assim, pode-se dizer que a proteção legal do segredo bancário, mais do que uma finalidade de ordem privada, atende a uma finalidade de ordem pública, qual seja, a proteção do sistema de crédito. (Carlos Alberto Hagston, em **O Sigilo Bancário e o Poder Público**)", citado pelo nosso companheiro.

"E, finalizando, é oportuno salientar que Hector Jorge Scola, mesmo não admitindo superioridade do interesse público sobre o interesse privado, reconhece que o interesse público tem prioridade com relação a este, por ser um interesse majoritário; então se confunde, se assemelha com o querer valorativo atribuído à comunidade."

O PP fica, por conseguinte, com as conclusões lavradas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, em recente e brilhante voto do nosso companheiro Josaphat Marinho, na reunião de junho deste ano, quando diz que "a quebra de sigilo bancário, mesmo para atender ao interesse público, está condicionada à excepcionalidade", razão por que nós não podemos abrir mão de ordem geral para todos.

Eu abro mão do meu sigilo, está aberto a qualquer momento, mas nós não podemos abdicar de um direito, que violenta a Constituição, a privacidade e o melhor Direito. Por conseguinte, a matéria deve ser revestida de excepcionalidade e examinada em cada caso. Este é o nosso conceito, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eminente Senador, tenho por V. Exª o maior respeito, como também pelo Senador Josaphat Marinho. Muito embora tenhamos divergido em referência ao cabimento da Revisão Constitucional, à antecipação do plebiscito - que nós findamos ganhando, porque a nossa tese ganhou no Supremo -, eu o considero um professor, apesar de eu ter, durante 30 anos, ensinado essa matéria, tenho-o como mestre de toda uma geração. E concordo com tudo que disse, só que a excepcionalidade está na própria CPI. Ela é única no País.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Mas foi nesse caso, porque foi provocado pela Mesa do Senado em função da Comissão da Jovem Pan, que queria cópias de cheques de uma outra comissão, e a Mesa do Senado se recusou, a fim de que a matéria fosse para a CCJ. É claro que essa excepcionalidade tem de ser examinada, se é assim considerada uma excepcionalidade, uma devassa genérica.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não é genérica. Digo que V. Exª teria razão se fôssemos quebrar o sigilo bancário e fiscal de todo o Congresso; aí concordaria com V. Exª.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Mas é o que foi proposto - se não engano - aqui pelo nobre Senador Pedro Simon.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por lei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É projeto de lei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É projeto de lei; realmente, não podemos fazer isso.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Qual o critério, então, que vamos considerar aqui, já que pertencemos a esta Comissão; quero dizer que a minha já está dada, Sr. Presidente. Estamos outorgando poderes para a Mesa determinar se devemos ou não ter a nossa devassa bancária simplesmente porque alguém quer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O critério é que estamos julgando os outros pela mesma razão.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Era isso que gostaria que fosse esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V. Exª permite-me, então, ir para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já tenho maioria aqui, mesmo com a ausência dos que forem para a Comissão de Constituição e Justiça. Maioria absoluta. Mas só quero votar na hora do regresso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, o Partido Democrático Trabalhista já manifestou reiteradas vezes sua posição favorável à inexistência do sigilo bancário tal qual ele vige em nosso País. De outra parte, quero dizer que há um projeto para a abertura do sigilo bancário ou a inexistência do sigilo bancário para homens públicos de um modo geral, integrantes dos Três Poderes, presidentes de partidos etc. já apresentado há um ano pelo Deputado Genebaldo Correia. E há também o projeto do Senador Pedro Simon. Creio que o correto seria aprovarmos esses projetos na Câmara e

no Senado emendando um ao outro para dar a maior abrangência possível. Por exemplo, o projeto do Senador Pedro Simon não coloca os presidentes de partidos, o do Deputado Genebaldo coloca. Então, é só acrescentar numa lista para que haja a união dos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão, por uma questão de ordem importante minha. Estou ouvindo toques de telefone celular; peço que não o usem em reunião interna. Estamos aqui tratando de assuntos e não convém que amanhã possamos ser suspeitos de estar dando alguma informação; ninguém, evidentemente, moralmente o fará, mas é bom que não haja esta suspeita. Então, se o Deputado ou Senador quiser atender ao telefone, por favor, não o faça durante os trabalhos da Comissão interna; vamos decidir diligências, vamos proceder a uma série de ações aqui, por isso é que estamos fazendo uma reunião particular.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por favor, Sr. Presidente, para concluir. O que me parece necessário é que efetivamente aprovemos os dois projetos, um emendando o outro. Agora, em relação a essa medida que considero de caráter puramente simbólico, o PDT vota favoravelmente.

O SR. VICENTE FIALHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, vamos discutir a manhã inteira. V. Exª já usou da palavra, foi muito claro. Cada vez que um fala, o outro se sente atingido para falar. V. Exª tem a palavra.

O SR. VICENTE FIALHO - Estou inteiramente de acordo com que nós da Comissão abramos mão do nosso sigilo bancário e de qualquer direito sobre nossas contas fiscais. No entanto, queria aqui trazer a V. Exª e aos companheiros - pois todos somos homens públicos - que temos compromissos com o País e com os Estados que para cá nos mandaram.

Entendo duas coisas diferentes: a primeira é um ato que aqui faço voluntariamente, como representante do povo cearense, perante a Mesa e todos os membros da CPI: autorizo a quebra do meu sigilo bancário. A Comissão já está autorizada a proceder a todos os atos legais relacionados com a quebra do sigilo bancário.

Outra coisa, Sr. Presidente, é o fato de essa quebra se fazer como uma imposição feita a mim. Quero, de antemão, que meu sigilo bancário seja quebrado espontaneamente, como um ato meu. Estou colocando a V. Exª, como Presidente da Mesa, a aos companheiros, a minha disposição em oferecer a quebra do meu sigilo bancário, mas como um ato voluntário meu. Não gostaria que o meu sigilo bancário, bem como os meus direitos com relação à parte fiscal, fossem quebrados de maneira impositiva, sem que eu esteja indiciado, sem nenhum indício de qualquer natureza.

Estou voluntariamente colocando a V. Exª essa minha disposição.

Somos homens públicos. Desse modo, defendo a tese, segundo a qual, se vamos pedir a quebra do sigilo bancário de outros companheiros, devemos antes oferecer a quebra do nosso próprio sigilo bancário. Isso deve ser um ato voluntário, porque valoriza mais nossa posição, valoriza mais a nossa atitude e o nosso gesto; não deve ser um ato que pode se investir de um aspecto constrangedor, amanhã.

Tenho conhecimento de que um nobre companheiro nosso tem dito nas televisões e nos jornais que estou procurando obstaculizar, obstruir a quebra do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tenho horror ao obstaculizar, mas também existe.

O SR. VICENTE FIALHO - Isso não é verdade. O que estou querendo e tenho defendido é seriedade, é serenidade, são critérios com relação à quebra do sigilo bancário.

Entendo que esta Comissão não se pode desmoralizar diante do povo brasileiro; de forma que todos os seus atos têm de ser pensados.

Assim, para evitar, Sr. Presidente e nobres companheiros, que amanhã um companheiro, por inexperiência ou por outra razão qualquer, chegue a dizer que o fulano de tal, membro da Comissão, teve o seu sigilo quebrado porque foi forçado por uma votação da maioria da Comissão - pois essa seria uma atitude negativa para a Comissão -, eu queria que V. Exª, desde já, aceitasse a quebra do meu sigilo bancário como um ato voluntário e não como alguma coisa imposta por alguém.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Está registrado, claramente. É a segunda vez que V. Exª fala sobre o assunto.

Só posso é lastimar que haja entre nós determinado tipo de emulação partidária ou pessoal. É desastroso, mas não haverá Presidente, Vice-Presidente ou Relator de comissão que possa impedir isso. Além do mais, as palavras também são de difícil interpretação por unanimidade.

Já Bernanos escreveu no seu livro - um dos mais belos livros que li - **Diário de um pároco de aldeia:** "Oh, meu Deus, por que só me deste a palavra, esse frágil instrumento, para expressar o meu pensamento?" Então, "esse frágil instrumento" pode ser levado em consideração, por uns, em um sentido; por outros, em outro.

Eu faria uma observação posterior. Estou aguardando a volta dos Srs. Senadores - se não voltarem em cinco minutos, vamos votar a matéria -, mas, naturalmente, quem já espontaneamente se colocou à disposição para quebrar o seu sigilo bancário não será violentado na medida em que a Comissão decidir, por maioria, que todos terão o sigilo bancário quebrado.

É oportuno que se registre que já houve antecipações.

Concedo a palavra ao nobre Luiz Soyer, que tem uma informação importante que nos deseja prestar.

O SR. LUIZ SOYER - Sr. Presidente, eu iria levantar esta questão de ordem após o término da votação, em respeito ao início dela, mas como os Senadores tiveram de se afastar, faço-a agora: eu queria, com a responsabilidade de Deputado Federal, de Presidente do PMDB do Estado de Goiás, dizer que quinta-feira próxima passada, minha esposa, D. Darcy Alves de Brito Soyer, e eu íamos para o aeroporto pegar o vôo das 10h50min., da VARIG, para irmos a uma reunião dos presidentes do PMDB dos Estados Brasileiros, em Curitiba, e, por coincidência, fomos transportados, do Anexo IV até o aeroporto, pelo motorista Eli Lopes. Ele nos afirmou, a minha esposa e a mim, naquela oportunidade, que tinha muita coisa para falar e que poderia surgir um novo Eriberto.

Disse também que já tinha avisado a sua esposa que tinha alguma importância depositada em poupança e que poderia ser sacada a qualquer momento para que ela viajasse para onde quisesse, porque ele se viraria sozinho, porque sabia que quando fizesse as afirmações de tudo que ele tinha conhecimento a respeito do Sr. João Alves, de quem ele teria sido motorista por 4 anos, iria ter muitas dificuldades. Então, ele preveniu a sua esposa no sentido de pegar o dinheiro, que estava depositado no banco, com rendimentos, e tomasse o rumo que ela quisesse porque ele se viraria sozinho. Disse que conhece bem a vida do Deputado João Alves.

Isso me foi dito quinta-feira, por volta das 9h40min. ou 9h50min., portanto, achei por bem, depois que tive a informação que ele havia negado tudo aqui. Com isso, quero dizer que acredito piamente nas palavras do Deputado Luiz Salomão, porque foram ditas a mim em outras palavras, porém no mesmo sentido. É essa a declaração que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apenas neste momento, o que gostaria de pedir a V. Exª, como disse agora, "a mim me foi dito em outras palavras, mas no mesmo sentido". Parece-me que o depoimento de V. Exª, que é importante, ficou preso a gênero. Ele falou, como foi dito aqui, que nós não temos dúvidas em relação à palavra do Deputado Luiz Salomão e à palavra do Deputado Carlos Lupi. Mas, para ambos, ele disse que levava a maleta com dinheiro para Deputados. Ele disse isso para V. Exª?

O SR. LUIZ SOYER - Ele disse que transportava muitos recursos para o Deputado. Mas não disse de onde para onde.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nem quais os Deputados?

O SR. LUIZ SOYER - A mando do Deputado. Mas não disse de quem para quem. É isso que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª. O Relator levará, na devida consideração, esse depoimento espontâneo que V. Exª dá. Seria interessante que V. Exª pudesse ter uma oportunidade, estamos trabalhando em uma reunião interna, independente da nossa, de dizer isso de público.

O SR. LUIZ SOYER - Se houver a permissão de V. Exª, eu direi por ser verdade e não tenho limites para dizê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há o meu interesse, porque é mais uma palavra, é mais um Deputado a ser ouvido.

O SR. LUIZ SOYER - Será dito, então. Direi, com toda a satisfação, por ser a verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Luiz Soyer, como Relator, faço um apelo a V. Exª no sentido de colocar essas declarações no papel, assiná-la, nos mandar para que anexemos aos autos. Nesse sentido, teremos contra ele a palavra do Deputado Luiz Salomão, a do Deputado Carlos Lupi e a palavra de V. Exª.

O SR. LUIZ SOYER - Não somente assinado por mim mas também por minha esposa, que tudo ouviu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agradeço a V. Exª.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Sr. Presidente, encaminho a V. Exª um requerimento relativo à denúncia que recebi envolvendo o Deputado José Geraldo de Oliveira.

Diz o requerimento que na Prefeitura Municipal de Betim, no ano de 90, foi feita uma concorrência pública, para uma obra de drenagem, no valor de 15 milhões de dólares. Essa concorrência teve um só licitante, chamado Via Engenharia. No dia 28 de dezembro de 1990, foi publicado outro edital, em Minas Gerais, abrindo concorrência para consultoria dessa mesma obra de drenagem urbana. Apenas um licitante. Foi vencedora a ENGESOLO, empresa controlada pelo Deputado José Geraldo Ribeiro. Posteriormente, a Via Engenharia sub-rogou o contrato para a ENGEBRÁS, que concluiu a obra. A ENGEBRÁS é controlada pela...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, tudo isso está explicado no documento?

O SR. NILMÁRIO MIRANDA - Está.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, peço a V. Exª que encaminhe, sem nenhuma impolidez com V. Exª, porque essa é uma reunião interna dos titulares e suplentes para trabalhos internos. Mas isso é importante, e, sendo importante, peço a V. Exª que nos transmita, para autuarmos e entregarmos aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, só por 30 segundos para agradecer a iniciativa do Deputado Luiz Soyer de ter comparecido à Comissão para dar esse depoimento. Penso que falo também em nome do Deputado Carlos Lupi. Acredito

que, de certa forma, põe um ponto final no depoimento do motorista em questão. Mas quero, pessoalmente, agradecer ao Deputado Luiz Soyer por esse gesto de dignidade que aqui praticou.

O SR. LUIZ SOYER - Não há nada a agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Francisco Rollemberg pediu a palavra antes de V. Exª. Vamos aqui até o fim do dia, mas vamos.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, sou daqueles que acredita que, no mais das vezes, o silêncio é até fecundo. Não se deve falar desnecessariamente; mas, haja vista essa colocação de hoje de manhã, gostaria de firmar o meu ponto de vista. Entendo ser necessário que esta Comissão venha a se despojar, como pretendeu o eminente Deputado Roberto Magalhães, de todas as suas prerrogativas nos campos fiscal e financeiro, por exemplo, e que possa permitir que haja a investigação de sua vida pregressa a qualquer momento, desde quando o cidadão esteja em suspeição.

Agora, Sr. Presidente, se levantarmos tudo isso agora - e convenhamos que isso demora tempo -, esta Comissão será feita, inicialmente, para verificar os honestos e, posteriormente, apurar o que há de corrupto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso que pretendo fazer em duas partes a votação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Isso faz me lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Informo ao nobre Deputado pelo PT que esses lugares estão reservados para os titulares: V. Exª está no lugar do Senador Élcio Alvares que se constrangeu de lhe pedir e ele está no lugar do Deputado Luiz Salomão. E V. Exª está conversando com o PT. É bom que converse um pouco lá fora. Lá fora não, aqui mesmo, mas não ocupando o lugar dos titulares.

Tive que fazer uma intervenção.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - O senhor é o Presidente; curvo-me a V. Exª.

Concluo, para não me alongar, citando o Barão de Itararé que dizia:

> "Prendamos todos os homens honestos do País, que são poucos, as cadeias ficarão relativamente pouco ocupadas, e deixemos os corruptos soltos, porque aí o País caminhará para a sua normalidade."

Isso que estamos fazendo: estamos nos investigando, que não estamos sob suspeita e estamos despreocupados, deixando **a posteriori** aqueles que estão em suspeição.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Ernesto Gradella tem a palavra.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, gostaria de apresentar um requerimento à Mesa, solicitando que esta CPI incorpore aos seus trabalhos a presença, em todas as reuniões e acesso aos documentos e outros materiais, das entidades componentes do Movimento pela Ética na Política. Acredito que é uma discussão que inclusive deve voltar devido às - vamos dizer assim - possibilidades de garantir maior transparência e até maior legitimidade em todas as ações que estão sendo tomadas pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria que V. Exª formalize isso.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Acredito até que - vamos dizer assim - por parte da Presidência tem havido esse esforço e penso que esse tipo de iniciativa caminharia nesse mesmo sentido.

Estou fazendo esse requerimento em meu nome e em nome da Deputada Maria Luíza Fontenele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Parece que a Deputada já se antecipou e fez esse requerimento. Vamos tomar essa decisão, aqui, nos trabalhos internos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mais ainda sobre o assunto?

Temos um assunto fundamental que está sendo interrompido, primeiro, pela prioridade da Comissão...

O SR. PEDRO PAVÃO - (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu disse o primeiro. O primeiro houve. Primeiro, saíram vários Senadores daqui; já regressaram. Vou voltar ao tema central. Este tema central, sobre ele V. Exª quer falar mais uma vez?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Infelizmente, por problema de falecimento em uma pessoa de minha família, na cidade de São Paulo, sou obrigado a me ausentar a partir das 13h30min; e, por sorte, à tarde, um outro compromisso a nível de televisão.

Quero deixar, também, a minha posição a respeito da liberação das minhas contas, tanto bancária como fiscal, como têm feito os outros parlamentares.

E, apenas para ilustrar mais o fato do motorista de ontem, é que meu motorista, sem saber, o conhece muito bem e disse que é tido como alcoólatra dentro da sua atividade.

Ontem, tive aquela suspeita e perguntei se ele havia bebido ou se ele toma um aperitivo, e ele respondeu que o faz nos finais de semana. Através do meu motorista,

tive conhecimento de que, de fato, ele é um alcoólatra. Apenas isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Srs. Membros da Comissão, Srs. Membros titulares e suplentes, depois de tudo que ouvi, creio que posso resumir da seguinte maneira: fazer uma proposta para a votação em dois tempos. O primeiro tempo, em relação à proposição segundo a qual a Comissão, independente daqueles que voluntariamente já ofereceram a perspectiva da quebra do seu sigilo bancário e fiscal, vote a quebra do sigilo bancário de todos os integrantes da Comissão, titulares e suplentes.

A votação é nominal, mas parece-me que, pelo consenso, poderei fazê-la de maneira simbólica, porque a decisão será por maioria absoluta.

Faço, portanto, um apelo no sentido de que aqueles que estiverem de acordo com a proposição inicial do Senador Pedro Simon queiram, por obséquio, levantar o braço. Eu disse titulares e suplentes. Todos. (Pausa)

Agradeço a unanimidade da decisão.

Logo, todos os membros desta Comissão, titulares e suplentes - mesmo aqueles que antes dela se hajam afastado, por motivos outros, de interesse partidário, tendo sido substituídos, mas que fizeram parte das reuniões desta CPI - estão sujeitos à quebra do seu sigilo bancário. Está garantido.

Agora, quanto à operacionalidade: tivemos divergência de ponto de vista. Quero resumi-las e, se estiver equivocado, peço que me esclareçam os ilustres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas ela foi garantida por outras pessoas.

Lançada, inicialmente, pelo Senador Bisol, depois houve quem apoiasse a indicação de que, desde logo, essa documentação deveria ficar à disposição da Mesa para a utilização em ocasião oportuna. Outros ponderaram exatamente o contrário: está quebrado o sigilo; assim, a partir do primeiro momento em que houver razão para qualquer um de nós ter o seu sigilo quebrado ou ser objeto operacionalmente de solicitação de todas as providências necessárias, que então o seja desde logo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, citei a experiência da CPI do Collor, porque houve uma denúncia forjada para tentar comprometer os membros da CPI.

Temos que fazer - como disse o Senador Bisol - , desde que a comissão forme um juízo de valor a respeito da denúncia para encaminhar o pedido da quebra de sigilo. Havendo indício de envolvimento de qualquer membro da CPI, e formado o juízo de valor por parte da Comissão, encaminha-se imediatamente a quebra do sigilo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, como Relator, para dizer que são dois momentos: o primeiro é a quebra do sigilo bancário e fiscal; o segundo é a investigação. A investigação só deve ter lugar se houver denúncia ou se alguma subcomissão pedir, considerar que é conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero ouvir bastante sobre isso.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Benito Gama, porque temos, na exemplificação da CPI do PC Farias - outros chamam CPI do Collor -, a decisão tomada, que já começa a ser praxe. Estamos nos mirando no exemplo de V. Exª, embora eu, pessoalmente, ache que poderemos, aqui e acolá, não ter o mesmo tipo de comportamento.

Com a palavra o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Acho que a proposta do Relator, Deputado Roberto Magalhães, é a proposta que preenche todos os requisitos para que se faça uma investigação perfeita. Acho que a quebra do sigilo bancário de todos os membros, se for...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está ligado o microfone.

O SR. BENITO GAMA - Podia pedir para aumentar um pouco, talvez, o som. Acho que é o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faça-se o som, já que eu não posso dizer:"Faça-se a luz!" (Pausa)

Pronto? Por obséquio.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, agora melhorou mesmo.

A proposta do Deputado Roberto Magalhães realmente tem todos os requisitos para se fazer uma investigação bem feita. Quebra-se o sigilo bancário de todos os Membros - como já foi proposto e aprovado - e, na medida em que for havendo necessidade de investigar, o Presidente, através de ato seu, invocando a maioria absoluta ou a unanimidade da votação - inclusive registrada em ata - satisfará a investigação e o interesse da CPI. Era assim que fazíamos: quebrava-se o sigilo bancário de vinte, trinta, quarenta pessoas e, à medida que fosse aparecendo uma prova, uma evidência ou um indício, o Presidente, juntamente com o Relator, fazia a requisição ao Banco Central ou aos bancos específicos onde aquela pessoa tinha conta bancária.

Isso facilitará muito, porque se formos requisitar 44 documentos, seguramente em 44 dias nós não teremos onde guardá-los aqui, na sede do Congresso Nacional. São 40 mil agências bancárias e postos bancários neste País, e isso entra na rede, por telex, do Banco Central, para todos os bancos, agências, departamentos e, realmente, cria um complicador muito grande. Não temos nem como receber esses documentos.

Então, acho que a proposta do Deputado Roberto Magalhães é perfeita, ela atende a todos os requisitos para uma investigação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me reservaria ainda a dar uma palavra final, se me permitem, mas quero ouvir o Senador Nelson Wedekin, que pediu a palavra; logo após, o Senador Bello Parga e tantos quantos quiserem, Senador Jutahy, Deputado Moroni Torgan. Nós vamos decidir isso até meia-noite, mas decidiremos. (Inaudível)...a rapidez com que o Legislativo trabalha.

Com a palavra o meu colega Nelson Wedekin.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. NELSON WEDEKIN - Sr. Presidente, ontem esta Comissão deliberou que membros não-titulares e não-suplentes também podem fazer parte das comissões. Creio que, pelo mesmo princípio, a decisão deve alcançar também esses membros não-titulares e não-suplentes que pertençam às subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que passarem a integrar. Acho que temos consenso sobre isso, porque será voluntário e, a partir do momento em que as subcomissões estejam organizadas e eles participarem disso, devem ter o mesmo tratamento.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Eu queria fazer apenas uma ponderação quanto a essa segunda fase que V. Exª está prestes a submeter à votação. É que somos políticos, somos homens públicos, temos partidários e temos adversários - e estou bem à vontade até para falar isso, porque não sou nem titular nem suplente -, e na hora em que se souber que os documentos estarão abertos, o que é que impede qualquer adversário de vir fazer uma denúncia, mesmo que não seja relativa ao objeto da Comissão? Como é que vai esta Comissão se pronunciar? Nós não vamos apurar essa denúncia? Isso, a meu ver, pode ter uma repercussão muito negativa na opinião pública.

Era esta a ponderação que eu queria trazer ao conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª sabe do meu respeito pessoal por V. Exª. Agora, eu gostaria que as propostas se ativessem aos Membros titulares e suplentes, embora seja aberta a oportunidade a qualquer um de falar, mas estamos tomando decisões internas da Comissão.

A observação do Senador Bello Parga, eu considero oportuna, mas espero que fiquemos agora restritos aos titulares e suplentes, porque eu também me preocupo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois da questão de ordem do Deputado Najar, eu gostaria de expor um ponto de vista pessoal para depois propor algo à deliberação do Plenário.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, apenas um esclarecimento que me parece importante, porquanto a proposta do Deputado Luiz Máximo, encampada pelo Deputado Benito Gama, me parece que é a definitiva. A outra seria que este Plenário voltasse a deliberar sobre a suspeita, sobre o indício, sobre a prova para que fossem requisitadas essas contas bancárias. Para isso, não haveria necessidade de quebrarmos antecipadamente esse sigilo. Deixaríamos, então, para quando houvesse eventual suspeita.

Quer me parecer que só temos uma alternativa, depois de termos aprovado a quebra de sigilo bancário coletiva, que seria delegar à Mesa a prerrogativa de requisitar as contas bancárias quando achar necessário e oportuno.

Era esta questão que eu queria levantar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço desculpas se fizer uma pergunta que talvez já tenha sido respondida, mas em relação à parte que ouvi, restou dúvida: nós quebramos o sigilo bancário da pessoa física, mas acho que seria importante se a quebra fosse estendida também à pessoa jurídica, à sociedade da qual nós fizéssemos parte, porque isso permitiria, se fosse o caso, fazer uma investigação total, porque a pessoa física muitas vezes é nada. Então, pessoa jurídica é que amplia o universo. Por esta razão, acho que deveria ser extensiva à pessoa jurídica quando um dos componentes dessa Comissão, ou de quem vier a ter seu sigilo quebrado, fizesse parte da sociedade como um todo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Senador Jutahy Magalhães, eu me permitiria fazer uma ponderação. Se quebrarmos o sigilo de todas as empresas a que estejam ligadas os Senhores Membros da Comissão, vamos criar problemas de conceito, de suspeição sobre organizações comerciais e industriais, o que vai ser muito prejudicial para essas organizações.

Lembro aos senhores que pelo menos uma das subcomissões está investida de poderes para investigar pessoas e empresas. Então, cada vez que a subcomissão competente achar necessário ampliar a investigação às empresas ligadas a determinada pessoa investigada, fará uma solicitação e, então, será quebrado o sigilo. Se não, poderemos criar sérios problemas de ordem de imagem, de conceito e de crédito na órbita econômica.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Relator, apenas para explicar. Acredito que se nós votássemos aqui a quebra de sigilo também estaríamos na mesma condição. Apenas já ficaria estabelecida a quebra do sigilo, e o fato, a apuração, só ocorreria se houvesse algum indício que levasse à essa suspeição, e, portanto, para fazer a investigação necessária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas a imprensa vai anunciar, e isso vai ser o bastante para criar problema. Penso assim. Essa questão de conceito e de credibilidade comercial é muito delicada. Vimos, aqui, uma empresa - conhecida no Brasil inteiro - a CEVAL, com "C", que integra o Grupo Hering, que é a maior exportadora de soja da América Latina, pedindo a retificação através de vários fax, com receio de que pudesse haver algum arranhão na sua imagem, sobretudo no exterior.

Aqui, é um pouco da minha experiência de advogado de empresas, que sinto a necessidade de nessa altura não irmos expor organizações sobre as quais não temos nada, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que já discutimos bastante a matéria. A primeira parte está decidida, portanto, a quebra do sigilo bancário e fiscal de todos os senhores Membros da Comissão, titulares, suplentes, e daqueles que, indicados por seus partidos, pela proposta oportuna do Senador Nelson Wedekin, *também façam parte de qualquer tipo de diligências. Esse é um ponto.*

Na operacionalidade, o Senador José Paulo Bisol retirou sua proposta e, parece que depois do que ouvi aqui, ficou o consenso de que se, a partir desse momento, pedirmos ao Banco Central e ao órgão competente que faça a devassa de todas nossas declarações, nossos registros, depósitos etc., estaremos perturbando os trabalhos da Comissão.

Mas me preocupa um conceito que aprendi na minha vida - não sei se ele está compatível com o meu ponto de vista, falta-me aqui a experiência do Senador Cid Sabóia de Carvalho, que é um homem camiliano. Falou-se aqui em conceito de valor, tenho duas expressões: conceito de valor e conceito de fato.

Conceito de valor nada expressa. No conceito de valor digo a pessoa é boa, *bonita, feia, não gosto dela.*

Conceito de fato, sim, é baseado num fato concreto, em que faço conceitos se a pessoa merece ter suspeição de desonestidade ou não. Então, não é uma simples referência de conceito de valor que poderá fazer com que essa investigação se proceda desde logo.

Como estão propondo que seja a Mesa a responsável, esta responsabilidade fica extremamente grave para nós, porque, a partir do momento dos conceitos de valor que não levemos em consideração, nós três vamos ficar debaixo de suspeitas de proteger este ou aquele.

Então, suponho o que devemos votar é toda vez que qualquer um de nós recair num depoimento, recair numa citação, algo que a Comissão tenha que investigar, *como investiga a qualquer outro, que aí, neste caso, então, exista um conceito de fato* que leva à necessidade de uma verificação.

Penso que podemos votar essa matéria desse modo.

Agora, passo a iniciar aquilo que, no momento, e na ocasião oportuna, foi interrompido pela proposição do nobre Senador Pedro Simon.

Estou pedindo à Secretaria, e aí gostaria que todos os Senhores que aqui estão representados pelos seus partidos, que me faça saber, exatamente, quem é suplente de quem. Porque, pela lista que tenho, normalmente, lerei: Senador Nelson Carneiro, na sua ausência, o primeiro Senador suplente do PMDB é Wilson Martins e não Pedro Simon.

Gostaria que o próprio partido me dissesse o suplente de quem é. É um direito dizer. *Mas, no documento que os partidos mandam dizem. Fulano como titular,* e fulano como suplente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É pela ordem que o partido apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou fazendo uma proposta. Se ela não prosperar, está acabado, eu acompanha a lista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sobre esta matéria, Sr. Presidente, já existe na Casa, e pode-se aplicar o Regimento tanto do Congresso como da Câmara, e me parece que também o do Senado, o partido indica a ordem dos suplentes. Na medida em que vão faltando os efetivos chama-se a ordem dos suplentes de cada partido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É isso, Deputado José Genoíno, que quero saber. Se na lista de que disponho é essa a interpretação que é certa. Por isso que pedi aos partidos que me dissessem.

Essa questão começou porque vamos ter outros assuntos também tão importantes, como, por exemplo, a relação que o Relator, Dr. Roberto Magalhães, quer fazer, e o elenco dos próximos depoentes. Baseado nisso, vamos dizer os critérios pelos quais vamos propor isso. Mas, antes vou votar esta matéria, que corresponde a pedidos, e são mais de 30 solicitações do Deputado

Aloízio Mercadante, para a quebra de sigilo bancário. Mas, há um, do Deputado Luiz Salomão, em que ele pede, desde logo, a quebra do sigilo bancário, fiscal e cambial das pessoas físicas e jurídicas citadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

A mim me parece que isso seria oportuno que nós tratássemos logo disso, porque, no caso dele, como no caso do Deputado João Alves, suponho que quebra deve ser estendida, também, neste caso, mais abrangentemente.

Então, proponho votarmos, primeiro, este requerimento, acrescido - se S. Exª admite - de que seja também com relação ao Deputado João Alves. Concorda?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente! Claro!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, passo à votação.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - (Fora do microfone. Inaudível.) - ... Então, discutimos, amplamente, o problema de como o sigilo bancário dos membros da Comissão foi resolvido.

Todos nós autorizamos pessoalmente.

Entretanto, o Sr. Relator faz uma proposta, no sentido de que estou autorizado, no momento em que houver uma denúncia formal, então aquele nome será investigado.

Este, para nós, regime nosso. Agora, o regime para os outros: o conceito não será da Comissão, não pode ser só do Sr. José Carlos dos Santos. Então, se estabelecemos uma regra, que vamos analisar casos que devam ser investigados, e esta é a opinião da Comissão, é uma coisa séria. Daí, para jogar este conceito para todo mundo que o Sr. José Carlos Alves dos Santos citou, e, portanto, outros citados por outras pessoas também estariam imediatamente investigados, é uma abertura que me parece absolutamente perigosa. Nós não escalonamos. O Sr. José Carlos Alves dos Santos é uma peça de informação de onde até nasceram estas investigações, mas não pode ser tida como absoluta qualquer indicação do Sr. José Carlos dos Santos.

Eu entendo que, sem querer protelar, porque quando a gente argumenta assim, seriamente e com equilíbrio, a gente é chamado de "tropa de choque", não é? Quer dizer, falta de criatividade, até se podia mudar o nome. Esse negócio de "tropa de choque" já existiu na CPI do Collor.

Então, por falta de criatividade desse pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poderia chamar de vanguarda.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Ou qualquer coisa. Um nome melhorzinho, não é?

Mas a verdade é que estabelecemos uma conduta equilibrada para nós e, agora, a conduta para abertura do sigilo dos nomes citados pelo Sr. José Carlos dos Santos é um critério absolutamente imaturo.

Então, as Comissões, ou a própria Mesa, ou o Relator, pela prova existente, o que faria? Vamos abrir deste, desse ou daquele; ou então o requerente, no caso o Deputado Aloízio Mercadante, podia, em cada caso, sustentar no seu requerimento as razões que o levaram a pedir a abertura do sigilo bancário, porque, senão, corremos um risco muito grande de acúmulo de documentação - que aqui nós quisemos evitar - se pedirmos tudo isso para o Banco Central etc, nós vamos encher esta Comissão de documentos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perfeito.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Só para completar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para os que estão ansiosos, depois de ouvir o Deputado Rollemberg, quem primeiro pediu para intervir foi o Senador Pedro Simon. O segundo foi o próprio autor do requerimento; o terceiro é o Senador Pedro Teixeira e o enésimo será aquele que levantar a mão.

Peço a V. Exª que prossiga.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Então, esse é que é o problema.

Entendo que há uma dificuldade, porque nós ouvimos um depoimento válido do Sr. José Carlos, outro válido do Sr. João Alves, um absolutamente absurdo do motorista, onde se ficássemos em cima da palavra dos Deputados já teria resolvido. Acho que nós deveríamos ouvir mais algumas pessoas e, em cima desses depoimentos, nós avaliaríamos de quem solicitar a abertura.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Nós temos três depoimentos, dois informativos, um não informativo, mentiroso e, em cima disso, nós vamos dizer todos aqueles que foram citados pelo Sr. José Carlos Santos. Ele é um ponto de referência importante, do ponto de vista processual, mas não é importante do ponto de vista moral e ético. Absolutamente. Então teríamos que ter outros depoimentos que fortalecessem ou destacassem os nomes referidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço a V. Exª, porque houve uma inadvertência minha. Eu interpretei, um pouco assim, talvez até **avant la lettre**, peço desculpas, que seria em relação a ele, José Carlos, porque o que eu interpretei é o seguinte: ele chega aqui, faz umas declarações etc, diz que tantos milhões, mas também não sei que parte do que está considerado como "esquema de corrupção" teria com ele um envolvimento de pessoas jurídicas com quem ele estivesse envolvido.

Mas V. Exª salienta bem que, aqui, o requerimento é mais amplo, é sobre todas as pessoas por ele citadas.

Ouço o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Eu acho muito importante a argumentação apresentada pelo nobre coordenador da nossa bancada, Deputado Rollemberg. Mas por isso mesmo eu acho que é importante a gente esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu vou dar a palavra pelos que pediram.

O SR. PEDRO SIMON - Eu acho muito importante, viu, Sr. Presidente. Por isso a minha proposta inicial, que eu faço questão de esclarecer ao meu amigo e meu coordenador, Deputado Rollemberg. Por que eu pedi que nós, membros da Comissão, deveríamos, primeiro, abrir mão do nosso sigilo e deixá-lo à disposição? Segundo, que nós vamos votar no plenário, hoje ou amanhã, um projeto de lei onde todos os parlamentares abrem mão do seu sigilo, para nós não entrarmos naquela tese de que nós já estamos prejulgando.

O que é que está acontecendo agora? Nós temos que ter uma análise para começar. Se nós formos ao que diz o Deputado Rollemberg, o que vai acontecer? Vamos ouvir mais dois ou três depoimentos e só depois de ouvir mais esses dois ou três depoimentos é que vamos fazer juízo e chamar a seleção de "a" ou "b". Eu acho que aí é que é grave. O importante é termos um critério. O critério é o da criação. Por que foi criada esta CPI ? Foi criada em virtude das declarações do senhor economista fulano de tal. Ele fez as declarações, foram consideradas graves - a publicação na VEJA - e criamos esta CPI.

Então, o fato de votarmos esse requerimento agora não quer dizer - e isso é muito importante, Sr. Presidente - o contrário do que diz o nosso amigo Rollemberg; ele diz: "Vamos esperar mais, porque esperando mais um, dois ou três depoimentos, já teremos juízo de convicção de quem vamos abrir as contas". Eu sou contrário a isso. Acho que devemos abrir agora sem juízo de conceituação sobre todos. Hoje, temos uma análise, não vamos ficar com a responsabilidade. Qual é a análise? Foram feitas citações. Vamos iniciar estas citações sem juízo de conceito de valores. Então, significa que, se decidirmos agora não estamos dizendo - e a imprensa vai ficar esclarecida - que a Comissão não estará fazendo juízo de valor sobre nenhuma dessas pessoas; estará apenas iniciando. E como tinha de iniciar de alguma maneira, isso ocorreu com o depoimento daquele que foi o autor, o responsável pela criação da CPI.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Eu não disse que nós deveríamos, eu disse apenas que era uma hipótese para que a Comissão tivesse a posição de convocar, porque poderia ouvir mais alguma testemunha; isso é uma hipótese. Pelo que entendi, já é possível que chamemos algumas pessoas, porque há outras denúncias além dos depoimentos. Então, eu queria uma análise dos documentos existentes na Comissão, e estes seriam chamados em primeiro lugar.

O SR. PEDRO SIMON - Aí, meu amigo Rollemberg, acho que seria muito delicado, já, a esta altura, fazermos conceito de pinçar. Acho que, com esta seleção, já estaríamos condenando à morte alguns. Não gosto de fazer isso , mas parece-me que aquele Deputado está muito... Aliás, já foi até convocado; o Supremo Tribunal pediu para abrir as suas contas. Mas me parece que fazermos conceito - coloca cinco e tira cinco - vai ser muito difícil. A imprensa já está falando mal de nós.

Não estamos fazendo nenhum juízo de valor, estamos apenas tendo um conceito. Qual é o conceito ? Esse cidadão deve estar fazendo injustiça? Deve! Eu citaria nomes com os quais ele deve estar fazendo uma tremenda injustiça!

Agora, como diz o Senador José Paulo Bisol, investigar vai ser a melhor colaboração que vamos dar para mostrar que a injustiça está sendo feita.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, V. Exª, ao enunciar a lista, disse que eu era o segundo. Agora V. Exª a está invertendo. Perdoe-me!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não gosto de inverter nada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Exª me disse: "Vai falar o Senador Pedro Teixeira, depois o autor e depois..."

Sr. Presidente, eu gostaria de ver se conseguiríamos abreviar esta discussão, porque se discutirmos uma hora e vinte minutos para concluirmos se deveríamos ou não colocar nossas contas à disposição da Mesa, imagine nesta discussão.

Eu ouvi o Senador Pedro Simon com toda a atenção!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Pedro Simon, V. Exª está sendo nominalmente citado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Primeiramente, eu gostaria de tirar qualquer conotação de "tropa de choque" do Deputado Roberto Rollemberg. Ele é uma das figuras mais dignas deste Congresso, já trouxe a esta Comissão enorme colaboração e, certamente, vai trazer ainda mais. Eu não sei quem pode ter insinuado isso em relação ao Deputado Roberto Rollemberg, mas quero repudiar este tipo de insinuação em relação ao nobre Colega.

A segunda questão é que a quebra de sigilo bancário se tornou uma questão política, como a sociedade brasileira quer que vá todo mundo para a cadeia! Não importa se o sujeito não devolve ao Tesouro Nacional o que dele retirou ilicitamente, mas querem a cadeia, pois é a cadeia que desmoraliza. Então, a quebra de sigilo bancário passou a ser um fator de desmoralização nas nossas visões e nos nossos valores.

O que eu creio é que muitas pessoas, quando são arroladas nessas acusações, já saem declarando que colocam suas contas à disposição. Porém, na hora de quebrar o sigilo bancário, há uma resistência enorme por esta conotação política que a operação da quebra de sigilo bancário trouxe.

Por esta razão, Sr. Presidente, na formulação do requerimento, usando a experiência que tivemos no caso VASP, não nominais "a", "b" ou "c" e nem graduamos a acusação, como propõe o nobre Deputado Roberto Rollemberg. "Não, porque foi dito

aqui pelo José Carlos Alves que esse fulano efetivamente participava; o outro apenas sabia". Esse juízo de valor para a Comissão adotar seria muito complicado. Então, fizemos questão de não nominar ninguém no nosso requerimento, de modo que só o ofício de V. Exª ao Banco Central é que nominará essas pessoas. Se este ofício não for divulgado à imprensa não há qualquer lista de condenados ou de pré-condenados a serem mencionados.

De outra parte, Sr. Presidente, quero lembrar ao nobre Deputado Roberto Rollemberg e a outros, ao Senador Bello Parga por exemplo, que o sigilo bancário permanece sob a responsabilidade dos integrantes da Comissão. Não pode haver vazamento pela Subcomissão ou por outros parlamentares que venham a participar; não pode haver vazamento, exceto quando ficar demonstrado que era uma operação ilícita.

Isto é muito importante porque no caso da CPI do PC Farias - eu não fazia parte dela, não estava no Congresso nesse tempo -, houve muitos vazamentos, alguns até injustos, que tornaram essa questão política, de modo que sai uma notícia e o sujeito já está, imediatamente, execrado perante a opinião pública.

De modo que acho que V. Exª, pelo rigor como vem conduzindo os trabalhos, apesar do caráter democrático da sua Presidência, vai cercar de normas de segurança o trabalho da Subcomissão, para que não haja vazamentos, para que não haja a revelação.

De outra parte, quero lembrar que se nós não trabalharmos com amplitude, com uma verdadeira cobertura das pessoas que foram citadas ou referenciadas, o que vai acontecer é que, a partir dos próprios bancos, começarão a surgir cheques, extratos bancários, indícios concretos que desmoralizam, de certa forma, o trabalho da Comissão.

Então, Sr. Presidente, é nesse sentido que peço vênia ao Deputado Roberto Rollemberg para que ele apóie o requerimento, tendo em vista que, primeiro: não há menção pessoal de ninguém. Todos os envolvidos - é só pegar o depoimento, a revista etc - a revista, inclusive, estende as acusações, porque foi lá e fotografou propriedades; mencionou endereços; fez pesquisas em cartórios e tudo o mais; quer dizer, são indícios bastante fortes. Em segundo lugar, inclui as pessoas jurídicas, que também são maneiras de ilidir a formação do patrimônio. E eu acho que atende a preocupação do Senador Pedro Simon, de que a lista não nomine a, b ou c, para não pré-condenar ninguém. E, finalmente, para dizer que a análise das contas e da declaração de renda pode ser o melhor instrumento de defesa de qualquer dos parlamentares arrolados na relação do José Carlos dos Santos Alves.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, só para responder...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Pedro Teixeira, depois darei a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Tendo em vista as considerações éticas do Deputado Salomão e uma vez predominantes, eu aceito as suas ponderações e estou de acordo com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Pedro Teixeira tem algo a dizer?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, é apenas uma questão de ordem, mesmo. Porque questão de ordem é para dirimir controvérsias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, V. Exª começa citando o artigo do regimento...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Ah, não vou citar, não. Tenho dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, dou a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Quando saí daqui, indaguei a V. Exª, e a Mesa informou, que os membros da Comissão que estavam colocando à disposição o exame da sua conta-corrente bancária - pessoas físicas - não falaram em pessoa jurídica. E o requerimento em que se está enfocando isso fala também em pessoas físicas. Prevalece para esse caso pessoa física, diferentemente dos membros da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso dar uma informação à Comissão depois de ouvir, espero que seja a última, intervenção do Deputado Aloízio Mercadante; depois direi o que desejo propor.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer o seguinte: não há qualquer possibilidade de esta Comissão votar um requerimento que seja abrangente. A lei é claríssima: sigilo bancário tem que ser votado por maioria absoluta, nome a nome. Quero lembrar que, numa CPI anterior, houve o questionamento, exatamente porque tentamos quebrar o nome dos envolvidos e tivemos que retroceder e fazer a votação nominal; tem que ser nominal.

Outra coisa: não podemos delegar à Mesa a leitura da revista ou qualquer outra fonte de critério. Temos que ser precisos, e só há uma forma de precisão: é o nome.

Segundo: o requerimento que a Mesa for encaminhar ao Banco Central tem que constar o nome completo - porque há cerca de 5 milhões de homônimos e nós perdemos muito tempo, cerca de mais de uma semana com isso - CIC e RG. Se não houver essa precisão, nós vamos fazer o levantamento e vamos perder muito tempo com o processo da documentação bancária.

Em relação ao vazamento das informações, eu queria dizer, em primeiro lugar, que na CPI do PC não houve nenhuma injustiça. Em segundo lugar, a lei é

claríssima; qualquer quebra de sigilo bancário dá quatro anos de cadeia para quem o fizer. A responsabilidade jurídica é precisa: é cadeia. Então, qualquer um que se sentir prejudicado pelo trabalho da CPI em relação a essa questão, além das precauções da Comissão, que estou totalmente de acordo, é simples: tem o direito de recorrer à Justiça e colocar na cadeia quem o fez.

Por último, eu queria insistir no critério da quebra do sigilo. O critério que eu utilizei para todos os requerimentos que foram apresentados, pessoas jurídicas e físicas, eu pedi algumas pessoas jurídicas como a SEVAL, AJAX, etc...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São separadas.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - São separadas.

É basicamente a entrevista da **Veja**. Por quê? Porque o depoente, que jurou falar a verdade diante da CPI, disse que mantinha na íntegra. Ele leu e quando acabou de ler falou: mantenho na íntegra a entrevista. Portanto, ela faz parte do depoimento. Em segundo lugar, tive o cuidado de ler o depoimento e fui registrando todas as passagens em relação aos nomes que eu apresentei. Não sei se este é o momento oportuno para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso é que eu diria. No momento oportuno da discussão do requerimento em si V. Exª daria essa explicação.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Por último, o requerimento para o Banco Central tem que ser preciso: solicitação de levantamento dos depósitos, movimentação bancária, etc. Se não houver essa precisão, vem parte da documentação e não aquilo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

Tenho algo ainda que me parece...

O Senador Pedro Teixeira tinha pedido...Ilustre colega, desculpe a indelicadeza, eu tinha pedido que nas reuniões internas não se usasse o celular, peço a V. Exª.

Sem nenhuma impolidez, solicito aos que não são titulares nem membros da Comissão que se abstenham de falar, porque estamos fazendo uma reunião interna da Comissão para tomar decisões de ordem administrativa. Senão, isto vira plenário global da Câmara e do Senado da República.

O Senador José Paulo Bisol tem a palavra.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É só para lembrar, sobretudo à Comissão de bancos que "fantasma" não é sujeito de direito, isto é, não tem direito a sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de ouvir do Deputado Luiz Salomão, do Deputado Rollemberg, que acabou de declarar que aderia ao projeto, de chamar a atenção da Comissão para o seguinte: note-se bem que está aqui a ementa do requerimento:

"Requerimento de quebra do sigilo bancário, fiscal e cambial das pessoas físicas e jurídicas citadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos como participantes do esquema de corrupção na Comissão Mista do Orçamento."

Depois que eu li o requerimento, com aquela primeira advertência do Deputado Rollemberg, eu realmente me preocupei, porque, num depoimento de tantas horas como esse feito pelo economista José Carlos, há pessoas citadas assim: "certamente", "tenho dúvida", "não sei". Se V. Exª, como autor do requerimento, daria delegação à Mesa para, nesse caso, como já se propôs na questão da quebra do sigilo bancário, de não fazer disso um universo.... Quer dizer, não são todas as pessoas citadas. Concorda?

Eu passo a votar...

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, nobre Senador.

O SR. NELSON CARNEIRO - Eu queria apenas um esclarecimento, porque o Senador Pedro Simon falou num projeto que vai ser votado, ampliando a todos os Parlamentares a quebra do sigilo bancário. Esta é a decisão final? É um projeto do Senado ou já veio da Câmara?

O SR. PEDRO SIMON - É um projeto que está no Senado; vai começar no Senado.

O SR. NELSON CARNEIRO - Vai começar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra para fazer duas observações. A primeira é que nós não podemos esperar por esse projeto de lei; senão se esgota o tempo da CPI e não temos acesso a informações fundamentais para a investigação. A segunda é que nós quebramos com tanto ardor o sigilo bancário e fiscal em relação a nós e estamos, agora, atrapalhados em relação a terceiros.

Então, eu não entendo mais porque nós tivemos o gesto. É um gesto inútil. É um gesto inútil. E gostaria de entender o que é que nós vamos decidir.

Nós vamos decidir quebrar o sigilo bancário de todas as pessoas - bancário, fiscal e cambial - das pessoas físicas e jurídicas? Aqui, fala do Sr. José Carlos Alves e de pessoas citadas como participantes do esquema, mas não diz que é na revista **Veja**, não diz onde é. É o depoimento, nesse caso.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Bom seria o encaminhamento que, partindo desse universo, nós aprovássemos nome a nome.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque eu julguei que nós quebrávamos o nosso para quebrar o dos que vão ser investigados.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Lógico, vamos quebrar nome a nome.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, estou vendo que não. Nós quebramos o nosso e não quebramos o de ninguém.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Relator, o depoimento foi mais abrangente do que a entrevista.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, é do depoimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro, claro. Agora, é evidente que o bom-senso do Relator, do Vice-Presidente e do Presidente vai saber separar aquilo que foi uma acusação frontal do que foi uma resvalada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Muito bem. E sigilosamente esses nomes irão para onde, para o Banco Central?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é sigilosamente. No ofício do Presidente vai para o Banco Central. O Banco Central não é sigiloso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Para o Banco Central e para a Receita Federal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E para a Receita Federal, é evidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas o Presidente forneceria os nomes à Comissão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É evidente. O Presidente vai fazer o ofício.

Agora, o que eu acho é o seguinte: tem que ser um ofício especificando nomes e CPFs, isso é verdade.

Agora, não precisa o requerimento especificar essas coisas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que nós vamos discutir os nomes?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, nós vamos aprovar o requerimento e, depois, fazer a lista dos nomes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas a Mesa ou o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ou a Subcomissão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Minha proposta é que a subcomissão ou a Mesa o façam.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, não vamos decidir nada agora. Vamos esperar ter os nomes.

Então, vamos fazer uma decisão só. Primeiro, discutir os nomes.

Por que duas decisões? Para que duas decisões?

Uma quebrando, dos participantes; depois, nós vamos discutir os nomes.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, esta Comissão tem uma enorme capacidade de não decidir que a bola está pererecando na área.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma questão de ordem de natureza legal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não está pererecando na área, não, meu caro.

Nós estamos chutando a 10 km da barra. Nós quebramos o nosso sigilo bancário e fiscal e, agora, nós achamos que não devemos quebrar o de mais ninguém. Não, não vamos quebrar, porque vamos ter uma decisão genérica e só afastar...

(Tumulto)

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Relator, eu fiz o encaminhamento e proporia que a Mesa encaminhasse.

Eu fiz uma proposta, eu apresentei nome a nome a solicitação de quebra de sigilo. Caso, na minha lista, eu tenha omitido ou ausentado, ou me esquecido, e já tem, inclusive, um requerimento complementar do Deputado José Dirceu, porque não havia incluído os três Governadores, eu me esqueci, ou, inclusive, de empresas, nós vamos apresentar e votar agora.

Então, vamos pegando os nomes e quebrando, um a um.

Queria dizer esta palavra. Eu entendo o seguinte: se é para nós deliberarmos a quebra do sigilo sem nomes, está dito que é de todos aqueles que foram referenciados no depoimento do Sr. José Carlos, não há por que voltar a plenário.

Todos não leram? Todos não assistiram? Senão, nós não vamos andar.

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VICENTE FIALHO - Eu pediria a palavra para uma questão de ordem legal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é o artigo, nobre Deputado?

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é o artigo para a questão de ordem? Ou é pela ordem.

O SR. VICENTE FIALHO - É pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem.

V. Exª disse que teria pela ordem legal, não é?

O SR. VICENTE FIALHO - Pois é.

O nobre Deputado Aloízio Mercadante citou que, de acordo com a lei, a quebra do sigilo bancário tem que ser individual, votada pela maioria da Comissão.

Eu pergunto à Mesa e pergunto a V. Exª se a informação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Espero que sejamos suficientemente polidos e peço ao nobre líder do PT, que com grande desenvoltura

conversa com a bancada, que aguarde, por obséquio, as suas instruções para um momento mais oportuno.

Estamos ouvindo o Deputado Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO - Então, eu indago a V. Exª e à Mesa se o dispositivo legal, citado pelo Deputado Aloízio Mercadante, realmente procede. Se procede, não tem sentido votarmos o requerimento do nobre Deputado Luiz Salomão. Se não procede, a matéria seria discutida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não entendi bem, Deputado, desculpe. O que foi declarado aqui foi com relação inclusive à legislação que cobre o problema do sigilo bancário e as punições que pode sofrer quem quebrá-lo individualmente.

Isso não interfere com o requerimento que foi apresentado. Eu também diria, para voltarmos a alguma coisa deliberativa e não ficarmos apenas nas nossas opiniões e intervenções, que quando o Deputado Aloízio Mercadante falou que não se poderia fazer, provavelmente, assim entendi, uma votação que misturasse coisas que exigem a votação nominal por maioria absoluta e outra que não, eu posso, eu creio, fazer a votação desse requerimento, porque se o sigilo bancário é quebrado por maioria absoluta e se eu voto no todo, e todos por maioria absoluta, quem pode o mais pode o menos. Automaticamente eu poderia votar a matéria.

Agora, quero apenas dizer uma coisa...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Aceito a colocação da seguinte forma: que votemos esse requerimento abrangente, que pega todos que estão no depoimento. Isso significa: esse depoimento oficial que ele fez aqui, já está transcrito, e os nomes da revista **Veja**, porque está incluída na intervenção preliminar dele. Então vamos selecionar todos esses nomes, e todos eles seriam encaminhados com o pedido de quebra de sigilo. Ou seja, onde ele afirmou que faz parte do esquema, todos estão imediatamente enquadrados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aqui ele foi reinquerido, nobre Deputado. V. Exª que é constante na Casa, ele foi ouvido e reinquerido sobre a revista **Veja**; citaram nome por nome. Então, tudo o que está no seu depoimento.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora a experiência de quem não tem: é a minha. Não participei de nenhuma dessas CPIs. Vi-me honrado por essa decisão do PMDB. Quero dar a V. Exªs apenas a minha impressão - nobre Deputado Benito Gama, e os que são veteranos da CPI anterior -, a impressão, inclusive minha, que não sou mais do que a média da maioria da inteligência nacional - foi sempre quando apareceram nomes com sigilo bancário quebrado e que eram pessoas suspeitas. A impressão generalizada foi essa. Creio que, para o povo, é esta. Se me permitem lembranças recuadas do Hamlet que diz, num determinado momento: "Seja isto puro como o gelo e casto como a neve, ainda assim não escapará da calúnia."

De maneira que quando tivermos que fazer esse tipo de coisas, que já fizemos em relação a nós e vamos fazer, em seguida, requerimento por requerimento, é extremamente importante que tenhamos a obrigação moral de dizer o que aqui foi repetido, inclusive pelo autor dos 30 requerimentos, que é o Deputado Aloízio Mercadante: que não se trata, desde logo, de vincular uma acusação de improbidade a quem quer que seja, mas sim da necessidade que terá a Comissão de ter a liberdade para fazer averiguações mais profundas e, por isso mesmo, é que, dando o exemplo, nós todos já tivemos o nosso sigilo quebrado.

Baseado nisso, passo à votação nominal do requerimento do nobre Deputado Luiz Salomão.

Senador Nelson Carneiro, como vota?

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, eu voto a favor, mas faço um apelo aos senhores membros desta Comissão para que não se antecipem anunciando os nomes das pessoas envolvidas à imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, com declaração de voto.

Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim, com declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jarbas Passarinho - Sim, com declaração de voto.

Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, com declaração de voto. Voto sim, porque a favor da quebra de sigilo bancário de todos os parlamentares e membros do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim, porque sou a favor da quebra de sigilo bancário de todos os parlamentares e membros do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso quando chegar o momento da votação do projeto.

Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, sim, ressalvados aqueles que já solicitaram antes a abertura espontânea do seu sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, com declaração de voto.

Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pedro Pavão. (Pausa). Retirou-se. S. Exª tem um compromisso em São Paulo e, em seguida, com a televisão.

Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Salomão, que é o autor.

Deputado Mário Chermont.

O SR. MÁRIO CHERMONT - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Chamarei um suplente do PPR, o suplente do Deputado Pedro Pavão. Não há suplente porque...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, antes farei a declaração do resultado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Diz respeito a isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Como se trata de uma votação peculiaríssima, em que o voto tem, além de um sentido jurídico, um sentido ético, acredito que, por uma questão de justiça com os suplentes, o voto deles deveria ser colhido, no mínimo, moralmente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento para que eu possa responder a uma questão que foi apresentada.

Estamos tão excitados assim?

Alguém quer contraditar? Se houver um para contraditar, dou a palavra imediatamente, se não houver, dou a decisão.

Entendo, nobre Senador, que não posso tomar todas as votações, incluindo os suplentes. Esta é uma regra que devemos tomar daqui para adiante: votam os titulares; na ausência do titular, vota o suplente que com ele esteja vinculado.

No caso do Deputado Pedro Pavão, não há suplente com ele vinculado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Gostaria de consignar em Ata que, se tivesse o privilégio de votar, votaria sim.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Gostaria apenas de um esclarecimento.

Por que o Deputado Pedro Pavão não tem suplente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não está presente também. Trata-se do Deputado Fernando Carrion.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Pela ordem, Sr. Presidente. Sou o suplente do PPR.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Realmente há um documento recente, é verdade, do Líder em exercício na Câmara.

Estando presente, então, o Deputado Leomar Quintanilha...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - *Já me manifestei, Sr. Presidente, votei sim.*

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, não tendo tido o direito de votar, gostaria que ficasse registrado que meu voto com relação a esta matéria é sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Todos os que quiserem dizer "sim", por favor, depois encaminhem à Mesa. Ou ganhamos tempo, ou vamos ser acusados de não estar trabalhando para averiguar o que precisamos.

Vou passar à explicação, que será dada pelo Relator, do porquê que selecionamos, já para esta primeira sessão, dos mais de trinta requerimentos do Deputado Aloízio Mercadante, os seguintes: José Carlos Alves dos Santos, João Alves, Carlos Benevides, Aníbal Teixeira...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, permite-me uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Em face da decisão que foi tomada, não cabe mais submeter nomes agora. Todo requerimento tem que ser votado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pensei que fosse um requerimento em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, um requerimento isolado, porque era mais amplo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, então é o segundo requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Segundo, terceiro e trigésimo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, eu queria dizer que não entendi nada, porque eu disse que deveria ser nome a nome para quem tivesse o critério da leitura do depoimento caso houvesse alguma controvérsia. Entendi, na intervenção do Deputado Salomão e depois reafirmado pela Mesa, que quem pode o todo não precisa definir a parte, ou seja, que na votação que acabamos de fazer, todos os nomes citados, que fazem parte do esquema nesse requerimento e na Revista **Veja**, estão aprovados. Portanto, o que precisamos fazer agora é um requerimento geral ao Banco Central, assinado pela Presidência, dizendo que foi votado por unanimidade, listar todos os nomes e encaminhá-los. Não há mais a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso defender?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Evidente! Entendi, em relação à votação que fizemos, que não há mais necessidade de fazer a listagem, ela está implícita na íntegra do depoimento. Inclusive a Mesa foi precisa, evidente que inclui a Revista **Veja**; são todos os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo. Agora vou tentar explicar o porquê. Já que V. Exª disse que não entendeu nada, entendeu alguma coisa. "Não entendeu nada" - duas negativas somadas - dá o direito de admitir que entendeu alguma coisa. E como me pareceu oportuno que eu lesse o requerimento de V. Exª para saber exatamente se algum desses nomes que fazem parte do seu requerimento não estaria abrangido no todo é que eu me permiti ler nome por nome.

Então eu pediria apenas isto: o direito de ler e verificar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdoe-me V. Exª. Interrompi porque julguei que V. Exª ia colocar em votação esses nomes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode haver um que seja colocado em votação, se não estiver...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se houver um questionamento de não estar na Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, José Carlos, não há dúvida; João Alves, Roberto Jefferson...

Vou ler os nomes nos requerimentos constantes da iniciativa do Deputado: Carlos Benevides, Aníbal Teixeira, Cid Carvalho, José Geraldo Ribeiro, José Carlos Vasconcelos, Fábio Raunheitti, Féres Nader - em relação a este, tive dúvida, foi citado? Messias Góis, José Luiz Maia, Sérgio Guerra, Ricardo Fiúza, Genebaldo Correia, Gastone Righi, Manoel Moreira, Pedro Irujo, Paes Landin, Uldurico Pinto, Ibsen Pinheiro, Ézio Ferreira, Flávio Derzi, Humberto Lucena, Mauro Benevides, Rachid Saldanha Derzi, Ronaldo Aragão, Alexandre Costa, Henrique Hargreaves, Ramon Arnus Filho, Aloízio Mercadante citando... São dois requerimentos diferentes.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Senador Jarbas Passarinho, só para constar na ata, para não haver nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não!

O Deputado Aloízio Mercadante fez diferente para os casos dos Srs. Ramon Arnus, Walter Annicchino, Carlos Chiarelli e Margarida Procópio. Porque S. Exª colocou ex-Secretário de Habitação do Ministério do Bem-Estar Social, ex-Secretário de Saneamento do Ministério do Bem-Estar Social, ex-Ministro de Estado e da Educação e ex-Ministra da Ação Social. De maneira que estão todos citados no depoimento inicial.

Com isso, considero que já fizemos a votação nominal e, portanto, os requerimentos estão deferidos com as declarações de votos dadas.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, há o nome dos três Governadores que não constam nesta listagem inicial. São esses três Governadores que foram mencionados, e ele reafirmou depois do depoimento que não foram. Era o Governador João Alves, aparece como Ministro, o Governador Joaquim Roriz e o Governador... tem um terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Edison Lobão.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esses estão no requerimento que a Súmula, que foi dada pela Portaria...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Está incluída, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estão incluídas aqui como pedido do Deputado José Dirceu. Mas se os três estiverem também citados no depoimento, é claro que nós, agora, decidimos o problema.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O senhor está separando pessoas físicas e jurídicas, não é? E está faltando também o Normando, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É. Isso aí porque nós...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas é a parte. Peço a palavra. É que V. Exª, no requerimento de quebra de sigilo telefônico, colocou o Normando, mas não colocou aqui.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tanto que eu coloquei a lápis aqui.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso que disse não.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Por isso que eu estou mencionando o nome do Normando porque, na realidade, o Normando não aparece no depoimento do José Carlos. Aparece no depoimento de João Alves e, depois, nós o chamamos como testemunha. Ele não faz parte da abrangência desse requerimento. Ele teria que ser votado à parte, mas eu gostaria de incluir o requerimento oralmente, de incluir o nome do Normando. E há pessoas jurídicas também, AJAX e SEVAL. E eu incluí no meu requerimento, na proposta, também a filha e o genro do João Alves, que não fazem parte desse requerimento. Seriam alguns nomes que nós teríamos que votar à parte, depois de decidida essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poderemos fazer isso numa questão subseqüente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu tinha uma proposta à Mesa, que é a seguinte:...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A Secretaria vai ter que preparar esse ofício com uma relação anexa. V. Exª já mencionou os nomes que foram arrolados pelo Deputado Aloízio Mercadante, que é uma síntese, uma coisa recolhida dos depoimentos e da revista **Veja**. Eu proporia que a Secretaria elaborasse a lista e que V. Exª ratificasse isso na próxima reunião administrativa, talvez ainda hoje. Mas na medida em que seja feita uma listagem cuidadosa com os nomes que foram trazidos pelos depoentes, com algum tipo de suspeição ou de dúvidas que foram levantadas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu peço a palavra como Relator, para ponderar que a decisão a respeito da SEVAL e da AJAX fosse tomada antes desse ofício para que já constasse do ofício.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim. Mas eu digo o seguinte, nobre Relator, por exemplo, as cinco empreiteiras mencionadas não estão aí. As empreiteiras que foram mencionadas pelo depoente não foram arroladas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas estamos alcançadas pela decisão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente. Então, eu proporia que a Secretaria preparasse a lista e, depois, o Presidente simplesmente lesse, para conferência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas com uma condição. Por isso que eu acho que V. Exª exorta bem a Mesa, agora, a tomar essa responsabilidade. Foram lidas, por mais de um Deputado e Senador, dezenas de nomes de empresas, as quais - nós vamos nos deter exatamente nos depoimentos - ele respondia: "sim", "não", "não sei". Então, não será, do meu ponto de vista, compatível com que acabamos de seriamente decidir aqui que todas perguntas que foram feitas, que constem do depoimento, possam ser objeto...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra mais uma vez como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Para esclarecer a V. Exª que estou bem lembrado de que são quatro as empreiteiras citadas no depoimento e houve mais duas, às quais ele se referiu provocado por depoimento.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, proporia que aprovássemos esses requerimentos que foram apresentados por escrito, assinados e lidos. Votamos então; quebrado o sigilo, encaminhamos ao Banco Central. Qualquer outra omissão na leitura do depoimento que seja encaminhado com precisão: empresa tal, pessoa tal, por escrito, por um membro da CPI para a gente votar o mais rápido possível.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E Receita Federal também. Porque também houve quebra de sigilo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Mas eu encaminhei a solicitação de quebra de sigilo fiscal de todos esses nomes. Fiscal e bancário, requerimento a requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A vantagem que nós tivemos, podermos votar por bloco e resta apenas um requerimento que não sei se consideraríamos agora ou não, porque trata-se de um Deputado, Paulo Bernardo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Paulo Bernardo requerendo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Requerendo. Requerendo! Já tenho um cuidado enorme com a palavra. Trata-se do Deputado Paulo Bernardo que requer a quebra de sigilo bancário da Associação Cultural Caldas da Rainha.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª não mencionou uma pessoa cujo sigilo foi quebrado, porque foi mencionada no depoimento de José Carlos, embora não nominalmente; é importantíssimo. Trata-se da Noelma, empregada doméstica do Deputado João Alves, em Salvador. Ela já tem dados individualizáveis e foi citada no depoimento; conseqüentemente, o seu sigilo está quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E foi citada também por ele.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E, apesar de toda a atenção, nobre Senador, que a Mesa tem, há momentos em que nós também saímos justamente para lavar as nossas mãos, que são limpas, e há momentos em que podemos não rememorar todo o conteúdo. Por isso é que acho que o primeiro trabalho a ser feito agora é precisamente este: pegar os requerimentos que foram todos deferidos, analisar-lhes a procedência da citação por parte do depoente e tomar as providências em seguida.

Agora, quero saber - e aí sim vou me servir da experiência de V. Exª - se isto pode ser objeto, desde logo, para a primeira Subcomissão fazer esse trabalho e nos entregar ainda hoje. São duas: bancos e patrimonial.

A Mesa, então, entregará cópias dos Requerimentos que votamos, e V. Exª já tem, com certeza, o depoimento do Economista José Carlos; poderia nos dar ainda hoje isso.

Senador Garibaldi Alves, da outra Subcomissão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, foi decidido, no último sábado, numa reunião a despeito de ser informal, que V. Exª comunicaria as decisões mais importantes da Comissão. Tendo em vista a seriedade desta decisão, eu apelaria a V. Exª para que realmente convocasse a imprensa e dissesse em que termos foi adotada esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu iria, na última parte pelo menos da minha intervenção, salientar isto: não foi uma decisão deste Plenário; foi uma decisão de um Plenário menor, aquele que trabalhou no sábado até as duas horas da tarde, quando nos separamos. E, a partir daí, foi feita uma proposta para que eu, junto com o Relator - e pedi que o Relator estivesse comigo -, déssemos uma coletiva à imprensa para colocar os "pontos nos is" e dizer claramente o que se passou. Se este Plenário referenda o que o Plenário menor fez, terei muito prazer, junto com o Deputado Roberto Magalhães, em dizer o que se passou aqui. É claro que fazendo uma síntese, porque não poderíamos levar três horas, como levamos até agora, para dar uma decisão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, tenho uma sugestão a fazer - o Benito e o Mercadante podem confirmar: o Banco Central - não tenho medo de dizer - atrapalha, dificulta! E o que nós temos é um poder jurisdicional; não estamos dependendo do interesse dele em revelar a verdade. Então, seria interessante que V. Exª e o Relator entrassem em contato com o Banco Central. Em primeiro lugar, para que ele tome consciência de que ele não é o juiz da forma pela qual nós quebramos o sigilo e que nós podemos ir diretamente aos bancos, mas que precisamos da cooperação deles, porque, na CPI do PC Farias, o Banco Central, do princípio ao fim, dificultou os trabalhos e muito objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, temos também uma informação que me parece merecedora da atenção de V. Exªs, mesmo quando pretendem ler o jornal enquanto temos que dar uma decisão.

A SRª MARIA LUÍZA FONTENELE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

É apenas uma observação pequena, porque V. Exª leu os nomes e não qualificou se era deputado ou senador. Então, eu solicito que, no envio do Ofício, seja colocado quem é o senador e quem é o deputado para que novos problemas não ocorram com homônimos.

E aproveito a oportunidade para dizer que estou entregando um documento de um vereador do município da região metropolitana de Fortaleza que também acusa irregularidades envolvendo a OAS, o Ministério do Bem-Estar Social e aquela administração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Deputada, eu seria o mais impolido dos homens se negasse a palavra a uma mulher, sobretudo como V. Exª. Mas ainda há pouco eu disse que estávamos restritos aqui, em reunião interna, aos titulares e suplentes, mas já aproveito para deferir, de plano, a observação de V. Exª.

Mas, ainda há pouco, disse que estávamos restritos aqui, em reunião interna, aos Titulares e Suplentes. Mas já aproveito para deferir, de plano, a observação de V. Exª.

Gostaria de merecer a atenção para uma informação que me parece importante. O nobre Senador Gilberto Miranda fez uma solicitação para que a Mesa diligenciasse junto à filha do economista José Carlos, que teria outros documentos, outros papéis, para fazer a entrega voluntariamente.

Foi feito o contato, e o advogado Grossi, que foi o mesmo que acompanhou a nossa diligência triangular feita naqueles dias, trouxe estas pastas, fez um

apelo à médica, a filha do depoente, e o Deputado Odacir Klein poderá dizer agora o que aconteceu.

O SR. ODACIR KLEIN - O Presidente me incumbiu de receber os documentos. Eu os recebi; são algumas pastas - não são muitos documentos - determinei que fossem colocados em um envelope lacrado, para que, posteriormente, sejam encaminhados à Comissão que está trabalhando no exame da documentação.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem fala?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, se possível, gostaria que V. Exª nos esclarecesse se já foi pedido à TELEBRÁS que sejam encaminhadas às suas afiliadas o requerimento de informações sobre as contas telefônicas de todos os telefones de residências e gabinetes do Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª fez esse requerimento na ocasião?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Foi feito o requerimento e foi aprovado. Foi o primeiro requerimento aprovado. Gostaria de saber se a Mesa já encaminhou e quais os telefones.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Meu nobre colega, suponho que merecemos uma mercê de V. Exªs, - dizia ainda há pouco - somos obrigados a permanecer aqui em todos os depoimentos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não é crítica, Sr. Presidente, de jeito nenhum. É só para tentar ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero só justificar, porque parece que vou responder que não, que não tivemos ainda oportunidade. Mas isso será objeto de prioridade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, um dos secretários da Mesa informou-me que teria condições de já começar uma pesquisa, se V. Exª autorizasse, para identificar todos os telefones, para depois ser objeto do requerimento.

Esse secretário não está presente, mas falei com ele na tarde de ontem, e ele está disposto. Se V. Exª autorizar, posso entrar em contato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há dúvida. Foi uma antecipação valiosa de V. Exª para ajudar a Mesa.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem pedir questão de ordem vai ter que me dizer em que artigo do Regimento se baseia, para que eu possa deferir ou não.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, uma comunicação.

Sr. Presidente, não tive condições, no debate, depois desta votação, de falar no momento, quando o Deputado Roberto Rollemberg falou na tropa de choque. Mas o Líder Luiz Salomão colocou o assunto devidamente.

Quero dizer aqui a todos que, naquela época, quando a imprensa apelidou aqueles que defendiam o Presidente Collor de tropa de choque, no meu entender, quando temos dúvidas, absolvemos o réu. Não me arrependo em um minuto da minha posição no Congresso quando votei contra o **impeachment** do Presidente, ou seja, a suspensão dos seus direitos políticos. Agora, concordo inteiramente com a proposta do Deputado Aloízio Mercadante, sobre a qual votei, e acredito que esta Comissão está caminhando certo.

Agora, quero alertar a esta Comissão, pela minha experiência de 40 anos de vida pública - vi vários filmes, desde a queda de Getúlio até esse problema do **impeachment** do Collor - hoje, Senador Jarbas Passarinho, - com a experiência que V. Exª tem, com a credibilidade desta Mesa, e esta Comissão que deu exemplo ao País de, primeiro, quebrar o seu sigilo, ou seja, estamos aqui transparentemente e com a proposta do Sr. Aloízio Mercadante.

Quero chamar a atenção pois estamos julgando a nossa Casa, e o Sr. José Carlos, chegou aqui e disse algumas coisas de pessoas; no meu entender, não tem a menor credibilidade o que ele disse. Vou dar como exemplo o caso do Deputado Ibsen Pinheiro e de outros colegas como Alexandre Costa.

Quero chamar a atenção porque, hoje, coincidentemente, é a primeira vez que concordo com o Sr. Luiz Inácio da Silva. Chamou-me a atenção uma declaração sua à imprensa. Ele disse que qualquer um que tenha culpa no cartório - somos colegas - deve suspender - a imunidade não pode tirar - o mandato, Deputado ou Senador, para que possa ir ao Supremo se defender. Porque senão, Senador Passarinho e meus colegas, podemos repetir neste Congresso o que foi o Diretório da Revolução Francesa com os Robespierres e os Marats.

Na hora que cassarmos um ou outro e deixar para examinar, aqui, se são inocentes ou não, o povão, lá fora, pois o Congresso está hoje numa situação muito delicada, vai perguntar por que não cassamos fulano. Isso é o Diretório, e não podemos aceitar isso. Só quem pode julgar é a Corte Suprema, é o Supremo. Na hora que o Supremo se pronunciar favorável ao indiciamento desse Deputado ou Senador, temos condições de cassar. Estou falando sobre isso no início dos nossos trabalhos. Costumo sempre dizer aqueles adágios do meu Nordeste: "Conselho é como rapé, toma quem quer." É esse conselho que estou dando, neste momento, a esta Comissão que vai começar os trabalhos que todo o País está acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sempre me encanta ouvir a especialização que o meu querido colega Ney Maranhão tem sobre a Revolução Francesa. Ele é Ney e o nome lhe foi dado...

O SR. NEY MARANHÃO - Essa é uma preocupação que eu tinha quando aconselhava o Presidente Collor: que ele iria para Santa Helena e o Marechal Ney foi fuzilado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas é porque houve aí um equívoco. Primeiro, por trocar de Ilha, ao invés de ir para a Ilha de Santa Helena foi para a Ilha de Elba, primeiro. E Marat, que V. Exª se referiu, morreu na banheira. Mas, de qualquer maneira, eu gostaria que acrescentasse Danton.

O SR. NEY MARANHÃO - Danton e Robespierre.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E esse que V. Exª falou é interessante, porque começa por ele e, no fim, Fouché pediu a cabeça dele.

Quero ser preparado por Vossas Excelências, junto com o meu Relator, para o que vamos dizer. Claro que vamos dizer o que foi feito. Mas vamos, naturalmente, nos eximir de tratar de algumas coisas que ocorreram aqui em matéria de aparte, de citação de um colega para o outro; acho que isso não tem cabimento. Só para falar sobre o que foi decidido. Certo?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu gostaria também de solicitar o encaminhamento do requerimento em que reivindicamos dos Ministérios que foram citados pelo depoente o encaminhamento detalhado de todas as subvenções sociais naquelas dotações globais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não passou pelas minhas mãos; não sei se chegou ao Presidente.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Foi encaminhado, junto com os requerimentos que apresentei, um requerimento que encaminhava aos Ministérios a solicitação das dotações sociais, a rubrica das dotações sociais, para que os Ministérios encaminhassem para a CPI o levantamento detalhado das verbas repassadas, das contas bancárias beneficiadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Verificaremos isso aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª não está na subcomissão de subvenções, não?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não estou. Encaminhei antes da formação das subvenções do requerimento, e é um requerimento que vai dar exatamente os subsídios ao trabalho da subcomissão de subvenções. É um requerimento que...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o Senador Garibaldi?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Senador Garibaldi.

Nós estamos solicitando aos Ministérios que encaminhem, de forma detalhada, todos os projetos de subvenções sociais beneficiados, bem como as contas bancárias que foram remuneradas; qualquer irregularidade identificada nós, imediatamente, trabalharemos com a Subcomissão de Subvenções Sociais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E o Conselho Nacional de Serviço Social, V. Exª acha importante?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Qual?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª requereu uma relação das empresas que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Para podermos cruzar com as informações das Subvenções Sociais; também seria um instrumento, um subsídio para a Subcomissão de Subvenções Sociais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª está presumindo que a maioria esteja irregular? Que recebeu subvenção sem registro?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não, ela pode ter registro, mas a lista vai facilitar para fazermos o cruzamento entre subvenção social, o registro, e identificar contas bancárias se formos solicitar auditoria ou quebra do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, quero passar a uma fase também muito importante antes de concluirmos.

O Relator, o Deputado Odacir Klein e eu tivemos, ainda, um pouco de tempo para fazer uma reunião da qual resultou uma proposta de não paralisarmos já a Comissão; uma proposta de novos nomes para depoimentos, e devemos tomar essa decisão agora, para podermos fazer a notificação e continuarmos o nosso trabalho.

Então, às 16 horas, receberíamos do Deputado Benito Gama e do Senador Garibaldi aquelas informações solicitadas. Mas gostaria que o nosso Relator fizesse a sugestão - que S. Exª fará, porque a convocação de pessoas depende de votação em plenário - e o porquê dessa primeira seleção.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, tenho estado permanentemente preocupado com o tempo. Embora estejamos trabalhando muitas horas por dia, fico sempre olhando à frente, imaginando quanto falta ainda percorrer. É com essa preocupação que entendi, primeiro, que um novo depoimento, acareação do Deputado João Alves com o Dr. José Carlos, tudo isso é secundário, não podemos perder tempo com isto; temos que partir para outros nomes que abram novos caminhos.

Então, buscando ser justo, buscando ter critérios, levei à consideração do Senador Jarbas Passarinho e do Deputado Odacir Klein a seguinte proposta: Estamos fazendo uma investigação que começa na Comissão de Orçamento; conseqüentemente,

os nomes a serem inquiridos prioritariamente - ou investigados, se for o caso, posteriormente - devem ser daqueles que ao longo do tempo participaram, que têm experiência, que estão sendo referenciados, que estão sendo objeto de denúncias. Então, faço o seguinte raciocínio - e quem discordar, por favor, só interrompa-me no final:

O Deputado Ricardo Fiúza nomeou João Alves, em 1992, para Relator da Comissão de Orçamento; destituiu-o e depois o substituiu. Além disso, foi Ministro da Ação Social e, conseqüentemente, deve ter muito a dizer sobre a liberação de subvenções etc. Então imaginei, por esse critério e pela ordem de praticidade, que S. Exª seria um nome que se colocava em primeiro plano. Depois partiríamos para aqueles que sempre foram os espadachins dessa Comissão. De modo que lembrei-me do Deputado Cid Carvalho, que tem sido o mais referido e tem tido mais espaço na imprensa. Em seguida, o Sr. José Geraldo Ribeiro e, em quarto lugar, o Sr. Manoel Moreira. Por enquanto, ficaríamos com 4 nomes, porque não adianta discutirmos 10 ou 12.

Então, em primeiro lugar, o Deputado Ricardo Fiúza; segundo, o Senador Cid Carvalho; terceiro, o Sr. José Geraldo e, em quarto, o Sr. Manoel Moreira. (Pausa)

Quanto ao nome do Deputado Messias Góis, agora mencionado, não tenho dúvidas de que S. Exª terá que ser ouvido, mas parece-me que o Deputado nunca foi Membro da Comissão de Orçamento. (Pausa) V. Exª diz que ele foi Suplente do Deputado João Alves. Bom, eu indagaria daqueles que têm maior conhecimento.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação. Estou totalmente de acordo com a prioridade dos nomes; a única preocupação que tenho é que deveríamos dar um tempo para as subcomissões se instalarem, levantarem material documental para podermos confrontar com o depoimento. Por quê? Na CPI do PC, por exemplo, chamávamos o PC, Cláudio Vieira, todos, já aconteceu isso com o Deputado João Alves. Caso não tenhamos provas documentais que possam se contrapor à argüição do Depoente, não iremos aprofundar nada. Porque, é evidente que ninguém vai ser réu confesso com a legislação que existe hoje, não há por quê.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, veja bem: não é que possamos julgá-los; é que eles vão abrir novos caminhos, assim como fez o José Carlos, assim como o fez João Alves.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Então, segunda-feira da semana que vem, talvez, possamos trabalhar um pouco.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu não me oponho. A minha preocupação é o tempo, mas não me oponho, absolutamente, que seja segunda-feira.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Então, depois de segunda-feira, porque terça é Finados.A partir de quarta-feira da semana que vem.

O SR. NEY MARANHÃO - Deputado Roberto Magalhães, V. Exª falou nos quatro nomes. Lembro a V. Exª que o Deputado Ricardo Fiúza já se confrontou com o acusador. S. Exª, então, fez o pedido para dar mais um tempo para ele fazer a defesa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - S. Exª já teve mais de sete dias.

O SR. NEY MARANHÃO - Não sei. Já?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E agora, pela proposta dele, vai ter mais de 10 dias.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Então, uma semana. Quarta-feira da semana que vem retomaríamos os depoimentos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Todos estão de acordo com a proposta do Deputado Aloízio Mercadante? (Pausa)

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - E as subcomissões ficariam trabalhando. Não teríamos plenário. Já está oficializada a criação das subcomissões.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Entrou em contado comigo a pessoa que está assistindo a primeira esposa do Deputado Manoel Moreira, informando-me que essa senhora se dispõe a vir à CPI. Inclusive já há um requerimento nesse sentido à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acrescento a V. Exª, por oportuno, que existe carta de filhos dele contrariando o que a mãe deles disse. Veja onde vamos entrar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - De qualquer maneira...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se pudéssemos deixar isso para uma decisão posterior, porque já temos coisas muito importantes para fazermos agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O que digo é o seguinte, talvez antes da vinda do Deputado Manoel Moreira, poderíamos ouvi-la. Sobre o assunto, Sr. Presidente, formulo uma sugestão: V. Exª, para alguns casos com alguma semelhança, tem designado dois, três Senadores e Deputados para ouvir determinada pessoa. Esta pessoa informou-me que a primeira esposa do Deputado Manoel Moreira gostaria, antes de vir aqui, de ter um encontro comigo. Avalio, Sr. Presidente, que se V. Exª designar dois ou três parlamentares, para facilitar, em termos de locomoção geográfica, que morem em São Paulo e que sejam da Comissão, nós a poderíamos ouvir, preliminarmente, e daí traríamos à CPI da relevância ou não da sua vinda. Não gostaria de ouvi-la sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É bom não ouvi-la sozinho. A sugestão de V. Exª coincide com o nosso pensamento original. Pensava, exatamente, designar membros titulares ou suplentes da Comissão, que residissem em São Paulo,

para isso. Mas também recebi essa carta. Mas aí, V. Exª, além de ouvir a mãe, ouvirá também os filhos, além do Deputado, por São Paulo, para daí concluir se devemos trazer essa querela familiar para dentro da CPI.

O Deputado Vice-Presidente usará da palavra.

O SR. ODACIR KLEIN - Pedi a palavra ao Presidente, e peço desculpas aos que estavam inscritos, para um esclarecimento, neste momento que temos um razoável número de Deputado presentes, porque o Deputado José Dirceu encaminhou à Mesa, com muita propriedade, um pedido de que sejam solicitadas informações à Mesa da Câmara dos Deputados a respeito da atuação ontem aqui, nesta CPI, do Dr. Flávio Pilla.

No momento em que o Deputado José Dirceu se dirigiu à Mesa solicitando informações de quem era a pessoa que estava falando com o advogado do depoente, eu, na Presidência dos trabalhos, disse que não teria como lhe dar a palavra e o informei que o Dr. Flávio Pilla é funcionário da Câmara dos Deputados e que prestou relevantes serviços à CPI do PC Farias, como podem lembrar-se todos os que integraram aquela CPI.

Posteriormente, o Dr. Flávio Pilla teve um comportamento, nesta Comissão, a meu juízo, inteiramente censurável. No momento em que perguntaram ao depoente quem foi o funcionário que o trouxe para cá - o Dr. Flávio Pilla estava sentado onde está sentado o Deputado Vivaldo Barbosa -, eu o vi acenar com a cabeça, sugerindo que não dissesse que era ele. Posteriormente, quando o depoente informou que era ele, foi solicitado que ele, nesta Comissão, prestasse informações a respeito de como tinha contactado com o depoente e o que ocorrera. Ele, então, alegou a sua condição de advogado, na primeira hora, para se recusar a prestar os esclarecimentos; posteriormente, admitiu a condição de funcionário da Câmara dos Deputados, dizendo que estava colaborando com esta CPI, como colaborara com a CPI do PC Farias.

No momento havia um grande número de Parlamentares presentes, e tomei aquela decisão, fazendo inclusive referências abonatórias à sua conduta. Posteriormente, quase no final, já com reduzido número, ocorreu o episódio que caracterizou o seu comportamento nada ético. Sinto-me na obrigação de esclarecer aqui que quando o Deputado José Dirceu fez o requerimento, eu fiz as referências, porque conheci sua atuação na CPI do PC Farias; no entanto, ontem, realmente, o seu comportamento nesta CPI foi lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de questão de ordem, acrescento que ontem, já de madrugada, quando decidimos isso, eu disse que oficiaria ao Presidente da Câmara dos Deputados. E esta carta que me faz o Deputado José Dirceu será exatamente aquela que encaminharei para apreciação do Presidente da Câmara dos Deputados e sua Mesa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, não vou citar o artigo, mas vou citar os princípios constitucionais, processual penal e regimental.

Trata-se até das prerrogativas dos nossos Colegas em relação à intimação que deverão receber. Evidentemente esse princípio dá a S. Exªs o direito de escolher dia, hora e local. Então, estejamos prevenidos, Sr. Presidente, para que não haja nenhum atropelo em relação a essas prerrogativas. Acredito que muitos deles se disporão a vir aqui; não sei a hora que escolherão, nem o dia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A colocação de V. Exª é inteiramente pertinente. Já havíamos discutido o tema quando admitimos que disso poderia beneficiar-se - se o quisesse - o próprio Deputado João Alves, porque o Código de Processo Penal prevê essa possibilidade de Chefes de Estado, Chefes de Poder, Vice-Presidente da República e outros poderem inclusive até responder por escrito. Em relação aos outros citados - entre eles, os Parlamentares - diz o Código que pode ser ajustado, não é combinado, entre eles data, local e hora. Portanto, se cada um utilizar essa prerrogativa - não chamei de privilégio, mas de prerrogativa - poderemos ter momentos aqui de grande dificuldade de prosseguir as inquirições, porque o Deputado poderá dizer que quer depor no dia tal, de acordo com o Código Penal. S. Exª tem direito.

Assim, é uma advertência que V. Exª faz e que só me preocupa hoje quando vejo um injusto editorial, de um grande jornal, **O Estado de S. Paulo**, dando a impressão de que nós estivéssemos evitando pesquisar os nossos próprios Colegas - uma CPI que tem trabalhado quase que 24 por 24 horas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Luiz Salomão, pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, para retomar a linha de proposições do nobre Relator Roberto Magalhães, eu gostaria de conhecer o Parecer de S. Exª sobre o requerimento que apresentei da convocação dos Ministros que foram citados. Há, obviamente - a imprensa retrata isso -, uma crise política no seio do Governo, em face da decisão de se os Ministros se apresentam para depor, se eles renunciam para serem convocados, ou se é uma decisão tão grave a renúncia ou a demissão dos Ministros antes de serem convocados para, exatamente, evitar a sua convocação.

Mas eu gostaria de conhecer o Parecer do nobre Relator, em relação a requerimentos que apresentei, nessa direção.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Deputado Luiz Salomão, eu não incluí nenhum Ministro, porque o meu critério foi, primeiro: pessoas que tivessem intimidade com a Comissão de Orçamento. Segundo: pessoas que tivessem um maior número de acusações, de comentários, de insinuações.

Com relação ao Ministro Alexandre Costa, eu ainda não consegui apurar nada de concreto, ou mesmo uma denúncia mais bem elaborada, a não ser que S. Exª tinha conhecimento do esquema. Em relação ao Ministro Hargreaves, a mesma coisa.

Então, acho que esses Ministros devem ser chamados mais adiante. Não posso dizer a V. Exª que sou contra. Em relação aos Governadores é que fui vencido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Relator, só quero lembrar que, na questão da intimidade com a Comissão de Orçamento a que V. Exª se refere, o envolvimento do atual Ministro Henrique Hargreaves não se deve à sua passagem pelo Ministério...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, foi antes, como assessor.

O SR. LUIZ SALOMÃO ... e, sim, na sua condição de assessor, onde ele tinha essa intimidade, via Relator e Presidente-Membro, Deputado João Alves.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Comprometo-me com V. Exª ao seguinte: tão logo esses Membros da Comissão de Orçamento tenham deposto, tenham prestado depoimento, se V. Exª mantiver o requerimento, eu darei parecer inteiramente favorável. Agora, não gostaria de misturar Ministros com Deputados que participaram do esquema.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Circunstancialmente. O Senador Alexandre Costa também não foi arrolado por ser Ministro, e sim porque era Senador à época em que o Sr. José Carlos Alves dos Santos era assessor do Senado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas o critério foi esse, e V. Exª esteja tranqüilo que, tão logo tenhamos ouvido esses...

O SR LUIZ SALOMÃO - Eu estou sempre tranqüilo com as decisões de V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu chamo de mosqueteiros, para não chamar de anões. Mosqueteiros. Tão logo tenhamos ouvido os mosqueteiros, V. Exª pode me cobrar, que darei parecer favorável e os trarei aqui, com a anuência do Presidente.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Vicente Fialho, que a solicitou antes de todos os demais.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, o nobre Relator informou que o Ministro Alexandre Costa teria sido citado como conhecedor do esquema. Eu assisti ao depoimento do Sr. José Carlos. Em nenhum momento o Sr. José Carlos se dirigiu a esta Comissão informando que o Senador Alexandre Costa teria conhecimento do esquema. O que o Sr. José Carlos disse, em relação ao Sr. Alexandre Costa, é que o Deputado João Alves teria dito que o Alexandre Costa teria telefonado para ele. E esta Mesa aqui julgou que não há nenhum desabono em que um Senador, um Governador ou um Parlamentar tenha telefonado para o Presidente, para o Relator da Comissão.

De forma que, como aqui tudo está sendo gravado, eu gostaria que V. Exª ou confirmasse as suas palavras, ou peço a sua gentileza, caso V. Exª concorde, que em nenhum momento isso foi dito aqui, nesta Comissão, que V. Exª...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É por aí... O que eu tenho a dizer a V. Exª é que em nenhum momento julguei importante o depoimento do Ministro Alexandre Costa, e por isso não o propus.

O SR. VICENTE FIALHO - Mas eu gostaria que ficasse claro que em nenhum momento aqui foi dito que o Ministro Alexandre Costa tinha conhecimento do esquema.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, veja bem. O que é fundamental é o seguinte: ele foi citado ou não foi citado. Por infelicidade dele, foi citado e, por isso, vai haver, inclusive, quebra de sigilo.

Agora, pessoalmente, não vi, até agora, nenhuma acusação que justificasse abrirmos uma investigação a respeito do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato. Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Creio que o senhor não pode querer mais de mim do que isso, como Relator. Agora, é um direito do Deputado Luiz Salomão requerer a inquirição. E quando tivermos vencido a etapa dos Membros tradicionais da Comissão, darei parecer favorável a que o requerimento dele seja submetido ao Plenário. Se ele ganhar, o Ministro virá. Se ele perder, o Ministro não virá, certo?

Acredito que essas são as regras que estão postas e delas não podemos fugir.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma proposta que me parece importante. Pelo que estou sentindo aqui vai-se debruçar - e penso que está absolutamente correto - no trabalho das quatro Comissões. E é um trabalho em que as Comissões vão buscar as provas e depois vamos recebê-las.

Agora, o que pode acontecer, durante esse espaço de tempo, é que, lá pelas tantas, aparece um depoimento importante, uma declaração importante, um fato importante.

Então, entendo que deveríamos fazer o seguinte - como se fez na outra CPI -: credenciar V. Exª e a direção desse trabalho, que se isso acontecer, V. Exª está

autorizado para credenciar um grupo de representantes da Comissão para fazer isso, que vão fazer com relação à esposa do Deputado: ouvir, preliminarmente, para não ficarmos, nesse tempo, parados. Se entenderem por bem que isso é válido, pode fazer esse depoimento preliminar, essa diligência, onde o Senador Jarbas Passarinho credencia fulano e fulano e fulano, para fazer essa diligência, para ouvir, e teria a autorização nossa, dos Membros da Comissão, a confiança nossa, porque, pelo que estou sentindo, e não vamos nos esquecer que semana que vem é dia 1º, é finados, Dia de Todos os Santos, e, internamente, vai ter esse trabalho que vai ser designado pelas Comissões, penso que V. Exª ficaria encarregado disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PEDRO SIMON - Segundo, com relação ao que foi dito aqui, quero falar como Líder do Governo.

Em nenhum momento o Governo se sente atingido e nem se sentiu atingido tanto a figura do Chefe da Casa Civil como a figura do Ministro do Interior. Primeiro, porque as afirmativas feitas com relação aos dois foram, na época, onde um era assessor da Bancada do PFL e o outro era Senador da República.

Segundo, porque são afirmações genéricas, sobre as quais, com toda sinceridade, não vejo nela nada que se possa incriminar nem o Chefe da Casa Civil nem o Ministro do Interior.

Agora, em sendo citado e se o critério desta Comissão foi de ouvir as pessoas, não vejo por que não ouvi-las também. Não vejo, em nenhum momento, atingida a dignidade do Chefe da Casa Civil, muito menos do Ministro do Interior. Não vejo essa preocupação por parte da Comissão. Não vejo, absolutamente, nada.

Penso que, todavia, em sendo esse o critério que vamos adotar, em nível geral, que se adote para todas as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ter que encerrar. Gostaria de falar antes que houvesse a rarefação demográfica. Está havendo uma rarefação demográfica aqui no Plenário. Daqui a pouco não vou poder sugerir o que quero.

Ainda pediram a palavra o Deputado Sigmaringa, o Senador Garibaldi e o Senador Gilberto Miranda.

O nosso procedimento - estou consultando os ilustres colegas -: vamos fazer a coletiva de imprensa. O que vamos declarar?

Em primeiro lugar, que toda a Comissão, votando por unanimidade, decidiu quebrar o sigilo bancário de qualquer Membro da Comissão, Titular, Suplente ou aquele que vier a participar de qualquer diligência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Senador Bisol está chamando a atenção para uma coisa importante, que não é quebra, é transferência para nós do sigilo bancário deles.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entendi como quebra.

Segundo, nesse momento, vão me perguntar além da Comissão. E votamos, aqui, em bloco, o que foi colocado claramente nos requerimentos como quebra de sigilo bancário e fiscal de todas aquelas pessoas.

Acredito que será inevitável que eu entregue a lista nominal. Inevitável, ainda que eu tenha que fazer, com o Relator, outra vez a advertência que me parece um pouco suscetível de dar resultado pleno de que isto não é julgamento e que as pessoas são citadas apenas porque houve uma citação no depoimento e tomamos todas essas iniciativas.

Isso é apenas o que tenho a dizer.

Concedo a palavra ao Deputado Sigmaringa Seixas.

O Senador José Paulo Bisol está pedindo à Subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fiscais uma reunião no Gabinete 59 do Senado, hoje, às 15h, quer dizer, dentro de 1h10min.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra para um assunto importante.

Veio a mim o Deputado Miro Teixeira e disse:"Cuidado, não é quebra de sigilo, é transferência de sigilo". Agora tenho conhecimento de que o Senador Bisol também. A vida inteira ensinei Direito Comercial e nunca conheci outra expressão. Pediria uma explicação sobre isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Se o Presidente permitir, eu não sou membro da Comissão, nem tenho a graça da Deputada Maria Luíza Fontenele...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª foi citado nominalmente. O Relator pede as suas luzes.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A lei que regulamenta o funcionamento das instituições financeiras e que define os casos em que, "no interesse da Justiça ou das investigações do Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou Comissões, poderá haver **transferência de sigilo fiscal...**"

A mesma lei tipifica como crime a quebra do sigilo. Conseqüentemente, não podemos requerer a quebra do sigilo, já que a expressão da lei para quebra de sigilo é como uma conduta típica, antijurídica e culpável.

A expressão "**transferência**...ficando a Comissão depositária do sigilo..."

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu já havia pedido a lei, e ela já está chegando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso me parece até que é muito interessante para caracterizar que nós agora ficaremos com o sigilo.

Então, transfere-se para nós.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como esta expressão, para mim, é absolutamente inusitada, peço a V. Exª que tenhamos o cuidado de conversar com o Banco Central para depois não chegar um documento que também eles não vão entender.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo, mas no momento em que formos falar à imprensa, V. Exª e o Deputado Odacir Klein, o que se votou aqui foi de acordo com todos os requerimentos assinados, dos trinta e tantos Senadores, e assinado pelo Deputado Mercadante e outros, foi:

"Requeiro que seja quebrado o sigilo bancário".

Nós votamos isso. Agora, o que posso acrescentar é que essa expressão, essa terminologia não é adequada. Isso nós poderemos dizer adiante, depois que o Relator tiver um juízo de fato a respeito.

A Subcomissão de Bancos também deve reunir-se às 15h30min, na sala 13 do Senado, por decisão do seu Presidente, o Deputado Benito Gama.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, vamos nos reunir, e faço um apelo a V. Exª para que comunique aos membros...com assinatura para V. Exª, para que transmita aos Líderes...

O SR. DEPUTADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me desculpe, mas esta é uma reunião interna da Comissão. Só titulares e suplentes falam.

O SR. DEPUTADO - Eu entendo, mas é uma coisa grave. Eu vou dar provas materiais à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª encaminhará a nós, por favor. Eu não posso, com toda a admiração que tenho por V. Exª, abrir precedentes. Estamos discutindo a Comissão interna.

Senador Garibaldi, por favor, prossiga.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, reunião da Comissão de Subvenções Sociais, às 16h, na Sala 7. Entretanto, o Deputado Sigmaringa tem uma proposta nova, ou não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, acho que é muito importante voltar a frisar novamente as palavras do nobre Senador Pedro Simon e do Deputado Fialho: o Parlamentar que mais perguntou nesta Comissão a respeito de algumas pessoas, especificamente citando nomes, perguntei a José Carlos, na Polícia Federal, perguntei para João Alves, aqui, perguntei para Normando Cavalcante, com relação ao Ministro Alexandre Costa.

Tenho problemas, alguns problemas pessoais com o Ministro Alexandre Costa, pelo fato de ter indústria na Zona Franca, muitas vezes não consigo colocar meus projetos em pauta, tenho discussões ásperas com o Ministro, mas é bom citar, é bom frisar, é bom colocar e ver nos Anais da Casa que, em nenhum momento, se falou que o Ministro Alexandre Costa tivera qualquer participação ou soubera de esquema. Então, faço questão que fique mais uma vez frisadas as palavras do nobre Senador Pedro Simon e do Deputado Fialho, para que não se cometam precipitações ao chamá-lo para vir depor nesta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos discutir sobre convocações, e, evidentemente, o Deputado Fialho já foi informado claramente do que ocorreu, ou não?

O SR. VICENTE FIALHO - O que nós solicitamos ao nobre Relator é que ficasse registrado que em nenhum momento, nesta Comissão, o senhor depoente citou que o Senhor Alexandre Costa tinha conhecimento do esquema ou que participava dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Ele tem uma citação que está na página do depoimento, e que peço que V. Exª leia. O economista José Carlos fez uma citação ao Senador, hoje Ministro, Alexandre Costa, nosso.. E, por isso é que isso ficou. Mas isso não significa que ele seja chamado para depor. É isso ainda que V. Exª...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero responder a V. Exª que não me recordo se o José Carlos falou ou não falou no nome do Ministro Alexandre Costa. Apenas quero dizer que a referência que há na revista **Veja** não consiste em uma acusação frontal. Por isso que até hoje eu, em nenhum momento, requeri a audiência do Ministro. Em face de um requerimento do Deputado Luiz Salomão, comprometi-me que, após a audiência de todos os membros ligados à Comissão de Orçamento, então, o requerimento dele viria à Mesa e seria submetido ao Plenário. Só isso.

O SR. VICENTE FIALHO - Bem, nobre Relator. Concordo com a sua posição com relação ao conceito geral. É um problema semântico e de registro nos Anais da Casa.

O que gostaria de deixar claro é que em nenhum momento, quer dizer, o depoente, ou qualquer um dos depoentes que aqui estiveram informou a esta Comissão que o Senador Alexandre Costa tinha conhecimento do esquema ou que participava dele. Gostaria apenas que ficasse esse registro.

V. Exª, talvez, sem nenhuma intenção de levantar qualquer suspeição sobre o Senador Alexandre Costa, disse que a única coisa que foi dita aqui é que ele conhecia o esquema.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. A única coisa que teria sido dita contra ele foi, me parece, pela revista **Veja**, nas páginas amarelas.

O SR. VICENTE FIALHO - Isso não foi dito nem na revista **Veja**, nem foi dito no depoimento...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, o senhor nega que haja qualquer referência ao ministro em qualquer lugar?

O SR. VICENTE FIALHO - Não, não estou negando. No depoimento do Sr. José Carlos foi perguntado aqui...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, o senhor preste logo o serviço melhor para atingir o que o senhor quer. O que é que há contra o Ministro Alexandre Costa?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Relator, posso informar-lhe? Há o seguinte: na revista **Veja**, e o depoente leu, e depois confirmou as declarações...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Fialho, por favor...

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Diz o seguinte:

"**Veja** - Mais algum ministro?

José Carlos - João Alves dizia que dava (dinheiro) para Alexandre Costa (atual ministro da Integração Regional) e que o Alexandre Costa pedia as coisas."

É isso o que há, sem... Realmente não fala que estava dentro do esquema. Diz que recebia dinheiro e que pedia as coisas. Essa é a citação objetiva.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu nem conhecia esse texto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso foi parte da leitura que se fez. Deu-se tempo ao depoente para ler e ele foi confirmando parceladamente. Não há, como disse até agora, nada que justifique, para a Mesa, a necessidade de convocar o Ministro. Temos que explicar por que o sigilo bancário, ou a transferência bancária, o atingiu. É porque ele está entre as pessoas citadas no depoimento. Com citação que não é incriminação. Mas tem que dizer isso.

Está encerrada a reunião.

Vamos passar a encontrar a imprensa.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 11ª. Reunião, realizada em 29 de outubro de 1993.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas e cinqüenta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Garibaldi Alves Filho, Elcio Alvares, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Pedro Simon, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Vicente Fialho, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo, e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados Moroni Torgan, Vivaldo Barbosa, José Genoíno e Robson Tuma, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião

anterior que, logo após, foi considerada aprovada. A seguir, solicita à imprensa que se retire da sala. Com a palavra o Senhor Senador Eduardo Suplicy, comunica que ontem esteve nas dependências do Departamento de Polícia Federal, em visita ao Senhor José Carlos Alves dos Santos, gravando entrevista e, após passar as fitas à Mesa, solicita ao Senhor Presidente a degravação das mesmas. Informa ainda, que o Dr. Magnaldo José Nicolau da Costa, Delegado de Polícia Federal, estará nas dependências do Senado. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado Roberto Franca, Senador Elcio Alvares, Deputado Pedro Pavão, Senador Nelson Carneiro e Deputado Luiz Máximo. A Presidência informa que recebeu ofício do Senhor Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, encaminhando cópia de documentos apreendidos na residência do Senhor José Carlos Alves dos Santos, determinando a imediata autuação e cópias para as respectivas Subcomissões. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado Roberto Franca e o Senador José Paulo Bisol. Com a palavra o Senhor Relator propõe a seja convocado, para depor, o Senhor Deputado Ricardo Fiúza. Em votação, é aprovado por unanimidade. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senador Ney Maranhão, Deputados Luiz Salomão, Roberto Franca, Leomar Quintanilha, Senador José Paulo Bisol, Deputados Odacir Klein e Pedro Pavão. A Presidência submete a convocação do Senhor Deputado Cid Carvalho. Em votação, é aprovada por unanimidade. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado Luiz Salomão e Senador Eduardo Suplicy. A Presidência convida o Dr. Magnaldo José Nicolau da Costa para tomar assento à Mesa. Com a palavra o Dr. Magnaldo tece considerações sobre o depoimento prestado pelo Senhor Normando Leite Cavalcante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 11ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REUNIÃO INTERNA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estendo minha mão, num ato de solidariedade e de exortação aos três presidentes dos clubes: Naval, do Exército e da Aeronáutica. Todas essas colocações de solidariedade e propostas de colaboração, eu as estou recebendo e divulgando quando posso - digo "quando posso" porque nem sempre a imprensa repercute a divulgação -, além disso, estou encaminhando para as subcomissões tudo o que for oportuno. Por exemplo, a questão do perito: as quatro subcomissões tomam conhecimento do fato e, quando há necessidade de perícia, já contamos com peritos voluntários, eles se oferecem para fazer o trabalho gratuitamente.

O Deputado Adylson Motta enviou carta para este presidente a respeito da listagem com os nomes de parlamentares e do recurso das emendas, em que ele mostra que a emenda mais expressiva que fez foi para favorecer o Superior Tribunal de Justiça. Também vou encaminhar este assunto à Subcomissão de Emendas.

Quanto ao mais, peço à imprensa que deixe a sala vazia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, estou encaminhando à Presidência duas fitas, com duas horas de gravação. Ontem fiz uma visita ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, tendo antes consultado V. Exª para saber se haveria qualquer inconveniente em que eu fizesse tal visita. V.Exª disse que não havia objeção porque eu, como Senador, poderia, obviamente, visitar o Sr. José Carlos a qualquer momento. No entanto, preferi fazê-lo com o conhecimento de V. Exª.

Avaliei que seria importante gravar essa entrevista. Infelizmente, meu amadorismo produziu uma gravação de baixa qualidade, que está sendo melhorada. Todavia, quero entregar cópia da conversa ao Presidente da CPI e solicitar a posterior degravação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª vai trazer o Delegado Magnaldo para encontrar-se conosco?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Às 11h30min, o Delegado Magnaldo deverá vir ao Senado, precisamente ao gabinete de V. Exª. - vou acompanhá-lo -, ocasião em que S.Sª deverá trazer ofício contrapondo-se às declarações do Sr. Normando Leite Cavalcante.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, há deputados e senadores que não assinaram a lista de presença.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas aqui pela lista eu também os localizo. (Pausa)

Temos **quorum** contando com os suplentes.

Seria bom que os parlamentares não se esquecessem de assinar a lista de presença. Eu não a assinei porque basta minha presença aqui para provar.

O Senador Eduardo Suplicy falou-me da conveniência de ser ouvida a ex-esposa do Deputado Manoel Moreira. Trata-se daquela idéia de ouvi-la antes de se marcar o depoimento, talvez até como forma de se antecipar informações. Já recebi carta dos filhos do Deputado Manoel Moreira - suponho serem filhos do casal -, invalidando as declarações da mãe. Mas, para não deixarmos de ouvir a ex-esposa do Deputado Manoel Moreira, e atendendo sugestão do Senador Suplicy, gostaria que este grupo da Comissão que vai ouvi-la, para saber se convém ou não trazê-la para prestar depoimento aqui, seja constituída pelos Deputados Pedro Pavão e Roberto Rollemberg e pelo Senador Suplicy. Os três são paulistas, estão em São Paulo, e nos dariam uma informação.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, creio que é importante que a Comissão ouça, informalmente, a ex-esposa do Deputado Manoel Moreira. Mas, na apreciação final, é preciso que se leve em conta a necessidade do seu depoimento em audiência pública. Acredito que são extremamente degradantes certos depoimentos que podem envolver familiares, pais contra filhos ou ex-esposas.

De forma que, as provas podem ser trazidas sem haver, necessariamente, um depoimento público perante esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho plenamente certo isso.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pode ser um depoimento reservado, uma subcomissão pode fazer isso, poderia até passá-lo a termo, mas com reserva.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Temos que tirar partido da experiência da Comissão anterior, já houve casos frustrantes. É preciso evitar que isso aconteça, porque aqui estávamos muito bem marcando posição. Vamos enfrentar um período de inatividade do plenário, mas temos que mostrar que a Comissão continua funcionando através das subcomissões.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, permita-me fazer só uma ponderação sobre a prova testemunhal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ELCIO ALVARES - V. Exª percebeu, com muita clarividência, que é profundamente delicada a prova testemunhal. Parece-me, sem embargo e sem detrimento da posição de quem quer que seja, que já existem nomes que autorizam a tomada de depoimentos.

Nessa visão do contraditório, seria importante que os elementos mais alvejados tivessem a grande chance de prestar um depoimento. Inclusive, tomei conhecimento, ontem, de que existe um colega nosso aqui do Congresso que está almejando a hora de vir depor.

Esse caso, por exemplo - o da ex-esposa do Deputado Manoel Moreira -, parece-me doloroso. Estou lendo agora os primeiros cinco minutos de uma fita: "Casa arrumada para a festa do Deputado João Alves". Confesso que me senti mal vendo a intimidade de um cidadão da família. Alguém pode até dizer: não se pode ter esses pruridos no momento de uma investigação desse porte.

Mas, e esse conflito, por exemplo, do Deputado Manoel Moreira com a ex-mulher, que já atinge os filhos...?

É evidente que é do nosso dever, da nossa ação, a investigação, mas penso que poderíamos começar a examinar - e imagino que esse também é o pensamento do Presidente, do emihente Relator e do Deputado Odacir Klein -, inquirir esses elementos que estão aparecendo com mais evidência nos noticiários. Há uma lista extensa. Seria o princípio de uma prova, de uma investigação bem alicerçada.

Registrei, naquele dia do depoimento do motorista, que ele não iria confirmar as denúncias. Soube dessa informação através de uma jornalista amiga minha. Apesar de o Sr. Eli ter realmente falado com o Deputado Luiz Salomão, ele não iria manter aqui o que havia dito ao Deputado.

Essa questão da prova testemunhal é ruim porque, em se tratando de um depoimento pífio, reflete insegurança quando não há verdade. Há uma preocupação com os cuidados a serem tomados, e ontem tive a oportunidade de justificar isso. Podem dizer: Ah, mas a fita não foi ... A Presidência agiu certo. Se nós não a lacrássemos e exibíssemos como fizemos ontem, poderiam dizer que houve manipulação daquela fita, qualquer jornal por aí poderia dizer que foi uma montagem, que tiramos a parte dos Deputados e Senadores e apresentamos um lado prosaico da fita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Anteontem mesmo, em complementação ao seus argumentos, perguntaram-me: Não teria havido aqui corte?

O prazo que a Comissão estipulou foi de 45 dias. O nosso objetivo, ao delimitar este prazo, foi dar uma pronta resposta à opinião pública. Um jornalista de São Paulo teria insinuado que, na verdade, não se queria aprofundar a investigação, com um prazo tão pequeno. Agora, acontece o contrário: vão prorrogar o prazo porque querem amaciar.

Estamos aqui, todos nós, como aquela velha história da segunda mulher de César, Pompéia*, depois de Calpurnia*. Temos todos que ser honestos e parecermos honestos. Este é o momento em que temos que fazer as coisas de maneira a evitar que haja possibilidade de maledicência. Foi um erro, porque se nós tivéssemos lido isso, íamos dizer: olha, o que se vê, na fita, o que se propõe a ver na fita é a preparação da casa para a festa. Eu estou sendo informado, entretanto, de que existe uma outra fita, apreendida pela Polícia Civil, em que há a festa. Neste caso, hoje vamos tomar a decisão de solicitar a fita à Polícia Civil e, aí, sim, vamos assisti-la-la antes para não mais cairmos na esparrela de chegar lá e criar aquela - para mim - frustração. Para mim foi frustração; para o Relator não porque o julgamento dele é em termos de prova.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, é a respeito de uma notícia do **Estado de S. Paulo**, onde o Deputado Manoel Moreira faz alusão ao meu nome, ao nome do Senador Eduardo Suplicy, do Deputado Aloízio Mercadante, Deputado Pedro Pavão, Deputado Luís Máximo, todos de São Paulo, alusão não verdadeira. Para que fique gravado nos Anais desta Casa, cito palavras dele: "Eles disseram que são meus inimigos e não podem me investigar".

Existe a Taquigrafia, tudo o que se diz aqui é gravado, e não existe nenhum momento em que eu tenha me posicionado como inimigo dele. Não sou amigo das falcatruas, tenho certeza disso, mas sou amigo dele de plenário, de viagens de São Paulo para Brasília e vice-versa, e não usei essa expressão, de ser inimigo dele; portanto, sem condições de ouvi-lo, muito pelo contrário.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Registro o mesmo fato, Sr. Presidente. Sempre tive uma relação de respeito para com o Deputado Manoel Moreira, e jamais tive qualquer atitude de inimizade.

O SR. NELSON CARNEIRO - Sr. Presidente, fui, a vida inteira, advogado de Vara de Família. De modo que, quero um esclarecimento de quem foi advogado criminal, um dia. Salvo engano, tenho a idéia de que o cônjuge não pode ou não deve falar sobre o que ocorre em sua vida conjugal - tinha pelo menos essa idéia quando comecei a estudar Direito, depois abandonei inteiramente -, porque senão, poderíamos estar servindo apenas ao ódio de uma pessoa que foi casada e que se separou.

É preciso muito cuidado para não trazer para cá o ressentimento de qualquer pessoa. A nossa responsabilidade, endossando, é muito maior quando se trata da ex-esposa, que está magoada porque o marido tem outra família.

Como advogado de família, quero pedir aos membros da subcomissão que forem ouvir esta senhora, que sempre levem em conta se ela está dizendo a verdade ou está movida por um sentimento menor. Isso é o que peço. Eu não conheço a senhora, realmente. Estou dizendo que a subcomissão que for ouvir a ex-esposa do Deputado Manoel Moreira deve sempre ter em vista que essa testemunha, que não conheço, nunca vi, pode ser fruto ou pode estar sendo instrumento de sua vingança pessoal. É só o que eu digo, como ex-advogado de família.

O SR. ELCIO ALVARES - Senador Nelson Carneiro, há um outro ponto aí: o depoimento dos filhos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, estava conversando com o Senador Suplicy no sentido de mantermos sigilo sobre essa nossa ida até a ex-esposa do Deputado Manoel Moreira. Não necessidade de divulgarmos que fomos nomeados pois esta é uma reunião fechada.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente. peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, sobre matéria publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, estranho a declaração do Deputado Manoel Moreira que sou inimigo dele. Pelo contrário, fui colega dele na Assembléia Legislativa de São Paulo, mantenho um relacionamento cordial com ele, muito amistoso, em absoluto, não me considero inimigo de S.Exª. Também não posso dizer que sou amigo porque não privo da intimidade dele. Sou apenas colega parlamentar.

A respeito das ponderações do nobre Senador Nelson Carneiro, se S. Exª me permitisse, eu gostaria apenas de dar uma contribuição da subcomissão que vai ouvir a *ex-esposa do Deputado Manoel Moreira. Os assuntos familiares escapam ao âmbito de* nossa Comissão. O que está em jogo, ali, é a denúncia de um enriquecimento muito rápido. O que seria importante é saber qual o patrimônio da família quando eles se casaram até o momento em que ocorreu a separação, e quando começou a ter esse patrimônio aumentado. Quanto ao mais, acho que não nos interessa, a respeito dessas querelas familiares.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu não sou de São Paulo e não fui citado nesta matéria, mas como estão falando de matéria de jornais, eu não quero entrar na política do meu Estado, mas faço questão de afirmar aqui que no Ministério do Bem-Estar Social todos os convênios estão às ordens de qualquer membro desta Comissão, para examinar a liberação de recursos. Vou ler aqui apenas um trecho do artigo de hoje, do Dr. Márcio Moreira Alves:

> "O Ministro atual, Jutahy Júnior, informatizou, há tempos, o acompanhamento das verbas sob sua responsabilidade, como medida preventiva às acusações que já lhe fez o Governador Antônio Carlos Magalhães e a outras que possam vir da mesma origem. Os baianos costumam pular na jugular dos adversários políticos".

Lá, nós não somos adversários políticos, somos inimigos pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apenas eu me permitiria uma coisa, pedindo desculpas prévias a todos os membros da CPI: a minha experiência no campo político já demonstrou, por várias vezes, que é prematuro fazer qualquer tipo de julgamento a partir da primeira notícia aparecida em jornal. Não foi isso o que eu disse!... E nós ficamos alimentando esse pingue-pongue que a imprensa adora fazer. Até dizem que ele também declarou que eu não sou mais homem do que ele. Não sei em que sentido ele quis dizer isso, e como quis provar ou não. Como vamos provar isso, em que campo? Não tem sentido. Eu não aceito que ninguém me dê qualquer certidão, a não ser através de prova concreta. Julgamento de valor, não.

Agora, este é um ponto realmente importante.

Submeto a V. Exªs o despacho que estou dando a um ofício da nobre Deputada Regina Gordilho. Ela pede, como medida cautelar:

> "Solicito a V. Exª seja encaminhado expediente ao Ministério das Relações Exteriores, no sentido de não ser concedido visto de saída do País aos Srs. Deputados e Senadores que tenham fortes indícios de *comprometimento com a corrupção na Comissão de Orçamento*".

E o resto, são palavras formais, de fim de ofício. Eu estou dando o seguinte passo: comunique-se à nobre Deputada que os parlamentares, não estando com prisão provisória decretada, não podem ser impedidos de ir e vir. Não tenho como fazer.

Assinei, ontem, um recibo. Parece-me que, depois que passe aqui pelo nosso ilustre Relator, possa ser redistribuído às comissões. Foi-me enviado por um delegado da Polícia Civil, que entregou, em mãos, este ofício, que é do Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal:

> "Tenho a honra de dirigir-me a V. Exª para encaminhar-lhe cópia de documentos apreendidos nos dias 5 e 20 de outubro do ano em curso, na residência de José Carlos Alves dos Santos. constantes dos autos de apreensão e apresentação anexo, já foram liberados pela investigação policial, e esclareço que os demais documentos relacionados, embora ainda sob investigação, se encontram à disposição, caso haja interesse dessa Comissão.
>
> Outrossim, esclareço, também, que as cópias dos dossiês nº 421 e 16.336 foram extraídas dos originais arquivados na Secretaria e que o *Laudo Pericial de Exame Grafoscópico* nº 84.990, do Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal, foi elaborado confrontando-se padrões gráficos provenientes do punho de José Carlos Alves dos Santos com material gráfico encontrado nos documentos apreendidos nos inquéritos policiais que apuram os crimes".

O delegado me trouxe este ofício e esta pasta. Eu pedi desculpas a ele e disse: aqui está dito que o senhor está me trazendo documentos apreendidos nos dias 5 e 20 de outubro, mas não diz quais são. Eu vou passar um recibo e, amanhã, pode haver uma dúvida se entre os documentos que recebi, figuravam alguns que, depois, não passei à Comissão, ou que há. Então, exigi dele uma lista dos documentos, para só então passar o recibo.

São os seguintes os documentos:

Cópia do auto de apresentação e apreensão referente ao inquérito policial tal - Delegacia de Homicídios;

Cópia do auto de apresentação e apreensão referente a inquérito policial - Delegacia de Falsificações e Defraudações;

Relação nominal de parlamentares do Partido dos Trabalhadores, constando valores após cada nome.

Depois eu vi, se não estou errado, parece-me que é uma série de emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores, que vai a três trilhões de cruzeiros antigos.

Documento referente ao Deputado Ricardo Fiúza;

Ofício assinado por Ana Elizabeth Lofrano Alves dos Santos, originário do MEC.

Eu não li tudo isso aqui, porque, alta madrugada, já não dava para continuar lendo. Mas, no caso dessa senhora, eu me detive para ler. Parece ser muito interessante. Ela se recusa a aceitar uma fraude, porque teria pedido 200 exemplares não sei do quê, e teriam feito uma licitação para 1.200. E ela, então, anula essa licitação.

Documento do Banco Nacional, agência New York;

Memorando do Secretário Executivo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, datado de 91.

Em anexo, documento assinado pelo Senador Magno Bacelar;

Mensagem em fax, endereçada ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, assinada pelo Deputado Geddel Vieira Lima. É uma carta manuscrita, longa, do Deputado;

Pedido de descontingenciamento, assinado por Celso Marques de Souza, despachado por José Carlos Alves dos Santos, referente a diversos parlamentares. São vários parlamentares indicados aqui, que fizeram o pedido de descontingenciamento, como ontem, inclusive, o Senador Mauro Benevides mostrou a sua atuação no problema do descontingenciamento. Sobre isso quero dar uma satisfação à Comissão, do meu aparte, no plenário.

Documento referente à Portaria tal, publicada no DOU;

Relação de aplicação de recursos;

Cópia de processo tal, do Ministério da Fazenda, referente ao pleito do Deputado Jabes Ribeiro, do PSDB da Bahia;

Cópia do termo de declarações prestadas por José Carlos Alves dos Santos ao Departamento de Polícia Federal;

Declaração de bens de José Carlos Alves dos Santos;

Documentos relativos à importância paga a Teodoro, juntamente com cópia de cheque no valor de 1 milhão e 890 mil cruzeiros;

Relação nominal de funcionários do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;

Cópia de dossiê da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, referente à arma de propriedade do Deputado João Alves;

Cópia de dossiê da Secretaria de Segurança Pública referente à arma e munição de propriedade de Josué Cardoso.

Acho que é aquele motorista.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero esclarecer. Esta documentação foi entregue pelo delegado, mas não foi, necessariamente, apreendida na casa do José Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi, o que ele diz aqui, foi: "documentos apreendidos no dia 5 e 20 de outubro, do ano em curso, na residência de José Carlos".

O SR. MORONI TORGAN - A documentação do armamento de João Alves?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tudo se contém aqui.

Eu fiz um apelo - estou ouvindo um toque de telefone celular - para que, nas reuniões internas da Comissão, não houvesse o telefone celular, para evitar qualquer dúvida sobre nós. Por exemplo, vai se discutir aqui uma diligência. O telefone celular, sabe-se hoje que não tem segurança. Fala-se e é perfeitamente captável por pessoas que tenham a mesma freqüência. Então, isso é ruim.

E cópia de laudo do Exame Grafoscópico do Instituto de Criminalística da Polícia Civil, referente a José Carlos Alves dos Santos, porque os documentos estão ora assinados, ora apenas referendados por ele.

O SR. MORONI TORGAN - O documento da arma de João Alves foi encontrado na casa de José Carlos?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Claro.

Eu vou passar isso, inicialmente, às mãos do nosso ilustre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu vou determinar à autuação do original cópia da Subcomissão respectiva.

O SR. NELSON CARNEIRO - Tem várias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí vai toda a Comissão, as quatro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, tem as quatro; é verdade. Eu vou examinar: podem ser duas, três. Mas o importante é ter a cópia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sobre essa questão da arma, vejam o que é que está escrito. Primeiro, como eu respondi ao Deputado Luiz Salomão, ele diz aqui no ofício que foi tudo apreendido e apresentado. Porém, nesses dois documentos, no que se refere à arma, ele diz assim: "Cópia de dossiê referente à arma do Deputado João Alves"; Cópia do dossiê referente à arma e munição de Josué.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, só quero lembrar o seguinte: o Josué trabalhou com o Deputado João Alves antes do Eli, portanto, antes de 84, como é que essa arma ou a documentação dessa arma foi parar nas mãos do José Carlos? Essa é uma coisa, a meu ver, realmente, surpreendente.

O SR. ELCIO ALVARES - Seria bom um esclarecimento do Delegado...

O SR. MORONI TORGAN - Tem que ter o auto de apreensão. Talvez seja interessante pedir ao Delegado o auto de apreensão.

O SR. ELCIO ALVARES - Está em nome de Josué Cardoso.

O SR. MORONI TORGAN - ...porque no auto de apreensão se diz como, *quando e onde foi.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não; diante da pergunta, naturalmente, o Relator fará. Só chamei a atenção para o fato de que se diz aqui "Cópia de dossiê referente à arma". Pode não ser a apreensão da arma, um dossiê referente à arma.

O SR. ELCIO ALVARES - No dossiê pode ter o auto de apreensão.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Excelência.

O SR. ROBERTO FRANCA - Quando V. Exª terminar de ler essa série, eu gostaria de me inscrever para fazer uma consideração sobre um requerimento que eu gostaria de propor posteriormente. Não sei se V. Exª vai mencionar agora. Contudo, se não o fizer, eu gostaria depois de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. É rápido o que tenho aqui. Trata-se de mais uma satisfação a respeito de despachos que a Mesa deu - a Mesa, no caso, a minha Presidência.

Por exemplo, falei, ainda há pouco, nas ofertas de colaboração. Há aqui uma da Federação Nacional dos Policiais Federais. Então, passei aqui para agradecerem e comunicarem às Subcomissões. A mesma coisa com relação à Associação dos Assessores Legislativos de Orçamento e Fiscalização. Esta é interessante porque, de acordo como o que eu tinha determinado aqui, fiz o ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados. Como eu citava nominalmente o Deputado Roberto Magalhães e o Deputado Odacir Klein, eu dei conhecimento a ambos, antes, do que estava no ofício. Ambos concordaram, eu mandei o ofício. Recebi, logo em seguida, no dia 27, esse documento da Associação dos Assessores Legislativos. Isso me parece importante, inclusive, passar aqui ao Relator, porque, se estou lembrado, se não há equívoco, ele disse ali que era funcionário concursado, tanto que dei o tratamento de Excelência, vez que ele era um Magistrado aposentado. Mas, agora, vem o Sr. Romeu Padilha de Figueiredo, Presidente da Associação dos Assessores Legislativos de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, dizendo o seguinte:

> "Sr. Presidente, tendo em vista o fato ocorrido em reunião dessa prestigiosa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, realizada ontem, 26 de outubro de 1993, a Associação dos Assessores Legislativos de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados sente-se no dever de esclarecer a V. Exª que o Dr. Flávio de Pilla foi dispensado da função de Assessor Legislativo no dia 19 de maio de 1993" - e dá o número do Boletim Administrativo e a data.

Ora, houve momento em que ele se declarou como se fosse um auxiliar do advogado credenciado, dizendo que não poderia advogar contra a Mesa. Então, pelo que está aqui, a Associação dos Assessores diz que ele já não era funcionário.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu gostaria de prestar uma informação, sob censura, porque não é de conhecimento direto meu, mas do que ouvi dele. Ele me disse que está à disposição do Tribunal de Contas e, ao mesmo tempo, prestando assessoria ao Procurador-Parlamentar Vital do Rêgo, de modo que me parece que ele está fora da função de assessor, mas continua funcionário do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso que o Dr. Roberto entregou à Denise é a relação dos documentos que aqui acompanharam. Há a oferta também de colaboração, que deve ir à Subcomissão de Bancos. É de um Sindicato dos Lotéricos, e, em um determinado momento, eles falam sobre problemas que talvez interesse muito aqui. Eles dizem que se dispõem a analisar como é que se pode tirar esses prêmios, como se pode conseguir isso. Resolvi passar isso à Subcomissão de Bancos.

O pessoal do Movimento de Defesa do Sistema PETROBRÁS manda uma informação a respeito das emendas apresentadas pela Deputada do PT, Maria Laura, dizendo que assinou 14 emendas, que constam da relação apensa, e que todas

são referentes ao Orçamento da PETROBRÁS para 1994. Passo também à Comissão de Emendas.

Outra é do nosso colega Senador Moisés Abrão, já em conseqüência daquela fita, foi até antes. Ele faz um ofício dizendo que:

> "Na edição de 25 do corrente, a **Folha de S.Paulo** já tinha estampado declarações atribuídas ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, entre as quais S. Sª teria assistido fita de vídeo - essa de ontem -, apreendida pela polícia, em que havia trechos filmados de uma viagem feita pelo Dr. José Carlos Alves dos Santos e sua família a uma fazenda de minha propriedade. Nela estaria documentado o abate de um cervo e de um jacaré por parte daquele visitante.
>
> Inserida num texto abrangente que são tratados assuntos diversos, inclusive quanto a fatos sob investigação desta CPI, poderia a matéria provocar no desavisado leitor ilações equivocadas com relação a meu nome.
>
> Com objetivo de evitar essas possíveis distorções, informo a V. Exª de que aquele senhor realmente lá esteve, em 1991, a convite do Sr. Deputado Paulo Mourão, seu anfitrião na oportunidade - e vimos ontem isso.
>
> Na minha prévia autorização para visita, não se incluía, obviamente, o abate de espécimes vedado pela legislação. Soube do fato posteriormente através do meu administrador, já que não estivera presente àquele evento. Da minha indignação pelo ocorrido, dei conhecimento ao Deputado porque nutro antiga e sólida amizade, laços estes que me permitiram a franqueza do desabafo. Nesse diálogo, ficou evidenciado que o Deputado também conhecera a proibição de matança de animais selvagens dentro da propriedade e nada contribuíra para a sua consumação, feita a sua inteira revelia.
>
> E em conseqüência disso, houve um pedido formal de desculpas do Dr. José Carlos, presente a sua esposa Ana Elizabeth Lofrano dos Santos, e o caso deu-se por encerrado com aceitação da alegada ignorância do autor quanto a minha conhecida postura."

No fim, parabeniza a Comissão. Dei ciente e enviei à Secretaria para arquivar.

Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Para agilizarmos detalhes de tramitação, que depois acaba pertubando muito a rapidez dos trabalhos. Antes, eu tive no Banco do Brasil, conversando com o seu Presidente, para estabelecermos uma regra de conduta na intercomunicação que se estabelecerá não só entre a minha Subcomissão como entre outras subcomissões e o Banco. Verifiquei que eles vão ter uma exigência de que conste no ofício de requisição que fizermos, em primeiro lugar, que a Comissão transferiu o sigilo e, em segundo lugar, que estamos autorizados a pedir a documentação.

Então seria importante que nós fizéssemos constar de uma Ata de trabalhos desta Comissão, que os coordenadores estão autorizados a assinar somente, se quiser ser bem explícito, a documentação relativa às pessoas cujo sigilo foi transferido.

É uma coisa simples, mas facilitaria muito, porque senão tenho que correr atrás do Passarinho às 10h da manhã, às 4h da tarde, etc.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Senador Garibaldi Alves Filho já me havia solicitado uma providência semelhante e eu disse a ele que temia que, com quatro Subcomissões fazendo, ao mesmo tempo, comunicações e requisições, pudéssemos perder o controle do andamento dos trabalhos. Mas isso foi uma opinião que eu dei e que não significa uma posição inflexível nem ortodoxa. Se os coordenadores entenderem que isso é essencial para o seu trabalho, não tenho nenhuma dificuldade em concordar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu posso assegurar que na CPI do PC Farias nós tivemos que parar 24 horas, e até mais, em razão de esperar uma simples assinatura. Penso que é uma coisa muita burocrática, porque o sigilo já está rompido. Só é preciso a autorização para assinar a requisição de documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por parte do coordenador?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sim, porque V. Exª vai ficar cercado...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou perfeitamente de acordo.

Agora gostaríamos que passássemos, talvez, ao ponto principal da nossa reunião.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não é bom isso constar em Ata, para que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu tenho uma coisa importante, embora possa ficar para depois. Não sei se V. Exª prefere assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu prefiro discutir logo a convocação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós, aqui da Mesa, fomos praticamente vencidos por este egrégio Plenário, na hora em que nós queríamos fazer,

desde logo, convocações para depor. Não é preciso insistir na lisura do nosso Relator, que é um político de Pernambuco, ex-Governador, tem amigos políticos de Pernambuco, e, no entanto, S. Exª propôs a mim, desde logo, que nós chamássemos para depor o Deputado Ricardo Fiúza. O argumento do Deputado Roberto Magalhães eu tenho até transmitido à imprensa.

Qual é a razão? A razão é que ele substituiu, diretamente, o Deputado João Alves na Relatoria-Geral, e talvez tenha até que explicar o porquê, e, a partir daí, as explicações que ele deveria dar em função do aqui já foi trazido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Permite-me V. Exª um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Provavelmente aqui ninguém mais se lembre, mas o Deputado João Alves foi designado pela Liderança do PFL para Relator. Houve uma reação muito grande e ele saiu em face da reação. Eu sei porque eu era da Procuradoria-Parlamentar e fui, com os demais companheiros da Procuradoria, externar ao então Presidente Ibsen Pinheiro, o nosso entendimento de que a saída do Deputado João Alves era fundamental para a imagem da Instituição, porque nós não podíamos julgá-lo, e não podíamos realmente. Nós não sabíamos nada, ainda, desses esquemas, mas entendemos que não era possível manter, na Relatoria do Orçamento, um homem questionado dentro e fora do Congresso.

De modo que V. Exª disse muito bem: acho que é a hora de sabermos por que, realmente, ele saiu; quais os motivos reais que determinaram a saída, e diria até destituição, do Deputado João Alves da Relatoria da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Teve esse aspecto, praticamente, de destituição.

Então, estamos propondo aqui ao Plenário - e nós sabemos, pelo procedimento da CPI, que quando o Relator propõe uma convocação para depoimento, tem que ser aprovada pela maioria absoluta presente, portanto é uma questão de maioria simples. Nós temos a presença da maioria absoluta e queríamos propor que, justamente, fosse convocado o Deputado Ricardo Fiúza. Se o Plenário concordar por maioria, *nós discutiremos depois a data dessa convocação; primeiro em dois tempos.* Como eu gostaria de ser, pelo menos neste ponto, humilíssimo, epígono não daria, mas seguidor de Napoleão, que fazia manobras táticas em dois tempos ou três tempos, nunca num só.

Inicialmente, pediria que respondêssemos, não da maneira mais fácil, aquela "os que concordam permaneçam como se encontram", mas de maneira que expresse realmente o voto de cada um.

Os que concordam com a convocação do Deputado Ricardo Fiúza como sendo a primeira convocação a ser feita a partir de agora queiram levantar o braço. (Pausa)

Aprovada a proposta por unanimidade.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra pela ordem.

Tive a imprudência de falar em Napoleão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, V. Exª sabe que eu, como Marechal de Napoleão, também fui sacrificado e conheço muito bem a história. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Minhas homenagens ao senhor seu pai.(Risos)

O SR. NEY MARANHÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. (Risos).

Sr. Presidente, todos nós aqui votamos por unanimidade a convocação do Deputado Ricardo Fiúza em primeiro lugar. Tudo bem. Quero apenas chamar a atenção para o fato de que o Deputado Ricardo Fiúza já veio aqui e teve uma discussão com o seu principal acusador.

Dentro dessa linha, na minha opinião, podíamos dar condições ao Deputado Fiúza - dentre as pessoas que foram convocadas, se não me engano os quatro primeiros convocados à Comissão -, como S. Exª já esteve aqui, como já discutiu com o seu principal acusador, dele ser, entre os quatro, convocado para depor na Comissão. Com isso, S. Exª teria oportunidade de fazer sua defesa.

É essa a minha opinião, porque os demais ainda não estiveram aqui. Certo, Sr. Presidente? E o Deputado Ricardo Fiúza já esteve, inclusive discutiu com o seu acusador. Estou me colocando no lugar da pessoa. O Deputado Fiúza se pôs à disposição, ouviu as acusações e discutiu com o principal acusador. Então, nessa altura dos acontecimentos, S. Exª tem a maior boa vontade, a tranqüilidade de vir aqui no momento preciso. E os demais não vieram.

Por isso, acho que, apesar de termos votado por unanimidade, estou com esse argumento: há os quatro e dentre eles S. Exª ter a oportunidade de se defender.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Ney Maranhão, tomo isso como uma declaração de voto de V. Exª.

O SR. NEY MARANHÃO - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Ricardo Fiúza chegou a dizer - acho que ao Relator, a mim não me recordo - que precisaria de uns dez dias para fazer a soma, a coleta das suas provas. Já passou de dez dias o prazo que S. Exª poderia pedir.

O segundo ponto é este: chamá-lo para o depoimento na segunda-feira ou na quarta-feira, condicionado ainda à prerrogativa que têm os Deputados de - até agora o próprio Deputado João Alves não se serviu dela -, de acordo com o Código de Processo Penal, poder dizer que têm de ajustar com a Mesa a data, hora e local do depoimento?!

Mas como estamos convocando, faremos a convocação e esperaremos a resposta. Iremos agora discutir se seria na segunda ou na quarta-feira.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, S. Exª pode argüir também que os dez dias seriam a partir do instante da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, mas não houve isso. S. Exª falou aqui informalmente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim. Mas S. Exª poderá levar isso em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se S. Exª levar isso em conta, de querer se servir da prerrogativa que tem, discutiremos depois.

Quando pensei em segunda-feira - pena que não esteja aqui o Senador Pedro Simon, que se opôs ao meu pensamento -, foi para poder, em primeiro lugar, dar uma demonstração clara de que não entramos em recesso. Porque, a partir do momento em que o Plenário se dissolve em Subcomissões, as Subcomissões estão todas funcionando, não há recesso. E se nesse intervalo tivermos, como esperamos, documentos partidos das Subcomissões para enriquecerem, especialmente o Relator, com a possibilidade de fazer perguntas a esse respeito, tanto melhor. Se isso aparecer depois, o próprio Deputado pode ser reinquirido; qualquer um pode ser reinquirido.

A ponderação do Senador Pedro Simon foi no sentido de que, na segunda-feira, talvez, tenhamos maioria absoluta, mas não tenhamos o plenário cheio como das outras vezes, e aqui se estabeleceu uma praxe que os próprios não-membros fazem perguntas. Como terça é feriado, Universal - se não me engano - poderíamos ser objeto de alguma interpretação de que estaríamos beneficiando o depoente, na medida em que houvesse menor presença de pessoas que poderiam ter interesse de votar nele.

É claro que os suplentes e os titulares não poderiam ter essa desculpa, porque, uma vez convocados, devem estar aqui. A desculpa seria mais no outro sentido.

Então, houve essa ponderação de não se fazer depoimento na segunda-feira, mas somente na quarta-feira.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pela ordem no sentido de fazer uma sugestão, concordando com essa indicação do depoimento ser quarta-feira, até porque seria necessário um avanço nos trabalhos das Subcomissões. Mas eu lembraria algo importante, aqui, para a Mesa. Pelo que se lê hoje nos jornais, eles estão fazendo uma investigação e revelando fatos de extrema gravidade que repercutem no País. Pela experiência que tivemos na CPI do PC, nos fins de semana, quando saíam as revistas semanais, eram momentos de bombas em termos de denúncias, etc. Considero que V. Exª tem razão em não ter depoimento na segunda-feira. Agora, seria importante convocar a CPI na segunda-feira, mesmo que fosse apenas para uma reunião de trabalho, só para mostrar que se está aqui. Isso me preocupa. Vamos imaginar que saia alguma notícia bombástica no fim de semana, e aí a CPI não se reuniu; terça-feira é Dia de Finados, portanto, feriado. Pode-se passar aquela imagem de que não estamos acompanhando as notícias.

Daí por que eu sugeriria a V. Exª que convocasse uma reunião de trabalho burocrático para segunda-feira, às 10 horas. Pode ser por meia hora; em seguida, as Subcomissões reunir-se-ão, para que não fique essa espécie de vácuo.

Como estamos numa situação muito delicada, com o peso das denúncias e suas repercussões, qualquer sensação de que o Congresso entrou também nos feriados pode parecer ruim. E como V. Exª disse que para a CPI não se emenda feriado, essa seria uma demonstração;

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me referi muito, Deputado José Genoíno, ao caso do Deputado Ricardo Fiúza, por ser uma pessoa da Casa que foi Ministro da Pasta e que, portanto, tem sobre ele acusações frontalmente confirmadas pelo depoente.

Agora, temos outra alternativa até de um depoimento na segunda-feira, mas isso o Deputado Odacir Klein poderia depois expor. Mas eu queria concluir se preferem quarta-feria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu queria encaminhar, favoravelmente, ao adiamento, ou seja, não fazer nenhum depoimento na segunda-feira, porque, ontem, começamos a manipular as emendas ao Orçamento dos Deputados denunciados - essa é a palavra técnica que me recomenda o Deputado Moroni Torgan. Todavia, não tivemos ainda acesso aos documentos, recolhidos na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos e que estavam sendo autuados. Desde logo, podemos constatar que o Deputado Ricardo Fiúza tem uma pilha de emendas, até porque ele era relator. Precisamos fazer um exame acurado disto para poder fazer a inquirição com razoável objetividade.

De outra parte, Sr. Presidente, recebemos, ontem - V. Exª também - do Secretário Osíris Lopes, as declarações de Imposto de Renda de alguns Parlamentares, entre os quais as do Deputado Ricardo Fiúza. Seria necessário que houvesse uma pré-análise dessas declarações, para que as informações sobre evolução patrimonial não se cingissem às revelações das revistas **Veja**, **IstoÉ**, etc, que podem ser precisas, mas que também podem ser profundamente levianas.

Portanto, seria interessante que a Subcomissão, coordenada pelo Senador José Paulo Bisol, pudesse oferecer uma análise, ainda que preliminar, dessas declarações aos membros da CPI uma análise, para que pudéssemos mapear a evolução patrimonial do depoente. Lamentavelmente, é provável que até lá não tenhamos as contas bancárias do Deputado Ricardo Fiúza e de suas empresas, o que também vai dificultar muito. De modo que, na minha opinião, o depoimento dele deveria ser adiado até que tivéssemos esses três elementos de informação: a análise das suas emendas, a análise da sua evolução patrimonial, conforme suas declarações do Imposto de Renda e, também, a questão dos bancos, que duvido estejam as contas correntes disponíveis na próxima quarta-feira; não sei. De qualquer sorte, na minha opinião, qualquer inquirição sem esses elementos de informação será sempre uma inquirição precária, baseada em informações que a imprensa tem divulgado, ou de conhecimentos não comprováveis documentalmente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como Relator, eu gostaria de dizer que se formos esperar o resultado das subcomissões para fazer inquirições, considerando que temos, talvez, trinta a fazer, desde já, vamos ter que pedir prorrogação do prazo desta CPI, porque não haverá tempo. A minha impressão, pelo menos, até agora, tem sido a de que o depoimento é menos um meio de prova para nós e muito mais um meio de informação para que possamos atuar no campo. Eu não acredito em prova feita por depoimento de testemunhas.

Quero relembrar, aqui, que, quando eu propus que o Plenário aprovasse quatro depoimentos - primeiro, o do Ricardo Fiúza, por ser o sucessor, na Comissão de Orçamentos, do Deputado João Alves; depois, o do Cid Carvalho, por ser o mais referenciado dos Deputados, e, em seguida, José Geraldo e Manoel Moreira, também por este critério -, fiquei com a impressão, Sr. Presidente, de que a Comissão já tinha aprovado os quatro nomes; apenas as datas tinham ficado para posterior deliberação. Alguém aqui pensou assim como eu? Os nomes estão aprovados? Estariam faltando as datas?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas a minha observação ao Relator é que nós tínhamos que ter efetivado exatamente o ritual regimental, fazer a votação. Estamos de acordo.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra a V.Exª.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, a votação feita já abrangeu os quatro nomes?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não me lembrava disso, mas o Relator insiste.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu fiquei com a impressão de que já tivéssemos aprovado os quatro nomes. A esta altura, estou em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É. Cada momento desse, por segurança nossa, para não inquinarem amanhã de algum vício insanável de origem, nós faremos a votação. Não é demais.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, concedo a palavra a V.Exª.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, ouvi atentamente as colocações do nosso ilustre Relator, mas eu gostaria de me solidarizar com as colocações do Deputado Luiz Salomão. Talvez melhor sobre isso falaria o coordenador da nossa subcomissão, que trata das subvenções sociais. Entendemos que há uma ligação estreita das verbas constantes do Orçamento e da sua própria execução lá, que passa pelo Poder Executivo. Somente agora estamos tendo alguns elementos que nos possibilitarão mais consistência para as inquirições, principalmente do Deputado Ricardo Fiúza, que foi Relator e depois Ministro do Bem-Estar Social, de cujo Ministério as subvenções sociais são de muita expressividade.

A sugestão que eu apresentaria, Sr. Presidente, seria que se colhesse depoimento na quarta-feira, não na segunda-feira, pelas razões que V. Exª também explicitou, e que alterássemos a ordem: ao invés de ouvirmos o Deputado Ricardo Fiúza na quarta-feira, ouviríamos um dos outros três Parlamentares citados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que, diante de todas essas ponderações, eu estarei de acordo com a alteração de ordem. Agora, sou contrário a adiamentos, porque temos prazo e devemos fazer por onde cumpri-los. Se a subcomissão entende - já há dois pronunciamentos dos Deputados Luiz Salomão e do Leomar Quintanilha, de que em relação ao depoimento do Sr. Ricardo Fiúza preferem mais tempo. Vamos, então, inverter a ordem e colocar um outro depoente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Uma sugestão de ordem tática. Como nós temos a Comissão, hoje, dividida em quatro Subcomissões, isso significa que quatro especializações temáticas estão conceituadas Seria rigorosamente técnico e tático que a inquirição tivesse um procedimento mais ordenador. Portanto, cada uma dessas

comissões teria um inquiridor preferente. Uma vez dada a palavra à preferência absoluta do que provocou a CPI, as comissões passariam a perguntar. Isso daria uma unidade na captação das informações - porque a coisa mais atroz que existe é ouvir, é ler depoimento colhido em Congresso, porque são catataus insuportáveis. Nós temos que pinçar o que importa e o que não importa quando chega a hora da avaliação; é um tormento. Se nós tivéssemos esse procedimento, as perguntas relativas a dados objetivos, documentais, elas ficariam todas reunidas numa parte do depoimento. Na hora do relatório seria tremendamente mais fácil a auscultação, e o próprio depoimento adquiriria uma consistência, uma nuclearização interessante. E os outros inquiridores ficariam com aquelas perguntas de dados que não foram bem esclarecidos. Seria uma coisa tática e muito proveitosa. Não precisa ser o coordenador, eu, por exemplo; não serei sempre eu. Vou distribuir entre os meus companheiros, hoje, para se trazer da subcomissão as perguntas preparadas. Creio que assim fica uma coisa bem unitária e bem objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As perguntas às pessoas investigadas?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É. E o coordenador representaria a subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A sistematização.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Isso. Tenho a impressão de que produziríamos uma prova muito mais consistente assim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se eu percebo, o Senador José Paulo Bisol propõe que haja antes de um depoimento no plenário?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, durante o começo da inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não tinha acompanhado. Já seria muito mais fácil. Está bem.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O começo da inquirição. Há mais um detalhe que a Comissão tem que resolver. Se eu entregar um cópia, por exemplo, de cada declaração - já sabemos que o que temos não é uma quebra de sigilo, e sim uma transferência de sigilo - fica complicado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aliás, agora, as subcomissões começam a ser objeto, não apenas de investigação como também uma presença constante, uma pertinácia da imprensa em cima para obter informações preliminares. Isso já começou até a funcionar. Já começa haver informação de um lado ou de outro. Vai ser essa angústia da imprensa para poder dar informações. O que tenho percebido, agora, aqui, é que os jornais se esmeram para obter uma informação, para poder esvaziar a revista de fim de semana. Eles querem chegar depressa para que a revista de fim de semana não seja a divulgadora do fato inédito; portanto, as subcomissões também têm um grande papel nisso. Penso que é importante. Tem a palavra o Deputado Odacir Klein; em seguida, o Deputado Roberto França que pediu a palavra, se V. Exª ainda quiser fazer uso da palavra.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, com relação a depoimentos, se ocorrer algum fato novo, eu gostaria de sugerir, aqui, que tenhamos a possibilidade de ouvi-lo, hoje à tarde, ou até segunda-feira. Quero aqui relatar os cuidados que venho tendo desde segunda-feira, quando recebi, e, imediatamente, transmiti ao Presidente e ao Relator, um telefonema anônimo, dizendo que, na época do Ministério do Interior, a Dra. Célia Maria Abdala Costa era Secretária de Orçamento e liberava verbas por indicação do Sr. Deputado João Alves. Deram-me detalhes de que até uma determinada funcionária transportou dinheiro para parlamentares e de que haveria um funcionário modesto, com DAS-2, que seria testa-de-ferro e teria apartamentos em Aldeota, no Ceará.

Tive o cuidado de chamar o funcionário, de conversar com ele e de solicitar aos cartórios do Ceará uma diligência. Na verdade, esse funcionário não tem; a Drª Célia Maria tem um apartamento em Aldeota, adquirido em 1991. Esse funcionário, naquela ocasião, relatou-me - agora, inclusive, ele está à nossa disposição; eu havia convidado os Senadores Garibaldi Alves Filho e Elcio Alvares para que conversássemos com ele para ver se confirma o que disse - que, quando da extinção do MDU, o Ministério do Desenvolvimento Urbano, as verbas foram transferidas para o Ministério do Interior; que eles começaram a aplicar aquelas verbas exatamente fazendo pagamentos a áreas de excepcionais; que o Deputado João Alves fez um contato inicialmente com o gabinete do Ministro e, depois, com essa área que ele liberava recursos, dizendo que toda essa liberação de recursos tinha que ocorrer através da Comissão de Orçamento e fazendo a indicação das entidades a serem contempladas.

Esse moço está aqui à nossa disposição para conversar. Eu não quero mais conversar só com ele, porque ele pode ter me confirmado duas vezes o que disse e chegar aqui relatando algo totalmente diferente. Por isso, eu havia convidado os dois Senadores já citados para, com ele, conversarmos.

Penso que não podemos mais ficar a reboque do noticiário, para, depois, haver aqui depoimentos insubsistentes que possam nos gerar um descrédito. Então, eu gostaria, primeiramente, que mantivéssemos a reserva - e a informação ficou coletiva - que o Presidente, o Relator e eu mantivemos, até aqui, relativamente ao assunto. Eu convidei os dois Senadores, para que pudéssemos conversar com esse moço que está aqui no gabinete do nosso Presidente Senador Jarbas Passarinho. Se fosse o caso, talvez, pudéssemos até ouvi-lo hoje. Caso contrário, haverá uma grande especulação na imprensa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Pois não.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Vamos fazer rapidamente uma avaliação desse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sim. Se pudermos sair daqui, creio que, em dez minutos, retornaremos trazendo a informação.

Então, vou me permitir convidar os dois Senadores, para que possamos ter esse contato, e retornaremos daqui a pouco. Penso que, se for o caso, devemos ouvi-lo hoje.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, V. Exª poderia suspender a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Suspendo a sessão por dez minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, a sugestão é a de que, havendo a confirmação dessas informações, V. Exªs pudessem trazê-lo para que ele seja ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Então, convido o Senador Nelson Carneiro para presidir os trabalhos temporariamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, pergunto se porventura o primeiro nome do funcionário é Trajano. Senão, terei outra informação.

(intervenções fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Então, vamos conversar e ver se, realmente, vale a pena o seu depoimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para daí ser daqui a pouco, não é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Relator, aproveitando esse tempo para conversas mais relevantes, eu gostaria de saber se V. Exª teve acesso ao documento que foi enviado pelo Presidente da Caixa Econômica Federal. O nosso Presidente efetivo, Jarbas Passarinho, se referiu a esse documento, mas confesso que, no momento, não me fixei no seu conteúdo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tive acesso a esse documento. Li o documento; dele tirei cópias e enviei uma dessas cópias à Subcomissão de Bancos. Inclusive, é possível que tenhamos uma cópia à mão. Eu deixei a minha cópia do documento da Caixa Econômica Federal com a Srª Denise, a quem solicito que mande buscá-la.

Inclusive, há dois pontos curiosos. O primeiro é o de que a Caixa Econômica Federal informa que ele ganhou na loteria 56 vezes no ano, recebendo prêmios de, aproximadamente, 1 milhão e 400 mil dólares, mas não diz quanto ele investiu nos jogos. Tanto que, ontem, o Presidente, por instância minha, fez um ofício pedindo que a Caixa Econômica dê informações a esse respeito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A Caixa Econômica Federal não tem que saber sobre isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como?

O SR. LUIZ SALOMÃO - A Caixa Econômica não saberá necessariamente sobre isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não vai saber?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, porque a Caixa Econômica pode informar quem pagou, mas não de quem recebeu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, mas a Caixa Econômica mandou vários cheques dele e de terceiros. O que ela não fez foi converter os cruzeiros dos cheques para a moeda norte-americana, sob o critério e data que usou para o geral. Então, ficamos sem poder saber o essencial: se ele ganhou ou se perdeu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª pode dar-me uma informação?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esse documento, então, já está disponível? Já podemos ter acesso a ele?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já está disponível. Já mandei buscar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Deputado Roberto Magalhães, eu sou da Subcomissão de Bancos. Aliás, estou procurando pela subcomissão. Marcaram uma reunião, mas não encontro o local.

O SR. ROBERTO FRANCA - É na sala 13 do Senado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu fui lá, disseram que não ia mais ser, que seria aqui. Só vi aqui os Senadores da Comissão; os Deputados da Subcomissão não vi.

Recebi a informação ontem, como todos da Subcomissão, de que a Caixa Econômica não vai poder dar uma informação exata de quanto foi jogado. Eles têm acesso aos jogos que foram feitos, através de cheques, e com isso têm condições de saber, porque as casas lotéricas enviam os cheques para a Caixa Econômica. mas quando o jogo é feito sem cheque, com dinheiro vivo, não têm como, pois o jogo não é nominal; é ao portador daquele talãozinho. Só quanto aos pagamentos é que têm condições. Pelo volume de cheques, pelas informações, poderão ter uma idéia de quanto foi jogado, mas não há possibilidade de informação exata sobre essa questão.

O SR. ROBERTO FRANCA - Mas chegou lá o documento?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não o recebi, mas deve ter chegado, pois já vi até nos jornais, quanto mais na subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, creio que o momento é oportuno, pois estamos naquele intervalo, esperando o vice-Presidente da Comissão. Eu gostaria de levantar um problema. Ontem - ou anteontem - dois deputados que não são membros da Comissão - a Deputada Maria Luíza Fontenele e o Deputado Ernesto Gradella - encaminharam ofício à Mesa e deram-me conhecimento da cópia, solicitando que, o Movimento pela Ética na Política, por algumas de suas entidades, pudesse integrar ou participar da Comissão, ou qualquer coisa assim.

Creio que é uma oportunidade de discutirmos. Sei que não é regimental, não sei se V. Exª tomou conhecimento do requerimento. Houve uma afirmação de V. Exª de que o Ministério Público estaria, de alguma forma, participando da Comissão. Como as coisas são afins e como V. Exª tem demonstrado muita preocupação com relação à natureza da Comissão, que está auto-investigando a própria instituição, diferentemente do que houve na Itália, em que foi algo externo, eu queria abordar este problema, que é muito delicado. Muitos dos parlamentares que estão nesta Comissão integraram aquele movimento pela ética, participaram de várias instituições.

Embora sabendo que não é regimental, eu gostaria que V. Exª precisasse melhor: o Ministério Público está participando de que forma? Não tenho visto nenhum de seus membros aqui. Poderia ser uma alternativa. O Ministério Público, sendo um órgão público, a OAB teria de alguma forma como acompanhar e em que termos? Seria politicamente indelicado estarmos indeferindo um requerimento dessa natureza, embora não seja regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, logo que a Comissão se instalou, por sugestão do Dr. Relator, pedimos a presença aqui, para acompanhamento não das sessões reservadas, mas das sessões públicas, de membros do Ministério Público. Fez-se um ofício ao Dr. Junqueira e ele apresentou dois procuradores que têm estado aqui constantemente. Do Tribunal de Contas da União vieram três: um inspetor, um analista e um técnico. Isso, de um lado, para precatarmo-nos com relação a alguma coisa que pudesse ser impugnada pelos advogados, por isso a presença dos procuradores aqui. Parece que é uma questão cautelar que tem sido feita em alguns inquéritos. Pede-se logo um procurador para garantir que o réu amanhã, no caso deles, não possa dizer que foi obrigado à confissão mediante violência, etc. Analogicamente, fizemos isso aqui.

O número de entidades não governamentais que têm pedido para participar é que torna impossível o atendimento. Já temos conosco os procuradores do Ministério Público, o pessoal do Tribunal de Contas, por solicitação nossa, nossos assessores. A Assessoria do Senado da República está nos dando completo acompanhamento, também, e aconselhamento como procuradores, pessoas especializadas no campo do Direito. Temos alguns assessores ligados a nós, que têm tido acesso à Casa.

Veio um requerimento do Deputado José Dirceu, a quem pedi que, por escrito, rememorasse o que havia acontecido aqui em relação do Dr. Pilla, e ele fez um documento, que encaminhei, anexado, ao Presidente da Câmara. O último item dele era no sentido de que as Lideranças partidárias tivessem o direito de ter assessores acompanhado os trabalhos.

Ora, são dezoito partidos na Câmara, são dez partidos no Senado, totalizando vinte e oito. Vindo para cá um ou dois assessores de cada Liderança, serão cinqüenta e seis pessoas nesta sala. Ora, se ao lado disso ainda tivesse que colocar OAB, ABI, ficaria muito difícil. As organizações nacionais não-governamentais pediram também, e a minha resposta dada ontem, inclusive, a uma dessas representações que chegaram a mim é que oportunamente poderíamos nos servir dessa ocasião, mas não desde logo.

O SR. ROBERTO FRANCA - Só para concluir. A minha sugestão com relação à questão é que a Comissão examinasse, nos mesmos termos do Ministério Público, pelo menos a Ordem dos Advogados, que poderia, no caso, representar um conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se eu abrir uma exceção vou

O SR. ROBERTO FRANCA - Admito, mas acho que a OAB é um caso diferente, ela tem a função de controle da constitucionalidade. Creio que não estaríamos abrindo precedente. Já abrimos espaço para assessores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto, nada impede o acompanhamento. Estamos fazendo sessões públicas, senão com todos aqui dentro, o acompanhamento pode ser feito pelo telão que está na outra sala.

O SR. ROBERTO FRANCA - Lá, o acompanhamento é oficioso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, uma brevíssima sugestão. Penso que a idéia de credenciar essas entidades contribui para afirmar o espírito de V. Exª e de toda a CPI de que queremos trabalhar com toda transparência. Acredito que V. Exª pode ser generoso na concessão de credenciais, condicionada ao fato de que a presença deles será na sala onde está telão. Daí, V. Exª pode dar quantas credenciais forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É uma sugestão hábil e inteligente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dá transparência, só que eles assistem de lá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As audiências estão abertas a todos.

Tem a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Há quantos partidos representados na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - PMDB, PFL, PPR, PSDB, PRN, PP, PTB, PT, PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Cheguemos ao ponto de vista de V. Exª.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sugiro que cada um desses partidos tenha pelo menos um representante credenciado, no caso um advogado ou um jurista. Por exemplo, somos quatro parlamentares do PPR: dois titulares e dois suplentes. Se tivéssemos uma pessoa e o PDT uma outra, não estaríamos lotando esta Casa. Seriam só mais algumas pessoas credenciadas para o atendimento direto ao parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, desde logo, transformadas as nossas sessões em públicas, a qualquer momento V. Exª pode ter o acesso de um assessor para dar-lhe qualquer opinião a respeito aqui ou lá fora, não tem problema nenhum. Mas credenciar para cá esse número de pessoas, não dá.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu entendo, mas eu discordo. Seriam apenas dez partidos representados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como se dizia na Escola do Estado-Maior, quando não se tinha muita atenção com uma idéia, dizia-se: é uma idéia.

Senador José Paulo Bisol, por favor.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, é para formular um requerimento. Na questão patrimonial, vamos tentar isto - será muito difícil, pelo volume - fazer também um levantamento patrimonial das empreiteiras. E há, nos noticiários dos jornais, alguma relação, em termos de mera suspeição pelo menos, entre viagens de parlamentares e financiamentos de empreiteiras.

Eu gostaria de solicitar à Mesa, pela delicadeza do assunto, que fizéssemos, com as assinaturas do Presidente e do Relator, um requerimento ao Congresso no sentido de que façam um levantamento das viagens, custos, razões, etc, das pessoas cujo sigilo já foi transferido, na medida em que essas pessoas forem parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como poderíamos efetivar isso?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu posso até esboçar o requerimento. É um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não digo pelo requerimento. Como seria a efetivação operacional disso? Teríamos que pedir às Mesas?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Se houve custos do Congresso em relação a viagens. Porque eles viajam autorizados. Então, o Congresso pode fazer uma relação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Falhou-me aqui a inteligência no momento. V.Exª falava em viagens com aviões de empreiteiras?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não. Quero fazer o levantamento de todas as viagens num determinado período.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Nos últimos cinco anos, dos parlamentares cujo sigilo foi transferido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acredito que a Mesa tenha condições de fornecer isso. Eu nunca fiz viagem pela Câmara, também não pedi quem tinha feito. Apenas...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - As viagens em si não incriminam ninguém.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas pelo que sei, há dois tipos de viagens: uma em que efetivamente o parlamentar viaja com todas as despesas pagas pela entidade que fez o convite, "**Greenpeace**", por exemplo, e outros.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas é preciso separar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E existem outras em que os parlamentares vão a convite de entidades estrangeiras. são autorizados e, com isso, recebem diárias. E há ainda um terceiro tipo de viagem que não tem nada a ver com a Câmara. Se alguém viaja num avião da empreiteira para Miami, Washington ou Londres, a Câmara não tem o mínimo controle sobre isso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Exato. Então, pediremos ao Senado e à Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só as que causaram despesas e oficializadas.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Até para que possamos distinguir bem as que são...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª tem a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Talvez tenha me passado desapercebida a decisão da Mesa a respeito de uma proposta do Senador José Paulo Bisol sobre a inquirição a ser feita por representantes das subcomissões. Foi aceita pela Mesa essa preferência? O Senador José Paulo Bisol fez uma sugestão de que representantes das subcomissões tivessem preferência na hora da inquirição das testemunhas. Então, eu perguntaria se a Mesa decidiu favoravelmente, pois acho até correta a proposição do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator considerou logo que era boa a sugestão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Houve a decisão, então, precisaria estabelecer o...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou inteiramente de acordo. Acho que começa com o Relator, evidentemente, perguntando.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O Relator, depois o Senador Eduardo Suplicy...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque ele, naturalmente, deve saber o que mais interessa para o seu convencimento, em termos de provas, em determinada inquirição. E em seguida viriam os coordenadores ou representantes das comissões. Acho perfeito. Vai melhorar muito.

Mas ficou pendente também uma decisão, sobre quem vai depor na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato. Mas ainda em relação a esse ponto, acho que também poderíamos, dentro do critério e do arbítrio que a Mesa usasse, independentemente da inscrição, dar a preferência dentro da sugestão do Senador José Paulo Bisol para a comissão mais apropriada em relação ao depoente. Por exemplo, o que no trabalho das comissões apareceu mais interessante? Das quatro comissões, saberíamos pela Mesa que o mais interessante para ouvir seria relacionado a esta ou aquela ou ambas ou três comissões. Porque teremos algum problema com as inscrições. Essa preferência, eu gostaria que constasse em ata.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Por isso eu gostaria de saber se, sendo uma decisão da Mesa, fica estabelecido que quando forem feitas as inscrições, a partir da sexta inscrição, após o Relator, o Senador Eduardo Suplicy, que tem tido sempre essa preferência e os quatro. Então, a partir da sétima inscrição, é que é feita a inscrição normal.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente,...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, penso que esse critério tornou-se altamente prejudicial ao meu partido, porque já se estabeleceu primeiro um privilégio, que reconheço ser praxe, de o requerente da CPI ter a preferencia. Naturalmente, o relator também tem a preferência.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - (Inaudível)

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu reconheci que é praxe, nobre Senador. Reconheço que é praxe.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não é regimental, é praxe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é regimental, mas é praxe, e não quero contrariá-la. Segundo, há os dois membros da Mesa: o Relator e o Vice-Presidente. O Vice-Presidente tem aberto mão, mas pode querer exercer.

Agora, quanto a essa história de conceder preferência também aos coordenadores - o meu partido já se considera profundamente prejudicado pela forma como foi decidida a questão de ordem que levantamos -, já considero um exagero, porque desse modo não vamos mais precisar da CPI.

O único recurso que sobrou aos representantes de partidos que não estão nas coordenadorias é chegar cedo para se inscrever e falar a partir do quinto lugar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas quero lembrar V.Exª que a proposta do Senador José Paulo Bisol não é a de que seja o coordenador, mas um membro da comissão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas creio que vamos estar burocratizando demais a questão. Qual é a garantia?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu é que preferia que fosse o coordenador. Mas dentro da sugestão do Deputado Luiz Salomão, que me sensibiliza, também poderia haver uma alternativa para a sugestão do Senador José Paulo Bisol: que o coordenador apresentasse ao relator as suas perguntas preferenciais, ou seja, as que são mais adequadas ao depoente. Como o Relator tem condição de fazê-lo, assumiria, para evitar os protestos aqui no plenário.

O SR. JOÃO DE ALMEIDA - Sr. Presidente, uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado João de Almeida, que já foi muito prejudicado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

O SR. JOÃO DE ALMEIDA - É evidente que é uma questão que está em discussão. Agora, parece-me da maior importância que as subcomissões possam sistematizar ordenadamente as perguntas que são importantes em relação ao material coletado. Só assim vamos conseguir ter uma formação de provas mais conseqüente e produzir elementos que sirvam efetivamente à elaboração do relatório final.

É da maior importância que o grupo defina um quantitativo de perguntas essenciais, encadeadas e sistematizadas, para que o depoente seja sobre elas inquirido. Isso é da maior importância, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não quero ser grosseiro; durante a minha vida inteira, procurei não sê-lo. Ao longo do tempo, creio que, em todas as vezes em que me chamaram de polêmico, ficou provado que sempre reagi para depois começar a fazer qualquer tipo de agressão.

Tínhamos combinado que, nas reuniões internas, os não-membros não teriam interferência, porque são reuniões internas somente para os titulares e suplentes. Já tivemos um precedente com o Deputado José Genoíno, mas preferia que continuássemos pensando na necessidade de a reunião interna ser privada aos titulares e suplentes.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, considero procedente a proposta do Senador José Paulo Bisol, que foi enriquecida pela argumentação do Deputado João de Almeida.

O argumento que o Deputado Luiz Salomão apresentou não me sensibiliza. Nós pertencemos a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com um objetivo definido. Se formos considerar, como ele colocou, que o partido dele ficaria prejudicado com isso... Não se trata aqui de prejudicar ou favorecer partidos. Trata-se de buscar resultados pelo conjunto da Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos de nos centrar nisso.

Então, considero absolutamente adequada essa proposta do Senador José Paulo Bisol, que vai permitir, realmente, uma inquirição que possa produzir resultados mais positivos.

Só discordo da proposta que V.Exª fez de que os coordenadores levassem as perguntas ao Relator. Quem faz a pergunta tem evidentemente um objetivo com as perguntas subseqüentes, e isso poderia escapar, não obstante a argúcia, o talento, a inteligência do nobre Relator, ao objetivo das perguntas que fossem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª me permite um imediato aparte, ainda que a sua ponderação seja perfeita quanto ao raciocínio, diria que não haveria prejuízo, porque, uma vez perguntado pelo Relator e não ainda considerada satisfeita a resposta pelo membro da Comissão, ele tem o direito de inscrever-se e fazer a pergunta subseqüente, para evitarmos, Deputado Luiz Máximo, o que um pouco da nossa experiência como parlamentares pode nos garantir, que esses privilégios - são privilégios, a praxe vai se sedimentando na Casa e os privilégios, às vezes, são extremamente danosos e acabam sendo respeitados, porque já foram objeto de sucessivas concessões - provoquem, tenho certeza absoluta, não só da parte do Deputado Luiz Salomão, mas das pessoas que estão se inscrevendo na frente, o sentimento de que estão sendo prejudicadas.

Insistiria nesta proposição: a Comissão enriqueceria o Relator, que tem logo a preferência de iniciar e terminar a oitiva, e as próprias pessoas se inscreveriam, por segurança. Se, ao longo do tempo, não tiverem sentido respostas que desejariam obter pela sua interpelação, voltariam a inquirir, para darmos uma questão de eqüidade àqueles que se inscrevem.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dentro de uma CPI, a tomada de depoimentos acaba não obedecendo a um critério de seqüência lógica, os fatos são tratados nos mais diferentes pontos dos depoimentos que são fantasticamente longos, inclusive, dificultando muita sua avaliação.

O objetivo desta proposta seria uma seqüência lógica, o encadeamento das indagações. Por isso, divergi, com todo respeito, do Presidente sobre essa forma que se colocou.

O SR. ODACIR KLEIN - Eu estava solicitando ao Presidente que me desse a possibilidade de uma informação a respeito do assunto que conversamos anteriormente.

O Senador Garibaldi Alves Filho, que é coordenador na subcomissão específica sobre Orçamento, e o Senador Elcio Alvares, que é membro dela, estiveram comigo ouvindo novamente o funcionário do Ministério da Integração Regional. Ele informou que a operação teria sido feita da forma como o Sr. João Alves solicitou, porque, no Ministério, houve o entendimento de que aquela era a forma legal. Em decorrência disso, ele tem condições de explicar exatamente como aconteceu. Chegamos à conclusão, já que estávamos com o Relator da Comissão e mais um integrante da subcomissão específica para tratar deste assunto, que o ideal é a Comissão ouvi-lo imediatamente, para que ele preste todos os esclarecimentos a respeito dessa forma de funcionamento do Orçamento, e assim possamos rastrear outros elementos.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que o Senador Garibaldi Alves Filho, que é o coordenador dessa subcomissão, poderia opinar a respeito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, durante o nosso encontro com o funcionário que se diz disposto a prestar informações, chegamos a um consenso de que esses dados deveriam ser prestados primeiro à subcomissão de subvenções sociais. Trata-se de um caso típico a ser apreciado por essa subcomissão, para que sejam analisados procedimentos legais, como se operou o fato que ele está denunciando e que considera suspeito.

O Senador Elcio Álvares foi, inclusive o autor desta proposta de que a subcomissão deveria ouvi-lo primeiro e haver uma averiguação do fato. E, se diante da

averiguação, tomasse uma dimensão maior, ele poderia ser chamado até mesmo para prestar depoimento a esta Comissão.

O Senador Elcio Alvares poderia complementar.

O SR. ELCIO ALVARES - Eu gostaria de comunicar aos integrantes da Comissão e à Mesa, que é um caso típico de execução orçamentária, e ele teve a sinceridade de nos dizer que é legal, mas a prática foi imoral porque houve um conluio dos membros da Comissão com o Ministro do Interior da época, que era o Ministro João Alves. O fato remonta a 1989.

No momento em que ele declara que é legal e há amparo nas resoluções do Ministério, evidentemente o João Alves diria: "Não, mais uma vez eu pratiquei um ato legal". Como me parece, dentro do manejo dessas verbas que retornaram efetivamente à Comissão do Orçamento a locação é dos seus membros. Houve uma sugestão que acabou sendo aprovada, que passamos então à consideração da Mesa, de que ele fosse ouvido preliminarmente pela subcomissão que trata das subvenções sociais. É o caso típico que o José Carlos Alves dos Santos falou aqui, ou seja, o da verba global redistribuída entre os integrantes da Comissão. Então, para se dar a acústica do plenário com televisão e tudo isso, não me parece que o depoimento seria... Então faríamos com toda tranqüilidade, tomaríamos o depoimento, e vamos verificar a extensão da declaração dele e, se amanhã, entendermos que é uma peça chave, realmente, aí ele ganharia a audiência da Comissão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria de fazer uma indagação aos Senadores Elcio Alvares e Garibaldi Alves Filho e também ao Deputado Odacir Klein, se ele só se considera em condições de falar sobre subvenções sociais. Porque o Ministério do Interior e a área em que trabalhava, o Ministério do Desenvolvimento Urbano era responsável pelas dotações para saneamento e habitação.

O SR. ODACIR KLEIN - Ele não foi do MDU. Ele era funcionário do Interior.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E dizia que era do MDU.

O SR. ODACIR KLEIN - E a verba do MDU é que passou para o Ministério do Interior naquele ano.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só para subvenções?

O SR. ODACIR KLEIN - Houve até uma disputa entre quem coordenava a área de deficientes físicos, porque queria usar a verba para entidades indicadas pelo Ministério, e o Deputado João Alves entendeu que não era assim, e que por força de normativos caberia a ele fazer a indicação, o Ministro entendeu que estava correto e fazia a indicação em papel timbrado da Comissão.

Então, sobre o MDU, o funcionário não tem conhecimento. Ele era funcionário do Interior.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Mesa aceita a sugestão, e pede então que se processe isso desde logo.

Agora, ficamos inconclusos aqui em relação à quarta-feira. E de saída achamos que podíamos ouvir, mas depois da observação de que não caberia desde logo ouvir o Deputado Fiúza. Nós vamos ou não vamos ouvi-lo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em sessão aberta ou sessão fechada?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O quê?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que se vai ouvir esse funcionário?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A subcomissão vai ouvi-lo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas em sessão pública ou sessão fechada?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que seria mais prudente que ouvisse como se fosse diligência. Portanto, fechada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Já se decidiu que Ricardo Fiúza ou outro Parlamentar será quarta-feira, pelo que entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é o outro?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Aqueles quatro. Inclusive, Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir que já se marcasse para quarta, quinta e sexta. Se poderia ter um calendário para quarta, quinta e sexta e proporia, por conveniência...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, foi isso o que propus na primeira reunião. Mas foi de tal maneira rechaçada a minha proposta, que preferi não fazer mais proposta nenhuma. Inclusive concordei que o Deputado Ricardo Fiúza fique para outra data, mas vai dar um prejuízo grande na minha metodologia de trabalho. Porque vou ouvir Deputados sem saber por que João Alves foi designado; por que João Alves foi destituído.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não entendi por que se adiar por mais tempo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas já não ficou certo que deverá ficar para depois?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi proposto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Houve uma reversão aqui. Mas vou insistir que aprovamos por unanimidade a vinda do Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim. Mas deve ter sido aprovado antes e reiterado hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O que eu entendi é que ao invés de segunda ficou para quarta.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Podíamos escolher outro. Não quarta sempre foi. A minha proposta nunca foi segunda, e sim de se começar na quarta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Houve uma reversão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Houve uma proposta para não trazer primeiro o Deputado, mas não houve nenhuma deliberação de adiar a vinda dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator tem razão, segundo o meu ponto de vista e a minha memória.

Primeiro votamos aqui a vinda do Deputado Ricardo Fiúza; foi unânime, com uma declaração de voto do Senador Ney Maranhão. Depois de aprovado isso, nós íamos discutir se seria na segunda ou quarta; a idéia generalizada era a de que deveria ser na quarta-feira.

Quando chegou já votada a proposta para quarta-feira, começaram a levantar hipóteses. Lembro-me de que o Deputado Luiz Salomão falou, e outros falaram da possibilidade de ser um pouco prematuro ouvi-lo logo, porque haveria uma porção de outras coisas que poderiam ainda vir a aumentar o elenco de perguntas a serem feitas. Eu ainda insisti, dizendo que qualquer um depoente poderia ser reinquirido, então não deveríamos ficar aqui paralisados nisso. Agora, aí sim, a partir do momento em que tomássemos essa decisão, seria possível, como diz o Relator, porque ele precisa saber de coisas prévias, para depois ouvir os outros. Então, nós podíamos em seguida marcar logo a vinda do Deputado Cid de Carvalho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi a minha segunda opção.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, essa decisão de não ser quarta-feira não foi votada; foi ponderada, mas não votada. Eu gostaria que fosse confirmada. Avalio que se houver necessidade de inquiri-lo novamente, não há problemas, faremos mais tarde, mas creio que já está na hora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador Eduardo Suplicy, eu raciocino que esse depoimento do Deputado Ricardo Fiúza é da maior importância, porque ele foi da Comissão de Orçamento e foi Ministro. Ele vai nos esclarecer sobre muita coisa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Claro. E até quarta-feira nós temos tempo para nos preparar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só discordo de V. Exª ao dizer que não foi votada a quarta-feira. Não. O que o Plenário tem que votar é a convocação. O resto nós decidiremos aqui sem pedir votação de Plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas há uma proposição para segunda-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para os trabalhos de segunda-feira dissemos até que tínhamos alternativa a apresentar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, eu queria fazer essa proposta de alternativa. O Delegado, Dr. Magnaldo que está aí, pode confirmar e eu acredito que há a importância de convocarmos as pessoas que lidavam com os dólares - os doleiros. Há uma pessoa que se denomina Trajano Tristão, que é funcionário do gabinete do Deputado João Alves, que trocava os dólares. Ele manuseava os dólares. Isso me foi confirmado ontem pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos ouvindo e já trocando idéias.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Assim como há um outro que também administrava os recursos, que aqui foi dito pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, que se chama Luís Artur Arantes do Nascimento. Essas duas e mais outra pessoa, que também é doleiro, estão por serem ouvidas também na Polícia Federal, convocadas pelo Delegado Magnaldo. Imagino que não haveria prejuízo, por exemplo, de na segunda-feira nós ouvirmos essas pessoas, e perguntar como eles agiam. O Dr. Magnaldo pode inclusive dar alguns indícios de como eles agiam.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só tenho agora, a partir do que aconteceu conosco, uma preocupação que é nós chegarmos aqui para coisas, como aconteceram, ou seja; abrimos uma perspectiva e uma expectativa enorme, e depois dizer: "Ah não foi bem assim o que eu disse...". Penso que tudo isso tem que passar por uma prévia diligência, que foi o que aconteceu no passado na outra Comissão, para termos segurança de que as pessoas chegarão aqui. Esse foi o objetivo do Deputado Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então uma subcomissão poderia ouvir esses doleiros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso sim, isso também.

O SR. PEDRO PAVÃO - Esse cidadão não vai prestar um depoimento à Polícia Federal por esses dias?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso também.

O SR. ELCIO ALVARES - Eu até levantaria outro ponto: o doleiro assume a condição de doleiro?

O SR. PEDRO PAVÃO - Não pode. Sai daqui preso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ontem nós vimos uma coisa curiosa. Eu estou equivocado ou há agora, a partir da Receita, uma garantia de que a pessoa pode levar o dólar e trocar no Banco do Brasil?

O SR. ELCIO ALVARES - Já caiu a proibição?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Caiu. Agora pode ir lá.

O SR. ELCIO ALVARES - A detenção de dólares hoje é normal? Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se ele pode levar, desde que ponha no imposto de renda. Agora, negociar dólar é que acredito seja diferente.

O SR. ELCIO ALVARES - É moeda estrangeira; está negociando moeda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Precisamos, agora, votar outra vez. A proposta da Mesa é a seguinte: ouviremos, primeiro, o Deputado Ricardo Fiúza, que já foi aprovado. Depois, teremos quarta, quinta, sexta e sábado para os depoimentos seguintes. A Mesa propõe na seguinte ordem: o Deputado Cid Carvalho e o Deputado José Geraldo. Tomaríamos essa providência para termos um elenco de Deputados na cronologia do trabalho da Comissão. Quanto ao último, estamos com uma dificuldade de obter a declaração de bens.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer somente uma ponderação: penso que é bom dizer que ele também está na lista, porque ele já consta e, se sair, pode parecer que foi devido à bravata feita por ele hoje pelos jornais, e que estamos intimidados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu concordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, sobre a questão de proposta de horário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos, primeiramente, votar. Os ilustres Parlamentares que compõem a Comissão.

Os Srs. membros que aceitam a convocação subseqüente do Deputado Cid Carvalho queiram levantar o braço.

Houve unanimidade.

Os que aceitam que a segunda convocação seja a do Deputado José Geraldo queiram levantar o braço.

Unânime.

E, por último, o Deputado Manoel Moreira.

Unanimidade.

Em votação, agora, datas e horários que a Mesa distribuirá.

Quero, apenas, dar uma satisfação aos meus colegas e, em seguida, abrir a reunião.

Para a segunda-feira, não temos nada resolvido até aqui. O que era potencialmente indicado seria esse caso tratado pelo Deputado Odacir Klein.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho uma proposta, Sr. Presidente, a fazer. Estou surpreso com o volume e a velocidade de denúncias, mas, sobretudo, de dados, de subsídios que a imprensa está jogando diariamente nos jornais. No fim de semana, vem a dose dupla, que são as revistas. Penso que, na segunda-feira, deveríamos nos reunir, aqui, para fazer uma avaliação de tudo que está na revista, para saber o que deve ser considerado ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso foi proposto. Agora, não penso que possamos, na segunda-feira de manhã, reunimo-nos aqui e convocarmos alguém imediatamente. Esse é um problema. Pode ser que se consiga. Então, isso fica na dependência da apreciação que vamos fazer do que foi publicado durante o fim de semana. Estaremos aqui às 10 horas da manhã.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, na reunião de trabalho, ontem, da subcomissão, que é coordenada pelo Deputado Sigmaringa Seixas, a qual tenho a honra de integrar, foi discutida essa questão da profusão de informações - nem todas confirmáveis - que estão surgindo nos jornais. Ficou acertado que iria ser proposto a V. Exª - não sei se o Deputado Sigmaringa Seixas o fez em particular, mas ele faria se fosse possível estar aqui hoje - que a biblioteca do Senado pudesse fazer um **clipping** dessas denúncias que estão sendo publicadas pela imprensa, porque são pistas, são informações, e a biblioteca poderia sistematizar de toda a imprensa para distribuir às subcomissões ou a própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem nenhuma eiva de ironia, penso que podemos pedir isso ao Senador Eduardo Suplicy, que já o tem. Mas levo em consideração a observação de V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas há os jornais dos outros Estados. O Senador Eduardo Suplicy não lê todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de passarmos à reunião pública, para receber o Delegado Magnaldo, eu gostaria de dar uma satisfação aos meus ilustres Pares. Ontem, o Senador Mauro Benevides, fez-me saber que, às 14 horas e 30 minutos estaria na Tribuna do Senado, e gostaria, naturalmente, da minha presença. Cheguei quando S. Exª já havia iniciado o seu discurso. Como sabemos, as pessoas que estão sendo vítimas, desde logo, de notícias de jornais e de revistas, ou de rádio, ou de televisão, sentem-se muito ofendidas, na medida em que realmente não se consideraram, até então, incriminadas em nada. Eu tinha, portanto, que dar um aparte e

não apenas ficar silente. Se eu ficasse silente, a exploração seria a seguinte: o Presidente da CPI ouviu em silêncio, e esse silêncio é comprometedor.

Imaginei, então, o que poderia dizer, após conversar com os Senadores Pedro Teixeira e Ney Maranhão, também presentes. Tudo o que afirmei ao Senador Mauro Benevides foi que S. Exª poderia ter a segurança de que a Comissão inocentaria os inocentes e puniria os culpados; e que não tínhamos, todavia, a possibilidade de evitar que a imprensa pudesse, por antecipação, atassalhar, como S. Exª dizia, a honra alheia.

Acrescentei ainda que há pessoas que adoram ouvir o som da própria voz e há pessoas que adoram ser fontes de informações privilegiadas. E a Comissão não podia ser acusada dessa responsabilidade, porque S. Exª mostrava um fac-símile de um documento que teria sido entregue por alguém à imprensa desde logo.

O meu aparte se limitou exatamente a isso. Terei depois a oportunidade de passar à Comissão o texto do aparte retirado das notas taquigráficas.

Depois foi dado o aparte pelo Senador Pedro Teixeira e não sei se pelo Senador Ney Maranhão também.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria de perguntar a V. Exª se já foi deliberado a respeito da proposição do Senador José Paulo Bisol, no que concerne à ordem de inscrição para os inquiridores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Odacir Klein não está presente, mas creio que S. Exª respaldará a decisão da Mesa, que resolveu atender a ponderação feita pelo Deputado Luiz Salomão: de preferência o coordenador, ou quem fosse, entregaria ao Relator as perguntas que aquela subcomissão, mais adequada ao depoente, proporcionasse. O Relator, que não é obrigado a ler tudo que lhe é entregue, faz a triagem daquilo que considera ser importante para indagação.

Assim, sem prejuízo dessa providência, quem tiver interesse pode se inscrever. Se a pergunta que for feita, e pelo Relator aceita, já tiver satisfeito a resposta, ele, embora inscrito, abre mão da inscrição; mas, se não tiver, ele tem a oportunidade de inscrever-se.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Então, isso já ficou deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perfeitamente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou recebendo, neste instante, o texto da taquigrafia em relação ao meu aparte, para o qual peço a atenção de V. Exªs:

Vejamos se fui fiel:

"**O SR. JARBAS PASSARINHO** - Agradeço, preliminarmente, as palavras de V. Exª a meu respeito - porque ele elogiou, mostrou que o PMDB entregou a um homem probo, correto, etc, e que ele foi parte disso no momento em que discutiu, desde logo, com o Senador Humberto Lucena - e a confiança do Partido de V. Exª ao solicitar-me aceitar essa incumbência, que considero um dos maiores desafios da minha vida pública. Estou presente aqui para ouvir V. Exª, ouvir o amigo a quem conheço de longa data e que sabe, perfeitamente, o meu conceito pessoal a seu respeito. Também se encontra presente aqui o Senador Pedro Teixeira - eu ainda não tinha visto o Senador Ney Maranhão -, que é membro da Comissão Parlamentar de Inquérito. Sabe V. Exª, um homem que, além de muito inteligente, é um homem experiente, que qualquer aparte que pudéssemos lhe dar, no momento, que traduzisse, mais que um juízo de valor, até um juízo de fato seria suficiente para sermos impugnados, amanhã, como julgadores, inclusive se for o caso de uma pessoa como V. Exª, que tem inteira razão quando mostra esse vazamento para a imprensa. E o Senador Pedro Teixeira, que está presente, certamente confirmará os apelos que já fiz, Senador Mauro Benevides, aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, para se evitar, através dessa tendência de aparecer junto à imprensa, seja ela falada, escrita ou televisada, que se façam julgamentos precipitados. V. Exª mostra um vazamento. Tenho convicção de que esse vazamento não partiu da figura do nosso nobre Colega Senador José Paulo Bisol, nem do Deputado Sigmaringa Seixas, nem do Deputado Wilson Müller. S. Exªs assumiram perante mim, no sábado, até às 14h, praticamente um juramento de fidelidade de que essa matéria, uma vez analisada, ficaria em segredo. E foi guardada no cofre. Para enorme surpresa minha, aparece em **A Folha de S. Paulo**, de ontem, o texto reproduzido de uma fita de áudio com todo o diálogo entre o economista José Carlos e o nosso Colega Deputado João Alves. É praticamente impossível - V. Exª que tem tanta experiência parlamentar, que já presidiu com tanta dignidade esta Casa, foi Líder e volta a ser Líder -, entre nós, evitar que algumas pessoas adorem ouvir o som da própria voz e outras que adorem ser fontes privilegiadas de informação junto à imprensa. Posso assegurar a V. Exª, em consideração à homenagem que me faz e aos membros da Comissão, que não faremos julgamentos precipitados, que teremos a absoluta convicção de que quem não for julgado culpado, inocentado será pela própria Comissão, como, desgraçadamente, seremos obrigados, em nome da preservação do Congresso Nacional, a cortar na própria carne, a sofrer

no nosso íntimo, se tivermos de aplicar punições - ou sugerir, porque não temos capacidade de aplicar - àqueles que tenham comprometido a lisura com que deve proceder um deputado, um senador, um detentor de mandato parlamentar. Eu diria, nobre Senador Mauro Benevides, que, já no passado, quando eu era Maioria e V. Exª era Minoria, eu previa a chegada de V. Exª à Presidência desta Casa. E V. Exª sabe que, no Governo do Presidente Collor - e aqui temos um testemunho na figura do Senador Ney Maranhão -, a ida de V. Exª para a Presidência do Senado foi uma decisão que tomamos contra certa maioria junto ao Presidente Collor, o que levaria a uma posição extremamente difícil entre nós e o PMDB, se o PMDB se sentisse violentado no seu direito de Bancada majoritária. Isso prova exatamente o que até este momento os nossos conceitos a respeito de V. Exª eram e espero que continuem a ser, certamente. Confio na capacidade que V. Exª terá de se livrar desse tipo de acusação que, até agora, na Comissão, seja na Mesa, seja no Plenário, não lhe foram atribuídas. Sou obrigado a retirar-me agora do plenário porque vou a serviço desta Comissão; por isso, pedi a V. Exª que, interrompendo o seu discurso e a sua justa indignação, me concedesse esse aparte.

E vou mais longe, nenhum de nós pode evitar ser até explorado por nossos próprios partidos, a partir do momento em que vai um repórter a um programa de televisão muito ouvido e diz: "Não. Deputado fulano, o Presidente, o Vice-Presidente, etc são pessoas respeitáveis", os nossos partidos podem se aproveitar disso, não há dúvida. Inclusive, usam até expressões de partidos adversários - não somos inimigos, de modo algum. Isso é impossível evitar, especialmente quando se fez uma gravação anterior a fatos que ocorreram. Então, isso, infelizmente ocorre.

Creio que, agora, podemos passar para a reunião pública e fazer entrar, devidamente escoltado pelo Senador Eduardo Suplicy, o Delegado Magnaldo. Pode abrir.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, antes, eu gostaria de dar uma informação.

A fita que gravei, infelizmente, tecnicamente, está prejudicada, pois cometi uma falha: deixei o som do gravador baixo.

Sr. Presidente, creio que, a qualquer momento - a CPI saberá avaliar quando - é possível que tenhamos que ouvir novamente aqui, perante a CPI, o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Tenho essa convicção, diante dos novos fatos que vão se entremeando.

Já que vai abrir a porta, não vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Delegado, que foi ao banheiro, aguarda V. Exª ou pode entrar?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ele foi lavar as mãos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, pode trazê-lo.(Pausa)

Comunico à imprensa que haverá uma coletiva sobre o que foi decidido aqui. No momento, estamos recebendo a visita do Delegado Magnaldo José Nicolau, que vem trazer um documento, em conseqüência de depoimento que aqui foi dado. Ele está acompanhado também do Dr. Edmo Salvatore, que é Superintendente Regional, no Distrito Federal, da Polícia Federal. Por favor.

O SR. MAGNALDO JOSÉ NICOLAU DA COSTA - Conversamos ontem com o Senador Eduardo Suplicy, após tomarmos conhecimento do depoimento do Normando Leite Cavalcante, que é o sócio-proprietário da SEVAL. Surpreendeu-nos muito algumas afirmações feitas pelo Normando de que o teríamos autorizado a queimar documentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece que até foi mais: que V. Sª teria queimado os documentos. No depoimento parece que era isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não. Que teria autorizado.

O SR. MAGNALDO JOSÉ NICOLAU DA COSTA - Que eu teria autorizado a queimar.

Redigi um expediente ao Senador Jarbas Passarinho, que é o Presidente da Comissão, explicando o nosso trabalho à época. No dia 30 de outubro de 1991, foi feita uma busca com base em um mandado judicial. Levamos duas semanas nessa busca devido à quantidade de papéis, de documentos, de formulários assinados em branco. Não trabalhamos sozinhos. Em nenhum momento, estive só. Era uma equipe de cinco pessoas, inclusive um perito, um advogado e outras pessoas presentes. Foram analisados todos os documentos. Foram apreendidos papéis que totalizaram, de imediato, trinta volumes, incluindo - isso aí faço questão de frisar - o lixo da empresa, papel picado num saco de lixo. Não deixamos nada que tivesse alguma vinculação com os fatos.

Eu não autorizaria nunca uma queima, porque entendo como crime tanto queimar os documentos quanto autorizá-lo. Eu teria praticado um crime. Então, friso aqui que, se houve queima de papéis, foi à revelia nossa e por iniciativa do Normando. Devia existir realmente alguma coisa importante para ele queimar. Pode ter escapado da nossa vigilância, visto que a empresa é constituída de duas ou três salas. Foi até estipulado um prazo, pela Justiça, para concluirmos a busca e liberarmos a empresa, que continuou funcionando normalmente.

Fiz questão de dar essa explicação, que julgo importante, em função do nosso trabalho, inclusive foi estipulado um prazo pela Justiça para nós concluirmos a busca e liberarmos a empresa que continuou funcionando normalmente. Eu fiz questão de dar essa explicação, que julgo importante, em função do nosso trabalho e agradeço ao Senador por nos receber aqui. Muito obrigado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de liberar, só queria fazer duas indagações muito simples. A primeira é se esse material apreendido foi conduzido para o Polícia Federal ou se ficou lá em algum armário lacrado ou coisa equivalente?

O SR. MAGNALDO JOSÉ NICOLAU DA COSTA - O material foi conduzido para a Polícia Federal e, no final dos dias, durante as buscas, a sala era lacrada, nos voltávamos no dia seguinte e continuávamos a vistoria. Mas todo o material que nós achamos que tinha alguma vinculação com verba nós apreendemos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está à disposição, então.

O SR. MAGNALDO JOSÉ NICOLAU DA COSTA - É faz parte do inquérito que hoje é um inquérito aforado no Supremo Tribunal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E a segunda indagação é... essa pergunta em que ele afirmou que foram queimados os documentos, foi a proposta dos contratos que ele mantinha com as prefeituras, com seus clientes, e ele disse que V. Sª teria autorizado a queima. A pergunta que faço é se V. Sª tem noção se nessa documentação, apreendida pela Polícia Federal e por ela guardada, consta os contratos mantidos pela SEVAL com a sua clientela?

O SR. MAGNALDO JOSÉ NICOLAU DA COSTA - Constam os contratos e projetos assinados, procurações de prefeitos para Normando, estipulando, inclusive, percentuais, percentagens, comissões constam dos autos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, acho que esse material é importante nós termos acesso. Talvez pudéssemos combinar com a Polícia Federal o mesmo que se fez com a Polícia Civil deles emprestarem a documentação para um exame e posterior devolução para o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós estamos mandando autuar o documento, ainda não li, naturalmente, o Senador Eduardo Suplicy pode ter conhecido já antes, mas eu ainda não. Então, em seguida, nós tomaremos as decisões que forem oportunas.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É relacionado exatamente a isso, Sr. Presidente. V. Exª designou a mim e ao Deputado Nelson Trad para, na semana que passou, irmos buscar os documentos relativos a esse inquérito. Entretanto, na oportunidade, nós fizemos o seguinte. Foi possível providenciar a cópia de toda a parte relativa ao inquérito, mas não aos apensos. Há 30 volumes de apensos, cerca de 2.000 ou 3.000 páginas, que estão com o Dr. Magnaldo. Nós não trouxemos para cá. Então há que se ter uma decisão aí de bom senso, no sentido de se nós viéssemos a trazer para cá tais documentos, poderíamos, eventualmente, prejudicar o inquérito que está em andamento. Mas a CPI precisaria dos documentos, o Dr. Magnaldo precisa. Então, só gostaria de sugerir qual a solução de bom senso que depois a Mesa possa ter, porque nós não completamos a missão de trazer toda aquela papelada, e não havia, naquele dia, de uma hora para outra, tempo de tirar xerox dos 3.000 papéis que alí estão.

E a pergunta que faço é: precisará a CPI dos originais ou bastará a xerox. Deixo para a Mesa essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que todo documento confidencial passou a ser não mais a partir da existência da cópia xerox. Então, no momento, tudo o que o delegado tiver, que a CPI tem o direito de solicitar, solicita por cópia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então isso já foi solicitado. Então precisa só haver o tempo de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora talvez o delegado tenha que dizer... quantas mil folhas são, V. Exª disse?

O SR. MAGNALDO JOSÉ NICOLAU DA COSTA - Cerca de 30 volumes.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que mais de 2.000 páginas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação, que é a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço-lhe a conseqüência da pergunta que visava isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, quero fazer a seguinte ponderação. Para não trazermos tantos papéis para cá, poderia o Senador e o Deputado Nelson Trad, que já conhecem razoavelmente bem o inquérito, fazer uma seleção e nós trazermos aquilo que realmente possa nos interessar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É uma idéia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só uma pergunta, se está lá ou não a contabilidade nestas 2.000 páginas, porque é possível que isso que tenha sido queimado. Só essa pergunta, última. Não sei se ele sabe.

O SR.PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Prefiro que não façamos disto aqui uma oitiva completa.

O SR. MAGNALDO JOSÉ NICOLAU DA COSTA - Não, a contabilidade não está conosco.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Delegado. Se houver interesse da imprensa, a Mesa está em condições de dar a coletiva.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 12ª. Reunião, realizada em 1º de novembro de 1993.

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas e quarenta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Garibaldi Alves Filho, Elcio Alvares, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Luiz Alberto de Oliveira, Eduardo Suplicy, José Paulo Bisol, Magno Bacelar, Deputados Luiz Salomão, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Zaire Rezende, Vicente Fialho e Leomar Quintanilha. Presentes ainda, os Senhores Deputados Moroni Torgan, José Genoíno e Robson Tuma, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Após breve comunicado, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Deputado Luiz Salomão encaminha, à Mesa, Requerimentos no sentido de que sejam convocados os dirigentes das vinte principais empreiteiras do País e, outro, para que as mesmas empreiteiras forneçam à Comissão, o volume anual do seu faturamento nos últimos dez anos e a relação das principais obras executadas. Com a palavra o Senhor Deputado José Genoíno encaminha, à Mesa, Requerimento solicitando a convocação do Senhor Celso Marcos Vieira, Funcionário do Itamaraty A seguir, solicita à imprensa que se retire da sala. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputado Roberto Magalhães, Senadores José Paulo Bisol, Elcio Alvares, Luiz Alberto Oliveira, Garibaldi Alves Filho, Deputado Sigmaringa Seixas e Deputado Aloízio Mercadante. Com a palavra o Senhor Senador José Paulo Bisol Requer seja feita a transferência de sigilo bancário das empresas Agropecuária Jaçanã Ltda., da Jaçanã Agricultura e Mecanização Ltda. e da empresa Empreendimentos Agroindustriais Reunidos Ltda. Em votação a quebra de sigilo da empresa Agropecuária Jaçanã Ltda. Aprovado por 13 votos. Em votação a quebra de sigilo da empresa Jaçanã Agricultura e Mecanização Ltda. Aprovado por 13 votos. Em Votação a quebra de sigilo bancário de Noelma Neves, Leonel de Melo Rocha, Raimundo Nonato Coelho, Darribaldo Guilherme Raimundo, Francisco Araújo Costa Júnior, Walcides de Araújo Silva, Elite - Agência de Viagens e Turismo, Robson Esteves da Silva, Silaimine Nassim El Cobrosse, Borlabianca F. V. Brasilina e Maria Vidal Silva.

Aprovado por doze votos. Em votação a quebra de sigilo bancário de Ricardo Fiúza Filho, Roberto Chaves Fiúza, Elizabeth Chaves Fiúza de Araújo e Maria Teresa Fiúza de Araújo Pinto. Aprovado por 12 votos. Em votação à convocação do Senhor Deputados José Geraldo. Aprovado por 12 votos. Em votação a convocação do Senhor Deputado Manoel Moreira. Aprovado por 12 votos. Com a palavra o Senhor Senador Eduardo Suplicy, informa que tomara o depoimento da Senhora Marinalva Soares da Silva, em sua residência, amanhã às vinte e duas horas. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Aloízio Mercadante, Roberto Magalhães, Senador Elcio Alvares, Deputado Vicente Fialho, Senador Luiz Alberto Oliveira e Deputado Luiz Salomão. Com a palavra o Senhor Deputado Vicente Fialho, requer a imediata convocação do dirigente da SERVAZ. Em votação, por 9 votos "Não" e 4 "Sim", é denegada a imediata convocação, ficando o problema para um momento oportuno. Com a palavra o Senhor Deputado Vicente Fialho, encaminha à Mesa seu pedido de exclusão da Comissão. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Odacir Klein e Aloízio Mercadante. Com a palavra o Senhor Deputado Vicente Fialho solicita que a Comissão ouça o Presidente da SERVAZ e o ex-dirigente da SERVAZ para que façam uma constatação se, em algum momento a referida empresa ou seus dirigentes repassaram qualquer recursos para sua campanha, direta ou indiretamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 12ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, REUNIÃO INTERNA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos iniciar a nossa reunião.

Na parte inicial, ela pode ser aberta à imprensa, porque há duas ou três comunicações que são gerais, e, em seguida, nós ficaremos só numa reunião interna. Nós já temos **quorum**, até mais do que o **quorum** qualificado, para começar os nossos trabalhos. Eu estava pedindo que viessem à Comissão Plenária justamente os coordenadores das subcomissões, para que nós pudéssemos tomar conhecimento do que aconteceu, dos resultados obtidos: são o Senador José Paulo Bisol, o Deputado Sigmaringa Seixas e o Senador Garibaldi Alves.

Eu recebi um fax do ex-Ministro Antonio Cabrera, que passarei à Secretaria da Mesa, em que ele informa que desconhece a correspondência citada num jornal ou numa revista, sobre pedidos de João Alves para ele, e reforça que não houve nenhuma liberação de verbas para atendimento do citado pleito divulgado pela imprensa.

A outra matéria é um fax do Governador de Sergipe, Governador João Alves, em que ele se coloca inteiramente à disposição da Comissão, pede que ela vá a fundo nas suas investigações, sendo rigorosa na punição dos culpados, mas também fazendo justiça com os homens de bem que injustamente foram, por quaisquer circunstâncias, mencionados ao longo deste triste episódio da vida nacional. Depois de se pôr à nossa disposição, fica no aguardo das solicitações da Comissão. Eu estava com o fax, mas agora chegou o documento original do Governador João Alves. Vou mandar autuar, e fica a critério da Comissão o que pode ocorrer em conseqüência.

Há também uma solicitação feita pelo Deputado Vicente Fialho, em que ele pede que seja convocado para depor na CPI, como testemunha sob compromisso, o Sr. Onofre Américo Vaz, dirigente da SERVAZ. Passo isso ao Sr. Relator, a quem cabe fazer estas sugestões.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Já que V. Exª tocou nesta matéria, eu sou autor do requerimento, que está em poder da Mesa, no sentido de que sejam convocados os dirigentes das vinte principais empreiteiras do País. Agora, eu gostaria de anteceder essa convocação a um outro requerimento que estarei encaminhando à Mesa dentro de minutos, está sendo datilografado, para que essas empreiteiras forneçam, antecipadamente, dois tipos de informação: primeiro, o volume anual do seu faturamento nos últimos dez anos, discriminando a origem, se federal, estadual ou municipal, e também privada, e a relação das principais obras executadas ano a ano, para o mesmo período, com a sua respectiva localização e indicação de valores físicos executados.

A razão deste requerimento, Sr. Presidente, é o seguinte: vi o protesto do Deputado Vicente Fialho aqui, na sexta-feira passada, em relação a acusações que seriam publicadas na revista **Veja**. Mas me parece que é indispensável que nós tenhamos o **curriculum** dessas empresas relacionado com os diferentes períodos da Administração, não apenas ao nível federal, mas também ao nível dos Estados. Isso vai explicar muitas coisas, inclusive, no caso particular da SERVAZ, de que é titular o Sr. Onofre, vai explicar como essas empresas tiveram crescimentos absurdos sob a proteção, sob a guarda de diferentes administrações. No caso particular, inclusive num período de Governo que está sendo analisado hoje no **Jornal do Brasil** com muita propriedade.

De modo que creio que é fundamental nós obtermos antes essas informações, confessadas pelas empresas, e verificarmos que, realmente, no Governo Sarney, a empresa SERVAZ deu um salto brutal no seu desempenho, e é a partir daí que devemos investigar. De modo que quero associar a esse requerimento do Deputado Vicente Fialho um requerimento mais amplo, para que as vinte empresas estejam aqui, a CBPO, a Norberto Odebrecht, a OAS, etc., e que elas antecedam a sua vinda por esse conjunto de informações objetivas, que não são sigilosas, para que a Comissão possa ter uma visão concreta do que foi a evolução dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu darei o mesmo tipo de despacho que dei no caso do Deputado Vicente Fialho, e isso, naturalmente, irá ao Relator, a quem cabe fazer a apreciação preliminar sobre a conveniência da convocação nestes termos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Primeiro, para esclarecer ao Deputado Luiz Salomão e aos demais companheiros que esse requerimento não chegou às minhas mãos ainda. Tenho outro de V. Exª, o das empreiteiras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso será visto aqui, oportunamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tenho o recibo passado pela Secretaria e posso providenciar uma cópia para V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho o outro em mãos, que solicita, com amparo no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, ao Tribunal de Contas da União que realize uma auditoria nas entidades beneficiadas pelo Ministério do Planejamento.

Em relação a este, o meu despacho é de acordo, porém enviando primeiro à subcomissão, porque pode ser até que isso se faça através dela própria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito, Sr. Relator. Preocupa-me agora o fato de V. Exª não ter em mãos esse requerimento, e vou providenciar uma cópia, a relação das 20 empreiteiras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como ainda estamos em reunião aberta, a palavra está com o Deputado José Genoíno e depois passaremos a discutir as matérias internas para ouvir, especialmente, os coordenadores das subcomissões sobre o andamento dos trabalhos no fim de semana.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, eu oficiei um requerimento à Mesa e agora o faço publicamente, de convocação do funcionário do Itamaraty, Celso Marcos Vieira. Está nas matérias divulgadas pela imprensa que, quando o Sr. José Carlos Alves dos Santos era chefe do DOU, ele era Chefe de Gabinete do Ministro Marcílio Marques Moreira, e o Ministro o demitiu da chefia de gabinete. Envolve aquele problema que os jornais divulgaram sobre a relação do Ministro Marcílio, que demitiu Celso Marcos Vieira, com José Carlos Alves dos Santos. Como ele ocupa um cargo importante no Itamaraty, relacionado ao Departamento de Indústria e do Comércio, é importante, conforme documentos revelados pela imprensa, que ele fazia a relação com José Carlos Alves dos Santos, quando era chefe do DOU. Tenho, então, um requerimento convocando este cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª já o encaminhou?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Genoíno, o requerimento sobre o Sr. Celso Marcos Vieira está em minhas mãos. Veio para conhecer e decidir se propõe a convocação. O meu despacho é o seguinte: "Sugiro que o assunto seja submetido ao Plenário desta CPMI, em tempo oportuno." Por que em tempo oportuno? Porque me parece, Deputado, que agora devemos fazer a inquirição dos parlamentares e logo depois, então,- já está aqui despachado favoravelmente, embora com esta ressalva - a qualquer tempo V. Exª poderá, não renovar o pedido, mas solicitar que ele seja colocado em apreciação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bem, meus senhores, vamos agora encerrar a parte pública e passar à nossa reunião particular.

Como sempre, pedimos à imprensa que se poupe da nossa presença aqui, por algum tempo.

Sobre os celulares, fizemos um acordo que não devemos usá-los durante as reuniões internas.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim, mas agora é intervalo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, durante o intervalo é permitido, até que saia o pessoal.

A Mesa já tomou uma decisão. Já informamos ao Plenário que só vamos autuar e entregar às subcomissões aquilo que tiver adequação à nossa missão. Se vem uma pessoa e apresenta uma carta denunciando corrupção no Ministério tal ou qual, que não tem ligação com o problema do Orçamento, a minha decisão foi enviar essas cartas ao Presidente da República.

Outro vem, por exemplo, e lança uma acusação de que "no Judiciário a corrupção é do mesmo jeito, de tal modo que, desde os escrivães até os juízes, magistrados, etc." Também estamos enviando isso ao tribunal competente ou adequado.

Agora, há alguns que já decidi encaminhar. Por exemplo: há aqui um documento do Município de Quixabeira sobre "distribuição de recursos de forma irregular pelo Deputado João Alves junto aos municípios baianos. No intuito de colaborar com os atos de V. Exª e dignos pares, venho requerer sejam as apurações estendidas ao Município de Quixabeira, Bahia, oferecendo as seguintes informações...". Então, passo isso à Subcomissão de Emendas. Acho que, de qualquer maneira... assinado...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Emendas? Há duas subcomissões de emendas. Essa é para a de Subvenções.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim. Essa é para a de Subvenções. A triagem será feita pela Secretaria.

Aqui existe uma outra sobre a questão de emendas. "Pedi para fazerem essa carta" - o português aqui é péssimo, mas o interesse é ver se há algum tipo de indício - "no Orçamento da União e não fizeram em casas...". Aí já é outra coisa. O Orçamento previu, a liberação foi feita e as casas não foram construídas. "Quantia para a construção de 200 casas populares através do Deputado Jairo Azi e do Vereador José Amálio. Iniciaram a construção de 10 casas e não as terminaram. O povo foi quem aos poucos aproveitou o terreno e hoje tem umas trinta". Fiquei na dúvida com relação a esse documento, mas, de qualquer maneira, dei encaminhamento também à Subcomissão.

Uma outra também, do Sr. Lourival Correia, sugere a requisição ao Banco do Brasil dos cheques que foram pagos aos municípios e aos prefeitos que receberam subvenções. Essa também estaria na área das Subcomissões de Emendas e de Subvenções, bem como pode estar na área da Subcomissão de Bancos.

O nosso prezado Relator tem insistido conosco - e com razão - em obter um documento técnico a respeito do cálculo de probabilidade de premiação em loterias. O documento que foi entregue à Subcomissão de Bancos... Já ouvi o Deputado Mercadante fazendo uma declaração preliminar na televisão de que provava a existência

de "laranjas". Eu não sabia o que era isso, que linguagem era essa. Seriam pessoas utilizadas como tal; talvez no caso fosse a empregada do próprio Deputado João Alves, e de doleiros. Como aquilo foi entregue exatamente em mãos e ficou no cofre, naturalmente, a partir daí, poderíamos saber alguma coisa mais sobre isso. Mas ficou caracterizado, desde logo, desde a primeira informação preliminar da Caixa Econômica, antes da quebra do sigilo, que o que o Deputado jogava correspondia a muito mais do que aquilo que ele ganhava. Então, ficava mais ou menos caracterizado que ele jogava para poder legalizar o que ganhava. E precisava ter uma legalização de órgão oficial. Ele poderia, por exemplo, jogar no "Jogo do Bicho", mas, como não tem nenhuma legalização, é uma contravenção, não podia provar. Isso nós vamos ver quando chegar ao Deputado. Parece-me que, na área de bancos, só tem ele no momento.

O SR. - DEPUTADO - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Bisol é outra; é patrimônio. E eu pedi agora um contato com a Universidade de Brasília, porque, quando o Dr. Roberto Magalhães me fez a primeira sugestão, eu pensei no Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Rio de Janeiro, mas, talvez, até ir lá e voltar e as dificuldades inerentes a isso... E nós temos, certamente, um Departamento de Matemática na Universidade de Brasília. Assim, vou dar seqüência a essa sugestão do Dr. Roberto, porque S. Exª juntou aqui um exemplar da revista **Veja**, de abril de 1993, que fala:

> "São Paulo tem outro campeão, engenheiro e matemático, José Germano Bushin, dono de um recorde nacional, já ganhou 429 vezes na Loteria Esportiva, desde de 1974, quando foi a sua primeira aposta. Oswald de Souza, o matemático que organizou o "Papa-Tudo" para a Rede Globo, já ganhou 15 vezes na Esportiva. Não ficou rico e acredita que jogar é uma atividade sadia. Acha que tanto para um quanto para o outro a fórmula equivale a 70% de talento e apenas 30% de sorte."

Nos documentos da Caixa Econômica, que chegamos a folhear ligeiramente, a Caixa fez questão de separar os diversos tipos de loterias; e, para mostrar que apenas nessa Esportiva, como chamava antigamente, agora "Certo ou Errado", há uma probabilidade de acerto. De modo que vamos aguardar informação da UnB e, em seguida, tomaremos essa decisão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra para dizer o seguinte: desde o início dessa discussão, insisto em termos um parecer técnico, porque não podemos subestimar o Deputado João Alves. Naquela aparência dele, meio matuto, ele é, no fundo, uma águia.

Ontem, eu encontrei isso em casa. Não está dirigido a mim, mas ele é meu vizinho, talvez ele tenha deixado por lá. Não tem destinatário. Ele junta exatamente essa publicação da **Veja**. Ora, então penso que temos que ter logo uma prova definitiva e que não dê lugar a esse tipo de contestação. Eu, pessoalmente, estou convencido de que ninguém ganha 56 vezes, não possa sortear para não ganhar dinheiro. Pode para lavar dinheiro, mas a minha opinião é a minha opinião. Temos que ter um documento, acho que de uma universidade conceituada, um instituto, para liquidar esse assunto.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Com respeito ao assunto, vou ser o mais breve possível, vou fazer um requerimento a V. Exª. Na CPI do PC Farias, investiguei problemas de loteria para estabelecer uma possível - na época se cogitava - vinculação entre o PC Farias e o Hamilton da **TV Jovem Pan**; então, eu colhi muitos dados sobre loteria que estão todos nos autos da CPI do PC Farias. Como surgiu na imprensa uma insinuação de que eu não tomei nenhuma providência, eu gostaria de usar uma prerrogativa: requereria a V. Exª que fosse solicitada à Caixa Econômica Federal a relação dos prêmios que, eventualmente, eu tenha ganho a qualquer tempo da minha vida na loteria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, não escapo daquilo que V. Exª chamou gotas de humor, provavelmente vamos provar que V. Exª tem muito pouca sorte no jogo, em conseqüência, pode ter muita sorte no amor.

O SR. ELCIO ÁLVARES - Sr. Presidente, pela ordem. Dentro da linha de raciocínio que V. Exª me permitir. Tenho visto a preocupação do Relator Roberto Magalhães. Alguma experiência, que já tenho haurido através de outras CPIs, leva-me a uma colocação que eu gostaria de fazer agora à Comissão e que está, evidentemente, sujeita ao crivo de uma análise do que vou dizer.

Nós todos examinamos, nesta CPI, basicamente, que é da nossa atribuição, a questão da falta do decoro parlamentar, que, a exemplo do que aconteceu no julgamento do Presidente Fernando Collor na parte política, está muito dentro da subjetividade do nosso conceito. Obviamente, nós da Comissão não podemos externar de público porque também estamos alçados à função de juiz, porque temos poder judicante, mas vamos formando uma convicção. Acredito que todos os membros desta Comissão, de uma forma ou de outra, já tenham um painel a respeito da responsabilidade de **a**, **b** ou **c**.

Evidentemente, a parte probante propriamente dita - e esta Comissão não pode ter a veleidade de pensar que vamos fazer uma prova exuberante, clara e insofismável; vamos descobrir indícios, vamos descobrir circunstâncias, e aí a CPI tem uma conexão direta e estreita com a Procuradoria-Geral da República. Estou chamando a atenção porque, na verdade, está se abrindo um leque muito grande e a produção de

prova é uma coisa muito difícil. As circunstâncias são evidentes, os indícios surgem e vamos formando a nossa convicção.

Portanto, gostaria de fazer essa colocação a respeito, por exemplo, da perícia: é lógico, se o perito me disser o contrário, duvido do perito, porque, na verdade, o Sr. João Alves, é mais do que evidente - estamos falando aqui na intimidade da Comissão -, usou desses artifícios. Então, penso que, com a colheita da prova testemunhal, que é falível, relativamente falível, e mais essas circunstâncias, o trabalho que as subcomissões vêm desenvolvendo - e já conhecemos a tradição de pesquisa desse grupo que está funcionando agora - vai nos dar esse painel.

Até objetivando a celeridade desta Comissão, que é fundamental, temos o mesmo problema, tudo se repete. Nós o vivemos com o Presidente Fernando Collor. Tinha que se dar o desfecho, mas não podia ser um desfecho contra o processo penal. E aconteceu realmente. Então, a celeridade não vai nos permitir muito que possamos ter a pretensão - seria até certo ponto vã - de realizar uma prova por completo. Mas temos que acelerar. À medida que formos vendo o caso...

No momento estamos concentrados. Vejam o seguinte: já temos algum tempo de Comissão, com base na pessoa de João Alves e rumores a respeito do deputado "fulano", mas já estamos formando uma idéia. Se agilizássemos essa parte testemunhal, como é idéia da Mesa, nós avançaríamos. E, paralelamente, no momento em que esta Comissão fechasse, tenho a impressão de que, para o principal objetivo da Comissão, que é o exame da falta de decoro, o que o gesto desses parlamentares atingiu a honorabilidade do Congresso, poderíamos formar um juízo e facilitaria sobremodo.

É uma ponderação que eu gostaria de fazer depois de um fim de semana de reflexão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Senador, gostaria de falar.

O SR. ELCIO ALVARES - Com todo o respeito e colocando-me à disposição. Porque eu também quero formar uma convicção íntima para formar o meu raciocínio. Porque vejam o seguinte: hoje li a reportagem da revista **Veja**. A imprensa tem muito mais velocidade do que nós. Criamos um monstro chamado opinião pública, que todo dia tem que ser alimentado. A alimentação desse monstro chamado opinião pública tem que ser feita evidentemente na proporção até da concorrência dos próprios jornais.

Para nós, que estamos lidando diretamente com os jornalistas, é uma angústia: qual é o furo de hoje? Isso aí realmente nos leva à conclusão...

Estou fazendo essa consideração porque presumo que vamos ter de prorrogar esta Comissão em virtude dos fatos. O nosso Presidente tem conseguido, até com muita sabedoria, colocar o espaço de tempo dentro dos quarenta e cinco dias, mas, com o volume de provas, com tudo isso que está aí, seria até impossível se querer uma decisão.

Faço essa observação apenas para efeito de reflexão. Gostaria até de ter, mais tarde, algumas convicções, porque estou com este propósito: se tiver que acompanhar o Relator, em relação à falta de decoro, já vou formando subjetivamente a minha idéia - pode ser até que eu cometa alguma injustiça, mas vou raciocinar em função da minha convicção íntima. Quer dizer, a prova documental vai nos ajudar, mas é mais uma visão que tenho do dano e do estrago que foi feito ao prestígio do Congresso Nacional.

Essa é a minha posição, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, em tese, estou inteiramente de acordo com V. Exª. Não somos um juízo de instrução criminal, não vamos aqui condenar ninguém por crime - quando muito, tendo notícia de atitudes criminosas, comunicar ao Ministério Público, etc.

Entendo que, como o João Alves foi alçado à condição de mentor de todo o esquema de corrupção pela palavra do denunciante principal, o Dr. José Carlos, o que pudermos reunir de provas contra ele, para que não haja dúvidas neste País de que ele faltou com o decoro, melhor para nós. Na CPI PC/Collor, o povo queria a queda de Collor, não estavam nem preocupados em saber o que estava no processo. Agora, é um pouco diferente, porque agora estamos investigando dezenas de pessoas. Portanto, haverá muita discussão. A nossa decisão será pública, acompanhada por milhões de brasileiros, através da televisão, e todos vão discutir, em relação a **a, b e c**.

Por isso, temos que procurar invulnerabilidade pelo menos em algumas figuras. Acho que o João Alves é fundamental, por ter sido o mentor do esquema, segundo denúncias do Sr. José Carlos. Se, por exemplo, amanhã, ele puder tornar uma possível imputação de falta de decoro como duvidosa, coloca em xeque todo o nosso trabalho. Por isso, estou tendo essa preocupação.

Mas a tese de V. Exª é absolutamente correta. Quando insisti para que colocássemos em pauta os nomes desses quatro deputados, é porque considero que esses depoimentos valem pouco como prova; valem muito como subsídio ao avanço dos nossos trabalhos.

Penso que, a esta altura, a alma desta Comissão está no trabalho e no desempenho de suas subcomissões, principalmente, no meu juízo, a Patrimonial e a de Bancos. No momento em que a Comissão de Patrimônio e Fisco provar, por a mais b, através de programas de computador e números, que um deputado enriqueceu ilicitamente, essa imputação é praticamente indiscutível. Ele vai discutir no Judiciário, porque com a imprensa fica difícil discutir, não vai nem encontrar tribuna.

V. Exª tocou num ponto muito importante que eu pretendia levantar ao final do expediente. Peço ao Presidente que aborde a questão no final. Nós devíamos a essa altura montar um calendário de depoimentos, sem prejuízo das subcomissões, para fazer uma estimativa da duração desse trabalho e darmos, digamos assim, possível agilidade aos trabalhos. A grosso modo, o número de inquirições é muito grande em relação ao tempo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Permite V. Exª um aparte?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - As subcomissões poderiam ser até dispensadas, pelo menos da maior parte das inquirições, porque é difícil trabalhar na comissão global e na subcomissão ao mesmo tempo. Então, viríamos aqui, entregaríamos as perguntas, ou um de nós faria as perguntas relacionadas com o nosso assunto e ficaríamos liberados para as outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Podemos decidir isso ao final.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É só pelo problema de um **quorum** necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero começar tirando o que chamamos de resultado objetivo desde logo. Esses resultados objetivos têm que vir, evidentemente, a partir de denúncias que recebemos. Começamos uma CPI por uma denúncia de uma revista, uma entrevista dada na prisão por uma pessoa que conhecia profundamente onde a fraude se exercia. Então, essa será uma fonte.

O que considero importante - é cansativo ser repetitivo nisso - é que não saiamos do nosso objetivo, da nossa missão, do escopo da Comissão. Temos que apurar os fatos que têm correlação com o Orçamento e, através do Orçamento, a conseqüência. Caso contrário, vamos nos perder até fazendo o jogo de quem não deseja que a Comissão apure. Se cada sugestão apresentada levar a uma investigação, nesse leque amplo que está aí, saindo da nossa missão, não completaríamos os trabalhos.

Ainda agora foi ouvido pela imprensa, na presença do Relator, que o Senador Pedro Simon sugere que seja constituída depois uma comissão só para empreiteiras. O Dr. Roberto chamou a atenção de que já existe uma, especificamente, entre nós. Então, discutir depois se a empreiteira, como diz o Deputado Luiz Salomão, cresceu muito no Governo do Presidente Sarney, isso vamos verificar. Concordo que verifiquemos dentro desta Comissão aquilo que corresponde a vinculações orçamentárias. Por exemplo, vieram me perguntar: mas o Senador Sarney teve a casa no Pericumã - esse foi um assunto abordado pela revista **Veja** - de benefícios promovidos lá, construção disso ou daquilo... Estava no Orçamento? Se não estava, não posso me basear nisso para começar a investigar o Senador Sarney. É o meu ponto de vista.

O que eu salientaria a partir do início de nossa discussão é que eu, objetivamente, gostaria de ouvir, a começar pelo Senador Garibaldi Alves Filho, o que essas quarenta e oito horas podem ter nos proporcionado, aí sim, para chegar ao elenco que quer o Relator. Depois, a Comissão das Emendas, com o Deputado Sigmaringa Seixas; a Comissão de Patrimônio, com o Senador José Paulo Bisol; e, quando o Deputado Aloízio Mercadante chegar, também com a área dos bancos. Baseado nisso e na confirmação de que o Deputado Ricardo Fiúza virá depor, quarta-feira, às 9 horas, no plenário Senado Federal. Usaremos o plenário do Senado Federal. Consegui do Senador Humberto Lucena que nos permitisse ficar lá até às 16 horas. Começando às 9 horas até às 16 horas, teremos sete horas de depoimento. Se for necessário mais do que isso, transferiremos para cá, porque o Senado Federal não pode ficar sem a sessão que pretende fazer na quarta-feira.

A partir, portanto, do que as subcomissões e os depoentes irão nos dizer é que poderei pensar em fazer, desde logo, um elenco, ou um chamado calendário, visando obter novos depoimentos que não fiquem centrados apenas em João Alves. É evidente que tendo sido ele, por dezenas de anos, o dono praticamente daquela área, está centrado, fundamentalmente, nele.

Por que razão chamarmos desde logo Ricardo Fiúza? Várias vezes e exaustivamente dissemos isso: não que estejamos desde logo partindo da idéia que ele está enredado num tipo de fraudes realizadas, mas porque ele substituiu João Alves nessa missão e teria que nos dizer porque o seu partido, na ocasião, resolveu tirar o relator e fazê-lo substituto. E, como Ministro, as referências que foram feitas a ele.

Hoje, decidiremos se faríamos a convocação, também imediata, dos Deputados José Geraldo e Manoel Moreira. Com isso, teremos como avançar bastante. Tenho a impressão, pelo que tenho visto em CPIs funcionando aqui - hoje é o nosso 12º dia - que já avançamos bastante. Especialmente, no campo do que irá nos caber. Muita gente está enganada pensando que somos um tribunal que manda colocar na cadeia "fulano" ou "beltrano". Iremos proporcionar, por exemplo, a questão de pudor, de decoro. Vai ser relativamente fácil. A partir daí, o resto será o que a CPI pode enviar aos órgãos da Procuradoria da República.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, uma sugestão antes de V. Exª passar a palavra para os coordenadores. A Presidência designou uma comissão composta pelo Senador José Paulo Bisol e Deputados Sigmaringa Seixas e Wilson Müller para ouvir o Sr. José Carlos a respeito dos depoimentos. Recebemos a informação de que, posteriormente, a Comissão teria um relatório desse depoimento que deve estar sendo elaborado pelo Senador José Paulo Bisol. Isso é fundamental, porque a todo o dia os outros membros da Comissão estão sendo surpreendidos com notícias de jornal a respeito de novas declarações do Sr. José Carlos.

Seria importante para os outros membros da Comissão que tivéssemos uma análise dos documentos que o Sr. José Carlos já transmitiu aos membros em diligência externa. Até porque é possível que, ao longo desses quarenta e cinco dias, o Sr. José Carlos comece a soltar, a toda a semana, uma nova declaração a respeito do Congresso Nacional, de empreiteiras...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O pensamento da Mesa, nobre Senador, é que não embarcaremos nesse tipo de canoa. Só vamos tomar conhecimento das coisas que tenham caráter oficial, ou, no mínimo, oficioso. Por exemplo, se ele fala para alguém particularmente - digamos, o nobre Senador Eduardo Suplicy perguntou-me se poderia conversar com o presidiário - ele não está incomunicável; qualquer um pode falar com ele. Mas, se a partir dali é publicado no jornal que ele disse isso, aquilo, aquilo outro, para mim, pelo menos, para nós da Mesa - até aqui não houve discrepância - isso tem validade a partir do momento em que façamos a reinquirição ou tomemos qualquer diligência coletiva. De coletiva, pelos menos, três.

Por exemplo, a diligência que determinamos ser feita em São Paulo. Vai haver algum aborrecimento porque designamos três Parlamentares paulistas para ouvirem a Srª Marinalva. Ontem, li no jornal que só foi ouvida a Srª Marinalva na casa do Senador Eduardo Suplicy, na presença dos Deputados José Dirceu e Liberato Caboclo, porque os outros não puderam ir a São Paulo. Ora, eles estão em São Paulo! Só se não puderem ir a São Paulo, capital de São Paulo. Vamos ter problema, se isso vier com um só dos que praticaram diligência.

A outra diligência foi essa. O Senador José Paulo Bisol nos fez um relatório preliminar, e agora aparece esse segundo relatório. V. Exª tem razão porque começaram a colocar nomes de pessoas que sugeriam isso, o que causou, desde logo, um aborrecimento muito grande ao Deputado Amaral Netto, que telefonou para mim e para vários de nós, aborrecidíssimo. Eu não sabia ainda de onde havia partido aquela informação de que o nome dele aparecia. Pensei até que fosse um problema relacionado com a Polícia Federal, que está paralelamente fazendo inquérito e divulgando os dados. Sugiro à Mesa que nós solicite à Polícia Federal que, a qualquer momento que estiver fazendo esse tipo de declaração, que nos comunique. Isso, sim, pode ser importante para nós.

Eu gostaria de ouvir o Senador Garibaldi Alves Filho, no primeiro relato das 48 horas da sua Comissão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. vice-Presidente, tivemos dois tipos de dificuldade e acredito que são plenamente compreensíveis. Primeiro, alguma dificuldade de natureza operacional para implantar a subcomissão numa sala própria, de modo que tivesse condições de funcionar. Mas essa dificuldade já está sendo superada. Vamos funcionar na sala da Comissão de Assuntos Sociais. Naturalmente, isso vai exigir um entendimento com o Presidente da Comissão, Senador Beni Veras, para que possa colocar sua sala à disposição da comissão.

Parece um detalhe irrelevante, Sr. Presidente, mas eu gostaria de ter o apoio da Presidência nesse sentido. Na verdade, o funcionamento da nossa CPI pode levar a um problema de atropelo com relação às outras comissões.

A outra dificuldade também é compreensível porque, com o feriado, alguns Parlamentares tiveram que se ausentar. Mas ficamos aqui com uma espécie de plantão de alguns Parlamentares.

Passemos, agora, objetivamente ao que foi feito. Estamos levantando dados da execução orçamentária de 1989 a 1993, contando para isso com a assessoria de funcionários do próprio Senado e do Tribunal de Contas da União e com o apoio do PRODASEN. Verificamos que está havendo uma certa confusão de ordem técnica. Diante das denúncias que foram feitas, resolvemos dar prioridade aos anos eleitorais, diante do volume de denúncias chegadas à subcomissão, principalmente uma denúncia que partiu do próprio Ministro do Bem-Estar Social, Deputado Jutahy Magalhães Júnior. Então, resolvemos nos dedicar mais à execução orçamentária de 1990 e 1992. Verificamos que o número de subvenções é pequeno com relação às chamadas contribuições sociais. E eu perguntei, então, à assessoria técnica o que levaria a isso e foi explicado que contribuições sociais são despesas de capital, enquanto subvenções são despesas de custeio.

Com relação ao ano de 1992, o volume de emendas aprovadas que terminaram qualificadas tecnicamente como contribuições sociais é incomensuravelmente maior do que propriamente ao de subvenções. É um detalhe técnico que talvez no curso das nossas investigações possa ter importância.

Por outro lado, temos também os chamados auxílios. Proponho que possamos depois ter um entendimento com a própria Comissão de Emendas, porque são duas Comissões que se debruçam sobre emendas, para que possamos fazer exatamente a separação do que são subvenções, contribuições e auxílios. O Deputado Sigmaringa Seixas, inclusive, está nos remetendo um dossiê com relação aos chamados auxílios, que também envolvem despesa de capital.

Sr. Presidente, com relação à denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é a dúvida que tenho, se V. Exª me permite. As subcomissões estão recebendo denúncias diretamente ou vão através da Mesa?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Não. As denúncias a que me refiro são, primeiramente, aquelas feitas por um funcionário do Ministério do Interior, que V.

Exª determinou que fosse ouvido pela subcomissão; segundo, a denúncia do Ministro Jutahy Magalhães Júnior, que se tornou pública, sobre manipulação de dotações referente ao ano de 1990 e 1992, com relação ao Deputado João Alves. Foi amplamente publicado pela imprensa. É de responsabilidade do próprio Ministro. Na verdade, quando falei diretamente sobre denúncia, só me referi a essas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para não perder o controle da Mesa sobre essas denúncias, controlaríamos isso, enviaríamos uma resposta a cada uma dessas pessoas, e, no caso do encaminhamento, as subcomissões recebem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, encaminhamos uma diligência da nossa Subcomissão junto ao Sr. José Carlos. Tendo em vista o levantamento dessa execução orçamentária, por proposta do Senador Gilberto Miranda, deveríamos enviar um grupo de parlamentares da nossa Subcomissão ao encontro do Sr. José Carlos para que ele pudesse nos dar algumas informações com relação aos dados que foram colhidos. Então, foi designado um grupo, composto pelo Deputado Vivaldo Barbosa, pelo próprio Senador Gilberto Miranda e pelo Deputado Leomar Quintanilha, que estiveram na quinta-feira com o Sr. José Carlos apenas para entregar esse dossiê para que, posteriormente procurado pela Comissão, proporcionasse essas informações. Foi outra diligência encaminhada pela Subcomissão.

A outra, Sr. Presidente, é com relação àquele outro episódio que, inclusive, levou o Presidente a designar o Deputado Odacir Klein, o Senador Elcio Alvares e a mim para que fôssemos ouvir o Sr. Luciano Herzog, funcionário do Ministério do Interior que fez uma denúncia com relação ao ano de 1989, como já é do conhecimento da Mesa. Então, ouvimos o Sr. Luciano Herzog, que já havia sido ouvido aqui informalmente pelo Deputado Odacir klein, que reiterou a denúncia que, entretanto, precisa ser aprofundada. Os outros funcionários que ele mencionou precisam ser ouvidos. Não tomamos essa providência em virtude das dificuldades, inclusive do feriado, mas realmente teremos de ouvir esses outros funcionários. A partir de quarta-feira, iremos ouvir os outros funcionários, até porque esta denúncia envolve o nome do Governador de Sergipe e ele era o Ministro do Interior na época. E não sei até se foi um dos motivos dessa correspondência enviada à Presidência da Comissão.

Estamos aguardando, por parte da assessoria técnica, alguns resultados dessas informações sobre a execução orçamentária. Inclusive nos preocupamos em ajudar o Sr. Relator com o exercício de 1992, tendo em vista que o Ministro Ricardo Fiúza ocupava o cargo na época e será ouvido na próxima quarta-feira. Esperamos que durante todo o dia de hoje, e até mesmo amanhã, possamos obter dados sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Deputado Sigmaringa Seixas, V. Exª pode fazer o relato da sua subcomissão?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, assim como a subcomissão do Senador Garibaldi, também enfrentamos, nestes primeiros dias, algumas dificuldades operacionais. Trabalhamos até sábado à noite. O trabalho na nossa subcomissão é, de certa forma, até maçante, porque estamos fazendo levantamento de todas as emendas. Estamos voltados, evidentemente, para as emendas que envolvem os Parlamentares citados - se não me engano, são 27 -, mas, nesta fase inicial, especificamente aqueles que já têm data para depor, para que possamos municiar o Plenário com informações.

Vamos examinar as emendas apresentadas de 1989 até 1993, mas estamos tomando como ponto de partida o ano de 1992, porque foi quando houve aquela transição, além de ser também um ano eleitoral. O Deputado João Alves era o Relator e foi substituído, posteriormente, pelo Deputado Fiúza.

Tivemos algumas dificuldades, Sr. Presidente, em primeiro lugar com o próprio PRODASEN. Eu até aproveitaria a oportunidade para fazer um requerimento a V. Exª. O PRODASEN, que tem dado um apoio muito bom, eficiente e indispensável mesmo, está muito sobrecarregado. Há informações de que os seus funcionários estão extremamente sobrecarregados. Os técnicos já vinham trabalhando exaustivamente no Orçamento, e agora começa esta CPI. E a informação que temos é que há pedidos de praticamente todos os Parlamentares da Casa, que querem saber de suas emendas. Então há uma sobrecarga muito grande.

Acho que deveríamos estabelecer prioridades, porque isso está criando dificuldades para o funcionamento mais sério das subcomissões. Até sugeriria a V. Exª que, neste momento, a prioridade não fosse nem da CPI, mas das subcomissões, que é onde está o maior volume de trabalho.

Também tivemos dificuldades porque não conseguimos ter acesso ao SIAFI ainda, o que vai acontecer apenas hoje. Fizemos uma listagem dos principais órgãos públicos que queremos investigar para saber até onde os recursos chegaram, se chegaram efetivamente, e, dali, se chegaram às empresas. Mas não conseguimos ter acesso ao SIAFI. Isso vai ser feito, se não me engano, hoje. Foi algo que também dificultou um pouco os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso aconteceu porque o circuito do SIAFI estava fora?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - É, porque estava fora, e fizemos também um requerimento, que V. Exª deve ter assinado, dirigido a alguns órgãos públicos. Havia dificuldades de ordem burocrática e também não conseguimos ter acesso aos computadores devido à senha. Por isso foi um pouco dificultado o trabalho, mas estamos contando com um corpo de assessores: um assessor do Senado, um assessor da Câmara, além daqueles ligados aos Parlamentares que integram a subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Nobel Moura. V. Exª está gravando esta reunião?

O SR. NOBEL MOURA - Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra no momento oportuno. Estou ouvindo uma fita que vou entregar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é possível.

O SR. NOBEL MOURA - A fita?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esta é uma reunião interna. É um trabalho apenas da nossa Comissão. V. Exª não poderia gravar.

O SR. NOBEL MOURA - Não estou gravando, Sr. Presidente. Se V. Exª permitir, tenho aqui, em mãos, talvez um dos poucos documentos que a CPI tem concretamente, que é uma fita em que o Deputado Osvaldo Reis está sendo acusado. Quero entregá-la a V. Exª no momento que em que achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, é a primeira vez que vejo V. Exª aqui, e temos o princípio de que, nestas reuniões internas, a voz e o voto são específicos e exclusivos dos membros da Comissão. Depois que terminar, V. Exª poderá falar comigo.

O SR. NOBEL MOURA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Então, Sr. Presidente, investigaremos apenas aqueles 27 nomes, a não ser que, no curso das investigações, surjam outros, como parece que já teria surgido um. Nesse caso, se fosse absolutamente indispensável ao bom resultado das investigações, passaríamos a investigar esse nome.

Em princípio, já deu para observar que há realmente um volume de recursos, representado pelas emendas dessas pessoas, aprovado; são emendas já aprovadas num montante muito maior do que a média dos demais Parlamentares, o que pode significar, pelo menos, o uso da Comissão de Orçamento em favor desses Parlamentares.

Apressaremos nossos trabalhos para ver se até quarta-feira conseguimos fornecer elementos que facilitem a atuação do Plenário da CPI durante a tomada de depoimento do Deputado Ricardo Fiúza.

Gostaria, também, de indagar a V. Exª sobre os limites da autonomia das subcomissões. Por exemplo, a própria revista Veja faz referência a um diretor, a um ex-funcionário de uma empreiteira que teria relacionado alguns Parlamentares que teriam percebido recursos para as suas campanha. Concordo com V. Exª que não é o caso do Senador José Sarney, até porque não era Parlamentar à época. Mas quando essas denúncias vincularem nomes de Parlamentares que estão sendo objeto de investigação, aí poderá estar o elo de que precisamos para mostrar que houve uma contraprestação. Indago, então, de V. Exª, se nessas oportunidades a subcomissão teria autonomia para convocar e ouvir essas pessoas, ou elas teriam que ser, necessariamente, ouvidas pelo Plenário. Há aqueles que, evidentemente, não podem deixar de ser ouvidos pelo Plenário, como é o caso dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero consultar a Mesa sobre a minha decisão.

Primeiro, quero dar uma informação preliminar. Já tínhamos dado instruções ao PRODASEN - sabíamos desse acúmulo de serviços lá - para que a prioridade coubesse aos membros da Comissão e das subcomissões, é claro, senão vamos nos perder. Se 503 Deputados e 81 Senadores pedirem ao PRODASEN as cópias das suas emendas e o seu processamento, ou o que seja, o PRODASEN não terá capacidade de nos atender. A prioridade será dada, e falarei sobre isso com o Presidente da Casa.

Há momentos, e o Deputado Roberto Magalhães e eu discutimos isso - parece que V. Exª ainda estava no corredor -, que o fato de haver mais uma declaração aqui e outra acolá não implicaria, desde logo, a nossa obrigação de passar a investigações imediatas sobre isso. Já que esta Comissão começou por uma publicação de jornal ou de revista, mas de uma pessoa que tinha exatamente a responsabilidade de, por muitos anos, praticamente dirigir a Comissão de Orçamento, vamos, de início, dar prioridade àqueles nomes que estão citados e que aqui são objeto de citações em depoimentos. Nesse caso a que V. Exª se refere, por exemplo, em que há nomes novos - e há Deputados que ainda não foram citados aqui e cujos nomes aparecem na revista -, isso poderia ser uma providência não imediata, mas que não se deixaria perder a oportunidade de tomá-la.

A dúvida que tenho, consulto também a Mesa, é se cabe, desde logo, uma inquirição sumária por parte das subcomissões. Parece que é a colocação que V. Exª faz.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Isso eu dei como exemplo, mas de vez em quando chegam algumas informações lá e nós poderíamos, até para evitar de trazer aqui alguém que acabe não dando nenhuma informação concreta, se nesses casos a própria subcomissão teria poderes para convocar e ouvir, preliminarmente, essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como uma forma de poder agilizar o trabalho?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, em relação aos que já vão ser objeto de nosso elenco de pessoas convocadas para depor, é que eu acho que deveria ter prioridade; mas é que há vários deputados citados, se a memória não me trai, que já são objeto até da nossa preocupação em solicitar que eles venham depor.

Então, acha V. Exª que será necessário ouvi-los antes ou só aqueles que até aqui ainda não foram ouvidos?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não, Parlamentares não. Acho que Parlamentares têm que ser ouvidos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aqui.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Evidentemente, às vezes surge uma informação, alguém que trabalhou em uma empresa tal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, teria uma sugestão a fazer. É que a subcomissão tivesse poderes para ouvir, mas que não configurasse depoimento e sim informação. E o que seria de oficial e o que viria depois como elementos oficiais seria o que a subcomissão colocasse no seu parecer. O parecer não viria com nenhum depoimento anexo, nem nada. O que ela obteve de informação e achou que comprovou ou que merece ser considerado vai para o seu parecer.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim, e na CPI do PC houve isso. Em alguns momentos, o Presidente destacou dois ou três Parlamentares para ouvir, para tomar o termo de depoimentos de determinadas pessoas, e esse depoimento, então, era trazido aos autos. Quer dizer, o que poderíamos fazer é isto: tomava por termo e evidentemente traríamos ao Relator para fazer a sua avaliação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, se trouxer eu farei a avaliação juntamente com o coordenador, com todos. Agora me parece que para depois não se argüir que foi um depoimento tomado sem **quorum**, sem conhecimento do Plenário, que isso seja desclassificado não para depoimento, mas sim para informações obtidas pela subcomissão. Não sei se os Senhores concordam com isso.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim, mas aquilo que nós reputássemos extremamente importante, e para evitarmos um risco de se argüir futuramente a nulidade desse depoimento, nós poderíamos repeti-lo aqui no plenário. O que é difícil é nós ficarmos trazendo todo mundo para o plenário, vai ficar sobrecarregado e nós não vamos...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É um termo de declaração assinado. É uma declaração.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Pronto, ok! Não é um depoimento formal.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. A respeito da matéria nós já fizemos uma comissão com aquele primeiro motorista e poupamos inclusive esta Comissão de ter que ouvir aqui, porque chegamos à conclusão de que ele não tinha nada de substancial para oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas aí me parece que é um pouco diferente. Além de informal, foi feito pelo plenário, foi praticamente diligência comandada pela Mesa. O que o Deputado está perguntando é iniciativa da subcomissão. Eu havia equivocado pensando que era sobre parlamentares. Então acho que isso aí não há problemas, já está esclarecido. Mais alguma coisa?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não, em linhas gerais era isso que tinha a dizer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, queria pedir vênia ao coordenador, porque amanhã é feriado e observou-se neste fim de semana essa dificuldade de operação nos computadores. Da mesma forma que tenho enormes dificuldades para discursar sobre o Código Penal, que o nobre Deputado Sigmaringa Seixas faz com a maior facilidade, eu percebo que ele não conseguiu expressar a dificuldade que nós temos, que é a seguinte: é a dificuldade com a linha que nos conecta aos computadores do SIAF, que, primeiro, está congestionada - como já foi bem mencionado - e, segundo, que é desligada a partir de uma certa hora - o **link** nosso aqui do PRODASEN com o SIAF. Então queria pedir a V. Exª, já tem um requerimento também nessa direção, para garantir essa ligação do período da noite e, sobretudo, amanha que é um dia feriado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Podíamos fazer essa solicitação imediata à Fazenda?

O SR. LUIZ SALOMÃO - À Fazenda e ao PRODASEN.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Anote isso, Drª Denise.

Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Só para trazer um esclarecimento, para que V. Exª tenha uma idéia de como a subcomissão está procedendo com cautela com relação às denúncias. A respeito das denúncias do Ministro Jutahy Magalhães Júnior eu esqueci, Sr. Presidente, de um fato importante: é que esta subcomissão esteve com o próprio Ministro Jutahy Magalhães Júnior em seu gabinete. Então, não se tratou apenas de se aprofundar uma denúncia publicada pela imprensa, mas o próprio Ministro Jutahy Magalhães Filho entregou à subcomissão um dossiê a respeito dessas denúncias.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, permita-me fazer uma colocação para o Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador Garibaldi Alves, o Relator tem que colocar todos os elementos importantes, primeiramente, na sua memória e, posteriormente, no computador, senão ele não fará o seu parecer.

Estou começando a me perder um pouco nessa diversificação de modalidades de subvenção. Tínhamos aquelas subvenções de pequeno valor, às quais, até um certo limite, os Deputados tinham direito; pelo que sei, nunca, nenhum dos que

indiquei as recebeu. Tínhamos também subvenções orçamentárias, além das que eram distribuídas, creditadas ou imputadas a cada Parlamentar. Depois, apareceu mais uma subvenção com a denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos: a de que tínhamos aquelas subvenções nominadas e verbas globais a serem distribuídas.

Hoje, nos jornais, li a respeito de uma modalidade de subvenção que saía através do Banco do Brasil. A verba era creditada ao Banco do Brasil, e o Banco do Brasil é que...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Só com a execução.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Só com a execução.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que é mais importante nesse detalhe é que a verba ia global para lá, e, depois, por uma lista, o Presidente do Banco ia decidindo.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Relator, peço a palavra só para prestar um esclarecimento.

Gostaria de esclarecer que, nesse depoimento tomado a pedido da Comissão - inclusive, com a presença de alguns Senadores e Deputados -, parece-me que o grande problema é a subvenção global. E o fato mais grave ocorrido em 1989 foi o de que o Ministro, tendo recebido o montante global, concordou com uma solicitação de devolução pela Comissão feita pelo Deputado João Alves. Ficou ajustado, segundo o depoimento do Dr. Luciano Herzog...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Devolução pela Comissão?

O SR. ELCIO ALVARES - A Comissão entregou a subvenção global ao Ministério, e, por estranho que pareça, o Ministro que deu o despacho - estamos localizando esses processos - autorizou a devolução para o Deputado João Alves, que ocupou a função do Ministro. Aí o Ministro teve uma aparte...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ficou decidindo quem recebia?

O SR. ELCIO ALVARES - Exatamente. O mais grave é que o Ministro participou; o Deputado João Alves teve um gesto de grandeza com o Ministro, permitindo que S. Exª, que era detentor da rubrica orçamentária, tivesse uma participação percentual.

Essa denúncia está formalizada. Agora, ele disse, inclusive, que tem o processo em que o próprio Ministro se despe da condição de autoridade do Executivo. Foi um negócio terrível. O Deputado João Alves pegou e liberou para todo mundo.

Esse fato que ocorreu em 1989 é fundamental. Trata-se da chamada Verba Global. Parece-me que o Sr. José Carlos Alves dos Santos, quando aqui falou, insistiu muito nisso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas ele não falou em Banco do Brasil. O Banco do Brasil apareceu hoje nos jornais.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas o Banco do Brasil é o executor. Se determina, você paga.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas é diferente. Uma coisa é receber ordem de pagamento para tal Prefeitura; outra é decidir quem vai receber.

O SR. ELCIO ALVARES - O Banco do Brasil só pode pagar a ordem dada pelo Ministro. Então, honestamente, penso que o fato mais grave - vamos ter que nos alongar nisso na Subcomissão de Subvenções Sociais - é o de um Ministro de Estado, a rogo do Deputado João Alves, devolver para ele a verba global. Isso ocorreu em 1989, com um detalhe, o qual, à primeira vista, considerei gravíssimo e temos que investigar, de que o Ministro se despiu da prerrogativa - até certo ponto, isso já seria condenável - e a devolveu ao Deputado João Alves.

Esse é o principal ponto do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, se o analisarmos. Ele disse que o negócio de verbas de Deputados e Senadores - essas verbas a que estamos limitados - não representa nada. Representativa é a dotação global de subvenção, da qual o Ministro, de acordo com aqueles que aprovaram o Orçamento e o condicionavam - o que é mais grave -, só permitia a aprovação para o Executivo se tivesse atendendo aos pedidos dele. Aí havia a distribuição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas esse depoimento foi prestado por quem, Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Esse depoimento foi prestado pelo Dr. Luciano Herzog na Subcomissão...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sei, estou lembrado.

O SR. ELCIO ALVARES - Agora, a Comissão está tendo cuidado e o escrúpulo de até pedir o número do processo. É importante ter esse documento em mãos, no momento em que o Ministro João Alves se despe da condição de Ministro e devolve ao Deputado João Alves o direito de distribuir a verba.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador Elcio Alvares, vejo que o que, hoje pela manhã, era uma novidade para mim, graças ao depoimento, já não o era para V. Exª, e que a Comissão já está trabalhando nisso. Então, fico tranqüilo.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sr. Relator, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. LUIZ ALBERTO - Concordo com a colocação do eminente Senador Elcio Alvares, mas também li sobre o problema do Banco do Brasil, sobre o qual V. Exª leu na imprensa, e, pelo que entendi, havia uma transferência de recursos do

Ministério do Bem-Estar Social, para que o Banco do Brasil fizesse a liberação. Com que objetivo? Com o objetivo de ilidir o conhecimento do público a respeito da destinação dessas verbas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas há outro aspecto: quem decidia sobre os nomes a serem beneficiados?

O SR. LUIZ ALBERTO - Isso só será possível...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O jornal diz que era escolha feita do banco.

O SR. LUIZ ALBERTO - Veja, nobre Relator, a liberação de recursos pelo Ministério de Ação Social dependia de publicação no **Diário Oficial** e também de entrar no SIAFI.

Se fosse liberado o recurso totalmente para o Banco do Brasil, depois poderia haver uma indicação **intra muros** entre deputados, ministros e o Presidente do Banco do Brasil e não se tomava conhecimento oficialmente, nem pelo **Diário Oficial**, nem pelo sistema...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente. Por isso pensei que era uma nova modalidade de liberação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Creio, Sr. Relator, que a colocação do Senador Elcio Alvares é extremamente procedente. Precisa ser investigado. Esse é um dos pontos cruciais. Mas, igualmente, a denúncia com relação ao Banco do Brasil é fundamental para o esclarecimento dos fatos.

O SR. LUIZ ALBERTO - Parece-me que o Deputado Luiz Salomão - só para tentar oferecer uma contribuição ao nobre Relator - não está confuso. A coisa foi apresentada de uma forma realmente confusa.

A utilização da expressão "subvenção global", que o Sr. José Carlos apresentou aqui, foi um abuso de linguagem da parte dele. Há uma convenção de que aquelas dotações para entidades assistenciais e pessoas carentes, que os Deputados e Senadores apresentam, na ordem de 10 a 15 mil dólares anualmente, e que nunca são pagas, ou o são em valores ínfimos, são as chamadas subvenções sociais.

No Orçamento, aparece sob diferentes títulos, projetos e subprojetos de atividades, uma série de rubricas não especificadas - que por isso ele chamou de dotações globais e aqui, de subvenções - que tem diferentes nomes. "Encargos - Entidades Comunitárias", por exemplo, foi um daqueles que li aqui, totalizando cerca de 50 milhões de dólares por ano.

Esses recursos são, então, de duas modalidades: uma, que os Deputados apresentaram individualmente, que praticamente não se paga...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para mim nunca existiram.

O SR. LUIZ ALBERTO - E outra que era especificada posteriormente. O que esse funcionário Herzog nos revelou é que existem duas instruções elucidativas - Instruções Normativas 20 e 12 -, cujas cópias gostaria de pedir à Secretaria da Comissão que providenciasse, que regulam a matéria.

Segundo o relatório do Sr. Luciano Herzog, foi com base nessa instrução normativa que o Deputado João Alves conseguiu que o Ministro João Alves devolvesse à Comissão do Orçamento a prerrogativa de indicar as entidades beneficiárias, porque havia uma tendência do Ministério do Interior, na época, de utilizar aquelas dotações nos programas da CORDI - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. E estabeleceu-se um conflito, que foi decidido em favor da Comissão do Orçamento do Congresso, em face das disposições dessas Instruções Normativas 20 e 12 - segundo ele informou -, do Tesouro Nacional.

De modo que era fundamental obter-se a cópia desses documentos por intermédio da Biblioteca do Senado ou da Câmara.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª me permite acrescentar um pequeno detalhe?

O Senador Elcio Alvares, o Senador Luiz Alberto e o Deputado Luiz Salomão abordaram um assunto de extrema importância. Em primeiro lugar, porque essa fórmula é ilegal. Já há proibição legal de se fazer isto: mandar a verba total lá e depois um outro documento que fará a partilha .Isso já é ilegal. E estamos, simplesmente, com toda a facilidade de chegar à **via criminis**. É a prova fundamental do delito na parte referente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A ilegalidade estaria na violação das instruções normativas?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, as instruções é que já são o começo da ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouvidas, então, as duas subcomissões, a Subcomissão de Bancos vai fazer o relato do que obteve até agora.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Toda a subcomissão foi à Caixa Econômica Federal e encaminhou o pedido para que fosse acelerada a auditoria que a Caixa Econômica Federal fez em relação ao jogo, quer dizer, à participação do Deputado João Alves na Loteria.

Foi encaminhada à Presidência da Comissão, no sábado, a segunda versão do relatório, bastante detalhada, com cópia dos cheques e contas bancárias em que o Deputado João Alves operava na Caixa. Inclusive, o grosso da movimentação bancária dele, que, em alguns prêmios, chegava a 47% do movimento nacional de apostas, utilizava contas de terceiros. Teríamos que quebrar o sigilo bancários dessas contas, para apurar as origens dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como era feito isso?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Ele pagava as apostas com contas de terceiros; aquela lista de nomes que vimos no relatório. Algumas tipicamente parecem contas de agências de viagem, de doleiros, outras de funcionários - aquela ex-empregada dele, Noelma, aparece na lista - e outros nomes que desconhecemos. Então, vamos que ter que encaminhar o pedido de quebra de sigilo de toda aquela lista de nomes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nesse ponto, não entendi, por ignorância total dessa matéria. Ele fazia apostas em nome de terceiros?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não. A aposta era feita em nome dele, mas ele pagava a casa lotérica com cheques de terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, com cheques de terceiros.

O SR. ELCIO ALVARES - Para justificar o prêmio. Porque, se ele pagasse com dinheiro dele, teria que explicar a origem do dinheiro que estava fazendo a aposta. É uma coisa inteligente. Na hora de receber, credita ele próprio; na hora de pagar, paga em nome de terceiros, para não ter que explicar de onde veio o dinheiro da aposta.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Quebrando o sigilo dessas contas e identificando os depósitos feitos nessas contas, vamos saber a origem dos recursos. Algumas, claramente, são de doleiros. Mas com relação a outras, há todo o perfil de conta-laranja e/ou conta-fantasma. Então, vamos ter que encaminhar a quebra de sigilo dessas contas, para aprofundar a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sugeriria que a subcomissão nos mandasse nome por nome, porque vamos ter que votar sempre a quebra de sigilo, já que é um direito constitucional, para que isso seja feito.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Encaminharei ainda hoje isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

Só para dar uma informação, o Deputado está mostrando que, além de fazer apostas em nome dele, ele pagava-as com cheques de terceiros. Então, o Deputado sugere que haja a quebra de sigilo bancário também para esses terceiros. Ele espera mandar a relação ainda hoje, porque temos que votar em Plenário.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - É simples, porque a listagem dos bancos, as contas bancárias e os números dos cheques estão identificados pela Caixa Econômica Federal. A única coisa que temos que fazer é pedir a quebra do sigilo bancário daquelas contas, para saber do que se trata. Também há cheques nominais do Deputado João Alves para o Sr. José Carlos Alves dos Santos, o que também é uma prova documental do envolvimento dos dois.

No mais, a minha olhada foi muito rápida, foi de cinco minutos e não tive condições de analisar mais detalhadamente. A Subcomissão poderia fazê-lo hoje. Foi lacrado o envelope e guardado no cofre.

A outra providência que tomamos foi uma audiência com a Diretoria do Banco Central; fizemos um requerimento de todos aqueles nomes que tínhamos quebrado o sigilo bancário e acordamos para acelerar o processo de acesso às informações. Solicitaríamos, primeiro, um extrato bancário de todas as contas para que, de posse dos extratos bancários, "dolarizemos" as operações e façamos cortes para isentar aqueles cheques pequenos, de valor inexpressivo, que dão um trabalho brutal para levantar e dificultam o processo de apuração. Faríamos um corte em valor e pegaríamos os cheques de depósito de maior valor, para o levantamento de todas as contas.

As contas conjuntas daquela lista de nomes não podem ter o sigilo bancário quebrado. Solicitamos no requerimento que seja informada à CPI se existe conta conjunta; informada a CPI, vamos ter que pedir a quebra do parceiro da conta, para poder ter acesso à movimentação bancária.

O Banco Central já oficializou toda a rede bancária e devemos começar a receber o material a partir desta semana. Essas foram as duas providências originais e agora vamos ter uma reunião da Subcomissão, para detalhar os próximos passos, inclusive em relação às empreiteiras, para tentar ver quais contas já identificadas que se assemelham a "caixa-dois", coisas do gênero, para encaminharmos, então, a execução do pedido de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador José Paulo Bisol, para falar pela sua Subcomissão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Em primeiro lugar, estamos carecendo de um funcionário, que já requisitei a V. Exª, para exercer uma tarefa de inteligência e coordenação dos trabalhos, para dar organicidade. Porque a perda da organicidade complicaria, comprometeria inteiramente o nosso trabalho. Em segundo lugar, somente um dos funcionários cedidos pela Receita Federal compareceu e trabalhou conosco. Os outros dois só virão quarta-feira. Portanto, nesses dias feriados, só trabalhamos com um funcionário da Receita Federal e um funcionário do Deputado Luiz Salomão, que é de extraordinária eficiência.

O início dos trabalhos se caraterizou pela escolha, pela definição de uma planilha de cruzamento de dados com os anos que estamos investigamos.

Por oferta do Deputado Luiz Salomão, optamos por uma planilha já utilizada na CPI da VASP. A planilha nos parece excelente; aos que quiserem dados, posso fornecê-los, todavia, no momento, acho desnecessário.

Quanto às declarações que temos em nosso poder são todas de pessoas físicas e já foram todas planilhadas. Estamos com o trabalho bastante adiantado. Alguns relatórios estão prontos e só faltam digitação.

Portanto, quarta ou quinta-feira, quando ocorrerem as inquirições, teremos esta parte da análise já relatada, e qualquer membro da Comissão poderá auscultar e verificar se há perguntas a fazer.

Porém, no trabalho de análise e da avaliação patrimonial, separamos as coisas estranhas das normais e já formulamos perguntas que entendemos indispensáveis para clarear detalhes; trabalhamos com cuidado em cima das bonificações, porque elas não são especificadas; elas representam muito em matéria de renda dos que têm firmas, empresas rurais, industriais ou comerciais; estamos trabalhando em cima do **pro labore.**

Para cada caso estamos fazendo uma relação das diligências recomendadas. Para que a Comissão tenha idéia quanto a isso, fechada a reunião, vou dar uma idéia de - no caso do Deputado Ricardo Fiúza...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª se sente prejudicado pela Bancada do PT, que está fazendo uma reunião, comandada pelo Senador Eduardo Suplicy e não está ouvindo V. Exª?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, porque sei que o PT tem dois ouvidos; um, para os que estão conversando lá, e outro, para aqueles que estão conversando aqui.

No caso das diligências recomendadas, que são importantes, já vou fazer um requerimento, porque, se não formos rápidos agora, dificilmente chegaremos a um final com êxito.

Já verificamos que ele está relacionado com três empresas. É claro que os bens e os valores que giram nessas empresas só poderão ser conhecidos pelas declarações dessas pessoas jurídicas. Temos que pedir a transferência do sigilo dessas três empresas. Além disso, as declarações mostram que ele tem relações de negócios com doações e coisas desse estilo com filhos; tenho que pedir a transferência do sigilo dos filhos. E, até um determinado ano, ele fez declarações em conjunto com a esposa. A partir daquele ano ele separou, ela fez declaração em apartado. Portanto, há uma variação patrimonial vertiginosa para baixo. Daí por que ser impossível, se quisermos realmente esclarecer as coisas, deixar de pedir a transferência de sigilo dessas pessoas.

Com relação aos imóveis, por sorte, temos o Dr. Pedro Teixeira na nossa Comissão e já combinamos que S. Exª fará, em cada caso, uma comunicação telefônica com os cartórios da região que, por **fax**, nos mandarão as informações complementares necessárias.

Com relação a outros detalhes como, por exemplo, bonificações, a própria Receita Federal já pode fazer - e já encaminhamos solicitação - os cruzamentos da informação existente na declaração com as declarações das pessoas jurídicas. Além disso, no final do relatório, fazemos as observações gerais sobre o que é aparentemente irregular ou estranho. Faz-se, então, um diagnóstico das necessidades e, ao mesmo tempo, uma avaliação dos dados colhidos, porque as variações patrimoniais são sempre estranhas. E o que estou observando é que, normalmente, as declarações são malfeitas. Até parece que não há uma assessoria fiscal. Até parece que a assessoria fiscal se serve da ingenuidade de certas declarações para omissões. Há, por exemplo, casos em que o declarante doa imóveis que nunca entraram nas declarações, um erro flagrante e estranho, só para dar uma idéia. Fizemos, então, fizemos o relatório desses; vamos fazer dos restantes, as planilhas já estão prontas. E a Comissão já pode providenciar as outras declarações para continuarmos com o trabalho.

Além disso, estou articulando com o Ministério Público, porque não vejo outra maneira de fazer, porque o Ministério Público tem ramificações em todo o País. E eu estou esperando dois Promotores de Justiça que virão trabalhar conosco, no sentido de dispor de uma rede nacional. Isso já para os efeitos de verificarmos se existem bens não declarados, se existe capital oculto. Esse trabalho é um pouco mais difícil, mas acredito que, pela maneira que estamos articulando, poderemos alcançar resultados.

E, como última medida da Comissão, estamos organizando um serviço também para cruzar as informações da imprensa, que são terrivelmente objetivas até agora, pelo que vi, em relação aos bens, com as declarações existentes. Nesse processo, acredito que chegaremos a um resultado razoável, embora o tempo seja pequeno.

Ultimando esse relatório, faço o requerimento, formalmente, para que decidamos, imediatamente, porque preciso de rapidez na transferência de sigilo da Agropecuária Jaçanã Ltda, da Jaçanã Agricultura e Mecanização Ltda, da Empresa Empreendimentos Agroindustriais Reunidos Ltda. Há aqui todos os CGCs, para facilitar, da Srª Ilze Chaves Fiúza e dos filhos dele, Ricardo Fiúza Filho, Roberto Chaves Fiúza, Elizabeth Chaves Fiúza de Araújo, Maria Tereza Fiúza de Araújo Pinto. Inclusive, um imóvel doado é um imóvel financiado pela Caixa Econômica Federal. Juridicamente, essa doação não poderia ser feita sem que a Caixa Econômica Federal comparecesse e manifestasse a sua anuência. E depois esse imóvel retorna às declarações como se não houvesse ocorrido nenhuma doação. Então, evidentemente, há uma irregularidade aí. Mas eu preciso dessas declarações complementares para fazer a análise correta.

Até o momento, é isso.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Solicitei à Secretária da Comissão que trouxesse o relatório da Caixa Econômica Federal, para que eu pudesse ler os nomes das contas utilizadas pelo Deputado João Alves, e encaminhar- imediatamente, para aproveitarmos essa oportunidade, a fim de acelerarmos o processo bancário que é muito moroso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quero acrescentar, Sr. Presidente, que estivemos no Banco do Brasil, já requisitando elementos, porque vamos comparar as fichas cadastrais e extratos de conta, relativamente às bonificações de pro labore. Vamos fazer o cruzamento desses dados. E o Banco do Brasil já começará a entregar o material no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

Srs. Membros da Comissão, para evitar qualquer tipo de impugnação possível ou entendimento equivocado, vou passar à votação nominal. Mais uns três nomes. Preciso citar nominalmente para poder fazer... A Secretaria pode tomar nota?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Três pessoas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Agropecuária Jaçanã Ltda. Vou entregar a V. Exª uma via.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há dúvida. Faço já e lhe mando.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - São essas três empresas; a esposa e os filhos do Sr. Fiúza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso aqui é com o Fiúza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, seria bom que para a imprensa evitássemos falar em esposa e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, já deixe o seu voto consignado. Vou até fazer as anotações. Vou pedir uma por uma:

Primeira: Agropecuária Jaçanã Ltda.

(Procede-se à chamada)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, treze.

Já atingimos a maioria absoluta.

Está resolvido o assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra para fazer uma ponderação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essa quebra de sigilo das pessoas jurídicas era inevitável e será inevitável. Quanto a familiares, poderá ser ou não. Eu apenas sugeriria que nós, neste caso e em todos os outros, não fizéssemos nenhum sigilo sobre as empresas; mas filho, filha, esposa, podendo não se enunciar o nome, talvez fosse uma providência saudável. Afinal de contas, é uma coisa realmente muito contundente.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Isso já está no encaminhamento. É evidente que não podemos abrir mão de analisar o patrimônio familiar porque pode ser uma forma de...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou de acordo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Então, minha sugestão, Senador, é de que a Comissão entrasse em contato com o Deputado Ricardo Fiúza e solicitasse que ele nos encaminhasse, de livre e espontânea vontade, as declarações de bens dos familiares, que serão necessárias para a investigação. Caso o Deputado se negue a tomar essa iniciativa, será inevitável a quebra do sigilo, oficialmente. Se pudesse ser feita como um gesto voluntário, acho que eliminaria esse tipo de constrangimento por parte da Comissão, pois acho que a família tem que estar sempre protegida. De qualquer forma, o patrimônio é importante, caso ela seja feita voluntariamente; caso não possa ser, encaminha-se o pedido de sigilo e a gente faria isso oficialmente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pelo que disse o Senador, inegavelmente, vai ter que chegar até lá. V. Exª vai muito além de mim. Se for possível quebrar o sigilo sem a imprensa tomar conhecimento, não tem problema nenhum. É só a questão de resguardo da imagem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que entendi, desde o início,...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Da mesma forma que fui contra a que se trouxesse aqui a mulher do Deputado Manoel Moreira, que nem conheço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, ainda vamos decidir isso.

A preocupação do Relator é ética, não se citar Fulano de tal, esposa, o filho, isso, mas, como surgiu o nome, vai ser inevitável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Segunda: Jaçanã Agricultura e Mecanização Ltda.

(Procede-se à chamada)

O SR. ODACIR KLEIN - Só quero chamar atenção para um detalhe, Sr. Presidente, para efeito de validade da votação. Na outra, conseguimos a maioria. Agora, pelo que estabelecemos esses dias, o suplente sempre substitui o titular. V. Exª votou

pelo PPR, e o nobre Senador José Paulo Bisol, embora do PSB, está na Comissão como suplente do PPR, parece que, para efeito até de manifestação ética, ele pode se manifestar, mas, para efeito de validade do voto, pode ficar alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós não tínhamos até agora caracterizado suplente de pessoa. Por isso é que estou chamando à linha. Aí pediram suplente de partido.

O SR. ELCIO ALVARES - (fora do microfone)

O SR. ODACIR KLEIN - Sim, claro. É só preocupação com a validade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pelo menos é assim no Regimento. Eu faço a chamada e confio na capacidade de filtrar, por parte do Vice-Presidente, o que foi votado indevidamente. Mário Covas, Aureo Mello, Magno Bacelar, Lavoisier Maia, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, sim; Maurício Najar, sim. Vamos seguir o Regimento que é bom. Vicente Fialho, V. Exª vota sim pela quebra do sigilo bancário de Jaçanã Agricultura e Mecanização Ltda.?

O SR. VICENTE FIALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fernando Carrion... já temos maioria. Já não precisa mais?

Temos várias votações e quero que elas se façam celeremente. Terceira empresa: Empreendimentos Agroindustriais Reunidas Ltda.

Houve um jornalista, que se diz muito bem informado, sempre traz denúncias, e que os inquinou contra mim, contra o Deputado Aloízio Mercadante, contra o Senador Eduardo Suplicy de não termos, na realidade, feito a votação nominal. Então ele pensava que a nossa quebra de sigilo tinha sido senão uma farsa, alguma coisa inócua. Por isso é que estou cansativamente repetindo.

Continuando a chamada: Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, sim; Elcio Alvares, sim; Jarbas Passarinho, sim; Ney Maranhão, Pedro Teixeira; Luiz Alberto, sim; Rollemberg; Odacir Klein, sim; Roberto Magalhães, sim; Sigmaringa Seixas, sim; Luiz Salomão, sim; Aloízio Mercadante, sim. Quantos?

O SR. ODACIR KLEIN - Onze. Falta um para a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou chamar agora; vejamos os presentes: Eduardo Suplicy, pelo PMDB, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas o Senador Eduardo Suplicy aqui está pelo PMDB; o PMDB também já votou.

O SR. ODACIR KLEIN - O PMDB tem dois titulares e dois suplentes presentes, completando os quatro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, o PMDB tem quatro nomes de titulares: Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho e Gilberto Miranda.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estão ausentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só há um presente. Então, Senador Eduardo Suplicy; Zaire Rezende, sim; PMDB também; são dois. Já há número?

O SR. ODACIR KLEIN - Já.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passemos a outro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - - Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não entendi; V. Exª vai votar nome por nome?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, nome por nome.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual foi a razão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A razão foi que depois que fizemos aqui a quebra do nosso sigilo bancário - em que tomei depoimento e que houve um caso de unanimidade, inclusive - houve quem publicasse, especificamente o jornalista Jaime de Freitas, que nós estávamos fazendo aqui uma coisa inócua, senão uma farsa, porque não estaria quebrado o sigilo, uma vez que não houve votação nominal, como se exigiria.

É tolice porque, de qualquer maneira, tínhamos aqui presentes a maioria absoluta dos membros, mas poder-se-ia dizer que aqui têm ingresso também as pessoas que não são membros da Comissão, e ao levantarem o braço poderia haver uma contagem equivocada.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A alegação do jornalista é completamente fora de propósito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Completamente fora de propósito, Sr. Presidente, e creio que ele se baseou numa outra questão, que foi o fato de que não quebramos o sigilo bancário, mas autorizamos a Mesa a quebrar, caso julgasse necessário. Considerei uma coisa muita confusa e de um entendimento completamente distorcido.

Agora, Sr. Presidente, acredito que isso é uma questão processual, mecânica: nós poderíamos votar uma lista - e já fizemos isso em outras CPIs - que mencionasse a empresa tal, os senhores Fulano de Tal, etc e votarmos uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou lhe dizer por que ainda me preocupei com isso: o nosso nobre Colega, o Deputado Vicente Fialho, quando no sábado eu estava justamente indignado com a citação do nome dele pela revista **Veja** - que antecipou o que eu faria - ele, perante a imprensa, declarou que estava pedindo a

quebra do seu sigilo bancário. Disso se serviu o jornalista, dizendo que a prova que ele tinha contra o fato de nossa decisão não ser uma decisão válida é que o próprio Deputado, que fazia parte, como titular, estava pedindo agora a quebra do seu sigilo quando, na verdade, ele está quebrado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas aí está certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos preocupados em ganhar tempo. Peço que levantem o braço pois vou contar primeiro os titulares presentes. Saberemos quais são e indicaremos. Depois, chamo os suplentes na ordem devida. Assim, ganharemos tempo e evitaremos esse tipo de impugnação.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não Deputado.

O SR. VICENTE FIALHO - Eu gostaria de fazer uma consideração com relação à quebra do sigilo dos familiares. É natural que se, no decorrer da investigação, um fato concreto vincule o filho ou uma filha de um Parlamentar, é claro que a quebra do sigilo será feita não porque ele é filho de um Parlamentar, mas porque houve um fato concreto vinculando aquele cidadão ao problema que investigamos. Mas quebrarmos o sigilo bancário simplesmente porque é filho do Deputado Ricardo Fiúza, porque é filho do Deputado Manoel Moreira ou filho do Deputado João Alves, não me parece que seria nem ético nem certo, sob qualquer aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A observação quanto à ética está perfeita. V. Exª ouvia ainda há pouco o nosso nobre Senador José Paulo Bisol, quando S. Exª nos fazendo um relatório verbal do que ocorreu na sua Comissão disse que, ao analisar o patrimônio do Deputado João Alves, reparou que a partir do momento em que sua esposa começou a fazer declarações separadas, o patrimônio caiu verticalmente. Foi a declaração do Senador, que usou até um outro advérbio: o patrimônio caiu estrondosamente, digamos. Nesse caso, temos que procurar realmente fazer a conexão, não porque seja a esposa mas porque houve um determinado momento em que a transferência de patrimônio se fez e pode caracterizar esse tipo de fraude. Não é só pelo fato - e concordo com V. Exª - de uma pessoa está sendo objeto de uma inquirição que todos os familiares tenham o sigilo quebrado, mas, sim, quando surgir, como surgiu neste caso, uma necessidade de averiguar se não houve uma forma fraudulenta de fugir da verdade. Ainda não cheguei, portanto, aos filhos e parentes. Até agora votamos as três empresas e, portanto, figura de direito público.

Como a lista é grande, o Deputado Aloízio Mercadante vai confirmar comigo os nomes: Noelma Neves, Leonel de Melo Rocha, Raimundo Nonato Coelho, Darribaldo Guilherme Raimundo, Francisco Araújo Costa Júnior, Walcides de Araújo Silva, Elite - Agência de Viagens e Turismo, Robson Esteves da Silva, Silaimine Nassim El Cobrosse, Borlabianca F. V. Brasilina, Maria Vidal Silva.

Há algum perigo de algum desses nomes ser fantasma? Podemos quebrar o sigilo do fantasma e não ter nada?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não, mas temos que quebrar de qualquer forma. Só com a ficha cadastral é que vamos saber.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois é que vamos saber se a pessoa é fantasma ou não.

Peço aos membros titulares que estejam de acordo com a votação global disso ou não que levantem o braço. (Pausa)

Onze titulares.

Vou chamar outra vez porque precisamos de doze, no mínimo. (Pausa)

Eduardo Suplicy.

Doze.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Perdoe-me, mas acho que seria melhor, apesar da votação, que V. Exª dissesse o nome, só para efeito de registro. Vamos levantar o braço e V. Exª faz a contagem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pouparei minha voz, mas terei que verificar fisicamente. Estou plenamente de acordo com V. Exª; porque pode ser que, amanhã, venha a existir algum tipo de problema.

O SR. ELCIO ALVARES - Penso que o Presidente tem que determinar quais foram os titulares que votaram. Podemos nos abster de falar "sim", mas o Presidente tem que registrar o nome dos que votaram. O Presidente apenas faria o registro: votaram a favor fulano e beltrano. Dessa forma, fica fácil e mais rápida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entendo a colocação de V. Exª, em termos de responsabilização de cada um dos que votou. Outros podem dizer: "Não, eu não votei isso." Mas não importa. O que se caracteriza, realmente, aqui - sendo quebra de sigilo - é que temos que ter a maioria absoluta. Poder-se-ia obter a maioria absoluta até com o voto secreto, mas não é o caso. Não é preciso ter um voto de identificação pessoal; basta a responsabilidade de cada um e a Mesa identificando quem é membro titular, contabilize os votos. Mas fica feita a observação de V. Exª.

O Senador José Paulo Bisol mostra que sua capacidade de fazer averiguação torna-se mais fácil se S. Exª contar com o conjunto. Então, será inevitável ler os nomes, quais sejam:

1. Ricardo Fiúza Filho;
2. Roberto Chaves Fiúza;

3. Elizabeth Chaves Fiúza de Araújo;
4. Maria Teresa Fiúza de Araújo Pinto. .

São quatro as pessoas, cuja quebra de sigilo o Senador deseja também solicitar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não faltou um nome?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Se V. Exª. quiser acrescentar algum nome, fale com o Senador José Paulo Bisol.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perdão, Sr. Presidente, está na própria lista original.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Na lista dele, há quatro nomes. Os nomes estão escritos e numerados de 1 a 4. Estou lendo os nomes, não é Senador José Paulo Bisol?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, pedirei que levantem o braço os membros titulares. Deputado Sigmaringa Seixas, Senador Pedro Teixeira, Senador Ney Maranhão, Deputado Luiz Salomão, Senador Elcio Alvares, Senador Garibaldi Alves Filho, Deputado Aloízio Mercadante, Relator Roberto Magalhães, Senador Odacir Klein e o Presidente Jarbas Passarinho.

Portanto, somos, novamente, em número de 11 membros titulares. Chamo o Senador Eduardo Suplicy, somando-se, assim, 12 membros titulares.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, V. Exª. não leu o nome da esposa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há mais um nome a ser considerado. É o da Srª Ilze Chaves Fiúza.

Então, votamos o Deputado Sigmaringa Seixas, Senador Pedro Teixeira, Senador Ney Maranhão, Deputado Luiz Salomão, Senador Elcio Alvares, Senador Garibaldi Alves Filho, Deputado Aloízio Mercadante, o Relator Roberto Magalhães, Senador Odacir Klein e eu, o Presidente Jarbas Passarinho, somando-se, assim, 11 membros titulares. Com o Senador Eduardo Suplicy, somam-se 12 membros titulares.

Concedido.

Neste momento, gostaria de passar à convocação dos Deputados José Geraldo e Manoel Moreira.

O Deputado Fiúza virá quarta-feira, às 9h.

Agora, gostaria de passar à indicação, do elenco já combinado com a Mesa, do nome do Deputado José Geraldo.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com essa indicação queiram levantar o braço. (Pausa)

Estão a favor da indicação:

1. Deputado Sigmaringa Seixas;
2. Senador Pedro Teixeira;
3. Senador Ney Maranhão;
4. Deputado Luiz Salomão;
5. Senador Elcio Alvares;
6. Senador Garibaldi Alves Filho;
7. Senador Vicente Fialho;
8. Senador Luiz Alberto;
9. Deputado Aloízio Mercadante;
10. Relator Roberto Magalhães;
11. Deputado Odacir Klein;
12. Senador Jarbas Passarinho.

No total, são 12 votos. Com isso, não será preciso chamar os Suplentes. A indicação está aprovada.

O outro nome indicado é o do Deputado Manoel Moreira.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com essa indicação queiram levantar o braço.(Pausa)

Estão a favor da indicação:

1. Deputado Sigmaringa Seixas;
2. Senador Pedro Teixeira;
3. Senador Ney Maranhão;
4. Deputado Luiz Salomão;
5. Senador Elcio Alvares;
6. Senador Garibaldi Alves Filho;
7. Deputado Vicente Fialho;

O Deputado Vicente Fialho é titular? (Pausa)

Queiram me desculpar. Se o Deputado Vicente Fialho não é titular, teremos, assim, que rever a votação anterior, pois só os titulares devem levantar o braço.

Continuando:

7. Senador Luiz Roberto;
8. Deputado Aluízio Mercadante;
9. Deputado Odacir Klein;
10. Senador Jarbas Passarinho;
11. Relator Roberto Magalhães;
12. Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª. confirma que votaria na indicação anterior também a favor?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pronto. Com isso, ficam todos combinados.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Teremos, na quinta-feira, às 18 horas, o depoimento do Deputado Cid Carvalho. Vamos combinar o convite para o Deputado José Geraldo, para a sexta-feira, e para o outro Deputado para o sábado. Faremos a convocação e depois diremos. Temos que fazer alguns arranjos, inclusive alguns ajustes com os próprios Deputados, para saber como podemos chamá-los e a que horas.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu gostaria de informar que a subcomissão designada por V. Exª para ouvir a Srª Marinalva não pôde fazê-lo na sexta-feira, em conjunto. Como ela havia sido avisada três dias antes para vir à minha residência, em São Paulo, às 21 horas, não foi possível desmarcar. Ela veio e, entretanto, por telefone. inclusive ela própria falando com os Deputados Roberto Rollemberg e Pedro Pavão, combinamos que a audiência que não foi feita na sexta-feira será amanhã, em Brasília, às 22 horas, na minha residência, sendo, portanto, oficial.

Sr. Presidente, outro dia mencionei que teria feito uma gravação. Ela foi feita com falha, porque não sou especializado. Coloquei o som no mínimo e nada saiu. A assessoria disse que se houver necessidade de gravação, ela própria poderá levar ali um gravador, se for o caso. Mas eu, inclusive, sugeri que, se possível, fizesse aquela senhora, endereçado ao Presidente da CPI, por nosso intermédio, um ofício em que ela já relatasse, para facilitar, todos os fatos. Então, acredito que isso poderá inclusive ser...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não me sensibilizo com a idéia. Posso estar equivocado, mas acho que o nosso objetivo é fazer uma avaliação preliminar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E assim já estaríamos oficializando, através do Presidente, isso como depoimento. Depois da avaliação preliminar passaremos ao ato seguinte.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo. Não é necessária a gravação, então.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu já tinha dito, inclusive. que as informações que foram para a imprensa a respeito da declaração de D. Marinalva, na casa de V. Exª, na presença do Deputado Dirceu e do Deputado...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Elas não foram sobre o conteúdo da... Foi simplesmente não marcar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando disseram que os outros dois Deputados não tinham podido ir a São Paulo, eu disse: "Então, ainda vai ser feita a diligência". E V. Exª acaba de informar que será feita em Brasília.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Será.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouvi pela CBN, num momento, parte das declarações dessa senhora, depois que esteve com V. Exª - ou antes. E as declarações que ela fez, naquele momento, pareceram-me não ajustadas, não articuladas com o objetivo da Comissão. Espero que, ao contrário, V. Exªs, na diligência, consigam trazer para a Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, há um ponto sobre que me parece aqui importante decidirmos entre nós como proceder. Já temos praticamente uma decisão tomada, aprovada pelo plenário em dois outros casos. Este é um pouco diferente.

Houve casos aqui como aquele em que o Deputado pelo PT da Bahia, Jaques Wagner, fez uma tentativa de impugnação, na presença da CPI, do Deputado Mário Chermont e do Deputado Pedro Pavão. O que aconteceu foi que o requerimento se fazia acompanhar apenas de recortes de jornal. E tomamos a decisão, que V. Exªs aprovaram, de enviar para o Partido, que julgaria, na sua comissão de ética, se fosse o caso... Enfim, era questão interna do Partido.

Agora há também, não de um Deputado Federal, mas de um Deputado Estadual da Bahia, uma denúncia pedindo a retirada da Comissão do Deputado Benito Gama. E comenta sobre possível negociata na construção de um **shopping** de propriedade do Deputado. E, depois, alguns pontos para os Correios, ligando a saída do Diretor-Geral dos Correios, Sr. Rocha Lima. Informa que desde a nomeação do Deputado Benito para Secretário da Fazenda do Estado, a fortuna do Deputado cresceu consideravelmente. Não posso mandar isso para o Partido. E vejo que isto aqui é uma denúncia de natureza pessoal. Se tivéssemos alguma coisa por parte desse Deputado, do PMDB da Bahia, alguma coisa que se ligasse a uma articulação com esse enriquecimento ilícito, baseado em vantagens orçamentárias, então, muito bem. Avisei aqui, desde o início - e aqui tenho falado reiteradamente -, ainda no sábado o Deputado Roberto Magalhães, conversando comigo ao telefone, lembrou que temos que ter cuidado porque tentativas podem ser feitas para invalidar esta Comissão.

E, na medida em que os seus membros passem a ser objeto de denúncias caluniosas, até tomar providências a esse respeito, é preciso muito cuidado.

Entretanto, lastimo que o Deputado não estivesse presente, porque eu leria também na presença de S. Exª - e disso vou dar conhecimento a ele. Mas acho que a minha decisão aqui é não enviar isso ao seu partido; depois, se o Sr. Deputado quiser tomar conhecimento, S. Exª terá o documento em mãos.

O SR. LUIZ ALBERTO - Não enviar ao partido?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu queria manifestar uma preocupação que tenho. Falei sobre isso na reunião anterior e volto a repetir agora. Na CPI do caso PC/Collor, nós, alguns dos Parlamentares membros da Comissão, fomos vítimas de uma denúncia completamente desqualificada e mal feita que partiu da gravação de uma fita que um Parlamentar aqui da Casa fez - e tem uma ficha corrida na polícia - com o candidato do PRN de Curitiba, dizendo que tinham dado dinheiro para vários Parlamentares da Comissão, inclusive citando...

O SR. LUIZ ALBERTO - É um Parlamentar do Paraná, Sr. Presidente, pelo que deduzi, com uma biografia que estaria mais para prontuário criminal do que para uma biografia parlamentar.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Naquela ocasião, a Rede OM pôs no ar trechos da fita - especialmente porque eu havia denunciado os cheques fantasmas que tinham comprado a OM.

Eu abri um processo, processo que está em uma fase avançada, as testemunhas estão depondo, etc. A Casa não tomou providências em relação ao Deputado, mas, de qualquer forma, a denúncia não teve a menor consistência naquela ocasião.

Minha preocupação agora é a seguinte: Você pega um funcionário de uma empresa dessas, dá 1 milhão de dólares para ele e datilografa numa folha de papel dizendo que deu dinheiro para alguns Parlamentares e joga isso na imprensa, quer dizer, sem nenhuma possibilidade de defesa. Isso não quer dizer que algumas das denúncias não sejam indícios graves para serem apurados. O meu medo é que, se formos dando ressonância a qualquer denúncia que saia, sem nenhuma consistência, sobre qualquer aspecto da vida, sobretudo porque há luta política local, vamos entrar em um processo sem fim, que vai desqualificar o trabalho da CPI. E poderemos entrar em uma esparrela, porque serão montadas, evidentemente, sobretudo por aqueles que estão sendo denunciados, operações desse tipo. Todo mundo sabe.

Temos que ter um certo rigor nos encaminhamentos e considerar "denúncias a serem encaminhadas" aquelas que têm relação com o Orçamento e que têm de fato consistência no processo de denúncia, quer dizer, prova documental, testemunhal, avaliar se tem relação efetivamente com a tramitação do Orçamento. Caso contrário, poderemos abrir um processo absolutamente irresponsável de desqualificar a CPI e de ir colocando sob suspeição qualquer Parlamentar que qualquer pessoa denuncie.

Eu poderia trazer aqui para a CPI - não trouxe - a lista de denúncias que recebo e que envolvem as mais diversas coisas. A cada hora chega uma denúncia no gabinete. Temos de ter o cuidado de filtrar, de apurar e de só encaminhar aquilo que tiver relação, de fato, com o processo orçamentário, com a natureza desta CPI.

Esta é a minha cautela, a minha preocupação, que não diz respeito a esta denúncia específica, mas a um procedimento global. Se não tivermos consistência nos fatos, vamos desqualificar o trabalho da CPI e perder o foco fundamental, que é a Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra para tratar de dois assuntos de que não trataria se não tivessem vindo à baila.

Há três dias, o **Jornal de Brasília** - eu não li, disseram-me - publicou um quadro do DIAP em que se listava Deputados e o montante que cada um havia gasto na eleição. Eu apareci com 1 milhão de dólares.

Telefonei para o jornalista Haroldo Holanda e pedi que, na sua coluna, dissesse aquilo que era irrespondível. Primeiro, eu tive mais de 200 mil votos, ou seja, o suficiente para me eleger quatro vezes; segundo, mais da metade dos meus votos foram em Recife e no grande Recife, onde ninguém compra votos; terceiro, até meus inimigos, em Pernambuco, reconhecerão - está aí, aliás, um parlamentar que não é meu inimigo, mas me derrotou numa eleição importante, o Senador Ney Maranhão - que não preciso gastar dinheiro para me eleger Deputado Federal. Mas isso é uma maldade.

Logo após, sábado passado, vejo, uma notinha maldosa do Carlos Swan, e o Deputado Ricardo Fiúza estava ainda estudando se me acusava ou não de ter sido o Deputado que mais liberou subvenções no Ministério dele. Ora, a **Folha**, no mesmo dia, me dá como Deputado de Pernambuco que menos apresentou emendas. Aliás, isso não me alegra, acho até que eu seria considerado um incompetente. Além disso, desde o início do CPI PC/Collor, quando fiquei a favor do **impeachment**, não pisei mais no Palácio, nem em nenhum Ministério. É uma questão de coerência, não pisei!

De modo que, essa notícia é absolutamente inverídica, mas a publicaram.

Essa coluna do Carlos Swan é a mesmíssima que, no início da legislatura, publicou uma nota violenta atribuída a mim contra o governo de Joaquim Francisco que quase me leva a um rompimento com ele. Não levou porque não tenho pavio, tive que ter um pavio de dois metros. Graças a isso, não rompi com o Governador recém-eleito de Pernambuco.

Sinto que ainda vão colocar muita casca de banana em nosso caminho e acho a intervenção do Deputado Mercadante oportuna e muito sensata. Vamos contrariar muitos interesses. Só que não começamos ainda, mas, dentro 15 ou 20 dias,

cada um de nós estará com uma pletora de inimigos gratuitos e, muitas vezes, escondidos, que não é brinquedo. E tudo pode acontecer.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, na esteira da discussão, parece-me que V. Exª abordou a questão principal com muita objetividade. Se a denúncia é relacionada com o orçamento, tudo muito bem. Não somos o foro próprio. Era importante esclarecermos, através de entrevistas à imprensa que se alguém tiver alguma denúncia, um imperativo legal que apresente ao foro competente: a Procuradoria-Geral da República. Isso é muito claro. Se tenho conhecimento de um fato, um fato criminoso, um fato delituoso, sou obrigado a apresentá-lo à autoridade competente.

Na verdade, como está sendo feita a colocação em nível nacional, para pessoa que está desinformada, a CPI passou a ser um instrumento de investigação geral.

V. Exª que tem tido a oportunidade de declarar, com respeito à Comissão, com o espírito muito judicioso, que quem tiver denúncias a formular que não sejam aquelas vinculadas ao Orçamento, que se dirija à autoridade competente que é o Procurador-Geral da República. Do contrário, vamos ter "um nunca acabar" de denúncias se realmente continuar a existir essa idéia de que a CPI é para investigar todos os assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloízio Mercadante, essa tentativa de impugnação do Deputado Benito, começa exatamente pelo jornalista Jânio de Freitas. Jânio de Freitas conseguiu no editorial de ontem, no jornal **Folha de S. Paulo**, traduzir o estado de perplexidade em que nós baianos particularmente nos encontramos, vendo o Deputado Benito Gama participar da CPI, sendo ainda privilegiado com a indicação para uma sub-relatoria, não obstante as graves acusações feitas pelo depoente José Carlos.

Naquele momento de exaltação, eu tive que chamar a atenção, mas a minha condição de presidente é difícil, assim como a de qualquer dos suplentes, é que vamos ser julgadores, vamos julgar as pessoas. E uma tentativa é saber se temos qualificação moral para julgar, porque todos estamos sob suspeita a partir do momento em que se considera o Congresso como uma organização de mafiosos.

Ainda hoje, uma jornalista me perguntou se era verdade que eu estava sendo apontado como sendo uma pessoa querendo orientar a CPI, para chegar a punir oito ou dez pessoas, e com isso então livrar a cara de todos os outros. Eu perguntei: quantos por cento a senhora acha que satisfaz sua voracidade? Quantos por cento do Congresso deve ser punido para que se caracterize nossa lisura de atuação?

Mandei antes para o Partido, e agora me lembrei que, num caso, o do Deputado Mário Chermont, não era com o problema de orçamento, era com a ação dele pregressa na Assembléia Legislativa. Então, talvez fosse o caso de mantermos essa mesma linha. Uma coisa dessa se manda para o Partido e este analisa.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. VICENTE FIALHO - Eu gostaria de concordar com a posição do Deputado Aloízio Mercadante, e pediria permissão ao nobre companheiro Elcio Alvares para discordar do aspecto de que a Comissão não pode restringir o limite de denúncias que aqui possam chegar. Caberá à Comissão fazer uma triagem dessas denúncias e enviá-las, como V. Exª está procedendo, para as instituições competentes. Correríamos um grande risco se aqui disséssemos que estamos apurando exclusivamente orçamento e que, em função disso, outras denúncias deverão ser encaminhadas para outros locais, e se poderia levar a opinião pública à idéia de que estaríamos procurando nos proteger, somente nós, que somos pessoas que já exercemos funções públicas em tantas outras oportunidades.

Eu perguntaria a V. Exª se aquele requerimento que apresentamos será votado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi lido, até na hora em que estava aberta a reunião a público, onde V. Exª propõe aquela convocação, e podemos passar à votação.

O Deputado Vicente Fialho pede a convocação do Sr. Onofre não sei de quê. Como eu passo primeiro pela triagem com o Relator, é que foi dado esse despacho, mas podemos votar agora, e deixar pronta a possibilidade da convocação num momento oportuno. Caracterizar que esta votação signifique a imediata chamada para depor.

Mas eu queria, antes disso, terminar a questão anterior que está me preocupando. Estou de acordo com o Senador Elcio: e se não for o próprio? Estou plenamente de acordo. Quando determino, como Presidente, que seja ouvido o Partido, estou dando uma seqüência oficial a isso. Outra idéia seria que toda denúncia dessa natureza, não estando nitidamente envolvida com o problema do orçamento, fosse dada uma resposta pela Mesa da CPI ao próprio signatário, que ele se dirigisse ao Partido próprio, porque este é que teve a responsabilidade de indicá-lo. Assim, cabe ao Partido, como já estamos fazendo, saber se ele permanece ou não no plenário. Então, para evitar a nossa co-participação nisso, mandaríamos, todo documento que fosse apresentado, que a pessoa se dirigisse ao Partido. Ficaria como regra geral, como norma geral de ação, como chamamos.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - O caso específico da **Veja**, de ontem, que traz uma reportagem ampla, que envolve vários Parlamentares, incluindo um membro desta Comissão. No caso específico, eu solicitaria a V. Exª e aos membros da Comissão, que esse depoimento fosse feito com a maior brevidade possível. Enquanto não for dirimida essa dúvida, membros da Comissão estariam sob suspeição. Se confirmado - o que não será - a Comissão estará preservada desse problema. Enquanto não decidido, a Comissão terá um de seus sob suspeição, então as suas decisões, quando dependerem desse membro, que está sob suspeita, a Comissão, como um todo, fica prejudicada. A tomada de inquérito de um cidadão é um processo rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, proponho, desde logo, que votemos a possibilidade de convocá-lo.

Note uma coisa. V. Exª está naturalmente insultado, magoado, ofendido. Se em cada jornal, a cada fim de semana, tivermos outro tipo de coisa e tivermos que convocar, sairemos daqui e do que queremos investigar. Como diz o Deputado Odacir Klein, acabaremos investigando os que não devem ser investigados e sem investigar os que devem ser. Vamos colocá-lo entre as pessoas a serem convocadas, se o Plenário concordar, por maioria simples, presente a maioria do Plenário. Mas caberá ao Relator definir a oportunidade de fazer essa convocação.

Vamos agora, por exemplo, na linha do Deputado Ricardo Fiúza, depois dos outros dois Deputados que foram muito citados, daqui a pouco tem mais Deputados que devemos chamar e surge, naturalmente, a oportunidade de ouvir o depoente, já que um suposto funcionário dele... Como chamava atenção, ainda há pouco, o Deputado Aloízio Mercadante, se um suposto funcionário recebe um dinheiro, admitamos, para fazer uma relação atingindo todas as pessoas, se chamarmos cada um para depor, não faremos o trabalho que nos está reservado nem durante um ano.

O SR.LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO - Se formos levar adiante essa matéria, acho que precisamos entrar em contato com a **Veja** para saber qual é a fonte, pois não é citada. Não penso que a prioridade seja o Deputado Vicente Fialho. Segundo informações, recebeu 1.500 dólares na tabela. Se fala de Governadores que receberam um milhão de dólares, que é o caso do Wilson Braga, Paulo Maluf, Gilberto Mestrinho, Jader Barbalho. Quer dizer, se formos fazer essa investigação, teremos de começar pelo atacado, para depois chegarmos ao varejo. Se essa é uma fonte de informação importante, a Subcomissão de Orçamento poderia apurar as informações, entrar em contato com a SERVAZ.

Acredito que já tenha sido aprovado o requerimento para convocar o Presidente da empresa de vinte empreiteiras - saí na hora em que foi apresentado - para fazer pronunciamento, etc., porque não acho que possamos começar, e entendo a preocupação do Deputado Vicente Fialho pelo nome dele ter sido citado, mas diria que o nobre Deputado foi citado marginalmente. Paulo Mandarino tem uma lista de gasto de campanha que fazem 2,5 milhões de dólares e por aí vai. Temos de ter uma estratégia de investigação. Se formos defender aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso é muito bom, porque não votaremos aqui tudo inteiramente de acordo, como temos votado até agora. Este é um caso. Vamos ou não convocá-lo agora? Vamos tomar votos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como Relator peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Luiz Alberto pediu a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO - Gostaria de fazer uma sugestão, Sr. Presidente. Na primeira oportunidade, uma subcomissão poderia ouvir o repórter e o denunciante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fonte de repórter ele não dará. O Deputado Aloízio Mercadante sabe disso tanto quanto eu. Se saírmos nessa direção, estaremos nos desviando do nosso curso a cada momento que aparecer uma fonte protegida pela imprensa.

Votaria, é importante termos de votar, a lista de convocações. Talvez possa-se votar "não", considerando-se, por exemplo, que ainda não é oportuno ou "sim", se for considerado oportuno. O Plenário tem de decidir.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, como autor do requerimento...

O SR. LUIZ ALBERTO - Não seria possível uma subcomissão ouvir esses funcionários da empresa preliminarmente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não existe o funcionário citado.

O SR. LUIZ ALBERTO - Na reportagem há uma referência de que esses dados foram fornecidos por um funcionário da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me permita dizer, pela experiência que já tive, que será a primeira vez que verei diferente, que, se batermos na porta da **Veja** para perguntar quem disse isso, dirão que o repórter não cita fontes.

Agora, uma observação preliminar é cabível.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Logo nas primeiras sessões desta Comissão, apresentei um requerimento propondo a convocação dos vinte principais empreiteiros

que tinham relacionamento com a Comissão de Orçamento. O nobre Relator deu um parecer, com o qual concordo, protelando essa convocação dos representantes das empreiteiras, propondo que primeiro fossem ouvidos os Parlamentares e depois as empresas envolvidas.

Dobrei-me à recomendação do nobre Relator e apresentei outro requerimento solicitando informações muito objetivas dessas mesmas empresas, para que pudéssemos avaliar o currículo dessas empresas. Creio que chamar, agora, um representante dessas empreiteiras, sem ter os resultados do sigilo bancário quebrado, do sigilo fiscal e sem ter essas informações, não teremos muito o que indagar dele. Proponho que adiemos essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço V. Exª, todavia, em relação a uma colocação do Deputado Luiz Salomão, lembro-me que se inquiriu - se não me engano V. Exª ou outra pessoa - o economista José Carlos nome por nome de empreiteiras. E ele foi respondendo: "esta não, não me lembro, esta sim". Então, talvez tivéssemos que prestar atenção ao efeito que causamos na área da Bolsa, na área econômica - V. Exª conhece isso melhor do que eu - na hora em que ele listava logo vinte de uma vez. Entretanto, o pedido de informação é cabível.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente. Só pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passo à votação.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, perdoe-me, mas estou nominado em ampla reportagem da revista **Veja** e o meu espírito aqui é de preservar a Comissão e a Instituição a que pertencemos.

Se V. Exª e os nobres Companheiros considerarem que não devem, imediatamente, chamar para depor o Presidente da SERVAZ, o Sr. Onofre Vaz, que seja definida uma subcomissão oficial, nos termos da lei, para ouvi-lo sobre: primeiro, se o que está escrito na **Veja** corresponde à verdade; segundo, se ele tiver condições de indicar quem é o ex-Diretor que apresentou a relação, que então esse ex-Diretor também seja ouvido; e, por último, que essa subcomissão fique autorizada por esta Comissão a dar uma manifestação sobre se realmente o participante desta Comissão, Deputado Vicente Fialho, está envolvido na citação feita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso seria conseqüência da diligência.

O SR. VICENTE FIALHO - Queria dizer que, se a diligência constatar que há um envolvimento maior, tenho o dever de, imediatamente, renunciar do direito de participar da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª, porque isso significa a retirada do requerimento citado.

O SR. VICENTE FIALHO - Não retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª vai sobrestá-lo.

O SR. VICENTE FIALHO - Não, Sr. Presidente, mantenho o requerimento, e a convocação seria realizada na época em que a Comissão julgasse conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, pela experiência que temos de administração da Casa, a proposta que V. Exª fez, se aprovada agora e já deferida pela Mesa, provoca o sobrestamento do seu requerimento. Ele não é arquivado, mas fica sobrestado.

O SR. VICENTE FIALHO - Faria uma indagação de natureza legal ao nobre Relator, que é um jurista com grande experiência. Uma subcomissão aqui definida, criada e aprovada por esta Comissão, ao ouvir no local o Presidente da SERVAZ, o ex-Diretor, o relatório que será elaborado tem fé pública?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, tem efeito para nós aqui. V. Exª comprovou, através da subcomissão, que não está envolvido. Só que ninguém o está acusando aqui. V. Exª está se defendendo de uma acusação que ninguém aqui lhe está fazendo. Só valeria para nós, evidentemente.

Gostaria de levantar uma preliminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A SERVAZ não está entre aquelas empresas que tiveram o sigilo bancário quebrado? Logo, vai ser investigada e, provavelmente, terá que vir aqui explicar alguns aspectos que a subcomissão entenda como não resolvidos. De modo que virá com ou sem requerimento, pois está entre aquelas empresas relacionadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, como integrante do esquema de corrupção.

Nessa oportunidade, poderá esclarecer outros aspectos como este que está incomodando V. Exª. Entendo e estaria incomodado também. Não gostei do que disse o DIAP, não gostei do que disse o Swan. Na realidade, V. Exª está se defendendo de uma acusação que ninguém está lhe fazendo aqui; V. Exª não está sob suspeição de ninguém aqui. Agora, se é apenas um aspecto que deseja ressalvar perante nós, V. Exª deveria pedir, pessoalmente, uma declaração desse homem, reconhecer a firma num cartório, trazer aqui e apresentar. Não há necessidade, mas se é o que V. Exª quer, eu lhe aconselharia a fazer isso. Teria o mesmo valor jurídico ele vir aqui depor perante uma subcomissão, ou dar um documento assinado, formalizado em cartório, e então V. Exª o traz aqui e se tranqüiliza quanto a isso.

O SR. VICENTE FIALHO - Nobre Relator, estou preocupado comigo mesmo e com a Comissão. Esse documento teria o efeito para comigo mesmo, diante

aqui dos companheiros da Comissão, mas não ficaria bem à Comissão com relação ao público. Considerando que esse é um caso específico em que uma revista de grande circulação nominou vários Parlamentares, dentre eles um membro da Comissão, e ele cita isso no relatório. Se os companheiros - espero que sim - concordarem com a aprovação do requerimento, não poderíamos entremear, entre os depoimentos dos Deputados aqui citados, o desse senhor da SERVAZ, sem prejuízo de que, mais na frente, se outros fatos comprovarem, ele venha a ser novamente convidado? Eu gostaria que os companheiros vissem a minha posição pessoal. Eu teria duas alternativas aqui: uma seria simplesmente, para preservar toda a Comissão, renunciar a Comissão, mas estaria assumindo que recebi esses recursos da SERVAZ.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Claro.

O SR. VICENTE FIALHO - E também não posso chegar a tanto sacrifício, por maior estima que tenha - e tenho - à Casa e aos companheiros da Comissão. O segundo passo é que aprovamos aqui a convocação dos colegas, já citados, para deporem. Seria uma solicitação que faço aos companheiros: exigiríamos de nós mesmos um pouco mais de trabalho - talvez mais duas ou três horas além do que estamos fazendo - e faríamos, de logo, uma convocação a esse senhor, que poderia ser específica com relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª, então, muda a sua posição anterior? Muda mais uma vez? Porque V. Exª propôs, o Senador Luiz Alberto fez uma proposta e V. Exª até a enriqueceu, e nós concordamos de pronto. Ao invés de trazê-lo já para uma convocação, faríamos uma diligência junto ao Sr. Onofre Vaz. Uma diligência junto à **Veja** não dará resultado. Ela não vai nos dizer: foi o fulano de tal que disse isso. Então, junto a ele, a avaliação do encontro com esse homem é que nos levaria aqui a continuar a votação do requerimento de V. Exª; ele não ficaria arquivado, ele está apenas sobrestado, enquanto se aguarda o resultado da diligência, que, esta sim, será feita prontamente.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um pequeno aditivo a essa proposta. Penso que essa diligência deveria ser feita em relação ao repórter da **Veja**, solicitar toda documentação que ele recebeu e todas as informações que ele possa prestar e ao dono da empresa, Sr. Onofre Vaz, para avaliar se ele confirma as denúncias e o que ele esclarece em relação à documentação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode ser desdobrada, V. Exª tem razão, porque tem fac-símile publicado. Serve ainda, Deputado? Não serve.

O SR. VICENTE FIALHO - Nobre Senador, estou mantendo a mesma linha de raciocínio. Quer dizer, o que desejamos é preservar a Comissão e o Congresso contra o fato de que há uma denúncia pública numa revista de grande circulação sobre um membro desta Comissão. Indaguei ao nobre Relator se o trabalho dessa subcomissão teria força de lei; o nobre Relator nos informou que não tem. Então, se o trabalho dessa subcomissão não tem força de lei, ele não substitui o requerimento que fizemos a V. Exª. O que solicitaríamos a V. Exª é que fosse votado o requerimento. Essa é a solicitação, como Parlamentar e como companheiro, para preservar a Comissão, o Congresso e a mim mesmo, para que esse depoimento, com um pouco mais de esforço da nossa parte, seja feito o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos encerrar a discussão.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, quero somente dizer que entendo que a Comissão vai se preservar se ela for a fundo nas investigações. Temos aqui subsídios, indícios etc., que podem ser apurados pelas diversas subcomissões. E as subcomissões, de posse do material que a imprensa mandar, e com essa diligência, após ouvir o repórter e o dono da empresa, vai fazer um relatório para as demais subcomissões trabalharem. Se invertermos a ordem de investigação a cada manchete de jornal ou de revista, vamos chegar ao final do período sem ter conseguido aprofundar o eixo fundamental, que é o esquema da Comissão de Orçamento.

Temos que ter essas informações complementares para que as subcomissões apurem essas e outras denúncias que estão saindo na imprensa e que estão chegando diretamente ao gabinete. Mas se invertermos a apuração por causa de uma denúncia, se fizermos isso vamos perder o eixo fundamental da apuração.

Para a imprensa, o assunto João Alves já é uma coisa velha. Mas para nós a apuração do seu envolvimento e de outros não é.

Solicitaria, então, que fosse mantido o cronograma de depoimentos, que esse material fosse encaminhado às subcomissões respectivas, que fosse apurada a denúncia, que essa diligência ouvisse o repórter e o proprietário da empresa preliminarmente e que, depois, com o requerimento do Deputado Luiz Alfredo Salomão, nós ouvíssemos todas as grandes empreiteiras, porque temos questões para todas. Existem indícios de participação de todas no esquema, e vamos ter que apurar. E que não se inverta a prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considero a discussão encerrada. Como o Deputado insiste, vamos passar à votação.

Deputado, apenas chamo a atenção para o fato de que se nós votarmos agora e o resultado for não convocar, vamos ter que esperar um novo tipo de requerimento, na hora oportuna. Solicito a V. Exªs que prestem atenção, por obséquio: peço aos membros, titulares apenas, que levantem o braço. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Peço um esclarecimento sobre o processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Levantem o braço e expressem o voto.

Como vota o Sr. Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Sr. Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Sr. Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Não. Mas gostaria de declarar o voto, Sr. Presidente. Trata-se inclusive de um representante do meu Partido. Parece-me que se prosperar - sinto o problema do Deputado Vicente Fialho -, nós estaremos inclusive ressaltando um fato em detrimento da ordem dos trabalhos da Relatoria. Então, voto "não".

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço que acrescente ao meu voto a mesma declaração de voto do Senador Elcio Alvares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Como vota o Deputado Aloízio Mercadante?

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Não, com a mesma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO - Não, com a mesma declaração e com a sugestão de que uma subcomissão possa ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Na qualidade de membro da Comissão, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quantos fomos? Como vota o Relator?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, para o oportuno tempo. Não para agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então V. Exª vota "não" para agora.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deixe acabar a votação; não se pode interromper a votação.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, está sendo votado o requerimento; não está sendo votada a data de formação de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois é, nós vamos votar. Não interrompamos a votação; a votação não pode ser interrompida.

Quantos são?

O SR. ODACIR KLEIN - São oito contra e um "sim". Total, nove.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então tenho que chamar. Ele não prestou atenção na questão da repetição de voto. Wilson Martins, Pedro Simon, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, voto "sim", mas com o entendimento de que a Comissão vai marcar a data oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então V. Exª votou "sim". O Senador José Paulo Bisol não seria o caso, não é? (Pausa) Lázaro Barbosa também.

Como vota o Sr. Zaire Rezende?

O SR. ZAIRE REZENDE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Vicente Fialho? Ele é o proponente.

O SR. VICENTE FIALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Fernando Carrion?

O SR. FERNANDO CARRION - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Luiz Máximo não está, Sérgio Miranda, Júlio Cabral, Carlos Kayath, Roberto França. Quantos temos?

O SR. ODACIR KLEIN - Houve nove NÃO e quatro SIM; houve **quorum**, não há necessidade de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então foi denegada a imediata convocação. O problema fica para ser observado no momento oportuno.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Vicente Fialho ainda quer falar sobre o assunto.

O SR. VICENTE FIALHO - Não tendo a Comissão concordado que aqui venha a direção da SERVAZ para esclarecer dúvidas levantadas sobre um membro da Comissão, este membro se sente impedido de continuar participando da Comissão.

Desta forma, neste momento, encaminho a V. Exª a minha solicitação de retirada da Comissão, tendo em vista que não tive o direito de, publicamente acusado, ver, nesta Comissão, os esclarecimentos que poderiam elucidar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, essa é uma questão de foro íntimo, mas eu protesto contra a colocação de V. Exª. Não lhe foi negado o direito de, publicamente, defender-se. Apenas a Comissão entendeu que, nesse momento, a convocação não era oportuna. Apenas isso. Em seguida, prossegui como foi sugerido pelo Senador Luiz Alberto: fazermos uma diligência preliminar e, em ocasião oportuna, a convocação. Como já está vindo a SERVAZ de qualquer maneira, essa convocação será inevitável. Então, pediria a V. Exª que meditasse um pouco sobre o primeiro impulso.

O SR. VICENTE FIALHO - Nobre Presidente, por quem tenho grande respeito...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E é mútuo.

O SR. VICENTE FIALHO - Conhecemo-nos numa vida pública de muitos anos. Fundamental para manter a vida pública são a dignidade e a honra. Neste momento, se não for provado que não recebi dinheiro da SERVAZ, não tem o menor sentido a minha continuidade na vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, V. Exª não acredita no julgamento dos seus Pares? Vamos dizer que tivéssemos de votar se a presença de V. Exª já está manchada ou não. Acredito que a unanimidade diria que não tem cabimento a sua renúncia. A unanimidade. Nenhum de nós põe dúvida sobre V. Exª, embora estejamos averiguando coisas do passado.

O SR. VICENTE FIALHO - Mas, Sr. Presidente, para o grande público de fora, para o Brasil inteiro a quem não podemos deixar de prestar contas, enquanto não houver uma caracterização de que o Sr. Vicente Fialho não recebeu dinheiro da SERVAZ, estarei sob suspeição. Há uma denúncia.

O SR. ODACIR KLEIN - Nobre Deputado, para efeito do grande público, para o que vão pensar ali fora, vai valer a informação que será prestada na coletiva agora, terminada a reunião, pelo nosso Presidente, o Senador Jarbas Passarinho, que saberá traduzir a indignação de V. Exª, manifestada nessa insistência. V. Exª com insistência demonstrou indignação e demonstrou desejo de investigar.

No entanto, a maioria da Comissão entendeu que essa investigação, antecipando um depoimento, poderia prejudicar o curso normal dos trabalhos. V. Exª terá, para efeito de público e de imprensa, a manifestação na coletiva, que será feita daqui a pouco, pelo Presidente desta CPI, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Deputado Vicente Fialho, para reforçar, eu queria que V. Exª acompanhasse o meu raciocínio, se não estou correto.

Se há um esquema poderoso de corrupção que envolve empreiteiras e Parlamentares desta Casa; se a cada semana esse esquema pega um funcionário de uma empreiteira e faz uma denúncia genérica, envolvendo alguns dos membros da Comissão, que renunciam porque estão sob suspeição, V. Exª sabe o que vai acontecer? Não vamos apurar nada da denúncia.

Temos uma denúncia que não tem prova testemunhal e documental, por enquanto. Foi feita uma diligência preliminar com a cautela que esta Comissão tem tido. Vai ouvir o repórter e vai ouvir o proprietário da empresa, se ele confirma ou não a natureza das denúncias que foram feitas. De posse dessa informação podemos convocar imediatamente o proprietário da empresa ou, simplesmente, encaminhar essas informações para o trabalho que as subcomissões estão desenvolvendo. É evidente que, nessa audiência com o proprietário da empresa, uma das perguntas relevantes é se há algum membro desta Comissão que recebeu qualquer tipo de vantagem econômica, diante da denúncia que foi anunciada, e, particularmente, o Deputado que foi citado na matéria.

Solicitaria ao Deputado Vicente Fialho que permanecesse na Comissão, aguardasse o desenvolvimento dessa diligência e o andar das investigações, porque quero insistir aqui: pelo que vi na CPI que investigou as denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello, essa não será a única acusação. Teremos outras, que vão atingir outros membros da Comissão. Temos de ter uma certa consistência no processo.

Tanto esse é o sentimento da Comissão, que ninguém aqui solicitou a quebra do sigilo bancário e fiscal de V. Sª. Eu, particularmente, se considerasse que essa denúncia tivesse a consistência do fato que enunciamos, quer dizer, um fato consistente e relevante, teria encaminhado, como o fiz em relação a outros membros da Comissão, pelo critério que utilizei anteriormente.

Portanto, eu solicitaria que aguardássemos essa diligência. Que fique registrada a indignação de V. Sª, inclusive a sua seriedade e disposição de colaborar com a CPI, e que possamos apurar essa denúncia, como tantas outras que estão saindo cotidianamente nos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faço um apelo fraternal: não siga esse seu primeiro impulso. Na coletiva, eu lhe darei, como sugeriu aqui o nosso Vice-Presidente - que inclusive é tão parcimonioso nas intervenções, mas, quando participa, o faz com grande sabedoria -, eu lhe darei toda a oportunidade de justificar publicamente a sua posição.

Eu não gostaria de falar que V. Exª, desde logo, renunciara a sua presença aqui, porque imagino que, amanhã, seremos solicitados pelo Senador José Sarney. S. Exª está citado lá. Imagine se S. Exª me pedir que imediatamente façamos isso também, porque está sendo citado? Enquanto alguns Deputados já estão nominados em outros depoimentos, outros não estão. Vão pedir a mesma coisa? Nós vamos sair do que

queremos para uma coisa secundária, vicinal? Quero ficar na estrada real e não na vicinal.

O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, eu faria, então, uma solicitação, com base na proposta do Senador Luiz Alberto: que seja designada uma comissão imediata, para que seja ouvido o Sr. Presidente da Servaz, seja localizado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já pedi ao Senador Odacir Klein que faça essa comunicação.

O SR. VICENTE FIALHO - Solicito que seja ouvido o Sr. Presidente da Servaz e também esse cidadão que é ex-dirigente da Servaz; que se faça uma constatação se, em algum momento, a Servaz, ou o Sr. Onofre, ou quem quer que seja repassaram recursos para a minha campanha, direta ou indiretamente, e que isso conste de ata.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Constará.

O SR. VICENTE FIALHO - E que isso conste de ata.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Constará, seguramente.

E já sabemos qual é o outro dado, porque V. Exª já nos antecipou. Nunca recebeu deles nada, então vamos provar. Esse negócio de 1.500 dólares, o sujeito põe no papel como quiser.

O Deputado Odacir klein está propondo a seguinte comissão para fazer isso que foi proposto, nos termos em que o Deputado Vicente Fialho agora resumiu: o Senador Luiz Alberto, do PTB, Deputado Zaire Rezende, do PMDB, e Deputado Fernando Carrion, do PPR, ficariam encarregados dessa diligência. Imediatamente, podem dar prosseguimento a isso, como uma diligência.

Só peço uma desculpa aos senhores: depois vou ficar aqui, preso a uma coletiva; se pudéssemos, então, encerrar os nossos trabalhos...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, ontem, o Coronel João Brochado, Secretário de Segurança do Distrito Federal, informou ao jornal a **Folha de S.Paulo** que tem um registro de listas, anotações e fitas gravadas de telefonemas do Sr. José Carlos Alves dos Santos, logo após o seqüestro da Srª Ana Elizabeth Lofrano. Ele disse que apenas aguarda uma solicitação da CPI para enviar tais documentos.

Então, encaminho à Mesa um requerimento para que a CPI requeira do Secretário de Segurança tais documentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Senhores, muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o requerimento que está sobre a mesa, não precisaria ser aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há nenhum requerimento aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Há sim. Eu o coloquei nas mãos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, o requerimento é do Deputado Luiz Salomão...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Trata-se do requerimento que acabo de mencionar, Sr. Presidente.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O requerimento já está resolvido. O Relator já o deferiu, e eu o deferi de pronto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está deferido, Sr. Presidente?

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, a respeito do requerimento, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O requerimento de V. Exª não está comigo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está, Sr. Presidente.

O SR. ELCIO ALVARES - A respeito do requerimento, só para esclarecer. Li a notícia também. Parece-me que quando morreu ou desapareceu a mulher do Sr. José Carlos dos Santos, várias pessoas que conviviam com ele não tinham idéia do envolvimento dele na Comissão de Orçamento, telefonaram prestando-lhe solidariedade. Tenho a impressão de que um requerimento dessa ordem dá uma implicação que não é realidade dar telefonema. Tem o Ministro de Estado Hugo Napoleão, várias pessoas. Isso aconteceu após o episódio da desaparição da mulher dele. E telefonaram num gesto, num impulso natural de soiidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O requerimento do Senador não precisa de Plenário. Defiro de plano. Muito obrigado. Pode mandar chamar o pessoal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 13 horas.)

Coordenacao de Apoio Parlamentar — Pag. 2
SEDAI - Anexo IV - Sala 138 - Tel: 318-6216
CEP 70.160-900 - Brasilia - DF — 24-02-1994

****

RELACAO DOS GABINETES, TELEFONES E FAX DOS DEPUTADOS FEDERAIS

****

NOME DO PARLAMENTAR	ESTADO	LEGENDA	GABINETE	TELEFONE	FAX
AROLDE DE OLIVEIRA	RJ	BL/PFL	917	318.5917	--------
AROLDO CEDRAZ	BA	BL/PFL	312	318.5312	318-2312
AROLDO GOES	AP	PDT	225	318.5225	000-0000
ARTUR DA TAVOLA	RJ	PSDB	517	318.5517	--------
ARY KARA	SP	PMDB	817	318.5817	318-2817
ATILA LINS	AM	BL/PFL	730	318.5730	318-2730
ATILA LIRA (SEC. ESTADO)	PI	BL/PFL	654	318.5654	000-0000
AUGUSTINHO FREITAS	MT	PP.	722	318.5722	318-2722
AUGUSTO CARVALHO	DF	PPS	216	318.5216	--------
AUGUSTO FARIAS	AL	BL/PSC	229	318.5229	318-2229
AVELINO COSTA	MG	PPR	719	318.5719	318-2719
AVENIR ROSA	RR	PP.	437	318.5437	318-2437
B. SA - 4. SECRETARIO	PI	PP.	643	318.5643	318-2643
BASILIO VILLANI	PR	PPR	634	318.5634	318-2634
BENEDITA DA SILVA	RJ	PT.	360	318.5360	318-2360
BENEDITO DE FIGUEIREDO	SE	PDT	903	318.5903	000-0000
BENEDITO DOMINGOS	DF	PP.	945	318.5945	318-2945
BENITO GAMA	BA	BL/PFL	741	318.5741	--------
BERALDO BOAVENTURA	BA	PSDB	933	318.5933	000-0000
BETH AZIZE	AM	PDT	646	318.5646	318-2646
BETO MANSUR	SP	PPR	837	318.5837	318-2837
BONIFACIO DE ANDRADA (SEC.EST)	MG	BL/PTB	235	318.5235	000-0000
CAMILO MACHADO	MG	BL/PTB	503	318.5503	318-2503
CARDOSO ALVES - 2.SECRETARIO	SP	BL/PTB	823	318.5823	000-0000
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	RJ	PDT	325	318.5325	318-2325
CARLOS AZAMBUJA	RS	PPR	*469	318.5469	318-2469
CARLOS BENEVIDES	CE	PMDB	506	318.5506	318-2506
CARLOS CAMURCA	RO	PP.	342	318.5342	318-2342
CARLOS CARDINAL	RS	PDT	*384	318.5384	000-0000
CARLOS KAYATH	PA	BL/PTB	218	318.5218	318-2218
CARLOS LUPI	RJ	PDT	810	318.5810	318-2810
CARLOS NELSON	SP	PMDB	328	318.5328	318-2328
CARLOS ROBERTO MASSA	PR	BL/PTB	633	318.5633	318-2633
CARLOS SANTANA	RJ	PT.	*382	318.5382	000-0000
CARLOS SCARPELINI	PR	PP.	608	318.5608	000-0000
CARLOS VIRGILIO	CE	PPR	537	318.5537	318-2537
CARRION JUNIOR	RS	PDT	807	318.5807	000-0000
CELIA MENDES	AC	PPR	615	318.5615	318-2615
CELSO BERNARDI	RS	PPR	530	318.5530	318-2530
CESAR BANDEIRA	MA	BL/PFL	502	318.5502	318-2502
CESAR SOUZA	SC	BL/PFL	713	318.5713	318-2713
CHAFIC FARHAT - SUPLENTE	SP	PPR	*480	318.5480	-
CHICO VIGILANTE	DF	PT.	627	318.5627	318-2627
CID CARVALHO	MA	PMDB	710	318.5710	318-2710
CIDINHA CAMPOS	RJ	PDT	714	318.5714	318-2714
CIRO NOGUEIRA	PI	BL/PFL	619	318.5619	318-2619
CLEONANCIO FONSECA	SE	PPR	824	318.5824	318-2824
CLETO FALCAO	AL	PSD.	215	318.5215	318-2215
CLOVIS ASSIS	BA	PSDB	*586	318.5586	318-2586
COSTA FERREIRA	MA	PP.	*282	318.5282	--------
CUNHA BUENO	SP	PPR	*467	318.5467	318-2467
DANIEL SILVA	MA	BL/PFL	852	318.5852	318-2852
DARCI COELHO	TO	BL/PFL	309	318.5309	318-2309
DEJANDIR DALPASQUALE	SC	PMDB	715	318.5715	318-2715
DELCINO TAVARES	PR	PP.	929	318.5929	--------
DELFIM NETTO	SP	PPR	511	318.5511	318-2511
DELIO BRAZ	GO	BL/PFL	962	318.5962	000-0000
DENI SCHWARTZ	PR	PSDB	821	318.5821	318-2821
DERCIO KNOP	SC	PDT	*479	318.5479	224-7834
DERVAL DE PAIVA	TO	PMDB	829	318.5829	318-2829
DIOGO NOMURA	SP	PL	*283	318.5283	000-0000
DJENAL GONCALVES	SE	PSDB	946	318.5946	318-2946
DOMINGOS JUVENIL	PA	PMDB	702	318.5702	--------
EDEN PEDROSO	RS	PT	*385	318.5385	000-0000
EDESIO FRIAS - SUPLENTE	RJ	PDT	521	318.5521	318-2521
EDESIO PASSOS	PR	PT.	*572	318.5572	318-2572
EDEVALDO ALVES DA SILVA(S.MUN)	SP	PPR	348	318.5348	000-0000
EDI SILIPRANDI	PR	PSD	736	318.5736	318-2736
EDISON ANDRINO	SC	PMDB	639	318.5639	000-0000
EDISON FIDELIS	RO	PP.	252	318.5252	318-2252
EDMAR MOREIRA - 1. SUP. SEC.	MG	PP.	460	318.5460	318-2460
EDMUNDO GALDINO	TO	PSDB	*672	318.5672	318-2672
EDSON SILVA	CE	PDT	726	318.5726	318-2726
EDUARDO JORGE	SP	PT.	*371	318.5371	000-0000

Coordenacao de Apoio Parlamentar — Pag. 3
SEDAI - Anexo IV - Sala 138 - Tel: 318-6216
CEP 70.160-900 - Brasilia - DF — 24-02-1994

****

* RELACAO DOS GABINETES, TELEFONES E FAX DOS DEPUTADOS FEDERAIS *

****

NOME DO PARLAMENTAR	ESTADO	LEGENDA	GABINETE	TELEFONE	FAX
EDUARDO MASCARENHAS - SUPLENTE	RJ	PDSB	944	318.5944	000-0000
EDUARDO MATIAS	MA	PP	529	318.5529	000-0000
EFRAIM MORAIS	PB	BL/PFL	638	318.5638	000-0000
ELIAS MURAD	MG	PSDB	341	318.5341	000-0000
ELIEL RODRIGUES - SUPLENTE	PA	PMDB	752	318.5752	--------
ELIO DALLA-VECCHIA	PR	PDT	916	318.5916	000-0000
ELISIO CURVO	MS	BL/PTB	942	318.5942	318-2942
ERALDO TINOCO	BA	BL/PFL	310	318.5310	000-0000
ERALDO TRINDADE	AP	PPR	*280	318.5280	318-2280
ERNANI VIANA	CE	PP.	738	318.5738	318-2738
ERNESTO GRADELLA	SP	PSTU	*276	318.5276	318-2276
ERVIN BONKOSKI	PR	BL/PTB	*577	318.5577	-
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	ES	BL/PTB	213	318.5213	318-2213
ETEVALDO NOGUEIRA	CE	BL/PFL	603	318.5603	318-2603
EUCLYDES MELLO	SP	PRN	727	318.5727	318-2727
EULER RIBEIRO	AM	PMDB	544	318.5544	318-2544
EVALDO GONCALVES	PB	BL/PFL	833	318.5833	000-0000
EVERALDO DE OLIVEIRA	SE	BL/PFL	732	318.5732	318-2732
EZIO FERREIRA	AM	BL/PFL	515	318.5515	--------
FABIO FELDMANN	SP	PSDB	*473	318.5473	226-0592
FABIO MEIRELLES	SP	PPR	526	318.5526	318-2526
FABIO RAUNHEITTI	RJ	BL/PTB	628	318.5628	318-2628
FATIMA PELAES	AP	BL/PFL	203	318.5203	000-0000
FAUSTO ROCHA	SP	PL	939	318.5939	--------
FELIPE MENDES - SUPLENTE	PI	PPR	654	318.5654	318-2654
FELIPE NERI	MG	PMDB	329	318.5329	--------
FELIX MENDONCA	BA	BL/PTB	912	318.5912	000-0000
FERNANDO CARRION	RS	PPR	432	318.5432	000-0000
FERNANDO DINIZ	MG	PMDB	307	318.5307	318-2307
FERNANDO FREIRE	RN	PPR	820	318.5820	318-2820
FERNANDO LOPES (SEC. ESTADO)	RJ	PDT	944	318.5944	000-0000
FERNANDO LYRA - 2.V-PRESIDENTE	PE	PSB	901	318.5901	226-3687
FETTER JUNIOR	RS	PPR	316	318.5316	318-2316
FLAVIO ARNS	PR	PSDB	850	318.5850	000-0000
FLAVIO DERZI	MS	PP.	934	318.5934	--------
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	PSDB	246	318.5246	000-0000
FLAVIO ROCHA	RN	PL	508	318.5508	318-2508
FLORESTAN FERNANDES	SP	PT.	*671	318.5671	000-0000
FRANCISCO COELHO - 2. SUP.SEC.	MA	BL/PFL	525	318.5525	--------
FRANCISCO DIOGENES	AC	PMDB	745	318.5745	318-2745
FRANCISCO DORNELLES	RJ	PPR	512	318.5512	318-2512
FRANCISCO EVANGELISTA	PB	PPR	442	318.5442	000-0000
FRANCISCO RODRIGUES	RR	BL/PTB	304	318.5304	318-2304
FRANCISCO SILVA	RJ	PP.	716	318.5716	000-0000
FREIRE JUNIOR	TO	PMDB	601	318.5601	000-0000
GASTONE RIGHI	SP	BL/PTB	940	318.5940	318-2940
GEDDEL VIEIRA LIMA	BA	PMDB	612	318.5612	318-2612
GENEBALDO CORREIA	BA	PMDB	204	318.5204	318-2204
GENESIO BERNARDINO	MG	PMDB	*571	318.5571	000-0000
GEORGE TAKIMOTO	MS	BL/PFL	635	318.5635	318-2635
GERALDO ALCKMIN FILHO	SP	PSDB	656	318.5656	318-2656
GERMANO RIGOTTO	RS	PMDB	838	318.5838	000-0000
GERSON PERES	PA	PPR	330	318.5330	--------
GETULIO NEIVA	MG	PL	*581	318.5581	000-0000
GILSON MACHADO	PE	BL/PFL	334	318.5334	000-0000
GILVAM BORGES	AP	PMDB	731	318.5731	--------
GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT	534	318.5534	318-2534
GONZAGA MOTA	CE	PMDB	919	318.5919	318-2919
GUSTAVO KRAUSE	PE	BL/PFL	436	318.5436	318-2436
HALEY MARGON	GO	PMDB	803	318.5803	318-2803
HAROLDO LIMA	BA	PC DO B	456	318.5456	318-2456
HAROLDO SABOIA	MA	PT.	660	318.5660	000-0000
HEITOR FRANCO	SP	PPR	245	318.5245	318-2245
HELIO BICUDO	SP	PT.	620	318.5620	000-0000
HELIO ROSAS	SP	PMDB	*478	318.5478	318-2478
HELVECIO CASTELLO	ES	PT	514	318.5514	318-2514
HENRIQUE EDUARDO ALVES	RN	PMDB	539	318.5539	318-2539
HERMINIO CALVINHO	PA	PMDB	431	318.5431	--------
HILARIO COIMBRA	PA	BL/PTB	816	318.5816	318-2816
HOMERO OGUIDO (SEC. ESTADO)	PR	PMDB	*576	318.5576	000-0000
HUGO BIEHL	SC	PPR	332	318.5332	318-2332
HUMBERTO SOUTO	MG	BL/PFL	914	318.5914	223-3560
IBERE FERREIRA	RN	BL/PFL	609	318.5609	318-2609
IBRAHIM ABI-ACKEL	MG	PPR	319	318.5319	318-2319

Coordenacao de Apoio Parlamentar — Pag. 4
SEDAI - Anexo IV - Sala 138 - Tel: 318-6216
CEP 70.160-900 - Brasilia - DF — 24-02-1994

RELACAO DOS GABINETES, TELEFONES E FAX DOS DEPUTADOS FEDERAIS

NOME DO PARLAMENTAR	ESTADO	LEGENDA	GABINETE	TELEFONE	FAX
IBSEN PINHEIRO	RS	PMDB	928	318.5928	000-0000
INOCENCIO OLIVEIRA - PR.CAMARA	PE	BL/PFL	403	318.5403	318-2403
IRANI BARBOSA	MG	PSD.	756	318.5756	318-2756
IRMA PASSONI	SP	PT.	237	318.5237	000-0000
ISRAEL PINHEIRO	MG	BL/PTB	540	318.5540	318-2540
IVAN BURITY	PB	BL/PFL	840	318.5840	000-0000
IVANDRO CUNHA LIMA	PB	PMDB	605	318.5605	318-2605
IVANIO GUERRA	PR	BL/PFL	428	318.5428	--------
IVO MAINARDI	RS	PMDB	228	318.5228	318-2228
JABES RIBEIRO	BA	PSDB	214	318.5214	000-0000
JACKSON PEREIRA	CE	PSDB	923	318.5923	318-2923
JAIR BOLSONARO	RJ	PPR	*482	318.5482	318-2482
JAIRO AZI	BA	BL/PFL	422	318.5422	318-2422
JAIRO CARNEIRO - SUPLENTE	BA	BL/PFL	*284	318.5284	000-0000
JAMIL HADDAD	RJ	PSB	344	318.5344	000-0000
JANDIRA FEGHALI	RJ	PC DO B	443	318.5443	318-2443
JAQUES WAGNER	BA	PT.	*472	318.5472	318-2472
JARVIS GAIDZINSKI	SC	PPR	306	318.5306	318-2306
JAYME SANTANA	MA	PSDB	814	318.5814	000-0000
JERONIMO REIS	SE	PMN	338	318.5338	000-0000
JESUS TAJRA	PI	BL/PFL	414	318.5414	318-2414
JOAO ALMEIDA	BA	PMDB	652	318.5652	318-2652
JOAO ALVES	BA	PPR	630	318.5630	000-0000
JOAO BROCHADO - SUPLENTE	DF	PP	321	318.5321	318-2321
JOAO CARLOS BACELAR	BA	BL/PSC	827	318.5827	000-0000
JOAO DE DEUS ANTUNES	RS	PPR	720	318.5720	318-2720
JOAO FAGUNDES	RR	PMDB	550	318.5550	318-2550
JOAO FAUSTINO	RN	PSDB	704	318.5704	318-2704
JOAO HENRIQUE	PI	PMDB	617	318.5617	318-2617
JOAO MAIA	AC	PP.	244	318.5244	318-2244
JOAO MELLAO NETO	SP	PL	828	318.5828	000-0000
JOAO MENDES	RJ	BL/PTB	831	318.5831	000-0000
JOAO NATAL	GO	PMDB	844	318.5844	318-2844
JOAO PAULO	MG	PT.	211	318.5211	318-2211
JOAO RODOLFO	MA	PPR	308	318.5308	318-2308
JOAO TEIXEIRA	MT	PL	240	318.5240	318-2240
JOAO THOME	AM	PMDB	*583	318.5583	318-2583
JOAO TOTA	AC	PPR	433	318.5433	000-0000
JOAQUIM SUCENA (SEC. ESTADO)	MT	BL/PTB	948	318.5948	000-0000
JOFRAN FREJAT - SEC. ESTADO	DF	PP	321	318.5321	318-2321
JONAS PINHEIRO	MT	BL/PFL	441	318.5441	318-2441
JONES SANTOS NEVES	ES	PL	327	318.5327	318-2327
JONI VARISCO	PR	PMDB	613	318.5613	318-2613
JONIVAL LUCAS	BA	BL/PFL	815	318.5815	318-2815
JORGE KHOURY	BA	BL/PFL	212	318.5212	318-2212
JORGE TADEU MUDALEN	SP	PMDB	552	318.5552	318-2552
JORIO DE BARROS	ES	PMDB	739	318.5739	--------
JOSE ABRAO	SP	PSDB	546	318.5546	318-2546
JOSE ALDO	MG	BL/PTB	705	318.5705	000-0000
JOSE ANIBAL	SP	PSDB	624	318.5624	318-2624
JOSE AUGUSTO CURVO	MT	PMDB	932	318.5932	318-2932
JOSE BELATO	MG	PMDB	*573	318.5573	318-2573
JOSE BURNETT	MA	PPR	543	318.5543	318-2543
JOSE CARLOS ALELUIA	BA	BL/PFL	856	318.5856	318-2856
JOSE CARLOS COUTINHO	RJ	PDT	843	318.5843	000-0000
JOSE CARLOS SABOIA (S.MUNIC.)	MA	PSB	*285	318.5285	318-2285
JOSE CARLOS VASCONCELLOS-L.PRN	PE	PRN	915	318.5915	000-0000
JOSE CICOTE	SP	PT.	358	318.5358	000-0000
JOSE DIOGO	PA	PP.	*570	318.5570	--------
JOSE DIRCEU	SP	PT.	706	318.5706	318-2706
JOSE DUTRA	AM	PMDB	943	318.5943	318-2943
JOSE EGYDIO	RJ	PL	532	318.5532	--------
JOSE ELIAS	MS	BL/PTB	448	318.5448	--------
JOSE FALCAO	BA	BL/PFL	822	318.5822	318-2822
JOSE FELINTO	PR	PP.	*576	318.5576	318-2576
JOSE FORTUNATI - LIDER DO PT	RS	PT.	*372	318.5372	318-2372
JOSE GENOINO	SP	PT.	*270	318.5270	318-2270
JOSE GERALDO	MG	PMDB	226	318.5226	318-2226
JOSE JORGE	PE	BL/PFL	408	318.5408	318-2408
JOSE LINHARES	CE	PP.	860	318.5860	318-2860
JOSE LOURENCO	BA	PPR	311	318.5311	225-3297
JOSE LUIZ CLEROT	PB	PMDB	938	318.5938	318-2938
JOSE LUIZ MAIA	PI	PPR	640	318.5640	318-2640
JOSE MARANHAO	PB	PMDB	236	318.5236	218-2236
JOSE MARIA EYMAEL	SP	PPR	331	318.5331	318-2331

Coordenacao de Apoio Parlamentar — Pag. 5
SEDAI - Anexo IV - Sala 138 - Tel: 318-6216
CEP 70.160-900 - Brasilia - DF — 24-02-1994

****

RELACAO DOS GABINETES, TELEFONES E FAX DOS DEPUTADOS FEDERAIS

****

NOME DO PARLAMENTAR	ESTADO	LEGENDA	GABINETE	TELEFONE	FAX
JOSE MAURICIO (SEC. ESTADO)	RJ	PDT	521	318.5521	000-0000
JOSE MENDONCA BEZERRA	PE	BL/PFL	314	318.5314	318-2314
JOSE MUCIO MONTEIRO	PE	BL/PFL	458	318.5458	318-2458
JOSE REINALDO	MA	BL/PFL	217	318.5217	000-0000
JOSE REZENDE (SEC. ESTADO)	MG	BL/PTB	250	318.5250	000-0000
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	MG	BL/PFL	531	318.5531	--------
JOSE SERRA - LIDER PSDB	SP	PSDB	407	318.5407	000-0000
JOSE TELES	SE	PPR	438	318.5438	000-0000
JOSE THOMAZ NONO	AL	PMDB	812	318.5812	318-2812
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA - SUPLENTE	MG	BL/PTB	250	318.5250	--------
JOSE VICENTE BRIZOLA	RJ	PDT	832	318.5832	318-2832
JULIO CABRAL	RR	PP.	340	318.5340	318-2340
JUNOT ABI-RAMIA	RJ	PDT	708	318.5708	318-2708
JUTAHY JUNIOR	BA	PSDB	345	318.5345	000-0000
KOYU IHA	SP	PSDB	*575	318.5575	000-0000
LAEL VARELLA	MG	BL/PFL	721	318.5721	318-2721
LAERTE BASTOS	RJ	PSDB	*481	318.5481	000-0000
LAIRE ROSADO	RN	PMDB	650	318.5650	318-2650
LAPROVITA VIEIRA	RJ	PP	*565	318.5565	318-2565
LASARO BARBOZA	GO	PMDB	941	318.5941	318-2941
LEOMAR QUINTANILHA	TO	PPR	728	318.5728	318-2728
LEOPOLDO BESSONE	MG	BL/PTB	402	318.5402	000-0000
LEUR LOMANTO	BA	BL/PFL	927	318.5927	318-2927
LEZIO SATHLER	ES	PSDB	362	318.5362	000-0000
LIBERATO CABOCLO	SP	PDT	*474	318.5474	000-0000
LOURIVAL FREITAS	AP	PT.	*574	318.5574	318-2574
LUCI CHOIANCKI	SC	PT.	*273	318.5273	000-0000
LUCIA BRAGA	PB	PDT	642	318.5642	318-2642
LUCIA VANIA	GO	PP.	430	318.5430	--------
LUCIANO CASTRO	RR	PPR	401	318.5401	318-2401
LUCIANO PIZZATTO	PR	BL/PFL	541	318.5541	318-2541
LUIS EDUARDO - LIDER BL.PARLAM	BA	BL/PFL	906	318.5906	000-0000
LUIS ROBERTO PONTE	RS	PMDB	956	318.5956	318-2956
LUIZ CARLOS HAULY	PR	PP.	701	318.5701	318-2701
LUIZ CARLOS SANTOS - L.GOVERNO	SP	PMDB	836	318.5836	000-0000
LUIZ DANTAS	AL	PSD	632	318.5632	318-2632
LUIZ GIRAO	CE	PDT	439	318.5439	318-2439
LUIZ GUSHIKEN	SP	PT.	*374	318.5374	318-2374
LUIZ HENRIQUE	SC	PMDB	209	318.5209	318-2209
LUIZ MAXIMO	SP	PSDB	538	318.5538	318-2538
LUIZ MOREIRA	BA	BL/PFL	729	318.5729	318-2729
LUIZ PIAUHYLINO	PE	PSB	224	318.5224	318-2224
LUIZ PONTES	CE	PSDB	445	318.5445	318-2445
LUIZ SALOMAO - LIDER DO PDT	RJ	PDT	733	318.5733	318-2733
LUIZ SOYER - SUPLENTE	GO	PMDB	909	318.5909	000-0000
LUIZ VIANA NETO	BA	BL/PFL	913	318.5913	318-2913
MALULY NETTO	SP	BL/PFL	219	318.5219	318-2219
MANOEL CASTRO	BA	BL/PFL	760	318.5760	318-2760
MANOEL MOREIRA	SP	PMDB	842	318.5842	318-2842
MANOEL RIBEIRO (SEC. ESTADO)	PA	PMDB	752	318.5752	000-0000
MARCELINO ROMANO MACHADO-L.PPR	SP	PPR	533	318.5533	318-2533
MARCELO BARBIERI	SP	PMDB	910	318.5910	318-2910
MARCELO LUZ	RR	PP.	419	318.5419	318-2419
MARCIA CIBILIS VIANA	RJ	PDT	950	318.5950	000-0000
MARCO PENAFORTE	CE	PSDB	238	318.5238	000-0000
MARCOS LIMA	MG	PMDB	220	318.5220	000-0000
MARCOS MEDRADO	BA	PP.	313	318.5313	318-2313
MARIA LAURA	DF	PT.	*475	318.5475	318-2475
MARIA LUIZA FONTENELE	CE	PSTU	*582	318.5582	000-0000
MARIA VALADAO	GO	PPR	520	318.5520	000-0000
MARILU GUIMARAES	MS	BL/PFL	440	318.5440	--------
MARINO CLINGER	RJ	PDT	604	318.5604	000-0000
MARIO ASSAD (SEC. ESTADO)	MG	BL/PFL	503	318.5503	000-0000
MARIO CHERMONT	PA	PP.	434	318.5434	--------
MARIO DE OLIVEIRA	MG	PP.	*381	318.5381	--------
MARIO MARTINS	PA	PMDB	740	318.5740	318-2740
MATHEUS IENSEN	PR	PSD	641	318.5641	318-2641
MAURI SERGIO	AC	PMDB	*568	318.5568	--------
MAURICI MARIANO	SP	PMDB	622	318.5622	318-2622
MAURICIO CALIXTO	RO	BL/PFL	352	318.5352	318-2352
MAURICIO CAMPOS	MG	PL	239	318.5239	000-0000
MAURICIO NAJAR	SP	BL/PFL	242	318.5242	000-0000
MAURILIO FERREIRA LIMA	PE	PSDB	411	318.5411	318-2411
MAURO BORGES	GO	PP.	223	318.5223	318-2223
MAURO FECURY	MA	BL/PFL	935	318.5935	000-0000

Coordenacao de Apoio Parlamentar — Pag. 6
SEDAI - Anexo IV - Sala 138 - Tel: 318-6216
CEP 70.160-900 - Brasilia - DF — 24-02-1994

RELACAO DOS GABINETES, TELEFONES E FAX DOS DEPUTADOS FEDERAIS

NOME DO PARLAMENTAR	ESTADO	LEGENDA	GABINETE	TELEFONE	FAX
MAURO MIRANDA	GO	PMDB	335	318.5335	318-2335
MAURO SAMPAIO	CE	PMDB	356	318.5356	000-0000
MAVIAEL CAVALCANTI	PE	BL/PFL	717	318.5717	318-2717
MAX ROSENMANN	PR	PDT	758	318.5758	318-2758
MENDES BOTELHO	SP	PP.	958	318.5958	000-0000
MENDES RIBEIRO	RS	PMDB	222	318.5222	000-0000
MENDONCA NETO	AL	PDT	258	318.5258	318-2258
MERVAL PIMENTA	TO	PMDB	*466	318.5466	000-0000
MESSIAS GOIS	SE	BL/PFL	723	318.5723	318-2723
MIGUEL ARRAES - LIDER DO PSB	PE	PSB	846	318.5846	318-2846
MIRO TEIXEIRA	RJ	PDT	*272	318.5272	--------
MOACIR MICHELETTO	PR	PMDB	256	318.5256	318-2256
MORONI TORGAN	CE	PSDB	535	318.5535	318-2535
MUNHOZ DA ROCHA	PR	PSDB	*578	318.5578	000-0000
MURILO PINHEIRO	AP	BL/PFL	305	318.5305	318-2305
MURILO REZENDE	PI	PMDB	*587	318.5587	000-0000
MUSSA DEMES	PI	BL/PFL	712	318.5712	318-2712
NAN SOUZA	MA	PP.	315	318.5315	000-0000
NAPHTALI ALVES DE SOUZA (S.ES)	GO	PMDB	337	318.5337	000-0000
NEIF JABUR	MG	PMDB	231	318.5231	000-0000
NEIVA MOREIRA - SUPLENTE	MA	PDT	*285	318.5285	-
NELSON BORNIER	RJ	PL	936	318.5936	318-2936
NELSON JOBIM	RS	PMDB	734	318.5734	318-2734
NELSON MARQUEZELLI	SP	BL/PTB	920	318.5920	318-2920
NELSON MORRO	SC	BL/PFL	418	318.5418	318-2418
NELSON PROENCA	RS	PMDB	405	318.5405	318-2405
NELSON TRAD	MS	BL/PTB	452	318.5452	000-0000
NESTOR DUARTE	BA	PMDB	336	318.5336	000-0000
NEUTO DE CONTO	SC	PMDB	637	318.5637	318-2637
NEY LOPES	RN	BL/PFL	343	318.5343	318-2343
NICIAS RIBEIRO	PA	PMDB	*278	318.5278	318-2278
NILMARIO MIRANDA	MG	PT.	*275	318.5275	000-0000
NILSON GIBSON	PE	PMDB	410	318.5410	318-2410
NILTON BAIANO	ES	PMDB	618	318.5618	--------
ODACIR KLEIN	RS	PMDB	804	318.5804	318-2804
ODELMO LEAO	MG	PP.	545	318.5545	318-2545
OLAVO CALHEIROS	AL	PMDB	907	318.5907	318-2907
ORLANDO BEZERRA	CE	BL/PFL	413	318.5413	000-0000
ORLANDO PACHECO - SUPLENTE	SC	PSD.	718	318.5718	000-0000
OSCAR TRAVASSOS	MT	PL	952	318.5952	000-0000
OSMANIO PEREIRA	MG	PSDB	*579	318.5579	318-2579
OSORIO ADRIANO	DF	BL/PFL	446	318.5446	--------
OSVALDO BENDER	RS	PPR	*274	318.5274	000-0000
OSVALDO COELHO	PE	BL/PFL	444	318.5444	318-2444
OSVALDO MELO	PA	PPR	809	318.5809	318-2809
OSVALDO REIS	TO	PP.	835	318.5835	318-2835
OSVALDO STECCA	SP	PMDB	626	318.5626	318-2626
OTTO CUNHA	PR	PPR	616	318.5616	318-2616
PAES LANDIM	PI	BL/PFL	560	318.5560	000-0000
PASCOAL NOVAES	RO	PSD	318	318.5318	318-2318
PAUDERNEY AVELINO	AM	PPR	260	318.5260	318-2260
AULINO C.DE VASCONCELOS	MG	PSDB	243	318.5243	000-0000
AULO BAUER (SEC. ESTADO)	SC	PPR	718	318.5718	000-0000
PAULO BERNARDO	PR	PT.	*379	318.5379	318-2379
PAULO DE ALMEIDA - LIDER PSD	RJ	PSD.	420	318.5420	318-2420
PAULO DELGADO	MG	PT.	*373	318.5373	000-0000
PAULO DUARTE	SC	PPR	326	318.5326	000-0000
PAULO HESLANDER	MG	BL/PTB	207	318.5207	318-2207
PAULO LIMA - SUPLENTE	SP	BL/PFL	623	318.5623	318-2623
PAULO MANDARINO	GO	PPR	862	318.5862	318-2862
PAULO MOURAO	TO	PPR	339	318.5339	000-0000
PAULO NOVAES - SUPLENTE	SP	PMDB	*279	318.5279	318-2279
PAULO OCTAVIO	DF	PRN	645	318.5645	318-2645
PAULO PAIM	RS	PT.	*471	318.5471	318-2471
PAULO PORTUGAL	RJ	PP.	516	318.5516	318-2516
PAULO RAMOS	RJ	PDT	830	318.5830	318-2830
PAULO ROCHA	PA	PT.	*483	318.5483	318-2483
PAULO ROMANO - SUPLENTE	MG	BL/PFL	333	318.5333	318-2333
PAULO SILVA	PI	PSDB	*476	318.5476	318-2476
PAULO TITAN	PA	PMDB	527	318.5527	318-2527
PEDRO ABRAO	GO	BL/PTB	918	318.5918	318-2918
PEDRO CORREA	PE	BL/PFL	415	318.5415	318-2415
PEDRO IRUJO	BA	PMDB	818	318.5818	--------
PEDRO NOVAIS	MA	PMDB	813	318.5813	000-0000
PEDRO PAVAO	SP	PPR	548	318.5548	318-2548

Coordenacao de Apoio Parlamentar — Pag. 7
SEDAI - Anexo IV - Sala 138 - Tel: 318-6216
CEP 70.160-900 - Brasilia - DF — 24-02-1994

****

* RELACAO DOS GABINETES, TELEFONES E FAX DOS DEPUTADOS FEDERAIS *

****

NOME DO PARLAMENTAR	ESTADO	LEGENDA	GABINETE	TELEFONE	FAX
PEDRO TASSIS	MG	PMDB	235	318.5235	000-0000
PEDRO TONELLI	PR	PT.	*585	318.5585	318-2585
PEDRO VALADARES	SE	PP.	*383	318.5383	318-2383
PINGA FOGO DE OLIVEIRA	PR	PDT	205	318.5205	318-2205
PINHEIRO LANDIM	CE	PMDB	636	318.5636	318-2636
PRISCO VIANA	BA	PPR	858	318.5858	318-2858
RAQUEL CANDIDO	RO	BL/PTB	614	318.5614	318-2614
RAUL BELEM - LIDER PP	MG	PP.	206	318.5206	318-2206
REDITARIO CASSOL	RO	PP	625	318.5625	000-0000
REGINA GORDILHO	RJ	PRONA	808	318.5808	000-0000
REINHOLD STEPHANES	PR	BL/PFL	322	318.5322	318-2322
RENATO JOHNSSON	PR	PP.	513	318.5513	000-0000
RENILDO CALHEIROS	PE	PC DO B	735	318.5735	318-2735
RIBEIRO TAVARES	BA	PL	802	318.5802	000-0000
RICARDO CORREA - SUPLENTE	MT	PL	948	318.5948	318-2948
RICARDO FIUZA	PE	BL/PFL	707	318.5707	318-2707
RICARDO IZAR (SEC. MUNICIPAL)	SP	PPR	623	318.5623	000-0000
RICARDO MORAES	AM	PSB	*281	318.5281	318-2281
RICARDO MURAD	MA	PSD.	354	318.5354	000-0000
RITA CAMATA	ES	PMDB	905	318.5905	318-2905
RIVALDO MEDEIROS	PB	BL/PFL	227	318.5227	000-0000
ROBERTO BALESTRA	GO	PPR	262	318.5262	318-2262
ROBERTO BRANT (SEC. ESTADO)	MG	BL/PTB	450	318.5450	000-0000
ROBERTO CAMPOS	RJ	PPR	629	318.5629	318-2629
ROBERTO FRANCA	PE	PSB	427	318.5427	--------
ROBERTO FREIRE	PE	PPS	631	318.5631	000-0000
ROBERTO JEFFERSON	RJ	BL/PTB	208	318.5208	000-0000
ROBERTO MAGALHAES	PE	BL/PFL	425	318.5425	318-2425
ROBERTO ROLLEMBERG	SP	PMDB	323	318.5323	318-2323
ROBERTO TORRES	AL	BL/PTB	501	318.5501	318-2501
ROBERTO VALADAO	ES	PMDB	230	318.5230	000-0000
ROBSON TUMA	SP	PL	834	318.5834	318-2834
RODRIGUES PALMA	MT	BL/PTB	528	318.5528	318-2528
ROMEL ANISIO	MG	PP.	317	318.5317	318-2317
RONALDO CAIADO	GO	BL/PFL	611	318.5611	321-6327
RONALDO PERIM	MG	PMDB	*584	318.5584	000-0000
RONIVON SANTIAGO	AC	PPR	742	318.5742	--------
ROSE DE FREITAS	ES	PSDB	960	318.5960	318-2960
ROSEANA SARNEY	MA	BL/PFL	554	318.5554	000-0000
RUBEM MEDINA	RJ	BL/PFL	610	318.5610	--------
RUBEN BENTO	RR	BL/PFL	524	318.5524	318-2524
RUBERVAL PILOTTO	SC	PPR	254	318.5254	318-2254
SALATIEL CARVALHO	PE	PP.	937	318.5937	318-2937
SAMIR TANNUS	MG	PPR	241	318.5241	318-2241
SANDRA CAVALCANTI	RJ	PPR	346	318.5346	000-0000
SANDRA STARLING	MG	PT.	*375	318.5375	318-2375
SARNEY FILHO	MA	BL/PFL	202	318.5202	000-0000
SAULO COELHO	MG	PSDB	602	318.5602	318-2602
SERGIO AROUCA	RJ	PPS	724	318.5724	318-2724
SERGIO BARCELLOS	AP	BL/PFL	301	318.5301	000-0000
SERGIO BRITO	BA	PSD	248	318.5248	318-2248
SERGIO CURY	RJ	PDT	350	318.5350	318-2350
SERGIO FERRARA - SUPLENTE	MG	PDT	*286	318.5286	318-2286
SERGIO GAUDENZI	BA	PSDB	320	318.5320	--------
SERGIO GUERRA	PE	PSB	426	318.5426	318-2436
SERGIO MACHADO	CE	PSDB	536	318.5536	318-2536
SERGIO MIRANDA	MG	PC DO B	462	318.5462	318-2462
SERGIO NAYA	MG	PP	435	318.5435	318-2435
SERGIO SPADA - SUPLENTE	PR	PP.	*580	318.5580	318-2580
SIDNEY DE MIGUEL	RJ	PV	931	318.5931	318-2931
SIGMARINGA SEIXAS	DF	PSDB	454	318.5454	000-0000
SIMAO SESSIM	RJ	PPR	709	318.5709	000-0000
SOCORRO GOMES	PA	PC DO B	404	318.5404	318-2404
TADASHI KURIKI	SP	PPR	725	318.5725	318-2725
TARCISIO DELGADO - LIDER PMDB	MG	PMDB	429	318.5429	318-2429
TELMO KIRST	RS	PPR	424	318.5424	318-2424
TILDEN SANTIAGO	MG	PT.	911	318.5911	000-0000
TONY GEL	PE	BL/PFL	423	318.5423	318-2423
TOURINHO DANTAS	BA	BL/PFL	762	318.5762	318-2762
TUGA ANGERAMI	SP	PSDB	562	318.5562	318-2562
UBIRATAN AGUIAR	CE	PSDB	505	318.5505	318-2505
ULDURICO PINTO	BA	PSB	*269	318.5269	318-2269
VADAO GOMES	SP	PP.	750	318.5750	318-2750
VALDEMAR COSTA NETO - LIDER PL	SP	PL	542	318.5542	000-0000

Coordenacao de Apoio Parlamentar — Pag. 8
SEDAI - Anexo IV - Sala 138 - Tel: 318-6216
CEP 70.160-900 - Brasilia - DF — 24-02-1994

RELACAO DOS GABINETES, TELEFONES E FAX DOS DEPUTADOS FEDERAIS

NOME DO PARLAMENTAR	ESTADO	LEGENDA	GABINETE	TELEFONE	FAX
VALDENOR GUEDES	AP	PP.	848	318.5848	318-2848
VALDIR COLATTO	SC	PMDB	662	318.5662	318-2662
VALDIR GANZER	PA	PT.	*484	318.5484	318-2484
VALDOMIRO LIMA	RS	PDT	556	318.5556	000-0000
VALTER PEREIRA	MS	PMDB	845	318.5845	000-0000
VASCO FURLAN	SC	PPR	746	318.5746	318-2746
VICENTE FIALHO	CE	BL/PFL	210	318.5210	000-0000
VICTOR FACCIONI	RS	PPR	925	318.5925	318-2925
VILMAR ROCHA	GO	BL/PFL	644	318.5644	000-0000
VIRMONDES CRUVINEL	GO	PMDB	922	318.5922	318-2922
VITAL DO REGO	PB	PDT	841	318.5841	318-2841
VITORIO MALTA	AL	PPR	416	318.5416	318-2416
VITTORIO MEDIOLI	MG	PSDB	754	318.5754	--------
VIVALDO BARBOSA	RJ	PDT	711	318.5711	000-0000
VLADIMIR PALMEIRA.	RJ	PT.	232	318.5232	000-0000
WAGNER DO NASCIMENTO	MG	PP.	703	318.5703	318-2703
WAGNER ROSSI	SP	PMDB	*569	318.5569	000-0000
WALDECK ORNELAS (SEC. ESTADO)	BA	BL/PFL	729	318.5729	000-0000
WALDIR GUERRA	MS	BL/PFL	412	318.5412	318-2412
WALDIR PIRES.	BA	PSDB	811	318.5811	000-0000
WALDOMIRO FIORAVANTE	RS	PT.	*380	318.5380	--------
WALTER NORY	SP	PMDB	509	318.5509	000-0000
WANDA REIS	RJ	PMDB	658	318.5658	000-0000
WELINTON FAGUNDES	MT	PL	523	318.5523	318-2523
WERNER WANDERER	PR	BL/PFL	806	318.5806	000-0000
WILSON CAMPOS - 1.SECRETARIO	PE	PSDB	421	318.5421	318-2421
WILSON CUNHA	MG	BL/PTB	854	318.5854	318-2854
WILSON MOREIRA	PR	PSDB	819	318.5819	000-0000
WILSON MULLER	RS	PDT	930	318.5930	318-2930
ZAIRE REZENDE	MG	PMDB	409	318.5409	318-2409
ZE GOMES DA ROCHA	GO	PRN	748	318.5748	318-2748
ZILA BEZERRA	AC	PMDB	510	318.5510	000-0000
ZUCA MOREIRA	PB	PMDB	805	318.5805	000-0000

* Gabinetes localizados no ANEXO III

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 13ª. Reunião, realizada em 03 de novembro de 1993.

Aos três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Wilson Martins, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, Magno Bacelar, Luiz Alberto, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo,

Sérgio Miranda e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados Aldo Rebelo, José Dirceu, Moroni Torgan, Vivaldo Barbosa, Robson Tuma, Carlos Lupi, Ernesto Gradella, Tilden Santiago, Chico Vigilante, Deputadas Beth Azize, Socorro Gomes e Jandira Feghali, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade de tomar o depoimento do Senhor Deputado Ricardo Fiuza e, solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que faça as perguntas de qualificação do depoente. Após o juramento de praxe, inicia seu depoimento, colocando-se, à disposição dos Senhores Membros da Comissão. A seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputado Roberto Magalhães, Senador Eduardo Suplicy, Deputados Vivaldo Barbosa, Aloízio Mercadante, Luiz Salomão, Senador Ney Maranhão e Deputado Sigmaringa Seixas. A Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, prossegue a fase interpelatória. Usam da palavra, ainda, os Senhores Senadores Pedro Teixeira e Luiz Alberto. A Presidência suspende a reunião pública, passando imediatamente a reunião reservada para votar requerimento de convocação da Senhora Marinalva Soares da Silva, ex-esposa do Senhor Deputado Manoel Moreira. Em votação nominal, é aprovado por quatorze votos. Usam da palavra pela ordem os Senhores Senadores Garibaldi Alves, Eduardo Suplicy, Deputados Roberto Franca, Maurício Najar, Lázaro Barbosa, Nelson Trad, Roberto Rollemberg e Aloízio Mercadante. A Presidência suspende os trabalhos até às dezessete horas. Reaberto os trabalhos, a Presidência convida o Senhor Deputado Ricardo Fiuza para retornar à mesa. Dando seqüência a ordem de inscrição, usam da palavra os Senhores Senadores Garibaldi Alves Filho, Elcio Alvares, Deputado Pedro Pavão, Senador Gilberto Miranda, Deputados Fernando Freire, Luiz Máximo, Senador José Paulo Bisol, Deputados Zaire Rezende, Sérgio Miranda, Roberto Franca, José Genoíno, Chico Vigilante, Aldo Rebelo, Carlos Lupi, José Dirceu, Ernesto Gradella, Tilden Santiago, Jandira Feghali, Augusto Carvalho e Deputada Socorro Gomes. A Presidência solicita o comparecimento dos Senhores Parlamentares Membros das Subcomissões para deliberar sobre a convocação da Senhora Marinalva e suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Aloízio Mercadante, Roberto Magalhães, Senador Elcio Alvares, Deputado Vivaldo Barbosa, Senador Francisco Rollemberg, Deputados Nelson Trad, Roberto Rollemberg, Luiz Máximo, José Genoíno, Senador Eduardo Suplicy e Deputado Luiz Salomão. A Presidência propõe a oitiva da Senhora Marinalva Soares da Silva a realizar-se amanhã às nove horas e trinta minutos e o Deputado Cid Carvalho, às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 13ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RICARDO FIUZA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Congressistas, vamos iniciar os nossos trabalhos com o atraso causado pelo número de televisões ligadas, que estouraram a amperagem do Senado, e, conseqüentemente, tivemos que pedir um reparo, que só agora foi feito.

Vamos iniciar ouvindo o Deputado Ricardo Fiúza.

O vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, fará a leitura daqueles documentos de rotina, porque o Deputado Ricardo Fiúza quer prestar o compromisso de dizer a verdade.

O SR. ODACIR KLEIN - O Deputado Ricardo Fiúza está pedindo para prestar o compromisso de fazer o juramento. Vamos ouvi-lo portanto.

O SR. RICARDO FIÚZA - Termo de compromisso, art. 203 do Código de Processo Penal:

"Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado".

O SR. ODACIR KLEIN - Para efeito de identificação, seu nome?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nome parlamentar: Ricardo Fiúza; nome civil: Ricardo Ferreira Fiúza.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua idade?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nascido em 06/09/39, 54 anos, em Fortaleza, Ceará, representante do Estado de Pernambuco.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu estado civil?

O SR. RICARDO FIÚZA - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua residência?

O SR. RICARDO FIÚZA - Duas residências. Em Brasília: 302 Norte, Bloco "G", ap. 501; Recife: Av. Boa Viagem, 5840, ap. 06.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua profissão?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sou bacharel em Direito, fui advogado por pouco tempo, professor de Direito Comercial, atualmente sou Deputado e pecuarista.

O SR. ODACIR KLEIN - Onde exerce a profissão?

O SR. RICARDO FIÚZA - Exerço o meu mandato de Deputado Federal em Brasília, desde o ano de 1971; e pecuária, em Pernambuco e no Estado do Maranhão, através de pessoas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra, Deputado Ricardo Fiúza, pelo tempo que lhe aprouver.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. vice-Presidente, Senhoras e Senhores, Membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito:

Cumpre-me, Sr. Presidente, atender à convocação para depor nesta Comissão. Devo ressaltar, inicialmente, que desejo fazê-lo sob juramento, como acabo de fazê-lo. Como declarei anteriormente, o que, aliás, foi tomado por termo, segundo palavras do Exmº Sr. Presidente Jarbas Passarinho, coloco à disposição desta Comissão todos os documentos que se considerarem indispensáveis, bem como renuncio a qualquer tipo de sigilo, inclusive os que me tenham sido dados pela Constituição. Essa disposição envolve minha esposa, meus quatro filhos, bem como as empresas nas quais qualquer um de nós tenha participação expressiva.

Devo ressaltar ainda a imperiosa necessidade de que sejam profunda e definitivamente investigados todos os fatos à minha pessoa imputados. Embora simples a análise, sóbria e desapaixonada, seja suficiente, em realidade, para verificar que são absolutamente inconsistentes e extremamente desproporcionais a repercussão dada pela imprensa.

São duas as vertentes das insinuações: a primeira, que teriam sido feitas modificações na redação final do orçamento; a segunda, de que o depoente faria parte de um esquema composto por vários parlamentares, que se beneficiavam de vantagens financeiras na Comissão de Orçamento.

Desta segunda vertente são tiradas ilações de que este esquema teria continuado quando o depoente assumiu as funções de Ministro de Estado da Ação Social.

Seria ingenuidade, senhoras e senhores Parlamentares, admitir que a simples negativa das infundadas acusações tivessem qualquer efeito positivo. Os males já causados à imagem pública do depoente são absolutamente irreversíveis. O modo como foram apresentadas as acusações passa para a opinião pública uma idéia incorreta, parcial, distorcida e falsa, que infunde prejulgamento.

Qualquer papel, carta, bilhete ou ainda relações de Deputados e Senadores contendo justos pleitos para as suas regiões, endereçadas a sub-relator ou a Relator do Orçamento ou ao Ministro, por mais legítimos e explicáveis que sejam, são levadas de forma sensacionalista à opinião pública como ilícitos e incriminadores.

Na condição de Relator do Orçamento e mesmo como Ministro de Estado recebi milhares desses pleitos. Creio que, se procurar, encontrarei centenas deles a mim endereçadas por pessoas da mais ilibada reputação e contendo as mais legítimas solicitações. Qualquer fraqueza de caráter de minha parte, poderia tentar exibi-los agora, para generalizar irresponsavelmente as suspeições e criar uma cortina de fumaça para dificultar o trabalho desta CPI. A irresponsabilidade seria imperdoável, Sr. Presidente.

Não compactuo com aqueles que, mesmo sem indícios, divulgam nomes, pois creio sinceramente que, por mais inocentes que estejam - e certamente o são - estariam incluídos nas listas dos possíveis envolvidos.

Qualquer ato do Ministro, no exercício de suas funções, por mais correto que tenha sido e no estrito cumprimento do seu dever, tem sido posto sob alardeada suspicácia em vários órgãos de comunicação.

Em que pese o mais que compreensível constrangimento de estar exposto sob suspeição em Comissão Parlamentar de Inquérito, a tranqüilidade da minha consciência permite-me louvar esta Comissão. Antes de vê-la como desejam as cassandras, motivo de desgaste para as instituições, creio que ela reflete uma crise fecunda e consolizadora do processo democrático e do amadurecimento necessário e desejável da sociedade brasileira, que se politiza e na qual cresce a consciência da cidadania.

A transparência que, sem dúvida, gerou excessos na mídia e nas declarações dos ansiosos pela notoriedade causa danos irreparáveis à imagem daqueles que, citados, venham a provar sua inocência e sejam isentados de culpa. Deixam, entretanto, um grande saldo positivo: apesar do altíssimo preço a ser pago pelos inocentes, levará à sociedade a certeza do fim da impunidade de todos que, porventura culpados, serão punidos, não importando a que categoria social pertençam ou que tipo de poder detenham.

Considerando que vários dos Srs. Deputados e Senadores, Membros Titulares ou Suplentes desta Comissão, detêm número de mandatos inferior ao nosso e ainda que a Comissão, não sendo um tribunal nos moldes do Judiciário, deverá levar em conta aspectos não somente jurídicos - pois, como se infere de todo o noticiário, considerará aspectos subjetivos e políticos -, permita-me, Sr. Presidente, um breve resumo da minha biografia parlamentar. Não a lerei toda, Sr. Presidente, mas os principais fatos da minha vida parlamentar se iniciam no ano de 1971.

Sou bacharel em Direito; fui Professor de Direito Comercial na Universidade de Campina Grande, na Paraíba; membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e Bacia do São Francisco, em 1971; Vice-Presidente desta mesma Comissão; membro da Comissão de Tomada de Contas e Suplente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio; membro da Comissão de Justiça; Coordenador da Bancada de Pernambuco; membro da comissão que apurou as causas das elevadas taxas de juros. Enfim, Sr. Presidente, cumpri nesta Casa um longo caminho que não foi feito do dia para a noite. E quanto a minha vida pública, por exemplo, posso registrar que, em determinado período recente, passei sete anos sem faltar sequer uma semana à Câmara.

Verifica-se, portanto, Sr. Presidente e Sr. Relator, que são vinte e três anos de exercício ininterrupto da vida pública, todos transcorridos neste convívio e sob este teto, salvo no breve período ministerial.

Desejo frisar bem claramente, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. e Srªs. Deputados, que este breve comentário não pretende parecer piegas, nem muito menos serve de indicativo de que o meu depoimento ficará nas generalidades que nada explicam. Muito pelo contrário, debaterei ponto por ponto, responderei a todas as perguntas e apresentarei todos os documentos. Considero, entretanto, ter o direito de apresentar todas as retrospectivas fundamentais para reavivar a memória de muitos que viveram os episódios, as circunstâncias e todas as implicações políticas que cercavam ou determinavam muitas das situações e dos fatos ora investigados.

Analisar hoje, Sr. Presidente, fatos ocorridos em 1991, sem os relembrar ou os conhecer, pressionados pela mídia, pela opinião pública, certamente, além de injusto, por isolar-me de circunstâncias relevantes, aumentará substancialmente a margem de erros no julgamento.

Em todos os episódios, como Líder de Bancada, minha figura está diretamente ligada à história desta instituição nos últimos vinte e quatro anos. Tenho certeza absoluta que os que aqui estavam farão uma reflexão retrospectiva dos fatos e terão bem presentes em suas consciências as circunstâncias políticas nas quais ocorreram.

Em todos esses anos, V. Exªs não haverão de se lembrar, por certo, de ato ilícito, indício ou qualquer tipo de comportamento que pudessem ligar-me a esquemas desonestos ou a escândalos.

Vivi grandes emoções e momentos decisivos da nossa história. Em todos, sem um só ato de deslealdade para com qualquer dos meus Pares. Respeitei acordos, decidi questões, lutei por princípios e idéias com destemor, enfrentando vaias, apupos e até aplausos. Não me podem caracterizar como homem do conchavo ou do subterfúgio. Temperamento aberto e franco, sempre respeitei posições ideológicas e pautei a discussão no campo das idéias, jamais partindo para ataques pessoais ou para a honra das pessoas. Sei perfeitamente que as idiossincrasias pessoais, as posições ideológicas, minha participação na Constituição de 88, a oposição que sempre fiz ao corporativismo e, entre tantas outras polêmicas, o fato de ter sido Ministro da segunda parte do Governo Collor, cujo programa defendi e defendo, além naturalmente do fato de ter sido um dos poucos a ficar com S. Exª até o final, inclusive votando abertamente contra o **impeachment**, estão sendo poderosos fatores subjetivos que podem ser levados em conta contra mim.

A população brasileira, Srªs. e Srs. Congressistas, frustrada no seu inconsciente coletivo pelos baixos salários, pelo fracasso dos planos econômicos, que assiste à televisão com fugas sensacionalistas, vive clima de compreensível indignação. Aí consiste o grande perigo. Aí consiste o grande perigo do prejulgamento que tenderá a

relegar a segundo plano a lógica e as provas da inocência de alguns, por mais irrefutáveis que sejam.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, dedico aos membros desta Comissão o meu mais profundo respeito. Por esta razão e, para que não se imagine que as questões concretas não serão respondidas, permita-me, Sr. Presidente, fazer, desde logo, um breve enunciado ou roteiro do que apresentarei.

Primeiro, responderei a todas as acusações que nos foram feitas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, através da imprensa e em seu depoimento nesta Comissão.

Segundo, responderei as ilações malévolas e levianas que delas decorreram e que foram publicadas pela imprensa ou alardeadas pela televisão por várias pessoas, inclusive, lamentavelmente, por meus companheiros, alguns companheiros Parlamentares.

Terceiro, farei uma análise minuciosa da minha gestão à frente do Ministério da Ação Social, apresentando fatos, dados e documentos, inclusive sobre o problema tão suscitado do atendimento a pleito dos Srs. Parlamentares, principalmente quanto às subvenções sociais.

Quarto, comprovarei, de modo terminante, ser infundada a suspeição de modificações na Lei Orçamentária após a sua votação.

Quinto, demonstrarei a minha inteira e complexa desvinculação de qualquer esquema que possa sugerir envolvimento em atos ilícitos para auferir vantagens na minha condição de Relator do Orçamento.

Sexto, apresentarei, de forma cabal e definitiva, a minha evolução patrimonial, dos meus familiares e das empresas às quais estou vinculado;

7º - refutarei as acusações da revista **IstoÉ** no tocante a insinuações de que recursos transferidos para a Prefeitura de Bezerro teriam gerado benefícios ou favorecimento para mim ou para minha empresa;

8º - demonstrarei, com provas inquestionáveis, a minha mais absoluta isenção e desvinculação em todos os fatos que motivaram a instalação desta CPI;

9º - responderei, com objetividade e clareza, as perguntas que me forem formuladas ao final desta exposição;

Permita-me, ainda, Sr. Presidente, anunciar alguns dos documentos que entregarei a esta Comissão no curso deste depoimento:

1º - declaração do Imposto de Renda da minha pessoa física, referente aos últimos 10 anos - embora a lei me faculte fazê-lo apenas dos últimos 5 anos;

2º - declaração do Imposto de Renda de minha esposa Ilze Chaves Fiuza;

3º declarações do Imposto de Renda dos meus 4 filhos: Elizabeth Fiuza de Araújo, Maria Tereza Fiuza de Araújo Pinto, Ricardo Fiuza Filho e Roberto Chaves Fiuza;

4º - balanços dos últimos 5 anos de todas as empresas às quais eu ou meus familiares estejamos vinculados, de modo expressivo, bem como seus balancetes do mês de agosto deste ano. Digo **de modo expressivo**, porque, por exemplo, detenho cotas da TELEBRÁS, adquiridas quando se compra um telefone;

5º - relação de todas as propriedades pertencentes a essas empresas, datas em que foram adquiridas, registros de Cartórios e prova de que todas estão contabilizadas no ativo daquelas sociedades. São documentos que julgo importantes, por ter sido fartamente divulgado que detenho imóveis em nome de terceiros;

6º - quadro de evolução do capital de todas as sociedades referidas, com as respectivas fontes de recursos, para ficar bem claro, bem nítido, a evolução do meu patrimônio, o que já ficará claro após a análise de dez anos de entrega de declarações de Imposto de Renda, que farei à Comissão.

7 º - documento que explica a pretensa doação, aos meus filhos, do apartamento em que resido há quinze anos e sob o qual, segundo a imprensa, existem indícios de fraude.

Havia me esquecido do oitavo ponto, Sr. Presidente. Entrego as pastas, com todos os meus extratos bancários dos últimos cinco anos. Já pedimos aos Bancos que preparassem os dos meus familiares, que também trarei à Comissão.

A razão de só ser entregue o meu é pelo fato de que sempre os guardei, e de forma organizada. V. Exªs poderão verificar que os extratos não são datados de hoje; são datados da época em que me foram fornecidos. Os de 1990 datam de 1990, e assim por diante. Portanto, não fui a Bancos pedir extratos. Peguei as minhas pastas, sem nem sequer lê-las, e estou entregando à Comissão.

Pedimos já aos Bancos onde meus familiares têm suas contas pessoais que forneçam os extratos; espero que o façam no menor prazo possível.

Retomo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs., minha exposição, lembrando - por aquelas razões de que devemos viver a época em que os fatos aconteceram - o meu ingresso na Comissão Mista do Orçamento, para exercer as funções de Relator-Geral da Comissão do Orçamento.

Conforme se depreende na leitura dos jornais da época - estou anexando -, já naquele momento, havia sérios rumores de acusações recíprocas sobre o comportamento de membros da Comissão do Orçamento. Os meios de comunicação traziam sobre a matéria farto noticiário.

A composição da Comissão de Orçamento sempre atendeu ao critério da proporcionalidade; contava, portanto, com representantes de todos os partidos.

Até aquela época, Sr. Presidente - 1º de novembro de 1991 - o depoente jamais havia feito parte da Comissão do Orçamento. Cheguei à Câmara em janeiro de 1971, e, até 1º de novembro de 1991, jamais havia feito parte da Comissão de Orçamento. Não que houvesse qualquer demérito em ter a ela pertencido; apenas se trata de um importante registro para avivar à memória de alguns: em 22 anos de vida parlamentar, tendo ocupado várias posições, inclusive Vice-lideranças, Lideranças de Partidos, por vários anos, jamais me interessei em integrar-me àquela Comissão, nem sequer em participar de suas reuniões. Esses fatos são confirmados por todos, inclusive pelo Sr. José Carlos dos Santos em seu depoimento.

Quando das minhas perguntas ao referido senhor, por ocasião do seu comparecimento perante essa CPI, afirmei:

"Nunca tive nenhuma ligação com a Comissão do Orçamento em 23 de Parlamento; sou tão desligado - os meus colegas de Bancada de Pernambuco sabem disso - que os meus municípios reclamam que sou um péssimo Deputado, porque não peço - nunca pedi - nomeações e nem levo verbas para os meus municípios".

Mais adiante, ao perguntar ao Dr. José Carlos eu disse:

"_ Gostaria, Dr. José Carlos, que, se V. Sª pudesse, me respondesse sim ou não." E aduzi: "Corro o risco de ser acusado de mais coisas. Alguém na Comissão me recomendou não perguntar a V. Sª, achando que a sua disposição de espírito não é boa. O senhor teve notícia de que, em 22 anos de mandato parlamentar, eu tenha passado sequer na Comissão do Orçamento, tenha participado da Comissão do Orçamento, tenha pedido algum favor à Comissão de Orçamento?"

Está no depoimento do Dr. José Carlos à página 102.

"**Dr. José Carlos** - Não vou responder simplesmente sim ou não. Sobre o que vou responder, tenho que fazer explanação, explicar as coisas. Nesse caso específico, digo ao senhor: não tive notícia. A primeira vez que conheci o senhor foi quando estava entrando no lugar do Deputado João Alves, no gabinete do Pedro - que imagino deva ser Pedro Parente -, e o senhor se lembra disso, fui chamado para dar assistência ao senhor. Volto a dizer - diz o Dr. José Carlos -: não o conhecia anteriormente. Gostava muito do senhor. Lamento muito as coisas que estou falando aqui. O senhor é uma pessoa que passei a admirar." Depoimento à página 103.

Lembro ainda declaração que fiz naquela oportunidade. Dizia eu, Deputado Ricardo Fiuza:

"Sr. Presidente, fiz um esforço sobre-humano para não aceitar aquela relatoria, mas havia um movimento, um clima desagradável no Congresso, que não era semelhante a este, mas poderia ter se tornado semelhante. Procurei "n" pessoas, "n" composições para substituir o Deputado João Alves e não foi possível. Fui ser Relator, acumulando a Liderança, e penso que o Dr. José Alves viu meu esforço."

Nessa hora, o Presidente, Senador Jarbas Passarinho, faz um aparte, me corrigindo:

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. José Alves?

Volto eu:

"Dr. José Carlos. Devo esclarecer, em primeiro lugar, que não estou me isentando de nenhuma responsabilidade, nem estou colocando nenhuma responsabilidade naqueles Deputados que foram à minha casa - e ela sempre esteve cheia durante a elaboração do Orçamento - para me ajudar a discutir a filosofia do Orçamento, porque eu era absolutamente neófito - como quase sou agora ainda neófito em Orçamento. Se alguma irregularidade houve, à época, a culpa é do Relator-Geral que, infelizmente, fui eu."

Muito bem, Sr. Presidente, durante o período em que fui Relator - pode parecer uma coisa esdrúxula -, fui à Comissão no máximo quatro vezes. Discuti o meu relatório só quatro vezes. Quatro vezes em 23 anos de mandato parlamentar! Não creio que uma pessoa dessa possa ser considerada de esquema de Comissão de Orçamento. Fiz algumas reuniões, discutimos as emendas dos Deputados, e imagino que, em qualquer colegiado onde esteja presente a natureza humana com conflitos de interesse, é possível que haja distorções, é possível que haja interesses espúrios. No entanto, quero deixar bem claro que, na minha opinião, a grande maioria da Comissão de Orçamento merece um mandato, merece representar o povo brasileiro".

Isto está às páginas 103 do depoimento do Dr. - do Sr. José Carlos Santos.

Nunca é demais enfatizar que essas afirmativas não significam qualquer crítica ou censura àqueles que, especializados no assunto orçamentário, fazem ou fizeram parte daquela Comissão. Servem, todavia, as assertivas, para evitar a maledicente caracterização de que tenta apresentar-me como Deputado do esquema do Orçamento no mais pejorativo dos sentidos e na busca insana de amparar suspeitas levianas e irresponsáveis.

Na condição de Líder do PFL, àquela época, procurei por todos os meios usuais da composição política, ouvindo os companheiros Membros da Comissão, para

resolver o impasse surgido pela rejeição do relatório preliminar do então Deputado João Alves, sob a alegação de que cerceava extremamente a tarefa dos relatores parciais.

Quero relembrar àqueles que viveram os fatos: o fato determinante, a gota dpágua foi exatamente a rejeição do relatório preliminar do Deputado João Alves pela maioria da Comissão de Orçamento.

Para não tornar excessivamente longo este depoimento, estou entregando à Mesa algumas matérias publicadas pela imprensa que mostram a dimensão do imenso esforço que fiz, Sr. Presidente, para uma solução negociada, ou seja, para encontrar um nome para substituir o Relator, Deputado João Alves, que, naquela oportunidade, já havia me enviado inclusive uma carta pedindo a sua substituição. Nessas publicações V. Exªs encontrarão uma proposta minha para que todos os citados nos rumores de então, repito, nessas publicações V. Exªs encontrarão uma proposta minha, na condição de Líder, para que todos os citados nos rumores de então fossem afastados, porque eu não considerava justo o desligamento apenas do Deputado João Alves, que não era o único citado.

Os recortes deviam ter o seu índice transcrito, mas infelizmente a impressora quebrou às duas horas da madrugada de hoje. Vou entregar à Comissão todos os recortes dos jornais da época que historiam perfeitamente esta longa batalha - substituição do Relator.

Aqui está o resumo - primeiro resumo:

"O Deputado Ricardo Fiúza inicia consulta para substituir o Relator em reuniões com o Presidente da Câmara. É iniciado o processo de consulta aos partidos para decidir sobre a substituição" - isso está no recorte de **O Globo** que será anexado, de 22/10/93 - documento 01.

"Deputado Ricardo Fiúza quer ouvir Alves antes de definir punição. Acusação de comprar apoio político e subornar jornalistas" - **O Estado de S. Paulo.**

"Genebaldo põe o cargo à disposição. Reação do Deputado Ricardo Fiúza às notícias" - **Jornal de Brasília.**

"Deputado Ricardo Fiúza indica o Deputado Dornelles etc. Comentários" - **Jornal do Brasil.**

"Deputado Ricardo Fiúza é o novo Relator do Orçamento. A escolha foi considerada positiva pelo Líder do PT na Câmara, à época, Deputado José Genoíno, e pelo Líder do PMDB" - em declarações à **Folha** em 31/10/91, que será inserido.

"Deputado Ricardo Fiúza é o Relator da Comissão de Orçamento. Apuração de denúncia fica a cargo da comissão de Fiúza. Decisão de Fiúza é aprovada, por unanimidade, no Colégio de Líderes" - **Jornal do Comércio,** 31/10/91 - documento 07.

"Deputado Fiúza destitui o Deputado João Alves e assume a Comissão. Assumir o cargo foi a maneira encontrada em conversa com o Deputado José Eduardo para amenizar a crise" - **Globo,** 31/10.

"Deputado Ricardo Fiúza tira o Deputado João Alves e assume a Comissão. Decide assumir o cargo em nome de seu Partido. Teve o apoio de todos os Líderes da Câmara e do Senado, garante o vice-Líder do PSB, Paulo Hartung".

Quero que a comissão seja do Congresso e não um instrumento em favor de empresas ou de partidos - declaração minha no **Jornal de Brasília,** em 31/10/91, no jornal **Correio Braziliense,** em 31/10/91, nos jornais **O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil** e no **O Liberal,** do Estado do Pará.

Recorte nº 9:

"Deputado Fiúza sofre entre duas forças, inviabiliza a indicação de Dornelles. Sem alternativa, Fiúza assume a contragosto" - **Jornal do Brasil,** em 3/11/91, documento nº 14.

Recorte nº 10:

"Deputado Fiúza pede ajuda a Collor para afastar Relator da Comissão, encerrando penoso processo conduzido pela Liderança do PFL. Nome defendido por Ricardo Fiúza é aceito pela Oposição", que era o Dornelles - jornal **Gazeta Mercantil.**

Anteriormente, prevendo a crise política que se desenhava naquela Comissão, eu já havia indicado o Deputado Messias Gois para relatar a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Rompi, naquela ocasião, Sr. Presidente, a praxe, até então vigorante, de que o Relator do Orçamento sempre relatava a LDO.

Os rumores sobre a Comissão, embora jamais apurados ou comprovados - tanto que esta Comissão existe -, excediam, naquela oportunidade, o admissível e eram agravados pelo episódio do relatório preliminar que fora recusado.

Procurei, na condição de Líder, evitar o impasse, conversando várias vezes com o Deputado João Alves, que já demonstrava sinais de esgotamento por participar há longo tempo daquela Comissão. Dizia-me, naquela oportunidade, S. Exª. que dois problemas o inibiam: o primeiro, que não aceitaria sair desmoralizado pela suspeição; o segundo, porque julgava S. Exª ser a sua presença indispensável para manter os CIACps - projeto prioritário do Governo e sob forte oposição na Casa, inclusive de Membros do meu Partido.

Em data de 20 de setembro de 1991, recebi de S. Exª a seguinte carta:

"Tendo em vista que os nossos companheiros, na sua maioria, não comparecem à Comissão Mista de Orçamento, e de igual modo os do PTB, PDC e PDS, enquanto o PMDB, nas pessoas de Cid Carvalho, José Geraldo, Manoel Moreira, Gidel Dantas e outros lutam contra mim na Comissão, com a indiferença das Lideranças, apesar de saberem que eu iria ajudá-los, não vejo como continuar na Relatoria, ainda mais com o Presidente contra nós. Uma coisa é certa: todos irão perder. Prefiro ficar livre para fazer com eles o que estão fazendo comigo, com muito mais êxito, sem dúvida."

Já anteriormente, o Sr. Deputado João Alves, no dia 19 de maio de 1991, quando eu era Líder do PFL, comunicava-me suas dificuldades para a manutenção dos programas governamentais. Pediu-me para indicar, como Membros da Comissão, Deputados do Bloco que estivessem afinados com aquele programa do Presidente. Leio a referida correspondência, aliás, amplamente divulgada pela imprensa da forma mais maliciosa possível, como tendo sido um dos documentos incriminatórios ao Depoente, encontrado pelos Parlamentares desta CPI na residência do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Diz a correspondência do Deputado João Alves:

"Caro Líder, ou prezado Líder, ou prezado amigo - ela está anexa -: Atendendo o seu pedido, informo, reservadamente, por enquanto, que este ano o Orçamento da União será elaborado de acordo com as diretrizes da nova equipe do Governo, com a qual estou entrosado. No meu parecer preliminar, que deverá servir de norma, os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento serão limitados em 1% das despesas correntes e 2% dos investimentos. As emendas do Congresso ao Orçamento, ainda assim, se for apresentada fonte de receita que não contrarie as diretrizes orçamentárias que deverei relatar por sua vontade - não relatou - para tanto haverá limite de 5%. Emendas preferenciais para cada Parlamentar, permitindo-me rejeitar as outras. Vamos é segurar esta barra para o nosso Presidente. Ajude-me com os votos do bloco, não indicando duvidosos para a Comissão. A Oposição está prevendo o que irei fazer e já trabalha contra a minha indicação como Relator-Geral, principalmente o PT e o PSDB; o PMDB através do Genebaldo; o PTB e o PDS já me comunicaram apoio.

Esse documento, li pelos jornais como sendo uma coisa sensacional contra mim, que mostrava a intimidade e a promiscuidade das relações entre o Líder do Partido e os Membros de uma comissão. Líder obrigado, por dever de ofício, a mediar, acompanhar e resolver conflitos.

Peço mais uma vez, Sr. Presidente, desculpas a V. Exª, ao Sr. Relator, ao Sr. Vice-Presidente, às Senhoras e aos Senhores Membros desta Comissão pelo detalhamento a que tenho que chegar. A dificuldade que tenho para unificar uma linguagem compreensível aos Srs. Parlamentares e ao público que acompanha os trabalhos da Comissão através das televisões, obriga-me a repetir coisas óbvias para os que entendem o processo político. Os que não militam no nosso dia-a-dia fazem a pergunta aparentemente óbvia: Por que o Líder Ricardo Fiúza não trocou o Relator antes e evitou toda essa celeuma? Dizem os que não militam. Sabem, entretanto, os senhores que os Líderes não comandam, lideram. E lideram iguais, portanto não havendo hierarquia nem coercibilidade. O processo político-democrático é sempre o da negociação. Se S. Exª, o Sr. Deputado João Alves, era sempre escolhido Relator da Comissão de Orçamento, durante longos anos, era, em primeiro lugar, porque assim o desejava a maioria da Casa. Esta é uma verdade inconteste. Senão, ele não seria. Portanto, durante todo esse período, toda a Casa participou, permitiu, ou melhor, a maioria permitiu que o Relator permanecesse o mesmo.

Em segundo lugar, porque nada havia de concreto contra S. Exª.

Em terceiro lugar, porque seria injusto, da minha parte, expor S. Exª à execração pública como o único desonesto no bojo daquela crise, quando vários eram citados, de vários partidos.

Naquele nomento, a imprensa destacou:

"Uma das soluções encontradas seria a renúncia espontânea de Alves, que estaria sendo forçada pelo Líder Fiúza." - essa notícia, do **Jornal da Tarde**, de 29/10, é para corroborar com a minha afirmativa - "O Líder do PFL afirmou ontem que não seria justo punir apenas o Deputado João Alves, já que outros parlamentares, inclusive o Presidente da Comissão, também haviam sido citados como se beneficiando politicamente."

Qual o Líder de bom-senso que tiraria o seu Relator por suspeições, naquela época muito menores do que as de hoje, não comprovadas? E este Líder propôs que todos os partidos tirassem todos os citados, e os partidos se recusavam. Portanto, queriam que eu, simplesmente, entregasse de bandeja um colega que tinha, já, à época, 70 anos de idade.

Não estou inventando isto hoje. Isto foi dito no dia 29 de outubro de 1991.

Comecei como Líder a busca de um nome consensual para substituí-lo. A tarefa demonstrou-se maior do que eu imaginava. Questões políticas regionais impediam-me de escolher um baiano, em quem eu havia me fixado, o Deputado Manoel Castro. Era o meu candidato.

Argumentavam os partidários do Deputado João Alves que seria uma desmoralização etc. etc. - essas questões políticas locais, que V. Exªs conhecem tão bem quanto eu.

Foram aventados vários outros nomes, todos contestados, pelas mais diferentes razões.

O prazo legal fluía inexoravelmente. E no dia 1º de novembro de 1991, em reunião no gabinete da Liderança do PMDB, na presença de todos os representantes de todos os Partidos que integravam a Comissão de Orçamento, surgiu meu nome, que só permiti que fosse discutido se houvesse consenso, observando que tentaria compatibilizar minhas funções de Líder com as funções de Relator do Orçamento.

A sugestão foi aprovada por unanimidade.

Acrescentei na ocasião que, inclusive pela exigüidade de tempo, faríamos um trabalho conjunto com todos os Partidos que se comprometeram a ajudar. Há recorte de jornal anexo que mostra declaração dos Líderes que se comprometeram a fazer uma obra coletiva.

Assumi a relatoria no dia 1º de novembro, portanto. Nessa ocasião, em primeiro lugar, é importante se ressaltar, Sr. Relator, Sr. Presidente, ao assumir a Relatoria, já havia sido votada a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias; em segundo, já havia sido votado o parecer preliminar do anterior Relator; e, em terceiro, já haviam sido escolhidos os Relatores parciais.

Naquela oportunidade - é preciso relembrar as memórias; só se relembra memória, foi uma redundância, é preciso que se relembre -, foram apresentadas cerca de 73 mil emendas. Consta que o maior Orçamento da Casa havia recebido anteriormente 13 ou 14 mil emendas. Eu assumi no dia 1º de novembro; o prazo se expira no fim da legislatura; se não me falha a memória, deve ser no dia 15 de dezembro, teoricamente.

73 mil emendas. Portanto, num livro de 100 folhas, dariam 730 mil livros, para uma pessoa... tenho que fazer a conta. E 4 mil destaques ao texto final.

Fiz várias reuniões com os Relatores parciais; escolhemos uma equipe informal para auxiliar nas questões técnicas.

Àquela época, o Dr. José Carlos Alves dos Santos era pessoa que merecia o respeito e o apreço de todos: profissional competente, não apresentava sinais exteriores de riqueza e demonstrava comandar bem a equipe e exercer sobre ela liderança.

Essas considerações preliminares, Sr. Presidente, senhoras e senhores, são indispensáveis para que a Comissão possa julgar os fatos levando em conta as condições em que ocorreram, àquela época.

Fica demonstrado à saciedade, portanto, aos senhores membros da Comissão, que eu fui compelido a assumir a Relatoria do Orçamento, da qual jamais havia feito parte.

Tive o cuidado de me cercar de Parlamentares de todos os Partidos e de todos os matizes. Declarei, inúmeras vezes - a imprensa registra e estou anexando -, que as portas estavam abertas a todos. Discuti longamente com os Relatores parciais e a eles pedi sugestões. Recomendei - no que, aliás, fui atendido - que os relatórios parciais fossem, antes das votações, discutidos com as Lideranças partidárias na Comissão de Orçamento.

Havia, Sr. Presidente, uma sala em cima, na Comissão de Orçamento, que, se não me falha a memória, de forma jocosa, apelidaram-na de "Tribunal de Nuremberg" - era isso, "Tribunal de Nuremberg" -, onde as Lideranças ali representadas discutiam com os Relatores parciais, que, friso a V.Exª, haviam sido escolhidos antes do dia em que assumi a Relatoria; e esses relatórios parciais só iam para o plenário após discutidos nessa tal sala, lá em cima, onde tive oportunidade de comparecer uma vez, para discutir princípios, para discutir normas e firmar parâmetros.

Da votação do Orçamento; é importante, Sr. Presidente, e peço, mais uma vez, desculpas à Comissão, por ter de voltar a todos esses fatos.

Posso assegurar e demonstrar, senhores membros da CPI, em primeiro lugar, que é absolutamente inverídica e maledicente a afirmativa de que o relatório foi votado às caladas da noite, em reunião relâmpago.

Apresentarei as notas taquigráficas da discussão. Deve ser um volume desta espessura, mais ou menos. Aí, até me preocupo menos com a minha defesa do que com a imagem da instituição; porque a sociedade brasileira precisa entender que este Congresso não é irresponsável, não vota o Orçamento às caladas; quanto um Orçamento é votado às caladas, ou melhor, quando é votado à noite, às pressas, é porque ele foi ampla, longa e profundamente debatido.

O Relatório, eu o tenho e vou transcrever alguns tópicos das discussões. Duvido que algum Relatório-Geral tenha sido tão discutido quanto este que aqui está. Vou passar à Mesa as notas taquigráficas da discussão. Seria um grande absurdo ler integralmente estas notas, mas alguns tópicos devem ser lidos para a compreensão dos que lá não estiveram, para que a sociedade, que nos assiste pela televisão, não pense que esta é a Casa da irresponsabilidade. Permita-me, Sr. Presidente, ler alguns tópicos:

"O Sr. Presidente, Ronaldo Aragão, abre os trabalhos.

Quantos aos pareceres das emendas, que têm mais ou menos um metro de altura", diz o Presidente da Comissão - portanto, os pareceres tinham um metro de altura - "o PRODASEN está processando e ainda

hoje os mandará para a Comissão. Os partidos que assim o desejarem poderão vir à Comissão e levá-los para serem examinados."

Em seguida, passa a palavra ao Deputado Ricardo Fiúza para a leitura do seu Relatório.

Perdoe-me, Sr. Presidente, mas vou ter que ler alguns tópicos do meu Relatório para mostrar que houve uma grande tentativa de se fazer um Orçamento sério, harmônico, não pulverizado e principalmente para que se verifique claramente que o que se diz: "Emenda do Deputado Ricardo Fiúza", na realidade, é Emenda de Relator-Geral. Aqui aparecerão números imensos de Emenda do Relator-Geral, e a leitura por si só se explicará.

Deputado Ricardo Fiúza comenta antes de passar à leitura:

"Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas à Comissão pela demora deste Relatório". A impressora do computador pulou um trecho grande. Eu diria:

"Escolas Técnicas precisam ser criadas." (Esse Relatório não tive tempo de fazer revisão porque o terminei às 06 hs da manhã) "O ensino básico deve alargar sua abrangência e atender aos meninos de rua. A Universidade está na posição de repensar seu modelo, e utilizar com mais eficiência os recursos que lhes são entregues. Os Centros de Pesquisas devem rever seus trabalhos e otimizar qualitativamente suas disponibilidades."

Dei ênfase à restauração e conservação de rodovias, devoradas pelo descaso das últimas décadas. Era o grande clamor nacional em 1991.

"Obras novas somente admitindo o Rio Grande do Sul, que vai sofrer nos últimos anos o impacto da integração do MERCOSUL, atendendo pedido de Deputados daquele Estado. Os gaúchos devem se preparar adequadamente para novos tempos que o comércio vai lhes impor."

Preocupei-me com as obras de infra-estrutura do Centro-Oeste brasileiro, região que tem pago elevado preço pela falta de energia e de rodovias, na medida de suas necessidades. Garanti a conclusão das hidrelétricas em Goiás, antigo sonho do Estado e assegurei os recursos indispensáveis à conclusão da Linha Vermelha no Estado do Rio de Janeiro.

Circunstâncias políticas me levaram a assumir a redação, mas procurei exercê-la com total transparência. Trabalhei em contato permanente com colegas de todos os partidos. Este Relatório, que hoje divulgo é, portanto, obra coletiva, resultado do esforço dos Parlamentares, um resultado do esforço do Congresso Nacional. Todos esses tópicos são da leitura do Relatório que fiz à época, em sintonia com os companheiros da Comissão e do Congresso.

Coube ao Relator-Geral a tarefa de harmonizá-los, respeitando o mais amplamente possível a posição expressa em cada relatório parcial e propor alterações adicionais, quando necessárias, para consolidar o trabalho coletivo, além da cuidadosa apreciação das indicações e das emendas propostas.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, pedi aos Srs. Relatores parciais que não excedessem o que havia determinado o relatório preliminar, e que fizessem, no final dos seus relatórios parciais, sugestões ao Relator-Geral, para que terminado e votado os relatórios parciais, todos nós nos reuníssemos e estudássemos o que é que o Relator-Geral devia atender em cada um desses.

Alguns Relatores colocaram até na hora da aprovação do seu relatório uma coluna: "Sugestões ao Relator-Geral". Portanto, até aprovadas algumas dessas sugestões foram, pela própria Comissão.

Para concluir a elaboração da proposta de maneira a satisfazer as aspirações deste Congresso, tornou-se imperativo estabelecer critérios para alterar de forma global valores que na proposta encaminhada pelo Executivo estavam repartidos entre mais de seis dezenas de setores em que o projeto foi subdividido para apreciação parcial.

Menciono, abaixo, os aspectos mais relevantes.

"Refiro-me, inicialmente..." - Srs. Membros da Comissão, eu estou lendo o que disse àquela época. Eu estou sendo julgado agora. Eu estou mostrando os fatos da época e o que eu já dizia já àquela época, não estou dizendo hoje - "...minuciosa avaliação que fizemos dos investimentos programados para 1992, que serviu de base à decisão de cancelar em torno de 10% dos dispêndios incluídos nessa categoria de despesa.

Essa decisão permitiu liberar recursos ao acolhimento de indicações ou emendas que não puderam ser viabilizadas na etapa anterior, ou seja, os Relatores parciais. Ressalte-se, de imediato, que essa percentagem reflete uma proporção média dos investimentos totais, uma vez que a incidência dos cancelamentos variou segundo a prioridade atribuída a cada projeto, tendo alguns sido integralmente parcelados.

Como procedimento de trabalho, foi montado, então, um banco de fontes de recursos, com valores para alocação, a critério dessa reunião de Relatores com o Relator-Geral. Essa massa de recursos foi subseqüentemente deduzida à medida que as indicações, emendas e decisões quanto ao reforço de decisões para programas iam sendo acolhidas, independentemente da relação entre projetos ou atividades a

que se destinavam, semelhante procedimento que guarda coerência com o equilíbrio global do Orçamento.

Tentei fazer com que o equilíbrio global do Orçamento não perdesse a sua coerência, que não podia ser adotada pelos Relatores parciais limitados ao remanejamento dos valores no âmbito dos anexos.

"Alterações de grande amplitude" - vou resumir, Sr. Presidente - "que contenham o parecer final afeto aos recursos alocados a Agricultura, por via de operações oficiais de crédito, de forma a viabilizar o pacote agrícola."

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, o Governo, o Executivo, pretendia mandar uma modificação do Orçamento para inserir, neste, o Programa Agrícola.

Levei o problema à Comissão, aos Líderes, que disseram: "É uma loucura, isso vai atrasar, vai abrir novo prazo. Vamos terminar esse Orçamento em março". Então combinei com todos que eu, Relator-Geral, faria as modificações. Para atingir esse objetivo, lancei mão de 60 bilhões - naquela época - originalmente alocados ao Ministério da Infra-Estrutura, e de acordo com os técnicos do Executivo, liberando recursos ordinários do Tesouro para o atendimento de emenda, ao mesmo tempo em que remanejei recursos dos programas de operação especiais de créditos alocados na proposta Encargos Financeiros.

Imagine, Sr. Presidente, se uma pessoa desavisada vê, na imprensa, que o Relator-Geral desviou recursos - como eu vi - do Ministério do Ministério da Infra-Estrutura, 60 bilhões, para o Ministério da Agricultura. Que imoralidade! Temos que ver isso; isso é uma imoralidade! Não era! Era o pacote agrícola aprovado por todos. Muito bem!

O Relatório-Geral reflete a prioridade atribuída à Saúde, Sr. Presidente, Sr. Relator. Atendendo à recomendação contida no relatório parcial, aloquei 50 bilhões; o Relator-Geral alocou 50 bilhões para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, ao mesmo tempo a quantia de mais 53 bilhões, destinados para apoio técnico e financeiro às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, que foram criteriosamente distribuídos em função das necessidades regionais e locais.

Globalmente, são mais 53 bilhões que, amanhã, o jornal diz: "Tira 53 bilhões do Relatório, arbitrariamente, e coloca..."

Certamente para tirar proveito, ganhar comissão de remédios!

O negócio chegou a um ponto tão grave, Sr. Presidente, que naquele dia em que, para aliviar o ambiente, V. Exª contou aquela história de Cícero, eu disse: "Sr. Presidente, por favor não confunda a minha calma. Estou aqui à base de dois Lexotan."

Um jornal botou: "Fiúza deve ter ganho comissão do laboratório Roche para falar em Lexotan."

Veja a que ponto chegamos, a falta de respeito a que chegamos. Quase me tento a usar a palavra, o canalhismo a que chegamos.

Uma nota, no dia seguinte: "Fiúza deve ter recebido comissão do laboratório Roche para falar em Lexotan", num grande jornal deste País.

Não é assim que vamos construir a democracia; não é assim, seguramente. Democracia é liberdade com ordem. Liberdade sem ordem é anarquia. Ordem sem liberdade é ditadura.

"Permaneceu intacto. Na área da ação social, uma preocupação preliminar foi evitar a redundância de ações com o mesmo objetivo, incluídas simultaneamente no programa da Secretaria Nacional de Saúde e Saneamento e Fundação Nacional de Saúde, voltadas para o saneamento básico. Pela via orçamentária, conseguiu-se, à margem de uma reforma administrativa de governo ainda incompleta, separar as atribuições desses órgãos. Não houve praticamente aporte de recursos para a Ação Social, limitando-se as alocações ao volume global previsto no projeto do Executivo."

Portanto, Sr. Presidente, não houve aumento substantivo de alocação de recursos para a Ação Social. O que eu fiz? Explicando: como havia uma reforma administrativa incompleta, havia duplicidade de ações, ou melhor, duplicidade de órgãos cuidando do mesmo setor, que era saneamento básico, então, tentamos compatibilizar o que deveria receber um setor e o que deveria receber outro setor.

"Mas isso não reduz a importância das modificações implementadas, de vez que o valor remanejado nas etapas das relatoria parcial e relatoria geral gerou mais 130 bilhões de cruzeiros, da época, para saneamento. Como critério para a repartição das dotações, permaneceu o indicador consagrado na Comissão, estabelecido com base na população e no inverso da renda **per capita** estadual, que serviu para minimizar as distorções contidas na proposta do Executivo e do Orçamento aprovado."

O Orçamento oriundo do Executivo tinha distorções brutais. Nós, então, tentamos compatibilizar ou reduzir essas distorções, levando-se em conta o modelo clássico, diretamente proprorcional à população e inversamente proporcional à renda.

"Entendendo que a questão agrária, no Brasil, pode e deve ser enfrentada com instrumentos financeiros geridos pelo Estado, dos quais o Orçamento é o mais poderoso - dizia eu - tomo a oportunidade que me foi concedida e o que retrata a Lei de Meios para colocar em prática a minha convicção de que recursos públicos estão contribuindo para a produtividade no campo e, ao mesmo tempo, para a harmonia social, quando permitem o acesso à terra daqueles que não disponhem" - dizia eu em 1991.

Neste sentido, ampliei para 29 bilhões o montante para implantação e desenvolvimento de assentamentos de trabalhadores rurais, beneficiando 40 mil famílias. Aliás, objeto de acordo que fizemos para a retirada dos destaques.

Sr. Presidente, todos os partidos se incorporaram a esse pleito, porque as grandes hidroelétricas construídas desalojaram centenas e centenas de trabalhadores. Aloquei mais 29 bilhões. Li num desses jornais, semana passada, que o Relator alocou para o INCRA, que iria fazer com as construtoras, 29 bilhões de cruzeiros em obras.

"O campo foi ainda alvo da correção que introduzi no Orçamento nas despesas autorizadas para o Programa Nacional de Irrigação.

Os recursos destinados pelo ilustre Relator parcial ao referido programa foram acrescidos de 35%, somando, no final, 23,3 bilhões, em virtude do benefício social dos gastos dessa natureza. Está fartamente comprovado que nas regiões semi-áridas só a irrigação pode reverter o processo de imigração que tem incrementado o desemprego e o subemprego nos centros urbanos, agravando as tensões sociais.

Por entender tratar-se de uma atividade típica de governo, reforcei as dotações para melhoria da infra-estrutura social. Sensível aos problemas dos transportes dos grandes aglomerados urbanos, que impõem perdas desnecessárias de tempo aos trabalhadores em seus deslocamentos e desestimula o esforço produtivo, dotei a cidade de São Paulo com recursos para projetos de transporte integrado e reequipamento da frota de ônibus, bem como destinei a outras capitais brasileiras meios para expansão do seu sistema de transporte de massa, sem acréscimos dos valores destinados à constituição, melhoramento e ampliação das instalações existentes. Ninguém ignora que os gastos com infra-estrutura portuária contribuirão, significativamente, para o barateamento.

Especificamente em relação às rodovias, decidi por um acréscimo da ordem de 200 milhões às dotações do DNER. Os gastos em estradas não apenas preservarão o patrimônio rodoviário como, também, gerarão empregos de mão-de-obra de baixa qualificação e o significativo efeito de renda."

Aí, eu preciso fazer um pequeno comentário.

Sr. Presidente, o orçamento para rodovias, neste País, no ano de 1991, quando tive o infortúnio de assumir essa Relatoria, foi de cerca de oitocentos bilhões. O dado histórico é que se girava sempre em torno de 2,5 a 3 trilhões. Os estudos que o DNER mandava mostravam que se precisava gastar quase 2,4 trilhões por ano - aliás, desculpem-me, eu estou confundindo milhões com bilhões, a inflação é tanta! - oitocentos milhões foi o nosso Orçamento - os orçamentos anteriores eram em torno 2,5 a 3 bilhões, e o DNER mandava um documento dizendo que nós precisávamos fazer investimentos na malha rodoviária para manter de 2,4 bilhões, por ano, no mínimo, durante quatro anos.

Eu vou tentar pular um pouco, Sr. Presidente, porque, embora me pareça que a Comissão não aceite documentos, ou melhor, depoimento escrito, isto servirá de subsídios à Comissão, não como depoimento, mas como subsídio, mesmo porque vai capear outros elementos, são subsídios para os Srs. Senadores e Srs. Deputados. Portanto, não é o meu depoimento. Apenas vou tentar poupar V. Exªs do que achar irrelevante. Se as perguntar voltarem ao assunto, eu voltarei. Posso fazer, Sr. Presidente, a título de subsídio, não? O meu depoimento é o que for oral, o que a taquigrafia pega.

O papel que atribuo à educação foi suficientemente ressaltado no nosso parecer, Sr. Presidente.

O relatório parcial que abordou essa função de governo sublinhou como prioridade a conclusão das obras. Eu determinei. Eu! Não faço nada, nenhuma escola nova, sem antes concluir as escolas técnicas e agrotécnicas que existem aí se acabando. Dei, dotei para as universidades emendas com dois objetivos. O ensino técnico, aloquei como emendas de relator - essas imensas emendas que aparecem como sendo do Fiúza, o campeão de emendas - 23 bilhões, a partir de remanejamento amparado em lei para assegurar, em 1990, inclusive trinta (?) unidades novas construídas de escolas técnicas, algumas em andamento desde 1988.

Devo dizer, levantamos junto ao MEC todo esse descalabro, e perguntei ao MEC qual seria o valor razoável. E se envolveu mais 23 bilhões a preço de abril. Não ficaria iniciada, segundo eu, uma escola técnica neste País que não fosse concluída.

Presto contas de outras decisões, Sr. Presidente, tomadas em matéria de educação. Fiz um incremento de 40,5 bilhões, Sr. Relator, em recursos de abril, para formação de nível superior. Desse montante, 20 bilhões para o custeio das universidades, repartidos entre elas de acordo com proposta técnica da entidade representativa do setor. Portanto, emenda de relator mais 40,5 bilhões.

Para promover um crescente desenvolvimento da universidade no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dotei os principais centros de excelência do País com mais 5 bilhões, destinados às diversas áreas do conhecimento. Por fim, aloquei mais 10,5 bilhões, Sr. Presidente, Sr. Relator, para o Programa de Crédito Educativo - a preços de abril -, cuja dotação na proposta do Executivo era menos da metade, uma verdadeira vergonha nacional.

Em relação aos CIACs, havia uma excessiva concentração de recursos para investimentos. Cortei e para sanear a imperfeição realoquei como emenda de relator mais 42,6 bilhões para despesas de custeio daqueles CIACs, aqueles elefantes imensos - não digo elefante branco, porque é pejorativo, eu sou a favor do CIAC - aquelas construções imensas precisavam de recursos para serem mantidas. Tirei da parte

de investimento, mesmo porque sabia que a cronologia não permitiria que ficassem prontos naquele período, e destinei ao custeio.

A cultura nacional dessa vez foi parcialmente resgatada e acho que esse é o maior compromisso do País, Sr. Presidente. Embora os relatores parciais não tenham acolhido emendas que proporcionassem recursos generosos, o relator-geral resolveu fazê-lo.

Fiz o mesmo em relação ao Desporto. Aliei-me àqueles que não desejam ver desfigurada a expressão da nossa nacionalidade, dos nossos valores subjetivos e acatei sugestões que permitiram a manutenção do arcabouço.

Destaquei também gastos para museus, orquestras sinfônicas - a Orquestra Sinfônica de Brasília ia fechar; atendi a pedido do maestro Isaac Karabtchevsky e do Ministro Mário Henrique Simonsen. Estou com medo que digam que compraram violinos e que eu eventualmente me acertei com fornecedores de violinos.

Ao final, destaque para recursos alocados ao Poder Legislativo não incluídos nos gastos com pessoal - estavam cerca de 17% aquém do necessário e por essa razão suplementei as despesas da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas, privilegiando projetos de informatização que permitirá, como está permitindo à Comissão já neste ano, e no ano que vem, ter vários elementos.

Quero fazer uma pequena ressalva: Não recebi a imprensa nestes dias, nem saí de Brasília; fiquei redigindo em casa e vi publicado num dos jornais que havia um pedido do Deputado Hélio Bicudo, que é uma das pessoas a quem mais estimo e respeito pela sua seriedade, pelo seu comportamento e pelo seu cavalheirismo. S. Exª ficou muito preocupado, e a imprensa sempre dizia nos jornais que eu iria publicar uma relação de todos os Deputados e Senadores que pediram subvenções, pediram emendas.

O nobre Deputado Hélio Bicudo é uma santa pessoa e foi quem me pediu isso. Fez uma carta delicada dizendo: "Sr. Relator, não esqueça a emenda do deputado fulano de tal para reaparelhamento da Câmara dos Deputados e do Senado".

Imagine, Sr. Presidente, se eu seria louco, leviano, irresponsável para imaginar que o apresentador da emenda ou o Deputado Hélio Bicudo teriam se acertado com os fornecedores. Só falta essa. A grande dificuldade desta Comissão vai ser separar o legítimo do ilegítimo.

Imediatamente, dirigi-me à secretária de S. Exª, Deputado Hélio Bicudo, tirei cópia e mandei que publicasse na imprensa. Mas, enfim, há muito chifre em cabeça de cavalo.

Coloquei verba para o PRODASEN, atendendo a um trabalho que me foi apresentado pela diretora daquele órgão e por emendas apresentadas pelos Srs. Parlamentares, para que os senadores e deputados pudessem ser...

Com toda a falta de modéstia, dizia eu, Sr. Presidente, posso assegurar a V. Exª que esse não é o relatório dos meus sonhos. Devo frisar que eu dizia: "Este não é o relatório dos meus sonhos. Empenhar-me-ei para que no próximo ano possamos caminhar na busca desse objetivo. Posso assegurar, Sr. Presidente, sem medo de errar, que este relatório é bem melhor etc." Quando ele começou a demorar, alguns disseram que era para esperar o Governo.

Vou pular alguns tópicos, Sr. Presidente, embora possa até prejudicar-me, porque estou sentido a Comissão impaciente para fatos concretos, mas devo lembrar a todos, eu não poderia usar nunca a palavra para chamar à colação, mas chamo o testemunho, através deste depoimento, de todos que participaram. E todo este histórico, eu me permito enfatizar, Sr. Presidente, para deixar bem claro à sociedade: Minhas senhoras e meus senhores, o Congresso Nacional não faz o Orçamento irresponsavelmente. É possível, como em qualquer colegiado ou onde estiver presente a natureza humana, que hajam desvios. Mas o Orçamento do Congresso Nacional é infinitamente melhor do que qualquer Orçamento feito nos gabinetes; por mais competente que seja o tecnocrata, ele não conhece as realidades do País; ele também é humano, pode ser movido pelas tentações do favorecimento ou da obtenção de favores. Onde é mais fácil e mais honesto? Numa Comissão que tem 240 pessoas: 120 titulares e 120 suplentes que disputam na mesma região, que disputam no mesmo município - se um Deputado coloca para um município o seu adversário grita, denuncia, diz que a sociedade é fantasma, que é imoralidade. O que é isso? Isso é a democracia. Transparência é isso.

Portanto, a sociedade brasileira não precisa estar com o sentimento de que tudo se acabou, pelo contrário; tem que entender que o poder mais legítimo é o Congresso Nacional e que, em que pese a possíveis erros, omissões, acertos ou até desvios de alguns na Comissão de Orçamento, esta é a Casa que tem a vocação de fazer as coisas abertas e transparentemente, até pelo conflito entre pessoas, partidos ou mesmo pessoas de um mesmo partido.

Vou pular esta parte, Sr. Presidente. O Sr. Senador Mansueto de Lavor tece elogios: "Gostaria de dizer - diz o Senador - que o relatório deu prioridade à educação, à saúde, a correções de injustiças gritantes concretizadas no acordo coletivo de S. Exª". O Senador Marco Maciel diz: "A correção de injustiça perpetrada pelo Poder Executivo contra o Vale do São Francisco..." Deputado Vieira Lima, Paulo Hartung...

Para que fique bem claro, faço a leitura do relatório. Essa página tenho que ler, Sr. Presidente. Tenho um índice de todas emendas aprovadas ou rejeitadas na Comissão.

"O parecer sobre as emendas está pronto, mas o PRODASEN leva quatro horas para rodá-lo, porque tem mais ou menos um metro de altura. Devo ressaltar, para que amanhã não se diga que houve maledicência" - eu já previa naquela época - "que esse trabalho não foi conferido porque não houve tempo. Ele poderá ser modificado somente se for comunicado à Comissão qual o erro material" - no final já pegamos os erros. "Amanhã, na hora em que tudo estiver entregue, pediria ao PRODASEN para tirar um disquete para cada Liderança" - o que, aliás, não foi feito, mas havia uma relação sobre a mesa. "Primeiro, vai ser entregue ao Presidente da Comissão, o disquete, com as emendas, para que, amanhã, não apareça um maledicente dizendo..." - dizia eu, à época, e isso, eu disse no dia em que li meu relatório na comissão: "Houve mudança de conteúdo, no PRODASEN" - dizem, muitas vezes, injustamente, que se mudou, no PRODASEN. "Peço aos Srs. Líderes que acompanhem, no PRODASEN, porque esses elementos, esse parecer sobre emendas é uma questão de ordem mecânica etc. Todas as relações serão entregues pelo PRODASEN amanhã. Se houver erro, devemos corrigi-lo. Os companheiros que me honram com suas presenças, como o amigo Paulo Hartung, Sérgio Machado, Senador Eduardo Suplicy e outros" - presenciaram o corre-corre final de todos no PRODASEN, tentando fechar o relatório. Nem me lembrava de que esses companheiros tinham ido ao PRODASEN comigo para ver o corre-corre do fechamento do relatório na Comissão. Eu disse isso, naquela oportunidade, está na ata, onde estavam os presentes.

Como já disse, é impossível; aí, não posso pular. "Temos aqui o relatório da leitura anterior, para os companheiros que trabalharam em cima. Assim como o índice de todas as emendas aprovadas, as emendas..." Sei que é impossível tirar todo o relatório. Como já disse, é impossível compatibilizar emendas, olhando um só relatório. "As emendas foram apreciadas, aprovadas, emendadas, rejeitadas, ampliadas, levando-se em conta as necessidades da obra, o contexto, a programação geral etc." - estão aqui por setor. A lei que estima receita e despesa também está aqui naturalmente, com os valores propostos; os documentos estão aqui. Então o Deputado Eduardo Jorge pediu - está aqui todo o manifesto - 24 horas para que o Partido dos Trabalhadores pudesse dar uma estudada.

"- O Sr. Presidente - Então esse assunto foi discutido.

" - O Sr. Ronaldo Aragão - Qual é a proposta?

Deu-se as 24 horas para que todos levassem o relatório para casa.

Posteriormente, dizia o parlamentar: "Até agora só conhecemos o relatório."

Alguém perguntou: "Cada partido vai receber uma cópia?"

" - O Sr. Presidente - Vamos suspender a sessão e marcar para amanhã.."

O Deputado o repetiu, dizendo que parlamentar não é notificado. Perguntou se teria uma cópia.

O Deputado Eraldo Tinoco disse: "Sr. Presidente, o procedimento transparente do nosso Relator-Geral faz com que nós devamos ter todo o cuidado no sentido de que, na decisão tomada pela Comissão, seja mantido o mesmo procedimento até aqui adotado."

Nesse sentido, dou inteira razão ao nobre Deputado Eduardo Jorge, quando propõe que a matéria seja discutida amanhã, com toda calma, para que votemos somente depois dessa discussão.

Acredito que o Presidente do Congresso não será insensível, porque o Senador Mauro Benevides já estava cobrando, com justa razão etc.

Estou ficando um pouquinho calado, Sr. Presidente, para ver se posso ganhar tempo para V. Exªs.

Bom, vou encerrar essa parte aqui, mas vou ler, um pouquinho, a Ata da 24ª reunião do Orçamento, que discutiu o nosso Relatório.

Vou ler tópicos que servirão de subsídio - posso entregar isso aqui - porque como são tópicos da Ata que estou anexando, e a Ata é um documento, a pessoa, então, comprova pela Ata.

"O Sr. Presidente Ronaldo Aragão declarou aberta a 24ª sessão com o objetivo de discutir.. - já foi depois das 24 horas.

O primeiro a falar foi o Exmo. Sr. Senador Eduardo Suplicy, que disse que gostaria primeiro de ressaltar - o que considero louvável - o empenho do Sr. Relator no sentido de procurar realizar um trabalho mais aberto e transparente possível, segundo suas próprias palavras. Inclusive S. Exª, em seu relatório, propõe procedimentos e critérios abertos, adequados, racionais, no sentido de procurar democratizar o processo de definição. Entretanto, por razões que se faz necessário explicar, seria importante que o Relator, Deputado Ricardo Fiúza, nos explicasse agora por que há Parlamentares com gigantesco poder de definir dotações orçamentárias. O teto, que se imaginava, antes, que era de Cr$ 500.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), foi grandemente ultrapassado, inclusive na área do Ministério da Ação Social.

Já que não foi possível nesse ano - dizia S. Exª - que no próximo ano seja dado um passo na direção da recomendação do próprio Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiúza.

No relatório de S. Exª estão contidos princípios defendidos pelo conjunto dos que fazem a Comissão Mista de Orçamento daquele ano" - dizia S. Exª.

"Quero salientar que o Relator-Geral procurou ser sensível às reivindicações de pelo menos as diversas regiões do País. Eu próprio sou testemunha das importantes reivindicações da Prefeita de São Paulo, por exemplo: de 5 bilhões para a compra de ônibus. Isso foi devidamente considerado emenda por ele apresentada" - quer dizer, por mim Relator-Geral, pág. 02.

Respondendo à questão do Sr. Senador Suplicy, quero dizer à Comissão que apenas tive uma emenda - vou resumir, depois os senhores poderão ler na Ata - de Cr$ 50.000 (cinqüenta mil cruzeiros), naquela época, que era para a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância, e que o resto não considerassem como emenda do Relator Ricardo Fiúza e, sim, emenda de Relator.

"Gostaria de deixar bem claro à Comissão que todas as emendas que o Relator-Geral teve que juntar e compatibilizar, atendendo aos pleitos de última hora antes do relatório, saem como emendas do Relator-Geral."

Vejam bem, Sr. Relator, se V. Exª me permite frisar este ponto: já naquela oportunidade eu explicava que, em face da delegação recebida por toda a Comissão, e vou ler só a delegação, essas emendas iam sair como emendas do Relator-Geral, porque a imprensa está aí dizendo, todo o dia, que eu sou o campeão de emendas. Essas emendas não são do Deputado Ricardo Fiúza, são do Relator-Geral por dever de ofício e por delegação da Comissão. Portanto, inverídica maledicência, falsa e mentirosa a afirmativa contrária.

"Adotei um critério que a Comissão poderá verificar a qualquer momento. Devo afirmar ao Sr. Senador, mais uma vez, e a todos os companheiros da Comissão, que acredito que haja neste relatório erros materiais e seguramente deve haver arquivos. Fico gratíssimo quando tiver que corrigir - aliás, o verbo estava até errado na época -, ficaria gratíssimo, corrigir algum defeito se a Comissão detectar.

Quero fazer aquele processo de transparência possível que tentei desde o começo. Estou aqui para votar um relatório proposto à Comissão com as correções que a Comissão julgar adequadas, portanto, não tenho nenhuma idéia fixa."

Não estou dizendo isto agora - disse na reunião do debate da Comissão em 1991.

"No tocante a este critério, como procuramos pela primeira vez viabilizar alguns projetos, ou seja, para estudo da educação, saúde, ciência e tecnologia, bolsas de estudo, a rigor - este ponto é importante Sr. Relator, Sr. Presidente - não me ative exageradamente ao autor da emenda. Procurei compatibilizar, mas não me ative a ele. Dos 550 membros do Congresso Nacional, acho que satisfiz a 400. Uns 50 fizeram reclamações injustas, e outros 50 com absoluta justiça, reclamavam de omissões, de injustiças de pequenas emendas que não foram aprovadas..Vou tentar corrigir isso através dos destaques..

A grande história, a eterna história da Comissão de Orçamento, é que havia um grupinho que apresentava emenda e havia a grande maioria que não conseguia aprovar coisa alguma. E eu fui atrás dos Partidos; fui até ao PDT, na última semana, e disse que os membros do partido estavam completamente prejudicados, que apresentassem uma coisa justa para o Estado. E o PDT estava defendendo - e eu mantive - os recursos para a Linha Vermelha, aquela obra tão importante para o Estado do Rio de Janeiro. É claro, é evidente - repito mais uma vez - que não seria insano, insano, leviano, irresponsável, e dizer: "Tem emendas... Tenho mil pedidos de Deputados do PDT para a Linha Vermelha, devem estar mancomunados com a empreiteira da Linha Vermelha" Eu sou algum louco? Eu sou algum cretino? Eu sou algum irresponsável para fazer isso? Eu sou juiz de ninguém. Eu poderia... Nunca! Só se fosse um psicopata, um louco, um desvairado, ver em qualquer emenda de um Deputado... Do Deputado Hélio Bicudo que me pediu para apoiar a modernização da Câmara, ou no homem que me pediu, do PRODASEN, se ele iria ganhar a comissão de quem iria vender a máquina de escrever, ou do computador, seja lá o que o for. Se a Prefeita de São Paulo comprasse um ônibus, eu iria imaginar, ou pressupor, ou insinuar, nem de longe, que aí viria uma troca de favores entre ela, seja de qualquer maneira, e a Mercedes-Benz, ou fornecedor da Mercedes Benz? Eu sou algum louco, algum irresponsável, para permitir que a sociedade imagine que esta Casa é um mar de lama, dita com tanto louvor pela imprensa ávida de matérias e, alguns, de notoriedade?

Tenho as emendas, tenho os papéis. Tenho os pleitos, os pedidos. No momento em que se citar um; no outro dia dizem: "Mais um na lista da corrupção. Vou dizer ao Governador de Brasília que os Deputados de Brasília são corruptos, porque pediram ao Relator-geral para manter as obras do metrô de Brasília? Eu não sou louco, não sou insano nem carreirista, nem carreirista! O meu caráter me obrigaria até a perder as eleições e muitas coisas mais, mas não me permitiria fazer um carreirismo desses.

Desculpe-me, Sr. Presidente, por favor; desculpem-me, Srs. membros da Comissão.

Outra coisa, a propósito da colocação muito competente do Senador Eduardo Suplicy, devo dizer que o Senador Eduardo Suplicy, com o qual tenho uma profunda divergência e tínhamos até uma inimizade pessoal até o dia do depoimento,

quando S. Exª teve a grandeza de me cumprimentar - ele tem uma ação contra mim - é um obcecado, obsessão no melhor sentido da palavra. Ele fica em cima das coisas com uma pertinência invulgar. Se eu tivesse 10% dessa obsessão natural, legítima e a organização de S. Exª teria sido um grande Parlamentar, teria sido porque não pretendo voltar. Quando S. Exª falava sobre esse problema de critérios, que aparecia na relação de Deputados como grande número de emendas, Sr. Presidente e Sr. Relator, é que - são as tais coisas das atribuições que se dão e se julgam as pessoas posteriormente - a Comissão estava tão equivocada comigo, pelo visto, que me deu poderes discricionários; alguns, como vou ler, vou demonstrar a V. Exª, eu agradeci, mas disse que não aceitava aquela delegação. Rejeitei várias delegações, Sr. Presidente, Sr. Relator, dizendo que amanhã a maledicência vai dizer que mudei as coisas. S. Exª o Senador Eduardo Suplicy perguntava por critérios, porque alguns Deputados tinham tido grandes emendas. O que é que fizemos? Como fizemos uma relatoria absolutamente informal, onde vários Companheiros competentes em Orçamento me ajudavam na parte formal - e não estou responsabilizando ninguém, estou frisando pela quarta vez -, se erros houver, omissões, salvo desonestidade, esses erros são culpa minha; desonestidade, culpa de quem a fez - e se fez; não estou aqui para acusar ninguém.

O que é que fizemos naquela época? Dividimos dois tipos de emendas.

Agora, acaba de aparecer o relatório. E peço licença para voltar, Sr. Presidente, a este relatório, dessa grossura. Por favor, Televisões, mostrem à sociedade o que é o Congresso brasileiro! Não precisam me defender; defendam a instituição do povo. O povo brasileiro só dá valor ao Congresso quando ele é fechado.

Isto aqui que os Senhores estão vendo é a Ata das discussões do meu relatório na Comissão; uma das Atas. Não é a leitura do meu relatório; é a discussão. Todos participaram, todos inquiriram; todos tentaram fazer o melhor para o povo brasileiro. É mentira que os Deputados fazem o Orçamento à toque de caixa! É mentira que os Deputados só participam do Orçamento para tirar proveito! É verdade que o Orçamento deve ser aprovado, mas a sociedade brasileira precisa saber que a Câmara e o Congresso fazem as coisas também com muita seriedade.

Tudo isso aqui, Sr. Presidente, tem a participação de todos os Colegas, de todos os partidos, em resposta e esse infeliz Relator, a todas as questões levantadas.

Portanto, o Congresso Nacional merece o respeito do povo brasileiro. Não merece o respeito do povo brasileiro alguns poucos que eventualmente terão se beneficiado. Esses devem ser punidos. Mas isso não deve ser confundido com a imagem desta Casa sagrada. Esta Casa tem uma atmosfera de sacralidade; ela tem fluídos de emanação de pessoas fantásticas. Isso aqui é o poder que emana mais diretamente do povo.

A minha preocupação maior hoje, Sr. Presidente, além de apresentar isso, é dizer ao povo brasileiro que essa descrença é fruto da má informação ou da desinformação. Participem mais porque esta é uma Casa sagrada.

Este aqui é o relatório. Foi discutido na Comissão para que se tivesse uma idéia da amplitude dos debates. Desculpem-me, Srs. Membros, ter voltado, porque só agora o relatório foi encontrado. Vou tentar correr, Sr. Presidente...

Sim, explicando, então, qual era o critério. Eu dividi as emendas que considerava municipais e emendas que eu considerava institucionais. Evidente que se é uma obra que ultrapassa os limites de um Município, de uma Cidade, de um Estado... por exemplo: tenho uma acusação de ter feito uma emenda imensa para o Município de Ibimirim. Foi lá o fotógrafo. O jornalista, coitadinho - que, se leu dois livros, leu jeca-tatu e Almanaque da Saúde da Mulher, que era distribuído em farmácia pelo Biotônico Fontoura -, diz que eu fiz o projeto de um açude monstruoso em Ibimirim. Não é não! O açude é o Posto da Cruz. Ibimirim é um grande projeto de irrigação do Governo que, por coincidência, está localizado no Município de Ibimirim, mas que fortalece, que é fundamental para toda uma região semi-árida de pessoas que morrem de fome, de mulheres que, aos 20 anos de idade, estão com as pernas cheias de varizes por carregar latas de água na cabeça, quilômetros e quilômetros, para cozinhar para os seus filhos. Esses, que só ouviram falar de povo nos livros, vão lá e dizem isso: açude não sei de onde, no município tal, botou uma verba para o município tal, uma imoralidade! Eu ia ver e não era; era um tipo como esse de Ibimirim, como tantos casos. Eu jamais poderia debitar ao município de Ibimirim uma verba do tamanho de um projeto de irrigação, que se chama, se não me falha a memória, esqueci... Projeto Bebedouro, parece-me, iniciado há décadas; todos de pequenos produtores.

Está aí no jornal: "Fiúza é corrupto. Bota verba para Ibimirim". Aí, diz que eu tive lá 300 votos.

Aliás, estou anexando também à Comissão, Sr. Presidente, a relação das minhas emendas e a dos municípios onde fui votado acima de 100 votos, dos 60 mil que tive.

Obrigado, Sr. Presidente!

Então, havia a distinção eleitoreira. Eu não considerava como cota do Deputado uma emenda institucional. Portanto, alguns Deputados, às vezes, apareciam com emendas grandes, porque não eram aquelas típicas emendas eleitoreiras; não é no sentido pejorativo, ou seja, emendas que atendiam os interesses daqueles municípios, os quais S. Exªs representam e que devem, por dever de ofício, defender, apresentar emendas, lutar por elas e lutar pelas suas liberações. Se não o fizerem, são faltosos.

Bom, estou pulando, Sr. Presidente.

Dizia eu, no final, que tenho certeza que meu trabalho não está perfeito, mas me esforçarei ao máximo para fazê-lo. Agradeceria se algum Sr. Deputado fizesse mais alguma sugestão ou levantasse uma questão, porque terei o prazer de corrigir - páginas 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

Respondo ao Deputado Nilson Gibson. Está na Ata, portanto... Deputado Nilson Gibson, Paulo Portugal. O Deputado Paulo Hartung questionou números... esse é o público brasileiro. Fui questionado lá. O Deputado Paulo Hartung questiona o Relator, a saber 574.6 bilhões nos acréscimos, 172 no decréscimo, chegando a uma diferença de 175 milhões. Segundo ele, não foi encontrado no trabalho a origem desses recursos, etc.. Portanto, brasileiros, o Congresso procurou fazer com seriedade.

O Deputado Felipe Mendes faz elogios. Agradeço os comentários.

Parlamentar não identificado pede algumas colocações... Deputado Fernando Carrion coloca a seriedade de meu trabalho... Todos se congratulam com S.Exª, exatamente por sua posição, etc., essas coisas da hora, não é, Sr.Presidente?! Todo mundo depois esquece, e o sujeito vira réu. Ninguém nem mais o ajuda a redigir. Mas, tudo bem!

Por outro lado, fatos formais .... Meu caro Relator, refiro-me ao DNER, discutiu-se o DNER etc. etc. etc... Disseram que tinha sido feito no PRODASEN - vamos ver se foi feito, se não foi feito.

Aí respondo: "Deputado Ricardo Fiúza respondendo os questionamentos"... respondo os questionamentos - o Deputado Fernando Carrion fez um longo questionamento. Aí o Deputado Flávio Palmier da Veiga propôs: "Eu pediria esclarecimento... Fazendo um adendo. A minha proposta é a seguinte: tendo em vista o adiantado da hora, Sr. Presidente, e considerando as concessões oferecidas pelo Sr. Relator-Geral para atender as diversas demandas de Parlamentares da Comissão de Orçamento, considerando também que o Deputado José Geraldo solicitou ... tendo em vista principalmente que o Relator é homem aberto, acessível, ouviu todos os partidos acima das ideologias e ainda está oferecendo condições de melhorar o atendimento aos Deputados, oferecemos um crédito de confiança ao Relator..." - olha que se eu tivesse aceito, Sr. Presidente, eu estava era preso a esta hora!

"Aprovaremos em bloco todos esses destaques para que o Relator-Geral, dialogando com os Deputados interessados, possa, até amanhã, ao meio dia, resolver esse problema - esta é minha sugestão. Os destacados até este momento seriam aprovados em bloco" - isso é um adendo.

Quer dizer, queriam aprovar tudo, o Relator-Geral resolva o que aceita e o que não aceita conversando com cada um.

Aí eu disse, num raro momento de lucidez: "Sr. Presidente, agradeço a manifestação do Deputado Flávio Palmier da Veiga, Sr. Relator, imagine, mas creio que S. Exª transfere uma responsabilidade exagerada para mim, que não a quero, porque amanhã vão dizer que eu modifiquei as coisas. Agradeço a S. Exª, mas não aceito essa responsabilidade. Fico gratíssimo, mas amanhã a maledicência, os interesses contrariados vão levantar suspeições sobre o meu relatório"- o nosso relatório, no caso.

Aí eu disse: "Sr. Presidente, fui informado que companheiros de todos os partidos estão montando uma solução. Poderíamos dar a palavra a outros companheiros, enquanto essa solução aparece", como se faz todo dia na Casa.

Vou pular então essas palavras.

Discussão do Deputado Eduardo Jorge, que me pediu esclarecimentos; eu dei e voltei ao Deputado Eduardo Jorge.

Deputada Lúcia Vânia... Eu soube que vão aparecer documentos sobre modificações minhas no sentido do problema de hidrelétricas. Sei isso tudo, a imprensa é que diz: "Olha, chegou aqui um negócio que vai matar o mundo"! Tá bom disso chegar.

A Deputada Lúcia Vânia me faz uma carta agradecendo, tanto a mim quanto ao Governador de Goiás, o tratamento dado às hidrelétricas de Goiás, que, no fundo, não era operação; era operação de acerto de contas entre o Governo Federal. Mas aparece um número grande, já estão dizendo que fui eu...

Tem carta do Governador, da Deputada Lúcia Vânia, que não passa pela minha cabeça, nem de longe, imaginar que ninguém fosse tirar proveito pessoal. Nem tirou.

Muito bem. A Deputado Lucia Vânia agradece; Paulo Mandarino elogia.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria da atenção da Comissão.

O Deputado Paulo Hartung apresenta uma proposta - páginas 110, 111, 112, 113, Senador Eduardo Suplicy. O Senador Eduardo Suplicy é tão conseqüente, tão trabalhador, que imagina que eu possa deixar de ler uma frase; está acompanhando, atenção o relatório. Faz muito bem S. Exª; o Deputado Paulo Hartung apresenta uma proposta que diz ser do conjunto de partidos com assento na Comissão.

> "**O SR. PAULO HARTUNG** - Sr. Presidente, sem prejuízo das inscrições e usando o tempo cedido pelo Senador Valmir Campelo, queria apresentar uma proposta, que não é minha, mas do conjunto dos partidos políticos que têm acesso a esta Comissão. Evidentemente que essa proposta deve ser apreciada por todos os colegas da Comissão e só ir em frente se houver concordância. Às 03h30min da madrugada, pelo que fui informado, temos 600 destaques sobre a mesa".

Naquela hora, a Mesa corrige o Deputado Paulo Hartung e diz: mil duzentos e quarenta. Por isso, precisamos da racionalidade. Os companheiros devem separar os destaques relativos ao texto.

Vou pular uma parte que não é importante. Diz S. Exª que, para que me submeter essa condição, propõe um acordo de tirar o Inciso II, do Art. 5º. Aí diz:

"Se aceitas as modificações, a proposta é no sentido de que os destaques que estão sendo submetidos à Mesa, sejam - Srs. Membros da Comissão, Senhores homens experientes e Relator, reparem o que foi dito - transformados em indicação do Relator, e amanhã, às 09:00 horas,... para consolidar o processo. Digo isso em meu próprio nome e mais no nome de um conjunto de partidos políticos...

Aí eu digo: "A respeito dos destaques - deve ser página 139, Sr. Presidente -, que são os Destaques fundamentais, desejo dizer a Casa que já consta no texto de lei, apenas registrei a minha consciência, Sr. Presidente,..." Aí digo: "Sr. Presidente, tem que se deixar bem claro o seguinte" - Sr. Relator e Sr. Presidente, na proposta do Deputado Paulo Hartung, que é transformar os destaques em indicação do Relator, eu dizia: "Tem que deixar bem claro o seguinte: não tenho como entregar a relação dos destaques processados que apresentem o material. É impossível. O computador do Senado demonstrou, hoje, que imprime 20 mil linhas por minuto e leva 4 horas para fazer o relatório. Então é impossível. Vou dizer o que vou propor.

Segundo ponto, os destaques que signifiquem apenas remanejamento de valores entre os próprios Deputados também ficam para depois. Não há problema. É foro íntimo de cada Deputado. O que eu entregaria amanhã? Uma relação dos Estados que podem ser acolhidos para aprovar emendas rejeitadas que aumentem o valor de emendas parcialmente aprovadas, com indicação do número da emenda, autor, finalidade e etc. O que eu faria? Faria uma relação bem feita de todas essas emendas e entregaria ao Sr. Presidente da Comissão, que as distribuiria às Lideranças dos Partidos como documento para ser cotejado quando da Redação Final do Orçamento. Redação Final do Orçamento".

Foi isso que fiz. Peguei essa relação. Quando foi dito: "Sobre mesa, Redação", estava lá a lista do microcomputador.

"Posso fazer isso inclusive no micro do Senado. Entrego a relação de todos os Destaques, para que amanhã todos possam ficar sabendo. Por quê? Porque vou ter que identificar fontes - não vou guardar essas fontes em cima de emenda de Deputado - e ver qual é o saldo de alguns subprojetos para poder atender. Esse trabalho demanda algum tempo. Se a Comissão concordar com essa solução, Sr. Presidente, não tenho nada a opor. Tudo bem".

Vou parar de ler isso, porque já está cansativo para a Comissão. Vou dizer porque fiz esta leitura. Peço encarecidamente aos Srs. membros da Comissão para que leiam esse resumo - é um resumo desta Ata e de mais outras duas. Depois disso, foi feito o acerto, foi feito o acordo - tudo dentro das normas -, e fiz minhas considerações finais, agradeci a gentileza:

"Sr. Presidente, sobre a elaboração, foi feito democraticamente, etc., no tocante a....."

Sr. Presidente, vou parar um pouco. Pulei a metade das páginas. Até me preocupa isso, mas tenho certeza de que os Srs. Deputados vão ler. Eu deveria esgotar o máximo, o máximo, a minha defesa, mas não quero ser cansativo. Vou apenas resumir porque fiz isso. Fiz isso pelo seguinte: para que, primeiro, se vejam as condições em que assumi a Relatoria e, segundo, que se veja - o Vicente não é meu Advogado, não. É meu Secretário Parlamentar e não está me dando nenhuma instrução jurídica - e para que fique bem claro o que é um regimento. Um regimento é um conjunto de normas que devem ser obedecidas para dirimir conflitos dentro desta Casa. Se um regimento contiver um dispositivo que atropelado por uma votação de uma maioria absoluta, não houve nada de mais em atropelar esse regimento.

Digamos, um exemplo clássico: o que é que diz a Lei das S.As.: deve-se publicar edital de convocação para todos aqueles comparecerem à assembléia da sociedade. Uma determinada sociedade não faz o edital de convocação, mas faz assembléia com a presença de 100% de seus acionistas. Portanto, deixou de cumprir um requisito formal, mas, pelo fato de estarem presentes 100% dos acionistas, o edital não prejudicou a ninguém, na medida em que todos foram. Portanto, se houve algum arranhão no regimento, ao se darem essas considerações todas, tudo foi feito sem oposição a ninguém. E o relatório foi votado na Comissão, apenas contra o voto de S. Exª, o Senador Eduardo Suplicy, que me disse que era uma questão de metodologia, que até não era nada contra o Relator pessoalmente àquela época; Paulo Hartung, e etc. Quero ver se consigo seguir o meu roteiro. Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o Deputado Eduardo Jorge também.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, eu disse alguns companheiros, - 4 ou 5, no meio de 120 - e nenhum deles dizendo que votou por ter discordado do meu processo, e sim do processo em geral, da forma como era feito. Aliás, o Deputado Eduardo Jorge disse, entre outras coisas, que votava contra porque ele cerceava a ação dos parlamentares, etc, etc, etc. Estou dizendo tudo isso - sou obrigado a dizer - para que V. Exªs vejam o clima no qual foi feito o orçamento.

Naquela oportunidade - vamos tocar numa questão relevante -, o Dr. José Carlos Santos disse que ouviu dizer - tenho todos os recortes: não há nenhum em que ele

afirme, nem na Polícia - do Sr. Deputado João Alves que eu participava de esquema ou recebia esquema ou qualquer coisa dessa natureza. Houve até uma revista que perguntou: "o senhor ouviu, tem certeza?" Ele disse: "não, não, João Alves disse".

Então vamos ver qual foi a minha primeira grande oportunidade de ganhar dinheiro aqui. Quando cheguei, os relatórios já estavam feitos, os relatórios parciais, Sr. Presidente. Eu vivia tão ocupado... Realmente devo conhecer todos os empreiteiros deste País, como devo conhecer todos os empresários deste País, porque quando fui Ministro fiz reuniões no Ministério da Fazenda, com palestras para todos. Fiz uma palestra na Academia de Tênis sobre o problema da construção civil no Brasil, como viabilizar recursos. Portanto, devo conhecer. Mas naquela oportunidade realmente Sr. Presidente, não recebi nenhum. É um equívoco quem imaginar que eu tenha recebido. E não recebi não porque achasse que era nada de mais receber, mas, por sorte, não recebi. O que eu disse daquele amigo que me telefonou, pedindo para falar comigo é absoluta verdade. Pois bem, não importa.

Não tenho, não tive, não terei, não pretendo ter nenhuma forma de ligação para tirar proveito da minha vida pública. Vivo do meu trabalho, como vou demonstrar. Mas vamos ver uma acusação que é séria. Diz S. Exª que a acusação principal é de que eu receberia devolução de parte de subvenções. E a imprensa tem batido isso de uma forma fantástica. Quanto a isso, Sr. Presidente, eu pediria a atenção da comissão.

Naquela oportunidade eu não era Ministro de Estado - nem sou adivinho.

Quando reuni os Relatores parciais, e disso tenho absoluta memória, minha memória está absolutamente fresca, e os outros que me ajudavam informalmente, que eram tantos quantos quisessem, houve a primeira reunião na nossa casa, porque trabalhávamos também lá à noite, virávamos noite. Perguntaram-me qual seria o critério de distribuição de subvenção e eu disse: - Não abro mão de não distribuir subvenção. Precisamos entender que o Congresso está sob suspeição nesse momento, houve acusações de todo lado. Se eu fizer uma cota de subvenção para cada um, será um escândalo; vão dizer que é dinheiro para roubar, que é dinheiro para eleição, que é tudo isso. Foi uma pressão enorme!

Eu disse: Olhem, quem tem vocação para distribuir subvenção é Ministério, que analisa, tem aquela tradição. Eu não distribuo subvenção.

Da mesma maneira que veio do Executivo, eu cortei, se não me falha a memória, 25% do total e distribuí para outros programas e disse: fiquem nos ministérios as subvenções para os Srs. Ministros; eu não era Ministro.

Imaginar que uma pessoa que tem o interesse de ganhar dinheiro ou de tirar proveito vai perder aquela chance de distribuir com os Deputados, que eventualmente estivessem ligados a esquema de devolução de subvenção, seria uma burrice muito grande, não é, Sr. Presidente?! Perdi a grande chance! Disse: - Não distribuo.

Ora, se eu não era Ministro, nem imaginava que ia ser Ministro, nem coisa nenhuma - vou frisar isso -, a oportunidade que eu tinha para me locupletar era aquela, onde eu era o Relator pleno e potenciário com poderes para fazer e acontecer, dados pela própria Comissão! Por que perdi essa chance de fazer? Política para ajudar o Presidente Collor, porque eu era Líder da Maioria - era uma grande chance; segundo, era uma grande chance para chamar aqueles famosos, que a imprensa noticiava, e dizia: - Bom, vamos distribuir. Eu quero um pedaço, ou para minhas áreas, ou um pedaço que me favorecesse. Como é que um homem que pretende ser desonesto perde a chance de fazê-lo? Disse: - Não distribuo. Não distribui um centavo! Nenhum centavo! Aí disseram: - Tem aqui um negócio. Posteriormente se manda relação da Comissão para os Ministros. Eu disse: - Eu não quero saber disso. Vou encerrar a minha missão como Relator do Orçamento e não quero saber de relação de ninguém e não quero saber de nada. Vou colocar nos Ministérios.

Por azar, depois de passado isso, vou para o Ministério. E, aí, invoco o depoimento do meu acusador, Dr. José Carlos Santos, que eu soube que ficou possesso porque me referi àquele episódio da sua senhora. Mas me referi àquilo com carinho, dizendo que tinha conhecimento, etc, e ele entendeu que eu estava acusando-o de alguma coisa.

Pois bem. Vou para o Ministério. E sobre o Ministério vou falar. Ou seja, tive duas chances de ser desonesto: a primeira, no Orçamento. Não o fui porque não distribui; vamos à segunda: Ministério da Ação Social.

Sr. Presidente, V. Exª me desculpe. Estou sendo um pouco cansativo, mas é minha vida que está em jogo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado, V. Exª dispõe do tempo, como todo depoente. Agora, gostaria apenas de salientar que, certamente, V. Exª vai levar em consideração que há 31 inscritos para debaterem com V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Farei o possível, Sr. Presidente, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez a antecipação que V. Exª está...

O SR. RICARDO FIÚZA - Já cortei aqui, pulei várias páginas. Agora, V. Exª tem...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Longe de mim cercear seu direito de defesa.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª há de convir que está em jogo a minha vida, porque a minha vida moral vale mais do que a minha vida física. Não quero vida sem vida moral. Então, vou tentar ser mais breve, Sr. Presidente, mas não posso ser tão breve ao ponto de não deixar tudo do claro. Esse aspecto do Ministério é extremamente importante.

Preciso relembrar o contexto: Qual foi o meu período? 17 de janeiro à 22 de setembro de 1992. Preciso relembrar o contexto no qual se desenvolveu a minha atuação à frente do Ministério da Ação Social - 4 pontos são relevantes:

a - Os constrangimentos de ordem econômica decorrentes da política de combate à inflação como a eliminação do déficit público, a manutenção das taxas de juros reais elevadas, as restrições para endividamento público e privado e uma brutal queda de arrecadação tributária, sobretudo de fontes de recursos destinados ao financiamento dos setores sociais, como foi o caso do FINSOCIAL e do FGTS que seriam direcionados para o Ministério que àquela época estávamos à frente. Portanto, esses fatos produziram um ambiente extremamente e extraordinariamente difícil para a administração do Ministro.

b - Características de natureza política que predominavam no País durante esses oito meses, ou seja, o início da gestão, ocorrendo no bojo de uma reforma ministerial, que caracterizou a segunda fase do governo Collor: as repercussões, para a Administração Pública Federal, do ambiente de instabilidade que notabilizou a vida nacional nesse período; as eleições municipais, o que representou forte pressão da área política por recursos, e as dificuldades extremas dos últimos meses, o que culminou com a aprovação do impedimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Estou, mais uma vez, voltando ao tempo, para que as pessoas não julguem os outros isoladamente dos fatos.

Trata-se de uma Ministério criado com o desdobramento do Ministério do Interior, abrangendo competências como moradias, saneamento, infra-estruturas de uso comum, promoção e assistência social e defesa civil. O Ministério não foi estruturado para realizar projetos diretamente, ou seja, o Ministério da Ação Social não realizava nada diretamente. Sua ação desenvolveu-se de forma descentralizada, abrangendo, sobretudo, executivos estaduais e municipais em todo o Brasil.

Exemplo dessa ação difusa é o Orçamento de 1992, que englobou quatro mil projetos com destinação específica, carimbados. Os projetos já iam para os Estados e Municípios, restringindo-se o grau de liberdade na gestão de recursos, o que foi feito em momento no qual não havia quaisquer indícios de que eu poderia vir a ser Ministro.

Execução orçamentária e financeira.

Sr. Presidente, ao sair do Ministério, fiz um relatório. Relatório sobre a gestão do Deputado Ricardo Fiúza ao Ministério da Ação Social - todo o meu período. Levantei todos os dados e tive o cuidado, datado de 12 de março de 1993, de encaminhar ao Exmº Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Carlos Átila. Esse relatório está aqui e o encaminho também à Comissão, ao Sr. Relator e a tantos quantos queiram, para que analisem como foi feito, quando da minha gestão. Vou encaminhar com todos os documentos.

Aliás, Sr. Presidente, vou pedir uma grande gentileza: não tenho uma xerox, não tinha na hora, e preciso pedir cópia para mim depois.

Esses dados são fundamentais: o Orçamento global do Ministério da Ação Social para 1992 foi, em valores da época, 7 trilhões e 979 bilhões, para desprezar a fração.

Incluía: pessoal, dívida, manutenção, investimentos das administrações direta e indireta, LBA e CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.

Desse total, Sr. Presidente, de 7 trilhões e 900 bilhões, o Decreto nº 653/92, do Poder Executivo, autorizou que fossem gastos, durante o ano, no máximo, 3 trilhões e 459 bilhões. Reduziu mais de 4.5 trilhões do Orçamento do Ministério.

Esse tal Orçamento monstruoso que nós fizemos aqui, de 7 trilhões e 900, foi reduzido em 4.5 trilhões; o valor aprovado pelo Congresso, ou seja, com um corte de 57%; recebi, de saída, um corte de 57% do Orçamento.

Os dados do SIAF, Serviço Integrado de Administração Financeira do Ministério da Fazenda - todos esses dados são do SIAF, que o Senador Eduardo Suplicy tem o código e entra a hora que quer no seu computador, e que poderá confirmar -, revelam, para o meu período no Ministério, que foram liberados 1 trilhão, 127 bilhões, desprezando a fração. Isto é, todo o gasto realizado na minha gestão, todo, sobre tudo - todos os índices, vou dividir - correspondeu a 14% do valor autorizado da lei e 32% do limite do corte do tal decreto. Ou seja, o decreto me cortou 57%; deste corte eu usei 32.6%, em oito meses de gestão.

Muito bem. Em resumo, tendo autorização para gastar, no ano, 3.4 trilhões, gastei apenas 1.1 trilhão, em oito meses de gestão; ou seja, tendo o direito de gastar 3.4 trilhões, liberei apenas 1.1 trilhão, em 8 meses de gestão, e deixei um saldo a liberar de 2.3 trilhões, ou seja, 67.4% da dotação do Ministério.

São esses os dados do SIAF para a posição de 28.09.93. Existe um jornal que está dando um pouquinho diferente, porque ele está pegando outra data. Esta é a minha data: 28.09.93, observando-se que deixei o Ministério em 22.09.93, mas englobei aí cinco ou seis dias da passagem meteórica do eminente Ministro Ângelo Calmon de Sá.

Todas essas informações estão contidas no relatório de gestão que estou encaminhando à Presidência desta Comissão. É esse relatório que estou encaminhando, Sr. Presidente, com a devida indicação das fontes e informações utilizadas.

Este documento aqui, por exemplo, eu não tenho mais cópia, que é exatamente toda a execução orçamentária de 92 do computador do SIAF. Eu preciso de uma xerox sem falta, eu não posso perder esse documento. Quem quiser analisar, verificará aqui. Isso aqui vai ser muito bom para tirar uma série de afirmações maledicentes.

Então eu falei sobre setores globais, até agora. Vejamos agora qual foi o comportamento referente à programação finalística do Ministério, isto é, execução do Orçamento no que toca aos projetos previstos.

Para o conjunto, nas áreas de saneamento, habitação, promoção social, defesa civil: valor previsto em lei, 4.5 trilhões; valor desbloqueado, 2.1 trilhões; valor liberado, 547.9 bilhões; saldo financeiro à disposição, 1.648 bilhões. Portanto, eu gastei naquele período... Depois eu vou explicar. Da mesma forma como estão me acusando de ter liberado às carreiras... "Porque essa brutal concentração de subvenção nesse período, esta imoralidade...!" É a mesma razão por que não pude ter gasto. Sabe qual é? É que eu só recebi dinheiro naquele período. Até 30 de junho, nesse Ministério, eu só havia recebido 5% do meu orçamento.

Eu vou mostrar as datas, as coincidências, as liberações e o porquê.

Portanto, Sr. Presidente, do valor desbloqueado, eu liberei 547 bilhões e deixei 1.648 para o eminente Sr. Ministro que me sucedeu.

É importante chamar a atenção deste fato: eu liberei 547.9 bilhões, para atender a toda área afim do Ministério da Ação Social. Lamentavelmente; queria ter liberado todo o valor, e não consegui. Neste caso, cumprindo o que determinava a Lei de Meios. Isto significa que, após 8 meses, deixei um saldo financeiro, ou seja, em dinheiro, em espécie - como diriam os franceses, "**Lbargent comptant sur la table**" -, de 1.6 trilhão, para o Exmº Sr. Ministro que me sucedeu.

Arrumei muito inimigos na Câmara por causa disso, Sr. Presidente.

A propósito, deixei recursos no caixa do Ministério superiores a 400 bilhões - precisamente, 416 bilhões -, conforme relatório de movimentação financeira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, vou destacar uma apreciação em separado, a quuestão das subvenções sociais, o que examinarei logo adiante. Estou falando no geral, separei as subvenções.

Relativamente à administração indireta, LBA, CBIA, o Código de Execução Orçamentária não difere. Foram liberados 407 bilhões para as atividades de apoio a crianças, adolescentes e idosos, os quais representavam aproximadamente metade da dotação desbloqueada. Consegui usar metade desses, ainda.

Agora vamos ver o sistema de execução. Para com esse aí é preciso uma atenção toda especial, porque esse é que tem dado margem às interpretações as mais escabrosas. Considero fundamental, Sr. Relator, esclarecer toda a sistemática de tramitação dos pedidos de verbas no Ministério da Ação Social.

A julgar pelo noticiário da imprensa, tem-se a impressão de que as concessões eram feitas sem critério, numa demonstração de falta de seriedade no trato da coisa pública.

Tenho muita tristeza de ver a opinião pública ser informada assim, porque isso tira a crença das pessoas no seu País. Não é assim, absolutamente!

Solicitações apresentadas ao Ministério da Ação Social pelos Governadores de Estado, Prefeitos de municípios, contemplados com recursos do Orçamento da União, eram submetidas à apreciação das áreas técnicas, constituídas na Secretaria Nacional e mediante realização de análise, que recomendava ou não sua aprovação ou modificação. Posteriormente à análise técnica, as solicitações eram examinadas do ponto de vista jurídico e orçamentário-financeiro, verificando-se se na oportunidade que todas as exigências legais haviam sido cumpridas, sobretudo com relação à adimplência referente à prestação de contas, pela utilização de recursos públicos e junto ao INSS. Recursos carimbados, recursos de destinação específica. Todos esses pareceres, todos, constam em casda processo, arquivado no atual Ministério do Bem-Estar Social. Todos! E afirmo, com a mais absoluta convicção: nem um só projeto foi aprovado sem absoluta observância da lei; nenhum! É fundamental destacar que, como todos lembram, a LDO para 1992 simplificou os procedimentos para a liberação de recursos nominalmente identificados, vulgarmente chamados carimbados, dispensando a liberação de convênios. O que eu fiz? Assinei, determinei - e foi cumprido - que todas as aprovações de recursos nominalmente identificados - para se ter uma idéia, na área de saneamento, 87% dos recursos tiveram destinação específica - fossem feitas mediante publicação de portaria no **Diário Oficial**, como forma de dar total transparência às minhas ações no Ministério. Vamos deixar bem claro: criei um mecanismo de fiscalização com excesso de cuidado, indo além do que determinava a lei, que não mandava publicar, sem que isso burocratizasse o processo decisório.

Para reconhecer destinações específicas, ou seja, aquelas em relação às quais competia ao Ministério decidir, por dever de ofício, sobre as prioridades, todos os aspectos técnicos e jurídicos eram igualmente observados, sendo utilizado o mecanismo de formalização de convênio, o qual tinha que ser registrado na SIAF, para efeito da emissão da nota de empenho. Além disso, eram expedidos telex pelo Ministro, comunicando à autoridade interessada a liberação dos recursos, como forma de dar divulgação e publicidade às decisões do Ministro.

A gestão dos fundos. Há um jornal... Vi uma vez um editorial de **O Estado de S. Paulo**, de um senhor que é diretor de uma universidade no Rio de Janeiro, aquele

senhor muito famoso - esqueci o nome dele -, aquele senhor que escreve no jornal, Dr. Cândido Mendes, um senhor que nunca conheci. Esse homem fez um artigo no jornal, que tenho, e pergunto: quem vai reparar isso? Ele diz: "Esses ladrões que foram responsáveis pelo rombo do FGTS..." - eu estava entre esses ladrões. Coisa engraçada. Vejam o que aconteceu.

Quando assumi o Ministério da Ação Social, havia autorização formal para que fossem contratadas novas operações pelo FGTS, até um limite de 200.9 milhões de UPFs, ou seja, 8 bilhões, a preço de setembro de 1992, ao custo médio de 1.318 UPFs, 55 milhões em setembro de 1992. Previa-se viabilizar a construção de 152 mil unidades.

A pressão em cima do Ministro foi uma loucura, para que eu liberasse a construção dessas casas. Uma loucura!

Entretanto, o que eu fiz? Eu fiz o acompanhamento da arrecadação líquida do FGTS. A arrecadação líquida é a arrecadação bruta mais os saques, que demonstravam a perda crescente de diminuição em UPFs, sobretudo em função do aumento dos saques por rescisão dos contratos de trabalho, levando em conta as dificuldades, cada vez maiores, para honrar os compromissos.

Diante dessa situação, determinei que nenhuma contratação de obra fosse realizada com recurso do FGTS, até que se regularizasse o fundo.

De fato, durante toda a minha gestão, nenhum contrato do FGTS foi formalizado, muito embora a autorização de novas contratações embutidas no orçamento do FGTS/92, vigorasse até junho, quando esse orçamento foi reformulado.

Portanto, eu podia fazer. Uma afirmativa já e tantas da imprensa.

Sr. Presidente, eu, Ricardo Ferreira Fiúza, na condição de Ministro de Estado da Ação Social, não autorizei, não fiz e no meu período não foi iniciado sequer um barraco, um metro de saneamento com recursos do Fundo do FGTS. E tem jornalistas que me botam, diariamente, como homem vinculado às causas que arrombaram o FGTS. Zero de financiamento, nenhum só centavo na minha gestão. Os jornais estão cheios. Muito bem. Perdoe a ênfase, Sr. Presidente.

Ao lado disso, desenvolvi gestões para socorrer o FGTS, inclusive com a proposição de empréstimo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - e do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS - para não novas obras, não, nada de novas obras. Tenho aí, estou dando à Comissão, a minha exposição de motivos ao Senhor Presidente da República para evitar a paralisação de obras em andamento e o conseqüente desemprego - porque já tinha conjunto sendo invadido em São Paulo, as obras sendo paradas por falta de dinheiro do FGTS.

Tal proposição, Sr. Presidente, foi alvo de tão contundentes ataques por motivação política, inclusive, representação da CUT contra mim no Tribunal de Contas da União que, obviamente, foi dada como improcedente ou arquivada; está aqui a cópia.

O que eu queria? Que o dinheiro do FAT fosse emprestado ao FGTS durante seis meses, para o FGTS devolver e não parar as obras. Não posso. O relatório de gestão detalha inúmeras providências tomadas para minorar esse problema e encaminhar soluções equilibradas para a questão habitacional no Brasil. Eu não tenho certeza absoluta, mas tenho 99% de certeza que essa medida, pela qual fui tão criticado e que é tão correta, tão justa, parece que foi concedida para o meu sucessor. E se foi, fez muito bem o Governo do Presidente Itamar em fazer.

Naquela época foi um escândalo: "Fiúza quer recurso do FAT para novas obras. Deve ser para atender empreiteiro." E, no meu pleito ao Presidente da República, eu dizia: "Proibição de novas obras", para ele não parar. COHAB em Ribeirão Preto, COHAB não sei de onde, COHAB de Recife. O pessoal da COHAB chegava aí dando tiro na cabeça: "Essa semana só foram liberados 13%. O que é que eu faço?"

Todos sabem disso, por isso que eu preciso falar no passado.

É preciso destacar que determinei que fosse realizada inspeção... convênio, está faltando o negócio do convênio, aqui... supressões legais... ah, está aqui.

Estou terminando, Sr. Presidente.

É preciso lembrar que determinei que fosse realizada inspeção para verificar a correta aplicação dos recursos que foram, por meio de convênios, firmados em 1991, Sr. Relator, descentralizados pelo Ministério da Ação Social para realização de obras de saneamento básico, abastecimento de água, tendo dado ciência ao Tribunal de Contas e recomendado suspensão de novas liberações de recursos até a completa apuração de todos os fatos que eu achava que estavam irregulares no Ministério.

Portanto, eu determinei ao Tribunal de Contas, as contas da fundação LBA, do exercício de 1991, eu pedi auditoria. Foram auditadas pelo controle interno do CISET do Ministério, encaminhadas ao Tribunal de Contas da União para julgamento. Igualmente em relação às contas da Fundação CBIA.

Eu encaminhei, Sr. Presidente, cento e quarenta e seis pedidos ou processos de tomadas de contas especiais no Tribunal de Contas da União, na forma do art. 84, do Decreto nº 200/67, visando a assegurar o ressarcimento ao Erário Público - aliás, Erário Público é redundância, porque o Erário só pode ser público, só é público, é **Erarium** -, em decorrência de contas não prestadas, ou prejuízos causados por entidades beneficiadas.

Vamos repetir.

Quando um Ministério faz uma liberação, no caso das subvenções sociais, onde tem trinta dias para prestar contas, ou uma liberação para um convênio, dentro do

plano de aplicação, terminada a aplicação, a entidade que recebeu tem trinta dias para prestar contas. Quando não prestava contas, eu procurava o Tribunal de Contas. Fiz 148 tomadas de contas especiais. Não prestava conta, eu ia em cima, mandava fazer a auditoria no Tribunal de Contas; 148 na minha gestão!

Por outro lado, propus recisões de contratos de empresas prestadoras de serviços por identificação de irregularidades, com instauração de tomada de contas, especialmente de um caso, que era o problema de uma empresa de consultoria que tinha lá e eu tirei.

Adotei providências em decorrência do MINTER, BNDES, SEAC, SESC, cujas atribuições de controle passaram para a CISET, visando dar continuidade a análise das prerrogativas. Além disso, ressalte-se que o Tribunal de Contas da União, realizou, para verificar irregularidade das despesas realizadas pelo Ministério da Ação Social, em agosto e setembro de 1992, este relatório de auditoria - isso é o relatório da auditoria do Tribunal de Contas em cima da gestão do Deputado Ricardo Fiúza, encaminhado, com parecer favorável do Exmº Sr. Ministro Jutahy Magalhães para aprovação, porque até quatro ou cinco pequenas ressalvas que foram feitas pelo primeiro auditor foram desfeitas pela Auditoria-Geral - isto passarei à Comissão, Sr. Presidente, infelizmente só tenho esta, por isso vou pedir uma cópia.

Repetindo, toda a minha gestão foi auditada, absolutamente auditada por um Sr. Ministro que não era do meu Partido, e eu sendo Ministro de um Governo que havia tido decretado o seu impedimento; auditada.

Portando, além da minha, que eu já tinha deixado lá, está aqui: Relatório e Tomada de Contas de 1992, Unidade Gestora... Não existe aqui uma só irregularidade, Sr. Relator.

Da mesma forma, as auditorias internas realizadas pela Secretaria de Controle Interno do Ministério do Bem-Estar Social, em processo de tomada de contas referente ao ano de 1992, foram aprovadas pelo atual Ministro do Bem-Estar, em julho último, deve estar aqui, está aqui dentro o ofício, e encaminhadas ao Tribunal de Contas da União.

Vamos agora a tal subvenções sociais, que tem muita gente ansiosa por ela.

Subvenções sociais, estou perto da conclusão.

Base legal. As subvenções sociais estão previstas no Orçamento da União, com base na Lei nº 4.320, de 17.03.64.

Consoante as definições legais, Lei nº 4.320/64, Decreto nº 93.872/86, "trata-se de recursos da União, aplicados a fundo perdido, e destinados a instituições públicas e privadas de caráter assistencial e cultural, sem finalidade lucrativa, visando a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional."

A concepção básica que fundamenta essa aplicação de recursos está no fato de que para o Governo é mais barato, e de maior alcance, associar-se às organizações não-governamentais, de forma a suplementar as iniciativas de ação social já existentes, do que criar estruturas próprias para proporcionar esses benefícios. Diz isso a Lei nº 1.320.

O exemplo claro disso, por exemplo, seria o apoio financeiro às despesas de funcionamentos das APAEs, o que mostra se mostra muito mais racional do que imputar só ao Governo a responsabilidade desse serviço.

Exatamente por se tratar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, de recursos a fundo perdido, a legislação determina às entidades beneficiárias rigoroso cumprimento de exigências. Todas contidas no Decreto nº 93.872/86, art. 60 § 3º:

"a) - ter sido fundada um ano anterior e organizada até o ano da elaboração da Lei de Orçamento;

b) - não constituir patrimônio do indivíduo;

c) - dispor de patrimônio ou renda regular;

d) - não dispor de recursos próprios suficientes à manutenção dos seus serviços;

e) - ter sido considerado em condições de funcionamento satisfatório pelo órgão competente de fiscalização;

(...)

g) - ter prestado contas da aplicação de subvenção ou auxílio anteriormente recebido e não ter a prestação de conta apresentado vício insanável;

h) - Não ter sofrido penalidade de suspensão de transferência da União, em virtude de irregularidade verificada em exame de autoria."

Chamo a atenção para o fato de que além dessas exigências, o § 4º, art. 60, do Decreto nº 93.872 determina. Sr. Presidente, este é o ponto frugal da questão.

"A subvenção social será paga através da rede bancária oficial, ficando a beneficiária obrigada a comprovar, no ato do recebimento, ter feito prova de seu regular funcionamento e de regularidade do mandato de sua Diretoria, mediante atestado firmado pela autoridade pública do juiz do local onde seja testado os serviços."

Por outro lado, esse conjunto de exigências, antes examinado pelo Conselho Nacional do Serviço Social, para obtenção do registro de entidade de utilidade pública.

Assinalo, também, que essa mesma modalidade de ajuda financeira é passível de ser estendida a municípios, desde que a prefeitura seja

registrada no CNSS. Em todos os casos, todos, exige-se comprovação de adimplência quanto às prestações de conta e perante o registro do CNSS. Aí é que entra a questão.

A exemplo dos Orçamentos referentes a exercícios anteriores, bem como no período entre 93 a 94, também no Exercício 92 houve previsão na Lei Orçamentária de recursos para subvenções sociais. Ou seja, as subvenções sociais não foram colocadas pelos Srs. Parlamentares. Povo brasileiro, estas subvenções já vêm no Orçamento que é feito pelo Executivo.

A Lei 8.409/92, que aprovou o Orçamento-Geral da União, autorizou o Ministério - aí peço atenção da Comissão - autorizou o Ministério da Ação Social a aplicar 169 bilhões 629 mil 360. Esse valor está decomposto no Orçamento do MAS em dois subprojetos. O número é imenso - Desenvolvimento e Infra-estrutura, o outro, Assistência a Entidades. Total: 169 bilhões.

Dessa forma, Sr. Relator, a Lei Orçamentária definiu uma dotação de 169,6 bilhões, sem discriminar, porque eu não permiti o rateio na Comissão, que entidades deveriam ser beneficiadas, que prefeituras deveriam ser atendidas. Tais recursos, portanto, tornaram-se atividade-fim do Ministério. Isto não é novidade. Como todo o Congresso Nacional sabe e como sabe, também, das pressões políticas que se formam para a reivindicação legítima dos interesses das comunidades que o Parlamentar representa. A aplicação desses recursos, Sr. Presidente, no meio de todo esse contexto histórico - **impeachement** do Presidente, ex-Líder, ex-Relator do Orçamento, que freou a liberação do Orçamento -, não permiti que se rateasse no Orçamento: dentro desse contexto histórico, determinei critérios para destinação, a saber: o integral cumprimento das exigências legais, em primeiro lugar. Segundo: depois de atendida todas as exigências, atendimento preferencial a entidades que já recebessem benefício, demonstrando, portanto, insuficiência de recursos próprios para manutenção. Terceiro: consignação de valores, tendo como limite máximo o recebido no ano anterior. Quarto: dimensionamento prioritário para o Nordeste e Sudeste, nos bolsões de pobreza do interior e da periferia das grandes cidades, privilegiando-se atividades educacionais em absoluta consonância com a filosofia que implementei na Comissão de Orçamento, de ampliar todo o apoio à educação. Reafirmo que foram minhas as principais preocupações que enfatizei aos meus assessores, e inclusive com recomendações expressas de absoluta observância desse princípio. Tanto que recomendei especial cuidado, em bilhete de próprio punho, às áreas técnicas do Ministério, que atuassem dentro desse critério. Estou me antecipando à antecipação desse bilhete, pois lamentavelmente não recebi da Comissão nenhum documento para análise, tendo tomado conhecimento pela imprensa, em método, digamos, pouco ortodoxo. Quinto critério: avaliação política caso a caso. As entidades iam, os parlamentares iam, deputados iam, os senadores iam defender as suas regiões, os governadores iam explicar por que as entidades procuravam o Ministro, e mandavam. Os pedidos desses recursos de subvenção social, na maioria das vezes, acompanhados de pleitos de senadores e deputados, eram aprovados ou não, e quase sempre com valores reduzidos em relação ao pleito. Observando-se que o volume de solicitação superava muito, internamente foram verificados todos os aspectos inerentes ao cumprimento das exigências legais e aplicação dos critérios citados como etapa prévia e dispensável empenho da verba. Afirmo com plena convicção que nenhuma liberação foi feita sem verificação de obediência à legislação, que pode ser constatado agora no Ministério.

Diz o jornal, como prova contra o Deputado Ricardo Fiúza, Sr. Presidente, que foram constatadas várias listagens remetidas ao Banco do Brasil. E o meu caro amigo Deputado Augusto Carvalho, de Brasília, disse num jornal que eu devia ter um conluio com o Presidente do Banco do Brasil para mandar isso numa listagem que não era identificada.

Sr. Presidente, quanto facilidade em caluniar a honra alheia! Puxa vida! Quase que tenho vontade de dizer outras coisas, mas deixa para lá.

Por que é feita a lista para o Banco do Brasil? Porque é simplesmente obrigado ser assim. É proibido mandar o dinheiro direto para a entidade. Tenho que mandar antes para o SIAFI fazer o empenho; depois de feito o empenho, o Ministério relaciona e manda para o Banco do Brasil. Por quê? Porque o Banco do Brasil é obrigado por lei a ter, antes de depositar na conta da entidade, a declaração do juiz do pleno funcionamento e dos objetivos a que se destina. Criminoso e errado seria não ter mandado a relação. Dizer que era para burlar o SIAFI, que houve códigos?! Absoluta mentira. Era absolutamente transparente.

Conforme já exposto, friso: o Banco do Brasil só poderia creditar o valor em conta se a beneficiária comprovasse, para o recebimento, a condição de ter feito prova de seu regular funcionamento, de regularidade do mandato de sua diretoria, mediante atestado. Tal exigência de controle é que explica o fato do crédito ser obrigatoriamente feito através de lista.

Por que uma lista com tantas subvenções juntas? Por quê? Por uma razão extremamente óbvia e elementar de que até o dia 30 de junho eu havia recebido 5% do Orçamento do Ministério, e as liberei num prazo de dois meses por uma razão também muito simples, porque foi exatamente naquele prazo que recebi do Ministério da Fazenda o descontingenciamento para poder fazer as liberações. Portanto, não podia ter feito antes. Podia apenas tê-lo feito muito mais.

Valor autorizado na Lei nº 8.409/92: 169,6 bilhões.

Valor liberado durante a gestão do Ministro Ricardo Fiúza: 70,4 bilhões.

Saldo que deixei para o meu sucessor, saldo financeiro e orçamentário, dinheiro, 99,2 bilhões.

O jornal **O Estado de S. Paulo** disse ontem que o número é um pouco maior. É porque ele está com datas diferentes; ele está pegando empenhos e não liberações.

Os dados são do Ministério da Fazenda. Durante a minha gestão foram liberados 70,4 bilhões, significando apenas 41,5% do valor previsto. Deixei, portanto, um saldo de 99,2 bilhões para o meu sucessor, isto é, 58% do total a ser operacionado pelas novas administrações.

Aliás, estou informado que esse saldo foi inteiramente aplicado pelo meu sucessor, no que fez muito bem, no exercício legítimo da sua competência. Espero que não venha a ser também, amanhã, acusado de alguma coisa.

É importante enfatizar que a partir do segundo semestre de 92 os valores do Orçamento, desbloqueados pela Economia, passaram a ser fixados de forma global. Ele me dava a dotação global e eu usava no que queria, portanto, eu, na minha condição de Ministro de Estado, tendo, como estão dizendo, que os recursos foram utilizados para segurar Collor, me perdoem, o Presidente Collor - ainda respeito S. Exª - não sei por que não peguei a caneta e dei os 170 bilhões que eu podia. Dizem os maledicentes que eu sabia quais eram os deputados que recebiam troco de subvenção e dizem que, desse troco da subvenção, o Ministro recebia uma parte - perdi a segunda grande oportunidade: tinha 170 bilhões e libero 70. A primeira, quando era Relator; a segunda, quando era Ministro. Tudo absolutamente dentro da norma.

Convém destacar, conforme detalhadamente explicitado no relatório de gestão - que entrego à Mesa -, que as liberações financeiras do Tesouro Nacional para o Ministério da Ação Social foram concentradas no segundo semestre.

Senhores membros da Comissão, Sr. Relator, Sr. Presidente, por gentileza, as minhas liberações, como Ministro, foram feitas concentradas, por uma razão extremamente elementar: porque eu recebi o dinheiro concentrado; só liberei na data em que tinha o dinheiro. Obviamente que não podia ser. Só que eu, em 8 meses, libero cerca de 41%, deixo para o meu sucessor 58%, só nessas áreas, fora as outras áreas-fins.

Por esta razão é natural que as ordens bancárias, autorizando crédito de subvenções, fossem concentradas no segundo semestre. É evidente que tinham que ser concentradas, se até o fim do primeiro semestre eu recebi 5% do Orçamento, além das notórias e intensas pressões normais exercidas legitimamente.

Isso rebate, definitivamente, as acusações que vêm sendo feitas pelos jornais de que concentrei liberações. Enfatizo que todas as liberações feitas pelo Ministério da Ação Social durante a gestão do Ministro Ricardo Fiúza, que sou eu, estão formalizadas em processo onde constam, dentre outras informações, a solicitação feita, a autorização dada, a entidade beneficiária, o valor concedido; nas ordem bancárias figuram as entidades e o valor liberado. Não houve uma só liberação em código - é mentira - ou qualquer tentativa de disfarçar autorizações dadas. Todas essas informações estão disponíveis no SIAF, geridos pelo Ministério da Fazenda e nos arquivos do Ministério do Bem-Estar Social.

Considerando a minha gestão terminada há mais de um ano, Sr. Presidente, é importante assinalar que as prestações de contas correspondentes aos recursos liberados para subvenções sociais já devem ter sido todas apresentadas e analisadas, tendo em vista que o prazo legal é de 30 dias para apresentação dessas prestações de contas, após a utilização do recurso. Faz um ano que saí do Ministério; a entidade tem 30 dias para prestar contas; portanto, se não prestou conta, o Sr. Ministro já deve ter tomado providências. Se houvessem grandes irregularidades, os jornais já teriam que ter noticiado. Uma, duas ou três que eventualmente tenham feito qualquer irregularidade deverá ser punida, presos os diretores, enfim, tudo o que for preciso.

É razoável supor que, em conseqüência, eventuais distorções na aplicação já tenham sido, portanto, objeto de tomada de conta especial. Reafirmo que, no meu período de oito meses, encaminhei 146 tomadas de conta especiais. Finalmente, registro que as contas do Ministério da Ação Social referentes ao exercício de 92 já foram auditadas pelo controle interno, tendo sido aprovadas pelo Ministro Jutahy Magalhães Júnior, em 8 de julho de 1993, conforme Processo nº 1016600049/93/69, fls. 182.

Conclusão: Sr. Presidente, estou expondo, perante esta egrégia e respeitável Comissão, durante algum tempo. Tenho certeza de que respondi categórica e fundadamente as acusações de suspeitas que me foram dirigidas. Seguramente, se tivesse tido mais tempo, apresentaria mais detalhes. Porém, o que é fundamental foi dito e comprovado.

Vamos frisar somente um pequeno ponto sobre subvenção. Além de eu não ter distribuído na Comissão de Orçamento, como Relator - perdi a primeira chance -; além de eu só ter distribuído 41%, como Ministro - perdi a segunda chance -; diz o o Dr. José Carlos dos Santos contra mim, inclusive, que na minha gestão de Ministro não houve listagem de ninguém. As entidades pediam, uma por uma, e eram analisadas, cumpridos todos os requisitos, e que nunca viu qualquer irregularidade. Ainda: que eu, quando tinha dúvida - naquela época eu acreditava piamente nele - pedia para ele ir lá ver se estava tudo em ordem. Para verificar se estava dentro da lei. Pedia a lei. Pedia cópias, porque eu não tinha experiência. Não fui acusado por ele. Diz o Dr. José Carlos que ouviu dizer do Sr. Deputado, que desmentiu. Portanto, nem lista houve.

Demonstrei com documentos inquestionáveis como foi a Comissão de Orçamento. Certamente o assunto da posterior modificação ainda vai voltar, tenho elementos aqui. Perguntem-me. Mostrei que assumi a função de Relator do Orçamento sem querer; que na Comissão de Orçamento fui aberto, estão aí os depoimentos; que pedi que todos fiscalizassem, pedi que todos fossem ao PRODASEN; que adverti que amanhã iria haver maledicência.

Agi de acordo com a minha consciência, buscando atender a ordens prioritárias, para fazer um orçamento que tivesse um mínimo de organicidade. Apresentei à Comissão de Orçamento um relatório que foi por ela exaustivamente discutido e aprovado, inclusive com aplausos, em todas as horas, aplausos!

O relatório foi devidamente votado no Plenário e aprovado pelo Congresso Nacional, quando ainda fiz um resumo e alguns Deputados me pediram, por favor, para não ler aquele metro de papel. Mas eu não era louco, diante de um Senador tão atuante como o Senador Suplicy, que já estava com essa idéia em cima desse Orçamento, de colocar em cima faltando algum papel. Ali estava toda a redação final do Orçamento, embora não formatada. Eu não seria criança de correr o risco de ver um deputado ou um senador pedir vistas, levar para analisar e passar um atestado aqui para mim já de cabeça branca. Estava ali, ninguém olhou porque não quis, todos aprovaram, pediram apenas para eu fazer um resumo. Por que? Porque já havia sido longa e amplamente debatido.

Provei, de modo irrefutável e irrefragável que após a aprovação da Lei de Meios absolutamente não houve qualquer modificação, e estou disposto a voltar ao assunto com as perguntas; apresentei os números da minha administração à frente do Ministério, seja de modo geral, seja no particular, no caso das subvenções; demonstrei ser legítima a liberação de tais verbas e identifiquei todos os mecanismos de controle, em especial os critérios que defini para evitar irregularidades e assegurar transparência; provei ter liberado menos de 42% das verbas que estavam à minha absoluta disposição para essa liberação e que se deu em determinado período em função apenas do tempo que demorou para o dinheiro chegar; demonstrei não ter aplicado um único centavo do FGTS, embora pudesse tê-lo feito; mostrei as providências que adotei para o controle da execução orçamentária do Ministério da Ação Social, destacando a abertura de 146 processos tomados em contas especiais, pertinentes à liberações ocorridas antes da minha gestão.

Vou comprovar a origem legítima do meu patrimônio; registrei contrariado os ataques a minha honra; respondi calmamente a todas as acusações, depois irei às perguntas relativas apenas ao meu patrimônio.

Solicitei ao Presidente a ajuda do meu filho, não como conselheiro, apenas para compulsar os papéis, para me ajudar, porque estou procurando e não estou conseguindo encontrar.

Estou, Sr. Presidente, aqui e agora para explicar - e agora vai ser muito rápido - algumas coisas que têm sido assacadas contra a minha honra. Jornal... diz que... Sr. Presidente, agora tenho que fazer essa pergunta a V. Exª com todo o cuidado, com toda a humildade e até com carinho que dedico a todos os Companheiros dessa Comissão, por favor, me entendam. Vou encaminhar à Comissão todos os documentos da minha vida. Estou encaminhando à Comissão o balanço de todas as minhas empresas durante os últimos cinco anos, com todos os dados contábeis. Estou encaminhando, inclusive, o balancete de agosto e de setembro agora, recente, o último. Estou encaminhando o histórico de toda a evolução do capital, demonstrando a aquisição de todas essas propriedades, pois disseram que tenho propriedade fora de meu nome - o cidadão comum não sabe o que é pessoa física e pessoa jurídica -, demonstrando tudo como está contabilizado, como foi contabilizado, qual é a origem do recurso. Enfim, tudo! Vou abrir a vida da minha empresa. Hoje, eu que já ando bastante apertado, em função das secas, porque nossa empresa é só pecuária e agricultura. Já estou sem crédito bancário, a essa altura do campeonato, pela imprensa. Já não tenho como fazer custeio. Meus fornecedores agora querem receber à vista, ninguém quer faturar para a minha empresa. Se preciso comprar a peça de um trator, tenho que comprar à vista; eu não vou ter capital de giro, vou ter que pagar INPS etc. E aí é que eu peço a V. Exª, pelo amor de Deus, não entenda isso como nenhum gesto de desapreço a ninguém: a quem eu responsabilizarei judicialmente pelo vazamento dessas informações que poderão levar a minha empresa a um processo falimentar ou a um processo concordatário ou ao fim da minha família? Vou demonstrar que isso começou aos dezessete anos de trabalho. A quem eu vou responsabilizar quando aparecer dez anos de declarações minhas - estou mandando dez anos, Sr. Presidente - da minha mulher, dos meus filhos, das minhas firmas, a quem? Como será isso? A quem eu devo dirigir-me? Eu vou apenas enunciar: vai haver uma comissão? As comissões oficiais vão ouvir-me? A quem eu responsabilizarei judicialmente por acabar a minha vida, pela ânsia de aparecer, pela busca compulsória da notoriedade, de publicar meus extratos bancários? Os meus extratos bancários serão entregues à Comissão, os da minha família também, os meus têm a data da época, porque eu não os pedi agora, eu os tinha todos em uma pasta.

Eu vi, em outro dia, um comentarista de televisão mostrando as contas de um cidadão, comentarista de televisão dizendo que fulano é ladrão. Eu tenho aqui uma manchete do **Diário de Pernambuco**, saída no domingo, logo depois daquela desastrosa pergunta que fiz ao Dr. José Carlos, quando quis demonstrar-lhe apreço: "Fiúza envolvido na morte da mulher". Manchete deste tamanho. Em que situação me encontro, Sr. Presidente! Em que situação me encontro!

Eu não tenho um centavo irregular. Eu, não tenho um bem a não ser contabilizado nas minhas empresas. As minhas empresas são organizadas. Saiu no jornal que a Comissão ia fazer uma devassa; abrir o sigilo das minhas empresas. Imaginem, V. Exªs, o que é sair isso no jornal em relação às empresas. Quem nunca teve uma empresa não imagina.

Quero ser julgado. Preciso ser julgado, porque tenho a mais absoluta certeza da minha total inocência. Mas, pelo visto, antes de ser julgado, antes de ser julgado, a opinião pública já me condena, já quebram todas as minhas firmas, e vou ter que começar do zero aos 54 anos de idade, pela divulgação desses fatos.

Sr. Presidente, é uma situação embaraçosa para mim ter que colocar isso. Desculpe-me por ter de colocar isso para V. Exª, porque vou entrar nessa parte.

Primeira coisa, no final, naturalmente, V. Exª me dará uma notícia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª gostaria de ter uma resposta agora?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu preferia que V. Exª me dissesse.. - mas quem manda é V. Exª -, se quiser deixar para depois, podemos. Até refletir um pouco, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª. pode refletir, mantendo a pergunta e não mantendo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mantenho a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu lhe darei a resposta.

O SR. RICARDO FIÚZA - Por favor, Sr. Presidente. Eu agradeceria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Primeiro lhe farei uma pergunta.

Os documentos que V. Exª está trazendo e entregando à Comissão, são garantidamente secretos da parte de V. Exª e daqueles que manusearam?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, são documentos de foro íntimo absoluto da minha empresa, do conhecimento do contador e das pessoas que têm gestão sobre elas, que é o meu filho. Aliás, o fato de ser secreto ou não secreto não importa, porque não desejo que eles continuem secretos após apurada alguma ilicitude, obviamente. O que não desejo é que interpretações em cima dele, apressadas, levem a esse vexame da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A minha pergunta tem razão de ser.

O SR. RICARDO FIÚZA - Claro, mas, por exemplo, as empresas que são constituídas sob forma de sociedade anônima..

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento, não interrompa.

Pode prosseguir, termine a frase, Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - As empresas que são constituídas sob a forma de sociedade anônima.. As atas estão aí, até o Diário Oficial, diariamente. Mas, aqui tem os aumentos de capital e tem as contas bancárias. Imaginem as contas bancárias, se não houver irregularidade de uma pessoa jurídica, divulguem. Os compromissos, Sr. Presidente, devem ao banco tal tantos milhões, devem ao banco tantos milhões, isso é que eu queria.

O SR. JARBAS PASSARINHO - Por isso que fiz a pergunta a V. Exª. Primeiro, porque, como sabe V. Exª, a Subcomissão que trata do problema patrimonial foi quem solicitou a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas de V. Exª e de pessoas ligadas, pela questão familiar, a V. Exª. A Comissão não poderá negar aquilo que o Plenário decidiu. A transferência de sigilo cabe, portanto, a nós que recebemos. Se a Subcomissão recebe isso, como já recebeu já antes, antes da iniciativa de V. Exª, já as declarações de bens de V. Exª, declarações de renda, foram trazidas pelo Secretário da Receita Federal e entregues em mãos à Subcomissão de Assuntos Patrimoniais.

Então, qualquer vazamento dessa natureza, V. Exª pode começar por processar a própria CPI que eu presido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Luiz Salomão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ainda estou dirigindo a sessão.

Eu dei a resposta a V. Exª, não preciso de questão de ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não pedi uma questão de ordem, Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, para o bom andamento dos trabalhos, se V. Exª me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, em relação ao assunto levantado pelo nobre Depoente, gostaria de informar que as pessoas jurídicas que integram, através de seus papéis, o patrimônio do Deputado Ricardo Fiúza, são, duas delas, sociedades anônimas, portanto seus balanços são públicos. Segundo, são sociedades limitadas, mas que fornecem balanços para os seus credores, para os bancos, para os seus fornecedores, de modo que o que pede S. Exª é rigorosamente impossível: que a Comissão garanta o sigilo sobre documentos, alguns públicos e outros que são divulgados em diversas esferas, em diversos níveis.

Eu também não vejo nenhum sigilo, nenhum caráter secreto em balanços e demonstrações de lucros e perdas. Isso deve ser do conhecimento dos credores das empresas do Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço. Não prosseguirei questão de ordem no plenário.

O ilustre depoente, S. Exª o Deputado Ricardo Fiúza, pela leitura de seu **curriculum**, parece que eu ouvi que é, também, professor na área de Direito Comercial.

Então eu estou apenas declarando o seguinte: alguns pontos têm sido objeto de preocupações da própria Mesa. Nós, uma vez quebrado o sigilo, somos responsáveis pela manutenção dele, e, infelizmente, há alguns casos em que isso tem transpirado para a imprensa antes mesmo que a Mesa, o Presidente saiba do que se tratou.

Portanto, eu dou o direito ao Deputado, e daí a pergunta que fiz: se há alguns documentos que ele tem em mãos e que está mostrando, como extratos bancários etc. e tal, que me parecem dele como pessoa física ou dele como pessoa jurídica, vazarem, a observação de V. Exª está correta. Onde ela for pública, não poderemos ter responsabilidade. Aquilo que for de ordem pessoal - e por isso perguntei a S. Exª se eram assuntos secretos que ele estava nos trazendo. Agora, se ele traz assunto secreto daquilo que é público, está inteiramente desqualificado e desclassificado na hora.

De maneira que continua com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, até me arrependo de fazer essas colocações, porque as respostas de certos companheiros são tão óbvias! É lógico que isso é público. Estou falando sobre coisas que possam influir no destino da sociedade. Por exemplo, olha só como diz a história aqui, Sr. Presidente:

> "Doações em família dissolviam o patrimônio. O bilionário patrimônio do Deputado Ricardo Fiúza foi todo dissolvido através de doações para os filhos, transferência para a declaração de rendimento da esposa e até vendas de bens não declarados à Receita Federal".

Está afirmando o jornal.

> "A oscilação do patrimônio, que aparece bilionário na declaração, cai quase a zero na declaração do ano seguinte. Foi um dos problemas estranhos. Não há dúvida de que houve sonegação nas declarações apresentadas", garante um dos integrantes da Subcomissão.

Sr. Presidente, não há dúvida que houve sonegação! Um sujeito garantir que não há dúvidas... A Comissão deve ter dado 5 anos, e eu estou trazendo declarações de há 10 anos.

A propósito, por exemplo, do apartamento, vou dar a explicação: essa tal doação, Meu Deus, que irresponsabilidade! Nunca houve esta doação. Na declaração do ano que está aí, peguei: Ricardo Fiúza Filho, residente na Avenida Boa Viagem 5.840, Apartamento 6, Edifício Ticiano; Elizabeth Chaves Fiúza, Maria Tereza e Roberto Chaves. Dei três milhões a cada filho meu, no fim do ano, e botei no Imposto de Renda; somam 12. Peguei todo o saldozinho que eu tinha e dei a meus filhos; 12 milhões. Eles colocaram na declaração deles, está lá: recebi do meu pai, fulano de tal, três milhões!

A pessoa, quando viu o endereço, Avenida Boa Viagem 5.840, interpretou que a doação não eram os três milhões, era o endereço; o endereço era a residência.

Segundo ponto - o papel não está aqui comigo -, fizeram uma confusão dizendo que doei por 12 milhões e, no outro ano, voltei por 400.

Meu Deus, como é que se acusa uma pessoa com tamanha facilidade! Naquele ano, Sr. Presidente, o Imposto de Renda baixou uma determinação e fez uma coluna para que se passasse para UFIR; ao invés de cruzeiros, em UFIR. Está lá, tantas mil UFIRps. A variação que existe é porque o Imposto de Renda dizia: "O contribuinte passa a declarar também em UFIR..."Meu Deus! Minha Nossa Senhora!

Está aqui a doação. Doação aos filhos: "Ricardo Fiúza Filho, CPF nº tal, Avenida Boa Viagem, três milhões de cruzeiros; Elizabeth Chaves... está aqui!

Muito bem, esse total dava doze milhões. Como, no outro ano, apareceram quatrocentos mil, dizem que doei por doze e tomei por quatrocentos! Meus senhores, o Imposto de Renda mandou colocar em UFIR naquele ano, e ainda dizia que ações não precisava. 15 dias depois, mandei mudar de novo a declaração para colocar também as ações e os bens imóveis.

Primeira verdade: nunca doei um apartamento. Comprei-o há 15 anos e moro nele; terminarei de pagá-lo agora, pago diretamente na Caixa Econômica.

Segundo, nunca mudei o valor dele, porque todo ano é contabilizado o valor e mais as prestações pagas. Um belo dia, o manual do Imposto de Renda diz: "a partir de agora, o senhor contabilize em UFIR". Eu coloco em UFIR. No outro ano, diz: "todos os bens em UFIR, todas as declarações agora são em UFIR". Não olharam que isso era a diferença entre UFIR e Cruzeiros e disseram que eu dei aos filhos e que eu tenho patrimônio fantasma, porque dei e tomei. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Jarras Passarinho) - Deputado, permita-me. V. Exª leu o tópico de um jornal.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou me referindo a ele.

O SR. PRESIDENTE (Jarras Passarinho) - E pelo que eu ouvi, V. Exª diz uma pessoa da Comissão, um informante da Comissão. Poderia ler isso novamente?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu ouvi tantas vezes na televisão isso, Sr. Presidente, até de membros da Comissão! Eu vi um membro da Comissão dizer:

"Coloque esses caras-pintadas na rua, se não ela vai abrir a parada; e quem matou a mulher foi o esquema"! Eu ouvi; eu ouvi falar sobre a minha declaração várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, aí é diferente.

O SR. RICARDO FIÚZA - "Não há dúvida que houve sonegação, garantem os integrantes da subcomissão".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um integrante!

Então, veja V. Exª. Dou-lhe inteira razão de defender-se da maneira como faz, e a Comissão ficará sob suspeita a partir do momento que qualquer membro, integrante da Comissão ou de Subcomissão, vazar informações que não devem vazar. Isso aí é fora de qualquer dúvida. Nós somos agora os guardiões disso.

Mas se V. Exª viu, independentemente do que está escrito aí, alguém, então, socorre-me o Relator, que é Professor de Direito, que V. Exª, através do seu advogado, faça as ações que achar justificadas e oportunas para responsabilizar a Comissão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Meu caríssimo Sr. Presidente, Exmº Sr. Senador Jarbas Passarinho, eu não estou aqui para fazer ação contra ninguém. Eu estou aqui na grande...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. V. Exª me perguntou quem poderia responsabilizar-se!

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas é porque estou aqui na grande vontade, no grande desejo, na grande esperança de que nós, do Congresso Nacional, não percamos a oportunidade desta fantástica Comissão, que significa um amadurecimento das instituições, que deverá apurar com profundidade as denúncias.

O que me preocupa é que a generalização e esses atos pouco refletidos possam tornar suspeito esse resultado; que a sociedade pense que isso aqui é um "salve-se quem puder", todos atacando todos! Os jornalistas vieram a mim dizendo: "Você sabe como era a história da Comissão de Orçamento. Declare como era; dê-me os nomes"! Eu disse: eu sou louco? Eu não tenho prova contra ninguém. "Não precisa de provas"! Prometeram-me até capas.

Isso é que não quero - desculpe-me, quem sou eu para querer -, isso é que me entristece, porque eu dei a minha vida toda a esta Casa. Nós estamos num momento tão fecundo, Sr. Presidente. Este País está no limiar de coisas tão boas. Então, entristeço.

Olha, **O Globo**, Sr. Presidente - permita-me só mais algumas poucas respostas -, diz, numa nota de ontem, que o meu filho Ricardo Fiúza Filho é possuidor - só ele, no nome dele - de 29 empresas; esse rapaz de 28 anos! Nem o nosso antigo Senador, que já morreu, José Ermírio de Moraes. Vinte e nove empresas!

A rigor, tenho que esclarecer o seguinte: esse rapaz que é meu filho deve ter 1% de participação, porque é quem toma conta, é sócio gerente, é tudo; é o meu braço direito. Graças a ele é que pude passar 7 anos sem faltar nenhuma semana à Câmara. Ele e as minhas três filhas trabalham; todos trabalham lá em casa! As firmas que tenho são: Jaçanã*, Cultura e Mecanização* - que está aí em balanço -, Agropecuária Jaçanã*, Implementos Agroindustriários Reunidos, Companhia Amarense, Agropecuária Amarense, etc.

Sr. Presidente, fomos pesquisar por que e de onde partiu essa notícia. O semi-árido nordestino hoje está completamente devastado. Temos uma propriedade no semi-árido, no município de Custódia, e temos lá um reflorestamento de 2 mil e 500 hectares de uma leguminosa xerófila chamada Algaroba. Naquela época, o IBDF só admitia a aprovação de projetos de 50 a 200 hectares. O negociante fazia vários projetos, mas tinha que fazê-los pequenos. Para a aprovação, era feita a elaboração do projeto técnico. Constituía-se, então, uma sociedade de quota de conta de participação, porque, na verdade, o IBDF era o único titular do projeto. Ressalte-se que para cada projeto havia a constituição de uma sociedade - negócio de Brasil. Se você tinha meio hectare, mas se cada projeto era de 50, você tinha que constituir 20 sociedades de contas de participação. E, ao fazer isto, o Imposto de Renda achou que cada sociedade de conta de participação - o que é um absurdo - deveria ter um CGC. Toda empresa, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, tem que ter um responsável fiscal pela firma.

Qual é o Contador, qual é o Diretor responsável? É esse rapaz aqui. Então, foi obrigado a tirar o CGC desse projeto todinho. Contribuinte responsável perante o Fisco: Ricardo Fiúza Filho, além dessas outras empresas. Resultado: está aqui toda a explicação. Cumprimos as exigências. Parece que 15 dias, ou 1 mês depois, o Fisco viu a falta de bom-senso e mandou dizer que não precisava mais de CGC; mas já tínhamos tirado. Então, nem ele é dono, nem acionista controlador de nem sequer uma empresa, nenhuma. Ele é responsável fiscal, responsável perante o Fisco. E essa informação foi dada desse jeito. Este documento vou encaminhar à Comissão. **O Globo**, ontem, deu com longo destaque: "Filho do bilionário Fiúza é dono de 29 firmas". Pegou na Receita. Ele como responsável fiscal pela empresa.

Vamos ver se faltou mais alguma coisa, Sr. Presidente. Bem, há doações à família. O meu Imposto de Renda vou passar. Então, vou apenas concluir. Sim, Sr. Presidente, há o relatório das empresas. Vou deixar a relação de todas as empresas, Ata de constituição, alterações contratuais, relação dos imóveis com área, folha de cartório, data de aquisição, tudo, com a secretaria da Comissão. Tudo vai ser entregue, os balancetes dos últimos 5 anos, Sr. Presidente, de todas as empresas, onde está demonstrada claramente a origem dos meus recursos. Minha pasta de imposto, de banco.

Sr. Presidente, embora não precisasse, porque já tinha sido rompido meu sigilo sem que me tivesse sido pedido, estão aqui meus extratos, de todos os anos da minha vida. Meus extratos eram coladinhos assim, as aplicações, ano por ano. Aqui estão todos eles. Podem verificar V. Exªs não só por uma perícia no papel, como pela data de emissão, que não foi feito agora. Sempre tive, desde a vida toda, os extratozinhos todos organizados; dos outros bancos também, do Banco do Brasil, todos feitos à época. Não há nenhum feito, nem pedido agora, absolutamente. Não tenho um centavo fora dessas contas, não tenho contas em bancos no exterior, não tenho conta em cheque de "laranja", não tenho conta em cheque de terceiro, não tenho nenhum imóvel que não esteja ou em meu nome ou no dos meu filhos - meus filhos, creio, não têm nenhum; Elizabeth, Tereza e Ricardo cada um tem um apartamentozinho.

Vou encerrar, Sr. Presidente, porque estou cansando. Gostaria somente de passar a vista sobre esses balanços e balancetes, compra e escritura pública do apartamento, documento da falsidade do Jornal **O Globo**, ao dizer que meu filho tinha 29 firmas.

Agora, em relação à **IstoÉ** desta semana, vou ter infelizmente que acioná-la. A **IstoÉ** desta semana deu um escândalo de acusações. Tudo mentira. Vai lá, invade minha fazenda, bota fotografia, diz que tenho duzentas éguas mangas-largas - tenho quatro, não é nada de mais; Diz que fiz uma filantropia: o Município de Bezerro foi o primeiro que teve o cólera, e o Ministro Jatene foi lá e disse:

"Fiúza, o esgoto do hospital onde estão internadas as pessoas com cólera está saindo a céu aberto. Temos que fazer uma ação em Bezerros, porque o esgoto, junto com rio Ipojuca, que pega todo o resto, vai bater no Recife".

Fiz, então - nem me recordo exatamente o valor -, uma liberação, via COMPESA, via entidade estatal, para duplicar o abastecimento de água da cidade de Bezerros. Diz a revista e os jornais, que o fizeram com uma satisfação muito grande, que, em 1992, quando o Ministro liberou tantos milhões de dólares para abastecer a cidade de Bezerros, que fiz o abastecimento da Fazenda Santa Fé.

É sorte, Sr. Presidente. Demonstrativo das operações de recebimento e pagamento efetuados através da conta corrente 54.050-1, para colocação de água da COMPESA, em Bezerros, nas seguintes propriedades: Clóvis Correia Filho, Ricardo Pinto Lapa, Ricardo Fiúza etc. São 27 proprietários. Muito antes disso, ou seja, no dia 26 de abril de 1990, nós nos cotizamos, todos, compramos o cano, todos participaram, e colocamos água em toda essa passagem, muito antes da liberação do Ministério da Ação Social. Ainda assim, sai:"Fiúza ladrão, coloca água na sua fazenda com o dinheiro da Ação Social."

Não pode continuar isso, Sr. Presidente. Não sei a que ponto vai chegar.

Aqui está: cartório, prestação de contas da COMPESA, firma reconhecida.

Quem vai apagar isso do meu nome? Está aqui a mentira, uma atrás da outra. É tudo mentira.

Tenho, nesta fazenda, um excelente centro de tecnologia. Só porque tem a palavra fazenda. Todo o meu patrimônio não vale 3 ou 4 apartamentos, os melhores apartamentos, de São Paulo, tenho certeza. Troco todo o meu patrimônio por 4 apartamentos, os melhores que tiverem em São Paulo. É no Nordeste. Isso aqui é um centro de tecnologia, inseminação artificial, formação de reprodutores, isso não é laser, não é uma fazenda para tomar cachaça. Vivo disso, isso foi a minha vida. Quando comprei a primeira, eu tinha 21 anos. Diz o jornal que eu saí da direção num táxi. Fui diretor de banco três vezes; tive fábrica de biscoito; tive indústria de algodão com Paulo Guerra, ex-Governador de Pernambuco; trabalhei a minha vida toda como um louco, como um louco, vivendo em uma família que vive economicamente, para, aos 54 anos, ser vítima deste tipo de coisa?! Sr. Presidente, isso não pode continuar no Brasil! Do mesmo jeito que temos a coragem de acusar um companheiro com o qual convivemos 25 anos devemos ter a coragem de fazer uma lei de imprensa.

Muito obrigado. Estou à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Parlamentares, estamos com cerca de 40 pessoas inscritas, e o bloco de maior inscrição é o dos não-membros. Só eles representam, praticamente, metade das inscrições.

Temos autorização para funcionar no Senado até às 16h. O Senado tem que fazer sessão, e eu já consegui a prorrogação desse prazo de 14h30min para às 16h.

O ilustre Depoente, como é da regra da CPI, tem o tempo que lhe apraz para fazer sua exposição. Mas, a partir de agora, todos têm apenas direito a 10min. Peço, encarecidamente, que não ultrapassem os 10min.,porque terei que acionar a campainha e solicitar que a palavra seja encerrada.

Como a praxe tem dominado os trabalhos das Comissões, pela praxe, por ter sido requerente desta CPI, junto com o Deputado Vivaldo Barbosa, a palavra deve caber ao Senador Eduardo Suplicy. Mas, antes disso, fala o Relator e fala o Vice-Presidente, se assim quiserem.

Com a palavra o Relator, Dr. Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Ricardo Fiúza, a primeira questão que elaborei para lhe formular neste momento V. Exª respondeu na sua exposição, mas gostaria de desdobrá-la. A questão é a seguinte. V. Exª, em 1991, sendo Líder do PFL, do Bloco Parlamentar, indicou o Deputado João Alves para Relator da Comissão de Orçamento. Qual a razão dessa escolha? V. Exª respondeu, na sua fala inicial, dizendo o seguinte: "assim desejava a maioria da Casa".

Como, a essa altura, conheço razoavelmente a Casa a que pertenço e sei que a maioria decide pouco - quem decide é a minoria:- os Líderes, o Presidente da Casa, alguns Deputados antigos mais experientes assim por diante - a minha leitura fica sendo não propriamente que a maioria da Casa desejasse João Alves, mas que a minoria que comanda a Casa desejava João Alves. Então pergunto: V. Exª foi pressionado para fazer essa escolha?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não senhor, nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães, pressionado propriamente não fui. Fui instado. Isso fazia parte desses processos todos: vêm 10 pessoas pedem por uma; outros pedem por outro. Naquele oportunidade - V. Exª talvez não se recorde - esses fatos mais, esses rumores foram crescendo após a indicação. No começo, não havia. A Comissão tinha uma composição mais ou menos heterogênea entre todos os partidos, e era uma coisa mais ou menos consensual. E eu não tinha razões, naquele momento, para vetar, Sr. Relator. Entretanto, não sofri pressões. Ele era tido como um homem que entendia muito de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Algum tempo depois, no entanto, V. Exª - e aí acho que sim, pressionado pela opinião pública fora do Congresso e dentro do Congresso - foi levado a afastar o Deputado João Alves, e o sucedeu. E já explicou por que o sucedeu e não indicou outro Deputado.

Pergunto: V. Exª - já àquela altura, evidentemente, e ciente dos rumores que sobre ele existiam - afastou assessores e sub-Relatores que ele havia escolhido?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães, porque, naquela oportunidade, no tocante aos assessores, a Comissão estava fluindo normalmente. No tocante a Relatores Parciais, Sr. Relator, todos eles já estavam com os seus relatórios em discussão com todas as Lideranças.

O pomo da discórdia, naquele momento, foi exatamente o relatório preliminar do Sr. Relator-Geral, à época, então o Deputado João Alves, que cerceava a ação dos Relatores preliminares.

Antes que V. Exª tenha uma idéia, assumi no dia 1º de novembro, penso que todos os relatórios estavam aprovados até o dia 15, 16, por aí. Portanto, nem tinha razões para fazê-lo, porque havia sido montado um esquema em que os Relatores discutiam com as Lideranças. Em segundo lugar, nem tinha tempo, e os assuntos já estavam praticamente encaminhados. Reservei-me, naquele oportunidade, - eu imaginava, como de fato fiz - para, logo após, como Relator-Geral, analisar esses relatórios e corrigir as distorções que porventura pudessem estar contidas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como V. Exª já referiu em sua fala, e como todos nós sabemos, não foi possível fechar o orçamento em tempo, como de resto não tem sido possível. Não foi só naquele ano, não, no ano subseqüente também. Ficamos até fevereiro deste ano sem orçamento. Então, foi aprovado, por consenso das Lideranças, e, por uma utilização também da Comissão de Orçamento, que se faria a aprovação e depois se fecharia o orçamento. E como ouvi, na época, Deputado, que o Congresso não tinha condições de fechar o orçamento, nem o PRODASEN o tinha, só quem tinha era o DOU, quero agora esclarecer essa questão: quem fechou o orçamento, V. Exª, algum Relator designado por V. Exª ou o DOU?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Relator, a responsabilidade do fechamento é minha, porque, em sendo Relator-Geral e o tendo assinado, devo assim proceder. Mas o fechamento foi feito por um conjunto de companheiros que analisavam a parte técnica, aspectos apenas formais, por senhores funcionários da Câmara e do Senado e, como é notório e sempre houve, e até é desejável que seja, também com a participação do Departamento de Orçamento da União, porque ajuda, não a influir nas nossas decisões, mas a compatibilizar as nossas decisões dentro dos aspectos técnicos, e muitas vezes podemos negociar fontes quando ele está presente, porque ele serve de elemento de ligação, naturalmente, entre o Congresso e o Executivo nas questões orçamentárias.

Creio que o processo era absolutamente normal e não se afigurava com qualquer aparente indício que justificasse uma ruptura, principalmente em cima daquela hora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª afirmaria que depois de afastado da relatoria da Comissão de Orçamento o Deputado João Alves não mais voltou a influir nem na Comissão, nem na indicação de subvenções a serem pagas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Se o V. Exª me permitisse, eu responderia a pergunta de trás para frente.

Com o meu conhecimento, não influiu nas subvenções a serem pagas. Com o meu conhecimento, o Deputado João Alves não continuou mandando na Comissão, porque logo após o nosso período tivemos um Relator de personalidade marcante, Senador Mansueto de Lavor - não creio. Acredito que o ciclo do Deputado João Alves tenha se esgotado com aquela saída.

Vou enfatizar: não só o Deputado João Alves, bem como nenhum Deputado agiu de forma que... Vamos explicar melhor: o Deputado João Alves, durante esse período todo, praticamente não teve nem contato comigo, nem nos corredores eu merecia o cumprimento de S. Exª - deu-me uns três ou quatro meses no Senado. Por mais carinho que eu tenha tido durante aquele período, porque não vou acusar ninguém, nem me interessa acusar ninguém, nem me interessava naquela época acusar ninguém sem provas, S. Exª, de qualquer maneira, guardou alguma mágoa de mim, sei que falava de mim pelos corredores. Não sei se S. Exª era culpado ou se era inocente naquela época de rumores; apenas ouvi rumores. Quando fui para lá, preocupei-me em fazer o

meu trabalho. Depois disso, desse período, inclusive pela minha personalidade, pelo meu temperamento, não recebi influências, nenhuma, pelo menos que eu saiba, porque podem ter sido sub-reptícias, por interpostas pessoas que, agindo de forma inteligente, porque procurei pegar e não peguei... Porque hoje aparecem documentos de pessoas que me assessoravam com tanta confiança, que não sei o que poderia haver por aí. Não creio que tenha havido, não creio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, e a figura de José Carlos Alves dos Santos que, afinal, é o responsável por todas essas denúncias e por esta CPI? V. Exª declarou que o conheceu na época, exatamente quando assumiu a Comissão de Orçamento. Pergunto: a que V. Exª atribuiria o gesto do Sr. José Carlos de denunciar tantos Parlamentares com os quais ele trabalhou?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Relator, essa é a pergunta mais difícil do mundo de responder. Pelo seguinte - eu até queria fazer uma pequena retificação, se o Sr. Presidente me permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu disse que o conheci naquela oportunidade... Mas é possível... Conheci assim de falar, de cumprimentar, conheci há mais tempo, dos corredores, enfim. Mas esse senhor, a quem dediquei tanta confiança, tanto apreço durante esse período, foi exemplar durante toda essa fase. De repente, existe o seqüestro da senhora dele - pelo menos a versão é de seqüestro. Diz esse homem que foi torturado, diz esse homem que não sei o quê. Esse homem deve estar vivendo um dos momentos mais terríveis da sua vida. Eu não sei, não sei a que posso atribuir. Se o interesse de criar uma cortina de fumaça, se uma mágoa profunda... Não sei. Imagine como as coisas da vida são difíceis! Imaginemos, por exemplo absurdo, que amanhã se pegasse os bandidos e se descobrisse que a senhora desse homem tivesse sido realmente seqüestrada e que ele não tinha nada com isso. Quer dizer, a maioria das pessoas, hoje, pelos fatos coligados, ligados está dizendo que o homem a matou. E se amanhã forem presos os seqüestradores e se verificar que esse homem é inocente nesse negócio, como ficamos nós? Portanto, não sei, Sr. Relator, e tanto não sei que fiz quelas perguntas e eu poderia classificá-las como de uma ingenuidade terrível. Se eu soubesse que aquele homem estava com aquele ódio tão grande, eu não teria perguntado aquilo que perguntei, porque quando eu me referi à sua senhora foi com carinho: lembre-se de que eu disse ... - e ele respondeu-me com todo aquele... Tanto é que eu não sabia que eu perguntei, porque, se eu soubesse que havia toda essa disposição de espírito, eu não ia perguntar para me expor. Não sou tão ingênuo ou tão pouco inteligente quanto pareço. Não sei. Não há quem explique, principalmente a cada dia surgem mais nomes e mais nomes. Não gosto de fazer esse negócio: não sei, por aí, atrás deve haver alguma coisa, está a serviço de alguma causa ou de alguém. Não acredito.

Penso que é um momento difícil. Não sei por que esse homem foi movido a isso. Agora, de mim, quero repetir, ele só disse apenas que ouviu dizer, até hoje.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª não fez apenas a sua defesa, fez a defesa do **establishment**, ou seja, fez a defesa de toda essa estrutura de poder que está aí, tanto do Congresso quanto do Poder Executivo. E eu pergunto: V. Exª não acha que essa estrutura desta Comissão de Orçamento, estranhamente constitucional, que possibilita que meia dúzia de Parlamentares decidam a sorte de trilhões de cruzeiros ou bilhões de dólares, é corruptível?

O SR. RICARDO FIÚZA - Seguramente, deve ser, mas devo dizer a V. Exª que não defendi a forma, o **status quo**, dito do processamento na Comissão de Orçamento. Defendi o Congresso como instituição capaz de elaborar um bom Orçamento, porque a opinião pública precisa saber disso; quando se ataca um Deputado, todos nós somos atacados. Quando a instituição é atingida, todo o processo democrático é atingido, na medida em que as pessoas perdem as crenças nas suas instituições.

Acho que o processo pode e deve evoluir muitíssimo. Aliás, dei sugestões no nosso relatório, Sr. Relator, para que no ano seguinte fossem feitas essas modificações.

Acho que, por exemplo, isso deveria ser discutido, como no Congresso americano, durante o ano todo, no plenário. O Congresso deveria elaborar o Orçamento: manda uma proposta para o Executivo, o Executivo arruma, manda de novo para o Congresso.

Acho que onde houver a natureza humana existirá a possibilidade de desvio de conduta. Mas acho que o lugar mais difícil do mundo, ou melhor, a instituição mais difícil do mundo de existir desvio de conduta chama-se Congresso Nacional.

Este é o melhor colegiado que pode existir. Se nós formos analisar, as exceções são raríssimas. Somos 584, se não me falha a memória. 584. Ex-Governadores, ex-Ministros, ex-Senadores, ex-Presidentes de República. E, além de tudo, somos os únicos funcionários públicos que nos submetemos a um concurso público e secreto a cada 4 anos.

Os conflitos de interesse são de tal forma que dificilmente, num colegiado deste tamanho, poder-se-ia armar um conluio.

Portanto, nada mais legítimo do que o Congresso, que está num permanente processo de aperfeiçoamento, como por exemplo esta CPI pode ser dada.

Portanto, acho que temos de corrigir os defeitos, aperfeiçoar a Comissão de Orçamento, fiscalizar o Executivo. Fazer no Executivo, aí, sim, é perigoso.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, o Sr. José Carlos dos Santos, depondo perante esta CPI, declarou existir um esquema de corrupção montado a partir da Comissão de Orçamento e que operava em duas linhas. Uma através de subvenções sociais, liberadas e pagas por conta de dotações globais. Outra mediante emendas e dotações previamente aprovadas e direcionadas para beneficiar empreiteiras. V. Exª tem alguma idéja de que esse esquema possa ter existido ou exista?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Relator, soaria muito falso se eu dissesse a V. Exª que não tinha ouvido esse rumores. É claro que ouvi.

Em primeiro lugar, é preciso ficar bem claro que não existe uma só obra no País que não tenha por trás uma construtora. É evidente.

Segundo, temos um grande problema básico estrutural que se chama inflação, que leva à escassez de recursos.

Terceiro, tivemos suma hipertrofia do Estado muito grande, ou seja, concentramos no Estado o poder de decisão durante muito tempo. Se você junta a hipertrofia do Estado com falta de recursos, você tem mais um excelente caldo de cultura para a corrupção. Ou seja, se o dinheiro é pouco, quem for mais esperto tira mais. Isso é, realmente, um gerador de corrupção, tanto no Executivo como pode fazer com que algum companheiro nosso caia na tentação.

Sr. Relator, tentei detectar essas coisas e não consegui. Pelo contrário, fiquei sempre com a suspeição que elas existem, mas hoje estou convencido de que a generalização é absurdamente equivocada. Tem muita gente direita. Agora, não há, por trás, nenhuma forma de não se inventar uma calúnia.

Se você defende obra para o seu Estado, se você manda um bilhete para fulano verificar se realmente está no Orçamento a obra do porto de Suape e não sei o quê, no outro dia o sujeito vem dizendo que aquilo era para defender as obras dos empreiteiros. É um negócio impressionante.

Onde reside a dificuldade? Distinguir essas duas coisas. Esse é o problema.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, mesmo reiterando a sua posição de que nós temos uma estrutura de poder que não tem grandes defeitos e que a corrupção é apenas, talvez, um aspecto secundário na vida do País, eu vou perguntar a V. Exª, que está, inclusive, sob palavra: por que foram afastados do setor de saneamento e de habitação do Ministério da Ação Social os Srs. Walter Annicchino e Ramon Arnus Filho?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Relator, na ocasião em que fui convidado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para assumir o Ministério da Ação Social, perguntei ao Senhor Presidente como seria a minha equipe. Ele disse: "Não ouça ninguém, faça como quiser."

Naquela oportunidade, Sr. Relator, eu achava que essas duas Secretarias estavam extremamente mal geridas, inclusive em função de, no mínimo, uma aplicação do FGTS de forma exageradamente veloz - não digo que tenha havido desonestidade; dizem -, ou seja, esgotaram todo o saldo; e essas pessoas eram pessoas polêmicas, eram pessoas que estavam, aí, sob mira, sob investigação, sob notícia de imprensa.

O que é que eu fiz? Tirei e coloquei dois técnicos, um da Secretaria de Saneamento de São Paulo, Dr. Paulo Bezerril, e um outro, que não me recordo o nome. Tirei todas as quatro Secretarias. Na Secretaria de Emergência, um pernambucano - não me recordo o nome -, e, na Secretaria de Ação Social, um senhor muito sério, do PMDB de Goiás. Eu achava que era minha obrigação desmontar a estrutura anterior, e o fiz na hora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E, além de desmontar a estrutura, V. Exª não abriu sindicância, sobretudo para investigar as ligações desses dois com o irmão mais velho do Presidente, em São Paulo, que eram acusados de ter um esquema de corrupção ativo?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sindicância, propriamente, eu não abri, Sr. Relator, porque... Se V. Exª me permitir, vou dar uma pequena explicação de como funciona.

Primeiro: o Ministério recebe do Conselho Curador do FGTS a dotação anual por região, por área, por cidade etc.

O Ministério da Ação Social prioriza algumas obras, que são analisadas tecnicamente por toda a estrutura da Caixa Econômica, que é muito competente; e, dentro desta ótica, o Ministério só prioriza.

Portanto, veja muito bem V. Exª: se não tínhamos como executar... Não fiz uma concorrência no Ministério, em todo o período. A única coisa que fiz foi o PROSEGE, que foi uma pequena concorrência de 500 milhões de dólares, com o BID. Quando cheguei lá, já estava tudo pronto. Estavam prontos os editais, já aprovados pelo Banco Mundial, pelo Itamaraty. Chamei uma senhora muito competente que havia lá e disse: Quero mandar reestudar esse edital. Ela disse: "Mas vai atrasar o programa." Então eu disse: "Pode até parar, quanto mais atrasar."

Pedi encarecidamente ao nosso companheiro, do qual gosto muito, o Deputado Luís Roberto Ponte, que fosse lá. Ele foi. Pedi para que ele pegasse a associação de classe dele e os advogados e dissecassem o edital. Eles assim o fizeram, em dez reuniões. Mudei o edital e, graças a Deus, não houve reclamações.

Portanto, num caso específico desse, em que V. Exª me pergunta se eu tenho participado da concorrência, se eu tivesse atividade-fim, neste caso eu poderia responder.

Sr. Relator, é absolutamente impossível detectar ou afirmar neste caso quem tenha recebido e quem tenha pago. Porque, se assim aconteceu, foram esquemas posteriores, com os Estados. Porque o Ministério, não executando, faz o convênio e transfere ao Estado, o Estado que faz. Portanto, sei de ouvir dizer, não posso afirmar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, V. Exª informou ter deixado uma boa parte das verbas de subvenção social para o Ministério antes de sua chegada ao Ministério da Ação Social. E já nos explanou aqui sobre os critérios, inclusive citou até a Lei nº 4.320, de 1990, cujo art. 64 exige que as subvenções sociais a fundo perdido destinem-se a entidades assistenciais e culturais sem fins lucrativos.

Veja V. Exª, estive vendo hoje uma relação de trinta e poucos milhões de dólares de subvenções ao tempo do Governo Collor, e há muitas escolas e universidades pagas beneficiadas com verbas milionárias.

Tenho a impressão de que aí houve descumprimento da Lei nº 4.320. E mais: curiosamente, os Estados mais atendidos são: Piauí, Ceará e Rio de Janeiro.

Então, eu perguntaria a V. Exª se havia algum critério geográfico ou geopolítico para se destinar essas subvenções? Porque se fosse: Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, tudo bem! Era um projeto regional. Mas não vejo como se priorizar Piauí, Ceará e Rio de Janeiro. Não consigo entender. Quer dizer, então, V. Exª reconhece que os critérios eram meramente legais? Não havia critérios outros que pudessem dar maior justiça na distribuição desses recursos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Relator, V. Exª me informa essa concentração, eu lhe confesso que nem sabia que havia essa concentração. Os critérios não eram somente legais. Devo reafirmar a V. Exª que os critérios legais eram rigorosamente obedecidos.

Em segundo lugar, não me parece que uma sociedade qualquer de ensino por receber alguma coisa necessariamente, tenha fins lucrativos. Isso competia a toda estrutura do Ministério avaliar.

Eu, como Ministro, do meu conhecimento, não liberei para nenhuma entidade que tivesse fins lucrativos, ou seja, pertencesse alguém ou que não tivesse enquadrada. Se assim tiver feito, devo ser punido por isso. Verificar quem foi o culpado que fez isso e porquê se fez isso. Não imagino que tenha acontecido, Sr. Relator, porque decorrido já um ano, o Tribunal de Contas já deveria nessa hora ter levantado. O que nesta hora se inserir é de rever esses conceitos de entidades assistenciais e fins lucrativos, etc. Seria uma boa oportunidade de se repensar isso.

Agora eu, na realidade, analisava os critérios legais e os critérios que me eram expostos, naturalmente, pelos Deputados e Senadores que acompanhavam aquelas pessoas que iam lá pelos Prefeitos ou pelos eventuais Governadores, nesse caso muito pouco, em matéria de subvenção. E não existe o hábito, nem poderia existir, de se gravar os argumentos que as partes dão ao Ministro.

Ao Ministro de Estado cabe decidir diante dos argumentos dos peticionários, pondo o máximo possível de informação no papel. Portanto, eu fazia, levando em conta, realmente, todos os critérios que eu poderia no momento. Agora, lembrar de todos eu não me lembro, Sr. Relator. O importante é que se for detectado irregularidade em alguma, que eu seja instado a explicar. Se alguma disser e de qualquer forma insinuar que me beneficiou, eu tenho que ser instado a explicar.

Mas um ano depois - a coisa é engraçada -, durante um ano, eu tendo ficado no Ministério do Presidente Collor até o final, só houve uma só crítica feita por um Deputado do Ceará criticando outro, que a verba foi fantasma, não sei o quê...E o jornal colocou: "Fiúza libera para verba fantasma". Se fosse fantasma, a culpa não seria minha, porque teria seguido os trâmites legais. Mas por azar essa tal entidade já havia prestado contas, já tinha sido aprovada pela nova Administração. Portanto, eu não tenho como responder pela eficácia do dinheiro na ponta. Acho que isso tem que ser repensado: subvenções. Aliás, eu disse no meu Relatório, quando fui Relator.

Agora, eu fiquei num drama muito grande. Hoje posso ser acusado de ter tido critérios frouxos e critérios liberais para a distribuição, que deu àquela e não deu a essa. Imaginem se eu tivesse feito isso com os Deputados, na Comissão do Orçamento, como se desejava fazer, porque eu não imaginava que iria ser Ministro.

Sr. Relator, V. Exª está aqui para apurar fatos e não acreditar em palavra de ninguém. Eu quero dizer a V. Exª que não tenho participação em nada disso. Não recebi pressão do Deputado João Alves, não aceitei listas coletivas, procurei agir dentro do maior rigor possível, porque acredito que esse rigor poderia ter sido muito mais aprimorado se não fora o fato de receber as verbas, apenas numa determinada fase, concentradas, do grande problema político que nos afligia, que era a Comissão Parlamentar que envolvia o Senhor Presidente da República e, além do mais, Sr. Presidente, as grandes pressões legítimas e naturais que os Ministros sofrem às vésperas das eleições.

Portanto, é possível que, hoje, pague o preço de ser criticado por não ter sido tão rigoroso quanto deveria, embora não tenha praticado ato ilegítimo ou ilícito, por todas essas razões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito e protesto, se for o caso, para novas questões ao final da inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, nós temos 36 inscritos para interpelação. Considerando 10 minutos de cada um, nós, sem questão de ordem e sem pela ordem, teremos 6 horas de interpelação, pelo que eu me reservarei para fazer alguma pergunta esclarecedora se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra. Quer usar a tribuna como obcecado ou como obsessivo?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para cumprir com o meu dever como Senador, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, Sr. Vice-Presidente, Senador Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Deputado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Para não fazer confusão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas merece também ser senador. Gostaria, preliminarmente, de transmitir ao Deputado Ricardo Fiúza que eu gosto muito da sua atitude, hoje, de vir aqui dizer a inteira verdade. Deputado Ricardo Fiúza, de acordo com as atas da reunião da Comissão Mista de Orçamento, de 18 de dezembro de 1991, a reunião que terminou às 5:00 hs da manhã do dia 19 de dezembro de 1991, foi dada a V. Exª autorização para:

"1º - corrigir erros materiais;

2º - remanejar valores de emendas para outras indicadas pelo parlamentar;

3º - os destaques feitos naquela sessão seriam apreciados pelo Relator, que até às 16:00 hs do dia seguinte ou no próprio dia 19 de dezembro, apresentaria seu trabalho final em plenário".

Com relação a esse assunto, V. Exª afirmou, durante o depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, conforme as notas taquigráficas à página 102, que "fica definitivamente esclarecido que nenhuma emenda foi feita após a aprovação pelo Plenário do Congresso e sim após a aprovação da Comissão, por autorização, por delegação expressa dessa própria Comissão". V. Exª confirma essa sua declaração?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Senador, respeito muito V. Exª, mas pediria a V. Exª que me desse um minuto para eu dar uma lida na ata, porque devo ter perguntado...perguntei coisa semelhante. Foi quando o Dr. José Carlos falou, não foi?

O SR. EDUARDO SUPLICY - À página 102, no diálogo com V. Exª, do depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos V. Exª diz: "Fica definitivamente esclarecido que nenhuma emenda foi feita após a aprovação pelo Plenário do Congresso e sim após a aprovação da Comissão, por autorização, por delegação expressa dessa própria Comissão". Pergunto se V. Exª confirma essa sua declaração.

O SR. RICARDO FIÚZA - Ela foi feita, apenas não sei se foi exatamente nesses termos, mas confirmo. Ele não protestou, balançou a cabeça em sinal de assentimento, como se concordasse - foi isso que eu imaginei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Ricardo Fiúza, há uma contradição entre as suas palavras e os fatos. Vou lhe mostrar um fax que foi achado na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, datado do dia 20 de janeiro de 1992, um mês após a votação do Orçamento no Congresso Nacional. Foi enviado ao PRODASEN, pelo Deputado Sérgio Guerra, e ordena, entre outras alterações, que fosse feita esta na emenda do relator. Veja só.

Está aí a data do fax, V. Exª já era Ministro, pois tomou posse dia 17. Entretanto, no dia 20 de janeiro, o Sr. Sérgio Guerra encaminha ao Sr. José Carlos, que era Diretor do DOU, não era Subsecretário de Orçamento do Senado, aí está o que o Deputado Sérgio Guerra pede ao Sr. José Carlos Alves: acrescentar 600 mil à Emenda R008173, aprovada no valor de 2 milhões, saneamento urbano, drenagem dos canais da região metropolitana do Recife, Projeto Nassau.

Essa alteração não ocorreu antes da votação no Congresso Nacional, como V. Exª afirma.

Aqui está a prova, e posso mostrar outras mais de que um novo orçamento surgiu no PRODASEN após a votação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso responder, ou V. Exª. prefere no final?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Agradeço se for no final.

Segunda pergunta, Deputado Ricardo Fiúza, nas notas taquigráficas do depoimento do Sr. José Carlos Alves do Santos, na página 101, próxima das citadas há pouco, estão as seguintes palavras ditas por V. Exª: "Nenhum Presidente da República, e eu os desafio, nenhum Ministro de Estado, incluo V. Exª - dirigia-se V. Exª ao Presidente Jarbas Passarinho -, nenhum Governador de Estado, terá o direito de dizer jamis que eu pedi um favor pessoal. Renuncio à vida pública, e dou tudo que tenho, se aparecer um homem público, neste País, que diga que eu passei às suas portas para pedir um só favor pessoal."

Pergunto: V. Exª confirma essa afirmação?

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª pergunta com a ênfase de um promotor e eu lhe respondo com os cuidados devidos. Confirmo que disse isso e digo ainda, repito agora, no sentido de que isso traduz a licitude dos meus atos. Ou seja, jamais procurei uma atividade pública para tirar proveito pessoal. Isso é o que eu quero dizer, favor

pessoal. Faço questão de frisar, porque quero saber o que V. Exª entende por favor pessoal. Favor pessoal, eu entendo o uso do prestígio político ou da prerrogativa para obter vantagens legítimas, porque ilícitas não seria favor, seria ato criminoso. Portanto, repito, sou um homem que jamais pedi favores pessoais, ou seja, para mim, para minha família, para enriquecimento ou para qualquer outra coisa que seja.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Faz parte da Lei de Meios o Orçamento de Renúncia Fiscal. Ou seja, as receitas das quais o Governo abre mão em decorrência, por exemplo, de empréstimo com taxas de juros abaixo das de mercado. Isto posto, é de se perguntar aos brasileiros se é possível, se não a um cidadão muito especial, obter o seguinte: em 8 de maio de 1991, o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Álvaro Mendonça, determinou a concessão de um empréstimo, a título de crédito especial, no valor de 1 milhão e 500 mil dólares, apesar dos pareceres técnicos da instituição serem contrários a tal operação. O parecer contrário deveu-se ao fato de a Usina Jaçanã, da qual eram diretores o filho de V. Exª, que aqui está presente, Sr. Ricardo Fiúza Filho, e a senhora sua esposa, Srª Ilce, sendo V. Exª o fiador. Então, quando do vencimento da operação, novamente, apesar do parecer contrário, ela foi renegociada devido à inadimplência da Usina. Este empréstimo até hoje nunca foi pago e o avalista, V. Exª, Deputado Ricardo Fiúza, está sendo protestado judicialmente, bem como os atuais donos da Usina. Não que V. Exª deixasse de dispor dos recursos para saldar seu compromisso como avalista, pois V. Exª aqui coloca as propriedades suas e de sua família, incluindo esposa e filhos, que, pelo menos a imprensa registra, têm um valor superior ou pelo menos de 3 milhões de dólares. Na verdade, Sr. Presidente, para concluir esta questão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem 1 minuto para concluir a sua inquirição. As perguntas estão ficando longas e temos ainda o tempo para a resposta do depoente. Peço a V. Exª que se mantenha dentro do tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, pergunto: será que um brasileiro comum, que solicitasse um empréstimo à Caixa Econômica Federal, com parecer contrário por parte dos técnicos, conseguiria levantar tal soma de recursos?

Considerando a excepcionalidade da operação, Deputado Ricardo Fiúza, é difícil acreditar que não fosse V. Exª o Líder do Governo, V. Exª talvez nem precisasse falar, V. Exª talvez nem precisasse pedir, V. Exª ocupava uma posição que automaticamente talvez tenha feito o Sr. Álvaro Mendonça achar: "Não! Imagine! Nem que os pareceres técnicos da Comissão, nem que todos os demais diretores sejam contrários, para o Líder do Governo!...

Então, não era V. Exª poderoso? O que terá feito. V. Exª sabe quantos milhares de trabalhadores hoje estão procurando a Caixa Econômica Federal para ver se conseguem ter um pouco mais de prazo para pagar, e estão fazendo questão de pagar, Deputado Ricardo Fiúza?

A Caixa Econômica, por sua direção, informou-me, hoje, de manhã, o valor da dívida hoje está em 4 milhões de dólares. Foram feitas 16 renegociações sem que nada tenha sido pago.

Em 8 de maio de 1991, o Sr. Álvaro Mendonça, então Diretor de Operações da Caixa Econômica, acertou o empréstimo com a Companhia Agroindustrial Jaçanã.

Em 24 de maio de 1991, foram liberados recursos no montante de Cr$ 225 milhões de cruzeiros, equivalentes a 1,5 milhão.

O Presidente da Caixa Econômica não poderia autorizar tal operação, pois essa decisão compete exclusivamente à diretoria, reunida em colegiado, dado o elevado valor.

A sindicância encerrada recentemente pede a anulação da transferência da dívida, alegando que foi usado um artifício para livrar a família Fiúza da responsabilidade da operação.

Conclui a sindicância, Sr. Presidente, que a fiança retome aos tomadores originais e, caso não ocorra o pagamento, seus bens deverão ser seqüestrados. Foi pedido o indiciamento do Sr. Álvaro Mendonça em dois crimes: do colarinho branco e de corrupção passiva. Tudo indica que o atual proprietário da usina, o Sr. Arnóbio Coimbra, seja, de alguma forma, parente ou relacionado à família de V. Exª, talvez à sua senhora. O processo encontra-se com o Sr. Danilo de Castro, que está demorando a tomar uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Suplicy, V. Exª já excedeu em dois minutos o tempo. Se eu abrir precedente a V. Exª, vou abrir para todos os demais.

V. Exª já tem, pela praxe, a preferência de fazer a indagação. Parece-me que, no momento, V. Exª está fazendo uma questão que caracterizaria perjúrio.

Peço a V. Exª que encerre.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, as coisas são colocadas com uma ênfase que as distorcem.

Em primeiro lugar, vou pedir a S. Exª, que deve ter cópia disso, para ver o que foi, porque aqui, estou vendo, não tem data nenhuma, salvo no fax. A data do fax aqui é de 20 de janeiro de 92. Não sei se foi nessa data que foi pedido para acrescer. Não creio. Nessa altura do campeonato esse orçamento já estava no Departamento de Orçamento da União. Não sei a que se refere. Se V. Exª puder me dar a cópia, e o Sr. Presidente e o Sr. Relator me permitirem, eu voltarei com as exposições por escrito.

Em primeiro lugar, nessa época, eu já tinha entregue praticamente o Orçamento. Havia uma preocupação com Pirabama exatamente em função de não ter sido concluída, e que tem essa grande atenção do Deputado em cima. Eu vou verificar e responder por escrito à Comissão. Não é possível que em um milhão de papéis eu possa responder. Se S. Exª me permite eu mando de hoje para amanhã esta resposta, por escrito, ao Sr. Presidente da Comissão para que dê o destino.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, tem a segunda que é muito importante. É rápido.

O nobre Senador sai dos objetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito que deve apurar a corrupção havida possivelmente no Orçamento e no Ministério e já vai citar um fato particular da minha vida. S. Exª é, realmente, o meu super-ego. Devo dizer a V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente, os recursos subsidiados da Caixa Econômica Federal são constantes do Orçamento da União, portanto, objeto desta Comissão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, veja como as coisas são. Eu quero ver essa informação porque não deve ter sido fornecida pela presidência. Eu conheço uma entidade que funciona lá que fornece documentos para determinados partidos e deputados. Segundo, é absolutamente mentira que esse dinheiro tenha sido subsidiado, com uma taxa brutal de mercado, o chamado **hot money**, dinheiro de curto prazo. Por que foi tomado? E os jornais estão aí.

Naquela época, infelizmente, quando passei alguns meses à frente daquele segmento, aquela indústria tinha para receber do Governo um valor maior do que o que foi tomado, e não creio que tenha sido 1,5 milhões de dólares. Por que tinha? Havia um negócio chamado subsídio e equalização de preços que não era subsídio - aliás, foi até objeto de uma emenda criticada aqui dentro; o Deputado Gilson Machado mandou uma explicação e eu me esqueci de falar dela -; ou seja, a empresa tinha, como tem, 2,5 milhões de dólares para receber de parte do preço; há uma parte do preço que todos os produtores pagam, e o Estado do Rio de Janeiro e as produtoras do Norte e do Nordeste recebem para a diferença de custo de produção.

Naquela oportunidade, esses recursos estavam prontos para sair e essas empresas estavam com dificuldades, e ele foi à Caixa Econômica e tomou esse dinheiro para um curtíssimo prazo, numa operação no banco comercial da Caixa. Vejam como S. Exª não entende do que acaba de falar. O banco comercial da Caixa, que empresta o dinheiro a esses empresários que, infelizmente, como eu, estavam naquela situação vexatória, é o que possibilita haver uma taxa média de juros capaz de atender àqueles financiamentos populares. Se não houvessem as vítimas, como essa usina que pagou ou vai pagar esses juros monstruosos, não se poderia emprestar ao pequeno. A Caixa tem que emprestar ao grande para emprestar ao pequeno, e fazer a taxa média, como é no caso o Sistema Financeiro de Habitação. Então, essa operação foi feita no **hot money**, enquanto saía o tal subsídio da equalização que, infelizmente, o Governo, depois, covardemente, não liberou e resolveu pagar em títulos do Governo.

Durante todo esse período, essa nova direção da empresa foi lá, deu as explicações e estava tentando tirar esses títulos, mas o Governo exigiu certidão de INPS, para o dinheiro que era da própria empresa. Então, eles tiveram de fazer um longo processo para regularizar o INPS. Uma empresa que vivia em dificuldades, tinha 3.500 operários. O senhor não sabe o que é isso, porque não tem uma empresa dessas com 3.500 operários, não sabe o que é o sofrimento. Muito bem, então essa empresa tirou a certidão do INPS, depois de um longo suplício. Foi quando o procurador disse: "Não, agora tem que ter do FGTS..." "Mas não pediram para nenhuma!" "Mas pediram para essa." Resultado: esse débito vem sendo negociado. Não serão quatro milhões de dólares, é absolutamente impossível. Porque não é possível que, em valores reais, um dinheiro que deve ter sido um milhão de dólares, naquela época, em um ano ou dois anos, esteja em quatro milhões de dólares. Quer dizer, subir quatro vezes em dólar, no ano, está mostrando, primeiro, que S. Exª afirma o que não sabe: que foram juros subsidiados, que foi favor; segundo, quem toma numa taxa de juros dessa, não pede favor, vai para a forca, não é mutuário, é mortuário. Terceiro, o homem não tem ligação nenhuma comigo. Quarto, vai pagar à Caixa. Quinto, não houve nenhuma imoralidade - uma empresa em aperto foi a um banco comercial da Caixa. Não se misture a Caixa Econômica, banco social, com a Caixa Econômica, banco particular, com juros altíssimos. Não há nenhuma irregularidade na operação, salvo o atraso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Citado nominalmente inúmeras vezes, durante a exposição original, peço apenas um minuto para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não estamos em sessão do Senado, mas V. Exª tem o amparo regimental. Todavia, quero esclarecer ao Plenário que vai ser muito difícil sairmos disso, porque as citações nominais vão ocorrer sistematicamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, quero apenas dizer ao Deputado Ricardo Fiúza que uma das principais lições que aprendi com o Presidente da

Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, foi que, por maior que seja a desavença com qualquer adversário político, era sempre importante manter a porta aberta para a continuidade de um diálogo. Na semana passada, não porque eu tivesse parado de cumprimentar, três Parlamentares deste Congresso - Humberto Souto, João Alves e Ricardo Fiúza - que por mais de um ano não me cumprimentavam, voltaram a fazê-lo e a dialogar comigo. Por maiores que sejam as desavenças, é importante eu poder cumprimentar o Deputado Ricardo Fiúza, procurar esclarecimentos sempre olho no olho; é muito melhor para que o povo saiba a verdade do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa.

Evidente, não posso fazer qualquer tipo de sugestão à V. Exªs, mas acho que há um determinado momento em que a pessoa que estiver fazendo inquirição não deve se deixar dominar por emoções pessoais e alterar demais a voz, porque dá a impressão de que daqui a pouco não estaremos inquirindo e sim fazendo disto aqui uma corte inquisitorial, o que não tem cabimento.

Dobramos o tempo, Deputado Vivaldo Barbosa, na primeira intervenção - já foram 20 minutos. Conto com V. Exª para que nós não recuperemos o tempo, mas pelo menos não avancemos de novo nessa mesma tática.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Certamente espero atender a V. Exª, Sr. Presidente, por isso mesmo dispenso declarações iniciais próprias de momentos como esse, tão delicado para nós Parlamentares. Como os 10 minutos correm muito depressa, começo:

Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª centrou sua exposição em que era necessário dar explicações sobre duas questões centrais - segundo as palavras de V. Exª - a questão das emendas feitas após a votação do Orçamento - e aí dissertou sobre todo o processo de que V. Exª participou - e explicações sobre a não-participação de V. Exª no chamado "esquema" da Comissão.

E aí, nesta segunda questão, destacou duas subquestões, - se assim podem ser colocadas - que nunca antes participou da Comissão de Orçamento, na sua vida parlamentar, até tornar-se Relator, e que manteve relações meramente funcionais, formais, com o Sr. José Carlos, que, realmente, fez diversas acusações a diversos parlamentares.

Duas questões, Deputado Ricardo Fiúza, restam ainda merecer esclarecimentos de V. Exª. A respeito da relação meramente funcional, formal de V. Exª com o Sr. José Carlos, sobre três questões gostaria de ouvir informações de V. Exª.

Primeiro, esse bilhete a que V. Exª já se referiu e que a empresa noticiou em que V. Exª dá uma determinação a um subordinado seu, Sr. Maurício, para que ele agilize a liberação de verbas, de dotações, subvenções sociais e termina o bilhete dizendo: "...combinar com o Dr. José Carlos".

Naturalmente, salta aos olhos - é uma preocupação que tive - combinar com o Dr. José Carlos; na época, ele era o Diretor de Orçamento, era uma questão funcional. Mas o Diretor de Orçamento apenas informa a existência de saldo ou não. E na parte anterior do bilhete, V. Exª já informa ao Sr. Maurício, seu subordinado, que o saldo já havia e que queria a liberação de 80%. Então, a relação formal do Ministro com o Diretor do Orçamento, evidentemente, não existiria para efeito desse bilhete. Apenas compreendo que deveria haver a relação funcional do Sr. José Carlos no processo de liberação de verbas orçamentárias de subvenções sociais.

A segunda questão é: também foram colocados, apreendidos e trazidos à Comissão diversos documentos da casa do Sr. José Carlos.

Esses documentos são cópias de pedidos de entidades para liberação de verba e de dotações a V. Exª, em que há despachos formais de V. Exª, assinados, liberando diversas importâncias a diversas entidades, inclusive indicando a quantia exata a ser liberada. Compreendo que pode ter decorrido de despacho de V. Exª com o Sr. José Carlos.

O terceiro elemento dessa questão é que V. Exª chegou a informar, não sei se até, realmente isso ocorreu, se isso li na imprensa, ou se consta expressamente da sua intervenção no depoimento do Sr. José Carlos, é que V. Exª chegou até, no ano passado, ele já afastado do Orçamento, já afastado da diretoria do Orçamento, já afastado da Comissão, já aposentado como funcionário desta Casa, V. Exª chegou a pedir a ele que realizasse, efetivasse, fizesse emendas para V. Exª apresentar ao Orçamento do ano passado, votado no ano passado para o exercício deste ano.

Eu pediria explicações, que V. EXª, certamente, tem a nos dar a respeito desse ângulo da questão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Vivaldo Barbosa, eu estou com uma dificuldadezinha só no tocante ao bilhete. V. Exª está com ele? Porque, se estivesse, mandaria pegar para ler aqui.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Ah, perfeito. Esse bilhete está, realmente, em poder da Subcomissão, porque eu pedi licença ao Sr. Coordenador para utilizá-lo na oportunidade de exibição a V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu gostaria de ler o bilhete.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Sr. Presidente está indicando que lhe faça chegar os bilhetes através do funcionário que já está se aproximando.

O SR. RICARDO FIÚZA - Esse bilhete a que se refere o eminente Deputado Vivaldo Barbosa, eu vi na relação dos documentos. Fiz um pedido ao Sr.

Presidente Jarbas Passarinho, ele teve a delicadeza de me mandar a relação dos documentos, mas não os documentos. Portanto, eu estou com uma dificuldade para responder sem ler.

A primeira questão é o seguinte: o senhor disse que eu dividi a minha exposição em várias partes. A primeira, sobre as emendas feitas após a aprovação do Orçamento. Não concordo com a expressão "feitas". Elas não foram feitas. Portanto a pergunta contém uma afirmação que não posso aceitar. Permita-me V. Exª, com todo o carinho e respeito que tenho a V. Exª, não posso aceitar a pergunta formulada dessa maneira.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Compreendo V. Exª, e aceito a correção.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado, Deputado.

Segundo, o bilhete de Maurício, que vou ler.

Quarto, as cópias de entidades em que há despachos com o meu secretário.

Quero dizer, meu caro e nobre amigo, Deputado Vivaldo Barbosa, que deve haver muitos despachos desses. Devo ter muitos. Devo ter muitos, eu procedia com despachos ao lado direito, só que não despachando com o Dr. José Carlos, mas com o meu secretariado, com o Dr. Maurício, com a equipe técnica, com o consultor jurídico etc. Portanto, no tocante a essa cópia, digo a V. Exª que se refere a um documento absolutamente normal, legítimo, corriqueiro, obrigação minha, como Ministro, de fazer.

Agora, sobre esse despacho. Ele já aposentado? Sim. É verdade! O senhor sabe, nobre Deputado, não neguei, que durante esse período me afeiçoei à pessoa do Dr. José Carlos, por ser ele uma pessoa extremamente trabalhadora, homem educado. Não foi para o Orçamento do ano passado, foi para este agora. Foi pior ainda. Foi para esse agora! Perdi o prazo de emendas, nunca fiz muita emenda para município, e perdi o prazo. Quando soube que prorrogaram - Dª Maria Laura me informou - aí eu mandei fazer no meu gabinete as emendas. Mas tinha um catatau imenso para ler e aí eu disse ao secretário: "Liga para Zé Carlos, vê se ele faz as emendas para mim". Ele foi lá em casa. Mas disse que não sabia, que não tinha lido.. não sei quê. Demonstrou má-vontade e eu pedi ao Deputado Pedro Corrêa, meu concorrente para fazer. Disse: "Pedro bota aí as minhas emendas. Para que você quer? É abastecimento d'água, tudo morrendo de sede".

Portanto, realmente procede o fato, e, nessa oportunidade, até perguntei muito por ele, o que ele ia fazer; disse-me que ia montar um escritório, começar a vida, essas coisas todas de quem age de boa-fé e está mal informado.

"Maurício, priorizar para o próximo trimestre 80% do saldo. Deverá dar em torno de 70 ou 80. Combinar com José Carlos.

Entidades tradicionalmente atendidas. Ok, isso achei muito bom.

Indicações políticas, observados os trâmites legais. Critérios: valor máximo, valor anterior.

Observação: mínimo para a Bahia."

Esse expediente é muito bom para mim. Esse expediente é excelente, Sr. Presidente, é uma grande prova de tudo o que eu disse, Deputado Vivaldo Barbosa.

Isso aqui é o seguinte: o Orçamento era contingenciado. O Ministro era obrigado a mandar para o Ministério da Economia a relação do que queria descontingenciar.

Então, eu fiz, tinha dito e lembrei: "Maurício - que era o Secretário Geral - priorizar", ou seja, pedir o descontingenciamento; "para o próximo trimestre, de 80% do saldo", não digo nem que seja de subvenções, mas deve ser de subvenções; "deverá dar em torno de 70 ou 80", que foi exatamente o que apliquei, só que foi desbloqueado tudo, eu poderia ter aplicado; "combinar com José Carlos", por que José Carlos? Quero deixar bem claro: porque Dr. José Carlos, como disse na presença de V. Exªs, muitas vezes foi lá informalmente me ajudar.

Quando tinha uma bronca de Orçamento, eu via qual era o Ministério que estava sem dinheiro e dizia: "Maurício, manda chamar José Carlos, vê se ele pode mandar fazer um crédito suplementar, enfim..."

Portanto, isso aqui é um despacho normal do Ministro, permita-me V. Exª, não vejo nenhum problema.

Aqui, discutindo com ele eu, digo, olha, os critérios são: entidades tradicionalmente...

Quando for indicação política, observe todos os trâmites legais. Não pode chegar aqui o Deputado com o pedido, em nome de uma sociedade, que eu sei que houve muito, e "Peço que atenda à sociedade tal, na importância de tanto" e o Ministro despachava em cima disso. Disse não, que o pedido do nosso companheiro merecia todo o respeito, seja Deputado ou Senador, é obrigação do parlamentar fazer isso, ele pode capear o pedido, mas o pedido da entidade tem que ser feito direito.

O critério: "Não dê nada maior do que no ano anterior. E, olhe, cuidado, para não dizerem que estamos fazendo esquema de comissão com aquele pessoal que estava marcado por colocar grandes subvenções para os grandes municípios."

Portanto, para os municípios da Bahia, referindo-me ao Deputado João Alves, bote pouquinho, melhor não colocar, para amanhã não vir dizer que continuou o mesmo esquema da comissão. Então...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, tenho todo o empenho em ouvir ao máximo o Deputado Ricardo Fiúza, mas tenho uma questão a mais, da qual não posso abrir mão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, não acha V. Exª que esse bilhete é importante?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É claro. Eu só quero realmente... pelo tempo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Esse bilhete me isenta de tudo, esse bilhete é um procedimento normal, correto, de um Ministro de Estado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu pediria o retorno do bilhete, porque a minha segunda questão ainda tem a ver um pouco com esse bilhete.

Deputado Ricardo Fiúza, a questão trata de esclarecimentos necessários para ligação ou não, evidente que V. Exª dirá que é não ligação, com qualquer esquema dentro da Comissão.

A questão prende-se ainda ao bilhete: é que no bilhete V. Exª indica e determina o procedimento que manda atender às entidades tradicionalmente já atendidas. Isto é, V. Exª imprime uma continuidade no processo de liberação de verbas de dotações sociais. E que V. Exª aí mudou a natureza formal do procedimento.

Anteriormente, o processo de subvenções sociais eram atendidos e alocados a cada entidade mediante a lista que o Deputado João Alves mandava da Comissão de Orçamento ao Ministério, inclusive chegou ao nosso conhecimento, da Comissão, que o Deputado João Alves fazia essa lista das subvenções ao Ministério não apenas como Relator, mas até no ano em que ele não foi Relator, nem Presidente, ele foi credenciado formalmente, através de ofício, pelo Deputado Cid Carvalho, Presidente da Comissão em 89, para que ele, em nome da Comissão, em nome do Congresso Nacional, cuidasse da liberação de todas as subvenções sociais destinadas às diversas entidades. Ele então, com esse credenciamento, encaminhou, como fez todos os anos, ao Ministério uma relação de entidades para serem liberadas. E V. Exª tem razão, pois o processo de liberação através do Banco do Brasil não foi nenhuma decisão de V. Exª. Foi um decreto de 86, de dezembro de 86, do Presidente Sarney, não sei mais que outros Ministros assinaram esse Decreto como ele, em que determinou ao Banco do Brasil a liberação na forma da lei. Mas mais do que isso: deixou nas mãos do Banco do Brasil e tão-somente do Banco do Brasil a verificação se a entidade atendia aos requisitos legais ou não. E, como nós temos o sistema **on line**, - avanço aí da informática - as relações mandadas pelo Deputado João Alves, que depois o Deputado Fiúza não aceitou, já continham o número da agência do Banco do Brasil e o número da conta da entidade beneficiária. Supostamente entidade. E aquilo entrava no sistema do Banco do Brasil e já disparava direto para as contas credoras. E colocado nas contas credoras desses beneficiamentos, dessas dotações, cada um sacava da maneira que lhe aprouvesse.

Eu levanto essa questão, Deputado Ricardo Fiúza, porque nos critérios de decisão que V. Exª adotou, V. Exª manteve as mesmas entidades que já recebiam tradicionalmente da lista do Deputado João Alves.

Trago aqui à lembrança de V. Exª a minha referência aos despachos. V. Exª despachou, nos documentos que foram encontrados na casa do Sr. José Carlos, os diversos pedidos das mesmas entidades que recebiam tradicionalmente as subvenções sociais. E há indicação, segundo o depoimento do motorista, que ele assistiu a um pagamento, em dinheiro, do Deputado Fábio Raunheitti, antes de ser Deputado, ao Sr. João Alves. E V. Exª atendeu também a diversos pedidos encaminhados pelo Deputado Fábio Raunheitti e a outras entidades que tradicionalmente constavam, ano a ano, na lista do Deputado João Alves. E aí V. Exª disse que determinou mudança de critérios; até determinou critérios, na sua exposição, que privilegiassem áreas carentes, bolsões de pobreza e miséria na região do Nordeste. Nesse caso, levantando a lista que V. Exª não recebeu mais da Comissão, mas determinou ao Banco do Brasil, elas indicam que somente no ano passado, para entidades do Deputado Fábio Raunheitti, V.Exª determinou a importância de 360 bilhões de cruzeiros reis, ou seja, em torno de 2 milhões de dólares. E atendeu, além desses 2 milhões de dólares, mais 600 mil dólares de resto a pagar, ainda de 91, cujo pagamento foi determinado no início da sua gestão.

E mais: há outras entidades educacionais, assim chamadas, do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense; todas elas ligadas, de uma forma ou de outra, ao Deputado Fábio Raunheitti. V. Exª liberou a importância, no ano passado, na sua gestão, de 2 milhões e 253 mil dólares, já tendo liberado antes, de restos a pagar de 91, para as mesmas entidades, 417 mil dólares. Assim como V. Exª também liberou, para entidades do Deputado Feres Nader, 1 milhão de dólares, em 92; e, em restos a pagar de 91 a 92, mais 308 mil dólares. Assim como também V. Exª liberou para entidades do Bairro de Santo Amaro, em São Paulo, entidades ligadas a unidades de ensino santamarense, a importância de 783 mil dólares no ano passado, já tendo liberado, de restos a pagar de 91, 275 mil dólares.

E também liberou, para a cidade de Cuiabá, que foi grande aquinhoada, para as faculdades de Cuiabá, que estou sendo informado agora são possuídas por pessoas residentes e talvez com ligações políticas na cidade de Presidente Prudente - São Paulo, a importância de 888 mil dólares no ano passado e, de restos a pagar, 701 mil dólares. Assim como também V. Exª privilegiou a Ordem dos Ministros Evangélicos com 430 mil dólares, a Associação Promotora do Evangelismo com 561 mil dólares, a Confederação Brasileira de Serviço Assistencial Social aos Evangélicos com 150 mil dólares e o Serviço de Assistência Social aos Evangélicos com 75 mil dólares.

Trago esses dados, Deputado, para que V. Exª nos explique que realmente não deu continuidade aos esquemas anteriores, que, nesta questão, o esquema - se é que existiu, se é que nós podemos chamar esquema -, o processo de liberação coordenado, dirigido e com ação e sob a ação do Deputado João Alves continuou na gestão de V. Exª, a menos que V. Exª aqui nos demonstre o contrário.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, é impossível gravar essas perguntas todas. Mas quero fazer algumas colocações que respondem - acho - basicamente.

É possível, Sr. Deputado, que algumas entidades já estivessem na lista dessas entidades que, como eu disse, tradicionalmente já estavam em listas que eventualmente favoreciam qualquer Deputado, não sei se o Deputado João Alves.

Segundo, vou dizer a V. Exª: duvido que alguém tenha me dito que essa faculdade ou que qualquer faculdade era ou não do Deputado Raunheitti. Eu atendi a essas universidades. Sei que é adversário de V. Exª. Levando em conta o tamanho - oito mil alunos -, eu queria deixar bem claro - salvo um engano muito grande: atendi esses evangélicos - um conjunto imenso - dentro das normas. Não atendi nenhuma lista do Deputado João Alves, em primeiro lugar. Segundo, admito, acredito que algumas das entidades que eu tenha atendido também tenham sido atendidas pelo Deputado João Alves em anos anteriores, o que não significa que eu esteja dizendo que ele as atendeu de forma ilegítima ou que troco delas recebeu.

Portanto, não posso admitir, não posso assegurar que entre as que eu atendi também havia outras que foram atendidas por fulano, beltrano ou cicrano.

Não posso também verificar se alguém tirou proveito dessas entidades no ano em que eu as atendi; sei que eu não tirei.

Agora, eu queria, por gentileza, que V. Exª lê-se devagarinho quando me refiro às entidades tradicionalmente assistidas; se eu digo a palavra só.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Há um tracinho...

O SR. RICARDO FIÚZA - Vem uma instrução...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Isso, como instrução.

O SR. RICARDO FIÚZA - O que é que diz antes?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Entidades tradicionalmente atendidas.

Depois, outra indicação: indicações políticas observados os trâmites legais.

O SR. RICARDO FIÚZA - Isso faz parte de um elenco de medidas. Não quer dizer que eu esteja determinando - segundo o que estou interpretando, sei o que escrevi - ao meu secretário que atendas as entidades tradicionalmente assistidas. Estou determinando ao meu secretário que, entre "n" cuidados - 4, 5 ou 6, atenda...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Só há dois cuidados.

Entidades tradicionalmente atendidas e indicações políticas, observados os trâmites legais.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª queira ler o bilhete todo, por favor, devagarinho!

O SR. VIVALDO BARBOSA - Se o Presidente me permitir, terei o prazer.

" Maurício, por gentileza, priorizar, para o próximo trimestre, 80% do saldo. Deverá dar em torno de 70/80. Combinar com o Dr. José Carlos".

Como anexo a esse bilhete está:

" - Entidades tradicionalmente atendidas.

- Indicações políticas, observados os trâmites legais". Continua: "Critérios, valor máximo igual ao do ano anterior corrigido, isto é, manter as entidades com igual benefícios anteriores".

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Não exceder.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Valor máximo igual...

O SR. RICARDO FIÚZA - Manter não. Não exceder. Eu não estou determinando...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não quero...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não quero não, isso é importante.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito, perfeito. Pode explicar realmente o que V. Exª achar adequado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Manter não. Significa, se for o caso de ser atendido, não exceder, é diferente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Aí vem: "Observações: o mínimo para o Estado da Bahia. Processo. Carta de cada uma solicitando urgente". Esse é o inteiro teor.

O SR. RICARDO FIÚZA - Carta de cada uma solicitando urgente ou botei para ele "urgente"?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não; é isso: "carta de cada uma solicitando urgente".

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso responder, Sr. Presidente, rapidamente? Continuo enfatizando que, primeiro, o bilhete é um elenco de normas. Segundo, nem sei se a cópia desse bilhete está completa aí. Pode ser que, na folha anterior, houvesse uma série de outras coisas. Aí tem a primeira e a segunda folha? Pode ser que tenha a segunda, a primeira e a terceira.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É possível sim; é possível, Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Isso aí refletia a minha preocupação. Quando eu disse entidades atendidas foi para evitar que amanhã aparecesse uma picaretagem qualquer de uma entidade recém- registrada e, de repente, dissesse que registrou para receber. Essa era a minha preocupação.

Terceiro: quando me refiro ao limite, não quer dizer atender pelo limite máximo; quer dizer não exceder.

Quarto: não tenho nenhuma vinculação com esse esquema. Se há uma coincidência entre entidades atendidas este ano com a de anos anteriores, é possível até que o novo Ministro esteja liberando para algumas entidades que eu também já liberei e que eu também tenha liberado para algumas que o anterior liberou e que o futuro libere para aqueles que liberou. Portanto, são apenas coincidências que permitem qualquer tipo de ilação.

Devo afirmar a V. Exª que não participei de esquema, não vi, não recebi relação do Sr. Deputado João Alves e cumpri, rigorosamente, os requisitos legais.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço, porque nós dobramos o tempo de novo. Tivemos agora 22minutos.

Devo uma explicação. Quando o Deputado Fiúza referiu-se a uma pergunta do Deputado Vivaldo Barbosa, disse que havia feito uma solicitação e que a Presidência da Mesa tinha determinado que S. Exª mandasse cópia da relação, mas não os documentos. Primeiro, creio que, na Mesa, estamos todos tomando conhecimento agora, Deputado Vivaldo, do documento que V. Exª possui. A Mesa não recebeu das Subcomissões, até agora, nenhum documento dos que foram apreendidos na residência do economista José Carlos Alves dos Santos. Nenhum. O que foi solicitado pelo Deputado Fiúza, na sua defesa, foi a partir de uma entrega pública que tivemos em uma reunião do Plenário desta Comissão. A Polícia Civil entregou a nós, e houve uma relação de documentos que ele nos havia entregado. Apenas a cópia da relação, sem nenhum documento, foi enviado a V. Exª. Nós, na Mesa, estamos tomando conhecimento pela primeira vez do resultado da análise dos documentos encontrados na residência do economista.

Tem a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem, antes. O depoente falou cerca de quatro horas. Acho, do ponto de vista do direito de defesa, absolutamente legítimo. É evidente que, pela estatura do depoente, que foi Líder de Governo, Líder de Partido, Relator-Geral, Ministro de Estado e pela complexidade da matéria, é absolutamente justo. Gostaria de assegurar, no entanto, na minha intervenção, que os 10 minutos - evidentemente é um tempo muito curto para uma argüição dessa natureza - sejam exclusivamente para as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, eu já estava fugindo de certas declarações que faço. Mas aprendi, certa vez, quando um Juiz fazia a instrução de um réu, que era uma pessoa extremamente prolixa. Houve um momento em que o Juiz disse: "a partir de agora, o senhor vai responder "sim" ou "não". O réu, que era muito inteligente, respondeu: "não posso meritíssimo. Imagine se fosse eu que lhe perguntasse: V. Exª ainda bate na sua mulher? Não podia ser "sim" ou "não", porque se dissesse "não", já havia batido.

Então, não posso, evidentemente, caracterizar que a prolixidade tome conta. Eu faria um apelo para que as perguntas fossem objetivas; e as repostas serão. Garanto a V. Exª que seu tempo de será mantido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Depoente, Deputado Fiúza, a minha primeira questão diz respeito às circunstâncias do seu ingresso na Comissão de Orçamento e aos desdobramentos dessa definição.

Sou Deputado de primeira legislatura, mas desde o dia em que pisei esta Casa, ouvia dizer que havia graves problemas na Comissão do Orçamento. E ouvi de V. Exª - mais de uma vez - essa mesma afirmação.

V. Exª - lembro-me em algumas reuniões durante a crise da Comissão do Orçamento -, juntamente com outros, inclusive parlamentares do PFL, como o Deputado Luís Eduardo Magalhães, disseram-me várias vezes: temos que mudar a Comissão de Orçamento.

V. Exª me disse o seguinte: "vou para essa Comissão para mudá-la. Vou acabar com esse esquema que existe na Comissão de Orçamento e quero a sua colaboração. O senhor se lembra ou não dessa reunião?

O SR. RICARDO FIÚZA - Lembro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Fui, em seguida, indicado, junto com V. Exª, Relator Parcial, nas mesmas circunstâncias.

Entreguei a seguinte carta para o Senador Ronaldo Aragão:

"Senador Ronaldo Aragão, Presidente da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional.

Prezado senhor, considerando que o Partido dos Trabalhadores exigiu, desde o início da elaboração do Orçamento Geral da União, a adoção de estrutura de funcionamento e metodologia de trabalho que estabelecesse critérios e possibilitasse transparência no processo de discussão e votação da Lei Orçamentária; considerando as graves acusações feitas pela imprensa contra o Relator-Geral e outros membros desta Comissão, tendo com isto comprometido o relatório preliminar já aprovado; considerando que o Partido dos Trabalhadores exige, além da destituição do Relator-Geral, a adoção de uma nova estrutura na Comissão, além da apuração das denúncias, recuso a minha indicação para Relator-Geral".

Recebida pelo Presidente dia 30.10.91.

Quando V. Exª foi para a Comissão, trocou-se o Relator, mas o esquema foi mantido. E é disso que se trata esta argüição. Tanto é assim que tenho, junto com outros que o senhor recebeu do Senador Suplicy, um fax emitido dia 23 de janeiro, um mês depois, modificando aquilo que o senhor não poderia modificar. O senhor mesmo disse, hoje, que, no relatório do DNER, o critério era: só estradas para restauração; estradas novas só no Rio Grande do Sul.

Seu relatório final não cumpriu aquilo que foi votado e que era o texto da redação.

A emenda da BR 259, de Minas Gerais; da BR 259 em Resplendor, Aimorés, em Conselheiro Pena e em Governador Valadares, todas no valor de aproximadamente um milhão de cruzeiros, foram mudadas: remanejaram os projetos do programa de restauração para construção, ou seja, da rubrica 0539 para a rubrica 0537.

Gostaria que o senhor recebesse o fax, prova documental de que essa modificação foi feita muito a posterior da votação do Orçamento. Mais do que isso: olhando o relatório final, o senhor vai verificar que, de fato, essa modificação foi feita.

Vou encaminhar um outro fax junto com essa mesma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Suplicy, a Mesa dispõe de assistentes de plenário. Poupe-se V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - São inúmeras modificações relacionadas ao Estado de Pernambuco, inúmeras, identificando os solicitantes e as mudanças necessárias.

"Recursos do Ministério "DOCAS" para Emenda do Deputado Sergio Guerra nº 17.200, modificar os valores de tanto para tanto, confirmar se os valores existem. Outra emenda: recursos do MINFRA no valor de tanto; infra-estrutura básica do Projeto de Costa Dourada, está aqui o valor; emenda do Relator, abastecimento da região metropolitana do Recife, abastecimento de água da região metropolitana de Recife".

Bem, são dezenas de modificações que eu gostaria que fossem encaminhadas, inclusive algumas cujos autores foram anotados: José Carlos de Vasconcelos, José Múcio, todos os autores das emendas e as modificações necessárias.

"Passar para o Governo do Estado, aumentar valor, trocar rubrica, todas as mudanças que foram feitas após a aprovação do Orçamento".

O senhor pode verificar a data do fax que confirma essa afirmação.

Essa é a primeira pergunta.

As mudanças que foram feitas não estavam de acordo com o mandato do Relator-Geral. Alteraram valores, critérios do próprio relatório geral. E este Congresso não teve qualquer transparência e controle sobre essas modificações que ainda foram feitas quando o Relator-Geral já era ministro há algum tempo.

O depoente responde agora ou aguarda? Tenho mais três perguntas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Como o Presidente determinar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se quiser responder agora...

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Garantindo o tempo do Deputado, comunico que, só na formulação das perguntas, já levou 5 minutos. Gostaria que as respostas pudessem ser, sem prejuízo, breves.

O SR. RICARDO FIÚZA - Primeiro, este fax aqui, à primeira vista, não diz coisa alguma, vou procurar levantar. Primeiro, não tem data, não tem nada...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A data do fax o senhor pode localizar no cantinho.

O SR. RICARDO FIÚZA - Este aqui não é fax. Fax é o outro. Esta aqui é uma xerox sem data, sem nada, ainda com uma letra que não sei de quem é.

"Governo do Estado de Pernambuco. Complementar a melhoria do Porto de Suape. Recursos."

Algum deputado lutando pelo recurso do Suape. Vi, aliás, várias dessas relações serem encaminhadas por deputados de vários Estados para o PRODASEN com o objetivo de se verificar se estava tudo correto. Não vejo nenhum problema nisso, mas vou responder a V. Exª por escrito. Vou levantar. Não vejo como. Segundo ponto. Este aqui é que vejo sem nenhum problema. Tenho que levantar. Porque, veja bem, aqui tem escrito: "Sr. Presidente, Sr. Relator". Esse papel sem timbre e o fax diz:

"Orçamento DNER em 92. Remanejar os projetos abaixo relacionados. Programa de ... "

Vou verificar se foram. Não sei de quem é essa assinatura. E tem o seguinte: capeando, capeando, tem um número de um fax do DNER, Brasília - está escrito aqui "fax do DNER de Brasília". Realmente, parece que do dia 23/01. Como é que eu sei se esse fax significa que esse papel foi mandando fazer depois ou se, ao se pedir informação no dia 23/01, veio essa informação? Não sei. Deputado Aloizio Mercadante, isso por si só não significa coisa alguma. Pode ser um indício e eu vou apurar, vou apurar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FIÚZA - Permita-me V. Exª, vamos deixar as coisas bem claras. Pode significar um indício. Vou apurar e remeto à Comissão. Em primeira mão, não me parece nada comprometedor nem significa que tenha sido nessa data, mas irei apurar isso à exaustão, à exaustão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, para a apuração que a própria CPI vai fazer também à exaustão, as Emendas nºs 60807 a 60809 não aparecem no relatório do Relator e estão no Orçamento Geral da União, estão todas aqui e as encaminho também às mãos do Depoente.

O segundo assunto que gostaria de tratar - meu tempo é muito curto, infelizmente - refere-se às subvenções sociais. Aquele bilhete que foi lido aqui, endereçado ao Sr. Maurício, na primeira página, diz "combinar com o Sr. José Carlos."

O SR. RICARDO FIÚZA - O descontingenciamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui se fala dos critérios.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Olhe, leia direito. Não diz que é combinar os critérios. Eu é que estou dizendo que era o contingenciamento, porque ele era a pessoa que falava no DOU para descontingenciar. Não diz combinar com o José Carlos os critérios. Diz combinar com o José Carlos; aí é o caso do contingenciamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pergunto o seguinte sobre as subvenções: isto aqui é um gráfico que mostra a evolução das liberações de verba da administração de V. Exª. E é evidente que há uma concentração brutal às vésperas do **impeachment**, e que não são decorrentes simplesmente de transferência de recursos.

Temos, aqui, o valor mês a mês. Há uma transferência brutal e apressada de liberação de recursos, que levaram a uma auditoria no Ministério; o Senhor esqueceu, no depoimento, de registrar, porque ela foi feita, em relação à gestão de 1992, e diz o seguinte:

> "Os dados da moldura conduzem a conclusões preocupantes. Dos recursos transferidos no período, o montante de 1 bilhão 157 milhões, 75% encontram-se em situação considerada anormal. Trinta e quatro por cento estão em situação de completa inadimplência. Quarenta e um por cento estão em fase de diligência. Apenas 25% são consideradas em situação de adimplência".

Nesse parecer, que depois vai mostrando situação por situação, problema de falta de pagamento de INSS, a forma como foi transferido, recursos fora do plano de trabalho, movimentação bancária inadequada, uma lista comprovando as irregularidades, a conclusão é a seguinte:

> · Consideramos que os exames realizados evidenciaram a prática de atos ilegais substanciosos e a inobservância às instruções normativas de natureza contábil e financeira operacional, conforme relacionam todos os itens descritos. São vários.
>
> Considerando o critério de julgamento das contas do Egrégio Tribunal de Contas da União - cita a legislação -, concluímos pela irregularidade da gestão no período a que se refere o presente processo, emitindo, desta forma, o competente certificado de auditoria.

E quero dizer que é exatamente nessas irregularidades que foram liberadas coisas do seguinte tipo: no dia 23 de junho de 1992, V. Exª liberou 320 mil dólares para a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu, de propriedade do Deputado Fábio Raunheitti; 466 mil dólares para a Sociedade Barramansense de Ensino Superior, de propriedade do ex-Deputado Félix Nader.

Além dessas liberações entre junho e julho do ano passado, V. Exª destinou mais de 2,7 milhões em instituições de ensino privado de Nova Iguaçu, Barra Mansa, Duque de Caxias, entre outras. Foi exatamente a pressa de utilizar os recursos públicos para garantir uma base de sustentação contra o **impeachment** que levou a esse rol de irregularidades na liberação das subvenções sociais e outras verbas do Ministério da Ação Social.

A auditoria está aqui na íntegra e a encaminho a V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou muito acostumando, Sr. Presidente. Com 23 anos de Parlamento, V. Exª sabe, companheiros competentes para fazer a pergunta, já dando a resposta, sendo que a resposta é dentro da sua ótica.

Não conheço essa auditoria e nem sei de que data é. Não conheço se é auditoria de um simples fiscal que lá foi e depois foi desmentido. A auditoria que conheço, Sr. Presidente, vou receber de S. Exª e mando por escrito, a única auditoria válida é esta aqui, que foi feita em todo o Ministério. Aliás, pouco antes disso, foi feita uma auditoria por um fiscal do Tribunal de Contas que detectou alguns erros. E a auditoria que é a válida foi lá e verificou que o fiscal havia trabalhado erradamente. Não tenho o que comentar. Por quê? Porque S. Exª enfatiza numa ênfase muito grande que existe essa auditoria. De quem é essa auditoria? Que dia foi? Foi aprovada pelo Pleno ou é uma fiscalização de um fiscal? Porque tenho visto vários fiscais malucos mandarem providências que depois o Pleno.... Quero saber: o Pleno aprovou isso? Qual é o Ministro que aprovou isso? Qual é o voto do Relator Ministro, ou V. Exª está com a auditoria de um funcionário? Isso é o que quero saber, primeiro, para saber a autenticidade.

Segundo: qual é a data? Porque se for anterior a isto aqui está completamente vencida. Isso eu preciso saber.

Agora, não posso - V. Exª com uma ênfase dessa, perante as televisões, informar isso - responder prontamente.

Isso não é uma auditoria; isso deve ser um fiscal; isso não foi aprovado por Ministro; isso não deve ter sido aprovado, porque senão eu já teria recebido há muito tempo. O que tenho aqui é a oficial, geral.

Portanto, V. Exª me tenha a delicadeza de entregar para que eu possa ver e lhe responder por escrito num brevíssimo período de tempo.

Aliás, para ser bem claro, tenho já uma certidão, aqui, que se eu recebesse já saberia se é sobre essa, porque se for sobre essa já tenho aqui o voto negando, do Ministro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente...

O SR. RICARDO FIÚZA - O problema foi que meu computador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... não tenho só uma auditoria. Tenho o relatório da Auditoria de Gestão nº 102, de 93, Processo nº 10.166.000.491/9369, da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. RICARDO FIÚZA - Ah, olha aí.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Tomada de contas anual e, em seguida...

O SR. RICARDO FIÚZA - Agora está explicado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... tenho outra auditoria de gestão...

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual é a data?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... nº 100/93.

O SR. RICARDO FIÚZA - Então, não são do Tribunal de Contas. São do CISET(?).

Veja bem V. Exª como...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Do Ministério do Bem-Estar Social, foi citado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Ah, V. Exª disse tribunal, veja que V. Exª se enganou.

Segundo, essas que V. Exª...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não. O senhor pode pegar as notas taquigráficas...

O SR. RICARDO FIÚZA - Essas que V. Exª tem estão aqui.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está escrito, aqui: Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. RICARDO FIÚZA - É, essas que estão aí tenho aqui e vou cotejar. Termina com a apuração de todas essas pretensas irregularidades e é encaminhada, agora, ao Tribunal de Contas. Portanto, não vou discutir com V. Exª.

Sr. Presidente, não tenho a menor condição de discutir sem o documento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, esta é a última atualização, de outubro de 93. É só um Estado. Depois vou passar para o Depoente para verificar o número de irregularidades que foram praticadas na liberação apressada de recursos das subvenções sociais e dos recursos do Ministério do Bem-Estar Social na pressa de assegurar uma base de sustentação no processo de **impeachment**.

Tenho ainda uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Fazendo soar a campainha) - Deputado Aloizio Mercadante, já descontei todos os tempos do Depoente e V. Exª está com 11 minutos, só das suas perguntas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Isso quer dizer que não posso fazer? Assim, encaminharei a outro Deputado para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se é a última pergunta, V. Exª poderá fazê-la.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr.Presidente, o Depoente disse, quando interpelou José Carlos Alves dos Santos: "que durante todo o processo do Orçamento, não recebi sequer um empreiteiro. Não houve um empreiteiro em minha casa".

O Depoente confirma isso?

O SR. RICARDO FIÚZA - Confirmo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como o Depoente explica que em 25 de novembro de 1991 o Deputado José Carlos Vasconcellos encaminhou a V. Exª o relatório do Orçamento do Fundo Nacional do Desenvolvimento, onde aparece o nome das empreiteiras ao lado das emendas?

No relatório do DNER, o Deputado Sérgio Guerra, os nomes das empreiteiras também aparecem ao lado das respectivas emendas.

Deputado Ricardo Fiúza, por que o nome das empreiteiras era tão importante para a Relatoria-Geral?

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª pergunta ou insinua?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pergunto.

O SR. RICARDO FIÚZA - Pergunta! Mas pergunta, como da outra forma, insinuando.

Primeiro, não estou aqui para ser confundido. V. Exª perguntou se eu confirmava que não tinha recebido empreiteiros na minha casa; confirmo.

Aí, V. Exª mistura com a segunda pergunta: "Por que então teria o Deputado José Carlos Vasconcellos remetido a V. Exª relação com o nome de empreiteiros?"

Primeiro, quero dizer a V. Exª que não me remeteu nenhuma relação com nome de empreiteiros. Se apareceu relação, jamais vi essa relação com nome de empreiteiros.

Eu tinha, por dever de ofício, de receber tudo que me mandavam os relatores, mas nunca, jamais, em tempo algum, nenhum me mandou com nome da empreiteira.

Segundo, pergunta V. Exª, já afirmando: "Por que era tão importante para o Relator-Geral conhecer os empreiteiros?"

Nem era importante para o Relator-Geral conhecer os empreiteiros, nem o Relator-Geral recebeu relação de empreiteiras. Portanto, essa relação publicada jamais passou pela minha mão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quer dizer, o Relator Geral não teve conhecimento desses documentos encaminhados pelos Relatores parciais, em que constam, de lado, a identificação de cada uma das empreiteiras?

O SR. RICARDO FIÚZA - A pergunta é, mais uma vez, distorcida.

O Relator-Geral teve conhecimento dos documentos dos Relatores parciais sem a relação das empreiteiras, ou seja, batido à máquina. Se alguém, depois, de moto próprio, aqui, lá, no DOU, um assessor botou o nome de empreiteiras, o Relator-Geral não tem conhecimento; teve pela imprensa. Bem claramente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só para concluir, porque me parece ser importante.

O Depoente não nega que alguns dos pareceres dos Rrelatores parciais possam estar identificando as empreiteiras interessadas nas emendas.

O que o Depoente está me dizendo, o que estou tentando entender, é que, na condição de Relator-Geral, nunca foi informado dessas relações.

O SR. RICARDO FIÚZA - A pergunta, no seu início, é, mais uma vez, capciosa, mas eu vou responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu não aceito, por parte dos Depoente, que ele qualifique as perguntas que estou fazendo!

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu qualifico!

O SR. ALOIZO MERCADANTE - Eu não qualifiquei, em nenhum momento, o Depoente! E quero respeito às perguntas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, sou Deputado tanto quanto o Deputado Aloizio Mercadante. Estou aqui na condição de Depoente e sou Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor aqui está na condição de Depoente e eu estou fazendo a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E nós temos regras parlamentares. Vamos cumpri-las!

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu em nenhum momento qualifiquei a resposta.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas a forma da pergunta, por si só, já envolve uma agressão: "Quer dizer que o Relator-Geral não nega que sabia que os relatórios parciais tinham relação de empreiteiras?" O que é que vou dizer? Vou dizer o seguinte: Nego; ou não nego. Amanhã sai. Eu quero dizer a V. Exª o seguinte: não tenho o que comentar sobre um assunto que desconheço. A mim nunca chegou nenhuma relação com nome de empreiteira, ao Relator-Geral não importa empreiteira. Ponto final sobre essa questão. Não tenho nada a ver com isso. Se porventura algum tiver feito, desconheço. Se V. Exª tem provas de algum, declare. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considero o assunto encerrado, mas gostaria que o Depoente, realmente, com a grande experiência que tem de Parlamento, evitasse classificar perguntas como capciosas. Aceitei até que V. Exª dissesse que havia uma insinuação; mas dizer "capciosa" é realmente um insulto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só queria terminar dizendo o seguinte: eu, ao longo da minha curta estada nesta Casa, tive muito embates com o Deputado Ricardo Fiúza, no plano das idéias, dos valores, e sempre mantive uma relação cordial e pessoal, até difícil, pelas próprias circunstâncias que o nosso Partido e nossas posições impuseram. E se eu estou fazendo com ênfase, com rigor, para tentar aprofundar ao máximo, é porque acho que esta Casa, que ele inclusive diz como sendo um espaço sagrado, pela importância que tem para a democracia e para a sociedade brasileira, quer a verdade, custe o que custar: apurar tudo o que aconteceu na Comissão de Orçamento. E eu estou absolutamente convicto que não foi pouca coisa de práticas irregulares e ilícitas que nós tivemos. E este é o sentido da CPI e das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concordo com a explicação pessoal. Apenas, como nós estamos sendo televisados a todo instante, faria um apelo aos Srs. Parlamentares, outra vez, em relação ao que, pelo menos, nós temos no artigo, no Regimento do Senado. Nós somos defesos de fazer, de usar palavras ofensivas aos nossos colegas do Senado. E quando nós usamos grande ênfase no discurso é uma coisa, mas quando nós usamos grande ênfase verbal dá uma impressão já de excesso na maneira de interrogar. Eu peço que não façamos isso.

Tem a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, nobre Depoente, colegas Deputados e Senadores:

Espero que a adrenalina do Deputado Fiúza tenha voltado ao normal. E quero dizer a ele que pretendo honrar o compromisso que assumi com ele de fazer justiça não só no seu caso, mas de todos aqueles que a CPI tiver que investigar. Foi um apelo que ele me fez e que eu faço questão de me comprometer a cumprir.

Deputado Fiúza, V. Exª afirmou, e hoje releu as notas taquigráficas do depoimento de José Carlos Alves dos Santos, na página 101, e disse que nunca se envolveu com Orçamento antes de se tornar Relator. V.Exª reafirma isto.

O SR. RICARDO FIÚZA - A palavra "envolveu", aí, está num sentido muito abrangente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que V.Exª nunca apresentou emendas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, eu não disse isso, porque aí seria uma maluquice. Eu disse que nunca participei de esquema de Comissão de Orçamento, nunca fui membro da Comissão de Orçamento, nunca fui à Comissão de Orçamento. O que eu fazia? Apresentava as minhas emendas, fazia um bilhete aos Relatores setoriais, pedindo a delicadeza de prestar atenção, pedia a algum Deputado da Comissão que cuidasse um pouco das minhas emendas lá etc. E, além do mais, como Líder, há de convir V.Exª - que Líder foi durante muito tempo, e ainda o é, hoje, do PDT - que existe uma série de assunto sobre os quais nos consultam.

Quando eu me refiro à participação na Comissão de Orçamento significa que nunca quis ser membro da Comissão de Orçamento, nunca participei de esquema de Comissão de Orçamento. Apenas....

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou reler, então, aqui, o depoimento de V.Exª:

> "Sou tão desligado que os meus municípios reclamam que sou um péssimo Deputado, porque não peço nomeações nem levo verbas para os municípios. Daí eu ser partidário do voto distrital..." etc.

V.Exª disse que "nos 23 anos de mandato que tenho, nunca participei da Comissão de Orçamento..." e tal. Queria dizer a V.Exª que até 88 nenhum Parlamentar tinha o direito de apresentar emendas, porque o Orçamento era fechado ao Parlamento. Mas em 89, para o exercício de 90, V.Exª apresentou uma emenda e foi aprovada. E no exercício de 90, para o ano de 91, V.Exª apresentou 43 emendas, aprovadas, para os municípios de Pernambuco, o Orçamento do MINFRA, do Ministério da Saúde, do Ministério do Interior, para municípios que não vou enunciar aqui. V.Exª reconhece, então, que atuava.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Atuava, não. Eu cumpria o meu dever de Deputado de preparar as minhas emendas dentro do prazo, entregar à Comissão, e pronto. Eu até penso que trouxe, aqui, essa relação que o senhor tem, porque eu estou mostrando a relação de todos os meus municípios e todas as emendas. Há V.Exª de verificar que são valores absolutamente pequenos, compatíveis etc.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu não estou discutindo a qualidade das emendas, Sr. Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu sei. Mas para deixar bem claro o que significa a participação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu estou dizendo que, comparando V.Exª comigo, por exemplo, que apresento sempre emendas e nunca as tenho contempladas com aprovação, V.Exª, para não atuar, tinha uma grande eficácia, porque, no Orçamento de 91, aprovou 43 emendas, no valor razoavelmente expressivo. Em 92, como Líder e como Deputado, não como Relator, apresentou 241 emendas e aprovou 132, que foram liberadas. V. Exª teve liberado 3% do Orçamento da União. Foi em direção às emendas do Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Salomão, o senhor tem certeza que foram 3% do Orçamento?

O SR. LUIZ SALOMÃO - De acordo com o relatório elaborado pelo assessor Sanches.

O SR. RICARDO FIÚZA - Pois então, muito bem, eu vou querer esses dados, porque isso é uma coisa muito séria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Liberados, recursos liberados, não são aprovados, apenas, Deputado. Isso está no relatório produzido pelo PRODASEN.

O SR. RICARDO FIÚZA - Pois eu preciso desse relatório.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª o terá.

O SR. RICARDO FIÚZA - Agora vou policiar. Esse relatório deve ter um erro tão bárbaro, tão brutal, que V. Exª vai ver. Agora, estou falando em cima de uma hipótese que não vejo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Infelizmente, o assessor que me mostrou, que me permitiu analisar o relatório, ontem, não trouxe para cá, mas está no PRODASEN, à disposição de V.Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou pedir oficialmente ao Sr. Presidente da Comissão, e ele me fornecerá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria que evitássemos o diálogo. Perguntas e respostas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Depoente, V. Exª usou da prerrogativa de Parlamentar para pedir liberação de verbas, mesmo antes de se tornar Ministro. Quer dizer, a liberação de recursos de emendas do seu interesse - não digo que seja da sua autoria -, do Ministério da Educação, restauração de escolas, módulos escolares, equipamentos escolares, construção de uma escola. Há aqui um bilhete - isso é só porque V. Exª disse que nunca pediu projetos ou questões ligadas ao Orçamento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Favores pessoais que não fossem...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria que um funcionário do Senado...

O SR. RICARDO FIÚZA - Gostaria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... mostrasse, para o reconhecimento da sua caligrafia.

O SR. RICARDO FIÚZA - O que é que diz esse bilhete, tão...

O SR. LUIZ SALOMÃO - É pedido de liberação de recursos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Dentro das normas normais do Ministério, como qualquer Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre depoente, eu examinei com razoável cuidado as declarações de renda de V. Exª e posso lhe tranqüilizar que não fui eu o responsável pelo vazamento de qualquer dessas informações, inclusive, porque discordo de uma manchete da **Folha de São Paulo** de hoje que diz que o seu patrimônio cresceu quatro vezes no período 88/92. É uma conta que eu não faria, porque há critérios diferentes de expressão monetária dos seus bens. Mas examinei com critério e só vou me referir a coisas que V. Exª mencionou.

Primeiramente, gostaria de indagar a V. Exª por quanto V. Exª avalia o patrimônio que detém - em milhares de dólares ou milhões de dólares - no momento atual.

O SR. RICARDO FIÚZA - De cabeça não sei, teria que verificar. Posso me reunir com a comissão competente para discutirmos o assunto.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. Posso lhe informar então...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não me equivoco, S. Exª, o depoente disse num determinado momento da sua exposição que não valia quatro apartamentos bons em São Paulo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Bons não, de alto luxo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas poderíamos orçar assim, estimativamente, algo em torno de 10 milhões de dólares, Deputado?

O SR. RICARDO FIÚZA - O patrimônio sim, talvez o patrimônio líquido não, porque estou com algumas dívidas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. Digo em relação às declarações de rendimentos de V. Exª onde não aparecem ônus reais sobre seus bens.

O SR. RICARDO FIÚZA - É verdade. Aparecem nas da empresa que V. Exª vai receber.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, mas estou me referindo aos bens, às ações e cotas que constam da sua declaração de rendimentos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Permita-me, Sr. Presidente, mas V. Exª só pode saber o valor da cota se tiver o patrimônio líquido. Então, a minha cota não tendo... Posso ter um número grande de cotas, mas se o meu patrimônio líquido for negativo, a cota não vale nada, portanto...

O SR. LUIZ SALOMÃO - De acordo com o valor com V. Exª avaliou em UFIR na declaração de 1992, para ser bem preciso.

Gostaria de saber de V. Exª se confirma que nas suas declarações V. Exª declara como renda, paga pecuniariamente, apenas os rendimentos como parlamentar e modestos pró-labores que as suas empresas lhe pagam. Exceto no ano de 1990, que V. Exª declara ter recebido dividendo de cerca de 180 mil dólares, V. Exª tem noção das suas declarações de renda?

O SR. RICARDO FIÚZA - Deve ser. Pode ser, o que acontece é o seguinte: nós, a nossa família, comecei com pecuária desde os 23 anos e nunca tiramos um tostão da pecuária, então, todo rendimento é devolvido. Não dou nem um cruzeiro em casa porque minha senhora tem um pró-labore lá do escritório, todos os meus filhos trabalham e com o ordenado de Deputado faço as minhas despesas. Aliás tenho tudo isso anotado, notinha por notinha. No tocante a sua distribuição, tenho que ver, porque certamente precisei comprar alguma coisa, algum imóvel, algum terreno, aí precisei que distribuíssem lucro. Normalmente, o lucro sempre houve e sempre é contabilizado e incorporado ao capital. Posso ter precisado, como pessoa física, de alguma distribuição de lucro para compra de alguma coisa, tenho de ver o que é. Em que ano é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Posso lhe ajudar nisso, Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Em que ano é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero dizer V. Exª., que tenho o prazer de privar, tive o prazer de privar em muitos momentos, sempre foi uma pessoa muito orgulhosa da competência das suas equipes, das suas pessoas, gosta de estar perto de pessoas próximas, mas lhe recomendo uma certa cautela com os seus contadores, porque as suas declarações de renda são algo obscuras.

O que está dito aqui, na declaração de renda de V. Exª é que V. Exª fez doações aos seus filhos. Da maneira como está escrito dá a entender que realmente doou o seu apartamento, o seu imóvel de moradia, não estou afirmando que o senhor quis dizer isso, mas dá entender isso.

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual é o ano?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ano base de 1990, declaração de 1991. Diz aqui:

"Doações aos filhos Ricardo Fiúza, CPF número tal, endereço: Avenida Boa Viagem, número tal, apartamento 601, Boa Viagem, Recife, Pernambuco, 3 milhões."

Nobre Deputado, V. Exª sabe...

O SR. RICARDO FIÚZA - Doação de 3 milhões.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, V. Exª sabe que, se V. Exª fizesse uma doação, estaria diminuindo o seu patrimônio.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, estou dando aos meus filhos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, nobre Deputado, mas se V. Exª doou aos seus filhos 3 milhões de cruzeiros, é isso que V. Exª está declarando?

O SR. RICARDO FIÚZA - É verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª tinha que deduzir isso.

O SR. RICARDO FIÚZA - É evidente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª somou isso.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, senhor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª somou, nobre Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, senhor. É que da minha renda líquida...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, V. Exª somou.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não vou discutir contabilidade. Acho que há uma comissão técnica para isso e eu estou à disposição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª somou, nobre Deputado. Por isso gerou essa confusão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Volto a falar pela ordem.

Não vamos interpelar com apartes. Estamos muito acostumados a isso aqui. Vamos ouvir e responder na hora oportuna.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª praticou, aqui, talvez involuntariamente, equívocos que levam a crer que V. Exª doou o seu imóvel a dois filhos, avaliados em 6 milhões - 3 milhões para cada um -, e, além disso, doou dois imóveis para as suas duas filhas. Por que colocou esses imóveis, essas doações, na sua declaração de patrimônio? Depois V. Exª terá oportunidade de refletir sobre esse equívoco contábil. Mas, gostaria de saber o seguinte: a sua empresa Jaçanã distribuiu dividendos, V. Exª tem duas empresas Jaçanã, a Jaçanã Agricultura e Mecanização, que V. Exª declara que recebeu dividendo de 180 mil dólares no ano de 1990, V. Exª está seguro de que a declaração de rendimentos e a contabilidade da empresa Jaçanã acusam essa distribuição de dividendos a V. Exª e aos demais cotistas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não estou com a contabilidade na minha mão, mas a contabilidade dessas empresas costuma ser muito correta. Aí há uma solução muito simples: reunir a Comissão ou a subcomissão competente com todos os dados que trago, traz-se uma pessoa, um assessor da Receita Federal e se discute o assunto, senta-se à mesa e verifica-se se há. Somente isso. Não posso discutir isso de cabeça com V. Exª, primeiro, porque nem contador sou. Agora, garanto-lhe que não existe uma irregularidade em minhas declarações. Aproveita e vê os 10 anos que aí vai ver.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado Ricardo Fiúza, a fazenda de V. Exª que a revista Veja, talvez indevidamente, acusa de estar dotada de uma considerável infra-estrutura de irrigação é realmente uma fazenda que V. Exª chamou de um centro de tecnologia, portanto, dotado de uma infra-estrutura avançada de irrigação, de inseminação, coisas do gênero. V. Exª concorda com isso?

O SR. RICARDO FIÚZA - A inseminação, sim, faço há 20 anos. Estão todas registradas na Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu. A irrigação não é de muita tecnologia, porque são apenas 32 hectares de capim camerum?, para servir de suporte de forragem, 32 hectares bombeados da água do rio Ipojuca.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Os investimentos relativos a esta infra-estrutura estão naturalmente contabilizados na empresa Jaçanã.

O SR. RICARDO FIÚZA - Evidentemente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª se lembra por quanto?

O SR. RICARDO FIÚZA - Claro que não. Não tenho a menor idéia.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente.

V. Exª pode confirmar ou não se essa infra-estrutura foi construída pela empreiteira OAS?

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso afirmar que absolutamente não. Essa infra-estrutura foi construída por duas construtoras. Umas delas chama-se Artes e Engenho de Pernambuco, os galpões foram feitos mediante pagamento do projeto a um engenheiro que faz projetos. Os arcos foram todos construídos lá na fazenda. Os ferros foram todos comprados, as soldas, etc., a parte de galpões nós sempre fazemos. Não existe nada, nenhuma infra-estrutura lá construída pela empreiteira OAS.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito Obrigado. Sr. Deputado..... está encerrando já, Sr. Presidente, três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como o depoente está respondendo muito rapidamente, estou pedindo a V. Exª que...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª tem uma fazenda no Maranhão?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Essa fazenda teve recentemente, a benfeitoria de uma rede de energia elétrica de eletrificação rural? Em São Pedro dos Cacetes?

O SR. RICARDO FIÚZA - Essa fazenda recentemente, mediante pagamento entre a diferença de uma rede trifásica para uma monofásica, teve puxada a energia, se não me falha a memória, qualquer coisa em torno de 2, 3 Km. Não sei, porque não a administro, mas tem energia, foi paga e feita corretamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sem nenhum favor?

O SR. RICARDO FIÚZA - Como?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sem nenhum favor?

O SR. RICARDO FIÚZA - Imagino que não. Feito em uma cooperativa.

O SR. LUIZ SALOMAO - Perfeito. Nobre Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª é intimamente ligado ao empresário João Santos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Sou muito ligado ao filho dele, Fernando Santos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Usa freqüentemente seus aviões, etc?

O SR. RICARDO FIÚZA - Quando pode, porque eles têm uma base aqui e outra lá. Quando o avião volta batendo eles me avisam, etc.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. V. Exª é autor de uma emenda de um projeto de linha de transmissão de Picos a Itapissuma, também conhecida como Picos Pio IX ou também como Cova Donga.(?)

Essa obra estava prevista no Planejamento da ELETROBRÁS, no *planejamento técnico da Eletrobrás para 1996 e foi objeto de uma emenda de sua* autoria e de uma outra emenda do Deputado José Carlos Vasconcelos, ele no FND e a sua com fontes de recursos do Tesouro, antecipando isso para o exercício de 1992.

V. Exª é capaz de se recordar a pedido de quem V. Exª fez essa emenda, se do grupo João Santos que vai construir ou está construindo uma fábrica de cimento em Itapissuma, ou de algum Deputado piauiense?

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe. Itapissuma, onde é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - No Piauí.

O SR. RICARDO FIÚZA - Essa história está toda truncada, eu preciso receber. Primeiro que Itapissuma é Pernambuco.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, Itapissuma é Piauí. Pode ter outra localidade com o mesmo nome.

O SR. RICARDO FIÚZA - Então é outra.

Peço a V. Exª que me encaminhe, porque não sei sequer se assinei essa emenda.

Agora, outra coisa que V. Exª sabe, não sei nos partidos como o PDT, o Partido de V. Exª, não sei se existe essa praxe ou esse costume: muitas vezes o Líder assina muita emenda que o colega pede: "Assina aqui para dar reforço". Não sei se no Partido do senhor acontece isso. Agora, veja bem, não me lembro da emenda, mas se pegar essa emenda, eu descubro quem me pediu e por que foi feita, seguramente. *Primeiro, nem sabia que esse grupo João Santos estava fazendo fábrica no Piauí. Sei que* ele está fazendo em outros lugares, mas no Piauí não sabia. Segundo, não sabia que precisava dessa linha de transmissão. Terceiro, não me lembro de ter assinado essa emenda. Quarto, vou descobrir quem pediu. Quinto, vou informar ao senhor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

O que é lamentável, Deputado, é que esses recursos foram liberados, temos toda a execução, a liquidação disso pelo SIAFI e, lamentavelmente, a obra não foi construída, ou melhor, dos 105 quilômetros, só cinco foram construídos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Então, o recurso deve ser ou ridiculamente pequeno e a inflação comeu, ou alguém recebeu e não aplicou e devia estar preso. Agora, não sei quem foi, nem sei qual é a empreiteira, nem sei qual é a construtora, nem sei nem onde é isso.

Sei que para o Piauí, que eu me recordo, a única coisa que eu fiz foi quando o Deputado Paes Landim disse: "É um absurdo, na minha terra, o que liga Picos a não sei aonde, a estrada não anda porque é do BEC, e minguém se interessa em dar verba para o BEC". Eu disse: me dê aqui. Fiz uma emenda. Me dê sua emendinha, que eu boto. Aí emendei para o BEC. Espero que o BEC não esteja incluído em categoria de empreiteira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O BEC, para os leigos, é o Batalhão de Engenharia de Construção, e não de combate.

O SR. RICARDO FIÚZA - Então, o que acontece?

Ele disse: "Que milague! É a primeira vez que um Relator bota verba para essa estrada". É só o que eu me lembro do Piauí. Mas, Sr. Presidente, como as atas vão registrar, eu estou preocupado com os documentos do Deputado Aloizio Mercadante, não os recebi ainda, eu preciso saber ao certo que documentos eu recebi para, depois, não faltar resposta nenhuma. Não ficará nada sem resposta. Posso lhe assegurar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só para encerrar, nobre Presidente, eu gostaria de passar às mãos do Deputado-depoente a Emenda do Deputado Cid Carvalho para eletrificação rural no Estado do Maranhão, a cargo do governo estadual, que, segundo informações, foi executada nesse município de São Pedro dos Cacetes.

O SR. RICARDO FIÚZA - Só nesse?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Essa a dotação, segundo a informação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o relatório e a exposição do nobre Deputado Ricardo Fiúza até agora, e pretendia não fazer nenhuma pergunta, porque estou satisfeito com a exposição de S. Exª. Mas apenas para um esclarecimento, e, principalmente, pela experiência parlamentar do Deputado Ricardo Fiúza: se eu entendi, o motivo principal da queda do Deputado João Alves, na Comissão de Orçamento, foi o seu relatório. E, por aclamação, o Deputado Ricardo Fiúza foi indicado para essa relatoria. Dentro dessa linha, o Deputado Ricardo Fiúza pediu aos líderes dos partidos que representam os membros na Comissão de Orçamento

que, se pudessem, retirassem o nome desses deputados dessa Comissão, que fazia parte com o Deputado João Alves, V. Exª, Deputado Fiúza, fez esse apelo e, se não me engano, esse apelo, não sei se foi atendido em parte ou no todo, ou seja, se foi mudado alguém ou se não foi mudado. Com a experiência do Deputado Ricardo Fiúza, com respeito a esse problema parlamentar e com a responsabilidade de S. Exª de assumir essa Comissão num momento de crise, qual é a avaliação que meu amigo, Deputado Ricardo Fiúza, faz com respeito a não mudança, em parte, desses parlamentares? Era só isso o que queria saber.

O SR. RICARDO FIÚZA - Senador Ney Maranhão, o que acontece é que é muito comum numa Casa política acusações recíprocas. É muito comum um companheiro, que disputa em outro Estado, levantar, às vezes, acusações não muito verdadeiras. Temos que ser muito sensatos quando somos juízes. Naquela oportunidade, eu não tomei a providência imediata exatamente porque havia esses grandes rumores, mas eles envolviam outras pessoas e eu não achava justo pegar um senhor, um colega com setenta e tantos anos, tirar sozinho, passar atestado de culpado perante a opinião pública, sem uma apuração, sem coisa nenhuma. Foi essa a razão.

O SR. NEY MARANHÃO - Estou satisfeito com a resposta do nobre Deputado Ricardo FiÚza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gostaria de salientar, especialmente para os Srs. Deputados, que o Senado tem aqui uma forma de ajudar o orador. Esta é uma luz de advertência, quando falta um minuto ou faltam dois minutos para o encerramento do tempo do orador. Este é o sinal vermelho e significa que o tempo está esgotado. Isso ajuda o formulador de perguntas a manter-se dentro do prazo. E mais ainda, os que não quiserem usar a tribuna e quiserem perguntar, talvez fosse melhor fazê-lo de pé, a menos que não queiram ter a sua silhueta - e não é o caso do Senador Ney Maranhão - fotografada, pois da tribuna serão vistos por todos.

Tem a palavra o nobre Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Nobre Deputado Ricardo Fiúza, consta que, para fazer frente ao volume de trabalho com que se deparou na Relatoria-Geral da Lei Orçamentária de 1992, V. Exª teria recorrido a um conjunto de parlamentares de sua confiança, para funcionarem como seus adjuntos.

Quais foram esses parlamentares e quais as respectivas áreas de responsabilidade que lhes foram atribuídas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Sigmaringa Seixas, os parlamentares se dividiam em dois grupos: primeiro, os Relatores já constituídos; segundo, tantos quantos quiseram ajudar. Deputados que tinham informações absolutamente técnicas, como o Deputado Eraldo Tinoco, o Deputado Manoel Castro, o Deputado José Carlos Aleluia, o Deputado Messias Góes, o Deputado Felipe Mendes, qualquer coisa assim em torno de uns 6 ou 7, mas que não tinham aquela obrigação, não permaneciam no dia a dia, e aos quais eu me dirigia sempre; faziam uma parte mecânica do trabalho, etc.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª chegou a estabelecer critérios para que esses parlamentares que o auxiliavam definissem as emendas e os montantes que deveriam ser acolhidos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, Sr. Deputado, normalmente eles não deferiam; deferíamos nós, numa mesa, em conjunto, analisando; cada um submetia, nós dizíamos OK, dessa fonte não pode, dessa pode.

Havia uma trabalho de colegiado, porque há de convir V. Exª que tínhamos uma pressa muito grande face ao atraso com que assumi a Relatoria. Não houve assim uma definição específica de tarefas. Eles foram inexcedíveis no esforço de evitar que eu errasse, ou melhor, tentando que eu errasse menos.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Há pouco, o Deputado Luiz Salomão fez referência a emendas pessoais de V. Exª que teriam sido atendidas por V. Exª. Quero esclarecer em primeiro lugar que o relatório, absolutamente, não está em mãos do assessor. Esse relatório foi fornecido pelo PRODASEN e está comigo, na qualidade de Coordenador desta Subcomissão.

Mas gostaria de lembrar que V. Exª teve 132 emendas atendidas, desconsideradas as emendas de Relator-Geral. Essas emendas totalizaram, aproximadamente, 2,3 trilhões, situando-o em primeiro lugar dentre os membros do Congresso Nacional. Dos subprojetos decorrentes de tais emendas foram liberados 241 bilhões, que correspondem à quinta posição na execução orçamentária derivada de emendas de parlamentares. Como que V. Exª explica números tão expressivos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso assegurar a V. Exª que deve haver um imenso, brutal equívoco nessa informação. Peço a V. Exª que me forneça os elementos para que eu chame um assessor e possa explicar. Deputado Sigmaringa Seixas, isso não existe. As emendas que fiz são simplesmente para os meus municípios. Aí devem estar envolvidas essas tais fusões de emendas que os deputados, na hora, pedem que o Relator faça; a Comissão aprova, porque acha legítimo, e, três anos depois vêm culpar os outros. Tenho certeza de que posso esclarecer. Agora, V. Exª imaginar que tenho condições de responder de cabeça, sobre um papel que V. Exª tem, fornecido por um assessor que não sei quem é, do que fiz há dois anos, é impossível. Mas garanto que respondo e garanto que será uma explicação convincente.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Está certo. Não foi um assessor; são dados fornecidos pelo banco de dados do PRODASEN.

O SR. RICARDO FIÚZA - Pois é. Deve haver uma interpretação qualquer errada.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Deputado Ricardo Fiúza - número de emendas propostas: 241. Número de emendas atendidas: 132. Valor atendido: dois trilhões duzentos e noventa e oito milhões e tal. Valor das liberações: duzentos e quarenta e um bilhões e sessenta e nove milhões etc. Eu posso passar a V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Por favor.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Deputado Ricardo Fiúza, segundo os relatórios obtidos do banco de dados, ainda do banco de dados do PRODASEN, acham-se atribuídas a V. Exª cerca de 900 emendas de Relator-Geral. Destas, grande parte, seja pelo pequeno valor ou pela persistência à região atendida, aparenta ser desdobramento de emendas.

Eu pergunto: V. Exª teria condições de identificar, para uso desta CPI, quais foram os solicitantes de tais emendas, ou pelo menos de parte delas? Dessas 900 emendas, evidentemente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Farei um esforço sobre-humano, desde que me sejam fornecidas essas emendas, para que possa ver.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª, então, assume, neste momento, o compromisso de...

O SR. RICARDO FIÚZA - De fazer todo o esforço para esclarecer tudo, tudo, tudo.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Pois não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Absolutamente tudo.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª, evidentemente, conhece o tal acordo entre o Executivo e o Legislativo que foi, inclusive, causa do afastamento do Deputado João Alves. V. Exª conhece esse acordo?

O SR. RICARDO FIÚZA - De ouvir dizer.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - V. Exª tomou alguma atitude em relação ao mesmo?

O SR. RICARDO FIÚZA - Desconheci qualquer acordo e fiz como devia fazer. Se houve acordo, houve frustração.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Mas V. Exª conhecia o acordo?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, senhor, nunca conheci. Ouvi dizer pela imprensa.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Tomou conhecimento dele?

O SR. RICARDO FIÚZA - Pela imprensa, porque nunca me tocaram nesse assunto.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Qual era a atuação do Sr. José Carlos junto aos parlamentares que o auxiliavam e que V. Exª mencionou? Ele costumava sugerir modificações substantivas nas decisões tomadas por esses auxiliares de V. Exª? Como eram as relações do José Carlos com V. Exª? E quem o indicou para assessorar V. Exª?

O SR. RICARDO FIUZA - Quem indicou, eu não me lembro, porque era unanimidade. No tocante às relações, elas eram cordiais; ele não influía nas definições, só na parte mecânica, e evitava que se corrigissem os erros, porque, como bem sabe V. Exª, o Orçamento é altamente especializado.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Segundo consta de um dos documentos em poder da CPI, um dos comprovantes do tal acordo do qual V. Exª já ouviu falar, embora não tenha tido acesso a ele, um desses documentos foi apreendido na casa do Sr. José Carlos, e é um documento sob forma de uma relação manuscrita pelo Deputado José Geraldo.

Outro documento que prova esse acordo é um relatório de computador que, além de repetir essa programação, adiciona os acordos relativos a vários outros órgãos, tais com MEC, Ministério da Saúde, Ministério da Ação Social. Tais relações indicam o título do projeto, o valor pretendido, o que ficou acordado e o órgão executor.

Pelo que pudemos constatar, através da avaliação de uma amostra representativa dos itens contidos em tal relação, o acordo foi respeitado na proposta do Executivo e a maioria dos seus itens foram não só mantidos no autógrafo encaminhado à sanção, como vários deles receberam acréscimos através de emendas de Relator-Geral, como por exemplo, posso citar o Subprojeto nº 1.204-001, referente à BR-226 no Maranhão, Timon-Porto Franco, acrescido da Emenda nº 230/6, Subprojeto nº 1.204, BR-040, Belo Horizonte-Sete Lagoas, acrescido pela Emenda nº 232, Subprojeto nº 1.222 etc., assentamento de trabalhadores no Estado da Bahia, acrescido pela emenda tal.

Tendo sido V. Exª escolhido Relator-Geral, exatamente em razão desse acordo, provavelmente para acabar com esse acordo, como V. Exª pode explicar a preservação dessas programações?

O SR. RICARDO FIÚZA - Se foram preservadas, Deputado Sigmaringa Seixas, é porque eram obras prioritárias.

Veja bem, segundo eu soube - e V. Exª sabe mais do que eu porque viu o tal acordo e eu não vi ainda, viu através do documento - mas segundo se fala, eles conseguiram, antes que eu fosse para a relatoria, colocar já no Departamento de Orçamento da União algumas obras.

Evidentemente que essas obras vieram com parecer favorável do Executivo e seguramente eram obras necessárias etc. Se elas foram mantidas nos relatórios parciais e conseguiram passar despercebidamente pelo meu relatório, é

porque certamente eram obras necessárias e certamente não havia coisas estapafúrdias, porque se houvesse eu teria retirado.

Não posso comentar, eminente Deputado, coisas que sequer vi; quero ver esse tal acordo, conversar, ver de onde foi, porque aí pode-se rastrear alguma coisa. Só sei que eu não tenho nada a ver com esse acordo, foi muito anterior a mim.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim, foi anterior, é verdade. Foi a causa, inclusive, do afastamento do antecessor de V. Exª, mas parte desse acordo, na proposta do Executivo, foi mantida e foi mantida quando V. Exª já era o Relator-Geral.

O SR. RICARDO FIÚZA - É possível. Não é possível que esse acordo, se existiu, fosse todo de obras desnecessárias.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Eu tenho muitas outras perguntas, mas estou vendo que o meu tempo se esgotou. Então vou fazer uma última pergunta a V. Exª: No âmbito do Ministério da Ação Social, quais eram as pessoas que decidiam sobre liberações e contingenciamentos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Em qualquer Ministério que tenha um ministro com um mínimo de personalidade, quem decide é o Ministro; quem informa é a sua assessoria. Mas o Ministro que tem bom senso decide em cima de informações que recebe. Quem me informava naturalmente era o meu pessoal do CISET, o pessoal da área financeira, o pessoal da área de saneamento, meu secretário-geral, e eu definia. Portanto, a definição fundamental, em última análise, a decisão, cabe ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São quase 15 horas; falta apenas um minuto. Como salientei, só teremos a nossa disposição o plenário do Senado uma hora a mais. Vamos ter cinco minutos de interrupção e voltaremos às 15h05min. para retomar a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h e reabre às 15h08min.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devemos retomar os trabalhos agora. Chamo o Relator, o vice-Presidente e o depoente para recomeçarmos os trabalhos.

Não gostaria de prejudicar os Srs. Parlamentares que estão inscritos, disse que teríamos um intervalo de 5 minutos e já temos 7 minutos.

Está inscrito, em primeiro lugar, o nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, de pé como V. Exª deseja.

Sr. Depoente, nós, que integramos essa Comissão Parlamentar de Inquérito, estamos numa situação de responsabilidade que nos compele a um trabalho exaustivo e a dar uma resposta que a Nação espera, não só com referência a esse episódio do Orçamento, propriamente dito, bem como ao decoro parlamentar.

É a própria instituição que está em jogo.

Integro essa Subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fiscais. E ela visa, na verdade, a curva patrimonial de V. Exª, eventualmente decorrente de recursos não muito recomendáveis, se assim o fosse. Essa é a nossa função, porque o que se busca, na verdade, é saber se o patrimônio de V. Exª cresceu pelo seu trabalho ou em decorrência de favores ou de atos ilícitos - porque V. Exª talvez não entendeu que essa é a nossa função -, ou seja, pelo tráfico de influências, por verbas orçamentárias ou por fatores similares.

O que eu temia aconteceu: não temos ainda elementos suficientes para apreciarmos essa questão diante da problemática, que é complexa, e a cada dia surgem novidades.

V. Exª hoje é alvejado, pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, com acusações muito sérias emanadas do nosso Relator. Veja só a situação da Comissão, que é coordenada pelo nobre Senador José Paulo Bisol que nos outorgou aqui sete ou oito perguntas das quais vou abdicar, porque se V. Exª diz que a assessoria fiscal contesta, invalida o relatório que está sendo elaborado, vamos aguardar um pouco para cotejar esses elementos de assessoria, a fim de depois chegarmos à reta final e oferecermos alguma coisa mais séria.

Mas, nesta assentada, temos que dar uma explicação de que a Comissão está trabalhando e aguardando inúmeras certidões que pediu de V. Exª. Certidões de diversos órgãos, declarações de Imposto de Renda, declarações perante os Tribunais Regionais Eleitorais, na época em que tinha que apresentá-las, para verificar se efetivamente essa curva ascencional é digna de um repúdio.

Vejo aqui que V. Exª contestou, por exemplo - e vou ficar só em uma pergunta -, a doação. O episódio da doação em si não quer comprovar a ilicitude da origem dos recursos. Há manobras e aqui, em Brasília, foi usada vezeiramente doação para que as pessoas depois retirassem um nada consta para obter um financiamento de compra de imóvel. Se formos apurar em Brasília isso, é público e notório que se fez doação para depois se requerer uma certidão negativa do cartório de registro de imóvel, para se comprar, da União, um imóvel financiado, sob o pretexto de que não tinha propriedade. Isso, então, não prova, na verdade, que essa máscara que se fez foi para esconder recursos.

Mas vou fazer só uma pergunta a V. Exª sobre as doações de dois imóveis feitas as suas filhas.

Por que não constavam esses imóveis no imposto de renda dos dois anos anteriores, segundo documentos que estão em meu poder? Se não estavam constando como propriedade de V. Exª, como poderiam ser doados?

É esta a pergunta e vou ficar só nessa, Sr. Presidente, e deixar as outras para encaminhar por escrito, através da nossa Comissão.

Obrigado!

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Relator, eminente Senador Pedro Teixeira, quero dizer a V. Exª que não existe nenhuma declaração minha sobre a doação de imóvel algum. Há um equívoco de interpretação. Segundo, poderia haver um equívoco com um dos imóveis, que seria o meu. Terceiro, este imóvel eu o comprei há 15 anos.

Eu queria, se V. Exª, Sr. Presidente, e se o Relator me permitissem, com todo o respeito a V. Exª, Senador Pedro Teixeira, dirigir-me ao Sr. Presidente da Comissão.

Sr. Presidente, V. Exª, o Sr. Relator e a Comissão, em boa hora, subdividiu esse trabalho em várias Subcomissões pelas especializações dos Srs. Parlamentares e por temas.

Eu queria pedir a V. Exª que me fosse permitido - já estou deixando todos esses documentos com a Secretaria - fazer uma reunião com esta Comissão, com a Subcomissão de Assuntos Patrimoniais, absolutamente aberta, gravada até, desde que fosse num recinto fechado, uma reunião fechada, para que conste nos Anais, onde eu traria todos esses elementos; eu traria meu filho, que entende disso mais do que eu, eu traria uma pessoa da minha empresa, e V. Exªs trariam os técnicos da Receita Federal. Então, com esses documentos, que vou entregar hoje, esta Comissão poderia levantar questões absolutamente técnicas, que ficam difíceis de serem feitas em um Plenário, porque não tenho elementos, mesmo porque há muito tempo que não administro meus negócios. Sei apenas que estão absolutamente corretos. Estou entregando toda a documentação da empresa, toda a documentação de cartório, toda a evolução patrimonial. Em relação à evolução patrimonial, inclusive, estou fazendo um quadrinho separado: cada empresa tem uma pasta com a sua evolução, cada aumento de capital, a data, o dia que foi publicado, tem tudo!

Sr. Presidente, não vejo nenhum problema, em princípio, se V. Exª me permitisse isso. Seria muito bom para a Comissão apurar esses fatos profundamente e sair do disse-não-disse, assim como me seria assegurado o direito de explicar os fatos. Qualquer que fosse o resultado desta Comissão seria trazido ao Plenário. Seria mais útil do que um simples debate de disse-não-disse de dez minutos, seria uma longa reunião. A Comissão se apoiaria em técnicos da Receita. Convoquem quem quiser, auditores da Receita. Sentaríamos todos à mesa, e a Comissão diria: "Eu tenho a seguinte dúvida, o senhor prove". Eu entrego a prova. A Comissão, com os técnicos da Receita, vai analisá-la para ver se convence ou não. Porque o meu aumento patrimonial é absolutamente comprovado centavo por centavo, entendeu eminente Senador Pedro Teixeira? Com isso, acabavam essas dúvidas, porque a Receita Federal tem a obrigação de auxiliar V. Exªs. Seria a hora de a Comissão perguntar tudo, ter uma opinião abalizada de um técnico, e eu traria o meu pessoal para explicar, porque não sei. Essa reunião pode ser gravada para ninguém pensar que é a portas fechadas, porque a gente está discutindo aspectos técnicos contábeis. Aí acaba esse disse-não-disse e esse negócio de que "estou com a impressão que".

Desculpe-me, Sr. Presidente, me atrever a fazer uma sugestão a V Exª, mas devo dizer que, para o meu direito de defesa, seria fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço a opinião preliminar do Senador Pedro Teixeira. Vamos conversar com o Relator, com a Comissão e com a assistência do Vice-Presidente.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Estou inteiramente de acordo, Sr. Presidente. Acho que a verdade tem que ser apurada da forma mais cristalina, com amplitude de defesa e examinados todos os documentos. O que não pode é pairar dúvidas diante do povo, diante da Nação, de que houve conchavo ou que houve omissão da nossa parte. Então, é melhor que realmente mergulhemos profundamente no trabalho.

Concordo perfeitamente com essa solicitação.

O SR. RICARDO FIÚZA - No nosso caso, eminente Senador Pedro Teixeira, não poderá haver essa suspeição, porque contabilidade é matemática, partida dupla: débito, crédito, valores reais. Então, estará à disposição de qualquer auditor do Brasil para levantar dúvidas amanhã. No nosso caso, não é nada subjetivo, são números.

Por isso, peço encarecidamente a V.Exª, Sr. Presidente, para debater com a Subcomissão. As pessoas que entendem do assunto, na minha firma, trariam os documentos tantos quantos fossem necessários.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Estou preocupado com o tempo e com o esvaziamento da Comissão. Como sou um não-membro, já me intitulei militante ou não-membro militante, tenho algumas perguntas a fazer ao Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª é um militante histórico!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Que essas questões de sugestões fosse feitas com rapidez para que conseguíssemos preencher a lista dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ia fazer exatamente agora uma observação, dar a palavra ainda ao nobre Senador Luiz Alberto - são 15h18min - e encerrar as nossas atividades às 15h30min. Mas eu quero verificar a presença da maioria da Comissão, porque quero propor, em conseqüência da diligência que foi feita pelo Senador Suplicy e pelos Deputados Pavão e Rolemberg. Eles sugerem que seja

convocada a Srª Marinalva Silva, ex-esposa do Deputado Manoel Moreira, e que tomemos agora a decisão antes de encerrarmos os nossos trabalhos. Passamos outra vez à reunião interna e, em 5 minutos, votaremos se o Plenário aceita a convocação ou não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas, Sr. Presidente, aí tem um problema que eu levanto, pela ordem, para um esclarecimento a V.Exª. Se V.Exª afirma que vamos encerrar os trabalhos às 15h30min...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, encerra aqui.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Encerra aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ... mas recomeça lá na sala.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Inclusive, porque até às 15h30min não vamos ter condições de pedir alguns esclarecimentos ao Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Claro, até por que o maior número de inscritos são os não-membros...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Poderá continuar lá na Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não poderá; deverá.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deverá.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Luís Alberto.

O SR. LUÍS ALBERTO - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao nobre depoente se, quando S. Exª se referiu a um dos membros da Comissão de Assuntos Patrimoniais que teria dado uma declaração à televisão, considerando V. Exª com um patrimônio irregular, esse membro era este Parlamentar que faz a indagação neste momento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não me lembro quem era, porque peguei um amigo e pus na saleta, assistindo à televisão, e fiquei eu mesmo redigindo esta defesa. Aliás, esta defesa redigi sozinho, durante essa última semana. Então, ele me comunicou. Mas tenho certeza de que não era V. Exª.

O SR. LUÍS ALBERTO - Agradeço, porque o desejo deste Parlamentar é *contribuir para o esclarecimento total da verdade. E não é do feito deste Parlamentar* fazer prejulgamento, nem com relação a V. Exª.

A primeira pergunta é a que V. Exª atribui o seu chamamento a esta CPI?

O SR. RICARDO FIÚZA - Atribuo esse chamamento às insinuações que foram feitas pelo Dr. José Carlos Santos; segundo, atribuo esse chamamento também ao desdobramento dado pela imprensa às declarações daquele senhor; terceiro, se a Comissão não me chamasse, eu iria exigir o meu direito de comparecer, para definitivamente dispor as coisas. Portanto, estou aqui, embora constrangido, porque imagine V. Exª: vinte e quatro anos aqui, de repente, aparecer como depoente em uma CPI, uma coisa inusitada.

O SR. LUIZ ALBERTO - Concordo com V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas muito pior seria se eu não enfrentasse todos esses pontos. Sr. Senador, enfrentarei todos esses pontos até o final. A razão da minha existência daqui para frente será limpar o meu nome e mostrar que não tenho nada a ver com isso. Qualquer que seja o trabalho que der, vou à fundo nessa questão, profundamente, profundamente.

O SR. LUIZ ALBERTO - Congratulo-me com a disposição de V. Exª, porque realmente o maior patrimônio que um homem público tem é a sua honorabilidade pessoal.

O SR. RICARDO FIÚZA - Esta CPI, hoje, e as respostas constituem-se na única razão da minha existência. Nada mais me importa a não ser levar isso às ultimíssimas conseqüências.

O SR. LUIZ ALBERTO - Pois bem, e V. Exª então atribui a que esse tipo de denúncias ou insinuações que o Sr. José Carlos dos Santos fez no sentido de que V. Exª teria certa conexão com o esquema? Pergunto isso a V. Exª porque o Sr. José Carlos dos Santos era um homem que privava com V. Exª de um estreito relacionamento funcional.

O SR. RICARDO FIÚZA - É verdade.

O SR. LUIZ ALBERTO - Ele foi seu funcionário na Comissão de Orçamento; ele depois participou de um governo do qual V. Exª também participou; ele foi diretor do Departamento de Orçamento da União, depois de ter sido secretário da Comissão de Orçamento, onde V. Exª foi relator. V. Exª mantinha estreito relacionamento com o Sr. José Carlos dos Santos na medida em que V. Exª precisava liberar recursos para o Ministério da Ação Social, junto ao Departamento do Orçamento da União.

E mais ainda, Sr. Depoente: o relacionamento era tão intenso, que V. Exª privava pessoalmente do relacionamento, do círculo social. do Sr. José Carlos. V. Exª, depois que o Sr. José Carlos já havia saído do Departamento de Orçamento da União e já havia também se aposentado dos quadros funcionais do Senado Federal, que considerava amigo, solicitava dele pareceres informais a respeito de liberação de recursos. Pois bem, em razão desse relacionamento tão intenso que V. Exª mantinha com o Sr. José Carlos, eu tive a impressão de que, no momento em que V. Exª fez a indagação, na CPI, ao Sr. José Carlos, houve um determinado momento em que o Sr. José Carlos teve uma atitude estranha ao responder a V. Exª, tão amigo - V.Exª falava da família, de relacionamento familiar. Parece que ele teve vontade de dizer alguma coisa à Nação, e que não disse. Poderia V. Exª explicar por que o Sr. José Carlos demonstrou um descontrole emocional, naquele momento em que V. Exª fazia as indagações?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Senador Luiz Alberto, as colocações de V. Exª, com todo respeito, precisam de alguns esclarecimentos antes de uma resposta.

O SR. LUIZ ALBERTO - Não sou só eu que estou aguardando esses esclarecimento; é a Nação, que quer o esclarecimento da verdade.

O SR. RICARDO FIÚZA - Agradeço muitíssimo a V. Exª pela oportunidade de proporcionar a oportunidade de tocar nesses assuntos.

Primeiro, devo dizer a V. Exª que conheci o Dr. José Carlos como um funcionário, desses que encontramos e cumprimentamos. Mas, conhecer mesmo, só o conheci em novembro, quando assumi a Comissão, como ele mesmo declara.

Segundo, depois desse período, não mantive relacionamento íntimo, nem participava do seu ciclo social, nem tenho relacionamento familiar. Vou explicar a V. Exª: a única vez que vi a Srª do Dr. José Carlos, na minha vida, foi no dia em que fui à casa dele para cumprimentar o Deputado João Alves, naquela festa de aniversário, à qual compareceram vários companheiros. Passei lá, cerca de 10 minutos, fui apresentado a ela; "como vai a senhora, prazer em conhecê-la", tudo bem.

Terceiro, não tenho relacionamento familiar, porque moro só em Brasília e normalmente não saio de casa. Gosto muito de estudar; estudo 3, 4 horas por dia e nunca tive relacionamento familiar.

Quanto ao relacionamento posterior à aposentadoria dele, é uma coisa muito interessante, Sr. Senador. Eu não tinha a quem apelar para efeitos de técnicas de Orçamento. Como, estava pensando aqui, já que S. Exªs, Srs. Deputados e Senadores do PT, me entregaram listas imensas, assuntos que acho que já foram terrivelmente esgotados no parecer Magno Bacelar, estou em uma situação gravíssima, não tenho uma pessoa para consultar sobre esse negócio de Orçamento. O homem que fazia o Orçamento e coordenava a equipe era o Dr. José Carlos, que agora achou de me acusar, embora, em toda esta convivência, tenha tido a dignidade de dizer que convivia, que eu pedia conselhos para fazer créditos, mas não disse, em momento algum, que ouviu ou chegou a ver qualquer atitude desonesta da minha parte; apenas que havia ouvido o Deputado João Alves, o que já é uma grande coisa.

Ora, se eu dedicava a esse senhor tanto apreço - e ele parecia dedicar a mim -, se ele me prestava assessoria informal no Ministério e diz que nunca viu nada, eu não sei... É tão estranho esse caso. V. Exª me perdoe: não sei quais são os motivos que o levam a isso. Sei, primeiro, que a minha relação e a dele... eu tinha por ele admiração, respeito, apreço, mas não posso dizer que cheguei ao ponto de ser amigo, e, segundo, que não tinha relacionamento social íntimo.

Era isso que eu queria esclarecer a V. Exª.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Exª mantém algum relacionamento comercial ou conhece, um relacionamento social, as empresas Seval e Servaz?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, Sr. Senador.

Eu soube pelos jornais, agora. Antigamente, na década de 70, quando aqui cheguei - e V. Exª talvez não saiba - o Deputado não tinha nem sequer gabinete - acho que o Senador Elcio Alvares era Deputado nessa época. Quando saíamos do elevador, havia umas cinqüenta máquinas de escrever e dez moças para nos ajudarem a bater. Não tínhamos gabinete e ficávamos em pé, ou no plenário, ou no cafezinho.

Nessa época, tenho ciência de que alguns prefeitos do interior de Pernambuco procuravam o Dr. Normando Leite - era um funcionário que andava com uma pasta debaixo do braço - para ajudá-los a identificar recursos para as prefeituras; sei também - lembro-me perfeitamente dessa época, deve ter sido 71, 72, porque cheguei em 70 - que alguns prefeitos meus o procuraram. E eu o tinha e ainda o tenho na conta de uma pessoa direita. Fora disso, nem o conheço.

O SR. LUIZ ALBERTO - V. Exª tem algum relacionamento social ou comercial com as empresas empreiteiras citadas no requerimento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não senhor, nobre Senador. O meu relacionamento...

O SR. LUIZ ALBERTO - E com a Clínica Daher, em Brasília?

O SR. RICARDO FIÚZA - Conheço de vista, de passar por fora. Acho bonita. Não sei nem quem é esse homem.

O SR. LUIZ ALBERTO - Mas, interessante, essa pessoa tinha condições de solicitar de V. Exª a liberação de recursos e subvenção social, conforme consta do ofício...

O SR. RICARDO FIÚZA - Foi feita a liberação. Não sei se foi feita. Solicitar...solicitaram milhares, e rasguei os papéis. Milhares, milhares solicitaram. Solicitar, solicita todo mundo. Mas não me lembro de haver atendido. Não devo ter atendido, porque...

O SR. LUIZ ALBERTO - Isso vamos verificar ...

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou verificar também.

O SR. LUIZ ALBERTO - Também vou verificar, mas só para lembrar a V. Exª, este é um pedido de liberação de subvenção social, assinado pelo Dr. José Carlos Daher, proprietário da empresa na época em que V. Exª era auxiliado, informalmente, pelo Sr. José Carlos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Confesso a V. Exª que não posso me recordar desses pedidos. Li no Jornal esse assunto.

O SR. LUIZ ALBERTO - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu que agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O próximo inscrito é o Senador Garibaldi Alves Filho, mas, no momento, vamos interromper a nossa reunião, em resposta à questão de ordem levantada pelo Deputado José Genoíno. Acabo de receber uma informação do Presidente do Senado, do Congresso, no sentido de que S. Exª proporcionará que permaneçamos aqui, porque está havendo sessão do Congresso; logo, o Senado não será chamado a ocupar este plenário.

Vamos interromper a reunião pública. Peço aos Membros da Comissão, Titulares, Suplentes e naturalmente os Congressistas que aqui quiserem ficar, que preciso fazer uma votação agora em decorrência da proposta feita às 2h30min. da manhã de hoje me entregue pelo Senador Eduardo Suplicy, pelo Deputado Pavão e pelo Deputado Rollemberg, da conveniência de aprovarmos ou não a convocação, praticamente imediata, da Srª Marinalva, acho que Silva o sobrenome, que é ex-esposa do Deputado Manoel Moreira.

Então, no momento, peço ao serviço do plenário da Casa que deixe permanecer aqui apenas os Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, os Congressistas que quiserem ter acesso, porque vamos votar nominalmente se a convocação será feita e em que dia.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

A Comissão que V. Exª determinou, julgou conveniente o depoimento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, os três Parlamentares encarregados da diligência recomendaram-me, às 2h30min. da manhã de hoje, que ela fosse ouvida, que o seu depoimento é consistente.

E como o advogado do Deputado Manoel Moreira já havia entrado com uma petição ou requerimento para nós, que deferi, ainda na segunda-feira à noite, que ele só queria depor depois que a sua ex-esposa depusesse. Então, as coisas se ajustam. Mas preciso passar à votação, porque fazemos votação nominal para convocações.

Vamos aguardar que a imprensa se poupe da nossa presença aqui e que também os cinegrafistas deixem os seus instrumentos, mas não ligados, porque retomaremos em seguida a reunião. Mas haverá um intervalo, depois da nossa votação, e recomeçaremos às 17hs. neste local.

Peço à Segurança da Casa que, com a gentileza habitual, solicite a todos que se retirem, menos aqueles que têm direito de aqui permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para ganharmos tempo, não vou pedir aos três integrantes da diligência que façam aqui a exposição que ontem fizeram para mim - ontem não, hoje - como eu já disse, às duas e meia da manhã.

Foi me entregue um conjunto de documentos: duas pastas alentadas que a senhora apresentou aos nossos três colegas, mas o fez sob forma de cópias. Portanto, está comigo. Não vai ser vazada, com certeza. Essa documentação está comigo, em minha casa.

Já a gravação que durou...Quanto tempo, Senador Suplicy, a gravação durou?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Cerca de duas horas e meia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Cerca de duas horas e meia. Já entreguei hoje, com prioridade, ao serviço da taquigrafia para degravá-la. De maneira que deveremos estar, já a partir de hoje, ao fim do dia de hoje com a degravação pronta e com os documentos para podermos decidir.

Como se trata de uma convocação que exige a votação por maioria simples presente, a maioria do Plenário, vou fazer a chamada e peço ao Deputado Odacir Klein que anote.

Nelson Carneiro. (Pausa)

Ausente.

Iram Saraiva. Teve que se retirar, no momento, por um problema pessoal de saúde.

Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, três.

Francisco Rollemberg. (Pausa)

Ausente.

Jarbas Passarinho.

Sim, quatro.

Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pedro Teixeira. (Pausa)

Ausente.

Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, sete.

Roberto Rollemberg. (Pausa)
Ausente.
Odacir Klein.
O SR.ODACIR KLEIN - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, oito.
Roberto Magalhães.
O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, 9.
Benito Gama. (Pausa)
Ausente.
Fernando Freire.
O SR. FERNANDO FREIRE - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, 10.
Pedro Pavão.
O SR. PEDRO PAVÃO - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, 11.
Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, vou votar "sim", mas para bem decidir eu teria que, antes, conhecer os termos do depoimento dela.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. V. Exª me desculpe. Atribuí a três colegas nossos uma diligência, e essa diligência, pelos três, conclui que eu deva fazer a convocação.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Está bom.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bom quer dizer "sim"?
O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.
Luiz Salomão. (Pausa)
Ausente.
Mário Chermont. (Pausa)
Ausente.
Nelson Trad.
O SR. NELSON TRAD - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, 13.
Aloizio Mercadante.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, 14.

Já temos maioria para fazer a convocação. Agora quero fazer uma sugestão. Ainda chegou o Deputado Benito Gama.

Hoje, como nós vamos verificar, tendo alentada quantidade de membros inscritos para fazer perguntas, certamente não vamos terminar isso antes do fim da noite ou começo da madrugada. E amanhã está previsto e já confirmado o depoimento do nobre Deputado Cid Carvalho. E como está marcado para às 18h, eu proponho que façamos a oitiva às 9h30min, pela manhã. Se eu puder conseguir este plenário, muito bem; senão, será na sala que V. Exªs apelidaram de sauna. Vejo que o Senador Garibaldi fez um gesto que me pareceu de discordância. Gostaria que S. Exª não fosse tão avarento na palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, estava apenas ponderando, aqui, o tempo de que as subcomissões iriam dispor para organizar o questionário em função do depoimento do Deputado Cid Carvalho. Porque se vamos ouvir a ex-esposa do Deputado Manoel Moreira às 9h30min, pela manhã, e vamos ter, às 18h, o depoimento do Deputado Cid Carvalho, então vai faltar tempo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É isso que eu quero discutir. Porque, na verdade, nós aqui estamos, outra vez, desafiando Deus, no sentido da ubiqüidade. Mas parece-me que a questão é importante, como salientei ainda há pouco - penso que V.Exª estava aqui no plenário -, a partir do momento em que o Deputado, por seu turno, pediu, através do seu advogado - e tem prerrogativa para isso - para depor depois de a sua ex-esposa haver sido ouvida aqui pela Comissão. Então, com isso, acredito que temos certa urgência de trazê-la. E daí a proposta de ocuparmos uma parte da manhã de amanhã. Talvez também possa ser à tarde, para continuar com a oitiva do Deputado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, amanhã, no Senado Federal, às 14h30min, deverá estar presente o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que provavelmente vai ocupar a tribuna até às 17h30min ou 18h. Acho que a proposta de ouvir a Srª Marinalva às 9h30min seria adequada. Acredito que ela não precisará de um tempo tão longo, porque ela se organizou. Então, como ela vem trazer informações, ela inclusive organizou documentos. A parte de inquirição talvez não precise ser tão detalhada como em outros depoimentos. Ela vai ajudar a CPI pela forma organizada com que está trazendo o seu depoimento e documentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, isso, como V.Exª sabe, não depende só de quem depõe, depende de quem está fazendo perguntas. E V. Exª, ainda há pouco, já que estamos numa reunião interna, parece que não me entendeu bem quando eu quis chamar-lhe a atenção para a diferença entre estar obcecado e ser obssessivo. Porque obcecado é cego, completamente cego, ofuscado, turvo. E me parece que V. Exª deixou passar esse adjetivo com certa ligeireza. Talvez chamado obssessivo,

sim, porque impertinente seria o máximo que lhe poderiam atribuir. Foi apenas com essa idéia, e para evitar, porque iria ser tão tenso o diálogo, que nós tivéssemos uma veemência maior do que tivemos.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente com a palavra.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, ouvi o Senador Garibaldi Alves e a sua preocupação relativa ao funcionamento das subcomissões. E estou com a lista de inscrição dos Parlamentares que vão inquirir o Depoente na sessão de hoje. Nós temos 17 Parlamentares não-membros da CPI inscritos para interpelar, ou seja, praticamente a metade do número dos inscritos, somando-se o Relator e todos os demais interpelantes, titulares e suplentes.

Se nós ficarmos com os titulares e os suplentes nas reuniões ouvindo os não-membros a fazer as suas interpelações, na verdade, nós não vamos ter as subcomissões funcionando.

Já se criou essa praxe na CPI anterior, na CPI do PC Farias, e nós a iniciamos aqui nesta CPI; na Câmara dos Deputados isso ocorre; nas CPIs do Senado, não, como o Presidente me informa, dos não membros poderem interpelar.

No entanto, Sr. Presidente, eu sugiro que, no momento em que a lista dos titulares e suplentes esteja encerrada, nós, da Mesa, nos submetamos a continuar na reunião dirigindo as interpelações dos não-membros, mas que os membros titulares e suplentes que compõem essas subcomissões possam estar liberados e se retirarem, para que as subcomissões possam funcionar. Na verdade, com esse prazo limitado que nós temos e com o volume de informações que têm de ser examinadas com os documentos, com os números que têm de ser examinados, nós não temos condições de fazer com que quem integra uma subcomissão e participa, na condição de titular e suplente, das reuniões, fique ouvindo, por um longo período, os não-membros, como vai ocorrer, por exemplo, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bem, de modo geral, a Mesa é que é obrigada a permanecer. Cada um dos titulares e dos suplentes, após fazer suas perguntas, pode retirar-se, ir almoçar, jantar, depois voltar. Mas nós somos obrigados a ficar. A sugestão do Vice-Presidente Odacir Klein me parece muito boa. De maneira que continuaríamos aí.

Só chamo a atenção, pelo direito de experiência, para o fato de que as coisas vão se transformando, o Regimento acaba sendo alterado em favor da praxe. Em todas as comissões em que eu participei o suplente supria a ausência do seu titular, e somente neste caso tinha palavra e voto. Nós já fomos suficientemente liberais para também admitir que todos os suplentes, independentemente de vinculação com o titular, formulem suas perguntas, participem das nossas reuniões. Aí aparece a história; sempre que eu presidia esta Casa já sabia. Quando diziam: "V. Exª, que é liberal..." Eu já sabia: vão quebrar o Regimento. Chamar de liberal, aqui, era pedir para quebrar o Regimento. Então, aparece, como foi salientado agora, só dos não-membros, praticamente o número igual à soma de titulares, suplentes e Mesa.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, se V.Exª me permitir, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Deputado Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Poderia ser também limitado o número de inscrição dos não-membros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas por que ordem, Deputado?

O SR. ROBERTO FRANCA - Pela ordem de inscrição, até, talvez, do número de membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não use a minha brincadeira, mas por altura?

O SR. ROBERTO FRANCA - Pela lista de inscrição. Os onze primeiros, por exemplo. Onze titulares, onze suplentes e os onze primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª sugeriria que fossem onze. É uma idéia que poderemos discutir, realmente, aqui.

A outra que eu tinha também, para proposta, é que nós também não poderíamos mais ficar recebendo as inscrições, como tínhamos decidido, até 20 minutos após o término da exposição do depoente. O Deputado Fiúza falou por 2 horas e 47 minutos. Então, houve pessoas que não vimos aqui durante a manhã inteira e que vieram pedir e tinham direito. Então já tínhamos proposto, aqui, na Mesa, que invertêssemos a questão: são 20 minutos ou, no máximo 30 minutos, a partir do início do depoimento. Porque aqui, por exemplo, na Casa a que sempre pertenci, quando vai ser ouvido Ministro de Estado, a inscrição se encerra no momento em que ele chega. Aí, pela praxe, já começaram a aceitar, depois do momento que ele fala, novas inscrições. Tudo isso perturba, porque um grupo vai ser carregador de piano e o outro vai tocar flauta.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É só uma sugestão. Temos notado, através de vários depoimentos, que em determinado momento as perguntas começam a ser repetitivas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. MAURÍCIO NÀJAR - Aconteceu comigo mesmo, Sr. Presidente; 90% das perguntas que eu iria fazer o Senador Luiz Alberto fez. Então, o que eu iria sugerir é que os colegas, os Parlamentares, quando notassem que a sua pergunta já foi satisfeita, abrissem mão da sua inscrição, como vou fazer agora, neste momento. Porque, senão, ficaríamos aqui apenas repetindo o que exaustivamente já foi perguntado e respondido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É uma ótima colaboração. Agora, a Mesa terá o direito de dizer ao depoente e vai passar a usar esse direito. Garanto-lhe que isso é usado também pelos magistrados. Se a pergunta é repetitiva, pode dizer logo. Ou pode, desde logo invalidar a pergunta ou perguntar ao depoente se ele quer responder. Se perguntar se ele quer responder, ele vai ficar constrangido e vai querer. Temos que estar atentos, os três que permanecermos aqui obrigatoriamente, para ver se a pergunta é repetitiva, e se ela for, não se considera.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra, ilustre Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Presidente Jarbas Passarinho, V. Exª, na primeira reunião desta Comissão, ouviu o Plenário e já havia decidido isso, que quando ocorresse a repetição de perguntas, V. Exª, como Presidente da Mesa, chamaria a atenção do Parlamentar que estivesse indagando.

Mas sem querer restringir o direito de ninguém, e, aliás, até para colaborar com os trabalhos, pedi a V. Exª que cancelasse a minha inscrição para inquirir o Deputado Fiúza, até porque as perguntas que dirigiria a S. Exª foram muito bem colocadas pelo Relator. Conseqüentemente, não tenho razão para inventar mais perguntas e fazê-las a bel-prazer apenas para preencher espaço.

Mas eu indagaria de V. Exª se não seria o caso de os Parlamentares não-membros, que tivessem indagações a fazer, entregar por escrito, com antecedência, ao Relator. Se no bojo da inquirição alguma coisa importante daquelas perguntas não tiverem sido colocadas pelo depoente, o Relator talvez faria. Talvez isso redundasse em grande economia para os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato. V. Exª, a quem tive a honra de ter como companheiro aqui no Senado por oito anos no Senado, V. Exª sabe o que significará para nós no caso de dizermos: "A pergunta fica invalidada". Os aborrecimentos, a tentativa de admitir que está sendo discriminado, tudo isso será inevitável. Agora, a grande solução seria essa exatamente apresentada ainda há pouco pelo Deputado Najar, e corroborada por V. Exª, de que as pessoas que já sabem que as suas perguntas já estão praticamente respondidas que desistam da inscrição. Seria o ideal.

Agora, eu quero votar a data, mas estamos aqui comandados pela praxe "Benito Gama". A praxe "Benito Gama" é que está me criando esses problemas regimentais, porque, quando ele presidiu a CPI PC Farias, permitiu tudo isso, tanto com os ilustres membros da Comissão. De modo que agora vão dizer: "Ah, agora que estão investigando internamente, já não se permite". Estamos aqui todo o tempo sob suspeição.

Então, eu gostaria de insistir, se o Senador Garibaldi, que fez aquela ponderação, e com a resposta dada, uma resposta realmente muito oportuna do Deputado Odacir Klein, se se conformaria com isso: nós começarmos às 9h30min e, esgotadas as perguntas de titulares e suplentes, os membros da Comissão poderiam ir para as suas Subcomissões, livres de permanecer no plenário. E só ficariam no plenário, naturalmente, os que tivessem interesse em ouvir ainda as perguntas que os não-membros irão fazer.

O SR. NELSON TRAD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é a praxe do Senado, eu lhe agradeço: quando alguém pede a palavra sempre fica de pé.

O SR. NELSON TRAD - Se não fosse em respeito à Comissão, seria em respeito ao passado de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Espero que ao presente também.

O SR. NELSON TRADE - Sr. Presidente, eu estou com medo! Não medo do covarde ou do pusilânime, mas eu estou com medo da leviandade, do açodamento e, sobretudo, do julgamento antecipado e generalizado. Estou com medo, Sr. Presidente, porque estou vivendo hoje num terreno minado e num clima de terrorismo.

Construí um passado no meu Estado já dobrando a curva da vida, recebendo o sol pelas costas e a leviandade que V. Exª muitas vezes, com as características do homem equilibrado, alertou a Comissão Parlamentar de Inquérito, que o nobre Deputado-Relator já o fez, assim como o Vice-Presidente tem feito. Eu continuo com medo da leviandade que passeia pelas Subcomissões desta Casa e desta CPI.

Informações que são dadas de formas ligeiras e acovardadas com citação de nomes que em absoluto se encontram como o motivo de uma investigação.

Estou fazendo isso porque na minha companhia, hoje, nominado no jornal do meu Estado, aparecem 13 nomes insuspeitos do Congresso Nacional, porque um membro da Subcomissão ontem nominou como autor de emenda que eles nem sabem se foram liberadas, Sr. Presidente.

E estamos no momento não mais de pedir, mas sim de suplicar em função da inexistência do Congresso Nacional, por parte de grupos ou partidos, do monopólio da honra e da dignidade. Aqui ninguém detém esse monopólio e nós temos de continuar suplicando, porque a honra, evidentemente, está em jogo.

Por isso, Sr. Presidente, para que nós possamos recolocar, mais uma vez, no caminho, no bom caminho, o resultado desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu suplico a V. Exª para que insista na determinação, a fim de que não haja mais a possibilidade de punirmos honestos e abordarmos, injustamente, bandidos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu dou os parabéns a V. Exª pela intervenção que acaba de fazer. Eu, se pudesse, a subscreveria totalmente. Nada pior do que esse tipo de procedimento que V. Exª, até muito generosamente, chamou apenas de leviandade. É muito mais grave. E a partir do momento que o nome de qualquer um de nós aparece, sobretudo para servir os interesses das políticas locais, das idiossincrasias e querelas locais, a partir do momento, repito, que esses nomes aparecem é muito difícil depois que nós mesmos, aqui, pudéssemos dar uma certidão negativa, que essa certidão tivesse validade.

É a velha história de Confúcio. Quando alguém foi lhe pedir desculpas por haver caluniado, ele pegou um bom pedaço de papel e disse: Rasgue em cem pedacinhos, vá para o morro, jogue contra o vento e se você conseguir juntar os cem, eu o desculpo. Isso é muito difícil, e nós estamos correndo esse risco.

O Deputado Ricardo Fiúza leu aqui a matéria de um jornal, um membro da Comissão não sabe quem é membro de Comissão e que Comissão. As Comissões estão trabalhando debaixo de pressão muito violenta, mas eu insisto, V. Exª tem inteira razão e está na dependência de cada um de nós fugir dessa tentativa ou dessa tentação, digo melhor, de proporcionar em primeira mão uma informação à imprensa antes dela ser algo definitivo. Isso é extremamente grave.

Eu precisava votar logo o horário da convocação de amanhã e como isso não exige votação nominal, eu vou pedir aos que estão de acordo que façamos, a partir de amanhã, às 9h30min que, por favor, se manifestem levantando o braço.(Pausa)

Aprovada.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, penitencio-me de ter chegado atrasado, antes da decisão da ouvida da Srª Marinalva. Entretanto, devo declarar que a Comissão que a ouviu reservadamente foi unânime no sentido de que havia interesse desta Comissão.

Posteriormente, alguns companheiros perguntaram-me, em primeiro lugar, a fixação da data e horário em que ela deveria depor. Se deveria obedecer ao já anunciado, dos Deputados, ou deveria aquela série de depoimentos ser interrompida pelo dela.

Entendo que se for interrompida pelo dela estará se dando uma grandiosidade ao depoimento maior do que a ouvida dos Deputados.

Então, preliminarmente, eu queria que V. Exª considerasse esse aspecto.

O segundo aspecto é que nós poderíamos, nesta oportunidade, definir o que fosse em sessões públicas e o que fosse em sessões secretas.

Entendo que se houvesse a interrupção na ordem já divulgada da ouvida dos Deputados, que essa audiência fosse reservada da Comissão. Porque essa interrupção, a inclusão de um depoimento passa a ter, publicamente, um realce muito maior do que anteriomente publicado. Mas poder-se-ia corrigir se realmente esse depoimento fosse perante a Comissão e não em audiência pública.

Eram essas duas considerações que eu queria submeter à apreciação de V. Exª, se oportunas, e se nessa hora já se tornam inoportunas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não diria inoportunas, mas, apenas, seria já vencida a primeira parte, que era a decisão de convocar. E em seguida, lastimo não lhe ter dado a palavra logo, antes de fazer a votação sobre o horário. Sabe V. Exª, quando hoje pela madrugada conversamos, que o objetivo de ouvi-la com mais rapidez derivava exatamente de ficar o depoimento do Deputado Manoel Moreira em função, a pedido do seu próprio advogado, do depoimento prévio dessa senhora. Realmente aí haveria, como V. Exª coloca, com muita oportunidade, a questão de mostrar que ela vai ser ouvida antes da sequência. A seqüência seria: o Deputado Cid Carvalho; depois, o Deputado José Geraldo, que eu não tenho, até agora a Mesa não tem informação se confirmou; e o Deputado Manoel Moreira. Como ele fica na dependência dela, nós pensamos em fazê-lo. Não seria uma questão de magnitude do que ela vai dizer, mas sim de oportunidade em relação à necessidade de se ouvir o seu ex-marido.

Relativamente a ser secreta, eu pediria a V. Exª um prazo para consultar a Mesa, conversarmos, porque talvez estejamos abrindo um precedente, que pode ser invocado em outras oportunidades. Eu, que sempre decido com alguma rapidez, nessa eu me sinto cauteloso para tomar uma decisão desde logo. Mas é evidente que ouvirei o Plenário sobre isso.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Para dar continuidade, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Ficou muito bem demonstrado que esse aspecto a que vou me referir ficou bem ressalvado. É o problema de tratar-se de um assunto que envolve emocionalmente problemas de ordem familiar; aí então ele se torna um pouco diferente. Durante um litígio familiar, surgem esses problemas; então é uma característica diferente esse depoimento.

Isso também foi preocupação de que não influisse no depoimento; aliás, ela foi muito correta, porque nós fizemos essa advertência antes e realmente ela não misturou as coisas. Mas acredito que, de repente, em público, as coisas possam se tornar diferentes e o aspecto familiar, esse aspecto emocional, não sei como se poderia preservar isso se não fosse com a cautela de não correr o risco de levar a público uma dissensão absolutamente familiar que envolve menores, etc.

Pode não acontecer, pode vir um depoimento maduro, equilibrado e a resposta do Deputado também madura e equilibrada. Mas o emocionalismo, a gente não sabe como controlá-lo através de terceiros. Mesmo o nosso, às vezes é difícil, imaginem o de terceiros. Por isso levantei a hipótese pela excepcionalidade das circunstâncias em que ocorreu.

Tenho dito aos companheiros que realmente as coisas surgem de litígios.

Na Itália, Tommaso Buscetta, que rompeu com a Máfia e denunciou; José Carlos, que brigou com João Alves; o irmão do Collor, que brigou com Collor; e, de repente, o Deputado que desquitou da mulher, provocou um racha e fez surgir as denúncias.

Mas especificamente neste caso, trata-se de um problema familiar com características totalmente diferentes de um depoimento comum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho, nobre Deputado Roberto Rollemberg, extremamente oportuno o que V. Exª levanta. Mas está me dizendo o nosso prezado Relator que toda vez que houvesse problema entre marido e mulher e problemas afins, dessa natureza, que seria preferível, realmente, ouvir em reserva. Mas eu me pergunto: e na hora em que o Deputado vier ao depoimento que é público? Ele terá, por ele mesmo, a cautela de não ingressar por esse campo? Porque se ela não puder dizer e ele puder repelir o que ela houvera dito, chamando em seu socorro numa indicação de que se trata, segundo os filhos mesmos dizem, de uma mãe adúltera, eu terei que policiar isso com muito cuidado, porque senão daria um privilégio a um em detrimento do cerceamento da liberdade do outro. E a coisa é tão delicada, que nós recebemos cartas de três filhos - uma moça de 19 anos, um rapaz de 18 e outra de 13 -, em favor do pai, acusando violentamente a mãe. Se nós transformarmos isto aqui em pelourinho, vai ser um pouco de lembrança do que o nosso velho Rui Barbosa chamava: os magarefes da honra alheia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permite V.Exª uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª se puser de pé, eu lhe agradeço.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, as palavras do Deputado Roberto Rollemberg fazem-nos lembrar de fato muito importante ocorrido no ano passado. Ele lembra que foi a desavença entre irmãos - e o irmão do Presidente da República - que trouxe à baila tantas coisas importantes.

A seguir, pelo argumento da delicadeza da relação familiar onde houve desavença, nós teríamos que ter ouvido o Sr. Pedro Collor de Mello também em sessão secreta; afinal, era o irmão do Presidente, com o qual ele tinha desavenças.

Eu queria dar o meu testemunho de como, em sendo membro do PMDB, o Deputado Roberto Rollemberg ontem procedeu com uma atitude de respeito e de dignidade; inclusive nós, pelo critério do mais velho, o escolhemos para ser o coordenador da reunião. E foi muito importante, foi positivo que isso tivesse ocorrido. Em alguns momentos, em sabendo ser do PMDB o Deputado Roberto Rollemberg, a Sra. Marinalva acabou, diante da atitude do Deputado Roberto Rollemberg como coordenador, se sentindo à vontade para falar com franqueza dos fatos, mas sempre tendo a atitude de respeito às questões que não são objeto da CPI.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, ainda mais com a continuação dos trabalhos sob a Presidência de V. Exª, que nós teremos aqui a atitude de respeito que o Congresso Nacional merece, inclusive levando em conta a delicadeza da relação familiar existente.

O SR. LÁZARO BARBOZA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOZA - Não tenho a mesma certeza do eminente Senador Suplicy de que no curso desse depoimento as coisas possam ser conduzidas de maneira equilibrada e madura. Não, evidente, em função dos esforços que V. Exª será capaz de fazer, mas pela sutileza e delicadeza desse relacionamento ex-marido e ex-esposa, com filhos de permeio. Entendo que é uma situação um pouco diferente daquela que aconteceu na CPI, quando do depoimento do irmão do ex-Presidente Fernando Collor.

Advogado com certa militância, atuando às vezes nessa área, é muito difícil, Sr. Presidente, analisar o que pode resultar do depoimento de uma senhora nessa circunstância. Daí por que calou muito profundamente na minha sensibilidade os argumentos colocados pelo Deputado Rollemberg. Penso que a CPI não perderia nada

em ouvi-la sob reserva, até porque o seu depoimento deverá ser tomado sem que ela preste juramento, levando-se em conta a natureza do relacionamento dela com o ex-marido. E é mais fácil deduzirmos que por parte do Deputado Manoel Moreira haja, sem dúvida alguma, o interesse maior em preservar os problemas íntimos e familiares do que por parte de uma senhora que por mais equilibrada que seja, está vivendo uma situação, separada há pouco do marido, que está recém-casado. É muito difícil analisar psicologicamente como está a cabeça de uma pessoa nessas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero fazer uma proposta, porque temos algum tempo para interromper e voltar à reunião. Vejamos se a proposta que farei pode ser aceita sem novas intervenções. Nós vamos voltar às 17 horas - são 16h13min. - para a continuação do depoimento do Deputado Ricardo Fiúza. Há ainda 25 parlamentares inscritos para perguntas.

Peço que não usem o telefone celular nas nossas reuniões internas. Estou pedindo ao Senador Gilberto Miranda que, por favor, não use o telefone celular.

Nesta oportunidade, é possível que já tenhamos a degravação do que foi ouvido, o que pode ser uma boa pista para sabermos o que essa senhora pode dizer aqui em termos isentos. Como ouviremos o depoente ainda, após a sua conclusão faremos nova reunião interna e tomaremos a decisão.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, quero fazer um breve comunicado à Comissão, relativamente a uma preocupação que sobretudo a Mesa tem demonstrado.

Da Subcomissão de Bancos não saiu qualquer informação de um parlamentar sobre valores que possa comprometer o sigilo e a lisura. Os nomes que foram encaminhados publicamente eram de terceiros que envolviam o Deputado João Alves, e tudo o que estamos fazendo está de comum acordo com os parlamentares.

Só quero mostrar o cuidado com algumas afirmações que às vezes são feitas. Por exemplo: eu acabo de receber um **fax** que contém um cheque no valor de 76 milhões de cruzeiros do Sr. Valcides de Araújo Silva; onde há a afirmação de que o citado senhor é fantasma, opera de tal forma, tem conta em tais bancos e tem toda a ficha da conta fantasma. Passaram um **fax** do Banco Bandeirantes, mostrando que ele tem conta, sua assinatura etc. e o valor do cheque. Nós nunca solicitamos essa conta. Nós não temos essa informação.

Assim como chegou ao meu gabinete pode ter chegado na Redação de vários jornais. Temos já centenas de cheques, extratos bancários, e nada disso foi publicado. Amanhã, pode haver a publicação de um cheque como esse, e vão dizer que foi a Subcomissão que publicou. Não temos sequer essa informação.

Então peço a cautela dos companheiros, sobretudo dos nobres Deputados. No caso de quebra de sigilo, são quatro anos de cadeia para quem quebrar; ou o parlamentar ou, no caso, o órgão de imprensa. Quem se sentir prejudicado pode abrir o processo, inquirir e apurar a origem do vazamento. Agora, não há sigilo para denúncia de fraude, e fraude nós vamos denunciar e vamos alimentar a sociedade, como é o caso de uma conta fantasma. Estamos mostrando que não temos como controlar essas informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está suspensa a reunião.

(Suspensa a reunião às 16h18min.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está reaberta a reunião para ouvir o Deputado Ricardo Fiúza. Peço a S. Exª que venha à mesa.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrições, ao nobre Sr. Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, eu pergunto inicialmente ao Deputado Ricardo Fiúza o seguinte:

De acordo com um levantamento feito pela nossa Subcomissão, durante o Exercício de 1992, foram liberados pelo Ministério, então da Ação Social, 23 milhões de dólares, e, propriamente na gestão do Ministro Ricardo Fiúza, 21 milhões de dólares.

Ora, Sr. Presidente, essas liberações beneficiaram somente um Estado, o Estado do Rio de Janeiro, com 7 milhões de dólares, representando um terço das liberações. Temos aqui as notas OBs - Ordens Bancárias - e as entidades foram aquelas já citadas pelo Deputado Vivaldo Barbosa, que determinaram por concorrer para que o Rio de Janeiro fosse beneficiado com um terço desses recursos.

Pergunto, inicialmente, ao Deputado Ricardo Fiúza: quais os critérios adotados na sua gestão que redundaram nessa discriminação, com relação a todos os outros Estados da Federação?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Senador Garibaldi, V. Exª, que é um político experiente, sabe que, muitas vezes, existem Bancadas ou Deputados que são mais aguerridos nos seus pleitos. Eu queria dizer a V. Exª que preciso conferir esses dados, até estava tentando achá-los aqui. É possível, Senador, que nessa rubrica, o Estado do Rio de Janeiro tenha sido realmente privilegiado, mas o que importa, neste caso, para a minha análise, onde levamos em conta o critério população, renda **per capita**, etc, são as liberações globais do meu Ministério para cada Estado, globais; porque, às vezes, um Estado recebia determinado tipo de liberação, mas não recebia das outras. O critério adotado, também, naturalmente, Sr. Senador, é do tamanho da entidade que solicitou. No Rio de Janeiro, a característica das entidades eram todas de

escolas, faculdades, centros de excelência, centros de ciência e tecnologia que são grandes, são de expressão. Foi o mesmo critério que usei, quando da elaboração do Orçamento para as universidades federais.

Portanto, lamentavelmente, não tive o menor interesse em beneficiar o Rio de Janeiro. Acho até que, se cotejarmos a totalidade dos recursos liberados do Ministério, o Estado do Rio de Janeiro não terá sido privilegiado, seguramente as regiões mais pobres. É possível que se V. Exª analisar apenas um tipo de item, ou seja, subvenção. Por exemplo, o Rio de Janeiro recebeu do Ministério, em percentagem sobre o Brasil, liberações totais de 6,34%; o Estado, por exemplo, do Rio Grande do Norte, que V. Exª representa, recebeu 5,80%. Significa que a discrepância não é tão grande, isso se considerar demonstrativo das liberações efetuadas no período; total liberado, percentual para a região e percentual em relação ao Brasil. Dentro das regiões, o Rio de Janeiro recebeu 6,34%. É possível que, não tendo pleitos de outra ordem ou tendo tido menos recursos carimbados, ou seja, o Orçamento tendo aprovado pouco outras verbas, na minha avaliação tem entrado também este critério.

É a forma que tenho de responder a V. Exª no momento, pedindo desculpas por ter esquecido a segunda pergunta. V. Exª completou a pergunta e eu, lamentavelmente... Portanto, os critérios foram estes: renda e tamanho das entidades, e o mesmo critério que adotei no Orçamento, aprovado por toda a Comissão. Acho que, ou investimos em educação definitivamente, ou um dia poderemos ser um país subdesenvolvido rico, mas jamais um país desenvolvido.

Acabo de demonstrar a V. Exª que o Rio de Janeiro não foi... O Espírito Santo, por exemplo, recebeu 9,72%, mais do que o Rio de Janeiro. E outros Estados foram até... Goiás recebeu 5,97%, o Distrito Federal recebeu 5,74%, o inverso. O Rio Grande do Norte, como disse a V. Exª, recebeu 5,69%, o Piauí recebeu 5,80%, ou seja, se fui injusto num tipo de liberação, foi compensado com outro tipo de liberação.

Além do mais, eu gostaria de na segunda pergunta..., ou melhor, não foram duas perguntas realmente que V. Exª me fez, mas a segunda resposta que vou dar a V. Exª, o complemento dessa resposta, é uma afirmativa: eu desafio, na Casa, o colega de qualquer partido que tenha ido ao meu Ministério e tenha se sentido preterido. Devo dizer a V. Exª que posso dizer o nome, só vou consultar os anuários da Câmara para me lembrar com as fotografias.

Vários companheiros nossos, de vários partidos, chegaram ao Ministério e tiveram a dignidade de dizer: Ministro, eu estou com o meu convênio pronto, ou estão com essas liberações prontas, mas antes que V. Exª libere quero dizer que vou votar a favor do **impeachment** do Presidente Collor. Tive vários exemplos de gente de caráter que me disse isso, portanto nunca vinculei, não houve esse critério. Imagine V. Exª, Sr. Senador, que depois de um ano ou naquela fase tão crítica, se tivesse cometido esse tipo de injustiça, pelo menos voluntariamente, é claro que os companheiros teriam reclamado. É o que tenho a dizer a V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Ricardo Fiúza, estou abordando aqui o aspecto das subvenções sociais. O Rio de Janeiro, por exemplo, teve liberados 7.132.220 dólares, e V. Exª comparou com o meu Estado, Rio Grande do Norte, que teve liberados 137.930 dólares.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Senador, vou pedir perdão a V. Exª por não ter me explicado bem. O fato decorre, certamente, de que os Parlamentares do Estado de V. Exª tinham sido atendidos em outras rubricas, com projeto gravados, ou tinham feito outro tipo de convênio, porque o que me importava é que cada Estado recebesse uma fatia mais ou menos proporcional. Provo a V. Exª que, se o número de subvenções foi extremamente maior para o Rio de Janeiro, as outras liberações foram extremamente menores, o que deu a média. Eu não poderia dizer assim: cada Estado tem 5% de subvenção, 5% disso e daquilo, porque o que me importava era o total. Além do mais, as entidades são grandes. V. Exª, que é um homem de muito bom-senso, poderá consultar os companheiros do seu Estado e verificar - e tenho nas minhas pastas - que devo ter atendido 90% dos pleitos de subvenção do Rio Grande do Norte. Lamentavelmente nós, nordestinos, temos pequenas prefeituras, pequenas entidades assistenciais. Eu não poderia dar a uma pequena prefeitura ou a uma entidade assistencial o que poderia dar a uma universidade com oito, dez mil alunos. É a única resposta que posso dar a V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Ricardo Fiúza, pergunto pelos critérios das subvenções sociais, porque não estamos aqui tratando de compensações. V. Exª alega que, por exemplo, o meu Estado pode ter sido compensado em outras rubricas que não a de subvenção.

O SR. RICARDO FIÚZA - Foi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas estou tratando de critérios de subvenções. Estou mostrando a V. Exª. Faço outra pergunta: como é que essas entidades do Rio de Janeiro, que já foram citadas aqui, conseguem ter cinco vezes mais em liberação de recursos do que muitos Estados da Federação?

V. Exª vai agora me permitir, Deputado Ricardo Fiúza, que eu cite, por exemplo, a Faculdade Integrada Augusto Motta, que teve 417 mil dólares liberados; a Sociedade Barra-Mansense de Ensino Superior, 522 mil dólares liberados; o Instituto Assistencial Dulce Paganini, 208 mil dólares liberados.

V. Exª está vendo os exemplos; qual o critério então?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu já disse a V. Exª qual é o critério; o critério - vou repetir a V. Exª, essa pergunta estou respondendo ene vezes - é exatamente o

tamanho da entidade, a forma do pleito. V. Exª poderá ter muito bem a resposta perguntando aos nossos companheiros do Rio Grande do Norte se algum deles se sentiu preterido, se alguma entidade daquele porte pediu e não recebeu.

Tenho que trabalhar, nobre Senador Garibaldi Alves Filho, levando em conta todas as verbas do Ministério. Não é possível que um Estado que tivesse direito a um tipo de atendimento tivesse o mesmo direito, noutro atendimento, de um Estado que não teve o primeiro atendimento. Esta resposta é a única que posso dar a V. Exª, porque é a que me ocorre.

Segundo, devo enfatizar e repetir para V. Exª que os critérios de segurança, de prestações de conta, os critérios da lei foram rigorosamente obedecidos.

E terceiro ponto, Sr. Senador, que essas grandes entidades são extremamente mais organizadas, segundo me parece, nas prestações de contas, conforme notícias que tive da atual administração do Ministério.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) - O meu tempo está esgotado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há algum tempo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) - Então V. Exª vai me permitir só uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essas é que são as mais perigosas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) - Deputado Ricardo Fiúza; nesta relação existem outras entidades do mesmo porte da do Rio de Janeiro que foram contempladas com valores infinitamente menores - e eu poderia citar outros exemplos. Então, pergunto: V. Exª contempla determinadas entidades do Rio de Janeiro e deixa outras do mesmo porte. Quais são, realmente, os critérios para subvenções?

O SR. RICARDO FIÚZA - Se V. Exª tiver a delicadeza de depois me dar o nome, vou pegar cópia do pleito e mostrar a V. Exª que essa entidade que recebeu uma quantia menor deve ter feito um pleito menor. É evidente que este é o problema. As análises foram feitas com o maior critério.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Elcio Alvares tem a palavra.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES) - Sr. Presidente, eu tinha elaborado quatro perguntas, mas diante de um apelo da Presidência e de uma ponderação feita aqui no Plenário, deixo de fazer duas delas, porque já estão compreendidas na exposição e em perguntas anteriores.

A Subcomissão de Subvenções Sociais, magnificamente coordenada pelo Senador Garibaldi Alves Filho, deveria ter apresentado também, conforme ficou entendido com esta Presidência e com a Mesa, perguntas ao Relator. Infelizmente, apesar de todo o esforço e da boa vontade da Comissão, que trabalhou no dia de ontem, Dia de Finados, esses dados não puderam ser apresentados tecnicamente ao Relator, conforme era pensamento do coordenador, Senador Garibaldi Alves Filho, e de toda a Comissão. Portanto, peço escusa, que não é do meu feitio.

Vou fazer duas perguntas baseado em documentos que tive oportunidade de ler na ocasião em que, juntamente com a Comissão, os examinávamos de maneira abrangente. São dois documentos que não devem ser revestidos de sigilo porque, na verdade, são peças documentais que vieram à Comissão por intermédio da amostragem de processos e, também, da própria mecânica das subvenções e auxílios.

Deputado Ricardo Fiúza, em quatro ou cinco processos, vindos das mãos da Subcomissão, por amostragem, há pedidos de auxílios e subvenções formulados em requerimentos pelas entidades que são pleiteantes, e existe um despacho de V. Exª mandando atender ao pedido, no rosto da petição. O despacho é muito sucinto: "Atender" e a sua assinatura.

Uma pergunta que é importante: quais os critérios que eram adotados para o atendimento, de pronto, daquelas solicitações, conforme despacho de V. Exª no rosto dos autos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eminente Senador Elcio Alvares, V. Exª viu esse despacho; portanto, a mim não compete pôr a menor dúvida. Devo dizer a V. Exª que devem ser raríssimos esses despachos, porque eu tinha um cuidado excessivo, além das reuniões anteriores que fiz com a equipe, de despachar todos com "observados todos os requisitos legais etc. etc. etc.". Se há um despacho desses em uma ou duas, devem ter os interessados na hora ido, conversado, explicado, acompanhados de algum Deputado, com razões tão convincentes e com uma exposição tão convincente que é possível que eu tenha dado esse despacho. É possível. Se assim o fiz, posso assegurar a V. Exª que estão dentro do limite e dentro da norma, mas normalmente eram. Mesmo este despacho "atenda-se" significa - e garanto a V. Exª que assim o foi - que todos passaram pelos trâmites normais. Nenhuma subvenção saiu a não ser que tenham sido obedecidos todos os trâmites legais. Nenhuma.

O SR. ELCIO ALVARES - Houve um ponto na Comissão que causou até uma certa perplexidade. No momento em que o Presidente Cid Carvalho presidia a Comissão de Orçamento, através de uma designação outorgou poderes ao Deputado João Alves para que fizesse a lista de entidades que seriam beneficiadas através da subvenção global, que é um dos pontos muito enfatizados no depoimento do Sr. José Carlos dos Santos, quando disse que as subvenções como uso não teriam problema

nenhum. Porém, o grande problema da fraude no Orçamento residia na verba global de subvenções sociais e auxílios, e então essas verbas seriam manipuladas.

Constatamos - e esse ponto fiz questão de frisar - que o Deputado João Alves, mesmo não sendo mais Relator da Comissão, ficou com o domínio de formular essas relações. Ficamos até certo ponto perplexos, porque num determinado momento o Ministro, que era detentor dessa verba global, devolveu para a Comissão de Orçamento a relação de entidades que seriam beneficiadas. Percebemos, como existem verbas bem alentadas, que essa relação que acompanhava o pedido feito ao Banco do Brasil pelo Ministério, praticamente, englobava a requisição feita pelo Deputado João Alves.

Eu gostaria que V. Exª respondesse, porque há dúvidas quanto a este ponto se a Subcomissão está diligenciando, para conferir o número da conta e da agência do Banco do Brasil com o verdadeiro titular da conta. O sistema do Banco do Brasil é **on line**. Portanto, se o Deputado João Alves mandasse um nome com a conta bancária, alguém, detentor dessa conta bancária, poderia receber.

Eu solicitaria que V. Exª nos esclarecesse neste momento: quando da sua passagem pelo Ministério, este examinava essas relações, verificando se a conta correspondia ao titular apresentado na relação enviada, geralmente, pelo Deputado João Alves, até o momento em que ele permaneceu na Comissão de Orçamento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eminente Senador Elcio Alvares, V. Exª levanta uma questão muito interessante.

Em primeiro lugar, eu gostaria de enfatizar que, na minha gestão, nunca recebi relação de quem quer que seja. Eu atendia pleitos dos Srs. Deputados e das entidades, ou seja, todas as entidades se dirigiam diretamente ao Ministério, embora - o que era minha obrigação - sempre procurei prestigiar o pleito de Deputados e Senadores, que são os legítimos representantes dessas regiões.

V. Exª levantou uma questão interessante, que deve ser apurada: se o número da conta dessas entidades corresponde realmente ao número da conta dessas entidades. Eu não tenho a menor condição de responder a V. Exª. Acredito que sim. Por quê? Além de todos esses requisitos de ordem estritamente legal, a entidade preenche um cadastro, onde declara o número da conta. Além do mais, como o desempenho é feito via SIAFI, quer dizer, o Ministério não manda nada para o Banco do Brasil, tudo é via empenho no SIAFI - Serviço de Processamento Integrado. Então, esses números das contas também vão nas relações para o SIAFI - aí sim, existe relação - que o Ministério manda ao Banco do Brasil. É obrigado a mandar esses números das contas por intermédio de relação; não pode enviar direto para a entidade.

A meu ver, é difícil que isso tenha ocorrido. Se o foi, não tenho a menor culpa; o Ministro não tem como ver isso; seria uma declaração falsa, seria uma fraude, seria uma falsidade ideológica do declarante. Mas vou dizer a V. Exª por que acho difícil. Após receber essa liberação e creditar nesta conta, o Banco do Brasil tem que ter uma declaração da autoridade local e tem que ter a cópia dos estatutos atualizados das entidades para verificar se são realmente os diretores. No meu entender, é difícil esse tipo de fraude. Se houver, ocorreu à minha revelia; no caso, vamo-nos unir para acusar, punir e levar às barras dos tribunais quem praticou a fraude.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, considero encerrada a minha participação na inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jabas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª fez sua defesa com ênfase, com conhecimento, trazendo naturalmente documentos que comprovam a sua idoneidade. Creio que compete também à Comissão e às Subcomissões analisar, em profundidade, aquilo que V. Exª apresentou e, naturalmente, os demais documentos que chegarão até nossas mãos.

Eu teria algumas perguntas a fazer: qual é a contribuição de V. Exª a esta Comissão, criada a partir de denúncias de conhecimento público, pelo envolvimento de Componentes da Comissão de Orçamento? V. Exª também tem a mesma formação, a mesma convicção de que existe ou existia o esquema, ou se essa Comissão poderia ser chamada de uma máfia dentro do Congresso Nacional? Apenas a última pergunta.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eminente Deputado Pedro Pavão, começo de trás para frente, enfatizando e respondendo com a maior ênfase de que eu jamais poderia interpretar esta Comissão, movido por qualquer interesse subalterno ou eleitoreiro. Essa Comissão é um dos pontos altos do Congresso Nacional; ela resgata a confiança do povo brasileiro nas duas Casas do Congresso.

A minha contribuição pessoal para esta Comissão se resume basicamente num ponto fundamental: dizer a verdade, nada mais do que verdade, tão-somente a verdade, conforme fiz sob juramento. Devo dizer a V. Exª que, em matéria de rumores, sei tanto, ou, talvez, menos do que muito dos colegas. As pessoas imaginam que ao chegar à Comissão tenha baixado em mim um espírito de Javé ou de um Sherlock Holmes e que fui investigar a vida de todos. Não! O que fiz? Procurei ver se havia excessos; seria podar os excessos e dar o mínimo de organicidade e de lógica ao processo orçamentário. O que sei sobre a Comissão, o que se falam das pessoas, é por meio das notícias dos jornais, naturalmente, enfatizadas, agora, pelo depoimento de um cidadão, que é o Dr. José Carlos Alves dos Santos, que está vivendo um momento extremamente difícil de sua vida pessoal.

Portanto, se analisarmos o denunciante e os denunciados, deveremos ter cuidado ao emitir conceitos. Ninguém sabe quais as razões de tantas denúncias. Devo

dizer a V. Exª que não tenho nada confirmado contra qualquer Componete dessa Comissão de Orçamento.

Segundo, penso também que essa Comissão poderia ter tido muito menos acusações se todos os membros participassem. Na realidade, um pequeno grupo sempre domina qualquer comissão, seja Parlamentar de Inquérito, seja Comissão Mista no Congresso, seja Comissão Mista no Orçamento. Há pessoas que - e eu, como líder, sei - muitas vezes brigam para ir para a comissão, mas lamentavelmente não a freqüentam.

Portanto, não tenho muita coisa a acrescentar, a não ser, perdoe-me V. Exª, explicar minha passagem por lá, que foi limpa, transparente e aberta, pedindo a colaboração de todos, e em nada me beneficiei.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas a colocação, Deputado Ricardo Fiúza, não é em função da sua passagem apenas. Estou nesta Casa há apenas três anos. E quando cheguei, tomei conhecimento, ou pelo menos me levaram a tomar conhecimento, de que se quisesse qualquer coisa, teria que depender de um grupo de pessoas comandadas pelo Deputado João Alves.

V. Exª está, há 23 anos nesta Casa, naturalmente com muito mais conhecimento e tempo para se aprofundar. Outro dia, nessa Comissão - repetirei isso sempre - o Deputado Maurílio Ferreira Lima, que está há 12 anos na Casa, considerou a Comissão de Orçamento uma máfia, de viva voz.

O Deputado Ibsen Pinheiro, através da imprensa, insinuou que tinha conhecimento - apesar de não conhecer profundamente - de algumas coisas escusas na própria Comissão.

É isso que me leva a fazer a pergunta a V.Exª, pelos seus 23 anos de Casa: há uma insinuação, um indício, um vestígio, alguma coisa que possa nos dar uma direção? Esta Comissão foi criada em função de uma denúncia sobre a Comissão do Orçamento. É lógico que vão surgindo outras vicinais - como diz o nobre Presidente -, e estamos saindo, às vezes até demais, pelas vicinais. Mas o objetivo é esse. Pelos 23 anos que V. Exª convive conosco, quer dizer, convive com esta Casa - comigo apenas três anos - na sua concepção, há um esquema ou não? Sim ou não?

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Pedro Pavão, primeiro lamento muitíssimo que o Deputado Maurílio Ferreira Lima diga que a Comissão é uma máfia.

A Comissão seguramente não é uma máfia. A Comissão seguramente tem pessoas seríssimas e deve ser a arrasadora maioria.

V. Exª insiste em me perguntar se sei que existiram irregularidades. Digo a V. Exª que é possível que existam irregularidades, mas não na elaboração propriamente dita. É possível que alguém tire dividendos, que alguém tire proveito. Não tenho provas, não tenho como insinuar, não tenho como garantir.

Quando eu passei por lá, apenas 40 dias nesses 23 anos, não tive como comprovar, tentei apenas fazer o que me competia. Portanto, respondo a V. Exª: em qualquer oportunidade em que estiver presente a natureza humana, é possível que haja distorções. Eu não as conheço, a não ser de ouvir dizer.

O SR. PEDRO PAVÃO - Já se falou bastante de José Carlos Alves dos Santos, mas eu perguntaria a V.Exª: de dentro do seu depoimento, houve mais mentiras ou mais verdades? Ele acusou não apenas a sua pessoa, acusou 23 pessoas nesse rol de denúncias.

Vamos esquecer o Deputado Fiúza. Vamos admitir que nesse rol de denúncias exista um fundo de verdade. Sim ou não? Senão meus dez minutos se esgotam e eu não faço as outras perguntas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Isso significaria eu me incorporar as acusações daquele depoente. No tocante a mim, ele não me acusou diretamente. Ele disse que "ouviu dizer que..." de João Alves.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas há algumas mais contundentes.

O SR. RICARDO FIUZA - Ele que mantenha suas afirmações, ele que mantenha suas acusações, porque ele, que foi o técnico durante todos esses anos, deve ter elementos que eu não tenho. Eu só acuso as pessoas quando possuo, pelo menos, indícios veementes. Não me incorporo a essas acusações.

O SR. PEDRO PAVÃO - V.Exª, num dos depoimentos aqui hoje, disse que existia um clima desagradável quando de sua ida à Comissão de Orçamento. Que clima seria esse?

O SR. RICARDO FIUZA - O clima desagradável àquela época, Sr. Deputado, devia-se exatamente ao fato de que esses rumores estavam atingindo o limite do insuportável, embora não passassem de rumores. Além do mais, gerou-se um impasse político, quando da rejeição do relatório preliminar elaborado pelo então Relator João Alves. Houve uma rejeição e houve, então, uma absoluta impossibilidade política de continuar... O Sr. Relator à época, o Deputado João Alves, não tinha as condições políticas sequer de liderar a Comissão, porque - V.Exª há de convir - o Relator é, antes de mais nada, um grande mediador. No momento em que havia uma polarização exagerada em torno do nome de S.Exª, em função da rejeição do relatório preliminar, não houve outra alternativa...

O SR. PEDRO PAVÃO - Desculpe-me, esse clima já perdurava por um longo tempo, não se criou naquele momento?!

O SR. RICARDO FIUZA - Não. Foi um processo que veio, lentamente, se agravando pelos conflitos de interesse e também pelo fato de que S.Exª já havia passado muitos anos naquela Comissão como Relator. E, na minha opinião, uma das melhores

coisas da vida pública, uma das coisas fundamentais no processo político, é a rotatividade nos cargos; nenhuma pessoa deve perpetuar-se ou passar muito tempo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Ricardo Fiúza, a manutenção dos sub-relatores na Comissão não foi uma conivência? V.Exª já respondeu a essa pergunta hoje, dizendo que não havia um tempo hábil, mas é importante...

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu respondo de novo. Responderei a V.Exª. A manutenção dos relatores...

O SR. PEDRO PAVÃO - Sub-relatores.

O SR. RICARDO FIÚZA - ...dos sub-relatores não constitui nenhum indício, sequer distante, de conivência de minha parte; em primeiro lugar, Sr. Deputado, porque os relatores são escolhidos pelo Presidente da Comissão com os Líderes dos Partidos.

O SR. PEDRO PAVÃO - É de conhecimento público que o orçamento é confeccionado, é costurado, pelos sub-relatores. Compete ao relator final apenas os retoques. Naturalmente não se mexe naquilo que os sub-relatores fizeram no percurso do orçamento, ou se mexe?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não é bem assim. O relator-geral, ao detectar anomalias, ao detectar excessos, pode perfeitamente mudar o relatório. Por que pode? Porque, ao votar o relatório-geral, a Comissão convalida a mudança que o relator-geral porventura tenha feito no relatório parcial.

No caso, neste ano, houve um acordo entre as Lideranças, e os relatórios parciais foram antes submetidos a longos debates na Comissão antes de irem à votação, numa sala que havia lá em cima, com representantes de todos os Partidos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Ricardo Fiúza, quando V.Exª atuou como Ministro do Bem-Estar Social...

(O Presidente faz soar a campainha)

Peço apenas mais um minutinho, porque a demora foi do depoente e não das minhas perguntas. Apenas uma pergunta: gostaria de saber do Ministro Ricardo Fiúza se, justamente na época em que o senhor assumiu o Ministério do Bem-Estar Social, estava em evidência, encontrava-se em um momento cruciante, a atuação de PC Farias? Refiro-me ao momento em que o senhor assumiu, não ao momento em que o senhor saiu.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não era ainda a fase aguda do caso PC Farias.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não me refiro ao momento das denúncias, mas à fase aguda de participação de PC no Governo, a manipulação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Deputado, naquela oportunidade o Sr. Presidente da República havia demonstrado claramente a vontade de mudar os rumos de todo seu Ministério, tanto que não fui o único a ser mudado. Desconheço as ações do Sr. Paulo César Farias, mesmo porque apenas cumprimentei esse senhor uma vez na minha vida. Não o conheço, embora a imprensa tenha feito a Polícia Federal procurá-lo na minha fazenda; foi mais uma leviandade. Um jornalista de Pernambuco disse: "É possível que ele esteja na fazenda do Deputado Ricardo Fiúza", e eles para lá se dirigiram sem sequer perguntar se eu conhecia esse senhor.

O SR. PEDRO PAVÃO - A última pergunta: o senhor insinuou ou chegou a denunciar a necessidade de se levar essa fiscalização ao Executivo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor disse hoje, aqui, que seria interessante; o senhor chegou a...

O SR. RICARDO FIÚZA - A respeito de alguma matéria específica.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, não pode ser; é específica da Comissão de Orçamento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deve ter sido algum assunto específico.

O SR. PEDRO PAVÃO - Instalado dentro do Poder Executivo, eu perguntaria ao senhor: onde especificamente?

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Pedro Pavão, vou dizer-lhe o seguinte: a minha memória é razoável e posso afirmar a V. Exª - podemos ouvir a fita - que eu não disse isso a V. Exª.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não. O senhor insinuou...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Chegou a insinuar de que a fiscalização teria que atingir também o Executivo e que seria interessante...

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Pedro Pavão, quero dizer a V. Exª que nem sequer insinuei isso. Entretanto, acho que, já que estamos sendo fiscalizados, no momento em que surgirem indícios de compactuação ou de parceria com alguém do Executivo, nada mais natural que se fiscalize.

Mas não podemos dizer: "Acho que se deve levar ao Poder Executivo." Daqui a pouco, estaremos fiscalizando também nesta Comissão o Judiciário. Eu soube hoje, por algum noticiário da televisão, que o depoente José Carlos Alves dos Santos - ou o Sr. Doutor José Carlos Alves dos Santos, como queiram chamá-lo - já havia acusado até membros do Judiciário; se não me falha a memória, membros do Tribunal de Contas da União.

Portanto, é preciso que dê a Comissão a maior amplitude possível dentro dos seus objetivos. Primeiramente, estou aqui na qualidade de Deputado e de depoente, e são V. Exªs.. o Sr. Presidente e o Sr. Relator que decidem quem deve ser ouvido.

Portanto, rogo a V. Exª. que não me peça para opinar sobre um assunto que não me compete.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu fiz a pergunta, justamente porque, na época, V. Exª fazia parte do Executivo como Ministro. V. Exª fez a colocação de que seria interessante... Foi esse o motivo da minha pergunta.

O SR. RICARDO FIÚZA - Se houver indícios, é claro que sim, qualquer que seja o Poder.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Ricardo Fiúza, tenho seis perguntas a lhe fazer. São perguntas curtas, e V. Exª. poderá respondê-las uma a uma imediatamente, se possível.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu prefiro assim, porque não vou conseguir decorá-las todas de uma só vez.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando V. Exª. foi Relator do Orçamento, quais os critérios utilizados, por parte de V. Exª., para aprovação, rejeição ou inclusão de novas emendas por destaque?

O SR. RICARDO FIÚZA - O critério básico era atender diretamente, em função da população, inversamente à renda **per capta**: segundo, não inviabilizar projetos importantes que já estivessem em andamento: terceiro, atender à área de educação, ciência e tecnologia; quarto, completar o atendimento ao SUS; quinto, terminar as escolas técnicas: sexto, evitar abrir janelas, ou seja, se faltam 10% para terminar uma obra, não começar uma obra que está a zero e que signifiquem, em termos de recursos esses mesmos 10%; sétimo, manter reunião permanente com todos os representantes de todos os Estados, para avaliar as necessidades e as carências de cada Estado; oitavo, garanto a V. Exª que isso não foi bem feito, por uma razão muito simples, era absolutamente fazer perfeito, foi feito da melhor forma possível, da forma mais aberta e mais dedicada.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª acredita que os sub-relatores conseguiam, naquele tão pequeno espaço de tempo, levar em consideração todos esses itens, Deputados.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, senhor, Sr. Senador, porque os sub-relatores foram nomeados em tempo hábil; os sub-relatores entraram muito antes de mim, entraram dentro dos prazos normais, e o parecer preliminar pautava regras para os sub-relatores.

Além do mais, a convivência dos sub-relatores com a Comissão era bastante intensa. Eu li as atas de aprovação de todos esses relatórios. Eles foram feitos, mais ou menos, entre 10 ou 15 dias depois da minha meteórica passagem pela Comissão.

Portanto, acredito que, tendo eles, aqueles relatores, chegado no tempo certo, tendo eles recebido o orçamento no tempo certo, tendo eles participado da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo eles discutido longamente o parecer preliminar, seguramente tiveram mais oportunidade de fazer o trabalho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quando V. Exª foi Ministro, V. Exª usou os mesmos critérios para liberação de recursos no seu Ministério? Se não, quais V. Exª adotou na época?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Senador, essa pergunta já foi repetida inúmeras vezes. Não me sinto mais obrigado a respondê-la, segundo a Comissão determina, mas o farei.

Procuramos usar os mesmos critérios. Todavia, V. Exª e os demais membros desta Comissão, que são homens sóbrios e sensatos e que estão na busca da verdade, haverão de convir que um Orçamento contingenciado, em uma fase tumultuada como aquela da vida brasileira, impedia qualquer planejamento de forma bastante eficaz. O que havia da minha parte era um esforço sobre-humano, uma tentativa imensa de fazer justiça às diversas regiões e atender os pleitos dos Srs. Parlamentares, que, para mim, são os legítimos representantes das regiões, e também, eventualmente, os dos Srs. Governadores. Dizer que a obra era perfeita é impossível. Para que V. Exª tenha uma idéia, até o dia 30 de junho eu havia recebido apenas 5% do Orçamento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Terceira pergunta: consta que, no segundo semestre de 1992, foram liberadas grandes quantidades de recursos. Pergunto a V. Exª se essas decisões eram tomadas exclusivamente pelo Ministro ou se eram decisões globais tomadas pela Coordenação Política do Palácio do Planalto.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, Excelência: devo dizer que, entre os tantos defeitos e entre as tantas qualidades do Presidente Collor, um dos grandes defeitos é o seu desligamento de todas essas questões. Quero dizer que S. Exª nunca me determinou que atendesse certa ordem. Às vezes, fazia uma recomendação com tamanha humildade que eu até ficava acanhado, como foi o caso da linha vermelha, que ele teve a oportunidade de me falar três ou quatro vezes, quando eu era Relator do Orçamento.

Esse critério de distribuição era feito levando-se em conta, principalmente, os pleitos dos Srs. Parlamentares. Enfatizo sempre a necessidade de deixar bem claro: é preciso que os senhores voltem ao tempo em que eu era Ministro e

às circunstâncias políticas da época. Em segundo lugar, que, por favor, identifiquem qual o deputado que foi preterido em seu direito, tendo ido ao meu Ministério.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quarta pergunta: em algum momento, quando Relator do Orçamento, V. Exª recebeu pressão para inclusão de emendas do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado ou dos Líderes, tendo em vista que V. Exª estava chegando de última hora como Relator e havia pouco tempo para aprovação dessas emendas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nesse ponto, preciso fazer um comentário. Julgo-me profundamente revoltado com a citação do nome de alguns Líderes, do Presidente da Câmara e do Senado. Citar o nome do Presidente Ibsen Pinheiro é um crime. Citar o nome do Senador Mauro Benevides é um crime. Citar o nome do Senador Humberto Lucena é um crime. É um crime muito grande; tão grande quanto se eu resolvesse citar aqui o mais limpo dos Colegas apenas para fazer uma acusação leviana.

Imaginar, por exemplo, que as emendas que o Senador Humberto Lucena me pediu para o Estado da Paraíba, como melhoramento do Porto do Cabedelo e obras de infra-estrutura para o seu Estado, tivessem alguma desonestidade seria uma grande estupidez. São homens que dedicaram a sua existência inteira à vida pública, servindo a esta Instituição, e que não podem ser envolvidos nesse vergonhoso processo autofágico que aqui se está instalando, em um quase "salve-se quem puder", em um processo que não pode ser corporativista, mas que não pode ser um egoísmo que a nada leva.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quinta pergunta: quando V. Exª ocupou o cargo de Ministro, em alguma oportunidade o então Ministro da Economia liberou recursos ao seu Ministério com determinação prévia para serem destinados a atender alguma emenda específica?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, senhor. Nunca.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Última pergunta: com a grande experiência de V. Exª como membro do Legislativo, e já tendo ocupado o posto de Ministro no Executivo, gostaria de saber se V. Exª considera o atual modelo da legislação orçamentária adequado à realidade brasileira.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não considero. Contudo, o defeito não é do modelo orçamentário: decorre, sim, do sistema político. O Deputado brasileiro não é fisiológico. O sistema o induz a ser fisiológico, porque não há fidelidade partidária e não há partidos estáveis. Existe um verdadeiro "salve-se quem puder".

Quando o Governo precisa aprovar alguma coisa, o Deputado vai lá e pede outra. Se ele não pedir, o seu concorrente pede e ele perde a eleição. Se há algum programa sério de Governo, para se ter apoio de algum governador, tem-se que fazer uma obra no Estado do Governador. Isto se chama indução à fisiologia. Se esse Governador não assinou o proceder, o seu vizinho fará e, quando vierem as próximas pesquisas, esse que não pediu sairá como um péssimo Governador e o outro, como um grande governador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Faz soar a campainha.)

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, concluo imediatamente.

Tudo isso decorre da falta de partidos estáveis e de fidelidade partidária. Enquanto os Deputados não votarem em torno de um programa e dentro do seu Partido, esses casos se repetirão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Deputado Ricardo Fiúza, há que se registrar que V. Exª trouxe os elementos necessários para análise desta Comissão, com ênfase nas declarações de renda dos últimos dez anos. Todavia, a questão da correção pela UFIR e as doações a membros de sua família devem ser melhor esclarecidas. Penso que V. Exª deve dissecar esses pontos junto à Subcomissão de Patrimônio desta CPI.

Deputado Ricardo Fiúza, enquanto Ministro, verbas do seu Ministério foram contingenciadas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Barbaramente contingenciadas, mais do que o contingenciamento global, porque as fontes de recursos típicas do Ministério da Ação Social, que era o FINSOCIAL, etc, tiveram uma brutal queda de arrecadação. Como já disse - e hoje vários companheiros têm raiva de mim na Casa porque não os atendi -, recebi, até o fim do primeiro semestre, 5% do Orçamento. Vivi na mais absoluta penúria. Só naquele período que recebi - quando se concentraram as liberações de que tantos me acusam -, a concentração de liberação decorreu exatamente do recebimento de recursos. O meu Orçamento foi barbaramente contingenciado. Tenho aqui até Exposições de Motivos ao Presidente da República em que tratava da gravidade da situação.

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Exª poderia declarar o critério para esse contingenciamento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Ocorreram dois tipos de critérios, Sr. Deputado: na primeira fase, nós, Parlamentares e Ministros, ficamos relegados a segundo plano, fomos uns fantoches em matéria de Orçamento, que foi 100% contingenciado. Na primeira fase do contingenciamento, quem decidia eram simplesmente os burocratas do Departamento de Orçamento da União, naturalmente, instruídos por toda a área técnica do Ministério. Além disso, eles determinavam qual era o projeto a ser atendido, ou melhor, qual a obra ou qual o setor.

Pouco depois desse primeiro trimestre, pessoalmente, fui a S. Exª o Sr. Presidente da República e disse-lhe que era um absurdo isso, que deviam dizer quanto se descontingenciava - digamos, 30, 40, 20, 10 -, e o Ministro, na sua Pasta, que elegesse as prioridades. Assim foi feito.

Então, duas foram as formas de descontingenciamento: a primeira decorria exclusivamente da vontade do Ministério da Economia; a segunda, passava-se para o Ministério um total de verbas que o Ministro podia escolher a melhor forma de aplicar.

O SR. FERNANDO FREIRE - Deputado Ricardo Fiúza, as subvenções sociais, quando liberadas, passavam pelo Conselho Nacional do Serviço Social?

O SR. RICARDO FIÚZA - Esta é uma condição **sine qua non**. A premissa básica é que o Conselho Nacional do Serviço Social informasse se essas entidades estavam regulares quanto ao registro e quanto às prestações de conta. Portanto, sem nenhuma exceção, todas tinham passagem pelo Conselho Nacional do Serviço Social, onde se apresentava um cadastro.

Segundo, elas tinham de estar registradas nesse Conselho há mais de um ano. Daí é que o processo de análise continuava, indo para o SIAFI, posteriormente, para liberação.

O SR. FERNANDO FREIRE - Qual era o papel do DOU na liberação das subvenções sociais? Havia ligação do DOU com o Conselho Nacional de Serviço Social?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, que eu saiba não. Porque nessa oportunidade, inclusive - se V.Exª se refere a isso -, o Dr. José Carlos já não era mais do DOU.

O SR. FERNANDO FREIRE - Que influência tiveram os sub-relatores do Orçamento na elaboração do relatório geral de V.Exª?

O SR. RICARDO FIÚZA - Procurei dar-lhes a maior importância possível. Procurei fazer com que todos eles participassem, para que não houvesse o risco, para que não viesse a acontecer a possibilidade de que o meu relatório tirasse a harmonia do conjunto geral. O meu relatório foi discutido com os relatores parciais em várias reuniões.

O SR. FERNANDO FREIRE - V.Exª acredita que manipulações no Orçamento possam ter ocorrido sem o seu conhecimento? Esclareço a pergunta: se o Sr. José Carlos pode ter manipulado o Orçamento sem o seu conhecimento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Peço licença a V.Exª para não responder a essa pergunta, por várias razões. A primeira é que, amanhã, a imprensa publicaria a seguinte manchete: "Fiúza admite que pode ter havido manipulação na sua ausência" ou "Fiúza admite que houve manipulação por José Carlos à sua revelia", ou ainda "Fiúza nega que José Carlos pudesse manipular o Orçamento."

Portanto, não tenho a menor condição de emitir uma opinião a respeito da pergunta de V.Exª. Peço as maiores desculpas, mas sinto-me absolutamente impossibilitado, incapaz de respondê-la, se V.Exª me perdoar. Tenho apenas a resposta ainda à primeira pergunta de V.Exª, que, quando me permitir, gostaria de voltar ao assunto.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Gostaria de enfatizar mais uma vez, e é muito rápido, o problema da tal doação do apartamento 101, da Avenida Boa Viagem, nº 5.840, Edifício Ticiano, onde resido. Este apartamento foi por mim adquirido em 31/11/78, conforme escritura pública de compra e venda, com pacto adjeto de hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal, lavrado em Nota de Cartório Ivo Salgado. O dito apartamento foi mencionado em todas as declarações de rendimentos, aumentado o seu valor de ano para ano, com acréscimo das prestações pagas durante o ano-base.

Em 1992, ano base 1991, foi procedido da mesma forma como nos anos anteriores; todavia, foi determinado, pelo órgão competente da Receita Federal, que fosse dado ao bem declarado, além dos elementos já existentes desde a compra, o valor de mercado, considerando este em UFIR, o qual foi estimado por mim em 400 mil UFIRs, valor este que servirá de base como custo na eventual venda.

Foi publicado que o referido imóvel foi doado por um valor maior e que depois retornou pelas mesmas 400 mil UFIRs. Tais operações, Sr. Deputado, jamais existiram. A informação à imprensa, então, ou foi produto de um exame muito superficial ou de pouca intimidade com o assunto por parte de quem viu.

A mesma notícia insinua aumento de patrimônio a descoberto. É evidente o engano. O informante, novamente, equivocou-se, pois, sob o ponto de vista fiscal, o que interessa é a variação patrimonial registrada no item 10 da declaração de bens e nunca o patrimônio líquido mencionado no item 11, que é mero dado estatístico.

Este documento, que já foi referido por mim no começo da minha exposição, será encaminhado ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator e aos Srs. Membros para que o analisem.

Ainda vou voltar a enfatizar o pedido que faço ao Sr. Presidente da Comissão, para que, depois, seja-me permitida uma audiência com a subcomissão específica para levantar integralmente a minha vida e a de minhas empresas; reunião - se puder - assistida por técnicos da Receita Federal. Era o que tinha a dizer a V.Exª.

O SR. FERNANDO FREIRE - Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O Deputado Nelson Trad estava aqui há momentos e é da maior importância a presença dele. Mas vou ter que falar sobre o assunto mesmo na sua ausência.

Há pouco, aqui, até muito emocionado, o Deputado Nelson Trad falou a respeito das tentativas de intrigas políticas regionais, aproveitando supostos vazamentos de subcomissões. Disse a ele que subscreveria tudo o que ele disse a respeito da preservação que temos da nossa honra.

O **Jornal de Brasília**, de terça-feira, 2 de novembro, ou seja, ontem, diz:

"Subcomissão avalia mais doze Parlamentares

Doze Parlamentares que não foram citados pelo economista José Carlos dos Santos estão sendo investigados pela Subcomissão de Emendas Orçamentárias. A partir de um estudo detalhado das 606 emendas apresentadas à extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional, durante o Governo Collor, a subcomissão constatou que quinze Parlamentares apresentaram emendas que atingiram quatrocentos milhões de dólares, oito vezes superiores à média dos outros 218 Parlamentares. Três Deputados sob análise - José Geraldo, Ricardo Fiúza e José Luiz Maia - já foram citados por Santos. Os outros doze Parlamentares são: Eduardo Siqueira Campos, Fernando Diniz, George Takimoto, Gilson Machado, Guilherme Palmeira, Irani Barbosa, Lavoisier Maia, Manoel Castro, Márcio Lacerda, Nelson Trad, Roberto Balestra e Telmo Vieira."

Do Jornal **Correio do Estado**, de Campo Grande, de hoje, 03/11/93:

"CPI Investiga Nelson Trad e George Takimoto."

E a matéria vem depois:

"Mais dois Parlamentares de Mato Grosso do Sul na mira da CPI: Trad e Takimoto também terão emendas investigadas."

Estou sendo informado de que o Deputado Fernando Diniz e o Deputado Roberto Balestra - não sei se outro mais - estiveram com o Deputado Luiz Salomão, que é citado neste artigo jornal do Mato Grosso do Sul como tendo feito a seguinte ressalva: "Isso não quer dizer que eles estejam implicados - disse o Deputado Luiz Salomão a um dos membros da subcomissão".

Sei que esses deputados a que me referi conversaram com o Deputado Luiz Salomão, que negou ter dado essa informação aos jornais. Aqui há duas testemunhas de que S.Exª declarou enfaticamente que não fez essa acusação sobre o envolvimento de mais doze parlamentares.

Está presente na Casa o nobre coordenador da Subcomissão de Emendas Orçamentárias, a quem eu pediria o obséquio de me conceder uma palavra a respeito, já que a questão foi levantada, em reunião privada, pelo Deputado Nelson Trad; mas a matéria é pública e, como tal, consulto V.Exª se tem alguma informação a prestar.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS (PSDB-DF) - Pois não, Sr. Presidente.

Realmente esta matéria veiculada pelo **Jornal de Brasília** é inteiramente sem propósito. Entre os critérios adotados pela Subcomissão, resolvemos identificar os parlamentares autores de emendas de maior volume dentre as várias unidades orçamentarias. Numa dessas unidades orçamentárias, - não me recordo exatamente em qual delas - constam os nomes dos Deputados Nelson Trad, Fernando Diniz e de alguns outros parlamentares; em outras, constam os nomes de inúmeros outros, inclusive o meu e o do Senador Pedro Simon, que podem, eventualmente, ser emendas institucionais, como no meu caso, assinadas pela liderança do partido.

Daí, evidentemente, isso, por si só, não pode ser nenhum critério para indiciar quem quer que seja. Eu não sei a que atribuir; não sei como essa informação vazou: ela não tem qualquer sentido. Os Deputados citados não estão sendo investigados pela Subcomissão. É possível até, no futuro, encontrarmos algo que justifique uma investigação; mas, por isso, absolutamente. O critério foi apenas esse.

Eles constam numa determinada unidade orçamentária como autores de emendas, ou melhor, autores não, são emendas já aprovadas. São responsáveis, são autores de emendas já aprovadas, evidentemente, num volume maior do que a média dos demais Parlamentares. Mas até aproveito e esclareço V. Exª que, no meu próprio caso, numa delas, estou também entre os dez, e o Deputado Eduardo Jorge, porque apresentamos emendas chamadas emendas institucionais em nome de nossos Partidos. O que pode ser, inclusive, o caso de muitos desses Parlamentares mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V.Exª. Está presente o Deputado Luiz Salomão. S. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, pedi a palavra porque os Deputados Nelson Trad, Fernando Diniz e George Takimoto me procuraram. Fiz questão de me valer das informações de quem era o proprietário do jornal, quem era o jornalista, lá do Estado deles; fiz questão de ligar para a pessoa e dar um esclarecimento, que posso resumir na última frase que disse: se o Deputado Nelson Trad pudesse integrar a Bancada do meu Partido, eu teria a maior honra de liderar um Deputado como ele, pela forma como vem se comportando até hoje.

De modo que não existe nenhum tipo de acusação contra os Deputados Nelson Trad, Fernando Diniz e nenhum dos outros Parlamentares, que foram listados por um critério absoluta e puramente objetivo, porque não há nenhum critério político envolvido.

O que combinamos na subcomissão, na única reunião plenária que ela realizou, foi examinar as emendas apresentadas por outros Parlamentares cujos valores

fossem excepcionalmente grandes. Estabelecemos um critério estatístico para isso. Qualquer cidadão que tivesse acesso às emendas - e isso são informações públicas - poderia chegar à mesmíssima conclusão.

Creio, Sr. Presidente - já fui alertado, por um coordenador de subcomissão, que suspeitavam que eu teria vazado informação, e hoje também o Deputado Fiúza fez menção ao vazamento de dados sobre a sua declaração de renda, que examinei com especial carinho -, que está havendo um certo sensacionalismo, provocado pela reserva como estão sendo tratadas informações públicas.

É claro que o sigilo bancário, as informações sobre o movimento bancário de qualquer correntista ou os elementos da declaração de renda de qualquer contribuinte são dados cujo sigilo não é transferível, é da responsabilidade do Parlamentar. Agora, dados sobre o valor de emendas, balanços, lucros e perdas, etc., tratarmos isso com reserva, como está acontecendo nas subcomissões, creio que suscita, na imprensa, excitação, na tentativa de obter furos, de divulgar informações que são correntes. Creio que ninguém pode invocar sigilo sobre o valor das emendas aprovadas por um Parlamentar, até porque são dados públicos. São rigorosamente públicos. E se não fossem, deveriam ser.

E creio que é esse excesso de zelo que está havendo nas subcomissões... Cheguei na minha subcomissão outro dia e havia câmaras de TV e máquinas fotográficas registrando os trabalhos da subcomissão. Não fui eu que pus para dentro os repórteres.

De modo que creio que essa preocupação que não tem sentido, não tem cabimento, com o sigilo, é que acaba transformando dados absolutamente correntes e corriqueiros referentes aos Deputados Nelson Trad, George Takimoto - que até não tive o prazer de conhecer - e Fernando Diniz em alvo de manipulações dos seus adversários políticos nos seus Estados.

Talvez, Sr. Presidente, tenhamos visões diferentes desse problema e eu seja meio anarquista em relação a isso, ou seja, à divulgação da informação, e V. Exª tenha uma visão mais reservada, pela diferença de formação que temos. Porém, acho que a maneira mais sugestiva de criar uma falsa expectativa na imprensa é cobrir de sigilo informações que devem ser públicas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª já se antecipou no julgamento próprio de que as nossas formações são diversas. E realmente o são: V. Exª é um economista brilhante, e eu fui um tocador de tambor durante 28 anos. Mas tenho a impressão de que qualquer vazamento daquilo que não deva realmente ser objeto de publicação imediata pode gerar fatos desagradáveis.

Quanto ao outro ponto, V. Exª tem razão: no que é público não adiantaria colocar um carimbo de secreto; naquilo que, em uma sociedade anônima, qualquer um pode pedir. Mas veja como fica a situação.

Então, quero, em primeiro lugar, perguntar ao Deputado Nelson Trad se está satisfeito com as informações dadas aqui, porque foi quem levantou a questão.

O SR. NELSON TRAD - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela palavra dos dois ilustres Membros da subcomissão ficará fácil, de um certo modo, para V. Exªs, que foram citados em Mato Grosso do Sul, mas não foram os únicos... O nobre Senador Lavoisier Maia também foi citado nesse grupo do **Jornal de Brasília**, assim como os nossos Colegas Márcio Lacerda, Guilherme Palmeira e o Deputado Gilson Machado.

Acho que, a partir deste momento, todas as intrigas locais já apareceram. Em Pernambuco já deve ter havido a mesma coisa: Gilson Machado está respondendo à CPI pelo que fez, e assim por diante.

Se o Deputado Nelson Trad, que estava visivelmente emocionado hoje, dá-se por satisfeito, fica para nós a lição; apenas a lição, entre termos a diferença a que se referiu o Senador..., o Deputado Luiz Salomão - tenho insistido tanto em Senador, quem sabe não é uma previsão -, de que haveria documentos sigilosos, e entre os sigilosos eu diria que desde o simplesmente reservado até o ultra-secreto. Essa é a minha formação no trato de papéis que devam ser objeto não de divulgação, mas de conhecimento reservado.

O nobre Senador Lavoisier Maia, também citado aqui - não em Mato Grosso. V. Exª pode ficar tranqüilo -, no **Jornal de Brasília**, tem a palavra.

O SR. LAVOISIER MAIA - Sr. Presidente Jarbas Passarinho, Sr. Deputados e Senadores, hoje, aqui na Comissão, eu soube, através do Deputado Nelson Trad, que o meu nome estava constando de uma relação de suposta irregularidade.

Fiquei com a consciência tranqüila, porque na minha vida pública, não só no meu Estado, o Rio Grande do Norte, que tive a honra de governar no período 79-83, com uma oposição muito radical contra o meu Governo, nada, nenhuma acusação houve, nenhuma suspeita sequer de comportamento irregular meu.

Como Senador apresento emendas - e apresentei muitas -, e elas são públicas, são publicadas. Isso é um dever do Congressista, do Deputado e do Senador. Não vejo irregularidade nenhuma nisso.

Agora, a minha vida, como, tenho certeza, a da maioria dos que fazem o Congresso Nacional, também está aberta a qualquer investigação. Espontaneamente, quebramos o nosso sigilo bancário, por unanimidade, como membros da Comissão. Hoje sei que essa leviandade da imprensa, que quer comprometer homens dignos, honrados, quando atinge a honra, mexe com a gente. E como mexe! Sou do Nordeste, V. Exª é do

Norte, e quando não temos culpa no cartório e somos acusados, precisamos de muita paciência, muita moderação, muita consciência do que somos e fomos para ficar calados.

Nesta hora em que foi citado o meu nome eu não poderia ficar calado. Porque talvez amanhã, no meu Estado, apareça o meu nome na imprensa local. Mas, graças a Deus, não tenho a menor dúvida de que, lá, nenhum conterrâneo meu irá levantar a mínima suspeita de irregularidade no meu comportamento na vida pública. Como também no Brasil.

Eu estava pensando, após termos quebrado o nosso sigilo bancário, que a imunidade parlamentar deveria existir só para a função aqui no Congresso Nacional. Lá fora não deveria haver imunidade, deveríamos ser um cidadão qualquer, igual aos outros, para sermos submetidos a qualquer investigação.

As explicações já foram dadas sobre esse episódio lamentável, e quero dizer a V. Exª que elas também estão me satisfazendo, mesmo porque não existe nada, mas dói quando atacam sem ter sequer o mínimo de procedência. Então, ficam aqui minha revolta e minha inconformação.

Faço minhas as palavras que o Deputado Nelson Trad pronunciou hoje pela manhã. Sr. Presidente, quem faz vida pública, está se mostrando numa vitrina, está exposto a injustiças e a ataques. Mas, em primeiro lugar, existe a consciência do parlamentar; em segundo, a confiança dos colegas, do povo e do Estado que o elegeu.

Tenho fé em Deus que nesta Comissão, muito bem presidida por V. Exª, na hora difícil que estamos vivendo, aquele parlamentar que tiver culpa, será punido, deixando de lado a amizade, o parentesco, o partidarismo; o que não tiver culpa, será absolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª. Vi V. Exª sentado entre dois "Alves": o Senador Garibaldi e o Deputado Henrique. E V. Exªs sempre foram adversários - sempre, não; procuro fugir do "sempre" e do "nunca" -, ou melhor, foram por muito tempo adversários. V. Exª diz que teve os adversários os mais duros, os mais severos e por eles não foi inquinado de nenhuma desonestidade. O silêncio do Senador Garibaldi, eu o tomo como confirmação das palavras de V. Exª.

A maledicência é de tal ordem, Senador Lavoisier Maia, que já foi governador também, que não basta nossa palavra. E quando dizemos "estou de consciência tranqüila", um pândego qualquer diz assim: consciência tranqüila é falta de memória. Esse também não é um argumento que nos ajude. É preciso que sejamos claros, como foi V.Exª, como foi o Deputado Nelson Trad, assim como aqueles que me procuraram na Casa.

Era uma questão importante a salientar, mas - insisto - tirando o nosso Partido do que aconteceu.

Quando o Deputado Luiz Salomão declara que chega na Comissão e encontra as câmeras de televisão filmando o que está sobre a mesa, não sou eu evidentemente que faria qualquer tipo de censura a qualquer colega meu, de modo algum. Apenas faria uma observação polida de que isso não é o melhor que pode acontecer.

Vamos passar à lista de suplentes. A palavra inicial deveria ser concedida ao Coordenador, Senador José Paulo Bisol, mas S.Exª está inscrito adiante.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Ricardo Fiúza, toda investigação tem por objetivo estabelecer relações entre pessoas, fatos e circunstâncias. Há algum tempo, não sei precisar quando, V.Exª trouxe a público que havia recebido de presente um **jet-ski**. Pergunto a V.Exª sobre a confirmação desse fato, quando ele se deu, de quem V.Exª recebeu o presente e por quê.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Deputado Luiz Máximo, a respeito desse assunto do **jet-ski** voltarei a tratar, inclusive, no final, quando vou me referir, ainda, ao problema que tem sido tantas vezes levantado pelo eminente Senador Eduardo Suplicy, a respeito de modificações no Orçamento e a respeito da tal estrada.

Perto do Natal do ano passado, quando eu já não era Relator da Comissão de Orçamento e sequer Ministro de Estado, eu desejava comprar dois **jet-skis** para meus dois filhos. Já havia conseguido comprar um na Mesbla de Recife, e o outro não consegui porque estava em falta. Então, liguei para a Bahia e falei com um amigo para que ele verificasse na Mesbla se havia um **jet ski**. Ele disse que havia e estava mandando. Quando eu quis perguntar o preço, ele disse: eu falei com um querido amigo seu, que quer muito bem a você, e ele disse-me que o **jet-ski** é um presente para você. Dr. Carlos Suarez, da Construtora OAS, meu amigo há muitos anos, não me apresentado, inclusive, pelos baianos, mas por um senhor chamado Antônio Ventura.

Muito bem. Esse **jet-ski**, que foi alvo de um folheto apócrifo - não sei se V.Exª o conhece, contém uma acusação gravíssima a que vou me referir, distribuído aqui no Congresso - dizia: "Quanto custou o **jet-ski** que a empreiteira OAS presenteou o Ministro Fiúza?", com acusações gravíssimas. Inclusive, entrei com um pedido na Polícia Federal de investigação dos autores, tão fácil, todo mundo deve conhecer o talho do desenhista, mas até hoje a Polícia não se mexeu.

Esse **jet-ski** tornou-se emblemático. Imagine V.Exª que, segundo o depoimento de um principal assessor do Orçamento e do DOU, teria essa pessoa recebido gratificações que excedem 2 a 3 milhões de dólares - um funcionário. Eu, em 23 anos de vida parlamentar, embora não me considere um homem rico, sou um homem de

classe média alta, vivo tranquilamente, recebi esse **jet-ski**. Esse meu amigo remeteu-me o **jet-ski**, que aliás veio até com nota de remessa.

Nesta oportunidade, em conversa com a revista **Veja**, discutindo sobre assuntos de campanha, na minha casa, um jornalista me disse que Fulano de Tal, um Deputado colega nosso, cujo nome não vou dizer, havia recebido um **jet-ski** de presente de uma construtora. Eu disse a esse jornalista: "não, você está enganado e está fazendo uma injustiça; quem recebeu esse **jet-ski** fui eu, assim, assim, assim". Ele, no cumprimento do seu dever de bom jornalista, embora meu amigo, colocou a matéria na revista **Veja**.

Na semana seguinte, a **Folha de S. Paulo** deu um destaque inusitado a esse presente que aqui está como tendo custado 12 mil dólares, mas custa 8 mil dólares, e nada mais é do que um casco de fibra com um motorzinho de dois tempos. Fui procurado, então, pelo Senador Eduardo Suplicy, e houve um clamor nacional contra esse **jet-ski**.

Achei que esse **jet-ski** havia se transformado em algo emblemático. Não que fosse um presente despropositado, não que eu tivesse recebido um presente de grande valor; pelo contrário, até imaginava que, ao ser Relator da Comissão de Orçamento, se um amigo meu me dava um **jet-ski** de presente, isso era um atestado de honestidade. Porque se eu tivesse pactos ou negócios, eu já estaria pago e satisfeito, não seria alvo de uma pequena atenção.

Volto a dizer a V. Exª: como estou no "emblemático", cometi a grosseria de devolver o **jet-ski** mais ou menos um mês depois ao Dr. Carlos Suarez, apenas em respeito à opinião pública, embora se não o tivesse feito também estaria absolutamente em paz com a minha consciência.

Não recebi, não fiz nenhum favor em troca de um **jet-ski** porque seria bastante desagradável imaginar que um **jet-ski** iria me comprar, notadamente quando agora vem à tona os valores que se falam por aí.

Essa é a história do **jet-ski**. Mas, vou ter que voltar a ela, porque ela está vinculada a uma denúncia, que é essa denúncia aqui, de que o prêmio teria sido uma estrada que aprovei, em Santa Catarina, o que já foi sobejamente provado. Infelizmente, embora essa estrada tenha sido aprovada há mais de dois anos, não foi emenda minha e não se realizou, a imprensa há uma semana repete a mesma acusação de S. Exa., o Senador Eduardo Suplicy, que, aliás, foi ao meu gabinete, quando eu era Ministro, e expliquei a ele a história dessa estrada. O Governador de Santa Catarina mandou uma carta a S. Exa.: o Senador Esperidião Amin fez um discurso; o Tribunal de Contas fez uma auditoria e, no entanto, o Senador Suplicy ainda repetiu - como repete ainda hoje - a acusação de que mudei o Orçamento embora já esteja absolutamente provado.

Esse foi o episódio de um simples **jet-ski**, em toda a minha vida pública. Não acho que isso seja uma mácula. Seria o maior farisaísmo ou a mais deslavada postura política imputar-me uma mancha em função de um simples brinquedo desse. É verdade: ganhei o **jet ski**, mas foi devolvido.(?)

O SR. LUIZ MÁXIMO - Deputado Ricardo Fiúza, no início de sua fala na parte da manhã, V. Exª. arrolou alguns diplomas legais que disciplinam a liberação de auxílios e de subvenções. V. Exª., em sua exposição, enfatizou que todas as formalidades legais tinham sido devidamente observadas.

Pergunto a V. Exª se tem conhecimento, por ouvir dizer ou por ciência própria, se, todas as liberações de auxílios e subvenções, durante sua gestão no Ministério, se ativeram (?) à exigência, para cada uma delas, de projetos, plano de trabalho e orçamento das entidades - sejam elas assistenciais, sejam elas prefeituras -, para as quais foram destinados esses recursos.

Gostaria de saber se, para todas, V. Exª. nunca teve conhecimento de liberação de recursos diretamente ao Banco do Brasil, para que, deste, fossem destinados às entidades, sem que houvesse o respectivo processamento burocrático dos pedidos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso afirmar, categoricamente, a V. Exª que: primeiro, não existe sequer um caso de liberação que não tenha seguido todos os trâmites; segundo, posso afirmar a V. Exª que jamais foi feito nenhum depósito diretamente ao Banco do Brasil para entidades; terceiro, quero afirmar a V. Exª que antes disso, antes de a listagem ir para o banco, todas eram processadas na SIAFI.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pergunto a V. Exª se também tem conhecimento, de ciência própria ou por ouvir dizer, que verbas destinadas a investimentos, liberadas, teriam sido, ou foram, contabilizadas no sistema de processamento do SIAFI como despesas correntes.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não tenho ciência e não creio que tenha ocorrido.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª sabe quantificar o número de entidades inadimplentes no período de sua gestão no Ministério?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, porque eu não faria liberação para nenhum inadimplente. Nunca perguntei quantos estavam inadimplentes, porque, em estando inadimplente, já não era objeto da minha consideração. Eu apenas perguntava se a entidade tal, que perfazia o pleito, estava adimplente. Não sei quantas estavam, ou ainda estão, inadimplentes. Imagino que cada ano deva haver o número maior de inadimplementos. Quero dizer a V. Exª apenas o seguinte: no meu tempo, decorridos os 30 dias, que é o prazo legal para prestação de contas, em não o fazendo, eu fazia uma

tomada de conta especial e remetia ao Tribunal de Contas. Nos oito meses que lá estive, fiz 148 tomadas de contas especiais.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Durante sua gestão. Deputado Ricardo Fiúza, houve denúncias registradas pela imprensa de liberação de recursos para entidades ditas fantasmas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Que eu me lembre, não, salvo uma no Ceará, que envolvia uma questão entre o Deputado Aécio de Borba e outro Deputado do PTB, que havia sido liberado, e a entidade não existia. Isso foi próximo à eleição, essas questões de política local. Por falta de sorte do denunciante - eu já não era mais Ministro -, essa tal entidade, que era tida como fantasma e foi objeto de longa denúncia da imprensa, inclusive em meu Estado - "Fiúza envolvido com entidade fantasma", porque a manchete é sempre assim -, a referida entidade já havia prestado contas, e as mesmas já haviam sido aprovadas. Foi a única vez que tive ciência.

Devo deixar bem claro, Sr. Deputado, que, durante todo este ano, não fui instado por ninguém, ou por nenhum órgão público, ou não me lembro de ter ouvido (?) no jornal, ou nenhum colega me disse que havia problemas com as minhas liberações, salvo depois das pretensas denúncias do meu denunciante, Dr. José Carlos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Para concluir, V. Exª, referindo-se ao Sr. José Carlos, disse que o seu relacionamento com ele era de admiração, apreço e respeito.

O SR. RICARDO FIÚZA - Exatamente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Esse relacionamento o tornava depositário de sua confiança?

O SR. RICARDO FIÚZA - Depende para quê. Por exemplo: para uma informação sobre procedimentos orçamentários, para me ajudar a elaborar um crédito suplementar no Ministério, eu o chamava às vezes. Vamos dizer, quantas vezes ele foi ao Ministério? Cinco, dez vezes durante todo esse tempo? Sim; porque se tratava de confiança técnica. No demais, eu nem tinha confiança nem desconfiança, por uma simples razão, Sr. Deputado: eu não privava da intimidade pessoal. Era uma amizade provinda do... companheiros de trabalho, digamos assim, embora houvesse entre nós a distância e o respeito hierárquico. Por exemplo, o Dr. José Carlos nunca me chamou de você; sempre me tratou por Deputado, etc. Quer dizer, havia um relacionamento como V. Exª deve ter com algum funcionário de seu gabinete. Convive... Como tenho com o Vicente, que é meu secretário há 8, 10 anos: apreço pessoal, mas entre esse apreço e promiscuidade há uma distância muito grande, e certamente não havia.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Luiz Máximo, o tempo de V.Exª está esgotado há três minutos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Obrigado.

O Senador José Paulo Bisol é coordenador de uma das comissões, e acertamos, em uma das reuniões interna, que os coordenadores das comissões teriam preferência para suas indagações, ou passariam as perguntas ao Relator. O Presidente já havia chamado, anteriormente, o Senador José paulo Bisol, que havia se retirado momentaneamente.

Então, passo-lhe a palavra agora, para, depois, prosseguir na lista dos suplentes escritos. O próximo escrito é o Deputado Zaire Rezende.

Com a palavra o Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sr. Presidente, há uma regra segundo a qual eu tenha de levantar para formular as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não, não há necessidade.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Nobre Deputado Ricardo Fiúza, as minhas perguntas são simples e podem ser respondidas objetivamente. O interesse delas é para posterior investigação.

O senhor tem alguma relação de parentesco com Fernando Rodrigues?

O SR. RICARDO FIÚZA - Tenho, sim senhor. É casado com a minha irmã Celina Maria Fiúza Rodrigues.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O senhor tem alguma relação de parentesco com Ana Cláudia de Moura Fiúza?

O SR. RICARDO FIÚZA - Tenho, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Na documentação que o senhor traz...

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, peço a V.Exª que me permita responder essa pergunta, a sós, a V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Compreendo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª, quando estiver mais descansado...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Não é porque eu esteja cansado. É porque essa pergunta envolve um problema de ordem pessoal...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não é sobre isso. É que V.Exª...

O SR. RICARDO FIÚZA - no qual me conduzi muito bem...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É que V.Exª quer prestar esclarecimentos à equipe que está trabalhando com base na pesquisa patrimonial e fiscal.

O SR. RICARDO FIÚZA - Para efeito de patrimônio, essa segunda referência não tem nenhuma ligação por dispor de uma forma completamente distinta de assistência.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Certo.

Com Antônio Araújo, o senhor tem relação de parentesco?

O SR. RICARDO FIUZA - E casado com minha filha Elizabeth Chaves Fiúza de Araújo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Perfeito.

Quais os bancos com os quais V. Exª opera como pessoa física?

O SR. RICARDO FIÚZA - Há muitos anos. Senador José Paulo Bisol, - aqui estão as pastas, desde o ano de 1970 pelo menos, de 1970 a 1980, uns cinco anos - só opero em dois bancos. Operei muito tempo só no Banco do Brasil, na Câmara, movimentando exclusivamente minha conta pessoal. Quando houve aquela greve, um dia que fiquei sem dinheiro, fiquei com raiva e abri uma conta no Citibank, onde é mais difícil haver grave.

Portanto, só tenho conta em dois bancos há muitos anos: Banco do Brasil e Citibank, onde estão todas os extratos que V. Exª vai certamente compulsar. Somente um detalhe: extratos da época. Não são extratos novos pedidos. São extratos recebidos à época. Naturalmente V. Exª terá oportunidade de verificar a autenticidade.

Vou dar os originais e vou me reservar, apenas, o direito de tirar uma cópia xerox na Comissão.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Perfeitamente.

Financiamentos relacionados com projetos aprovados pela SUDENE em nome próprio, em nome de parentes ou em nome de filhos ou em nome de empresas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Senador José Paulo Bisol, o sistema de SUDENE e de SUDAM não faz financiamentos, nunca fez.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, ligados.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não.

Vou explicar a V. Exª: não são financiamentos. São participações societárias em ações preferenciais que são feitas após uma longa análise de um projeto, aprovação de um projeto, cronograma de implantação, fiscalização.

Então, o grupo detentor do controle acionário, no caso a Família Fiúza, através da Agropecuária Jaçanã, tem algumas participações nas seguintes empresas: Empresa Empreendimentos Agroindustriais Reunidos S. A.; Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários e Companhia Vale do Mearim.

Muito bem. Devo dizer a V. Exª que, excetuando a Companhia Vale do Mearim, que é da SUDAM, todas essas empresas foram compradas por nós - e estou anexando para que V. Exª tenha o quadro de evolução do capital. Tudo isso está escrito e declarado para a Subcomissão que V. Exª Preside. Todas essas empresas foram adquiridas muito após a aprovação dos projetos de SUDENE.

Se V. Exª me permite uma falta de modéstia, como temos uma grande vocação agrícola e pecuária, meus filhos e eu pegamos projetos que estavam inviabilizados por várias razões, alguns com oito, dez anos de aprovados, e compramos. Nunca aprovei um projeto na SUDENE, embora tenha dado continuidade a eles.

Segundo, sempre ultrafiscalizados. Terceiro, até auditado, o que já é quase um excesso. Os nossos projetos - dessas empresas às quais me refiro - são considerados os melhores projetos desse tipo.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Para evitar requisições, que podem ser dispensadas, se V. Exª vai apresentar...

O SR. RICARDO FIÚZA - Todos os documentos que V. Exª desejar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Esses documentos relativamente à Empresa Empreendimentos Agroindustriais Reunidos S/A., à Companhia Maranhense de Produtos Agropecuários.

O SR. RICARDO FIÚZA - Todos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Agropecuária Jaçanã Ltda.?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, senhor, todos estão aqui.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Jaçanã Agricultura e Mecanização Ltda?

O SR. RICARDO FIÚZA - Também está.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Agropecuária Rio Mearim, que o senhor mencionou?

O SR. RICARDO FIÚZA - Também está.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E crédito na Agropecuária Jaçanã Ltda?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, senhor. Só que a Agropecuária Jaçanã Ltda. e Jaçanã Agricultura e Mecanização são empresas constituídas sob a forma de sociedade por cota de participação limitada e não receberam financiamento da SUDENE. Também estão aqui. Estão aqui, não só data de fundação.. e essa empresa primeira, a que V. Exª se refere, foi fundada em 1971. Temos, aqui, para V. Exª toda a evolução do nosso capital, da nossa participação, a forma como foi feita, e, se V. Exª assim o desejar, todos os balanços dos últimos 5 anos e, além disso, o balancete do mês de agosto. Se V. Exª, os seus assessores e seus ilustre Pares tiverem alguma dificuldade, por gentileza, peçam qualquer informação complementar que desejarem, inclusive, dos livros contábeis, que terei satisfação e prazer em mandar vir imediatamente para esta Comissão. Devo dizer a V. Exª que todas as propriedades que foram citadas de forma maledicente pelo jornal estão contabilizadas nessas empresas com data da escritura, com o número da escritura e valor da escritura incorporados, porque existem alguns casos, V. Exª vai ver, em que existe um número grande de escrituras, por exemplo: na Agropecuária Rio Mearim. Por que razão? Porque nessa Região, só podemos utilizar 50% da área, a reserva florestal é 50%, e, para completar a área - um projeto naquela distância só tem viabilidade após certo porte - fomos comprando pequenas propriedades

e há um número grande de escrituras que, no fundo, se resume em uma propriedade, por exemplo, de 5 mil hectares, que é exclusivamente reserva florestal, na qual não podemos tocar, pois somos sempre fiscalizados pelo IBAMA e pelo IBDF; foi comprada exclusivamente para reserva florestal. Todas essas escrituras de reserva florestal estão devidamente averbadas em cartório, à margem do registro das escrituras. Todas estão contabilizadas. A contabilidade está absolutamente em dia. V. Exª dispõe das contas da empresa que precisar, que desejar. Se V. Exª puder me fazer a delicadeza de me dar uma relação, eu apressarei para V. Exª.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Muito obrigado, Deputado. Eu gostaria que V. Exª, quando lhe conviesse, nos visitasse, pois teremos uma grande alegria em recebê-lo, para prestar esclarecimentos em torno de alguma dúvida que emergir.

O SR. RICARDO FIÚZA - Se V. Exª, com a sua generosidade e a imparcialidade de juiz, com seu talento, me permitisse participar de uma reunião dessa Comissão, estaria me assegurando, com toda certeza, a amplitude do direito de defesa que a Constituição me assegura, e seria um ato que V. Exª faz por mim e que eu jamais pagaria, porque preciso dedicar o resto da minha existência a esclarecer, com toda profundidade esse assunto, essa trama miserável e vergonhosa em que fui envolvido. Não aceito viver, enquanto não resolver isso definitivamente.

Se V. Exª for extremamente rigoroso na avaliação de tudo que eu levar a V. Exª, serei grato até os últimos dias, porque ficará demonstrada, definitivamente, a minha culpa ou a minha inocência. Não posso é continuar sob suspeição.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Asseguro a V. Exª a mais absoluta liberdade, no sentido de comparecer às salas onde estou trabalhando, seja no meu gabinete, seja na sala...

O SR. RICARDO FIÚZA - Marcarei a hora com V. Exª e levarei todos elementos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª tem ampla liberdade e estamos interessados em todos os esclarecimentos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado. Ainda peço mais um favor a V. Exª: se posso ser acompanhado pelo meu filho, pois como sou político e ele fica mais à frente das empresas, ficará ao lado como meu assessor, para alguma informação que eu possa precisar ou algum documento.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Exª pode fazer-se acompanhar de seu filho, de advogado...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Advogado não preciso.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - ..ou de quem entender necessário.

O SR. RICARDO FIÚZA - Meu advogado é a consciência desses homens com os quais aprendi a conviver e a respeitar durante 25 anos. Meu advogado serão os fatos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Então está a sua disposição comparecer, se quiser podemos marcar hora, se quiser...

O SR. RICARDO FIÚZA - Marcaremos. Queria pedir apenas um pouco de generosidade a V. Exª, porque ontem trabalhei até às 6 da manhã. Dormi de 6 às 7. Naturalmente não é fácil estar aqui como depoente. Se V. Exª me permitisse não ser amanhã, ligaria para V. Exª e, quem sabe, faríamos depois de amanhã. Procuro V. Exª para marcar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Completamente de acordo. Sobre o fato só vou fazer uma pequena pergunta...

O SR. RICARDO FIÚZA - Pois não.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - e se já foi respondida pode ser indeferida, porque tive que sair. Ao responder sobre o empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, concedido à empresa Companhia Agroindustrial Jaçanã, representada por sua senhora e filhos...

O SR. RICARDO FIÚZA - Meus filhos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - tendo como avalista V. Exª. Foi concedido 461 milhões ou alguma coisa assim, equivalente a 1/5 de milhão de dólares da época. O Deputado respondeu que se tratava de um empréstimo a taxas de mercado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim senhor. No Banco Comercial...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Ao mesmo tempo em que reconheceu estar em débito ainda.

O SR. RICARDO FIÚZA - O senhor me permite uma explicaçãzinha, já que V. Exª não estava presente? Essa empresa passou pela minha mão meteoricamente, lamentavelmente, 1 ano, e as notícias que saíram na imprensa sobre ela eram tão fantásticas que me impediram de levar o empreendimento adiante. Manchetes que diziam: "Banco do Brasil faz operação para beneficiar o Líder". Eu nunca fiz uma operação no Banco do Brasil para essa empresa, nem sequer fui lá fazer a rolagem, e tantas coisas. Resolvemos passar a outro grupo, dentro desse contexto de dificuldades que V. Exª conhece da economia nesses últimos anos.

Essa empresa, dentro do seu fluxo de caixa, tinha como certo receber uma coisa chamada subsídio de equalização de preço, e a imprensa e as autoridades asseguravam que seriam recebidos esses subsídios, que era um direito da empresa, dentro de trinta dias. Tendo essas cartas em mãos, procuramos a Caixa Econômica - não a social, mas sim o banco comercial da Caixa Econômica - e fizemos uma operação de curto prazo. Lamentavelmente, o dinheiro do subsídio vem rolando, rolando, etc. Parece que agora me informaram, os ex-proprietários, que ontem saiu a certidão de INPS e que

deverão receber em títulos, e que esses títulos eles venderão com deságio para pagar a Caixa Econômica. Não me lembro do valor da operação à época, mas me informa o Sr. Senador Suplicy, que, hoje, segundo papéis que recebeu, já estaria em 4 milhões de dólares, o que, obviamente, não vamos pagar; nós não, a empresa não vai pagar, vai até contestar em juízo, porque não é possível que um débito de dois anos, em dólar, de 1 milhão de dólares passe para 4. Mas é apenas um detalhamento.

Quero dizer a V. Exª que não houve nenhum favorecimento; que foi uma operação num banco comercial e que, lamentavelmente, se encontra vencida mas, segundo me informam os novos proprietários, será resgatada num curto prazo. Aliás, devo dizer - relembro-me agora - que, se não me falha a memória, no fim do ano, eles pagaram alguma coisa já bastante substantiva por conta. Não há favorecimento, não há juros subsidiados, nem favorecidos; pelo contrário, foi uma operação a juros escorchantes.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A minha questão - até pode ser respondida depois - é que esses recursos teriam sido aplicados. Em que empreendimentos eles foram aplicados e de que maneira? Porque não houve a possibilidade de, até hoje, gerar recursos suficientes para pagamentos. V. Exª não precisa responder agora.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou fazer apenas um comentário. Essas operações de curto prazo não têm finalidade específica, são a juros de mercado. Pelo menos 50% das empresas sucro-alcooleiras do Nordeste, Sr. Senador, estão em situação extremamente difícil, agravada este ano pelo problema da seca; as canas não cresceram, a produção será a metade da do ano passado. Essas empresas vêm se debatendo no decorrer de um longo período, e o problema tem que ser enfrentado com realismo; metade vai fechar, metade vai se modernizar, etc, mas não é - me perdoe V. Exª - o assunto da nossa pergunta.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Tal como os demais membros desta Comissão eu lhe asseguro, Deputado, que irei até o último resquício de minha energia para provar a sua inocência, se o senhor for inocente; e até o último resquício da minha energia para incriminá-lo, se o senhor for culpado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Fico muito grato a V. Exª por essa postura.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência lembra ao depoente que ele não tem necessidade de voltar a responder perguntas que já havia respondido, até porque o depoente responde para que conste dos autos da CPI. O Senador José Paulo Bisol, ate muito cordialmente, disse que, se a pergunta já houvesse sido respondida, não haveria necessidade de fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela pertinência, Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência vai concluir e dará a palavra a V. Exª.

Sentimos que o depoente faz questão de detalhar cada resposta, para que fique bem clara a sua posição, mas a Presidência vai-se permitir lembrar ao depoente cada questão que já houver sido respondida, porque temos ainda dezessete interpelantes inscritos.

Consulto o Senador Eduardo Suplicy se pede a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela pertinência, Sr. Presidente, apenas gostaria de relembrar ao Deputado Ricardo Fiúza que, nos termos do contrato citado e objeto de menção pelo Senador José Paulo Bisol, a taxa de juros cobrada foi de 13,2% ao mês. A **Folha de S. Paulo**, no dia 10 de maio, registra que a taxa de mercado mínima, à época, era de 18% ao mês e a máxima era de 26% ao mês; então tratava-se, Senador Ricardo Fiúza, de uma taxa de juros, aproximadamente, metade da taxa média de mercado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Aí eu tenho que interromper.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Peço ao depoente que permita à Presidência dizer que nós acertamos, em reunião anterior - embora eu vá conceder ao depoente a possibilidade de responder, já que foi feita uma manifestação que enseja resposta - que, quem já tiver feito interpelação, quando pedir a palavra pela ordem será apenas para colocar ordem no desdobramento dos trabalhos, se a Mesa não os estiver conduzindo com ordem; pelo que não poderemos ensejar novas perguntas, como o fez o nobre Senador Suplicy, que, inclusive, é o primeiro interpelante. Mas como ele fez esta manifestação, entendo que a Presidência deve ensejar ao depoente a possibilidade de dar a sua resposta.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, o Sr. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy não perde a oportunidade de tentar desdizer as minhas palavras, mesmo quando não é assunto pertinente à Comissão.

S. Exª acaba de falar sobre a taxa média que viu em jornais, mas deveria ter o cuidado de verificar se essa era a taxa média da Caixa Econômica Federal àquela época, porque os bancos oficiais nunca foram os bancos de taxas mais altas.

Se V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, imagina que uma taxa, àquela época, de 13% ao mês é uma taxa baixa, subsidiada, então V. Exª, realmente, não sabe o que é produzir nem trabalhar, o que é gerar, principalmente no campo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Sr. Zaire Rezende para sua interpelação.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado Ricardo Fiúza, o Jornal **Folha de S. Paulo**, em edição de hoje, dia 3 de novembro de 1993, divulga documento do Sr. José Roberto Nasser Silva, então Chefe da Assessoria do Orçamento da Câmara, e do

Sr. Orlando José Leite, então Diretor da Subsecretaria de Orçamento do Senado, em 1992, que afirma terem sido incluídas no Orçamento de 1992, relatado por V. Exª, emendas fantasmas no valor 161 milhões e 500 mil dólares, ou seja, 28 bilhões e 500 milhões de cruzeiros reais, destinadas à obra do setor elétrico, tocadas por empreiteiras. O jornal reproduz, em um fac-símile, o final do relatório, que diz: "Cabe, portanto, informar que as divergências entre tantos dados considerados definitivos pelo Congresso Nacional e aqueles constantes da lei não têm explicação plausível dentro do processo legislativo e resultam de inserções a ele estranhas, ocorridas após o encerramento do trabalhos e antes da sanção presidencial." Assinam o Sr. José Roberto Nasser, Chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, e Sr. Orlando José Leite de Castro, Diretor da Subsecretaria de Apoio Técnico a Orçamentos Públicos do Senado Federal.

O que tem V. Exª a se dizer a respeito deste assunto?

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Zaire Rezende, devo dizer a V. Exª que, pessoalmente, considero esse assunto absolutamente encerrado, como considero encerrado outros assuntos que vou trazer agora, a fim de que V. Exª veja como são difíceis as coisas, quando se pretende repisá-las pelo prazer ou pela necessidade de repisá-las.

Devo conhecer o Dr. José Roberto Nasser e este Dr. Orlando, de fisionomia: não me lembro deles. Sei que esses senhores são inimigos - ou desafetos, ou despeitados, como se queira dizer - do então Diretor do DOU à época, que hoje é meu acusador, Dr. José Carlos.

Este assunto, nobre Deputado, veio à baila pelo Sr. Senador Eduardo Suplicy, que endereçou ao Procurador-Geral da República essas reclamações. O Sr. Procurador-Geral da República enviou ao Presidente do Senado e o Sr. Presidente do Senado enviou à Comissão Mista de Planos e Orçamentos, que constituiu um grupo de trabalho, oportunidade em que chamei à colação até o Dr. José Carlos dos Santos, e, ao lado de vários companheiros, tiveram o exaustivo e monstruoso trabalho de levantar, uma por uma, essas acusações.

Devo dizer a V. Exª que, naquela oportunidade, eu já era Ministro e não tinha tempo de me dedicar. Eles fizeram um alentadíssimo relatório, levantando uma por uma dessas acusações, e concluíram, Sr. Presidente, votando na Câmara e remetendo ao Sr. Presidente do Senado: "Portanto, que o presente processo seja encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional para arquivamento, por serem improcedentes as alegações apresentadas pelo Sr. Eduardo Suplicy de que o Deputado Ricardo Fiúza, Relator-Geral do Orçamento, teria cometido inclusões de dotações no referido projeto." Isso foi enviado à Mesa.

Esse assunto nunca parou. Agora mesmo, num desses documentos que me foram encaminhados para posterior resposta - e a imprensa tem a sensação de que é um grande documento - consta: "Congresso Nacional. CPI do Orçamento. Execução Orçamentária. Somatórios do GND. Informações obtidas no SIAFI." Então, vem uma lista imensa: Nilson Gibson e outros. São coisas que não há sequer como conferir, mas viraram uma espécie de bandeira.

O relatório do Senador Magno Bacelar foi longamente debatido e votado na Comissão. S. Exª o Sr. Senador Eduardo Suplicy voltou ao assunto no Congresso Nacional, dizendo ao Sr. Presidente do Congresso que não aceitava ou que estava em desacordo, que um ou dois dos seus Pares haviam votado contra e que S. Exª, inclusive, não estava na sessão no dia. Não estava, porque não era membro. Esteve e se ausentou.

Veja bem V. Exª que só há uma única forma de comprovar isto: mostrar que isso está em desacordo com o Orçamento publicado.

Sobre a mesa, a redação final. V. Exª vai me permitir, por favor, nesta pergunta, Sr. Presidente, Peço a generosidade de V. Exª, porque temos aqui, além do longo debate - V. Exª estava aqui de manhã, quando foi submetido o nosso relatório na Comissão, ao ser votado... eu

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Em discussão.

Nobre Deputado José Genoíno... - Ele pensou que o Deputado Genoíno quisesse discutir - deseja discutir a redação final?

O Sr. Deputado José Genoíno - Não, Sr. Presidente. V. Exª agora está anunciando a matéria principal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A redação final do Orçamento.

O Sr. José Genoíno - Sr. Presidente, acho importante que o Relator, Deputado Ricardo Fiúza, que fez o relatório - e é um metro de papel acumulado -, use a palavra para resumir a matéria.

Espero que S. Exª não leia os 60 volumes que formam o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência pede aos Srs. Deputados que permaneçam na Casa que vamos proceder à leitura.

O Sr. Victor Faccioni - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Tem V. Exª a palavra.

O Sr. Victor Faccioni (Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como os nobres Deputados José Genoíno, Gastone Righi e demais Líderes já leram todo o relatório, sugiro que o Relator-geral faça apenas uma síntese.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência pede ao nobre Líder Ricardo Fiúza que, com a concisão habitual, fale a respeito da matéria.

E então faço um comentário sobre o Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Em votação, na Câmara dos Deputados, a redação final.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

Aprovada, portanto.

Ao término dos trabalhos, o Senador Mauro Benevides faz uma saudação a todos, pedindo para destacar, nesse instante, o inequívoco desempenho dos Srs. Deputados em oferecer um orçamento que refletisse a realidade. Esteve representado nesse empenho, sobretudo, um número expressivo de setenta e cinco mil emendas publicadas em trinta volumes, que é o que tinham lá na hora.

Dentro do compromisso que assumimos de não permitir a votação da matéria sem pleno conhecimento de todos os senhores parlamentares.

A questão é uma das mais difíceis de serem resolvidas. Creio nas boas intenções do Sr. Senador Eduardo Suplicy. S. Exª tem a convicção de que essas modificações ocorreram. O que me causa espécie, Deputado Zaire Rezende, é que durante um ano nenhum só Sr. Deputado reclamou ou levantou qualquer suspeição.

Imagine V. Exª se alguma emenda fosse incluída ou modificada, é evidente que teria de preterir outra já constante no Orçamento. E, consequentemente, aquele prejudicado teria imediatamente que reclamar. É extremamente estranho que isso tenha ocorrido apenas um ano após quando eu já era Ministro. De vez em quando, aparecem relações - esse assunto é muito grave, Sr. Presidente, por favor - com acusações, as mais estapafúrdias a respeito desse assunto e nunca relações que permitam um cotejo em cima. Recebo um papel solto, de repente, vejo uma declaração da imprensa: "emendou...", "fez...". Até hoje, eu, nem ninguém encontrou uma forma de apurar isso a não ser a Comissão de Orçamento.

Na mesma oportunidade, o Senador Eduardo Suplicy denuncia à imprensa que eu havia feito a inclusão de uma emenda para Santa Catarina no valor - se não me falha a memória - de 18 bilhões de cruzeiros para uma estrada, e que a concorrência havia sido ganha pela Construtora OAS.

O governador de Santa Catarina, imediatamente, remete carta a S. Exª, dizendo que, embora emenda fosse de relator, não era do Deputado Ricardo Fiúza; a emenda era de 18 deputados do chamado Fórum Catarinense. Havia um total de 276 emendas sobre a BR-101; só o Senador Esperidião Amin havia feito 17 emendas para essa BR-101.

O que fiz, Sr. Presidente? Aprovei - se não me falha a memória - oito ou doze bilhões para a estrada. Na oportunidade que S. Exª denunciou, a concorrência não havia sido sequer julgada. Informou-me o Senador Esperidião Amin - tenho cópia disso, está anexo para a comissão - bem como a S. Exª o procedimento disso.

O nobre Deputado sabe, que até hoje sai nos jornais, saiu na semana passada, devo ter um recorte, de que agora, em 1993...

Além do mais, veja como são as coisas. O governador Esperidião Amin fez uma consulta relativa à licitação e sobre o critério técnico dessa estrada acusada... Como se eu tivesse feito essa estrada, essa emenda. Muito bem. Está aqui a resposta do Tribunal de Contas que estou encaminhando à Comissão.

Nessa oportunidade, houve uma coincidência desagradável; circulou esse velho folheto: "Quanto custou o **jet-ski** que a empreiteira OAS presenteou ao Ministro Fiúza?". No começo deste ano, a imprensa brasileira surpreendeu a opinião pública com a notícia de que o Ministro Fiúza, quando relator do Orçamento - não era - ganhou um **jet-ski** do empresário Carlos Suarez..." É só. Até aí nada de errado - etc. Aí vem o ridículo. Aqui, o que ele diz? "Pois o que aconteceu? Ricardo Fiúza não resistiu ao regalo. Comovido com o presente, que seus filhos estavam curtindo na praia, em Pernambuco, o Ministro-Relator empunhou sua caneta e saiu em defesa do amigo. E num passe de mágica orçamentário, embutiu uma emenda que garantiu um sobrepreço de 62 milhões de dólares na construção dos 24 quilômetros da BR-101. Carlos Suarez ganhou a concorrência da lamúria. Coagido..." - o que não foi -"... a devolver o presente, inclusive por Parlamentares da Oposição, como o Eduardo Suplicy, do PT, o Ministro Fiúza argumentou: prefiro doar o jet-ski..." etc. etc. Ainda faz mais outro ridículo. "... Com os olhos úmidos de lágrimas e emoção, também vou devolver os 62 milhões ...", que era o que o Suarez teria devolvido.

A emenda não foi de minha autoria; a estrada não havia sido aprovada, não havia sido licitada e saiu, continua saindo. É semelhante ao que ocorreu com o Relatório do Senador Magno Bacelar que virou uma bandeira. Aqui atrás tem: "A frota de Suarez - cinco mil jet-skis pagos pelo povo".

Quer dizer, fui acusado de ter feito uma emenda que não fiz. Isso foi sobejamente demonstrado. E o pior: parece-me que essa estrada não recebeu nenhum centavo. Ontem, eminente Deputado Zaire Rezende, isso saiu na imprensa, bem como coisas acontecidas há mais de dois anos. Como é que se consegue limpar a honra num País desse? S. Exª sabe, debateu neste plenário. Na hora em que S. Exª me acusou - tenho aqui cópia do discurso -, pelo menos vinte Senadores saíram em minha defesa, dando o atestado da minha honradez; todavia, continuam saindo.

Mandei pedir à Polícia para apurar o autor do folheto. Nunca o fizeram. Este é o mesmo caso dessas acusações. Surge, porém, uma nova lista. É a coisa mais grave de toda esta CPI. Surge esta nova lista, e eu só tenho uma solução: que ela seja encaminhada ao Poder Judiciário para que se apure. Eu não tenho mais condições de continuar alimentando essa bandeira política. A Comissão de Orçamento votou, e quase, por unanimidade, desmente tudo isso. É preciso provas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado...

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, estou altamente acusado num caso grave. Está em jogo minha vida, minha honra. Isto é uma bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado, V. Exª está respondendo há 14 minutos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas se for a minha vida, como está sendo, V. Exª tem que compreender. Eu não posso mais ser vítima deste tipo de leviandade. Que se processe a Comissão de Orçamento. Por que o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que estava presente, lá, na hora em que se disse "Sobre a mesa, a Redação Final", os representantes do Partido dos Trabalhadores e dos outros partidos não disseram: Peço vista. Quero ver. Quero conferir?. Um ano depois, vêm dizer que foi inserida a emenda? Não tenho o que dizer sobre este assunto, porque é impossível acrescentar mais elementos comprobatórios.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, quero declarar, para que fique registrado nos Anais desta CPI, que, ao fazer perguntas, não as faço por prazer, tampouco para repisar no assunto. Sou membro de uma CPI e estou realizando uma investigação à procura da verdade, Deputado, nada mais do que a verdade. É isso que queremos. Isto tem de ficar muito claro, tem de ficar registrado nos Anais: estamos à procura da verdade; não nos move qualquer tipo de prazer mórbido.

Além disso, ele disse, Sr. Deputado, que é estranho, que somente agora isso tenha vindo à tona. Eu diria que estamos exatamente investigando uma série de fatos muito estranhos. Não fossem eles estranhos, não haveria motivo para uma CPI. Então, realmente, são estranhos. Mais adiante ele falou em leviandade. Sr. Presidente, lamento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não me referia a V.Exª e, se V.Exª assim o tomou, já lhe peço desculpas antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Zaire Rezende, antes que V.Exª faça a próxima pergunta, desejo dirigir-me, na condição de Presidente, ao depoente, para dizer que queremos assegurar-lhe todo o direito de manifestar aqui o seu ponto de vista, dizer o que efetivamente ocorreu. Ouvimos o depoimento do Deputado Ricardo Fiúza por quase três horas. Temos ainda algumas inscrições, e o Deputado, talvez por exausto já, sem se dar conta, está repetindo algumas respostas, o que talvez, até para se poupar pessoalmente, pudesse evitar.

V.Exª tinha 10 minutos, fez uma pergunta de 1 minuto, o depoente respondeu durante 14 minutos. Então, V.Exª continua com o seu tempo.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado, **O Globo** do dia 31 último informa que a auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União sobre a utilização dos recursos do FGTS constatou um rombo de 500 milhões de dólares. O órgão (Tribunal de Contas) responsabiliza V. Exª e sua antecessora no cargo, Marçanda Procópio, e o então Presidente da Caixa, Álvaro Mendonça.

O perito do Tribunal de Contas da União que investigou o assunto, Jorge Ribeiro Soares, considerou o assunto tão sério que sugeriu ao Tribunal o enquadramento de todos, no Código Penal, por crimes contra a administração pública.

Por outro lado, o relatório da Procuradoria-Geral da República também constatou a manipulação de mais de 3 bilhões de dólares dos recursos, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, destinados a programas habitacionais, com superfaturamento de preços, garantindo às empreiteiras não menos de 500 mil dólares de lucros extras. Este relatório indica ainda que vinte Parlamentares foram beneficiados, assim como cinquenta empreiteiras. Estavam previstas construções de 500 mil unidades habitacionais, mas apenas 250 mil chegaram efetivamente a ser construídas. O restante está abandonado, e muitas não foram nem iniciadas.

Por outro lado, o jornal **O Globo** do último dia 25 informa que a Polícia Federal, investigando superfaturamentos nos custos de construção de casas populares e conjuntos habitacionais em diversos Estados, constatou ou afirmou existir a conivência do Secretário de Habitação do Ministério da Ação Social, em sua gestão, o Sr. Ramon Arnus Filho, do Presidente da Caixa Econômica Federal, Álvaro Mendonça, e do Diretor de Operações da Caixa, Celso Anque???, em operações irregulares até o final do Governo Collor. A manipulação se dava com a liberação do FGTS.

No Paraná, onde também foi constatado esse superfaturamento na venda de terrenos de até 3.020%, os ganhos irregulares alcançaram 90 milhões de dólares. O

Tribunal de Contas da União, que também investigou o assunto, constatou as irregularidades.

Qual a manifestação de V. Exª a esse respeito?

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Zaire Rezende, isso é muito simples. Essa resposta já havia sido dada, mas não me recuso a dá-la novamente; muito pelo contrário.

Devo dizer a V. Exª que conheço esse laudo da auditoria do Dr. Jorge Ribeiro Soares, que é um assessor do Tribunal de Contas da União. Portanto, o laudo não é do Tribunal de Contas da União.

Posteriormente, esse assunto foi posto em julgamento na Turma e relatado pelo eminente Relator Ministro Paulo Afonso. A conclusão foi a de que o Deputado Ricardo Fiúza - então Ministro da Ação Social - não tem nenhuma ligação com o episódio, por uma razão muito simples.

Primeiro, V. Exª comete um engano quando diz que o Dr. Ramon Arnus era da minha gestão; ele não era da minha gestão, pois eu o demiti logo que cheguei ao Ministério. Segundo, na minha gestão, não foi aplicado um só centavo de FGTS, embora eu pudesse tê-lo feito, conforme expliquei pela manhã. Portanto, não tenho qualquer ligação com esse episódio, que antecede a nossa gestão.

Tenho o voto do Ministro Paulo Afonso e da Turma que procedeu ao julgamento que diz exatamente que eu não apliquei um centavo de FGTS, porque, quando lá cheguei, a disponibilidade era muito pequena. Fiz uma avaliação de que as receitas estavam caindo, achei que era um gesto de irresponsabilidade e, infelizmente, não construí uma só unidade neste País durante os oito meses que passei no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Zaire Rezende, com as perguntas de V. Exª e com as respostas do depoente, estamos com o tempo de 21 minutos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Isso quer dizer que o meu tempo encerrou, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está encerrado.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Deputado Ricardo Fiúza, a argúcia do nosso Relator, Deputado Roberto Magalhães, o levou a observar, na sua intervenção inicial, que V. Exª não fez simplesmente a sua defesa, fez a defesa do **establishment***, fez a defesa da estrutura de poder no nosso País. Considero essa a base principal da nossa investigação; eu espero que, nas conclusões da nossa CPI, as responsabilidades individuais dos Parlamentares sejam a conseqüência da revelação dessa estrutura de poder: a quem estava a serviço, como permitiu que fatos como estes que estamos investigando ocorressem.

O centro da nossa investigação é a questão do orçamento. O orçamento, na minha opinião, não é a mera programação de gastos do Governo; o orçamento é, na minha opinião, uma radiografia do nosso Estado. No orçamento está contida a política monetária; no orçamento está contida a política de defesa nacional e os investimentos e as disputas pelos investimentos feitos pelo Estado.

Nesse sentido, considero que vai se formando uma convicção de que a democratização garantida pela Constituição de 88 em relação à elaboração do orçamento não se realizou, foi uma ficção; que a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional era dominada por um conjunto de Parlamentares - e é importante frisar que não estou me referindo ao conjunto de membros da Comissão de Orçamento, mas a um número restrito de Parlamentares - daquela Comissão, sempre situados em postos-chave, que controlavam a aprovação global do Orçamento e, em troca, recebiam algumas concessões.

As minhas perguntas, nobre Deputado, são em torno de dois personagens ouvidos por esta CPI. O esclarecimento completo da ação desses dois personagens vai nos ajudar a entender a estrutura de poder no nosso País.

O primeiro é o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Tenho em minhas mãos o relatório reservado, de 07 de julho de 1991, que analisa a indicação do Sr. José Carlos dos Santos para o Departamento de Orçamento da União. Considera que foi uma manobra política, uma ação política que levava em conta uma alteração da orientação do Governo Collor, que indicava - vou ler textualmente: "A montagem desse esquema incluiu a manutenção, pelo quinto ano consecutivo, do Deputado João Alves no posto de Relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, a designação do Deputado Messias Góis como Relator da Lei de Diretrizes. O movimento palaciano se completou com a nomeação de José Carlos Alves dos Santos, um ex-funcionário do Senado e assessor de João Alves, para dirigir o Departamento de Orçamento da União".

Nesse sentido, que esclarecimentos V. Exª pode trazer sobre a nomeação do Sr. José Carlos Alves dos Santos para o Departamento de Orçamento da União, sabendo que o candidato da Ministra Zélia era outro - inclusive a sua nomeação tinha sido publicada no Diário Oficial, depois foi cancelada - e que o Deputado João Alves também tinha outro candidato, conforme S. Exª nos informou. O processo de nomeação do Sr. José Carlos Alves dos Santos para o DOU, que não era um cargo técnico, pode ser esclarecido por V. Exª?

O SR. RICARDO FIÚZA - Lamentavelmente não, porque, nessa fase do Governo Collor, eu era **persona non grata** por esse grupo todo, inclusive não tinha a menor ligação com a Ministra Zélia. Somente quando cheguei aqui na Câmara para fazer essa composição que me levou a ser Relator durante 40 dias soube que ele era do

DOU. Sempre confundi a posição DOU. Não sei por quem foi feita. Sei apenas que, naquela oportunidade, Sr. Deputado, o Dr. José Carlos era tido como um homem muito competente. Todavia, confesso que não sei quem o indicou, nem porque foi feito. Não tive a menor participação no episódio.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª há de concordar comigo que um cargo de Diretor-Geral do Departamento de Orçamento da União não é apenas técnico, mas essencialmente político.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, ele não era propriamente o chefe, o diretor: era a segunda pessoa. Acima dele estava o Dr. Pedro Parente, que ocupava o cargo eminentemente político.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não. O Sr. José Carlos Alves dos Santos era o Diretor-Geral do Departamento de Orçamento da União. O Sr. Pedro Parente era Secretário do Ministério.

O SR. RICARDO FIÚZA - A quem ele estava submetido.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O senhor compareceu à festa de comemoração da nomeação do Sr. José Carlos Alves dos Santos para o DOU?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não soube da nomeação, não fui convidado para a festa e nem a ela compareci.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em relação ao Deputado João Alves, não creio que o jornal **O Globo** tenha conseguido captar a essência da carta divulgada por aquele periódico, à qual V. Exª se referiu em sua intervenção inicial.

A carta, na minha opinião, reflete um acordo político. Diz o Deputado João Alves, na carta:

> "Atendendo a seu pedido, informo reservadamente, por enquanto, que, este ano, o Orçamento da União será elaborado de acordo com as diretrizes da nova equipe do Governo com a qual estou entrosado."

Ao final, faz o apelo, busca fazer o acordo:

> "Vamos segurar essa "barra" para o nosso Presidente. Ajude-me com os votos do Bloco, não indicando "duvidosos" para a Comissão. A Oposição está prevendo o que irei fazer e já trabalha contra a minha indicação para Relator-Geral".

Gostaria de obter maiores esclarecimentos sobre essa carta. Ela reflete, efetivamente, um acordo político antes da saída do Deputado João Alves da Relatoria, no processo de indicação e preparação?

Considero que essa carta confirma a notícia do relatório reservado, do acordo político, cuja conseqüência seria a manutenção do Deputado João Alves na Relatoria, a indicação do Sr. José Carlos Alves dos Santos para o DOU. Essa carta confirma - e é por isso que dou importância a ela - o relatório reservado.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª vai me permitir repetir o que já disse. Não conhecia de perto o Dr. José Carlos Alves dos Santos; apenas o via nos corredores até essa época, confirmado por S. Exª. Segundo, eu não sabia dessa nomeação do DOU. Terceiro, se eu disser a V. Exª que isso reflete um acordo político, ele pode ser interpretado com a abrangência que V. Exª quiser. Vou informar a V. Exª como entendo essa carta, como recebi essa carta.

Naquela oportunidade, já repeti, o grande projeto do Sr. Presidente da República eram os CIACs, que tinha forte oposição inclusive no meu Partido. O Sr. Deputado João Alves me havia falado, por várias vezes, que seria necessário montar um esquema de sustentação para aprovação desse projeto. A minha participação não excede um milímetro disso. E essa é a absoluta e total interpretação que tenho da carta.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Deputado João Alves confirmou, nesta CPI, as informações do Sr. José Carlos Alves dos Santos, de que a situação dele na Comissão de Orçamento permitia-lhe ser o portador de listas de entidades para receberem subvenções sociais. E fui eu mesmo que, nas perguntas que fiz ao Deputado João Alves, mostrei que essa função não era inerente à função de Relator da Comissão, porque não eram emendas de Deputados que ele levava para os Ministros que distribuíam verbas de subvenção social, eram apenas indicações políticas. E S. Exª me respondeu, concordando com essa minha afirmação, que essa condição vinha do seu prestígio político. Considero que o Deputado João Alves não era um Deputado com um grande papel na ação política geral da Câmara. O prestígio político do Deputado João Alves vinha da sua função na Comissão de Orçamento. Na minha opinião, já está desvendada essa questão das subvenções sociais.

Eu queria fazer, então, mais uma pergunta...

O SR. RICARDO FIÚZA - Desvendada em que termos?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Que o papel do Deputado João Alves está esclarecido: S. Exª recebia listas de entidades de subvenção social e as transmitia a alguns Ministros. Após a sua saída, em 1991, da Relatoria Geral, não sei como essa relação com os Ministérios ficou, mas, antes de 91, isso fica muito evidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Obrigado.

Sr. Presidente, sem querer polemizar, apenas para deixar bem claro: segundo declarado aqui pelo Dr. José Carlos Alves dos Santos, isso ocorria antes da minha gestão. Isso é importante.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, é importante porque diz respeito à minha pergunta.

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Depois de 1991, em uma resposta ao Deputado Vivaldo Barbosa, que se referiu a um documento encontrado na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, o qual recebia algumas orientações de V. Exª como Ministro, havia, numa das orientações, o mínimo para o Estado da Bahia. Não me contentei com as explicações de V. Exª. Por que o mínimo para o Estado da Bahia? Por que significaria, na prática, o rompimento com o esquema anterior do Deputado João Alves, que era da Bahia e, nos anos anteriores, se caracterizou por indicar muitas entidades desse Estado para auferir verbas de subvenção social? Por que, entre as orientações de V. Exª como Ministro, continha esse ponto específico, mínimo, algo contra a Bahia em si, uma idiossincrasia em relação à Bahia? Ou havia outras razões envolvendo o Deputado João Alves?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nobre Sr. Deputado, já respondi essa pergunta. Poderia me eximir de respondê-la, mas não o farei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Obrigado.

O SR. RICARDO FIÚZA - É óbvio que uma das maiores razões dos rumores daquela época era o exagero de verbas para determinados municípios da Bahia. Para que isso não se repetisse e não houvesse a menor possibilidade de vinculação do Relator Ricardo Fiúza, recomendei, pelo menos umas trinta vezes, pessoalmente, aos meus subordinados e, nesse bilhete, fiz mais uma vez a ênfase, para que amanhã não se diga que o esquema continua o mesmo, com esse município recebendo verbas fantásticas. Isso é excesso de cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Sérgio Miranda, o tempo de V. Exª está excedido em três minutos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Desculpe-me, Sr. Presidente. Vou apenas encerrar a minha intervenção, fazendo uma observação sobre a sistemática das verbas de subvenções sociais, as chamadas dotações globais para o Ministério.

Espanta-me o fato de que - e surgem agora, concretamente, alguns casos, como em Minas Gerais, meu Estado, onde foi divulgado pela imprensa que há uma entidade beneficente, Caldas de Rainha, se não me engano, de que a Prefeitura não tem registro, a sua localização não existe, quando foi procurada por jornalistas - não havia nenhuma fiscalização depois das verbas serem concedidas para algumas entidades, sobre a aplicação efetiva ou não dessas verbas por parte do Ministério. Se o Ministério indicava uma entidade de assistência social para receber um montante, não fiscalizava a aplicação dessas verbas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Deputado, não compete ao Ministério da Ação Social a fiscalização e sim ao Tribunal de Contas. Entretanto, em alguns casos de que me lembro, eu, pessoalmente, determinei ao Sr. Secretário de Ação Social que verificasse três, quatro ou cinco casos. No caso dessas entidades, por exemplo - se tiver ocorrido o que o jornal está dizendo e que V.Exª afirma, baseado na informação do jornal certamente - a solução é punir os culpados, metê-los na cadeia, ver onde falhou o sistema. Eu cumpri a minha parte. Não tenho nenhum interesse de encobrir ato de ninguém, quem quer que seja. Fiz a minha parte com a maior lisura. Se existe isso, é caso do Tribunal de Contas mandar para a Polícia Federal e a Polícia Federal encaminhar o inquérito aos procuradores, para as punições exemplares.

É preciso apenas distinguir a ação do Ministro, do ponto de vista formal e do ponto de vista de avaliação, e a malversação que eventualmente tenha sido dada a recursos por parte de quem recebeu. A mesma coisa é, amanhã, uma prefeitura receber um dinheiro do Fundo de Participação e o prefeito fugir. Deve ser preso.

Concordo com V.Exª: quero que essas apurações vão a fundo. Mas, mesmo que tenham ocorrido, não cabe ao Ministro nenhuma responsabilidade.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado ao senhor.

Sr. Presidente, poderia fazer uma questão de ordem importante? É questão de ordem realmente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra V.Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - O nobre Deputado Vivaldo Barbosa encaminhou-me de manhã uma folha de papel e pediu de volta. Não sei se foi o Deputado Vivaldo Barbosa...estou com três folhas. Algum dos deputados me perguntou se era minha letra numa dessas folhas. Foi o Deputado Vivaldo Barbosa?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Fui eu.

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual foi a folha, Deputado Luiz Salomão? Não é minha letra em canto nenhum. Nem aqui, nem aqui, nem aqui. Não sei de quem é, desconheço. Esqueci de dizer isso a V.Exª e poderia parecer que tinha concordado. Realmente não tem nada de letra minha, sequer um visto. V.Exª, se não confiar na palavra de seu companheiro, poderá mandar fazer exame grafotécnico.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao último dos suplentes inscritos, antes da lista dos não-membros da CPI, o Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Ricardo Fiúza:

Creio que V.Exª, hoje, foi extremamente corajoso em vir depor; fez um depoimento em que não mencionou absolutamente o nome de nenhuma pessoa, Parlamentar ou não, e até assumindo responsabilidades. Gostaria de pontuar rapidamente algumas afirmações e saber se V.Exª mantém que assume a

responsabilidade pela liberação de todas as verbas no Ministério. V.Exª, pela manhã, parece-me que assumiu realmente a responsabilidade, porque estariam atendidas as formalidades legais.

O SR. RICARDO FIÚZA - Assumo a responsabilidade por todos os meus atos, por terem sido feitos absolutamente dentro das normas e das regras e do bom procedimento da administração pública. Não creio ter feito nenhum ato que não tenha sido presidido pela boa-fé, pela observância dos requisitos formais e essenciais.

O SR. ROBERTO FRANCA - Gostaria somente de lembrar a V.Exª que, entre os documentos apreendidos na casa do Sr. Jose Carlos Alves dos Santos. há muitas relações de Parlamentares, alguns deles, de uma maneira substancial - como posso citar, já é de domínio público: os Deputados Carlos Benevides e José Geraldo - apresentavam listas significativas que, embora a Comissão não tenha ainda examinado detalhadamente. parecem foram depois atendidas de uma maneira privilegiada, preferencial. Algumas delas. inclusive, assustam pelo valor de quatrocentos, quinhentos, seiscentos milhões. A que foi mencionada pelo Deputado Sérgio Miranda foi no valor equivalente. na epoca. a 95 mil dólares.

Não tenho dúvida de que possam ter sido atendidos os requisitos legais; mas gostaria de perguntar se V.Exª, que de manhã falou que não havia critérios ou que os critérios eram apenas formais. está tranqüilo com relação a essas indicações que lhe foram apresentadas, diretamente ou através do José Carlos Alves dos Santos; porque não basta apenas averiguar a questão da legalidade, mas há também o aspecto ético que envolve inúmeras entidades deste País que desenvolvem um trabalho sério e não foram atendidas. enquanto algumas tiveram um atendimento extremamente privilegiado, como aquelas relacionadas no Rio de Janeiro, onde constam valores acima de 500 mil dólares.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu queria pedir a V.Exª, em primeiro lugar, que por favor levantasse o nome de uma entidade que merecesse ser atendida, que me pediu e eu neguei. Se V.Exª tiver um exemplo depois, eu gostaria muito de saber.

Em segundo lugar, é lógico, é evidente que eu observei não só os aspectos formais. como os aspectos éticos. Também gostaria de informar a V.Exª que normalmente esses estudos são precedidos de debates com os senhores parlamentares, que defendem as suas regiões, seja para entidades ou para prefeituras. Embora as distorções existam, devam existir, eu ainda considero o parlamentar como o agente normal. natural, legítimo na defesa de sua região.

Quero fazer apenas um pequeno comentário a V.Exª: sou humano; posso e devo ter cometido erros, mas todos de boa-fé.

O SR. ROBERTO FRANCA - *É justamente sobre essa expressão de boa-fé*, que V.Exª mencionou há pouco, que eu gostaria de comentar. Por boa-fé, interpreto que V.Exª atendeu a diversos pedidos, inclusive mantendo o critério de atendimentos anteriores, que beneficiava entidades que vinham recebendo, na época em que o Relator era o Deputado João Alves e que configuram, Deputado Ricardo Fiúza, o que diversas Subcomissões já vêm apurando. V.Exª afirmou, perante esta Comissão, que desconhecia e que ouvia apenas rumores da existência de um esquema na Comissão de Orçamento que privilegiava alguns parlamentares, que aprovavam um número mais significativo de emendas no Orçamento da União, que liberavam mais recursos do que a média dos demais deputados nas subvenções. e que, agora. começa-se a verificar que têm um patrimônio que cresceu acima da média dos demais parlamentares.

Esse esquema, evidentemente, é anterior à sua relatoria. V.Exª afirmou - e é verdadeiro - que. durante mais de 20 anos, nunca participou da Comissão; que foi chamado e que. num primeiro momento, recusou-se a assumir a relatoria; que havia esse esquema funcionando e que V.Exª, compungidamente, por razão de ordem política, assumiu e até teve intenções de alterar.

Parece-me, Deputado Ricardo Fiúza, que V.Exª, talvez por uma questão de comportamento, não quer citar nomes. V.Exª, durante diversas horas de depoimento, não citou o nome de nenhum assessor que o tivesse auxiliado por ocasião da elaboração do Orçamento, nem de qualquer parlamentar ou relatores que tivessem participado com V.Exª. De forma que quero concluir, sabendo se V.Exª assume também, integralmente, isoladamente, todo o procedimento com relação a tudo o que ocorreu durante o período em que V.Exª foi Relator, conhecendo pouco o orçamento, como V.Exª mesmo afirmou que não era especialista na materia.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Roberto Franca, V.Exª entenda exatamente as minha palavras: eu disse que assumia a responsabilidade que me compete na condição de relator do Orçamento. Não posso, sob pena de não me respeitar, dizer que assinei um documento e que não me responsabilizo por ele. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: já apontei algumas vezes nesta Comissão os nomes de vários companheiros que me ajudaram. Se V.Exª não se lembra, foram setenta relatores parciais e mais. seis. sete. oito ou dez companheiros que informalmente me auxiliaram. Tanto citei os nomes que agradeci a eles, no início do meu relatório, quando da apresentação na Comissão do Orçamento, o trabalho que tiveram em ajudar o Relator-Geral nas questões técnicas e formais.

Portanto, uma coisa fica bem clara: não estou encobrindo ninguém, não estou culpando ninguém. nem estou assumindo erros de quem quer que seja. Estou assumindo a responsabilidade formal que me compete como Relator do Orçamento como. aliás. costumo assumir a responsabilidade em todos os cargos que assumo - isso significa a responsabilidade formal.

Evidentemente que, se dentro desse processo, for detectada uma fraude, uma irregularidade da qual não tive ciência ou não participei, V.Exª haverá de compreender que essa responsabilidade não merece ser imputada a mim, salvo se tiver ocorrido por desídia da minha parte.

O SR. ROBERTO FRANCA - Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª tem bastante consciência da gravidade da acusação que foi feita - evidentemente ainda não comprovada - pelo economista José Carlos, quando em mais de uma, certamente em no mínimo duas ocasiões, afirma, em termos categóricos, que V. Exª conhecia e participava - como está transcrito na página 35 do depoimento. E perguntado pelo Deputado Aloizio Mercadante, o Sr. José Carlos afirma com absoluta certeza. De forma que ele tinha...

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas todas as vezes que foi indagado sobre o que tinha visto, se tinha provas, se havia indícios, respondia: "Não, não. Soube pelo Deputado João Alves." Ou seja, a declaração do eminente ex-relator, para ele, era prova suficiente.

Compulsei, nobre Deputado, os depoimentos do Dr. José Carlos, até na Polícia Federal. Não há um só em que ele diga que viu ou que teve indícios veementes. A certeza dele decorre do fato de ter dito, ou melhor, do fato de pretensamente ter ouvido do nobre Deputado João Alves. Até hoje S. Sª nunca disse que viu ou ouviu alguma pessoa, alguma entidade, ter qualquer negócio comigo. E, ainda mais, tendo convivido comigo estreitamente, como conviveu, o depoente José Carlos, até este momento, não afirmou isso.

V. Exª poderá encontrar um trecho isolado que dê essa sensação, mas haverá de verificar que, no conjunto, ele nunca fez essa afirmativa categoricamente. Ele nunca me acusou.

O SR. ROBERTO FRANCA - Deputado Fiúza, V. Exª interrompeu-me. Eu estava relembrando essas acusações, que não foram meras insinuações, pelos textos. Mas não apenas por relembrar. Eu estava relembrando devido ao que vou mencionar em seguida, que estamos à procura da verdade e, evidentemente, não somos juízes, embora sejamos ou procuremos ser imparciais. A função da Comissão é buscar elementos que até configurem o depoimento feito por V. Exª hoje.

Na verdade, ajudaria muito a Comissão se pelo menos os nomes de alguns dos assessores que assessoraram V. Exª na Comissão de Orçamento ou no Ministério da Ação Social pudessem ser mencionados, até posteriormente, para a Comissão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Funcionários?

O SR. ROBERTO FRANCA - Funcionários e assessores de V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sinceramente, não me lembro. No Ministério, posso recuperar o nome de vários; é evidente que posso. É só eu me lembrar e mandar para a Comissão. Na Comissão, não, porque havia um certo meio de campo entre o Relator Geral e os funcionários.

O SR. ROBERTO FRANCA - O Presidente já me alerta. Farei a última pergunta, Sr. Presidente. O Senador José Paulo Bisol fez menção aos incentivos fiscais, aos incentivos da SUDENE, na verdade, de que as empresas de V. Exª foram recebedoras.

Eu perguntaria a V. Exª se na contabilidade das empresas isso vai constar, no depoimento, nas declarações. No primeiro semestre deste ano, por uma preocupação nossa com as empresas que recebem incentivos e financiamentos da SUDENE, solicitamos ao Ministério da Integração Regional a relação de todas as entidades que receberam recursos do FINOR neste ano, e na relação - que eu gostaria de passar à Comissão - encaminhada depois de longo tempo, depois do tempo normal e constitucional de informação, entre as empresas, consta aquela que V. Exª já mencionou, a Empresa Maranhense de Produtos Agropecuários, recebendo, em 3 parcelas, este ano, 15 bilhões antigos, ou 15 milhões reais.

Mas queremos passar à Comissão a informação solicitada, para que se verifique se outros denunciados também receberam financiamento. E pergunto a V. Exª se...

O SR. RICARDO FIÚZA - Espere aí, não sou denunciado. Estou aqui como depoente. Vamos deixar a expressão clara. Segundo...

O SR. ROBERTO FRANCA - Denunciado por José Carlos. Não estou prejulgando.

O SR. RICARDO FIÚZA - Segundo, não recebi financiamento. Uma das pessoas jurídicas de que participo, a única e a última, essa companhia maranhense, tem um quadro final que significa a última liberação, prometida há mais de 2 anos - porque ela já é projeto concluído e realmente ainda tem um saldo a receber -, porque, infelizmente, o Governo não cumpre o que promete.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Sr. Deputado, o tempo de V. Exª já foi ultrapassado em 3 minutos.

O SR. ROBERTO FRANCA - Certo, Sr. Presidente. Apenas gostaria de entregar esta documentação, porque na Câmara dos Deputados, o Presidente da Casa, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira, foi objeto de uma série de denúncias por ter mandado construir um poço em propriedade particular, tendo contratado o DNOCS para construí-lo. E tivemos conhecimento, não apenas no caso do Deputado Ricardo Fiúza, que existe e está sendo objeto de denúncias de Emerson Kapaz que Parlamentares, políticos estão tendo acesso a esses recursos da SUDENE. Julgamos importante neste momento trazer isto a...

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, para um esclarecimento. Não existem mais Parlamentares, há cerca de dois ou três anos, com projetos aprovados na SUDENE ou na SUDAM.

Houve uma interpretação do parecer, se não me falha a memória, do Ministro Paulo Brossard - não me lembro mais - criando também impedimento a Parlamentares ter acesso a esse tipo de financiamento, salvo aqueles que já estavam em curso. É mais uma restrição para os Parlamentares. Antigamente o Parlamentar tinha restrição de acesso a financiamentos ou participações em contratos cuja cláusulas não fossem uniformes. Como essas cláusulas são uniformes, são para todos, era permitido; hoje é vedado. Portanto, deve haver muito poucos.

O SR. ODACIR KLEIN - Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno, o primeiro dos não membros da Comissão inscrito para interpelar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, preliminarmente quero me dirigir ao depoente. Assim como tenho separado, nesta Casa, a pessoa do indivíduo das suas funções políticas - por isso tenho uma boa relação pessoal como V. Exª -, neste momento faço essa separação e apresentarei as perguntas ao Deputado Ricardo Fiúza, Relator da Comissão de Orçamento.

Deputado, sobre a questão polêmica do parecer contra a representação do Senador Eduardo Suplicy, uma informação: essa questão não surgiu um ano depois. O Orçamento foi publicado em abril de 1992; a primeira representação ocorreu em maio de 1992, sobre as verbas do Ministério da Ação Social; a segunda, em junho de 1992. Há um parecer que V. Exª cotejou com as Atas da sessão do Congresso Nacional. E eu complementaria com essas Atas.

Como Líder de Bancada, eu acompanhava atentamente os trabalhos desta Casa. E as Atas dizem, na sessão do Congresso Nacional do dia 20 de dezembro, que, segundo palavras do Presidente:

> "Vale salientar, conforme está registrado no parecer assinado pelo Senador Magno Bacelar, que a redação final é o documento oficial a ser analisado, pois pertence à Mesa e não mais ao Relator, por isto deve ser comparado com a lei sancionada, publicada no Diário Oficial da União."

A delegação era dada com base num acordo firmado na Comissão de Orçamento.

E há duas informações, Deputado Ricardo Fiúza, dessas alterações. A primeira é um depoimento do Sr. José Carlos, na CPI, dizendo que houve acréscimos. Isso temos condições de provar ou não. E a segunda são esses fax, que foram apresentados a V. Exª, sobre a inclusão de matéria nova após à redação final, conforme as palavras do Presidente do Congresso Nacional, respondendo a uma questão de ordem formulada por mim, pelos Deputados Victor Faccioni, Gastone Righi e demais Líderes sobre o resumo apresentado por V. Exª.

Deputado Ricardo Fiúza, conhecemos muito bem o relacionamento político nesta Casa. Estou com duas cópias do parecer. Uma, assinada pelo Senador Magno Bacelar, respondendo às denúncias do Senador Eduardo Suplicy. E tenho aqui a mesma cópia do parecer, com mais de 70% do parecer com a letra do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Portanto, veja bem, Deputado Ricardo Fiúza: um parecer, respondendo a uma acusação do Senador Suplicy sobre o Orçamento, boa parte dele, está com a letra de José Carlos Alves dos Santos. E esse parecer, conforme relato do Sr. José Carlos à Comissão designada pelo Presidente Jarbas Passarinho, composta pelo Senador José Paulo Bisol, Deputado Wilson Müller e Deputado Sigmaringa Seixas, diz: "...trata-se do parecer elaborado pelo Ministro Eraldo Tinoco, com o meu auxílio, que possivelmente foi assinado pelo Senador Magno Bacelar."

V.Exª não acha estranho um parecer respondendo a um Senador sobre irregularidades no fechamento do Orçamento - e esse funcionário foi peça-chave e hoje faz essas denúncias e diz que houve acréscimo -, estar com a letra dele? Tenho aqui duas cópias: a cópia batida à máquina e a cópia com a letra dele.

Deputado Ricardo Fiúza, essa relação da Comissão de Orçamento com o José Carlos Alves dos Santos é uma relação além de técnica, além de funcional. V.Exª sabe que estamos investigando a verdade, não estamos acusando previamente ninguém. Mas temos que destrinçar essa relação, e esse é um dado novo, porque - repito - 70% do parecer esta com a letra dele e, segundo ele, combinado com o Deputado Eraldo Tinoco, com o Senador Magno Bacelar e com V. Exª.

O que V.Exª tem a esclarecer sobre as contribuições do José Carlos a esse parecer em resposta à denúncia do Senador Eduardo Suplicy?

O SR. RICARDO FIÚZA - São essas as perguntas de V.Exª?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, essa é a primeira. E estou contando o tempo das perguntas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado José Genoíno, em primeiro lugar, V.Exª usa algumas expressões que devem ficar bem esclarecidas nos Anais.

V.Exª diz: "fatos apresentados a V Exª hoje". Nenhum fato foi apresentado a mim hoje. Foram-me apresentados alguns papéis, listagem de computadores, para que eu os verifique e coteje se têm algum fundamento. Portanto, há uma diferença muito grande disso, desse tipo de ação para "fatos". Fatos são coisas concretas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu me referi a **fax**, Deputado Fiúza, não a fatos. **Fax** relatando fatos do fechamento do Orçamento no PRODASEN.

O SR. RICARDO FIÚZA - Então é bom que a Taquigrafia corrija: fatos não, **fax**: **fax** relatando fatos, não apresentando versões, porque o que eu tenho aqui já vi que são versões e que serão tão facilmente explicáveis quanto uma coisa cristalina.

Nobre Deputado José Genoíno, é compreensível - e V.Exª sabe que o Partido de V.Exª talvez seja o Partido melhor assessorado desta Casa, hoje mesmo, por exemplo, eu vi vários Deputados do Partido de V.Exª recebendo informações de assessores que não se cansavam de passar papéis -, é absolutamente compreensível, natural, desejável e indispensável que, ao fazer um levantamento de um número imenso de acusações que envolvem uma questão técnica - o Dr. José Carlos Alves, naquela época, ainda era uma pessoa da nossa confiança e que esteve envolvido no processo -, o Dr. José Carlos fosse por mim instado a localizar, no Orçamento da União todas, uma por uma, as acusações de inserção posterior. Não poderia ser de outra maneira. Poderia ser outro assessor, mas foi ele o indicado, por coincidência. Se fosse outro, poderia ser que tivessem me perguntando agora: "por que o Sr. não pediu ao Dr. José Carlos e pediu a outro?". Não existe um parlamentar neste País que, tendo de responder a uma questão complexa que envolva uma grande quantidade de números, não lance mão de um assessor para ajudá-lo nessa tarefa. Portanto, parece-me que o procedimento é absolutamente correto.

No tocante ao eminente Deputado Eraldo Tinoco, é notório que S.Exª, sendo um conhecedor do Orçamento muito melhor do que eu, tenha nesses momentos de dificuldade, procurado orientar-me e ajudar-me como meu companheiro de Partido, e a ele também pedi que subsidiasse o trabalho do Senador Magno Bacelar. Portanto, o Senador Magno Bacelar comandou o trabalho, fez o trabalho assessorado pelo Deputado Eraldo Tinoco, a meu pedido, e pelo Dr. José Carlos, funcionário que ficou responsável por levantar uma por uma das acusações.

V.Exª falou...essa relação...sim, se essa relação com o Dr. José Carlos, além de técnica, tinha mais algum dado novo. Não, Deputado José Genoíno, a relação minha com o Dr. José Carlos era a relação de um parlamentar com um técnico.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Ricardo Fiúza, vou relacionar um fato importante na Comissão de Orçamento, e V.Exª não era Relator.

Digo, Sr. Presidente, Sr. Relator, que existia um esquema na Comissão de Orçamento, montado, legal e ilegalmente. Vou apresentar os fatos. Depois, vou perguntar ao Deputado Ricardo Fiúza.

A LDO de 1991 - estou aqui com duas redações da LDO; isso foi um assunto muito polêmico e está na Ata do Congresso - estabelece em seu art. 17:

"Art. 17:

> As despesas com transferências do Tesouro para a União, Estados, municípios e Distrito Federal, mediante convênio, só podem ocorrer em casos de calamidade."

Nos outros casos as entidades têm que prestar contas, conforme as exigências, de tributos e etc.

O art. 16, da LDO de 1991, para o Orçamento de 1992:

"Art. 16:

> As despesas com transferência para Estados e municípios, acordo ou ajuste e outros instrumentos contingentes, ressalvadas as destinadas a atender calamidade pública e as classificadas como subvenções sociais."

Eis aqui, Sr. Presidente, na LDO de 1991, relatada pelo Deputado Messias Góis, foi acrescentada a expressão "subvenções sociais". Essa LDO de 1991 foi polêmica, houve verificação de voto e foi houve disputa quando de sua votação.

No Orçamento de 1991, Deputado Ricardo Fiúza - V. Exa. não era Relator, era Líder, e aí V. Exa. tem em parte, razão, e acho que é importante contribuir para esta Comissão - tenho em mãos e não foi de nenhuma subcomissão, a relação das emendas da empreiteira Tratex. Essas emendas foram todas elas incluídas no Orçamento e executadas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Incluídas ou aprovadas?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Incluídas, aprovadas e executadas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Ah, bom, aprovadas.

O SR. JOSE GENOINO - Mas Deputado Ricardo Fiúza, isso se circunscreve exatamente ao Orçamento carimbado que veio. E aí faz sentido a pergunta do acordo. Sobre aquele Orçamento carimbado - e tenho aqui as Atas das sessões do Congresso Nacional - houve uma disputa pesada na Comissão e dentro do plenário, em que o meu Partido, sob minha liderança, fez uma disputa que consta das atas contra o orçamento carimbado, que era o acordo preliminar.

Quando V. Exª. assumiu a Relatoria, houve uma discussão entre todos os Partidos. V. Exª. relatou corretamente. A vaga pertencia ao PFL, e queríamos opinar a respeito de que membro desse Partido V. Exª. iria indicar. V. Exª., sendo Líder e nunca tendo aparecido no esquema que já era conhecido na Comissão de Orçamento, foi aceito.

Deputado Ricardo Fiúza, em nome desta Instituição, em nome da defesa do Congresso Nacional - como V. Exª., parto da idéia de que V. Exª. não tinha nada a ver com o esquema anterior, a não ser Relator -, por que V. Exª. não detonou o esquema, não o combateu, não o expôs para a Casa e não contou com os apoios que V.

Exª. tenha de vários Partidos, para que não estivéssemos, neste momento, diante desta CPI?

Estou partindo da idéia de que V. Exª. não era... Não há informação alguma sobre isso. V. Exª. passou a conviver com o Orçamento quando assumiu a Relatoria. Várias vezes, falamos: "Deputado Ricardo Fiúza, vamos moralizar a Comissão de Orçamento."

Como há esses dados sobre a Comissão de Orçamento que envolvem subvenções sociais e empreiteiras - estou aqui com os dois fatos -, o que aconteceu, Deputado Ricardo Fiúza?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nobre Deputado José Genuíno, ao assumir a Comissão, procurei agir com a energia, com profundidade na análise dos fatos, com o equilíbrio e com o bom senso que a circunstância exigia.

Para algumas pessoas, detonar o esquema significa acusar todas as pessoas, mesmo que não haja prova: culpado, até que prove o contrário. Não é o meu esquema.

Quero dizer a V. Exª, e muito bem sabe V. Exª, que todos esses membros me respeitavam e que este tal pretenso acordo eu apenas sabia - talvez saiba menos de que V. Exª - por ouvir dizer.

Portanto, não tenho nada a ver com esse acordo. Na Comissão, evitei todos os excessos possíveis. O partido de V. Exª, durante a elaboração, não denunciou nenhum excesso possível. Procurei agir com lisura. Não tenho nenhum envolvimento com o esquema de passado, de presente, nem de futuro.

É só o que tenho a dizer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Fazendo soar a campainha.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, essa é a última pergunta.

Deputado Ricardo Fiúza, estou com as atas da sessão do Congresso Nacional e da Comissão de Orçamento, e V. Exª disse que meu partido não fez a denúncia. E olha aqui, Deputado Ricardo Fiúza, (mostra os documentos) atas da sessão do Congresso:

"**O DEPUTADO GENEBALDO CORREIA** - A Mesa não obtém a manifestação unânime das Lideranças para votação em bloco".

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª está falando da LDO, não é?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, estou falando agora do Orçamento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, estou falando da LDO.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Da LDO nós fizemos... Essa questão das subvenções sociais, houve votação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não, não. Na ata...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vou para o Orçamento agora, Deputado Ricardo Fiúza, que é o acordo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Então, esta não é do Orçamento; essa é da LDO.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, esta é do Orçamento. Está aqui, Deputado Ricardo Fiúza. Eu estou com as atas de 20 de dezembro. Olhe aqui Deputado Ricardo Fiúza:

"O Deputado Genebaldo Correia propõe a votação em bloco. O Deputado José Genoíno expressou a sua desaprovação à sistemática que a Mesa passaria a adotar com base no dispositivo do Regimento Interno."

Aí há pronunciamento da Liderança do PDT, do PDSB, do PC do B, e aqui diz. Deputado Ricardo Fiúza, está na ata da sessão do Congresso Nacional.

"A palavra com o Deputado José Genoíno."

Aí eu me refiro...

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª tem o número da página, só para me facilitar?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - **Diário do Congresso Nacional**, 20 de dezembro.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª tem a página só para facilitar a minha busca?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Página 5.371.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - No final consta:

"**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (Sem revisão.) - Sr. Presidente, acho que é importante, nesse momento em que os partidos estão fazendo os encaminhamentos, apesar de o plenário não estar cheio - talvez a imprensa não possa registrar isso"...

Aí, Deputado Ricardo Fiúza, eu estava, talvez, com premonição, como V. Exª, ao se referir a algumas passagens.

"Mas os Anais do Congresso Nacional podem... Achamos"... Aí vem, eu me referindo ao Projeto Minha Gente, ao CIAC. Digo depois:

"Somos contra. O nosso partido apresentou uma crítica; questionamos o Presidente da Comissão. Fomos batidos depois de três horas de luta e de suor naquela Comissão. Houve vaias e gritos..."

Estou me referindo à Comissão de Orçamento, portanto...

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª está lendo a ata?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Estou lendo aqui; não vou ler toda a ata porque toma tempo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas os pontos principais. Diz V. Exª: "Somos contra este programa" - referindo-se ao CIAC - "nosso partido criticou..."

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E ao projeto carimbado, porque o que estava em jogo, Deputado Ricardo Fiúza, era o relatório preliminar do acordo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Por favor, Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Ricardo Fiúza, eu me dirijo a V. Exª por intermédio do Presidente da Comissão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe-me.

Sr. Presidente, quando puder, gostaria que V. Exª me permitisse retrucar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu vou perguntar a V. Exª.

Sr. Presidente, nobre Deputado Ricardo Fiúza, eu estou apenas informando...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Genoíno, V. Exª permite-me breve aparte?

Quando a preparação da pergunta, por parte do Parlamentar, fica muito longa, é evidente que o tempo dele escoa.

O nobre Deputado José Genoíno só na preparação das perguntas ultrapassou os 10 minutos a que teria direito. Já se passaram 5 minutos além do tempo permitido, e ainda temos de considerar o destinado à resposta do Relator. As perguntas têm de ser, se me permitem a observação, um pouco - não diria objetivas, que eu não diria jamais que V.Exª não é objetivo - menos preparadas e, desde logo, respondidas pelo depoente, a quem também solicito que responda com mais brevidade.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - As minhas perguntas, Sr. Presidente, estão preparadas. Como é um assunto complexo, estou com as atas do Congresso, com as atas da Comissão e com os documentos. Estou me referindo que essa questão complexa que o Deputado Ricardo Fiúza expôs durante 4 horas, sobre fatos relacionados à Comissão de Orçamento... É necessário, particularmente, porque eu exercia a Liderança naquele momento, esclarecer ao Congresso Nacional e à opinião pública que não havia conivência com o que de errado existia na Comissão de Orçamento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Nunca disse isso.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é, não estou dizendo que V. Exª disse.

Havia, sim, vigilância. Esse esquema que está aparecendo agora poderia ter deixado de existir, se a proposta de CPI não tivesse sido arquivada, Deputado Ricardo Fiúza, em 1992, pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO FIÚZA - Teve o apoio...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certamente não estaríamos nessa situação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, tenho um comentário. Teve o apoio do Líder do meu partido, Deputado Luís Eduardo, como um dos primeiros signatários.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Isso, reconheço, Deputado Ricardo Fiúza, aliás, da liderança do Deputado Luís Eduardo, sempre tivemos o apoio para a postura de moralização da Comissão de Orçamento, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Genuíno, há 20 minutos V. Exª está com a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Vou concluir, Sr. Presidente.

Nobre Deputado Ricardo Fiúza, por que V. Exª, como Relator, que assumiu no dia 20 de novembro, e com a sua experiência demonstrada nesse longo depoimento, quando V. Exª propôs que todos os nomes saíssem da Comissão de Orçamento - é verdade - não pôde detonar, ou criticar, ou diminuir aquele esquema, que agora está vindo à tona na Comissão de Orçamento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Porque, tanto quanto V. Exª, eu tinha apenas rumores. Fui para lá e garanto que durante o meu período fiz tudo para que esse esquema não funcionasse. Se funcionou, desconheço. E se funcionou, funcionou à minha revelia.

É a minha resposta. Apenas não posso acusar quem não tenho provas.

Queria fazer apenas uma pequena retificação - estou com o **Diário do Congresso Nacional** e os Anais, que apanhei na Biblioteca do Senado -: a ata que V. Exª leu refere-se à discussão, em turno único, do projeto que estima receitas e fixa despesas para a União.

A ata que aprovou o nosso Parecer está à página 5.374, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o que não muda. Isto é apenas para ficar bem claro que V. Exª não leu a Ata que se refere à aprovação do Orçamento na sessão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Ricardo Fiúza, gostaria apenas de completar.

Eu sabia o que estava lendo. Li a Ata de aprovação do Orçamento e li a Ata da oposição, antes, ao relatório preliminar.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não entendi.

Estou dizendo que essa que debati com V. Exª não é a Ata da aprovação do Orçamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Foi a Ata da crítica à discussão.

O Orçamento foi totalmente discutido.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu a trouxe de manhã, e está aí para a Comissão analisar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Obrigado a V. Exª. Apenas para não ficar a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Somente chamo a atenção - se posso - para o fato de que ainda temos 11 pessoas inscritas. Se cada uma tomar 22 minutos, não é justo. Não é justo para todos nós, inclusive para aqueles que estão na lista de inscrição. Vou tentar, mais uma vez, acender, como faço aqui, a lâmpada vermelha, para mostrar que o tempo já se esgotou. E faço um apelo a todos nós que nos contenhamos dentro do prazo.

Tem a palavra o Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, Sr. Deputado Ricardo Fiúza, estou com uma listagem de liberação de subvenções e posso verificar que, para uma entidade do Distrito Federal, Instituto Tecnológico Educacional e de Amparo - EDUCAR, houve a liberação, no dia 24/06/92, de 317 mil e 561 dólares. Depois, para outras entidades também do Distrito Federal foi liberada verba de 5 dólares. Pude verificar que, no Estado do Rio de Janeiro, há uma entidade chamada Associação Promotora de Evangelismo, para a qual foi liberada verba de 561 mil dólares.

O Jornal **Folha de S.Paulo** diz que V. Exª é um defensor de verbas subsidiadas para o nordeste. Verifico que, no caso do nordeste, as verbas são pequenas. É claro que são muitas.

Quero indagar de V. Exª se, em nenhum momento, na hora de assinar essas liberações, essa situação lhe chamou a atenção

O SR. RICARDO FIÚZA - A primeira parte da pergunta de V. Exª, respondo que sempre assino com atenção, não preciso que me chamem a atenção, prestei atenção a todas as coisas, posso ter cometido equívoco. Como V. Exª tem muita oportunidade - porque mora aqui - de fiscalizar, deve procurar irregularidades concretas e trazer para que eu possa ser punido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Chamo a atenção de que as perguntas repetidas, a Mesa vai ter a obrigação de considerá-las invalidadas. Essas perguntas já foram feitas, inclusive, ainda há pouco, pelo Senador Garibaldi, feitas antes por Deputados, vamos cair numa repetição. Se a pergunta refere-se a responsabilidades de critérios, já discutimos a matéria.

O SR. CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, creio que, num momento deste, é preciso que se esclareça tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas não através de uma repetição que, embora sendo a palavra de V. Exª muito ouvida, que seja cansativa para todos. A menos que seja uma técnica de verificar se o depoente cai em contradições, e isso aqui não é o caso.

O SR. CHICO VIGILANTE - Prometo a V. Exª que não quero cansar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª a cooperação.

O SR. CHICO VIGILANTE - Deputado Ricardo Fiúza, o senhor é proprietário da Fazenda Vargem Bonita, em Grajaú, no Maranhão?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não sou proprietário, sou acionista da Empresa Empreendimentos Agroindustriais Reunidas S/A, que é proprietária da Fazenda Vargem Bonita, desde o ano de 1971. V. Exª está confundindo pessoa física com pessoa jurídica.

O SR. CHICO VIGILANTE - Não estou confundindo absolutamente nada, nobre Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe, quem informou V. Exª, confundiu.

O SR. CHICO VIGILANTE - Essa propriedade, Fazenda Vargem Bonita, tem quantos hectares?

O SR. RICARDO FIÚZA - Ela tem de área útil aproveitável, em torno de 5 mil hectares, porque tem uma reserva florestal muito grande...

O SR. CHICO VIGILANTE - Isso já escutei de V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - ... e uma parte de cerrado.

O SR. CHICO VIGILANTE - Deputado Ricardo Fiúza, essa fazenda é habitada por quantas cabeças de gado?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não sou obrigado a dar essa informação a V. Exª, mas vou dar. Deve ter, hoje, em torno de 3 mil.

O SR. CHICO VIGILANTE - O senhor tem outra fazenda chamada Três Baixões, do mesmo grupo?

O SR. RICARDO FIÚZA - Já expliquei a V. Exª que são as mesmas fazendas, apenas com várias escrituras.

Sr. Presidente, todas essas respostas o meu caro colega e estimado amigo, Deputado Chico Vigilante, não teve tempo, naturalmente, porque muito atarefado, estão aqui descritas e entregues à Comissão para análise. Todas as fazendas, todas as escrituras, inclusive essa que V. Exª está citando. Peço a V. Exª que me poupe de repetir tudo que já disse dez vezes.

O SR. CHICO VIGILANTE - Quero só usar os meus 10 minutos, nobre Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Tudo bem. Não quero ter o desprazer de deixar de responder a V. Exª, mas essas perguntas foram enfaticamente feitas, e antes de serem feitas foram trazidas a esta Comissão por mim. Toda esta papelada que está aqui confirma tudo isto: as pessoas jurídicas, quais são as fazendas, quando foram adquiridas, quando foram incorporadas, como foi feito o aumento de capital. Ontem, tivemos um longo debate com o Senador José Paulo Bisol, onde me comprometi a comparecer à Comissão para levar todos os dados. Aqui estão declarações de imposto de renda dessas empresas, aqui estão as atas de assembléia, etc., estão os balanços e balancetes, inclusive agora de agosto. Todas essas fazendas estão contabilizadas.

O SR. CHICO VIGILANTE - A Fazenda Cantanhede faz parte do grupo também?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Comprei a Fazenda Cantanhede e vendi há muito tempo, pois era muito ruim.

O SR. CHICO VIGILANTE - Ela é em Presidente Dutra, não é?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, é em Cantanhede mesmo.

O SR. CHICO VIGILANTE - O senhor vendeu-a?

O SR. RICARDO FIÚZA - *Vendi.*

O SR. CHICO VIGILANTE - A do povoado de Três Bicas também faz parte do grupo?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não sei o que é povoado de Três Bicas. Lá só tem uma fazenda, que é empresa. Embora conste várias escrituras, tem a empresa e tem a Mearim com várias escrituras para...

O SR. CHICO VIGILANTE - Estou fazendo essas perguntas a V. Exª porque conheço um pouco do Maranhão, sou maranhense e sei como são montadas...

O SR. RICARDO FIÚZA - Lamentavelmente essas fazendas todas estão inviabilizadas por estarem averbadas como reserva florestal. Nesta área, tenho averbado, como reserva florestal, pelo menos 9 mil hectares de terras compradas, e estão lá como reserva florestal à disposição do INCRA, sem ser tirado um só pau, uma só madeira, uma só estaca.

O SR. CHICO VIGILANTE - Saindo desse campo das fazendas e ainda dentro do meu tempo, quero fazer uma indagação a V. Exª, mas antes quero dizer a V. Exª que não tome como nenhuma tentativa de fazer ligações absurdas, nem nada.

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente.

O SR. CHICO VIGILANTE - Particularmente por ter tido acesso aos autos do inquérito do desaparecimento da Sra. Elisabeth - depois quero até conversar com o Presidente Jarbas Passarinho a respeito disso - que eu tenho uma preocupação muito grande com relação ao que o Sr. José Carlos está falando e à falta de memória dele para o dia do desaparecimento da Sra. esposa dele. Ele não se lembra com quem esteve, onde esteve, por que esteve.

Eu gostaria de indagar a V. Exª se o senhor tem alguma recordação do Sr. José Carlos - já que naquele momento estávamos elaborando as emendas e tudo, porque era dia 12 de dezembro - se o senhor tem lembrança do Sr. José Carlos ter estado por aqui?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não me recordo a data exata, 12 dezembro, e nem sei que data essa senhora desapareceu.

O SR. CHICO VIGILANTE - Foi nesse dia 12 de dezembro de 1992.

O SR. RICARDO FIÚZA - Confesso a V. Exª que não tenho a menor idéia se ele esteve ou se não esteve, não sei. Sei que apenas depois de algum tempo fui informado que a senhora havia sido sequestrada, e depois há uma nova versão para o sequestro. Não sei nada sobre esse assunto.

O SR. CHICO VIGILANTE - Ele conversou alguma coisa com o senhor após o suposto seqüestro?

O SR. RICARDO FIÚZA - Algumas vezes, muito triste, dizia que estava preocupado porque a senhora tinha sido seqüestrada, que estava sofrendo muito. Essas coisas normais que as pessoas comentam nessas circunstâncias. E as pessoas que têm um mínimo de civilidade e humanidade não se aprofundam, evitando a dor daquele que está passando por aquele momento ou que, pelo menos, se imagina que esteja. Eu me limitava a desejar que descobrissem. Essas coisas formais da vida de quem tem um mínimo de civilidade.

O SR. CHICO VIGILANTE - Ele, em nenhum momento, comentou com V. Exª que estaria fugindo um pouco das investigações da polícia em Brasília?

O SR. RICARDO FIUZA - Deputado Chico Vigilante, o meu relacionamento com o Sr. José Carlos não passou do que acabei de lhe dizer anteriormente.

O SR. CHICO VIGILANTE - Ele não comentou?

O SR. RICARDO FIÚZA - Evidente que não. Se não passou é porque não comentou e nem eu daria liberdade a ele para comentar isso. Não tinha intimidades. Sou um homem que sei manter as distâncias com as pessoas, nos devidos termos, embora não seja arrogante nem prepotente; penso que o respeito é necessário até no casamento.

O SR. CHICO VIGILANTE - O senhor já afirmou aqui, e também não quero repisar, nobre Senador Jarbas Passarinho, mas só para concluir as minhas indagações. Em algum momento, nobre Deputado Ricardo Fiúza, o senhor ouviu aqui pelos corredores - é comum se comentar aqui - que, naquele instante da substituição do Deputado João Alves da relatoria da Comissão de Orçamento, se entrasse para valer,

para implodir o esquema naquele instante, haveria algo como uma desestabilização do sistema?

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual é o sistema a que o senhor se refere?

O SR. CHICO VIGILANTE - De Governo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Claro que não. Um fato de Comissão de Orçamento não desestabiliza instituições. De forma nenhuma. Não chega a tanto.

O SR. CHICO VIGILANTE - Mas o senhor tinha conhecimento do que todo mundo falava por aqui dos supostos sete anões, donos da Comissão de Orçamento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu tinha conhecimento tanto quanto V. Exª.

O SR. CHICO VIGILANTE - Assim como todos nós que tínhamos conhecimento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Imagino que sim.

O SR. CHICO VIGILANTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, nobre Deputado Ricardo Fiúza:

Eu lamento ter que dizer que o depoimento prestado por V. Exª até o presente momento tem me causado uma certa decepção. V. Exª comparece a esta Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de depoente, ou de testemunha, segundo compreendo, não comparece na condição de réu. Comparece também como um homem que carrega na sua vida pública uma experiência de mais de vinte anos só de atividade parlamentar, recentemente combinada com o desempenho da função de Ministro de Estado, no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

Durante os anos em que V. Exª exerceu o mandato nesta Casa, exerceu no Partido do Governo, na ARENA, se não me engano depois no PDS, É natural que a nossa expectativa fosse a de que tivéssemos o depoimento de um general, no melhor sentido da palavra, ou seja, daquele que teve o domínio do desenrolar das ações, da estratégia e que tem conhecimento, naturalmente, do resultado de cada batalha ou da guerra como um todo.

Ouço aqui, muito mais, o depoimento, ou quase que a defesa, de um sargento, ou seja, daquele que não teve uma participação maior no combate, daquele que procura se colocar numa posição, até certo ponto, secundária, e que não teve papel decisivo no desenrolar das ações principais; que desconhece até, mesmo sendo Líder do Governo, como se deu a indicação do Dr. José Carlos Alves dos Santos para o cargo de diretor do Departamento de Orçamento da União, no governo do Presidente Collor, do qual V. Exª foi Líder, nesta Casa, e do qual foi Ministro de Estado.

Sinceramente, Deputado Ricardo Fiúza, o depoimento pode até, hipoteticamente, salvaguardar o aspecto desse episódio que diga respeito a sua pessoa, mas não esclarece nem explica a esta CPI, ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira essa espécie de tragédia que é a associação entre orçamento e corrupção, irregularidades, coisa que não é novidade na vida pública do Brasil. Pelo contrário, essa associação perversa, esse incesto entre os poderes privados e setores da vida pública, no Brasil, é coisa que nos acompanha ao longo da nossa história. Lamentavelmente, V. Exª não consegue ajudar esta CPI, esta Casa, não consegue ajudar a sociedade brasileira a esclarecer, a desvendar esse episódio, que culmina com uma cortina de desconfiança que ronda o próprio Congresso Nacional.

Eu perguntaria ao Deputado que tem 23 anos de mandato, ao Deputado que, invariavelmente, participou de governos como Deputado, como Líder de Governo e como Ministro, o que ele tem a dizer. Estamos tratando de uma ficção? De repente enlouquecemos todos, Deputados, Senadores? Criamos uma CPI para investigar o nada? Para investigar uma ficção? Ou o escândalo existe, ou manipulação disso, que o Deputado Sérgio Miranda chamou de radiografia do Estado Brasileiro, porque o Orçamento é o instrumento para execução da política econômica desse Estado, das suas classes dominantes?

Quando o Presidente da FEBRABAN declara, como declarou à Revista **Veja**, que empregou 30 milhões de dólares para corromper eleições; quando empreiteiras, fornecedores, montadoras confessam aqui de maneira cínica, como já confessaram, que distribuíram dinheiro para tesoureiros de campanha para Presidente da República, é porque eles têm isso tudo de retorno do Orçamento. O Orçamento é instrumento de transferência de renda através do pagamento de serviços da dívida pública, da dívida externa. O instrumento é essa máquina poderosa que faz o papel de um Robin Hood às avessas, que tira dos pobres para distribuir com os ricos. O que o Deputado Fiúza, do alto da sua experiência, da sua vivência, tem a dizer a esta CPI e a sociedade brasileira sobre as razões, a gênese e as raízes desse escândalo que espanta a todos e que, infelizmente, nem todos conseguem compreender?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, V. Exª levou seis minutos para fazer este preâmbulo, restam quatro do tempo.

O Sr. Aldo Rebelo - Muito obrigado pela lembrança, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Deputado, a pergunta de V. Exª não causa nenhuma surpresa para mim porque, como muito bem sabe V. Exª, embora eu não seja um homem que tenha ideologia porque sou um democrata - e democrata não tem ideologia, que é sinônimo de dogma, democrata tem idéias e princípios - sempre respeitei a ideologia de V. Exª, embora dogmática.

A primeira coisa: não sou sargento, não que veja nenhuma humilhação em ser sargento: sargentos comandam pelotões, são homens que têm grande valor. Mas V. Exª quis dizer sargento no sentido de parecer um secundário cumpridor de ordens, incapaz de fazer uma formulação. Não sou. Posso não ser um general, mas sou um homem que sempre me impus aonde cheguei. Não tive posições secundárias em nenhum episódio desses: apenas em alguns não tive qualquer posição porque não fui chamado à colação. Não fui Líder de Governo, fui Líder da Maioria.

Deveria saber muito bem V. Exª, mas não sabe, que durante toda a primeira fase do Governo Collor eu era **persona non grata**, inclusive nem subia nos palanques do Presidente Collor durante a campanha. Participei, com muita honra, de um segundo Ministério, que dignificou este País; procurei servir ao meu País, como muitos homens sérios e dignos que estiveram também ao lado do Presidente Collor e que em nada se mancharam com esses episódios desnecessários.

Repito para V. Exª que eu não sabia dessa indicação de José Carlos dos Santos no DOU porque pouco estou ligando para o DOU - Departamento de Orçamento da União. Sempre fui um homem de Parlamento. O meu tipo de política é diferente. Sou um formulador, sou um homem que procura soluções.

V. Exª diz que não explica à sociedade essa tragédia, coisa que não é novidade, por causa desse incesto entre poderes privados e setores da vida pública do País. É compreensível que V. Exª assim se refira, porque V. Exª ainda defende os regimes fechados. Eu respeito, não estou criticando, nem estou fazendo nenhuma provocação.

"Como V. Exª pode ajudar-nos a esclarecer esta CPI?" - pergunta V.Exª. Posso ajudar, respondendo a perguntas objetivas e dizendo a verdade. Que o orçamento é um instrumento de transformação são coisas extremamente óbvias. É um Robin Hood às avessas. Foi o que tentei fazer, ao direcionar recursos para a educação, saúde, etc.

A única coisa que posso dizer a V. Exª como resposta à pergunta, que não é precisa, é que tudo fiz para dar o melhor de mim naquela oportunidade, tudo fiz para que não houvesse desvios, distorções, para que não houvesse formas de se tirar proveito ilicitamente. Essa foi a minha missão. Estou expondo a esta Comissão tudo o que sei e abrindo a minha vida e exposto às perguntas de quem quer que seja, na espera de um só fato concreto que determine ou que insinue ou que dê indício veemente da minha participação.

A forma que temos para contribuir para que essa sociedade melhore, para que esses fatos não ocorram é aprofundarmos esta CPI, e para isso com tudo colaborarei. Estou aqui para isto.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, só para reafirmar, como já havia feito durante a minha pergunta, que a minha referência ao sargento não teve nenhum sentido pejorativo; muito pelo contrário, teve apenas o sentido comparativo, ou seja, aquele que não exerce a função de comando, que no resultado de uma guerra não vai ser ele a ter a explicação a dar.

E no mais, diante da resposta do Deputado Ricardo Fiúza, não satisfeito, encerro a minha participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se o Deputado me permitiria apenas uma observação como militar de origem. Quando V. Exª se referiu a general, no bom sentido da palavra, acho que isso realmente distingue o general de carreira do general da banda.

Com a palavra o Deputado Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, estou aqui desde às 9 horas da manhã, pontualmente, assistindo, com respeito, ao depoimento do nobre Deputado Ricardo Fiúza. Quero cumprir o meu papel como V. Exª tenta cumprir o seu, dando as explicações que julgar necessárias.

Ao iniciar o seu depoimento, V. Exª falou sobre a reportagem da revista **ISTO É**, que lhe causou profunda revolta pelo amontoado de mentiras. A respeito dessa entrevista, eu gostaria de fazer duas perguntas específicas: são dois fatos aqui registrados: primeiro, V. Exª como Relator do Orçamento de 1991 - deve lembrar-se - aprovou a construção da barragem de Pirapama - uma barragem muito importante, situada a 40 km de Recife, no município de Cabo, para o abastecimento d'água, visando a atender praticamente três milhões e trezentos, ou quatrocentos mil habitantes de Recife. Já como Ministro da Ação Social, no ano de 1992, depois de ter sido aprovado no Orçamento-Geral de 1991, a Caixa Econômica Federal liberou trinta e três milhões e quinhentos mil dólares para essa obra; dez milhões e quatorze mil dólares foram liberados para a Secretaria de Desenvolvimento Regional; hum milhão, duzentos e quarenta mil pelo Orçamento-Geral da União e cento e doze mil dólares por V. Exª, como Ministro da Ação Social, totalizando quarenta e cinco milhões de dólares. A reportagem mostra a fotografia, como seria o começo da obra: barragem de Pirapama, canteiro de obras, consórcio, Odebrecht, OAS e Queiróz Galvão.

Até agora, essa obra não se iniciou. Ao mesmo tempo, na sua gestão enquanto Ministro, V. Exª destina noventa e um milhões de dólares - refiro-me à entrevista da revista **ISTOÉ**; V. Exª terá a oportunidade de esclarecer, confirmar ou desmentir - para a construção da barragem do Brejão, que visa a atender 75 mil habitantes do município de Bezerros, garantindo à Santa Fé milhões de metros cúbicos de água, da qual o senhor teria participação acionária.

Qual o critério adotado? Como Relator do Orçamento, em um projeto V. Exª aprovou as verbas liberadas; no entanto, não se executou a obra que era

importantíssima para mais de 3 milhões e 300 mil habitantes, em Recife. Bem melhor do que orçava V. Exª que tem sua base política em Pernambuco. Em outra, realiza, por uma decisão do Ministério da Ação Social, inclusive um tanto quanto pela informação da revista, mais cara do que seria a verba inicial.

Primeira pergunta. Qual seria o critério para essa adoção, o porquê da obra da barragem que beneficiaria Recife não ter sido iniciada, o porquê dessas verbas terem sido liberadas e não estar sendo executada a obra.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eminente Deputado, nesta irresponsável reportagem - e vou interpelar a revista **ISTOÉ** -, os números são completamente baratinados. É como se uma criança de 1º Grau fizesse essa reportagem. Eu não me recordo de cabeça de quanto foi o reforço do abastecimento dpágua de Bezerros. Mas 91 milhões de dólares é capaz de ser 91 mil dólares; nem sei por que, pois a obra é muito pequena.

No tocante à Barragem de Pirapama, V. Exª está muito equivocado.

O SR. CARLOS LUPI - Volto a repetir que me baseei em informações da revista **ISTOÉ**.

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe-me, retiro a expressão. A revista induz V. Exª a um equívoco.

A Barragem de Pirapama está sendo tocada há muito tempo; já passou por três ou quatro Governos de Pernambuco. É uma obra gigantesca. Atendi pedidos do Governador Joaquim Francisco e visitei essa barragem como Ministro. É uma obra imensa e já está bastante adiantada. Foi trabalhada no Governo de Miguel Arraes e em todos os Governos. Portanto, apenas em respeito a V. Exª, vou telefonar amanhã ou pedir informações sobre o estágio em que está essa barragem.

O SR. CARLOS LUPI - Ela ainda não está concluída?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, é uma obra muito grande, muito grande.

O SR. CARLOS LUPI - Mas esses 45 milhões iniciais seriam para o início da obra?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não senhor. Essa barragem já estava encaminhada, licitada, estava em andamento. É uma barragem muito grande.

No tocante a essa insinuação de que teria sido financiado esse tal açude em Bezerros, também não é verdade. O que o Ministério financiou em Bezerros foi a duplicação da adutora que vem desse açude, muito antigo, para o abastecimento da cidade, porque lá ocorreu o primeiro foco de cólera.

Terceiro ponto, em nada serve a minha fazenda, que já tinha uma adutora, colocada há três anos em parceria com vinte cinco ou trinta proprietários locais. Tenho visto muita reportagem mentirosa e irresponsável, mas essa foi a mais mentirosa e irresponsável que já vi em toda a minha vida.

O SR. CARLOS LUPI - É importante, porque V. Exª está tendo a oportunidade de esclarecer os fatos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou agradecendo a V. Exª, estou muito grato.

O SR. CARLOS LUPI - Quero inclusive voltar a essa reportagem, dizendo que...

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou muito grato a V. Exª pela referência à reportagem.

O SR. CARLOS LUPI - ... no final da matéria, uma das empresas ganhou essa concorrência: exatamente a Queiroz Galvão. O seu Diretor Executivo, Sr. Luís Evaldo Leite, não sei se V.Exª conhece...

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso até conhecê-lo, mas não me recordo.

O SR. CARLOS LUPI - ...., em depoimento à polícia, diz ter feito um depósito de US$ 80 mil à EPC, empresa do PC Farias, e, com essa ilação, consta na revista a ligação da Comissão do Orçamento com o esquema PC. V. Exª tem algum conhecimento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não o tenho. Só tenho a esperança de que um dia este País tenha uma Lei de Imprensa. É só a esperança que tenho, para que nós possamos ter realmente Liberdade. Esse é um criminoso. O homem que afirma um negócio desse é um criminoso. Mas não adianta. Todo mundo tem medo da Imprensa. Ninguém quer fazer uma Lei de Imprensa. Nós temos que ter a Imprensa mais livre do mundo, pois, ela tem prestado serviços fantásticos ao Brasil; todavia, não pode continuar esse tipo de coisas. Não pode. Não pode continuar.

Um belo dia, apesar de covardes, convencer-nos-emos disso e vamos fazer uma lei decente, que não iniba em nada a Imprensa, mas que evite que honra de pessoas decentes sejam enlameadas dessa forma.

O SR. CARLOS LUPI - V. Exª então desmente toda essa entrevista e toda essa reportagem?

O SR. RICARDO FIÚZA - Absolutamente toda, e vou provar.

O SR. CARLOS LUPI - Vamos para outra pergunta. V. Exª, em seu depoimento, falou que não aprovou, enquanto Relator do Orçamento, nenhuma subvenção social. Enquanto Relator, para evitar aquilo que V. Exª tinha ouvido falar, de ter beneficiado "a" ou "b", V. Exª preferiu não aprovar nenhuma subvenção social enquanto Relator em 1991?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não aprovar divisão da subvenção, manter como estava.

O SR. CARLOS LUPI - Isso, mantendo o que estava. Ao mesmo tempo, V. Exª manteve todos os sub-relatores que trabalhavam com o antigo Relator, Deputado João Alves.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quem indica os sub-relatores é o Presidente da Comissão.

O SR. CARLOS LUPI - Eu sei, mas os que estavam trabalhando com o Deputado João Alves.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou falando para os Anais e para o público.

O SR. CARLOS LUPI - Então, quero só perguntar, por uma coincidência, para saber se houve algum tipo de pedido, por parte de algum parlamentar, para algumas verbas de subvenções sociais liberadas a alguns Deputados que já foram citados e acusados nesta CPI inúmeras vezes. Um exemplo: dentre as relações dos cerca de 7 milhões de dólares que V. Exª liberou em subvenções sociais para o Rio de Janeiro, consta a Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, com uma primeira liberação de 349 mil, 317 dólares e uma segunda liberação de 158 mil 780 dólares - isso é claro, verba comparada. Essa Faculdade é do Deputado Fábio Raunheitti, que está sendo acusado, desde antes de ser Deputado, de estar obtendo vantagens de subsídios, de subvenções sociais, por parte do Governo Federal. V. Exª sabia disso? Alguém lhe pediu ou intercedeu para que se liberasse essa verba?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não sabia que a Faculdade era do Deputado Fábio Raunheitti e, se soubesse, teria analisado também; se chegasse à conclusão de que estava correto, também teria feito, não pelo fato de ser de um Deputado. Por coincidência, não sabia.

O SR. CARLOS LUPI - Não sabia. Mais uma liberação...estou terminando. Sr. Presidente, eu pediria a V.Exª só aquela complacência habitual. Para a Sociedade Barra-mansense de Ensino Superior, V. Exª liberou 522 mil, 329 dólares, e para a Sociedade Barra-mansense de Ensino e Cultura, V. Exª liberou mais 261 mil, 164 dólares, totalizando 790 mil dólares. Essas duas sociedades são de propriedade da família Feres Nader, também um dos denunciados. Não estou afirmando nada, estou baseado nas denúncias apresentadas pelo depoente José Carlos. O senhor teve alguma gestão do Deputado Feres Nader ou do próprio Deputado João Alves solicitando a liberação dessas verbas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Há alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, não sei se os números conferem; segundo, não tenho solicitação do Deputado João Alves; terceiro, não tive solicitação do Deputado Feres Nader para esses casos específicos.

O SR. CARLOS LUPI - Por último, houve uma liberação - essa mais flagrante ainda. Pode ser que, no aspecto técnico da formação do Ministério, esteja obedecendo ao trâmite. Entretanto, no aspecto ético, há muitas dúvidas, porque se trata de um parlamentar exercendo um mandato que está trazendo benefício para si próprio, para uma empresa da qual ele tem a maioria das ações. Não estou com isso acusando V. Exª de estar conivente; estou dizendo que no aspecto ético, para mim, é muito grave.

Também foi liberado, no ano passado, 22 mil dólares para o Centro de Reabilitação Infantil Albano Reis de Quintino, que vem a ser um Deputado estadual muito bem votado no Rio de Janeiro, marido da Deputada Federal Wanda Reis. Esse, inclusive, é o nome dele próprio. Também não houve nenhuma gestão de nenhum Parlamentar; não houve nenhuma indicação política para essa liberação?

O SR. RICARDO FIÚZA - É possível que essa senhora tenha estado comigo no Ministério - vou verificar minha lista de audiências. Se esteve, não me informou do parentesco da sociedade que geria. Veja bem, V. Exª disse "sociedade de propriedade"... Se é propriedade, não foi liberado, porque só entidades sem fins lucrativos podem receber esses recursos. Então, não há possibilidade de a terminologia estar correta. V. Exª pode estar querendo me dizer que é o gestor dessa entidade beneficente o marido...

O SR. CARLOS LUPI - O termo correto é esse.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não sabia que o era. E, se soubesse, não veria nisso um impedimento fundamental, desde que essa entidade fosse absolutamente legítima, merecesse etc.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, já estou concluindo a minha inquirição.

Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª manteve no Ministério as servidoras Iolanda Brasil e Célia Abdala. V. Exª se lembra delas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não me recordo das suas fisionomias, mas sei que as mantive no Ministério.

O SR. CARLOS LUPI - Essas servidoras ocupavam cargos-chave na liberação de verbas orçamentárias. Em uma determinada época, houve denúncias de suposto envolvimento delas em esquema de corrupção.

Primeiramente, gostaria de saber se V. Exª tinha ou não conhecimento dessas denúncias. Segundo, gostaria de saber se também essa manutenção foi um pedido do Deputado João Alves, porque elas já tinham trabalhado com S. Exª na Comissão de Orçamento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Absolutamente não. Não tive informações de denúncias. As informações que me eram dadas pelos funcionários do Ministério eram as

de que elas eram e são duas pessoas sérias e competentes. Esse é o conceito que me autoriza ter, até hoje, um relacionamento... Nem sei se cheguei a ter algum contato com a Srª. Iolanda, mas, com a Drª. Célia Abdala, tive contato por duas ou três vezes.

O SR. CARLOS LUPI - Sr. Presidente, prometo que esta é a minha última pergunta ao depoente.

Deputado Ricardo Fiúza, não sei se V. Exª já respondeu a esta questão - penso que não, porque, só durante um pequeno instante, eu me retirei do Plenário.

Precisamente em junho de 1982, na sua gestão, consta uma liberação pelo Ministério da Ação Social de 535 mil dólares para a empreiteira OAS construir um emissário de esgoto na praia de Boa Viagem, sem que essa empreiteira sequer tenha iniciado a obra.

V. Exª confirma essa liberação? V. Exª tem ciência de que o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas de Pernambuco, ou melhor da Bahia, constataram uma série de irregularidades relativas a esse convênio cometido pelo Ministério?

Essa é uma denúncia apresentada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 22.10.

Portanto, pergunto se realmente houve essa liberação antes de iniciar a obra e se o senhor tem ciência de que o Tribunal de Contas apontou uma série de irregularidades neste convênio. Retifico: praia de Boa Viagem em Pernambuco.

O SR. RICARDO FIÚZA - Devo informar a V. Exª que o Ministério da Ação Social não libera recursos para nenhuma construtora e nenhuma obra; o Ministério libera-os para o Governo do Estado, que faz a licitação e contrata a obra. Não tive tempo de apurar de ontem para hoje, porque hoje eu terminei esse trabalho às 6 horas da manhã. A informação que tenho é de que a obra está absolutamente regular. Se não estiver, a culpa é do Governo do Estado de Pernambuco.

Segundo, quanto ao valor da liberação, não sei se foi esse. A mim, na condição de Ministro, competia cumprir os cronogramas de liberação entre os convênios do Governo Federal e dos Governos estaduais. Em todo o caso, por curiosidade, vou pedir à COMPESA amanhã. Parece que eles já andaram me mandando algum fax hoje explicando as obras e, segundo fui informado, o cronograma da obra está em dia - segundo fui informado!

Vou também trazer essa informação à Comissão, embora nada tenha a ver com isso, para que não se diga que eu estou escamoteando a verdade ou deixando de responder perguntas. Acho que respondi todas as perguntas de V. Exª.

O SR. CARLOS LUPI - Agradeço.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

O SR. RICARDO FIÚZA - Obrigado a V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos tomar 5 minutos de intervalo antes de ouvir o Deputado José Dirceu.

(A reunião é suspensa às 20 horas e 55 minutos e reaberta às 21 horas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, antes de iniciar gostaria de fazer um pedido a V. Exª.

O Sr. Agaivo dos Santos, que fazia as apostas para o Deputado João Alves nas lotéricas de Brasília, concedeu uma entrevista hoje, segundo fui informado pela **Folha de São Paulo**. Já temos o endereço dele, e vou remeter a V. Exª para que ele possa ser convocado, pelo menos pela Subcomissão, para ser ouvido.

Agaivo dos Santos era uma espécie de cambista - não sabia e fiquei sabendo agora -, inclusive, praticamente legalizado, porque recolhe os impostos como autônomo, etc.

Ele disse à Imprensa que não me procurou - deixei com o Sr. Valdir Rosa uma cartão para que me procurasse - porque eu não era membro desta Comissão.

Quero informar à Comissão e a V. Exª que o procurei por delegação do Deputado Benito Gama e deixei o cartão em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito. Evidentemente, ele sabe que está sendo procurado pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, vou remeter a V. Exª o endereço oficial dele, o domicílio propriamente dito, para que V. Exª, quando considerar pertinente, encaminhe essa questão junto à Comissão ou à Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perguntei o nome porque parece que não é o mesmo de que tratou o Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Deputado Aloízio Mercadante e eu tivemos que ser o Homero, da Camisa 10.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é Alcides ou um nome parecido com esse?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Esse, não. Agaivo dos Santos é reconhecido pelo Deputado João Alves. Aliás, ele disse à imprensa que consultou o Deputado João Alves antes de me procurar, e que não o fez por aconselhamento do próprio Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, o tempo de V. Exª começa agora.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Ricardo Fiúza, vou fazer perguntas concretas, que não foram feitas ainda, objetivas e peço a V. Exª que, dentro de suas possibilidades, responda-me também objetivamente por causa da questão do tempo.

Quero declarar ao Sr. Presidente, ao Deputado Ricardo Fiúza e à Comissão que faço estas perguntas levando em consideração que vamos continuar ouvindo outros depoentes, que terão curso as investigações e que encaminharei documentos depois à Comissão. Portanto, elas têm um sentido a médio prazo.

Qual o relacionamento de V. Exª, se o teve, com o Sr. Luiz Antônio Gonçalves, ex-Secretário-Geral do Ministério da Fazenda?

O SR. RICARDO FIÚZA - Um relacionamento muito bom, porque o considero um homem muito sério, um excelente profissional. Foi Secretário-Geral do Ministério da Fazenda na época em que eu era Ministro. Conheço-o aqui de Brasília, como Deputado que sou há muitos anos. Não só o conheço, como tenho, posso dizer, amizade com ele, embora não convivamos. Mas o tenho como uma das boas figuras desta República, muito competente e sério.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Obrigado. Alguma vez, V. Exª solicitou a liberação de verbas contingenciadas ao Sr. Luiz Antônio Gonçalves?

O SR. RICARDO FIÚZA - Certa vez, tive uma longa reunião com ele, com o Pedro Parente, com o meu Secretário-Geral, Dr. Maurício, e outros, que está descrita em exposição minha ao Exmº Sr. Presidente da República a respeito de toda posição. Quanto a verbas específicas, descontingenciamento de uma verba ou outra específica, não me recordo. Creio que não, tenho quase certeza absoluta de que não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Exª possui aviões, Deputado Ricardo Fiúza, em nome de pessoa física ou jurídica da qual é sócio-proprietário?

O SR. RICARDO FIÚZA - Infelizmente, no momento, nem física, nem jurídica. Já tive um Sêneca II, antigo, em mil novecentos e sessenta e poucos, mas o vendi porque estava apertado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É fato que a Empresa OAS cedeu um avião a V. Exª?

O SR. RICARDO FIÚZA - O que é isso?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Estou lhe perguntando exatamente isso: se é fato que a Empresa OAS cedeu a V. Exª um avião, a qualquer título?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não só não é fato, como é um absurdo isso. Cedeu um avião a mim?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sim, senhor.

O SR. RICARDO FIÚZA - A pergunta é se a OAS cedeu um avião a mim?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sim, senhor. Ou emprestado, ou alugado, ou a título precário?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Exª já afirmou que conhece o Sr. Fernando Santos e que viajava em aviões de sua propriedade ou da Empresa do Grupo João Santos. A que título V. Exª viajava nesses aviões?

O SR. RICARDO FIÚZA - Viajo como amigo, quando o avião vem para cá ou volta daqui, porque tem base aqui, em Recife, quando volta vazio, batendo, como eles chamam. Viajo quando ele vem, às vezes, e diz: vou para São Paulo, quer ir comigo, deixo-te em Brasília, essas coisas todas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado. V. Exª esteve na Suíça, no ano de 1991?

O SR. RICARDO FIÚZA - No ano de 1991, acho que não, porque fui à Suíça apenas uma vez, quando fiz uma operação, mas creio que já faz uns oito anos. Estamos em 1993. Tenho de verificar a data dessa operação. Eu vinha no carro, levei uma pedrada e fui ao Dr. Hugo (?) fazer uma implantação de cartilagem na articulação temporomandibular, na ATM.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então V. Exª não esteve na Suíça no ano de 1991, há dois anos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Seguramente, não; absolutamente, não. Aliás, nem viajei nesses últimos dois ou três anos.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Exª possui propriedade no município de Buriti Bravo, no Estado do Maranhão?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Nem empresa de que V. Exª seja sócio-proprietário?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não. Estava conversando com o meu filho agora, estamos tentando fazer uma troca para adquirir um projeto decadente lá, mas o negócio ainda não está fechado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Fazenda Macatuba?

O SR. RICARDO FIÚZA - Macatuba.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então, V. Exª ainda não adquiriu essa fazenda?

O SR. RICARDO FIÚZA - Está em processo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - De 7.000 hectares, três a quatro mil cabeças?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Hoje tem 700 cabeças. Tem esse tamanho, mas tem 700 cabeças.

O SR. JOSÉ DIRCEU - De Fernando Maranhão e seus filhos?

O SR. RICARDO FIÚZA - É verdade.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas não chegou a adquiri-la?

O SR. RICARDO FIÚZA - Ainda não. Está em processo, em troca.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Exª tem informação de que a fazenda, neste momento, está fechada e os empregados foram evacuados?

O SR. RICARDO FIÚZA - É mentira; a informação não é verdadeira.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não é verdadeira a informação que tenho? Quer dizer que não foi registrado em nenhum cartório...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não foi registrado, porque não foi fechado ainda.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não foi fechado, por isso não foi registrado?

O SR. RICARDO FIÚZA - É lógico. Tudo meu que é fechado é pago no dia, registrado no dia e registrado na contabilidade no dia.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Aliás, tudo no Brasil, não é Deputado?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não faça ironia; as minhas coisas são.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Exª quem fez ironia.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não fiz ironia nenhuma. Fiz apenas uma afirmação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não lhe perguntei se V. Exª tinha pago nessas condições.

Sr. Deputado, a coluna da jornalista Danusa Leão, de 02.11, faz referência ao Sr. Eduardo Ricardo...

O SR. RICARDO FIÚZA - Um momento. Agora estou recebendo uma informação...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Pois não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Fui, a convite da Bolsa Mercantil de Futuro de São Paulo, a (?) , na Suíça, assistir a uma conferência sobre mercados futuros. Preciso recordar a data, porque amanhã vão dizer que neguei ter ido a Suíça. Essa viagem deve ter durado uma semana. Fomos a (?) para esse simpósio e lá tivemos oportunidade, também, de conhecer o Centro de Pesquisa de Alimentos da Nestlé para o ano 2000.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Exatamente. Eu ia agora, falando no Sr. Eduardo Ricardo, recordar-lhe que V. Exª viajou, inclusive, acompanhado por ele.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Ele foi um dos participantes-coordenadores da viagem. Viajei a convite da Bolsa Mercantil de Futuro. Aliás, foi interessantíssimo. Muita gente deveria ir para aprender.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Exatamente. Quando V. Exª assumiu o Ministério, um grande número de ocupantes de funções de confiança foram afastados de seus cargos. Quem coordenou essa tarefa no Ministério?

O SR. RICARDO FIÚZA - Quem coordena essa tarefa sou eu, coligindo informações e procurando saber quem presta e quem não presta, etc.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O que justificava a presença contínua e quase permanente do Sr. Eduardo Ricardo no Ministério durante a gestão de V. Exª?

O SR. RICARDO FIÚZA - Quem afirmou isso cometeu absoluta inverdade. O Sr. Eduardo Ricardo não é lobista, é um dos homens mais sérios deste País.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não usei esta expressão.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas estou aproveitando para esclarecer.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Exª é que a está usando.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas estou pedindo licença a V. Exª. Se V. Exª me fizer a gentileza...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Com o maior prazer.

O SR. RICARDO FIÚZA - É um homem sério, que tem um escritório de projetos na área de eletricidade. É uma pessoa que tem acompanhado todo o problema constitucional, ajudando vários Deputados sem nenhum interesse. Não é lobista; é uma pessoa que conheci em Brasília e que muito estimo; nunca me pediu ou me fez um favor pessoal. Deve ter ido visitar-me no Ministério, durante todo esse período, umas três ou quatro vezes. Aliás, eu ficava até triste. Às vezes, ele perguntava: "A que horas você vai sair?" E eu respondia: "A uma hora da manhã"; e ele falava: "Não, é muito tarde, sai mais cedo que te pego para jantar". É um excelente caráter.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas o senhor tem conhecimento de que a empresa da qual ele é proprietário tem clientes como a OAS, a João Fortes, a Camargo Corrêa, o Governo do Distrito Federal, a PATRI(?) ?

O SR. RICARDO FIÚZA - A PATRI (?) é uma firma muito séria. Nunca conversei sobre os clientes dele; sei que ele é um homem incorruptível, um homem muito sério. É o julgamento que tenho a respeito dele.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Estou anotando o julgamento que o senhor tem a respeito dele. Não estou julgando o senhor Eduardo Ricardo, estou apenas fazendo-lhe as questões que, depois, no decorrer da Comissão...

O SR. RICARDO FIÚZA - Pois não. Pode ficar à vontade.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor tem conhecimento de que o Sr. Eduardo Ricardo recebia do Ministério, durante sua gestão, informações privilegiadas sobre decisões futuras a serem tomadas no âmbito daquele Ministério?

O SR. RICARDO FIÚZA - Esse negócio é tão interessante! Aquele Ministério não tem nem decisões futuras para tomar; é um Ministério que estava sem

FGTS; nunca teve informação privilegiada de coisa nenhuma; o Ministério é completamente atípico. Aliás, eu detestava aquele Ministério - disse isso ao Presidente Collor várias vezes. Aquele Ministério não tem - desculpe-me, quero explicar - informação privilegiada; não faz concorrência; não tinha dinheiro; recebeu 5% até o final do ano. Portanto, é preciso que a pergunta seja muito bem respondida, para que não pareça sequer que haja possibilidade de informações privilegiadas. Ali, todo mundo tinha informação, porque não havia informações que privilegiassem. Infelizmente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Deputado Ricardo Fiúza, o senhor declarou - e quero entender essa questão do Banco do Brasil; é a minha última pergunta; vou deixar inclusive outras que tenho para outros deputados - respondendo ao Deputado Luiz Máximo, do PSDB de São Paulo: "Posso afirmar categoricamente a V.Exª que:

1º) não existe sequer um caso de liberação que não tenha seguido todos os trâmites;

2º) posso afirmar a V.Exª que jamais foi feito nenhum depósito diretamente ao Banco do Brasil para entidades:

3º) quero afirmar a V.Exª que antes de a listagem ir para o Banco todas eram processadas no SIAFI".

Fui ao SIAFI e encontrei 167 entidades no valor de Cr$14 bilhões, hoje CR$300 milhões, que foram depositados no Banco do Brasil sem definição do beneficiário na própria ordem bancária, ou seja, a ordem destinou-se ao próprio Banco do Brasil, para crédito por relação enviada. Como se explica?

O SR. RICARDO FIÚZA - Como é?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Para crédito por relação enviada.

O SR. RICARDO FIÚZA - Exatamente. É assim que se faz mesmo. Manda-se essa ordem, que se chama OP, mas antes faz-se o empenho no SIAFI...

O SR. JOSÉ DIRCEU - O empenho no SIAFI não existe.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não há possibilidade, nobre Deputado, porque nenhum ministério tem talão de cheque mais, há muito tempo. Quem faz o empenho é o SIAFI, e é transferido **on line**.

Está bem. V.Exª vai me dar os documentos e vou provar que V.Exª está errado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O SIAFI me informa aqui o CGC do Banco do Brasil também.

O SR. RICARDO FIÚZA - É evidente que tem que ser no CGC do Banco do Brasil. É uma OP que é feita em nome do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E como V.Exª sabe para que entidades foram esses créditos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Porque vai a relação anexa, depois do empenho que é feito no próprio SIAFI. Por gentileza, encaminhe esse documento.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vou encaminhar todos os documentos.

Então, eu quero dizer o seguinte: a Lei nº4.320 determina que o empenho seja feito em nome do beneficiário. Como se explica essa realidade aqui?

O SR. RICARDO FIÚZA - O empenho é feito pelo SIAFI, em nome da entidade.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas está aqui o que o SIAFI fez, nobre Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas eu não estou vendo nada disso. O senhor está mostrando um papel que eu quero que me seja enviado depois, porque vou mandar pedir ao SIAFI, por escrito, oficialmente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Está bem, vou mostrar ao senhor.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mostrar não, eu quero cópia para fazer uma petição, amanhã, para que ele informe.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E o SIAFI vai mandar para o senhor o que mandou para mim.

O SR. RICARDO FIÚZA - Tem que mandar. Não é um funcionário não, é o próprio SIAFI, através de seus canais competentes.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Deputado, nos empenhos é citada, não como beneficiários, mas apenas como item de empenho, a destinação de recursos, por exemplo, para esgotamento sanitário em Campo Grande. Como se explica o pagamento à Fundação Míriam Benevides Gadelha, na Paraíba, com empenho de Campo Grande? Vou entregar à Comissão, depois, uma nota de lançamento que vai para a Fundação Míriam Benevides Gadelha, da Paraíba e o empenho que vai, como eu disse aqui, para Campo Grande, para que V.Exª possa, depois, como quer, explicar à Comissão essas contradições que eu vejo que não estão ainda explicadas nas declarações que V.Exª tentou dar ao Deputado Luís Máximo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou explicar todas. Gostaria que V.Exª, por gentileza, encaminhasse esses documentos à Presidência da Comissão, para que ela os me reencaminhe. Mas gostaria de pedir, Sr. Presidente, que essas coisas sejam-me encaminhadas oficialmente, para que, amanhã, não fiquem perdidas no tempo por qualquer motivo, e fiquem pensando que me encaminharam.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Nada ficará perdido no tempo, porque farei questão de encaminhar tudo.

Para concluir, Sr. Presidente: V.Exª, Deputado Ricardo Fiúza, quando assumiu a relatoria, indicou algum assessor ou alguma chefia na Assessoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não creio, porque não conheço ninguém. Posso até ter assinado um ofício...

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Sr. Roberto Nasser, o senhor não indicou?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não me lembro, porque, como eu não conhecia as pessoas, é possível que, formalmente, atendendo pedido de alguém, o relator tenha indicado um ou dois nomes, não sei.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas V.Exª não teve contato com ele na chefia?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não estou dizendo que tive contato, mas não sei nem que é esse homem. Pode ser que, se eu o vir agora, diga: "Oh! Roberto, não sabia que era você." Não estou lembrado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Deputado Ricardo Fiúza, tenha paciência comigo, não se irrite. Quero lhe perguntar o seguinte: veja bem, V.Exª foi Relator da Comissão e ele era chefe da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. V.Exª não o conheceu, não teve contato com ele?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não disse isso a V.Exª. Estou dizendo que não estou ligando o nome à pessoa.

Basta ver a fotografia dele agora mesmo que eu lhe digo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então, quero informar a V.Exª que ele foi chefe da Assessoria. V.Exª tem conhecimento de que ele foi demitido e por que foi demitido?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não tenho. Se não me lembro dele, quanto mais ter conhecimento. Mas se me mostrar a fotografia dele ou então mostrar esse homem para que eu possa vê-lo...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Tenho certeza de que, no decorrer da CPI, teremos oportunidade de esclarecer essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, podemos encerrar?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Podemos. Peço vênia a V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a cooperação de V.Exª.

Deputado Moroni Torgan. (Pausa)

Deputado Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PSTU-SP) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, também gostaria de fazer algumas perguntas objetivamente e obter respostas no mesmo sentido do Deputado Ricardo Fiúza.

Deputado, durante o período em que V.Exª foi relator da Comissão de Orçamento, o Sr. José Carlos Alves dos Santos era seu homem de confiança?

O SR. RICARDO FIÚZA - Essa expressão "homem de confiança" pode ser entendida como seu factótum, seu loco-tenente. Não, ele era um funcionário no qual eu depositava confiança; é diferente de "homem de confiança." Ele era um funcionário no qual eu depositava confiança técnica e profissional.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Ele também foi seu assessor no Ministério da Ação Social?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, não foi. Esteve lá informalmente algumas vezes, conforme ele declarou. Quando eu tinha dúvidas sobre o Orçamento ou precisava fazer alguma montagem sobre crédito suplementar, etc: recomendava ao meu pessoal que o ouvisse devido a sua experiência no setor, inclusive por ter sido Diretor do DOU.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Segundo consta, até em determinado momento, parece que em abril de 1992, quando o senhor foi consultado sobre uma questão de orçamento pelos repórteres de **O Globo** teria indicado o Sr. José Carlos Alves dos Santos para dar as explicações pedidas na época?

O SR. RICARDO FIÚZA - Em que ano foi isso?

O SR. ERNESTO GRADELLA - Em abril de 1992.

O SR. RICARDO FIÚZA - É possível. Vinham me perguntar algumas dessas bobagens sobre modificações no Orçamento, que perguntam todos os dias, e disse para procurar o Dr. José Carlos que foi assessor da Comissão. É possível. Não me lembro, mas é possível. Por que negar o que não me lembro? É possível; é lógico pelo menos.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E esse relacionamento que o senhor descreveu como sendo apenas técnico, parece-me que, durante o depoimento do Sr. José Carlos, ele falou até de algumas questões pessoais que os senhores teriam discutido.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, já não vou mais responder essa pergunta, porque já respondi dez vezes hoje. Não é que esteja me recusando a responder, mas já é a décima vez que respondo.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Bom, apenas gostaria de caminhar num determinado sentido, mas reconheço o cansaço do depoente.

O SR. RICARDO FIUZA - Se for tão importante assim para V.Exª...

O SR. ERNESTO GRADELLA - Gostaria de continuar só para não nos perdemos nesta questão. Gostaria de perguntar, então, a respeito do relacionamento com o Sr. João Alves. V. Exª sabia alguma coisa dos prêmios de loteria do Sr. João Alves?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nunca imaginei na minha vida.

O SR. ERNESTO GRADELLA - V. Exª sabia do patrimônio crescente do Deputado João Alves?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Absolutamente não.

O SR. ERNESTO GRADELLA - A CPI já teria, vamos dizer assim, até algumas provas, alguns indícios da atuação do Deputado João Alves. V. Exª, que assumiu como Relator a Comissão de Orçamento, depois de um grande período de experiência, justamente após uma crise com o Deputado João Alves, não tinha conhecimento de esquema na Comissão de Orçamento e nem desse esquema do Sr. João Alves para lavagem de dinheiro?

O SR. RICARDO FIÚZA - Absolutamente. Não tinha conhecimento.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Durante o tempo em que foi Relator da Comissão de Orçamento, V. Exª recebeu visitas de representantes da construtora OAS, da empreiteira OAS?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não.

O SR. ERNESTO GRADELLA - E, enquanto Ministro, recebeu visitas da construtora OAS?

O SR. RICARDO FIÚZA - Só se foi em conjunto, porque, em algumas reuniões, reunimos construtores, empresários e associações de classe para discutir saídas para o grande problema da crise da construção no Brasil.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Em relação...

O SR. RICARDO FIÚZA - Pode ser que a uma dessas reuniões algum deles tenha ido.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Quer dizer, apenas no Ministério?

O SR. RICARDO FIÚZA - No coletivo.

O SR. ERNESTO GRADELLA - No Ministério, e seriam reuniões coletivas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Pode ser.

O SR. ERNESTO GRADELLA - O mesmo V. Exª diria em relação à Andrade Gutierrez?

O SR. RICARDO FIÚZA - A qualquer uma.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Tratex, CBPO, Servaz, Queiroz Galvão, Cowan?

O SR. RICARDO FIÚZA - Exatamente.

O SR. ERNESTO GRADELLA - V. Exª já reconheceu ter recebido, em determinado momento, um presente da OAS.

O SR. RICARDO FIÚZA - Expliquei exaustivamente.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Inclusive isso, teve que explicar exastivamente.

O SR. RICARDO FIÚZA - "Teve", não; expliquei porque quis.

O SR. ERNESTO GRADELLA - V. Exª recebeu mais algum presente, na forma de viagens ou qualquer outra, de alguma outra empreiteira?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Aliás, tenho horror a viajar a convite, porque gosto de fazer o que gosto. Nem na Câmara. Fui Presidente da Interparlamentar e não fui. Apenas dava viagem aos outros.

O SR. ERNESTO GRADELLA - V. Exª reconheceu também ter recebido uma contribuição da FEBRABAN para a sua campanha.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não é verdade. Isso foi esclarecido à revista **Veja**. Na discussão desse dia, do próprio **jet ski**, como o assunto era exatamente financiamento de campanha, eu disse ao repórter que ele estava completamente equivocado com aquelas somas fantásticas. E fazendo uma crítica até pejorativa, eu disse: "Esse pessoal de São Paulo, de tudo, de FEBRABAN mandou para a campanha, em Pernambuco, no máximo uns 100 mil dólares". No outro dia saiu que eu tinha dito que era para mim. No outro dia fiz uma carta à revista **Veja** dizendo que havia induzido o repórter àquela confusão. E não foi para mim, foi para os Partidos, imaginando eu que tenha se limitado a isso.

O SR. ERNESTO GRADELLA - No mesmo sentido, V. Exª também não recebeu nenhuma contribuição, para sua campanha, das empreiteiras citadas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nunca recebi um tostão de empreiteira. Aliás, não é do meu estilo, não tenho ligação com empreiteira. Meu ramo é outro: sou criador de boi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso interromper por um momento V. Exª?

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos tomando aqui a decisão de nos atermos exatamente àquilo que foi a razão de ser da criação da CPI. Vou reler:

> "Destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos referentes às atividades parlamentares, de membros do Governo, representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União".

Peço a V. Exª, se puder, que me explique melhor qual é a razão de ser da campanha de quatro anos atrás no problema do Orçamento.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, como V. Exª próprio leu, a CPI trata do envolvimento das empreiteiras na questão do Orçamento. Acredito que uma coisa está bem relacionada à outra. Não podemos falar de verbas, do envolvimento das empreiteiras sem também nos referir às campanhas eleitorais vigentes. Não pretendo, realmente, fugir, acredito que inclusive já foi respondida essa questão. Só gostaria de fazer uma última pergunta ao Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª e devo dar-lhe uma explicação. Estamos aqui com uma grande quantidade de denúncias que a Secretaria da Mesa recebe. A decisão que tomamos, em plenário dos titulares e suplentes, foi que, sempre, aquilo que não tem correlação direta com o Orçamento, enviamos ao poder competente. Se é uma corrupção no Executivo, vai para o Executivo; se é uma corrupção suposta no Judiciário, para lá mandaremos, para não nos desviarmos do propósito fundamental - o que é extremamente importante - da CPI que foi constituída.

Agradeço a V. Exª e ouço a última pergunta dirigida ao depoente.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Deputado Ricardo Fiúza, enquanto V. Exª era Ministro e ocorreram liberações de verbas, qual era o sistema de controle que existia, por parte do Ministério, em relação às verbas liberadas, para saber se elas estavam sendo aplicadas, bem aplicadas, na função a que estavam destinadas? Porque V. Exª disse que repassava esse tipo de verbas a governadores. Havia algum controle sobre a atuação dos próprios Governos ou, diretamente, sobre a obra em si? Havia algum tipo de fiscalização?

O SR. RICARDO FIÚZA - Basicamente é o Tribunal de Contas que fiscaliza o cumprimento dessas etapas, e algumas vezes - se não me falha a memória - faz convênios para que o próprio Governo fiscalize entidades. Não me recordo exatamente como, mas há controle.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Mas, por parte do próprio Ministério, de funcionários do Ministério, havia algum tipo de controle?

O SR. RICARDO FIÚZA - Quando há suspeita, envia-se uma tomada de contas especial e remete-se ao Tribunal de Contas.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Apenas para esclarecer. Enquanto não havia nenhuma denúncia, não havia um controle devido apenas à liberação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não estou dizendo denúncias, Indícios de irregularidades, atrasos. Tive alguns casos. Parei obras na Amazônia, etc. Às vezes uma pessoa vinha me dizer e eu mandava fazer uma fiscalização. Parava, não liberava. Um ministro não é um robô. Um ministro é um homem obrigado a ter coragem de decidir, mesmo imaginando que um dia poderá ir para uma CPI. Mas tem que procurar dar sempre a melhor solução, cercado dos cuidados técnicos. Não pode ser um covarde, ter medo de decidir. Eu decidi muitas coisas dessa ordem.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Deputado Ricardo Fiúza, gostaria apenas de ver se entendi. Na verdade, não havia um controle sobre todas as verbas liberadas pelo Ministério. Quando havia qualquer indício ou qualquer suspeita, aí sim é que haveria. Seria esta a resposta que entendi que V. Exª me deu?

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª me deu a resposta, e não fez a pergunta. Vou dizer a V. Exª como é. O Ministério que dirigi naquele período não executava obras. Era um Ministério de transferência de convênios. Portanto, quem fiscalizava eram os Estados, que são pessoas jurídicas de direito público e que têm fé de ofício. Portanto, eles é que fiscalizavam. Eventualmente, se tivéssemos dúvidas, fazíamos uma fiscalização. Só isso e nada mais.

O SR. ERNESTO GRADELLA - Sr. Presidente, estou satisfeito. Acho que as questões, agora, devem se somar a outros fatos levantados, a outros depoimentos. Só me permito um comentário final. Parece-me que nesse caminho que estamos seguindo na CPI, dependendo de onde chegarmos, poderemos avançar mais ou menos, vamos dizer assim, na elucidação desse esquema do Orçamento. Agora, parece-nos que vai ser necessário colocar claro para a população o que fizemos aqui. Eu, pessoalmente, cada vez mais, inclino-me a acreditar que qualquer um desses resultados vai nos levar a que tenhamos que eleger um novo Congresso e um novo Presidente, como maneira até de termos credibilidade para estabelecermos novas práticas em relação ao Orçamento, à prática do Poder Executivo.

Era só um comentário.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Presidente, só gostaria de dizer que, infelizmente, estive aqui desde as 9 horas, mas na minha vez alguém me chamou à porta e não pude aqui comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso teria sido um conluio?

O SR. MORONI TORGAN - Não, de forma alguma. Não acredito. Acho que houve uma infeliz coincidência naquele momento. Quero dizer que conheço as regras e submeto-me a elas. Não farei perguntas. Mas faço isso lamentando a falta de oportunidade de poder conversar com o depoente. Pela minha disciplina, acato qualquer decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem feito perguntas muito produtivas. Acho que poderá usar da oportunidade de fazê-las através do Relator, no final, se V.Exª assim o desejar.

O SR. MORONI TORGAN - Eu posso até conversar com o Relator. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É claro que V.Exª não gostará de ser boneco de ventríloco. Mas, de qualquer maneira, pode fazer a pergunta.

Concedo a palavra ao Deputado Tilden Santiago.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Deputado Ricardo Fiúza, no último dia 27 o jornal **O Estado de S. Paulo** informou que o Ministério da Ação Social, em sua gestão, liberou US$200 mil para dez Prefeituras mineiras em uma única ordem bancária do Banco do Brasil, a pedido de um Deputado. Isso é verdade ou é mentira? Se for verdade, era algo normal?

O SR. RICARDO FIÚZA - Pode ser verdade, pode ser mentira, pode ser normal e pode ser anormal. Depende. Se foram obedecidos os requisitos normais, se houve uma coincidência de esses processos estarem sendo estudados e houve dinheiro na época, se as entidades eram corretas, então pode ser uma coisa legítima e normal. Pode ser uma coisa anormal e ilegítima se houve uma falcatrua, se houve uma falta de cumprimento legal. Eu tenho que saber qual é o caso e mandar levantar, porque V.Exªs do PT têm grande assessoria, mas eu não tenho.

Eu pego o caso concreto e vou denunciar à Polícia Federal, pedindo que esta abra um inquérito para ver qual foi a parte em que eu falhei. É isso que eu vou fazer. Só isso. Porque eu não vou encobrir ladrão, quem quer que seja. O que é que vai acontecer? Eu vou fazer um ofício ao Procurador dizendo: "Sr. Procurador, no exercício das funções de Ministro de Estado, pensando ter me acercado de todas as seguranças, ocorreram os seguintes fatos...Peço as devidas providências". E ele que mande a Polícia Federal lá, porque eu não tenho vocação de polícia de araque. Pronto, acabou. Seja quem for. É o que eu vou fazer. Agora, como é que eu vou saber de cabeça?! É impossível.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Eu só coloquei a V.Exª a questão porque ela veio a público num jornal como O Estadão, e eu acredito que é de seu interesse que uma notícia dessa natureza seja esclarecida.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu tenho interesse de esclarecer tudo.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Agora, quero fazer a V.Exª uma segunda pergunta. Mesmo não tendo grandes assessorias, como V.Exª afirmou, conseguimos, no caso de Minas Gerais, detectar uma contradição entre uma afirmação sua e três casos observados em Minas Gerais. V.Exª afirmou várias vezes, desde de manhã, que nas liberações nunca houve nenhuma liberação irregular. Quer dizer, entendi assim: da parte do Ministro houve sempre um empenho para que todas as liberações fossem dentro das determinações legais, feitas as diligências.

No entanto, mesmo com uma pequena assessoria, conseguimos nesses últimos dias detectar em Minas Gerais três casos de entidades que receberam contribuições, realmente estranhas.

Por exemplo, a Sociedade Assistencial Lar Vazio recebeu, no dia 26 de agosto de 1992, US$40 mil depositados na agência do Banco do Brasil, nas proximidades da Assembléia Legislativa, onde os Deputados da Assembléia mineira e os funcionários movimentam suas contas. Fomos examinar quem recebeu, e tratava-se de um cidadão, presidente da dita entidade, a meu ver fantasma, morando em Belo Horizonte. A entidade tinha um endereço em Juiz de Fora; verificado o endereço, não existia a entidade, e o seu presidente era funcionário de um Deputado Estadual, e a tesoureira sua esposa.

Quer dizer, é um caso muito concreto, mas acho que para nós que queremos detectar o esquema...

O SR. RICARDO FIÚZA - Acho ótimo o caso. O que temos que fazer? Verificar se ...

O SR. TILDEN SANTIAGO - Posso terminar?

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe-me. Pensei que V.Exª havia terminado.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Nesse caso, tentamos pedir explicações. Quando não encontramos a entidade no endereço de Juiz de Fora, disseram que a entidade mudara para Belo Horizonte para distribuir cobertor. Quer dizer, as explicações nunca convenceram.

Houve dois outros casos mais gritantes: Caldas da Rainha e a Associação Cultural Pampulha. Essas duas entidades funcionavam e o telefone era o mesmo telefone da ENGESOLO*, do Deputado José Geraldo Ribeiro. A Presidenta da entidade é a gerente financeira da ENGESOLO, Míriam Bueno.

Quer dizer, entendo até que o primeiro caso fosse um pouco menor; só 40 mil dólares, um funcionário lá mais obscuro. Agora, o segundo, vai bater na empresa de um Deputado. A gerente financeira é a Presidente da entidade. Até creio que essas informações não chegam a um Ministro; mas, no que pretendemos aqui, que não é só encontrar imputabilidade individual das pessoas, mas erradicar um esquema que não convém que continue, penso que esses são casos para serem investigados. Quando o V. Exª afirma que não houve nenhuma liberação irregular, é claro que o Ministro não tinha conhecimento disso. Mas houve, tanto que o dinheiro chegou até lá.

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso responder?

O SR. TILDEN SANTIAGO - Perfeito.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, posso responder?

(Assentimento do Presidente da Comissão.)

O SR. RICARDO FIÚZA - Nobre Deputado Tilden, diria a V. Exa. que esse é um ótimo exemplo. Temos que fazer o seguinte: apurar esses casos todos e verificar quem foi o culpado. Se o Ministro autorizou errado, não cumpriu os requisitos e etc., *pune-se o Ministro; se o Ministro determinou o cumprimento* das coisas e uma pessoa qualquer fraudou o processo no meio do caminho ou não cumpriu as ordem por má-fé, dolo ou qualquer coisa que seja, puni-se essa pessoa; e os que receberam, que tentaram fraudar o Erário, sejam punidos, levados às barras dos tribunais, sejam presos e etc. Cada um deve responder pela sua responsabilidade. Estou absolutamente de acordo com V. Exa.. Absolutamente. Esse é o caso típico de denúncia à Polícia Federal.

Se eu tiver cometido um erro, quero pagar por ele. Posso assegurar uma coisa: nunca tive dolo ou má-fé. Se me perguntarem se, num período tumultuado como este, *eu posso ter cometido um erro ou uma facilidade, eu responderei que é possível.* Se o cometi, quero pagar por ele. Dolo ou má-fé, não: nunca tirei proveito de nada.

Penso que V. Exª. faz muito bem em levantar essas questões. Temos que mergulhar profundamente nisso, para que a Instituição não seja confundida com isso, para que um homem de bem, que pediu uma subvenção para uma entidadezinha séria, não seja confundido com um caso desse, que não estou dizendo que aconteceu; estou falando hipoteticamente, senão irão dizer que eu já estou falando que o caso é verdadeiro. Hipoteticamente, se essa hipótese que V. Exª. levanta se configura...

O SR. TILDEN SANTIAGO - Não, eu não levanto hipóteses. Eu investiguei.

O SR. RICARDO FIÚZA - Pois bem. Se a investigação que levanta V. Exª. se confirmar, essa é uma ótima oportunidade para mostrarmos que a Câmara punirá os culpados e, definitivamente, dirá os que não são culpados. Isso é que é fundamental. Penso que devemos caminhar por aí; o caminho é esse.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Deputado Ricardo Fiúza, gostaria de fazer a última pergunta, no sentido de especificar mais uma pergunta do Deputado José Dirceu.

V. Exª. nunca possuiu aviões do tipo ***Citation 1 ou Citation 2?***

O SR. RICARDO FIÚZA - Citation 1 and Citation 2. Gostaria muito de poder ter um avião desse tipo. No dia em que eu puder, eu comprarei um, porque é uma aviãozinho espetacular. Não, não o tenho e nunca o tive. Sou louco para tê-lo, mas não há a menor possibilidade nem de sonhar com isso nos próximos dez anos, nem de voltar para o meu "Senecazinho" velho.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra à *Deputada Jandira Feghali.*

A SRª. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, obviamente, depois de 13 horas de depoimento e de perguntas, dificilmente, teremos algo de muito novo. Mas considero algumas respostas insuficientes e gostaria apenas de fazer questionamentos bem objetivos.

Pergunto ao depoente sobre a figura do Sr. Eduardo do Ricardo, mas essas perguntas foram feitas pelo Deputado José Dirceu. Quero apenas, estimulada por uma notícia de jornal...

O SR. RICARDO FIÚZA - Uma "plantação", eu vi também. "Plantaram" no jornal uma nota contra o rapaz. Ele é uma das pessoas mais sérias do Brasil.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Estimulada por uma nota publicada no **Jornal do Brasil**, de ontem, de que ele, neste período investigatório da CPI, não estaria em Brasília e nem teria sido encontrado em seu escritório.

Gostaria de saber se o Deputado tem alguma notícia sobre o paradeiro ou se é verdadeira...

O SR. RICARDO FIÚZA - Quando vi essa maldosa...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deixe-me terminar, Deputado Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe, eu pensei que V. Exª...

A SRª JANDIRA FEGHALI - ... sobre essa notícia do jornal.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quando vi a notícia no jornal, sentindo que era uma "plantação" contra ele, mandei meu secretário Vicente: "Liga para o Eduardo, para saber se ele está viajando". Não, ele estava aí. Eu disse: "Eduardo, estou ligando para lhe dar um abraço. Essa imprensa, etc. é vergonhosa, etc." Ele disse: "É na guerra, é na luta, desejo sucesso para você, tudo de bom, etc e tal, obrigado".

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, pela insuficiência que acredito ter havido em algumas das suas respostas...

O SR. RICARDO FIÚZA - Como?!

A SRª JANDIRA FEGHALI - Pela insuficiência de sua resposta em alguns questionamentos, segundo a minha interpretação...

O SR. RICARDO FIUZA - Pois não, senhora.

A SRª JANDIRA FEGHALI - ... gostaria apenas de perguntar o seguinte: em 23 anos de vida pública e parlamentar, o senhor nunca soube, nunca teve *conhecimento ou a identificação de qualquer esquema de corrupção dentro do* Congresso Nacional, inclusive na questão da Comissão de Orçamento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputada Jandira, as nossas formas de atuação são muito diferentes. Eu vivo a minha vida, nunca tive indícios ostensivos de saber disso. Se soubesse, teria denunciado, e o que sei é fuxicada, encrenca de Deputado um com o outro. Chegando eleição, um calunia o outro. Olhe, é esse inferno.

Então, eu nunca me meti nisso, não quero saber, não comei conhecimento, não tive nunca nenhuma prova que obrigasse a minha consciência a fazer a denúncia. O que sei são fuxicadas, até intrigas, inferno, mas sou uma pessoa que, aliás, nunca quer saber da vida de ninguém; vivo a minha vida no meu canto.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª, por alguns momentos e em algumas respostas, utilizou a palavra "esquema" quando dizia, ao referir-se à substituição do Deputado João Alves na Comissão do Orçamento e a sua entrada - nós compreendemos que V. Exª foi impulsionado a isso -: "Eu entrei na Comissão do Orçamento, e um dos objetivos era a redução do esquema anterior".

Então, V. Exª admite que havia algum "esquema" anterior à sua entrada na Comissão do Orçamento?

O SR. RICARDO FIÚZA - "Esquema" não significa esquema de dinheiro nem esquema de corrupção. "Esquema" pode ser esquema de dominação, esquema de "igrejinha", esquema... É evidente que, indo para lá, eu digo que derrubo qualquer esquema, porque não vou ser fantoche. O que é que significava, se usei essa expressão - e posso ter usado, devo ter usado ? Significa que eu vou lá para mandar, para chamar o pessoal para fazer uma coisa séria.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu apenas registro, Sr. Presidente, que estranho, inclusive, essa observação, porque, no intuito inclusive da autopreservação e no sentido da sua autodefesa, o que é compreensível, o depoente buscou a defesa do Congresso Nacional em todo momento do seu depoimento e considerou que denúncias de um esquema de corrupção ou mesmo que teria existido seria uma "fuxicagem"...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, Excelência; não considero não. Desculpe-me.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado Ricardo Fiúza, eu gostaria de não ser interrompida. V. Exª tem todo espaço para se manifestar.

O SR. RICARDO FIÚZA - Essa frase não é correta. Eu não considero...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, eu gostaria de concluir a minha intervenção para depois...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Deputado Ricardo Fiúza que aguarde a pergunta ser concluída.

O SR. RICARDO FIÚZA - Fica nos Anais, Sr. Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª usou a frase de que durante toda a sua vida pública tudo que V. Exª viu entendia como "fuxicagem", como fofocas e não como denúncias concretas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Porque não vi indícios que me obrigassem a denunciar. É diferente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Na verdade, o que estou estranhando é que uma pessoa que defende tanto o Congresso Nacional nunca tenha dado importância a esse tipo de denúncia e a esse tipo de investigação.

Por fim, Deputado Ricardo Fiúza, apenas uma questão: V. Exª disse o tempo todo, em vários momentos, que a coincidência da liberação de verbas do seu Ministério com o período do **impeachment** ocorreu porque a verba contingenciada só foi liberada pelo Ministério da Fazenda naquele momento.

O que me chama atenção talvez seja a coincidência não de o seu Ministério ter liberado, mas que o Ministério da Fazenda só tenha liberado as verbas exatamente naquele momento.

Eu gostaria de ouvir sua opinião sobre o fato. Como membro do Governo, como V. Exª entende que, só naquele momento da decisão do **impeachment**, o Ministério da Fazenda tenha liberado para o seu Ministério as verbas contingenciais.

O SR. RICARDO FIÚZA - Porque as verbas para o Ministério que eu dirigia, eminente Deputada Jandira Feghali, eram do FINSOCIAL, enfim, de arrecadações específicas e tiveram uma queda brutal e só começaram a entrar, naquela época. Inclusive quando o Ministro Jatene fez uma pressão sobre o Supremo, algumas pessoas começaram a pagar, etc. Tentei várias vezes, com o Ministro Marcílio, mas havia impedimentos de ordem orçamentária, de rubricas, etc. Realmente o fato que ocorreu foi esse.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Obviamente a interpretação política cabe a quem está ouvindo.

Só queria registrar, por fim, Sr. Presidente, que compartilho da opinião de que foi um depoimento que pouco contribuiu para os esclarecimentos dos caminhos para que essa CPI chegue mais rapidamente à questão da corrupção no Congresso Nacional.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, V.Exª faria uma generosa concessão de 30 segundos para eu usasse da palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não creio que V. Exª o faria em 30 segundos. Por isso concedo-lhe um minuto, mas não mais do que isso.

Concedo a palavra a V.Exª pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de corroborar as informações dadas pelo Deputado Ricardo Fiúza a respeito de uma pessoa que vi nascer profissionalmente, que é o Sr. Eduardo Carlos Ricardo. Ouvi a Deputada Jandira Feghali fazer algumas invectivas sobre ele. Apesar de ele ser uma pessoa que assessora parlamentares de partidos de oposição ao meu - ele sempre está ligado às questões de governo -, quero dar meu testemunho sobre o caráter e a dignidade da pessoa mencionada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É fora de dúvida que todos nos, quando fazemos qualquer tipo de inquirição não temos o direito de fazer prejulgamentos. Entretanto, é perfeitamente natural que os Parlamentares digam "considero que o seu depoimento não foi suficiente, considero que faltam informações para a minha própria convicção".

Quanto a julgar o caráter de quem quer que seja, já é diferente.

Parece-me que a Deputada Socorro Gomes está pedindo a palavra pela ordem.

A SRA. SOCORRO GOMES - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª pediu o microfone. No Senado, quando isso ocorre, concedemos logo a palavra.

A SRA SOCORRO GOMES - Não, Sr. Presidente.

Salvo engano, estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra à Deputada Maria Luíza Fontenele. (Pausa)

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, primeiro gostaria de pedir vênia a V. Exª, Sr. Presidente, por retomar um tema que já foi abordado sucessivas vezes. Fui citado logo no início do depoimento do nobre depoente e somente agora tenho a oportunidade de esclarecer minha posição.

O Deputado, no momento de ênfase, mais irritado, atribuiu como declaração irresponsável as minhas dúvidas - quero reiterá-las, Deputado Ricardo Fiúza - sobre o procedimento de repasse de subvenções sociais, recursos orçamentários, de forma que considero irregular.

A Lei nº 4.320, no art. 61, diz:

> "Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa".

No Decreto nº 93.872/86, art. 29, está expresso que "para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária".

Ora, se V. Exª mesmo, para várias subvenções, procedeu dessa maneira, ou seja, registrando no SIAFI a conta da entidade, o CGC da entidade, enfim, todos os dados que, normalmente, são registrados no SIAFI. Vimos que 706 empenhos foram encaminhados, por relação anexa, ao Banco do Brasil, à época comandado por uma pessoa que não tem a mínima confiança, creio que não apenas minha, mas da Nação, o Sr. Lafaiete Coutinho, que, aliás, até agora, passou incólume de qualquer investigação - quero formalizar, posteriormente, até, o pedido de quebra de sigilo bancário do Sr. Lafaiete Coutinho, ex-Presidente do Banco do Brasil, Sr. Presidente -, tendo como entidade credora o Banco do Brasil. Vejo um empenho específico, em que a entidade credora é o Banco do Brasil, sem nenhuma referência ao número da conta, nem ao responsável pela entidade favorecida. Na ordem bancária, a mesma coisa, na contabilidade geral do SIAFI, nenhuma referência ao número de conta nem ao CGC da entidade, para que se pudesse fazer uma avaliação concreta dos recursos e da aplicação correta dos mesmos.

Deputado Ricardo Fiúza, foi, talvez, exatamente, por esse procedimento, não quero fazer prejulgamento de V. Exª, apenas afirmei e reitero a afirmação de que, procedendo dessa maneira, via relação anexa, acabou ensejando, aqui, a pouca transparência sobre as entidades a serem contempladas com esses recursos orçamentários. Figura entre essas entidades a Universidade do Rio de Janeiro, do Deputado Fábio Raunheitt, a Fundação Eva Cândido, da mãe da Deputada Raquel Cândido e outras entidades a que, agora mesmo, o nobre Deputado Tilden Santiago também se referiu.

Então, tantas dúvidas suscitou esse procedimento que foram vários os oradores que me antecederam que levantaram indagações a V. Exª a respeito dessas entidades e de um eficaz acompanhamento por parte do Executivo, bem como da lisura dessas entidades no trato com essas verbas oficiais recebidas.

Quero apenas reiterar essas minhas afirmações, Sr. Presidente. Eu poderia, depois, deixar com V. Exª toda essa documentação que temos, da mesma maneira que o Deputado José Dirceu, que, também, reiterou esse tema.

Para não cansar meus nobres pares, farei apenas uma pergunta. Eu gostaria de saber se o Deputado Ricardo Fiúza tem conhecimento de uma relação elaborada pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos contemplando, com as sobras das verbas de subvenção social, funcionários da Comissão de Orçamento e do PRODASEN, para efeito de bolsas de estudo junto a entidades educacionais.

É interessante, porque, nessas relações de empenhos, vimos que várias entidades...

O SR. RICARDO FIÚZA - É verdade. Muitos funcionários...

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Só um momento, por favor, Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Desculpe, pensei que V. Exª tivesse encerrado.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Não encerrei. Várias entidades que receberam esses recursos têm nome de santo; Colégio Sagrado Coração de... enfim, uma

série de entidades, Sr. Presidente, Jarbas Passarinho. que usam nomes de santo para encobrir finalidades lucrativas.

O Deputado Ricardo Fiúza, no início de seu depoimento, citou o dispositivo legal que determina que as subvenções sociais só devem ser destinadas a entidades sem fins lucrativos. Mas é impressionante quantas entidades que não deveriam ter fim lucrativo recorrem ao nome de um santo, para poder receber o quinhão dessa reserva orçamentária. Pergunto sobre essa relação de funcionários.

O SR. RICARDO FIÚZA - Toda as vezes que pude, na minha vida, ajudei funcionários com bolsa de estudo. Nessa oportunidade, ajudei também.

Quanto ao problema de nome de santo, compete ao Conselho Nacional de Serviço Social. Se algum desses não estiver registrado e tiver fins lucrativos, certamente não recebeu. Coloquei, mas não liberaram. Esta é a resposta.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Então, V. Exª tinha conhecimento dessa relação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, dos funcionários?

O SR. RICARDO FIÚZA. - Não. Espere aí. Não confunda. Os funcionários do PRODASEN fizeram um apelo a mim. no dia em que estava lá inclusive, para que colocasse algumas bolsas de estudo, como todos aqui colocamos para funcionários, para pessoas pobres que precisam, etc, e eu concordei em colocar bolsas de estudo para o pessoal do PRODASEN.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, antes de vir para esta minha intervenção estive na Polícia Federal e falei com o Sr. José Carlos dos Santos que me disse que encaminhou essa relação para o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - E qual é a diferença se ele tiver encaminhado? Não me lembro qual foi o funcionário que me deu o papel.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Sim. A sugestão foi dos funcionários ou o Sr. José Carlos dos Santos encaminhou ao senhor essa relação?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nós trabalhávamos todos juntos. Não me recordo quem foi o porta-voz ou quem entregou o papel na mão para subvenções, para bolsas de estudo. para bolsinha de estudo para os filhos.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - A última pergunta. Sr. Presidente. Eram quantos funcionários contemplados?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não tenho a menor idéia.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - E V. Exª chegou a implementar essa dotação? Os funcionários chegaram a ser contemplados com esses recursos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não me lembro.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - O senhor não acatou? Não lembra se acatou?

O SR. RICARDO FIÚZA - Preciso ver, Deputado. Não me lembro. Faz dois anos: ou V. Exª encaminha à Comissão e o Presidente me encaminha as perguntas e eu respondo...

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Muito bem. Eu gostaria que V. Exª depois...

O SR. RICARDO FIÚZA - Pode ter certeza, quem faz questão de responder tudo sou eu.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não se trata de nenhum tipo de lembrança descabida, mas começo a me preocupar, primeiro quando leio no jornal que a Polícia Federal, através do Delegado Magnaldo, começa a ouvir o Sr. José Carlos a respeito de problemas de orçamento relacionado com os Parlamentares. Tenho a impressão de que o que ele está lá a fazer é descobrir o homicídio, e não fazer uma CPI paralela a nossa. Por outro lado, como o Sr. José Carlos não está incomunicável, há entrevistas e as pessoas vão lá. Outro dia, o nosso nobre Senador Eduardo Suplicy esteve com ele algum tempo e reconheceu que é um amador em matéria de gravar, e depois de duas horas sua gravação é inaudível. De maneira que isso tudo pode prejudicar um pouco, a partir do momento em que não tenhamos tempo de administrar essas informações, porque vai ser fatal, creio eu, que esse senhor venha aqui novamente ser inquirido. E aí, sim, temos na pauta dos nossos trabalhos as indicações. Do contrário, cada jornalista que vai, cada pessoa que o visita traz um novo assunto e daí é que surgem mais tantos nomes; "agora ele declarou que o Presidente fulano de tal é isso ou aquilo". Temos que ter um pouco de ordenamento nisso. O que não significa nenhuma censura ao fato de o Deputado ter ido até ele. A questão é a oportunidade.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, se me permitir, por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. AUGUSTO CARVALHO - Sr. Presidente, eu fui à presença do Sr. José Carlos Alves dos Santos no intuito de buscar informações. Com uma relação anexa que era mandada ao Banco do Brasil, com muita dificuldade, conseguimos conhecer quais eram as entidades beneficiadas, via Banco do Brasil, fomos apenas buscar informação se ele tinha conhecimento de outros Deputados, de outras empreiteiras que tivessem essa vinculação. Era só essa a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há nada a censurar na tentativa de V. Exª de esclarecer fatos. Digo que, a partir do momento em que essas informações são dadas em caráter individual, elas passam a ser, obrigatoriamente, do conhecimento do Plenário desta CPI, a partir da confirmação oficial.

Tenho que pedir desculpas à Deputada Sócorro Gomes, mas dou-lhe a palavra e vou chamar a atenção aqui da Mesa, porque chegou há algum tempo, ainda cedo aqui, uma informação de que a Deputada, a partir de seu gabinete, desistia da sua inscrição; e nós, na boa-fé, aceitamos como tal.

A partir de cá, recomendo que esses telefonemas sejam identificados, e junto à pessoa que se encontra presente perguntar se de fato ela está mandando, através de seu gabinete ou através de alguma pessoa interposta, a informação de que não deseja mais inquirir.

Por isso, concedo a palavra à Deputada Socorro Gomes.

A SRA. SOCORRO GOMES - Sr. Presidente, de público quero eximir a funcionária da Mesa de qualquer responsabilidade, porque eu tive que me ausentar e solicitei ao gabinete que, se eu não chegasse até às quinze horas, suspendesse a minha inscrição. Então houve uma falha do gabinete de não esperar as 15 horas.

Se V. Exª continuar com a sua liberalidade, farei uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sou neoliberal, mas ofereço a V. Exª a palavra.

A SRA. SOCORRO GOMES - Obrigada, Sr. Presidente.

Peço desculpas a todos, que já estão bastante cansados. Minhas perguntas são poucas. Deputado Ricardo Fiúza.

V. Exª, pela manhã, levantou uma questão sobre um grupo. Havia um grupo que dominava a Comissão de Orçamento, uma minoria, por uma série de motivos, talvez inclusive por omissão de muitos outros que participam da Comissão de Orçamento.

Eu gostaria de perguntar ao Deputado Ricardo Fiúza se, ao assumir a Relatoria, houve modificação nesse grupo que dominava a Comissão de Orçamento; se conseguiu modificar essa dominação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, senhora; não consegui modificar a nomeação, porque, ao assumir, assumi a liderança do processo, e quem mandava fazia com que as coisas funcionassem de maneira que a importância desse grupo fosse diminuída.

A SRª SOCORRO GOMES - O nobre Deputado Ricardo Fiúza também afirmou, ainda pela manhã, que cortou excessos. Eu não compreendi bem o que significavam esses excessos. O Senhor se lembra de algum excesso que tenha podado, que possa dizer a essa CPI? Esses excessos seriam ilícitos cometidos na Comissão? O que seriam?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não são ilícitos. Quando eu li o relatório, eu me referi a cortes de verbas com reservas de contingências, excessos que se podiam tirar de um programa para o outro para se fazer um banco de fundos consistente e atender às emendas dos parlamentares, Senhora.

A SRª SOCORRO GOMES - Eu gostaria de fazer uma outra pergunta, tentando ser objetiva, Sr. Presidente, por uma série de motivos. Embora digam que as mulheres não o conseguem ser, vou fazer um esforço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu protesto contra essa expressão, pelo menos no que concerne à Mesa.

A SRª SOCORRO GOMES - Obrigada pelo protesto e pela solidariedade.

Deputado Ricardo Fiúza, o Senhor também alegou, e acho que com toda razão, porque, nos 23 anos de experiência parlamentar, o Senhor nunca foi da Comissão de Orçamento, e que ignorava, por esses motivos, o funcionamento da Comissão. Alegou que buscou acercar-se de pessoas que tinham conhecimento do assunto, inclusive deputados. Eu lhe pergunto: O Deputado João Alves o auxiliava na Comissão de Orçamento?

O SR. RICARDO FIÚZA - Seguramente não, Senhora. Inclusive ele deixou de falar comigo muito tempo.

A SRª SOCORRO GOMES - Uma última pergunta, apelando para a sua experiência. O Senhor, como um cidadão que foi, inclusive Ministro de Estado, que tem um largo conhecimento, uma larga experiência não só no Parlamento como no Executivo, V. Exª poderia nos dizer se seria possível, em se comprovando essa verdadeira tragédia, esse desmantelo, essa gigantesca máfia de corrupção no Orçamento, esse desvio de recursos públicos sem o concurso do Executivo?

O SR. RICARDO FIÚZA - Parece-me que dificilmente, embora não possa afirmar porque não conheço o esquema, mas acho difícil, muito difícil. Mas, do Executivo, não sei se seria o Ministro, se seriam funcionários do Departamento de Orçamento, não sei quem seria. Eu não acredito, sou forçado a não acreditar que um funcionário consiga ter, só em casa, dois milhões e meio de dólares que tenha ganho só com a Comissão de Orçamento. Mas é uma questão sobre a qual não quero me referir. Se V. Exª questionar sobre isso não vou responder.

A SRª SOCORRO GOMES - Deputado Ricardo Fiúza, aqui e acolá V. Exª tentou cortar o esquema, não especificou o esquema máfia-corrupção, mas um esquema que, no mínimo, era desaconselhável até porque por isso foi removido o Relator.

O SR. RICARDO FIÚZA - Que foi se perpetuando, se perpetuando...

A SRª SOCORRO GOMES - Isso. Admitiu também que isso se perpetuou. Esta CPI tem um objetivo não de crucificar "a" ou "b", não de, digamos assim, jogar à execração pública os inocentes, mas de principalmente punir os criminosos, e, mais ainda, erradicar essa praga da corrupção.

Considero muito importante aprofundar e buscar, quem sabe até, a contribuição da experiência do Deputado Ricardo Fiúza, que foi Relator do Orçamento; talvez em outro momento em que ele não esteja tão cansado ou no afã de se defender, quem sabe ele possa contribuir melhor como homem público que deve isso ao país. Era só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Na sua declaração final, V. Exª falou em não crucificar. O Deputado Augusto Carvalho falou contra os santos, e eu começo a me preocupar com isso.

A Srª Socorro Gomes - O Deputado João Alves falou em Deus.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E o depoente disse que Deus, mais que os Santos, protegia-o muito.

A Srª Socorro Gomes - Roma Antiga crucificava os escravos, e os inocentes lutavam pela sua liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Imagine V. Exª que a linha de Engels deve ter visto o grande elogio da civilização greco-romana baseada nos escravos, ainda que imoral e indecente.

Dou a palavra ao Relator para ser o último...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, creio que seja agora a oportunidade de solicitar ao Relator que, diante de três questões tão devidamente esclarecidas, decorrentes da minha arguição anterior, S.Exª possa esclarecer junto ao Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª pode mandar o papel.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Eu ia ler, mas posso lhe mandar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não poupe o Relator, peço a V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Ricardo Fiúza, o Relator tem a prerrogativa de falar inicialmente, logo após a exposição do depoente e, se o desejar, também ao final. Apesar do adiantado da hora e do cansaço, sinto-me no dever de falar porque me parece que devo complementar as colocações feitas no início.

Eu dizia na primeira fala que V. Exª tinha não somente buscado se defender porque é legítimo, mas tinha também buscado defender o **establishment**. E eu dizia **establishment** no sentido de designar a estrutura de poder no Congresso, a estrutura de poder também no Poder Executivo. Com muita dificuldade, consegui que V. Exª, finalmente, concordasse que a estrutura da Comissão de Orçamento do Congresso é inadequada e corruptível.

Agora, vou tentar convencer V. Exª de que a estrutura de poder do Executivo não é menos imperfeita, não menos retrógrada, não menos injusta e não menos perversa. Veja V. Exª o seguinte: não são ainda provas, mas são indícios veementes. V. Exª autorizou para um Deputado chamado Fábio Raunheitti, do Rio de Janeiro, - e já foi falado aqui por Carlos Lupi - para uma faculdade de Direito de Nova Iguaçu e para um colégio de aplicação um total de 765.321 dólares; e para outro Deputado do Rio de Janeiro, Feres Nader, para duas entidades de Barra Mansa, 783.493 dólares, totalizando para os dois nada mais, nada menos do que um milhão e meio de dólares.

E há uma coincidência: esses dois Deputados são muito ligados ao Deputado João Alves. Por isso, digo a V. Exª que aquela sua afirmativa de que o ciclo João Alves tinha terminado quando ele foi afastado da Comissão de Orçamento não procede. Continuou ativo o esquema João Alves e participando do processo, pelo menos até enquanto esteve no DOU o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Temos fitas gravadas que revelam que já em 84 José Carlos Alves dos Santos tinha intimidade com o Deputado João Alves, discutindo pelo telefone redação do parecer para aprovação do Orçamento de 85 no ano de 84.

Eu ouvi V. Exª responder a Carlos Lupi - e não vou nem perguntar - que não lembra de ter recebido nem Fábio Raunheitti nem Feres Nader. E acredito piamente que V. Exª não os recebeu, porque se eles estavam no esquema não precisavam ir a Ministro pedir despacho.

Eu já fiz uma sugestão ao Senador Garibaldi Alves Filho para rastrearmos essas subvenções do Rio de Janeiro, desses dois Deputados, para vermos inclusive se houve autorização e se é regular o processo.

Sabe V. Exª por que descobri tudo isso? Porque tinha visto aqui, Deputado, que o nosso Estado, Pernambuco, todo ele, teve apenas US$ 1.313 milhão, menos que os Deputados da Baixada fluminense. E sei que nem V. Exª e nenhum de nós, Deputados de Pernambuco, faríamos isso conscientemente ou de caso pensado.

Creio que aí era a **longa manu** do esquema, e V. Exª pode ver que João Alves mandou muito, não só no Congresso mas lá, do outro lado da Praça dos Três Poderes.

Digo tudo isso apenas para perguntar a V. Exª, da mesma forma que perguntei em relação à Comissão de Orçamento. V. Exª não reconhece que esse sistema de pagamento de subvenções, que joga sobre o Ministro a responsabilidade e também a prerrogativa de decidir sobre verbas globais, não é também, tanto quanto a Comissão de Orçamento, uma estrutura retrógrada, injusta e perversa?

O SR. RICARDO FIUZA - Acho, Sr. Relator. Tudo isso tem que mudar. E evidente que tem que ser mudado. Fica um poder discricionário muito grande na mão do Ministro, que, por mais criterioso que seja, está sempre sujeito, no futuro, a estar numa CPI dessas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Exª me faz ter, hoje, uma segunda vitória. Primeiro, quando V. Exª reconheceu que a estrutura da Comissão de Orçamento é corruptível; segundo, quando reconhece que esta estrutura também é corruptível, perversa e injusta.

Se não mudarmos neste País as estruturas de poder, não vamos ter democracia nem desenvolvimento. Vamos ficar com as nossas verbas pulverizadas, distribuídas ao sabor de prestígios e de esquemas e não iremos a lugar nenhum.

Sr. Presidente, esta CPI tem uma grande responsabilidade perante o País, e a principal delas não é nem punir culpados. Esse é realmente um dever: punir culpados e inocentar aqueles que não têm culpa. Mas a principal responsabilidade é oferecer ao País senão um modelo, idéias básicas para uma reformulação profunda dos Poderes Legislativo e Executivo. Se bem que o Judiciário também precisa de reforma, mas é claro que não temos por que tratar disso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Existe aqui um acerto de cavalheiros no sentido de que, quando os Deputados tiverem perdido a oportunidade de fazer perguntas, poderão encaminhá-las ao Relator para que ele as adote.

O Deputado Vivaldo Barbosa me entrega três. Mas são três para cima?

O SR. VIVALDO BARBOSA - A ordem está invertida.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Data da demissão do Sr. José Carlos Alves dos Santos do DOU... No bilhete disse acertar com o Dr. José Carlos Alves dos Santos para descontingenciamento... E ele foi afastado do DOU, creio, em março e as liberações foram em julho. V. Exª entendeu?

O SR. RICARDO FIÚZA - Entendi. Ele quis dizer que não havia razão para que eu pedisse uma interferência do Dr. José Carlos Alves dos Santos, na medida em que ele já havia saído do DOU. Ele quer dizer, que, do ponto de vista formal, eu não deveria pedir a ele. É isso? Imagino que sim. Eu já sabia que ele tinha saído. Pedi que falasse para ajudar a tomar a decisão, telefonar para os colegas. Essas coisas normais da vida, que aqui parecem todas absurdamente anormais. Mas é verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O segundo bilhete não é bem uma pergunta, e sim um protesto. Quais os Deputados que trabalham mais do que outros? Por isso, conseguiram mais recursos para o Rio? Penso que ele está aí protestando contra...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Apenas um esclarecimento. É que o Deputado justificou a liberação de certas verbas para o Rio, em função de que os deputados foram atrás, correram e trabalharam mais. Eu queria saber quem para quais deputados ele liberou, se se lembra...

O SR. RICARDO FIÚZA - Quando fui Líder da Comissão de Orçamento, o que era V. Exª?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu era Líder da Bancada do PDT.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª se lembra que eu o procurei dizendo que o PDT estava completamente defasado e pedindo uma lista para poder atender o PDT?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sim.

O SR. RICARDO FIÚZA - É por isso que estou mostrando que existem os mais agressivos e os Vivaldos Barbosas que tiram menos do que querem. Está respondida a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas acabam inquirindo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Relator, apenas um esclarecimento. Penso que, talvez, a pergunta não foi bem compreendida.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Foi compreendida.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Deputado Ricardo Fiúza, ao justificar, atendendo ao Senador Garibaldi Alves Filho, disse que concedeu recursos a essas entidades que estranhamente aparecem com grandes volumes - como V. Exª reiterou, Sr. Relator. S. Exª justificou que era porque alguns Deputados, para...

O SR. RICARDO FIÚZA - A pressão era muito maior. Cada um fazia o seu grupo de pressão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A minha pergunta é para saber exatamente quais foram esses Deputados que fizeram maior pressão e foram, em conseqüência, melhor aquinhoados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, eu só tinha que fazer aquela colocação anterior. Essas perguntas são do Deputado Vivaldo Barbosa.

Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra para um apelo de 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, concedo-lhe a palavra por um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o apelo que faço ao Deputado Ricardo Fiúza e a todos os cidadãos brasileiros é no sentido de que, porventura, se souberem qualquer coisa que possa ajudar a saber do paradeiro da Srª

Ana Elizabeth Lofrano dos Santos, peço que nos informem, a nós da CPI, porque ela poderá ser uma testemunha muito importante. É esse o apelo. Respeitei os 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me surpreendeu. (Risos) Meus parabéns.

Seria bom, também, fazer uma articulação completa com a Delegacia de Homicídios. (Risos) Porque aí...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Queremos esclarecer que ela é a esposa do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É, que está desaparecida, não é? Mas o apelo fica registrado.

V. Exª está sendo ouvido, inclusive como todos nós aqui, pelo menos, pela televisão do canal da Radiobrás.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela CBN e outras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu disse, pelo menos.

V. Exª poderia apontar mais alguma? (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Rádio CBN, Eldorado, Nacional, Jovem Pan, Bandeirante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Daqui a pouco, nós chegaremos ao logotipo também. Então, é melhor pararmos por aqui.

Eu vou fazer um apelo aos membros da Comissão, e como o serviço de som está ligado, no sentido de pedir aos membros das subcomissões que estão em trabalho que retornem ao plenário, porque eu desejo que nós tenhamos uma decisão final sobre o assunto que interrompemos a respeito, exatamente, da convocação da Srª Marinalva Silva, se não me engano. Então, eu precisaria de **quorum suficiente** para isso, e, no momento, nós não o temos.

Peço à Mesa que telefone para as subcomissões.

Vamos interromper por cinco minutos o nosso encontro e passar para uma reunião interna. Na última verificação, o **quorum** era de apenas 11.

A testemunha será liberada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está reaberta a reunião.

Senhores membros titulares e suplentes da Comissão, nós retomaremos, agora, a análise que estávamos fazendo daquela decisão, praticamente tomada, quanto a ouvir, desde logo - seria amanhã, marcado para amanhã -, a Srª Marinalva Silva. Entrementes, recebi aqui, de coordenadores das Subcomissões, e do Deputado Vivaldo Barbosa também, ponderações no sentido de que é preciso mais tempo, intervalando os depoimentos para que as Comissões tenham, por seu turno, oportunidade de produzir elementos para melhor inquirição. E entre as sugestões apresentadas, figura a de nós não fazermos, após a vinda da Srª Marinalva para aqui depor, e sim transferir os depoimentos seguintes, seja do Deputado José Geraldo, seja do Deputado Manoel Moreira, já para a semana entrante. Eu canso já a V. Exªs ao repetir, não sei quantas vezes que, no caso do Deputado Manoel Moreira, foi através de seu advogado que ele solicitou que só falasse depois de que aqui falasse sua ex-esposa. Logo, as coisas estão com os vetores ligados, não tenho como desligá-los.

Em relação ao Deputado José Geraldo, nós fizemos expedir o convite para que S. Exª estivesse aqui, na sexta-feira, às 10 horas da manhã. Discutiu-se aqui, também, se deveria ser tomado o depoimento em caráter reservado da Srª Marinalva, para evitar que alguma coisa, como estamos fazendo com a divulgação de rádio, televisão etc, pudesse causar, desde logo, algum prejuízo irreparável. No intervalo, eu meditei sobre o assunto e conversei com alguns colegas, e cheguei a uma conclusão, especialmente me referindo, agora, à questão levantada pelo nobre Deputado Roberto Rollemberg. Se tiver que ouvir, em caráter reservado, a Srª Marinalva, acho que a Comissão se expõe, à medida em que, ao ouvir, em caráter público, o Deputado Manoel Moreira, ele, provavelmente, vai se referir à parte das acusações que lhe foram feitas. E, então, nós estaremos trabalhando com dois pesos e duas medidas. Inclino-me, como Presidente da CPI, sujeito à palavra maior do Plenário, a chamá-la em sessão pública. Tendo eu a preocupação e a obrigação de que, em qualquer momento, em que o depoimento se desvie daquilo que deve ser feito, tomar a providência saneadora devida. Então, seria uma atitude delicada, mas imperativo fazê-la. Como o Deputado Manoel Moreira só quer falar depois, automaticamente, ele estará na semana que entra. Nós marcaremos data para isso. Neste caso, como temos amanhã uma audiência, uma oitiva que deve entrar pela madrugada, inevitavelmente, nós poderíamos fazer com que o depoimento da Srª Marinalva Silva pudesse ser tomado na sexta-feira, em vez de ser tomado amanhã. E haveria tempo para que, no fim de semana, as Subcomissões, que continuam trabalhando - e louvo o extraordinário empenho com que elas se têm havido - possam, ainda, por seu turno, produzir elementos. Então, fica esta proposta, e eu ouço o Plenário.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Acredito, Sr. Presidente, que temos que ter critérios e uma linha de investigação consistente. Na minha avaliação, a prioridade da Comissão, a partir deste momento, está na análise das provas documentais das Subcomissões. Eu já tinha levantado isso há algum tempo atrás, e, inclusive, propus

que adiássemos alguns depoimentos, exatamente para que pudéssemos confrontar os depoimentos com as provas documentais do processo de apuração, para que o depoimento esclareça, defina informações que já temos processadas e apuradas. E eu acho que temos que suspender o depoimento do Deputado Cid Carvalho para amanhã e os outros, que estão marcados para esta semana. Eu só manteria, em caráter de urgência, o depoimento da Marinalva. Por quê? Porque a Marinalva não depende de nenhuma informação processada para solicitarmos informações complementares ou confrontá-las. Ela vai trazer informações para o processo de investigação. Ela não é investigada. E, neste caso, o Deputado Manoel Moreira também poderia ser marcado, de comum acordo com ele, porque, evidentemente, seria um depoimento que ele tem o direito de fazer imediatamente. Seria o único caso que, ponderando, não sei o que ela deveria depor, que há consistência no depoimento, que a Mesa não vai permitir qualquer desvio de caráter pessoal, familiar, simplesmente os fatos relacionados à problemática do orçamento patrimonial, esse é o único depoimento que mereceria ser mantido. Os demais parlamentares envolvidos, de uma forma geral, temos que aguardar que chegue a análise do sigilo bancário, dos bens patrimoniais e das subvenções sociais do Orçamento. Vamos chamar com dados, informações, para poder, de fato, aprofundar o processo de análise.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou ouvir mais opiniões, mas gostaria de salientar que perante mim o Deputado Cid Carvalho, com seus dois advogados, os três combinaram que S. Exª faria um grande esforço, inclusive teria que ir primeiramente a Imperatriz e em seguida a São Luiz do Maranhão, para depois poder chegar aqui, e combinou que isso seria quinta-feira, às 18 horas. Alterar isso no momento não é impossível, mas de qualquer maneira já estamos praticamente na quinta-feira, são 22 horas e 28 minutos, provavelmente teria que receber do Deputado algum tipo de desconforto em relação a ter sido combinado, a Comissão ter aprovado, o Plenário aprovou, e ele agora ter que mudar seu dia de depor.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, sem contestar o Deputado Aloízio Mercadante, inclusive porque concordo com ele em que a prova a ser produzida pelas Subcomissões é muito mais importante do que depoimentos, coloco uma questão que está hoje no papel que passei a V. Exª.

Tentei fazer um cronograma para depoimentos, listando Senadores, Deputados, Ministros e Governadores que, provavelmente, serão ouvidos, cheguei ao número de 40 depoimentos a começar de hoje. Teremos ou que buscar uma forma de descentralização de depoimentos, através das Subcomissões se possível, senão, com certeza, vamos ter que pedir prorrogação de prazo, ou ainda, numa terceira hipótese, poderemos também nos reunir e fazer um levantamento de nomes que, porventura, não tenham nenhuma acusação pesando sobre eles e liberá-los.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes Colegas, evidente que a reunião de hoje é de uma importância fora do comum sob o aspecto processual. Eu vinha pensando, durante os debates há pouco aqui realizados, de que os dois assuntos do Deputado Aloízio Mercadante e do Relator Roberto Magalhães se identificam, porque não podemos, já a esta altura, fugir de uma realidade. Sem um cronograma vamos ter muita dificuldade para que a Comissão ocupe os espaços de tempo, e aí me perdoem se coloco isso, porque vivi uma experiência parecida. Havia necessidade imediata de se concluir um processo e nós fomos obrigados a cumprir prazos rigorosamente dentro do Código de Processo, mas com uma celeridade fora do comum.

Esta Comissão não pode perder de vista também a celeridade dos seus trabalhos. E no momento em que o Presidente está levantando esse problema, com muita atenção, eu gostaria de começar exatamente na primeira colocação. Eu perguntei, quando foi anunciado o depoimento da Dª Marinalva, se a nossa Comissão integrada pelo Senador Eduardo Suplicy, pelo Deputado Pedro Pavão e pelo Deputado Roberto Rollemberg, se tinham realmente ouvido e julgado da necessidade de ouvi-la posteriormente. Fui informado da gravação da fita para que tomássemos conhecimento do teor do depoimento. Tive outra informação também de que a grande prova produzida por Dª Marinalva era de ordem eminentemente documental.

Nós tivemos uma experiência muito ruim com o motorista, não estou querendo antecipar o juízo, mas a cautela, às vezes, nos orienta bem. No caso da Dª Marinalva, considero um depoimento de risco, sem entrar no mérito, e acho interessante porque quem está sendo acusado realmente é o Deputado Manoel Moreira, através dos noticiários. E nós estamos dirigindo, na mesma intensidade de importância, o depoimento do Deputado Manoel Moreira e o de sua mulher, Dª Marinalva.

É um comentário que deveríamos examinar, já aprovamos, é decisão tomada, é questão encerrada, mas é importante atentar para isso, para não se repetir amanhã um depoimento que não vai de maneira nenhuma engrandecer a proporção dos trabalhos e os cuidados que a Mesa tem tido em relação a esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O meu nobre Colega há de estar lembrado que eu respondi que ouvi o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Roberto Rollemberg e Pedro Pavão, que foram à minha casa e às 02:30 horas do dia de

hoje de lá saíram; os três concordando em que havia consistência naquilo que haviam ouvido para que se justificasse uma oitiva de natureza plenária.

O SR. ELCIO ALVARES - Eu teria uma contraproposta: nós tivemos uma experiência que passou um pouco despercebida: a do Dr. Luciano Herzog. Ele prestou um depoimento internamente, estava presente o Vice-Presidente Odacir Klein, que considero importante, nós gravamos o depoimento, ele está registrado, em que todas as cautelas legais foram tomadas, e esse depoimento serviu de base. Inclusive, hoje, um dos pontos mais questionados em nossa Comissão de Subvenções Sociais foi exatamente esse depoimento do Dr. Luciano.

Eu não sou contrário ao depoimento da Dona Marinalva; apenas quero colocar que esta Comissão hoje é assunto nacional. Através da televisão, do rádio, há uma cobertura que nem no processo do Presidente Collor houve. Confesso isso pelo volume de atenções, e acho que temos que ter um cuidado muito grande porque esta Comissão tem que ter, sob todos os aspectos, um halo de austeridade, de importância, pois está sendo questionada a própria capacidade do Congresso em poder julgar os seus Membros. Qualquer depoimento que não traga essa imagem de depoimento consistente, sério e objetivo, a exemplo do motorista, arranha realmente essa respeitabilidade porque não temos dúvida da legitimidade da Comissão, e às vezes me dói quando vejo determinados comentários questionando a vontade imensa dos integrantes desta Comissão em querer resolver este assunto da maneira mais patriótica possível.

Por outro lado, o Relator fez uma declaração seriíssima: de que nós temos que ouvir 40 pessoas no levantamento da relatoria; evidentemente nos 45 dias não teríamos, de maneira nenhuma, espaço de tempo para ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faltam 28 só.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas mesmo 28, admitindo-se um por dia, não vai dar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É uma hipótese, o Plenário terá que concordar.

O SR. ELCIO ALVARES - É exatamente onde eu quero fechar. Eu concordo com o Deputado Aloísio Mercadante, que diz que a prova documental - isso é comum, é curial em matéria de Direito - ela é a rainha das provas. A prova testemunhal vem apenas como... Então, nos concentraríamos na parte documental maciçamente, trabalhando nas comissões - e hoje já sentimos um problema de tempo com a Comissão de Subvenções Sociais, e se fossem tomados os dois depoimentos amanhã estaríamos com o tempo exaurido. Poderíamos aproveitar - e aí, talvez, quem sabe, uma reunião mais interna de projeção desse cronograma. Acho que é importante fazer esse cronograma, mesmo que tenhamos uma idéia de que o tempo é realmente exíguo, porque se não estabelecermos esse cronograma, não estabelecendo as metas vai ser muito difícil chegarmos a uma conclusão.

Portanto, Sr. Presidente, no início me perfilho com o depoimento do Deputado Aloísio Mercadante; acho que temos que cuidar da prova documental. Na verdade, vamos acabar esta Comissão dentro do conceito de decoro parlamentar, e decoro parlamentar - já tenho tido oportunidade de reiterar isso publicamente - há muito de subjetividade nesse julgamento.

Eu faria uma proposta: que o depoimento da Dona Marinalva, sem qualquer restrição - acho que a opinião dos nobres Colegas Suplicy, Pedro Pavão e Roberto Rollemberg é muito importante, V. Exª antecipou isso para o Plenário -, poderia acontecer, mas na proporção exatamente de um depoimento que tivesse acústica nacional ou de um depoimento tomado com toda seriedade também a nível de uma subcomissão.

Gostaria que fosse examinado este aspecto. Não sou contrário, já foi aprovado, não vamos discutir questão vencida, mas apenas a conveniência de ser o grande plenário ou o plenário com toda seriedade de uma subcomissão, que colhesse essa documentação e em cima dessa documentação estabelecesse as perguntas necessárias.

É a colocação que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu só gostaria que se pensasse o seguinte: Como é que posso fazer um cronograma, se a própria informação que acaba de ser reiterada, aqui no plenário, exige que as subcomissões processem os seus trabalhos e proporcionem os elementos para as inquirições? Eu ficaria na dependência da velocidade com que as subcomissões fazem isso. No momento quando já temos, por exemplo, esse depoimento do Deputado Cid Carvalho já assegurado, a proposta que acaba de fazer o Deputado Aloísio Mercadante é que tornemos isso sem efeito. Ficarei sempre na dependência de saber o que é que as subcomissões já apuraram, o que é que elas podem me dizer, se convém: agora, vamos ouvir fulano de tal... o Relator terá uma grande dificuldade nisso.

Hoje, por exemplo, estivemos quase no momento de desconvocar o Deputado Ricardo Fiúza. V. Exª sabe que os coordenadores todos foram contrários à continuação, e, no entanto, tenho a impressão de que não perdemos tempo. Se houver necessidade de reinquirir, vamos fazer a reinquirição.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eu não fechei o raciocínio, confesso que já estou um pouco cansado. Eu concordei com a proposta inicial do Deputado Aloízio Mercadante. Não concordo em transferir o depoimento. Acho que esta Comissão... aí, já é o outro lado da credibilidade da Comissão; ela não pode parar os seus trabalhos. Eu estou colocando com a maior sinceridade. Agora, na retaguarda,

nós vamos trabalhar dedicadamente; o lado ostensivo, infelizmente, é um lado ostensivo, que nos cobra - e acho que o depoimento do Deputado Cid Carvalho é inevitável, amanhã, e será muito importante, também, na trilha dos depoimentos tomados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço vênia para uma informação a V. Exª, porque é útil à decisão da Comissão, é que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Cid Carvalho é muito privilegiado, porque, nas reuniões internas, tínhamos combinado que só teriam direito a falar membros titulares e suplentes. A pressão dos não-alinhados é qualquer coisa fantástica! (Risos)

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não-alinhados militantes. Nós estamos trabalhando aqui, direto, Sr. Presidente, fim de semana e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu sei, é verdade.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, apenas a informação de que no caso do Deputado Cid Carvalho, que foi Presidente da Comissão de Orçamento, no ano de 89, nós não conseguimos receber do Ministério e este, hoje, nos informou que não pode fornecer amanhã a relação das subvenções dadas quando ele foi Presidente, e há este episódio de que ele credenciou o Deputado João Alves para tratar do assunto das subvenções, junto ao Ministério. O Ministério não poderá nos informar amanhã. Então, para esse depoimento, nós não teremos informação para dialogar com ele, a respeito. O Senador Garibaldi Alves, que coordena a Comissão, e nós estamos vivendo, realmente, uma angústia de não ter elementos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu entendo isso, só tenho o direito de pedir que essas informações pudessem ter sido proporcionadas à Mesa em tempo mais hábil. Eu fui um animal treinado em planejar. Eu sei que o planejamento jamais se realiza exatamente como se dá no caso concreto. Por isso, nós, em termos militares, dizemos que planejamos, a inteligência do oficial de operações é fazer o maior número possível de imaginações a respeito do plano, mas quando chega o momento do combate, nós chamamos de conduta de combate, para corrigir as coisas que evidentemente não se deram exatamente como planejamos. Como eu vou explicar, na conduta do combate, amanhã, que nós estamos deixando de convocar o Deputado Cid Carvalho, porque não temos ainda os instrumentos capazes de proporcionar a oitiva? Nós vamos dizer que nos precipitamos, na convocação, com a conivência de V. Exªs e a minha, e vamos ter que explicar que as Comissões, embora trabalhando - como diz o Deputado Genoíno, aí, com militância completa -, ainda não conseguiram obter os dados. A menos que nós pudéssemos explicar: bem, nós dependemos de informações externas que não nos chegaram em tempo hábil. E nisso, então, eu posso fazer a tentativa de ultrapassar.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, desejo ajudar, nesta direção, por exemplo: nós não temos uma análise bancária do Deputado Cid Carvalho analisada. Nós não temos a situação patrimonial e fiscal dele analisada. Nós não temos sequer as emendas que ele aprovou no Orçamento levantadas. Quer dizer, convocar para, depois, ter que chamar de novo, em vez de quarenta, vamos fazer oitenta. É muito melhor chamar para confrontar uma pré-análise, ou uma análise minimamente consistente, porque o Banco Central não encaminhou as informações ainda. Eu já tinha anunciado isso; quer dizer, é em torno de vinte dias, para termos a conta bancária de cada um. Nós pedimos, na semana passada, e vai demorar ainda mais, pelo menos uma semana.

Então, acho que devíamos tomar providências de, todos aqueles que foram citados e dos quais foram quebrados os sigilos bancário e fiscal, e que nós estamos apurando, para poder confrontar, fazermos isso, no momento oportuno, quando as subcomissões tiverem consolidadas suas análises. Esse é o critério geral. Se houver um caso que não pudermos adiar, tudo bem. O único depoimento que acho que podemos manter, nesta fase, são os depoimentos que vão acrescentar informações ao processo de investigação. É tipicamente o caso do depoimento da Dª Marinalva, ou de outros desta natureza. O dos parlamentares, nós temos que confrontar os depoimentos para explicitar, aprofundar com a análise que tenhamos feito. Caso contrário, são depoimentos genéricos, vagos, que pouco vão servir para os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço o Senador Rollemberg e, em seguida, o Deputado Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, a seguir este raciocínio do eminente Deputado que o acaba de expor, Deputado Mercadante, nós teríamos que simplesmente parar o plenário desta CPI por vinte dias, dez ou doze dias a mais e não ouviríamos mais ninguém. Acho que devemos continuar ouvindo e as Comissões continuarem a trabalhar. Porque, depois, nós podemos fazer um confronto entre o que disse o depoente e o que nós levantamos, a favor ou contra o depoente. E assim, a Comissão poderá andar a largos passos. Agora, se formos esperar... nós ficamos este fim de semana aqui. Passamos o domingo inteiro tentando analisar documentos. No fim da tarde, concluímos que não se tinha levantado quase nada. E hoje, a coisa não progrediu tanto. Mas podemos, amanhã de manhã, trabalhar. Nós podemos trabalhar, amanhã à tarde, antes de o Deputado Cid Carvalho chegar aqui, e vamos encontrar... ninguém queria inquirir o Deputado Fiúza aqui, porque não se tinha dados. E o debate durou doze horas.

Então, penso que os depoentes, assim que chegarem aqui, eles procriarão o ambiente, para que possamos encontrar motivos para argui-los. E do confronto do seu depoimento com o que levantarmos, chegaremos à conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Rollemberg, era V. Exª o segundo. Desculpe.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, é verdadeiro o argumento do Senador Elcio Alvares. É muito verdadeiro o depoimento do Deputado Aloízio Mercadante. Falta, no entanto, uma metodologia da instrução investigatória.

É muito fácil constatar, nesta altura dos acontecimentos, que a prova testemunhal não nos levará à verdade que estamos procurando. Não será ela, prova testemunhal, que nos indicará a impressão digital daquele ou daqueles que estamos procurando e perseguindo.

Entendo que a base dessa instrução investigatória é o trabalho da subcomissão; é aí que o nosso trabalho irá deslanchar, e a partir do momento em que fixarmos uma metodologia da instrução. Porque ouvir testemunhas como estamos fazendo, e cumprindo até certa forma com excessivo zelo o dispositivo regimental, é um massacre à nossa própria condição física e nos esgotará dentro de pouco tempo. Por isso entendo que é necessário, a partir de agora, estudarmos concretamente uma fórmula para racionalizarmos a instrução investigatória.

Como sugestão, deveríamos ter 10, 15 dias nas subcomissões para um trabalho completo e, a partir daí, estudaríamos uma fórmula de evitar que 38 ou 40 membros da Comissão fossem argüentes. Poderíamos reduzir a representação do questionamento a determinados companheiros nossos e encerraríamos uma sessão destas talvez em 3 ou 4 horas.

Esta, Sr. Presidente, é a sugestão que faço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço o Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, ouvi as ponderações, principalmente as de V. Exª e posso até abrir mão da discussão, no caso da sessão reservada, para ouvirmos Dª Marinalva e estabelecermos uma forma de atuação.

V. Exª tem sido um Presidente altamente democrático...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR ROBERTO ROLLEMBERG - ...mas estou de acordo com essa intervenção do Deputado. Cabe à Mesa o disciplinamento das audiências públicas. Creio que a limitação aos deputados titulares e suplentes, e a designação pelo titular ausente ao suplente, por qualquer razão, poderia, nesta disciplina, e mais os líderes dos partidos, respectivamente, propiciar, dentro da análise do Trad, que ouvíssemos até duas pessoas por dia. Dessa forma, efetivamente, não ouviremos. Por outro lado, a intervenção do Deputado Aloísio Mercadante é absolutamente importante. Não sei por que S. Exª exclui a Marinalva da importância do exame dos documentos. Ela também está, e até em segundo plano, dentro desse raciocínio.

Nós três da Comissão mais o Senador Jutahy Magalhães, o Maurício Najar e três deputados, todos foram unânimes. Mas foi o Senador Eduardo Suplicy, face ao que essa senhora expôs em seu depoimento, que propôs à Comissão que a ouvisse.

Abreviamos, então, o depoimento dela, que é longo, e aborda situações realmente importantes; no início do seu depoimento e no seu decorrer, nós a advertimos da importância da opinião dela para nossa CPI. Queríamos ser informados sobre o que ela sabia das atividades do Deputado Manoel Moreira no Orçamento. Ela deu uma resposta genérica e voltou à política de Campinas, especialmente a política regional de São Paulo, e aí avançou bastante com informações que não poderíamos deixar de dizer que eram importantes.

De qualquer forma não tem validade o depoimento dessa senhora e agora, pior ainda; eu dizia que não podíamos ressaltar tanto um depoimento de uma testemunha em relação a um deputado, mas se adiarmos todos os deputados e ouvirmos só a Dª Marinalva, estaremos cometendo um erro maior ainda. Então, que ela vá de roldão na prorrogação para a semana que vem. Até a semana que vem, não digo 10 dias, mas uma folga de 5 dias; neste fim de semana trabalharemos obrigatoriamente no sábado e no domingo e na outra semana, regulamentado o debate pela Mesa, ouviríamos duas pessoas.

Um outro aspecto diz respeito às Comissões, que podem trabalhar seguidamente, até durante os debates ou as inquirições, com a ressalva de que o membro da Comissão que estivesse trabalhando lá e não pudesse deixar de fazer as suas perguntas, teria permissão da Mesa para agüir no momento que chegasse ao plenário da reunião. Assim, ninguém ficaria isolado da participação nas perguntas.

Então, se essas comissões tiverem cinco dias para trabalhar, obedecido o cronograma estabelecido, poderemos ouvir Cid Carvalho, José Geraldo, Manoel Moreira à tarde, e Dª Marinalva. As Comissões trabalhariam podendo chegar à audiência pública. Não estou criando nada aqui. Tenho conversado com a Mesa que se preocupa com esses pontos.

Mas não é possível que essa senhora que nós ouvimos tenha esse destaque; ela rompeu hoje alguns compromissos éticos que tinha com a nossa Comissão, fazendo denúncias específicas dos casos de São Paulo, através das emissoras de televisão. Deve ter contrariado até a Senadora que a hospeda, porque, efetivamente a Senadora não lhe deu essa orientação, mas deve ter-lhe dito para se preservar. Ela deve ter desobedecido até quem a hospedava. A verdade é que ela transformou esta briga

num problema regionalizado. E, portanto, ela está realçada indevidamente - essa semana todos os depoimentos foram adiados, mas ela vai ser ouvida - porque é uma testemunha e não fundamento principal da nossa Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, esta Comissão deveria dar à Mesa um crédito para que esta pudesse planificar; aquilo que não for de votação do Plenário, a Mesa democraticamente decide por conta dela. E aquilo que possivelmente contrariasse a mentalidade geral, seria alvo de discussão e votação.

Precisamos de cinco dias para análise das Comissões e dos documentos de dona Marinalva que, naturalmente serão confrontados com documentos do Deputado Manoel Moreira, até para inquirirmos os dois; as Comissões trabalhariam durante as inquirições com esta prerrogativa de que o elemento da Comissão que não estivesse presente no momento seria relacionado quando chegasse.

Eu queria hipotecar solidariedade à Mesa, mas no sentido de que ela possa decidir 80% desses assuntos todos, ficando, portanto, 20% para deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, eu acho que as situações são diferentes. Dª Marinalva aqui vai comparecer na condição de testemunha, de informante. Ela não está sendo investigada. Investigados estão sendo alguns Deputados. O confronto será dos documentos com o depoimento que vier a ser prestado pelo Deputado Manoel Moreira.

Quanto ao depoimento da Dª Marinalva, segundo revelou o Deputado Roberto Rollemberg, ela já teria dado entrevista; ela se encontra em Brasília à disposição desta Comissão. Seu depoimento, marcado para amanhã, difere dos depoimentos dos Srs. Deputados, porque as informações que trouxer servirão, evidentemente, de norte ou de caminhos para as investigações que se vão desdobrar. Quanto à questão da luta regionalizada, da política regionalizada, a Comissão terá sem dúvida alguma a sensibilidade, o discernimento para dar o devido valor e fazer a devida avaliação a respeito.

Portanto, Sr. Presidente, no meu entendimento, ao invés de inconveniente, é conveniente e oportuno que tomemos desde logo o depoimento de Dª Marinalva, pois é do próprio interesse do Deputado Manoel Moreira que ele saiba com antecedência aquilo que ela vai dizer. E até mesmo alguma coisa que ela disser, que dependa de comprovação documental, terá tempo para ser produzido, pesquisado, até que venha a ser tomado o depoimento do Deputado.

Portanto, acredito que as situações são diferentes, acho que se trata de uma testemunha cujo depoimento, o seu adiamento de amanhã vai atrasar, mais ainda, o trabalho dessas comissões.

Quanto às demais ponderações aqui feitas, a partir do nobre Deputado Nelson Trad, eu concordo plenamente com as ponderações de S. Exª, respeito, inclusive, da forma de tomada de depoimentos, há um número excessivo de inquirições, inquirições repetitivas e isso está, realmente, atravancando a maior desenvoltura das comissões.

Concordo, também, quanto às demais colocações feitas, no sentido de que os depoimentos dos Deputados, na medida do possível, devem ser precedidos de produção, avaliação, pelo menos, dos documentos chegados às Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já que abrimos um precedente com o Deputado Vivaldo Barbosa, eu não posso deixar de dar a palavra ao Deputado José Genoíno. E sei que estou sendo acusado de muito democrático.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo à V. Exª para que encerrasse, porque, daqui a pouco eu vou retirar a minha parcela do quorum.

Eu serei breve. Há um problema, acho que o Congresso cumpre o papel de uma investigação judicial, com base nas suas normas de funcionamento. Quero deixar bem claro, como eu não venho aqui à CPI só para perguntar, V.Exas. sabem disso, eu estou trabalhando, eu acho que não dá para tirar a palavra do Deputado ou do Senador. É muito ruim que a CPI adote um procedimento de se fechar, numa situação tão delicada como essa do Congresso, que vai passar a seguinte idéia: para investigar os Deputados, vamos fechar. Para investigar o Collor, todos podiam falar.

Eu acho que o problema não é com relação às pessoas que estão falando. Acho que qualquer Deputado que aqui vem depor, vem com a seguinte instrução: vou fazer a defesa como estivessem julgando o meu decoro parlamentar. Por isso temos que ter coisas concretas para fazer essa inquirição.

Eu queria só chamar a atenção para essas duas coisas, não quero entrar nas outras, porque só quero dizer a V. Exª e aos demais membros, como eu acho importante esta CPI, estou pessoalmente, subjetivamente envolvido com ela, independentemente de ser membro ou não, porque a minha não é uma questão de partido, mas de instituição, eu quero dizer que se V. Exªs votarem que não falarão mais os não-membros, eu vou ter que recorrer, com base no Regimento Interno, porque está garantido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me reservo para uma observação final.

Vamos passar, então, a algumas coisas que podem conduzir nossas decisões, neste momento.

Em primeiro lugar, todos falaram aí, que temos que ter o suprimento, a partir das subcomissões, para poder ter instrumentos para poder ouvir os depoentes. Todos, menos meu ilustre colega, Senador Rollemberg, com quem eu concordo, porque quero saber se, no prazo de cinco dias, que estão falando que as comissões, realmente, se consideram satisfeitas por terem produzido. E se não tiverem ? E se o argumento for como ainda há pouco eu tinha. O Banco Central não nos mandou os documentos, eu faço, outra vez, mais cinco dias, mais dez dias, e vamos passar esta aparência que o Deputado José Genoíno acaba de salientar, aparência para o público de que nós não estamos muito interessados em aprofundar o assunto, quando se trata de sofrer na própria carne.

Então, é o caso de Pompéia, a segunda mulher de César, no meu entender, injustamente acusada, mas precisamos, não basta ser honesto, mas é preciso parecer ser honesto.

A segunda questão, sim, é a questão segunda levantada pelo Deputado Nelson Trad, esta, nós precisamos regulamentar. Não é possível, realmente, que nós tenhamos o que aconteceu hoje, aqui. Se nós temos, por exemplo, apenas, de todos os membros titulares, nós tivemos inicialmente, e não fora o tempo que o Deputado Ricardo Fiúza tomou, nós teríamos apenas oito inscritos, dos titulares, mas quando resolvemos cumprir o que tínhamos decidido, que as inscrições se encerrariam vinte minutos depois de encerrada a exposição, eu tive que reabrir, até por um ato falho, eu encerrei a inscrição aqui, às 10:05. Com vinte minutos de exposição, ao invés de ser vinte minutos após o término da exposição. Isso é a primeira coisa.

E chamei a atenção, aqui, nós temos tanta oportunidade de ter vivido experiências regimentais, nesta Casa, no Congresso, já que se está com um ministro de Estado, o Estado tem um prazo. Não pode passar de meia hora, depois, pode prorrogar por mais meia hora, e, depois, então, há um período de cinco minutos para fazer perguntas, outros para fazer a réplica e acabou. Então, se vier um ministro de Estado, o que vai acontecer? Hoje, aqui, amanhã, estamos próximos de quinta-feira, com o Ministro da Fazenda, que vem para cá, para ser ouvido no plenário do Senado. Agora, o que não pode é quebrar, Deputado José Genoíno, de modo nenhum, nos não-membros da Comissão, essa prática que se deu a partir do que eu jocosamente chamei de praxe Benito Gama. Porque, a rigor, na verdade, eu já não posso fazer isso. A rigor, na verdade, os titulares conduziriam isso. A partir do momento em que falta o titular, entra o suplente correspondente. E este, sim, terá voz e voto, nesta ocasião. Mas aqui, não. O que se estabeleceu é que os titulares e suplentes são a mesma coisa na inscrição, que eles devem fazer para fazer as inquirições.

Bom, e ainda entram os não-membros. Não é mais uma comissão mista, há uma comissão universal. Ela passa a ser universal. E hoje, veja V. Exª, Deputado José Genoíno, no grupo de não-membros que se inscreveram, e foram 17, houve algumas desistências, dos que falaram, quatro do PT, dois do PC do B e um único do PDT, um do PPS, sem partido, um, e o PSTU, creio que é a sigla do Deputado Gradella.

Então, tem que haver uma proporcionalidade. Como há na titularidade e na suplência. O PMDB, na titularidade, tem direito a quatro. São os quatro membros. Quatro Senadores. E tem dois Deputados. Então, para guardar a proporcionalidade que o regimento de ambas as Casas recomenda, temos que reestudar a questão dos não-alinhados ou dos não-membros, não para impedir que eles usem a palavra, já que se transformou isso em praxe. Agora, vai ser o contrário. Vão dizer que é uma violência da Mesa, apesar do respaldo que a Mesa dá ao nobre Deputado Rollemberg. Nós temos que reanalisar isso e, aí, sim, nós vamos tomar a decisão, pela Mesa. Se houver protestos, nós discutiremos o protesto em questão de ordem no plenário. Não podemos mais ficar com isso, 17 inscrições, todas elas concentradas apenas num segmento do Congresso Nacional, que é o segmento da esquerda. Dir-se-á: bom, mas foi só o que se interessou. Certo, foi só o que se interessou, mas, na verdade, tem que haver um limite dentro desse interesse. Porque, no fim, fica a Mesa em dificuldade, e é inevitável a repetição de perguntas. Dos próprios companheiros do mesmo partido. Isso é inevitável. Então, para a economia de trabalho e ordem, nós temos que fazer uma proporcionalidade, que mandei a Secretaria da Mesa examinar, para propor isso, em seguida.

É do meu ponto de vista, muito desejável, o que diz o Deputado Trad, dificilmente eu veria isso se realizar aqui. Dificilmente. Nós fazemos, agora, a limitação de prazo para membros titulares ou membros suplentes. Nós temos, evidentemente, que prosseguir, ainda que não possamos fazer duas inquirições por dia, já que esta praxe se deu, a menos que entre nós, do próprio Plenário, surja do Plenário esta idéia. E se surgir, muito bem. Aí, nós poderemos avançar muito mais, a partir do momento em que o suplente passa a ser suplente de partido, com a decisão da Mesa. Suplente de partido, ele entra na ausência do titular do partido.

Agora, diante do rol de pessoas possivelmente convocáveis, se nós começarmos a admitir que só podemos ouvir a partir do momento que as Comissões digam: agora estou pronto, para examinar, agora tenho toda a análise da área patrimonial, toda a análise de área fiscal, toda a dos bancos, se fizermos isso, provavelmente vamos ter muita dificuldade de poder chegar a uma solução antes de noventa dias, quanto mais de quarenta e cinco.

A solução que quero, então, propor, já vencido pela idéia de que é preciso proporcionar essas condições às subcomissões. Quero ouvir se o Relator concorda

comigo, o vice-Presidente, para propor, em nome da Mesa. Nós desconvocaríamos o Deputado Cid Carvalho, porque, pela informação dada, ele ficaria preso apenas a ter que responder ao depoimento do economista José Carlos. Mas, também concordo com a posição que foi aqui apresentada pelo Deputado Rollemberg, porque vamos maximizar a importância do depoimento da Srª Marinalva, se nós desconvocarmos os deputados e ela permanecer funcionando, para esse tipo de trabalho. O depoimento vai ser difícil de conduzir.

Então, primeiro, vamos concluir se V. Exªs estão de acordo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esta Srª Marinalva não é daqui, é de São Paulo, está aqui hospedada. Pela informação do Deputado Rollemberg, ela, inclusive, já está dando declarações políticas que estão criando, provavelmente, algum tipo de turbulência política em São Paulo.

Tenho a impressão de que, se não ouvirmos logo essa senhora, daqui a pouco ela estará como epicentro de uma tal turbulência política que já não mais será possível ouvi-la sem implicações dessa ordem. Nem que se tivesse que ouvi-la em caráter reservado. Sem o depoimento dela, imediato, provavelmente não vamos ouvi-la mais, porque ela vai se enredar nessa política estadual, e sabemos o que é a política de província: a violência, a intolerância; e daqui a pouco ela não tem mais condições de vir aqui depor, porque o que ela disser será considerado um pronunciamento político.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sugiro à Mesa que proponha um meio-termo: Marinalva e Cid, ambos já praticamente avisados, amanhã, e daí paramos o trabalho para o fôlego e descanso necessários até terça-feira da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acabei de receber a informação de que as Subcomissões não têm produzido nada para poder perguntar ao Deputado Cid.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Alguma coisa acho que tem, não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nada é uma expressão que não se deve usar, mas não teria nada de útil.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem. Há um fato que não podemos obscurecer, e me parece que o Deputado José Genoíno também tocou no assunto.

Li todos os jornais hoje - todo mundo leu. Já há um roteiro divulgado...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não consegui ler, meu querido amigo.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas V. Exª está altamente preocupado e sobrecarregado. Mas todos os jornais noticiaram, com riqueza de detalhes, os depoimentos que serão tomados esta semana. Seria muito ruim para a Comissão se não os fizéssemos; acho que seria um dano. Há uma coisa: quando falo em subjetivo, torno a repetir, temos de ter em mira o seguinte: esta Comissão é a história da mulher de César; temos que nos preocupar com a aparência. Então, se deixarmos de tomar esses depoimentos, aí seria terrível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, parece até que já é maioria, porque, quando ele diz: "não vamos discutir mais, vamos votar", isto era o antigo PSD que fazia.

O SR. ELCIO ALVARES - Mas eu gostaria de ponderar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos exaurir aqui as nossas dúvidas, para não ter que voltar outra vez. Se passarmos das 24 horas, não há problema. Eu sou o mais velho de todos.

O SR. ELCIO ALVARES - O Senador Suplicy sabe que temos uma boa vontade imensa, e ele é partícipe disso. Ele discute até a exaustão. Já estivemos com o Senador Suplicy, com uma fome imensa, às 4h da tarde, discutindo assuntos da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E às vezes ele discute até a exasperação.

O SR. ELCIO ALVARES - Exato, mas à exaustão fica melhor.

Sr. Presidente, o problema do depoimento da Dª Marinalva é muito sério; estou com um **feeling**, alguma coisa está me mostrando, como foi o caso do motorista, e o problema dos Deputados. Acho que seria muito ruim para a Comissão não realizarmos o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, vou fazer uma proposta concreta.

Não fiz muita política estudantil, porque já estava preso ao regulamento disciplinar do Exército, mas sei que, de um modo geral, na política estudantil, o pessoal que a praticou fazia isso até chegar ao cansaço de todos para poder vencer a sua posição.

Eu proporia ao Plenário o seguinte: manteríamos, dentro dessa idéia, a convocação do Deputado Cid Carvalho; no dia seguinte, ouviríamos Dª Marinalva; amanhã é quinta; sexta, interromperíamos o trabalho e daríamos oportunidade para, na semana seguinte, marcarmos os outros depoimentos.

Vamos ouvir o Deputado Cid: talvez tenhamos que marcar para de manhã e nem sair daqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, certamente não sabemos a que horas vai acabar o depoimento do Deputado Cid. Por que não marcamos para amanhã de manhã? Não está marcado para amanhã de manhã a Dª Marinalva, às 9h30min? Ela virá aqui e vai ser comunicado?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tinha sido marcado; depois decidimos rever o problema.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Entendi que iríamos manter os dois, de acordo com o cronograma anteriormente estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É outra idéia.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Fazemos os dois amanhã, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se ficar até muito tarde o Deputado Cid Carvalho, para marcar na sexta às 14h, aí a CPI ameaça ser esvaziada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, vou fazer a pergunta aos Srs. Deputados e Senadores: os que confirmam a decisão de tomarmos - acho que foi pela manhã ainda ou começo da tarde - de que Dª Marinalva deveria ser ouvida amanhã, a partir de 9h30min; os que confirmam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Confirmado.

Os que confirmam a oitiva do Deputado Cid Carvalho, às 18h, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Confirmado.

Está decidida a questão. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 23 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 14ª. Reunião, realizada em 04 de novembro de 1993.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Álvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Wilson Martins, Pedro Simon, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Magno Bacelar, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Fernando Carrion, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo, Sérgio Miranda e Carlos Kayath. Presentes ainda, os Senhores Deputados Paulo Ramos, Vivaldo Barbosa, Luiz Gushken, Carlos Lupi, José Dirceu, Moroni Torgan, Robson Tuma, Euclydes Mello, Edson Andrino, Deputadas Jandira Feghali e Regina Gordilho, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade de tomar o depoimento da Senhora Marinalva Soares da Silva, ex-esposa do Deputado Manoel Moreira e, solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que faça as perguntas de qualificação do depoente. Após o juramento de praxe, tece algumas considerações, colocando-se imediatamente à disposição dos Senhores Membros da Comissão. A

seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputado Roberto Magalhães, Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Teixeira, Deputados Luiz Salomão, Aloízio Mercadante, Senador Francisco Rollemberg, Deputado Fernando Freire, Senador Gilberto Miranda, Deputados Pedro Pavão, Nelson Trad, Senadores Garibaldi Alves Filho, Jutahy Magalhães, Deputados Maurício Najar, Luiz Máximo, Sérgio Miranda, Zaire Rezende, Lázaro Barbosa, Senadores José Paulo Bisol, Cid Sabóia de Carvalho, Deputado Leomar Quintanilha, Senador Mário Covas, Deputados Edson Andrino, Paulo Ramos, José Dirceu, Carlos Lupi, Moroni Torgan, Luiz Gushiken e Regina Gordilho. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião a realizar-se hoje, as dezoito horas para oitiva do Deputado Cid Carvalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 14ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DA SENHORA MARINALVA SOARES DA SILVA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aberta a presente reunião.

Quero fazer uma observação dirigida aos não-membros da Comissão em conseqüência da reunião da Comissão de ontem, por volta das 23h. Ficou decidido que teríamos no máximo a inscrição de não-membros igual em número aos membros Titulares do Senado e da Câmara. Seriam onze inscrições no máximo.

Ontem, só de não-membros, tínhamos dezessete inscrições contra todos os demais. E deve ser guardada - fui chamado a atenção e acho que foi justo - uma proporcionalidade de partidos. Com isso, vamos ter de resolver esta questão entre nós com um pouco mais de parcimônia, porque ontem inscreveram-se quatro não-membros de um só partido.

É preciso então que se verifique que os Titulares, por exemplo, não podem fazer isso; os Suplentes não podem fazer isso. E essa foi uma decisão nossa de Plenário ontem, a fim de reconsiderarmos esse problema.

Pode-se fazer uma composição de maneira que nenhum partido fique fora; mesmo os que não têm representação podem constituir um bloco e, dessa forma, ter representação. Nesse caso poderemos dar a garantia de que os partidos estão representados.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, para discutir essa questão, eu queria adendar a sugestão de que os Líderes dos Partidos tivessem também acesso à falação, a uma intervenção. Se o senhor observar, Sr. Presidente, o meu partido, por exemplo, que tem uma vaga na CPI como suplente, por uma concessão dos Partidos dos Trabalhadores, não poderá, nesta orientação, ter nenhum não-membro falando pela proporção entre os onze.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não; isso dependeria do bloco. A organização do bloco a que o seu partido pudesse pertencer teria representação.

Quanto aos Líderes, já discutimos isso no início dos nossos trabalhos. É evidente que os mesmos, de um modo geral, têm essa prerrogativa. Agora, são 18 partidos só na Câmara; são 10 partidos no Senado; são 28 Líderes que se quiserem usar da palavra...Tivemos ontem 12 horas corridas de trabalho; não podemos ter o dia inteiro, ou seja, vinte e quatro horas.

Na oportunidade, a questão é procedente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vamos discutir essa matéria depois. É isso Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois.

Você que conhece bem as pessoas, evite que este rapaz esteja tão próximo. A hora que tiver de dar algum documento, que o faça através dos membros da Assembléia.

Vou pular. Se vier três seguidos do PT, não darei a palavra.

Srs. Parlamentares, membros da CPI e não-membros, vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje.

Vamos ouvir a Srª. Marinalva Soares da Silva, depoente que será ouvida nesta manhã.

Há uma situação muito particular, que deve ser objeto da nossa preocupação. Até aqui as perguntas que o Vice-Presidente tem formulado levam a fazer ou não o juramento da pessoa que depõe. E a impressão inicial que temos começará por uma pergunta que, ao invés de ser feita pelo Vice-Presidente, será feita por mim mesmo.

Pergunto à Srª Marinalva Soares da Silva se ela se considera isenta, ou se ela se considera, ao contrário, inimiga da pessoa sobre a qual vai depor.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu me considero isenta de qualquer sentimento de inimizade com relação à pessoa sobre a qual vou depor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esta foi a declaração. A informação que recebi dos juristas da Casa é que, neste caso, a Srª Marinalva deveria ser dispensada do juramento de dizer a verdade. Pergunto se ela quer ser dispensada.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Para mim não há problema, eu direi a verdade de qualquer forma.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, o que vou levantar como questão de ordem já é do conhecimento da Mesa e é de conhecimento da subcomissão designada que ouviu Dª Marinalva. Trata-se de uma reunião pública, e como membro daquela subcomissão que a ouviu preliminarmente devo declarar que, naquela oportunidade, dissemos à depoente que, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar irregularidades no Orçamento, a participação do Deputado Manoel Moreira no Orçamento é o que interessa realmente a esta Comissão.

Essa ressalva que V. Exª faz agora, com mais propriedade e publicamente, é necessária para que, quando o Vice-Presidente for perguntar e qualificar a depoente, fique claro a respeito da isenção possível que ela deva ter no seu depoimento, e que este fique voltado para a participação exclusiva do Deputado Manoel Moreira, de acordo com os argumentos e os documentos que ela tem, quais as relações e atividades junto ao Orçamento.

Na oportunidade. ela nos declarou que teria condições de expor com isenção. Como advogado, pedi a questão de ordem antes de o Vice-Presidente fazê-lo

Depois de um ano de separação judicial de um casamento com o Deputado Manoel Moreira, com a opção dos filhos de ficarem com o pai, parece-me que realmente o compromisso não deveria ser recebido. Qualquer um de nós sabe que essas marcas ficam, não por falta de qualidade de ninguém, mas por características naturais no ser humano. Depois desses fatos. dizer-se que é isento ou não isento, se é desafeto ou não desafeto, é uma questão totalmente subjetiva. Mesmo assim, a Comissão entendeu que, pelo que ela havia falado no depoimento à Subcomissão, interessava à Comissão ouvi-la. Por outro lado, Sr. Presidente, em determinado momento do seu depoimento à Subcomissão, a depoente alegou que deixava de se referir a um determinado nome, por se tratar de pessoa que ela preservava muito e pelo fato de a Comissão não ter exigido que ela declarasse esse nome, porque era vontade dela.

Eu Gostaria, sim, que o Vice-Presidente, ao ouvi-la preliminarmente, caracterizasse bem que esses fatos todos não influirão no seu objetivo e, em segundo lugar e principalmente, que ela, em seu depoimento, daquilo tudo que falou, quando acusasse determinada pessoa, provasse, porque esta Comissão já ficou um pouco cansada - todos sabem - de remessas de nomes ao debate público, que criam circunstância muito negativa para quem é citado.

Então, para concluir, digo que nós, da Comissão, conversamos e achamos que os documentos eram bons para a CPI. Ouvi as informações do Deputado Manoel Moreira; ouvi D. Marinalva; agora vamos ouvir o seu depoimento para, depois, passarmos às intervenções. Mas fundamentalmente é preciso ser bem claro: isenção, desafeto ou não, para que fique bem possível aos interpeladores terem noção legítima do estado emocional sob o qual o depoimento será tomado. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Juridicamente, o que foi feito, o que foi argüido, é uma contradita da testemunha. Nessas hipóteses, o Código de Processo Penal recomenda que se ouça a contraditada, no sentido de que ela diga se alguma coisa existe para perturbá-la e se quer ou não assumir o compromisso, porque isso é...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa pergunta - parece-me - já foi feita, não com a propriedade com que V. Exª o fez.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Já fez, mas como a contradita foi lançada depois, é bom que ela confirme que quer prestar o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, aplicamos na Comissão Parlamentar de Inquérito, subsidiariamente, o Código de Processo Penal. E, de acordo com o Código de Processo Penal, ninguém pode eximir-se de depor. A lei, no entretanto, faculta ao pai, à mãe, ao ascendente, ao descendente, ao irmão, ou ao cônjuge - ainda que desquitado - do acusado, recusar-se a depor, salvo quando não se puder obter, por outro modo, a prova a respeito de fatos, circunstâncias e sua integração.

Então, nesse caso, mesmo que a pessoa, nessa circunstância, quisesse recusar-se a depor, poderia ser compelida a prestar o depoimento, uma vez que pode ser considerada pessoa importante para a integração ou colheita de provas. Só que o Código de Processo Penal ressalva, nesse aspecto, que as pessoas ficam dispensadas de prestar o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos prosseguir. Acredito que Dª Marinalva entendeu bem quando perguntei sobre a questão do juramento.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Porque ao assumir o juramento ficaria a senhora sujeita, em qualquer caso de discordância entre o que a senhora disser e a verdade, a incorrer no crime de perjúrio. Então achamos que na medida em que a senhora vem mais como uma informante...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, poderia usar o microfone. Não o estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe. Estou ainda iniciando esta carreira e, de vez em quando, faço isso. Estava esclarecendo à Depoente que, exatamente na condição de prestar juramento, ela ficaria, de qualquer modo, sujeita, no caso - como outros têm ocorrido aqui - de que entre o que informou e a verdade posteriormente verificada ser diferente, a incorrer no crime de perjúrio.

Neste caso, pareceu-me mais próprio o que disse o Deputado Luiz Máximo, ou seja, que não houvesse um juramento e que ela viesse como informante.

Agora, como ela já disse que se dispõe a dizer a verdade e quer dizer isso de qualquer maneira, então vamos proceder como até agora temos feito em todos os casos.

Passamos às perguntas preliminares.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Meu nome é Marinalva Soares da Silva.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua idade?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - 38 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu estado civil?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Separada judicialmente.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua residência?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Alameda Bauinas, 360, Condomínio Chácaras Alto da Nova Campinas, Campinas, São Paulo.

O SR. ODACIR KLEIN - Sua profissão?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Professora.

O SR. ODACIR KLEIN - Onde exerce sua atividade profissional?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Exerço em um cargo de confiança, representando o Governo do Estado de São Paulo, na Delegacia Regional de Cultura, representando a 5ª Região Administrativa.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, a pergunta sobre o parentesco e em que grau com alguma das partes, ou quais as relações com alguma das partes, V. Exª já fez, pelo que estou dispensado de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passamos ao juramento.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As dificuldades maiores de quem preside esta Comissão é por não ter tido o privilégio de estudar Direito, é ficar em dúvida entre as informações que peço a um e a outro quando respeito todos aqueles pela sua cultura.

Ouvi ainda há pouco juristas que disseram: "Não deve prestar o juramento!" E depois ouço jurista e ex-Juiz que também me disse: "Deve prestar o juramento!".

Então, na dúvida, preferi que se prestasse o juramento.

Vamos iniciar ouvindo a Professora Marinalva, que disporá do tempo para fazer a sua exposição.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Quero agradecer a esta Casa que me recebe e. em particular, ao Exmº Senador Jarbas Passarinho, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Percebo que existe um movimento no ar para que me desqualificasse enquanto cidadã e venho a esta tribuna oferecendo a minha vida, expondo os meus objetivos que são tão-somente no sentido da moralização da vida pública e de que os homens que dirigem este País ou que exerçam funções públicas de quaisquer natureza tenham, antes de tudo, um comportamento adequado, como cidadãos e que possam exercer as suas funções públicas com eqüidade, de modo que a população de nosso País não viva a descrença e o descontentamento profundo, o descrédito profundo que tem em relação aos homens públicos de nosso País.

Quando venho a essa tribuna, permito que se faça uma devassa em minha vida, seja por que for, por perjúrio, por calúnia, por difamação ou quem sabe por qualquer outra coisa de natureza física que me possa acontecer.

Durante a minha existência eu fui um exemplo; posso ter tido defeitos como mãe, como esposa, como companheira, mas tenho absoluta certeza de que como cidadã, se não for perfeita, quase chego às raias da perfeição. Por conta disso é que venho a esse tribunal, para que os senhores e a Nação julguem se aquilo que digo é motivado apenas por um sentimento menor ou se realmente deve ser colocado ao País, para que a verdade e a justiça prevaleçam doa a quem doer.

Fere-me profundamente ter que fazer isso após uma relação matrimonial já desfeita, uma vez que os objetivos traçados por mim estavam distorcidos. Mas me doeria muito mais - e foi esta a palavra usada na carta dirigida ao Senador Jarbas Passarinho, Presidente desta Comissão, através do Senador Eduardo Suplicy e dos dois Deputados que faziam parte da Subcomissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Roberto Rollemberg e Deputado Pedro Pavão - a omissão e a consciência intranqüila que não deixariam dormir em paz. Ofereço-me para prestar depoimentos nesta CPI, porque sempre soube exercer com qualidades positivas a minha cidadania, não me deixando, em nenhum momento, corromper.

Algumas vezes, pela minha ingenuidade fui vencida, fui engabelada, mas, com coragem e exatidão, apontei outros caminhos - tenho a consciência tranqüila -, tanto do ponto de vista da consciência que ruma para uma postura ideológica mais adequada, que não é de centro nem de direita, mas de um cidadão ilibado. Depois de tudo o que fiz, fui vencida, então ofereço-me à Nação para que a minha vida seja esquartejada, esquadrinhada e analisado, de qualquer forma, tudo o que sei e irei dizer.

Não irei, de forma alguma, colocar panos quentes. Infelizmente, numa relação matrimonial, a gente toma conhecimento de muitas coisas, e, por conta disso, trago aos senhores vários relacionamentos do Deputado Manoel Moreira com empreiteiras em nosso País. Por exemplo, a SERVAZ é uma das empresas que citei no documento que fiz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a empresa de Saneamento, Construções e Drenagem de São Paulo, uma outra empresa FGR, de Goiás, a LIX da Cunha, de Campinas e a CPFL, Companhia Paulista de Força e Luz.

Não citei na carta, mas tenho uma lista de outras pequenas empresas que desenvolvem relações com o Poder Público, a qual coloco à disposição dos senhores membros desta CPI.

Dentre essas empresas, posso ressaltar algumas delas, como a LUANE, Construção e Comércio LTDA., que exercia atividades de construção de escolas no municípios de Valinhos. Outras empresas que relacionei, de pequeno porte, que dão conta de atividades não muito explicadas, que gostaria muito que essa Comissão Parlamentar, com muito mais poder que eu para investigar, examinasse com exatidão cada uma delas. São empresas que desenvolvem relação com o Deputado Manoel Moreira, já de algum tempo, como por exemplo - vou pegar os seus nomes -: a Plano Consultoria e Planejamento; uma outra empresa que leva o nome de DRC Empreendimentos. Todas elas estão nos documentos que trago aos senhores para apreciação.

Uma outra empresa é a Dilisa, também na área de construção, que inclusive está relacionada no documento particular que o Deputado Manoel Moreira rubricou e datou em 13 de abril de 1992, oferecendo a mim.

Sobre cada uma delas eu posso explicar a relação, a vida, e há outras que não sei muito bem. Acredito que esta Comissão tem poderes para investigar, para buscar a verdade, muito mais profunda do que aquela que eu possa oferecer aos senhores.

De outro lado, dentro do próprio Poder Público, algumas empresas que desenvolvem relação com outras empresas, mas que estão encasteladas nos municípios. Por exemplo, que tenho conhecimento, no Município de Paulínia, a INDEP e uma outra empresa, de que não sei o nome, não consegui levantar o nome dessa empresa, mas sei que ela originou-se no período em que o Deputado Manoel Moreira desenvolvia atividades na cidade de Indaiatuba, durante os anos de 1976 a 1980. Tenho o nome da pessoa, essa empresa se localizava no Município de Indaiatuba.

É uma outra relação, de municípios, que, pelo visto, da observação que fiz das emendas apresentadas pelo Deputado, elas beneficiam estes Municípios já ditos por mim, e outros, como o Município de Jaguariúna, o Município de Sumaré, o Município de Hortolândia, e, repetindo, Valinhos e Indaiatuba.

Esta é uma síntese das coisas que eu poderia dizer aos senhores, e gostaria de ser questionada pelos senhores, sobre estas empresas.

Uma outra empresa que consta da relação que o Deputado Manoel Moreira me fez, em 13 de abril de 1992, é a Caiuê Turismo, tendo eu notícia, através do jornal de Campinas, de que esta empresa tinha como sua maior cliente a Companhia Paulista de Força e Luz. Uma outra empresa é a Tomorrow, da qual um dos sócios é um ex-assessor do Deputado - que também foi, durante um bom período, funcionário da CESP.

Estas foram as empresas que o Deputado Manoel Moreira me ofereceu; diria, particularmente, a Caiuê, a Tomorrow, e mais uma outra, que foi o jornal de Valinhos, de que também tomei conhecimento pela imprensa. Todas as vezes em que eu tomava conhecimento pela imprensa de algumas dessas empresas, eu perguntava a respeito ao Deputado Manoel Moreira, e muitas vezes a resposta era negativa ou então eu tinha as costas como resposta.

Essas empresas me foram oferecidas, como também a Probombas; na carta que escrevi, ela dá conta de uma relação com os Secretários de Governo do Estado de São Paulo, o Deputado Wagner Rossi e o ex-Deputado Frederico Mazzuchuelli.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Ela utilizou a expressão me foram oferecidas, que é de difícil interpretação. Gostaria que ela...

A SRª. MARINALVA SOARES SILVA - Essas empresas que me foram oferecidas - vou voltar a explicá-las direitinho - constam de um documento escrito pelo Deputado Manoel Moreira, rubricado e datado por ele. A xerox está um pouco enfraquecida, mas ele a rubricou e datou; tenho o documento rubricado e datado por ele.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A pergunta é o que significa...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ele me ofereceu para que eu as escolhesse, se desejasse ficar durante o período da separação.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Ficar o quê?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Ficar com elas na partilha; ficar como sócia delas, que seriam a Caiuê, Kinoro, o Jornal de Valinhos, a Probombas e a Dilisa. A empresa Dilisa consta um outro documento que já está nas mãos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Além dessas empresas, o Deputado me ofereceu alguns bens imóveis. Um, insignificante, que eu mesma paguei em 50 parcelas mensais. É assim pequeno pelo porte, insignificante pelo porte; é um terreno na Ilha Comprida. Um outro, um terreno à beira-mar também, Upaúba, um vilarejo; a minha residência, a residência onde moro, cujo endereço anunciei - Condomínio Chácaras Altas da Nova Campinas; dois conjuntos de salas.

Na área de empresas também, eu tinha me esquecido de dizer aos senhores a participação no Piantella, que, na verdade, o nome que consta - porque o Piantella é um nome fantasia - é ML-Alimentações; e o Apartamento Saint Peter, que me parece o Deputado nega ser ele o proprietário.

Esta foi a lista que oficialmente o Deputado me ofereceu. Está rubricada e datada por ele; aqui está a sua rubrica, e a data é 13/04/92, em minha casa. Apesar de ser esta lista uma xerox, ele a datou e rubricou com a sua própria caneta. Não é xerox esta parte aqui do documento.

Informo aos senhores que antes de essa história do escândalo do Orçamento surgir, eu já havia tomado a iniciativa, com o meu advogado particular na questão da minha separação, que eu iria apresentar essa lista à Receita Federal, porque esta não constava da sua declaração, e eu gostaria de saber se ela teria constado.

Novamente, a Dilisa aparece aqui e é uma das empresas que, no meu entender, precisa ser melhor investigada.

A Dilisa não está aqui; esperem um momento. Parece-me que houve um engano de minha parte e eu gostaria de corrigi-lo para que eu não fosse injusta com o Deputado Manoel Moreira. A DILISA não consta desta lista; exceto a Dilisa, por favor. Além das coisas que eu disse, também consta a casa em Brasília.

Tudo o que estou dizendo aos senhores, procurei documentação e informo que, como estudante de Direito que sou e como pessoa que não gosta de praticar injustiça e nem gosto de usar de meios inadequados para buscar as minhas informações, em nenhuma delas usei de suborno. Pelo contrário, fui ao Palácio da Justiça, busquei o antecedente criminal, porque eu tinha temores de algumas pessoas que cercavam o Deputado Manoel Moreira, e os senhores têm, nos documentos que entreguei, alguns desses antecedentes criminais que busquei. Busquei também, nos Cartórios de cada uma das pessoas, a sua relação de imóveis. E quando eu ouvia dizer de um determinado imóvel, também procurei o ônus do imóvel, ou seja, a história de cada imóvel sobre o qual, por acaso, eu teria dúvidas. Tirei até da minha própria casa, porque procurei no cartório se eu tinha propriedade e o cartório disse que não. Então, entrei procurando da minha própria casa o ônus do imóvel para que eu conhecesse detalhadamente quem teriam sido os proprietários anteriores a nós.

Além disso, na lista que trago aos senhores há uma série de gastos de vulto muito alto realizados pelo Deputado no período, particularmente, de 89 a 92. Quero insistir que, durante todo esse período, eu questionava o Deputado, porque considerava ser uma quantia muita exagerada e que seria inexplicável à cidade de Campinas a forma ostentosa de aquisição de bens patrimoniais.

No caso das empreiteiras, das grandes empresas que eu disse no documento, por exemplo a SERVAZ, o próprio Deputado contou-me uma vez que o Sr. Onofre o teria convidado para ser um dos diretores da empresa. Também sei que foi aberta uma empresa, mas à qual não foi dada seqüência, que o Deputado haveria comprado em nome de um outro senhor chamado Aparecido Moreira, uma pessoa simples, que servia a ele, algumas vezes, como motorista, há 11 anos ao lado do Deputado: ele haveria aberto uma firma para que em nome do Sr. Aparecido Moreira fosse adquirida uma máquina de pavimentação; essa máquina serviu ao Município de Valinhos, durante a gestão do Prefeito Marcos José da Silva, que terminou agora em 92, na última eleição para prefeituras, e depois essa máquina passou para a SERVAZ.

De uma outra vez, em companhia do motorista do Deputado Manoel Moreira, o Sr. Germino Avelino da Silveira Neto, que viaja constantemente para a Bahia e é funcionário da Companhia Paulista de Força e Luz, em sua companhia, eu estava indo para São Paulo, quando ele saiu da rodovia e entrou em uma estrada de terra indo à empresa SERVAZ, para lá apanhar uma quantia em dinheiro - não sei quanto; também não posso afirmar para os senhores se naquele dia ele estava pegando dólares ou cruzeiros. Mas sei que era dinheiro que estava sendo levado para o comitê político e escritório do Deputado Manoel Moreira junto com o Deputado Estadual Joel Freire Costa.

Bom, para encerrar a questão da SERVAZ; mais uma outra questão que eu me recordo: O Deputado disse-me que havia comprado um **flat** aqui do Paulo Octávio, e que esse **flat** seria usado em parceria com a empresa SERVAZ, mas ao final da campanha de 90, quando ele saiu para reeleição, houve um compromisso, uma assinatura de compromisso e a passagem desse **flat** para a empresa SERVAZ. Eu tenho, aqui, em minhas mãos o documento que prova isso que estou dizendo - o outro documento, me parece que eu tinha cópia mas eu rasguei, que era a questão da passagem para a SERVAZ, há algum tempo eu rasguei. Consta aqui o Paulo Octávio Plaza Hotel. Bom, isso sobre a SERVAZ.

No que diz respeito à FGR, uma empresa de Goiás, eu mesma, por diversas vezes, andei no aviãozinho dessa empresa, que servia muitas vezes ao Deputado Manoel Moreira, trazendo-o para Brasília, levando-o para outras partes do Estado de São Paulo e para Minas Gerais, se não me engano.

Tenho, inclusive, foto de uma das viagens que fiz para um local às margens do Rio Araguaia. Fui para uma propriedade que não sei dizer se era dele ou se era da FGR - é uma história tão fantástica que já não sei mais a divisão qual é. Numa outra viagem com o próprio Deputado, ele dizia do desejo enorme de comprar um avião. Portanto, não sei se o avião é dele, porque anda direto com ele; andava, pelo menos.

Fui sozinha com este avião à cidade de Rubiatá para visitar um amigo. Já estávamos separados, e fui sozinha visitar um amigo, utilizando este avião.

Estamos aqui(foto) eu e uma ex-secretária do Deputado Manoel Moreira - não sei se é ex-secretária ou se ainda continua; sei que está em Londres agora. Seu nome é D. Loíde de Moura Domingues. Ela foi comigo também a uma viagem que fiz à Bahia, Ilha de Comandatuba. Lá, na Bahia, fiquei uns dias para descansar; foi na Semana Santa do ano passado. Fiz essa viagem em companhia dos meus filhos. Essa senhorita, D Loíde, estava em nossa companhia, e ela mesmo me disse que uma pessoa

da OAS estaria nos esperando lá. Não tenho o nome da pessoa, o nome do homem; eu não tinha costume de pegar cartão e nem anotar determinados nomes.

Infelizmente, não tenho segredo por que mostrar. Tenho absoluto amor pelos meus filhos e confiança naquilo que ofereci para eles. E, por isso, os aguardo com paciência. a mesma paciência que tive para educá-los e para carregá-los no meu ventre.

Aqui há duas fotos: a do meu filho caçula, de 12 anos, dentro do avião e a da propriedade em que fiquei. Nesse período - eu me recordo - já que os parlamentares estavam discutindo sobre jurisprudência. eu estava lendo um livro de Direito, porque faria fazer uma prova.

E aqui tem uma foto: este senhor era o caseiro dessa propriedade em que estávamos e onde consta, com bastante clareza, FGR, o carro que nos serviu nessa cidadezinha.

Com relação à Lix da Cunha, quero dizer que constantemente via a relação do Deputado Manoel Moreira com o Sr. Moacyr da Cunha Penteado, conhecido entre nós como Cisinho. Uma outra pessoa da relação do Deputado Manoel Moreira e da relação do Sr. Moacyr da Cunha Penteado é o seu cunhado, o Sr. José da Costa Bittencourt. Esse senhor é da empresa de transportes Bonavita, de Campinas. Um dia, conversando sobre a possibilidade de ele vir a conseguir um corredor de ônibus em São Paulo - eu não sabia o que significava isso - perguntei o que significava ter um corredor de ônibus em São Paulo. Então, não sei se a empresa Bonavita, ou algo afim, conseguiu esse corredor de ônibus ou não.

Com relação a CPFL, tenho uma história interessante, que eu poderia, num outro momento, falar com mais detalhe, dando conta da relação CPFL e PLANO, uma das empresas da qual o Deputado Manoel Moreira tinha uma quota de participação. Essa empresa sofreu várias alterações no seu contrato social, mas, na verdade, o vínculo permaneceu até porque, desde a sua organização, desde sua fundação, estava ligada a uma pessoa chamada Daniel Ferreira dos Reis, que, se não me engano, é um dos sócios dessa Dilisa, como também é da Tomorrow e da Caiuê.

Eu disse, no meu documento, que o Deputado Manoel Moreira provavelmente teria relacionamento com a Andrade Guttierrez e a Odebretch. Acho que não estou longe da verdade, pois recordo-me de que, durante o Governo Sarney, quando se discutia a viabilidade da Ferrovia Norte-Sul, o deputado fez um discurso na Câmara dos Deputados defendendo a construção desta ferrovia. O discurso foi publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, no jornal **Folha de S. Paulo** e outros.

Também digo na carta que, por diversas vezes, vi grandes quantidades de dólares com o deputado, nas valises que carregava. Por cinco vezes, o deputado reclamou que o seu motorista, Germino Avelino da Silveira Neto, havia retirado mil dólares de cada vez, num total de cinco mil dólares. Isso durante o período de 90 a 91.

A última vez em que ele reclamou isso comigo, dezembro de 1991, eu mesma fui portadora de 60 mil dólares, recebidos, em minha casa, das mãos do motorista Germino Avelino da Silveira Neto e do irmão do Deputado Manoel Moreira, Sr. Natanael Alves de Araújo. Eles vinham de São Paulo, infelizmente - não vou sonegar a verdade -, do apartamento do Sr. Frederico Mazzuchelle, onde passaram, primeiro, pegando uma quantia menor de dólares e. depois, do apartamento do Sr. Wagner Rossi. E foi provavelmente neste período de entrada no apartamento do Sr. Wagner Rossi, segundo o próprio deputado, que o Sr. Germino Avelino da Silveira Neto teria ficado dentro do carro e retirado mil dólares.

Fui fazer o pagamento à Empresa PROBOMBAS e, quando cheguei lá, o Sr. Clélio e o Sr. Carlos Pinto contaram o dinheiro e disseram-me que não havia 60 mil dólares. mas sim 59 mil dólares. Eu, que estava saindo de Campinas rumo a Nova Iorque para lá encontrar-me com o Deputado Manoel Moreira, em dezembro de 1991, recebi vários telefonemas do deputado. Eu tinha um pouco mais de 1 mil dólares, então entreguei os 1 mil dólares para fazer completar o total de 60 mil dólares.

Fui aos Estados Unidos encontrar-me com ele; fiquei o mês de janeiro e um pouco do mês de fevereiro em companhia dos meus dois filhos, o Marcelo e o Marinésio. em Boston. nos Estados Unidos. Quando retornei ao Brasil - como acontecia, algumas vezes. os compromissos não ocorreram com certa regularidade -, procurei a Empresa PROBOMBAS. O Sr. Carlos Pinto, num telefonema, contou-me que, na verdade, o Deputado Manoel Moreira já teria completado a quantia da primeira parcela da sua participação na PROBOMBAS. A outra quantia que o Deputado completou, quando estive ausente, era de mais 30 mil dólares.

A proposta de participação na PROBOMBAS, o total dela, para a entrada do Deputado ou para a sua participação. seria de 180 mil dólares. Ele deu 90, dos quais 60 entregues por mim e 30 entregue por ele próprio e os outros 90 mil foram negociados.

Aí foi que eu disse que não gostaria de dizer, mas já que o Deputado Rollemberg quer que diga a verdade eu digo. não tenho por que esconder. O Sr. Carlos Pinto Soares. conversando com o meu pai. o pastor Marinésio Soares da Silva, disse que haveria um documento particular, em que o Deputado Manoel Moreira comprometia-se a participar na PROBOMBAS. Não queria citar o nome do meu pai na tentativa de protegê-lo, não que o meu pai tenha qualquer coisa a ver com corrupção, mas porque já é um homem de idade, viveu 42 anos dedicado na obra de evangelização do país, dedicando a sua vida à causa do Evangelho. Não gostaria de estar citando o nome de papai. Mas. já que é para dizer a verdade eu digo: foi para o meu pai que o Sr. Carlos Pinto Soares disse que teria um documento particular estabelecendo a relação do Deputado Manoel Moreira na Empresa PROBOMBAS.

Esta seria, vamos dizer, de uma forma sucinta, uma tentativa de protegê-lo, não por que meu pai tenha qualquer coisa com corrupção, mas porque ele já é um homem de idade, viveu 42 anos dedicado à obra de evangelização do País e dedicando a sua vida à causa do evangelho e eu não gostaria de estar citando o nome de papai. Mas, já que é para dizer a verdade, digo: foi para o meu pai que o Sr. Carlos Pinto Soares disse que teria um documento particular estabelecendo a relação do Deputado Manoel Moreira na empresa Probombas.

Isso seria assim, vamos dizer, de uma forma sucinta, aquilo que poderei explicar com mais detalhes para os senhores. Tudo que tenho documentado, como disse, são documentos que provam o que estou dizendo. Algumas coisas não posso comprovar com relação, por exemplo, a OAS, que talvez seja, talvez não, mas, pelo que vi das emendas que foram feitas e porque essas emendas, ao serem realizadas na sua localidade, eram com a empresa OAS, acho que a quantidade de dólar que eu vi ele gastando, era impossível que viesse só da SERVAZ, teria que vir de outro lugar também.

Obrigada e desculpem-me. Peço desculpas ao Senador Jarbas Passarinho, porque fiz esse documento sentada no chão da sala da minha querida Senadora Eva Blay e meio às pressas, sem correção, e certamente há erros no documento e até na impressão. Peço desculpas ao Senador e à Comissão Parlamentar de Inquérito por não ter entregue um documento sem erros de datilografia ou sem outros tipos de erros quaisquer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dª Marinalva, gostaria de esclarecer a V. Sª que esta CPI tem um objeto certo e determinado como manda a Constituição. Ou seja, estamos investidos de poderes para investigar denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento ou na execução do Orçamento ou, enfim, por quaisquer formas de corrupção que possam decorrer da elaboração ou da execução orçamentária. Nesse particular, o ex-marido de V.Sª está constando de uma relação de Parlamentares que teriam participado do esquema através do exercício de funções e de outros meios que ainda não estão apurados.

Então, eu começaria lhe perguntando o seguinte: a Srª já teve conhecimento, alguma vez, de que o seu marido participava de uma comissão chamada Comissão Mista de Orçamento, existente no Congresso Nacional e que tem por finalidade elaborar os projetos de orçamento?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, tenho conhecimento disso, ou seja, de que ele participava, juntamente com outros Deputados, e também Senador, como por exemplo o Deputado Genebaldo Correia, o Deputado Cid Carvalho e o Deputado José Geraldo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Srª sabe disso pelos jornais de agora ou já sabia antes?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sempre soube.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eles conversavam muito, se telefonavam?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Conversavam bastante, se telefonavam e, inclusive, viajamos algumas vezes juntos. Em uma das vezes viajamos à Grécia, em julho de 91, numa viagem onde foram o Deputado Manoel Moreira, eu e minha filha, o Deputado José Geraldo e esposa, o Deputado Genebaldo Correia e esposa, o Deputado Cid Carvalho e esposa e o Deputado Ibsen Pinheiro e esposa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Srª chegou a ouvir alguma conversa entre eles ou a tomar conhecimento de telefonemas em que alguns deles ou todos confessassem que estavam a serviço de empreiteiras ou que tinham vantagens a auferir?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, a esse tipo de conversa nunca assisti. As nossas conversas eram mais de nível social, cultural... E, a nível político, percebi, conversando com o próprio Deputado Manoel Moreira, até naquele episódio dos anões... Ah! Quero contar uma outra viagem que nós fizemos, em dezembro de 1991, por ocasião dessa ida à ONU, onde estiveram também...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio ao Plenário.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Também nós estivemos juntos em Nova Iorque, exceto, dessa vez, o Deputado José Geraldo.

Sei que os Deputados Genebaldo e Cid Carvalho, a cada vez que havia mudanças aqui, como, por exemplo, por ocasião daquela figura criada pela imprensa, dos 7 anões - assisti várias vezes eles brincando sobre isso -, e que houve uma conversação política no sentido de reorientar a ocupação de cada um deles, ou seja, retirando o Deputado Cid Carvalho da Presidência, Genebaldo indo para a Liderança... Inclusive eu vi... Eles... Era um pouco... A CPFL era o cartão de visita. Não quero dizer que exista atividade ilegal quanto a isso, mas as visitas eram feitas à CPFL e também ao Palácio dos Bandeirantes - mais ao Palácio dos Bandeirantes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E essas eram viagens oficiais da Câmara ou do Senado, ou eram viagens estritamente particulares, pagas com os recursos privados de cada um deles?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso dizer se eram... Na viagem à Grécia, o Deputado Ibsen Pinheiro e outros estavam naquela missão da Tunísia e, depois, encontramo-nos todos e fomos para a Grécia e as Ilhas Gregas,

chegando até a Turquia e voltando para Roma. Não posso dizer aos senhores que foi... Segundo o Deputado, foi paga por ele próprio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dª Marinalva, nessas conversas alguma vez eles falaram a respeito do Deputado João Alves, da Bahia?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A bem da verdade, ouvi citações, não deles, mas do Deputado Manoel Moreira, sobre o Deputado João Alves, mas não foram coisas significantes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O relacionamento de amizade entre os dois era estreito ou não?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem conhecimento.

A senhora nunca presenciou seu marido telefonando para o Deputado João Alves, nem vice-versa?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A bem da verdade, presenciei uma vez, quando estava aqui em Brasília, uma ida ao gabinete do Deputado João Alves, para falar sobre indicações de verbas para entidades sociais no Orçamento, mas não posso precisar com certeza isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A senhora certamente não tem condições de dizer que entidades eram essas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas tratavam de emendas ou já de liberação de verbas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eram emendas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Emendas, ainda?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E a senhora não sabe se as emendas foram aprovadas e se foram liberadas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe a sorte dessas emendas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dª Marinalva, a senhora diz que chegou a participar do transporte de dólares. A senhora tem certeza de que esses dólares foram recebidos e a que título?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tenho certeza de que foram recebidos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não sabe a que título? Se foi pagamento, empréstimo...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei se foi pagamento ou empréstimo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabe. A senhora tem uma idéia do patrimônio atual do seu ex-marido, o Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não tenho idéia; até porque eu fiquei surpresa pela lista que ele me ofereceu e, depois, há pouco, pela imprensa, ele mesmo divulgou. Ele tinha dado uma entrevista em uma revista chamada De Fato, uma revista de Campinas, que tem a chancela de uma das empresas que ele lista, a Tomorrow. Parece-me que o senhor que é um dos sócios dessa empresa Tomorrow é também jornalista, Eduardo Godoy. De há muito tempo tenho uma publicação antiga da De Fato, que era bem simples, e agora ficou mais sofisticada, inclusive colorida e tudo. Essa está em minha casa. Trouxe apenas uma xerox dela.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A senhora o qualificaria como um homem rico, classe média ou pobre?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu acho que é rico, né?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Rico?

E quando a senhora casou...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu só queria dizer para o senhor que nessa entrevista à revista **De Fato** ele disse de uma empresa na área de construção e fiquei curiosa, que empresa seria essa. E estava para indagar judicialmente, né? Que empresa seria essa? Não precisou, porque o escândalo do Orçamento provocou uma reação dessa natureza e o próprio Deputado disse, no jornal da cidade de Campinas, o **Correio Popular**, de uma empresa que eu não tinha conhecimento: a Abiticon.

Um dia desses, para pegar o endereço da Aloane, abri a lista telefônica, nas páginas amarelas, e, para espanto meu, encontrei também a Abiticon, com endereço que fica na Irmã Serafina, em Campinas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A senhora referiu e eu perguntaria se a senhora confirma relacionamento do Deputado, um relacionamento que poderá, evidentemente, chegar até a negócios comuns, com algumas empresas aqui citadas, como SERVAZ, OAS, Odebrecht?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A SERVAZ, com certeza.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com certeza. A senhora tem notícia de algum serviço, de algum trabalho, de algum favor que o Deputado tenha prestado à SERVAZ?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Olha, eu acho que até por conta do **flat** já é um favor que um faz ao outro. Outros tipos de favoritismo não posso dizer com exatidão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Presidente, estou satisfeito. *Reservo-me para o final.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Vice-Presidente se deseja usar da palavra.

O SR. ODACIR KLEIN - Reservo-me para usar, se for o caso, no decurso do interrogatório.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu queria a lista de inscrições.

Creio oportuno que eu pudesse pedir aos senhores Deputados e Senadores que vão fazer inquirições, que em vez de se referirem à Depoente "o seu ex-marido", refiram-se ao Deputado Moreira, para evitar qualquer possibilidade de indução a respostas de natureza pessoal.

Primeiro inscrito, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Srª Marinalva Soares da Silva, quando a senhora se casou com o Deputado Manoel Moreira qual era o patrimônio dele?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não tínhamos patrimônio algum; ele não tinha patrimônio algum, sequer um carro para visitar um amigo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Que ano foi?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Em julho de 1973.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A senhora morava com ele em que lugar exatamente?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Morávamos numa das avenidas da cidade, Av. Amoreiras, não posso me recordar do número dela, em um dos bairros populares de Campinas, o bairro de São Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria que o Senador Suplicy, se aceitasse, complementasse a pergunta se o casamento foi comunhão de bens ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi em comunhão de bens ou não?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Foi em comunhão universal de bens.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A residência era alugada ou de propriedade particular?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Essa residência era alugada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando o Deputado Manoel Moreira começou a acumular o patrimônio que hoje ostenta? Quando é que a senhora notou uma diferença grande? Para começar, por quanto tempo residiram nessa casa citada, em que ano se mudaram, se foi para a casa própria ou não?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Posso fazer um trajeto das nossas mudanças: saindo da Av. Amoreiras, moramos em uma outra avenida, numa casa térrea, abaixo do nível da rua, na Av. Manoel Dias da Silva, na Vila Industrial, em Campinas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No ano?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - No ano de 75, se não me engano, em julho de 75 nos mudamos para essa residência; depois saímos de lá, cerca de dois anos e meio, e moramos em um bairro popular de Campinas, na Vila Georgina, na Rua Francisco Campos Abreu. Mudamo-nos dessa residência, ficamos um mês em um outro bairro da cidade, também em casa de aluguel; eu mesma solicitei ao Deputado que comprasse uma casa para nós. Isso se deu por volta de 82, precisamente fevereiro, março de 82 - eu me recordo bem porque vivia nesse momento um problema muito sério de saúde, relacionado com minha família. Moramos nessa casa comprada por ele durante aproximadamente dois anos e meio; uma casa própria mas modesta, de 3 quartos, um deles suíte, sala, copa e cozinha.

Depois disso ele comprou uma outra casa, já de porte mais alto, num nível melhor, num dos bairros assim, vamos dizer, mais classe A da cidade, Parque Taquaral, na Rua Egas Muniz, nº 50.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em que ano?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Em 84, se não me engano, Senador. Eu ia fazer o roteiro das nossas mudanças nessa madrugada, mas não consegui fazer.

E depois, ficamos um ano num apartamento; aí as coisas já começaram a mudar. Moramos nesse apartamento também de propriedade do Deputado, justamente no ano em que ele estava fazendo campanha eleitoral para a Prefeitura de Campinas. Ficamos com a casa no Parque Taquaral e esse apartamento. Moramos um ano ali. E depois, no ano de 89, foi a primeira vez que, vamos dizer, compramos um imóvel de porte bastante elevado que é esta casa onde eu resido. É uma casa de cerca de 1.200m², numa área de quase 9 mil m².

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual a relação do Deputado Manoel Moreira com a Companhia Paulista de Força e Luz? Poderia descrever o que a senhora sabe?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Bom, com relação à Companhia Paulista de Força e Luz, posso descrever numa operação que foi feita e já noticiada pela imprensa, parte dela, com o Banco Safra e a Empresa Plano. A Empresa

Plano Consultoria e Planejamento S.C. Ltdª foi criada em 2 de abril de 92, e constavam como sócios: o Deputado Manoel Moreira, o Sr. Jurandir Pompeu Campos Freire, o Sr. Nivaldo Camilo Campos e Maurício de Oliveira. Depois ouve uma alteração em seu contrato ficando apenas Maurício de Oliveira e Nivaldo Camilo Campos.

Mas gostaria de lhes informar que nesse período desde 83, por volta de 83, cuidava da Plano o Sr. Daniel Ferreira dos Reis - tenho farta documentação que mostra uma relação comercial, além de política, porque ele fazia parte da coordenação da campanha, principalmente no que diz respeito à parte financeira das campanhas do Deputado, o Sr. Daniel Ferreira dos Reis. Ele ficava nessa Plano Consultoria e Planejamento.

Depois, novamente em 89, essa empresa teve uma modificação no seu contrato social e passou a ser uma empresa praticamente doméstica, em mãos do Sr. Nivaldo Camilo Campos e de sua esposa Josmarri Aparecida de Sá Campos. Em dezembro de 89, ela sofreu uma alteração de endereço: saiu do que me parece ser a residência do Sr. Nivaldo Camilo Campos e foi para um prédio na José Paulino, 1248, 4º andar.

Eu gostaria de informar que esse Sr. Nivaldo Camilo Campos foi o Diretor Financeiro da Companhia Paulista de Força e Luz, indicado pelo Deputado Manoel Moreira, se não me engano em 88/89 - teria que dar uma olhada aqui nos documentos. E é esse senhor quem vai fazer uma operação fantástica com a Plano Consultoria e com a Companhia Paulista de Força e Luz, utilizando-se do prestígio das contas garantidas do Banco Safra.

Esse documento, quero informar - porque não há necessidade de segredos -, me foi entregue pelo Sindicato dos Eletricitários depois de explicitar, com clareza, através de entrevistas em jornal, a relação do Deputado Manoel Moreira com a Companhia Paulista de Força e Luz, haja vista a presença de um ex-assessor do Parlamentar Deputado Manoel Moreira, desde 86, e que hoje exerce as funções de Secretário de Finanças do Município de Hortolândia, onde a SERVAZ e a FRG executam obras.

Quando anunciei à imprensa isto na presença desse Sr. Aparecido Pascoal, atual Secretário de Finanças no Município de Hortolândia, que é funcionário da Companhia Paulista de Força e Luz, o Sindicato dos Eletricitários me prestou solidariedade e me entregou algo que eu sabia em parte pela imprensa, ou seja, uma documentação que dá conta de uma relação privilegiada do Banco Safra, desenvolvida através dessa empresa Plano e com a presença... Posso mostrar aos senhores um dos documentos, por exemplo, da chamada conta... Aqui nesses documentos, alguns itens são bons de ser observados. Por exemplo, o Item 54, que fala do principal mais os juros finais e de uma operação de mercado, que era oferecida à Companhia Paulista.

Depois, num outro documento, a Plano Consultoria Planejamento SC Ltda. vai receber um privilégio no Item 7, aqui detalhado. Diz o seguinte: "Trata-se de empresa de propriedade do Sr. Nivaldo, Diretor Financeiro da Companhia Paulista de Força e Luz, maior cliente desta filial". Posteriormente, vamos observar que esse Plano vai começar a fazer operações de mercado a custo zero - vários documentos dão conta desta relação privilegiada da Plano com o Banco Safra, sempre operando a custo zero em empréstimos que essa empresa fazia junto ao referido Banco.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Última pergunta, Sr. Presidente.

Como se deu a transação da empresa Probombas? Esteve esta transação relacionada ao episódio referido pela senhora de doação por pessoas de 60 mil dólares ao Deputado Manoel Moreira?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim. Confirmo o que o Senador Eduardo Suplicy me pergunta, que houve a entrega dos 60 mil dólares por parte das duas pessoas já anunciadas e que foram por mim entregues na Probombas.

Agora, eu gostaria de dizer aos senhores o seguinte: que 60 mil dólares é uma quantia inexpressiva diante de outras quantias maiores que os senhores poderão observar até em objetos de decoração da nossa própria residência.

Mas eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para um documento de auditoria que é feito por uma empresa que me parece ter uma relação bastante antiga com o Deputado Manoel Moreira, desde quando ele servia como Diretor Financeiro, se não me engano, na cidade de Indaiatuba, que é a Auditoria H. Matos e Paravela. Este senhor, particularmente o Sr. José Orlando Paravela, vai fazer uma auditoria na empresa Probombas. E o que se constata, na verdade, é que a empresa passa por uma grande dificuldade financeira, a ponto de ser um negócio inviável economicamente. Até eu, uma pessoa leiga, quando analisei o documento da auditoria, observei que se tratava de uma empresa com muita dificuldade - a empresa Probombas. Mas eu gostaria de ressaltar que essa empresa que faz auditoria, em que um dos sócios é o Sr. José Orlando Paravela, tem uma relação íntima com o Deputado Manoel Moreira; uma relação de negócios bastante claros para mim com o Deputado Manoel Moreira. E esta relação, posso mostrar aos senhores, através de um documento que consegui da própria empresa construtora do San Piter, que dá conta de uma empresa chamada Bapa Representações e Empreendimentos, onde o Sr. José Orlando Paravela e o Sr. Edson Wilson Bartos são os seus sócios. E esta empresa Bapa consta de um outro papel que encontrei em minha residência: parece-me que a letra é do próprio Deputado Manoel Moreira. E observem os senhores: é num impresso da auditoria Matos e Paravela, que dá conta de um esquema, provavelmente numa ilha do paraíso fiscal CAIMÃ. Tem aqui uma empresa x,

CAIMA. uma quantia escrita do lado de 900 mil, que entra no Brasil como uma holding. E consta aqui o nome BAPA.

Desculpem-me dizer que esses 60 mil dados pela empresa para a PROBOMBAS, com mais os 30 que depois o Deputado fez chegar e a negociação desses 180, aqui, talvez tenha um pouco menos, realmente, ela é inexpressiva diante de outras observações que poderão ser feitas aos senhores nesses documentos que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Roberto Rollemberg, tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, tive a honra de ser coordenador da Subcomissão que ouviu a Sra. Marinalva Soares da Silva; naquela oportunidade, ela foi ouvida e prestou um depoimento com ampla liberdade, inclusive com assessoria técnica particular.

Por ter sido um depoimento totalmente livre, e agora repetido, pelo que constato, considero-me ciente dos fatos, e conheço os documentos. Reservo-me agora, depois de ouvir o Deputado Manoel Moreira, para um juízo de valor.

Nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu perguntaria à Sra. Marinalva, que ela declarou à Imprensa, e, hoje, confirmou aqui, as ligações do Deputado Manoel Moreira com uma empresa de Goiás, chamada FGR ou FRG.

Em que consiste as ligações do Deputado com essa empresa?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Em que consistia?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim , quais os relacionamentos? Quais as pessoas dessa empresa com que ele contactava?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - O que sei, é que o avião da empresa era usado freqüentemente pelo Deputado Manoel Moreira. Semanalmente, quantas vezes fosse necessário, ele utilizava esse avião, da empresa FGR. Inclusive, eu tinha conhecimento. eram os mesmos pilotos que dirigiam o avião, um deles chamava-se Júnior. não me recordo o nome do outro; e parece-me que moravam em Goiânia.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - A senhora sabe se essa empresa tinha ligações com o Governo do Estado de Goiás?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei dizer. Sei que essa empresa FGR está executando obras na cidade de Hortolândia.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Obras conseguidas pelo Deputado Manoel Moreira?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - É. Das emendas provavelmente.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - O Deputado Manoel Moreira, teria conseguido no Orçamento verbas para execução de obras pela FGR em outros Estados, inclusive no Estado de Goiás? E a senhora sabe apontar algumas?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não sei apontar quais as outras cidades. Sei que várias outras cidades, de outros Estados do País, que, por exemplo. dão conta na área de saúde e de construções, mas não tenho conhecimento de quem executa essas obras, se a OAS, a FGR ou a SERVAZ.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Na constância do matrimônio, a senhora e o Deputado iam à Goiás com bastante frequência?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, eu não ia a Goiás com bastante frequência.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - A senhora sabe - minha última pergunta - se em nome do próprio Deputado, ou em nome de terceiros, existem propriedades em Goiás. inclusive fazendas?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sei que existem propriedades em Goiás.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Elas estão devidamente registradas?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Olha, estão registradas, mas não posso comprovar para o senhor se são de propriedade do Deputado Manoel Moreira ou se são propriedades de outros.

Sei que encontrei, um certo dia - foi até um episódio interessante -, quando terminei de fazer a minha oração e tive coragem de pegar e abrir uma pasta, um documento que dá conta de um oferecimento de uma fazenda em Goiás. Peguei o telefone e liguei para essa empresa que vende imóveis, aqui, em Brasília, do Sr. Manoel Dias. Em minha casa, tínhamos o hábito de atender o telefone, por diversas vezes, desse Sr. Manoel Dias. Ele é conhecido pelas minhas empregadas, se nome foi anotado nos cadernos de cozinha das empregadas. Telefonei para ele. Quem atendeu foi uma terceira pessoa na empresa; não foi o Sr. Manoel Dias, nem o seu cunhado; foi um outro, que tinha um nome muito estranho. Eu, que não sei mentir e que sempre falo a verdade, comecei a abordar sobre a fazenda, dizendo que estava interessada em comprar a fazenda, e tal e tal. Por fim, perguntei se aquela propriedade era do Deputado Manoel Moreira. Ele disse que era. Depois - não sei mentir - eu me identifiquei, disse o meu nome: Marinalva. Aí, o homem desconversou. O certo é que depois encontrei nas gavetas de minha casa este fax. Encontrei primeiramente um fax - esse primeiro documento é datado de 11 de abril de 1990. Nesse período justamente - queria só fazer uma consideração sobre esse documento - eu estava aqui, em Brasília, e

o Deputado me convidou para que eu fosse ver essa fazenda. Todas as vezes que ele me falava de uma propriedade muito grande, eu já tremia nas bases. Eu pensava: ai, meu Deus, qualquer hora vai arrebentar um negócio. Sempre tinha esse questionamento comigo.

Não fui visitar, mas ele me descreveu dizendo que era uma fazenda cuja casa possuía 5 suítes, tal e tal. Isso é de 11 de abril de 1990. Depois - o ano passado, ou foi este ano, meu Deus? - neste ano mesmo, em abril, encontrei esse documento nos meus guardados de documentos, que dava conta dessa fazenda a qual ele me tinha convidado a ir conhecer e que não tive coragem de ver - aliás, como sempre acontecia.

Em seguida, encontrei um fax datado de 5/5/90 e um telegrama. Aí, fiquei curiosa e - como disse aos senhores - pedi o ônus do imóvel. Chamei uma pessoa simples, da minha relação de amizade e coloquei em Goiás, neste lugar aqui, Ipameri. Com um pouco de risco, o rapaz foi lá e levantou uma mudança na fazenda - tenho aqui o ônus do imóvel: realmente ela vai mudando, desde o período que o Deputado me convidou para ir vê-la. Essa fazenda mudou, se não me engano, 3 vezes de proprietário. Inclusive, mudou também a empresa: antes era Agropecuária Irapujá; passou para Fazenda Ipê. Ou seja, a Fazenda Bonita agora era Fazenda Ipê. Depois de várias mudanças de dono, nesse período de 90 para cá, para meu espanto - não sei se o que estou dizendo é verdade ou é mentira. Eu não tinha mais poderes para investigar, porque, afinal de contas, não poderia oferecer segurança de vida para as pessoas que me ajudavam. O homem que foi buscar isto aqui era um homem muito simples e eu não podia oferecer segurança a ele -, depois de mudar mais uma vez - terceira vez - de proprietário, foi transferida. Está aqui, não sei quem é esse senhor. A última passagem seria de 10 de março de 92, quando o Deputado Manoel Moreira ainda estava na nossa companhia. Ele saiu de casa em 27 de março. E aí é transferido o imóvel, total - transferido o imóvel total. Porque os demais, todos eles começam assim, com transação comercial, dizendo... Deixe-me ver aqui se eu localizo... "Nos termos de escritura e compra e venda". Quando você levanta o ônus do imóvel, os senhores sabem disso, está aqui: "Nos termos de escritura e compra e venda", tal e tal.

Agora, a última transferência diz assim: "Transferido o imóvel total, referente ao R3 acima, ao Sr. Aldo Della Coleta". Eu não sei quem é esse senhor e se ele é, realmente, o proprietário da fazenda; se eu estiver errada ou não... Quer dizer, eu não estou afirmando. Foi uma busca que eu fiz numa propriedade que eu ouvi dizer.

Da mesma forma, eu tinha ouvido dizer de um imóvel em Campinas e também fui buscar. E eu fiz a mesma observação nesse imóvel em Campinas, que nós residimos nele, que num curto período de tempo ele vai mudando de dono, não é, chegando a uma depreciação de valor muito grande.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É a última pergunta, Sr. Presidente: se a Depoente sabe se um dos diretores dessa empresa FRG era o antigo Ministro Flávio Peixoto da Silveira.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não sei.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, nobre Depoente:

O relato de V. Sª demonstra ou dá indícios de que o Deputado Manoel Moreira acumulou um patrimônio bastante grande: imóveis, participações em empresas, coisas desse gênero.

V. Sª acredita que seria possível acumular esse patrimônio apenas com os vencimentos da atividade parlamentar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tenho certeza que não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª poderia informar se no tempo do convívio com o Deputado Manoel Moreira ele tinha outra atividade conhecida de V. Sª: empresarial...?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Durante o período da nossa convivência, não, eu nunca soube que o Deputado desenvolvesse...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª não o localizava... Ou ele não ligava para casa de um escritório, de uma empresa, de uma firma?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Deputado Manoel Moreira exerce que profissão?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ele é... na profissão ele é economista.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é advogado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Parece-me que está fazendo um curso de Direito. Ele tinha desejo de ir para o Tribunal de Contas do Estado e parece que houve uma transferência para o Tribunal de Contas da União. Parece, não sei. Isso é uma coisa...

O SR. LUIZ SALOMÃO - A senhora porventura participou de alguma solenidade ou do convívio com Ministros do Superior Tribunal de Justiça?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não participei. Agora...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas sabia de um relacionamento do Deputado Manoel Moreira com Ministros do Superior Tribunal de Justiça?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Em São Paulo parece-me que ele tinha uma relação muito próxima com... Não sei se próxima ou não, eu sei que ele ia constantemente ao Tribunal de Contas do Estado... O Dr. Odir Porto... Mas daqui, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu falo do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não tem. Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª se referiu a um contato...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A Depoente falou no Odir Porto, que não é do Tribunal de Contas de São Paulo, é do Tribunal de Justiça.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não falou em Odir Porto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não sei se o Deputado Luiz Salomão agradece a V. Exª a informação.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não agradeço, não.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - (Risos) Está bem. Por mim, está bem, eu agradeço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de voltar a indagar à depoente, sem tirar a sua concentração: V. Sª se referiu a contatos com a OAS numa viagem à Bahia.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - (Assentimento)

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª saberia estabelecer alguma ligação entre as emendas do Deputado Manoel Moreira em favor do Superior Tribunal de Justiça e a obra que a OAS executa na construção desse edifício, aqui em Brasília?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu sei por conhecimento que tive da própria emenda em si e da realização dela pela OAS. Outro tipo de coisa não sei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Sª não assistiu a nenhuma discussão em torno dessa questão?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não assisti a discussão em torno disso, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª se referiu às viagens que fez, mas não tem condições, pelo que eu entendi, não saberia dizer se essas viagens, daquele grupo que foi às Ilhas Gregas, foram financiadas por terceiros?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não sei dizer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei dizer.

Só sei dizer uma coisa, que depois, o mesmo trajeto foi repetido pelos decoradores, paisagistas do Deputado Manoel Moreira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É sobre isso que quero lhe falar. A senhora se considera uma pessoa de gosto sofisticado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sofisticado, não. Mas gosto, certamente, de um pouco de conforto. Gosto de me vestir bem, mas não sou sofisticada. Sou uma mulher simples.

O SR. LUIZ SALOMÃO - De luxo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Luxo, não! De sobriedade, sempre.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A construção e a decoração da mansão do Deputado Manoel Moreira, aqui em Brasília, é orçada em 2,5 milhões de dólares. Teria sido decorada pela empresa MM Designer. V. Sª teve algum contato?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tive. Inicialmente, até a pedido dele. vim à Brasília para conversar com a Dª Marisete, são duas irmãs: Marisa e Marisete. porque o Deputado sempre reclamava que eu gostava de coisas mais simples, procurei sofisticar ao máximo, sempre escolhendo o que fosse melhor em tecido e tal. Quer dizer, só participei nesse momento, depois não vi mais o resultado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª não pagou?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Como?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª não teve nenhuma transação financeira com a empresa MM Designer.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque depois não vim mais à Brasília.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E com a empresa Verde de Ver?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A Verde de Ver é uma empresa de paisagismo que fez a área de laser de nossa casa, cerca de 600 m² e, pelas contas que fiz, extra-oficialmente, essa área de lazer fica também por uns 2,5 milhões de dólares.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª fez se referiu a gastos vultosos entre 88 e 92. V. Sª poderia especificar quais, alguns tipos.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Por exemplo, o pagamento da casa em que residíamos e quase que imediatamente a construção dessa área de lazer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso em Campinas, ou em Brasília?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Em Campinas. No condomínio aonde moro. E, quase que simultaneamente, a compra da casa de Brasília, finalização e decoração dela e também a aquisição do apartamento, no 11°, do Saint Peter, da Rua Maria Monteiro, Bairro do Cambuí, Campinas, onde, parece-me, o

Deputado reside atualmente; também a decoração desse apartamento, porque ele estava terminando. Inclusive eu mesma fui ao Saint Peter com um outro senhor, que, parece-me, está mais freqüentemente em Brasília, Sr. Tuta Martins, decorador.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dona Marinalva, V. Sª então está afirmando que, nesse curto espaço de tempo, três imóveis de luxo foram adquiridos ou construídos e decorados, simultaneamente?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É, quase. Nesse período, sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, gostaria de que fizessem silêncio na sala.

Gostaria de perguntar-lhe, já que tem uma formação religiosa, evangélica, se esses gastos, essa suntuosidade, todo esse gasto perdulário não causava à senhora que tem, como disse, formação evangélica, nenhum tipo de opressão, nenhum tipo de sentimento de que algo de errado estava acontecendo e que a senhora, de certa forma, compactuava com essas atividades?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ainda bem que o senhor fala "de certa forma", porque para mim era extremamente constrangedor. Fui quase que empurrada ao Saint Peter para ver o apartamento e o mesmo ocorreu com a casa aqui em Brasília. Basta que eu conte aos senhores que, quando da compra da casa onde resido, até entrei em meu quarto e orei a Deus pedindo a Ele que, de alguma forma, impedisse que essa aquisição fosse feita.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com isso V. Sª quer dizer que esses gastos eram feitos a contragosto da sua parte?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Absolutamente a contragosto.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª era contrariada nisso? Manifestou essa posição?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Por diversas vezes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, lhe pergunto, o Deputado Manoel Moreira tem uma origem também humilde, ou ele estava acostumado a esse tipo de vida suntuosa?

A SRª MARINALVA SOARÊS DA SILVA - O Deputado Manoel Moreira tem origem humilde.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que razão a senhora atribui essa compulsão a consumir e a montar residências luxuosas. Era em função do círculo em que ele convivia? Quem integrava esse círculo? Quais eram os parlamentares, empresários que a senhora poderia identificar como integrantes do círculo de amizade, frequentadores da sua casa e as casas que V. Sª freqüentava?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Alguns que eu já citei na minha exposição inicial e outros que também como Tuta Martins, Eduardo Pagoto, seu Emílio, que foram os decoradores da nossa residência e também o Sr. Paulo Sérgio Pinto.

Tenho notícias, não posso afirmar com exatidão, mas esse senhor, Paulo Sérgio Pinto, parece-me até que tem propriedades em nome do Deputado Manoel Moreira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na sua residência não havia reuniões de empresários e Deputados?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque eu não aceitava. Foi, inclusive, uma das discordâncias nossas, que foram sempre bastante explicitadas por mim, não aceitar que a minha casa se tornasse um lugar de negócios.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Srª depoente, a senhora poderia descrever o que faz e quais são as fontes de receita dessa empresa PROBOMBAS?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A PROBOMBAS é uma representantes de bombas na região.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E ela vende para o setor público, para o Estado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Vende também para o setor público, para Municípios.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa empresa **Tomorrow**, o que faz? Tem relação com o setor público?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A **Tomorrow** é empresa de comunicação e **marketing**. Parece-me que esse senhor Eduardo Godoy desenvolve uma atuação junto, particularmente, ao Município de Hortolândia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A Prefeitura de Hortolândia?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A Prefeitura de Hortolândia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa empresa CAIUÊ Turismo tem alguma relação com alguma empresa estatal ou setor público?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tem. A empresa CAIUÊ, foi dito pela imprensa, que o maior cliente dela era a Companhia Paulista de Força e Luz.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa empresa DILISA tem alguma relação com o Estado, com empresas estatais, com o setor público?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso afirmar com certeza, mas sei que dessa DILISA participa o Sr. Daniel Ferreira dos Reis, que é uma pessoa que comprovadamente tem atuações junto ao Deputado e com empresas estatais ou com outros Municípios.

Eu estava para solicitar da Comissão Parlamentar de Inquérito que fizesse uma investigação da vida fiscal dessas empresas, apontando quais são as suas relações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A DRC Empreendimentos, a senhora sabe de alguma relação com o setor público? Que tipo de atividade?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A ALUANE?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A ALUANE eu sei, por conta do próprio Deputado, que ela construía escolas no Município de Valinhos, no período do ex-Prefeito Marcos José da Silva, inclusive presenciei uma das vezes que o Sr. Aloísio, que freqüentava a nossa casa, eu estava no interior do escritório do Deputado, em Campinas, e ele, não sabendo que eu estava lá, no **hall** de entrada, na presença das secretárias e mulheres que estavam ali trabalhando com o Deputado, ligou para o Gabinete Brasília falando palavras de baixo calão, referindo-se ao Deputado Manoel Moreira e eu liguei para o gabinete e disse para o Deputado Manoel Moreira: "Mais uma vez eu estou com a razão. Sempre te aponto essas pessoas com quem você anda, que, na verdade, não respeitam um ambiente onde mulheres estejam."

Aí foi que ele me falou que esta empresa, que é comandada por esse senhor Aloísio, peguei o nome dele, recebi o nome dele através de um amigo, tenho aqui, chama-se Aloísio Antônio da Silva Barbosa, e que o próprio Deputado me contou que ele construiu escolas no Município de Valinhos, fazendo um serviço de baixa qualidade, que teve inclusive rachaduras, e que essas construções precisaram de ser refeitas em parte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual era o esquema que a senhora disse existir na Companhia Paulista de Força e Luz? Quem participava desse esquema? Como é que opera? Quem são os beneficiários?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Nitidamente o Sr. Nivaldo Camilo Campos, através dessa operação com o Banco Safra, como eu disse, por causa de uma relação privilegiada, sendo Diretor Financeiro da Companhia Paulista, vai obter empréstimos a custo zero, através da PLANO, no Banco Safra. E depois esse mesmo tipo de operação é feita, logo em seguida, provavelmente, com o Banco Econômico. Outra operação também, de certa forma irregular, vai ser feita também com o BMC, o Banco Mercantil. Mas esse Banco, BMC, ainda, pelo menos da informação que tenho, precisa de ser melhor averiguado. Até, vamos dizer, o Banco Econômico, toda operação era feita em canhoto ou manual e uma auditoria interna que foi feita na própria CPFL, através da revisora nacional, dá conta de que essa operação, que eles chamam numerário não remunerado, seria uma atividade irregular que não trazia benefícios à Companhia Paulista de Força e Luz.

Toda essa operação era feita à revelia de um decreto governamental, um decreto do Governo do Estado, que dispunha sobre a necessidade de que esses tipos de operações de contas garantidas fossem exercidas, os pagamentos de despesas e obrigações, fossem exercidas por bancos estatais. Tenho exemplos que exemplificam a questão da PLANO, uma ficha de depósito, datada de 15/02/90, no valor de 1 milhão 302 mil, 833 cruzeiros e 04 centavos, nessa data, e uma série de cheques e operações que foram feitas em nome da PLANO. Tenho outros cheques, por exemplo, transferências de crédito da empresa PLANO para a conta particular do Sr. Nivaldo Camilo Campos. Tenho também uma série de cheques, entre eles o de um Gerente da Diretoria Financeira da Companhia Paulista de Força e Luz, que é o próprio irmão do Sr. Nivaldo Camilo Campos, o Sr. Francisco Camilo Campos. No mesmo dia, esse senhor movimenta cerca de 1 milhão de dólares. E aí essa operação que era feita antes pelo SAFRA, depois pelo Banco Econômico, vai se feita com o BMC, uma coisa que precisa ser ainda investigada, porque são documentos inéditos, segundo me consta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha.) - Peço aos atletas da voz que por obséquio contenham-se, para que possamos ouvir o depoimento!

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Fica difícil até Senador, muito obrigada, para entender essas operações bancárias. Estou ficando **expert** em entender isso agora.

Por exemplo, no BMC, queria informar a V. Exªs, a Companhia de Força e Luz tinha uma conta antiga datada de 1987 e que a Companhia abriu uma nova conta em 31/01/92, e a empresa PLANO abre uma conta em 28/02/92. Aliás a CPFL abre uma nova conta em 31/01/91 e a empresa PLANO, vinte e oito dias depois, precisamente em 28/02/91, abre uma conta também no BMC. Essa operação, que a gente observou, ela fica estacionada no Banco, os depósitos dos grandes correntistas eram feitos - tenho uma outra relação - depósitos numa agência última...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Dona Marinalva, toda a documentação está aí. Nós poderíamos depois detalhar essa operação.

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Só queria exemplificar essa coisa dos correntistas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É porque não consegui fazer outras perguntas importantes.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E o tempo está esgotando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Tenho apenas duas perguntas e só fiz essa, basicamente. Eu queria saber se, no Município de Indaiatuba, a senhora por acaso sabe de alguma participação do Deputado Manoel Moreira na liberação de verbas do Orçamento para o loteamento nobre chamado "Terras de Itaici", que envolvia o ex-Secretário da Habitação, Ramon Arnuz e o Deputado Federal Euclydes Mello, no período 90/92. A senhora sabe de alguma coisa relacionado a isso ou não?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Eu acho que até o Deputado deve ter alguma propriedade por Indaiatuba, mas não sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A senhora sabe de alguma coisa da liberação de recursos também para 201 casas populares que nunca foram construídas, ficaram no chão, liberadas pela gestão da ex-Ministra Margarida Procópio, em Indaiatuba?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Não sabia dessa. (Risos)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A empresa que fez todas essas participações foi a mesma Lix da Cunha, a mesma empreiteira,

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É!? Puxa, então o que eu disse eu não estava mentindo, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E o Deputado Manoel Moreira foi Secretário da Fazenda Indaiatuba?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ele foi o Secretário da Fazenda em Indaiatuba e seguia o Clein Ferrari nas suas viagens, parece-me que também para aquisição ou visitas às fazendas dele, não sei se em Mato Grosso ou Goiás, ou sei lá onde.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em relação ao Município de Hortolândia, a senhora conhece o Sr. Pascoal, o Secretário das Finanças?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Conheço. Aparecido Pascoal era freqüentador habitual de nossa casa. Nos cafés da manhã, nos almoços, nos jantares, a qualquer hora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Sr. Carlos Macan, o empresário?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Carlos Macan?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Tenho conhecimento de um Macan, que inclusive tem um cheque, um título protestado desse Macan. Não sei se é o mesmo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por acaso é do Banco Bozano Simonsen?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sei que existe um Macan lá para o lado de Hortolândia, é um nome difícil Issiuk Marcan. Devem ser parentes, né? Não sei. Ishiuk... é, sei lá. Esse senhor tem um título aqui protestado que foi feito pelo Deputado Manoel Moreira datado de 10/12/87. Parece-me que ele tem uma relação bem próxima do Prefeito de Hortolândia, que também é muito amigo do Deputado Manoel Moreira. Agora, não sei se o Macan a que estou me referindo é o mesmo que está aí.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E os irmãos Oliveira Pinto, a senhora conhece, da fábrica de móveis?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Conheço. Conheço bastante o Paulo Sérgio Pinto, inclusive através do Paulo Sérgio Pinto foi que conheci em minha casa alguns senhores que já citei, como o Sr. José da Costa Bitencourt(?) da empresa Transporte Bonavita, esse outro senhor da Aloane, o Sr. Aloízio, e até um outro que não tenho muita certeza, mas é quase no rumo da Visocas. Não sei dizer o nome dele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só uma última pergunta.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - E esse senhor, o Paulo Sérgio Pinto, ele fazia os móveis, confeccionava os móveis da nossa casa, da minha casa, lá em Campinas, no condomínio, e também fez aqui em Brasília. E, se não me engano,... porque ele me disse até que um quarto que eu havia escolhido, eu queria aquele quarto para mim, parece-me que ele fez para o ex-Governador Oreste Quércia no apartamento dele, lá no Parque da Avenida. E esse mesmo senhor, o Paulo Sérgio Pinto, que é filho de um dos sócios dessa empresa Oliveira Pinto, também fez os móveis da residência, em Paulínea, do ex-Secretário, José Machado Campos Filho.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É só uma última pergunta. A senhora poderia dizer em que bancos o Deputado Manoel Moreira tem contas? Ele tinha contas no exterior? A senhora sabe se por acaso ele movimentava conta no exterior?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei. Só essa coisa da Cowan que tenho conhecimento. O mais, até gostaria de saber. Ouço rumores, ouvi dizer, porque é tanta coisa fantástica que eu ouvi dizer - ouvi dizer, não estou acusando ele de nada, nem a nenhum dos amigos dele - parece-me que haveria um apartamento em Miami. Não sei. Não estou afirmando absolutamente nada. Não posso. Só se quiserem me processar por qualquer coisa, mas não estou afirmando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Na Ilha de Grand Cayman, a senhora sabe qual era o banco que ele operava aqui?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei. Sei apenas que ele tinha o interesse de abrir uma empresa e que até me disse o nome, era uma tal de Magicris, que seria uma homenagem aos filhos, mas depois quando perguntei para ele

da empresa ele disse para mim que não deu certo. Era sempre assim, falava e depois desconversava.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Professora Marinalva, a senhora se sente inteiramente à vontade, está com desenvoltura total para responder. Caberá não a mim, mas ao membros da Comissão, quando fizerem perguntas, salientar que ele só dispõem de 10 minutos. De maneira que se as respostas não ficarem contidas, exatamente, na pergunta feita o prejuízo será daqueles que vão inquirir.

Tem a palavra o Sr. Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Senhora Marinalva, eu confesso que tive uma manhã muito interessante porque, durante toda a minha vida, eu só fiz conversar com pessoas no exercício da minha profissão de médico e, agora, de parlamentar. Confesso que já seria capaz, até, de lhe traçar um perfil psicológico pela sua segurança, pela maneira com que a senhora se conduz, nesta Casa, e que me impressionou deveras.

Mas eu gostaria só de lhe fazer algumas perguntas. Diz-se, nesta Casa, que a senhora tem pretensões políticas. Quando a senhora começou a coleta de dados, preparando isso, que vem sendo preparando adredemente, a longo tempo, estudou, aprendeu a discutir problemas contábeis, inclusive, a senhora estava, neste momento, se preparando para ter o seu nome lançado para uma candidatura política ou para dividir, bem dividido, os bens do seu marido, do qual a senhora se separaria logo em seguida?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Olhe, Senador Francisco Rollemberg, eu quero dizer para o senhor que com relação a qualquer interesse em termos de uma disputa política, durante toda a minha vida, eu sempre, de uma forma ou de outra, estive envolvida com política. Há até uma coisa que o meu pai não conta muito porque ele é um homem muito humilde, em todas as coisas. Mas ele, uma vez, lembrou que na residência onde eu nasci ele recebeu Getúlio Vargas e, depois, fiquei feliz quando vim, primeiramente, à Subcomissão porque sentei-me ao lado do Senador Jutahy Magalhães e papai sempre falava dele quando nós morávamos na Bahia - do pai do Sr. Jutahy Magalhães. Depois, por causa da minha convivência na universidade, sempre no embate com as questões sociais da população da minha cidade, certamente poderia ser identificada em mim uma vocação política. Agora, quanto ao meu futuro, ele pertence a Deus. Estou com a minha vida até em jogo, neste momento, não sei o que farei do futuro.

Quando comecei a analisar esses documentos que tinha em minha casa, primeiramente foi até com a intenção de jogar fora, como disse, alguns deles que, talvez, fossem importantes para esse momento aqui, joguei fora. Agora, por outro lado, foi porque comecei a perceber que havia uma grande distorção das coisas que me eram contadas e das coisas com as quais fui me deparando. Então, não avaliava, até porque eu não tenho bola de cristal para imaginar este momento que nós estamos vivendo. Sabia, com certeza, que a paciência popular ia chegar a um limite, expressa nas forças que fazem opinião na sociedade, mas eu não poderia prever este momento.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A segunda pergunta: a senhora não se considera cúmplice dos fatos denunciados, já que deles tinha conhecimento, há longo tempo, e por que não os denunciou?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu não tinha conhecimento há longo tempo, Deputado. Foi a partir de 1990 foi que eu comecei....

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É um razoável tempo: três anos.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim mas havia uma relação, **intramuros**, de discordâncias constantes - minhas e do Deputado Manoel Moreira - que não havia necessidade de ser colocada a nível público. Agora, o que eu queria dizer, também acrescentando a essa informação, é que eu estou com a minha vida exposta, talvez, até para sofrer vários processos. Então, eu não tenho compromissos de manter nada em secreto até porque quando eu fui descobrir, na verdade, foi, agora, a partir de abril deste ano, quando comecei a analisar documentos e comecei a observar uma série de atividades irregulares.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A senhora informou que fez um levantamento dos imóveis do seu esposo, Manoel Moreira, não é? E que teve vontade de procurar a Receita Federal para saber se esses imóveis.... Mas não foi. Aí, eu pergunto: a senhora fez isso - essa preocupação - a senhora presenciou o direito de cidadania ou era para garantir o seu patrimônio, para ter certeza do que é que ele tinha a mais, escondido, e que a senhora não ia participar nessa divisão?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu acho que a pergunta é um pouco difícil até de uma avaliação, porque o senhor sabe que na Justiça com todas as coisas a gente tem que entrar obedecendo prazos. Fiz uma interpelação a nível da Justiça negando a ele, contestando o pedido de divórcio, por coisas que ele havia me negado durante a separação. E isso corre naturalmente na Justiça. Certamente com relação às empresas ou imóveis, uma coisa é aquilo que devo disputar com ele a nível judiciário e outra coisa é o que está sendo tratado aqui. Eu estou apenas exemplificando de um homem que tinha um enriquecimento razoável em um período curto. E chamada, convocada pelas forças da sociedade para me expressar, não poderia negar nada do que sei, até porque, Senador, corro o risco de perder tudo. Porque certamente ele sempre terá coisas que eu não sei. Pode ser até que perca a minha própria casa. Como, por exemplo, na carta que eu...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A gente chega lá, Dª Marinalva.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - ...entreguei ao Senador eu digo que ofereço meu cargo na Delegacia Regional de Cultura de Campinas.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A senhora atendeu. Agora um fato muito interessante, porque a senhora começou seu depoimento dizendo que muita coisa não sabia porque era ingênua, a sua ingenuidade a levava a não perceber detalhes. Mas a senhora ia para a Ilha de Comandatuba, viajou às Ilhas Gregas, foi à Turquia, levou uma vida nababesca, que eu tenho certeza que 99% das esposas dos que aqui estão não tiveram esta oportunidade.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não levaram.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A senhora diz que tem bom gosto, gosta de se vestir bem, a sua casa tem adereços, material de enfeites de 60 mil dólares, a senhora disse isso aqui. Seria por ingenuidade que a senhora aceitou tudo isso, veio montar casas em Brasília, montou casas em Campinas, viajou pelo mundo inteiro, tomava aviões do seu marido, conversava, procurava saber, nas cidades do interior...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A ingenuidade a que me referia, Senador, era no entendimento das negociações; e eu não podia, estando com ele maritalmente, sendo meu esposo, eu não podia morar em uma casa e ele morar noutra. Certamente os convites que ele me fazia, na medida da minha vontade ou das necessidades, eu o acompanhava. E muito outros tenho certeza que me neguei a acompanhá-lo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Devo dizer que não conheço o seu esposo. Não sei quem é Manoel Moreira. Sei que ele é citado como um dos "7 anões". Então, não tenho interesse algum em defendê-lo; pelo contrário, quero vê-lo condenado, se ele realmente for culpado dessas coisas todas.

Mas quero lhe fazer uma pergunta, que a senhora, até, de uma certa forma, me respondeu. A senhora considera legítima a parte do patrimônio que foi recebida pela senhora e ilegítima a que ele possui fora. A senhora não sabe que se tudo isso for considerado ilegítimo pode haver seqüestro, podem ser os bens seqüestrados, e a senhora voltará àquela casinha inicial?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Certo. Lógico. Tanto que já disse isso, que provavelmente estaria perdendo tudo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Está bem. Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eu declino da inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Dª Marinalva, há quanto tempo a senhora exerce o cargo em confiança na 5ª Região Administrativa, lá em São Paulo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - De agosto de 91 para cá.

O SR. FERNANDO FREIRE - Antes a senhora exercia que função, Dª Marinalva?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Antes disso fui, por um curto período, professora substituta. Depois, dados muitos compromissos, de casa, e de às vezes acontecer pagar-se irregularmente. pedi ao Deputado Manoel Moreira que me colocasse na Câmara dos Deputados. Fiquei um período na assessoria dele na Câmara dos Deputados. E depois, por minha solicitação mesmo, saí e continuei na minha vida apenas como esposa dele.

O SR. FERNANDO FREIRE - Eu não estou errado, então, Dª Marinalva, em dizer que a senhora assumiu certamente por indicação do Deputado Manoel Moreira esse cargo em confiança, esse cargo em comissão.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Provavelmente tenha sido, mas ele disse que não. Quer dizer, foi uma indicação que passaria pelo crivo do PMDB local tentando aproveitar quadros que haviam ali na cidade, e como tinha uma grande afinidade com a questão cultural, com a vida cultural da cidade, e dada a minha formação também intelectual fui convidada por vereadores e por políticos da região. Provavelmente desse interesse participou o Deputado Manoel Moreira, não sei.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente. A senhora poderia esclarecer, por gentileza, se ocorreu efetivamente essa formalização da partilha de bens nesse processo judicial? Se isso ocorreu, o que coube à senhora efetivamente e ao Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - O que coube a mim foi apenas a casa onde resido.

O SR. FERNANDO FREIRE - Então, ocorreu a formalização.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A formalização, sim senhor. Agora, se fosse o caso, a qualquer momento, pelo fato de saber que ele tem uma propriedade constituída durante o período do nosso matrimônio, eu poderia pedir a sobrepartilha.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, ouvimos, na parte expositiva da Professora Marinalva, sobre bens que lhe teriam sido oferecidos. Na ocasião até para surpresa minha o Senador Bisol ajudou a interpretação da palavra oferecida. Poderia V. Exª perguntar à depoente se esse oferecimento foi feito já pensando nessa partilha em termos de divisão de recursos, divisão de bens?

O SR. FERNANDO FREIRE - Faço a pergunta, Dª Marinalva. Essa partilha, quando foi feita, a senhora já havia pensado nessa divisão de bens?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Já havia pensado; quando ele me ofereceu, tomei a iniciativa de não aceitar nenhuma das coisas que estavam ali expressas, porque sabia que muitas dessas empresas poderiam ter atividades com o poder público e não desejava ter uma atividade empresarial que desenvolvesse uma atividade, vamos dizer, que poderia ser colocada sob suspeita com o poder público. Então, não aceitei essa lista por ele apresentada.

O SR. FERNANDO FREIRE - Com referência à relação entre essa empresa Plano e o Banco Safra, a senhora recorda-se quem era o representante do Banco Safra com quem o Deputado Manoel Moreira se comunicava?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso afirmar com certeza sobre o representante desse Banco Safra.

O SR. FERNANDO FREIRE - Mas era na agência de Campinas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Era uma agência de Campinas.

O SR. FERNANDO FREIRE - A senhora vinha a Brasília com muita freqüência, Dª Marinalva?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - No primeiro semestre, quando ele exerceu o primeiro mandato parlamentar, fiquei com ele uns quatro meses, depois fui para Campinas. Vim algumas vezes; nos últimos anos, principalmente depois de seu segundo mandato, vim cerca de duas vezes. Agora, gostaria de apenas lembrar que na carta que entreguei à Comissão, peço demissão do meu cargo na Delegacia Regional de Cultura. O único provento oficial que tenho é do mês passado e é de 57 mil cruzeiros.

O SR. FERNANDO FREIRE - Para finalizar, Dª Marinalva, por favor, a senhora tem conhecimento ou tomou conhecimento de algum contato ou alguma relação entre o Deputado Manoel Moreira com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso afirmar que ele tinha relação com esse senhor.

O SR. FERNANDO FREIRE - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dª Marinalva, alguma vez o Deputado Manoel lhe disse que teria dado dinheiro a algum deputado ou a algum senador para que facilitasse emendas, ou que tivesse qualquer tipo de negócio escuso com algum parlamentar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Não me recordo disso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quer dizer que em nenhum momento ele disse que tinha negócios, que tinha dado dinheiro, recebido ou participado com algum parlamentar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Não tenho conhecimento disso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No seu depoimento a senhora contou absolutamente tudo que sabe?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Acredito que sim. Se, por algum acaso, esqueci de alguma coisa é porque estou fazendo tudo pela memória. Se, em qualquer momento, eu for requisitada por esta Comissão ou por qualquer representante dela, posso esclarecer, caso alguma coisa tenha ficado sem esclarecimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A senhora forneceu cópia de todos os documentos que a senhora tem ao Presidente da CPI?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Forneci cópias dos documentos que foram já analisados. Tenho alguns, em Campinas, na minha residência, *que não analisei e que poderei fazer chegar à Comissão.*

O SR. GILBERTO MIRANDA - Seria importante que, tão logo a senhora analisasse, mandasse ao Presidente da CPI cópias desses documentos que ainda estão em posse da senhora em Campinas.

A senhora tem algum dado a mais a nos informar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Só para esclarecer, gostaria de finalizar sobre a operação realizada com a CPFL, com relação ao BMC. Sobre essa operação, ainda não foi feita nenhuma avaliação oficial; acho que seria de bom tom que isso fosse feito, até porque, nas indicações dessas operações, existe um período em que o dinheiro ficava no BMC e que não sabemos, a bem da verdade, a quem esse dinheiro seria servido.

Acho que caberia uma avaliação melhor, por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre essa questão; quem sabe, poderia indicar uma auditoria mais apurada em nisso que estou dizendo.

Dentro do que o senhor me perguntou anteriormente, ou seja, se estou dizendo tudo o que sei com relação à Companhia Paulista de Força e Luz, com relação à grande presença da Srª Maria Alice Quércia, irmã do ex-Governador Orestes Quércia, inclusive na orientação da Diretoria de Distribuição, que fica sob a orientação do Sr. Ciro Bernardes, e que tem um dos filhos da D. Maria Alice Quércia como gerente, tenho conhecimento de que existe uma grande quantidade de empregados na Companhia Paulista de Força e Luz indicados por influência dessa senhora e também do Deputado Manuel Moreira.

O Deputado Manuel Moreira e a Srª Maria Alice Quércia têm uma relação muito próxima de amizade; vários encontros são por eles feitos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, acredito que, se a depoente já disse tudo, se não tem mais nada a informar, se disse que entregou praticamente todos os documentos e que vai mandar o resto dos documentos em seu poder, as subcomissões terão muito mais trabalho a fazer dentro do que ela apresentou e dos trabalhos já por nós realizados, não temos mais perguntas, vamos ficar neste mesmo caminho de pequenas perguntas.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A dedução é inteligente.

Agora, vamos ver se os demais inscritos concordam em não fazer perguntas.

Antes, peço à Professora Marinalva a carta que V. Sª me mandou por intermédio do Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Mário Covas quer ter vista dela.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tenho até vergonha, Senador Mário Covas, porque há bastante erros. Não foi corrigida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Mário Covas, além de ter naturalmente conhecimento de V. Sª, sabe que não será por um erro de datilografia que será julgada.

Mas há engenheiros que sabem falar e outros que nem tanto.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, iria abrir mão, mas vou fazer apenas uma pergunta.

Queria saber das relações do Deputado Manuel Moreira, da senhora, com o ex-Prefeito de Campinas, Jacob Bittar, e agora na administração do Grama. Ele sendo Deputado de Campinas, eu gostaria que a senhora me respondesse.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Com relação a Campinas, particularmente, não sei dizer muitas coisas. Sei que a cidade construía um VLT na administração passada e que esse VLT faz parte da FEPASA, em termos de operação, e que a FEPASA está subordinada à Secretaria de Transportes, que é do Sr. Wagner Rossi. Não tenho condições de avaliar a magnitude das relações de Campinas seja com o ex-Prefeito Jacob Bittar, seja com o atual Prefeito Magalhães Teixeira. Agora, sei que - tenho até um documento, não sei onde encontrá-lo agora - quando o Deputado Manoel Moreira era Secretário de Finanças em Campinas, durante a gestão do então Prefeito Francisco Amaral, houve um processo contra o Dr. Francisco Amaral e o Deputado Manoel Moreira e que esse processo ocorreu por conta de serviços não bem executados, se não me engano, através da Construtora e Pavimentadora Lix da Cunha, da Erbeta e da Pedra Brasil.

O SR. PEDRO PAVÃO - Existe um relacionamento de amizade entre o Deputado e o ex-Prefeito e o atual Prefeito, mesmo sendo de partidos diferentes?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Acho que um relacionamento político. Não posso afirmar com propriedade qual é o outro tipo de relacionamento que eles têm.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas isso, Srª. Marinalva: estou feliz porque já ouvi a senhora durante duas horas na primeira inquirição. Parabenizo-lhe pela disposição de vir aqui e naturalmente elucidar fatos que eram apenas de conhecimento da Comissão, do Senador Eduardo Suplicy, do Deputado Rollemberg e meu.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Professora, sua separação foi amigável ou *litigiosa*?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Lá vai eu de novo na separação! Ela foi amigável, por um pedido meu.

O SR. NELSON TRAD - Professora, a senhora tem mostrado uma desenvoltura de impressionar!

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Obrigada!

O SR. NELSON TRAD - Evidentemente que, em se tratando de assuntos do exercício diário da atividade parlamentar, a senhora poderia, se fosse possível, nos dizer qual era o modo de operar do Deputado Manoel Moreira, as emendas das quais somos detentores. Como é que ele fazia? Negociava, vendia apenas a apresentação das emendas ou a liberação das emendas?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Olha, pelo que podemos observar com relação aos Municípios de Hortolândia e outros da região de Campinas, particularmente - quero dizer com conhecimento de causa -, a indicação da emenda feita pelo Deputado Manoel Moreira e, depois, na ponta, a presença de empresas como a SERVAZ ou a FGR, que indico como tendo uma relação muito próxima com o Deputado, acho que me dá conta de que há uma negociação de outro nível. Agora, essa avaliação deve ser estendida a outros Municípios e a outros Estados da Federação.

O SR. NELSON TRAD - Qual foi o primeiro mandato eletivo do Deputado Manoel Moreira?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - O Deputado Manoel Moreira, de 1976 a 1982, foi 1º Suplente na Câmara de Vereadores de Campinas. Nesse período, ele algumas vezes assumiu, mas ficou como Diretor de Finanças do Município de Indaiatuba na primeira administração do Dr. Klein Ferrari. De 80 a 81, o Deputado Manoel Moreira assumiu o cargo de Secretário de Administração e depois Secretário de Finanças no Município de Campinas. Em 82, ele foi candidato à Deputado Estadual. Eleito, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, exerceu o seu mandato integralmente: foi até Líder e Vice-Líder da bancada. Em 1986, disputou o primeiro mandato como Deputado Federal. Em 1988, disputou a Prefeitura de Campinas, junto com o Sr. Carlos Cruz, Secretário...Durante um período ficou como Subsecretário do Sr. Machado Campos na Secretaria da Habitação e, depois, em 1990, sai de novo à reeleição como Deputado Federal.

O SR. NELSON TRAD - Professora, a senhora fez referência a Vagner Rossi e Mazurqueli e os associou a uma quantia de dólares - 60 mil dólares. A senhora soube através de informação, a senhora foi informada, que esses dólares tinham saído após uma visita dele a esses dois senhores - Vagner Rossi e Mazurqueli. Quem informou a senhora?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - O próprio Deputado Manoel Moreira, o Sr. Germino Avelino da Silveira Neto e o Sr. Natanael Alves de Araújo, irmão do Deputado.

O SR. NELSON TRAD - Muito obrigado.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Só queria acrescentar, se o senhor me dá licença, que o Sr. Vagner Rossi mantinha uma relação bastante estreita de amizade com o Deputado Manoel Moreira e comigo também. Inclusive, uma das vezes - parece-me que ele esqueceu-se de mim - viajei com ele em família, as nossas famílias viajaram juntas para a cidade de Cuiabá, ficando ali, por uns dias, em um pesqueiro. Hoje ele esqueceu-se de mim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Srª Marinalva, a senhora tem dito repetidas vezes que sua vida está em jogo e isso precisa ser melhor esclarecido. A senhora acha que o Deputado Manoel Moreira seria capaz de um ato de violência?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É uma afirmação muito dura para que eu diga sobre o Deputado Manoel Moreira, mas o que vou fazer? É o jogo. Tenho por ele ainda, vamos dizer, uma relação de misericórdia nesse momento que acredito que seja um momento duro e difícil para ele. Mas, seja o que for que acontecer comigo, não tem importância.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Srª Marinalva, a senhora também repetidas vezes se disse muito consciente de seus deveres como cidadã. Pergunto: se a senhora ainda fosse casada com o Sr. Manoel Moreira e tivesse conhecimento de fatos que a senhora diz que teria obrigação de denunciar, denunciaria?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Denunciaria sim. Denunciaria sim, porque tenho provas de mim mesma que sempre...denunciei a ele mesmo práticas incorretas de atuação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Pergunto, dona Marinalva, se a senhora tem conhecimento de alguma entidade que recebesse subvenção social que tivesse uma vinculação mais estreita com o Deputado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que, no ano de 1990, no orçamento de 1989 para 1990, o Deputado Manoel Moreira indicou a entidade que eu presidia - o Centro de Vivência da Mulher. Fiz prestação de contas com exatidão e não tenho, nesse momento, a prestação de contas desse período da entidade que eu dirigia, mas, se os ladrões não levaram, porque me parece que antes de ontem a entidade foi invadida, poderei demonstrar como foi gasto esse dinheiro. Quero crer que foi apenas um interesse de ladrões que foram lá retirar algumas coisas que a entidade tinha. Agora, também tenho conhecimento de que ele indicou outras entidades sociais, do mundo evangélico, e outras que são relacionadas com ele, como faculdades e tal.

Do mundo evangélico, lamento dizer que o Deputado, em algumas vezes, se utilizava delas, acredito isso, oferecendo legendas futuras, para, vamos dizer, manter uma atuação dentro das igrejas evangélicas. Falo isso porque uma das entidades sociais da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, que está localizada no bairro de Braz, em São Paulo, a filha da senhora que dirige essa instituição, Sociedade Beneficente e Promocional, teve o seu nome apreciado pela convenção daquela Igreja e com indicação para deputada estadual, isto num acordo que o Deputado Manoel Moreira teria feito de, inclusive custear, vamos dizer, a campanha da D. Maeli (?).

Agora, são indicadores, não é?

Em Campinas mesmo, há pouco, foi organizada uma entidade chamada ACEC - Associação Cristã de Educação e Cidadania, e o próprio dirigente dessa instituição me falou que o Deputado Manoel Moreira havia oferecido a ele uma legenda: estava conversando com ele sobre a possibilidade dele ser candidato e que disse que pagaria a sede e o aluguel dessa entidade; no entanto, segundo o dirigente daquela entidade, ele não efetuou.

É lamentável dizer isso. Eu, sendo evangélica, é lamentável dizer isso, mas tem uma passagem na Bíblia que diz: "Dura coisa é cair na mão do Deus vivo".

Então, acho que o Deputado Manoel Moreira brincou um pouco com os evangélicos e, na minha interpretação, apenas evangélica, cristã, ele estaria sendo, de alguma forma, penalizado pelo próprio Deus.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª Depoente, praticamente o que eu pretendia, nessa argüição, foi esclarecido através das perguntas que o Deputado Luiz Salomão fez.

Eu pretendia, em primeiro lugar, demonstrar se houve, da parte do Deputado Manoel Moreira, no decorrer da sua vida, a preocupação de transformar os seus recursos de subsídios e de qualquer outra fonte normal e legal em dólares para as despesas normais da vida conjugal de V. Sª. V. Sª teve oportunidade de dizer que não. A receita para a renda familiar é composta de subsídios. Hoje a senhora não falou, mas na terça-feira à noite a senhora fez uma referência a uma pequena parcela que ele recebia dessa sociedade no Piantella; ele tinha uma pequena retirada nessa sociedade.

Agora, nos depoimentos de V. Sª, na terça-feira à noite e hoje, V. Sª fala várias vezes em dólares que foram levados para bombas e, na separação, V. Sª teria recebido 240 mil dólares.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É verdade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, se nós fizermos uma comparação de custo, V. Sª vai ver que 240 mil dólares praticamente correspondem a 60 meses de subsídios do Deputado, na parte livre de impostos e outras coisas.

Então, eu gostaria de ver se esses sinais exteriores de riqueza, que V. Sª fala que - expressão de V. Sª - tremia nas bases quando ouvia falar na fazenda e que tinha preocupação de como estava aumentando o patrimônio familiar, sem existir uma receita correspondente, se V. Sª teria alguma idéia, no decorrer da sua vida, de onde provinham esses recursos?

V. Sª se assustava com o que estava acontecendo, porque quando V. Sª se casou o patrimônio era quase inexistente.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Quase inexistente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Posteriormente, esse foi crescendo sem nenhuma atividade profissional, seja através de um exercício da profissão liberal, seja através de qualquer forma de exercício empresarial; e os sustos que V. Sª tinha a levavam a ter conhecimento de onde provinham esses recursos?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Algumas vezes, tentei procurar o Deputado. Mas, como a resposta era sempre uma negativa, eu procurei me ausentar dessa questão. Eu me assustava, tentava mostrar a ele que aquilo seria um comportamento nefasto à vida pública dele, porque a cidade, particularmente, estaria interrogando-o sobre isso. Mas, diante de algumas atitudes particulares dele, que eu não quero revelar, eu me silenciava.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Nesses sinais exteriores de riqueza, além de patrimônio e imóveis, tem algum outro sinal exterior de riqueza que tenha chamado a atenção de V. Sª, como por exemplo, esses bens de lazer como lanchas, aviões, coisas assim?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Aviões, sim; lanchas, não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Avião, sim?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - (Assentimento)

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu fico satisfeito com as respostas. Isso, para mim, mostra uma evolução do patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a lista dos titulares, passamos aos suplentes.

Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Profª Marinalva, eu tenho observado, no correr dos depoimentos, que 90% das relações que são imputadas a Manoel Moreira como empresário e o relacionamento com a sua riqueza decorreram na área estadual. E a nossa Comissão, como disse o nosso Relator, Deputado Roberto Magalhães, é formada com o objetivo de apurar denúncias relacionadas com o Orçamento federal.

Então, eu gostaria, já que já foi exaustivamente debatida essa área estadual, que compete mais à Assembléia Legislativa, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, eu gostaria de saber de V. Sª o seguinte: poderia nos detalhar algumas emendas, no Orçamento da União, apresentadas pelo Deputado Manoel Moreira, que tivessem alguma relação com obras e empreiteiras no âmbito federal?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - No âmbito federal, eu já citei as emendas apresentadas para os municípios de Hortolândia, de Valinhos e de Indaiatuba, e havia me esquecido de frisar o município de Paulínia e o município de Jaguariúna; seriam emendas apresentas, eu tomei conhecimento de várias emendas do Deputado no Orçamento, durante o exercício de 91, que dão conta dessas emendas para essas cidades. Para outras cidades, como Monte Alegre do Sul, foram feitas pelo Deputado, e desenvolvidas nesses municípios através de empreiteiras que eu já citei, empresas que já citei, que eram do relacionamento do Deputado Manoel Moreira.

De outros Estados, eu também ouvia falar sobre a área da saúde, mas não posso precisar para o senhor, porque não conheço exatamente quais são as empreiteiras que executaram, ou estão executando ou estão por executar essas obras em outros municípios além dos que eu já citei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora, no Estado de São Paulo, nesses municípios, eram verbas, eram emendas vultosas de obras relativamente grandes?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso afirmar para o senhor isso, porque eu não estou com o papel das emendas aqui. Eu acho que a análise dessa questão das emendas apresentadas pelo Deputado Manoel Moreira e da relação dessas emendas com as empresas por mim citadas na execução delas deverá ser feita pelos senhores, porque eu, para fazer isso, teria que ficar aqui em Brasília e trabalhar nelas. Mas eu já estou tão exausta que eu preciso descansar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nesse aspecto, nós temos condições. A minha dúvida era se eram obras federais e eram obras de emendas ao nosso Orçamento.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, todos os municípios citados foram verbas encaminhadas das emendas do Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Das emendas, sim Senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E que constam do Orçamento, e executadas... Qual foi a principal empreiteira, ou algumas delas que você se recorda?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A Servaz...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A Servaz teria sido a principal?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Nesses municípios que eu observei. Em outras regiões, como, por exemplo, aqui mesmo em Brasília, a OAS. Também observei que o Deputado indicou, me parece, Rondônia e Maranhão, talvez numa relação com outros deputados.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Em que ano? Essas cidades, esses municípios... Os municípios paulistas foram em emendas de que ano?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - De 91. Do exercício de 91.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Fora as do Estado de São Paulo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Também no exercício de 91. Pelo menos foi isso o que observei. Só queria observar ao senhor uma coisa: que, quando eu citei, todas as emendas foram provenientes da questão do orçamento. O único caso que eu dissertei um pouco mais foi com relação à CPFL. Mas me parece que também não está fora da questão do orçamento, porque, se não me engano, existem relatorias, sub-relatorias na questão das elétricas. Acho que os senhores poderão analisar com maior propriedade essa questão.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Gostaria de saber o seguinte: V. Sª já declarou que houve um acordo amigável no processo de separação. E nesse acordo amigável vem a relação de bens do casal, assinada pelo Deputado Manoel Moreira e por V. Sª. Nessa relação de bens consta alguma daquelas empresas ou alguma empresa em que ele fazia parte ou era titular de quotas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Oficialmente me parece que não. Em nenhuma delas. Exceto o Piantella, que me parece que a observação do contrato social recente dá conta da participação dele. Nas demais, não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Naquela relação, que não é a oficial; não é aquela relação que está dentro da separação judicial na Justiça; mas aquele documento manuscrito que foi assinado pelo Deputado Manoel Moreira, constam algumas empresas em que ele seja titular?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Já respondi anteriormente. Talvez eu não tenha entendido a sua primeira pergunta, a pergunta anterior. A única empresa que eu sei que consta dessa lista e que, oficialmente, o Deputado tem uma participação em quotas é da M.L. Alimentações, que é o Piantella. Só se eu entendi, me desculpe, a pergunta anterior de forma incorreta.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, é que V. Sª elencou uma série de empresas, inclusive a Probombas, uma série de empresas em que o Deputado Manoel Moreira teria participação. A minha indagação era: essas empresas tiveram execução de algumas dessas obras, relacionadas com emendas no nosso Orçamento?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Acredito que não. Dessas empresas que eu citei, não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Dessas empresas, não.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Porque ele não me apresentou nenhuma empresa de construção. Não sei se é ABTCON, que é uma empresa de construção. Não é? Não sei se na DILISA(?), não exista, talvez, uma participação através de documento particular. Não sei se ela também executou alguma obra proveniente das emendas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço. Só esta última pergunta: A pesquisa que V. Sª vinha fazendo sobre esses bens visa a uma eventual sobrepartilha, como se houvesse uma sonegação de bens do Deputado Manoel Moreira e V. Sª gostaria de ver sobrepartilhada?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Naquele momento, o que eu estava pesquisando foi quase um exercício meu de aluna de Direito e um desejo de buscar a sobrepartilha, sim, no momento, ou até de informar à Receita Federal que ele sonegava a informação oficial.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luís Máximo.

O SR. LUÍS MÁXIMO - Dª Marinalva, em inquirições dessa natureza, é absolutamente normal que determinadas indagações produzam algum constrangimento nas pessoas que estão depondo. Aqui foram feitas algumas indagações com relação à

motivação da pesquisa por V. Sª efetuada, com relação ao patrimônio desconhecido pela senhora do Deputado Manoel Moreira. Quero apenas dizer-lhe que acho isso absolutamente legítimo. A senhora foi casada pelo regime universal da comunhão de bens e tem direito à meação. Acho isso absolutamente legítimo, mas, no âmbito desta Comissão, o que nos interessa é sempre a busca da verdade. Indago da senhora se tem ciência de que o patrimônio amealhado pelo Deputado Manoel Moreira, se for provado que o mesmo é fruto de enriquecimento ilícito, ele estaria sujeito à perda e, por via de conseqüência, sem nenhum benefício para a senhora.

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, eu sei disso, estou ciente disso, tanto que com a minha intenção de comunicar à Receita Federal isso certamente eu já estaria, vamos dizer, perdendo, porque com a investigação da Receita o Deputado sofreria uma penalização e que essa penalização seria vivida por mim também, já que o patrimônio que ele amealhou teria sido no período em que estivemos casados. Eu tenho consciência disso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Na sua exposição inicial, a senhora fez referência a um discurso proferido pelo Deputado Manoel Moreira, discurso esse que teria sido, pelo que entendi, se estiver equivocado corrija-me, publicado nos principais jornais da Capital.

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora sabe quem patrocinou a publicação desse discurso do Deputado nos jornais?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu tenho indicações de que seriam as próprias empreiteiras que estariam executando a obra. Agora, são indicações, são sugestões apenas. Eu não posso afirmar isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora poderia repetir os nomes das empreiteiras?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu não me recordo exatamente das empreiteiras que estavam desenvolvendo essa construção da Norte/Sul, no período do Governo José Sarney, mas, se não me engano, a Andrade Gutierrez e a própria Odebrecht estavam envolvidas na obra. Não tenho certeza disso porque não consegui reunir o jornal do período.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Gostaria, se possível, que a senhora também esclarecesse uma observação feita, em sua fala inicial, a respeito de uma reunião dos anões, onde eles faziam brincadeiras. Gostaria que a senhora esclarecesse que tipo de brincadeiras eram por eles efetuadas.

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Olha, citando realmente essa coisa dos Anões apenas... Eu não sei exatamente como eram as brincadeiras. Não eram no sentido de... Eram talvez de deboche um pouco deles mesmo, sei lá. Não sei exatamente dizer como era a brincadeira.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E quais eram os Deputados presentes a essa reunião?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Não era exatamente uma reunião. Era nos encontros casuais que observei e o próprio Deputado é que falava para mim: agora, viramos os sete anões; os anões, não sei exatamente se sete. Parece-me que sim. Serei odiada por todos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de hoje, registra, não sei se é declaração expressa da senhora, que o Deputado Manoel Moreira teria envidado esforços no sentido de que a empreiteira Lix da Cunha, de Campinas, fosse vencedora em concorrência pública para construir CIACs no Estado de São Paulo. O que a senhora sabe a respeito disso?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu sei que no período que antecedeu um pouco e no período depois da divulgação pela imprensa dos CIACs vi constantemente os encontros, vi alguns encontros entre o Sr. Moacir da Cunha Penteado em minha própria residência e outros encontros que provavelmente são indicadores também da relação também com o Sr. José da Costa Bitencourt, José Afonso da Costa Bitencourt, que é cunhado do Sr. Moacir da Cunha Penteado. Mas não presenciei, não participei das conversas havidas entre eles. Apenas sei que eles se encontraram e algumas vezes na minha própria residência.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora sabe precisar quando se deu a assunção do Sr. Nivaldo Camilo Campos no cargo de diretor financeiro da CPFL?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Para lá? Acho que 89,88, 89. Eu tenho isso assim...mas, agora, de memória...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Na ocasião, quem era Governador de São Paulo?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Dr. Orestes Quércia.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O Sr. Nivaldo ainda continua na CPFL?

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não continua.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora sabe quando ele saiu, se ele saiu por vontade própria, se ele foi exonerado e por quê.

A SRA. MARINALVA SOARES DA SILVA - Ele saiu em 91. Não me recordo como foi a saída dele. Sei apenas que, por indicação também do Deputado Manoel Moreira, em seu lugar ficou o Sr. Vasconcelos Cunha - o primeiro nome dele esqueci-me - que era um dos diretores da VASP, no período da privatização da VASP. Hoje ele é o Diretor-Financeiro.

Deixe-me ver se acho o nome dele exato. Tenho uma foto de uma recepção, feita em minha casa, ao Sr. Governador Fleury e esposa, onde estão D. Maria Alice Quércia, eu, a irmã do Governador. Também encontrava-se, nesse dia, o Sr. José Nunes Lopes.

O nome dele é José Vasconcelos Cunha. Nesse período, ele era Diretor do Parque Ecológico; quando desse jantar em minha casa, ele era Diretor do Parque Ecológico. Logo depois, passou para a Companhia Paulista de Força e Luz.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora tem conhecimento que o Sr. Nivaldo Camilo Campos está sendo objeto de investigação, por eventual enriquecimento ilícito, por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora e o Deputado Manoel Moreira prestavam declarações de Imposto de Renda em conjunto ou separadamente?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Era em conjunto até 1991, se não me engano.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A partir daí, declarações separadas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Separadas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A senhora tem conhecimento da montagem ou constituição de uma associação evangélica, em Campinas, pelo Deputado Manoel Moreira? E o objetivo dessa associação?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu disse anteriormente, se for esta, a Associação Cristã de Educação e Cidadania; me parece que a intenção do Deputado era fazer do seu dirigente um candidato, e talvez um pouco de sua promoção, a nível da cidade e com outros setores, também, evangélicos da cidade.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Essa associação, alguma vez, recebeu subvenção do Governo Federal?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque ela é nova. A não ser que tenha sido indicada este ano. Não sei.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ela foi criada nesse começo de ano, no final do ano passado, começo deste. Sei que esta associação tem um dos assessores do Deputado Manoel Moreira, o Sr. Josebíades; provavelmente o nome dele é de Moura Domingues, é irmão desta moça que eu disse aos senhores que está em Londres, agora.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O nome da Associação, a senhora podia repetir?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Associação Cristã de Educação e Cidadania.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Obrigado.

A senhora poderia precisar, se possível, que aquilo que a senhora referiu como gastos exagerados, aquisições de empresas e de propriedades, por parte do Deputado Manoel Moreira, ocorreram a partir de que período mais precisamente? Quando ele se encontrava no exercício de Deputado Estadual ou após o início do exercício de seu mandato de Deputado Federal?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu dividiria a vida comercial do Deputado Monoel Moreira em três períodos.

Um período em que ele não tinha nenhum bem.

Um segundo período, em que ele começa a se propor a comprar terras, e nesse período, confesso aos senhores, que me assustei bastante e me ausentei totalmente. Eu o vi fazendo uma operação de compra, provavelmente de uma fazenda, aqui, em Goiás. Inclusive quando falo dessas empresas, DRC e Dilisa, é proveniente de uma relação que tenho da passagem dessa fazenda, que tive conhecimento que ele estava comprando em 1980. E que somente em 1990 foi que eu percebi que de fato a fazenda existia, porque ele me convidou a assinar um documento, passando essa fazenda, que eu o tinha visto interessado em comprar, passando essa fazenda, que seria no Município de Formosa, Goiás, para essas empresas que eu disse, DRC Empreendimentos e Dilisa Construtora, e três pessoas físicas: Carlos Alberto Macedo Barbosa - esse eu conhecia bastante -, Daniel Ferreira dos Reis - que era uma pessoa do nosso convívio, quase que diário. Esta pessoa, me parece que tem uma triangulação também de realizações junto a PLANO, ao Sr. Nivaldo, ao finado Antero Silvestre. E o Sr. Roberto Facchini, que também conheci bastante.

Com relação a essa fazenda, ele me convidou a assinar o documento em 28 de maio de 1990.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, a última pergunta.

D. Marinalva, a senhora conhece uma empresa com o nome de PLÊIADE?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Conheço, quer dizer, conheci a pessoa que foi o representante dela na parte de comunicação e marketing da campanha do Deputado em 1990.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Essa empresa que fez a campanha do Deputado, e eu li isso faz alguns dias, uma relação que a senhora apresentou de custos da campanha. A senhora sabe precisar a origem dos recursos para o pagamento?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu disse que uma vez presenciei uma ida de dinheiro da empresa SERVAZ para o escritório do Deputado Manoel Moreira, ou comitê, em São Paulo. Provavelmente, pode ser que haja também de outros lugares, mas presenciados por mim, não. Somente essa operação da SERVAZ.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

D. Marinalva, a senhora tem consciência da importância desta CPI, que vai muito além da investigação individual da ação de alguns parlamentares?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esta CPI se propõe a desmontar esquemas que atuam a nível do Estado brasileiro no Executivo e no Legislativo, e que são profundamente distorcidos porque colocam a coisa pública em função de interesses privados.

Nas nossas investigações, através de denúncias, nós identificamos dois esquemas: o esquema de subvenções sociais e o esquema das empreiteiras. No esquema de subvenções sociais, alguns parlamentares, através de denúncias que nos chegaram, mostram que algumas entidades eram beneficiadas por dotações de verbas de assistência social e parte dessas dotações eram transferidas para parlamentares.

Em relação ao esquema de subvenções sociais, V. Sª se referiu à base eleitoral do Deputado, envolvendo o mundo evangélico. Ontem tivemos, no depoimento do Deputado Ricardo Fiúza, nas relações de entidades beneficiadas por essas verbas de dotação global do Ministério da Ação Social, número expressivo de entidades do mundo evangélico.

Eu queria uma informação, complementando a intervenção do Senador Garibaldi Alves Filho. A senhora tem conhecimento de algumas dessas indicações, de entidades de assistência social, feitas pelo Deputado Manoel Moreira, que posteriormente transferiram dinheiro para o Deputado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Segundo esquema, o esquema das empreiteiras: V. Sª tem conhecimento e já se referiu a emendas envolvendo a SERVAZ e a FGR. Tem conhecimento de emendas do Deputado para outros Estados?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tenho por aquilo que pude observar da lista de emendas a mim apresentadas, que o Deputado fazia indicações em outros Estados também.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Poderia se lembrar de algum desses Estados?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que o Maranhão, a Bahia, Minas Gerais, Brasília também. Tem, acho que pelo Brasil todo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª pode se recordar ou pode ajudar a nossa Comissão identificando em torno desses Estados, a partir dessas emendas, quais as empreiteiras interessadas, se havia uma vinculação evidente na apresentação de emendas para o Orçamento com algumas empreiteiras além da SERVAZ e a FGR?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Se for convocada para ajudar nessa tarefa, pode ser que terei condições de indicar outras.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O esquema das empreiteiras envolvia também outras fases, por exemplo, a fase das licitações uma vez que a verba saía para o município ou Estado e, a partir daí, para que a empreiteira que assegurou a verba garantisse a realização da obra, ela teria de intervir no processo de licitação.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Hum. Hum.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Sª tem alguma informação a esta CPI sobre esse processo de licitação, combinação de licitações para que tal ou qual empreiteira fosse a ganhadora do processo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não tenho.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Srª Marinalva, respondendo à pergunta do Deputado Luiz Máximo, a senhora já fez referências às empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez.

Eu pergunto se a senhora teria condições de detalhar o relacionamento do Deputado Manoel Moreira com essas empresas.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não teria, senhor, condições de detalhar esse relacionamento.

Apenas sei que tenho em minha casa um papelzinho cortado, que seria, parece-me, de um tipo guardanapo - mas eu trouxe para cá, esqueci em casa - em que consta o telefone da Andrade Gutierrez e o nome de uma secretária, de uma mulher da empresa, não sei, parece-me que o nome é Sônia. E sei de uma fala que me fez a secretária do Deputado Manoel Moreira, Srª Abigail de Carvalho, dizendo que, comentando, ainda no ano de 91 eu me recordo, as notícias de imprensa que envolviam empreiteiras. Ela disse-me, textualmente, a Srª Abigail. Por certo, como ela tem uma relação muito próxima do Deputado Manoel Moreira, sendo quase que a coordenadora do seu escritório, que a cada vez que ela via o nome Odebrecht tremia nas bases.

Então, eu tenho a impressão de que... agora, isso é uma coisa que ouvi da dona Abigail. Poderei ser desmentida ou não.

O SR. ZAIRE REZENDE - Srª Marinalva, a senhora afirmou que o patrimônio do Deputado Manoel Moreira era inexistente em 1973, ano do casamento.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. ZAIRE REZENDE - Que, hoje, o mesmo pode ser classificado como um homem rico.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Acredito.

O SR. ZAIRE REZENDE - Eu pergunto: qual seria a sua principal fonte de receita para a aquisição desse patrimônio?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Do Deputado Manoel Moreira? Eu não sei, porque só sabia que ele tinha o mandato parlamentar. Não sei qual outra atividade ele exercia, para que pudesse adquirir esse patrimônio.

O SR. ZAIRE REZENDE - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Lázaro Barbosa, V. Exª tem a palavra.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, eu entendo que a contribuição que dona Marinalva poderia trazer já foi suficientemente exaurida. Daqui para a frente, parece-me que as coisas vão ficando extremamente repetitivas e muito fugidias.

Eu me reservo para arguir o Deputado Manoel Moreira quando S. Exª aqui estiver.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Dona Marinalva, alguém tentou evitar o depoimento da senhora?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu acho que a própria postura do Deputado Manoel Moreira, tentando trazer, talvez, um momento convulsivo de nossa separação, elementos que não interessam à opinião pública, porque se eu fosse, também, desvendar ou relatar episódios que vivi, da nossa separação, não seria interessante.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas não sofreu ameaça?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Então, eu acho que só houve uma tentativa dele de desqualificar-me, enquanto interlocutora nesta CPI e no escândalo que ela investiga.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A partilha já foi julgada?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu acho que nem tem mais partilha, não é? Já houve um julgamento.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não, eu pergunto se o Juiz já homologou a partilha de bens.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, a primeira partilha sim, que seria a minha casa.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A senhora poderia encaminhar para...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Já está nos documentos, e, se faltar alguma coisa, eu poderei acrescentar depois.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A senhora mostrou um papel com a referência escrita à mão: Cayman. A senhora interpretou como relacionada com a Ilha Cayman.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Tem certeza?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei. Não acho que exista uma outra Cayman. Existe?

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Existe uma propriedade do Governador Edison Lobão, chamada Caiman, gerida pelo Sr. Isnard - a senhora conhece Isnard de São Paulo? Tem sede também no Maranhão, na região do Rio Tocantins, em Imperatriz, ou Monte Alto.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei dizer sobre isso. Sei que ofereci ao Deputado Manoel Moreira - quero dizer aos senhores, uma coisa eu faltei informar sobre os documentos que entreguei a esta CPI, que relatam se não a minha ingenuidade, a minha postura de confiança no Deputado Manoel Moreira, que sempre tive. Quando em 1990, em janeiro e fevereiro, entreguei a ele uma procuração dando-lhe poderes irrestritos. Então o que ele fez durante esses dois meses... Essa procuração foi ele quem pediu e como nunca lhe neguei assinatura em qualquer documento que ele me pedisse, assinei também esse. Não sei o que ele fez. Não sei se tem negócios. Ouço dizer que tem mineradora em Belém do Pará, apartamentos... Isso é coisa que ouço. Jamais vou ter poderes, nem condições de investigar.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - No depoimento que prestou a membros da CPI antes deste, a senhora mencionou a Srª Rita Rachel Pinto.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor!

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Como?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Essa moça consta do DISQUE MOREIRA, feito em Campinas, ligando-a ao Sr. Paulo Sérgio Pinto que, segundo consta, visitava sempre, com o Deputado, propriedades rurais que ele tinha. Umas das vezes ele chegou em casa com uma quantidade de carnes e nos disse que estava trazendo carne de uma das fazendas que desconheço. Não sei se é em Aguaí? Se é em Catanduva? Não sei se está no planeta Terra? Não sei.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Tem conhecimento de que o Deputado colocaria bens em nome dela?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Dessa senhora? Acredito que sim. Fiz uma relação de pessoas que, espero, sejam investigadas. Há uma pessoa da qual

me esqueci. pois é tanta história fantástica que tenho até vergonha de dizer, parece brincadeira. Parece brincadeira! Trata-se de uma senhora que eu também gostaria que fosse investigada. Pois eu soube, em 1992, mais ou menos em setembro, que o Deputado teria ofertado a essa senhora uma fazenda, se não me engano, próxima a Cuiabá, aliás, Campo Grande. E que essa senhora mantém, com o Deputado Manoel Moreira, parece-me, uma relação comercial bastante próxima, visto que ele .... Segundo informações que me chegaram - porque não fui investigar, já que não gosto de investigar a vida alheia - essa senhora teria recebido um carro tipo Chevette e que esse carro teria sido do Sr. Aparecido Paschoal e que há 3 ou 4 meses, foi dado ou entregue a essa senhora. Não sei.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sem o nome dela não tenho...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Estela Unger, moradora em Guaratinguetá. Pode ser que tenha alguma emenda por ali também.(Risos)

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A senhora mencionou o nome de José Affonso da Costa Bintencourt. A senhora conhece?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim. Conheci bastante.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - José Affonso é cunhado de Moacir da Cunha Penteado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Moacir da Cunha Penteado é diretor da empresa LIX da Cunha ?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Pelo menos que eu saiba, sim.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A senhora observou ...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tem um outro nome também que esqueci de dizer. Não sei se coloquei o nome dessa pessoa, é tanta gente que já nem sei mais. Falo de um senhor chamado Fernando Cobucci. A esse senhor eu entreguei uma quantidade em dólares para fazer o pagamento de uma das parcelas do Saint Peter e consta aí dos documentos da CPI. Inclusive consta um outro recibo, nesses documentos entregues, referente a um serviço de mão-de-obra executado no Saint Peter.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A senhora diz que conhece o José Affonso, que ele é cunhado do ...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Do Sr. Cisinho, Sr. Moacir da Cunha Penteado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E que o Sr.Moacir da Cunha Penteado é diretor da empresa LIX da Cunha?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Vou pedir para tentar fazer uma associação.

No período de 1991, fins de 1991, início de 1992, houve uma licitação de CIACS. A Lix da Cunha ganhou nessa licitação dois lotes, que correspondem: um, a 250 e o outro a 200 CIACS, num total de 450 CIACS. Até o final de setembro de 1993, a Lix recebeu - e são documentos que já estão aqui - em torno de 61 milhões de dólares.

A primeira obra foi iniciada em abril de 1992; a licitação foi em final de 1991, início de 1992. Agora, vem a associação; a senhora vai dizer se pode fazê-la ou não.

A senhora conhece o José Afonso da Costa Bitencourt?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E conhece o Moacir da Cunha Penteado, Diretor da empresa Lix da Cunha?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A senhora teria feito uma referência, no depoimento anterior, que os contatos entre o Sr. José Afonso e o Sr. Moacir - conhecido como Cizinho - com o Deputado Manoel Moreira se fizeram mais amiúde num determinado período. Pergunto se este período é o final de 1991, início de 1992, quando ocorreu a licitação.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor. E o Afonso Bitencourt, nesse período, freqüentava bastante a nossa casa, inclusive de **short**.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Estou satisfeito. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Bisol, quando V. Exª fez a primeira pergunta, referiu-se à possibilidade de alguma tentativa de impedimento de que a Professora Marinalva viesse dar depoimento. Não me satisfiz com a resposta. Eu gostaria que ela dissesse à Mesa, mais explicitamente, qual foi a tentativa a que S. Sª se referiu e como.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Tentativa de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tentativa de impedir que V. Sª viesse aqui para depor.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Através da imprensa, o Deputado Manoel Moreira procurou divulgar muitas coisas da minha vida em Campinas. Coisas criadas da memória dele, porque não consta de processo que eu tenha tido um caso com o ex-Prefeito Jacob Bittar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não; esse assunto a senhora se comprometeu a não trazer nesse caráter. Quero saber o que é que efetivamente a senhora compreenderia como sendo um impedimento de vir aqui, e não de desqualificação da pessoa.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Entendo isso como uma tentativa de me impedir de vir aqui. É uma intimidação psicológica, uma intimidação que me pressiona e, aqui mesmo, nesta reunião, diversos Deputados e Senadores me perguntam sobre a minha vida particular.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aqui nesta reunião?

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Senti isto porque constantemente a questão da partilha estava sendo abordada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aqui nesta reunião não. Nós não permitiríamos, em nenhum momento, nem que a senhora enveredasse no campo matrimonial para tratar dos assuntos familiares, nem que nós aqui fizéssemos. Eu estaria atento aqui para impedir. De maneira que não pode ficar registrado que Deputados ou Senadores lhe fizeram perguntas nesse campo. Alguns lhe fizeram perguntas, claramente indicadas, para saber se a senhora partilhava de tudo aquilo até então e só agora resolveu denunciar; isso é que perguntaram.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - O senhor me desculpe Senador, porque realmente eu tenho vivido um momento psicológico de pressão muito grande. E eu até queria agradecer aos Deputados e Senadores que se referiram elogiosamente à minha participação neste depoimento. Mas esta noite não dormi um minuto sequer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez também o Deputado não esteja dormindo!

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - É bem provável talvez, não sei!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu queria fazer um apelo - é a primeira vez que causo riso aqui hoje -, porque as respostas da professora e ela fala com muita desenvoltura, têm dado margem a certa forma de a platéia se tornar muito alegre, muito hilariante. Esta não é uma Corte de Justiça, mas, de certo modo, é. Então, é preciso que nós nos mantenhamos com um pouco mais de cautela na expansão do nosso riso.

Tem a palavra o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, requeiro as seguintes perguntas à depoente.

Eu não entendi a partilha. Pergunto se a senhora é divorciada.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sou divorciada, a menos que tenha acontecido alguma coisa lá pela Justiça nesses dias que estive aqui. Na verdade, porque havia uma demanda pendente com relação à reforma da casa que, quando o Deputado saiu, faltava finalizar. Uma parte desses 240 mil dólares que recebi, utilizei para a finalização das obras que ele havia começado. Por conta disso, contestei na Justiça o pedido de divórcio que ele fez na Justiça. Para minha surpresa, a minha solicitação, a nível de Palácio da Justiça, em Campinas, foi negada. No dia 21 de setembro, houve averbação do divórcio e no dia 22 de setembro ele obteve autorização para o casamento, sem que fossem cumpridos nem sequer os proclamas, o que me parece ser um dever. Nesse dia 22 ele se casou no civil. Nesse período, entrei no Tribunal Regional da Justiça e conseguir a anulação deste casamento, que me foi comunicada justamente no dia em que o Deputado fazia uma festa bastante expressiva - acho que em Uberaba, Uberlândia, nem sei -, que foi divulgada pelo **Estadão** e - parece-me - que pelo jornal de Campinas também.

Nesse mesmo dia, por volta de 11 horas, recebi comunicação do meu advogado de que o segundo casamento, efetuado no dia 22 de setembro, teria sido anulado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pergunto se a senhora poderia relacionar quais os Deputados Federais que tinham relação mais estreita com o seu ex-marido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso já foi respondido.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Verificarei posteriormente, Sr. Presidente.

Pergunto se a senhora presenciou, em alguma oportunidade, o seu marido determinar depósitos em favor das contas de Deputados Federais.

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Não, não vi e não tenho lembrança disso.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora falou que o seu marido fazia emendas para diversos Estados do Brasil. A senhora poderia precisar em que ano se deu a sua descoberta dessas emendas, porque as regras orçamentária mudaram um pouco, inclusive com o limite da apresentação de emendas; houve uma mudança substancial. Então é importante que a senhora pudesse precisar o ano em que notou essas emendas diversificadas por municípios de diversos Estados brasileiros.

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Parece-me que foi no exercício do Orçamento de 1991.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, em 1990 para o exercício de 1991.

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Sim.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora falou no patrimônio do seu marido, em três etapas: a etapa em que ele não adquiriu nada; a etapa em que ele passou a adquirir a senhora estranhou um pouco e....

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - É que estava mais relacionada a propriedades rurais.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pergunto: o patrimônio do seu marido, o forte do patrimônio, foi constituído em período em que ele tinha vinculação com o Estado de São Paulo ou posterior ao primeiro mandato de Deputado Federal?

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Posterior ao primeiro mandato de Deputado Federal.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, deixando bem claro: ele assumiu a cadeira de Deputado Federal e, a partir daí, seu patrimônio passou a se avantajar. É isso que a senhora está dizendo?

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Exatamente. É isso que estou dizendo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Quero perguntar à senhora se, quando a declaração de renda do casal era conjunta, a senhora tinha o mesmo CPF que ele?

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Durante um período, sim.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora, nesse período, não era obrigada a assinar documento de aquisição, porque a lei não exige, mas era obrigada a assinar todos os documentos alienatórios. A senhora assinou muitos documentos alienatórios, quer dizer, de venda de bens?

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Não, exceto este, que ele me convidou a assinar, datado - parece-me - de maio de 1990, relativo a uma coisa que parecia que tinha sido comprada em 1980, mas que, na verdade, durante esse período todo, nunca mais ouvi falar, só em 1990.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, a senhora não assinou vendas, alienações de imóveis, etc?

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Não. A única coisa que gostaria de lembrar é que no ano de 1990, em janeiro e fevereiro, como eu disse, dei a ele uma procuração dando poderes irrestritos, e não sei, nesse período de 1990, o que ele fez da vida.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora adquiriu bens reservados. A senhora sabe que, pelo art. 205, se não estou enganado, do Código Civil, a mulher pode ter bens reservados, que só a ela pertencem, adquiridos com o produto do seu trabalho. A senhora tem bens reservados?

A SRª MARINALVA SOARES SILVA - Não, não tenho. Agora, depois da nossa separação, quando recebi os 240 mil dólares, efetuei a compra de dois terrenos próximos no Município de Vinhedo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora tem direito a pensão? Recebe a pensão?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Valinhos, não; é no Município de Vinhedo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora recebe pensão do seu ex-marido?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor. Ele me negou; não só a pensão, como o plano de saúde que solicitei que me fosse oferecido, a mim e a meus filhos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora tem atividade rentável nesse momento?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tinha, na Delegacia Regional de Cultura, percebendo o salário de 57 mil cruzeiros.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - E a senhora então tinha a sua vida calcada nesse pequeno salário e na renda do que recebeu...?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor. Do que recebi do Deputado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Certo.

Pergunto: a senhora tem algum interesse no desfecho desta CPI?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Bastante.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sim. Qual seria o seu interesse?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - O interesse da moralização e da busca da verdade de todas as coisas que trouxe.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas não há interesse pessoal?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Patrimonial?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque acho que vai tudo para os ares, se é que a CPI vai atuar com vigor.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Isso não tenha dúvida.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª a observação...(Risos)

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Atuaremos com todo o rigor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...em nome de nós todos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Em nome de nós todos. Isso não tenha dúvida; é o que estamos vendo nesta CPI, Sr. Presidente. E sempre que atuo, atuo com rigor e com princípio de justiça.

A Srª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pergunto à senhora, para finalizar: há créditos da senhora para com o seu ex-marido, há o que receber dele por força do acordo da separação judicial? Alguma coisa a realizar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor. A não ser as coisas que pleiteei, que seria sobre a reforma da casa.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - A senhora foi casada em comunhão universal de bens ou em comunhão parcial.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já foi respondido.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Comunhão universal de bens.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Deputado Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, Srª Marinalva, o objeto da constituição desta Comissão foi justamente o escândalo em decorrência da denúncia de manipulação de verbas do Orçamento de Emendas Parlamentares. Essa denúncia foi feita aqui pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Pergunto: a senhora conhece o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei, assim, precisar essa pessoa. Pode ser que me falhe a memória nesse momento. Às vezes sou ruim de identificar o nome à pessoa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Alguma vez a senhora ouviu algum comentário a respeito do Sr. José Carlos dos Santos, provocados...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim! José Carlos Alves dos Santos. Está certo. Desculpe-me, eu estava desligada no momento. É o que denunciou a questão do escândalo, não é?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Exatamente.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor. Desculpe-me. É que é tanto nome na minha cabeça que até fugiu mais um.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Então, repito a pergunta...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - A senhora conhece ou conheceu o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Não se lembra de algum diálogo, algum contato, ainda que por telefone, do Deputado Manoel Moreira com ele?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei dizer para o senhor isso.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, as demais perguntas que eu gostaria de fazer declino delas em razão de já terem sido respondidas em outra ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. EUCLYDES MELLO - Sr. Presidente, para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. EUCLYDES MELLO - Fui citado aqui pelo fato de ter chegado e sentado ali, no início do depoimento dessa senhora, pelo Deputado Aloizio Mercadante. Ele perguntou se não existia algum envolvimento, algum conhecimento do Deputado Manoel Moreira com Euclydes Mello.

Quero dizer que nunca tive nenhum relacionamento com o Deputado Manoel Moreira, a não ser uma crítica na Comissão da VASP, quando ele queria obter alguma coisa na Comissão da VASP e eu tive um sério atrito com ele. Então, se esta Comissão começar a querer envolver qualquer tipo de pessoa, porque olha não gosta da cara... não vai chegar a lugar nenhum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, não nos dê lição.

O SR. EUCLYDES MELLO - Seria o caso...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mantenha-se na sua explicação pessoal. Não nos dê lição de como esta Comissão vai funcionar. Peço-lhe que mantenhamos a nossa rigidez parlamentar.

O SR. EUCLYDES MELLO - Muito bem. Então seria o caso, Sr. Presidente, de perguntar se o Sr. Roberto Teixeira, que é o caixa do Lula, tem contato com Manoel Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é impertinente no momento e V. Exª não está inscrito. Peço-lhe que conclua. Não houve questão de ordem.

O SR. EUCLYDES MELLO - Eu pediria ao senhor, como Presidente desta Comissão, que tão bem vem conduzindo....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado!

O SR. EUCLYDES MELLO - Para que fatos dessa natureza...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não posso...

O SR. EUCLYDES MELLO - Porque qualquer integrante aqui pode chegar e perguntar: Luiz Salomão tem envolvimento com Manoel Moreira? Aí, o nome do Deputado Luiz Salomão já está envolvido!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª poderá estar certo de que a Comissão saberá separar perfeitamente o que é mera referência àquilo que será objeto de verificação. Nós nos damos bem e não quero que V. Exª modifique o pensamento sobre a Comissão.

O SR. EUCLYDES MELLO - Não, de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª e dou a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - D. Marinalva, eu queria começar me desculpando. Não é fácil a gente tratar de um tema dessa natureza sem invadir a sua privacidade. Afinal, o tema que está sendo tratado se refere a um período em que a senhora tinha uma ligação matrimonial. E ao conhecimento do que aconteceu neste período é que a senhora se propôs a relatar aqui. De forma que é muito difícil a gente perguntar sem, de alguma maneira, parecer estar se envolvendo em temas que, a rigor, não deveriam ser do nosso conhecimento. Então, vou tentar fazê-lo da forma mais impessoal possível.

O senhor seu pai é Pastor?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor. Ele é Pastor há 42 anos.

O SR. MÁRIO COVAS - Em que igreja?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Na Igreja Evangélica *Assembléia de Deus.*

O SR. MÁRIO COVAS - A senhora é vinculada também ao mesmo credo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor; sou vinculada.

O SR. MÁRIO COVAS - E o Deputado Manoel Moreira também?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Não é uma coisa de que a senhora tenha certeza?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Bem, sempre foi. Pelo menos durante o período em que nós estivemos juntos.

O SR. MÁRIO COVAS - E o Sr. Carlos Pinto Soares também?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Também.

O SR. MÁRIO COVAS - É certamente por isto que ele falou com o seu pai a respeito...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor; sim, senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Foi na qualidade de chefe espiritual que ele relatou o fato?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor. Falou como amigo e porque papai foi indagar dele sobre a Probombas, sobre o negócio que estaria sendo realizado pela Probombas.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não. Eu li no **Jornal do Brasil** uma informação que diz o seguinte:

"Marinalva recorre ao ter buscado na sede SERVAZ, com o motorista Germínio Silveira Neto, mala de dólares para ser entregue no Comitê de Moreira, em São Paulo".

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Procede esta notícia?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Procede sim, senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Houve um instante então em que a senhora mesma foi a portadora do que a senhora considerava uma doação feita à campanha dele; é isto?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, eu não fui...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) -Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

A SRª MARINALVA SOARES DOS SANTOS - Eu não fui portadora, eu estava junto e não sabia nem que ele iria parar lá. No entanto, o rapaz parou, e eu não sabia sequer que aquela entrada que eu estava fazendo era de uma empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu peço a palavra como Relator, Sr. Presidente, porque eu fiz uma pergunta semelhante, e a resposta foi diferente.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Como assim?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quando perguntei se alguma vez esse transporte de dólares tinha sido para o próprio Deputado, foi dito que não; era sempre de empresa a empresa. E quando eu perguntei também se algum Deputado tinha recebido participação em dólares, a senhora também negou.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Eu disse... pode ser que eu tenha me esquecido desse detalhe de ligar exatamente à pergunta que o senhor fez, mas eu disse que a primeira intervenção que fiz foi de que quando estava rumando para São Paulo, o carro deu entrada em uma estrada de terra e que estaria entrando numa empresa que ele me informou ser a SERVAZ e que ele estava buscando um dinheiro. Eu me lembro textualmente...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas a senhora não deu seguimento de que esse dinheiro foi para o Comitê.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Foi. Falei sim, senhor, que foi para o Comitê e para o escritório do Deputado Manoel Moreira, junto com o Deputado

Joel Freire Costa. Lembro-me exatamente das minhas palavras na primeira intervenção. Falei sim, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu quero dizer a senhora que eu não estou interessado em defender ninguém. Eu estou interessado em que haja unidade e uniformidade neste depoimento, porque senão, na hora de julgar, nós vamos ter muita dificuldade.

A SRª. MARINALVA SOARES DA SILVA - E até disse, quando relatei esse episódio, que eu não sabia se teria sido em dólares ou em Cruzeiro porque não vi o volume aberto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, pode prosseguir.

O SR. MÁRIO COVAS - A notícia então não é inteiramente procedente? Aqui está escrito:

"Marinalva recorda ter buscado na sede da SERVAZ, com o motorista Germínio Silveira Neto, mala de dólares para ser entregue no Comitê de Moreira, em São Paulo".

Se o Deputado estivesse junto, o normal seria a notícia citar. V. Sª acaba de afirmar que ele estava junto.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não.

O SR. MÁRIO COVAS - Não?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não. Eu não disse que ele estava junto.

O SR. MÁRIO COVAS - Bem, então, V. Sª esteve apenas com o motorista na SERVAZ.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - E a melhor redação seria não que eu fosse buscar esse dinheiro, mas que eu estava em companhia do motorista quando ele foi apanhar o dinheiro na SERVAZ.

O SR. MÁRIO COVAS - E como a senhora sabe que era uma mala de dólares?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, eu disse que não sabia que era uma mala de dólares, porque não vi o volume aberto.

O SR. MÁRIO COVAS - Logo a notícia não está inteiramente procedente, é isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Da forma como foi escrita, provavelmente não. Mas, na minha fala inicial, eu disse que era um dinheiro que não sabia se era dólar ou se era cruzeiro, porque estava fechado.

O SR. MÁRIO COVAS - Em determinado instante da carta, que V. Sª escreveu para o Presidente, V. Sª diz o seguinte:

"Germino Avelino da Silveira Neto serve ao Deputado desde 1984. E que o próprio reclamou a mim de que por cinco vezes o motorista havia retirado mil dólares de cada vez de sua valise. Uma das vezes a valise sequer teria sido retirada do carro e que o próprio Germino observou a ele se não haveria perigo de outras pessoas mexerem na pasta e que o Deputado passara no Palácio dos Bandeirantes, não sei se antes dessa observação do motorista ou depois, e ambos dormiram em hotel em São Paulo.'

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Por que a referência ao Palácio dos Bandeirantes?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Porque ele esteve lá no Palácio dos Bandeirantes.

O SR. MÁRIO COVAS - Tem alguma relação, uma coisa com a outra?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não acredito que tenha. Até porque existe, provavelmente, um escritório que o Deputado utilize, que talvez seja da DILISA ou da DRC ou outro, eu não tenho conhecimento dele, parece-me que é no Bairro de Pinheiros, e que deve ser utilizado pelo Deputado Manoel Moreira para outros tipos de transações. Eu não posso afirmar de onde veio esse dinheiro, apenas disse que o Deputado passou pelo Palácio dos Bandeirantes, não sei se antes ou depois, e que, em seguida, eles dormiram em um hotel em São Paulo. E, no dia seguinte, quando o Deputado foi fazer chegar esse dinheiro a algum lugar, ele observou que dessa vez o motorista teria retirado mil dólares, mais uma vez.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não. Eu gostaria, e eu não ponho nenhuma dúvida nas suas declarações, não se trata disso. Quando tento esmiuçar, tento esmiuçar para esclarecer.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor, para esclarecer.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas uma coisa me espanta. Houve uma separação que tendia ser litigiosa e que, teoricamente, envolvia de uma das partes algumas ações não recomendáveis.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, Sr.

O SR. MÁRIO COVAS - O Deputado deixou os documentos relativos a isso na casa?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - O Deputado deixou esses documentos na casa e outros foram tirados. Eu tinha, no **closed**, em meu quarto, duas gavetas que ele sabia que tinha documentos dele e esse mesmo senhor, o Germino

Avelino Neto, na minha ausência, eu estava na universidade - estou finalizando um curso de Direito na Universidade Metodista de Piracicaba - e quando eu cheguei, que fui entrar no meu quarto, presenciei que as duas gavetas de documentos do Deputado teriam sido levadas.

O SR. MÁRIO COVAS - Essas gavetas eram suas ou dele? Ou seja, estavam sob sua guarda os documentos ou ele próprio é que tinha guardado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Estavam lá nessas duas gavetas, como estavam esses outros. Ele não era muito organizado nessas coisas e, normalmente, eu é quem arrumava os livros e os papéis da casa. E quando eu estava limpando as coisas até para jogar fora, muitos desses documentos, foi que comecei a observar, vamos dizer, alguns documentos diferentes.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª citou, em certo instante de seu depoimento, o fato dele ter participado de uma reunião na qual o redirecionamento de certos parlamentares para determinadas funções foi combinado.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não foi uma reunião, Senador, talvez eu não tenha me expressado muito bem. Eu disse que ouvi o comentário de que haveria um, o próprio Deputado Manoel Moreira dizendo de um redirecionamento das posições que eles ocupavam. Então que o Deputado Manoel Moreira sairia da Comissão de Orçamento, que o Deputado Genebaldo Correia iria ser içado à condição de liderança e que o Presidente, o Dr. Cid Carvalho, sairia da Presidência. Ouvi um comentário do próprio Deputado Manoel Moreira com a minha pessoa.

O SR. MÁRIO COVAS - Acabo de ouvir e não sei se entendi corretamente. Gostaria de finalmente poder estabelecer alguma sucessão de valores.

V. Sª diz que, em 1973, o que seria a declaração de bens do casal seria nulo. V. Sª tem um segundo instante de afirmação: é o instante de 1992. Neste instante, V. Sª passava por um processo que, no primeiro instante - se entendi corretamente, não sou afeito a essa nomenclatura - houve uma separação judicial não litigiosa, amigável. Dessa separação decorreu uma distribuição, uma partilha de bens. E que para a senhora coube uma casa em Campinas.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, Senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - O que coube para o Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A casa em Brasília e o Piantella, porque era isso que oficialmente constava no Imposto de Renda.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, a senhora sabe o que oficialmente constava.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É que ele entregou a declaração de 1992.

O SR. MÁRIO COVAS - De 1991.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Do exercício de 1991, ano base de 1991.

O SR. MÁRIO COVAS - Quer dizer, no ano base de 1991, o que constava na declaração do Imposto de Renda exibida por ele à Justiça e que, portanto, patrocinou a meação era a casa em Brasília, a casa lá e a participação no Piantella. É isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Era sim Senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito bem. E foi com base nisso que a senhora ficou com a casa e o restante foi para ele.

Não sei se entendi corretamente. Há um instante em que V. Sª falou em 240 mil dólares. O que é isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ele fez um compromisso particular comigo, assinando recibos e dando dez parcelas de vinte e quatro mil dólares de agosto a maio, dez meses seguidos.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, independente da questão judicial, ele lhe ofereceu a possibilidade de duzentos e quarenta mil dólares que não aparecem na partilha.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, Senhor. Não aparecem.

O SR. MÁRIO COVAS - Na base de vinte e quatro mil dólares por mês. É isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É sim Senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - E qual a razão pela qual ele lhe ofereceu isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Porque eu não teria condições de manutenção da casa.

O SR. MÁRIO COVAS - Para manutenção da casa.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - E da minha vida também.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não. Não lhe causou espécie que, tendo dividido tudo que existia, ainda havia duzentos e quarenta mil dólares para oferecer.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, Senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito bem. É isso que foi referencial para que a senhora iniciasse a pesquisa?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Na verdade, foi.

O SR. MÁRIO COVAS - A senhora entrou, depois disso, com alguma ação na Justiça com o objetivo de ressarcir-se de valores que lhe teriam sido sonegados?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Na questão da reforma da casa, que não consta da partilha, mas que inicialmente eu havia pedido a ele.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito bem. A Senhora falou também que, em seguida, ele entrou com uma ação de divórcio. É isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É.

O SR. MÁRIO COVAS - ...que a senhora contestou na Justiça, porque a separação era algo amigável, da qual não decorreu o divórcio. Está correto o que estou falando?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, Senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Ele entrou com uma ação de divórcio, e a senhora contestou.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, Senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Contestou com base em quê? Com base no fato de que a senhora estava sendo lesada na distribuição?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - No fato da reforma da casa.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não. A partir daí, a senhora começa a levantar o que achava que poderia existir de adicional.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, Senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - O que a senhora realmente encontrou, depois disso, que poderia caracterizar como tendo encontrado? O que é cogitação? O que é "ouvir dizer" dentro das coisas que a senhora encontrou? Do que é que a senhora já fez prova da existência depois disso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É difícil afirmar para o senhor isso, Senador, a não ser essa lista que ele me fez.

O SR. MÁRIO COVAS - Ele lhe fez uma lista?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Essa lista, da qual já falei, alegando empresas...

O SR. MÁRIO COVAS - Para mim, é difícil entender as coisas separadas. Esta lista lhe foi feita quando?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Em 13 de abril de 1991.

O SR. MÁRIO COVAS - De 1991?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - De 1992, desculpe.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas, então, antes da separação.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim. Foi uns meses antes do período em que estava se dando a separação.

O SR. MÁRIO COVAS - Ele lhe fez uma lista do que possuía.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - E lhe adiantando que essas coisas não constavam da declaração de bens dele.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não. Só constava a casa de Brasília, a casa de Campinas e a participação no Piantella.

O SR. MÁRIO COVAS - Será que a senhora podia repetir para mim - não pude acompanhar com precisão - quais foram as coisas que ele catalogou?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Vou ler um por um dos itens. A casa em Campinas, no condomínio: o mobiliário da casa de Campinas: a participação na Probombas:, a Caiuê, participação de 50%; a Tomorrow, 50%; o Jornal de Valinhos; terreno Paú Bom Vilarejo: terreno Ilha Comprida: um empréstimo que ele havia feito a minha irmã; a casa em Brasília, o mobiliário da casa de Brasília; dois conjuntos de salas em Campinas e a participação no Piantella. Coloca, também, a casa da mãe dele num bairro popular, Vila Padre Anchieta; e o compromisso de compra e venda do St. Peter, onde mora. E coloca no 16º item, veículos: e no 17º, linhas telefônicas.

O SR. MÁRIO COVAS - Esta é a relação que a senhora diz que tem, por xerox, assinada por ele. É isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Rubrica e datada por ele.

O SR. MÁRIO COVAS - Ele lhe entregou isso com qual objetivo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Para que eu escolhesse uma dessas coisas que ele dizia ser dele.

O SR. MÁRIO COVAS - A senhora chegou a se movimentar nessa direção?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Disse só que queria a minha casa, porque as demais, como já disse anteriormente, respondendo a um dos parlamentares, essas empresas como a Probombas, a Caiuê, a Tomorrow, o Jornal de Valinhos, desenvolviam uma atuação muito grande com o poder público e eu não queria envolvimento dessa natureza. De negócios dessa natureza.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, nós temos três instantes. Vou tentar repetir.

Em 1973, tem uma declaração de bens nula. Em 1992, tem uma declaração de bens explícita, com três propriedades. E a senhora tem uma relação, também de 1992, com uma série de outras alternativas para a sua escolha. É isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É sim, senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Este tema ainda está **sub judice**?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque a única coisa que questionei na justiça foi a reforma da casa.

O SR. MÁRIO COVAS - A senhora não pretende questionar esse restante?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - O andamento na justiça é feito pelo meu advogado. Não tenho condições de dizer ao senhor como se daria isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Pergunta formulada fora do microfone)

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Para mim, tudo bem, posso ser interrogada quantas vezes for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Edison Andrino.

O SR. EDISON ANDRINO - Sr. Presidente, eu gostaria de saber da depoente, que disse no início do seu depoimento que era uma pessoa exemplar, cidadã e quase perfeita na sua conduta moral, mas que sabia de todos esses fatos desde 1976 e 1980, inclusive do enriquecimento em pouco tempo, e como era casada em comunhão de bens a declaração de bens era feita em conjunto, como é que eles faziam, os dois, para justificar na declaração de bens, qual era a artimanha, qual era a estratégia que ela e o seu marido, Manoel Moreira, usavam para justificar na declaração de bens todo esse enriquecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª parece que faz a pergunta à pessoa equivocada, perguntando a mim.

O SR. EDISON ANDRINO - Estou perguntando a ela.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, pode se dirigir diretamente.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Primeiro, eu não usei a palavra moral. Eu disse que, na minha vida, enquanto cidadã, poderia dizer que conduzi de forma exemplar a minha vida, enquanto no exercício da minha cidadania. Tomei conhecimento sim, no ano de 80, que o Deputado estaria interessado em comprar a fazenda. E, nesse período - confesso aos senhores, não queria trazer assuntos de ordem pessoal - tive desejo de separar-me do Deputado. Mas tinha, naquela momento, três filhos pequenos, inclusive um que acabava de nascer e uma filha que sofria um problema de doença muito grave. Passei um período bastante difícil na minha vida nesse momento, afastando-me, praticamente, de um convívio mais social.

E eu expliquei que essa fazenda, de 80, eu só vim tomar conhecimento de que ela existia na vida dele em maio de 1990, quando ele me convidou a assinar - palavras textuais - um documento onde ele estaria passando essa propriedade, que eu só tinha visto ele se movimentar para realizar o negócio; ele me convidou para assinar esse documento, entregando essa fazenda ao Sr. Daniel Ferreira dos Reis. Consta desse documento que entrego da Fazenda Santa Clara, Município de Formosa, Goiás, que, na verdade, essa fazenda estava sendo entregue à DRC Empreendimentos, à DILISA, ao Sr. Carlos Alberto Macedo Barbosa, ao Daniel Ferreira dos Reis e ao Roberto Fachini.

O SR. EDISON ANDRINO - A Srª sabia, quando recebeu esses 240 mil dólares, que esse dinheiro não era lícito, até em função do que ganhava o Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. EDISON ANDRINO - O Deputado Manoel Moreira já ganhou na loteria?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei, Deputado. Vi, uma vez que vim a Brasília, uma única vez que vim...

O SR. EDISON ANDRINO - A Srª sabe se ele tem conta no exterior?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Já disse que não sei.

O SR. EDISON ANDRINO - Essas verbas de subvenções que eram destinadas às entidades ligadas à igreja evangélica, a Srª pode nos dar qual era o percentual de verbas que ele destinava ao seu Estado e o percentual dado às igrejas evangélicas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não tenho a relação disso, porque, em torno desta questão, não trabalhei aqui no Congresso.

O SR. EDISON ANDRINO - A Srª, durante esse tempo que permaneceu com o Deputado Manoel Moreira, colocou algum patrimônio em nome de algum membro da sua família?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, nunca fiz isso, porque nunca comprei patrimônio nenhum. Eu mesma nunca fiz.

O SR. EDISON ANDRINO - O Deputado Manoel Moreira ganhou na loteria?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, apenas - eu ia dizer e o senhor me interrompeu - numa das vezes que vim a Brasília, vi um papel de loteria de jogo que ele havia feito. E a empregada, em Brasília, disse que estranhou o fato de ele, sendo evangélico, estar fazendo um jogo de loteria. Uma coisa que é considerada irregular para os evangélicos.

O SR. EDISON ANDRINO - Parece-me que esta CPI vai conseguir trazer à tona uma série de bens que não estavam relacionados no patrimônio do Deputado Manoel Moreira. Gostaria de saber da Srª, se a CPI trouxer esse patrimônio, que a Srª nem conhece ainda, a Srª vai pleitear uma nova partilha em cima desse patrimônio que a CPI traria ao conhecimento da opinião pública como patrimônio do Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu acho que não, porque sendo um ato ilegítimo, se ele não explicar a origem, tudo será retirado dele.

O SR. EDISON ANDRINO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Membros desta Comissão, Srª Marinalva.

Preocupo-me muito com as motivações. Preocupo-me com a verdade. Qualquer que tenha sido a motivação para o seu procedimento, considero-o irrelevante para esta Comissão, já que o tema que está sendo abordado interessa ao conjunto da sociedade brasileira e, portanto, extrapola em muito a vida pessoal ou a vida íntima de qualquer casal que permaneça junto ou separado.

Gostaria só que a senhora repetisse sobre a viagem feita, as duas viagens já mencionadas à Grécia e a Nova York, se não me engano, quais os Parlamentares que estavam presentes?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Em julho de 91, na viagem da Grécia até Turquia, finalizando em Roma, estavam juntos o Deputado José Geraldo, o Deputado Genebaldo Correia, o Deputado Cid Carvalho e o Deputado Ibsen Pinheiro, além do Deputado Manoel Moreira, se eu não disse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Lembro ao Deputado Paulo Ramos que o Relator fez a pergunta se essa viagem era paga pela Câmara ou por empresa privada, porque se não ficaremos na repetição das perguntas.

O SR. PAULO RAMOS - Estou a par, Sr. Presidente.

E a outra viagem a Nova York?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A Nova York, por ocasião da missão da ONU, se não me engano, estavam presentes o Deputado Ibsen Pinheiro, o Deputado Genebaldo, o Deputado Cid Carvalho, o Deputado Manoel Moreira. E estava lá, até porque tinha uma filha lá em Nova York, se não me engano estudando, não sei ao certo. o...esqueci o nome dele agora...esse do Paraná...aquele que foi Ministro...esqueci o nome dele agora.

O SR. PAULO RAMOS - Tudo bem, não...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É Luiz Henrique. Ele estava lá, porque tinha uma filha...

O SR. PAULO RAMOS - Outra razão. Tudo bem.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Santa Catarina, é verdade.

O SR. PAULO RAMOS - Naturalmente que as viagens, especialmente as viagens que chamamos de viagem turística, são feitas entre amigos, quer dizer, a amizade entre eles era uma amizade grande. Como a senhora pode definir esse relacionamento?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Acho que sim. Era uma amizade bem próxima, dos Deputados Genebaldo e Cid Carvalho principalmente com o Deputado Manoel Moreira. Tenho notícia de que o Deputado Genebaldo, não sei ao certo, foi até padrinho do Deputado Manoel Moreira no casamento. Não sei se isso é verdade.

O SR. PAULO RAMOS - A senhora foi indagada sobre uma espécie de redirecionamento na posição de cada um na Comissão do Orçamento. Para que houvesse esse redirecionamento era preciso a interveniência, por exemplo, de quem presidia a Câmara dos Deputados. A senhora acha que...a presença do Deputado Ibsen Pinheiro, por exemplo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei ao certo isso.

O SR. PAULO RAMOS - O Deputado Manoel Moreira especialmente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Paulo Ramos, em homenagem à Mesa, poderia repetir a pergunta anterior?

O SR. PAULO RAMOS - Perguntei o redirecionamento...se ela tinha ciência que esse redirecionamento exigia a participação, pela função que exercia, do Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E a resposta.

O SR. PAULO RAMOS - Não sabe, não pode afirmar.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso afirmar.

O SR. PAULO RAMOS - O Deputado Manoel Moreira, para o Orçamento de 1992, apresentou inúmeras emendas para a área de saúde, especialmente para dois Estados, além de São Paulo: a Bahia e o Rio Grande do Sul. Sobre essas emendas, ele chegou a comentar qual seria o Parlamentar interessado nelas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Se foi de 92, não sei nada.

O SR. PAULO RAMOS - E de 91?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Também não tenho conhecimento de que ele tenha conversado sobre isso comigo.

O SR. PAULO RAMOS - O Deputado Ibsen Pinheiro demitiu da Comissão do Orçamento um assessor chamado Dr. Roberval Batista. Nessa conversa sobre redirecionamento de cargos, a senhora teve ciência de algo que pudesse envolver também funcionários?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não senhor, não tenho conhecimento disso.

O SR. PAULO RAMOS - Na experiência que a senhora adquiriu, convivendo com o Deputado Manoel Moreira, e a par de tudo isso que está sendo apurado nesta CPI, a senhora entende como possível que as coisas tenham acontecido

sem que houvesse uma espécie de participação ou até de consentimento da cúpula da Câmara dos Deputados, da Presidência da Câmara dos Deputados, da Presidência também do Senado Federal? A senhora acha que é possível acontecer isso tudo sem que haja uma espécie de assentimento ou uma tolerância? Como é a sua visão sobre isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso tratar desse assunto, porque eu acho que teria que ser uma análise aprofundada de tudo isso e acho que envolveria nome de outras pessoas que... Seria irresponsável da minha parte se afirmasse qualquer coisa nesse sentido.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que encerro as minhas perguntas a Dª Marinalva, eu quero encaminhar a V. Exª um documento que chegou às minhas mãos, através do motorista da Casa, Eduardo Felício Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mais um.

O SR. PAULO RAMOS - É mais um motorista que trabalhou para o Deputado Cid Carvalho durante o período de 1989 a 1991.

Tendo em vista as experiências já passadas, quando fui procurado pelo motorista, acompanhado da Direção do SINDILEGIS, Sindicado dos Servidores do Poder Legislativo, eu exigi, **a priori**, que ele elaborasse um documento, para que eu pudesse trazer ao conhecimento da Comissão.

Então, ao mesmo tempo em que eu encaminho a V. Exª, eu submeto à apreciação dos membros da Comissão sobre a conveniência ou não do motorista ser previamente ouvido por uma Subcomissão, a ser designada por V. Exª, para que a Comissão não se submeta ao mesmo espetáculo a que foi submetida através do motorista Eli Lopes Leitão.

Encaminho a V. Exª, imaginando que seja de grande contribuição o papel que vem sendo desenvolvido pelo SINDILEGIS, que está tentando incentivar os servidores da Casa, que tenham conhecimento de qualquer irregularidade, para que realmente façam as denúncias, de modo a que o servidor do Poder Legislativo possa dar a sua contribuição em tudo que está sendo apurado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu acho que a precaução que V. Exª tomou é salutar. É evidente que isso provocará, naturalmente, pela própria Mesa, a designação de Parlamentares para fazer uma diligência nesse caso. E, ao encerrar, eu já darei essa declaração.

Em relação ao início da interpelação de V. Exª, que foi muito bonita, eu diria também que a revolução não se faz sem os radicais, mas o governo só se faz com moderados.

Eu dou a palavra ao Deputado José Dirceu.

O SR. PAULO RAMOS - Aliás, é o meu caso, eu sou um moderado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É o nosso.

O SR. PAULO RAMOS - Sabe V. Exª que eu sou um moderado. (Risos)

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dª Marinalva, eu gostaria de, em primeiro lugar, retomar a questão da relação do Deputado Manoel Moreira com o Poder Judiciário de São Paulo, porque eu entendi que tinha ouvido a senhora falar que o Deputado Manoel Moreira tinha relação com o Odir Porto. Quero saber se foi isso que a senhora disse ou se eu ouvi mal.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu tenho, nas agendas do Deputado, nos índices telefônicos dele, várias indicações de telefones do Sr. Odir Porto. E, algumas vezes, eu sei que ele ia conversar lá no Tribunal com o Dr. Odir. Agora, não posso dizer ao senhor qual é o teor dessa conversa, porque não estava presente. Simplesmente, ele sempre se referia a ele com atenção.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado.

No Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a que a senhora tinha feito referência, com quem o Deputado Manoel Moreira mantinha relação?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso recordar-me de nomes, exatamente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado.

A senhora fez referência a uma conversa entre os Deputados Manoel Moreira, Cid Carvalho e Genebaldo Correia, quando eles falavam em mudar os papéis aqui dentro da Câmara dos Deputados.

A senhora disse que o Deputado Genebaldo Correia seria Líder, o Deputado Cid Carvalho trocaria de posição. A senhora se recorda, e qual era a causa dessas mudanças, se eles deixavam claro as razões e que mudanças seriam essas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Isso foi um comentário que o Deputado Manoel Moreira fez comigo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Foi um comentário que ele fez com a senhora. Então não foi uma conversa entre os três?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não foi uma conversa entre os três. Até por conta dessa questão dos anões. Brincadeiras assim: "Viramos os anões", algumas vezes eu vi, presenciei o Deputado Cid Carvalho e o Genebaldo Correia fazerem.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E essa questão da mudança de cargos, o Deputado Manoel Moreira fez referência?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Em conversas comigo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Que haveria uma mudança de posição entre eles, por causa da descoberta do esquema dos sete anões?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É, da citação pela imprensa, mas não do esquema, porque eu acho que naquele momento, para mim, ainda não estava claro se era esquema ou não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado.

A senhora fez referência ao secretário Fred Mazuquelli e ao Secretário Wagner Rossi, Deputado estadual por São Paulo também.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Deputado Federal.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Foi Deputado Estadual comigo, por isso é que eu estou fazendo confusão. Deputado Federal. A senhora sabe que eles estão desmentindo pela imprensa. A senhora reitera as declarações?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Reitero, sob pena de qualquer punição que eu possa receber por isso, mas reitero o que disse.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então, que os recursos que eram do apartamento...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Proveniente dos dois.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Do Secretário Fred Mazuquelli e do Secretário Wagner Rossi?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ DIRCEU - No valor de 60 mil dólares.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ahn,ahn.(assentimento)

O SR. JOSÉ DIRCEU - 30 mil da cada...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, pouco menos do Frederico Mazuquelli disse quando estava falando, parece-me que Mazuquelli teria sido em torno de 16, coisa assim.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Como é que a senhora sabe desse fato. Foi o motorista que relatou à senhora ou a senhora estava presente?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - O Deputado Manoel Moreira que me relatou da quantia e o motorista também ao me entregar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A senhora entende a gravidade dessa afirmação, porque...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Entendo a gravidade dessa afirmação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu agradeço. Estou fazendo essa pergunta porque particularmente em função do envolvimento do Secretário Frederico Mazuquelli, que é uma pessoa da qual não há antecedente nenhum, por isso que eu faço questão de frisar, porque eu não quero...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu sei disso, e por ele sempre tive um grande respeito.

O SR. JOSÉ DIRCEU - É o meu caso, também, e fico inclusive decepcionado, agora, com essa informação.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Até espero que ele dê um outro tipo de justificativa, porque eu tenho por ele também muita admiração.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu agradeço a senhora.

A senhora acompanhou ou não o desenvolvimento da CPI da VASP?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Deputado Manoel Moreira fazia referências o que estava acontecendo na CPI da VASP?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque nesse período nós estávamos já separados. Até me recordo que houve um entreveiro do Deputado aqui na Câmara, me parece que com o Deputado Luiz Salomão, do PDT do Rio de Janeiro, não é, que parece que no episódio ele disse que também abriria a conta da mãe, não sei como é que lá. Eu li isso na imprensa e depois eu estava, por um acaso, descansando e aguardando o meu dia de aula na UNIMEP, o dia seguinte de aula na UNIMEP, quando assistindo ao programa do Jô Soares vi a entrevista do Deputado Salomão.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Pois não.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - E foi nesse período que a imprensa começou a me procurar. Eu gostaria até, aproveito a oportunidade, Deputado José Dirceu, que o senhor me dá, de dizer que nesse momento seria até a oportunidade que tenho de explicar que não fui eu que começou essa coisa toda. Foi o próprio rompante do Deputado aqui na Câmara dos Deputados que começou chamar a atenção da imprensa e, em setembro do ano passado, eu fui procurada por todos os órgãos de imprensa **O Estado de S.Paulo** foi à minha sala na Delegacia Regional de Cultura, a revista **Veja** entrou em minha residência alegando que estaria entrando em uma outra casa, por certo era uma pessoa do convívio dos jornalistas, uma advogada que mora no nosso condomínio, e como eu tenho o portão do condomínio da minha casa no condomínio aberta a **Veja** entrou e tirou umas fotos, inclusive essa que foi publicada recentemente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A senhora está expondo isso para dizer que a senhora naquele momento decidiu não falar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu falei, inclusive a **Folha de S.Paulo**, a bem da verdade, colocou que em 20 de setembro último, do ano passado, eu havia dito da questão da PROBOMBAS.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A senhora estava falando...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eles não divulgaram, a **Folha de S.Paulo** e a revista **Veja**, por uma solicitação que fiz, porque os meus filhos não queriam estar em minha companhia.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Pois não. A senhora fazia referência que viu uma vez... Uma vez que vinha a Brasília, quando a senhora respondia ao Deputado Andrino sobre a questão da loteria. E ele fez outra pergunta, a senhora não terminou a resposta. A senhora falava que uma vez viu o quê? O Deputado Manoel Moreira, falando sobre loteria, sobre ganho em loteria?

O SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não. Eu ouvi a empregada comentando que achou estranho o fato de ele ser um evangélico, e que a igreja proíbe esse tipo de atividade... Recomenda, não proíbe. Recomenda que não se faça esse tipo de atividade, e que o Deputado, parece-me, estava jogando na loteria.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Certo. A senhora conheceu o vereador Calegari, falecido, que foi companheiro do Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não...

O SR. JOSÉ DIRCEU - No Sumaré. Com um bairo, inclusive, com o nome dele. A senhora não o conheceu?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não conheci...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não tem referência. Já vou concluir, Sr. Presidente. Quais as relações do Deputado Manoel Moreira com o Deputado Salatiel de Carvalho? A senhora tem...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu sei que ele tinha bastante amizade com o Deputado Salatiel de Carvalho.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas amizade política, amizade por causa da igreja, ou a senhora está fazendo referência com relação à Comissão de Orçamento, com relação a empresas, com relação a recursos financeiros?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Apenas presenciei - já que disse que ia dizer a verdade - o Deputado Manoel Moreira numa reunião com... Em um *encontro - não vou nem usar a palavra reunião - com o* Deputado Salatiel de Carvalho, entregando a ele uma relatoria que eu não sei qual é, uma sub-relatoria que não sei qual é. Inclusive, essa moça, Loíde de Moura Domingues, foi ex-assessora do Deputado Salatiel. Essa a que faço referência e que está em Londres.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Que está em Londres?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É.

O SR. JOSÉ DIRCEU - A resposta da senhora é muito importante.

Sr. Presidente, eu teria perguntas sobre as relações do Deputado Manoel Moreira com as empresas Cowan, Concil e Planjeto. A senhora tem alguma lembrança? Concil, Cowan - C, O, W, A, N - que fez o trecho da D. Pedro I; a Concil, que fez obras na Campinas-Moji-Guaçu, e a Planjeto. A senhora tem lembrança dessas três empresas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu não posso afirmar ao senhor. Mas parece-me que os nomes...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu tenho uma série de perguntas sobre essas empresas... A Planum... Eu vou encaminhar ao Sr. Relator. Depois, podia encaminhar, como julgar a Presidência e o Sr. Relator, vou encaminhar depois a Dª Marinalva, ou o Sr. Relator mesmo me faz a gentileza, porque estou pedindo, inclusive, a partir das respostas, uma série de providências de requerimentos. Eu agradeço a *tolerância do Sr.* Presidente e agradeço a boa-vontade da Dª Marinalva. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI - Srª Marinalva, primeiro quero cumprimentá-la pela coragem do depoimento. Segundo, para ajudar a minha elucidação de alguns fatos, a senhora ficou casada com o Deputado Manoel Moreira de que ano a que ano?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - De julho de 73 a julho de 92.

O SR. CARLOS LUPI - Julho de 92.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - A senhora disse que os senhores sempre apresentavam a declaração de rendimentos, de renda, conjuntamente. Até o ano de 91.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - Qual a justificativa que o Deputado Manoel Moreira deu a senhora para que, a partir daquele ano, não se apresentasse mais a declaração conjunta?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - *A bem da verdade, nunca vi* as declarações de renda, de imposto de renda, do Deputado, antes disso. Eu nunca... Um Deputado até me perguntou como é que eu compactuava com isso. Quero dizer que eu nunca vi. Ele fazia, ele mesmo. Meu CPF era em conjunto com o dele, por um bom tempo. Então, eu não via ele fazendo suas declarações de Imposto de Renda.

O SR. CARLOS LUPI - E a senhora não guardava, não tomava conhecimento...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor. Não guardava *essas declarações.*

O SR. CARLOS LUPI - Não sabia o que ele declarava, o que não declarava.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor. Não sabia.

O SR. CARLOS LUPI - A senhora, é claro, sabia que ele passou a ser membro da Comissão de Orçamento a partir do ano de 89?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor. Sei disso.

O SR. CARLOS LUPI - E foi a partir desse ano que a senhora começou, revendo esses documentos, a observar a compra de imóveis e de outras coisas de valor, por parte do Deputado Manoel Moreira?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, de 88, 89, sim.

O SR. CARLOS LUPI - Para cá?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Para cá.

O SR. CARLOS LUPI - Que a senhora teve a comprovação de que ele começou a ter um enriquecimento mais flagrante.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - Então, a senhora, pela sua capacidade de inteligência, vai, é claro, ligar que esse enriquecimento do Deputado possa ter alguma coisa a ver com a participação dele na Comissão de Orçamento?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Acredito que sim.

O SR. CARLOS LUPI - Porque, antes disso, não tinha sinal algum mais ostensivo de riqueza?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É, sim, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - Bom. A senhora, em algum momento - se a senhora não quiser responder tem total liberdade - da sua separação, quando o Deputado ofertou-lhe essas dez parcelas de vinte e quatro mil dólares ele insinuou com isso que a senhora deveria manter algum tipo de silêncio, que a senhora deveria manter-se quieta para não falar algo que pudesse saber demais?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque ele mesmo se encarregou de divulgar esse acontecimento. Ele nunca me pediu que fizesse silêncio.

O SR. CARLOS LUPI - Ele não pediu nada em troca desses 240 mil dólares?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor, não pediu.

O SR. CARLOS LUPI - Só deu para ajudá-la?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Foi, sim, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - A senhora, quando foi a essa viagem à Suíça... A senhora sabe que a Suíça é chamada de "o paraíso fiscal"?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - À Suíça eu não fui.

O SR. CARLOS LUPI - Suécia.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, à Suécia foi o Deputado.

O SR. CARLOS LUPI - A senhora não o acompanhou?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - A senhora só o acompanhou a Boston?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA -É, só a Boston. Nova York depois...

O SR. CARLOS LUPI - Boston e Grécia?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É.

O SR. CARLOS LUPI - Grécia também?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Nova York e Grécia.

O SR. CARLOS LUPI - Nos dois locais, em algum momento, ou por comentário, a senhora presenciou o Deputado, ouviu por parte das esposas deles comentários de irem a bancos fazer algum tipo de depósito ou retirada?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não ouvi.

O SR. CARLOS LUPI - Não. Em nenhuma dessas viagens, em nenhum momento?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Em nenhuma dessas viagens.

O SR. CARLOS LUPI - E essas verbas liberadas, recursos liberados do orçamento para as igrejas, em algum momento a senhora presenciou, teve informação de que havia algum tipo de pedido por parte do Deputado de alguma vantagem financeira para que ele liberasse essas verbas para as igrejas, para as entidades?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não é para as igrejas; é para entidades.

O SR. CARLOS LUPI - É, para as entidades.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Algumas dessas entidades até colocam o nome de "evangélicas"- eu queria informar bem - mas na verdade elas não têm ligação com a igreja, nem sempre o nome "evangélica" significa que elas são ligadas a uma igreja, a bem da verdade. Nunca presenciei nenhuma negociação desse tipo.

O SR. CARLOS LUPI - Nunca viu nenhum acordo, nenhum pedido nesse sentido?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor, a não ser aquilo que já disse, que houve - vamos dizer - interesse do Deputado em lançar algumas dessas pessoas ligadas a essas entidades como candidatos agora, recentemente.

O SR. CARLOS LUPI - A senhora já nos colocou três situações em que lidou com dólares: os 60 mil dólares que a senhora viu transportarem no carro, os 240 mil dólares que ele pagou em dez prestações e essa mala que poderia conter dólares ou cruzeiros e que o motorista levou. Em algum outro momento a senhora presenciou, ou teve conhecimento, ou ouviu o motorista lhe contar, ou o próprio Deputado chegou a confessar à senhora outros depósitos, outros comércios em dólar, outras negociações em dólar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ele me falou, e isso inclusive coloco na carta, que por cinco vezes o motorista havia tirado dólar.

O SR. CARLOS LUPI - Retirado, mas ele não informou à senhora de onde ele recebeu esses dólares?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, senhor, nunca me disse.

O SR. CARLOS LUPI - Só informou que ele pedia ao motorista para levar e que aparecesse menos mil dólares em cada depósito.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É, sim, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - Mais uma coisa só. A senhora sabe de alguém, de algum assessor que pode ser chamado de uma pessoa de maior confiança do Deputado, que lidasse com as contas dele e que ele pudesse até abrir uma conta no nome dessa pessoa de confiança para poder mexer com um volume grande de dinheiro? A senhora tem informação de alguma pessoa de maior confiança do Deputado e que possa servir a ele até como uma pessoa que tenha uma conta e que circulasse essa conta a seu proveito?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Acredito que possa ser... as pessoas que tenho mais próximas e que conheço mais proximamente e que citei talvez - não posso dizer com certeza isso -.o Sr. Paulo Sérgio Pinto, que viajava com ele inclusive nas visitas a fazendas. o próprio Germino Avelino da Silveira Neto, que fazia essas coisas para ele e - quem sabe? - talvez o Daniel Ferreira dos Reis. De outros não sei.

O SR. CARLOS LUPI - Esses três são as pessoas de maior confiança do Deputado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim.

O SR. CARLOS LUPI - Privavam de maior intimidade com ele?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Além do Aparecido Pascoal.

O SR. CARLOS LUPI - Aparecído Pascoal também.

Só para finalizar. A senhora, em seu depoimento, disse que só veio uma vez à casa do Deputado Manoel Moreira aqui em Brasília.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Na casa que ele adquiriu agora?

O SR. CARLOS LUPI - É.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Vim a esta casa por duas ou três vezes.

O SR. CARLOS LUPI - Duas ou três vezes?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. CARLOS LUPI - Essa casa é que foi avaliada, só a decoração, em dois milhões de dólares. mais de dois milhões de dólares?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - É, segundo o que disseram. Disso não tenho conhecimento porque não vi.

O SR. CARLOS LUPI - A senhora não participou de nada desse tipo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, a não ser a primeira vez que fui, para escolher, junto à D. Marizete. da MM Designer, algumas coisas que seriam para a decoração. Esta a única vez. Não vi sequer valores.

O SR. CARLOS LUPI - Isso foi em que ano?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Foi em ... não me recordo agora, Deputado. O senhor me desculpe, talvez eu já esteja cansada.

O SR. CARLOS LUPI - Claro, entendo. Isso é fácil de investigar.

E a senhora reparava nessa casa objetos caríssimos. A senhora chegou a revelar isso aqui ...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Nesse momento, na verdade, essa casa de Brasília estava ainda na finalização dela. Tenho até fotos, da última vez que vi, tenho fotos dessa casa, parece-me que eu estava tirando uma foto que poderia até servir como documento para mim. Estava na finalização da construção.

O SR. CARLOS LUPI - A casa que a senhora acabou ficando na partilha, de Campinas, a senhora também revelou que tinha vários objetos de arte, quadros valiosíssimos. A senhora tem idéia do valor desses objetos de arte, de quadros que tem lá dentro da sua casa?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que das notas que tenho, inclusive que fiz chegar à Comissão, não fiz o vulto delas, mas me parece que é em torno de 1 milhão e meio de dólares.

O SR. CARLOS LUPI - Um milhão e meio de dólares?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que é, não posso afirmar com certeza. Essa é uma conta que os Parlamentares devem fazer.

O SR. CARLOS LUPI - Isso dos bens, das decorações, da casa em que hoje a senhora reside.

O SR. CARLOS LUPI - Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Obrigado, Sr. Presidente.

D. Marinalva, eu queria começar sabendo sobre a história da negociação da subrelatoria.

Sei que a senhora contou alguma coisa, mas eu queria entender melhor como é, por exemplo, qual é o poder que o Deputado Manoel Moreira tinha para fazer negociação de subrelatoria ou não, e qual a vantagem que teria nessa negociação. Se a senhora puder.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso fazer uma avaliação disso. Acho que a própria ação dele na Comissão de Orçamento, apresentando uma quantidade enorme de emendas, e aprovadas, revelam, vamos dizer,

O SR. MORONI TORGAN - A negociação foi onde? Foi com quem? Como é que foi isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Vi, presenciei, quer dizer, assisti o início da conversa com o Deputado Salatiel, parece que foi na minha casa, no apartamento, aqui. em Brasília.

O SR. MORONI TORGAN - Foi com o Deputado Salatiel.

E tem alguma coisa que os ligue, além dessa conversa, têm algum negócio juntos?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não tenho conhecimento disso.

O SR. MORONI TORGAN - Não tem conhecimento. Muito bem.

A senhora se referiu, agora. a homens de confiança do Deputado; há três nomes. Algum desses homens, um desses três, ou algum outro era contador. do Deputado? Ou seja, aquele que cuidava das finanças do Deputado?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Me parece que o Sr. Paravela, Sr. José Orlando Paravela, que sempre foi escolhido pelo Deputado para fazer as auditorias que ele desejava.

O SR. MORONI TORGAN - As auditorias?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - (Assentimento)

O SR. MORONI TORGAN - E tinha alguma relação de dinheiro entre ambos? Alguma vez?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não posso afirmar com certeza, mas eles mantinham relações que eu poderia chamar de comerciais, não sei exatamente.

O SR. MORONI TORGAN - Eu sei que talvez seja difícil, mas, pelo fato de serem obras em São Paulo, e a senhora disse que talvez tenha visto, sabe de alguma obra feita por essas construtoras que tinham relacionamento com o Deputado? Que ganharam dinheiro e não fizeram a obra, ou que foi superfaturada? Alguma coisa nesse sentido?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Olha, não posso afirmar com certeza, mas tenho notícia de que me parece no município de Indaiatuba. Não posso afirmar com certeza.

O SR. MORONI TORGAN - Mas, Indaituba, provavelmente teria uma obra, que ganharam dinheiro e não fizeram.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Que a emenda foi aprovada, me parece que o recurso foi encaminhado. mas que isso pode ser melhor apurado...

O SR. MORONI TORGAN - Isso é fácil de apurar. Seria só essa?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. MORONI TORGAN - Seria só essa.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Que eu tenho notícia seria só essa, mas não posso dizer para o senhor com certeza, porque não confirmei.

O SR. MORONI TORGAN - A senhora falou que até brincou, algumas vezes. sobre a história dos anões.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu não, o Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - O Deputado, desculpe. Mas, quando ele brincava. ele dizia o porquê de ser chamado de anão e por que isso acontecia?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Por conta do poder que ele tinha, sei lá, ou do poder que eles tinham. não sei exatamente.

O SR. MORONI TORGAN - Ele falava que os 7 anões tinham um poder diferente no Congresso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não um poder diferente, mas assim. vamos dizer, um raio de influência razoável.

O SR. MORONI TORGAN - Nunca chegou às raias de dizer de ter lucro com esse poder ou coisa parecida?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Textualmente, não.

O SR. MORONI TORGAN - Quais os telefones que o Deputado usava sempre para fazer as suas ligações mais particulares? A senhora tem na memória?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Se foram feitos em minha residência, são os telefones 510227 e 546204. Se forem do escritório, não sei mais nem o número, não me recordo.

O SR. MORONI TORGAN - Mas tinha algum telefone que ele usava particularmente.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei, talvez até dessas outras empresas como Dilisa, DRC.

O SR. MORONI TORGAN - Mas não consegue identificar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não posso afirmar porque eu não estava presente.

O SR. MORONI TORGAN - Por exemplo, quando ele saía, não tinha um telefone que a senhora pudesse ligar para encontrá-lo?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque normalmente eu não ficava procurando por ele em outros lugares.

O SR. MORONI TORGAN - Tudo bem. Qual a garantia que ele apresentou quando lhe mostrou aquela lista de outros bens, qual a garantia que ele apresentou que era proprietário daqueles bens?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - A garantia que me é dada acho que está configurada na rubrica que ele fez de próprio punho.

O SR. MORONI TORGAN - Sim, mas ele dizia que tinha contrato daquelas empresas?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não, ele escreve isso aqui em algumas coisas, como por exemplo, da Caiuê, participação de 50%.

O SR. MORONI TORGAN - Vou lhe explicar melhor. Escrever e botar a rubrica, ele pode dizer "n" coisas. Mas, se a gente tivesse, por exemplo, a possibilidade de acesso a um contrato ou a um registro de cartório, alguma coisa assim, ficaria muito melhor configurado.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, mas dessas empresas aqui listadas eu não busquei informações. Não busquei porque isso é oneroso e cansativo e toma um tempo razoável da gente.

O SR. MORONI TORGAN - No litígio judiciário não entrou essa questão?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, não entrou.

O SR. MORONI TORGAN - Quero saber se tem outros bens, além desses que estão relacionados.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu disse que o próprio Deputado anunciou uma empresa de construção que ele teria em Campinas, segundo notícia do jornal **Correio Popular**. Ele disse que seria 98%, se não me engano, dessa Habiticon.

O SR. MORONI TORGAN - Os dólares, geralmente, eram guardados em casa, no banco? Como era feita essa negociação de dólar?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que em casa mesmo.

O SR. MORONI TORGAN - Guardava em casa mesmo, os dólares.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu não ficava muito atrás dessas coisas, sabe.

O SR. MORONI TORGAN - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Gushiken.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Sr. Presidente, agradeço a generosidade, e V. Exª sabe por quê.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É apenas uma tentativa de fazer com que V. Exª não emitisse um cheque sem fundo.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - D. Marinalva, a senhora sabe que um processo de investigação é sempre um processo muito complexo. A senhora apresentou um rol de nomes de pessoas jurídicas e físicas. Imagino que não é fácil de montar, digamos, o quebra-cabeça, não é fácil destrinchar os esquemas. Eu fiz o esforço de montar os esquemas e ver os nexos que a senhora não deixou muito precisos, para que a gente possa ter maior facilidade no passo seguinte na investigação.

Veja só: se lhe é oferecido um rol de bens que não bate com o oficial, eu presumo que se a senhora aceitasse uma das empresas do tipo da Caiuê ou Tomorrow, certamente o Deputado Manoel Moreira teria que convencer algum desses sócios e ceder a parte da cota para a senhora. Concorda?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Certamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Presumo, portanto, que nessas empresas deve ter algum testa-de-ferro do Deputado. Penso que, pelo que a senhora disse dos nomes, o que me parece que mais apresenta essa condição de testa-ferro são as seguintes pessoas: o primeiro, o Sr. Eduardo Godói..

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - .. que foi assessor do Deputado. Confere?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor. Confere.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - O segundo, o Sr. Daniel Reis.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor. Esse, com bastante vigor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Perfeito.

Portanto, penso que a CPI tem, aí, um foco para investigação.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Humhumm.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Outro esquema, que é o esquema ligado à CPFL, parece-me que envolve as seguintes empresas e a seguinte figura central: Dr. Nivaldo...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - ... diretor-tesoureiro...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Huhumm.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - ... indicado pelo Deputado para ser diretor...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Huhumm.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - ... sócio da PLANUM numa certa época...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - ... empresa essa, PLANUM, que, como a senhora colocou, se beneficiou de operações a taxa de juros zero do Banco Safra, Econômico. BNC..

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - ..em face de uma suposta operação que a CPFL fazia com o mercado financeiro.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Lembro que a PLANUM tinha como sócio o Sr. Nivaldo, que era, também, o diretor-tesoureiro. É isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Aqui foi afirmado que a CAIUÊ, cuja figura principal é o Sr. Daniel Reis, também tinha como cliente a CPFL.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Eu pergunto para a senhora o seguinte: o Sr. Daniel, que é a figura central desse esquema da CAIUÊ e TOMORROW, e o Sr. Nivaldo tinham relações? Eles conversavam?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Tinham relações. Bastantes relações, eles tinham.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - A senhora podia relatar um pouco como é que era esse tipo de relações, porque me interessa bastante, porque...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Primeiro, que o próprio Daniel trabalhou na PLANUM por um tempo. Acredito que deve ter sido não oficialmente, porque a PLANUM parece-me que nunca fez declaração de que teria funcionário, não é? Mas no período inicial o Sr. Daniel desenvolvia atividades junto à PLANUM.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Certo.

A senhora fez referência, também, ao momento onde a PLANUM e o Sr. Francisco, que é irmão do Sr. Nivaldo...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN -... movimentaram uma cifra enorme...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN -... não adequada ao tamanho da empresa.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Não é isso?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Foi sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Sugere, portanto, que a gente faça uma investigação sobre essa pessoa, Francisco, que apareceu muito tangencialmente na sua informação,...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN -... na sua intervenção?

A senhora, no início, fez referência a quatro grandes empresas:...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Huhummm.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - ... CPFL, SERVAZ, etc, e disse, também, que empresas menores, que a senhora poderia, depois, citar os nomes, caso a gente solicitasse.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - A senhora presumia que tinha um relacionamento com o Deputado. A senhora não fez juízo de valor.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque essas empresas, se não me engano, também, duas delas, a DRC...

O SR. LUIZ GUSHIKEN - A senhora poderia arrolar as empresas e comentar um pouco a relação com o Deputado, já que a senhora não o fez?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Huhumm. Eu até falei nelas por algumas vezes, quando até me referi ao documento da Fazenda Santa Clara.

Seria a DRC Empreendimentos, cuja sede é residência do Sr. Carlos Alberto Macedo Barbosa...

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Que também é um dos donos?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Que também deve ser um dos donos, porque se funciona na casa dele...

Parece que é uma cópia, mais ou menos, do modelo K da PLANUM, não é? E a DILISA, onde o Sr. Daniel parece-me que tem, também, uma relação societária.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Outras empreiteiras ou alguma entidade nos municípios?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Entidades de município que desenvolviam uma atuação grande com, vamos dizer, com o Daniel, não sei dizer a que estilo, a que tipo: seria a INDEP, de Paulínea, e uma empresa que eu não consigo precisar o nome, na cidade de Indaiatuba. Mas não sei nem se ela existe mais, não é?

Sei que no período que o Moreira era diretor financeiro, de 76 a 80, organizou-se lá uma empresa tipo de desenvolvimento do município de Indaiatuba, e que tinha lá uma moça, uma senhora que deveria ser a diretora executiva, não sei, porque nunca peguei em nenhum documento sobre isso. Mas tinha notícia de que eles se encontravam aniúde, porque parece-me que na configuração dessa empresa de Indaiatuba o diretor financeiro tinha uma função, exercia uma função privilegiada dentro dessa empresa de desenvolvimento e da qual não sei o nome precisamente.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Dessa funcionária, a senhora sabe?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sei o primeiro nome. Dª Altair.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Altair.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não me ocorre que seja uma funcionária, não sei. Parece-me que tinha um cargo de executiva. Talvez seja uma funcionária, sei lá.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - D. Marinalva, a senhora deu a entender que o processo de acumulação de riquezas do Deputado Moreira começa quando ele assume um cargo na Prefeitura de Indaiatuba.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim. De forma um pouco estranha, porque...

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Ainda, eu diria, um processo tímido de acumulação.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Nessa época o Prefeito era o Klein Ferrari.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - A senhora chegou a observar no Prefeito algum comportamento que indicasse a busca de uma elevação patrimonial?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei ao certo. Sei que eles viajavam amiúde para o interior do Brasil - Mato Grosso ou Goiás. Não sei se o Prefeito estava adquirindo propriedades rurais ou se ele já as tinha. Não sei ao certo, porque não tinha uma convivência muito próxima com o Dr. Klein Ferrari.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Deixe-me ver se entendi direito: a senhora está afirmando que era comum o Prefeito....

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - As viagens do então Diretor-Financeiro, Manoel Moreira, com o ex-Prefeito - naquele período, em primeiro mandato - Dr. Klein Ferrari.

O SR. LUIZ GUSHIKEN - Perfeito.

Sr.Presidente, encerro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou fazer uma observação para que o Plenário entenda porque eu disse, a título de chiste, ao Deputado Luiz Gushiken, que ele não poderia fazer, já que é bancário, um cheque sem fundos. É que ele se inscreveu na folha errada! E tivemos que compreender que havia a intenção de inscrever-se na folha certa.

O último inscrito é a Deputada Regina Gordilho.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Se V. Exª me permite, Sr.Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois, não.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Eu queria só focalizar com maior vigor que o Município de Indaiatuba é indicado nas emendas do Orçamento pelo Deputado Manoel Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está bem!

Deputada Regina Gordilho.

A SRª REGINA GORDILHO - D. Marinalva, primeiro quero dizer que a senhora mostrou uma grande capacidade, como mulher, que de 90 para cá soube entender do que até naquele momento a senhora não se interessava.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Graças a Deus que a senhora entendeu o que tentei dizer neste plenário!

A SRª REGINA GORDILHO - A senhora procurou estudar, conhecer o que era a política praticada por seu marido, saber porque ele fazia parte do Orçamento, e isso mostra a sua inteligência e a sua capacidade de assimilação rápida.

Então, em determinado momento, vi a senhora citar diversas vezes o nome de uma funcionária, Luise, que, no momento, está em Londres.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Luigge.

A SRª REGINA GORDILHO - Eu gostaria de saber: ela está em Londres em que função? Está a passeio próprio ou em alguma função oficial? É funcionária ? Qual é realmente o meio de vida dessa pessoa que a senhora citou várias vezes?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ela não tinha meio de vida. Ela era funcionária do Deputado Manoel Moreira. Não sei se essa moça Luigge de Moura Domingues continua funcionária dele. Sei apenas que se encontra em Londres e parece-me que estudando, não sei. Ela foi assessora, antes do Deputado Manoel Moreira, do Deputado Salatiel de Carvalho. Foi para Campinas e trabalhou junto ao Deputado. Agora não sei se continua como funcionária dele. Sei que ela tinha uma vida financeira um tanto quanto difícil e que o irmão dela, o Sr. Josebíades, que talvez também seja de Moura Domingues, é um dos assessores do Deputado na área que ela atuava, porque ela também é evangélica. Agora, não sei se esse moço, o Josebíades, é funcionário de qualquer lugar.

A SRª REGINA GORDILHO - A senhora vê a possibilidade de essa funcionária, num determinado momento, ter sido usada pelo Deputado Moreira para abrir uma conta no nome dela ou que algum pagamento tenha sido feito por ela, ou que tenha passado no nome dela alguns desses bens que não estavam diretamente no nome do Deputado? A senhora acha que há essa possibilidade?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não sei dizer para a senhora sobre isso, porque não tenho contato com ela há algum tempo.

Sei que ela estava adquirindo uma **kitchenette** e um carro, em consórcio, e que tinha dificuldade de pagar essas duas prestações. Não sei se a **kitchenette** foi quitada, se foi vendida; não sei se, com o fruto dessa venda, ela conseguiu custear a sua

ida a Londres: não sei, porque, quanto a essa moça, não pude investigar, não teria condições de investigar.

A SRª REGINA GORDILHO - Num determinado momento, a senhora citou também a irmã do Governador Orestes Quércia; chegou a dar a entender que havia um relacionamento próximo ao Deputado. Em que circunstâncias se dava esse relacionamento? Políticas, particulares? Qual era o envolvimento da irmã do Governador Orestes Quércia como Deputado? A senhora até citou e marcou bem, dizendo: "ela se encontra aqui nesta fotografia". Qual era essa aproximação?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - *Acredito que seja política.* Sei que a D. Maria Alice Quércia tem uma relação grande com diretorias, particularmente com a Diretoria de Distribuição, que está nas mãos do Sr. Ciro Bernardes.

É uma afirmação dura que estou fazendo, muito dura; sinto a responsabilidade do que estou falando enormemente. O filho dela, Sr. Adriano, por divulgação da imprensa, é candidato a Deputado. Ele é também gerente dessa diretoria, se não me engano.

É uma afirmação muito dura que estou fazendo - é uma observação, não é nem uma afirmação -, é uma observação muito dura e não sei qual é o custo disso.

A SRª REGINA GORDILHO - O que entendi foi que a senhora, agora, confirmou que a aproximação do Deputado Moreira se deu por motivos políticos, com interesses de intermediações de verbas e com interesses de usufruir alguns interesses maiores por pessoas que eram colocadas pelo fato de ela ser irmã do Governador.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Com relação a ganhos, não posso afirmar. Posso dizer que me parece que a dona Maria Alice Quércia faz indicações de relações empregatícias, utilizando-se a TELETRA, uma das empresas prestadoras de serviço junto à CPFL.

A SRª REGINA GORDILHO - A senhora me falou que, no acerto da sua separação, houve o acordo de pagar 24 mil dólares em promissórias.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim senhora.

A SRª REGINA GORDILHO - E como a senhora tem certeza de que o Deputado irá cumprir esse acordo? Houve algum avalista? Quem assinou, se, por acaso, houve?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Ele já cumpriu, porque já me deu todo.

A SRª REGINA GORDILHO - Ele já deu todo.

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Já deu todo.

A SRª REGINA GORDILHO - E ele não disse, quando lhe entregou, da onde ele tirou essa quantia?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, porque não nos falávamos mais, desde março de 1992, quando ele saiu de minha residência.

A SRª REGINA GORDILHO - Então, não foi mais parcelado; ele pagou à vista?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Não, ele parcelou em 10 parcelas de 24 mil dólares.

A SRª REGINA GORDILHO - A primeira foi...

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Parece-me que agosto.

A SRª REGINA GORDILHO - Agosto de 1992?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Sim, senhora.

A SRª REGINA GORDILHO - E a última?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Dez meses: agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, maio. Foi em maio que recebi a última, parece-me.

A SRª REGINA GORDILHO - A senhora poderia me dizer se tem idéia de quantas viagens ao exterior o Deputado Moreira realizou durante o primeiro e o segundo mandatos dele como Deputado Federal, mais ou menos? A senhora não vai poder precisar exatamente. Foram cinco, seis, oito dez?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Se não me engano, quatro. Que eu saiba, quatro.

A SRª REGINA GORDILHO - Por quê? Ele se ausentava de casa e não dizia para a senhora para onde ia? Sumia?

A SRª MARINALVA SOARES DA SILVA - Porque nesse período que ele saiu da minha companhia não sei, pode ser que ele tenha viajado durante esse período.

A SRª REGINA GORDILHO - Outra coisa que eu queria, para encerrar.

A senhora nos passou, durante todo o tempo, que a sua decisão de vir deu-se por uma questão de consciência, de responsabilidade com a situação que o País, a própria instituição, está atravessando. Mas a senhora me disse que estuda Direito. Em que ano a senhora está?

A SRA. MARINALVA SOARES SILVA - Já era para ter finalizado o curso, por causa das atribulações de minha vida ainda tenho algumas disciplinas que espero concluir neste semestre, mas parece-me que não será possível.

A SRA. REGINA GORDILHO - A senhora disse também que esse depoimento poderia comprometer o único bem que estava em sua posse, que era a sua casa. Quero dizer-lhe que a senhora agiu de uma maneira inteligente, como tem sido a sua exposição até agora, resguardando o único patrimônio que a senhora salvaria. No meu entendimento, quando a senhora abriu mão, não foi tanto porque não tivesse

acompanhado a evolução da riqueza do seu marido; como disse no princípio, a senhora é muito inteligente, sabe o que está fazendo e por que está fazendo. Então acho que passou para mim verdades, mas passou também ser uma pessoa extremamente fria, calculista e que teve como objetivo, entre outas coisas, falar a verdade e se defender.

Para encerrar, queria saber por que seus filhos não quiseram ficar com o senhora?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que pergunta não deve ser respondida.

A SRA. MARINALVA SOARES SILVA - Não sou uma pessoa fria de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Srª Deputada já concluiu?

A SRA. REGINA GORDILHO - Conclui, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Robson Tuma, pela ordem.

O SR. ROBSON TUMA - Não para fazer perguntas, porque não estava na relação de inscritos, mas para apresentar um requerimento que se encontra por escrito, já apresentado para S. Exª, pedindo que se mande um ofício ao Ministério das Relações Exteriores indagando a possibilidade de se localizar a empresa mencionada, da qual não me lembro o nome, que seria de propriedade do Deputado Manoel Moreira, situada nas Ilhas Cayman.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode ser na Ilhas Cayman e pode ser no Maranhão, de acordo com o Senador Paulo Bisol.

O SR. ROBSON TUMA - No caso específico, seria mais importante a das Ilhas Cayman, porque seria uma forma de se esquentar o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade. Com segurança, não será nas Ilhas Seychelles.

Como o Relator já não deseja perguntar, e não há mais ninguém inscrito, vamos dar por encerrada a reunião, convidando os senhores desde já para, precisamente as 18 horas, estarmos aqui para ouvir o Deputado Cid Carvalho.

Nada mais havendo a tratar. declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A "APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO".

Ata da 15ª. Reunião, realizada em 04 de novembro de 1993.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Pedro Teixeira, Luiz Alberto Oliveira, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Carlos Patrocínio, José Paulo Bisol, Lavoisier Maia, Deputados Benito Gama, Fernando Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Vicente Fialho, Leomar Quintanilha, Luiz Máximo, Sérgio Miranda, Carlos Kayath e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados José Dirceu, Moroni Torgan, Robson Tuma, Vivaldo Barbosa, Tilden Santiago e Beth Azize, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão

dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade de tomar o depoimento do Senhor Deputado Cid Carvalho. Com a palavra o Senhor Deputado Tilden Santiago passa à Mesa Requerimento de sua autoria e da Senhora Deputado Sandra Starling, solicitando que a Comissão faça uma investigação na Associação Cultural Porto Velho, de Belo Horizonte. A seguir, a Presidência solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que faça as perguntas de qualificação do depoente. Após o juramento de praxe, tece algumas considerações, colocando-se imediatamente à disposição dos Senhores Membros da Comissão. Usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Aloízio Mercadante e Moroni Torgan. Com a Palavra o Senhor Deputado José Genoíno para uma questão de ordem. A Presidência suspende os trabalhos por cinco minutos. Reaberto os trabalhos, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputado Roberto Magalhães, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Vivaldo Barbosa, Senador Jutahy Magalhães, Deputados Roberto Rollemberg, Aloízio Mercadante, Senador Gilberto Miranda, Deputados Fernando Freire, Luiz Salomão, Senadores Francisco Rollenberg, Luiz Alberto Oliveira, Garibaldi Alves Filho, Deputados Pedro Pavão, Senador Cid Sabóia de Carvalho, Deputados Sérgio Miranda, Carlos Kayath, Zaire Rezende, Luiz Máximo, Senador Lavoisier Maia, Deputados Moroni Torgan, Robson Tuma, José Dirceu, José Genoíno e o Senhor Relator para as perguntas finais. Finalizando o Senhor Presidente convoca reunião interna a realizar-se amanhã, as dez horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 15ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DO SENHOR DEPUTADO CID CARVALHO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO

RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES

(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srªs. e Srs. Congressistas, boa noite. Vamos dar início ao depoimento do nobre Deputado Cid Carvalho, que estava combinado para as 18 horas e 30 minutos de hoje.

S. Exª deseja, em um determinado momento da sua exposição, fazer passar um vídeo, e nós assumimos essa responsabilidade, depois de consultar o nosso Relator, Dr. Roberto Magalhães. Tenho certeza de que o vídeo é uma parte da defesa do Deputado, portanto não se pode cerceá-lo.

Vamos tomar uma iniciativa também, já que a Mesa tomou uma decisão, baseada até numa exortação do Plenário. Primeiro, de limitar a 11 os não membros da CPI que podem fazer suas inquirições. Por que 11? Porque 11 são os Deputados titulares. 11 são os Senadores titulares.

Ontem, como V. Exªs viram, tivemos 17 ou 18 intervenções de não membros, contra bem menos dos titulares, que foram apenas 8. E como provavelmente o depoimento do nobre Deputado Cid será também um pouco mais longo, vamos tomar a iniciativa de encerrar as inscrições a partir de 20 a 30 minutos do início da exposição.

O que temos visto, nas nossas experiências aqui, é que muitas pessoas chegam 1 ou 2 horas depois da exposição, inscrevem-se e fazem perguntas repetitivas. Esta é uma decisão da Mesa, que está sujeita, naturalmente, aos protestos gerais, ou, se não houver, tanto melhor.

O SR. TILDEN SANTIAGO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. É o primeiro protesto?

O SR. TILDEN SANTIAGO - Absolutamente, Sr. Presidente, quero aproveitar a realização desta reunião da CPI para passar às mãos de V. Exª um ofício, meu e da nobre Deputada Sandra Starling, solicitando que haja uma investigação mais profunda da Associação Cultural Porto Velho, de Belo Horizonte, Ponte Nova, que recebeu 350 milhões em 20 de junho de 1992.

Pelas investigações que fizemos, trata-se, realmente, de uma entidade fantasma, cujo presidente está ligado à empresa ENGESOLO. Quero passar a V. Exª este ofício.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. V. Exª faça-me o obséquio de fazê-lo chegar à Mesa.

Vamos dar início ao depoimento.

O Vice-Presidente fará as perguntas de praxe. O depoente, nobre Deputado Cid Carvalho, deseja fazer o termo de compromisso.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. CID CARVALHO - Cid Carvalho.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. CID CARVALHO - Tenho 69 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. CID CARVALHO - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. CID CARVALHO - SQN 302, Bloco B, Ap. 104.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. CID CARVALHO - Advogado.

O SR. ODACIR KLEIN - Onde a exerce?

O SR. CID CARVALHO - Não estou exercendo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos passar ao termo de compromisso. De pé.

O SR. CID CARVALHO - Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Cid Carvalho dispõe do tempo que lhe aprouver para fazer sua exposição inicial.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito:

Lembro-me bem, Sr. Presidente, de quando cheguei a esta Casa, bem jovem, ainda no Palácio Tiradentes, em 1954. Naquela época, Sr. Presidente, eu era o melhor, pertencia ao grupo dos jovens Deputados da legislatura. Hoje, aqui estou, Sr. Presidente, quase quarenta anos depois, já pertencendo àqueles que contam pela sua antigüidade ou pela sua idade.

Sr. Presidente, é natural que, para todos nós, a vida pública tenha altos e baixos: momentos de extrema alegria e momentos de profunda angústia. Já tive todos esses momentos, Sr. Presidente. Um deles foi quando, após a Revolução de 1964, num período em que se fechavam cada vez mais os horizontes, eu, em uma leva de talvez mais de cem Parlamentares, no episódio Márcio Alves, tive de pagar a fidelidade aos nossos princípios com a pena da nossa própria cassação.

Não diria a V. Exª, Sr. Presidente, que ali não houve angústia, houve: não diria que não houve aflição, houve; éramos muitos, uns fugindo, outros escondendo-se. Lembro-me, Sr. Presidente, de que, naquele episódio, sofremos até o vexame de sermos proibidos de ter acesso ao Congresso Nacional. Reagi muito naquilo que achava ser o esmagamento da cidadania. Contratei um advogado, Sr. Marcos Hoizer, que entrou com uma petição no Supremo Tribunal Federal. Dirigi-me aos Presidentes da Câmara e do Senado e a todas as Lideranças de então.

E a minha impressão, Sr. Presidente, é que aquele tema, aquele ato era tão grave, tão mesquinho, que, de repente, ele se desmanchou. Mas na minha escala de angústias, posso dizer, Sr. Presidente, que talvez seja esse momento o que mais tenha marcado a minha vida pública, mais do que o momento da cassação.

Nós, que temos um embasamento espiritual, precisamos buscar lá dentro de nós as forças, porque, às vezes, a provação é um próprio acrescentamento do ser humano.

Estava hoje à tarde na minha casa, organizando com os meus advogados a sistematização da minha defesa, quando, aturdido, veio-me uma comunicação, vinda do meu gabinete, de que mais um motorista havia aparecido. E esse motorista era aquele que nos servia na Comissão de Orçamento. Era um rapaz limitado, eu diria quase tolo, desaguisado, que foi lá ficando, praticamente sem mais nos servir, porque não tinha seriedade nem competência. Até que, transportando um carro nosso para Goiânia, onde morava minha filha, ele veio em tal velocidade que caiu numa ribanceira e foi a última vez que ficou conosco. Mas eu o via de vez em quando, passando pelos corredores da Câmara. E falava e o achava até gozado.

Mas vejam, senhores membros desta Comissão, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a ameaça pesa sobre todos nós, em cima de todos nós. É como se estivéssemos no Coliseu, Sr. Presidente, para alimentarmos a ira e até a satisfação das multidões.

Aqui estão algumas coisas e, vejam os senhores, um rapaz quase analfabeto, como disse a vocês, desaguisado, foi capaz de fazer colocações com quase exatidão de estilo.

Vou ler, Sr. Presidente, o que me veio à mão, escrito, ou assinado, pelo motorista:

> "Comecei a trabalhar na Comissão de Orçamento em 1989, e saí em 1991. Em 1990 fui a Imperatriz conduzindo um comboio de 06 carros novos, junto com mais 05 motoristas, que seriam utilizados na campanha do Deputado Cid Carvalho.
>
> Recebi o comunicado que, no final da campanha, iria a Imperatriz para retornar com os carros, e nunca foi."

Está claro aqui, Sr. Presidente, que todos esses carros eram de aluguel, mas está aqui a impressão da grande trota.

> "Em Imperatriz, fiquei hospedado na gráfica do Deputado. Dizia-se por lá que era a maior gráfica da cidade e que, por sinal, estava em obras de expansão."

Esta gráfica é de um amigo meu. Aqui está a responsabilidade da sua direção.

> "Havia um grande movimento de carros de som. Retornei a Brasília, de avião, com o Deputado. Em 1991, fui a Imperatriz levar um caminhão do Deputado com uma pequena carga de peças de pratarias, louças, cristais, porcelana..."

Isso aqui, Sr. Presidente, eram algumas coisas que havia comprado no supermercado, e o caminhão também não era meu.

> "...só para decorar um apartamento que havia comprado no mirante do rio."

Aqui vêm as colocações:

> "O prédio de apartamentos mais caro das cidades que ficam às margens do Rio Tocantins."

Isso em Imperatriz, uma cidade do interior do Maranhão.

> "De volta dessa viagem, em 1991, eu trouxe um Escort 0Km, de Imperatriz para Brasília."

Ele sabe, ou deveria saber, que esse Escort não era meu e que, tirado num consórcio lá em Imperatriz, de um amigo meu, tinha vindo aqui para ser vendido. Mas começam a ser colocadas, Sr. Presidente, as gotas e gotas de veneno e da infâmia.

> "...Levei um Gol 84 ao Rio de Janeiro para Nelson, filho do Deputado. Esse carro foi revisado para mim para ver se o preço era válido. Segundo o filho dele, esse carro foi pago pelo Deputado."

Meu filho é maior de idade; mora no Rio de Janeiro: era um Gol 84, bem antigo, mas continuam as injeções:

> "Viajei com o Deputado algumas vezes para Goiânia e sempre íamos em obras de apartamentos que ele estava adquirindo naquela cidade."

É verdade, Sr. Presidente. Eu estava realmente adquirindo um apartamento, e isso consta da minha declaração, em construção, que iria ser financiado, porque lá morava e mora a minha filha.

Continua, Sr. Presidente:

> "Na própria Comissão eu teria corretores de imóveis que vinham de Goiânia para transacionar a venda de imóveis com o Deputado."

Ora, Sr. Presidente, na Comissão eu tinha um corpo destacado de funcionários: a minha secretária, o meu secretário particular, os meus assessores, e era exatamente esse motorista, que nem lá ficava, que iria ser o recepcionista de corretores que eu teria? E por que teria corretores que viessem a Brasília? Mas era, aqui, a montagem de toda a poça de venenos.

"Fui algumas vezes com o Deputado acompanhar as obras no apartamento que ele havia adquirido no Residencial Tom Jobim, em Brasília."

Isso está na minha declaração. Comprei na planta e depois o vendi.

"Fui algumas vezes (veja V. Exª que tudo está bem escrito) com o Deputado acompanhar retormas de um prédio que o Deputado "adquiriu" na W3. vizinho do Ponto Frio."

Esse prédio. Sr. Presidente. é da minha propriedade desde o ano de 1960, época da transferência para Brasília.

Tem mais:

"Fui a Pirenópolis algumas vezes. conduzindo Dª Cléa."

Não sei se foi mais que uma, mas vamos aceitar que tivesse sido. Para hospedar-se onde. Sr. Presidente?

"Nas estâncias da cidade."

Será que tudo isso é uma imaginação extraordinária? Minha mulher, sozinha. quando eu me dirigia, quase sempre para o Maranhão. combinava com a filha e ficava o fim de semana no hotel em Pirenópolis. Mas aqui o que é colocado é estância.

"Para realização e festa de casamento de Cláudia, filha do Deputado. fui escalado para trabalhar no atendimento de transporte de pessoas e conduzir convidadas vindas de Nova Iorque."

Muitos Parlamentares estiveram no casamento de minha filha. Sr. Presidente. não entendo por que essa colocação. Primeiro. não veio ninguém de Nova Iorque. Mas. digamos que tivesse vindo algum amigo, algum parente de Nova Iorque, como essa pessoa iria reter na mente, quatro anos depois, que ele foi ao aeroporto e que veio uma pessoa de Nova Iorque? O que está parecendo a V. Exªs? Uma montagem.

"Fui a Goiânia três vezes num só dia para transportar objetos - entre presentes e compras - da filha do Sr. Deputado, Cláudia, que havia casado". Veja, Sr. Presidente. cada frase é uma armação. Minha filha se casou, recebeu presentes. Os presentes foram transportados daqui num belo dia para a casa dela em Goiânia. Mas qual a necessidade de fazer esse transporte três vezes num só dia? Ora, Sr. Presidente, primeiro que não precisava ir três vezes e, segundo, num dia ... Por que isso aqui, Sr. Presidente? Eu não entendo.

"Fui uma vez a um almoço em que o Deputado Cid Carvalho ofereceu na mansão do Deputado Genebaldo Correia... tem uma casa, não sei se no nome dele ou se da mulher: adquiriu-a às margens do Lago Norte" - tudo vai sendo colocado.

Fui com o Deputado algumas vezes à casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Recordo-me que fui a uma festa que se estendeu pelo dia inteiro. Ele, José Carlos Alves dos Santos, aqui vem a ligação: "até veio ao carro e me convidou para tomar um suco ou comer algo".

Não me lembro. Sr. Presidente. de ter ido. Poderia ter ido, tinha o direito de ter ido. mas não me lembro de ter ido a uma festa que durou o dia inteiro. Festa, lembro-me de uma, quando houve uma homenagem ao Deputado João Alves e eu, convidado, achei que deveria ir e fui.

Aqui, a parte mais interessante. Sr. Presidente: "uma vez conduziu-se o Deputado Cid Carvalho da Câmara para a sua residência", prestem atenção V. Exªs: "uma vez conduziu-se o Deputado Cid Carvalho da Câmara para a sua residência e, lá, chegando. o Deputado me ordenou para voltar à Comissão de Orçamento e apanhar a sua maleta" - maleta que todo Parlamentar recebe do Congresso - "com Maria Helena, sua secretária" - Maria Helena é contratada pelo gabinete. "Chegando à Comissão, Maria Helena abriu um armário. apanhou a maleta, entregou-me e recomendou-me que era dinheiro e acompanhou-me até o estacionamento".

Sr. Presidente. só para argumentar. Uma mala pode ser só de dinheiro, pode ter dinheiro. às vezes. uma maleta de cada um de nós. Mas digamos de uma hipótese ou outra, a primeira. Será que se eu tivesse uma mala, só de dinheiro. não seria muito mais fácil para mim dizer "Ah! Esqueci-me do objeto" e voltar à Comissão ou a minha sala. apanhar a mala e trazer? Eu ia mandar o motorista trazer?

Sr. Presidente. isso aqui é algo de Ionesco. São as teorias de absurdo. Mas aqui está: "Saí direto para a casa do Deputado. Quando cheguei à casa dele. estava ao telefone. falando com Maria Helena." Eu já estava falando. veja bem. "Quando cheguei à casa. ele estava ao telefone. falando e eu o ouvi dizendo que estava tudo bem. E o Ardásio está aqui." Eu estava falando. mas ele chegou. e eu já estava dizendo que ele estava lá.

Vejam os senhores que coisa danosa. Nunca levei maletas de dinheiro para bancos, mas cansei de levar envelopes lacrados - aqui entra -, "com quantias volumosas para o SUDAMERIS. Agência nº 3". Lacrados. mas eram volumosos. As notas poderiam ser de cinco. de cem ou de mil. mas há uma determinação, Sr. Presidente, de criar o clima.

"O Deputado me entregava o cartão ou bilhete para entregar à gerente, e era ela que efetuava os depósitos. Eu nunca pegava fila: ficava esperando. sentado à mesa dela.

Algumas vezes também retirei quantias grandes de dinheiro, que recebia da gerente com o mesmo esquema. O Dr. Paulo Rodrigues me mandava depositar e retirar o dinheiro." E ele bota "assessor" que não é meu.

"Em Imperatriz, os empregados comentavam..." Aí entra a parte em que o Dr. Paulo - e depois vêm outros assuntos - enriqueceu. "Puseram um homem relativamente pobre e na hora ele apareceu com mansões, casas, etc."

Quero dizer que aqui - e não está - foram feitas...(mudo) "Certa vez, o Dr. Paulo escapou de mostrar dez mil dólares que portava. Certa feita..." Aqui ele já volta, porque comigo não podia... "ao Dr. Paulo no Sudameris e o mesmo recebeu o envelope para chegar à Comissão de Orçamento. Ouvi comentário de que estava faltando mil dólares." Banco Sudameris. E lá tinha dólar.

"Em seguida, fui com o Dr. Paulo ao edifício Gilberto Salomão e o mesmo voltou dizendo que estava tudo solucionado. A Maria Helena costumava dizer que o Deputado estava na palma de sua mão. Não a mandaria embora jamais."

E aqui entra a peroração, Sr. Presidente: "Finalmente, gostaria de dizer que, diversas vezes, comentei com os meus familiares que era um escândalo o que ocorria na Comissão de Orçamento, em que vários Srs. Parlamentares recebiam dinheiro dos lobistas. E eu me senti envergonhado e entristecido, pois sei das deficiências por que passam os hospitais públicos - falta de verba -, as escolas públicas em situação precária, nossas estradas esburacadas e, como usuários desses serviços, saber que a causa disso tudo é o desvio das verbas por Parlamentares inescrupulosos.

Quando li a reportagem da revista **Veja** sobre o depoimento desse ex-assessor José Carlos, comentei com os meus familiares da veracidade do depoimento prestado por ele."

Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. membros desta Comissão, sabem os senhores quando estourou? Hoje, se não me engano, depois do meio-dia, quando eu precisava fazer a concentração para me organizar e chegar, nesse momento difícil, até V. Exªs, para dizer que aqui foram feitas até intrigas para solapar o meu equilíbrio familiar: esse era o objetivo.

Sr. Presidente, não tenho a certeza, mas vou apurar. Já combinei com os meus advogados para imediata ação penal por calúnia e infâmia. Como as coisas falam por si só, eu soube - não tenho convicção mas vou apurar e quero que esta Comissão apure -, que o motorista Eduardo Felício Barbosa esteve toda a tarde do dia 3, com membros do SINDILEGIS - que é o sindicato aqui, do Congresso -, juntamente com o seu presidente, Mauro Dantas - que dizem ser candidato a deputado federal - e com o suplente de deputado em exercício Sr. Paulo Ramos., que o pressionou a falar alguma coisa do período em que ele era motorista do Deputado Cid Carvalho na Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, isso dá o tom das aventuras: isso dá o tom do oportunismo de muita gente que, em cima de um momento tão importante e ao mesmo tempo difícil na vida da Nação, tenta tirar os seus prejuízos ou, quem sabe, fazer de tudo isso um palanque para ganhar luzes, para ganhar prestígio acima ou em cima do massacre das pessoas.

Sr. Presidente, isso me abalou efetivamente e, diante da gravidade desse fato, quis colocá-lo na preliminar e invocar também a responsabilidade do Presidente desta CPI, de todos os seus membros quanto aos rumos dessa condução e dessas explorações.

Sr. Presidente, sinto-me no dever de aqui fazer um relato. Estávamos encerrando a Constituinte, e como ela se encerraria antes do fim do ano, estava claro que o Orçamento teria de ser feito sob um novo regime.

O Deputado Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB, sempre muito cônscio das suas responsabilidades, havia-se colocado contra uma posição que outros Líderes do PMDB não tiveram força para tanto. Era, digamos, um "pingue-pongue": ora a Presidência na mão do PFL da Câmara dos Deputados, ora na mão do PMDB do Senado Federal e assim as relatorias revezavam-se.

O Presidente Ibsen Pinheiro julgava que o PMDB, por ser a maior Bancada, devia enfrentar essa situação e disputar de qualquer maneira com o Deputado João Alves, mais que com o PFL, a Presidência da Comissão. Não era fácil.

Lembro-me de que entre as pessoas cogitadas pelas lideranças, para ser o candidato do PMDB, estava o Deputado Roberto Rollemberg. S. Exª chegou a ser sondado. Eram os primeiros passos, mas esse Deputado foi quase que, em seguida, convidado para Secretário do Governo Orestes Quércia; portanto, essa idéia foi abandonada. Na evolução de todos esses fatos, travou-se uma renhida batalha em que sessões sucessivas eram feitas e desfeitas, porque faltavam número; os partidos reuniam-se, estavam colocadas duas posições: eu era o candidato do PMDB; o Deputado João Alves, do PFL. As coisas se azedaram tanto que até houve algumas altercações na própria Comissão.

Quando, finalmente, pudemos chegar à votação, fui eleito contra o Deputado João Alves numa luta profundamente árdua. Como não houve entendimento entre o PMDB e o PFL a questão ficou atritada, até contra as regras da Câmara, que prevê a composição dos dois Partidos. E foi escolhido para Relator o Senador Almir Gabriel, também do PMDB então. Não houve composição. É claro que aquele clima não poderia durar eternamente.

O então Líder José Lourenço tinha relações muito boas com o Deputado Ibsen Pinheiro, e essas relações até foram cultivadas naquele processo em que os dois eram Líderes. E houve a composição entre os dois Partidos, Sr. Presidente. Nessa composição, como a Comissão ainda não tinha o seu estatuto definido, a escolha recaiu

sobre dois nomes da Câmara, o que causou um atrito forte com alguns Senadores. Fui escolhido para Presidente, e o Deputado Fraldo Tinoco*, para Relator.

O conceito é que a Comissão havia sido eleita ainda no período anterior. Então, não tinha suas regras definidas. Pude então, Sr. Presidente, ser eleito pela terceira vez. Já nessa época, houve a reforma orçamentária, chamada Revisão Orçamentária no Governo Collor. E já ali foi indicado pelo PFL o Deputado João Alves.

Em seguida, Sr. Presidente, após ser o Relator da revisão, em 1990, o Deputado João Alves foi escolhido Relator, atendendo talvez a uma reivindicação majoritária de sua Bancada. Não lembro se houve eleição interna, mas foi escolhido o Deputado João Alves. Está claro que aquelas lutas iniciais, eu não diria que tivessem abalado, mas tinham colocado em termos cerimoniosos as minhas próprias relações com o Deputado João Alves.

Sr. Presidente, volto um pouco atrás. Quando assumi a Presidência da Comissão de Orçamento, como era uma comissão carimbativa, ela não precisava nem de reunião nem de espaço. Ela ficava situada, Sr. Presidente, lá no Anexo III, numa pequena sala para o seu presidente e tinha outros gabinetes para assessorias. Está claro que a nova Comissão não podia caber ali.

Eu tinha consciência, Sr. Presidente, que inaugurávamos um período muito importante. Eu sempre dizia: o período discricionário manteve até bem o Congresso - aumentou os seus anexos, mais prédios, mais conforto, os Deputados tiveram gabinetes, assessorias, todas essas condições. Mas a Comissão de Orçamento não, essa foi castrada, porque essa era o âmago da democracia. E eu achava que minha única missão era ajustar uma Comissão carimbativa da ditadura para adequá-la a uma Comissão democrática, em que transferia o poder para o Congresso Nacional.

Tentei muito, Srs. Deputados. Muito. A primeira coisa que fiz - era Secretário-Geral desta Casa, se não me engano, o Deputado Luiz Henrique - foi conseguir, de imediato, uma daquelas salas que pertenceram à Constituinte, que estava terminando, e me instalei; pedi mais, mas não consegui.

A verdade é que a Comissão não tinha nada. Se as presidências, se as lideranças tinham diversos e diversos cargos comissionados, a Comissão não tinha nenhum, não tinha computador nenhum. Ela não existia.

Naquela época, comecei a travar um contato mais estreito com o Sr. José Carlos dos Santos. Ele já era presidente da Comissão de Orçamento do Senado - isso informalmente. Na prática, ele era a grande figura do orçamento no Congresso Nacional, era o suporte dos presidentes, das Mesas da Câmara e do Senado para qualquer assunto, porque era tido como um dos homens mais competentes da Casa.

Travei relações, nessa fase, com o Sr. José Carlos dos Santos e eu o achava uma pessoa interessante, simpática, animada. Ele tinha até idéias de fazer um projeto - e me animou - para se fizesse uma equiparação da nossa Comissão ao modelo americano, que ela tivesse liberdade para se estruturar melhor.

Tentei nessa fase, Sr. Presidente, entrar em contato com a Fundação Getúlio Vargas, com a Universidade de Brasília. Mas, Sr. Presidente, confesso a V.Exª e aos senhores que não foi fácil.

Ainda naquele ano, tentamos inovar, tentamos fazer diversos seminários, e os fizemos: de educação, de ciência e tecnologia, de transporte, que tiveram grande repercussão.

Tivemos também atritos com o Executivo de então, que fazia reparos aos entendimentos da Comissão em termos da sua autonomia. E se passou o primeiro ano, Sr. Presidente, e quero deixar muito claro: o Sr. José Carlos Santos era uma figura que gozava de imenso acato nesta Casa. E por que não dizer simpatia? Não havia assunto importante nessa matéria, no Senado ou na Câmara, que não fosse convocado o Sr. José Carlos. Nos debates entre as comissões, na Liderança do PMDB, na Liderança do PFL, ou dos outros Partidos. Ele era, realmente, a figura chave em se tratando de Orçamento.

E eu me acostumei ao Sr. José Carlos. Tinha relações bastante cordiais. E como era um homem, Sr. Presidente, que não vinha da linha do econômico, mas do político, nesta Casa, confesso que tive muitas dificuldades nos meus primeiros passos na Comissão de Orçamento, porque não era um **expert**, era um homem de bom senso. Está claro que eu me reunia muito com o Dr. José Carlos. Tentei fazer a unificação dessas assessorias. Lutei para criar uma consciência nessa assessoria, onde havia uma certa dispersão. E assim continuamos esse período, até quando fui Presidente.

Sr. Presidente, nesse primeiro ano o Deputado João Alves teve, ainda, uma posição discreta, mas era indiscutível que ele era um homem muito presente em tudo aquilo que se relacionasse a Orçamento, principalmente na parte de Ação Social. Como sabem V.Exªs, todas as subvenções que hoje são tema de tanto tumulto nesta Nação e neste Congresso. Elas têm uma existência de mais de 20 anos nesta Casa.

Em todo o período da ditadura, havia uma espécie de acordo, segundo o que o Deputado não podia emendar, mas tinha sua cota de subvenção para atender os seus problemas regionais e municipais. E o Deputado João Alves era, na prática, um homem afeito a isso. Era uma consideração genérica e patente neste Congresso. Tanto assim, Sr. Presidente, que, na segunda vez, no ano seguinte, o Deputado João Alves, nas composições feitas na Comissão, era indicado para Relator do MINTER, um Ministério ligado a essas dotações e a essas subvenções.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sem, evidentemente, querer interferir ou prejudicar o direito de defesa do nobre depoente, Deputado Cid Carvalho, eu gostaria que a Mesa perguntasse a S. Exª, considerando que já tivemos uma hora de depoimento, qual é o tempo estimado da sua exposição inicial, dado que temos mais de 30 Parlamentares para fazer perguntas e já são 19h30min. Ontem tivemos um depoimento de 12 horas. Poderia a Mesa perguntar ao depoente qual é o tempo estimado da sua exposição inicial?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Creio que a pergunta pode ser pertinente, dependendo de o Deputado Cid Carvalho desejar respondê-la.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, V. Exª sabe que já tivemos depoimentos que avançaram pela madrugada. Com muita cautela, V. Exª começa a limitar o número de depoentes. A Nação inteira anunciou a minha convocação para este depoimento, e eu quis tomar o cuidado de ter a iniciativa de buscar, marcar e aprazar a minha convocação. V. Exª, Sr. Presidente, na sua autoridade, disse: "V. Exª tem o tempo que julgar conveniente para a sua defesa".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas isso, V. Exª há de me permitir, não está sendo contestado pelo Deputado Mercadante. S. Exª apenas pediu a gentileza de V. Exª, se pudesse, informar se vai querer entrar pela madrugada ou se, ao contrário, se V. Exª pode dizer quanto tempo ainda pretende falar. Mas o tempo é seu, está garantido.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, agradeço a V. Exª, porque nós todos conhecemos bem a linguagem política. Quando, na minha exposição, há uma questão de ordem para V. Exª me indagar sobre quanto tempo, V. Exª sabe que isso já é, pelo menos, uma sugestão de limitação.

Sr. Presidente, a mim não me serve nada estar enchendo o tempo de ninguém, nem enxugando gelo. O que acho é que esse é um momento tão importante para a minha vida e desta Comissão, que estou sendo muito cauteloso em fazer todas essas explanações preliminares que julgo da maior importância para a minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) (Fazendo soar a campainha) - Desejo silêncio.

Ora, Sr. Presidente, não posso dizer a V. Exª. Quero dizer que só quero falar aquilo que for essencial e fundamental. Mas se V. Exª, para não me constranger, me der a liberdade de continuar, vou continuando porque se eu começar a olhar pelo relógio, começo a ter limitação também de pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, eu não entendi isso como uma forma de pressioná-lo. Entendi como uma forma de saber o desejo dos deputados e transferi para V. Exª o direito de dar ou não uma resposta. Mas, como ouvimos o Deputado Mercadante, o depoente continuará a falar. A intervenção de V. Exª acrescentou mais 5 minutos.

O SR. CID CARVALHO - Agora me permita mais 5 minutos para eu tentar me organizar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Plenário deve manter-se com a postura que é compatível com o Parlamento brasileiro.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, eu estava situando essa ebulição desse relacionamento por quê? É que na Comissão havia um núcleo que se formara. E quero dizer a V. Exª que não é absolutamente verdade que essa Comissão passou de 60 para 80 membros, de 80 para 120 membros e, de 120, voltou para 80, e continuaram os seus problemas, Sr. Presidente, que não podem estar sendo colocados em termos de pessoas: talvez, sim, de estruturas.

Mas, Sr. Presidente, feita essa parte, quero entrar aqui porque, nesse período, como V. Exª viu a denúncia desse motorista, estamos a cada dia recebendo denúncias e massacres. V. Exª mesmo, Sr. Presidente, tem recebido do meu Estado pedidos de desatetos meus, que, já para efeito no próprio Estado, convidam-se para vir aqui depor contra a minha pessoa. De tudo isso, faz-se um palco, Sr. Presidente. Vou entrando um pouco nesse mérito.

Quero dizer a V. Exªs e ao Sr. Presidente que, quando espocou a revista **Veja**, fiquei chocado e espantado, Sr. Presidente, não vou dizer a V. Exª que mal conhecia o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Conhecia-o e bem. Tínhamos uma relação até muito cordial no nosso trato funcional. Eu nunca poderia pensar; não o posso julgar sempre, Sr. Presidente. Quanto aos episódios de que o acusam em relação a sua esposa, eu dizia para mim mesmo: "Eu não quero julgar, porque posso julgar errado uma pessoa no seu sofrimento".

De forma que não entendi tudo aquilo. Para mim, era algo kafkiano. Sr. Presidente, eram dólares que desapareciam. Como um homem, numa situação tão difícil, tinha pensado de forma tão sádica em relação a todos os outros? Mas não quero julgá-lo, Sr. Presidente.

A verdade, Sr. Presidente, é que, com a bomba jogada pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, a Nação se convulsionou em relação a mim: uma teia de intrigas começou, cada vez mais, a se fechar.

O Sr. Presidente deve ter recebido alguma denúncia sobre aviões que eu teria dado a este ou àquele: essa é a primeira denúncia, Sr. Presidente. Peço a atenção de V. Exª. V. Exª deve ter recebido uma carta do Presidente da Associação Comercial de Imperatriz. A denúncia que deve ter chegado a V. Exª é a de que eu teria presenteado esse senhor com um ou mais aviões.

Ora, Sr. Presidente, na verdade, instado por um grupo de pessoas de Imperatriz, comecei a me movimentar para ter um papel importante em relação ao Aeroclube e, graças a uma exposição e à atenção do então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro*, consegui que o Departamento de Aviação Civil - DAC -, sediado em Belém, socorresse aquele Aeroclube, com reformas que permitissem até haver escola. Consegui, primeiro, um avião argentino e, depois, um outro.

Aqui, Sr. Presidente, eu passarei às mãos de V. Exª a cópia que me deram.

"Exmº. Sr. Jarbas Passarinho, DD. Presidente da CPI do Orçamento, por razões espúrias e inconfessáveis, alicerçando o ódio que caracteriza as mais sórdidas campanhas contra a honra e a dignidade do ser humano, o ex-Prefeito de Imperatriz, Sr. Davi Alves e Silva, no intuito de desviar as atenções da sociedade e da CPI da pistolagem, que realiza profícuo trabalho em nossa sociedade, recorreu aos órgãos de imprensa para denunciar que o Deputado Federal Cid Carvalho, que deve ser cassado, entre outras irregularidades, havia feito a doação de um avião ao empresário e Presidente da Associação Comercial e Industrial, Jairo de Oliveira, utilizando para isso recursos do Governo Federal, através da Comissão Mista de Orçamento.

Disse, ainda, o ex-Prefeito que essa denúncia já teria sido feita à CPI, para que os culpados fossem devidamente punidos pelo crime cometido. Na pressa da denúncia, esqueceu-se de que eram dois aviões e não apenas um, cedidos legalmente pelo Ministério da Aeronáutica, através do DAC, pois se trata de patrimônio do Governo Federal, conforme documento em anexo, para prestarem serviços ao Aeroclube de Imperatriz e que se tornou possível graças ao trabalho relevante do Deputado Cid Carvalho, que nunca se negou a prestar a sua colaboração em causas que se constituem em benefício da nossa comunidade.

É isso, Sr. Presidente: não passo às mãos de V. Exª porque...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há necessidade, porque a carta chegou e não fez parte, nem mandei autuar. Não participo do delírio acusatório, Deputado. V. Exª terá naturalmente que dar explicações sobre outros assuntos em relação à Subcomissão e ao Plenário da Casa.

O SR. CID CARVALHO - Mas, Sr. Presidente, nós chegamos lá.

Sr. Presidente, saiu na imprensa e devo trazer a V. Exª, porque tudo isso aí está sendo telegrafado a V. Exª; isso forma um conceito.

Sr. Presidente, nas outras...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª há de me permitir que lhe esclareça. Aqui estamos com um procedimento de seguir exatamente a missão que nos é deferida pelo requerimento que, por seu turno, foi aprovado. Tratamos de assuntos correspondentes a fraudes, apropriações ilegítimas a partir de manobras no Orçamento. Acusações pessoais dessa natureza nós arquivamos.

O SR. CID CARVALHO - Mas todas elas se ligam aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se tiverem ligações...

O SR. CID CARVALHO - Veja V. Exª, Sr. Presidente - e V. Exª há de ver:

"O principal assessor do Deputado Cid Carvalho, Paulo Rodrigues Alves, foi acusado de ter desviados verbas federais da Associação dos Moradores dos Distritos de Siderlândia e Imperatriz. A acusação foi feita à **Folha**, por telefone, pela ex-Presidente da Associação, Maria Alves Feitosa. Cid Carvalho, um dos sete anões da Comissão de Orçamento, é ligado a uma rede de entidades assistenciais de Imperatriz, uma das suas maiores bases eleitorais. Apenas no segundo semestre..."

Aí segue.

Então, aqui está uma das acusações que quero ler aqui a esta Comissão:

"Saibam quantos a presente escritura pública virem que, no ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1993, aos 26 dias do ano em curso, nesta cidade... perante .. compareceu como outorgante declarante a Srª Maria Alves Feitosa, brasileira, do lar, casada, residente e domiciliada na Rua Henrique La Roque, no Povoado de Siderlândia, neste município, portadora de CPF... na presença... a presente reconhecida pela própria tabeliã, também... de que dou fé. Pela outorgante, Srª Maria Alves Feitosa, referindo-se à reportagem envolvendo seu nome no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 26 de outubro de 1993, declara que: sou uma mulher simples, de poucas letras, mas sempre mantive a minha honra e não aceitaria fazer, através de minha entidade, qualquer coisa que não fosse dentro da lei; que os recursos recebidos pela associação, da qual sou presidente, no Distrito de Siderlândia, foram todos devidamente aplicados, e as respectivas prestações de contas entregues no Ministério da Ação Social; que no ano de 1992" - data da acusação, Sr. Presidente - "não recebi qualquer recurso, como também não assinei qualquer cheque para o Dr. Paulo Rodrigues ou para qualquer outra pessoa; que continuo como Presidente da Associação; que tive divergência", etc., etc.

Está aqui, Sr. Presidente. Para poupar tempo, não vou ler até o final.

Sr. Presidente, tudo isso está relacionado, e V.Exª sabe que está.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sei que está o quê, Sr. Deputado?

O SR. CID CARVALHO - Está relacionado com acusações que os jornais...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esta sim, porque parece que é relacionado com alguma coisa do Orçamento. Aliás, impressiona-me bem que V.Exª conheça até os documentos supostamente de denúncia de V. Exª e já os traga no início do depoimento. Nesse caso do motorista e mais nesse outro da carta a que não dei importância.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, o do motorista, eu o recebi ainda agora. Achei que era muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E os outros, está claro que eu os recebo, porque eu, que nomeei uma comissão de Parlamentares para fazer uma diligência nesse caso, a partir do primeiro documento entregue pelo Deputado Paulo Ramos, só obtive uma resposta verbal da equipe, em que figuram pessoas de alta responsabilidade, inclusive no campo jurídico, como o Deputado Hélio Bicudo, o Deputado Moroni Torgan, que é originário da Polícia Federal. Quem tomou iniciativa foi o Deputado Paulo Ramos. Só obtive dele resposta verbal, ainda não obtive o documento que V. Exª leu todo.

O SR. CID CARVALHO - Eu tive o documento que me deram lá. A minha secretária, um jornalista deu para ela.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Os jornalistas sempre sabem antes de nós. (Risos.)

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, aqui, só para que esta Casa saiba, e saiba V.Exª...

O SR. MORONI TORGAN - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Gostaria de esclarecer que, quando fomos tomar o depoimento do motorista, já circulava na Casa um depoimento por escrito. Mas, durante a nossa oitiva, foram acrescentados outros fatos que, posteriormente, combinamos repassar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não foram esses que o nobre depoente leu ainda há pouco. S. Exª leu só o documento original?

O SR. MORONI TORGAN - S. Exª leu um documento que, na verdade, o depoente, no caso o motorista Eduardo, teria feito ao Deputado Paulo Ramos no início do dia, talvez uma coisa assim, um depoimento que já circulava na Casa anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, suponho, vendo o nobre depoente mostrar o papel que ele comentava, que tinha mais de uma página. O documento original do Deputado Paulo Ramos era uma página só, não duas.

O SR. MORONI TORGAN - Tenho um documento que nos foi dado que tem três páginas. Esse documento foi o inicial, e começamos, então, a inquirição justamente a partir desse documento, pedindo que ele confirmasse o depoimento.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, aqui: "Acusado de embolsar milhões destinados à Associação". Isso é **O Globo**, com grande espalhafato.

O agricultor Pedro Ambrósio - essa é uma pessoa até folclórica, metido a político, foi candidato a vereador, não se elege -, em dado momento, deixou o nosso movimento comunitário e ficou ressentido.

Alega aqui, Sr. Presidente, não vou tirar o seu tempo, que os recursos de 23 milhões não foram aplicados. Exatamente é o que foi, Sr. Presidente. Esses recursos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CID CARVALHO - Com esses recursos, foram construídos dois centros comunitários. Não eram dele: eram da LBA e foram destinados a esses dois centros. Está tudo prestado contas, tudo absolutamente legal, mas se faz essa teia de acusações.

Mas, Sr. Presidente, quero mostrar a V. Exª como se vai minando. Veja aqui, Sr. Presidente, dinheiro liberado não chega a Imperatriz.

Em junho daquele ano, foram depositados três bilhões, novecentos e vinte milhões e duzentos e dez mil referentes a uma verba pedida pelo Deputado Cid Carvalho para a Prefeitura de São Bento, no norte do Maranhão, a 800 Km de João Lisboa.

O dinheiro foi sacado - veja V. Exª que milagre - mas jamais chegou à Prefeitura. O fato foi denunciado pelo Deputado Isaac Dias à CPI da máfia do Orçamento. Isaac Dias é marido da atual prefeita Bitinha etc.

Em Brasília, o Deputado já admitiu anteontem que indicava a empresa Serval de Normando para... Isso é outra questão.

Mas, veja V. Exª, Sr. Presidente, quando veio esse assunto, fiz um discurso na Câmara, e me dirigi a quem? Está claro que tinha que me dirigir ao Ministério da Ação Social. Passo a ler para esta Comissão:

"Refiro-me ao expediente do Deputado Cid Carvalho, de 4.3.93, cópia anexa, que trata da reportagem veiculada no **Correio Braziliense e Jornal de Brasília**, no dia 27, através do qual se noticiou que o Ministério de Ação Social transferiu em meados de 1991 à Preteitura Municipal de São Bento, no Maranhão, recursos federais da ordem

de 220 bilhões, corrigidos a preços atuais, sem deixar vestígio na contabilidade do município".

Isso é o que contamina.

Acrescenta a reportagem que

"recursos foram empenhados através da 91NE0090, no valor de três bilhões, novecentos e vinte, e liberados através do Conselho Nacional do Serviço Social".

Esclareço que, isso aqui é a Comissão do Ministério, a aludida reportagem não é procedente em nenhum dos seus aspectos, haja vista que a nota de empenho citada, 99 de 8.4.91, cópia anexa, emitida pela Coordenação de Orçamento e Finanças, refere-se à Prefeitura Municipal de Araçoiaba, Ceará, no valor de 600 mil cruzeiros, destinados ao custeio do aluguel de carro pipa para o Município.

2. O Conselho Nacional de Serviço Social de 91 foi gestor apenas das subvenções sociais identificadas no Adendo 2, da Lei 8.175, de 31.1.91, Código Orçamentário, conforme Adendo 2, cuja execução total atingiu o montante de 599 mil. Tudo do CNSS foi 590 mil. O demonstrativo que se acha em anexo mantém, portanto, aquele valor informado naquela reportagem.

No âmbito da gestora, o Conselho Nacional do Serviço Social, cabe registrar que foram emitidas Notas de Empenho de nºs 01 a 56, conforme lista de empenhos em anexo, cuja relação não contempla a Prefeitura de São Bento, Maranhão.

Informo, por último, que no exercício de 1993, foram deferidos recursos à Prefeitura Municipal de São Bento, conforme a seguir: subvenção social - 6 milhões, nota de empenho tal, tal e tal.

Sr. Presidente, isso aqui é uma técnica de infâmia. Quero mostrar a V. Exª que, com base nisso aqui, fiz um boletim que mandei espalhar por toda a cidade de São Bento, que se refere a isso que acabei de ler para V. Exª.

Apesar da certidão, apesar da publicidade dessa certidão, esse assunto está voltando à Comissão de Orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda não recebi.

O SR. CID CARVALHO - ...para criar esse clima.

Sr. Presidente, ainda essa mesma fonte ataca e faz uma série de discriminações sobre problema de patrimônio.

Ora, Sr. Presidente, tudo aquilo que tenho mandei para esta Comissão. E V. Exª teve acesso a todas as declarações de renda. Só que tem, Sr. Presidente, é que no avanço delas, colocaram-me com uma fazenda no Maranhão que, absolutamente, não tenho, e aqui uma empresa de turismo.

Ora, Sr. Presidente, essa pessoa - e digo a V. Exª com certa dor - foi amigo íntimo meu durante dez anos. Vejo com muita dor esse procedimento de, por uma querela política, se aproveitar de dez anos de amizade. Mas essa pessoa sabe, Sr. Presidente, porque já gozou da minha intimidade, que eu tenho uma mulher com elevada posse de bens, tradição de família abastada no Rio de Janeiro. E, como esse assunto voltará, minha mulher, filha do falecido grande jurista Levy Carneiro, para ter V. Exª uma idéia, ela e os irmãos doaram, quando da morte de pai, uma biblioteca de mais de 60 mil volumes jurídicos ao Supremo Tribunal Federal, que aí está.

Mas, Sr. Presidente, sabe V. Exª que a carga que aqui se faz é em cima, entre outras coisas, de subvenções e de questões ligadas ao Ministério da Ação Social.

E, no caso específico, Sr. Presidente, por isso pedi a V. Exª aquela oportunidade de exibição do filme da FUNDECO, do nosso Programa Imperatriz, Produzir para Libertar.

Quero, Sr. Presidente, conceituar algumas coisas. Um homem de sete mandatos já deve ter a noção de que está no sol poente. E quem, Sr. Presidente, não quer encerrar a sua vida tendo alguma coisa da qual possa se orgulhar demais? Sabe V. Exª que eu, Sr. Presidente, tendo tido um período muito intenso na vida do Maranhão, posso mesmo me alvitrar em ter sido um dos Deputados de maior participação nos temas e nos benefícios ao meu Estado.

Sr. Presidente, eu quero ressaltar que a análise que faço, hoje, do meu País, é que marchamos para uma sociedade em que as grandes cidades estão cada vez mais se tornando centros de violência, de favelamento. Naquela teoria de que o Brasil seria um pedaço Índia e um pedaço Bélgica, Sr. Presidente, parece-me que a Índia cresce cada vez mais, e a Bélgica se encolhe cada vez mais.

Desde longo tempo, Sr. Presidente, sou um homem preocupado com o tema comunitário. Pôde ver o Vice-Presidente, já na campanha de 86, máquinas de costura e de bordados criavam maneiras que - eu pensava - promoveriam a integração dessa comunidade. Imperatriz, Sr. Presidente, Srs. membros desta Comissão, é a maior cidade do Maranhão; permita-me, Sr. Presidente, que é do Pará, é mais importante que Santarém. Mas é uma questão regional, eu admito. Mas a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Admito que não seja para rir.

O SR. CID CARVALHO - Mas a verdade é que, na circunstância, é uma cidade que tem, pelos levantamentos do IPEA, hoje 26 mil famílias carentes. Se V. Exª considerar uma média de cinco pessoas por família - as famílias da nossa área são maiores, sabe V. Exª -, teríamos muito mais de 100 mil pessoas, mais de um terço da cidade sob a égide da carência.

Sr. Presidente, estou chegando àquela fase do vídeo, mas peço um pouco de paciência de V. Exª, porque isso é absolutamente fundamental para mim, Sr. Presidente, e para a compreensão desta Comissão.

Tenho aqui, Sr. Presidente, um dossiê sobre o movimento Produzir para Libertar, que está dirigido a V. Exª. Vou, depois, encaminhá-lo a V. Exª. Passo a lê-lo:

"A Fundação para o Desenvolvimento Comunitário, FUNDECO, entidade estabelecida na Cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, vem expor a V. Exª o que segue:

A FUNDECO:

A Fundação patrocina e coordena o movimento comunitário denominado Produzir para Libertar, congregando, hoje, perto de 40 centros comunitários e mais de mil núcleos de produção denominados afilhados já incorporando mais de 8 mil pessoas.

FUNDAMENTOS:

Embora tenha nascido com base nos lares das costureiras, transformando-as, gradativamente, em unidades de microempresas, o Projeto Produzir para Libertar não é um projeto de competição. É, sobretudo, uma concepção humanística procurando fazer uma reformulação cultural e existencial, principalmente, nas camadas mais à margem da população ativa.

O PROJETO:

O projeto partiu da consciência de que o Brasil enfrenta um processo de urbanização exatamente oposto àquele que fundamentou o sistema europeu e o americano. Enquanto nestes, a industrialização funcionou como uma bomba de sucção, atraindo grandes camadas das populações rurais para as cidades, em função da necessidade de mão-de-obra, gerando, em conseqüência, profundas modificações nos sistemas de trabalho e cultural dessas populações.

No Brasil, é a miséria do campo o fator propulsor desses deslocamentos populacionais, criando, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste um afavelamento crescente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço atenção de todos ao Depoente.

O SR. CID CARVALHO - ...verdadeiros anéis de miséria, onde se desenvolve uma sociedade em rápido processo de marginalização, seja da vida econômica ou cultural, gerando um caldo de cultura, por excelência, propício à prostituição, à delinqüência e à falta de perspectiva.

Nosso projeto desenvolve-se em Imperatriz, a mais importante cidade do interior do Maranhão, com cerca de 300 mil habitantes. A importância da cidade a tornou naturalmente um estuário de migrações das camadas pobres de toda a região, abrangendo o sul do Maranhão, do Pará e Estado do Tocantins.

A falta de uma política realística por parte dos poderes públicos, em todos os níveis, fez das cidades um drama social do desemprego, dos meninos da rua, organizando-se em bandos, em processo crescente de dependência de drogas.

Essa involução cultural chega a tal ponto que o vício da dádiva, da sacola, da falsa assistência social marca, cada vez mais fortemente, o perfil sociológico da região.

O nosso projeto se desenvolve em Imperatriz, mas é um projeto para o Maranhão e para o Brasil. Essa é nossa consciência, essa é nossa missão.

Aqui, Sr. Presidente, há inspiração. Foi uma pequena cidade pernambucana de Santa Cruz do Capiberibe e vem a nossa conceituação: partimos da idéia de que o projeto precisava ser um choque no vício assistencialista da região. Nada seria dado. Os nossos instrumentos seriam o estímulo à mobilização para o trabalho e a participação direta da comunidade. Para isso, criamos a FUNDECO, criamos centros comunitários, perto de 40, que seriam a base da coordenação das comunidades de bairros, criamos o banco de materiais, responsáveis pelas vendas de malhas, retalhos e linhas, para as profissionais de costura e aquelas que fossem se profissionalizando.

O projeto merecia, inicialmente, desconfiança da comunidade, seria mais um projeto de tapeação eleitoral. Muitos chegavam a entregar a máquina, Sr. Presidente, ou ganhar a malha.

A nossa disciplina foi mudando, ninguém ganhava nada, tudo era emprestado. Tivemos ajudas decisivas do Ministério do Bem-Estar Social, da LBA e da Fundação do Banco do Brasil na nossa caminhada. Através desses órgãos, construímos centros para os bancos comunitários, adquirimos máquinas de costura em linha reta e overlock, cerca de 200, discutimos um fundo para estoque de mercadoria e, principalmente, para construção do Palácio Comunitário, que irá funcionar como uma idéia força, uma espécie de um shopping e dar credibilidade ao movimento. Ali será o shopping comunitário, onde as unidades produtivas venderão as suas mercadorias, será o local das feiras e eventos.

Estamos fazendo um cálculo conservador...Estou pulando, Sr. Presidente. Estamos fazendo um cálculo conservador de que as unidades de produção agrícola, cerca de sete pessoas cada fiquem na produção e mais duas na venda, o que nos leva a uma estimativa de mais de 8.000 pessoas vivendo do projeto ou em torno dele.

Sobre os cursos, falarei, Sr. Presidente. Fizemos algo que seria revolucionário na sua terra e na minha. Ainda no mês passado, 500 profissionais de costura estavam se formando. Neste momento, 920 profissionais de costura estão estudando e, para trás, mais 900 se formaram. Estamos produzindo mais de 1.800 técnicas profissionais por ano, num Brasil que relega isso a um ponto tão secundário.

Mas, Sr. Presidente, vamos ver aqui algumas opiniões. Estou batendo nisso porque isso é muito da base comunitária. Vou dizer a V.Exª o que disse o SEBRAE do Espírito Santo - só o capítulo que interessa. Como sabe V.Exª, a Vale do Rio Doce e o SEBRAE fazem, nos lugares por onde passam, um convênio que chama PRODER.

Foi ao Maranhão visitar esse projeto um homem do Espírito Santo, e ele disse o seguinte: "o trabalho de mobilização comunitária desenvolvido pela SUDECO servirá de modelo para o PRODER, mobilização comunitária para o Espírito Santo. Assinado Egídio Malantini, Diretor-Superintendente do SEBRAE."

Mas vamos lá, Sr. Presidente, para o que diz o despacho do Secretário de Indústria e Comércio do Maranhão, dirigindo-se a nós: "Sirvo-me desta para apresentar os mais sinceros parabéns, extensivos à sua laborosa equipe, pelo extraordinário trabalho que V.Exª vem desenvolvendo à frente da FUNDECO, movimento comunitário - produzir para libertar. Queremos, nesta oportunidade, além de dar-lhes parabéns, externar a nossa convicção de que o movimento constitui-se na melhor e mais expressiva forma de geração de trabalho e renda que se desenvolve neste País, pois que, alicerçado na valorização do trabalho, sem paternalismo e com muito respeito à dignidade da pessoa humana, realiza ação de longo alcance econômico-social. Julgamos de inteira justiça a que faz valer a sua equipe, esperado do maior Deputado Cid Carvalho que dá um exemplo ao País, etc, etc."

Sr. Presidente, aqui é o parecer da assessoria técnica da LBA que vou poupar de ler. Mas queria muito, Sr. Presidente, ler aqui o despacho da D. Leonor Barreto Franco, Presidente da LBA, que concedeu a liberação de um recurso há pouco tempo: "Os pareceres técnicos desta Fundação são favoráveis à liberação dos recursos, uma vez que, em inspeção realizada **in loco**, verificou-se a seriedade e o alcance social do projeto, aliás, dentro das orientações desta Presidência que vem incentivando os programas de geração de renda, por entender ser esta a maneira mais eficiente de reduzir a miséria que assola o nosso País.

Assim, considerando o alto alcance social e havendo disponibilidade orçamentária, autorizo o repasse do recurso solicitado, devendo a Superintendência do Maranhão formalizar o convênio, o mais urgente possível, dentro das normas que regem a matéria."

Sr. Presidente, não sei se diria a V.Exª se pensava ou se penso. Há momentos em que a gente tem de buscar muita força interior para o nosso desafio. Mas, até outro dia, eu tinha, talvez quem sabe, até uma vaidade, e sobretudo um grande orgulho. Eu julgava estar fazendo o maior projeto social do Brasil. E julgava que a implantação desse projeto pudesse ser um paradigma de imitação de imensas regiões. Quero dizer a V.Exª que não só o Paraná e Minas Gerais, mas diversos outros lugares ali da região estão nos procurando avidamente para integrarem-se à filosofia desse projeto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, nessa parte expositiva. Peço a V. Exª, para concretização, neste momento, que mande o seu técnico passar para a Comissão este vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª ainda falará depois?

O SR. CID CARVALHO - Não. Com isso, encerro.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Assistiremos agora ao vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim. Vamos assistir agora a uma produção: "Produzir para Libertar". As luzes apagadas vão ajudar-nos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo é a seguinte: pelo Regimento e pela Constituição, o Deputado Cid Carvalho tem o tempo que lhe aprouver para falar. Penso que não está incluído nesse tempo passar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, não nos poupe disso. Vamos ver a produção. Apaguem as luzes.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, podemos saber, pelo menos, a duração do vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O vídeo é sobre a fundação que o Deputado diz que, com muito orgulho, pretendia que fosse o paradigma para todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO - Podia ser o vídeo com as reuniões com o José Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As piadas devem ser poupadas.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, essa é uma hora séria e grave para mim e para esta Comissão, de forma que piadas, Sr. Presidente, não tolero.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um momento. Peço ao Deputado Cid Carvalho que confie na capacidade que a Mesa tem de dirigir os trabalhos.

O SR. CID CARVALHO - Confio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª viu que, desde logo, impedi que isso continuasse a ser objeto de qualquer chiste. Apenas V. Exª disse - e eu

reproduzi - que considera que é um projeto que empolgava a sua vida. Pensei, independentemente do protesto do Deputado José Genoíno, que é parte da exposição de V. Exª.

O SR. CID CARVALHO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, gostaria apenas de saber qual é a duração desse vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São apenas oito minutos, Deputado.

O SR. ROBERTO FRANCA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Penso que se não apagarem as luzes, V. Exª não verá bem.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quanto foi gasto nesse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso será respondido na ocasião.

O SR. CID CARVALHO - Pediria a V. Exª permissão para me retirar durante uns dois ou três minutos. "Lavar as mãos" é a praxe, não?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

A reunião está suspensa.

Em seguida, ouviremos o Relator.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado, Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Cid Carvalho, V. Exª fez um breve histórico de sua trajetória política. Pelo que pude acompanhar e até anotar, conquistou o primeiro mandato eletivo para o Congresso Nacional, como Deputado, em 1954. V. Exª, depois, informa que teve o seu mandato cassado dez anos depois, em 1964.

O SR. CID CARVALHO - Não. Em 1967.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em 1967, no célebre episódio de Márcio Moreira Alves. Só que, depois, V. Exª passa a refutar acusações de um motorista. Como disse o Presidente, Senador Jarbas Passarinho, aqui não valorizamos muito esse tipo de denúncia feita por adversários, desafetos locais. Então, deságua em 1988, já com a promulgação da nova Carta e com a nova roupagem da Comissão de Orçamento elevada à categoria de órgão constitucional.

Pergunto: quando foi, efetivamente, que V. Exª retornou à Câmara, após a cassação?

O SR. CID CARVALHO - Em 1982.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, de 1982 a 1988, V. Exª exerceu mandato: e eu perguntaria: nessa fase V. Exª alguma vez ocupou alguma função na Comissão de Orçamento, ao tempo dos governos pós-1964?

O SR. CID CARVALHO - Não. Eu expliquei a V. Exª que a minha ida para a Comissão de Orçamento, aliás, eu participava da Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sabe o que é? É que V. Exª foi para 1988, e ficou vazio para trás.

O SR. CID CARVALHO - Explico a V. Exª. Nós tivemos de 1982 a 1988 um período muito rico, intenso na vida política brasileira. A reconstitucionalização, Diretas Já, essas coisas, e lhe confesso que eu pertencia, pertenci, por designação, à Comissão de Orçamento, mas confesso que a Comissão de Orçamento era uma Comissão meramente formal. Então, era mais de assinatura de atas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª usou até um neologismo: "carimbativa". Então, nessa fase da comissão carimbativa, V. Exª já se encontrou, lá, como Presidente, o Relator, Deputado João Alves?

O SR. CID CARVALHO - Eu até posso dizer, Sr. Relator, se V. Exª me perguntar quais as razões por que eu pertenci à Comissão de Orçamento, nem eu mesmo posso lhe dizer direito porque, às vezes, naquele período, ela não tinha importância e era muito mais uma designação das Lideranças; mas ela nunca se reuniu. Não me lembro de ter-me reunido com a Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª disse que não tinha sala e nem precisava de espaço?

O SR. CID CARVALHO - Não. O que eu disse a V. Exª é que quando ela se reunia, em geral, era em qualquer sala de comissões; ela não tinha funcionalidade. Ela tinha um núcleo no Senado, outro núcleo na Câmara, e eventualmente para aprovações ela se reunia, mas não tinha vida própria. Ela não era permanente. Era só em ocasião de carimbar, digamos assim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora V. Exª vai entender por que essa minha curiosidade. É que V. Exª declarou que os deputados não tinham poder de emendar o projeto de Orçamento. E isso foi dito aqui pelo Deputado João Alves, repetidamente. Mas V. Exª fez hoje uma revelação para mim inusitada. É que eles não tinham o poder de emendar, mas recebiam subvenções em contrapartida. E aí realmente para mim é inusitado, porque imagi que no período de 1964 a 1988, deputado não tinham realmente nenhuma influência nas dotações orçamentárias. E então eu perguntaria: quem era o árbitro da distribuição dessas subvenções? Elas eram

equanimemente distribuídas pelos partidos, ou alguns tinham mais do que outros? Quais eram os critérios para essa distribuição?

O SR. CID CARVALHO - Sr. Relator, estou vindo aqui para dar a minha contribuição, e saiba V. Exª que eu não tenho nenhuma razão para não dizer absolutamente a verdade. O que estou dizendo é que nesse período não havia uma vida da Comissão. Ela se reunia só num dado momento. E lhe digo isso por uma pessoa que não vivia a Comissão - já lhe disse isso muito claramente. Então, eu tenho muitas informações daquilo que se dizia normalmente pelo Congresso Nacional.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por exemplo: as subvenções a que V. Exª teve direito. Quem foi que disse que o senhor tinha direito, a quanto, quem foi que recolheu sua emenda, ou quem foi que levou para o Executivo a sua proposta?

O SR. CID CARVALHO - Isso já foi no período seguinte.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - No período após 1988?

O SR. CID CARVALHO - Sim.

O SR. RELATOR (Robertó Magalhães) - Quer dizer que essas subvenções não existiram antes de 1988?

O SR. CID CARVALHO - Essas subvenções, as minhas pelo menos?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. V. Exª, tudo bem. Eu queria saber, em tese, de 1964 a 1988, havia as subvenções sociais no Orçamento? Pelo que V.Exª me disse, os deputados tinham direito à subvenção em contrapartida à perda da prerrogativa de fazer emendas. Eu estou curioso de saber como é que se dava esse arreglo entre o Executivo e o Legislativo.

O SR. CID CARVALHO - Eu tentarei responder, embora queira dizer a V.Exª que não sou autoridade para discorrer sobre esse período.

Os deputados tinham cotas. Esse era o procedimento. Eles tinham cotas, como sempre tiveram cotas de subvenções. Cada um igual, ninguém mais do que outro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ninguém mais do que outro.

V.Exª, em 1988, naturalmente pela sua experiência parlamentar e pelo fato de ter já também passado pela Comissão de Orçamento, é...

O SR. CID CARVALHO - Não passei, gostaria de deixar muito claro. Eu disse a V.Exª que a liderança...Como, às vezes acontece, para diversas comissões que a gente nem vive, o meu nome estava na Comissão de Orçamento. Eu nunca tive participação em Comissão de Orçamento antes da reformulação orçamentária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que eu posso concluir que, de 1964 a 1988, a Comissão de Orçamento era carimbativa, ou digamos, **pro forma**? Mas alguém fazia esse projeto; alguém dava forma a esse projeto, aqui, no Congresso. Certamente o Presidente ou o Relator.

O SR. CID CARVALHO - Basicamente V.Exª tem razão, girava em torno do Presidente e de Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, há uma suposição de que eles tinham um grande poder: o de negociar essas subvenções com seus pares.

O SR. CID CARVALHO - Nobre Deputado, não pergunte muito, porque eu não estava por dentro. Mas quero dizer o seguinte: na verdade, como essa Comissão mal se reunia, ela girava muito em torno do Relator e do Presidente e não do colegiado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, em 1988, com o novo regime orçamentario estabelecido, como V.Exª disse, essa Comissão ganhou muito em importância.

O SR. CID CARVALHO - É verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Primeiro, porque é alçada na condição, na minha opinião indevida, de órgão constitucional; e em segundo lugar, porque os deputados e senadores restauram o poder de emenda. V.Exª disputa e ganha pelo PMDB contra João Alves, candidato do PFL, a Presidência da Comissão e designa o Senador Almir Gabriel para Relator. Aliás, isso aqui foi dito pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, que inclusive ressalvou que o Senador Almir Gabriel tinha sido um Relator correto. Eu me recordo bem disso. Ele que atira tanto, nesse caso não atirou.

O SR. CID CARVALHO - Gostaria de explicar a V.Exª, um Parlamentar dos mais ilustres desta Casa, que a regra aqui, como bem sabe o nobre Parlamentar, são composições partidárias. Um Partido fica com o Presidente e outro Partido ou facção fica com o Relator. De forma que eu quero só deixar um ponto claro: o Presidente não designava; em termos de relator-geral, já nascia com o compromisso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso aí eu sei. Designa aquele que já está indicado pelo partido respectivo. Isso também não é relevante.

Então, aqui é que V.Exª conhece o Sr. José Carlos Alves dos Santos, que estava servindo à Mesa do Senado Federal?

O SR. CID CARVALHO - Não. Ele já estava ligado à Comissão de Orçamento, mesmo carimbativa. Ele, como técnico, tinha, se não me engano, um papel de alguma importância: não muito, porque a Comissão não era importante. Era ele que ordenava a Comissão, estabelecia prazos, porque sempre havia essa luta de prazos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Exª chegou a manter com ele laços mais fortes de amizade ou apenas funcionais?

O SR. CID CARVALHO - Olha, quero dizer o seguinte, basicamente funcionais, mas eu gostava muito dele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª poderia dizer se, também em relação ao Deputado João Alves, o relacionamento era cordial e baseado, assim, numa amizade pessoal?

O SR. CID CARVALHO - Diria que eu tinha mais contato com José Carlos, até por força do ofício. O João Alves, tinha um ponto que nos aproximava: nós éramos, praticamente, dos poucos Deputados que vinham do Palácio Tiradentes. Então, havia uma cordialidade, mas, nunca uma intimidade. Digamos assim, não tínhamos uma vida social.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, então, a partir de 1988, com o novo regime orçamentário, ou de elaboração orçamentária, a Comissão ganha importância. Eu lhe faria algumas perguntas sobre a Comissão.

Como V. Exª via a distribuição não só de subvenções, mas também emendas de verbas para obras no interior, ou em toda parte do Brasil? Isso tudo era feito sob critério rígido, ou dependia muito do Relator, ou tinha mais quem tinha mais prestígio, ou tinha mais quem tinha mais poder de fogo em termos de insistência, de argumentação? Como passou a ser o trabalho da Comissão de Orçamento nessa nova fase?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Relator, na medida em que a Comissão começou a ter força, os interesses em torno dela aumentaram tremendamente. Posso dizer a V. Exª que 90% dos Parlamentares queriam ser da Comissão de Orçamento. Isso se transformou até num dilema para as lideranças, de tal forma que a Comissão, que começou com 45 Deputados e 15 Senadores, teve de ir aumentando sucessivamente o seu número para ir resolvendo problemas desses grandes interesses. Quer dizer, podemos considerar, pelo menos por hipótese, que pertencer a Comissão era não somente prestígio, mas também um meio de se atender a interesses próprios e a interesses de terceiros. Diria assim, nobre Relator: a idéia geral era que dentro da Comissão a pessoa defendia melhor os seus interesses eleitorais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Interesses eleitorais?!

Não vou fazer graça, porque isso é exclusivo do Presidente, mas quando cheguei aqui, eleito, um deputado experiente me disse: "Olha menino, vá para a Comissão do Orçamento. Dá muita sorte. Quem vai para lá nunca deixa de se eleger." (Risos.)

Que depoimento V. Exª daria quanto ao Deputado João Alves? S. Exª foi um relator autoritário, ou foi um relator aberto? S. Exª tinha a preocupação de atender a todos, ou tinha lá os seus amigos mais próximos? Nesse caso, quem eram os amigos mais próximos do Deputado João Alves?

O SR. CID CARVALHO - Eu não poderia, nobre Deputado, nem gostaria - digamos assim -, não posso estar fazendo a radiografia do Deputado João Alves - perdoe-me -, até por razões éticas. O Deputado João Alves, era um deputado com muito espaço dentro do seu partido, PFL.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Geralmente, um deputado que tem uma longa vida parlamentar, que desempenha sucessivamente cargos importantes, tem os seus homens de confiança. Quem seriam esses homens de confiança do Deputado João Alves, sobretudo na elaboração do Orçamento?

O SR. CID CARVALHO - Sempre vi o Deputado João Alves... Primeiro, que ele foi comigo Relator um ano só e nesse ano em que ele foi Relator, não vi que ele tivesse um grupo.

O Deputado João Alves, certo ou errado, se considera um dos homens de maior capacidade orçamentária. O Deputado João Alves não se marca pela modéstia. Então, eu poderia dizer a V. Exª que ele não era um homem de grupos; era de relações, até tinha muitas relações, tanto assim que ele, depois que foi derrotado na Comissão, disputou internamente dentro do PFL e foi vitorioso.

O Deputado Fiúza, se não me engano - estou falando sem convicção, são esses assuntos que se sabe de fora - indicou primeiro o Deputado João Alves para Relator da revisão orçamentária, após a relatoria do Deputado Eraldo Tinoco. Depois, quando o indicou para Relator, se não me engano, houve uma votação interna dentro do PFL - não tenho convicção -, mas aqui tem diversas pessoas do PFL...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Também não tenho, porque não votei nessa eleição; se houve essa eleição, não fui chamado a votar.

Deputado, então, já que V. Exª sabe alguma coisa quanto à designação do Deputado João Alves para Relator no ano de 1991, eu pergunto: quais as razões do seu afastamento? V. Exª tem notícia disso? Quais foram as forças que se opuseram à permanência do Deputado João Alves na relatoria da Comissão de Orçamento?

O SR. CID CARVALHO - No caso, posso responder com menos autoridade que V. Exª, porque isso foi, primeiro, uma crise na Comissão, crise que começou em relatório preliminar, crise posterior com choque com o Senador Suplicy. A cada dia essa crise ia aumentando, até que, internamente, o Deputado Fiúza julgou que tinha que assumir para superar a crise. Mas estou falando como pessoa de fora, porque eu não estava dentro da crise.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª sabe a partir de quando se passou a incluir no Orçamento da União dotações globais destinadas às subvenções sociais? Isso vem de longe ou de 1988 para cá?

O SR. CID CARVALHO - Sr. Relator, as dotações globais sempre foram reivindicações do próprio Pode Executivo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Executivo ou Legislativo?

O SR. CID CARVALHO - Executivo.

Está claro que o Ministro - e isso todos nós sabemos sobejamente - tem o interesse de ter verbas não carimbadas, globais, que possam não só facilitar a sua ordenação orçamentária, como até reforçar o seu poder. Eu e V.Exª sabemos disso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V.Exª, na sua longa vida pública, foi Deputado, apenas com o interregno da cassação. Eu perguntaria: V.Exª exerceu alguma outra atividade lucrativa, como a pecuária?

O SR. CID CARVALHO - Eu tive fazendas aqui em Goiás: depois, tive atividades imobiliárias no Rio de Janeiro. Embora não tenha, de forma alguma, dado o golpe do baú, indiscutivelmente, depois do meu casamento, tive um reforço de situação econômica, de aplicações e tudo isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certamente V.Exª se casou antes de ser Deputado, não é isso?

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não?

O SR. CID CARVALHO - Não. Eu era Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito. Reservo-me para depois, no final.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, V.Exª constatou que tenho procurado não participar do processo de inquirição das testemunhas, até porque entendo que, numa CPI, o Presidente dirige os trabalhos, decide as questões de ordem e passa a palavra; o Relator dirige a formação da prova; e o Vice-Presidente eventualmente substitui o Presidente.

Tem-me parecido ético não participar fazendo perguntas, pedindo respostas aos depoentes, até pelo fato de, por vezes, ter a necessidade de substituir o Presidente.

No caso específico do depoimento do Deputado Cid Carvalho, quero-me reservar, se S.Exª não responder a determinadas perguntas durante as participações dos interpelantes, para fazer-lhe as perguntas como membro da Mesa, porque estamos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, originada principalmente de denúncias do Sr. José Carlos, e o Deputado Cid Carvalho, a rigor, em uma longa exposição indignada, respondeu mais ao que tem sido noticiado na imprensa, posteriormente ao fato, ao que tem ocorrido, inclusive, como denúncias em Imperatriz e menos especificamente àquilo que disse aqui o Sr. José Carlos.

E parece-me que o Deputado, que foi dirigente da Comissão e tem larga experiência, teria condições de informar que havia, na Comissão, duas formas de se fraudar a execução orçamentária, ou seja, o esquema das subvenções e a vinculação às empreiteiras, no que diz respeito à consignação das verbas orçamentárias e ao processo de liberação.

Como são vinte e poucos inscritos, entendo que essas perguntas serão feitas. Se não forem, como Vice-Presidente, reservo-me para fazê-las ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de fazer uma só pergunta ao nobre Deputado Cid Carvalho.

Entre 1982, quando V.Exª voltou a Congresso, e 1988, se não estou equivocado, havia três orçamentos: o orçamento fiscal, que era o único que passava pelo Congresso; o orçamento monetário; e o orçamento das estatais, que era de responsabilidade do Executivo, exclusivamente.

V.Exª disse que o orçamento fiscal, que passava por aqui, era uma câmara de chancela, meramente homologatória do que o Executivo mandava. Ora, posso perguntar a V.Exª se a disputa para presidir a Comissão nesse período era um gesto de altruísmo.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até teria perguntado se era um gesto de colaboração com o regime que havia cassado V. Exª, o que penso estaria fora de cogitação.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, disse a V. Exª e a esta Comissão que nesse período eu vivia muito alheio à matéria orçamentária, à minha própria presença. Como membro da Comissão carimbativa, confesso a V. Exª que não foi reivindicação minha. Lembro-me, Sr. Presidente, que muitas vezes vinha o livro para eu assinar. Não sei se era muito importante, mas a verdade é que não era uma Comissão pela qual os Deputados lutavam ou se esforçavam para pertencer. Isso é que sei.

Comecei a tomar conhecimento do problema de orçamento dentro de uma realidade: eu estava dentro e era seu presidente, então eu tinha de cumprir a minha missão, estudar, me atualizar, porque eu era um homem um pouco fora do setor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Senador Suplicy, como requerente da Comissão tem o privilégio da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Cid Carvalho:

V. Exª já tinha sido deputado antes. Mas, quando voltou ao Congresso Nacional, na eleição de 82, iniciando o mandato em 83, eu também, pela primeira vez, estava sendo eleito Deputado Federal. Está aqui presente o que era Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Ayrton Soares, que, em diálogo comigo, designou-me, por eu ser economista, tanto para a Comissão de Economia quanto para a Comissão de Orçamento.

Quero relembrar que havia reuniões, sim. Elas eram poucas, mas havia e me lembro com muita clareza de ter requerido à Mesa que fosse àquela Comissão o Ministro do Planejamento, Antonio Delfim Netto, do Governo João Figueiredo, para que expusesse pelo menos o conteúdo, explicasse a elaboração do orçamento, porque sabíamos muito pouco sobre a questão. Infelizmente, fui vencido pela maioria, que não se interessou à época em ouvir o Ministro.

Mas, registro com muita clareza esse fato porque havia muitas pessoas, Deputados e Senadores, nesta reunião. Quem sabe, reavivado por este fato, V. Exª possa até relembrar - não me recordo se V. Exª estava nesse episódio específico, mas a Comissão se reunia algumas vezes para votar, quase que homologar, carimbar. Eu pedi a discussão - que não houve - com o Ministro, não quiseram que S.Exª viesse. As forças ali eram no sentido de impedir maior debate a respeito.

A primeira pergunta que tenho para V. Exª é se conheceu, em que época, a empresa SEVAL e o Sr. Normando Leite Cavalcante.

O SR. CID CARVALHO - Tenho até muito interesse em responder essa pergunta. Eu morava, antes da cassação, na Quadra 206, Bloco "B", se não me engano. Nesse mesmo bloco morava o Sr. Maurício Brasilino, que nessa mesma ocasião tinha também fazenda no Vale do Paranã. Confesso que fizemos um bom relacionamento, e ele, nessa época, vivia basicamente de uma empresa de prestação de serviços às prefeituras, como existiam diversas.

Eu mesmo conheço uma pessoa do Maranhão, com quem me dou, que também tem outra dessas empresas, Sr. Mauro Maranhão, e tudo que sei é que existem em Brasília diversas empresas de prestação desse serviço. Nessa época, quem trabalhava com o Sr. Maurício Brazilino era o Sr. Normando, irmão mais novo dele. Conheci-o sem a intimidade que tinha com Maurício Brazilino.

Quando ainda estava na Comissão como Presidente, lembro-me de que o Sr. Normando me procurou pedindo preferência para os meus municípios. Eu partia muito da seguinte tese: eu não podia ser o despachante nos meus municípios. Tive a maior boa vontade e disse: está certo, falo com ele. E até, como o senhor quer dizer a verdade, disse para alguns prefeitos que ligaram para mim: procurem o escritório porque não posso ser o despachante de vocês. Quem tem? O Sr. Normando tem. O Sr. Normando tratou durante algum tempo de alguns desses municípios. Tive, nobre Senador, algumas interferências. Certa feita, disse a ele: você tem de cobrar bem baixinho, porque não pode explorar esses municípios. E ele acertou uma taxa bem reduzida, que, segundo ele, seria paga com o próprio fundo de participação, uma vez que não podia cobrar em cima da verba.

Quero dizer a V.Exª sinceramente que não achei muito eficiente o escritório do Sr. Normando. Muitas vezes tive queixas e reclamações. E, a bem da verdade, como esse foi um período relativamente pequeno, os prefeitos - muitos deles, não sei se a maioria -, depois de resolverem os problemas das suas verbas, não pagaram ao Sr. Normando e ele vinha queixar-se a mim. E eu dizia: fulanos, vocês não estão corretos porque usaram o serviço dele e devem pagar. Nessa questão de pagar ou não pagar, foi essa a minha participação, que, eu diria, foi superficial.

E quando - se V.Exª me permitir - o delegado da Polícia Federal me procurou, dei com a maior naturalidade - achava, como acho, que é natural a tese - a seguinte declaração, para a qual peço a atenção do nobre Relator-Geral.

Meu Deus do Céu, desculpe, pensei que aqui estava a minha declaração.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se V.Exª quiser, eu posso emprestá-la.

O SR. CID CARVALHO - Ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que eficiência!

O SR. EDUARDO SUPLICY - É o trecho que ele escolheu depois para o relatório.

O SR. CID CARVALHO - Mas esse não é todo o texto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não é todo o texto, apenas a parte mais relevante.

O SR. CID CARVALHO - Em face das exigências burocráticas existentes, o declarante sugeriu aos prefeitos municipais, ligados à sua área de atuação, que procurassem o escritório utilizado nesse serviço, especificamente a SEVAL Ltda, de propriedade de Normando Leite, com quem já tinha há longos anos relações de amizade, desde o tempo em que seu irmão Maurício Brasilino Leite* dirigia o escritório com essa especialidade. Que esclarece que assim como os Estados mantêm as suas representações nessa Capital, para encaminhamento de processos de seus interesses, as prefeituras municipais necessitam recorrer, quer dizer, a escritórios especializados aos quais pagam pelos serviços que lhe são prestados.... É só essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, V. Exª até agora fez apenas uma pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dez minutos já se foram. Portanto, eu estou querendo exatamente que os parlamentares que estão inquirindo suscitem ao depoente, se assim acharem conveniente, respostas mais breves, caso contrário vamos ter também indefinido o tempo de resposta, a menos que o tempo limite ou constranja.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, limitar-me-ei apenas à seqüência deste assunto, deixando outros para os perguntadores. E só voltarei se necessário, conforme a regra de encaminhar ao relator a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Entre esses prefeitos para os quais V. Exª indicou os serviços da SEVAL, estaria o ex-prefeito do município de Arame, Sr. Raimundo Nonato?

O SR. CID CARVALHO - Eu acho que o Nonato, nessa época, ainda não estava eleito. Mas não posso lhe assegurar. Minha impressão é de que não. Porque o Nonato já seria do... Mas poderia estar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia estar. Porque em 1992, V. Exª apresentou três emendas beneficiando exatamente o município de Arame.

O SR. CID CARVALHO - Então ele estava.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estava. V. Exª mencionou o nome do seu correligionário, Deputado Isac Dias; citou também, em um pronunciamento de 15 de setembro, na Assembléia Legislativa do Estado, a sua proximidade política com o ex-prefeito de Arame. A cidade de Arame está relacionada entre as prefeituras cujos convênios foram intermediados pela SEVAL. V. Exª então confirmou que, de fato, indicou a SEVAL para o ex-prefeito Raimundo Nonato. Agora, esse ex-prefeito está sendo processado pelo atual prefeito de Arame, porque, em verdade, esse recurso nunca chegou à cidade de Arame.

O SR. CID CARVALHO - Chegaram.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O mesmo ocorreu com o município de São Bento. O convênio também foi intermediado pela SEVAL. V. Exª tem conhecimento ou participação desses fatos? Sabe qual foi a destinação desses recursos? O que aconteceu, de fato, com esse dinheiro que, se tivesse chegado a Arame, teria sido tão importante? Aonde ele foi parar?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Senador, V. Exª, embora tenha sido Presidente da Comissão de Orçamento...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Presidente, não.

O SR. CID CARVALHO - Embora eu tenha sido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perdão.

O SR. CID CARVALHO - Eu tenho a humildade de dizer que V. Exª entende muito mais dessa matéria do que eu. Até porque é economista, é um homem diligente, é um homem cuidadoso. O que eu disse ali, e quero colocar isso de maneira muito clara - eu não tenho nada de advogar a SEVAL ou qualquer outra coisa, as prefeituras procuram aqui escritórios porque elas, principalmente as pequenas do Norte, não têm capacitação de autogestão. Falta isso, precisa ligar, precisa mandar, falta FGTS, certidão disso. V. Exª sabe que a regra é essa. Agora, eu não conheço, nobre Senador. Há hipóteses de uma empresa que dê assistência ao município. E eu não entendo e não sei como ela pode ficar com aquele dinheiro pelo meio do caminho. Porque esses recursos são diretos do Ministério para a conta do Banco do Brasil. Então, não posso entender.

V. Exª, talvez, no caso de São Bento...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É. De Arame e São Bento.

O SR. CID CARVALHO - ... está dando alicerce àquilo que eu trouxe à certidão, mostrando que é absolutamente impossível. Nunca vi. Se é possível alguém pegar o dinheiro ainda no Ministério, eu nunca vi. Acho absolutamente impossível, porque uma das condições fundamentais é que esse dinheiro seja colocado na conta da prefeitura. Se o prefeito bem aplica ou mal aplica, isso é outra questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou respeitar, Sr. Presidente. Encaminharei minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª está respeitando e, ao mesmo tempo, está sendo contemplado com mais 8 minutos.

Senador Vivaldo Barbosa. V. Exª também tem o privilégio..

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado Cid Carvalho, retomo as palavras iniciais de V. Exª e digo que todos nós estamos buscando, lá dentro de nós, a força necessária para desempenharmos o nosso papel nesse instante, especialmente diante de um cassado em 1968.

Aqui se reencontram muitos personagens que desempenharam papéis diferenciados naqueles terríveis momentos. A mim, advogado recém-formado, coube apenas chorar pelos cantos, diante dos destroços da cidadania brasileira pela ignomínia e diante daquele cortejo de exílios, brutalidade, ódio, torturas e mortes. Mas, Deputado Cid Carvalho, V. Exª do seu lado e nós parlamentares haveremos de encontrar a nossa força.

Deputado Cid Carvalho, V. Exª presidiu a Comissão de Orçamento em 1988, 1989 e 1990. Fiquei em dúvida se V. Exª a presidiu em anos anteriores também.

O SR. CID CARVALHO - Nem... Mal era, no último ano. Não presidi nunca.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Mas V. Exª, nessa condição de presidente por três anos sucessivos, já sob a égide da nova Constituição, pode realmente esclarecer uma questão que o Relator começou a indagar de V. Exª e que eu acho que ainda merece esclarecimento. É a questão das subvenções sociais, que é um ângulo dos mais importantes do nosso trabalho, aqui, nesta Comissão.

O Relator procurou pontuar que realmente algo de estranho aconteceu na relação institucional entre o Executivo e o Congresso Nacional, mas especialmente entre a Comissão de Orçamento e o Executivo.

As dotações sociais. Aí indago a V. Exª: era uma prática orçamentária anteriormente a 1968? As subvenções globais, as dotações globais?

O SR. CID CARVALHO - Eu disse, nobre Deputado Vivaldo Barbosa, que eu não era muito um homem do ramo. Se V. Exª me perguntar, eu não posso ter precisão...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tudo bem. Não há problema. É uma questão secundária. Deputado. Sei que a experiência...

O SR. CID CARVALHO - ... nem para o ano que fui para a Comissão antes da .....

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tudo bem, Deputado. Tudo bem. É uma questão realmente secundária.

A questão que acho realmente relevante, que espero um esclarecimento de V. Exª, é que tenho aqui - nos foi fornecido pelo Ministério da Ação Social, pelo atual Ministro e sua assessoria - alguns processos de liberação de verbas, de dotações globais. E o primeiro deles, de junho de 1989, V. Exª, Presidente pela segunda vez da Comissão, credenciou o Deputado João Alves, que não era Relator, membro da Comissão Titular, para, no ofício de V. Exª, coordenar e encaminhar, junto aos respectivos Ministérios, os assuntos relativos a subvenções sociais de interesse dessa Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Eu não quero, realmente, trazer à tona as relações, que o Deputado Relator procurou assinalar. Eu só pediria algum ângulo para que eu pudesse dialogar. Eu pediria ao Deputado Aloizio Mercadante que se deslocasse para a esquerda ou para a direita - qualquer movimento político serve - só para permitir o diálogo com mais facilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A preferência era nítida, Deputado. V. Exª não deveria ter dado opção. (Risos)

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas, Deputado Cid Carvalho, à parte a questão institucional, por que a Comissão se arvorou de falar em nome do Congresso Nacional, em nome dos Parlamentares para ditar as regras da subvenção social? O que realmente nos preocupa - e gostaria de um esclarecimento - é o porquê da escolha de João Alves para coordenar, em nome do Congresso Nacional, pela Comissão, esta intermediação entre o Congresso, a Comissão de Orçamento, e o Executivo.

Deputado, a regra imposta pelo Presidente foi a de que eu fizesse uma única pergunta, porque não haverá condição de fazer a segunda. Eu me permitiria dizer a V. Exª que o Deputado João Alves, com a sua autorização - naturalmente V. Exª tem todo o conhecimento - encaminhou uma lista das entidades que deveriam receber subvenções. Encaminhou e foi atendido também pelo Ministro João Alves Filho.

Ele encaminhou a primeira lista em 8 de junho de 1989. Nessa primeira relação estão praticamente as mesmas entidades que no ano passado, em 1992, foram também aquinhoadas pelo mesmo processo de dotação orçamentária. São entidades, diversas prefeituras na Bahia, Santo Amaro, entidades daqui do Distrito Federal, muitas prefeituras do Maranhão - São Bento e tantas - entidades educacionais do Rio de Janeiro. Todas essas entidades absorveram quase a totalidade das dotações: Evidente que ao Rio de Janeiro, não sei por que desígnio, coube sempre, todo ano, a maior parcela.

Nesse mesmo ano, o Deputado João Alves, com a mesma autorização de V. Exª, voltou ao Ministro João Alves Filho e solicitou a ele liberações em 18 de outubro. E repetem-se as mesmas entidades, as mesmas prefeituras, no grosso, com uma variação pequena. Um dia depois do dia 19 de outubro, volta o Deputado João Alves ao Ministro João Alves Filho com as mesmas entidades e todas elas contemplando polpudas importâncias.

Para se ter uma idéia, apenas para a Bahia foram liberados mais de um milhão de dólares, na primeira solicitação. Para Brasília, US$ 541 mil; para o Maranhão, US$ 751 mil. E as relações posteriores repetiam, mais ou menos, valores idênticos. Como eu mencionei, a de 19 de outubro contemplava até duas relações no mesmo dia e elas contemplando as mesmas entidades.

No dia 7 de dezembro, voltou o Deputado João Alves, com a autorização de V. Exª, para repetir as mesmas entidades praticamente, da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco em menor quantidade, do Rio de Janeiro, de São Paulo, Santo Amaro, e entidades educacionais de Cuiabá, sempre repetindo as mesmas entidades e recebendo polpudas parcelas. Dia 7 de outubro também; no mesmo dia, uma segunda lista, um segundo processo. No dia 19 de dezembro, a mesma lista se repetiu. Depois, em 20 de fevereiro de 1990, a mesma lista, no geral, se repete. As entidades do Rio de Janeiro testemunha V. Exª que não são filantrópicas, de assistência social. Aliás, são entidades empresariais, bem lucrativas, e realmente é esquisito, neste País, entidade de ensino e medicina ser altamente rentável e lucrativa.

Eis a única questão que formulo a V. Exª: isso dá idéia de algo orquestrado, organizado para beneficiar idênticas pessoas, e todo ano feito pelo Deputado João Alves, que fez na condição de designado por V. Exª em 1989; no último processo de 1990 ele anexa a mesma autorização de 16 de maio de 1989. V. Exª, em 1990, continuava Presidente, e é evidente que a autorização continuava válida.

Não sei se V. Exª o designou em 1988, mas em 1991 ele o fez na condição de Relator, que ele foi, do Orçamento. A idéia que temos, Deputado Cid Carvalho, é de que isso era orquestrado e que a história de que havia um esquema ganha muito foro de veracidade diante desses fatos, e que as pessoas praticamente eram as mesmas,

beneficiando-se de polpudas verbas. É evidente que não eram as verbas mais importantes do Orçamento, eram em torno de vinte, vinte e poucos milhões de dólares por ano.

Mas por que razão as mesmas pessoas, o mesmo critério, e por que o Deputado João Alves foi credenciado por V. Exª para articular, em nome do Congresso Nacional, todo esse processo?

O SR. CID CARVALHO - V. Exª até tem muita razão nas suas indagações. Quero dizer a V. Exª, Deputado Vivaldo Barbosa, que nós lidávamos e até debatíamos - essa era a minha questão oficial - muito com aquelas subvenções, que atendiam Deputados por quota. Isso, no meu tempo, foi um assunto muito debatido: aumenta quota, tira quota, é obrigado, até que designei o falecido Deputado do Ceará, Furtado Leite, para ser o Relator das subvenções sociais.

O Deputado Furtado Leite, já naquela época, teceu uma série de considerações e guarnecia ou agasalhava uma emenda do Deputado João Alves. O Deputado João Alves era um homem que, em toda a sua trajetória, estava muito ligado a isso - parece-me que mais no Executivo. Por isso, não posso dar respostas e não posso afirmar... Por isso não dei ao nobre Relator, porque não vivia dentro do assunto. Só pedi a oitiva. Está claro que eu sempre soube que esse problema de subvenção era da ordem do Poder Executivo. A Comissão não tinha poder nenhum para liberar subvenções.

Na verdade, quando o Deputado João Alves...

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª me permite um esclarecimento?

O SR. CID CARVALHO - Pois não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Apenas para dizer que todas as relações que o João Alves fez, de acordo com a sua autorização, foram liberadas exatamente como foram formuladas e, aliás, com muita pressa, pelo Ministro João Alves Filho, que liberava, no mais tardar, no dia seguinte ou sempre no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Deputado, já estamos com 5 minutos além do tempo.

O SR. CID CARVALHO - Quero dizer a V. Exª, com muita tranqüilidade, que, um belo dia, o Deputado João Alves, com quem eu havia tido uma controvérsia muito grande, foi ao meu gabinete com aquela autorização pronta. Naquela época, S. Exª já era o Relator do MINTER. V. Exª conhece o Deputado João Alves, sabe que ele pressiona muito. Eu tive, diria assim, um gesto de delicadeza e nunca pensaria que aquilo fosse um caminho para liberações, até porque, nobre Deputado, se fosse isso, era melhor como Presidente, como pleiteei ao próprio Ministro, liberar algumas dotações dele.

Para mim, era um problema de ordenação, inclusive a discussão do próximo Orçamento. O fato é que a nossa Comissão nada tinha a ver com liberações. Se o Deputado tinha força, não era por conta da Comissão; era nas suas relações com o próprio Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Senador Jutahy Magalhães, o tempo está avançando e, se não tivermos perguntas e respostas em velocidade de 33 rotações, vai se estender muito a resposta. Se fosse 78 seria melhor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Procurarei atender a V. Exª, mas tenho que fazer referência ao que o Deputado Cid Carvalho tratou como uma lembrança do que ocorreu para chegar à Presidência da Comissão de Orçamento.

Como participei um pouco desses acontecimentos, gostaria de relembrar alguns episódios.

Nobre Deputado, quando V. Exª foi candidato a Presidente pelo PMDB, em 1988, foi uma luta árdua - como bem afirmou V. Exª. Tão árdua que nós aqui, no Senado, que defendemos a modificação do grupo dirigente da Comissão de Orçamento, fomos obrigados, em determinado momento, a afastar da Comissão companheiros pelos quais tínhamos o maior respeito, porque tinham compromisso com o Deputado João Alves e nós queríamos que os nossos companheiros, do PMDB, Partido ao qual eu pertencia na época, votassem em V. Exª, que era o candidato da legenda.

Portanto, V. Exª conseguiu chegar à Presidência da Comissão dentro de um movimento de renovação da direção daquela Comissão. Todavia, no ano seguinte, em 1989, quando havia um compromisso formal entre a Câmara e o Senado de um rodízio permanente da direção da Comissão de Orçamento, com vistas a impedir a continuidade que se mantinha há anos, houve uma reação por parte dos Srs. Senadores, da qual participei. V. Exª se lembrou desse episódio: esqueceu-se, porém, de mencionar que o Deputado João Alves, durante muitos anos - uns 14, creio -, revezava-se nas funções de Presidente e Relator. Assim, durante esse período todo, S. Exª se manteve na Comissão, dentro daquele espírito de colaboração que o nosso Presidente da Comissão falou, ou seja, colaborando com a administração na época. Mas, na realidade, fazendo o seu prestígio.

Hoje, a expressão da moda é "núcleo do poder", e V. Exª., com um grupo pequeno, formou um "núcleo do poder" na Comissão de Orçamento. Esse grupo foi formado nessa eleição e, posteriormente, na renovação do mandato de V. Exª., descumprindo um entendimento que havia com o Senado.

Mas, no momento em que V. Exªs. formaram esse "núcleo do poder", também chamaram, para fazer parte dele, o Deputado João Alves de Almeida. Através dessa missão que V. Exª. deu a ele, através da Relatoria da Revisão - do chamado

"Jumbão" na época - que ele foi ocupar, posteriormente, ele voltou a ser Relator da Comissão, e V. Exª. foi reeleito pela terceira vez em 1990.

Quero que V. Exª. me explique quais foram os compromissos que levaram o Deputado João Alves a retornar à Relatoria em 1991 - nesse ponto é que se concentra a minha pergunta maior para V. Exª. Fui participar de uma reunião com a Liderança do PMDB na Câmara, na época, em nome dos nossos companheiros daqui do Senado, para fazer com que houvesse uma permuta de cargos. O Presidente seria um Senador; o Relator da LDO seria um Senador; o Vice-Presidente seria um Deputado; e o Relator do Orçamento seria um Deputado.

No entanto, não conseguimos fazer cumprir esse entendimento que havia. Houve um compromisso para que o Relator da LDO e o Relator do Orçamento fossem da Câmara dos Deputados. Aí entrou em cena, novamente, o Deputado João Alves de Almeida, dentro de um compromisso político, o qual, talvez, V. Exª. possa me explicar. Eu me expressei mal; V. Exª. não vai me explicar, mas fará com que eu sinta o princípio de querer dizer exatamente aquilo que V. Exª. jurou dizer: a verdade.

No gabinete do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, que, na época, um Deputado do PMDB de Minas Gerais, soube, por parte da Liderança do PMDB, quais os compromissos que tinham levado ao retorno do Deputado João Alves de Almeida e fiquei preocupado, porque aquele movimento que tínhamos iniciado aqui no Senado havia caído no vazio; ao invés de termos aquele núcleo do poder anterior, ampliamos o núcleo do poder.

Gostaria que V. Exª. me informasse também se não considera que é muito fácil fazer com que haja esses problemas, se poucos os resolvem e se poucos decidem em nome de uma coletividade como o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª. dispõe de seis minutos.

O SR. CID CARVALHO - Senador Jutahy Magalhães, sinto-me muito à vontade em responder a V. Exª.

Vejo, na mesma fila de V. Exª., o Deputado Eraldo Tinoco com que mantivemos um relacionamento magnífico de Presidente para Relator. Sabe o Deputado Eraldo Tinoco que é verdade o que estou dizendo. Eu tinha uma profunda simpatia para que S. Exª. continuasse como Relator.

Quero dizer a V. Exª. que não é o Presidente que comanda as articulações; o Presidente é decorrencia dessas articulações. Quando foi substituído pelo Deputado Eraldo Tinoco, eu cumpri acordos, os quais caberiam ao PFL indicar, e não caberia ao PMDB indagar da indicação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª. apenas sabe que foi feito um acordo com o PFL, mas, quando estive no gabinete do Vice-Presidente da Comissão, foi-me declarado que o acordo já era feito em torno da indicação do Deputado João Alves de Almeida e que não adiantava querer discutir o assunto, porque o compromisso era claro, objetivo. Isso daí tinha sido feito em razão de uma eleição da Câmara dos Deputados. Essa foi a afirmação que me foi feita na época pelo Líder do PMDB na Câmara. Eu sei que o Presidente da Comissão não decide e não escolhe o Relator; isso é feito dentro de um acordo, mas de uma participação da qual V. Exª, como uma das figuras principais da Comissão de Orçamento, indiscutivelmente, Sr. Deputado, teria participado.

O SR. CID CARVALHO - Não participei. Quero até dizer a V. Exª que não foi...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Perdoe-me V. Exª, mas não posso dialogar. Eu lhe faço as perguntas e V. Exª dá as respostas.

Eu gostaria, Sr. Presidente, para encerrar a minha participação - e procurei falar em 78 rotações e não em 33, mas eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É que V. Exª gastou 6 minutos na formulação da primeira pergunta. Aí já não é rotação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É CD, que é uma coisa nova... Eu gostaria de saber do Depoente, Deputado Cid Carvalho, como é que funcionava, no período em que V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento, o sistema das sobras das subvenções sociais, pelo qual eram destinados para outros Parlamentares recursos não utilizados por Congressistas da quota de cada um de tais subvenções. Como é que era feita essa distribuição das chamadas sobras de subvenções?

O SR. CID CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Senador, de tudo aquilo que sei, até inovei nesse sentido, criando a relatoria das subvenções sociais. Era medido o seu todo e dividido por Parlamentares. Se não me engano, o Partido dos Trabalhadores se opôs à participação nessa quota, e isso redundou numa variação da quota de cada Parlamentar. É o que posso saber em matéria de sobras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, vou gastar uns minutos da minha intervenção, porque recebi alguns telefonemas do pessoal da região, dizendo, exatamente, que eu estava um pouco tímido nas minhas perguntas. Naturalmente, aqueles que me conhecem sabem que não sou dado mesmo a espetáculos de ordem política e, principalmente, num momento desses, em que a CPI é de grande importância e pela sua ampla divulgação pelo rádio e pela televisão, tem chamado a atenção de toda a população brasileira, correndo até o risco de esquecermos outras responsabilidades deste Congresso, como é o caso da Revisão e outras apurações de responsabilidade. Preferimos fazer perguntas que não tragam no seu bojo nenhum

preconceito, nenhum problema de ordem partidária. Mas os depoimentos vão ocorrendo e, hoje, coincidentemente com o depoimento do Deputado Cid Carvalho, a quem tenho uma estima muito pessoal, já não é mais possível que se ouça companheiros da Comissão de Orçamento, um alegando que, ao seu tempo, o Congresso não tinha força, outro, como o Deputado João Alves, alegando que, embora por longos anos na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, não entende nada de orçamento; esconde-se atrás da ignorância alegada. Outros se escondem atrás do contingenciamento. Afinal de contas, estamos apurando algo que é quase óbvio: a influência da Comissão de Orçamento nas decisões das verbas e das subvenções.

É claro que estamos aqui para apurar as responsabilidades, mas o fato em si do funcionamento da Comissão de Orçamento tem sido amplamente discutido no Congresso Nacional.

Na nossa eleição do Líder do Partido, quando tivemos a honra de apoiar o Sr. Odacir Klein, ficou muito claro que as coisas se separam a todo momento, mas não se consegue detectar onde está a responsabilidade, porque o fato é indiscutível.

Quando o Deputado Cid Carvalho fez aquela referência de que o meu nome foi um dos cogitados para ser Presidente da Comissão de Orçamento, na oportunidade em que optei pela Secretaria de Governo de São Paulo, por razões regionais, lembro-me que cheguei à Secretaria e a primeira providência que tomei junto à Representação de São Paulo foi que se fizesse uma comunicação a todos os Prefeitos de que eles não tinham absolutamente obrigação nem estavam forçados a assinar contratos com intermediadores de encaminhamento de projetos das Prefeituras.

Então, o problema é muito claro e, sendo muito claro, a população começa a perguntar onde está o erro.

O Deputado Cid Carvalho, que é um homem competente, não vai se esconder através do desconhecimento do Orçamento. O Orçamento é uma lei autorizativa que, depois, vai para o Poder Executivo, de acordo com os recursos do Tesouro Nacional, os projetos e até a liberação do dinheiro. Nesse caminho, cogita-se de irregularidades e executa-se a irregularidade.

Portanto, há falta de decoro ou licenciosidade capitalista nesse caminho ou há início de um delito, que ocorre quando está liberada a verba ou quando é feita a concorrência com determinada firma. Nesse caminho, vamos encontrar tudo, do começo ao fim: as intervenções, as influências políticas, administrativas, etc.

Considerando tudo isso, pergunto ao Deputado Cid Carvalho: se não existe, dentro da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, um grupo predominante, então vem de fora essa pressão? Será que são os **lobbies** das empresas que dirigem a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ou são membros da Comissão de Orçamento que impõem regras às empreiteiras?

A verdade é que o fato existe e não estamos conseguindo saber se isso é articulado dentro da Comissão com determinado grupo ou se as empreiteiras de fora condicionam os homens da Comissão de Orçamento. Mas que, evidentemente, o fato existe é verdade.

Indago ao Deputado Cid Carvalho: quem influi mais nas decisões da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização?

O SR. CID CARVALHO - Meu caro e douto Deputado Roberto Rollemberg, V. Exª não há de querer que eu, neste momento, faça a teoria do poder político.

Entendo que esta Casa reflete, até porque representativa, jogo de pressões. V. Exª e eu estivemos na Constituinte. E V.Exª pôde estar presente a todos os jogos de pressão da Constituinte. Os jogos de pressão que funcionaram na Constituinte funcionam na Casa como um todo e funcionam também na Comissão de Orçamento.

Não vou dizer para V.Exª que as empreiteiras, ou os sindicatos, ou os bancos, é que formam a Comissão de Orçamento. Mas V.Exª sabe que o Congresso como um todo é resultado da própria sociedade brasileira, da própria força de pressão. E vejo em tudo isso uma inter-relação, nobre Deputado, de causa e efeito.

Agora, quem forma a Comissão? São as grandes pressões das próprias Bancadas, porque elas é que pressionam os seus Líderes. Um dos grandes problemas de um líder, e sabe V.Exª, hoje e já há algum tempo, e como fazer essa escolha. Muitos delegam para suas Bancadas estaduais, outros para suas Bancadas regionais. Mas esse esquema forma-se a partir das Bancadas regionais e das Bancadas nacionais. Era o que tinha a dizer a V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) (Fazendo soar a campainha)

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Já terminei, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouço V.Exª sempre com imenso prazer, mas acho que V.Exª levou nove minutos para fazer a primeira pergunta.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Então, vou fazer a última pergunta. Nem que eu estivesse, assim, muito embevecido com o que eu estivesse falando, mas acho que o tempo correu demais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O tempo é implacável com os bons oradores.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado. Queria dizer ao Deputado Cid Carvalho que não é bem assim. Eu, por exemplo, que defendo o monopólio estatal do petróleo, um camarada da Shell não vai ao meu Gabinete. Então,

acho que é questão de posição. Se a posição fosse totalmente isenta na Comissão de Orçamento, os Deputados teriam uma média de aprovação das suas emendas e subvenções mais ou menos equilibrada. O que não ocorre.

Então, vou terminar, porque tenho que colaborar com este brilhante trabalho que o Presidente vem realizando junto com a Mesa. Mas eu perguntaria, para exemplificar, sempre sem preconceitos, principalmente em relação ao Deputado Cid Carvalho.

Estamos examinando esse caminho da cogitação do delito ou da Lei Autorizativa para chegar lá na execução, na liberação dos recursos. Esse caminho é que temos que prosseguir. Repito, sem preconceito e, principalmente, em relação a V.Exª - é que V.Exª é um homem inteligente e conhece a Comissão de Orçamento. Dos acusados pelo José Carlos, escolha V.Exª qualquer um deles e diga-me qual é a porcentagem de aprovação de emendas e subvenções dos homens citados que tenham caminhado, desde a Lei Autorizativa, até a liberação.

Será que não ocorre com alguns Deputados, determinadamente, esse caminho completo da Lei Autorizativa até a liberação? Se V.Exª avança um pouquinho mais: as emendas de V.Exª, qual a porcentagem que caminhou tudo isso até o final feliz da liberação do recurso?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Cid Carvalho.

O SR. CID CARVALHO - Respondo até com tranqüilidade a V.Exª. Nesse último orçamento, eu tive emendas - relativamente poucas - aprovadas. Por exemplo, com o Deputado Fiúza, defendi de maneira ardorosa a liberação de dotações que tinha feito para esse projeto que V. Exª viu. Concentrei, nesse ano, toda a minha força para liberação nessa direção. E digo a V. Exª também que, embora sem estar apoiando pelo Governo, procurei, da melhor forma indireta, lutar pela liberação das minhas emendas, como todos lutam pelas suas, sem que isso signifique uma submissão ou um ato ilícito.

Mas sabem V. Exªs que temos que botar nisso um pouco de doutrinação. No orçamento autorizativo, o eixo da decisão está no Poder Executivo e não no Poder Legislativo. É essa a resposta que tenho para dar a V. Exª.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Terminado o tempo, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, estamos aqui há mais de quatro horas, e toda essa longa vivência e sabedoria do Deputado Cid Carvalho está evitando que, talvez, possamos discutir o centro da questão em discussão na CPI.

O senhor veio aqui e disse que o homem mais entendido em orçamento é o Deputado João Alves.

O SR. CID CARVALHO - Eu não disse isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ilustre Deputado, o senhor elogiou a competência dele na matéria.

O SR. CID CARVALHO - Não, eu disse que ele tinha fama ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ele veio aqui e, com muita humildade, disse que o único homem competente era o José Carlos Alves dos Santos. O senhor também o reconheceu como o homem mais competente. E, segundo suas palavras, participou de todo esse processo, ao longo de todos esses anos. José Carlos veio aqui e disse que o senhor é corrupto. Foram estas as suas palavras:

> "Deputado Cid Carvalho e Deputado Genebaldo sabiam de todo esse esquema, sabiam de todos esses acertos, sabiam que corria dinheiro e recebiam dinheiro. O Deputado Genebaldo e o Deputado Cid chegaram a me perguntar se tinham me pagado, se o Deputado João Alves tinha me dado dinheiro".

É disso que se trata. E disse mais: que existiam dois esquemas. Havia o esquema das empreiteiras, que diretamente pagavam - e o senhor consta, em matéria sobre a Servaz, de uma lista dos que recebiam propina. Em seguida, dizia que havia um esquema de subvenções sociais e que o senhor era um dos principais responsáveis por esse processo.

O senhor falou durante todo esse período, mas, em nenhum momento, reconheceu claramente se existe ou não um esquema de subvenções sociais. E não é sobre poder do Executivo; é sobre deliberação da Comissão de Orçamento. Existiam ou não verbas designadas no Orçamento que eram liberadas pela Comissão, segundo critérios da mesma, que esses Deputados que tinham controle majoritário exerciam?

O SR. CID CARVALHO - Eu digo: não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, como é que o senhor me explica aqui, no Ministério do Bem-Estar Social, a seguinte rubrica: subvenção social, Comissão Mista do Congresso Nacional. E, assim, temos várias - até grifei-as: subvenção social, Comissão Mista do Congresso Nacional, a data da liberação e a rubrica. Que rubrica é essa, se não existia essa Comissão? E se não existia, como é que o senhor explica essa carta do senhor, dizendo claramente o seguinte:

"Sr. João Alves:

Designo o Deputado João Alves, membro titular da Comissão Mista de Orçamento, para coordenar e encaminhar, junto aos respectivos Ministérios, os assuntos

relativos a subvenções sociais de interesse desta Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional."

Se não existia, como é que existe uma carta datada e assinada pelo senhor, de 16 de maio de 1989?

O SR. CID CARVALHO - Penso que V. Exª pode ter mais serenidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A serenidade, às vezes, é uma forma de irritação também.

O SR. CID CARVALHO - Pode ter serenidade, porque ao que V. Exª se referiu, já dei aqui uma ampla explicação. A Comissão nada tinha a ver com liberação de subvenções. Partindo desse princípio, até afirmei que, diante de uma pressão, que me pareceu de efeito superficial, fiz aquela carta no sentido de coordenação. E ela me parecia o quê? Como o Deputado João Alves tinha grandes ligações nessa área, empenhei-me muito no sentido de parlamentar, em termos de elaboração do próximo Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A capa é muito precisa. V. Exª o nomeou, e não tinha poderes para isso, lobista da Comissão de Orçamento junto aos ministérios para liberar subvenção social. É isto o que está escrito, assinado e datado por V. Exª:

"...coordenar e encaminhar, junto aos respectivos ministérios, os assuntos relativos a subvenções sociais de interesse desta Comissão Mista de Orçamento".

Que poderes V. Exª tinha para fazer isso?

O SR. CID CARVALHO - Veja V. Exª que aí esta: coordenação de assuntos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Relativos a subvenções sociais de interesse desta Comissão. Foi exatamente isso o que disse o Sr. José Carlos: é exatamente isso que estamos discutindo. É uma das pontas da máquina de corrupção que existia dentro da Comissão de Orçamento, de que V. Exª é um dos principais responsáveis, assinando este termo. V. Exª discorda ou concorda com isso?

O SR. CID CARVALHO - Disse a V. Exª e a esta Comissão que, num belo dia, o Deputado João Alves veio com isso pronto e eu, efetivamente, assinei, certo de que não cabia à Comissão qualquer responsabilidade de liberação de subvenções, uma vez que tínhamos as nossas específicas: era um adendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só para entender. O Deputado João Alves trouxe pronto e V. Exª, apesar de discordar, assinou?

O SR. CID CARVALHO - Eu lhe digo que assinei; se discordasse, eu não assinaria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, V. Exª concordava?

O SR. CID CARVALHO - Também não concordava. Temos pressão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pressão de quem?

O SR. CID CARVALHO - Às vezes, de cada um. Nós todos sofremos pressão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem pressionou V. Exª para que assinasse este termo e participasse desse processo? Quem são os Parlamentares? Por acaso, a lista que o Deputado Vivaldo Barbosa citou é a mesma que se repetia todo ano e todo mês?

O SR. CID CARVALHO - Não, só uma pessoa...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - São aqueles que o Sr. José Carlos citou?

O SR. CID CARVALHO - Só uma pessoa. Foi a própria pressão do Deputado João Alves a um Colega...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por que ele tinha tanto poder sobre V. Exª, a ponto de obrigá-lo a assinar uma carta que V. Exª disse que concorda e não concorda?

O SR. CID CARVALHO - Porque eu defendia o princípio de que a Comissão não tinha nada a ver com liberações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª tinha o princípio e assina uma carta designando ele para coordenar e encaminhar?

O SR. CID CARVALHO - Não para liberar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, o que fazer nos ministérios, se o Orçamento era autorizativo, se não fosse para liberar verbas, como estão os pedidos anexados nos processos do Ministério do Bem-Estar Social? Ou V. Exª não sabia que era para isso?

O SR. CID CARVALHO - Não sabia que era para isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª está sabendo hoje?

O SR. CID CARVALHO - Não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por três anos, V. Exª foi Presidente da Comissão...

O SR. CID CARVALHO - Só assinei porque S. Exª me pediu, no sentido de coordenar os nossos assuntos junto ao MINTER.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só tenho mais uma pergunta, que é relativa ao vídeo A que acabamos de assistir. Quanto custou a FUNDECO para os cofres públicos? Quanta verba pública foi liberada para aqueles centros comunitários, para aquele shopping que V. Exª apresentou, para esse projeto

que V. Exª acha que é um paradigma? Quanto custou de dinheiro público esse processo?

O SR. CID CARVALHO - Sr. Deputado, Srs. Membros da Comissão, não tenho aqui o conjunto das dotações nesses anos, mas comprometo-me com o Sr. Presidente a ter com o Presidente da Fundação os contatos necessários para trazer todas as verbas liberadas para esse projeto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Do orçamento e das Fundações Banco do Brasil, Vale do Rio Doce.

O SR. CID CARVALHO - Todas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Segunda pergunta ao senhor é a seguinte: o endereço dessa fundação é Rua Maranhão 305, Bloco A, Centro de Imperatriz. Por sinal é o mesmo endereço do seu escritorio político. É isso?

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Foi assim que ela foi registrada junto ao CNSS.

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É este o endereço, é o endereço do escritório político de V. Sª. É o mesmo endereço. Segunda pergunta: quem é o presidente dessa fundação?

O SR. CID CARVALHO - Dr. Paulo Rodrigues Alves.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E qual a relação dele com o senhor?

O SR. CID CARVALHO - Íntima.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Íntima. Ele foi assessor.

O SR. CID CARVALHO - Não. Ele é... Eu consegui... Ele é assessor do Deputado Genebaldo a meu pedido. Ele é uma figura de maior projeção em Imperatriz. É Presidente do meu Partido, o PMDB, foi candidato a prefeito, foi candidato a deputado. É uma figura de projeção e meu companheiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor poderia explicar-me só mais uma coisa? Como e possível.... porque quem apresentou a emenda foi o Deputado José Geraldo.

O SR. CID CARVALHO - Como?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A emenda para construção do centro profissionalizante foi apresentada pelo Deputado José Geraldo. Centro profissionalizante Imperatriz. E o senhor fazia com o José Geraldo algum tipo de triangulação de emendas? Qual o interesse do Deputado José Geraldo em Imperatriz, senão uma relação direta com o senhor?

O SR. CID CARVALHO - Só a seguinte: o Deputado José Geraldo, foi sub-Relator do Ministério da Ação Social.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. O senhor poderia me explicar o seguinte: como é que o Deputado José Geraldo, como sub-Relator poderia em 1991, saber de uma entidade que só seria registrada em junho do outro ano e colocar uma emenda, em 1991, do recurso que seria liberado em 1992? Como e possivel essa previsibilidade do sub-Relator?

O SR. CID CARVALHO - Eu não... V.Exª ... Deixa eu ver aqui. Isso para mim é inteiramente sem sentido. Repita.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vou ler para o senhor. R00926-9 - 184 mil e 400.184 milhões de cruzeiros na época. Empenho 00472, OB 01468, de 21.08.92, que foi relativo à liberação de 524 e 400 mil cruzeiros reais, ou seja, em torno de 40 mil dólares, para construir mais uma sede.

O SR. CID CARVALHO - Um momentinho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra como Relator para fazer uma retificação. Este vídeo declara que a experiência de Imperatriz da FUNDECO(?), não é isso, se inspira na experiência de Santa Cruz, Capibaribe, em Pernambuco. Quero dizer que não tem nada ver uma coisa com a outra.

Em Santa Cruz, Capibaribe, no nordeste pernambucano, surgiu uma florescente atividade artesanal, e já hoje industrial, de empresas médias de confecções, a partir de iniciativa da própria população, de alguns líderes, digamos assim, que iam a São Paulo comprar a SULAM(?) e transformavam a SULAM(?) em todo o tipo de concepção.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Proporia que o Depoente respondesse essa questão. Está difícil encontrar?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou procurando. Estou aproveitando o tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo. Mas ele poderia responder por escrito à Comissão, explicando, quem sabe, o inexplicável ou alguma explicação...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, para encerrar, o Estado não tem nenhuma interferência nessa atividade Santa Cruz de Capibaribe, que está começando até a expandir-se no agreste. Nenhuma. O máximo que o Estado faz é evitar o arrocho fiscal. Somente. Não tem fundação, não tem verba pública nem de Estado, nem da União, de coisa nenhuma. É, aliás, um fenômeno interessantíssimo e estou fazendo a retificação, para não parecer que, lá, estamos levando verba.

O SR. CID CARVALHO - Que ano V. Exª disse?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - 1991 para 1992.

O SR. CID CARVALHO - Essa fundação foi criada em 1991.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E registrada em 1992. Qual é a data de fundação?

O SR. CID CARVALHO - Saibam que foi no dia 22 de novembro de 1991.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No dia 22 de novembro de 1991 foi fundada e registrada no CNSS em 1992. Como é que o Deputado José Geraldo poderia, no final do ano de 1991, apresentar uma emenda para Imperatriz?

O SR. CID CARVALHO - Saiba V. Exª que há o pedido de registro no CNSS, que, muitas vezes, demora um tempo enorme, mas a instituição começa a estar apta. O Deputado José Geraldo não pode saber. O que ele pode, como Relator, é fazer emendas para os amigos e para colegas. Isso ele pode.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo.

O SR. CID CARVALHO - E eu pedi. Agora, peço a V. Exª somente um pequeno minuto para dar uma explicação à Casa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu proporia que a intervenção do Relator fosse feita ao final, porque é um direito de palavra do Relator. Eu gostaria de terminar a minha argüição, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª fez uma proposta para que o nobre Deputado até respondesse por escrito. A experiência que tenho de Ministério é que nao se credenciava desde logo as empresas, Deputado Cid Carvalho, as instituições que solicitavam o registro. Somente depois de registradas devidamente no Conselho é que poderiam ser objeto de receber subvenções. Ficou, no meu entender, uma parte da resposta de V. Exª em conflito com a pergunta que faz o Deputado Aloizio Mercadante. V. Exª pode responder isso depois, como ele propôs.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vamos encaminhar depois, Sr. Presidente, por escrito.

O SR. CID CARVALHO - Estarei apto, Sr. Presidente. Quero dizer o seguinte: o que é importante é que, qualquer entidade, para receber recursos, tem que estar devida e plenamente apta. De forma que prefiro voltar a V. Exª porque não lido com os detalhamentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, para encerrar. Num breve levantamento que fizemos junto ao Ministério do Bem-Estar Social, nos anos de 1992 e 1993, o Deputado Cid Carvalho levantou, liberou, executou em torno de 25 milhões de dólares de recursos desse Ministério. Neste ano de 1993, com todas as dificuldades orçamentárias, austeridades fiscais, o Deputado liberou já em torno de dez milhões de dólares de recursos apenas desse Ministério. O senhor liberou 3:338.786 dólares para a Escola Agrotécnica em Codó, no Maranhão; liberou 2.072.945 dólares para abastecimento de água em Imperatriz, no Maranhão; liberou 2.149.205 dólares para esgotamento sanitário em Imperatriz, no Maranhão; liberou 2.357.802 dólares para BR-222, no Maranhão; e liberou cinqüenta mil dólares para a FUNDECO.

Eu perguntaria o seguinte: quais as empreiteiras que trabalharam nessas obras que mencionei? A pergunta é muito objetiva, Deputado. Trata-se da Escola Agrotécnica em Codó, abastecimento de água em Imperatriz, esgoto sanitário em Imperatriz e BR-222. Qual ou quais as empreiteiras que serviram à construção desses projetos com a verba que o senhor liberou?

O SR. CID CARVALHO - Isso para mim é irrelevante. Comecei a minha luta pela Escola Agrotécnica em Codó quando era Prefeito um grande amigo meu, que lançou essa batalha. Comecei e está claro que tenho lutado para que se chegue ao final. Quero dizer a V. Exª que muitas dessas emendas são produto de grandes reivindicações regionais, a partir do Governador; e eu tenho interesse nas grandes obras do Maranhão. E não tenho nenhum acanhamento de lutar pelas grandes obras do Maranhão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, o depoente não respondeu. Eu não discuti o mérito das obras nem a relevância; toda obra pública tem algum sentido. Perguntei qual ou quais as empreiteiras que elaboraram esses projetos que mencionei.

O SR. CID CARVALHO - Digo a V. Exª que nem sei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Era o que eu tinha a perguntar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Cid Carvalho, espero que as suas respostas sejam bem rápidas e breves. Sou do seu Partido. Lamentavelmente eu esperava que V. Exª fizesse uma defesa muito mais consistente, com documentos, com provas, e que nos convencesse.

O primeiro depoente que aqui esteve, do PPR, o Deputado João Alves, deixou a desejar, foi vergonhoso; o segundo, ontem, deixou muito a desejar; e V. Exª segue por um caminho muito nebuloso e que nos deixa, a nós, do PMDB, com muitas dúvidas. Espero que V. Exª vá ao Partido e se defenda e mostre tudo aquilo que aconteceu.

Normalmente é quase impossível um Deputado aprovar cinco ou dez emendas; só em 1992 V. Exª aprovou cinqüenta e uma folhas de emendas - só V. Exª, mais ninguém. Milhões de dólares, como se diz.

A pergunta que lhe faço, para que responda rapidamente, é: existia ou não um time que fazia acordos na Comissão de Orçamento?

O SR. CID CARVALHO - Se V. Exª quiser rapidamente, não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não?

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nos últimos cinco anos, V. Exª movimentou muito dinheiro em banco - lembre-se de que nós vamos ver os seus cheques -; seu patrimônio cresceu muito?

O SR. CID CARVALHO - Eu não diria muito, mas eu diria que cresceu. E quero dizer a V. Exª que cresceu por duas razões: aplicações minhas e, ao mesmo tempo, co-participação de minha mulher nesses investimentos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª, nesse episódio todo, nestes últimos dias, tem ficado nervoso?

O SR. CID CARVALHO - (Risos)

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª passou mal nestes dias? Ou sentiu essa tranqüilidade que estamos vendo aqui? Eu, na sua situação, teria tido cinco enfartes.

O SR. CID CARVALHO - Acredito que V. Exª não teria. V. Exª se lembra de quando foi vítima de grandes acusações sobre o problema da Zona Franca, e não ficou? De forma que todos nós precisamos ter tranqüilidade. Vim aqui para defender a minha honra, e com ela fico tranqüilo, como V. Exª deve ter ficado tranqüilo naquela ocasião.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A diferença entre mim e V. Exª é muito fácil de explicar: estou sempre no setor privado, e, por um acaso, vim para a política. Tenho mais de cinco mil empregados e sempre fui empresário. Tenho vinte indústrias e fiquei rico trabalhando como industrial. O meu patrimônio está aberto para a Comissão, e sempre esteve aberto pela Receita, principalmente o nosso, que somos da Zona Franca.

E como disse logo no começo, quando cheguei aqui, contando um caso ao Senador Eduardo Suplicy, do PT: "Onde se faz política, não se faz negócio." Venho do setor privado. Onde se faz indústria, se faz negócio; mas aqui não é lugar de se fazer negócio.

Como V. Exª é do meu Partido, eu me sinto muito à vontade para lhe perguntar tudo isso: V. Exª não me intimida falando sobre Zona Franca, porque tudo está aberto. Os jornais desta semana disseram que eu tenho um patrimônio de 100 milhões de dólares, feito em trinta anos. Trinta anos como industrial. V. Exª tem 39 anos como político, e diz que movimentou muito dinheiro, que ficou rico, que tem dinheiro.

O SR. CID CARVALHO - Eu não disse. V. Exª é que disse.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O Sr. José Carlos disse que fazia negócio com V. Exª, que V. Exª levava dinheiro.

O SR. CID CARVALHO - V.Exª é que disse. O que eu estou dizendo é que V.Exª provocou uma grande crise no governo Collor, em termos da Zona Franca.

Eu nem quero dizer se é verdade ou se é mentira. Eu sou seu colega parlamentar. Se V.Exª me perguntar se eu fiquei nervoso, se tomei tranqüilizante, não é pertinente a sua indagação, pelo menos como colega.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu quero dizer a V.Exª que prestei um grande serviço à Nação, porque se não tivesse havido a briga do Dr. Egberto com a Drª Zélia, os senhores teriam que tê-la aguentado muito mais. Foi um grande serviço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu solicito ao Senador Gilberto Miranda e ao Deputado Cid Carvalho que evitem retaliações de ordem pessoal. Isso não está nos interessando. Estamos em busca de fatos relacionados com o orçamento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Para concluir, Sr. Presidente. O senhor acha normal que cada deputado ou cada senador aprove aproximadamente 100 emendas por ano, Deputado Cid Carvalho?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Senador, não tenho, exatamente, a medida da normalidade.

Penso que uns deputados e uns senadores aprovam mais, e outros aprovam menos. É uma questão de atuação em cada setor. Não sei qual é a taxa. Se V.Exª quiser, posso estudar isso melhor e ver qual é a taxa possível de aprovação.

Sabe V.Exª que está aqui, ou estava, o Deputado Humberto Souto. Nós fizemos parte de um grupo de trabalho que limitou a apresentação de emendas, que agora está reduzida a 50. De forma que, se V.Exª quiser saber, eu acho que hoje o máximo que um deputado deve aprovar é 50.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Mas o senhor apresenta 50 e aprova 50? Era assim?

O SR. CID CARVALHO - Eu estou dizendo a V.Exª que há essa limitação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Deputado Cid Carvalho, V.Exª se referiu, no seu depoimento, a fazendas em Goiás e atividades imobiliárias no Rio de Janeiro. V.Exª adquiriu esses bens há quanto tempo? Ou somou-se ao seu patrimônio - permita-me - depois do casamento?

O SR. CID CARVALHO - Eu não tenho mais as fazendas em Goiás. Quando eu vim para Brasília, as terras aqui eram baratíssimas e, naquela fase, quando me transferi, eu tinha algumas poupanças, minha mulher também tinha e eu fui

comprando terras baratíssimas e agregando. Depois eu fiz um projeto - CONDEPE - não sei se o senhor sabe?

O SR. FERNANDO FREIRE - Eu estou satisfeito.

A quem V.Exª atribui a indicação do Sr. José Carlos para o DOU? Depois disso, o Sr. José Carlos ter participado da elaboração orçamentária nesta Casa? V.Exª teria essa lembrança?

O SR. CID CARVALHO - Informação eu não tenho, mas eu posso tecer algumas conjecturas. Lidei bastante com o Sr. Pedro Parente, na época em que ele era o principal assessor do Ministro do Planejamento. O Sr. Parente tinha uma presença muito intensa na Comissão de Orçamento, em nome do Ministro do Planejamento, e era natural.

Tenho a impressão que, nessa fase - porque V.Exª sabe que essa área burocrática forma um clube, as pessoas é que se entendem: então, é difícil sair, sai hoje mas volta amanhã - a minha impressão é que o Sr. Pedro Parente, indo para Ministro, achou que seria uma boa idéia colocar no DOU um homem que, pelas suas ligações no Legislativo, o reforçasse. É uma mera suposição. Não tenho a menor informação a esse respeito.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente. Pergunto se V.Exª pode explicar como eram descontigenciadas as subvenções sociais do orçamento de 1991 às vésperas - portanto, sobretudo, com ênfase - do impedimento do ex-Presidente Fernando Collor?

O SR. CID CARVALHO - Olha, o que sei é que muita gente jogou. O Presidente Collor pensava que tinha uma tranquila maioria. Muita gente jogou. V.Exª sabe que, poucos dias antes de ele ser cassado, deram um banquete para ele e o orador do banquete cansou de dizer o seguinte: e um pouco assim, quer dizer, a vida. Agora....

O SR. FERNANDO FREIRE - Com relação ao critério ou aos critérios, V.Exª não sabe?

O SR. CID CARVALHO - Não sei. Eu não sei se o Presidente jogou com liberações. Só posso responder por mim. Eu tinha uma determinação de lutar por aquilo e tinha até relações pessoais com o Deputado Ricardo Fiúza, lutei junto a ele pela liberação. Mas quero dizer a V.Exª que nunca me foi exigido por ele qualquer barganha em relação à votação do **impeachment**.

O SR. FERNANDO FREIRE - V.Exª acredita ter sido possível ao então assessor José Carlos manipular verbas do orçamento sem conhecimento da Comissão? V.Exª acha que isso pode ter ocorrido?

O SR. CID CARVALHO - Depois da votação do orçamento? É isso que V.Exª está dizendo?

O SR. FERNANDO FREIRE - Depois e antes.

O SR. CID CARVALHO - Tudo o que posso dizer a V.Exª - V.Exª está me perguntando sobre minha opinião -, na verdade, o orçamento aprovado vai para o CIBRAZEM, que é uma máquina complicadíssima, complicadíssima. É muito difícil. O deputado esta interessado em saber se a sua emenda foi aprovada e não a do outros. Então, é possível. Não estou dizendo do Sr. José Carlos. É possível alguém que tenha influência, ou esteja com um ponto ali, fazer algumas manipulações. É possível, tecnicamente.

O SR. FERNANDO FREIRE - V.Exª considera que a atuação do Conselho Nacional de Serviço Social, na aprovação nas subvenções, obedece a um critério? V.Exª acha que esse Conselho é eficiente, que a sua atuação é correta? *Gostaria de ouvir a opinião de V.Exª.*

O SR. CID CARVALHO - Tenho uma opinião. Infelizmente, como diversos outros órgãos, creio que esse Conselho tem sido passivo. Ele era formado de conselheiros que não tinham grande interesse no Conselho. O Conselho não tinha força, é um órgão secundário na estrutura do Ministério; tanto que o atual Ministro está querendo fazer uma reformulação.

Lembro-me que num dado momento fui discutir com o Presidente a aprovação de algumas entidades e ele não tinha nem funcionário para funcionar: tive que descobrir um conselheiro aqui e pedir que ele fosse no... Era uma posição, na minha opinião, inteiramente passiva. Acho que precisa haver uma grande revisão.

O SR. FERNANDO FREIRE - V.Exª tem algum parente dirigindo alguma entidade que percebe subvenções?

O SR. CID CARVALHO - Não, não tenho.

O SR. FERNANDO FREIRE - V.Exª já fez alguma viagem ao exterior em companhia do Deputado João Alves?

O SR. CID CARVALHO - Não, jamais.

O SR. FERNANDO FREIRE - E com o Deputado Manoel Moreira?

O SR. CID CARVALHO - Nós estivemos em duas viagens juntos. Em uma delas, fomos em delegação à Tunísia. Tunísia? Faço sempre confusão com aqueles países da África.

O SR. FERNANDO FREIRE - Tunísia.

O SR. CID CARVALHO - O Deputado José Genoíno estava lá.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tunísia. Mas para Atenas, não.

O SR. CID CARVALHO - Estou começando a explicar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está interpelando o nobre Deputado Fernando Freire.

O SR. CID CARVALHO - O Governo da Tunísia fez um convite oficial à Câmara. O Presidente Ibsen escolheu, dentro de um critério de diferenciação partidária., só figuras muito importantes, entre as quais estavam os Deputados José Genoíno, Vivaldo Barbosa, Humberto Souto, Genebaldo Correia e outros Deputados; eu tive a sorte de estar nesse grupo seleto.

Da Tunísia nos, efetivamente, combinamos fazer uma viagem de cruzeiro. Lá, chegou o Deputado Manoel Moreira.

De outra feita, estávamos ambos nomeados para a ONU e nos encontramos em Nova Iorque.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer algo...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está interpelando o nobre Deputado Fernando Freire.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Trata-se de uma informação. Peço ao Deputado Fernando Freire que me conceda um pequeno aparte para explicar algo.

O SR. FERNANDO FREIRE - Concedo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Lamentavelmente, há interpelantes inscritos: V. Exª está inscrito depois, entre os não membros.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, foi feita referência a uma viagem em que estavam presentes os Deputados Vivaldo, Humberto Souto e eu. Essa viagem à Tunísia terminou na Itália, quando eu e os Deputados Vivaldo, Humberto Souto saímos da comitiva e viemos embora. A viagem para a Grécia, no cruzeiro, não tinha a participação nem deste Deputado, nem dos Deputados Vivaldo e Humberto Souto. Essa e a informação que é importante dar. Não é isso, Deputado Cid Carvalho?

O SR. CID CARVALHO - Absolutamente certo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Mesa acolhe a informação do Deputado José Genoíno.

Continua com a palavra o Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Parece-me, então, Deputado Cid Carvalho, que seria importante esclarecermos: a viagem à Grécia se deu em caráter particular?

O SR. CID CARVALHO - Aproveitamos estar perto, na Itália, era uma hora, e fomos.

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Exª poderia declarar quem mais participou dessa viagem, além do senhor e do Deputado Manoel Moreira?

O SR. CID CARVALHO - O Deputado Ibsen Pinheiro, o Deputado Genebaldo. O Deputado José Geraldo também foi.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Fernando Freire, o tempo de V. Exª já se esgotou.

O SR. FERNANDO FREIRE - Tenho apenas mais uma pergunta, Sr. Presidente.

Deputado Cid Carvalho, V. Exª conhece a Srª Maria Lucimar Pinho?

O SR. CID CARVALHO - É a minha secretária.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, nobre depoente, Sr. Relator gostaria de ver se conseguimos colaborar com a relatoria na produção de provas, e gostaria também de contar com a colaboração do nobre depoente para ver se conseguimos um pingue-pongue, tendo em vista que eu tenho muitas questões.

A primeira é que no depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, nas notas taquigráficas das páginas 97 e 99, aquela pessoa informou que, em uma certa fase, quando houve distribuição de propina, V. Exª e o Deputado Genebaldo Correia teriam perguntado a ele se João Alves lhe teria dado o dinheiro que lhe cabia.

Ele disse que sim. Os senhores perguntaram quanto. Ele disse 100 mil dólares, e V. Exªs confirmaram que isso estava correto. Indago se V. Exª confirma esse diálogo constante das notas taquigráficas do depoimento do Sr. José Carlos.

O SR. CID CARVALHO - Quero dizer a V. Exª que isso é absolutamente fantasioso e infamante.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

Em segundo lugar, pergunto se depois que o Sr. José Carlos Alves dos Santos assumiu o DOU - Departamento de Orçamento da União - V. Exª manteve sobre ele algum tipo de ascendência ou de influência.

O SR. CID CARVALHO - Absolutamente. Acho que depois que ele foi para o DOU eu mantinha relações que tinha da Comissão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre depoente, tenho em mãos documentos enviados por V. Exª ao Sr. José Carlos Alves dos Santos pedindo a liberação de recursos para Municípios do Maranhão, bem como documentos do Deputado Genebaldo Correia pedindo a liberação de recursos para a Bahia no dia 19/12/91, e que foram atendidos através das Portarias nº 1.246 e 1.251, do DOU, de 23/12/91, quatro dias depois, portanto. Faço questão de oferecer ao nobre Relator esses documentos.

V. Exª confirma que pediu a liberação, o descontingenciamento de recursos para vários Municípios do Maranhão e que foi atendido, quatro dias depois, pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, então diretor do DOU?

O SR. CID CARVALHO - Vamos botar, Deputado Salomão, as coisas nos seus devidos lugares. Eu pedi ao Dr. José Carlos até mais, vou dizer-lhe.

Quando ele estava assessorando o Deputado Fiúza, pedi que ele me ajudasse na liberação de algumas subvenções, porque ele era uma relação minha, feita durante longos anos na Comissão, e o meu dever é lutar por liberações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

Mas V. Exª mantinha, então, uma certa influência, uma certa ascendência?

O SR. CID CARVALHO - V. Exª perguntou ascendência. Eu mantinha relacionamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está ótimo. Muito obrigado.

Eu pergunto se também V. Exª mantinha algum relacionamento com empreiteiras, destacadamente a construtora Norberto Odebrecht?

O SR. CID CARVALHO - Quero dizer a V. Exª que tenho com a empresa... Eu tenho um relacionamento, considero até meu amigo, amizade de família, com o Sr. Cláudio Mello e a sua esposa. Nós temos relações familiares.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, já que o nobre Relator não está presente, talvez alguém da Mesa pudesse receber um segundo documento. Trata-se de uma relação, preparada pela empresa Norberto Odebrecht, de obras em Municípios do Maranhão, Piauí e da Bahia, com o cartão, exatamente, do amigo citado pelo Deputado Cid Carvalho, confirmando, portanto, que S. Exª tinha um relacionamento com a construtora Norberto Odebrecht através do Sr. Cláudio Mello, com quem agenciava obras do interesse do seu Estado.

O SR. CID CARVALHO - Isso V. Exª está dizendo. Eu não disse isso a V Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Defendia obras de interesse do seu Estado.

O SR. CID CARVALHO - Eu tinha... Tenho relações familiares com ele e a mulher.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se tinha, V. Exª afirma que tem até o presente. O mesmo se aplica ao Sr. Onotre Vaz, da Servaz?

O SR. CID CARVALHO - Não. Eu conheci o Sr. Onotre Vaz quando ele fazia obras importantes no Maranhão, no período do Governador Cafeteira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Obrigado.

Pergunto se V. Exª, quando era relator setorial da área do Ministério da Agricultura, aprovou muitas emendas. Não sei se seria capaz de se recordar da Emenda nº RO 0484-4, que visava a construção de redes de eletrificação rural no Estado do Maranhão, a cargo do Governo estadual, no valor de Cr$ 214 milhões.

V. Exª recebeu algum apelo do Deputado Ricardo Fiúza em relação a essa emenda para atender à propriedade que S. Exª tem em São Pedro dos Cacetes, Município de Barra do Corda, Maranhão?

O SR. CID CARVALHO - Em primeiro lugar, gostaria que V. Exª visse o que foi essa relatoria. Acho que desagradei a quase todos. Fiz uma emenda a pedido do Governador do Estado para emendas genéricas. Foi a única; segundo, essa emenda nada tem a ver com São Pedro dos Cacetes, porque ela foi aplicada pelo Governo do Estado. Eu, em outras épocas, consegui recursos para fazer uma linha da sede, que é Barão de Grajaú, não é Barra do Corda, até São Pedro dos Cacetes e fiquei muito aborrecido porque tive o comício de inauguração - foi a maior obra que se fez naquele Município -, e a FUNAI impediu, as linhas foram retiradas, o motor foi tirado, estamos numa imensa crise. É só isso que sei em relação a isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª não sabe que o Deputado Ricardo Fiúza tem uma fazenda em São Pedro dos Cacetes?

O SR. CID CARVALHO - Em São Pedro, não; sei que tem no Grajaú, mas nunca ouvi falar - e disso eu teria autoridade - que ele tivesse se beneficiado dessa linha, porque essa linha passa distante da fazenda dele.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª aprovou várias emendas, e tenho aqui uma mostra de três emendas, com um texto do parecer, que me parecem extremamente ilustrativo. A emenda RO 0488-7, de eletrificação rural em Pindaí, na Bahia, tem o seguinte parecer:

> "Indicação do Deputado Genebaldo Correia".
>
> Em Itanhaçu, o mesmo texto de parecer."
>
> "Emenda de relator por indicação do Deputado Genebaldo Correia".

Ainda há aqui outras emendas de indicação do Deputado Sérgio Guerra.

O SR. CID CARVALHO - No valor de quanto?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dez milhões, 10 milhões, 25 milhões.

Sabemos - V. Exª mais do que eu, porque tem muito mais experiência - que o valor da emenda é algo imaterial. Pode-se abrir a janelinha orçamentária para depois suplementar com recursos provenientes do Executivo. De modo que, não faço questão de discutir o valor. Quero saber se V. Exª, como relator, considera razoável que o parecer de aprovação de uma emenda seja indicação do líder do seu partido, do seu companheiro de partido, de um amigo que fazia parte do clube do Orçamento como o Deputado Sérgio Guerra.

O SR. CID CARVALHO - Posso dar a V. Exª uma explicação muito clara em relação a isso. Ainda agora vi aqui o Deputado da Bahia. S.Exª não está aqui no momento. Vou explicar a V. Exª.

Eu saía da Presidência da Comissão, ia ser o relator. Estava aquele clima muito ruim na Comissão, inclusive relatórios contestados - quase que se fez um grupo na Comissão de Orçamento para passar a limpo cada relatório. Eu achava que aquilo poderia ser uma humilhação para mim.

O que fiz?

Levantei o que havia de possibilidade de aplicação e, a não ser verba para a EMBRAPA, essa outra para o Governo do Maranhão, e fiz a divisão dos recursos, entre todos os que haviam solicitado, destinando quotas de 50 mil para cada um, para que não houvesse, até nesse período quase tive um aborrecimento do Deputado Odacir Klein que havia pedido... e havia tido uma confusão, depois fiz uma força para recuperar dentro desse critério de uma pequena quota para...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para encerrar, indago se V.Exª apresentou declaração de Imposto de Renda em 1993, relativo ao ano base de 1992?

O SR. CID CARVALHO - Em 1993?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Este ano, relativa ao ano passado?

O SR. CID CARVALHO -É claro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque a Receita Federal não dispunha de sua declaração. Irei referir-me apenas as quatro declarações anteriores. Nelas, V.Exª declara como rendimentos, apenas os subsídios pagos pela Câmara dos Deputados e pequenos pagamentos de empresas como a CONSTRAN, a PORTOSON, num ano a CONSELHO, da BRASTEMP, no outro a FFIBRAL Ltda, e pequenas remunerações provenientes de pessoas físicas. V. Exª confirma isso?

O SR. CID CARVALHO - Confirmo, sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ainda assim, V.Exª conseguiu amealhar considerável patrimônio imobiliário. Em 1990 chegou a treze imóveis; depois se desfez deles e ficou com cinco imóveis. Não sei se V. Exª se deu conta que os rendimentos declarados por V. Exª coincidem praticamente, com pequeníssimas diferenças, com o valor das suas variações patrimoniais ano a ano. Isso significa dizer, fazendo as contas, que V. Exª viveu no ano de 1988 com US$68,74 por mês; no ano de 1989, com US$1.120 por mês; em 1990, com US$17,76 mês; e no ano de 1991, confortavelmente, com US$7.282,61 por mês, em média.

Pergunto a V. Exª: sabe V. Exª que a forma mais bisonha de se apurar a sonegação de renda é exatamente quando se confronta a variação patrimonial com a renda disponível do contribuinte?

O SR. CID CARVALHO - Sei, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E V. Exª saberia explicar se há outras fontes de renda que lhe permitam viver com um nível, um padrão de vida melhor do que esses poucos dólares a que me referi?

O SR. CID CARVALHO - Queria, e irei remeter a V. Exª e a esta Comissão, um formal de partilha da minha mulher. Irei dizer aqui algumas coisas - V. Exª, que é do Rio de Janeiro - que foram vendidas a partir de 1974 quando...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, não discuto que V. Exª deve ter como explicar como sobreviveu. Claro! V. Exª está vivo, é a própria explicação óbvia de que V. Exª teve outros recursos. O que assinalo é que esses recursos não estão declarados na sua declaração do Imposto de Renda.

O SR. CID CARVALHO - Nisso V. Exª tem razão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

O SR. CID CARVALHO - Quero dizer que consegui e venho fazendo isso com recursos ativos que tem a minha mulher, produto da venda de todos os seus bens após a morte de seu pai.

O SR. LUIZ SALOMÃO- O nobre Deputado quer dizer que a senhora sua esposa sustenta a família, porque os seus vencimentos são todos aplicados no crescimento do patrimônio do casal?

O SR. CID CARVALHO - Não é isso. V. Exª é engenheiro e sabe que pode fazer inteiramente um juízo mais correto. O que digo é que minha mulher investiu nos investimentos e não na "alface e na verdura".

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado Cid Carvalho, seremos obrigados a quebrar o sigilo fiscal, da senhora sua esposa, para podermos confrontar, a menos que a declaração seja conjunta. E confesso que não me recordo. Só pude ver rapidamente as suas declarações. Mas, de qualquer sorte, V. Exª quer dizer que a forma como V. Exª expandiu seu patrimônio imobiliário se encontra nos bens e na renda da Srª sua esposa?

O SR. CID CARVALHO - O patrimônio da minha mulher, de ativos, foi que permitiu o acréscimo no meu patrimônio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Só para encerrar, eu gostaria de indagar se V. Exª tem uma fazenda em Porto Franca, um prédio empresarial no Palácio Comunitário, se é proprietário do imóvel onde está instalada a gráfica antes mencionada, onde está instalada uma ilha eletrônica de edição de TV e se V. Exª tem participação na Elo Turismo, aqui de Brasília, de propriedade do Sr. Paulo Rodrigues, assessor da Liderança do PMDB.

O SR. CID CARVALHO - Não tenho participação na Elo, nem a fazenda em Porto Franca e o resto está relacionado na minha declaração de bens.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, serei muito breve. No entanto, antes de fazer a única pergunta que tenho, gostaria de avivar um pouco a memória do eminente Deputado Cid Carvalho para que confirme o que vou dizer. Parece-me que ele não foi muito claro numa resposta ao Sr. Relator, Roberto Magalhães.

Deputado Cid Carvalho, eu cheguei a esta Casa em 1971. Havia um orçamento pronto. E, eleito o presidente e o relator, o que ocorria? Esse presidente e esse relator negociavam com o Sr. Ministro da Fazenda e do Planejamento, na época Delfim Netto e Reis Velloso, uma parcela das subvenções sociais que era dividida eqüitativamente entre todos os parlamentares. Vamos dar um exemplo: cada deputado tem direito a um milhão de cruzeiros, naquela época mil cruzeiros. Era uma pulverização tamanha que o cidadão dava 20 mil para uma entidade, 50 para outra, 30 para outra.

Depois, decidiu-se fazer uma determinação interna de que haveria uma doação mínima de 100 mil cruzeiros, por exemplo, para evitar que se computasse e organizasse essas microdotações que não tinham nenhum significado.

Além do mais, nós senadores éramos deputados distritais. Também tínhamos uma parcela para distribuir entre as entidades sociais do Distrito Federal. V. Exª lembra desse fato? Conhece esse fato? Não era assim realmente?

O SR. CID CARVALHO - Quero dizer a V. Exª que cheguei em 1982. E já disse, Senador Francisco Rollemberg, que eu não era um homem da área, não vivia muito esse assunto, até porque, nesse período, toda a minha concentração estava na área eleitoral, política. Eu não tinha outra vinculação. Cheguei à Comissão quase um ignorante.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Deputado, o que eu quis dizer foi tão somente o seguinte: que V. Exª foi deputado antes de 1982. Foi cassado e voltou. Eu queria perguntar a V. Exª se não era assim. Porque foi assim que encontrei o orçamento da União sendo votado no Congresso Nacional.

O SR. CID CARVALHO - No período de Juscelino eu me lembro que tínhamos as verbas ordinárias e as verbas extraordinárias. Quando queríamos manter uma associação qualquer, colocávamos um pouco da verba ordinária que garantia e a extraordinária que ampliava. Isso eu me lembro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Essa época eu não alcancei. Quero dar o meu depoimento de quando cheguei a esta Casa.

O que eu quero dizer a esta Casa, ao senhor, ao Sr. Relator, é que as dotações para os parlamentares foram fatos corriqueiros e que essas dotações existem inclusive nas Assembléias Legislativas. Os deputados estaduais também dispõem de uma certa verba.

Sr. Deputado, está tarde. Vou fazer uma pergunta muito subjetiva. Compareceu a esta Casa o Sr. José Carlos Alves dos Santos, armado de uma metralhadora giratória. Ele atirou para todos os lados. Não perdoou ninguém, nem V. Exª. Posteriormente, ouvi ou li - não me recordo bem -, ou ouvi e li, as duas coisas ao mesmo tempo, que o Sr. José Carlos dera a seguinte declaração: "Só estou falando essas coisas todas, porque minha mulher desapareceu". Ora! Então me veio à mente - fiquei lá nas minhas elucubrações - que isso pode ser uma catarse, uma autoflagelação. Ele, voltando-se para Deus, confessando os seus pecados, confessando essas coisas todas, pensou que purgaria isso e reaveria a sua esposa. O que não posso acreditar é que nisso estivesse veladamente uma acusação aos senhores membros da Comissão de Orçamento ou a qualquer outro grupo, já que foi encontrado até no avião do próprio sinais de cocaína. Isso me deixou muito preocupado.

Mas passo às perguntas. O senhor vai me responder sim ou não e está encerrada a minha arguição.

Domingo à tarde, o Deputado Vivaldo Barbosa e eu estivemos com o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Fomos até lá para receber uma análise de documentos do Orçamento que ele se propôs a fazer. Então, em algumas dotações, ele fazia um círculo e interrogava - "sobre isso não tenho certeza" -, em outras, ele dizia sim. Na hora em que ele a entregou e que vou me retirando, ele me disse: "Senador, verifique e preste muita atenção às dotações do DNER, porque aí V. Exª poderá descobrir algumas coisas".

A minha pergunta é somente a seguinte: para V. Exª, que foi Presidente da Comissão - que o conheço e respeito, que o admiro inclusive, pelo seu trabalho naquela Comissão, que agora está passando por esses dissabores -, o que significa essa chamada de atenção "preste bem atenção e analise as dotações que dizem respeito ao DNER"?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Senador, é indiscutível que no DNER estão as grandes estradas, as BRs, os grandes recursos. Agora, não sei por que essa alusão, essa tese do Sr. José Carlos.

Viu V. Exª e esta Comissão que, embora acusado, eu quis colocar todos os fatos na sua maior simplicidade. Não fiz nenhuma retaliação. Não quis fazer. E até por inteligência, Senador, porque a retaliação poderia parecer uma forma de autodefesa. Ao contrário, asseverei que me relacionava bem com ele e até gostava. Confesso a V. Exª que, quando aconteceu o episódio da mulher dele, pedi à minha mulher que ligasse para ele seguidamente, porque todo o pressuposto do apreço que eu tinha por ele era de que

ele não podia ser um camicase - um homem que estava com a sua vida organizada e não sabia do dinheiro que dispunha: morava bem, era conceituado, tinha uma esposa bonita, elegante, culta, preparada, alta funcionária do Ministério, filhos criados.

Uma vez conversei com o José Carlos e lhe perguntei o que ele iria fazer. Respondeu-me que iria montar uma empresa de assessoria. Quando ele passou aquele período com o Fiúza, dando aquela assessoria, o meu julgamento era de que ele estava prestando um favor, enquanto estava montando a sua assessoria.

Há muita sabedoria no dito popular, Senador. Uma das marcas dos ditos populares é: fulano não é maluco, porque não rasga dinheiro.

Fico pensando como seria o meu comportamento se a minha vida estivesse liquidada e eu tivesse três filhos, como de fato tenho, e um milhão de dólares escondidos onde ninguém soubesse. Eu os procuraria e lhes diria: "Meus filhos, a minha vida se acabou. Mas vocês vão lá, que tem algum para vocês prosseguirem suas vidas". Eu nunca vi tanto dinheiro assim fácil. Nunca vi. De forma que não quero dizer a esta Comissão, estou conversando com V Exª, que respeito e com quem tenho certas relações de intimidade, que montagem há em tudo isso. A mim causa muita perplexidade tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Deputado, V. Exª daria o dinheiro para o seu filho, mesmo sabendo que era fruto de roubo?

O SR. CID CARVALHO - Daria. Com minha vida liquidada, daria.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA- E seu filho aceitaria, nobre Deputado? V. Exª é um Parlamentar. V. Exª está prestando um depoimento à Nação brasileira. É este o exemplo que V. Exª quer deixar para a juventude brasileira?

O SR. CID CARVALHO - Não, não é isso. Eu estou analisando...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Locupletar-se à custa do roubo e do dinheiro público?

O SR. CID CARVALHO - Eu quero dizer o seguinte: estou, nobre Senador, fazendo uma análise do comportamento humano. Não me bote a minha pessoa... o que eu faria ou o que eu não faria. Eu estou dizendo...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - V. Exª atirmou a esta Casa o que V. Exª faria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha) - Vamos guardar perguntas e respostas dentro do código parlamentar.

O SR. CID CARVALHO - Eu quero dizer é que V. Exª está transferindo o substantivo para o adjetivo. O que eu quero dizer é que, se eu estivesse com a minha vida liquidada, eu pensaria em dar um instrumento para o meu filho prosseguir. Acho que este seria o comportamento normal, porque o pior, nobre Senador, ele já tinha feito. Mas eu não quero entrar... Eu acho que essa indagação é muito subjetiva. Permita V. Exª que eu não enverede por esse caminho de indagações subjetivas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pois bem. Prossigo, ainda na linha de comportamento ético. V. Exª afirmou que o Sr. João Paulo era seu assessor na Comissão de Orçamento?

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não. Que o Sr. Paulo. Rodrigues Alves, segundo um documento assinado por um Deputado do Maranhão, é seu sócio numa casa de câmbio, o que V. Exª acabou de negar. Pois bem. Esse Sr. Paulo era o Presidente da Fundação em Imperatriz?

O SR. CID CARVALHO - Era não. É.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - É. E é assessor do Sr. Genebaldo na Liderança de um Partido político nesta Casa?

O SR. CID CARVALHO - É. Ele, o Sr. Paulo, é Presidente do PMDB de Imperatriz, que é a segunda cidade do Maranhão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Lamento concluir, Sr. Deputado, que ou o Sr. Paulo tem o dom da ubiquidade, ou ele é mau funcionário desta Casa, ou é mau Presidente do seu Partido em Imperatriz, ou é mau administrador de uma empresa de turismo em Brasília. E V. Exª entende que um homem é capaz de ser assessor de um Partido, Presidente de um Partido, receber vultosas quantias do Orçamento, cuja Comissão V. Exª presidiu, tem condições éticas de ser candidato a Prefeito da cidade de V. Exª? V.Exª não tem nenhuma dúvida de que possa haver nessa candidatura e nesse conluio de interesses, no mínimo, um crime de corrupção eleitoral?

O SR. CID CARVALHO - Primeiro, que ele foi candidato antes desses recursos. Segundo, nos lutamos por esses recursos com muito denodo, em razão dessa imensa fé nessa obra que V. Exª viu. Ao contrário, Senador, tenho um profundo orgulho dessa obra que estou realizando. Temo, Senador, que esses acontecimentos possam abalá-la, mas lutarei demais para atingirmos as metas a que nos propomos. Temos, e li aqui, nobre Senador, os elogios de todas as autoridades que foram lá visitar. Aquilo é um modelo. Não temos por que nos envergonhar.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a V. Exª e admito que V. Exª possa estar fazendo a obra por altruísmo, mas V.Exª há de admitir que também há um claro e evidente interesse político com manipulação de recursos federais nessa obra, que beneficia eleitoralmente o seu ex-assessor e o assessor de uma Liderança nesta Casa. Pergunto agora a V. Exª a que título V. Exª recebeu recursos da CONSTRAN.

O SR. CID CARVALHO - CONSTRAN?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - É. V. Exª afirmou ao Deputado Luiz Salomão que recebeu e declarou no imposto de renda algum tipo de verbas ou de pagamentos por parte da CONSTRAN.

O SR. CID CARVALHO - Não sei se é CONSTRAN, mas vou explicar. Tenho um prédio na W-3 há mais de 30 anos. Esse prédio tem salas, tem loja, e aquilo que o Deputado Salomão falou foram inquilinos nesse prédio, mas não era CONSTRAN. Ele falou TOPSOM. Eu posso até...mas o que há no imposto de renda é produto de aluguel, mas não é CONSTRAN.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - V. Exª confirmou ao Deputado Luiz Salomão que uma de suas fontes de receita era da CONSTRAN, e V. Exª esclarece agora que recebeu esses recursos a título de pagamento de aluguel.

O SR. CID CARVALHO - Não, eu acho que há um equívoco.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Aluguel de uma empresa de engenharia que tem vultosos contratos com....

O SR. CID CARVALHO - Não, dá licença. Há um equívoco. Não falei. Concordei com ele que tinha aluguéis, que tinha renda desses aluguéis. Se V. Exª me permitir...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não. V. Exª não falou em aluguel.

O SR. CID CARVALHO - Eu não tenho a CONSTRAN como inquilina, e nem no meu imposto de renda tem qualquer recebimento da CONSTRAN. Logo, não poderia ser ela.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu ouvi, e as notas taquigráficas certamente vão registrar que V. Exª concordou quando o Deputado Luiz Salomão afirmou que V. Exª tem como fonte de receita os seus subsídios como parlamentar e, depois, pagamentos feitos pela PORTOSOM, pela FIBRAL Ltda, pela BRASTEMP Ltda e pela Construtora CONSTRAN. V. Exª nega isso agora?

O SR. CID CARVALHO - Não posso nem negar, porque isso é absurdo. V. Exª falou em CONSTRAN, Deputado Luiz Salomão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que a resposta do Deputado Luiz Salomão seja dada por intermédio do Senador Luiz Alberto. V. Exª pode reproduzir a resposta que ouviu do Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - É, o Deputado Luiz Salomão esclarece com propriedade. Falou que foram rendimentos. Não falou em aluguel. Por isso perguntei ao nobre depoente a que título V. Exª recebeu e fez declarar no Imposto de Renda esses recebimentos da CONSTRAN S.A.?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Senador, o problema é tão simples. O Deputado Luiz Salomão colocou que eu só tinha duas ordens de rendimento: a dos subsídios e alguns outros que ele numerou. Lembro-me bem da Porto Som(?); porque era uma firma que fazia aplicação em carros. Isso tudo está no Imposto de Renda. É tão claro. Ele não poderia ter visto CONSTRAN S.A. e nem eu poderia referir-me a essa empresa, porque ela não existe.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Deputado, a Srª Marinalva, ex-esposa de um Parlamentar, afirmou que, em conversas das quais V. Exª participava, comentava-se que havia fartos rumores de corrupção na Comissão de Orçamento. V. Exª confirma essas conversas?

O SR. CID CARVALHO - Senador Luiz Alberto, eu não confirmo. Para mim, esse é até um assunto constrangedor, porque...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a resposta de V. Exª.

V. Exª não tinha, então, conhecimento, não ouvia rumores, não tinha notícia de que havia atos irregulares nas dotações de subvenção social. V. Exª, ao que parece não comandava o esquema; quem comandava era o Deputado João Alves, de acordo com a carta que V. Exª forneceu aos ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, peço que seja a última pergunta.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço.

V. Exª tinha notícias ou não?

O SR. CID CARVALHO - Nessa matéria de subvenção, creio que sempre lutei por elas e sempre as apliquei muito bem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

A palavra está com o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Cid Carvalho, V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento no ano de 1989. V. Exª poderia confirmar se tem conhecimento de um depoimento prestado à Subcomissão de Subvenções Sociais pelo Sr. Luciano Herzog, segundo o qual, com a extinção do Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, as dotações de subvenção ficaram a cargo do Ministério do Interior? Essas dotações, quando transferidas para o Ministério, não se sabia que destino teriam. Como existia uma entidade, a Coordenação dos Deficientes Físicos, dentro do Ministério, na época pensou-se que esses recursos seriam destinados para as ações da CORDE, que é a Coordenadoria de Apoio ao Deficiente. Aliás, a CORDE passou a existir no Ministério da Integração Regional justamente após a extinção do Ministério de Habitação e Bem-Estar Social.

O certo é que, depois, essa dotação de ordem global, que seria encaminhada para o programa dos deficientes físicos, foi reivindicada pelo Deputado João Alves. V. Exª tem conhecimento desse fato?

O SR. CID CARVALHO - Senador, não tenho conhecimento disso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mesmo sendo Presidente da Comissão do Orçamento não se lembra?

O SR. CID CARVALHO - Não me lembro, absolutamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado, em resposta ao Deputado Vivaldo Barbosa, V. Exª afirmou também que não se lembrava quais eram os critérios que justificavam a escolha de determinadas entidades para o recebimento de dotações globais. V. Exª poderia precisar quais eram esses critérios?

O SR. CID CARVALHO - Sr. Senador, afirmei ao Deputado Vivaldo Barbosa e quero dizer a esta Comissão: tínhamos uma linha - isso que é do meu conhecimento -, que era a linha das subvenções, que atendia aos Deputados, era o Adendo 2, que iam todas apensadas ao Orçamento. Há outras que eram globais - como existem verbas e dotações globais -, que ficavam a cargo do Executivo. Está claro que os Ministros e que faziam os seus critérios. Não era um problema da Comissão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Deputado Cid Carvalho, estou procurando entender isso. Um desses casos tratava justamente de uma dotação global do Executivo, que foi reivindicada pela Comissão de Orçamento, quando V. Exª, era Presidente. Pergunto apenas para esclarecer os fatos.

O SR. CID CARVALHO - Eu sei, Senador. Eu tenho o maior respeito e quero dizer a V. Exª, que, às vezes, um presidente pode estar ausente em certas áreas de atuação. Não me lembro absolutamente de nada em relação a isso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Exª, quer dizer, com isso, que delegava muitas atribuições?

O SR. CID CARVALHO - Eu não delegava: deleguei uma vez e disse aqui uma verdade: o Deputado João Alves me pediu isso, como se fosse uma coisa muito sem importância, e, como eu achava que a Comissão não tinha nada a ver com liberações, eu dei; se errei ou não, eu dei e não posso negar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Quer dizer que, na época, V. Exª, não atribuía grande importância a essas subvenções, a essas dotações?

O SR. CID CARVALHO - Senador, quero dizer e já disse aqui o seguinte: fui- me entrosando na Comissão só após a minha entrada. Eu solicitava aos Ministros - inclusive, ao Ministro João Alves - uma série de interesses para as minhas áreas. Sempre achei que era esse relacionamento de um deputado com um ministro que resultava que os benefícios e dotações... Sempre fui muito preocupado com isso e sempre lutei muito por isso. Agora, esquema não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, aproveitei o final de semana e o feriado e fui às minhas bases. Como sou o único Deputado Federal daquela região, lá fui inquirido; aqui, faço o contrário.

Há uma preocupação muito grande fora daqui de Brasília, fora desta Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento. Há mais ou menos um ano, aconteceu a CPI que investigou as denúncias contra o então Presidente Fernando Collor, e, com ela, aconteceu o seu **impeachment** e o envolvimento caracterizado do Sr. Paulo César Farias, que, hoje, goza de regalias na Europa, o Sr. Fernando Collor já fala em ser candidato a Deputado Federal por São Paulo...

Há um mês, houve fatos lamentáveis. Houve uma tentativa de se votar o Regimento Interno para o início da Revisão Constitucional, esperada por todo brasileiro de bom senso, pois ficou provado que a Carta de 1988 é deficiente. Alguns Parlamentares, em total desrespeito a esses brasileiros, subiram à mesa dos trabalhos, fizeram dela um palco e achincalharam o Presidente da sessão. Rasgaram um documento, num gesto repugnante, à vista de toda a imprensa. Hoje, eles permanecem aguardando, naturalmente, a decisão da Casa sobre o seu destino. Após esse fato de tamanha repercussão, naturalmente, apreciamos notícias envolvendo Parlamentares na troca de partidos por dólares, o que desmoralizou ainda mais esta Casa.

Vivemos uma seqüência de fatos degeneradores e vergonhosos, lamentavelmente. Trabalhamos hoje nesta CPI para apurar denúncias feitas por uma revista e, em seguida, por toda a imprensa nacional, apontando falcatruas de parlamentares, Ministros de Estado e empreiteiras, a partir da declaração do Sr. José Carlos Alves dos Santos, corrupto confesso, preso e acusado de vários crimes. Creio que o delator será o único a confessar suas façanhas. Já tivemos diversos depoentes sem que nenhum fato concreto fosse apresentado ou supostas irregularidades esclarecidas. Todos utilizam provas, algumas ridículas, sobre ganhos lotéricos e ajuda divina, dizeres completamente estapafúrdios. A continuarmos ouvindo depoimentos, em sessões cansativas e improdutivas, estaremos nos desmoralizando mais perante a opinião pública. Os depoentes vem negando qualquer envolvimento, dificultando os trabalhos da CPI. Diante disso, quero sugerir uma inversão dos trabalhos, de maneira que nesta fase nos ativéssemos à análise e pesquisa de provas contundentes, para que fizéssemos frente à defesa de cada um dos depoentes que aqui estarão presentes na sequência.

Temos muito material: a quebra do sigilo bancário, a quebra do sigilo fiscal; já temos os impostos de renda de todos aqueles que tiveram o sigilo bancário quebrado para serem estudados. Em seguida, faremos um questionamento sobre os indícios; faremos perguntas concretas. Os depoentes seriam convocados a defender-se dos fatos encontrados por nós. Precisamos sedimentar o nosso questionamento. Ninguém virá aqui assumir culpa. Isso nós estamos presenciando desde o primeiro dia. Precisamos acusá-los com certeza absoluta, cassar seus mandatos ou não, pois é lamentável sair à rua e, a todo momento, receber críticas tão destavoráveis até à atuação da CPI perante os espertos depoentes.

Sr. Presidente, fora desta Casa já estão dizendo que paramos o Brasil; paramos uma Revisão Constitucional e não estamos chegando a nada, fruto do depoimento daqueles que aqui foram convocados. Faço parte desta Casa e isso é o que eu ouvi da minha base, dos meus eleitores, dos meus familiares. E tenho um receio muito grande, porque hoje não foi diferente. Eu só tenho uma pergunta bem curta ao depoente.

V. Exª citou que, até assumir o cargo dentro da Comissão de Orçamento, sofre uma pressão contundente do seu partido, ou não foi isso?

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Exª alegou ao Deputado Roberto Rollemberg que existe uma pressão natural, e essa pressão é exercida pelos partidos até se chegar à Comissão de Orçamento.

O SR. CID CARVALHO - V. Exª está falando em tese?

O SR. PEDRO PAVÃO - Não; V. Exª alegou isso. Ao responder ao Deputado Roberto Rollemberg, disse de uma pressão muito grande, que poderia ser dos bancos, das empreiteiras, até a decisão do partido.

O SR. CID CARVALHO - O que eu disse, nobre Deputado, em resposta à pergunta do nobre Deputado Roberto Rollemberg, é como se fazia, quem é que mandava. O que disse a S. Exª é que nós todos desta Casa, na medida em que somos representantes...

O SR. PEDRO PAVÃO - Com exceções naturalmente...

O SR. CID CARVALHO - Nós todos desta Casa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Com exceções naturalmente.

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Estou aqui há três anos, Sr. Deputado, e não tenho um cruzeiro aprovado na Comissão de Orçamento; portanto tenho cátedra para falar. Não tenho envolvimento nenhum com a Comissão de Orçamento.

O SR. CID CARVALHO - Permita a mim apenas...

O SR. PEDRO PAVÃO - E eu não vim aqui...

O SR. CID CARVALHO - Aí, então; eu não prossigo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pois não; pode continuar.

O SR. CID CARVALHO - Eu estava dizendo que todo o Congresso ou qualquer Assembléia Legislativa, na medida em que é representativo, sofre pressões dos mais variados setores. Está claro que as pressões variam e se conjugam. Tanto é verdade que os Líderes - e foi isso que eu disse - têm muita dificuldade na escolha dos membros da Comissão, porque em cada partido a luta a luta e a pressão para ter acesso à Comissão são muito grandes. Foi isso que eu disse.

O SR. PEDRO PAVÃO - Por final, essa pressão continua após assumir a condição de Relator ou de Presidente desta Comissão? Persiste essa pressão? As decisões passam a ser, naturalmente, fruto dessa pressão?

O SR. CID CARVALHO - Aqui eu vejo algumas pessoas que foram Relatores de diversas comissões. Os Relatores parciais sofrem violenta pressão dos Deputados para a aprovação das suas emendas. A comissão por inteiro sofre pressões, há um jogo de pressões.

O SR. PEDRO PAVÃO - Estou contente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, acho que a Comissão deve a V.Exª, depois de seis minutos de preparação da pergunta, uma resposta, às suas bases inclusive. Eu, pessoalmente, como Presidente desta Comissão, não estou preocupado com as interpretações malévolas ou injustas que se fazem em relação a nós, porque estamos trabalhando duramente aqui.

As pessoas que participaram da outra comissão igualmente importante, talvez só igualmente importante, dizem que esta, em muito menor tempo, alcançou muito mais. Então, está a base de V.Exª e, através dela, V.Exª reproduzindo esse tipo de praticamente censura ao nosso rendimento, incluindo V.Exª que se inclui humildemente, ela parece que merece uma resposta de V.Exª às próprias bases.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu a fiz, através de uma reunião que aconteceu em que existiram essas cobranças, e eu as fiz, porque tenho conhecimento, mas não é aquilo que a imprensa...porque a imprensa leva notícias também distorcidas. Ela leva apenas a manchete, e sabemos do trabalho que estamos tendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A imprensa acaba sendo culpada por tudo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não estou culpando a imprensa. Eles lá assistem à televisão e lêem um jornal, de manchetes. Eles não têm tempo suficiente, naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando V.Exª fez a proposta, talvez não soubesse que já decidimos dar oportunidade que as subcomissões trabalhem

intensamente nesse período. Elas dependem, inclusive, de informações do exterior - não do exterior ao Brasil, exterior daqui -; do Banco Central, de outros lugares. Do exterior do Brasil é para quem vive fazendo viagens para outros lugares, e, às vezes, remunerado, não sei como, e, todos nós fazemos uma vez ou outra. Neste meu mandato, até agora, ainda não tive esse privilégio e deveria exercê-lo com honradez. A diferença não está nisso.

Apenas eu gostaria de salientar que estamos trabalhando duramente, não podemos obter confissões através de processos que a democracia não admite.

Então, agora consulto o nobre Deputado Cid Carvalho se quer esses cinco minutos de intervalo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, só para completar V.Exª. Pela ordem.

É importante a declaração de V.Exª, que a população saiba que o processo democrático para produzir provas é um processo demorado, com regras demoradas, porque, fora desse processo, os outros, às vezes, são mais rápidos mas produzem muito estrago nos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concordo com V.Exª, tanto nos autoritários como nos totalitários.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em ambos, a história está cheia de exemplos.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está com a palavra o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para a sua interpelação.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, requeiro ao Deputado Cid Carvalho as seguintes perguntas que faço diretamente, pois está sendo esse o método adotado pela Comissão. Pergunto ao Deputado Cid Carvalho, com a sua experiência de Presidente e de Relator da Comissão de Orçamento, se...

O SR. CID CARVALHO - Relator eu não fui.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Não foi Relator, só Presidente. Com a sua experiência de Presidente da Comissão de Orçamento, se era comum que parlamentares de um Estado apresentassem emendas relativas a outros Estados.

O SR. CID CARVALHO - Não era comum. A não ser, que eu saiba, algumas emendas de caráter multinacional, mas não era comum.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Exª não conhece esse tipo de emenda de um Parlamentar do Maranhão, por exemplo, apresentar emenda para o Rio de Janeiro; do Rio de Janeiro apresentar emenda para Goiás; de Goiás apresentar emenda para Minas Gerais. Não é do seu tempo?

O SR. CID CARVALHO - V. Exª pergunta se era comigo?

No meu tempo, não me lembro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pergunto: V. Exª conheceu muito bem José Carlos Alves dos Santos por ele trabalhar na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A sua amizade se estreitava com laços mais particulares afora o trabalho na Comissão?

O SR. CID CARVALHO - Eu diria que o trabalho na Comissão criava um relacionamento muito bom, mas sempre vinculado a uma posição que, eu diria assim, até de certa hierarquia.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Pergunto se o Deputado Cid Carvalho, algum dia, percebeu na personalidade desse cidadão alguma tendência criminal ou alguma coisa que levasse a crer que chegaríamos a esse desenlace que tão tragicamente o levou à cadeia?

O SR. CID CARVALHO - Senador Cid Sabóia de Carvalho, vou lhe dizer o seguinte: disse aqui que tudo o que me aconteceu foi um espanto, porque eu tinha o Dr. José Carlos Alves dos Santos como um homem tranqüilo, realizado. Nunca podia pensar que chegasse a essas coisas.

Desde que começaram os problemas com ele, divulgados pela Imprensa, nunca soube. Para mim, foi um espanto.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O nobre Deputado pode informar-me se era comum haver reivindicação ao Presidente da Comissão ou ao Relator, de partido?

Vamos supor que o partido X reivindica que sejam aprovadas tais emendas. O Líder do partido Y reivindica tais emendas ou todas as reivindicações para aprovação de mendas eram de caráter individual por parte de Parlamentares?

O SR. CID CARVALHO - V. Exª sabe que todos os partidos tinham a sua Bancada, a sua representação e até um coordenador de cada partido. Muitas vezes, o Líder encaminhava, pelo seu coordenador, reivindicações partidárias.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Mas isso somente às vezes?

O Deputado João Alves, quando aqui prestou depoimento, fazia uma afirmativa dizendo "bom, essas emendas não eram propriamente minhas. Eram emendas de Relator", assim como se o Relator fosse obrigado a apresentar determinadas emendas pela circunstância de ocupar essa posição.

Isso é verdade? Que o Relator pode apresentar emendas que não sejam do seu interesse ou que seja compelido, pela Relatoria, a apresentar determinadas emendas dentro de acordos políticos que antecedam essas aprovações?

O SR. CID CARVALHO - Por exemplo: quem regula essa questão tem sido sempre o relatório preliminar. Por meio dele, os Relatores parciais têm uma margem de apresentar emenda de Relator. O Relator-Geral, depois de feitos os relatórios parciais, também tem uma margem. É indiscutível que ele tem força, tanto assim que é muito importante ser Relator-Geral ou Parcial.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Exª demonstrou, no seu depoimento, que não tem pejo, não tem receio de assumir a condição de lutar pelas emendas do seu Estado.

O SR. CID CARVALHO - É verdade.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - V. Exª não tem o menor receio de dizer: lutei por essas emendas, porque é uma atividade lícita de um Parlamentar apresentar emendas e lutar pela aprovação; lutar por essa aprovação.

Mas, naturalmente, há contra o Deputado uma série de acusações por causa dessas emendas aprovadas, dando a entender, por exemplo, que determinadas emendas teriam um retorno, através de empreiteiras ou através de quaisquer métodos que não seriam lícitos, evidentemente. V. Exª, peremptoriamente, nega que tenha percebido qualquer importância a título ilícito. É isso que depreendi do depoimento do senhor? Será que é exatamente isso que V. Exª está dizendo?

O SR. CID CARVALHO - É exatamente isso. Nunca fiz uma emenda para atender um interesse; o que não significa que, muitas vezes, emendas de grande interesse público não possam atender àqueles interesses. Suponhamos que V. Exª, amanhã, tenha uma obra da maior importância no Estado do Ceará. V. Exª não vai consultar: se eu fizer essa emenda, quem é que vai fazer ou quem é que está atrás?

Sabe V. Exª que a LDO só permite emendas em obras em andamento. Está claro que em todas as obras em andamento há alguém que as está fazendo. Se fosse assim, este Congresso, daqui a pouco, estaria altamente restringido para colocar amanhã emendas para Orós ou emenda para essa hidrelétrica ou aquela. Acho que esse é o nosso dever.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Para entender a sua evolução patrimonial, Deputado Cid Carvalho, eu gostaria de fazer uma pergunta. V. Exª tem muitos anos como Deputado Federal, muita atividade política, muitos anos?

O SR. CID CARVALHO - É.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Ao longo desses anos, se, quando V. Exª foi Deputado pela primeira vez, transformasse os subsídios em dólares, quanto ganhava V. Exª? No primeiro mandato, por exemplo, dá para se lembrar?

O SR. CID CARVALHO - Eu não tenho a menor idéia disso. Não tenho. O que quero dizer é o seguinte: sou um homem que tenho os meus filhos criados, não tenho despesas com educação ou despesas com filhos. Sou eu e a minha mulher. A minha mulher tem bens. Mas V. Exª poderia dizer: por que está fazendo isso? Eu sou bem mais velho do que V. Exª, embora tenhamos o mesmo nome. E estou naquela fase em que se começa a pensar naquilo que possa deixar para os filhos.

Tenho tido essa preocupação. E, se V. Exª pegar - estou aqui inteiramente aberto - vai ver que todos os investimentos que fiz foram investimentos ou em imóveis financiados pela Caixa Econômica ou imóveis financiados em consórcios. Todos eles têm uma sucessão no tempo. E tenho utilizado patrimônios da minha mulher para complementar essas inversões.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Senador, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Vou só complementar essa indagação, Sr. Presidente. E, tendo em vista que muitos se excederam, permita-me um pouquinho mais de paciência.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra V. Exª.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Eu gostaria só de explicar, porque eu soube, ao chegar aqui como Senador, que tínhamos um subsídio, mas que, anteriormente, os subsídios eram bem maiores em termos de dólares. É que teria havido um achatamento dos subsídios parlamentares ao longo dos anos.

A minha pergunta foi no sentido de que, se no passado, nos mandatos anteriores, os subsídios dos Parlamentares, convertidos em dólares, eram mais fortes, mais pesados que os subsídios atuais? Era isso que eu queria saber.

O SR. CID CARVALHO - Confesso a V. Exª que não tenho dados à mão, nem levantamentos à mão, para lhe responder a contento.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Nem de lembrança, V. Exª poderia dizer isso? Nem de lembrança?

O SR. CID CARVALHO - Nem de lembrança.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O seu poder aquisitivo, por exemplo, de hoje, é o mesmo de quando foi Deputado no Rio de Janeiro, quando o Congresso funcionava lá.

O SR. CID CARVALHO - Eu diria que, hoje, é melhor porque tenho menos encargos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - O seu caso pessoal, hoje, é melhor?

O SR. CID CARVALHO - É.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Então, isso é que eu queria entender. Agora, finalmente, V. Exª conhece ou conheceu, em alguma circunstância, a

senhora que prestou depoimento hoje, pela manhã. esposa do Deputado Manoel Moreira? Conheceu-a em alguma circunstância?

O SR. CID CARVALHO - Eu disse aqui que a conheci, quando estivemos numa viagem à Grécia, e ela foi com o marido a Nova Iorque.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Ela acompanhava, então, o marido?

O SR. CID CARVALHO - Certo.

O SR. CID SABÓIA CARVALHO - V. Exª respondeu sobre viagem, que resultou até na explicação do Deputado José Genoino. Eu gostaria que me fosse explicado se essas viagens eram oficiais ou particulares, isto é, se eram viagens financiadas por países que fizeram o convite ou pelos próprios Deputados?

O SR. CID CARVALHO - Foram viagens financiadas por esse países, pelo menos, até a Tunísia: de lá, de Roma para Atenas, foram com os nossos próprios recursos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Temos, ainda, entre suplentes e não membros nove inscritos. Se conseguirmos nos cingir aos dez minutos, em uma hora e meia, conseguiremos concluir a sessão.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Srs. Congressistas, como preâmbulo às *minhas perguntas ao depoente, quero, também, incorporar o constrangimento citado* pelo Deputado Vivaldo Barbosa. Além de V. Exª, fui atingido pelo regime autoritário, fui cassado duas vezes, expulso da universidade pelo Ato nº 477. Sei que não é hora de relatar a biografia de cada um, mas confesso que fiquei também decepcionado com o depoimento de V. Exª. As acusações que pesam sobre V. Exª, Deputado Cid Carvalho, são muito graves. O depoimento do Economista José Carlos Alves dos Santos o responsabiliza quase que no mesmo nível do Deputado João Alves. Por exemplo, na página 27, cita que V. Exª participava dos esquemas, dos acertos: no último parágrafo diz que os acertos se mantiveram no Orçamento de 89: na pagina 29, acerto na execução do Orçamento de 90: na página 47, ao ser relatado os Deputados que participavam - eu pediria ao Senador Eduardo Suplicy que afastasse um pouco, obrigado: na página 64, também reconhece Cid Carvalho como um dos Deputados que participavam do esquema: na página 97, afirma que Cid Carvalho sabia dos esquemas, sabia que recebia dinheiro, perguntou se tinham pago, e outros tantos.

No depoimento do Sr. Normando Leite, V. Exª é um dos poucos Deputados citados por ele, como o que prestava serviço às prefeituras indicadas por V. Exª.

Nesse sentido, pela gravidade dessas afirmações, senti muita insuficiência na intervenção inicial de V. Exª. Primeiro, em relação ao esquema das chamadas subvenções sociais. De forma insistente, sinto que está havendo uma confusão, não sei se deliberada, entre as verbas que, tempo atrás, desde 91, foram suspensas de subvenções sociais, num montante pequeno, cedido a cada parlamentar, e as chamadas subvenções sociais globais.

O Deputado João Alves reconheceu, em depoimento a esta CPI, que, pelo cargo que ocupava, enviava listas para os ministérios, para atendimento às reivindicações de parlamentares, no que diz respeito às subvenções sociais globais dos ministérios.

Chamei atenção e intervi em relação a este ponto junto ao Deputado João Alves, que não era uma função inerente à Comissão de Orçamento tratar desses assuntos. Ele alegou que isso advinha do prestígio político dos membros da Comissão de Orçamento.

Pergunto: já que começam a surgir as listas enviadas pelo Deputado João Alves, V. Exª enviou listas, através do Deputado João Alves, para algum ministério, *reivindicando subvenções sociais para entidades de seu interesse?*

O SR. CID CARVALHO - Nobre Deputado, expliquei tudo aquilo que sei. No meu entendimento, para não cairmos numa falácia, tínhamos as verbas que eram do adendo, que completavam o Orçamento, e as outras eram verbas globais da área do Executivo.

A Comissão não tinha, formalmente, capacidade de liberar nada: só quem podia liberar era o Executivo. Foi o que se fez, dentro do meu entendimento; o resto supera o meu entendimento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas o que houve foi confirmado pelo Deputado João Alves e documentos que a CPI vem recolhendo também confirmam esta versão de que algumas pessoas, alguns parlamentares da Comissão de Orçamento tinham o direito de enviar vistas de entidades para alguns ministérios e, a partir desta reivindicação, conseguirem recursos das subvenções sociais globais.

Saliento que, não só na entrevista do economista José Carlos Alves dos Santos, mas também em seu depoimento, fez questão de frisar a diferença entre estas duas verbas. Ele dizia, se não me falha a memória, "não estou tratando das verbas de subvenção dos deputados, mas das subvenções globais, o esquema das subvenções globais, que não era um montante pequeno, atingiu, em alguns anos, algo em torno de 200 milhões de dólares, era manipulado por alguns membros da Comissão de Orçamento que enviavam listas para os ministérios e obtinham, assim, recursos para entidades indicadas por ele".

Esse assunto, que considero está sendo tratado por uma subcomissão desta CPI e que talvez seja uma das subcomissões que esteja recebendo mais informações. O processo de corrupção acontecia, no meu modo de ver, de três formas: através de entidades fantasmas, e surgem algumas; através de denúncias que subvenções sociais globais, destinadas para entidades, iriam para o bolso de parlamentares, e o terceiro método, que também julgo corrupto, era em função de interesses clientelistas eleitorais, porque favorecia, de forma privilegiada um grupo sem critérios, que dissesse respeito a todo conjunto da Comissão de Orçamento.

Sr. Deputado, e eu me referi a esse documento do **Relatório Reservado** de 1991 sobre a indicação do economista José Carlos Alves dos Santos para o DOU.

O **Relatório Reservado**, e eu afirmava isso ontem, aponta a indicação do Sr. José Carlos Alves dos Santos para um cargo importante na administração federal, porque controlava, naquele período, o descontingenciamento de verbas.

Dizia o documento que o movimento palaciano se completou com a nomeação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, um ex-funcionário do Senado e assessor de João Alves, para dirigir o Departamento de Orçamento da União, órgão do Ministério da Economia. Isso estava articulado a mudanças para que o Governo Collor conseguisse uma base política no Congresso Nacional.

E esse movimento iniciou-se com mudanças na LDO, para a qual foi elaborada, no texto, a exigência de que Estados e Municípios estivessem em dia com PIS/PASEP, FINSOCIAL, INSS, FGTS, para receber dinheiro novo.

O art. 17 do Substitutivo apresentado pelo Deputado Messias Góis requer apenas a apresentação de um plano de aplicação do dinheiro, sem nenhum outro entrave burocrático. V. Exª tem algo a dizer para esta Comissão sobre a nomeação do Sr. José Carlos Alves dos Santos para o Departamento de Orçamento da União?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Deputado, eu era oposição a esse Governo de então. Meu Partido está em oposição e eu também. Sou a pessoa menos credenciada para dizer quais as razões dos gestos de poder, de mudança de ministro ou de mudança de altos funcionários. Eu estava do outro lado. Não tenho base para afirmar.

Ainda agora tinha dito aqui à Comissão meras considerações, especulação intelectual, não tenho a menor informação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apenas para concluir, Sr. Presidente. Espero que V. Exª não considere agressiva a minha pergunta, apenas cumpro a minha obrigação. Mas quero perguntar a V. Exª a que atribui o epíteto, dado pela imprensa, e não pelas minhas palavras, de um grupo que atuava na Comissão de Orçamento, "dos 7 anões", que controlavam aquela Comissão e que foram motivo de uma crise, durante o ano de 1991, na votação do relatório preliminar do Deputado João Alves; a entrevista que deu à revista **Veja**, com agressões ao Senador Suplicy, posteriormente desmentidas pelo Deputado. Esse grupo, comentado aqui nos corredores do Congresso e refletido nessas notícias da imprensa, V. Exª tem algum comentário sobre isso?

O SR. CID CARVALHO - Só posso dizer que isso nasceu de uma piada. Um Parlamentar, não sei se na roda do PMDB ou em qualquer outro lugar, começou a dar essa piada e essa piada foi prosseguindo. E algum: "Vou cortar as minhas pernas!" E essa piada foi indo, até que caracterizou uma coisa que não é realidade.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Como piada?

O SR. CID CARVALHO - Alguém começou a piada de 7 anões, que não tinha realidade, talvez porque eu era baixo, o Deputado Genebaldo era baixo, mas isso não tinha nada a ver... O Deputado João Alves.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Acho que é uma piado muito sem graça para o Congresso, para a Nação.

Muito obrigado.

O SR. CID CARVALHO - Para mim também. Queira saber V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Faltam oito.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Kayath.

O SR. CARLOS KAYATH - Sr. Presidente, Sr. Relator, sinto-me no dever, antes de iniciar a minha rápida inquirição ao depoente, de relatar que conheço o depoente já de longa data, tendo tido oportunidade, ao tempo em que era estudante da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando já estava praticamente me formando, de receber naquela faculdade a filha do Deputado, a Sra. Cláudia, como caloura. A Cláudia foi e é ainda uma das minhas grandes amigas e pessoa de destacada atuação na militância política estudantil do Centro Acadêmico Cande de Oliveira, o legendário Centro Acadêmico CACO do Rio de Janeiro, do qual fui Secretário-Geral e, depois, Presidente. Essa relação de amizade que até hoje mantenho com a filha do depoente de forma nenhuma faz com que me julgue impedido para inquiri-lo e cumprir o meu dever parlamentar, enquanto membro suplente da Comissão pelo PTB - apesar do horário, vamos lembrar que suplente também é gente e tem o direito de aqui comparecer e esperar pacientemente a sua vez de inquirir a todos que aqui compareçam.

Na verdade, quero dar o meu depoimento como Deputado de primeiro mandato junto à CPI do Orçamento, respeitando, Sr. Presidente, o tempo que me é destinado. Logo que cheguei nesta Casa, o meu partido fez uma eleição interna para indicar os membros da Comissão de Orçamento e, como tive sorte de contar com o apoio dos companheiros de bancada, fui logo indicado para membro titular daquela Comissão. Isso em 1991. No ano de 1992, repetiu-se a eleição e, de novo, tive a sorte de

ser indicado. Este ano, Sr. Presidente, abri mão dessa posição. Fizemos um acordo de bancada, e outro colega do Pará é membro titular da Comissão de Orçamento.

Por que, Sr. Deputado. Sr. Presidente, abri mão dessa posição tão disputada com unhas e dentes por diversos Parlamentares? Deveu-se à minha decepção, porque eu inferia que, como membro da Comissão do Orçamento, conseguiria interferir na discussão das políticas públicas, da melhor alocação das verbas orçamentárias, na discussão real dos recursos, no por que priorizar o transporte rodoviário ou ferroviário, no por que destinar recursos para usina nuclear ou priorizar outras formas de energia, bem como na discussão acerca do superfaturamento de obras públicas. Entretanto, nunca vi nenhum desses tópicos terem realmente, efetivamente, sido discutidos a fundo na Comissão do Orçamento. Muitas vezes, a Comissão discutia relatórios, começava num dia, terminava no outro dia seguinte de manhã, entrava pela noite, pela madrugada e, muitas vezes, Sr. Presidente, julgava-me vitorioso por conseguir alocar pequenas verbas para os meus Municípios. Quando via o relatório final publicado, surpreso, descobria que colegas que não eram membros da Comissão e que sequer lá compareceram eram, às vezes, signatários de emendas de valores vultosos.

Algo que é justo, que entendo e que vários depoentes aqui defenderam é que quem trabalha mais haveria de, talvez, obter o maior retorno. Não aceito, de forma nenhuma, a imputação de que eu não tenha trabalhado tanto como outros Deputados que jamais compareceram à sala da Comissão e sempre aprovaram verbas vultosas. Penso que, se algum mérito possa ser tirado de todos esses problemas, dessas denúncias, dessa sujeira que aqui pode emergir da Comissão, não é nada mais nada menos do que o fim da Comissão do Orçamento tal como hoje está organizada. Realmente ela não pode continuar dessa forma. Essa é a única conclusão talvez unânime de todo o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, não era Deputado ao tempo em que o Deputado Cid Carvalho era Presidente da Comissão do Orçamento. Conheci-o apenas como Relator do Ministério da Agricultura, se bem recordo-me. Realmente, no ano em que foi Relator, ele dividiu as verbas equitativamente - pelo menos no relatório preliminar, no primeiro relatório dele, há o valor de cinqüenta mil por deputado, ou cinqüenta milhões - não me lembro bem, o valor da moeda muda tanto - e alocou duas emendas. Mais tarde, o Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiúza, conseguiu a alocação de mais recursos, e atendeu mais algumas verbas a cada deputado. Mas, pelo menos, o relatório do Ministério da Agricultura, o qual eu vi, acompanhei a atuação do Deputado Cid Carvalho, eu não teria maiores indagações com relação ao seu relatório no Ministério.

De que forma se deram os seus contatos naquele tempo em que o senhor era o Relator no Ministério da Agricultura com o Sr. José Carlos Alves dos Santos, que estava ocupando o cargo de Diretor do Departamento da União?

O SR. CID CARVALHO - Naquele ano em que fui Relator da Agricultura, V. Exª disse muito bem, eu tive uma regra geral e só destaquei a EMBRAPA e alguma outra coisa de que não me lembro.

O SR. CARLOS KAYATH - O INCRA estava nesse relatório?

O SR. CID CARVALHO - Não, o INCRA não era. Está claro que, embora já com menor contato, o Sr. José Carlos Alves dos Santos, quando estávamos fazendo o Orçamento, não tinha mais nenhuma interferência sobre o Orçamento. Ele poderia ter posteriormente, no contingenciamento, nas liberações.

O SR. CARLOS KAYATH - V. Exª o procurou depois de aprovado?

O SR. CID CARVALHO - Quando ele estava no gabinete do Deputado Ricardo Fiúza, eu o procurei. Algum deputado aqui, creio que foi o Deputado Luiz Salomão, disse que eu solicitei a ele. Eu tinha relações dois anos e tanto, se ele era uma fonte possível de eu conseguir liberação, eu, embora não me lembrasse, considerava inteiramente legítimo procurá-lo para liberar. Eu lutava pela liberação das minhas verbas.

O SR. CARLOS KAYATH - Mudando agora de enfoque, foi divulgado pela imprensa, com relação ao Deputado João Alves, ao tempo em que o senhor esteve como Presidente da Comissão, que o senhor designou o Deputado João Alves para tratar de verbas junto ao MINTER, que era ocupado à época pelo Sr. Ministro João Alves, seu homônimo.

O senhor sabe de algum tipo de relacionamento, afora esse político-administrativo, entre o Deputado João Alves e o Ministro João Alves?

O SR. CID CARVALHO - Não. Eu tenho muito apreço pelo então Ministro João Alves. Acredito que o relacionamento era um relacionamento de intimidade partidária. É indiscutível que o Deputado João Alves tinha acesso próprio. Eu não vi, porque não era a minha área. Eu era do PMDB. Os entrosamentos dentro da área do PFL eram sempre superficiais. Pelo menos era o que dizia o Deputado João Alves.

O SR. CARLOS KAYATH - Eu perguntei apenas para esclarecer, porque a imprensa vem divulgando que o ex-Ministro João Alves, atual Governador João Alves, nomeou para o seu Secretariado estadual uma nora do Deputado João Alves. Era por isso que eu tinha interesse de perguntar em que ponto se iniciou esse relacionamento político-administrativo.

O SR. CID CARVALHO - Não tenho a menor noção.

O SR. CARLOS KAYATH - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado Cid Carvalho:

Devo dizer antes que tinha várias perguntas da Comissão de Patrimônio Fiscal, mas elas já foram feitas. Mesmo assim, tenho umas poucas para fazer.

Ainda continuando dentro do raciocínio do Deputado Sérgio, quando ele se referiu ao depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, por várias vezes, quando foi perguntado a respeito daqueles parlamentares que teriam participado do chamado esquema da comissão do orçamento, quando seu nome era colocado, repetia com firmeza: com certeza. Por várias vezes ele voltou a afirmar: com certeza. E eu pergunto: a que o senhor atribui essa insistência do Sr. José Carlos em envolvê-lo no chamado "esquema"?

O SR. CID CARVALHO - V.Exª deve ver o seguinte: de um lado, ele ficou no ouvi dizer; de outro lado, fez uma afirmação subjetiva de que eu pertencia ao esquema. Eu já disse a esta Comissão que tive muita tranqüilidade em não fazer *nenhuma retaliação, para ficar mais claro o julgamento. Agora, não posso aceitar que* uma mera citação do Sr. João Alves tenha implicação na minha vida, Deputado.

Por isso, estou aqui, lutando, debatendo. Como diz **Ortega y Gasset**, o homem é ele e a sua circunstância. E eu pergunto: e a circunstância do Dr. José Carlos, é uma circunstância de afirmação, de legitimidade? De forma que eu só posso dizer a V.Exª que, com as simples citações sem nenhuma prova, dentro de um esquema genérico, não me conformo.

O SR. ZAIRE REZENDE - O economista Sr. José Carlos Alves dos Santos, em seu depoimento, afirmou que V.Exª participou de reuniões para organizar o chamado esquema da comissão de orçamento, onde, em determinados momentos, ele, José Carlos, era convidado a abandonar o local, não podendo assistir à finalização das negociações. O que tem V.Exª a dizer a esse respeito?

O SR. CID CARVALHO - V.Exª, como eu, é parlamentar e sabe - não estou dizendo que é procedente, só estou analisando - que há conversas com funcionários que são, muitas vezes, genéricas e há outras em que o funcionário tem que se retirar, quando estão em deliberação determinados interesses políticos ou análises políticas. Eu não me lembro disso, mas acharia muito natural que, em conversas que tivesse havido no âmbito parlamentar, não se precisasse da presença de assessores ou funcionários, até por uma questão de hierarquia.

Era o que tinha a dizer a V.Exª.

O SR. ZAIRE REZENDE - Terminando, acredito que V.Exª já tenha até se manifestado a esse respeito, mas não ficou muito claro para mim. Analisando as suas declarações de rendimentos na Subcomissão Patrimonial e Fiscal, nós constatamos que não há a declaração de rendimentos do exercício de 1993, ano-base de 1992; a Receita não nos enviou. O senhor tem essa declaração?

O SR. CID CARVALHO - Tenho e mandarei para esta Comissão.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Deputado Cid Carvalho, a inexistência de regras precisas e claras sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito acaba por nos conduzir, do ponto de vista procedimental, a situações surrealistas. Pessoas sobre as quais pesam graves e pesadas suspeitas, e - com a devida vênia, uma dessas pessoas é V. Exª - aqui comparecem e prestam o compromisso de dizer a verdade sob as penas da lei, ou seja, sujeitam-se a incidir no crime de falso testemunho. Mas todos sabemos, inclusive V. Exª, tenho a certeza, que mentir, ocultar fatos ou distorcê-los para não se auto-incriminar, acaba por afastar a possibilidade de se configurar um crime de perjúrio.

Portanto, dentro dessa visão que se extrai de qualquer compêndio que trate da lógica das provas em matéria criminal, faço a V. Exª as seguintes indagações. Ao responder a uma inquirição do Senador Cid Sabóia de Carvalho, que lhe indagava se V. Exª teria ou não, apresentado emendas referentes a outros Estados, V. Exª, pelo que me lembro, disse que não apresentara.

O SR. CID CARVALHO - É verdade.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V.Exª confirma?

O SR. CID CARVALHO - Confirmo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, eu gostaria que V. Exª me confirmasse ou não, o seguinte: dentre as emendas apresentadas por V. Exª ao Orçamento de 1992, três emendas: 038084-9, 046040-1, 046043-5, referem-se a obras no Estado de Rondônia. Poderia V. Exª indicar para esta Comissão quais foram as determinantes de emendas apresentadas para atender reivindicações eventuais fora do seu Estado? V. Exª se lembra dessas emendas?

O SR. CID CARVALHO - Não tenho lembrança, na minha vida parlamentar, de ter apresentado qualquer emenda fora do meu Estado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Essas emendas, eu me reportei aos números elas e foram apresentadas ao Orçamento de 1992. As emendas se referem a saneamento ambiental em São Miguel do Guaporé, reforma do aeroporto de Vilhena, construção da Escola Agrotécnica de Cacoal.

O SR. CID CARVALHO - V. Exª vai me dar a permissão de fazer um exame. Porque estou lhe dizendo, uma questão de consciência.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Fiz essa pergunta a V. Exª porque determinamos o levantamento das emendas apresentadas, e como à indagação do Senador Cid Sabóia V. Exª dissera que não apresentara nunca emenda, estou, então, aqui, reportando-me a esses fatos.

Eu gostaria também, Sr. Deputado, que V. Exª me esclarecesse o seguinte: pela Emenda nº 014656-1 propôs a alocação de 3 milhões e 300 mil cruzeiros, no Orçamento de 1992, para obras e equipamentos na Escola Agrotécnica de Codó, no Maranhão. O Relator-Geral acabou por conceder-lhe 1 milhão 371 mil e 150 cruzeiros, que com a correção de 9.224 passaram a 12 bilhões e 100 milhões de cruzeiros, o equivalente a 2 milhões e meio de dólares; em 1993 foram alocados, pela sua emenda, PO 1455-9, mais 198 milhões nessa obra, equivalente a 2 milhões e meio de dólares; e para 1994, a Emenda 00429-4 alocava mais 136 milhões, ou 4 milhões e 800 mil dólares, totalizando, só nesses três anos, cerca de 10 milhões de dólares.

Poderia V. Exª circunstanciar para esta Comissão as razões que justificam custos tão elevados numa única unidade escolar?.

O SR. CID CARVALHO - Custos não posso, porque aí já foge da minha alçada. Essa é uma questão de fiscalização e do Poder Executivo, mas posso explicar a V. Exª as razões.

Codó é uma das principais cidades do Maranhão. Foi prefeito lá um dos nossos líderes, que hoje pertence à executiva do PMDB, é um político de Codó. Eu sempre tenho apresentado essas emendas por sua solicitação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª justificou o porquê da apresentação das emendas, mas a minha indagação, que se prende à estranheza de valores tão elevados para uma única obra, V. Exª ainda não me respondeu, ou não sei se não teria condições de no momento responder.

O SR. CID CARVALHO - Não tenho condições no momento, porque eu teria até... Isso é para uma grande escola técnica, eu precisaria... V. Exª talvez tenha melhores condições do que eu de esclarecer esse assunto na área do próprio Ministério.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Deputado Cid Carvalho, referindo-se à SEVAL, do Sr. Normando, disse V.Exª que o trabalho do Sr. Normando era fazer intermediação de verbas para as prefeituras.

O SR. CID CARVALHO - Eu não disse isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, o que é que o senhor disse?

O SR. CID CARVALHO - V. Exª me desculpe, mas eu não disse isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Qual era o trabalho da SEVAL?

O SR. CID CARVALHO - O que eu disse a esta Comissão vou repetir com muita tranqüilidade, é impossível que não se saiba disso: os estados têm aqui escritórios de representação exatamente para dar acompanhamento aos seus processos, entre outros, de orçamento. As grandes prefeituras, como o Rio, como São Paulo, mesmo Curitiba - as capitais - podem se dar a esse luxo. Os pequenos municípios não têm condições de ter uma representação aqui para esse acompanhamento. Qual é o papel, então, desses escritórios? É assessorar esse acompanhamento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quer dizer que V. Exª apenas apresentava a SEVAL às prefeituras interessadas? Sua interferência era apenas essa, mais nada?

O SR. CID CARVALHO - Mais nada. Até o contrário, eu forçava para que não houvesse exploração dessas prefeituras.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Num inquérito que corre perante a Polícia Federal de Brasília, há notícia de que V. Exª era detentor de papéis timbrados das prefeituras, que tratavam com a SEVAL, assinados em branco. É verdade isso? Sim ou não?

O SR. CID CARVALHO - Não. Mas não gosto do sim ou não, Sr. Deputado.

Quando fiz um depoimento na Polícia Federal - é pena que eu não o tenha aqui - o delegado disse: "V. Exª sabe... papéis timbrados em branco?" Eu falei: "Eu não posso me lembrar, mas qualquer pessoa, principalmente na Comissão de Orçamento podia apanhar um papel. Para mim não vale nada, porque o papel, sem a minha assinatura, não vale nada e eu não vou assinar papel... porque não assino para ninguém".

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não estou me referindo a papel da Comissão de Orçamento, refiro-me a papel timbrado das prefeituras, assinados pelos prefeitos.

O SR. CID CARVALHO - Sr. Deputado, o que tinha lá era isso. Agora, preste atenção V. Exª: eu não tinha e não acompanhava, os prefeitos vinham aqui e tinham ligações diretas com a empresa que lhes acompanhava. De forma que não posso ter esse julgamento. Agora, nunca da minha parte ia ter interesse, porque achava até altamente improducente - eu não compreendo que ninguém assine papel em branco -, eu não tenho a menor noção nem acredito mesmo que existam esses papéis em branco, porque o que o delegado me falou foi papéis em branco sem assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado, o tempo está esgotado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A última pergunta, Deputado Cid Carvalho: V. Exª já disse que tinha um conhecimento ou que conhece o Sr. Onofre, da SERVAZ?

O SR. CID CARVALHO - Não disse isso. Disse aqui?

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor disse.

O SR. CID CARVALHO - Ah, sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor conhece o Sr. Onofre, da Servaz?

O SR. CID CARVALHO - Conheci sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu faço a seguinte pergunta: A Servaz executa obras em seu Estado?

O SR. CID CARVALHO - Ela fez obras muito importantes no Canal do Bacanga, no período do Governador Cafeteira. Foi nesse período em que conheci a Servaz.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Fiz essa pergunta para complementar as perguntas seguintes.

A revista **Veja**, edição dessa semana, de 3 de novembro, publica matéria e inclusive um fac-símile de um documento que teria sido fornecido ao responsável pela notícia por um alto ex-executivo da SERVAL.

Esse documento tem uma listagem de pessoas que teriam recebido, segundo a própria revista, propinas. E o nome de V. Exª consta aqui: Deputado Cid Carvalho, 5%, abreviatura do orçamento 1991 e jumbão. "Jumbão", segundo a revista, é uma terminologia usada pela própria empreiteira para significar que se trata de um percentual de comissão sobre verbas conseguidas do Governo, em se tratando de verbas elevadas.

O que V. Exª pode dizer a respeito dessa matéria? V. Exª conhece uma pessoa com o nome de Luiz Arruda?

O SR. CID CARVALHO - Não conheço. Não conheço. E quero dizer a V. Exª que, além desse conhecimento, quando a Servaz realizava obras no Maranhão, que não tinham ligações nem com verbas do orçamento, não tenho, nem tive contato nenhum com essa empresa.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, o Depoente não respondeu a respeito da matéria da revista **Veja**, onde colocam o nome dele em uma listagem de pessoas...

O SR. CID CARVALHO - Estou dizendo a V. Exª...

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª diz que não conhece o Sr. Luiz Arruda. São duas partes.

O SR. CID CARVALHO - Não, disse a V. Exª que, a não ser esse conhecimento havido no Maranhão, não tenho nenhum contato com essa empresa. Daí, parece-me um absurdo essa colocação, que vi, também, na revista **Veja**.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA - Deputado Cid Carvalho, V. Exª é um Parlamentar, que participa, há muito tempo, da vida pública brasileira.

Numa fase de sua vida parlamentar, V. Exª teve uma influência muito grande no Congresso Nacional, haja vista que foi Presidente, por mais de uma vez, da mais importante comissão do Congresso, a Comissão Mista de Orçamento.

Naquela época, V. Exª convivia com o homem a quem fez rasgados elogios hoje, aqui nesta Comissão: o Dr. José Carlos. Notei aqui a autoridade do Dr. José Carlos em assuntos de orçamento, figura que gozava imenso acato e simpatia; figura chave na Comissão de Orçamento; homem de bom-senso. Esses elogios ao Dr. José Carlos V. Exª os fez, nesta noite, perante esta Comissão.

Também V. Exª tinha um relacionamento parlamentar e - penso - de amizade maior com o Deputado João Alves. Eram todos integrantes e exerciam influência na Comissão Mista de Orçamento. A amizade creio eu que era muito grande. Pergunto a V. Exª: essa amizade existia mesmo?

O SR. CID CARVALHO - Com quem, Senador?

O SR. LAVOISIER MAIA - Com o Dr. José Carlos e com o Deputado João Alves, naquela época.

O SR. CID CARVALHO - Senador, entenda a circunstância. Eu coloquei um conceito sobre o Dr. José Carlos, muito mais, muito mais para afirmar a minha isenção de julgamento depois das torpes acusações do que para retratar uma amizade. Entenda V. Exª que eu quis considerar todos aqueles conceitos, que era o conceito da Casa, e V. Exª, Senador, tem vivência nesta Casa e sabe que era esse o conceito. O que não queria era só porque vítima de acusações puxaram o outro lado. Quis muito a prudência da isenção e, ao mesmo tempo, relatei, e foi todo o meu histórico, das minhas relações com o Deputado João Alves. Disse que ele e eu vínhamos do Palácio Tiradentes e disse a V. Exª que iniciei os meus passos na Comissão de Orçamento numa intensa disputa com eles.

O SR. LAVOISIER MAIA - Mas V. Exª era ou é ainda amigo do Deputado João Alves?

O SR. CID CARVALHO - Tenho relações. Disse que não é um homem da minha intimidade, é um homem com quem não tenho vida social, mas tenho relações que não vou negar nesse momento difícil.

O SR. LAVOISIER MAIA - V. Exª participou de uma festa famosa na casa do Dr. José Carlos? Foi muito comentada essa festa?

O SR. CID CARVALHO - Participei, e está claro que participei. Recebi um convite formal, que era os 70 anos, não sei, de aniversário e fui. Achei que deveria ir.

O SR. LAVOISIER MAIA - Inclusive o Deputado João Alves também foi, disse que foi a contragosto mas foi. Ele disse aqui, na CPI.

O SR. CID CARVALHO - Isso é problema dele. Fui, como também fui a uma recepção ao Dr. José Carlos, que não sei nem bem quem deu, fui lá numa casa do Lago Sul, tinha parlamentar à beça. Não sei se desapareceram...

O SR. LAVOISIER MAIA - Podiam existir muitos ...

O SR. CID CARVALHO - .. mas tinha que V. Exª não sabe... Era o homem que assumia o DOU...

O SR. LAVOISIER MAIA - Exato. Mas que nessa fase aqui, no Congresso, em que V. Exª tinha muita influência na Comissão de Orçamento, juntamente com o Deputado João Alves, e o Dr. José Carlos era o chefe da assessoria da Comissão de Orçamento. Não é verdade?

O SR. CID CARVALHO - É.

O SR. LAVOISIER MAIA - Então, formulei poucas perguntas a V. Exª. V. Exª pode nos dizer qual era o seu patrimônio em 1988, antes de presidir a Comissão de Orçamento? V. Exª lembra, assim, a grosso modo?

O SR. CID CARVALHO - Mas posso mandar para V. Exª. Está tudo na minha declaração de renda, e não posso ter isso na cabeça. Mas está tudo em minhas declarações de renda, e posso dar não o valor, mas posso dar-lhe amanhã mesmo a minha declaração para V. Exª ver.

O SR. LAVOISIER MAIA - Atualmente, a grosso modo, também, qual o patrimônio de V. Exª, ou seja, patrimônio, propriedades no Maranhão, em Brasília ou em outro Estado do Brasil? Em Goiás V. Exª já declarou que tem algumas propriedades.

O SR. CID CARVALHO - Não. Declarei que tive.

O SR. LAVOISIER MAIA - Teve?

O SR. CID CARVALHO - Ah! Sim. Tenho em Goiânia dois apartamentos pequenos onde mora minha filha.

O SR. LAVOISIER MAIA - Propriedade rural não tem?

O SR. CID CARVALHO - Não. Não tenho.

O SR. LAVOISIER MAIA - Mas no Maranhão V. Exª tem?

O SR. CID CARVALHO - Não tenho. V. Exª é que não ouviu bem. Embora o meu desafeto tivesse acusado que teria uma fazenda em Porto Franco, posso dar a V. Exª a procuração para tomar posse dela.

O SR. LAVOISIER MAIA - Aqui, em Brasília, também V. Exª tem vários apartamentos.

O SR. CID CARVALHO - Apartamentos em construção, tenho.

O SR. LAVOISIER MAIA - Em construção?

O SR. CID CARVALHO - Dois em construção, tenho uma loja que é o meu principal bem. Já a tenho desde 1960. Vendi um apartamento e comprei outro.

Mas mando tudo direitinho para V. Exª.

O SR. LAVOISIER MAIA - Pois não.

Na última eleição para a Câmara Federal, qual foi a votação de V. Exª, e em quais Municípios V. Exª foi mais votado? V. Exª se lembra?

O SR. CID CARVALHO - Tive trinta quatro mil votos. Fui muito votado em São Bento e em Bom Jardim. Tive uma votação muito espalhada pelo Estado. Mas não a tenho com precisão.

O SR. LAVOISIER MAIA - O município de Arame, no Maranhão, é reduto eleitoral de V.Exª?

O SR. CID CARVALHO - É meu. Lá tive boa votação.

O SR. LAVOISIER MAIA - Como V.Exª explica o funcionamento da Comissão de Orçamento diante da seguinte situação exemplar: município de Arame, seu reduto eleitoral, como V.Exª acaba de comprovar recebeu de uma só vez, no ano de 1990, dez milhões de subvenção social. E de outra vez, mais trinta milhões de cruzeiros, também de subvenção social, quando o município recebeu apenas dezoito milhões do FPM? V.Exª pode dar uma explicação a esta Comissão?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Senador, não tenho esses dados. Mas a mim me parece que há um equívoco, porque eu não me lembro de o município ter tido grandes dotações.

O SR. LAVOISIER MAIA - Tenho aqui os números das subvenções. De dez milhões:002544/90-CNSS, 004711/90 e 008791/90; trinta milhões:004546; de convênios:009260 e 010510/90 e 04555/90.

O SR. CID CARVALHO - Isso em 1990?

O SR. LAVOISIER MAIA - Em 1990.

O SR. CID CARVALHO - Esse município desmembrou-se do município de Grajaú. A pessoa ligada a mim é um grande líder nesse município. Foi traído pelo atual prefeito que o está acusando. Trabalhei muito para esse município.

O SR. LAVOISIER MAIA - V.Exª está se lembrando que essas importâncias, os convênios e subvenções foram para o município de Arame?

O SR. CID CARVALHO - Não. Estou dando uma explicação a V.Exª. Estou dizendo que trabalhei muito. Não foi ... verbas e tudo isso. Não estou com a idéia comparativa desses recursos, mas tentaria colocar o mais que pudesse porque era um município em construção.

O SR. LAVOISIER MAIA - Sr. Presidente, só mais uma pergunta.

Deputado Cid Carvalho, V.Exª confirma se possui um shopping center e imóveis na cidade de Imperatriz?

O SR. CID CARVALHO - Como?

O SR. LAVOISIER MAIA - V.Exª possui um shopping center ou outros imóveis na cidade de Imperatriz ou em outro município do Maranhão?

O SR. CID CARVALHO - Eu não tenho **shopping center** nenhum, Senador. O que eu tenho está declarado na minha declaração de renda. Eu tenho um galpão que comprei, que estava no banco em liquidação, comprei por uma bobagem.

O SR. LAVOISIER MAIA - Um balcão lá em Imperatriz.

O SR. CID CARVALHO - Eu falei galpão.

O SR. LAVOISIER MAIA - Ah! Sim. Desculpe-me.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Temos ainda quatro inscritos. Começaremos pelo Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Obrigado, Sr. Presidente. Como temos pouco tempo, eu gostaria de ir direto ao assunto. Se um assessor confesso corrupto ganha 3 milhões de dólares na Comissão de Orçamento, um líder corrupto da Comissão de Orçamento ganharia quanto?

O SR. CID CARVALHO - Eu não sei. Eu diria que, se V Exª avançasse porque aí, teríamos que matar uma charada.

O SR. MORONI TORGAN - Eu estou avançando. Estou numa resposta simples. Eu, por exemplo, acho que ganharia 10 vezes mais. Isso aí...

O SR. CID CARVALHO - Então, V. Exª já tem a resposta, não precisa da minha.

O SR. MORONI TORGAN - Mas eu perguntei a sua. A minha eu já tenho.

O SR. CID CARVALHO - A minha eu não tenho o que dizer.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não tem a resposta, não calcula. Eu tenho que me deter um pouco no depoimento do motorista, porque eu o ouvi à tarde, depois dessa carta. O senhor disse que foi um comboio de seis carros, o senhor mesmo confirmou essa informação dele e confirmou outra informação que esses carros foram alugados. Qual é a agência que o senhor alugou esses carros?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Deputado, esses carros foram locados em campanha.

O SR. MORONI TORGAN - Isso eu já sei. Eu quero saber qual é a agência que o senhor locou esses carros?

O SR. CID CARVALHO - Eu não tenho a menor idéia de um fato de há tanto tempo.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não tem idéia. O senhor lembra que foram quatro Kombis e duas A-20.

O SR. CID CARVALHO - Eu não me lembro. Essas...

O SR. MORONI TORGAN - O senhor lembra quem pagou esse aluguel?

O SR. CID CARVALHO - Eu acho o seguinte: eu não quero nada de ser farisеu. Eu tive ajudas de campanha, como todo o Congresso, ou quase todo, ou como muitos...

O SR. MORONI TORGAN - Isso quer dizer que o senhor lembra quem pagou?

O SR. CID CARVALHO - ...têm ajudas de campanha. Não me lembro especificamente, não. Agora...

O SR. MORONI TORGAN - O senhor sabe que não foi o senhor, então?

O SR. CID CARVALHO - É. Agora, saiba V. Exª...

O SR. MORONI TORGAN - Pois não.

O SR. CID CARVALHO - Eu estou confessando o principal. Tive ajudas. E legalmente não estou ou não devo, e não estou obrigado a estar trazendo constrangimento a pessoas que me ajudaram e quiseram se manter em reserva. A lei não me obriga a isso, Sr. Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Então, foi uma ajuda que o senhor recebeu de campanha e que o senhor prefere manter anônima. É isso?

O SR. CID CARVALHO - É.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor também prefere manter anônimo o dinheiro que ganha e que recebe?

O SR. CID CARVALHO - Não, esse não, porque esse as minhas declarações...

O SR. MORONI TORGAN - Eu pergunto isso, porque o senhor admitiu que o seu motorista levava dinheiro em envelopes para o banco e trazia dinheiro em envelopes do banco. Se isso acontece, por que razão? O senhor ganhava dinheiro, aqui, no Congresso?

O SR. CID CARVALHO - V. Exª está distorcendo aquilo que eu disse.

O SR. MORONI TORGAN - Não, eu estou fazendo uma pergunta, eu não estou fazendo uma afirmação. Então, eu não posso distorcer.

O SR. CID CARVALHO - Um momentinho.

O SR. MORONI TORGAN - Pois não.

O SR. CID CARVALHO - Eu disse que aquilo tudo foi uma montagem, e que não teria sentido. Se tivesse, poderia ter o dinheiro do banco... Se tivesse mandado algum dinheiro para o banco, esse estaria nas minhas contas bancárias, ou se tivesse tirado. Eu quero dizer a V. Exª que com isso, esse motorista é, quer dizer, um motorista de absoluta limitação.

O SR. MORONI TORGAN - Eu perguntei isso, porque o senhor havia afirmado... Como é que ele sabia que era grande o dinheiro dentro do pacote, se ia dentro de um pacote fechado? O senhor fez essa afirmação. O senhor mesmo disse que podiam ser notas miúdas. Até pensei aqui que se fossem notas miúdas seria dinheiro de esmola, porque não teria sentido termos notas miúdas para mandar nesse sentido.

Eu gostaria de saber, então, diante da sua afirmação, não da afirmação dele - já parto para a sua afirmação - de que o senhor mandava...

O SR. CID CARVALHO - Eu parti para considerações. Eu disse que não tinha a menor idéia disso, e se acontecesse, para mim, não teria a menor importância, até porque isso é uma armação, porque ele não poderia ter julgamento.

O SR. MORONI TORGAN - Peço desculpas a V. Exª, pois não gostaria de deixá-lo nervoso, assim como o senhor não quis deixar o Deputado Mercadante nervoso. Eu gostaria só de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso que eu também faria um apelo, nesta madrugada simpática que estamos vivendo, que a veemência fosse substituída pela forma como sempre V. Exª sabe fazer perguntas, sem precisar a veemência, para não obrigar a veemência de resposta.

O SR. CID CARVALHO - Até pela profissão.

O SR. MORONI TORGAN - Acolherei o conselho de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Na minha idade, as minhas advertências viram conselho. (Risos)

O SR. MORONI TORGAN - Ele nos informa que o senhor tinha uma conta no Banco SUDAMERIS, pelo qual ele fazia os depósitos e fazia as retiradas, e que o senhor tinha uma conta no Banco Cidade, onde ele nunca fez depósito e nem retirada. Só o senhor é que entrava no Banco Cidade. Por que isso?

O SR. CID CARVALHO - Mas isso virou uma história esquisita.

O SR. MORONI TORGAN - Não. Acho que é uma afirmação simples.

O SR. CID CARVALHO - Por quê? Por que numa ele entraria e noutra não entraria? Não tenho o menor julgamento. Isso me parece uma coisa um pouco estapafúrdia. Estou partindo da preliminar de que tudo isso é uma armação, nobre Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - *Pois não. Nesse Banco Cidade, o Deputado* João Alves também tem conta?

O SR. CID CARVALHO - Ah! Não sei. Não tenho a menor informação sobre isso

O SR. MORONI TORGAN - Está bom.

Ele nos informa que o senhor fez algumas viagens em aviões particulares. De quem eram esses aviões?

O SR. CID CARVALHO - Primeiro, preciso saber de onde vem a informação dele. Se estou partindo...

O SR. MORONI TORGAN - Ele disse que o levou até o hangar da aviação particular.

O SR. CID CARVALHO - Não tenho a menor idéia disso. Os meus contatos, a minha posição com esse rapaz era uma posição absolutamente frágil. Ele ficava lá na Comissão, era para voltar... Ele não tinha comigo nenhuma relação de intimidade profissional. De forma que eu nego absolutamente isso.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor nunca andou de aviãozinho particular? (Pausa) Se o senhor nega... Quero só entender essa...

O SR. CID CARVALHO - É.

O SR. MORONI TORGAN - Então, o senhor nunca andou de aviãozinho particular.

O SR. CID CARVALHO - Ando sempre de avião de carreira.

O SR. MORONI TORGAN - Sempre de avião de carreira. Pois não.

Achei interessante, porque o senhor começou o seu depoimento justamente justificando acusações que nem ainda haviam chegado de forma oficial à nossa CPI, e não justificou as acusações principais de José Carlos. Inclusive, isso é um fato interessante, porque ele disse que o senhor era um frequentador da casa dele, assim como ele era um frequentador da sua. Essa relação de intimidade deve-se a quê?

O SR. CID CARVALHO - Eu não era um frequentador. Fui à casa dele, e ele...

O SR. MORONI TORGAN - O senhor foi sem frequentar?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Deputado, desculpe-me. Sei que o senhor tem muita habilidade policial...

O SR. MORONI TORGAN - Eu agradeço.

O SR. CID CARVALHO - ... mas perdoe-me. Tenho muita tarimba.

O SR. MORONI TORGAN - Eu me curvo a sua experiência.

O SR. CID CARVALHO - O senhor não vai me colocar em contradição. Há duas coisas: ir à casa é uma coisa. Ir uma, duas... Fui a essa homenagem...

O SR. MORONI TORGAN - Foi a uma, duas, homenagem, e o que mais? (Pausa) Não, só estou...

O SR. CID CARVALHO - *Eu disse a V. Exª que não era um frequentador.* O que é um freqüentador? É algo habitual. Eu fui algumas vezes. Por outro lado, o Deputado José Carlos vinha mais à minha casa, porque eu era Presidente da Comissão e, muitas vezes, eu o chamava para debater questões de andamento da Comissão.

O SR. MORONI TORGAN - Comissão de Orçamento?

O SR. CID CARVALHO - Comissão de Orçamento.

O SR. MORONI TORGAN - Eu tenho uma última pergunta, Sr. Presidente. V. Exª passou por cima de um ponto em que o seu motorista falou que a riqueza do Dr. Paulo era grande e era comentada na cidade. De onde vem a riqueza do Dr. Paulo?

O SR. CID CARVALHO - Isso não é questão pertinente a mim. Eu quero dizer a V. Exª que parto da idéia de que tudo isso é uma armação. Eu não posso me apoiar na afirmação desse motorista.

O SR. MORONI TORGAN - Veja, eu lhe fiz uma pergunta simples, e V. Exª não me respondeu. Se o Dr. Paulo foi seu assessor por grande tempo, inclusive ele mandava dinheiro para sua conta, vinha dinheiro da conta dele para a sua, aquele negócio todo...

O SR. CID CARVALHO - V. Exª é que esta dizendo isso.

O SR. MORONI TORGAN - Não, eu estou dizendo aqui porque teve o caso...

O SR. CID CARVALHO - V. Exª é que está dizendo.

O SR. MORONI TORGAN - Não, quem disse isso foi o motorista. Disse inclusive que, numa das remessas que ele fez, de US$ 55 mil, estavam faltando mil, e o Dr. Paulo saiu...

O SR. CID CARVALHO - Essa é a parte melhor da armação. Eu quero dizer a V.Exª...

O SR. MORONI TORGAN - E o Dr. Paulo saiu e voltou com esses mil. Quer dizer, completados, tudo certo. Essa foi a declaração que foi feita nesta CPI.

O SR. CID CARVALHO - Esta é a parte firme da armação. Não sei quem estava. O Dr. Paulo é um companheiro, é amigo meu, é advogado, a mulher é médica, ele tem tradição.

O SR. MORONI TORGAN - Ele foi seu assessor nesse período de 1989 a 1991?

O SR. CID CARVALHO - Não, nunca foi.

O SR. MORONI TORGAN - E por que ele trabalhava junto a V. Exª lá?

O SR. CID CARVALHO - Porque é meu companheiro e eu arranjei para ele ser assessor na Liderança do Deputado Genebaldo.

O SR. MORONI TORGAN - V. Exª arranjou para ele? E V. Exª depois arranjou para ele também ser o Presidente da Fundação?

O SR. CID CARVALHO - Não, eu não arranjei. Ele tem tradição comunitária no Município de Imperatriz.

O SR. MORONI TORGAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA - Deputado, V. Exª caiu em algumas contradições que não cabe ao caso repetir. Deixou de responder muitas perguntas, como a do Senador Eduardo Suplicy, quando perguntou sobre algumas emendas aprovadas por V.Exª e intermediadas pela SEVAL e sobre o dinheiro que nunca chegou à cidade. Mas V. Exª disse que sempre apresentava emendas com pedidos de prefeitos, mas esses prefeitos acabavam nunca reclamando que o dinheiro nunca chegava, e por isso V. Exª não sabia.

O SR. CID CARVALHO - Como é que é?

O SR. ROBSON TUMA - V. Exª disse ao Senador Eduardo Suplicy que não tinha conhecimento de cidades onde V.Exª apresentou emenda, a SEVAL intermediou a emenda, mas o dinheiro nunca chegou na cidade. E agora há pouco, respondendo a uma pergunta não lembro de quem, V. Exª disse - e citou como exemplo uma cidade - que apresentava emendas a pedido do prefeito. Pergunto: o prefeito nunca reclamava que a emenda tinha sido aprovada, que tudo tinha sido feito da forma como V. Exª tinha indicado, mas que o dinheiro nunca tinha chegado?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Deputado, eu considero que V. Exª e eu estamos aqui cumprindo com nosso dever. O que eu disse para o nobre Senador Suplicy é que ele entendia mais do que eu. E disse uma coisa que a mim me parece ser absolutamente claro. Com a minha experiência de vida pública, talvez maior do que a de V. Exª, eu nunca vi, eu nunca pude admitir que uma dotação saísse daqui e não chegasse. Foi isso que eu disse. Se o prefeito fazia boa aplicação ou não, era outra questão. Tive uma denúncia, e trouxe aqui, logo no início da minha apresentação, mostrando que aquilo era de intâmia. Tanto assim que trouxe as certidões do Ministério da Ação Social dizendo que aquilo era absolutamente inexistente. Não sou eu que vou dizer que saiu daqui e não chegou ali.

O SR. ROBSON TUMA - Eu pediria só que V. Exª respondesse rápido, porque gostaria de fazer algumas interpelações e não queria ultrapassar o período de 10 minutos. Pergunto se, por acaso, V. Exª interpelou a revista **Veja** ou processou o economista José Carlos?

O SR. CID CARVALHO - Não.

O SR. ROBSON TUMA - V. Exª disse que após o seu casamento, com ajuda da sua esposa, o que até foi motivo de briga com o Senador Gilberto Miranda, que disse que era a única diferença de V. Exª e tal. Pergunto: quais as aplicações que sua

esposa fez que ajudaram a crescer o seu patrimônio, e qual é o patrimônio da sua esposa?

O SR. CID CARVALHO - Eu posso remeter - estou aqui ao lado com meu advogado, e vou pedir a ele, embora ele não possa falar aqui, que remeta a V.Exª todo o patrimônio da minha esposa e todas as vendas que ela fez e os ativos que ela tem.

O SR. ROBSON TUMA - Eu pediria também que V. Exª me mandasse, se puder, por intermédio de seu advogado, a relação de toda a remessa de dinheiro feita por sua esposa a V. Exª para que o aumento do seu patrimônio seja feito na forma... Seu advogado deve entender bem isso, melhor do que eu, mesmo porque o que tenho de idade V. Exª tem de vida pública praticamente. Pergunto se V.Exª se lembra de ter apresentado alguma emenda do DNER.

O SR. CID CARVALHO - Eu apresento, e são muitas. Todas as grandes BRs. A Belém-Brasília é uma estrada em que sempre voto recursos, porque pega toda a minha região - recursos de restauração.

O SR. ROBSON TUMA - Ótimo. Só perguntei porque o economista José Carlos teria dito que se reparasse muito o DNER. Gostaria de saber por que ele recomendou tanto que se prestasse atenção neste sentido.

Enfim, para encerrar, a ex-esposa do Deputado Manoel Moreira esteve aqui hoje e disse que viu ou ouviu V. Exª brincar uma vez com o Deputado Manoel Moreira - não sei quem disse a quem - "Olha, lá! Agora viramos anões". Aí, V. Exª confirma. Há uma indagação...

O SR. CID CARVALHO - Como é que é?

O SR. ROBSON TUMA - A ex-esposa do Deputado Manoel Moreira veio a esta Comissão, e acho que V. Exª não assistiu pela televisão o depoimento dela.

O SR. CID CARVALHO - Não, porque eu estava...

O SR. ROBSON TUMA - Ela disse que V. Exª e o Deputado Manoel Moreira uma vez brincaram: "Olha lá! Agora viramos anão". Respondendo ao Deputado Sérgio Miranda, V. Exª disse: "Quem eram os anões?" Era eu, o Genebaldo, talvez, porque éramos baixinhos. Então, quer dizer que V. Exª confirma essa história? E pergunto: quem eram os anões da Comissão de Orçamento, já que V. Exª citou a si próprio, citou o Genebaldo, já que a esposa do Deputado Manoel Moreira citou o próprio ex-marido como um deles, tendo inclusive brincado, então, quem são os outros? V. Exª sabe?

O SR. CID CARVALHO - Nobre Deputado, desculpe-me, mas a sua pergunta me induziria a uma posição, quando nada, ridícula. "Quem são os anões?"

O SR. ROBSON TUMA - V. Exª acabou de citar dois.

O SR. CID CARVALHO - Eu, na minha idade, isso me levaria a uma posição de ridículo que a seriedade deste momento, na minha opinião, não cabe. Desculpe-me V. Exª.

O SR. ROBSON TUMA - Desculpe, então, a forma de dizer. Eu perguntaria a V. Exª: quem são os sete elementos tão falados?

O SR. CID CARVALHO - Não tenho idéia.

O SR. ROBSON TUMA - Mas V.Exª acabou de dizer que achava...

O SR. CID CARVALHO - A Comissão tem é que... Eu fiz uma brincadeira.

O SR. ROBSON TUMA - V. Exª reclama porque eu faço uma pergunta baseada em uma brincadeira sua e depois vem dizer que a minha... Então, pergunto: V Exª sabe ou não quem são os sete famosos homens da Comissão?

O SR. CID CARVALHO - Não sei. Não tenho a menor idéia.

O SR. ROBSON TUMA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É época de **Halloween**. (Risos.)

Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero registrar, Deputado Cid Carvalho, que, ao contrário da opinião que V. Exª manifestou aqui, o Deputado João Alves declarou aqui que não entende nada de orçamento. Essa é uma questão muito grave. Estou simplesmente estarrecido porque os Presidentes e os Relatores não entendem de orçamento. Declaram-se, todos, neófitos. Quero que fique registrado que V. Exª inclusive converse com o Deputado João Alves para que cheguem ambos a uma versão, porque aqui ele afirmou, várias vezes, que era iniciante e tudo eram os Relatores que faziam. Ele apenas fazia a junção do relatório geral. E, também, tanto ele como o Deputado Ricardo Fiúza não sabem nada, não têm influência nenhuma, não participam de nada das decisões sobre os principais cargos na Câmara e no Senado, com relação à nomeação dos assessores, que têm poder - agora nós sabemos - talvez até superior ao dos Deputados e Senadores e até de Ministros. Pergunto a V. Exª.: V. Exª sabia que o Sr. José Carlos Alves dos Santos, já no DOU, continuava assessorando e decidindo, na prática, aqui, como se fosse ainda o responsável pela Comissão do Orçamento do Congresso? Ele ocupava ambas funções apesar de ser ilegal? Na prática ele era o responsável aqui, era ele que se consultava, era a ele que se recorria e era ele que dava orientações aqui?

O SR. CID CARVALHO - Quando o Dr. José Carlos foi para o DOU, está claro que ele perdeu muitos contatos com o Congresso. Mas, antes, nobre Deputado, quero, numa posição muito respeitosa a V. Exª., retificar algumas coisas que V. Exª. colocou. O que eu disse aqui nesta Comissão é que, quando entrei para a Comissão do Orçamento, eu não era homem da área e pouco ou nada conhecia do